Não é que seu pensamento não tenha mudado, buscando integrar novos desafios, repensando questões antigas e reformulando a estratégia do combate: afinal, o que é o marxismo, senão um pensamento dialético/revolucionário em movimento constante? A mudança vai no sentido de uma radicalização crescente, que o leva do PCB ao PT e finalmente ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Victor Neves analisa cuidadosamente em seu livro alguns dos principais momentos deste processo intelectual e político.

Poder-se-ia resumir esta radicalização, que se dá sempre dentro de uma matriz gramsciana, em uma frase: no fim dos anos 70, CNC insistia que o socialismo não pode existir sem democracia. No fim dos anos 1990, ele acrescenta: "não há socialismo sem democracia, assim como tampouco há democracia sem socialismo. Eu não hesitaria em dizer: o valor universal da democracia só se realizará plenamente no socialismo".

O trabalho de Victor Neves é um precioso instrumento para melhor conhecer a obra deste grande pensador e lutador marxista que foi Carlos Nelson Coutinho.

MICHAEL LÖWY

O livro que Victor Neves entrega agora ao público é um sério, rigoroso e indispensável ensaio sobre a produção teórico-política de Coutinho. Resultado de escrupulosa pesquisa acadêmica, mas vazada em linguagem clara e acessível a todo leitor disposto a ampliar os seus horizontes políticos e intelectuais, este é o primeiro esforço sistemático e abrangente para oferecer um quadro do pensamento político de Coutinho sem reduzi-lo a eventos conjunturais ou a um singular itinerário pessoal. [...] Todo grande autor reclama um grande analista. Com o livro que o leitor tem em mãos, Victor Neves se candidata a ser o primeiro grande analista do pensamento teórico-político de Carlos Nelson Coutinho.

JOSÉ PAULO NETTO

Estamos diante de um encontro. Por meio do estudo de Victor Neves da obra de Carlos Nelson Coutinho, nos defrontamos com o ponto em que duas gerações, muito distintas, se encontram na continuidade necessária de nosso pensamento, na ligadura desta epopeia que é desvendar os sentidos mais profundos de nossa formação social e os caminhos da transformação urgente da vida e do mundo.

MAURO LUIS IASI

O trabalho de Victor Neves é um precioso instrumento para melhor conhecer a obra deste grande pensador e lutador marxista que foi Carlos Nelson Coutinho.

MICHAEL LÖWY

REVOLUÇÃO BRASILEIRA EM DEBATE

DEMOCRACIA E SOCIALISMO Carlos Nelson Coutinho em seu tempo

Victor Neves

LUTAS ANTICAPITAL

VICTOR NEVES

DEMOCRACIA E SOCIALISMO

CARLOS NELSON COUTINHO EM SEU TEMPO



Este livro de Victor Neves é o primeiro estudo sistemático do conjunto da obra de Carlos Nelson Coutinho. Como o mostra Neves, Carlos Nelson nunca foi um intelectual de gabinete, ou um "marxista acadêmico": sua ação e seu pensamento são inseparáveis de um compromisso político com a causa do proletariado e com a luta pelo socialismo. Muitos intelectuais brasileiros que se reclamavam do marxismo acabaram se reconciliando com o sistema, limitando suas ambições a "melhorar" ou "humanizar" o capitalismo e/ou o neoliberalismo, com a ajuda de doses homeopáticas de "justiça social". Como podemos ver lendo este livro, Carlos Nelson Coutinho é um personagem de outra fibra: sem ter medo de ir "contra a corrente" – título de um de seus mais belos livros – sempre foi de uma coerência e de uma integridade sem falhas.

Se eu pudesse resumir em uma frase o que foi o papel de CNC no campo do marxismo brasileiro, diria o seguinte: ele foi não só um dos primeiros a estudar Gramsci no Brasil – bem antes da publicação, sob sua direção, das Obras Completas em português –, mas também alguém capaz de repensar, em termos gramscianos, a política brasileira. Mais importante ainda: Carlos Nelson foi o inventor – no sentido alquímico da palavra – do que se poderia chamar um marxismo democrático-socialista brasileiro, de inspiração gramsciana.

DEMOCRACIA E SOCIALISMO:
Carlos Nelson Coutinho em seu tempo

VICTOR NEVES

COLEÇÃO REVOLUÇÃO BRASILEIRA EM DEBATE

VICTOR NEVES

DEMOCRACIA E SOCIALISMO:
Carlos Nelson Coutinho em seu tempo

1ª Edição
LUTAS ANTICAPITAL
2019

Editora Lutas anticapital

Editor: Julio Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Édi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Julio Cesar Torres (UNESP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM).

Conselho da Coleção: Caio Martins, Isabel Figueiredo, Mauro Iasi, Victor Neves
Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes
Capa: Caio Martins, Filipe Boechat e Mariana da Rocha Corrêa Silva
Foto da Capa: "Era uma vez um monumento" (Budapest) - por Victor Neves
Impressão: Renovagraf

Neves, Victor.

N518d Democracia e socialismo: Carlos Nelson Coutinho em seu tempo / Victor Neves. – Marília : Lutas Anticapital, 2019.
707 p. – (Revolução brasileira em debate)

ISBN 978-85-53104-26-0

1. Coutinho, Carlos Nelson – 1943-2012 . 2. Democracia. 3. Socialismo. I. Título.

CDD 335

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211
FFC – UNESP – Marília

1ª edição: maio de 2019

Editora Lutas anticapital
Marília –SP
edlutasanticapital@gmail.com
www.lutasanticapital.com.br

A meu amigo, o comunista
Christian Bonnet.
Homem fiel e coerente,
lutador exemplar.

A Leandro Konder (*in memoriam)*,
José Paulo Netto e Milton Temer,
que amavam tanto aquele amigo,
o Carlito.

No que se refere aos indivíduos, cada um é filho do seu tempo; assim também para a filosofia que, no pensamento, pensa o seu tempo. Tão grande loucura é imaginar que uma filosofia ultrapassará o mundo contemporâneo como acreditar que um indivíduo saltará para fora do seu tempo, transporá Rhodes.

Georg Hegel [Princípios da Filosofia do Direito / Prefácio]

Aquilo que do passado virá conservado no processo dialético não pode ser determinado a priori, mas resultará do próprio processo, terá um caráter de necessidade histórica, e não de escolha arbitrária da parte dos assim chamados cientistas e filósofos.

Antonio Gramsci [Cadernos do Cárcere, 10 II, §41 XIV]

Os filósofos aparecem sempre, no fundo – consciente ou inconscientemente, querendo ou sem querer – vinculados a sua sociedade, e nela a uma determinada classe, a suas aspirações progressivas ou regressivas. E aquilo que em sua filosofia nos parece e é o realmente pessoal, o realmente original, se acha nutrido, informado, plasmado e dirigido precisamente por esse solo (e por seu destino histórico).

György Lukács [A destruição da razão / Observações preliminares]

SUMÁRIO

Apresentação da coleção.....11
Apresentação do livro (por José Paulo Netto).....13
Prefácio: De intelectuais e gerações (por Mauro Iasi).....15
Agradecimentos.....23
Introdução: para uma interpretação marxista do pensamento coutiniano...25

Parte I. A formação do pensamento coutiniano: 1959-1979

01. 1959-1964. Intelectuais e alta cultura em uma cidade inteligente num país irreconhecível.....45
02. Sobre os primeiros anos da atividade intelectual coutiniana.....67
03. 1964-1979. A ditadura do grande capital e o exílio na Europa com Josimar Teixeira, Guilherme Marques e Norberto Teles.....95

Parte II. Da democracia ao socialismo: seu tempo em Carlos Nelson Coutinho

04. A mudança do papel da luta por reformas na fase monopolista do capitalismo.....129
- 04a. "Capitalismo Monopolista de Estado" e autonomia relativa do poder Executivo
- 04b. Socialização da política, surgimento da sociedade civil e ampliação do Estado
- 04c. Luta por reformas e acumulação de forças: reformismo revolucionário e democracia de massas

05. Necessidade e possibilidade da via democrática ao socialismo no Ocidente.....177
- 05a. A via democrática ao socialismo entre estratégia e tática
- 05b. De Oriente a Ocidente (I): ampliação do Estado, revolução processual e *necessidade* da via democrática ao socialismo
- 05c. De Oriente a Ocidente (II): predominância da mais-valia relativa, atenuação das formas abertas da luta de classes e *possibilidade* da via democrática ao socialismo

06. Imagem do Brasil em Carlos Nelson Coutinho: a estratégia democrática na revolução brasileira.....223
- 06a. Um caminho não-clássico: bases econômicas da via brasileira ao capitalismo
- 06b. Definindo a via brasileira: revolução passiva, via prussiana e modernização conservadora entre progresso e atraso
- 06c. Cultura e política na via brasileira: intimismo, autoritarismo, transformismo, golpismo
- 06d. De Oriente a Ocidente periférico: necessidade e possibilidade da via democrática ao socialismo no Brasil
- 06e. Um programa nacional, democrático e popular: superação do prussianismo e via brasileira ao socialismo

Parte III. Do socialismo à democracia:
Carlos Nelson Coutinho em seu tempo

07. Movimento comunista e compromissos em um mundo sob supremacia burguesa.....303
07a. Entre classe universal e pacto social: "capitalismo de bem-estar", compromisso fordista e contradições do proletariado euro-ocidental
07b. Entre classe universal e interesse nacional: razão de Estado soviética, stalinismo e coexistência pacífica Leste-Oeste
07c. Nem ditadura, nem capitalismo: acomodação do movimento comunista à ordem burguesa e eurocomunismo

08. Nacionalismo, desenvolvimentismo e socialismo na revolução brasileira.....391
08a. Entre nacionalismo e desenvolvimentismo: a superação do subdesenvolvimento como caminho e meta
08b. Entre anticomunismo e socialismo: o nacional-desenvolvimentismo isebiano
08c. De nacional-democrática a democrático-popular: democracia e revolução, do PCB ao PT

09. No meio da teoria tinha uma estratégia: um socialismo democrático, entre lógica e história.....469
09a. Sociedade civil entre estética e política: sobre literatura, classicidade e usos da história no pensamento político coutiniano
09b. De Gramsci a Rousseau, passando por Togliatti: hegemonia e contrato rumo à democratização socialista
09c. A democracia como regime que avança: positividade do Estado e dos direitos entre marxismo e liberalismo político
09d. Ainda sobre usos da história: democracia e revolução nos "últimos Marx e Engels"
09e. De Ocidente a Oriente, um puro capitalismo: reformismo revolucionário e progressividade em tempos de contrarreformas

Considerações finais: democracia e a difícil dialética da revolução socialista.....637
Referências Bibliográficas.....671
Entrevistas Realizadas.....703
Sobre o autor.....705
Foto da Capa.....707

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

Conselho da Coleção "Revolução Brasileira em Debate"

A coleção *Revolução Brasileira em Debate* chega ao público apresentando obras que abordam as controvérsias teóricas, estratégicas e táticas das lutas de classes no Brasil na sua atualidade. Em seus volumes, serão apresentadas criticamente as histórias de diversos movimentos sociais particulares, das lutas de classes em geral e das teorias que buscam explicá-las a partir de sua historicidade, em conexão com a totalidade social. A diversidade de temas e questões abordadas encontrarão, por outro lado, seu eixo central e comum na busca de uma estratégia para a transformação socialista em nosso país, a partir da apropriação crítica de nosso passado recente.

Os trabalhos que nossa coleção agora disponibiliza iniciaram há mais de uma década com as reflexões junto ao Núcleo de Educação Popular – 13 de Maio (NEP). Os diferentes temas em exame foram posteriormente aprofundados em diversos programas de pós-graduação e núcleos de pesquisa em todo o país.

Nenhum momento seria mais propício para este tipo de abordagem em que se entrelaçam teoria e política. Vivemos o fim de um ciclo histórico e o esgotamento da estratégia que predominou no período mais recente, com todas as graves consequências que presenciamos. Isso tem contribuído para que a classe dominante estabeleça sua hegemonia, retirando e destruindo direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora brasileira, agravando sua condição de vida.

Para reverter esse quadro, superar as experiências do passado e empreender um novo ciclo de lutas, torna-se imprescindível o conhecimento profundo de nossa história recente. É necessário um inventário. Somos legatários de uma experiência e de um conjunto de verdades consagradas que precisam ser inventariados, revisitados, problematizados e criticados na teoria e na prática. É por isso que a história de cada luta, de cada teoria, de cada intelectual, de cada tese convictamente defendida no passado serão tratadas no presente com o mais profundo rigor teórico e crítico.

Assim, ao reunir trabalhos de jovens e promissores intelectuais àqueles de pensadores já conhecidos do grande público, o objetivo desta coleção é um só: subsidiar o debate sobre a revolução brasileira, inventariar o passado para reinventar o futuro.

APRESENTAÇÃO DO LIVRO

José Paulo Netto

Carlos Nelson Coutinho (1943-2012) foi o mais importante intelectual da sua geração no Brasil – quer mediante a sua relevante contribuição teórica para o conhecimento da nossa formação histórica brasileira, quer através dos seus estudos sobre a nossa literatura no século XX. Tanto num plano como noutro, Coutinho deixou uma obra extremamente significativa, da qual aspectos relevantes já foram objeto de análise por parte de destacados protagonistas do debate teórico marxista, no Brasil e no exterior. Aliás, nesses dois espaços da produção de conhecimentos (o da teoria política e o da elaboração histórico-cultural), Coutinho foi um pioneiro ao fundar o seu contributo ao pensamento brasileiro nas concepções de A. Gramsci e de G. Lukács.

Não há dúvidas, porém, de que – especialmente a partir dos anos 1980, quando Coutinho ingressou na academia (pouco antes de sua morte precoce, recebeu, na UFRJ, o título de Professor Emérito) – o segmento das suas ideias que mais despertou interesse entre os estudiosos brasileiros foi a sua reflexão teórico-política. Reflexão que esteve sempre vinculada a uma ativa prática política (originalmente um militante do PCB, ele depois deslocou-se para o PT e, na entrada do século XXI, ligou seu nome ao P-Sol). No domínio da teoria política – que enriqueceu com uma sólida formação filosófica –, Coutinho, com a sua intervenção acadêmica e seus muitos livros, marcou fortemente centenas de estudantes e tornou-se um verdadeiro referencial para as novas gerações de intelectuais e militantes sociais brasileiros.

O livro que Victor Neves entrega agora ao público é um sério, rigoroso e indispensável ensaio sobre a produção teórico-política de Coutinho. Resultado de escrupulosa pesquisa acadêmica, mas vazada em linguagem clara e acessível a todo leitor disposto a ampliar os seus horizontes políticos e intelectuais, este é o primeiro esforço sistemático e abrangente para oferecer um quadro do pensamento político de Coutinho sem reduzi-lo a eventos conjunturais ou a um singular itinerário pessoal. As referências teórico-metodológicas de que Victor Neves se valeu lhe permitiram, com o necessário recurso a elementos biográficos, reconstruir a elaboração política de Coutinho inserindo-a no marco dos debates (marxistas, mas não só) e dos processos políticos que convocaram a inteligência brasileira no período subsequente à crise e ao fim da ditadura civil-militar instaurada em 1964. Para tanto, Victor Neves dedicou-se intensivamente à minuciosa leitura de praticamente tudo o que Coutinho escreveu, dos anos do exílio aos meses que

precederam a sua morte. Tem-se aqui, à base de uma exaustiva análise textual da obra teórico-política de Coutinho e de uma ampla referência a fontes diversas, um diagrama do movimento da sua reflexão num arco temporal que excede três décadas.

Victor Neves não se posiciona como um observador imparcial desse movimento, que recupera com invulgar maestria. Ele dialoga direta e criticamente com Coutinho (de quem teve o privilégio de ser aluno), perfila-se com autonomia diante do seu legado intelectual e político. Em passos decisivos da sua análise, Victor Neves problematiza concepções e teses de Coutinho. Mesmo que não concordemos com suas objeções e ressalvas, há que reconhecer que muitas delas são pertinentes e que, ao fim das contas, elas fomentam as saudáveis indagações e dúvidas que toda obra de magnitude, como é o caso da de Coutinho, seguramente provocam.

Todo grande autor reclama um grande analista. Com o livro que o leitor tem em mãos, Victor Neves se candidata a ser o primeiro grande analista do pensamento teórico-político de Carlos Nelson Coutinho.

PREFÁCIO: DE INTELECTUAIS E GERAÇÕES

Mauro Iasi

São muitas as facetas pelas quais podemos apresentar esta obra de Victor Neves, porque não se trata apenas do fruto de uma excelente tese de doutorado que, tendo sido avaliada com rigor por seus pares, cumpriu com as exigências acadêmicas[1]. Não é somente um bom livro que registra esta tese e oferece a quem nele se aventura uma leitura fluente, densa e competente daquilo que busca apresentar. Poderíamos dizer, também, que é um trabalho que nos traz o minucioso estudo da obra de um autor da maior importância para o pensamento social e político brasileiro. É tudo isso, mas é muito mais.

Estamos diante de um encontro. Por meio do estudo de Victor Neves da obra de Carlos Nelson Coutinho, nos defrontamos com o ponto em que duas gerações, muito distintas, se encontram na continuidade necessária de nosso pensamento, na ligadura desta epopeia que é desvendar os sentidos mais profundos de nossa formação social e os caminhos da transformação urgente da vida e do mundo.

Carlos Nelson Coutinho foi um gigante, ou, pelo menos, encontrou o caminho até o ombro de gigantes que lhe permitiam olhar além e mais claro nosso tempo e suas contradições. Sua figura simples e generosa não contradizia sua estatura intelectual, pelo contrário, a ressaltava no universo acadêmico tão tristemente marcado pela prepotência e arrogância – um espaço, como já disse Weber, no qual a vaidade é uma espécie de doença profissional.

A tarefa de compreender uma obra tão vasta e complexa como a de Carlos Nelson Coutinho não é, de forma alguma, uma empreitada simples. Ainda mais para um jovem pesquisador como é Victor Neves. Ele teve que escalar esta montanha pedra por pedra, evitando os atalhos fáceis, as armadilhas da crítica superficial, para que pudesse vislumbrar e tornar possível que víssemos a grandeza daquele que analisava e criticava.

Para isso, contribuíram em muito as escolhas metodológicas do autor. O centro destas escolhas, em meu juízo, foi a categoria da

[1] A tese em questão, da qual fui orientador, foi depositada no sistema de bibliotecas da UFRJ sob a seguinte referência: Democracia e revolução: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho. / Victor Neves. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2016. Recebeu a Menção Honrosa no Prêmio Capes de Teses, referente ao ano de 2016, na área de Serviço Social.

totalidade. Não apenas pelo fato indiscutível de que o pensamento de um intelectual não pode ser apreendido fora de seu tempo e de sua inserção histórica e cultural, mas também porque a análise de qualquer parte desta aventura deve ser compreendida no processo no qual e pelo qual se implementa. Tal pressuposto implicou em um caminho árduo, uma vez que a análise do pensamento político de Coutinho não poderia se ater a uma ou outra obra representativa.

O recorte em um momento da produção de um autor pode ser um recurso válido, ainda mais se considerarmos as formas do produtivismo e os prazos que se impõem em nossos programas de pós-graduação. No entanto, ressaltando o fato de se tratar de estudo sobre pensador unitário e coerente, Victor Neves levou a sério seu pressuposto até as últimas consequências, o que significou a leitura de toda a obra do autor estudado. Isso representou a pesquisa dos 13 livros de Coutinho, centenas de artigos, ensaios, entrevistas, resenhas, que não apenas foram lidas integralmente como, na medida do possível, na ordem em que foram sendo produzidas. Isso significou, no processo de investigação, reconstituir o fio da unidade do pensamento do autor estudado, iluminar sua constituição como processo, seu caminho, suas continuidades e descontinuidades.

O segundo patamar foi determinar, dentro deste universo pesquisado, um caminho a ser seguido na exposição. A escolha do eixo central não foi, de modo nenhum, aleatória. Como parece ter ficado evidente no Seminário Internacional organizado pela Escola de Serviço Social da UFRJ e pelo NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas), em memória a seu querido professor, em novembro de 2013[2], há uma linha que Carlos Nelson percorre em toda a sua vida e que transparece nitidamente em sua obra: trata-se da busca da compreensão da política. A variedade de temas tratados pelo autor se articula numa compreensão particular da política, que não a dissocia da cultura, da história, da filosofia, da luta de classes, da relação entre o Estado e a sociedade civil, do papel dos intelectuais, dos fundamentos econômicos da sociabilidade capitalista – em poucas palavras, que a trata como totalidade articulada a totalidades, como afirmava Lúkacs.

Tal aproximação leva o autor deste livro a buscar as vias que conduziram Coutinho à constituição de um pensamento político singular. Não se trata apenas de sua descrição quando encontra sua forma pronta, mas das trilhas, dos caminhos, das suposições abandonadas e das convicções mantidas. Nessa trajetória, seguindo

[2] O Seminário citado está registrado em livro organizado pelos professos Marcelo Braz e Mavi Pacheco: *Cultura, democracia e socialismo:* as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

pistas valiosas do estudo sobre as bases teóricas de uma "sociologia dos intelectuais"[3], Neves inicia por destacar a formação do intelectual estudado, sua vida e seu contexto, suas influências, não para reduzir a obra e o autor ao contexto, mas para compreender a trajetória do intelectual como uma síntese de muitas determinações na qual os aspectos individuais da personalidade se encontram com determinações sociais e históricas produzindo sínteses mais precisas e ricas.

A parte que segue, em que se analisa especificamente o pensamento político de Carlos Nelson Coutinho, parte de um resgate que me parece de grande importância e originalidade. Trata-se da relação que o autor demonstra entre a compreensão do chamado Capitalismo Monopolista de Estado e a compreensão coutiniana sobre a sociedade civil e o Estado, assim como sobre os caminhos da luta de classes e a crítica da estratégia de transformação social então predominante. Neves irá buscar nesta base as determinações germinais daquilo que desembocará na postura "reformista revolucionária" em Coutinho, assim como na centralidade da democracia no projeto político do autor.

É também este o momento em que fica evidente, para o leitor, a necessidade de articular o pensamento político de Carlos Nelson ao conjunto de sua obra, uma vez que a compreensão da forma particular do capitalismo brasileiro, como expressão de um Capitalismo Monopolista de Estado, é inseparável do estudo da cultura e da literatura, da história particular de nossa formação social, que já estava presente em textos seminais de Coutinho, como é o caso do *Graciliano Ramos* de 1965, de *O significado de Lima Barreto na literatura brasileira* de 1972 ou de *Cultura e sociedade no Brasil* de 1979. Os personagens e situações contidas na trama da literatura seriam, para Coutinho, expressões típicas de toda a sociedade. Em Graciliano, por exemplo, no "regional" interessa apenas aquilo que é comum à sociedade brasileira, o que é "universal", uma singularidade da "temporalidade social e histórica"[4].

A hipótese central de Carlos Nelson Coutinho sobre o Brasil, apresentada meticulosamente pelo autor deste livro, é que nossa formação social transitou de uma "sociedade oriental" para um modalidade particular de "sociedade ocidental" – isto é, nos termos gramscianos, de uma forma na qual o Estado é tudo e a sociedade civil é gelatinosa, para um fortalecimento da sociedade civil burguesa, levando

---

3 Para tanto, contribuiu de forma decisiva o estágio de pesquisa realizado pelo autor em Paris, ao longo de um ano, junto ao professor Michael Löwy, durante o qual estudou a obra de Lucien Goldmann.

4 Carlos Nelson Coutinho: *Cultura e sociedade no Brasil*: ensaios sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 141.

a que os dominantes (ou aqueles que aspiram a sê-lo) se vejam obrigados a constituir seu poder político através de mediações para garantir sua hegemonia. Marcada por sua herança colonial e sua forma específica de inserção no capitalismo monopolista, consolida-se na sociedade brasileira aquilo que Coutinho identificará, ao lado de importantes pensadores, como "via prussiana".

O dilema a ser desvendado por Coutinho em sua obra é, portanto, a natureza da relação entre Estado e sociedade civil no Brasil, com base numa determinada conformação do capitalismo monopolista. Para ele, como sabemos, a crise da autocracia burguesa abre a possibilidade de superação do prussianismo pelo caminho de um lento processo de democratização que resulte em um fortalecimento da sociedade civil e na predominância, no cenário da luta política, da disputa de hegemonia. Tal premissa leva à valorização da democracia no interior de uma estratégia de transformação que tenha por horizonte a alternativa socialista, com todas as consequências que daí derivam, e a magnitude das conclusões coutinianas para a teoria social, para a prática política, para a reflexão teórico-política sobre a sociedade brasileira, para as bases teóricas do Serviço Social no Brasil.

Victor Neves problematizará, na extensa e meticulosa parte final deste livro, esse cerne do pensamento político de Coutinho. Fará isso por um caminho pertinente e muito rico, evitando a crítica simples à conclusão apresentada, explicitando as bases que a fundamentam, as leituras teóricas que embasam o autor, o contexto e a intrincada correlação de forças na luta política no interior da qual foi gestado. Trata-se de um exercício de crítica imanente, isto é, do esforço de expor coerentemente o pensamento de um autor para apresentar uma crítica nos termos de seu próprio pensamento, evitando a crítica externa que se fundamenta em outras bases.

Podemos concordar ou discordar das conclusões de Victor Neves (em meu caso, declaro minha concordância naquilo que é essencial à crítica realizada), mas o que é inegável no resultado apresentado é que se trata de um diálogo intelectual e político de alta qualidade e densidade cultural, no qual se pratica a superação dialética em toda a sua riqueza, naquilo que há de negação e incorporação em relação ao pensamento sobre o qual se debruça o pesquisador. Guardadas as devidas proporções, a leitura deste livro lembrou-me de algo que costumo dizer a meus alunos, quando me refiro ao estudo que Marx realiza em relação a Hegel com o firme proposito de criticá-lo: ninguém mergulha na floresta que é o pensamento de Hegel sem sair molhado de sua umidade, marcado por seus galhos tortuosos, arranhado pela agudeza de seus espinhos, e, ainda que resista, maravilhado pela

repentina visão da magnitude viva da enorme floresta que parece impenetrável.

A aparência de uma crítica mais dura deve, portanto, ser considerada com prudência. O jovem pesquisador saiu molhado de sua aventura, com a pele lanhada e curtida pelo sol inclemente de que pôde usufruir, e, certamente, sua bagagem chega ao final aumentada em muito por aquilo que soube carregar.

Cabe destacar, ainda, um aspecto deste livro menos visível à primeira vista, mas que também é decisivo em sua conformação precisamente assim tal como é. Acontece que o esforço de Victor Neves é parte de uma empreitada coletiva, que ficou conhecida pelo termo "inventário", que vem sendo levada a cabo há alguns anos pelo Núcleo de Educação Popular – NEP – 13 de Maio, do qual o autor é membro. Como parte do desenvolvimento do seu programa de formação e de formação de educadores populares, o NEP 13 de Maio se colocou a responsabilidade de seguir as pistas de uma leitura de Gramsci, exortando os trabalhadores a que buscassem seu caminho de autonomia e independência histórica, realizando, para isso, uma espécie de inventário, um "conhece-te a ti mesmo" como produto histórico, colocando o dedo sob cada item que constitui sua visão de mundo e se perguntando de onde vem e a quem serve.

Para nós, tratava-se de um acerto de contas com o período que se encerrava e que marcou a hegemonia do Partido dos Trabalhadores na direção política da classe trabalhadora brasileira. É que o NEP 13 de Maio, desde o início dos anos 1980, realiza um curso de formação sobre a História do Movimento Operário e Sindical no Brasil, que trata da origem do movimento operário em sua fase anarcossindicalista, do período no qual predomina a direção do PCB (que se estende dos anos vinte até o golpe de 1964) e do período que se abria com a crise da autocracia burguesa e a emergência do chamado "novo sindicalismo". Por iniciativa de Luis Carlos Scapi, monitor responsável nos últimos tempos por esta atividade, iniciou-se um trabalho de compreender o período em que estávamos e as possibilidades de seu devir. Para isso, era necessário um inventário, isto é, perquirir cada elemento que constituía a Estratégia Democrática e Popular defendida pelo PT, seus fundamentos históricos e sociais, suas bases teóricas e culturais, suas premissas e pressupostos, seu desenvolvimento na prática política sindical, nos movimentos sociais e nas organizações partidárias.

Esse exercício acabou extrapolando os limites do espaço da educação popular: desdobrou-se em seminários, grupos de estudo, publicações, e, também, em dissertações e teses em várias áreas de conhecimento (como, por exemplo, na Economia, nas Ciências Sociais,

na História, na Educação, no Serviço Social). Nossa linha de pesquisa no Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas da UFRJ (NEPEM) acolheu alguns desses companheiros, e, dentre eles, Victor Neves. A grandiosidade de seu trabalho é, em grande medida, mérito dele e derivada de sua capacidade intelectual e cultural, mas a magnitude daquilo que expressa é, também, resultado deste trabalho coletivo – para o qual ele, com este livro, contribui de forma determinante.

Finalmente, divido com o leitor que, por ocasião da banca que avaliou a tese de doutorado de Victor Neves – que contou com o professor José Paulo Netto (um dos grandes responsáveis pelo amadurecimento teórico e intelectual de Victor), além de Elaine Behring, Marcelo Braz e Rodrigo Castelo –, me tomou um sentimento profundo de que ali celebrávamos um importante encontro de gerações. Elaine e eu vivemos um dilema parecido: somos uma geração intermediária, que aprendemos muito com José Paulo e Carlos Nelson, e tivemos participação direta na experiência política que marcou as últimas décadas do século que se encerrou. Marcelo compõe uma fronteira que se junta a nós, por sua experiência no Serviço Social, como intelectual e na militância política, e prepara os passos de uma nova geração que desponta, na qual Rodrigo e Victor se inscrevem com destaque.

A ditadura cravou uma cunha entre as gerações de lutadores anteriores ao golpe de 1964 e as posteriores, por isso sempre valorizei muito os camaradas, intelectuais, militantes que serviram de ponte entre esses dois momentos de nosso ser histórico. Para mim isso estava representado, naquela defesa, com as presenças de José Paulo e de Carlos Nelson através de sua obra estudada. Tal sentimento se tornava ainda mais forte pelo contexto em que se deu a defesa, momento mesmo em que se desfechava o ataque à presidente eleita que culminaria em sua deposição, substituída por um usurpador e pelos ataques à classe trabalhadora que se seguiram.

O ciclo histórico se fechava.

Por vezes, o que sinto não encontra outra maneira de se expressar a não ser por poemas, não por que saiba fazê-los (alguns críticos argutos já perceberam isso), mas porque é necessário que assim seja. Um poema, que, como este livro, fala de gerações, de encontros, de queda, mas principalmente de continuidade, de uma grande esperança aberta ao devir: com ele me despeço e desejo uma boa leitura.

O instante antes da queda
(2016)

Quando estávamos à beira do abismo
Olhando o vazio sem fim da queda iminente,
Demônios e gárgulas do mal profundo
Nos chamavam ao voo sem volta da morte.

Olhávamos para trás procurando a vida
Os rostos amigos, os abraços, as esperanças
Os passos que construíram caminhos,
As razões e os sentidos da busca.

Assim demos o próximo passo
Nos precipitando no nada.
Não porque não o víamos
Não porque deixássemos de pressenti-lo.

Porque caminhávamos de cabeça erguida
Certos de certezas que não abandonamos.
Porque não podíamos mais recuar
Em direção aos fantasmas do passado.

No momento da queda em direção ao inferno
Sentimos ainda a mão solidária nos confortando
Ouvimos palavras doces e canções fortes
Sentimos, uma vez mais, o chão tremer.

No último momento ainda vimos
Seus rostos velhos e serenos.
E pudemos antever, do outro lado do abismo,
Os jovens dando seus primeiros passos.

Olhavam para nós
Com bondade.

AGRADECIMENTOS

A realização da pesquisa da qual resulta este livro foi possível graças às bolsas de Doutorado e Doutorado com Estágio no Exterior concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e àquela de Doutorado Nota 10 concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

A pesquisa desenvolveu-se no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ, ao qual agradeço na figura de meu orientador, prof. dr. Mauro Luís Iasi. Agradeço também aos membros da banca avaliadora, aqui representados por seu decano, prof. dr. emérito José Paulo Netto. Registro ainda o acolhimento recebido na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS / Paris), através do prof. dr. Michael Löwy, sob cuja supervisão realizei parte da pesquisa.

Agradeço àqueles que se prontificaram a fornecer-me as entrevistas, que foram importantíssimas para uma compreensão mais refinada do movimento do pensamento coutiniano. Seus nomes estão dispostos, em ordem cronológica de realização do primeiro encontro com cada um, em seção específica no espaço destinado às Referências.

Meus agradecimentos também a Andrea de Paula Teixeira, que me autorizou o acesso à biblioteca pessoal de Carlos Nelson Coutinho, onde se localizava seu arquivo, e também me permitiu digitalizar o material necessário à pesquisa, formado por centenas de artigos, entrevistas, resenhas, textos de debate e capítulos de livros.

Agradeço finalmente a familiares, amigas e amigos em relação aos quais sequer consigo precisar quanto devo do que está nas próximas páginas – só sei que, certamente, é muito. A vocês, aqui representadas e representados pela Anna, agradeço pelas ideias, provocações, dúvidas, paciência em discutir tantas vezes o mesmo assunto, suporte material e afetivo... Enfim, pela força e amizade no melhor sentido.

Como de praxe: ainda que muita gente tenha contribuído no caminho, todas as posições sustentadas no presente trabalho são de exclusiva responsabilidade minha, assim como os erros ou insuficiências.

INTRODUÇÃO
PARA UMA INTERPRETAÇÃO MARXISTA DO PENSAMENTO COUTINIANO

Carlos Nelson Coutinho foi um dos mais destacados pensadores latino-americanos da articulação entre democracia e socialismo, entendida por ele enquanto componente de um processo de paulatinas, mas profundas, transformações sociais em direção à superação da sociabilidade capitalista[1]. Essa posição política, combinada às profundas unidade e coerência de seu pensamento e à sua posição como intelectual orgânico das classes trabalhadoras[2] (atuando em diversas frentes, desde a tradução e a divulgação até a elaboração teórica original), o tornaram uma figura de referência no marxismo, e, a partir daí, em diversas disciplinas acadêmicas, sobretudo nas áreas das Ciências Sociais, da Educação e do Serviço Social.

O pensador baiano foi, ainda, um dos mais destacados intelectuais a incidir no processo de confluência em direção a um amplo consenso democrático no âmbito da esquerda brasileira – vigente, de certo modo, até hoje. Conhecer profundamente seu trabalho teórico é, portanto, uma das precondições para se compreender adequadamente o evolver da política – e, com ela, do pensamento político – no Brasil

---

1 Retomam-se aqui, de modo extremamente condensado, problemas e ideias trabalhados com mais vagar e profundidade em minha tese de doutoramento. Cf. NEVES, 2016, Partes I e III.

2 A categoria *classes trabalhadoras* era muito empregada por Coutinho no lugar de *classe trabalhadora*, e foi adotada por mim. O emprego de tal categoria não deixa de lado a especificidade do proletariado, classe trabalhadora por excelência sob o modo de produção capitalista. Ao contrário: ressalta sua especificidade, reservando a ele o tratamento por seu próprio nome. A categoria se refere, no emprego que dela faço, ao contingente de classes que vivem do próprio trabalho, o que abrange proletariado, campesinato, setores da pequena burguesia, e, eventualmente, outros estratos sociais – conjunto pluriclassista referido por certos autores como "setores populares". Prefiro a denominação classes trabalhadoras que aquela outra, por deixar claro que se trata de contingente que vive do próprio trabalho, assalariado ou não, excluindo setores da burguesia propriamente dita, assim como rentistas. Dentre essas classes trabalhadoras está o proletariado, que na interpretação clássica a que me vinculo não se restringe ao operariado fabril, mas abrange o conjunto dos trabalhadores assalariados que não são proprietários de meios de produção, e, portanto, encontram-se na obrigatoriedade de vender sua força de trabalho para obter os meios necessários à subsistência. É essa a definição de Engels, em conhecidíssima nota ao *Manifesto Comunista*: "Por proletários, [compreende-se] a classe dos assalariados modernos que, privados de meios próprios de produção, se veem obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver" (ENGELS, in MARX e ENGELS, [1848] 2005, p. 40).

recente. Essa é a justificativa para o interesse mais geral que possa ter o presente trabalho.

Estudar o pensamento coutiniano, rastreando não apenas seus fundamentos, mas seu sentido social, exige conhecer sua história, a da classe na qual e para a qual ele o formulou, a dos aparelhos que mediaram essa relação. Isso demanda, por sua vez, pesquisar aspectos do desenvolvimento do país no qual se localizou sua intervenção, assim como do mundo no qual essa classe viveu, lutou e a cujos desafios procurou produzir respostas. Por isso vale aqui, de certo modo, o aviso gramsciano referente ao trabalho daquele que se dispõe a escrever a história de um partido: também no caso de um intelectual comunista do porte de Coutinho, escrever sua história "significa nada mais nada menos que escrever a história geral de um país de um ponto de vista monográfico" (GRAMSCI, [1932-34] 1977, Q. 13, §33, p. 1630).

Isso dá uma ideia do alcance da exposição a seguir, expresso no tamanho do livro (certamente maior do que a média corrente no mercado editorial), que foi exigido pelo próprio objeto da pesquisa e pelo modo de se o abordar.

Essa exigência se relaciona ao papel da *interpretação*, determinado pelo fato de que em todo texto, em toda obra – e, portanto, também na obra coutiniana –, "há *mais* do que o autor pretendia"[3] (p. 157). Isso acontece por duas razões. Primeira, devido ao caráter *exterior* da obra em relação a seu autor – que se consuma à medida que ele a põe para fora dos limites de seu pensamento, da mera intenção, transformando a possibilidade de sua existência em efetividade social. Segunda, porque na medida em que "o indivíduo *é* o *ser social*", o que ele faz a partir de si, o faz *a partir da e para a* sociedade: "o material da [...] [sua] atividade – como a própria língua na qual o pensador é ativo – [...] [lhe] é dado como produto social" (MARX, [1844] 2004, pp. 107-108).

Isso tem como consequência que a obra, estando "no mundo", não está sob o controle direto daquele sujeito, guarda em relação a ele alguma autonomia, é recebida de diferentes modos por diferentes sujeitos, e, a partir de então, sua história passa a ser, também, a história de seus usos, nos quais se expressam algumas dentre as

---

[3] Esta observação tem validade geral: todo produto da atividade humana carrega consigo um rico conjunto de determinações que vai muito além das intenções imediatas do sujeito que nele se objetiva. Esta característica é insuprimível do modo de existência do ser social, tendo sido tratada por Marx a partir das categorias de *exteriorização, objetivação, alienação* e *estranhamento*. Quanto a isso, cf. MARX, [1844] 2004; a *interpretação* do significado da exteriorização naquele texto por COSTA, 2006; a *interpretação* do significado de objetivação, alienação e estranhamento em LUKÁCS, [1976] 2013 (parte II), caps. III e IV.

possibilidades contidas no texto. Note-se que, como coisa de homens, a verdade da obra não está na coisa senão nos homens: a partir do momento em que ganha existência, ela já transcende sua mera corporeidade de papel e tinta, e as interpretações devem permitir apreendê-la enquanto síntese de múltiplas determinações cujo significado social é bastante mais amplo que o texto.

Ainda assim, não se deve perder de vista que o ponto de partida e de chegada é necessariamente a própria obra: "a interpretação parte do texto para retornar a ele" (KOSIK, [1963] 1976, p. 157). Se tal movimento não se realiza, despriorizando-se o escrito em nome das determinações externas a ele, ocorrem problemas de diversas ordens, podendo-se deslizar para certo objetivismo, para a redução do texto ao contexto.

É por isso que se partiu, na *investigação* da qual resultou este livro, do estudo metódico *da totalidade da obra* de Carlos Nelson Coutinho, buscando-se explicitar a estrutura interna de cada texto e a articulação entre eles, o desenvolvimento de seu pensamento, discriminando os temas essenciais dos secundários, em suma, desenredando, no emaranhado de ideias que compõem a obra de toda uma vida de intensa produtividade intelectual, o fio da unidade, nele marcando, ainda, a diversidade. O exame minucioso da totalidade da obra coutiniana foi acompanhado da datação rigorosa dos textos e do esquadrinhamento, a partir daí, dos caminhos percorridos por seu pensamento, resultado que não é acessível nem ao leitor eventual, nem tampouco ao estudioso, ainda que muito atento, de apenas uma obra do autor. Daí o caráter da pesquisa empreendida, que passou: a) pelo *levantamento exaustivo* da totalidade da obra coutiniana – constituída por 13 livros e algumas centenas de artigos, entrevistas, resenhas e ensaios[4]; b) por sua *leitura integral*, acompanhando, preferencialmente, a ordem em que foi escrita; c) pela localização e estudo (também preferencialmente na ordem cronológica) de *comentários* acerca de seus trabalhos, dos debates e polêmicas em que se envolveu; d) por um *mapeamento inicial da recepção* de seu pensamento.

Esse tratamento da obra coutiniana exigiu, no momento da exposição plasmada no presente texto, um modo específico de remissão bibliográfica. Será necessário entrar rapidamente nesse aspecto técnico, mostrando ao leitor como recorrer aos textos coutinianos citados.

---

4 Para esse levantamento, contribuiu o *Curriculum Vitae* de Coutinho publicado na Revista Praia Vermelha, vol. 22, nº 02, pp. 113-134, preparado pelo prof. José Paulo Netto com base em registros cedidos por seu amigo ainda em vida, por ocasião do atendimento às exigências para o alçamento de Carlos Nelson Coutinho à condição de professor emérito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (cf. NETTO, 2013).

A organização das referências bibliográficas nesse trabalho segue, de modo geral, o padrão: AUTOR, data, página. Nesse formato, diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano são diferenciados, usualmente, adicionando-se uma letra depois da data, resultando em: AUTOR, data/letra, página. Exemplo: COUTINHO, 1977c, p. 08.

Entretanto, dois problemas, de certo modo decorrentes do caráter de "história das ideias" desse estudo, me conduziram a modificar ligeiramente a forma consagrada. Primeiro, um problema de ordem mais geral: a perda de historicidade que transparece no padrão em que é considerada apenas a data da publicação consultada pelo pesquisador, conduzindo a situações esdrúxulas como "MARX, 2013" ou "GRAMSCI, 2000" – referências que afastam o leitor da correta localização da obra do ponto de vista histórico-cronológico. Quanto a esse problema, a solução, já em uso corrente, é a remissão à data da primeira publicação entre colchetes antecedendo aquela da edição consultada: AUTOR, [data original] data ed. consultada, página. Exemplo: MARX, [1867] 2013, p. 980.

Segundo, uma peculiaridade referente à forma da própria obra de Coutinho: boa parte de seus livros não foi escrita de um só fôlego, sendo construída para a publicação enquanto obra unitária a partir da reunião (com ou sem modificações importantes) de ensaios publicados em momentos diferentes. Acontece que se os livros têm seu percurso, seus usos e, enfim, sua própria história, também a têm os ensaios do autor, especialmente os que jogaram papel mais significativo no debate da esquerda ou em seu próprio amadurecimento como intelectual.

Assim, no caso específico da referência a livro de Coutinho organizado a partir de coletânea de ensaios, decidi adotar uma forma que permita a remissão ao mesmo tempo a ele e ao ensaio que nele examino. Quanto ao livro, trata-se normalmente da edição mais recente ou da última cuja publicação tenha sido autorizada (geralmente modificada) pelo autor em vida. Reúne, portanto, as características de ser representativa de sua posição no momento da publicação e, ao mesmo tempo, de fácil acesso ao leitor interessado em conferir as citações. Quanto ao ensaio, trata-se normalmente de sua primeira versão, salvo explícita indicação em sentido contrário – decorrente de que por vezes se faz necessário trabalhar com diferentes versões do mesmo ensaio, quando o autor o tenha modificado significativamente para as republicações.

A forma resultante, válida para a referência aos ensaios contidos nos livros-coletânea coutinianos, é essa: AUTOR, [data-ensaio] data-livro/letra$_{\text{nº-do-capítulo-correspondente}}$, página. Exemplo: COUTINHO, [1991]

2008b[7], p.175. Tal forma, por um lado, facilitará o acesso do leitor a citações que de outro modo seriam dificilmente verificáveis, mantendo, por outro lado, a remissão ao momento em que vêm à luz no pensamento coutiniano. Foi largamente experimentada por mim ao longo da pesquisa de doutorado e da redação este livro, e me pareceu dar conta dos objetivos para os quais foi construída.

Quanto ao encadeamento expositivo dos resultados, adotou-se um conjunto de procedimentos e cuidados que serão explicitados nas "balizas" a seguir. É sobre elas que se sustenta o método ao qual recorri na estruturação deste livro, ao longo do qual busco expor detalhada e respeitosamente, assim como examinar criticamente, o pensamento coutiniano. Com esse método, visa-se a "compreender e explicar" a obra: compreendê-la na medida em que será exposta sua *estrutura interna* mediante o estudo minucioso da massa dos textos de Coutinho (de sua, por assim dizer, leitura imanente), discriminando aí o que é essencial, estabelecendo parâmetros para sua interpretação correta; explica-la na medida em que serão rastreados seus fundamentos econômicos e sociais conjunturais, demonstrando a *possibilidade* (e, até certo ponto, a *necessidade*) do surgimento e da recepção da obra em seu tempo, as determinações internas explicitadas através de seus usos, seu *sentido* histórico-concreto[5].

Isso posto, passemos às referidas balizas – não arroladas em ordem de importância, mas naquela que me pareceu mais coerente do ponto de vista lógico.

1ª baliza) Quanto à *explicação*, ela se sustentará sobre a determinação dos "quadros sociais" (LÖWY, [1970] 2002, pp. 27-38) que constituem as condições necessárias, mas não suficientes se tomadas isoladamente, para o surgimento de uma doutrina, circunscrevendo uma esfera ideológica, estabelecendo certos limites para o desenvolvimento das ideias, criando ou eliminando possibilidades. Determinar esses quadros sociais passa pelo estudo das seguintes dimensões do tempo presente do autor: a estrutura econômica e social, que se manifesta no nível das forças de produção, na situação geral das classes sociais, nas situações de certos grupos sociais; a superestrutura política, ou seja, a

[5] Quanto às noções de "explicação" e "compreensão", são necessárias algumas palavras para evitar confusão. É que essas noções, cujo significado canônico na sociologia foi estabelecido por Weber a partir de diferenciação proposta por Dilthey, foram retomadas com importante alteração em seu conteúdo por Goldmann ([1964] 2013), e, a partir dele, por seu orientando e amigo Michael Löwy ([1970] 2002, especialmente a Introdução). É a partir dessa filtragem via *sociologie de l'esprit* francesa (marxista) que ambos os conceitos, já ressignificados e considerados "dois momentos inseparáveis de toda ciência humana" (LÖWY, [1970] 2002, p. 27), aportam no presente trabalho.

situação do movimento operário e de suas organizações e aparelhos; as superestruturas ideológicas, entendidas enquanto atitudes e valores coletivos, concepções de mundo, doutrinas, teorias políticas; a conjuntura histórica precisa, com que se quer referir aos acontecimentos econômicos, sociais, políticos, militares (crises, revoluções, guerras etc.).

O conhecimento dos quadros sociais não é, segundo Löwy, meramente complementar ou exterior ao trabalho do pesquisador do pensamento social, mas permite: primeiro, explicar – ao menos parcialmente – a evolução do pensamento do autor, suas transformações, suas crises, seus saltos qualitativos, seus supostos cortes, suas reorientações; segundo, separar o essencial do secundário ou acidental, descobrindo elementos que, de outro modo, poderiam passar despercebidos; terceiro, desvendar a significação real das categorias vagas, dos termos ambíguos, de fórmulas aparentemente enigmáticas; quarto, situar cada elemento no todo e estabelecer as conexões internas do conjunto. Através desses quadros se deve ser capaz de reconstituir, de modo *intensivo*, a *totalidade social* na qual emerge a obra.

2ª baliza) Quanto à *compreensão*, ela depende da análise imanente dos textos: afinal, é para melhor apreender a obra e suas potencialidades, tanto em cada texto fundamental quanto no conjunto, que se realizam as interpretações. Karel Kosik, estudando como se interpretar corretamente ("autenticamente", segundo ele) um texto realizando sua leitura imanente, oferece pistas valiosas para que se percorra o caminho da interpretação tanto de cada texto quanto da obra em seu conjunto quando afirma que o que se deve exigir da interpretação é: em primeiro lugar, "que não deixe [...] pontos obscuros [...] ou 'casuais'"; em segundo, que compreenda a obra "nas suas partes e no seu conjunto"; em terceiro, "que seja íntegra, não apresente contradições internas, falta de lógica ou inconsequências"; em quarto, que "conserve e capte a especificidade" do material analisado, e "que desta especificidade faça o elemento constitutivo da construção e da compreensão" ([1963] 1976, p. 158).

3ª baliza) *Explicar e compreender* o pensamento de autor no campo da teoria social requer combinar os dois pontos anteriores. Isso exige: a) situá-lo relativamente aos aparelhos privados de hegemonia aos quais o intelectual se vincula, explicitando e examinando as mediações que o unem a eles, e, através deles, a classes sociais; b) situar cada texto do autor em sua trajetória intelectual, localizando-o como expressão de um momento diferente de seu processo de amadurecimento, mas, ao mesmo tempo, como componente de um todo que lhe confere, até certo ponto, seu sentido.

Aprofundemos rapidamente cada um desses aspectos.

Sobre o primeiro deles, note-se que o pensamento é aspecto parcial do homem vivo e inteiro e, enquanto tal, sua verdadeira significação só aparece quando o integramos ao conjunto da vida que o engendra. A fundamentação mais geral para esse ponto está no próprio coração da crítica marxiana quando afirma e demonstra (cf. MARX e ENGELS, [1845-46] 2012, especialmente pp. 32-39; MARX, [1859] 2008, Prefácio; MARX, [1857-58] 2011, pp. 54-58) o primado da existência material – e, portanto, social – sobre a consciência individual[6]. Uma obra é, pois, marcada pelas experiências de seu autor, assim como pela interposição entre ele e a generidade humana de uma particularidade superior à sua própria, ou seja, um grupo – uma classe social, que, nas sociedades capitalistas, se constitui objetivamente na mediação mais importante entre a particularidade individual e a universalidade social.

Já sobre o segundo aspecto, cabe ressaltar que, como produtos de um indivíduo ao longo de sua vida, *cada texto* do mesmo autor se apresenta empiricamente como parte e expressão de um momento diferente de sua trajetória intelectual, resultado de estudos, vivências, experiência, influências etc. Tomada a obra enquanto *conjunto dos textos* produzidos pelo autor, revela-se o evolver de seu pensamento em movimento, mas nota-se que cada texto tem importância variável e que a obra enquanto conjunto não está ordenada previamente a não ser a partir de um critério naturalmente arbitrário como o é a cronologia, com o que ela tem de casual. Como nem tudo o que um autor escreveu tem a mesma importância para a compreensão de sua obra, aquele que busca interpretar ou avaliar o legado de um intelectual deve se haver com o problema de diferenciar aqueles textos acessórios ou que têm importância meramente ocasional dos textos fundamentais, aqueles que marcam profundamente toda a sua evolução posterior, ou mesmo, em certos casos, influem notavelmente sobre o destino da classe cujo movimento expressam e cuja intervenção visam a fundamentar. Deve também ser capaz de situar cada texto como parte de um todo coerente, portador, ele mesmo, de um sentido próprio.

---

6 GOLDMANN aduz uma razão "empírica" para a afirmação da importância especial das classes dentre os grupos sociais. Diz ele: "Partidários do materialismo histórico, vemos na existência de classes sociais e na estrutura de suas relações [...] fenômenos-chave para a compreensão da realidade social [...], e isso não por razões dogmáticas de fé ou ideias pré-concebidas, mas simplesmente porque nosso próprio trabalho de pesquisa e os estudos [...] nos mostraram, quase sempre, a importância excepcional desse grupo em relação a todos os outros" (1967, pp. 86 e 87). Na verdade, os "trabalhos de pesquisa e os estudos" de Marx e Engels e, antes deles, os de historiadores franceses por eles citados (como Guizot), já haviam demonstrado isso.

4ª baliza) Para dar conta de tais exigências se faz necessária a permanente *remissão à totalidade* da obra, a "iluminação das partes pelo todo" (GOLDMANN, 1979, pp. 1 a 25). O conjunto da obra de um autor é uma totalidade constituída de totalidades: *cada texto* por um lado, e o *conjunto da obra* por outro, são totalidades providas de sentido histórico próprio, articuladas entre si. Encontrar esses sentidos depende, por sua vez, da avaliação de cada texto e do conjunto da obra de dois pontos de vista: do ponto de vista *do indivíduo-autor*, cada texto tem de ser entendido enquanto momento de um movimento unitário e coerente (mas não unilinear, não isento de rupturas e somente progressivo se não aceitamos o progresso como categoria meramente quantitativa, mas envolvendo saltos de qualidade, mudanças e revisões crítico-destrutivas que também devem ser estudadas) de amadurecimento intelectual ocorrido ao longo de sua vida; do ponto de vista *da classe a que o autor se vincula*, a obra tem de ser entendida como a explicitação, em determinado nível de amadurecimento, de certa concepção de mundo, que se relaciona tanto a um dever-ser social quanto às diferentes posições políticas através das quais ele se expressa concretamente, determinadas por amplo conjunto de fatores de ordem econômica, social, cultural.

Vale lembrar, quanto ao que vem de ser exposto, dois problemas que não devem ser secundarizados em perspectivas que enfatizam o caráter de classe do pensamento social: primeiro, não é apenas *possível*, mas *é necessário*, que no interior de uma mesma classe social se expressem diferentes posições políticas; segundo, mesmo as mais renhidamente antagônicas concepções do mundo vigentes em um mesmo tempo-espaço histórico-social *tendem a estar unidas pelo fato de expressarem um consenso geral mínimo da época*. Cabe notar, quanto a esse ponto, que o referido tempo-espaço é hoje compartilhado pela esmagadora maioria da humanidade, uma vez que a forma capitalista de sociabilidade se consolidou em nível planetário, tendo eliminado de diversos modos as formas concorrentes. O mencionado consenso carrega em seu bojo, dentre outros elementos, aspectos da expressão mental das relações sociais de produção e reprodução da vida vigentes, do conhecimento do real acumulado historicamente pelo ser social, fragmentos sedimentados a partir das múltiplas posições em embates travados no passado, cristalização de diversas categorias em instituições e palavras-chave compartilhadas que compõem parte do que se pode chamar *o espírito de um tempo*, que conforma o *senso comum* de uma época (HEGEL, [1822-30/1955] 1975; GRAMSCI, [1932-35] 1977, Q. 10, §48, pp. 1334-1338; [1932-33] 1977, Q. 11, §13, pp. 1396-1401; [1935] 1977, Q. 27, §01, pp. 2311-2314; LOSURDO, 2014).

5ª baliza) A consideração da totalidade perde o caráter dialético caso se desconsidere sua *história*, em que se manifestam "a sua dimensão 'genético-dinâmica' (criação do todo e a unidade das contradições) e a sua dimensão 'vertical', que é dialética de fenômeno e essência" (KOSIK, [1963] 1976, p. 63). É aí que reside o erro que consiste em conceber a totalidade *apenas* "horizontalmente", como a "relação entre as partes e o todo". Kosik marca que o problema, nesse caso, é que "a uma totalidade assim entendida faltam a gênese e o desenvolvimento, a criação do todo" em processo, caso em que ela se apresenta falsa ou abstratamente como um todo fechado – e não como um sistema aberto em permanente processo de constituição, expressão de uma "totalidade verdadeira" (p. 109).

Articulando as premissas recém-expostas e examinando as mediações que se estabelecem entre elas é possível buscar os fios de continuidade e os pontos de ruptura, superação e amadurecimento que marcam a trajetória do autor e permitem apreender os temas fundamentais e o tratamento dado a eles, bem como determinar o sentido e a profundidade da incidência de seu pensamento junto à classe, interpretando-o corretamente, aferindo seu sentido e a profundidade de sua incidência sobre a vida social. Trata-se, portanto, de buscar explicitar, fundados sobre as balizas que vêm de ser expostas, como as principais linhas de força em interação no real se expressam no pensamento, ao mesmo tempo em que um intelectual busca apreendê-las e informar com suas ideias a intervenção ativa de uma classe social. Para isso, é necessário desvendar o modo como aquelas linhas interagem concretamente, que determina sua expressão mental, buscando reconstituir o sentido do movimento resultante de seu entrecruzamento e de suas contradições e determinar as leis tendenciais que informam o evolver da realidade objetiva, marcando possibilidades e limites do pensamento social urdido em seu interior.

O conhecimento assim construído pode aspirar a atingir o estatuto de conhecimento verdadeiro sobre o objeto, no sentido da definição clássica da verdade enquanto adequação entre coisa e intelecto ou "coincidência do conhecimento com seu objeto" (HEGEL, [1812-16] 1968, p. 524), tomando-se em conta a seguinte precisão posta por Hegel em sua crítica a Kant:

> Seria absurdo, se afirma, pedir um critério da *verdade do conteúdo* do conhecimento; - mas, segundo a definição [da verdade como coincidência do conhecimento com seu objeto – V.N.], não é o *conteúdo* o que constitui a verdade, mas antes a *coincidência* do conteúdo com o conceito. Um conteúdo tal, como aquele de que se fala aqui, *sem o conceito*, é algo carente

> de conceito e, portanto, carente de essência. Claro que não é possível perguntar pelo critério de verdade de um conteúdo semelhante, [...] porque, devido a sua falta de conceito, não apresenta a *coincidência requerida* [...]. (HEGEL, [1812-16] 1968, p. 525).

Vale lembrar que ao adjetivo *verdadeiro* se deve apor o advérbio *momentaneamente*, tendo-se em conta que aquele adjetivo não significa de modo algum absoluto, final ou inquestionável. O verdadeiro só o é se está ele mesmo em movimento, e assim também o próprio conhecimento. É tomando-se esse aspecto em consideração que se compreende o sentido da afirmação de que "o verdadeiro é o todo" (HEGEL, [1807] 1992, p. 31). E é, portanto, no verdadeiro que deve estar incluída a consideração das possibilidades, valendo também o raciocínio em sentido inverso: o real só é (objetivamente) verdadeiro enquanto contém em si diferentes possibilidades, a partir das quais e sobre as quais intervém o ser social, que, portanto, devem ser levadas em conta pelo pesquisador para apreender seu movimento[7]. De certo modo, portanto, no real presente já há sempre algo como restos de futuro...

As considerações feitas até aqui constituem os fundamentos sobre os quais se assentou a interpretação do pensamento de Carlos Nelson Coutinho a ser exposta neste trabalho. O que já se avançou permite fundamentar e precisar, ainda, a posição adotada quanto a certas questões-chave nos marcos da pesquisa que se vai expor.

Iniciemos pela consideração da pouca importância das *influências* como fator explicativo do pensamento de um autor, assim como da autonomia relativa da esfera intelectual.

Goldmann (1967, p. 77) afirma que "as influências de toda sorte

---

[7] O problema da relação entre possibilidade e efetividade é tratado de modo cuidadoso em Lukács ([1976] 2012/2013, vol. 02, cap. I). Note-se, ainda, que no presente livro está em permanente estado de latência o tratamento da relação entre conhecimento, objetividade e subjetividade, que, entretanto, não será abordada diretamente: aparecerá apenas na medida em que surgirem elementos de problematização da relação entre o pensamento coutiniano e certo ponto do movimento do ser da classe trabalhadora, e, com ele, de sua consciência, em nível internacional e nacional. Cabe marcar que, em torno da mencionada questão, a polêmica, no campo da filosofia em geral, e do pensamento marxista em particular, é acesa, e quanto ao assunto não há posição que tenha alcançado *status* de unanimidade. Para ficarmos apenas no campo do marxismo, e trabalhando somente com autores citados em um ou outro ponto do presente texto, confiram-se as posições divergentes presentes em Kosik ([1963] 1973), Lukács ([1963] 1966; [1976] 2012/2013), Sartre ([1961] 2015) e Gramsci ([1929-1935] 1977) – que contêm elementos que comparecem, articulados de modo específico, na síntese que se buscou no presente trabalho.

explicam pouca coisa, para não dizer nada, no que respeita à *história do espírito*" (grifo do autor), devendo, ao contrário, ser elas mesmas explicadas. Isso aconteceria por duas razões principais.

Em primeiro lugar, porque todo intelectual encontra sempre no mundo e na época em que vive uma incontável variedade "de ideias, de posições religiosas, morais, políticas etc.", dentre as quais apenas algumas estarão presentes mais diretamente enquanto influências perceptíveis em seu pensamento, e por isso o problema que se coloca ao pesquisador interessado em estudar o pensamento de um ou mais autores é saber "*porque* [os autores em questão] sofreram *precisamente essa influência* [e não outras] [...] *numa época determinada de sua história ou de sua vida*" (p. 77).

Em segundo lugar, porque mesmo as influências não entram puras no pensamento de ninguém – elas são submetidas a deformações resultantes dos processos de seleção, interpretação e rearticulação operados pelo intelectual sobre as ideias e os textos que encontra disponíveis em seu tempo e lugar. O autor dá, entre outros exemplos, o da influência de Aristóteles sobre o tomismo, que obviamente – quando pouco, pelos cerca de quinze séculos que separam a vida do filósofo antigo e a do medieval, que, portanto, não devem ter tido muita facilidade para se encontrar pessoalmente – não pode ser considerada como ingerência do Estagirita real e historicamente existente sobre o pensamento do beato Tomás, mas sim *do Aristóteles tal como o entendeu e interpretou Aquino*, o que é "uma coisa inteiramente diferente" (p. 78).

E o que determinaria a seleção e as características peculiares através das quais o pesquisador assimila as categorias e a teoria pré-existentes, participando ele mesmo do processo de construção das influências tais qual aparecem realmente em sua obra? Goldmann afirma que é "na estrutura econômica, social e psíquica *do grupo que sofreu a influência* que é preciso encontrar suas principais causas, de sorte que ainda cabe às análises materialistas explicar as influências" (p. 78 – grifos do autor). Essa afirmação é, tomada em sua generalidade, correta, ainda que a relação entre pesquisador e grupo social seja, ela também, entremeada por mediações que não poderão ser consideradas aqui. Limitemo-nos ao seguinte: se é verdadeira a relação entre, de um lado, "estrutura econômica, social e psíquica", e, de outro lado, modalidade particular de assimilação de influências pelo pesquisador a partir do conjunto de "influências possíveis" de que dispõe, então isso quer dizer que as influências tais como aparecem realmente no pensamento que as sofre são determinadas também pelas exigências postas pelo real no qual o pensador vive, a partir do qual formula questões que exigem respostas do homem de seu tempo, e não apenas

pela discricionariedade do pesquisador.

Quanto à "autonomia relativa das ideologias em relação às infraestruturas", é ainda no mesmo texto (às pp. 80-81) que o autor ressalta que "seria absurdo pretender relacionar *todas as minúcias* de um sistema jurídico [assim como de qualquer outra construção ideal] com as infraestruturas ou com outros domínios ideológicos". Ele tem razão. Insistir em fazer isso poderia levar a determinismos, negligenciando a lição básica de método historiográfico que ensina que os homens não fazem sua história a partir somente de suas escolhas presentes, como se as estruturas existentes no presente não carregassem consigo o peso da objetividade (o que quer dizer, neste caso, do resultado das atividades e das escolhas de homens e mulheres cristalizado ao longo de lapsos temporais por vezes larguíssimos), mas a partir de circunstâncias que "lhes foram transmitidas assim como se encontram" (MARX, [1852] 2011, p. 25) e cuja simples existência, portanto, está, ao menos à partida, *fora* do leque de decisões do agente – que pode até decidir *acabar* com elas ou *transformá-las*, mas não pode decidir que elas nunca tivessem existido e não carregassem consigo sua própria história.

Passemos, agora, ao problema da *relação entre teoria social e intervenção política*, expressão particular da relação, mais geral, teoria-prática.

É Gramsci quem afirma que em concepções do mundo "ocasionais e desagregadas" (por oposição àquelas construídas ativamente de modo "crítico e coerente") costumam coexistir elementos diversos, sedimentos de diferentes épocas históricas. Já a obra no campo da teoria social, para que se inscreva no espaço de debates de seu tempo histórico, deve conter um núcleo de conhecimento verdadeiro sobre o real presente que permita à classe identificar a teoria àquilo que experimenta empiricamente, se impondo como parte de uma *interpretação unitária e coerente* da realidade, formulada no âmbito dos aparelhos de hegemonia da classe, através qual se enxergam correspondências a partir das quais intervir.

Esse núcleo, entretanto, pode se constituir a partir da seleção de certas determinações que, ainda que realmente existentes, são periféricas, mostrando-as como se fossem centrais. Nesse caso, tendem-se a ocultar (deixando-os de fora ou apresentando-os em posição subalterna) aspectos essenciais do real, o que pode conduzir à naturalização e à apologia de alguns de seus traços. Um núcleo de conhecimento verdadeiro pode assim se prestar a mistificar a realidade que busca reconstituir no pensamento – característica marcante da *ideologia*. Isso geralmente acontece quando se recortam

inadequadamente elementos da totalidade, subvertendo as relações realmente existentes entre as categorias e apresentando, por exemplo, particularidades como universais (os interesses burgueses como interesses "do povo" ou "interesse público", relações mercantis nos mais diversos momentos da história como manifestações de "diferentes tipos de capitalismo" etc.).

Note-se que a existência de certa insuprimível distância entre intenção e gesto – e entre o gesto e o conhecimento, por parte de quem age, de todas as consequências que dele advirão – é o que explica, sem qualquer concessão ao paradoxo de um "relativismo absoluto", que em muitas situações possa ocorrer o descolamento entre o acerto no plano da teoria e a falta de eficácia no que tange à intervenção política, ou bem o contrário, em que ainda que partindo de interpretação problemática e equivocada do real, se possa experimentar, ao menos no nível da *manipulação* (cf. LUKÁCS, [1976] 2012/2013), eficácia interventiva sobre ele. Essas observações, de caráter geral, são válidas para a relação entre diferentes modalidades de ação social e diversos corpos teóricos no campo dos estudos sociais, e mesmo para diferentes remissões de caráter político a ideologias que aparentemente não têm implicações políticas assim tão explícitas, como, por exemplo, as religiões[8]. O problema se põe, entretanto, *de outro modo* se o agente social visa a subverter o próprio fundamento sobre o qual repousa determinada forma de vida social, revolucionando-a, especialmente no caso de esse agente não ser dominante materialmente antes de buscar se tornar dirigente – penso, é claro, no proletariado. Alguns desses problemas serão tratados neste trabalho, e se relacionam à incidência social do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho e ao papel que ele parece ter cumprido em decisões políticas tomadas por organizações de classe no Brasil.

---

[8] Esse último comentário sugere um exemplo. Nas disputas *políticas* ocorridas na transição da Idade Média para a Moderna, surgiram prelados ou seitas da Igreja que se baseavam em uma suposta interpretação correta das Escrituras – ou de trechos delas escolhidos a dedo – para sustentar suas posições *políticas* contra outras ou contra o papado, que por sua vez replicava escorando sua autoridade moral em suas próprias interpretações dos mesmos textos. Se considerarmos que tais embates não podiam, por questões prosaicas relacionadas à pura e simples inexistência de Deus, se basear em algum tipo de conhecimento profundo da verdadeira natureza do real, tem-se que a intervenção social pode mesmo chegar a *prescindir* do conhecimento verdadeiro sobre aspectos fundamentais da realidade, adotando-o em outros aspectos menos fundamentais e trabalhando a partir de mediações mais diretamente vinculadas à prática e a rudimentos de sistematização teórica dela *combinados* a uma teoria de fundo *falsa* sobre o mundo. E nem por isso tal teoria deixa de servir de base à intervenção eficaz.

Cabe sublinhar, ainda, que sustentar a *unidade* entre teoria e prática é bastante diferente de sustentar a *identidade* entre as duas, tanto quanto *unidade* e *identidade* são categorias que estão longe de ter o mesmo conteúdo – vale lembrar que unidade pressupõe *diversidade*. Teoria e prática não são idênticas, ainda que estejam sempre unidas como momentos de um mesmo processo cognoscitivo-interventivo. Não se deve, portanto, subsumir uma à outra, nem tampouco interpretar esta enquanto consequência direta e univocamente derivada daquela. Por outro lado, não se deve hipostasiar a distância entre conhecimento teórico e intervenção prático-política, principalmente se isso resultar no esquecimento de que tal distância pode se dissolver em certas situações (gerando *identidades parciais*), como por exemplo na *práxis revolucionária*, como apontado por Marx em suas *Teses sobre Feuerbach* – especialmente a nº 03 (in MARX e ENGELS, [1845-46] 2012, pp. 533-535). Também aqui, não interessa encontrar fórmulas estáticas que sempre se aplicariam a toda e qualquer situação: a própria relação entre teoria e prática se movimenta conforme o movimento das classes, as exigências postas e as possibilidades abertas por ele no plano da produção de conhecimento sobre a realidade social.

Temos assim que a reconstituição o mais perfeita possível da realidade no pensamento se apresenta, muito embora apenas em última instância (LUKÁCS, [1976] 2012/2013, vol. 02, cap. 01), como meio no sentido de assegurar a eficácia da intervenção sobre ela e a consecução dos objetivos postos pelo agente social, por aquele que busca intervir, pelo sujeito da práxis. Nesse sentido, o ser social não conhece apenas por conhecer, mas porque precisa intervir sobre o mundo. Entretanto, como conhecimento e intervenção sobre o real não são idênticos nem redutíveis um ao outro, ainda que estejam em estreita relação, há entre eles certas mediações cuja existência não basta constatar, mas que têm de ser conhecidas e examinadas (LUKÁCS, [1923] 2003, p. 142) sob pena de se borrarem identidade e não-identidade e se perderem de vista as variadas modalidades de articulação unitária entre teoria e prática, subsumindo uma à outra.

Isso quer dizer, no caso de nosso objeto de estudo, que as questões expressas nos elevados cumes do debate teórico refletem muitas vezes exigências políticas postas pelo próprio movimento da realidade objetiva e pelas dificuldades e resistências impostas às tentativas, feitas pelo ser social, de interferência sobre ela. Tem-se, como resultado, isto: por um lado, o momento do conhecimento e da apropriação coletiva ou individual das questões da época através da experiência e da reflexão não pode ser confundido com o (ou subsumido ao) momento da intervenção; por outro lado, as determinações postas

pela necessidade da ação coletiva para a interferência no real, mediada pela política propriamente dita, impregnam profundamente o pensamento do intelectual engajado – especialmente do intelectual organicamente vinculado a uma classe social fundamental –, gerando uma tensão permanente que pode desembocar na interpenetração entre teoria e política na formulação da interpretação da realidade.

Esses são alguns dos elementos a informar a exposição e a apreciação do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho, que obedecerão à ordem a seguir.

Na Parte I, mostrarei ao leitor os pontos da evolução pessoal e intelectual do autor que me parecem fundamentais, desde a juventude ao fim dos anos 1970, bem como algo da dimensão mais imediata dos quadros sociais em que seu amadurecimento se processou. Essa parte constituirá a base de apoio sobre a qual proceder ao exame imanente da textualidade coutiniana, após o qual se poderá retomar a consideração, ora aprofundada, dos quadros sociais, até que se possa finalmente explicitar todo um conjunto de interações, articulações, mediações entre as duas dimensões.

Na Parte II, estudaremos a concepção de mundo unitária e coerente do Carlos Nelson Coutinho maduro. O estudo será feito, nesse momento, seguindo *rente aos textos* do pensador baiano, de modo a nos fornecer com clareza, rigor e fidelidade a seu pensamento, os traços gerais, não do mundo, mas da *sua interpretação do mundo*. No quarto capítulo, exporemos a leitura coutiniana das bases econômicas vigentes em seu tempo histórico, fundamento para sua estratégia política assentada sobre a afirmação da possibilidade de uma transição ao socialismo através do aprofundamento da democracia, entendida como fruto do acúmulo de vitórias obtidas nas lutas parciais das classes trabalhadoras capitaneadas pelo proletariado – posição que o próprio autor nomeou "reformismo revolucionário". No quinto capítulo, mostrarei como Coutinho postulou, escorado sobre aquelas bases, tanto a possibilidade como a necessidade de que o caminho ao socialismo no mundo contemporâneo – ou pelo menos em sua parte ocidental – fosse pavimentado sobre a estrada do consenso, respeitando-se a institucionalidade democrático-burguesa e ampliando-a. No sexto capítulo, examinaremos como a concepção de mundo coutiniana incide sobre sua interpretação da peculiaridade histórica e estrutural brasileira, resultando no que se pode chamar de uma imagem coutiniana do Brasil. O objeto da segunda parte é, portanto, *a concepção coutiniana do mundo*.

Já na Parte III o objeto é *o mundo na base daquela concepção.* Procederei, portanto, a uma apreciação crítica do mundo que o

pensamento coutiniano refletiu, para, a seguir, confrontá-la ao reflexo coutiniano daquele mesmo mundo. Meu objetivo é fornecer, nela, os elementos fundamentais à localização histórica do pensamento político coutiniano à luz do evolver da luta de classes. Assim, no sétimo capítulo exporei alguns aspectos internacionais dessa luta mais diretamente relacionados à formação e à evolução do pensamento coutiniano. No oitavo, mostrarei tais aspectos no âmbito brasileiro. No nono, colocarei o pensamento político coutiniano em relação com o tempo histórico no qual se formou e desenvolveu, procedendo também à exposição de algumas inadequações entre certos pontos de seu pensamento e a crítica da realidade que Coutinho buscava interpretar.

Nas Considerações Finais serão apontados sentidos possíveis da assimilação do pensamento coutiniano hoje. Será ponderada a difícil relação que vem se estabelecendo historicamente entre democracia e socialismo, especialmente no tocante à contraditoriedade de espaços de luta, formas de organização e conquistas das classes trabalhadoras.

Parte I
A formação do pensamento coutiniano: 1959-1979

Sempre é perigoso, senão arbitrário, parcelar os filósofos como "o X jovem" e "o X maduro", para opor uma parcela à outra. As principais linhas esquemáticas de uma ideia sintetizadora fundamental podem estar presentes, mais ainda, têm de estar, na mentalidade de um filósofo quando esse desenvolve em um escrito particular algumas de suas implicações concretas em contextos particulares. É claro que uma ideia assim pode experimentar transformações importantes; os mesmos contextos particulares requerem constantes reelaborações e modificações de acordo com as características específicas das situações concretas que se devem ter em conta. Mas nem sequer uma conversão genuína do "idealismo" ao "materialismo" implica necessariamente que se rechace ou reprima a ideia sintetizadora original.

István Mészáros

[O conceito de dialética em Lukács, 1]

Carlos Nelson Coutinho faleceu em sua casa na madrugada de 20 de setembro de 2012, após cerca de meio século de militância e atividade intelectual marxista. Na despedida pública, realizada na universidade onde trabalhou por mais de 20 anos e carregada de símbolos que remetiam a toda a sua história de vida, dois em especial chamaram a atenção: aqui, a bela homenagem feita pelos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – estudantes na Escola em que o mestre baiano lecionara, e que nomearam a turma, em sua homenagem, "Turma Carlos Nelson Coutinho" –, que entoaram diversas canções e hinos em homenagem ao companheiro cuja vida vinha de cessar; ali, o pano vermelho da aliança entre os trabalhadores do campo e os da cidade rumo ao comunismo, foice e martelo cruzados encimados pela estrela de cinco pontas. É que Coutinho, como último pedido, havia feito questão de ser velado sob a bandeira do movimento comunista internacional[9].

Esse episódio foi o último marco em uma longa e tensa relação, de admiração embebida em distanciamento crítico, entre esse intelectual comunista e a experiência concreta da URSS, em que, pela primeira vez de forma duradoura, o proletariado tentou não apenas o assalto ao céu, mas também a derrubada violenta de suas trincheiras e casamatas, visando a elevar cada mulher e cada homem à condição de senhores de si e da vida social.

Neste capítulo apresentarei, reconstituindo-os em grandes traços, esboços do movimento da vida de Carlos Nelson Coutinho ao longo de suas primeiras três décadas e meia, assim como da constituição de sua obra intelectual. Deter-me-ei o mínimo necessário sobre certos pontos da trajetória do pensador que auxiliarão na localização posterior da marcha de seu pensamento político, partindo da posição anteriormente exposta de que o pensamento de um indivíduo (e isso é especialmente verdadeiro no caso de um intelectual como Coutinho, como veremos) é determinado pelas grandes questões de sua época e que essas não são consequência apenas nem primeiramente da evolução do próprio pensamento.

---

[9] Gostaria de registrar aqui um agradecimento: a bandeira, localizada por mim para atender a pedido feito por companheiros da Escola de Serviço Social da UFRJ com o velório já prestes a começar, foi cedida gentil e prontamente por Alexandre Magno Gonzalez de Lacerda, que a retirou de seu acervo pessoal.

01.

1959-1964
INTELECTUAIS E ALTA CULTURA EM UMA CIDADE INTELIGENTE NUM PAÍS IRRECONHECÍVEL

Carlos Nelson Coutinho, filho de Nathan Coutinho do Rosário e Elza de Souza Coutinho, nasceu em Itabuna, no sul da Bahia, no dia 28 de junho de 1943 – que ele viria a recordar, em sua maturidade, como o "glorioso ano da batalha de Stalingrado" (COUTINHO, 2009, p. 32).

Seu pai, Nathan Coutinho do Rosário (Valença, 23 de agosto de 1911 – Salvador, 23 de agosto de 1991), foi advogado de profissão, formado pela Faculdade Livre de Direito da Bahia em 1935 (ALBA, 2015) – ainda antes, portanto, da existência da Universidade Federal da Bahia (UFBA), cuja fundação integrou como uma das primeiras escolas em 1946 (CARVALHO, 1999, p. 126). Foi também poeta e homem ativo politicamente, tendo sido secretário da Prefeitura de Itabuna e diretor do Jornal *A Época* na mesma cidade, antes da mudança para Salvador (ALBA, 2015).

Um breve resumo de sua trajetória política e intelectual é encontrado neste obituário do jornal *O Estado de São Paulo*:

> Nathan Coutinho – Aos 80 anos em Salvador, Bahia. Natural de Valença, era presidente (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado. De 1947 a 1959 foi deputado estadual pela União Democrática Nacional, como representante da região cacaueira, havendo também militado na advocacia em Itabuna. Na gestão Antonio Balbino, três vezes respondeu pelo governo do Estado da Bahia, na qualidade de presidente da Assembleia Legislativa. Poeta no estilo parnasiano, publicou muitos poemas e o livro "Inquietude". O senador Josaphat Marinho disse: "Colega na Assembleia Legislativa, Nathan Coutinho tinha um comportamento que primava pela correção e cortesia, conservando rigorosa atitude de educação até mesmo diante de seus adversários políticos". Filho de Josino do Rosário e Armia Coutinho do Rosário, falecidos, era casado com Elza de Souza Coutinho. Deixa os filhos Carlos Nelson Coutinho e Sônia Coutinho. Deixa ainda as netas Elza e Nathália. O enterro realizou-se no Cemitério Jardim da Saudade, naquela cidade. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1991).

Bem posicionado no meio da aristocracia fundiária cacaueira baiana, o dr. Nathan (como era conhecido entre os amigos de Carlos Nelson Coutinho que me concederam entrevista e a ele se referiram) foi deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN) por três legislaturas – ligado ao grupo do antigo tenente e interventor (1931-37), posteriormente general e governador eleito (1959-63), Juracy Magalhães. Na qualidade de presidente da Assembleia Legislativa, chegou a ser governador em exercício da Bahia durante o governo Antônio Balbino (1955-59). Sobre sua atividade política, Coutinho viria mais tarde a afirmar o seguinte: "Era deputado udenista, embora não fosse um conservador; era uma pessoa progressista, mas que, por injunções da política baiana, era ligado à UDN. E tinha na sua estante *O manifesto comunista* e *Do socialismo utópico ao socialismo científico*" (COUTINHO, [2000] 2006a[11], pp. 165-6). Nosso autor afirmava também, sobre o pai, que "publicamente ele não era de esquerda, mas dentro de casa ele tinha uma posição mais aberta" (2009, p. 32). Essa leitura foi endossada pelos entrevistados, ao longo da pesquisa na base deste texto, que a ele se referiram, como José Paulo Netto, Andréa Teixeira, Leandro Konder e Amélia Maia[10].

Com pendores literários, publicou o livro de poemas *Inquietude* (ROSÁRIO, 1933) e o livro de crítica literária *Pequeno Ensaio sobre a Poesia Brasileira* (ROSÁRIO, 1937), assim como diversos poemas avulsos – alguns dos quais reunidos, em 1980, na coletânea *50 Poesias de Nathan Coutinho*, que conta com orelhas elogiosas de Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade e do próprio Juracy Magalhães (ROSÁRIO, 1980). Em 1959, o dr. Nathan renunciou a seu mandato de deputado (retirando-se, a partir daí, da atividade política profissional) em favor da nomeação como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, passando a vice-presidente em 1961 e a presidente em 1963 (ALBA, 2015). Não encontrei registros públicos sobre d. Elza, a não ser aqueles relacionados ao fato de ter sido esposa do dr. Nathan e mãe do filósofo

[10] Amélia Rosa Maia, que foi namorada de Carlos Nelson Coutinho a partir de 1961 e sua esposa por mais de 20 anos, de 1965 a 1989 (além de mãe de sua filha, Natália Maia Coutinho), afirmou – em entrevista concedida em 03 de dezembro de 2015 –, sobre o dr. Nathan, tratar-se de "um homem aberto, um poeta e um liberal, que foi levado para a política por seu amigo Juracy Magalhães". Na mesma entrevista, afirmou que o dr. Nathan foi contra o golpe – apesar da posição favorável de seu amigo Magalhães – ou que, pelo menos, "foi contra o AI-5". Os entrevistados foram unânimes em afirmar o liberalismo político do dr. Nathan, assim como o fato de que ele sempre ajudou o filho perseguido pela ditadura. Tal afirmação é endossada pelo próprio Coutinho quando, referindo-se ao exílio, afirma que "no início [do exílio] não tinha emprego, meu pai me mandava dinheiro" (COUTINHO, [2000] 2006a[11], p. 173).

Carlos Nelson Coutinho e da escritora Sônia Coutinho.

Quando o filho mais novo (sua única irmã, Sônia, nascera em 1939) contava "uns 3 ou 4 anos" de idade (COUTINHO, 2009, p. 32), a família se mudou para a capital Salvador, provavelmente devido à atividade política do pai. A informação citada, dada por Coutinho em entrevista, colide com outra em texto escrito sobre sua irmã, em que se afirma que ela teria se mudado para Salvador com a família aos 11 anos (LOBEL, 2013). Se essa última fonte for a correta, então o menino Carlos Nelson contava 07 anos quando da mudança.

Isso, entretanto, em nada altera o fundamental, ou seja, o fato de sua formação básica ou fundamental ter se dado inteira em Salvador – em um momento extremamente peculiar da história dessa cidade. Foi aí que o menino Carlos Nelson realizou seus estudos, até a obtenção do grau de bacharel em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia, aos 21 anos, em 1964 ([2000] 2006a[11], p. 169). Coutinho, quando já um intelectual reconhecido e há muito instalado no Rio de Janeiro, reconhecia a importância decisiva da Cidade da Bahia em sua formação: "Me formei em Salvador, e as opções que eu fiz, fiz em Salvador" (2009, p. 32).

Formalmente, o bacharelado foi o único título obtido por ele junto à Universidade até a livre-docência em 1986, quando de sua aprovação em concurso público para professor titular da Escola de Serviço Social da UFRJ – posição a que pôde se candidatar graças à atribuição de "notório saber" pela instituição[11]. Não completou, portanto, nenhum curso de pós-graduação, tendo tido formação, em suas próprias palavras, essencialmente *autodidata*.

---

[11] Informação fornecida por José Paulo Netto, seu amigo por mais de 40 anos, camarada de PCB e já professor na ESS-UFRJ quando da entrada de Coutinho, em conversas não-gravadas comigo entre 2013 e 2015. Seguem algumas outras informações que podem interessar: a primeira é que ambos se tornaram amicíssimos ao longo dos anos, comunicando-se quase diariamente e tendo-se sagrado quase simultaneamente professores eméritos da instituição em que lecionaram; a segunda é que o primeiro contato documentado entre os dois (o primeiro contato não documentado data, segundo o próprio José Paulo Netto, de meados dos anos 1960) data de 1970, consistindo em entrevista dada pelo jovem Carlos Nelson Coutinho (então com 27 anos) ao jovem José Paulo Netto (então com 22 anos), em COUTINHO e NETTO, 1970. É interessante a leitura dessa entrevista: nela transparece, pelo tom, a enorme admiração do comunista mais jovem por seu camarada mais velho (considerado "um dos mais importantes ensaístas brasileiros da atualidade", e enaltecido por vir a ter brevemente seu primeiro livro "publicado em russo, o que dá a medida de sua significação"), admiração essa que se manteve, soldada por sólida amizade e temperada por boas polêmicas, até o fim da vida de Coutinho.

Coutinho faz referência a essa característica de sua formação nos seguintes termos:

> Li muito, minha formação intelectual foi essencialmente a de um autodidata; não tive nenhum mestre, ou seja, nenhuma pessoa mais velha que tenha me orientado nas minhas leituras. Lia o que me caía nas mãos, meio caoticamente. (COUTINHO, [2000] 2006a[11], p. 166).

Ou ainda:

> [...] não aprendi nada, ou aprendi muito pouco, na Faculdade de Filosofia da UFBA. Aprendi talvez um pouquinho com o professor de História da Filosofia, Auto de Castro, que era um marxista kantiano [...]. Ele tinha uma certa informação em história da filosofia, a disciplina da qual era catedrático; Auto começava com os gregos e chegava até Kant, mas, depois de Kant, não dava quase nada. [...] Fui aluno também do Padre Francisco Pinheiro, que [...] dava aula de batina e era tomista radical. [...]
> Então, não aprendi quase nada na faculdade. Diria até que, pelo contrário, se tivesse aprendido, teria sido desinformado. Na verdade, tinha pouquíssimos professores. O Padre Pinheiro era professor de praticamente todas as disciplinas [...]. Tinha um outro professor, de Ética, que jamais deu uma aula. [...] Então, minha formação [...] é uma formação extremamente pessoal. [...] Li muito por minha conta, descobrindo meio casualmente os autores. (COUTINHO, [2000] 2006a[11], pp. 168-169).

Essa autoimagem de Coutinho como autodidata corresponde a apenas uma parte – importante, mas parcial – da verdade, e pode induzir ao erro de se o considerar um "gênio" entendendo-se por tal termo uma espécie de raio em céu azul, homem autoproduzido em ambiente hostil e atrasado como supostamente seria a Salvador dos anos 1950. Não é preciso, aqui, insistir em que esse tipo de qualificativo é usualmente empregado em referência a intelectuais reconhecidos ou artistas renomados, e costuma excluir sumariamente a consideração de quantos outros homens e mulheres são necessários para fabricar uma personalidade rica como a que se enaltece – sem falar na importância do campo de relações mais próximas que tais indivíduos necessariamente entretecem em seu desenvolvimento, na constituição de sua "genialidade". Tal imagem, no caso de Coutinho, pode se impor com ainda mais força a partir de certas declarações suas, como aquela em

torno do fato de ter, aos 18 anos de idade, corrigido seu professor de filosofia que havia dito uma "barbaridade" sobre a consideração gnosiológica acerca da objetividade das contradições, desconhecendo o pensamento hegeliano e sendo a ele apresentado pelo jovem aluno (COUTINHO, [2000] 2006a[11], p. 168), ou uma outra sobre ter feito um péssimo curso de filosofia, em que "com meus 18 ou 19 anos sabia mais do que a maioria dos professores" (2009, p. 32).

Por isso não limitar-me-ei a expor, a seguir, algumas informações que corroboram a importância de aspectos do autodidatismo – como o peso assumido pela combinação dos fatores grande capacidade de trabalho, esforçada iniciativa individual, caráter assistemático da escolha das leituras e interpenetração entre política e teoria, tudo isso reforçado pela grande possibilidade (inclusive financeira) de acesso a obras importadas devido à boa situação familiar e à vocação ilustrada do pai – na formação do jovem intelectual. Desenvolverei, imediatamente após essa exposição, um conjunto de determinações que ficam de fora em afirmações do tipo das que viemos de acompanhar, e que enriquecerão, perante o leitor do presente trabalho, a imagem do destacado pensador baiano – que, afinal, não precisa de mitos para ter demonstrada sua grandeza, que já o foi em sua alentada e influente obra.

Prossigamos, então, por um levantamento de certas determinações mais diretamente relacionadas ao autodidatismo na formação do jovem Carlos Nelson.

Na segunda metade dos anos 50, com cerca de 15 anos, o rapazola leu pela primeira vez um livro vinculado à tradição marxista: *O Manifesto Comunista* de Marx e Engels. A leitura, indicada a ele por sua irmã, foi realizada em exemplar obtido na biblioteca do pai, tendo sido logo seguida pela da brochura engelsiana *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, obtida também na perigosa e subversiva biblioteca paterna. "Foi um deslumbramento" (COUTINHO, 2009, p. 32) que veio imediatamente acompanhado pela decisão juvenil de "fazer política pela esquerda" ([2000] 2006a[11], pp. 166), ou seja, junto aos comunistas.

Quanto a isso, é importante reter o seguinte: sua opção por ser intelectual esteve, desde o início, articulada à decisão de fazer política e à intenção de tornar-se comunista – materializada em prática a partir de sua entrada no PCB "no início de 1961" (COUTINHO, [2000] 2006a[11], p. 169), aos dezessete anos. Tempos depois, ao comentar o início de sua formação e essas primeiras decisões políticas e profissionais – que o marcariam para o resto da vida –, declararia que nunca conseguiu distinguir entre ser comunista e ser intelectual (p. 166).

Em torno de 1959-1960 (no terceiro ano do que atualmente se

chama de ensino médio, à época "colegial"), ouviu falar em Gramsci pela primeira vez através de seu professor de História, Paulo Farias, intelectual marxista e militante do PCB. Adquiriu seu primeiro exemplar do marxista sardo, uma edição argentina de *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*, no ano de 1961, junto com seu primeiro exemplar de Lukács – edição francesa, *Histoire et conscience de classe* –, de cuja existência soubera através de uma resenha em revista francesa lida na biblioteca da Faculdade de Direito (COUTINHO, [2000] 2006a[11], pp. 166-167).

Vale marcar: esses exemplares foram adquiridos não em Salvador, mas na livraria Leonardo da Vinci no Rio de Janeiro, que importava livros num momento em que o mercado editorial brasileiro – assim como o mercado de bens culturais em geral, que só se consolidou e massificou no Brasil a partir dos anos 1960 (ORTIZ, [1988] 1995, p. 113), sob o tacão da ditadura do grande capital inaugurada em 1964 – era imensamente menos desenvolvido do que hoje e deixava muito a desejar em relação aos de outros países latino-americanos, como a Argentina e o México.

O rapaz nascido em Itabuna, filho da velha aristocracia fundiária do sul cacaueiro da Bahia, morador de uma casa ampla e confortável na mesma Barra em que habitavam ou veraneavam, no mesmo período, membros da elite ilustrada baiana como o reitor da UFBA, Edgard Santos, o arquiteto Diógenes Rebouças e parte das altas burguesia e aristocracia fundiária baianas[12], teve, portanto, acesso a alguns dos escritos carcerários de Gramsci cerca de 5 anos *antes* que a editora Civilização Brasileira, em iniciativa capitaneada por Ênio Silveira, iniciasse as primeiras publicações de Gramsci no Brasil entre 1966 e 1968[13] – treze anos após o início da publicação da edição temática

---

[12] A informação de que a família Coutinho habitava uma boa casa na Barra foi fornecida por Amélia Maia – que a frequentava desde o fim da adolescência, comparecendo junto a um seleto grupo de amigos mais chegados às feijoadas realizadas todo domingo por d. Elza de Souza Coutinho – na entrevista citada em nota anterior, em que ela também recorda que ali vivia ou veraneava parte das altas classes dominantes baianas da época. As informações sobre a residência de Edgard Santos e Diógenes Rebouças no bairro provêm de RISÉRIO, 1995 – cf. especialmente as pp. 41-42.

[13] O jovem intelectual comunista participou deste esforço editorial como tradutor de dois dos cinco volumes publicados: *Concepção dialética da história*, publicado em 1966, para o qual também redigiu nota introdutória em parceria com Leandro Konder, e *Os intelectuais e a organização da cultura*, publicado em 1968, para o qual também redigiu as orelhas. Os volumes publicados neste primeiro momento foram, na ordem: *Concepção dialética da história*; *Cartas do Cárcere* (uma antologia em um volume); *Os intelectuais e a organização da cultura*; *Literatura e vida nacional*; *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Para maiores informações, cf.: COUTINHO, [1989-1995]

italiana dos Cadernos por Togliatti. Por isso nosso autor, já maduro, podia afirmar que tinha "a vaidade de ter sido um dos primeiros a citar Gramsci no Brasil" (COUTINHO, 2009, p. 32), já que aos 18 anos publicara um artigo referindo-se ao marxista sardo na revista *Ângulos*, editada pelo Centro Acadêmico Ruy Barbosa (CARB) da Faculdade de Direito da UFBA.

Foi, aliás, neste mesmo ano de 1961 que Coutinho ingressou na referida Faculdade de Direito. Não por acaso, trata-se da mesma tradicional escola em que o pai havia estudado (já então incorporada à UFBA), e em que se formava parte considerável do corpo política e economicamente dirigente da (alta) sociedade baiana de então – e mesmo, ainda que em menor escala por razões a serem apresentadas a seguir, da elite cultural. Quanto a esse último ponto, basta lembrar que alguns anos antes havia se graduado ali Milton Santos, que se tornaria um dos geógrafos mais importantes do mundo, além de, na mesma época em que o jovem Carlos Nelson, terem passado pela escola figuras dentro em pouco conhecidíssimas, como os intelectuais e artistas João Ubaldo Ribeiro e Glauber Rocha (ambos, aliás, *amigos* do jovem intelectual comunista) – que também atingiram reputação internacional, tendo suas obras premiadas em diversos países de diferentes continentes –, o poeta Waly Salomão e o músico Raul Seixas.

Coutinho, se referindo retrospectivamente à entrada na Faculdade de Direito, afirmou que a decisão não se deveu a um eventual interesse pelo estudo dessa disciplina, mas sim ao fato de que, à época, tratava-se de local privilegiado para se fazer política. Quanto a isso, o pensador natural de Itabuna lembrava que

> [...] dos 450 alunos que a Faculdade tinha então, a base do PCB tinha cerca de 50 pessoas, ou seja, mais de 10%. Isso para não falar na JUC (Juventude Universitária Católica), que devia ter os seus outros cinquenta, e nos grupos de direita, que também estavam mais ou menos organizados" (COUTINHO, [2000] 2006a$_{11}$, p. 167).

Entretanto, seu interesse teórico principal já se localizava no campo da filosofia, o que o levou a mudar de curso no fim do ano seguinte a seu ingresso na universidade ([2000] 2006a$_{11}$, pp. 167-8; 2009, p. 32). O marxista baiano, já maduro, revisitou assim a mudança:

> [...] fiz faculdade de Direito por dois anos porque era a faculdade onde se fazia política, e eu estava interessado em

2007a$_{ap.3}$, pp. 285-286; 2011a$_4$, pp. 97-102.

> fazer política. Me dei conta de que uma maneira boa de fazer política era me tornando intelectual. Aos 17 anos [1961] entrei no Partido Comunista Brasileiro, que naquela época tinha presença. O primeiro ano na faculdade foi até interessante porque tinha teoria geral do Estado, economia política, mas quando entrou o negócio de direito penal, direito civil, aí eu vi que não era a minha e fui fazer filosofia. (COUTINHO, 2009, p. 32).

Foi, ainda, no mesmo ano de 1961 que publicou, na revista *Ângulos* nº 17, o artigo *Problemática atual da dialética*, em que o jovem marxista baiano citou Gramsci pela primeira vez – justamente o então recém lido *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*. Foi através dele que veio a travar conhecimento com Leandro Konder (também comunista e então com 25 anos), iniciando uma amizade e uma parceria política que cultivaria e só faria aprofundar pelo resto da vida[14].

Note-se a importância de 1961, em que Coutinho completou 18 anos: foi esse o ano em que ele publicou o artigo em que citava Gramsci pela primeira vez, travou contato com o já então promissor – e bem relacionado no PCB, através do pai, Valério Konder, dirigente do partido – jovem intelectual Leandro Konder, ingressou na prestigiada Faculdade de Direito da UFBA, leu pela primeira vez Gramsci e Lukács... Coutinho, já então, combina a grande sensibilidade para o que se passava a seu redor à atenção ao que ocorria no Brasil e no mundo, elevando-se para além de qualquer provincianismo.

Para explicar isso é importante, tendo em conta as observações já feitas sobre a importância do autodidatismo e da interpenetração entre atividade intelectual e intenção política na formação do jovem Carlos Nelson na virada aos anos 1960 (características essas que permaneceram ao longo de toda a sua atividade intelectual), examinarmos outras determinações que desempenharam papel decisivo em seu desenvolvimento inicial – sendo, sem dúvida, tão importantes quanto a iniciativa individual e a vontade (além da disponibilidade de meios materiais próprios) de conhecer, no sentido de impulsionar o desenvolvimento intelectual do rapaz. Iniciemos, nesta seção, por aquelas localizadas mais diretamente *no plano da cultura.*

Em primeiro lugar, deve-se ter em conta que os anos de formação de Coutinho coincidiram com um período muito especial da

---

[14] Leandro Konder, em entrevista concedida a mim em 03 de junho de 2013, se lembrava assim do papel desse artigo na aproximação dos dois futuros melhores amigos: "Carlos Nelson publicou um artigo, *Problemática Atual da Dialética,* na revista Ângulos em Salvador. Ele enviou esse artigo a mim, e a partir daí passamos a nos comunicar por carta".

história da cultura brasileira. Vale lembrar: nessa dimensão, tais anos foram profundamente marcados pela euforia desenvolvimentista, em que pipocaram manifestações culturais como a Bossa Nova, a moderna arquitetura e o moderno paisagismo brasileiros, os CPCs da UNE, o Teatro Paulista do Estudante e o Teatro de Arena, o Cinema Novo, a Poesia Concreta, e, no rescaldo do período referido, já após a chegada em 64 da nuvem que a tudo encobriria, a Tropicália. Dentre as figuras que impulsionaram tais movimentos estava gente que, em geral, ganhou relevo em nível nacional e mesmo internacional, como o arquiteto Oscar Niemeyer, o roteirista e ator Gianfrancesco Guarnieri, os cineastas Nelson Pereira dos Santos, Joaquim Pedro de Andrade e Leon Hirszman, a cantora e compositora Dolores Duran, o paisagista Roberto Burle Marx, o compositor e multi-instrumentista Tom Jobim, o pintor, escultor e desenhista Athos Bulcão, o urbanista Lúcio Costa, os poetas e críticos irmãos Campos, entre tantas e tantos outros.

Não foi à toa, portanto, que Paulo Emílio Salles Gomes – um dos mais importantes intelectuais do período, arguto crítico de cinema e profundo conhecedor da história da cultura brasileira – afirmou, possivelmente com algo de resignação (sua juventude, naquela ocasião, já havia passado), que "com alguma imaginação e alguns recursos, era bom ser jovem no Brasil de Juscelino e João Goulart" (*apud* CARVALHO, 1999, p. 31). Mas tal afirmação ainda carrega um quê de restrição temporal arbitrária, já que deve ser compreendida no contexto, um pouco mais largo temporalmente, em que

> [o] breve período da *redemocratização* do Estado e do regime político no Brasil – iniciado em 1946 e concluído com o golpe político-militar de 1964 – implicou significativas mudanças na vida política e cultural do país. Os novos agentes políticos e sociais e as instituições criadas com a Carta de 1946 tornaram mais complexo o processo político-partidário e permitiram uma nova dinâmica dos movimentos sociais [...].
> Desde o segundo governo Vargas até meados dos anos 60, setores conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e se mobilizavam politicamente para defender seus projetos sociais e econômicos. [...] [No] período que precedeu o golpe de 1964 o debate teórico ideológico foi intenso e diversificado. (TOLEDO, 2005a, p. 138).

O mesmo autor nota, em outro texto, que esse período de intenso debate e efervescência político-cultural mobilizou "partidos e frentes partidárias, movimentos sociais urbanos e rurais, sindicatos de

trabalhadores, entidades culturais e de artistas, universidade, movimento estudantil, editoras de revistas" (TOLEDO, 2005, p. 09), constituindo um clima intelectual de tamanha efervescência que foi considerado, pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira de então (e, à medida que o processo se aprofundava, por mais e mais setores das classes dominantes brasileiras e de suas franjas) – pouco afeitos, como de costume, ao livre desenvolvimento de ideias que tenham parentesco com afirmações contra a ordem e pela emancipação humana que passe pela transformação profunda da sociedade burguesa ou por sua eversão –, como tendente à "baderna política" e à "'subversão' da ordem econômico-social" .

Essas "novas manifestações artísticas e culturais não se reduziram à região Centro-Sul do país, mas estouraram em diversos estados do Brasil" e, "com alguma força, aconteceram também na Bahia" (CARVALHO, 1999, p. 23). Ressaltei anteriormente a importância de que a formação inicial de Coutinho tenha ocorrido em Salvador em um momento muito especial na história dessa cidade, notadamente no que diz respeito ao plano cultural. Em tal período, chamado por estudiosos do assunto de "renascimento cultural baiano" (RISÉRIO, 1995, p. 40), "renascimento baiano" (PERES, 1999, p. 12) ou "anos dourados na Bahia" (CARVALHO, 1999, cap. II), teve lugar na Cidade da Bahia uma expressão particular do momento riquíssimo pelo qual passava, em plano mais geral, a vida cultural nacional.

Vejamos: da lista apresentada anteriormente, ao falar da vitalidade da (alta) cultura brasileira entre a virada aos anos 1950 e 1964, omiti propositalmente alguns nomes sem os quais ela não pode estar completa. Trata-se, justamente, dos baianos, como o cineasta Glauber Rocha, o geógrafo Milton Santos, o assim chamado "pai da bossa-nova" João Gilberto, os compositores e cantores Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, as cantoras Gal Costa e Maria Bethânia, o romancista, cronista e professor João Ubaldo Ribeiro, o poeta e letrista José Carlos Capinan.

Faltou lá, ainda, o filósofo e crítico de arte Carlos Nelson Coutinho, que viria futuramente a assumir posição de destaque como intelectual mas que era, naquele então, mais um jovem e inteligente companheiro de alguns dos listados, oriundo do mesmo grupo de convivência, como sugerido pelas seguintes passagens de um comentador – Antonio Risério, reputado pelos estudiosos da cultura baiana como um de seus bons conhecedores[15] – e dois amigos do período, Glauber Rocha e Florisvaldo Mattos (poeta que viria a se tornar

[15] Recebeu o reconhecimento de "notório saber" por parte da UFBA nos anos 1990 (RISÉRIO, 1995, p. 11).

cunhado de Carlos Nelson Coutinho):

> [...] este é também o tempo em que principia a luzir a constelação de Glauber Rocha, Waly Salomão, Caetano Veloso, Carlos Nelson Coutinho, Duda Machado, João Ubaldo Ribeiro, Rogério Duarte, Roberto Pinho, José Carlos Capinan, Gilberto Gil. Daí que se credite corretamente, na conta dessa estação de efervescência e entusiasmo, povoada por sonhos e projetos de transformação do país e do mundo, a origem última de sublevações que, como o Cinema Novo e a Tropicália, alteraram irreversivelmente a paisagem cultural de nossos alegres *tristes tropiques*. (RISÉRIO, 1995, p. 15).
>
> A geração Mapa e Jogralesca foi se achegando pro Diário de Notícias [...]: Orlando Senna, Antônio Guerra Lima, Carlos Nelson Coutinho, Noênio Spínola [...], liderando a nova geração de Caetano, Gil, Capinam, Álvaro Guimarães, Tom Zé, Paulo Lima, Maria Bethânia... (ROCHA, 1981, p. 293).
>
> Durante certo tempo, formamos um grupo de convivência em ambiente cordial de franca camaradagem, além de mim, composto por Fernando da Rocha Peres, Roberto Gabriel Dias, Urânia, depois Urânia Tourinho Peres, Isnaia, depois Isnaia Santana Dias, Sônia, irmã dele [de Coutinho, o texto é sobre ele – V.N.], depois Sônia Coutinho de Mattos, e Amélia, depois Amélia Rosa Maia Coutinho, alvos todos das lufadas gentis de um vento casamenteiro. Os anos se sucediam como um alvorecer, coroando um período para nós promissor de vertiginoso pós-guerra, [...] que por aqui, na Cidade do Salvador de então, se traduzia em arroubos de confiança e crédulo fervor, inebriante atmosfera a que o jovem, que na intimidade do convívio todos carinhosamente chamávamos pelo diminutivo Carlito, alegremente se associava. (MATTOS, [2013] 2015b).

A *Geração Mapa* e as *Jogralescas*, referidas na passagem citada de Glauber – que foi seu grande agitador –, se formaram um pouco antes da entrada de Coutinho na UFBA. Quanto à primeira, tratou-se de um coletivo a animar uma revista de cultura (a *Mapa*) e a realizar intervenções artísticas através da leitura dramatizada de poemas em espaços públicos (as *Jogralescas*), conduzidas por jovens um pouco mais velhos que Coutinho na segunda metade dos anos 1950. Glauber é de 1939, Coutinho de 1943, e, como se sabe, entre os 15 e os 20 anos uma diferença de quatro ou cinco pesa muito, o que justifica que, por um lado, Coutinho *não tenha feito efetivamente parte* do grupo que tocou a revista *Mapa* – como explicado a mim na entrevista já citada com Amélia Maia realizada em dezembro de 2015 –, mas que, por outro lado,

Glauber se lembre dele como membro da *Geração* Mapa, devido à amizade que desenvolveram pouco tempo depois – quando a revista, de existência efêmera, já não existia mais –, na virada aos anos 1960, com a entrada de Coutinho neste mesmo grupo que havia, poucos anos antes, animado tais iniciativas culturais, e que continuou a animar outras.

O importante a reter aqui é que os integrantes desse círculo transitando à idade adulta, ilustrado e boêmio, na faixa etária compreendida entre 20 e 30 anos, na Salvador da virada aos anos 1960, se conheciam, se articulavam e tocavam, juntos, iniciativas no campo da cultura[16]. Quanto a isso, vale notar que Florisvaldo Mattos mostra que um ponto de interseção entre os membros da Geração Mapa e a Universidade era justamente a revista *Ângulos*, onde Coutinho publicou seus primeiros artigos de mais fôlego, e onde João Ubaldo e Noênio Spínola, já citados – além de, posteriormente, o próprio Carlos Nelson Coutinho, como atesta o expediente do nº 17 da revista –, tinham responsabilidades editoriais:

> [...] é a partir da Faculdade de Direito (CARB) que venho a integrar o grupo nuclear de jovens, adiante dito Geração Mapa, que borbulhava entre o sucesso e o escândalo, com as apresentações de seus espetáculos de poesia dramatizada no auditório do Colégio da Bahia, rotulados de Jogralescas, por

[16] Caetano Veloso, já em sua maturidade e comentando o livro *O Estruturalismo e a Miséria da Razão* de Coutinho, afirma o seguinte sobre sua relação com o marxista baiano: "Carlos Nelson é um pensador marxista respeitado e, a despeito de nos vermos com grande raridade e sempre com brevidade, meu amigo. Ou, de qualquer modo, alguém de quem gosto" (VELOSO, 1997, pp. 170-171). Não foi essa a única vez em que o músico de Santo Amaro explicitou algum conhecimento e apreço, não apenas pela figura, mas pelo trabalho teórico de Coutinho, como transparece na seguinte passagem de entrevista concedida a Augusto de Campos: "A bossa-nova (João Gilberto) levou-me a compor e cantar, a me interessar pela modernização da música brasileira. Mas esse interesse estava incluído no fascínio que exercia sobre mim a descoberta de um Brasil culturalmente novo: eu lia a revista *Senhor* encantado; acompanhava o nascimento do 'cinema novo' [...], descobri, assombrado, Clarice Lispector, depois, Guimarães Rosa, e, por fim, João Cabral de Melo Neto, cujos poemas li quase tantas vezes quantas ouvi os discos de João Gilberto; [...] enfim, eu queria estar vivo no seio de um país jovem, entre jovens corajosos e criadores, eu gostava das maquetes de Brasília, de escrever *estória* com *e* e de ver textos impressos em letras minúsculas. [...] Me interessava a linha da esquerda universitária. Mas sou muito desorganizado e não sou estudioso. Li Sartre, *Questão de Método*, sem nunca ter lido um só texto de Marx ou mesmo da literatura de divulgação que foi feita sobre o marxismo, exceto alguns artigos de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder publicados na *Revista Civilização*" (VELOSO, *in* CAMPOS, [1968] 1974, p. 201).

> volta de 1956-57. Glauber Rocha à frente, e já se insinuando líder, por lá transitava uma irrequieta malta de declamadores composta de poetas, artistas plásticos, teatrólogos, cineastas, atores e futuros jornalistas [...]. Recordo o encontro que me lançaria nesse caudal de sonhos, com moldura exótica, senão cômica. Em fins de 1956, o nº 11 da Revista *Ângulos* publicava o meu poema 'Composição de ferrovia' [...]. Foi quando certa manhã, eu sentado num dos bancos do *hall* da faculdade, vêm me avisar que indagavam por mim na portaria. Saio para o umbral e me deparo com cinco rostos quase imberbes.
> Logo, um deles me saúda e, dizendo falar em nome dos outros, exclama, enfático: "Viemos aqui para conhecer o autor do poema 'Composição de ferrovia', o melhor poeta modernista da Bahia". Ouvi desconfiado, mas, entre assustado e incrédulo, agradeci o hilário gesto. Nome do excêntrico porta-voz: Glauber Rocha, que, em seguida, me convida a ir à sua casa, na Rua General Labatut, nº 13, 1º andar, onde, dizia-me, costumava se reunir com os companheiros, para discutir uma quase infinita pauta de inquietações, aspirações e planos modernistas. (MATTOS, [2012] 2015a).

Isso para não falar nos baianos por adoção. Viviam e atuavam em Salvador, na virada dos anos cinquenta aos sessenta, mestres no campo da cultura que já então possuíam bagagem de nível internacional – e a transmitiam de bom grado aos jovens baianos então em formação. Foram, de um modo ou de outro, direta ou indiretamente, mantidos lá pelo reitor da então recém-constituída Universidade Federal da Bahia, Edgard Santos (que a dirigiu entre 1946, quando de sua criação, e 1961), unanimemente considerado pelos estudiosos ou participantes deste período da vida cultural baiana (inclusive por seus opositores) como um dos responsáveis pelo chamado renascimento cultural experimentado em Salvador, tendo sido referido por Jorge Amado, figura dificilmente suspeita de academicismo, como "Mestre Edgard Santos" e tido por ele como "um fidalgo da Renascença e ao mesmo tempo dinâmico cidadão do mundo" (*apud* RISÉRIO, 1995, p. 24).

Gilberto Freyre, que esteve em Salvador em 1959, relatou a importância da UFBA (e de seu reitor) para a vida cultural da Cidade da Bahia de então do seguinte modo:

> Encontrei, o ano passado, a Bahia ainda mais cheia que nos anos anteriores do espírito universitário que vem comunicando à sua vida e à sua cultura o reitor Edgard Santos. [...] a ação renovadora desse reitor verdadeiramente magnífico não vem se limitando a dar novo ânimo ao sistema universitário baiano [...].

> Ao contrário, vem se especializando em associar, de modo o mais vivo, a Cidade à Universidade. [...] Nem mesmo em São Paulo a associação da Universidade com a Cidade é hoje tão íntima como deveria ser. Nem em São Paulo nem no Recife [...]. Quanto ao Rio de Janeiro, [...] a situação é a que se sabe: a universidade quase só existe para a cidade sob forma de elegante capela universitária [...]. Muito pouco para dar às relações entre uma universidade e uma cidade o caráter de relações superiormente culturais [...]. É a situação atual da Bahia: Cidade e Universidade complementam-se de tal modo que uma parece impossível sem a outra. [...] Sob este aspecto [...] o esforço desenvolvido na Bahia [...] é um esforço exemplar. Devem os demais reitores de universidades brasileiras pedir a esse risonho santo de beca da Bahia de Todos os Santos a receita do quase milagre que vem realizando, num país onde a regra é as instituições de cultura se conservarem à parte das comunidades a que mais deveriam servir com seu saber, com sua música, com sua arte, com sua ciência. (FREYRE, [1960] *apud* RISÉRIO, 1995, pp. 77-78).

Mas esse relato, apesar de fornecer um sugestivo instantâneo do período em questão, parece subestimar a importância de dois elementos que então concorriam para o "renascimento baiano". Quanto ao primeiro, ainda no plano da ação política e, até certo ponto, individual, trata-se da importância de outra figura-chave para a cultura baiana na virada aos anos 1950, o então secretário de Educação e Saúde da Bahia e um dos mais importantes nomes na história da Educação brasileira, Anísio Teixeira. Ele, com o então governador Otávio Mangabeira (1947-51 – UDN) e o reitor Edgard Santos, "tencionavam, com a redemocratização do país no pós-guerra, modernizar, entre outras, a área de educação no estado", trabalhando pela "indissociabilidade [...] entre os campos da educação e da cultura" (SANTANA, 2011, p. 83), de tal modo que

> a administração de Anísio Teixeira seja descrita por alguns pesquisadores como a primeira a dedicar uma política para a cultura na Bahia, através da criação de um departamento próprio, o Departamento de Cultura, que patrocina o I Salão Baiano de Belas-Artes, apoia a Sociedade de Cultura Artística da Bahia (SCAB), o teatro infantil de Adroaldo Ribeiro Costa e a criação do Clube de Cinema, organizado por Walter da Silveira. (SANTANA, 2011, p. 83).

Vale lembrar, quanto a isso, que em 1947 Anísio Teixeira "já era

considerado um revolucionário da educação no país" (SANTANA, 2011, p. 83), já tendo sido Inspetor Geral de Ensino na Bahia nos anos 1920, viajado a diversos países da Europa e aos EUA para estudar seus sistemas educacionais, tendo sido Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal e tentado a criação de uma Universidade do Distrito Federal em 1935, trabalhado como conselheiro junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Foi ainda, posteriormente, o fundador da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Coordenação de mesmo nome, bem conhecida dos bolsistas vinculados à Universidade brasileira como CAPES) e um dos idealizadores da Universidade de Brasília[17].

Quanto ao segundo elemento, trata-se do nada negligenciável impacto no plano infraestrutural, na Bahia, da projeção do processo de modernização conexo ao aprofundamento do desenvolvimentismo capitalista então em curso no país. Nesse sentido, é bom lembrar que a Bahia então conhecia

> o início do seu processo de industrialização e dava os primeiros passos na atividade de planejamento econômico. Nesse quadro de modernização das estruturas econômicas do estado, a provinciana cidade do Salvador reclamava a adequação de suas estruturas urbanas às exigências do "progresso" que chegava. É, portanto, nesse período que Salvador vive as primeiras experiências da expansão urbana que a transformariam na metrópole que se conhece hoje. (CARVALHO, 1999, p. 24).

Ainda nesse diapasão, outro comentador aponta que

[17] Tudo indica que Teixeira foi mais uma vítima letal da ditadura empresarial-militar brasileira vigente entre 1964 e 1985. Desaparecido a 11 de março de 1971, foi "encontrado morto" dois dias depois no fosso do elevador do prédio de seu amigo Aurélio Buarque de Holanda. Entre o sumiço e o "encontro", a família foi informada de que Teixeira havia sido detido pela Aeronáutica para "averiguações". A autópsia, à qual alguns médicos civis puderam assistir, instalou neles a certeza de que Teixeira fora assassinado sob tortura. Peritos consultados pelo jornal Última Hora afirmaram, em matéria de 15 de março de 1971, que havia diversos indícios em diferentes locais do prédio da passagem de um corpo ensanguentado, além de terem assegurado que, caso Teixeira se houvesse lançado para a morte seria impossível ter chegado ao local onde fora encontrado, especialmente naquelas condições: de cócoras, abraçando as pernas, sem sapatos e com os óculos intactos, ao mesmo tempo em que apresentava duas sérias escoriações no crânio e uma sobre as escápulas – causadas, segundo médicos presentes à autópsia, por um instrumento cilíndrico de madeira. Cf. JOSÉ, [2014] 2016.

> [a] partir dos anos 1940, quando profundas alterações ocorrem na ordem social e econômica, com fortes reflexos na cultura, a Bahia, que era a terra do "já foi", toma outra configuração demográfica e urbana, impulsionada pela descoberta do petróleo no Recôncavo e a consequente deflagração de um processo de industrialização modernizador, livrando-se da dependência do comércio agroexportador, que tinha sua robustez centrada no cacau; nova dinâmica advinda das transformações no sistema de transportes rodoviário e aeroviário torna mais rápida a relação entre o Sul rico e o Nordeste pobre [*sic*], aproximando centros de consumo e fornecimento de bens e mercadorias; por fim, ocorrem mudanças no panorama cultural, desde a gestão liberal de Anísio Teixeira na Secretaria da Educação e Cultura, no governo Mangabeira (1947-1951), acentuadas pela revolução que o reitorado de Edgard Santos imprimirá na Universidade da Bahia, nos anos 1950, criando novas escolas de arte e institutos especializados, além de reformular unidades já existentes. (MATTOS, [2012] 2015a).

E ainda:

> Por outro lado, vivíamos [nos anos 1950] uma quase romântica euforia suscitada pelo que haviam sido os chamados Anos JK, os dinâmicos cinco anos do governo Juscelino Kubitschek, que ele, presidente, prometia convicto valerem 50, operando mudanças sensíveis na ordem econômica e social – e por que não também cultural? –, em todo o país. E desenhava-se um cenário baiano de futuro imediato promissor [...]. As razões se deviam a fatores diversos tais como: o impulso advindo da produção e refino do petróleo, exigindo intervenções modernizadoras nas estruturas urbanas, especialmente metropolitanas, que repercutiam no crescimento da população e na demanda de mão de obra [*sic*] ativa; as aspirações que levavam a um emergente processo industrial e à reconfiguração das atividades de comércio; a plena vigência do regime democrático com os eleitos Juracy Magalhães, para governar o estado, e Heitor Dias, prefeito com planos de melhorar a vida dos seus munícipes; as ações da Geração Mapa a pleno vapor com projetos inovadores em literatura, teatro, artes plásticas, cinema e até jornalismo, tanto quanto a presença das novas escolas de artes e institutos da Universidade da Bahia sob o Reitorado de Edgard Santos; até mesmo o surgimento do "Jornal da Bahia", uma novidade no ainda acanhado estágio da imprensa local. (MATTOS, [2013] 2015b).

Feitos esses comentários, retomemos o fio: o dito milagre que vinha sendo realizado em Salvador contava, também, com as contribuições de professores e peritos (os assim chamados "baianos por adoção", vindos de diversos pontos do Brasil e do mundo) de altíssimo nível, versados nos meandros das artes e da cultura europeias (a alta cultura tradicional, portanto), que se encontravam então em plena potência criativa. Em geral lecionando na UFBA, por vezes em cursos recém-criados, fundados ou reformulados por eles próprios, encontravam-se na Cidade da Bahia no período de formação de Carlos Nelson Coutinho, por exemplo, as figuras seguintes.

Lina Bo Bardi, arquiteta, *designer* e restauradora italiana, autora, dentre outras obras importantes, do influente Museu de Arte de São Paulo (o MASP), que "se deslocou para a Bahia, pela primeira vez, em função de um convite de Diógenes Rebouças para ensinar Filosofia e Teoria da Arquitetura na Escola de Belas Artes", tendo retornado "por conta de um convite do governador Juracy Magalhães, que a convocou para a implantação do Museu de Arte Moderna" (RISÉRIO, 1995, p. 79).

Yanka Rudzka, bailarina polonesa vinculada à escola expressionista alemã de dança e fundadora da Escola de Dança da UFBA, a primeira faculdade de dança a surgir no Brasil (GUIMARÃES, 1998).

Hans-Joachim Koellreuter, exímio flautista, rigoroso compositor e profundo conhecedor de música, alemão e socialista, vindo ao Brasil ainda nos anos 1930 fugido do nazismo, um dos principais – senão o principal – introdutores do serialismo (dentre outras técnicas de composição então de vanguarda) na música clássica brasileira, flautista da Orquestra Sinfônica Brasileira, fundador do grupo Música Viva no Rio de Janeiro, da Escola Livre de Música (Pró-Arte) em São Paulo e dos Seminários Livres de Música em Salvador (embrião da futura Escola de Música da UFBA), além de professor de música de figuras centrais dos principais movimentos na área da música popular brasileira no período, como a Bossa Nova (Tom Jobim) e o Tropicalismo (Júlio Medaglia, maestro, e Tom Zé, cantor-compositor, tendo influenciado também o maestro e arranjador da Tropicália Rogério Duprat, além de Caetano Veloso e Gilberto Gil), bem como de diversas figuras de peso até hoje atuantes profissionalmente no cenário da música brasileira, tanto popular como de concerto (BÉHAGUE, 2001; ALBIN, 2015).

Eros Martim Gonçalves, cenógrafo e diretor de teatro pernambucano, que havia estudado em Oxford e no Instituto de Altos Estudos Cinematográficos de Paris, fundador da Escola de Teatro da UFBA, a primeira faculdade de teatro a surgir no Brasil (SANTANA, 2011), que constituía um centro de excelência nas artes cênicas e

mantinha ligações internacionais com outros centros nos EUA e na Europa, de onde saíram, dentre outros, os atores Othon Bastos, Sônia dos Humildes e Antônio Pitanga e que teve impacto profundo sobre os jovens intelectuais baianos da época, especialmente através da montagem da *Ópera dos Três Vinténs* de Bertolt Brecht, como atestado por Caetano Veloso (1995, p. 10) e Glauber Rocha (1981, pp. 293-297).

Além desses, aqueles que, como o multifacetado desenhista, muralista, pintor e escultor argentino Carybé e o fotógrafo e etnólogo francês Pierre Verger, "desembarcaram em Salvador por conta própria" (RISÉRIO, 1995, p. 79). Ainda nesse contexto, Jean-Paul Sartre é convidado a proferir conferências quando de sua viagem à Bahia em 1960, e o local escolhido simboliza bem o momento ora em foco: suas palestras têm lugar no auditório da Reitoria da UFBA.

Como se vê, o time radicado em Salvador durante os anos cinquenta e sessenta pouco devia, ou mesmo não devia nada, ao que se passava em nível nacional (mesmo no eixo Rio-São Paulo), e é de se constatar que aquela efervescência cultural então em curso no Brasil se manifestou de modo peculiar em Salvador justamente no período em que o jovem Carlos Nelson ali experimentou sua formação inicial. Foi, além disso, através de uma das figuras que vêm de ser citadas, a italiana Lina Bo Bardi, que o jovem ouviu falar pela segunda vez de Gramsci, como ele próprio viria a atestar, muitos anos depois, no seguinte depoimento:

> Na virada dos anos 1950 para os anos 1960, houve de fato na Bahia uma floração cultural extremamente significativa. É neste período que surgem figuras como Glauber Rocha, João Ubaldo, Caetano, Gil e muitos outros. A Universidade Federal da Bahia, paradoxalmente, teve um importante papel nisso. Digo "paradoxalmente" porque o reitor da UFBA na época era Edgard Santos, uma figura conservadora, que passou décadas como reitor. Fizemos uma longa greve contra ele, achávamos que ele era reacionário. Talvez até fosse no plano político, mas foi um reitor que deu muita importância às escolas de arte: abriu uma escola de teatro, uma escola de música, uma escola de dança, levou pessoas de fora para lá, o Luiz Carlos Maciel, o Koellreuter. Isso criou um ambiente propício a uma importante floração cultural. Outra figura muito marcante nessa época, lá na Bahia, foi Lina Bo Bardi. Dona Lina foi para a Bahia, vinda de São Paulo, para organizar o Museu de Arte Moderna e o Museu de Arte Popular da Bahia, e agitou muito o meio cultural baiano. *Ela foi a segunda pessoa que me falou de Gramsci*, depois do Paulo Farias. Para Dona Lina, como a chamávamos carinhosamente, *a Bahia era uma real expressão do que*

> *Gramsci chamava de "nacional-popular"*. Talvez não seja bem assim, mas a presença dela foi uma coisa muito importante para minha geração. (COUTINHO, [2000] 2006a[11], pp. 171-172 – grifos meus).

É de notar, portanto, o destaque baiano na formação daquela nova cultura brasileira no período em exame, tendo produzido as figuras que um comentador já mencionado no presente trabalho chamou de os "filhos especiais de um momento especial da vida baiana, no interior de uma conjuntura também especial da vida brasileira" (RISÉRIO, 1995, p. 13).

Esse autor continua sua apreciação do momento em que "Lina, Koellreuter, Glauber, Luiz Carlos Maciel, Vivaldo da Costa Lima, Carlos Nelson Coutinho e outros espalhavam brasa" (p. 24) na imprensa baiana[18], lembrando que

> [num] país que experimentava novas direções democráticas, acelerando seu processo de atualização urbano-industrial em meio aos ventos do nacionalismo e do desenvolvimentismo, a Bahia pôde se levantar, com toda a sua densidade e singularidade culturais, para se abrir a um considerável fluxo internacional de informações estético-intelectuais – e ainda se preparar para intervir, nacionalmente, sob os signos da modernidade e da radicalidade. (RISÉRIO, 1995, pp. 13-14).

Esse lembrete conduz à consideração dos mencionados ventos do nacionalismo e do desenvolvimentismo que compuseram parte do vibrante mosaico sociocultural vigente nos anos que precederam o golpe de 1964 no Brasil, em que o país teria estado, nas palavras de agudo crítico da cultura e da sociedade brasileiras, *irreconhecivelmente inteligente* (SCHWARZ, [1970] 2008, p. 81). Como o assunto será retomado em suas dimensões econômicas e políticas em momento posterior do presente trabalho, é hora de atermo-nos apenas a certas de suas dimensões mais propriamente culturais (ou político-culturais, já que nesse momento da história brasileira tornou-se muito difícil dissociar cultura e política).

Iniciemos pela enumeração das palavras de ordem que faziam parte de uma cultura majoritária ou, pelo menos, hegemônica (sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1950), no período

---

[18] O primeiro emprego do jovem Carlos Nelson Coutinho foi na imprensa baiana, no *Diário de Notícias*, onde Glauber era colunista e o convidou para trabalhar como seu "foca". Informação fornecida por Amélia Maia na já citada entrevista de dezembro de 2015.

compreendido entre 1946 e 1964: "política externa independente", "reformas estruturais", "libertação nacional", "combate ao imperialismo e ao latifúndio" fizeram com que se tenha podido afirmar, sobre esse período, que nele ganhava a cena um "novo vocabulário – inegavelmente avançado" (HOLLANDA e GONÇALVES, [1982] 1986, p. 08) que expressava a intensa movimentação na vida política e cultural brasileira então em curso.

Essa movimentação estava ligada, nas grandes cidades, ao fortalecimento do movimento operário, que "crescia desde os anos iniciais da década de 1950" (HOLLANDA e GONÇALVES, [1982] 1986, p. 08) levando adiante vigoroso processo de lutas, "expelindo pelegos do Estado novo e fortalecendo seus mecanismos de reivindicação econômica e política" e fazendo com que os patrões temessem "pelo rompimento dos limites institucionais da negociação salarial" (p. 09). No campo, "o movimento das Ligas Camponesas avançava, [...] alcançando repercussão em todo o país" , ao mesmo tempo em que ampliava-se a sindicalização rural e vinha à tona o debate que, no Brasil, sempre foi um tabu para as classes dominantes – o debate sobre a reforma agrária. Ainda no âmbito dos movimentos sociais, a classe média urbana, embora dividida pelo temor "da subversão e da instabilidade econômica" , comparecia com intelectuais e estudantes sustentando posições favoráveis às reformas de estrutura e desenvolvendo intensa atividade militante através, por exemplo, da UNE ("em plena legalidade, com trânsito livre e franco acesso às instâncias legítimas do poder" – p. 09) e dos CPCs, surgidos no Rio de Janeiro em 1961 pondo "na ordem do dia a definição de estratégias para a construção de uma cultura 'nacional, popular e democrática'" através da discussão das questões nacionais e das perspectivas de transformação que mobilizavam o país.

Buscava-se então o contato direto e a organização das classes trabalhadoras em suas diversas formas de existir, trabalhando-se também no campo da alfabetização e da educação popular (é então que começa a fazer escola o método didático-pedagógico proposto por Paulo Freire), encenando-se peças "em portas de fábricas, favelas e sindicatos" (HOLLANDA e GONÇALVES, [1982] 1986, p. 08), publicando-se livros de poemas e canções, assim como cadernos de estudos, a preços populares, filmando-se o cotidiano da classe sob influência do cinema neorrealista italiano.

Em tudo isso e ao longo desse lapso temporal a que Coutinho caracterizou, parafraseando Hobsbawm, como "os longos anos 60" (COUTINHO, [2002-2004] 2006a[4], pp. 67-69), fazia-se sentir, com força, a influência do PCB. Esse partido havia, algum tempo antes, revisto posições anteriores – identificadas por Celso Frederico como "concepções

catastrofistas e insurrecionais" ([1998] 2007b, p. 338) –, saindo do isolamento e se inserindo "na ampla frente social que então se formara, tendo como eixo a aposta numa via de desenvolvimento econômico não atrelado ao imperialismo e na campanha pelas *reformas de base* (em especial, a reforma agrária)" . Como nos lembra Coutinho, "com o aumento das lutas populares [no Brasil] no período que antecede o golpe de 1964, expande-se significativamente a influência da esquerda, em particular do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na vida política e cultural do país" ([1989-1995] 2007a$_{ap.3}$, p. 282), conquistando significativa hegemonia sobre variados setores sociais, "participando ativamente da política institucional" (FREDERICO, [1998] 2007b, p. 338) e passando a *valorizar a questão democrática* que permanecia, contudo, "subordinada à questão nacional" .

Essa hegemonia, diretamente relacionada à grande efervescência política do período, combinava-se ao impacto da revelação, poucos anos antes (em 1956, no XX Congresso do PCUS), dos chamados "crimes de Stalin" – mais exatamente, crimes cometidos pelo Estado soviético que tinha Stalin como seu mais importante mandatário –, que teve profundas repercussões sobre os Partidos Comunistas de todo o mundo, e, é claro, também sobre o PCB (SEGATTO, [1981] 1989, pp. 87-88, SALES, 2007, p. 17). A partir da interação dessas linhas de força principais, "o marxismo brasileiro iniciou um processo, embora ainda tímido, de abertura pluralista", tendo sido obrigado a se diversificar, "a se abrir para o debate com outras correntes ideológicas", como "condição necessária para que o PCB continuasse a exercer influência sobre uma esquerda que se expandia, sobretudo entre os intelectuais e os estudantes universitários" (COUTINHO, [1989-1995] 2007a$_{ap.3}$, p. 282).

Esses processos de *abertura* do marxismo brasileiro e de valorização, em sua então principal organização, da *questão democrática* atingiram em cheio o jovem intelectual comunista. Ademais, caminhavam em sintonia com suas experiências na florescente Salvador na qual Coutinho se tornou adulto, e ambos os processos devem ser tomados em conta na avaliação das principais características de sua produção em seus primeiros anos de atividade intelectual, que deixaram marcas profundas em seu pensamento para o resto de sua vida[19].

[19] Vale notar que o primeiro artigo de sua autoria que Coutinho considerava digno de menção era aquele sobre Sartre, escrito em 1963 e reproduzido com alterações em seu primeiro livro. Veja-se a interessante contradição entre o marxismo aberto do jovem de Salvador e as posições de dirigentes nacionais mais velhos do PCB, relatada no seguinte depoimento de Leandro Konder na já mencionada entrevista concedida a mim: "Depois [de Carlos Nelson e eu passarmos a nos comunicar por carta], ele escreveu outro artigo, de filosofia marxista, se bem me lembro era sobre Sartre e que tratava o Sartre nos

termos corretos, com seriedade, a partir da leitura e do estudo dos seus textos. O artigo foi encaminhado para a redação da revista *Estudos Sociais*, do partido, que tinha na direção o Jacob Gorender, o Armênio Guedes e o Mário Alves. O Mário Alves e o Gorender foram contra publicar, o consideraram 'simpático demais' ao Sartre. Mas o Guedes deu um pequeno 'golpe' e ampliou o Conselho de Redação, garantindo a publicação de coisas que considerava interessantes, e acabamos criando uma rubrica especial para a publicação deste artigo: *Problemas em debate*. O artigo ficou cerca de um ano esperando...". Sublinho que alguns anos depois, com o partido no exílio, Guedes viria a se tornar a principal figura de referência, no CC do PCB, tanto para Coutinho quanto para Konder.

02.

SOBRE OS PRIMEIROS ANOS DA ATIVIDADE INTELECTUAL COUTINIANA

Abordarei na presente seção certos temas, especialmente presentes na primeiríssima produção intelectual coutiniana (entre os anos de 1959 e 1961), que não necessariamente retornaram de modo explícito em seu pensamento maduro, mas que, como veremos, estiveram presentes como subsídios perenes a ele, o informando, o direcionando, colocando ou polindo as questões às quais ele buscava responder. Esses temas são, na ordem em que o foco se voltará sobre cada um deles: o *humanismo*, a *razão dialética*, o *nacionalismo* e a *ortodoxia*.

Faço antes uma rápida advertência: o próprio autor, quando em sua maturidade, reputava suas primeiras publicações de modo extremamente duro e autocrítico (cf., por exemplo, COUTINHO, [2000] 2006a[11], pp. 167, 172 e 175), considerando, como vimos em nota anterior, seu "primeiro artigo sério", por "mais trabalhado, menos irresponsável", somente aquele sobre Sartre que veio a público em 1963 – que foi, aliás, reformulado e incluído em seu primeiro livro, sendo o mais antigo dos textos ali constantes. Entretanto, a severidade (auto)crítica do autor não pode ser a do estudioso de seu pensamento. E isso por uma razão simples: o exame de seus textos anteriores àquele mostra pontos de referência valiosos na reconstituição do caminho de sua evolução intelectual.

No tocante ao que veio a ser o pensamento político coutiniano, há pistas interessantes e sugestivas ao se estudarem os anos iniciais de formação do pensamento de Carlos Nelson Coutinho. Assim, seguirei nas próximas páginas um conjunto de questões presentes nesses artigos menos maduros do autor, buscando me ater àquilo que eles podem aportar ao objeto do presente trabalho e evitar o atalho da crítica descuidada a textos em que o intelectual, evidentemente, ainda não dispõe de todos os instrumentos de que dispunha em seu pensamento maduro.

Iniciemos, então, pelos temas do humanismo e da razão dialética, pondo inicialmente a ênfase no primeiro. Logo na página inicial de seu livro inaugural, publicado em 1967, Carlos Nelson Coutinho faz uma afirmação cujo sentido já vinha dando a tônica de sua reflexão anteriormente, e a continuou pautando para além dessa obra, progressivamente enriquecida e concretizada ao longo do evolver de seu

pensamento. O autor sustentava, aí, que a unidade e a organicidade daquela obra decorriam, acima de tudo, "de uma preocupação temática básica – (...) de origem lukacsiana – que consiste em apresentar a contradição entre a racionalidade humanista e as tendências irracionalistas como a contradição básica da cultura de nossos dias (...)" (COUTINHO, 1967a, p. 01). Essa preocupação foi absorvida, no livro em questão, principalmente pelo campo da crítica literária, através da qual o jovem intelectual buscou "mostrar as relações que se estabelecem entre racionalismo, humanismo e realismo, por um lado, e entre irracionalismo e vanguarda antirrealista, por outro" .

Trata-se, aqui, daquilo que se pode seguramente apontar como um dos eixos centrais da problemática a embasar o pensamento coutiniano, em suas diversas dimensões, ao longo de toda a sua atividade intelectual sistemática: a interpretação do *marxismo* como *autêntico herdeiro e potencial realizador de certa tradição humanista e racionalista.* Tal problemática, reafirmada e desenvolvida em diversos pontos daquele livro, já vinha ocupando – inicialmente não na mesma chave lukacsiana – a atenção do autor desde seus primeiros anos de atividade intelectual sistemática (desde pelo menos 1960).

E não apenas a sua: o resgate da importância do humanismo e da razão para o pensamento progressista (bem como o assunto que logicamente daí deriva, ou seja, a relação entre os dois) ocupava, então, a atenção de muitos marxistas, como também de pensadores ligados a outras correntes[20]. O assunto refletia bem o espírito da época, que foi profundamente marcada por um grande trauma e um grande desencanto. Quanto ao trauma, tratava-se da II Grande Guerra, com a adesão de destacados intelectuais e de parcelas das classes trabalhadoras, proletariado inclusive, ao irracionalismo anti-humanista do nazi-fascismo. Quanto ao desencanto, refiro-me à reavaliação da experiência soviética após o XX Congresso do PCUS, que punha em questão a atração que o comunismo exercera sobre enorme parcela da intelectualidade em todo o mundo na primeira metade do século XX – e isso justamente devido aos aspectos anti-humanistas e racional-burocráticos que se desenvolveram sob o stalinismo (mas, alegadamente,

[20] Cf., por exemplo, a conferência de Sartre *O Existencialismo é um Humanismo*, proferida em 1946, logo após o fim da II Guerra e ainda sob seu impacto (SARTRE, [1946] 1970). Também é conhecida a força desta posição dentro do PCF no período, sustentada por diversos dentre seus principais intelectuais e contando com a simpatia, também, de muitos intelectuais a Leste. Num movimento de *oposição reativa* a esse resgate esteve o filósofo francês Louis Althusser, configurando aquilo que ele próprio definiu como "a querela do Humanismo". Cf. por exemplo ALTHUSSER, [1965] 1973, pp. 150-151, assim como ALTHUSSER, [1966-67] 2003, pp. 221-305.

sob a bandeira do socialismo...), que vinham de se tornar públicos. Só nesse cenário, ademais, é possível compreender o enorme impacto e a impressionante disseminação, nos meios intelectuais – mesmo em meios de esquerda –, da infeliz ideia, construída sobre abstrações inaceitáveis (expressas nos conceitos de "autoritarismo" e "totalitarismo"), da identificação entre nazi-fascismo e comunismo[21].

Nas décadas seguintes à de 1950, muitos pensadores reagiram ao anti-humanismo e ao eclipse da razão dialética, característicos – guardadas todas as muitas especificidades em cada um deles – dos processos mencionados, buscando recuperar os traços de união e continuidade entre suas ideias e certos valores afirmados como humanistas e racionalistas. No jovem Carlos Nelson Coutinho, o termo aparece pela primeira vez em 1960, na introdução que escreveu para a publicação de uma tradução de sua lavra, no *Diário de Notícias*, de um extrato de obra de Henri Lefèbvre em que esse autor confronta marxismo e existencialismo – publicado com o título *Marxismo contra Existencialismo*.

Lefèbvre, aí, apresenta o que entende como um humanismo dialético, concreto, ao qual o jovem intelectual buscará se ligar:

> Três proposições, três temas ilusórios concernentes ao humano devem ser eliminados. O primeiro transpõe o humano em um mito (...). O segundo apresenta "o humano" como uma entidade abstrata. (...) Para o terceiro, o humano é um tema sentimental de compaixão (...). [O] humanismo dialético responde que o homem não é (...) solitariamente encerrado em si mesmo. A *mediação* (histórica, social) entre o indivíduo "moderno" e o cósmico não pode abolir-se perante um decreto poético-filosófico (...), pois o homem é o ser que se supera. (...) A rebelião massiva do "irracional", falência organizada do velho racionalismo e do humanismo caduco, não impedirá a vitória da Razão renovada e do humanismo. (...) A razão dialética, e só ela, pode considerar o ser humano sob todos os aspectos e resolver suas contradições sem nada perder de sua realidade" (LEFÈBVRE, 1960).

O tradutor do texto escreveu, para ele, uma Introdução. Nela, Coutinho redigiu comentários que iluminam a especificidade com que se irá apropriando do programa teórico enunciado por Lefèbvre no trecho

[21] Para apontamentos rumo à crítica das categorias de "autoritarismo" e "totalitarismo" – e, consequentemente, ao caráter ideológico da identificação assinalada –, cf. FERNANDES, 1979; FERNANDES, 1994, 1995, 1997; LOSURDO, 2003.

citado. Também aí se começam a delinear algumas das consequências que dele extrairá a partir da interação, em que o colocará sempre, com as principais correntes de pensamento marxista, do Brasil e de fora.

Em primeiro lugar, Coutinho refuta categoricamente, em nome da razão dialética – que ele ainda não se dedica a examinar –, a possibilidade de um eventual "casamento" (a metáfora é sua) entre as duas correntes de pensamento, marxismo e existencialismo. Essa impossibilidade, de um ponto de vista teórico-filosófico, derivaria do fato de que a união, quando tentada no campo da filosofia, "suprime do marxismo aquilo que lhe é mais essencial – ou melhor, a sua única realidade – a saber, seu método lógico *dialético* e sua gnosiologia *dialética*" (COUTINHO, 1960a). Isso, por sua vez, deveria ser evitado pois levaria a um *retrocesso do marxismo*, à reintrodução nele de elementos já superados.

Por mais que não aprofunde o desenvolvimento dessa posição, referindo-se sumariamente a tais elementos superados como constitutivos de uma consideração metafísica do mundo, é interessante notar que a ideia de retrocesso das filosofias que buscam ir além do marxismo foi desenvolvida por outros autores, muito influentes na virada dos anos 50 aos 60, que a partir do ano seguinte a esse pequeno texto estarão no rol de leituras do jovem Carlos Nelson. Dentre eles, vale a pena mencionar Lukács e Sartre, que vieram a influenciar grandemente o amadurecimento da posição do intelectual baiano sobre o tema da abertura ou não do marxismo à assimilação de elementos provenientes de outros ramos da teoria.

Em sua pequena introdução ao texto de Lefèbvre, Coutinho mobiliza um elenco bastante heteróclito de autores e de textos em defesa daquela refutação de uma relação estruturalmente mais profunda entre marxismo e existencialismo: Caio Prado Jr., que ele então considera "um dos mais autorizados intérpretes atuais do marxismo", incluiria o existencialismo entre "as mais caracterizadas posições anti-materialistas dialéticas" de então (posição sustentada, com essas mesmíssimas palavras, pelo marxista paulista em PRADO JR., [1952] 1969, p. 15); o "marxista húngaro" György Lukács (que Carlos Nelson viria, dentro de pouco tempo, a considerar o maior filósofo marxista vivo), sublinharia a mútua exclusão entre as duas "maneiras de ver o mundo"[22]; Auguste

[22] Neste texto Coutinho faz referência a uma obra de Lukács, mas cita apenas *seu título* como exemplo de afinidade com a posição que defende (o título em questão é *Existencialismo ou Marxismo*). Entretanto, o autor declarou em entrevista, como já vimos, que seu estudo sistemático de Lukács se iniciou somente *após* a publicação do texto que ora examino, a partir da leitura de *História e Consciência de Classe* em 1961. A título de hipótese: a menção à posição de Lukács pode, no artigo em exame, ser derivada do cruzamento do

Cornu, pesquisador marxista francês radicado na Alemanha Oriental, consideraria o existencialismo uma "ideologia da burguesia decadente"; August Thalheimer, em "estudo traduzido e publicado pelo jornal 'O Estado de S. Paulo'", também teria mostrado a referida incompatibilidade[23]. Coutinho, após arrolar esses exemplos, arremata: "em suma, é unânime, por parte dos bons escritores marxistas, a recusa à pretensa união" entre marxismo e existencialismo[24].

Vemos, assim, a *refutação* do jovem Carlos Nelson à interação mais profunda, no plano filosófico, entre marxismo e existencialismo. Há, entretanto, um porém... O autor do texto admite uma *aliança* entre marxismo e existencialismo "na *práxis*, isto é, na ação política [*sic*]", argumentando que estaríamos em "um período no qual as esquerdas devem conjugar esforços no sentido da libertação do homem" (COUTINHO, 1960a).

Chamo à atenção do leitor a coerência entre essa posição e a tensão em direção à abertura do marxismo do PCB, sob o impacto do "informe secreto" de Kruschev no XX Congresso do PCUS, ocorrida justamente no mesmo momento em que Coutinho está começando sua atividade intelectual. A libertação do homem é evidentemente, aqui, o corolário daquele humanismo ao qual o jovem intelectual se quer vincular, e é o critério para a composição de alianças pontuais no campo político – e mesmo no teórico! Enquanto a razão dialética – que é *meio* ou instrumento para conhecer o mundo – coloca um limite para até onde se pode ir na relação com outras correntes de pensamento, o humanismo – os valores humanistas entendidos enquanto finalidade – impõe a

título de um texto ainda não lido por Coutinho com informações obtidas por ele em entrevistas ou artigos curtos do filósofo húngaro – ou mesmo em comentários de seu pensamento por terceiros – aos quais já houvesse tido acesso.

23 O estudo em questão foi publicado pelo dirigente comunista alemão em 1946, dois anos antes de sua morte, com o título alemão de *Zurück in die Eierschalen des Marxismus? Zum Existentialismus als bürgerliche Philosophie* (Retroceder às origens do marxismo? O existencialismo como filosofia burguesa). Foi publicado em português pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 1947 com o título *Marxismo e Existencialismo*.

24 Cabe aqui um lembrete sobre a situação individual-familiar em que começa a se processar a formação de nosso intelectual. A enumeração acima, combinada com o fato de que a edição da obra onde constava o texto de Lefèbvre a partir do qual foi traduzido o extrato ora em exame tenha ocorrido, na França, *no mesmo ano* de sua tradução por Coutinho (o livro citado pelo tradutor como fonte é: PICON, 1960, ao qual tive acesso), remete ao fato, já mencionado anteriormente, da importância de se levar em conta o fato de o jovem marxista ser membro de uma família da elite dirigente baiana para a compreensão de sua precocidade e de sua futura abertura político-teórica, possibilitados pelo acesso regular – e socialmente seletivo, *e caro* – aos grandes debates do momento em países centrais.

necessidade de abertura política, de busca do diálogo com outras posições. Vale notar também a interpenetração entre teoria e política presente em tal raciocínio: uma aliança no plano da teoria é proposta para atender à necessidade da esquerda em conjugar esforços no plano da política.

Assim, o tendencial fechamento ao diálogo com posições situadas fora do campo marxista, relacionado à defesa da necessidade de pureza do método dialético, era tensionado pela necessidade prática (e tática) de alianças para atingir o objetivo final de realização do humanismo. Essa oposição resolver-se-ia organicamente, no futuro, em uma síntese, na direção de uma modalidade determinada de abertura – uma abertura ortodoxa – que se inicia a partir do ano seguinte à publicação do pequeno texto que vim de comentar, cuja forma definitiva só se consolida no pensamento do autor alguns anos depois e à qual retornarei ao fim da presente seção, ao tratar do tema da ortodoxia no pensamento coutiniano.

Prossigamos, sublinhando o que se deve reter quanto a esse tema: o compromisso com um *humanismo concreto e racional*, tal como apresentado no pequeno extrato do texto de Lefèbvre e ao qual Coutinho aderiu explicitamente na introdução que para ele escreveu, nunca deixou de constituir uma base presente e firme ao longo do desenvolvimento posterior do pensamento do autor. É nessa chave que podemos compreender a reaparição do tema, implícita ou explicitamente, nos textos posteriores, culminando no grande destaque conferido ao assunto no primeiro livro coutiniano, que traz o termo "humanismo" em seu próprio título.

Mesmo no pensamento coutiniano maduro, inclusive após o deslocamento de seu eixo para a política, diversas das características de sua abordagem do humanismo estarão presentes como norte, como objetivo a alcançar, como compromisso, como critério para o resgate de pensadores exteriores ou anteriores ao marxismo, com a diferença de que, tendo seu pensamento se deslocado para o eixo da política, os valores humanistas terão seu centro de gravitação deslocado. Ali, eles serão organizados em torno da *democracia como valor* capaz de viabilizar a realização de outros valores humanistas e racionalistas, dos quais o marxismo será considerado o continuador.

Quanto ao segundo tema a ser abordado na presente seção, o da *razão dialética*, já vimos que esteve diretamente ligado àquele do humanismo – pode-se mesmo afirmar que, para o jovem Carlos Nelson, a dialética era a expressão, no campo gnosiológico, do humanismo no plano ético-político. O primeiro texto em que tratou diretamente da temática da razão dialética foi o artigo *Irracionalismo: metafísica em*

pânico (COUTINHO, 1961c), publicado na edição de maio de 1961 da revista *Afirmação*.

Trata-se de texto de polêmica em defesa da Razão, cujo ponto de partida reside na problematização das consequências, para o pensamento humano, daquilo que o autor considera a crise da filosofia burguesa. O nome de Lukács é mencionado logo no primeiro parágrafo para caracterizar essa crise "pelo abandono da razão como instrumento de pesquisa da realidade objetiva, substituindo-a, sem maiores cerimônias, por uma suposta 'intuição' meramente intelectiva e antirracional" (p. 39). O pequeno ensaio é, assim, aparentemente, inspirado pelas formulações e preocupações do velho Lukács, cuja obra *A destruição da razão* bem poderia ter sido a fonte principal da afirmação citada acima.

No entanto, as coisas não são assim tão simples. Segue-se àquela afirmação, aliás correta, um conjunto de considerações confusas sobre a "metafísica", acusada de não ser capaz de apreender o movimento do real e a permanência no fluxo do ser – lembro ao leitor que se trata de texto de um rapaz de 18 anos incompletos. Na medida em que aquela noção não é tratada com o devido rigor, chega a ser difícil em certos momentos apreender do que se trata exatamente no texto, e o elenco de autores citados não ajuda, *à primeira vista*, a dilucidar no que consistiria afinal a metafísica. Citados sem referência a trabalhos específicos estão nomes como Lukács, Parmênides, "Russel & cia.", Marx, Lenin, Lefèbvre e... Stalin. Nesse artigo, *o único filósofo cujo nome vem acompanhado de remissão a obras específicas é Caio Prado Jr.*, sendo que o jovem Carlos Nelson remete o leitor ao primeiro capítulo de PRADO JR. (1959), assim como à segunda parte de PRADO JR. ([1952] 1969), demonstrando conhecer e haver estudado essas obras.

Pois bem: é exatamente desse ponto de referência que devemos partir. Para avançar uma interpretação que permita explicitar o sentido desse artigo coutiniano na formação de seu pensamento, encontrando sua coerência e localizando adequadamente o texto no desenvolvimento intelectual do autor, o leitor percorrerá comigo um caminho em duas direções. Em uma, será necessário localizar o texto a partir das referências de que o autor dispunha no momento de sua escrita. Na outra, buscarei também identificar os temas fundamentais que, já presentes em germe nesse texto, se desenvolverão no pensamento do autor posteriormente. Isso porque, como já vimos, não é apenas o passado que atribui ao presente seu sentido: ele é inapreensível sem que se leve em consideração também o futuro, que explicita, através de seu desenvolvimento e transformação em efetividade, tendências que existiam em momentos anteriores como possibilidades – o presente, para

ser compreendido, tem de ser também examinado à luz do futuro em que devém.

Quanto às referências, é importante notar que, nesse texto coutiniano, a categoria de "metafísica" remete diretamente aos estudos filosóficos de Caio Prado Jr.[25]. Essas obras, voltadas para o estudo da dialética, põem no centro da reflexão também a Metafísica (tratada por Caio Prado assim mesmo, com M maiúsculo), e isso por uma razão simples: esse autor trabalha com essas categorias *em oposição direta*, definindo a dialética sempre *em oposição* à metafísica.

É útil, neste ponto, lembrar que o termo "metafísica" foi muitas vezes empregado, no debate marxista, para desqualificar posições tidas como anti-dialéticas ou anti-materialistas, furtando-se à discussão aprofundada e à explicitação fundamentada dos limites das posições adversárias. O emprego negativo dessa noção em alguns textos de polêmica de Marx, de Engels ou dos dois em conjunto (cf., por exemplo, o capítulo VI d'*A sagrada família* ou o capítulo II da *Miséria da Filosofia*, bem como algumas passagens no *Anti-Dühring* posteriormente recolhidas em *Do socialismo utópico ao socialismo científico* – que foi, por sinal, o segundo livro marxista a ser lido pelo jovem Carlos Nelson, então ainda adolescente) se constituiu em ponto de partida para a aplicação da pecha de "metafísica", por parcela do pensamento vinculado à tradição marxista, a posições que se queriam desqualificar sem maior debate ou aprofundamento.

Note-se: esse tratamento do conceito, ainda que tenha lá sua eficácia no campo da polêmica e da política prática, tende a servir, no campo da teoria, ao impedimento do debate. Deve-se levar em conta esse quadro – marcado por aquilo que Lukács definiu como a subordinação da teoria às necessidades da política prática, típica do marxismo

---

[25] Esses estudos, que compreendem a dimensão menos conhecida do pensamento caiopradiano, encontram seu ápice (no sentido de tentarem o tratamento global de questões filosóficas de largo alcance histórico) exatamente nos livros citados por Coutinho: a *Dialética do Conhecimento*, de 1952, e as *Notas Introdutórias sobre a Lógica Dialética*, de 1959. Os outros textos filosóficos de Caio Prado estão nos livros *O que é filosofia?*, *O que é liberdade?* e *O estruturalismo de Lévi-Strauss; O marxismo de Louis Althusser*. Tais obras não são, de fato, as mais ricas, criativas ou enriquecedoras do autor, que se notabilizou como intérprete do Brasil e historiador econômico. Entretanto, o quase completo desconhecimento delas em tempos mais recentes vai ao ponto de tais livros não serem levados em consideração mesmo em obras que buscam apreender o desenvolvimento do pensamento de Caio Prado... Por mais que não seja possível aprofundar aqui o tema, parece-me oportuno registrar que sem o estudo dessas obras se perdem pontos de apoio importantes para a consideração crítica do pensamento caiopradiano, inclusive de sua consagrada interpretação do Brasil.

stalinizado (cf. ABENDROTH et al. [1967] 1969, pp. 154-155) – para compreender-se que o sentido dessa noção geralmente empregado pelos comunistas naquele momento era o seguinte (tal como definido pelo próprio Stalin):

> (a) Contrariamente à metafísica, a dialética olha a natureza, não como (...) fenômenos isolados e independentes uns dos outros, (...) mas como um todo unido, coerente, onde os objetos e fenômenos são ligados organicamente entre si, dependem uns dos outros e se condicionam reciprocamente; (b) Contrariamente à metafísica, a dialética olha a natureza não como um estado de repouso e de imobilidade (...) e de imutabilidade, mas como um estado de movimento e mudança perpétuos, de renovação e desenvolvimento incessantes (...); (c) Contrariamente à metafísica, a dialética considera o processo do desenvolvimento não como um simples processo de crescimento (...), mas como um desenvolvimento que passa de mudanças quantitativas insignificantes e latentes a mudanças aparentes e radicais, a mudanças qualitativas (...) rápidas, súbitas, e operando por saltos de um estado a outro (...); (d) Contrariamente à metafísica, a dialética parte do ponto de vista que os objetos e fenômenos da natureza implicam contradições internas, porquanto eles têm sempre um lado negativo e um lado positivo, um passado e um futuro, todos têm elementos que desaparecem ou que se desenvolvem; a luta desses contrários, a luta do antigo e do novo, entre o que morre e o que nasce, entre o que deperece e o que se desenvolve é o conteúdo interno do processo de desenvolvimento, da conversão de mudanças quantitativas em mudanças qualitativas. (STALIN, *apud* PRADO JR., 1959, pp. 07-08; idêntico em STALIN, *apud* PRADO JR., [1952] 1969, pp. 602-604).

Essa citação se encontra nos dois principais livros de Caio Prado Jr. sobre filosofia, que, como vimos, constituíam a principal referência filosófica – a única que mereceu algo mais que simples menção genérica – no primeiro artigo filosófico de mais fôlego do jovem Carlos Nelson. O marxista paulista considerava, nesses livros, Stalin como "o maior discípulo" de Marx, Engels e Lenin e, como tal, o continuador mais autorizado do autêntico marxismo (cf. PRADO JR., 1959, p. 30 e [1952] 1969, pp. 604-605 e 786, entre outras), avaliação na qual era seguido, no momento em questão, pelo jovem comunista baiano.

O que vem de ser afirmado é exemplificado nesta passagem:

> A identidade e a permanência, a metafísica viu e conceituou. Faltava a outra parte – e dela iria se ocupar a dialética como método lógico, primeiro em Hegel (aproximação do problema), em Marx (realização prática, isto é, aplicação), em Lênin e Stalin (descoberta), e, finalmente, nos teóricos modernos – Caio Prado Júnior, Henri Lefèbvre, dentre outros – (sistematização). (COUTINHO, 1961c, p. 41).

A menção a Lênin e Stalin no mesmo patamar de "descobridores da dialética" não é exclusividade ou "descoberta" do jovem Carlos Nelson: ainda era figura corrente nos manuais comunistas na década que sucedeu o XX Congresso do PCUS. É que a reversão da apreciação comunista de Stalin, indo do extremo da adoração anterior até o outro extremo de sua transformação em um "enorme, sinistro, caprichoso e degenerado monstro humano" (DEUTSCHER *apud* LOSURDO, [2008] 2011, p. 25), não ocorreu da noite para o dia – levou anos.

Isso aponta para a seguinte constatação: na verdade, a evidente influência caiopradiana em muitos aspectos do pensamento coutiniano em formação entre 1959 e 1961, quando Coutinho ainda não havia estudado nem Gramsci nem Lukács, deve ser dimensionada no marco mais geral da influência sobre seu pensamento *da teoria produzida por intelectuais no âmbito do PCB e do MCI*[26]. A referida influência comunista aparece, no momento em exame, através de Caio Prado, e isso por duas razões: primeira, Caio Prado aparecia, nesse ponto de seu desenvolvimento intelectual (repito: anterior à leitura de Lukács e Gramsci), como "um dos mais autorizados intérpretes atuais do marxismo" (COUTINHO, 1960a); segunda, ao compararmos a estatura intelectual de Caio Prado à dos outros autores brasileiros citados por Coutinho em seus artigos juvenis, nota-se que o marxista paulista estava *realmente* em posição de vantagem, constituindo a mais sólida referência dentre as disponíveis.

E essa referência se manifestou não apenas no sentido da argumentação coutiniana, mas também nos termos usados pelo jovem intelectual baiano, a maior parte dos quais emprestados, nos artigos

---

[26] Vejam-se os primeiros artigos de Coutinho, entre 1959a e 1961c (inclusive). Em todos eles, o que se nota claramente é, antes de tudo, o ímpeto de defender uma visão *comunista* do mundo, sustentando posições políticas compatíveis, às quais Coutinho tinha acesso através de textos de qualidade vária, dentre os quais os de Caio Prado. O artigo sobre a *História Econômica da Revolução de 1798*, por exemplo (COUTINHO, 1959b), é, também ele, impregnado de alto a baixo de posições caiopradianas, combinadas subsidiariamente a alguma leitura de Marx, Plekhanov e outros autores brasileiros menores.

anteriores a *Problemática Atual da Dialética* (COUTINHO, 1961d), diretamente dos livros filosóficos de Caio Prado: "permanência no fluxo", "identidade Sujeito-Objeto", "Conhecimento do Homem" (as maiúsculas nos termos são de Caio Prado, e são por vezes reproduzidas pelo jovem Carlos Nelson), dentre outros[27].

Percorrida essa primeira parte do caminho – aquela que buscou iluminar o modo pelo qual a herança do passado do autor, de suas referências anteriores, está expressa em sua concepção da razão dialética no texto em questão – é hora de iniciar o segundo movimento. É hora de procedermos à contramarcha da análise para detectar certos temas de interesse e, assim, compreender o sentido do texto no pensamento do autor. É hora de iluminá-lo a partir de seu futuro.

Carlos Nelson Coutinho, ao buscar compreender os limites que o apego à "consideração metafísica do mundo" imporia à ciência burguesa, está neste texto abrindo a porta, ainda de modo vago e impreciso, a um problema que será submetido a exame rigoroso e crítico alguns anos mais tarde. Me refiro, aqui, ao problema dos limites da razão formal ou intelectiva – e, notadamente, a um aspecto seu que aqui está apenas intuído, mas que será examinado aprofundadamente alguns anos depois: seu aspecto manipulador. No artigo de 1961, o autor indica que "este método lógico [a metafísica] surge com a necessidade que têm os homens de *identificar* certos aspectos da realidade objetiva sobre a qual têm de atuar para sobreviver [...]" (COUTINHO, 1961c, p. 39), procedimento que, inicialmente válido, seria, entretanto, coagulado, levando à incapacidade dos pensadores que se valem dele de apreender o movimento da realidade[28]. Vale notar: alguns anos mais tarde – e já tendo assimilado a posição lukacsiana quanto ao assunto –, Coutinho compreenderá esse tipo de procedimento intelectivo como um momento necessário, menos mediado, de todo processo de conhecimento, e portanto do próprio desenvolvimento da razão, permanecendo como momento superado da própria razão dialética (cf. COUTINHO, [1972] 2010, Parte I).

---

27 É de notar a clara impostação hegeliana da terminologia (Caio Prado chegou a ser "acusado" de hegeliano por causa destes livros, como mostram GRESPAN, 2008, p. 60, assim como o próprio PRADO JR., 1959, p. 5), o que poderia levar à confusão, em uma leitura desses textos do jovem Carlos Nelson que desconhecesse a importância do pensamento caiopradiano em sua formação inicial, de que o jovem intelectual baiano já estaria citando Hegel. Seria um erro: Hegel só será citado textualmente por Coutinho alguns anos depois, e seu estudo sistemático foi precedido, na formação do marxista baiano, pelo de Lukács. Lembro que no artigo em exame as únicas obras referenciadas com algo mais que o título são mesmo as de Caio Prado.

28 A referência a Caio Prado, também aqui, é clara, como pode ser atestado em PRADO JR. [1952] 1969, pp. 12-13, 716-18 e, especialmente, 358-9.

No artigo de 1961, entretanto, avalia-se que, como resultado da referida coagulação, a metafísica seria, ao contrário da razão dialética, incapaz de apreender "aquela trama múltipla de processo e relações" (p. 40) que caracteriza a realidade, levando o conhecimento a limitar-se apenas a "uma coleção de 'identidades estanques e imutáveis' (...)" (COUTINHO, 1961c, p. 40) cujo movimento seria percebido como resultado de relações "exteriores" de causa e efeito – relações que, por exteriores, permaneceriam inexplicáveis ou fora da alçada do conhecimento. Quanto à dialética, ela superaria a metafísica porque recolheria o que esta tem de positivo ao mesmo tempo em que "completaria a conceituação que aquela iniciara em dois aspectos, a saber, a *uniformidade na multiplicidade e a permanência no fluxo*" (p. 41, grifos do autor). Ou seja: ela seria superior à outra por ser capaz de apreender o real em movimento e, a partir daí, de considerar racionalmente a realidade em todos os seus aspectos[29].

Considerando a superioridade da razão dialética, que teria surgido historicamente como superação da metafísica quando seus limites se tornaram *entraves ao desenvolvimento social* (COUTINHO, 1961c, p. 41, mas também PRADO JR., [1952] 1969, pp. 14, 335 e, especialmente, p. 731), não haveria motivo razoável ou racional para não se adotá-la universalmente na filosofia e, a partir daí, nas ciências. A motivação para a rejeição da dialética, malgrado sua superioridade, seria, portanto, *ideológica*: residiria no compromisso da filosofia burguesa com a manutenção da ordem do capital, acarretando na recusa a um tipo de pensamento eminentemente explosivo, que põe a ênfase no movimento, que mostra que tudo que existe tem uma história que é ela mesma a história de suas transformações. Afinal, se nada é eterno e tudo o que existe deve perecer, isso vale inclusive para o modo de produção capitalista, e a burguesia se recusaria a admitir um pensamento capaz de chegar a tais conclusões.

Como vimos, a referência a Caio Prado se dava, da parte deste primeiro Coutinho, nos marcos mais gerais da referência ao pensamento *comunista*. É necessário, portanto, lembrar que a problemática referida nos últimos parágrafos (a impossibilidade de conhecimento fidedigno do real pelo pensamento burguês e a oposição a ele da capacidade para tal por parte do proletariado), recuperada por Caio Prado Jr. na *Dialética do Conhecimento*, foi introduzida no debate marxista pelo próprio Marx, tendo sido retomada por diversos autores marxistas em diferentes chaves. Ela chegou a Coutinho através de Caio Prado, mas poderia ter

[29] Também estas expressões compõem parte importante do pensamento filosófico de Caio Prado, como se atesta em PRADO JR., [1952] 1969, pp. 89-90, 182-3, 197-9, 206-7, 212-13, 580-1.

chegado por diferentes fontes – que, de todo modo, teriam direta ou indiretamente se baseado na colocação do problema pelo fundador do materialismo histórico.

Vejamos rapidamente como tal posição aparece em Marx. No Posfácio da segunda edição de *O Capital*, o comunista renano recupera a afirmação feita por um burguês vienense de que "o grande senso teórico, considerado patrimônio hereditário alemão, teria desaparecido completamente das chamadas classes cultas da Alemanha para ressuscitar, em compensação, na sua classe trabalhadora" (MARX, [1873] *in* [1867] 1996, p. 134).

Ele explica esse deslocamento do seguinte modo, no Prefácio ao mesmo livro:

> No campo da Economia Política, a livre pesquisa científica depara-se não só com o mesmo inimigo que em todos os outros campos. A natureza peculiar do material que ela aborda chama ao campo de batalha as paixões mais violentas, mesquinhas e odiosas do coração humano, as fúrias do interesse privado. (MARX, [1867] 1996, p. 132).

Essa constatação lhe permite concluir, no referido Posfácio, que:

> A burguesia tinha conquistado o poder político na França e na Inglaterra. A partir de então, a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras. Ela fez soar o sino fúnebre da economia científica burguesa. Já não se tratava de saber se este ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não. No lugar da pesquisa desinteressada entrou a espadacharia mercenária, no lugar da pesquisa científica imparcial entrou a má consciência e a má intenção apologética. (MARX, [1873] *in* [1867] 1996 p. 135).

Pode-se, a partir dessas observações, compreender a seguinte afirmação do jovem Carlos Nelson no artigo em estudo: "há muito esta filosofia [a *filosofia burguesa* – V.N.] deixou de criar algo positivo (...) para existir tão-somente em função da crítica ao materialismo dialético, legítimo herdeiro da tradição racional" (COUTINHO, 1961c, p. 39). Nessa colocação do problema, aparece a antítese também presente nas passagens marxianas citadas: de um lado, o pensamento burguês apologético, incapaz de dar conta das exigências das ciências no tempo presente; de outro, a tradição racional (ou a pesquisa científica

desinteressada, nas palavras de Marx), herdada, no campo da teoria social, pelo proletariado e expressa no método da dialética capaz de desvelar a totalidade, o mundo em movimento.

O importante a reter, aqui, é que *o problema do irracionalismo e da oposição entre razão dialética e pensamento burguês já começava, mesmo antes do estudo sistemático de Lukács, a se delinear para o jovem intelectual em formação*. Isso não é difícil de entender se consideramos que, naquele momento, o problema estava posto para diversos pensadores no campo do marxismo, por diferentes razões: necessidade de explicar e compreender a barbárie nazi-fascista, impacto do XX Congresso do PCUS, necessidade de afirmar a superioridade do pensamento proletário – especialmente em tempos de coexistência pacífica Leste-Oeste.

Caio Prado busca, assim como o jovem Coutinho – e assim como Lukács – responder às questões de seu tempo, e está, ainda que de maneira por vezes obscura e certamente menos penetrante que a do filósofo de Budapest, às voltas com o mesmo problema para cuja solução Coutinho veio a dar contribuição magistral alguns anos depois da publicação do texto ora em exame: o caráter cada vez mais ideológico e apologético do pensamento burguês, e a necessidade de superá-lo pelas forças interessadas na transformação revolucionária da sociedade[30].

A constatação de que Caio Prado abordava, em livros da década de 1950, esse tipo de problema, ajuda a capturar algo do espírito da época em que Coutinho estava se formando, e em que tais debates estavam sendo colocados aos intelectuais marxistas, inclusive a alguns dos vinculados ao PCB, pelo próprio movimento do real, o que ajuda a desmistificar a ilusão de que Coutinho teria abordado tal ou qual problema fundamental *por causa* da influência lukacsiana (vale lembrar

[30] É nesse mesmo sentido que Caio Prado afirma que estaríamos, desde o impasse provocado pela tomada de consciência do proletariado enquanto classe revolucionária no século XIX, diante da disjuntiva entre "a Ciência materialista e o progresso da Cultura humana, ou a negação de ambas, e o retorno às mais primitivas etapas instintivistas e obscurantistas da espécie" (PRADO JR., [1952] 1969, p. 672). Ou ainda: "[...] os intuicionistas (Bergson), pragmatistas (William James) e existencialistas [...], depois de aceitarem mais ou menos implicitamente as premissas da Metafísica, apontam as limitações irredutíveis do pensamento conceitual [ou seja: como aceitaram o pensamento burguês como o único válido, ao esbarrarem em seus limites os hipostasiam como limites da razão como um todo – V.N.]; o que vem a ser: rejeitam o racionalismo como instrumento ou via de elaboração do conhecimento, e pretendem colocar o Homem no nível dos irracionais" (PRADO JR., [1952] 1969, p. 721, nota 546). Note-se como essa passagem antecipa problemas que serão tratados, já em chave lukacsiana, em COUTINHO ([1972] 2010).

que, para Goldmann, as influências explicam muito pouco, "ou mesmo nada", como vimos) ou, posteriormente, da gramsciana, assim como a de que teria forjado seu pensamento sem diálogo com a realidade brasileira, importando ideias estrangeiras. Tem-se então um exemplo de que o pensamento de um intelectual importante na área do pensamento social é fortemente determinado pelos problemas postos pelo movimento da sociedade em que se encontra e em que atua: é nela que ele encontra suas questões, buscando no plano da teoria os autores que o instrumentalizem para oferecer respostas adequadas – ou pelo menos que pareçam justas.

Dito isso, voltemos ao marxista baiano, que em seu artigo descreve a batalha entre irracionalismo e razão dialética do seguinte modo:

> Surge o irracionalismo. Os metafísicos empedernidos, impossibilitados pelas suas limitações sociais de adotarem a dialética que resolveu o problema com que ainda se debatem, encontraram a sua "solução" com uma escapada pela tangente. Não é a realidade (...) que deve ser estudada, procurando-se compreendê-la da forma real que ela se apresenta. É a razão – para eles sinônimo de razão metafísica, tipo Descartes – que não pode apreender a realidade, por ser muito "vulgar". Confundem assim o problema, sem verem que é a própria metafísica que entra em crise. (...) Não veem, ou não querem, que este problema já foi há muito resolvido pelo proletariado em ação, em luta, pois são eles (proletários) que têm a necessidade de conceituar a realidade para atuarem sobre ela, libertando-se da exploração social a que estão sujeitos, e que a metafísica tão insistentemente tenta justificar. (COUTINHO, 1961c, p. 41).

É importante reter: apesar da forma bruta fruto da juventude do autor, o sentido fundamental desse texto já aponta para algo que Coutinho desenvolverá pouco tempo mais tarde, quando manejar o instrumental teórico-analítico lukacsiano (em COUTINHO, [1972] 2010). O raciocínio será, então, construído desta forma: esbarrando nos limites da razão formal-intelectiva, mas não sendo capazes de abraçar a razão dialética devido ao compromisso ideológico com a manutenção da ordem, a filosofia burguesa abre o flanco para o irracionalismo. Sendo assim, ela fica presa a duas modalidades complementares de negação da razão dialética, que coexistem tensamente e se expressam através de correntes de pensamento aparentemente adversárias: por um lado, o irracionalismo aberto; por outro, a razão formal intelectiva, brandida pelos intelectuais burgueses contra a razão dialética e contra o

irracionalismo como única maneira supostamente científica de compreender o real. A razão dialética, por sua vez, terá como seu portador o proletariado, herdeiro da máxima expressão da tradição racional, a mais adequada à tarefa de se aproximar verazmente do real, porque deseja transformá-lo e para isso é necessário conhecê-lo[31].

O terceiro tema de interesse nesta seção é o do *nacionalismo* do jovem marxista baiano. O nacionalismo, no jovem Carlos Nelson, reverbera e reproduz a posição do PCB que, como vimos, foi o partido no qual ele se referenciou desde a adolescência para, em suas palavras, fazer política pela esquerda. Cabe aqui destacar certas passagens que deixam entrever a posição do jovem intelectual em relação ao tema, que manterá considerável importância no âmbito da esquerda nas décadas seguintes, e que será progressivamente transformado pelo intelectual, a partir de sua apropriação de Gramsci (fortemente marcada pela interpretação do marxista sardo por Togliatti e pelo PCI), sendo subsumido então na problemática do nacional-popular.

Comecemos pelo estudo de seu primeiro artigo, publicado em 1959, quando o intelectual em formação contava apenas 16 anos. Esse artigo, *O erro fundamental da candidatura nortista*, tem a motivação, antes de mais, de se opor publicamente à candidatura de Juracy Magalhães à presidência da república[32]. Para isso, o jovem autor sustenta uma interpretação do Brasil em oposição à que considera ser a do grupo de Magalhães, que afirmaria que a "contradição fundamental do País" (COUTINHO, 1959a) seria aquela "entre o Norte e o Sul" , tendo edificado sobre tal "falsa premissa" uma política equivocada e que "confunde pessoas reconhecidamente progressistas" .

---

31 Essa formulação representa, evidentemente, o desenvolvimento de certas ideias que já constavam no artigo juvenil de 1961: tal desenvolvimento, entretanto, só pôde ocorrer, nos termos em que foi apresentado no parágrafo anterior, depois que Coutinho já havia lido e assimilado crítica e criativamente a refutação do irracionalismo, tal como desenvolvida por Lukács, e a crítica da razão formal-intelectiva, tal como realizada pela Escola de Frankfurt (com destaque para Herbert Marcuse, apesar de que também são feitas referências, em COUTINHO, [1972] 2010, aos frankfurtianos Horkheimer e Adorno). A formulação do problema – e da resposta a ele – no livro de 1972 também passou pela assimilação de clássicos do pensamento social de fora do campo do marxismo, como é o caso de Weber, cuja recepção tem importância especialmente no tocante ao problema da racionalização crescente da vida social moderna.

32 Tanto Amélia Maia, já referida em nota, quanto Andréa Teixeira – companheira de Coutinho por quase 20 anos, sua segunda esposa e viúva – contaram em entrevistas a mim que este artigo foi motivo de um desentendimento temporário entre o jovem Carlos Nelson e seu pai. Quanto a isso, devo lembrar que o dr. Nathan era amigo pessoal de Juracy Magalhães, ligado a seu partido e seu apoiador direto.

Para o jovem intelectual baiano, por sua vez

> as contradições fundamentais que pejam o nosso desenvolvimento são as que ocorrem entre este desenvolvimento (representado pelo aumento das nossas forças produtivas) e o imperialismo americano; e, ainda, entre o mesmo desenvolvimento e a nossa antiquada estrutura agrária, semifeudal. (COUTINHO, 1959a).

Assim, "a nossa estrutura agrária permanece *retrógrada (...),* impedindo a *formação de um sólido mercado interior*, condição *sine qua non* da nossa industrialização" (COUTINHO, 1959a – grifo meu), ao mesmo tempo em que "a monocultura (...) impede a formação de uma cultura de subsistência, forçando a nossa economia a permanecer voltada para o exterior, e desprovida de um *caráter nacional*" (grifo meu). Além disso, "a maioria das terras férteis, dado a essas relações de produção *antiquadas*, permanecem não suficientemente exploradas, *impedindo o progresso* da região" (grifos meus).

Dessa caracterização das contradições fundamentais da formação econômico-social brasileira – entre a *nação* e o *imperialismo* americano, de um lado, e entre o *desenvolvimento* capitalista e os resquícios ou *restos* de feudalismo no campo (que constituiriam *atrasos*, *entraves* ou *impedimentos* àquele desenvolvimento), de outro –, o jovem Carlos Nelson deduz um programa político. Ou melhor: reproduz a dedução do mesmíssimo programa político então sustentado no Brasil pelo PCB, fundado sobre a interpretação dessas mesmas contradições como as fundamentais.

Assim, para o jovem comunista, "só com o rompimento de certas relações de produção, podia-se esperar a vitória do Brasil contra o subdesenvolvimento. Isto está estabelecido, provado e sobejamente demonstrado" (COUTINHO, 1959a). A luta imediata, portanto, tanto para o jovem Coutinho quanto para o PCB, *é a luta contra o subdesenvolvimento*, para que, a partir de sua superação, se possam criar as condições para transitar ao socialismo. Trata-se do primeiro artigo publicado por Coutinho, quando contava apenas 16 anos: ainda assim, veremos posteriormente que essa ideia da necessidade de *superar entraves ao desenvolvimento capitalista brasileiro* para que se reunissem as *condições para transitar ao socialismo*, ainda que posteriormente desenvolvida e muito refinada, será companheira perene do intelectual baiano.

Examinemos agora como se apresenta a referida posição nacionalista no jovem Coutinho em artigo publicado no ano seguinte, no nº 16 da revista *Ângulos* (ainda antes de entrar na Universidade,

concluindo o colegial, Coutinho publica esse artigo na revista do CARB):

> [...] *o atual momento brasileiro não é, nem pode ser, o do socialismo integral* [...]. Por isso é que [...] poderíamos afirmar que *a única pauta* para julgar a conduta atual do homem brasileiro, é verificar *se contribui ou se se opõe à causa do Nacionalismo* (COUTINHO, 1960, p. 40 – grifos meus).

Esse Nacionalismo – assim mesmo com "N", de Nação, maiúsculo – é compreendido em oposição ao colonialismo, materializando-se tal oposição na constituição, no campo da política, de "dois blocos, o colonial e o nacional" (COUTINHO, 1960, p. 39). Mas a adesão ao nacionalismo não é, da parte do jovem *comunista*, sem matizes: Coutinho sublinha logo no início de seu artigo juvenil que "não se trata aqui de discutir as desarrazoadas falsidades de confundir nacionalismo ideológico com patriotismo ou ufanismo" (COUTINHO, 1960, p. 29), completando que "isto já caiu de moda, existindo apenas para aqueles que ainda veem nas manifestações desenvolvimentistas [...] agitações a soldo de Moscou" .

Com isso, Coutinho quer dizer que é necessário condicionar o apoio à burguesia nacional e à sua ideologia *apenas enquanto essa classe possuir interesses progressistas*, criticando deste modo a ideologia nacional-desenvolvimentista tal como, segundo ele, formulada naquele momento por intelectuais ligados ao ISEB:

> Por parte dos pensadores isebianos, ideólogos da burguesia nacional desenvolvimentista, o assunto [a elaboração de uma teoria da sociedade brasileira – V.N.] já foi devidamente encerrado. (...) adotam o processo das contradições como motor do que se convencionou chamar, com acerto, a Revolução Brasileira. A necessidade de considerar a Nação como um todo homogêneo (...) os leva porém a, erroneamente, considerar os antagonismos processuais apenas no campo externo, fixando-os nos conceitos de Nação e Anti-Nação. (COUTINHO, 1960, p. 29)

Daí a crítica coutiniana, já que tal postulação seria

> a ideologia de determinada classe em seu desenvolvimento histórico [a burguesia nacional, como ele esclarecerá a seguir – V.N.], e como tal *se apresenta válida enquanto esta classe possuir interesses progressistas*. Se bem que (...) um sem número de marxistas (ou pseudo-marxistas?) desavisados, passe a fazer causa comum com este sistema de ideias, o que

> significa, em termos de ideologia, ir a reboque da classe burguesa nacional. [Deve-se] considerar o desenvolvimento (*no sentido da elaboração de uma economia nacional*) como luta de classes (...) também em um plano interno. A inobservância deste elementar princípio marxista, tem levado à falsa impressão de que *só* os agentes imperialistas *são anti-desenvolvimentistas*". (COUTINHO, 1960, p. 30 – grifos meus).

Deve-se reter, quanto a esse nacionalismo comunista presente no pensamento do jovem Carlos Nelson (que expressava fielmente a posição do PCB sobre o assunto), que nele já reside uma característica que Coutinho carregará consigo ao longo de toda a sua vida intelectual, qual seja, a avaliação de que *as condições, no Brasil, não estariam maduras para a pugna diretamente socialista, exigindo um estágio ou um processo intermediário*, de aprofundamento do desenvolvimento das contradições pertinentes à própria ordem do capital como impulso necessário (ou acumulação de forças) para se estabelecerem os pressupostos que permitissem o estabelecimento de uma transição socialista – problema que chamarei, no momento oportuno, da postulação da necessidade de uma *transição para a transição* no pensamento político coutiniano. Por aí passará a consideração da importância da constituição da classe operária (ou trabalhadora) como classe nacional, a necessidade de estabelecimento de hegemonia em um processo que agrupe em torno dela outras classes e a proposta de construção de uma democracia avançada ou de massas como pré-requisito – ou momento necessário – ao estabelecimento dos pressupostos para a transição socialista.

Mas não nos adiantemos demais. As considerações anteriores sobre o período da primeira formação de Coutinho conduzem, agora, à apresentação de uma característica marcante do marxismo de seus anos de juventude, que, ela também, o acompanhou ao longo de toda a vida: trata-se do quarto tema a ser explorado por nós nesta seção, o da *ortodoxia*.

O tema se põe explicitamente ao pensamento coutiniano a partir da leitura do *História e Consciência de Classe* de Lukács e, particularmente, do célebre ensaio que abre esse livro: *O que é marxismo ortodoxo?*. Será útil acompanhar aqui, portanto, o passo dado por Coutinho e mostrar como a ideia de *marxismo ortodoxo* é apresentada no livro que exerceu enorme influência sobre nosso autor a partir da segunda metade de 1961. Como o presente trabalho não é o espaço adequado para pretender acrescentar um grão de sal ao oceano dos

estudos sobre HCC[33], limitar-me-ei a evocar do livro somente aquilo que for estritamente necessário à compreensão do evolver do pensamento do jovem intelectual[34].

É necessário, entretanto, responder anteriormente à seguinte questão: *quando* Coutinho leu HCC?

Pode-se sustentar com certeza que a leitura ocorreu no ano de 1961. Para isso podemos nos apoiar, em primeiro lugar, em indicação fornecida pelo próprio autor anos mais tarde:

> Eu descobri Lukács quando estava na Faculdade de Direito da Bahia. Na biblioteca da Faculdade, havia uma revista francesa com uma resenha sobre o recente lançamento na França de *Histoire et conscience de classe*. Aí anotei na minha listinha, vim ao Rio – em 1961, se não me engano – e, junto com o Gramsci [*El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce* – V.N.], comprei também *Histoire et conscience de classe*, que foi um livro que também fez minha cabeça (...), um livro muito marcante em minha formação". (COUTINHO, [2000] 2006a[11], p. 167)

Além disso, o texto começa a ser citado por ele, com alguma propriedade, em seu artigo *Problemática atual da dialética*, publicado na edição de novembro-dezembro de 1961 da revista *Ângulos*. A referência é à edição traduzida ao francês por Kostas Axelos e Jaqueline Bois e lançada na França – aliás, contra a vontade de Lukács – em 1960. Já o

---

[33] Quanto ao livro: trata-se de um conjunto de ensaios escritos em diferentes momentos entre 1919 e 1922, abordando diversos temas caros ao pensamento revolucionário. Devido à grande relevância dos problemas discutidos, à notável profundidade teórico-analítica dos ensaios e ao momento em que veio à luz (1923, quando a revolução em nível europeu encontrava seus limites e se fazia necessário e oportuno um balanço histórico da tradição marxista), a obra foi alvo das mais apaixonadas polêmicas, tendo influenciado enormemente os rumos do marxismo no século XX.

[34] Para dar uma ideia da importância deste livro, lembro que o professor Michael Löwy se refere a ele nos seguintes termos: "Inútil frisar a importância verdadeiramente *histórica* desta obra, considerada por muitos o maior trabalho de filosofia marxista do século XX". O professor ressalta também que o livro de Lukács influenciou "autores tão diversos como Revai, Bloch, Mannheim, Horkheimer, Adorno, Benjamin, Sartre, Merleau-Ponty, Lefèbvre, Goldmann, Marcuse, Jakubowsky, Adam Schaff, Karel Kosik" entre outros, tendo provocado muitas – e significativas – controvérsias no interior do marxismo desde seu lançamento em 1923. Cf. LÖWY, [1976] 1998, pp. 203 e ss. (grifo do autor). Para uma instigante primeira aproximação ao livro, o capítulo IV do estudo citado apresenta análise sólida e inteligente, que ademais remete a diversos outros estudos bem como às controvérsias motivadas pela obra.

ano de lançamento dessa edição nos deixaria apenas as possibilidades de leitura em 1960 ou 1961, ou seja, entre seu lançamento e o começo das referências a ele por parte de Coutinho.

Continuando: acredito ser necessário ir um pouco além e precisar que tudo indica que o estudo sistemático do livro, acompanhado pelo início do processo de apropriação criativa de seu conteúdo, só ocorreu na e a partir da *segunda metade do ano de 1961*. Busquei precisar a data com mais exatidão pelas seguintes razões: em primeiro lugar, para que se possam compreender as importantes diferenças que separam a abordagem de problemas da teoria e da gnosiologia nos artigos *Irracionalismo: metafísica em pânico*, da primeira metade de 1961, e *Problemática atual da dialética*, publicado no fim desse ano; em segundo lugar, devido ao enorme peso que o pensamento de Lukács teve sobre a produção da primeira fase de atividade intelectual sistemática de nosso autor[35].

Em defesa dessa proposta de periodização mais exata há duas constatações. Primeira, as citações do livro começam no artigo publicado em novembro. Os ecos ou coincidência entre problema abordados no artigo de maio e questões caras a Lukács em HCC não parecem provir desse livro, e sim, como espero ter demonstrado no tocante aos debates sobre o aparecimento da categoria do irracionalismo e sobre o papel da ciência na transformação do mundo pelo proletariado, de outros autores marxistas. Assim, mesmo que tivesse ocorrido uma primeira leitura de HCC ainda na primeira metade de 1961, ela não teria sido necessária para o aparecimento dos elementos presentes no artigo de maio – e, vale lembrar, o livro de Lukács *não* é citado naquele artigo, mas sim o de Caio Prado.

Segunda, e bastante importante do ponto de vista teórico: se Lukács sustenta em HCC, assim como o jovem Carlos Nelson em seu artigo sobre o irracionalismo, que a ideologia burguesa combate o materialismo histórico, sustenta por outro lado que as ciências burguesas são, elas mesmas, incapazes de superar o horizonte burguês devido ao processo de fragmentação do conhecimento derivado da reificação. Isso, para Lukács, empresta também ao materialismo

---

35 Quanto a esse último ponto, é necessário fazer uma precisão: é que o próprio Lukács tem momentos nitidamente diferentes em sua evolução e, portanto, é necessariamente muito diverso sobre alguém o efeito da leitura de textos lukacsianos datados da primeira metade dos anos 20, por um lado, ou dos anos 50, por outro. Foi precisamente esse o caso no tocante a Coutinho: se entre 1961 e 1963 a marcante influência lukacsiana sobre seu pensamento se deu através principalmente de HCC, após 1963 o centro de gravitação se deslocou cada vez mais em direção ao assim chamado "velho Lukács", ou seja, àquele Lukács posterior a 1929-31.

histórico uma dimensão de certo modo *programática* em termos de conhecimento científico do real, dimensão essa que está ausente no pensamento coutiniano até a publicação de *Problemática Atual da Dialética* em novembro de 1961 (no artigo de maio, Coutinho ainda contrapõe à *ideologia* burguesa uma *ciência* proletária).

Explico-me, por partes: primeiro, para o Lukács de HCC, mesmo o materialismo histórico está sujeito, na sociedade burguesa, aos limites que essa sociedade impõe à construção do conhecimento de modo geral. Ele continua, por exemplo, tendo que se basear – ainda que criticamente – sobre conhecimento produzido de maneira fragmentada, já que a própria realidade reificada impõe essa fragmentação. Assim, se, por um lado, o materialismo histórico supera as ideologias burguesas porque não tem compromisso com a manutenção do existente, e sim com sua transformação – ou seja, cinismo e ocultamento devem estar ausentes da construção do conhecimento por parte de uma classe que pretende transformar radicalmente a realidade – , ele, por outro lado, continua objetivamente prisioneiro dos limites objetivos que a sociedade burguesa põe para a construção do conhecimento científico da realidade, a não ser no próprio processo de superação desta sociedade e construção da sociedade emancipada.

Aliás, mesmo isso não resolve automaticamente o problema: enquanto *regime de transição*, ainda no socialismo a forma mercadoria continua ocultando o conteúdo social das relações entre os seres humanos. Por isso o modo de produção socialista *tende* a superar a base material da fragmentação do conhecimento, mas apenas na medida em que tende ao comunismo. Se ele não tender ao comunismo, portanto, sua ciência pouco ou nada terá de superior em relação à ciência burguesa.

Note-se como essa posição contrasta com esta outra, sustentada por Coutinho em seu artigo sobre o irracionalismo de maio de 1961, em defesa da existência de uma ciência proletária ou socialista contra a ciência burguesa:

> O que queremos salientar aqui é que a dialética supriu e completou as insuficiências da metafísica, como tão bem o atestam as conquistas sociais e científicas da lógica dialética aplicada à realidade por aquele um terço da humanidade que, sob a inspiração ainda desta mesma dialética, vive hoje sob o regime socialista. Estava assim resolvido o problema epistemológico que o desenvolvimento das ciências naturais e o dinamismo social haviam posto na ordem do dia. (COUTINHO, 1961c, p. 41).

Pois bem: *Coutinho só compreendeu o limite de tal posição, deixando de sustentar a possibilidade de algo como uma ciência proletária, após a leitura de HCC*, como se pode constatar, aí sim, em seu artigo de novembro de 1961. Algo muito importante na posição sustentada por Lukács em HCC é que sua correta assimilação permite superar a ingenuidade quanto à avaliação da existência de uma ciência do proletariado, e também de algo como uma ciência do socialismo, tal como se desenvolvia no texto do jovem Carlos Nelson sobre o irracionalismo – e tal como campeou na ideologia stalinista. Essa ingenuidade, em contraste com a posição lukacsiana bastante mais sóbria, é justamente mais uma razão para sustentar que Carlos Nelson não havia ainda, em maio de 1961, assimilado o conteúdo de HCC.

Localizado o momento do estudo desse livro por nosso autor, procedamos então ao sentido da noção de *ortodoxia* tal como aparece aí e é assimilada por Coutinho, formando a base de uma posição coutiniana que se desenvolverá ao longo de anos até assumir sua forma definitiva, e, a partir daí, marcará seu pensamento *pelo resto da vida.*

Afirmei anteriormente que havia, nos textos coutinianos dos primeiros anos, uma tensão entre fechamento e abertura, posta pela relação entre o compromisso teórico-metodológico com o marxismo (relacionado ao compromisso político com a luta da classe operária) e a necessidade de abertura exigida para o arejamento teórico e as alianças políticas, especialmente no momento em que se encontrava o PCB na virada aos anos 1960. Essa diversidade de orientações se manifestou, nos primeiros anos do pensamento coutiniano, como uma oposição tensa entre "dogmatismo" e "revisionismo liberal" (COUTINHO, [1966] 1967a[4]).

Vejamos como o marxista baiano pôs os termos da questão em seu primeiro livro publicado, quando seu pensamento sobre o problema já vinha amadurecendo havia anos e a proposta de superação dessa tensão em uma determinada ortodoxia já havia sido encontrada pelo autor:

> Não é suficiente, hoje, para definirmos um pensador, classificá-lo de "marxista". A quebra da rigidez dogmática do stalinismo [...] provocou um florescimento até então inédito de posições divergentes, antagônicas mesmo, no interior da tradição que se reclama do marxismo. [...] Acreditamos que a necessária superação deste estágio "liberal", obtida pela convicção, será uma superação *dialética* e não um simples retorno à velha "unidade" stalinista [...]. (COUTINHO, [1966] 1967a[4], pp. 95-96).
>
> [...] não existe no interior do pensamento marxista uma unidade

> completa sobre [...] premissas estéticas [...], estas divergências se manifestam no terreno da crítica marxista contemporânea nas duas orientações a que chamaríamos, um pouco por comodidade, de dogmática [...] e de revisionista ("sociologismos" em geral, "liberal-revisionismo [...]"). (COUTINHO, [1966] 1967a[4], p. 123).

Coutinho se pôs em guarda, em seus primeiros anos de atividade intelectual, tanto contra o "liberal-revisionismo" quanto contra o "dogmatismo", pugnando em nome de um pretendido reencontro das autênticas tradições de Marx, Engels e Lênin.

Essa posição se manifesta, por exemplo, nesta passagem:

> O revisionismo, *o abandono das posições autenticamente marxistas-leninistas*, [...] continua a ser – do ponto de vista histórico-universal – *o inimigo principal*. [...] De qualquer modo, a luta pela unidade do marxismo contemporâneo, encarada de um ângulo negativo, é uma luta em duas frentes: *contra o revisionismo e contra o dogmatismo*; seu ângulo positivo, a finalidade a que ela se propõe, só pode ser o reencontro das autênticas tradições do pensamento de Marx, de Engels e de Lênin. (COUTINHO, 1967a[4], p. 96 – grifos meus).

A proposta de superação, portanto, do "liberal-revisionismo" e do "dogmatismo" estaria no "retorno às autênticas tradições" dos pensamentos de Marx, Engels e Lênin. E que autênticas tradições seriam essas? Seriam, como o texto acima deixa claro, as expressas nas "posições autenticamente marxistas-leninistas", ou seja – traduzindo ao leitor menos familiarizado com o jargão comunista –, *as posições do PCB e do MCI*. Nada dogmático, como se vê...

Vejamos como tal posição contrasta com a de Lukács no ensaio de abertura de HCC, *O que é marxismo ortodoxo?*, que a partir do segundo semestre de 1961 influenciaria mais e mais o pensamento coutiniano. Lukács começa, logo na introdução, por constatar que "passou a ser de bom tom científico ridicularizar toda profissão de fé no marxismo ortodoxo" (LUKÁCS, [1923] 2003, p. 63) a partir da crítica à utilização, por parte de pensadores marxistas, de frases e citações dos clássicos em "caráter bíblico" , deslocadas de seu contexto, aceitas como verdades em si mesmas. Esse procedimento, afirmariam seus críticos, aproximaria o marxismo do fanatismo religioso e o afastaria do estudo imparcial dos "fatos". Tal postura estaria relacionada a um debate no campo "socialista" (aspas do autor) sobre quais teses constituiriam "a quintessência do marxismo", devendo ser *aceitas* pelos marxistas, e

quais outras poderiam ser rejeitadas sem que se perdesse "o título de 'marxistas ortodoxos'" .

O filósofo húngaro, após afirmar categoricamente que a questão, colocada desse modo, é uma *falsa* questão (merecendo como resposta apenas "um sorriso de piedade" – LUKÁCS, [1923] 2003, p. 64), sustenta uma defesa intransigente do marxismo ortodoxo ao mesmo tempo em que retira as bases para uma apropriação dogmática do marxismo. A passagem em que faz essa defesa marcou época, tendo se tornado verdadeiramente canônica, e era frequentemente citada por Coutinho, ao longo de toda a sua vida adulta, como resumindo o sentido da ortodoxia de seu marxismo.

Por isso, o trecho a seguir, extraído do texto de Lukács, é fundamental para que se capture o espírito do marxismo (ortodoxo) de Carlos Nelson Coutinho:

> Suponhamos, pois, mesmo sem admitir, que a investigação contemporânea tenha provado a inexatidão prática de cada afirmação de Marx. Um marxista "ortodoxo" sério poderia reconhecer incondicionalmente todos esses novos resultados, rejeitar todas as teses particulares de Marx, sem, no entanto, ser obrigado por um único instante a renunciar à sua ortodoxia marxista. O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa "fé" numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro "sagrado". Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*. (LUKÁCS, [1923] 2003, p. 64).

A sequência dessa citação remete à solução positiva da tensão no pensamento do jovem Carlos Nelson, acima exposta, entre abertura e fechamento: a ortodoxia, em matéria de marxismo, implicaria na "convicção científica de que, com o marxismo dialético, foi encontrado *o* método de investigação correto, que esse método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido de seus fundadores (...)" (LUKÁCS, [1923] 2003, p. 64). Ou seja: seria possível desenvolver o marxismo aproveitando contribuições de pensadores de outros campos ou correntes de pensamento, desde que isso se fizesse respeitando o sentido do marxismo, ou seja, *incorporando essas contribuições no marco do método materialista dialético* de investigação.

Essa interpretação do marxismo ortodoxo vai marcando mais e mais profundamente a reflexão de Coutinho ao longo dos anos, e se combinará, já em sua maturidade, perfeitamente bem àquela interpretação coutiniana do marxismo como herdeiro do humanismo e

dos valores a ele relacionados. Mas ainda na juventude a solução da ortodoxia aberta já se faz sentir, especialmente no tocante ao resgate para o campo do humanismo de pensadores historicamente anteriores a Marx – um modo de coloca-los na mesma linha sucessória que desemboca no renano, e, portanto, de poder aproveitá-los sem perigo para a dialética, já que tais pensadores não teriam sido marxistas apenas por terem vivido em outro tempo histórico, mas, estando na posição política mais avançada de seus respectivos tempos, teriam sido autênticos humanistas.

Já em seu primeiro livro, e em sentido de certo modo contrário ao do dogmatismo expresso na afirmação da superioridade das concepções "autenticamente marxistas-leninistas", podemos ler a remissão da emancipação humana ao aprofundamento da razão, do humanismo e da democracia, valores dos quais, como vimos, o marxismo seria o herdeiro. Ali, em texto datado de 1964 e compilado como um dos capítulos do citado livro, Coutinho, já tendo lido importantes textos do velho Lukács, assume sua refutação estética do romantismo (que o húngaro aproxima do irracionalismo em filosofia) e adere ao classicismo (que, para o marxista baiano, representa então a expressão estética da razão e do progresso), remetendo tal distinção a tão longe quanto a Grécia clássica do seguinte modo:

> Utilizando conceitos modernos, poderíamos dizer que, em estética, Platão é um romântico e Aristóteles um clássico. Enquanto aquele se embrenha nos domínios do irracional, [...], esse analisa os processos através dos quais, a partir da reprodução da realidade objetiva, o artista transforma uma visão universal do mundo em obra poética [...]. Em suma, enquanto Platão se preocupa com a subjetividade, com o "gênio poético", Aristóteles se volta para a estrutura objetiva da arte e para as suas determinações sociais. *Esta diversidade corresponde, ou antes decorre, da diversa orientação filosófica (idealista ou materialista) e da diversa orientação política (aristocrática ou democrática) dos dois pensadores.* [...]
> [...] a estética romântico-irracionalista quase sempre esteve do lado da reação e do obscurantismo, chegando mesmo, em seus recentes seguidores, à defesa do fascismo e da barbárie guerreira (Heidegger, D'Annunzio etc.); *a estética clássica caracteriza-se pela defesa apaixonada da razão, do humanismo, do progresso, da democracia.* Os caminhos indicados por Platão e por Aristóteles mantêm ainda a sua atualidade: eles colocam ao artista de hoje a necessidade de escolher entre o obscurantismo e o humanismo, entre a reação e o progresso, *entre a ditadura e a democracia.* (COUTINHO, [1964] 1967a[3], pp. 93-94 – grifos meus).

Há dois problemas no trecho citado que não devem passar sem comentários – especialmente porque revelam um limite no tratamento metodológico de categorias analíticas que, vez por outra, reaparece no pensamento político do Coutinho maduro (por exemplo, quanto às categorias de *democracia* e de *socialismo*). Primeiro, Coutinho parece ter generalizado, à revelia da história, as escolas estéticas do classicismo e do romantismo – em sentido *aparentemente* análogo à interpretação lukacsiana da oposição entre realismo e naturalismo (ou entre "classicismo autêntico" em oposição a "formas decadentes e acadêmicas", LUKÁCS, [1945] 1965b, p. 163) –, atribuindo a elas um conteúdo trans-histórico expresso, um pouco caricaturalmente, na designação de "romântico" a Platão, contraposta à de "clássico" a Aristóteles. Tal procedimento, legítimo se estivéssemos tratando com tipos poli-históricos, não seria autorizado por Lukács: no húngaro, a demorada análise histórico-concreta a fundamentar a conceituação raramente está ausente, tornando mesmo, por vezes, o texto pesado e enfadonho, mas cumprindo a tarefa de não permitir ultra-generalizações como essa, inclusive quando se trata de delimitar categorias pertinentes a períodos históricos dilatados temporalmente (cf., por exemplo, LUKÁCS, [1936] 1965a e [1936-1937] 2011).

Segundo, certamente há observações próximas ao exposto por Coutinho quanto ao idealismo em Platão e ao materialismo em Aristóteles em diversas passagens da obra lukacsiana, mas o filósofo húngaro tece todo um conjunto de ponderações para não cair no anacronismo de interpretar como indiferentes as modalidades ainda primitivas e limitadas de idealismo e materialismo filosóficos na Grécia antiga e aquelas mais desenvolvidas que têm lugar na modernidade. Lukács chama, por exemplo, a atenção ao caráter *objetivo* e *progressivo* do idealismo platônico, além de mostrar que o materialismo filosófico grego era necessariamente *incompleto* devido à base produtiva escravista daquela sociedade, dentre outros cuidados (cf. LUKÁCS, [1963] 1966, caps. 01 e 02, especialmente pp. 50-52, 105-108, 154-155, 160-166, 175-176, 195-205). No mais, a contraposição entre um Platão aristocrata e um Aristóteles democrata é, no mínimo, questionável, como se nota ao se estudar o pensamento político dos dois, assim como também o é a contraposição, sem mais, entre ditadura e democracia – como fica claro, por exemplo, ao se estudar o problema da ditadura do proletariado no pensamento marxiano.

Apesar dos problemas, o que se deve reter é a tentativa, que já aparece claramente naquela passagem, de interpretar o marxismo como encarnação teórica contemporânea do humanismo, ao mesmo tempo em que é o mais eficiente e completo meio para o conhecimento da

realidade, bastando-se a si mesmo *enquanto método*, mas devendo estar *aberto ao diálogo* com outras tradições de pensamento que também estejam comprometidas com os mesmos valores. Depreende-se daí o seguinte raciocínio: de um lado, se a busca pela assimilação de elementos estranhos ao corpo filosófico marxista resultar em alterações no tocante ao método, isso levará inevitavelmente a seu enfraquecimento enquanto instrumento de compreensão do e intervenção sobre o real; de outro lado, não há problema em que tal assimilação se dê respeitando-se o referido método, situação na qual o marxismo pode estabelecer um diálogo enriquecedor com outras tradições de pensamento comprometidas com a defesa dos (ou pelo menos de alguns dos) mesmos valores do humanismo, da razão, da democracia.

A *ortodoxia*, portanto, retém e vai progressivamente enriquecendo, no pensamento coutiniano (e repare-se que aqui *não* me estou referindo apenas ao jovem Carlos Nelson, mas ao *conjunto* da obra de Coutinho), o significado de que o marxismo, enquanto expressão teórica da luta política pela emancipação humana, seria o herdeiro da tradição do pensamento humanista ou emancipador, comprometido com os valores caros ao desenvolvimento humano, e deveria ser renovado a partir do diálogo franco e amparado pelo método materialista dialético com outras tradições de pensamento também comprometidas com aqueles valores.

Essa síntese entre ortodoxia e abertura estará na base, ao longo de toda a produção teórica coutiniana posterior à leitura de HCC, mas, especialmente, em seu pensamento político maduro, do diálogo crítico estabelecido pelo *marxista* baiano com outras tradições teóricas, levando-o a assimilar elementos, por vezes ponderáveis, de tais correntes – como, por exemplo, do liberalismo ou do contratualismo – em sua concepção de mundo[36].

[36] A incompreensão disso gerou algumas interpretações equivocadas do pensamento político coutiniano, seja no sentido de se absolutizarem nele elementos estranhos ao marxismo (levando, no limite, a se considerar que ele havia deixando de ser marxista), seja naquele de se o considerar preso a concepções supostamente "ultrapassadas" da teoria e da política, tais como o marxismo pelos que o consideram historicamente superado ou anacrônico. Nesse último caso se enquadra Armênio Guedes, velho camarada e dirigente do grupo político ao qual pertenceu Carlos Nelson Coutinho no PCB. Em entrevista concedida a mim no dia 20 de agosto de 2013 em sua casa em São Paulo – pouco antes, portanto, de falecer, mas lúcido e falante apesar do cansaço provocado pela idade avançada –, afirmou que não conseguia entender como um homem inteligente e sensível como Coutinho, capaz de escrever um texto como *A democracia como valor universal*, havia ido parar no "esquerdista" PSoL. Compreende-se: Guedes é aquele dirigente sobre o qual Leandro Konder lembrou, também em entrevista concedida a mim (em 03 de junho de 2013), que havia deixado de defender a "democracia como caminho

03.

1964-1979
A DITADURA DO GRANDE CAPITAL E O EXÍLIO NA EUROPA COM JOSIMAR TEIXEIRA, GUILHERME MARQUES E NORBERTO TELES

Em seção anterior, referi-me à abertura no Brasil, especialmente entre os anos de 1946 e 1964, de amplos debates sobre o caráter da revolução brasileira, relacionada à agitação social e à efervescência político-cultural vigentes naquele período. Em suma: ao "vento pré-revolucionário" que "descompartimentava a consciência nacional e enchia os jornais de reforma agrária, agitação camponesa, movimento operário, nacionalização de empresas americanas" deixando o país "irreconhecivelmente inteligente" (SCHWARZ, [1970] 2008, p. 81). Essa abertura vigeu em sua plenitude até 1964, e foi, depois, progressivamente desfigurada, transformada, apassivada em sua práxis ao mesmo tempo em que radicalizada em sua aparência, até o recrudescimento da ditadura empresarial-militar com a deflagração do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968 – após o qual Coutinho avaliava que se instalou no Brasil uma situação de "vazio cultural" (COUTINHO, 1972a; 1976; [1979] 1980b, p. 53).

Como vimos naquela seção, as mesmas condições objetivas que levaram a burguesia brasileira a se antecipar a qualquer possibilidade revolucionária através do golpe de 1964 estiveram na base de uma importante floração cultural, que não esteve restrita ao eixo Rio-São Paulo (mas que foi progressivamente absorvida por ele na medida em que se processou o salto no desenvolvimento capitalista brasileiro sob a ditadura empresarial-militar), atingindo em cheio os principais centros do Nordeste, como Salvador. Expus naquele momento que duas expressões importantes desse desabrochar no campo das artes foram os movimentos que ficaram conhecidos como "cinema novo" (sendo que há, quanto a esse movimento, importante transformação que não poderá ser abordada no presente trabalho, em que se desloca sua relação mais próxima ao PCB nos anos 1950 a uma posição mais propriamente tropicalista a partir da segunda metade dos anos 1960) e "tropicalismo", que, não por acaso – e mais particularmente ainda no caso do segundo

ao socialismo" para defender "a democracia como caminho para a democracia", tendo abandonado completamente sua referência anterior no marxismo.

movimento, em cuja composição o peso da Bahia foi amplamente dominante, ao contrário do "cinema novo" – se articularam grandemente em torno da UFBA.

Partindo daí, prossigamos lembrando que, a partir de certo ponto de seu desenvolvimento, prevaleceu naqueles movimentos a tendência irracionalista, característica do tropicalismo (donde a afirmação anterior de que o cinema novo foi progressivamente se tropicalistizando), a combinar pouco criticamente ou figurar caoticamente a mistura ou o encontro entre o moderno e o arcaico brasileiros[37]. Isso, aliás, pode ajudar a explicar porque, apesar de seus principais articuladores baianos terem se transferido todos para o eixo Rio-São Paulo na mesma época em que Coutinho, tenha se estabelecido certo afastamento entre esse último, partidário empedernido da Razão, e aqueles.

Tal afastamento transparece, por exemplo, no seguinte comentário daquele que se tornou uma espécie de figura-síntese do tropicalismo, Caetano Veloso:

> Nos anos 70, li, porque o autor tinha sido meu colega na Faculdade de Filosofia, um livro do ensaísta baiano Carlos Nelson Coutinho intitulado *O estruturalismo e a miséria da razão*, em que, seguindo o pensamento de Georg Lukács, ele aponta uma ameaça à linhagem racional da filosofia ocidental – e à própria racionalidade da burguesia revolucionária ascendente –, ameaça essa vinda simultaneamente do 'irracionalismo' e do 'super-racionalismo' [*sic*] – ambos representativos de uma fase decadente da mesma burguesia. [...] Logo, no entanto, e à medida que eu ia achando o livro mais e mais esquemático, impressionou-me o quanto me servia a carapuça. De fato, se eu fora rejeitado pelos sociólogos nacionalistas da esquerda e pelos burgueses moralistas da direita (ou seja, pelo caminho mediano da razão), tivera o apoio de – atraíra ou fora atraído por – irracionalistas (como Zé Agripino, Zé Celso, Jorge Mautner) e 'super-racionalistas' (como os poetas concretos e os músicos seguidores dos dodecafônicos". (VELOSO, 1997, pp. 170-171).

---

[37] Essa mistura correspondia, no plano do *reflexo artístico*, à combinação que efetivamente se desenrolava no real, na base material da vida social brasileira. Entretanto, era processada artisticamente de modo pouco crítico, chegando mesmo a encerrar uma atitude laudatória da modernização ou do progresso. O problema aqui é que, ainda que os expoentes do movimento não aceitassem tal definição, "modernização" é outro nome para generalização das relações sociais capitalistas no Brasil. O prevalecimento de tal tendência nesse movimento foi, é claro, fortemente determinado pelo afastamento entre intelectuais e classe trabalhadora forçado pelo golpe, como demonstra brilhantemente SCHWARZ, [1970] 2008.

Acompanhemos, então, a transferência de Coutinho para o Rio, que se deu em marcos especiais dada sua condição de militante comunista. O marxista baiano, que já vinha construindo pontes com intelectuais e camaradas de partido no Rio de Janeiro desde 1960-61, acabou se vendo instado a transferir-se para a cidade após o golpe de 1964, depois de responder a Inquérito Policial-Militar em Salvador. O comunista contava uma anedota segundo a qual foi "acusado" de ser um "marxista convicto e confesso" pelo coronel que dirigia esse IPM: acabou adotando o "título" com gosto e uma dose de ironia, apresentando-o como boa definição de si mesmo em diversas ocasiões pelo resto da vida (COUTINHO, [2000] 2006a$_{11}$, p. 169).

Coutinho mudou-se definitivamente em 1965, iniciando no Rio seu trabalho sistemático como tradutor – no qual sua produção foi bastante significativa, tendo atingido a marca de cerca de 70 livros traduzidos ao longo de décadas de atividade (mas o primeiro livro, este, havia sido traduzido ainda na Bahia, logo antes da vinda para o Rio: *Concepção dialética da história*, de Antonio Gramsci, volume publicado pela primeira vez em 1966). Quanto a isso, vale assinalar que, em diversas dessas traduções, exerceu também outras funções, como a redação de prefácios e apresentações e a seleção de textos, cuja leitura ajuda o pesquisador, hoje, a esquadrinhar sua evolução intelectual – e que demonstram que, além de mero meio de vida, o ofício de tradutor foi para ele também uma ponte para se formar, permitindo-o estudar mais profundamente algumas das obras que traduzia[38].

De 1965 até seu exílio na Europa em 1976 (dos 22 aos 33 anos, portanto), em um momento em que "a ação da censura, embora presente em toda parte, era mais intensa no campo da reflexão especificamente política do que naquele da filosofia ou da sociologia da cultura" (COUTINHO, [1989-1995] 2007a$_{ap.3}$, pp. 284-285), Coutinho *amadureceu*

[38] Cabe aqui mencionar a importância de Ênio Silveira, diretor da Editora Civilização Brasileira para a qual Coutinho traduzia neste momento. Militante do PCB, tratou-se de figura fundamental para a manutenção do nível quantitavo e qualitativo de publicações à esquerda no Brasil sob a ditadura empresarial-militar. Iniciou sua carreira na Editora Civilização Brasileira, assumindo sua direção em 1948 e conduzindo-a enquanto se tornava uma das mais importantes editoras brasileiras. Criou, em 1965, a *Revista Civilização Brasileira*, proibida pela ditadura empresarial-militar sob o AI-5. Foi preso diversas vezes ao longo desse regime devido a sua condição de comunista, a qual também esteve na base de muitas de suas decisões editoriais – como, por exemplo, a de publicar Gramsci em plenos anos de chumbo, assim como diversos autores marxistas, inclusive brasileiros visados pelo governo. Em 1978, no contexto da assim chamada "distensão", retomou a antiga revista sob o novo nome de *Encontros com a Civilização Brasileira*, em cujo nº 09 Coutinho publicou pela primeira vez seu artigo – que viria a tornar-se muito conhecido – *A democracia como valor universal.*

intelectual e politicamente, participando ativamente da batalha das ideias em seu partido e no entorno dele, se pondo em interlocução com parte importante do que sobrava, após o golpe, de vivo e pulsante no pensamento sobre a cultura no Brasil. Seu desenvolvimento intelectual nesse período foi fortemente marcado pelo fato de encontrar-se agora vivendo no Rio de Janeiro, não apenas um dos dois principais centros urbanos do eixo mais dinâmico das transformações econômico-sociais e culturais ocorridas no Brasil ao longo do século XX – o já mencionado eixo Rio-São Paulo – como também um dos mais dinâmicos polos do PCB, na resistência no Brasil de então.

Foi nesse ínterim que Coutinho começou a se engajar mais ativamente em algumas das principais polêmicas então em curso na esquerda brasileira, mais especificamente naquelas em curso no PCB. Munido de seus conhecimentos crescentes de Gramsci (ainda assimilado a partir de impostação eminentemente filosófica e cultural), de Lukács (progressivamente enriquecido pelo estudo de *A Destruição da Razão* e do *Realismo Crítico Hoje*, dentre outros, e cada vez mais numerosos, textos) e de Sartre (cujo pensamento Coutinho já conhecia profundamente na primeira metade dos anos 1960, citando com propriedade desde o primeiro Sartre até aquele que buscava combinar existencialismo e marxismo na *Crítica da razão dialética* – cf. COUTINHO, [1963/1966] 1967a_2), o intelectual militante se lançou em uma "batalha cultural certamente antidogmática, mas ainda centrada substancialmente nos terrenos da filosofia, da estética e da sociologia da cultura" (COUTINHO, [1989-1995] 2007$a_{ap.3}$, p. 284).

Essa restrição do campo de ação coutiniano à filosofia e à crítica da cultura vigeu, *grosso modo*, por cerca de dez anos, aproximadamente entre a segunda metade dos anos sessenta e a primeira metade dos setenta. Se já antes disso começa a se delinear alguma predominância dos campos da filosofia e da crítica da cultura no pensamento coutiniano (sugerida, por exemplo, pela maior capacidade do autor em desenvolver tais temas em artigos de fôlego), isso acontece apenas na medida em que: primeiro, o interesse do jovem intelectual foi fortemente atraído pela esfera da cultura no ambiente de plena efervescência artístico-cultural no Brasil e na Cidade da Bahia entre os anos 1950 e a primeira metade dos 1960, numa situação em que, como vimos, tal efervescência "acompanhava a intensa mobilização social de um país na encruzilhada, às voltas com a definição dos rumos a ser trilhados e vivendo com entusiasmo uma enorme expectativa perante o futuro" (FREDERICO, [1998] 2007b, p. 340); segundo, os estudos no campo da filosofia eram exigência da própria Universidade, dado o curso em que Coutinho escolhera se graduar; terceiro, houve um deslumbramento

inicial – comum, aliás, a grandes nomes da tradição marxista ao longo da maior parte do século XX – a partir da tomada de contato com o Lukács de HCC, livro fortemente marcado por um tratamento restrito ao âmbito filosófico-político-cultural de diversos temas fundamentais do marxismo[39].

Por outro lado, a pertinência da referida restrição aos campos "da filosofia, da estética e da crítica da cultura" apenas ao período compreendido entre 1964 (o marco inicial é o Golpe, alguns meses antes, portanto, da vinda de Coutinho para o Rio motivada por esse mesmo episódio) e 1976 (o marco final é o exílio) é sugerida pela compreensão *do próprio Coutinho* sobre a evolução de seu pensamento, à luz dos constrangimentos postos a seu desenvolvimento pela situação política no Brasil após o golpe empresarial-militar.

Se não, vejamos:

> Olha, eu comecei a escrever muito cedo e minha intenção era ser sociólogo, quer dizer, o meu negócio, o que eu queria era fazer sociologia. Então eu me lembro que eu tinha – o quê? – uns 17 anos, e publiquei um artigo assim muito pedante e tal... era uma teoria da Revolução Brasileira[40]. Depois continuei um pouco nessa intenção de fazer sociologia, mas me liguei muito diretamente à política. *Eu fiz muita política concreta entre 60, vamos dizer, e 64* – movimento estudantil, CPC etc. [...] *a partir do golpe de 64 eu começo a me interessar muito por literatura e a fazer crítica literária – e isso passa a ser uma atividade dominante* na minha vida. Em 67, eu publiquei um livro [...] de crítica literária. *E eu me pergunto se essa passagem não teria sido um pouco inconsciente, na medida em que eu não podia falar sobre realidade brasileira diretamente, quer dizer, a literatura me servia de... de viés.* [...] eu hoje acho que um certo

[39] Não se pode, portanto, falar de tal predominância da crítica da cultura e da filosofia vigendo antes do Golpe de 1964. Até esse marco, a distribuição, inclusive *quantitativa*, dos textos coutinianos entre aqueles versando sobre política e sobre economia e aqueles sobre filosofia e crítica da cultura é aproximadamente a mesma, como se constata a partir da leitura dos treze textos do autor publicados entre 1959 e 1964: COUTINHO, 1959a; 1959b; 1960; 1960a; 1961a, b, c, d, e; 1962; 1962a, b; 1963. Dentre eles, 07 – aproximadamente a metade – poderiam ser classificados como filosofia ou crítica da cultura, enquanto os outros 06 discorrem sobre teoria e prática política e sobre economia, e mesmo aí há importantes pontos de interseção, como, por exemplo, no artigo sobre a problemática da cultura baiana que apresenta e discute a questão política do nacionalismo.

[40] O autor com certeza se refere a *O processo das contradições e a revolução brasileira*, publicado no nº 16 da revista *Ângulos* em Salvador em 1960 (COUTINHO, 1960) e examinado acima.

> interesse exclusivo meu de crítica literária resulta um pouco da minha incapacidade de incidência no real, de fazer política concreta ou de pensar a realidade brasileira num nível mais concreto [...]. (COUTINHO, [1979] 1980b, pp. 51-52 – grifos meus).

Na mesma entrevista, o autor afirma pouco depois:

> Bom, aí eu fui para a Europa, quer dizer, pressionado por condições difíceis aqui. [...] Na Europa, tive uma experiência muito rica, não só de política mas também de uma cultura nova, dinâmica, que estava se fazendo lá. *E eu acho que aí você pode datar o início de algumas, digamos, de algumas autocríticas que eu venho fazendo nesses últimos tempos.* [...] *Eu cheguei ao Brasil e escrevi um artigo sobre política, que foi uma coisa que me agradou muito, que há muito tempo eu não fazia.* Esse artigo saiu aí na Civilização Brasileira chamado "Democracia como valor universal". (COUTINHO, [1979] 1980b, p. 53 – grifo meu).

Vemos então que, segundo o próprio Coutinho, sua dedicação quase exclusiva ao campo da filosofia e da crítica da cultura entre 1964 e 1976 (nesse ano, como veremos em breve, nosso autor voltou a escrever regularmente sobre política, sob pseudônimo, no *Voz Operária*, veículo do comitê central do PCB no exílio – além de ter sido o ano em que publicou seu primeiro artigo sobre Gramsci no Brasil, ainda antes do exílio, como se pode ler em COUTINHO, 1976b) deveu-se apenas secundariamente a uma tendência que já tinha certa força em seu pensamento anterior, decorrente dos três vetores levantados anteriormente. De acordo com essa interpretação ela se realizou, especialmente, em decorrência do constrangimento político (e militar) que o empurrou nessa direção.

Essa especialização provisória do autor combinou-se a uma tendência que se desenvolvia no PCB, vinda de anos anteriores. No partido em que militava Coutinho, entre aproximadamente a segunda metade dos anos 1950 (um marco pode ser considerado a *Declaração de Março* de 1958, em que o partido assume publicamente uma posição política comprometida com a busca da unidade do conjunto dos setores democráticos) e o fechamento do regime empresarial-militar com o AI-5 em dezembro de 1968, desenvolvera-se uma situação a que Coutinho se referiu diversas vezes como uma "divisão do trabalho", em cujos marcos

> [...] os intelectuais comunistas podiam agir mais ou menos livremente no domínio da cultura, propondo uma renovação

> filosófica e estética do marxismo brasileiro, mas continuava a ser atribuição da direção do Partido a tarefa de dar a última palavra nas questões especificamente políticas. Disso resultava uma ambígua – e, a longo prazo, insustentável – coexistência entre "marxismo ocidental" na cultura e "marxismo-leninismo" na política (COUTINHO, [1989-1995] 2007a$_{ap.3}$, p. 284).

É claro que essa "divisão do trabalho" assumiu nova qualidade a partir do momento em que o país e o partido se encontravam, desde 1964, sob uma ditadura – que, como a história veio a demonstrar, seria longa e brutal.

O período compreendido entre 1964 e 1976, durante o qual Coutinho publicou seus dois primeiros livros (*Literatura e humanismo*, de 1967, e *O estruturalismo e a miséria da razão*, de 1972), pode ser considerado, portanto, uma espécie de *hiato no pensamento político coutiniano*. Mas tal hiato não representou, de modo algum, uma paralisia do conjunto de seu pensamento, nem tampouco do aprofundamento de seus estudos marxistas. Já no primeiro livro – publicado quando contava apenas 24 anos – seu marxismo apresentava um nível de refinamento que o levou a destacar-se entre as mais importantes contribuições no campo da crítica marxista da cultura no Brasil. O fato foi atestado à época em muitas resenhas e comentários em jornais e revistas (cf. a lista de resenhas e artigos sobre Coutinho no Apêndice ao presente trabalho), como aquela do crítico literário do importante periódico carioca *Correio da Manhã*, Franklin de Oliveira, que, em sua avaliação dos lançamentos bibliográficos de 1967, escreveu não ter dúvidas de que *Literatura e Humanismo* se tratava do "livro de crítica literária mais importante já surgido no Brasil" (OLIVEIRA, 1967).

Quanto ao segundo livro publicado: vale apreciação no mesmo sentido, na medida em que há ali contribuição original e importante ao pensamento marxista. Já vimos que foi nesse livro que Coutinho acrescentou, à crítica à destruição da razão pelo velho Lukács, de um lado, e à insistência frankfurtiana (fundada na distinção hegeliana entre "entendimento" e "razão") sobre a instrumentalidade da razão, de outro, a crítica da razão miserável ou miséria da razão enquanto modalidade empobrecida da razão, presa em sua forma especificamente burguesa de crescente racionalização de esferas cada vez mais amplas da vida. A força explicativa dessa categoria combina-se às de suas duas principais fontes inspiradoras criando um conjunto que supera cada uma delas tomada individualmente, na medida em que demonstra que à razão dialética se opunham, no âmbito do pensamento burguês, tanto o irracionalismo puro e simples quanto uma variante da razão presa ao entendimento, a razão miserável. Tal categoria, que permite distinguir

fina e precisamente no interior de fenômenos cuja compreensão é insuficiente tanto na chave lukacsiana quanto na frankfurtiana, é poderosa ferramenta legada por Coutinho à tradição marxista.

A publicação desses dois livros, com o grande mérito que carregam, demonstra que o hiato que afirmei se tratou de um intervalo profundamente *criativo* e *formativo* – ainda que situado fora do campo mais específico que viria a consagrar o autor futuramente. Como vimos, o interesse coutiniano esteve, no lapso temporal compreendido entre 1964 e 1976, profundamente vincado pela impostação filosófica e cultural, situando-se no campo da crítica da cultura, e, em grande medida, marcado nitidamente pela referência cada vez mais direta a Lukács – a ponto de esse momento de sua trajetória ter sido definido posteriormente pelo próprio Coutinho como seu período "fanaticamente lukacsiano"[41] (COUTINHO, 2006, p. 179).

Mas a referência apenas a Lukács, se é fundamental para compreender o intelectual nesse momento de sua produção, é insuficiente: nesse entretempo ele leu marxistas diversos, muitos dos quais considerados "heterodoxos" pela linha oficial (aquela que MARCUSE: [1958] 1969 chamou de "marxismo soviético"), como Walter Benjamin, Adam Schaff, Herbert Marcuse e Lucien Goldmann, desenvolvendo e consolidando aquela ortodoxia aberta que estudamos, tornada característica marcante de seu pensamento pelo resto da vida – constituindo assim um marxismo aberto ao diferente e ao contraditório, comprometido com a pluralidade de posições, bem informado sobre as diferentes interpretações relacionadas aos problemas com os quais se enfrentava e buscando assimilar elementos das diferentes vertentes teóricas comprometidas com os valores que Coutinho julgava serem aqueles que o marxismo, enquanto expressão contemporânea do humanismo, do racionalismo e da democracia, partilhava.

Já me referi ao primeiro contato de Coutinho com Gramsci, a partir das indicações de seu professor Paulo Farias e de Lina Bo Bardi. Pois bem: a retomada do tratamento explícito da política por Coutinho a partir de 1976, que representa um *deslocamento no foco* de interesse

---

[41] A remissão a Lukács, que, como vimos, combinou-se inicialmente à reivindicação do marxismo como herdeiro do humanismo e levou à postulação da ortodoxia aberta em torno do núcleo do método materialista dialético, evoluiu, com o passar dos anos, à interpretação do pensamento marxiano enquanto ontologia do ser social, que Coutinho não renegaria em nenhum momento, tendo-a mantido até o fim da vida, buscando conjugá-la à contribuição de Gramsci enquanto principal teórico marxista da política tomada como esfera relativamente autônoma da vida social. Houve, portanto, uma tentativa de *síntese* entre os dois, como Coutinho deixa claro, por exemplo, em COUTINHO, 2011a.

(como bem percebido por NETTO, 2012) dos campos da filosofia e da crítica da cultura (largamente predominantes, como vimos, por cerca de 10 anos, entre 1964 e 1976) para os campos da *teoria política* e da *estratégia revolucionária* (que predominaram no centro do pensamento coutiniano da segunda metade dos 1970 ao fim de sua vida), foi fortemente marcada pela remissão ao marxista sardo[42]. Isso se deve a um conjunto de razões – e não apenas a uma escolha do autor –, que buscarei evidenciar ao longo do presente trabalho.

Vale aqui a advertência já feita em outro momento: essa virada do foco da filosofia e da crítica da cultura para a teoria política e a estratégia revolucionária – que marca o ponto de entrada do autor naquilo que podemos chamar de seu *pensamento político maduro*, que vige de 1976-1979 em diante –, bem como a adesão ao eurocomunismo e à "democracia como valor universal" que exporei adiante no presente trabalho, não podem ser encaradas apenas do ponto de vista biográfico-individual. Elas guardam relações mais profundas com fenômenos sociais e políticos abrangentes com os quais Coutinho se encontrava bastante envolvido no período em que se deu essa passagem.

Dentre esses enumerarei sumariamente, aqui, os mais importantes, cuja abordagem será aprofundada em capítulos posteriores: a) a contrarrevolução burguesa preventiva e prolongada ocorrida em escala mundial; b) as polêmicas no movimento comunista internacional[43], já prenunciando a grande crise seguida pelo colapso das

---

[42] NETTO (2012) localiza os germes do deslizamento do eixo do pensamento coutiniano da crítica da cultura à teoria política ainda em 1969, como decorrência das implicações do AI-5 (cf., no referido texto, as pp. 63-64). Tal localização é correta, desde que se levem em conta os seguintes elementos: primeiro, no texto sobre Lima Barreto, escrito em 1972, o foco *ainda está voltado para a cultura*, mesmo que apareça ali uma categoria que será fundamental para a interpretação coutiniana do Brasil consolidada alguns anos depois – a de "via prussiana"; segundo, o impacto do AI-5 sobre Coutinho não deve ser tomado isoladamente em relação ao impacto de outros acontecimentos ocorridos na mesma época, como, por exemplo, o maio de 1968 ou a dura repressão militar soviética sobre o povo tchecoslovaco na Primavera de Praga. Esse último episódio, aliás, teve apreciável impacto sobre Coutinho na medida em que o fez refletir mais profundamente sobre os limites da experiência soviética – como relatado a mim na já referida entrevista concedida por Leandro Konder (com a presença e confirmação do problema da parte de Cristina Konder e Milton Temer) e confirmado por Andréa Teixeira, a partir de relatos de Coutinho sobre a época, em uma série de entrevistas que realizei com ela entre junho e julho de 2013.

[43] Neste trabalho, a expressão "movimento comunista internacional" remete, *grosso modo*, à rede internacional estabelecida entre a maior parte dos partidos comunistas do mundo (entre si e com a intelectualidade individual ou coletiva em interlocução aberta com eles), com centro em Moscou, a partir da autodissolução da III Internacional em 1943. As relações no âmbito deste

experiências socialistas, redundando em uma retumbante derrota histórica do proletariado; c) a disputa de rumos no PCB, que se aprofundou e encarniçou cada vez mais após a derrota de 1964 e que atingiu seu ponto culminante na virada dos anos 70 aos 80 – cujos desdobramentos levaram, por um lado, ao desligamento do secretário-geral Luiz Carlos Prestes, e, por outro lado, à derrota, no início dos anos 80, do "grupo renovador" do qual Coutinho fazia parte, seguida por sua saída do partido; d) o processo da redemocratização da sociedade brasileira em curso a partir de fins dos anos 1970, durante o qual entraram em cena os germes que levaram ao surgimento do PT, partido ao qual Coutinho viria a aderir no fim dos anos 1980.

Isso posto, retomemos o fio da exposição. Data de 1972 a elaboração do importante ensaio sobre *O significado de Lima Barreto na literatura brasileira*[44], em que Coutinho avança em seu tratamento da política no Brasil (ainda mais que isso: avança no que se constituirá futuramente em sua interpretação da particularidade da formação econômico-social brasileira) afirmando, pela primeira vez, "a tese segundo a qual a formação social brasileira se caracteriza pela sua constituição moderna enquanto resultante da 'via prussiana'" (NETTO, 2012, p. 64). O mesmo autor nos lembra, quanto a esse artigo, que foi Coutinho o primeiro estudioso a recorrer, com o devido rigor, à chave heurística da "via prussiana" para interpretar a formação sócio-histórica do Brasil: no referido texto, Coutinho trabalha com uma ideia que permanecerá central ao longo de todo o seu pensamento político, a de que a modernização capitalista brasileira ocorreu sob uma via prussiana, operada através de um reformismo pelo alto e da conciliação do progresso social com o atraso. Essa ideia, cuja força se demonstrou enorme – basta ver a quantidade e a diversidade de autores que a adotaram como chave explicativa do processo de transição brasileira ao capitalismo –, ainda que tendo sua explicitação datada já do início dos anos 1970, só encontrou seu pleno desenvolvimento na reflexão coutiniana madura, em textos pertinentes a lapso temporal que não será

---

movimento nem sempre foram amigáveis, tendo por vezes sido tensas, hostis e até desleais, o que deu ensejo ao surgimento de outros centros, como Pequim. Entretanto, o MCI no qual Carlos Nelson Coutinho se referenciava e que teve maior peso junto ao proletariado mundial era mesmo o referido nesta nota. Pelas mesmas razões, também estão excluídas desta remissão, no âmbito do presente trabalho, as correntes trotskistas e outras cisões que ocorreram desde a virada para a década de 1930 nas organizações comunistas.

44 NETTO, 2012, p. 61, afirma que a elaboração desse artigo teria ocorrido em 1973. Entretanto, o *copyright* que consta no livro em que ele foi publicado (impresso em 1974), que tem como um de seus detentores o próprio Netto, traz a data de 1972.

abordado na presente seção, mas posteriormente.

A localização temporal desse texto, assim como o assunto abordado e o modo de abordá-lo, dão indícios de algo que poderíamos chamar, na falta de um nome mais adequado, de contaminação da política pela cultura a partir dos eventos ocorridos em 1968/69 ao redor do mundo, e nele Coutinho aponta, através de um debate ainda localizado no campo da cultura (mais especificamente, da crítica literária), elemento central que marcará sua interpretação madura do Brasil (o referido caráter não-clássico do desenvolvimento capitalista brasileiro combinando – e repondo permanentemente esta combinação – progresso e atraso) e informará suas propostas de estratégia e táticas para a intervenção política socialista nessa formação econômico-social. Ao contrário do que foi feito com os artigos citados no item anterior, não prosseguirei analisando esse texto – atenho-me, somente, à enumeração de seu ponto central – porque, devido a sua importância na articulação do pensamento político coutiniano, ele será objeto de tratamento mais rigoroso, detalhado e encadeado a outros textos do autor na parte do presente trabalho a ser especificamente dedicada à reconstituição de seu pensamento político.

Devemos prosseguir, portanto, a exposição dos principais marcos biográficos nesses últimos anos de constituição da concepção de mundo coutiniana madura, acompanhada pela abordagem de alguns dos artigos publicados no exílio que têm a peculiaridade de marcar a retomada da reflexão política do autor escrevendo *em nome do PCB* (e, portanto, sob pseudônimo). Caminhemos, então, nessa direção.

Como lembra Marcos Del Roio (2013), nos anos de 1974 e 1975 o PCB foi durissimamente atacado pelo aparato repressivo da ditadura empresarial-militar, "o que acabou por praticamente desarticular o partido" (p. 148) e levou à saída do país de parte importante de sua direção. A chamada "distensão lenta, gradual e segura", iniciada no governo Geisel e arquitetada por Golbery do Couto e Silva para redemocratizar sob controle o ordenamento político brasileiro, foi bastante seletiva, já que tinha como pré-requisito a liquidação das principais organizações revolucionárias então atuantes no Brasil. Após a busca e aniquilação sistemáticas dos principais dirigentes dos movimentos sociais ligados aos comunistas, assim como dos militantes das organizações que haviam optado pela luta armada com seu consequente desmantelamento, iniciou-se, já decorridos alguns anos da década de 1970, aquela que ficou conhecida como "Operação Radar"[45].

[45] No Brasil, as informações sobre esse tipo de operação continuam extremamente nebulosas, obscuras, truncadas, desencontradas. O que se sabe com certeza é que foram desencadeadas operações repressivas dirigidas

Nesse contexto, Coutinho foi procurado pelo Exército, sua esposa Amélia começou a ser assediada por agentes da repressão (como relatou na entrevista concedida a mim em 08 de agosto de 2013) e o casal tomou a decisão, após a prisão seguida do assassinato (suposto "suicidamento") de Vladimir Herzog, de sair do país no início de 1976, quando ficou claro que sua permanência no Brasil havia se tornado insustentável, já que excessivamente perigosa.

O destino inicial foi a Itália, e o período europeu de quase três anos pode ser considerado um divisor de águas na trajetória intelectual e política coutiniana. A escolha pelo país peninsular se deveu, imediatamente, a razões de três ordens, todas intimamente relacionadas (COUTINHO, [2000] 2006a[11], p. 173): em primeiro lugar, sua admiração pelo Partido Comunista Italiano; em segundo lugar, seu domínio do italiano, superior ao domínio de outros idiomas estrangeiros; em terceiro lugar, sua admiração pela obra de Antonio Gramsci. Quanto à primeira razão, que de acordo com o próprio Coutinho foi a determinante, passemos a palavra ao marxista baiano:

> Em dado momento, ficou impossível minha situação no Brasil. [...] Escolhi ir para a Itália exatamente porque meu grande modelo era o Partido Comunista Italiano. Para muitos comunistas, o grande modelo era o PCUS [...]. Para mim, era o Partido Comunista Italiano. Minha grande dor não foi a queda do muro de Berlim ou o fim da URSS, mas o fim do Partido Comunista Italiano.
>
> [...] Minha ida para a Itália foi certamente um dos momentos mais importantes na minha formação política e intelectual. [...] Terminei, [...], a partir de minha experiência com o PCI, tornando-me "eurocomunista". Tinha ainda alguns preconceitos "marxistas-leninistas" quando fui para a Itália. [...] Nunca fui pró-União Soviética, sempre tive uma forte dúvida em relação ao socialismo que lá era construído, mas ainda tinha meus preconceitos. [...] aprendi muito nessa minha estada na Itália.

---

tanto contra as organizações da esquerda armada quanto contra os partidos comunistas de então – PCdoB, PCBR e PCB, sendo que este último, ao contrário dos outros dois (dele advindos), havia optado pela resistência pacífica combinada à participação em movimentos que derrotassem a ditadura através da pressão organizada de massas –, que essas operações tinham por objetivo aniquilar a capacidade de organização e mobilização da classe trabalhadora da parte tanto dos primeiros quanto dos últimos, e que se utilizaram largamente de meios como a tortura, os assassinatos, os desaparecimentos e a corrupção. Segundo Milton Pinheiro, foram 39 militantes do PCB, partido em que Coutinho então militava, assassinados ao longo da ditadura, além de centenas de torturados – cf. PINHEIRO, [2012] 2016.

> Meu ensaio *A democracia como valor universal* não teria sido escrito se não fosse esse meu período italiano. (COUTINHO, [2000] 2006a[11], pp. 173-174).

O trecho citado não apenas fundamenta a primeira razão de sua escolha pela Itália, como também permite anunciar um tema que será explorado mais aprofundadamente na sequência do presente trabalho, a saber: a ligação de mão dupla entre, de uma parte, a admiração pelo PCI, combinada à adesão ao "eurocomunismo" como portador da via revolucionária adequada às chamadas "sociedades ocidentais" – a via democrática para o socialismo – e, de outra parte, a apropriação cada vez mais profunda e segura do legado teórico gramsciano[46]. Ambas as dimensões tiveram fundas repercussões no pensamento e na ação político-prática de Coutinho ao longo do restante de sua vida.

Durante o exílio, Coutinho esteve na Itália entre 1976 e 1977, seguindo para estada de poucos meses em Lisboa e, posteriormente, para Paris – em que passou boa parte do ano de 1978 –, de onde rumou de volta para a Bahia, onde chegou no dia 23 de dezembro desse ano: esteve, assim, entre um e dois anos na Itália, alguns meses em Portugal e cerca de um ano na França.

É importante notar o peso que tinha para os comunistas, em tais países, a *questão democrática*, como transparece na seguinte passagem de rigoroso pesquisador e profundo conhecedor da história do movimento comunista:

> Os brasileiros [no exílio] ficaram principalmente na França e na Itália, mas também [...] outros países, como Portugal, que depois da revolução democrática de 1974 recebeu muitos brasileiros. Era exatamente na Europa Ocidental que o movimento comunista vivia o seu último momento auspicioso (pelo menos na aparência).
> A luta dos comunistas na Europa Ocidental *era para se abrirem espaços para ampliação da democracia em proporções tais que*

[46] Essa apropriação viria a culminar na edição da quase totalidade da obra do revolucionário italiano no Brasil sob sua responsabilidade, bem como no unânime reconhecimento internacional de Coutinho como um dos principais conhecedores/pesquisadores da obra gramsciana, materializado, por exemplo, na posição de membro do Comitê Coordenador da *International Gramsci Society* (do qual fizeram parte figuras como Eric Hobsbawm e Valentino Gerratana – o responsável pela importantíssima "edição crítica" dos *Cadernos do Cárcere*), bem como nos verbetes escritos para o *Dizionario Gramsciano* organizado por Guido Liguori e Pasquale Voza (oito no total, quatro dos quais estão publicados em português em COUTINHO, 2011a, pp. 121-138).

> *ocorresse a passagem para a transição socialista.* Na Europa Ocidental também havia uma luta subterrânea pela democratização do então chamado "socialismo real". No Brasil, e em parte significativa da América Latina, a luta também era pela democracia e contra o fascismo militar colonial. Em boa parte do planeta, portanto, no seio do marxismo, a questão democrática estava no centro da discussão teórica e política, em particular o nexo existente entre democracia e socialismo. (DEL ROIO, 2013, pp. 148-149 – grifo meu).

Coutinho viria, futuramente, a considerar a primeira fase desse período – a fase italiana – como uma espécie de doutorado informal, em razão da riqueza da experiência, afirmando que "o período que passei na Itália foi o meu doutorado. Aprendi muito, foi muito importante para minha formação política e intelectual" (COUTINHO, [2000] 2006a[11], p. 175). No segundo momento de sua estada europeia[47], após a breve passagem por Lisboa – em que encontrou e conviveu com seu amigo José Paulo Netto, como relatado animadamente e com diversos detalhes curiosos nas entrevistas concedidas a mim em 2013 por Amélia Maia e por Andréa Teixeira –, Coutinho chegou a Paris.

Aí, esteve bastante envolvido em atividades políticas. Para compreender isso, é necessário lembrar que, em decorrência das insuficientes condições de segurança para os dirigentes do PCB no Brasil e do espocar de ditaduras pelo restante da América Latina, muitos deles se viram forçados ao exílio em diferentes países europeus. Em 1975, quinze já se encontravam aí, e, considerando o número de prisões e assassinatos que haviam vitimado os outros, o centro dirigente do partido se encontrava, na prática, espalhado pela Europa (tanto de Leste como de Oeste). Assim, com a anuência dos dirigentes que haviam permanecido no Brasil, o Comitê Central (CC) foi formalmente transferido para o exterior, e começou a funcionar efetivamente em janeiro de 1976, a partir de sua primeira reunião em Moscou – onde o secretário-geral do partido já se encontrava desde 1971[48] (PRESTES,

---

[47] Coutinho, ainda na Itália, chegou a pensar em fazer um doutorado de verdade, acadêmico, mas descobriu que o título ainda não existia naquele país. Pensou, então, em fazer um doutorado em Paris sobre Lukács, orientado pelo prof. Michael Löwy – projeto que não levou a frente devido a rumores de que a Anistia poderia sair em janeiro de 79, que o levaram a retornar ao Brasil. A Anistia só viria meses depois, quase em setembro de 1979.

[48] O CC foi composto no exterior pelos seguintes quadros: Luiz Carlos Prestes, Giocondo Dias (secretário-geral no Brasil na ausência de Prestes, "salvo do fogo" em condições extremamente difíceis pelo partido e levado para a Europa em maio de 1976, não tendo participado da primeira reunião), Armênio Guedes, Zuleika Alambert, José Salles, Severino Teodoro Mello, Dinarco Reis,

2012, p. 197).

Segundo Anita Prestes (2012, pp. 197-234 e 2012a, p. 42), desde a primeira reunião do CC se estabeleceu polarização entre, de um lado, o secretário-geral Luiz Carlos Prestes, e, de outro lado, Armênio Guedes. Esse último, membro muito ativo da direção, então residente em Paris, viria a ser designado responsável pelo setor de agitação e propaganda do CC, e, portanto, pela confecção e distribuição do jornal do partido, *Voz Operária*, concebido em Paris, rodado na Itália em gráfica do PCI e enviado clandestinamente ao Brasil (segundo informação concedida a mim, em 20 de maio de 2013, pelo entrevistado Jorge Milton Temer, então redator responsável pelo jornal).

Enquanto Prestes vinha se distanciando teoricamente da linha aprovada no VI Congresso do Partido – a partir de avaliação da insuficiência da política então adotada para a construção do projeto socialista, passando a advogar a adoção de uma linha de ação independente da burguesia brasileira, o que colidia em pontos importantes com a configuração estratégica nacional-democrática então adotada pelo PCB –, Guedes havia aderido às chamadas "teses eurocomunistas", apostando na centralidade da assim chamada questão democrática, na necessidade de se manter a amplitude do campo de alianças dos comunistas (explorando, inclusive, as contradições intra-burguesas) e no caráter processual e pactuado da transição à democracia no Brasil. Ambas as posições não tinham consigo muitos partidários no CC: Prestes contava com o apoio decidido de Anita, Gregório e Marly, Guedes contava com o apoio de Zuleika, e o restante do CC conciliava as posições e buscava se pautar pela linha aprovada no VI Congresso do partido[49].

Salomão Malina, Orestes Timbaúva, Luís Tenório de Lima, Agliberto Azevedo, Armando Ziller, Roberto Morena, Hércules Correa, Givaldo Siqueira, Almir Neves. Na primeira reunião do CC foram cooptados Anita Prestes, Gregório Bezerra e Marly Vianna. Posteriormente foram cooptados Lindolfo Silva e Regis Fratti (PRESTES, 2012, p. 198).

[49] Anita Prestes, que considera a referida polarização em termos de extremos em luta mediados por um "centro", se refere a esse suposto centro, resgatando Lênin, como o "pântano" presente na direção de toda organização revolucionária, mobilizando a seguinte citação do revolucionário russo: "Praticamente não há partido político com luta interna que prescinda desse termo, que serve sempre para designar os elementos inconstantes que vacilam entre os que lutam". LENIN, *apud* PRESTES, 2012, p. 213. Tenho dúvidas sobre essa designação, dado que as posições de Guedes e do suposto pântano são dificilmente discerníveis (tanto que, após a saída dos renovadores, o PCB se encaminhou, sob direção do suposto "pântano", para posições muito semelhantes às defendidas por Guedes, Coutinho e seu grupo). No mais, o livro de Anita Prestes deixa dúvidas quanto a até que ponto as divergências de Luiz Carlos Prestes com a maioria da direção do partido

Pois bem: com esse cenário como pano de fundo, Guedes propôs e aprovou no CC a criação de uma Assessoria do Comitê Central, a ser organizada por ele e sediada em Paris. Essa Assessoria viria a ser composta por intelectuais militantes do PCB residentes em países euro-ocidentais (parte dos quais também engajados na redação do jornal), com a tarefa de ajudar na discussão dos problemas brasileiros, de "assessorar o trabalho do CC, contribuindo para a formulação da política do PCB e, em particular, para a elaboração das resoluções a serem discutidas e aprovadas pela direção" (PRESTES, 2012, p. 204).

A partir daí, se formou em torno de Armênio Guedes um núcleo de intelectuais com certa homogeneidade de posicionamento, constituída a partir da identidade de seus participantes – que viriam a tornar-se conhecidos no interior do partido como *renovadores* (retomando, portanto, apodo dado ao grupo liderado por Agildo Barata, derrotado no partido nos anos 1950, que advogava a radical democratização partidária em resposta ao impacto da divulgação do "informe secreto" do XX Congresso do PCUS) – com as teses eurocomunistas. Esse grupo participou ativamente da polêmica que se travava na direção do partido no exílio, e teve em Guedes uma espécie de porta-voz no CC do PCB (NETTO, 2012, pp. 64-68; PRESTES, 2012, pp. 203-234 e 2012a, pp. 43-49). Carlos Nelson Coutinho compôs a Assessoria e escreveu regularmente para o *Voz Operária*, tendo exercido papel de teórico destacado nesse grupo dos renovadores[50].

Temos aí um elemento importante no que tange ao objeto da presente pesquisa, presente na lembrança de Netto de que seu amigo "desempenha um protagonismo expressivo na vertente que se reivindicava como 'renovadora' do PCB" (2012, p. 67) e na afirmação de que, salvo engano seu, foi "neste processo de luta interna, em Paris, que Coutinho – *em estreita relação com os estudos que desenvolve à época* – assume a dimensão específica da política e a situa no centro da sua reflexão" . É por isso que Marcos Del Roio, ainda que trabalhe com periodização diferente da adotada aqui, sublinha a importância daquele

---

eram *de fundo estratégico*, ou até que ponto se localizavam mais do plano da tática, ainda que aparecessem como estratégicas. Talvez a ruptura de Prestes com o partido tenha sido um erro político (se ocorreu apenas por divergências no plano da tática), mas o revolucionário gaúcho jamais reconheceu tal possibilidade – o que pode ter pesado na interpretação do problema por sua maior biógrafa.

50 A Assessoria do Comitê Central foi composta por: Armênio Guedes (responsável), Zuleika Alambert, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Milton Temer, Aloísio Nunes Ferreira, Antônio Carlos Peixoto, Mauro Malin (então residentes em Paris) e Ivan Ribeiro Filho (residente na Itália). A redação de *Voz Operária* era constituída por Armênio Guedes (diretor), Milton Temer e Mauro Malin (redatores). Cf. PRESTES, 2012a, pp. 43-44.

que considera um "segundo momento" da evolução do pensamento coutiniano, compreendido, para ele, entre 1977 e 1981, que "pode ser identificado com a estadia na Europa e com a fase de maior militância política no Partido Comunista Brasileiro" (2013, p. 147).

É nesse período, mais precisamente *entre dezembro de 1976 e setembro de 1978*, que Coutinho publica, sob os pseudônimos de Guilherme Marques, Norberto Teles e, mais frequentemente, Josimar Teixeira, um conjunto de artigos no jornal *Voz Operária*, "Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro" (tal como designado nas capas de suas edições). Esses artigos (oito, no total) merecem alguns comentários no presente trabalho, já que aparecem ali pontos de enlace entre a posição coutiniana e aquela de seu partido, assim como divergências que virão a ser aprofundadas e desenvolvidas posteriormente, marcando o pensamento político do autor tal como se apresenta de 1979-1980 em diante. Esses comentários serão redigidos a partir, por um lado, do estudo detalhado que fiz de cada um dos artigos em questão, e, por outro lado, do estudo realizado sobre eles por Marcos Del Roio, apresentado no *Seminário Internacional Carlos Nelson Coutinho e a Renovação do Marxismo no Brasil* em novembro de 2013[51].

No primeiro dos artigos, firmado sob o pseudônimo G. Marques, Coutinho sustenta a caracterização do PCB, datada de 1973 (DEL ROIO, 2013, p. 148), da ditadura empresarial-militar brasileira como "ditadura fascista" ([MARQUES] COUTINHO, 1976a). Interessam, nesse artigo, alguns pontos que retornarão no pensamento posterior do autor, seja com a mesma posição que a defendida aqui, seja com posição oposta.

Esse é exatamente, aliás, o caso da oposição que o autor sustenta contra o uso de "ditadura militar" para caracterizar aquele regime, argumentando que tal termo prestar-se-ia a "indicar os mais variados tipos de dominação de classe (por exemplo, tanto a ditadura do proletariado quanto o Haiti de Duvallier)" , apagando, assim, o conteúdo de classe da ditadura, o que não interessaria às forças populares comprometidas com uma correta caracterização do regime. Note-se que o próprio Coutinho, poucos anos após a redação deste artigo, viria a

[51] Cabem aqui agradecimentos a dois pesquisadores: ao professor Ricardo Rodrigues Alves de Lima, que gentilmente me enviou os exemplares do jornal *Voz Operária* onde constam os referidos artigos coutinianos, obtidos por ele junto à biblioteca do CEDEM-UNESP; e ao professor Marcelo Braz, que me disponibilizou os originais do livro em que estão compilados os anais do Seminário Carlos Nelson Coutinho, que acabou lançado pela editora Mórula, em 2016, como *Cultura, democracia e socialismo*: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate. Aquele livro se encontrava no prelo quando da pesquisa que resultou na redação deste. As referências e números de páginas nas citações diretas correspondem, aqui, à paginação anterior à publicação.

trabalhar sem maiores problematizações com a oposição entre ditadura e democracia, borrando a referência ao conteúdo de classe de cada um desses regimes, assim como recusando a necessidade do estabelecimento de uma ditadura de classe para a transição ao socialismo – mas isso é fruto de todo um processo e de uma argumentação que ainda vamos estudar. Ainda quanto a esse artigo, vale marcar a oposição à definição, da parte de Fernando Henrique Cardoso, do regime brasileiro de então como "autoritário", já que ela também "deixa sem solução (ou apresenta soluções equivocadas" ao problema do caráter de classe da ditadura e da composição da frente necessária para derrubá-la. Essa oposição ao argumento do sociólogo uspiano viria a ser desenvolvida por Coutinho em outros textos, e contrasta abertamente com a posterior assimilação coutiniana do termo "autoritarismo", assim como daquele de "totalitarismo", em seu próprio pensamento político.

No segundo dos artigos, assinado por Josimar Teixeira, o destaque vai para a defesa da política do PCB, citando-se a Resolução Política do CC datada de novembro de 1973, segundo a qual para derrotar a ditadura fascista seria necessária a constituição de uma frente unitária antifascista e patriótica "capaz de congregar todos os democratas", constituindo um "amplo leito no qual desembocam as reivindicações patrióticas e democráticas de todos os brasileiros prejudicados pelo sistema de dominação fascista, pelo seu caráter antinacional e antidemocrático" ([TEIXEIRA] COUTINHO, 1977).

No artigo seguinte, nota-se o surgimento de um ponto que já reflete a polêmica, que se aprofundará nos anos seguintes, do lugar da democracia no projeto político dos comunistas brasileiros, quando Coutinho afirma ser necessário – no sentido de opor um *autêntico nacionalismo democrático e popular* ao "nacionalismo" (que Coutinho põe entre aspas) fascista e demagógico da ditadura – sustentar medidas nacionalistas como "elemento indispensável da transformação *democrática* de nosso país" ([TEIXEIRA] COUTINHO, 1977a – grifo meu). Isso aponta, como lembra Del Roio (2013, p. 151), para a subordinação da questão nacional à questão democrática (isso para não falar na "questão socialista", que *todos* os envolvidos no debate no PCB de então tinham consenso de que não deveria ser colocada naquele momento – a não ser, *talvez*, Prestes, com as devidas ponderações já apresentadas sobre o assunto em nota anterior da presente seção).

Nesse artigo, Coutinho também sustenta a possibilidade do surgimento de conflitos pontuais "entre os monopólios alocados no Brasil e o imperialismo no seu conjunto" (DEL ROIO, 2013, p. 151), fazendo referência ao problema do aproveitamento, por parte do

proletariado (através de sua política de alianças), de contradições no interior da própria burguesia no período do capitalismo monopolista de Estado. Retenha-se: esse tema, que retornará com enorme peso e se instalará como importante chave estratégica ao longo de todo o pensamento político posterior do autor, aparece aqui em texto escrito por Coutinho *em nome do PCB.*

O quarto artigo da série tem importância particular na medida em que lança luz sobre como diversas das posições em processo de gestação no pensamento político coutiniano eram também as posições majoritárias na direção do PCB em 1977. Nesse artigo, intitulado *Unidade para a democracia: a chave da leitura dos documentos do PCB*, Coutinho visava a expor como deviam ser interpretados três documentos aprovados e divulgados em 1977 pela direção do partido: a *Declaração da Comissão Executiva*, de janeiro de 1977; a *Resolução Política,* e o *Manifesto à Nação*, aprovados na reunião plenária de março do CC ([TEIXEIRA] COUTINHO, 1977b).

De acordo com as resoluções do PCB que Coutinho retoma, a ampla frente de alianças a ser constituída então pelos setores populares deveria ser instrumento não apenas para derrotar a ditadura, mas também para "transformar a liquidação do fascismo [...] numa verdadeira revolução antifascista e democrática" ([TEIXEIRA] COUTINHO, 1977b). Vejamos como os documentos em questão expõem a relação entre democracia e socialismo, na medida em que são citados pelo próprio Coutinho em seu texto, manifestando, naquele momento, total acordo com a posição expressa pelo partido sobre o assunto:

> Mas é interessante notar como a recente "Declaração" da CE reafirma o vínculo entre socialismo e democracia, um *vínculo que há muito faz parte do patrimônio ideológico do nosso Partido*: "Por princípio, e precisamente por sermos partidários da transformação socialista do Brasil, sempre lutamos pelas liberdades democráticas e pelos interesses dos trabalhadores. Vemos na *democratização da vida nacional*, na *incorporação das massas* de milhões à vida política do País, o meio para realizar as *grandes reformas históricas que abrirão, no Brasil, o caminho para o socialismo*". Por isso, a "Declaração" reafirma que *a democracia não tem para nós um valor puramente tático, mas representa uma opção igualmente estratégica*: "A convergência que agora estimulamos e a coligação anti-ditatorial que propomos [...] não têm apenas um caráter tático. Seus objetivos são mais amplos. É preciso que elas se projetem no futuro e que se transformem [...] numa aliança também para solucionar graves e antigos problemas nacionais [...] e construir um *regime*

> *democrático avançado*". ([TEIXEIRA] COUTINHO, 1977b – grifos meus).

No artigo de dezembro de 1977, *A questão democrática* – definido por Del Roio como "mais explicitamente eurocomunista" (2013, p. 153) do que os anteriores –, já aparecem diversos dos temas e muitas das posições que farão parte do repertório estratégico coutiniano dali em diante e para sempre. Nele encontramos, por exemplo, a oposição entre "autêntica democracia" (a dos comunistas e seus aliados) e "concepção restritiva e abertamente deformada da democracia" (a dos setores sociais que querem que ela se restrinja à democracia política ou formal) ([TEIXEIRA] COUTINHO, 1977d), assim como a afirmação de que "não são [tampouco] idênticas as concepções de democracia que circulam, explícita ou implicitamente, entre as diversas correntes de oposição".

A formulação coutiniana expressa nesse texto sustenta que a concepção de democracia do PCB se diferenciaria das outras por contar com os seguintes pontos: primeiro, ela representaria uma superação da democracia liberal na medida em que conserva e eleva a nível superior seus institutos, sendo, portanto, "mais ampla, mais articulada e, valha o pleonasmo, sobretudo *mais* democrática" do que aquela outra; segundo, ela seria para os comunistas "um princípio", "o eixo que articula nossas propostas táticas imediatas com nossa estratégia de mais longo alcance"; terceiro, ela constituiria o "fio condutor da longa marcha que, ao lado das forças mais avançadas do povo brasileiro, nosso Partido se propõe a empreender no sentido de lançar as bases para a construção do socialismo em nosso país"; quarto, ela fundar-se-ia sobre uma modalidade de pluralismo, também ela, superior ao pluralismo liberal na medida em que "o pluralismo deve envolver também o conjunto da sociedade civil [...] através de uma rede capilar de organizações de base (sindicatos, associações profissionais etc.) capazes de influir nas resolução de problemas específicos [...] e [...] na decisão das grandes questões nacionais"; quinto, "essa democracia de ampla mobilização popular, organizada de baixo para cima" seria capaz de assegurar, em caráter permanente, "a participação cada vez maior do bloco de forças nacional-popular na formulação da política nacional, criando um sólido vínculo entre o poder de Estado e a sociedade civil" e garantindo a "permanência da Nação nos quadros democráticos, impedindo as manobras que a reação certamente empreenderá no sentido da restauração do fascismo"; sexto, essa democracia dos comunistas teria conteúdo não apenas político, mas também econômico, implicando no "desenvolvimento democrático da economia", cujo objetivo prioritário seria o de "eliminar o poder dos monopólios e do imperialismo sobre a

vida nacional, colocando assim o desenvolvimento a serviço dos interesses das massas trabalhadoras, das camadas médias assalariadas, dos camponeses, dos pequenos e médios empresários" que constituiriam as "forças nacional-populares"; sétimo, a "conquista do poder de Estado" pelas forças nacional-populares implicaria na "socialização da política", tornando essa última uma "preocupação constante da totalidade dos cidadãos"; oitavo, no caso brasileiro, essa socialização da política representaria a reversão de uma tendência histórica no país, "caracterizado pelo número restrito dos que decidem e pela exclusão das massas", através da "permanente incorporação de novos grupos, camadas e indivíduos nos processos de decisão".

Segue-se, como corolário, o nono ponto através do qual a democracia dos comunistas se diferenciaria radicalmente das outras democracias: é que ela, na medida em que fortalecesse o "bloco nacional-popular" e impulsionasse a "hegemonia da classe operária no seu interior", seria

> *o pressuposto da transição pacífica para o socialismo*, do modo de transição pelo qual lutarão os comunistas brasileiros. Estamos convencidos de que quanto mais se aprofunde a democracia, quanto mais ela se estenda ao conjunto dos brasileiros e seja o fruto de suas ações cotidianas, tanto mais próximos estaremos do socialismo que [...] precisa ser uma conquista permanente das massas organizadas e conscientes de seus interesses e necessidades ([TEIXEIRA] COUTINHO, 1977d – grifo meu).

A formulação que vem de ser exposta, de autoria de Coutinho, é de enorme importância no mapeamento do desenvolvimento da posição política do autor: já aparecem, aí, muitos dos elementos centrais que informarão a estratégia coutiniana de transição ao socialismo.

No tocante a sua instrumentalidade mais diretamente política, como Del Roio (2013, p. 156) traz à atenção, nas entrelinhas de formulações como a que vem de ser apresentada pode-se perceber o agravamento das divergências entre Prestes e Guedes, assim como até que ponto o jornal se alinhava com as posições de Guedes – a tal ponto que "em novembro de 1978, chegou-se a compor [no CC do PCB] uma discussão específica sobre o mensário para se avaliar se efetivamente nas suas páginas estavam expressas as posições da maioria do CC" . Guedes permaneceu dirigindo o jornal ainda por um ano após a referida discussão, quando foi finalmente afastado da Comissão Executiva do partido.

De todo modo, é muito interessante que tais posições tenham sido publicadas *como posições do PCB*. Também é notável que, comparando-se essas posições e as do artigo anterior, que resgatava as formulações *do partido*, encontram-se importantes pontos de contato – ainda que não se possa reduzir a segunda concepção à primeira. O importante a reter, quanto a isso, é o seguinte: *o próprio PCB sustentava, então, uma posição de aposta no desenvolvimento capitalista (democrático) como momento necessário para a criação dos pressupostos para a transição socialista, e nisso Coutinho e seu partido coincidiam.*

Ainda quanto às formulações que vêm de ser expostas, é aqui o momento de lembrar que em maio de 1978 (ainda no exílio, portanto, e logo após a publicação do texto que acabamos de examinar) Coutinho concedeu à revista *IstoÉ* importantíssima entrevista sobre Gramsci, intitulada *O Brasil não conhece esse senhor*. Nela, o comunista baiano já demonstrava conhecimento bastante desenvolto do pensamento do marxista sardo, aplicando, no mesmo sentido em que continuou a aplica-las posteriormente (ou seja, no sentido da interpretação de Gramsci tal como oficializada pelo PCI a partir, sobretudo, do trabalho editorial, teórico e político de Togliatti), categorias como "revolução passiva" (COUTINHO, 1978), "revolução-restauração" e "hegemonia" . Situava o Brasil, então, como um país em que o modo de produção dominante já seria o capitalismo – apesar de conjugado com as sobrevivências do "atraso" decorrentes de um caminho de "modernização conservadora" –, mas um capitalismo no qual ao "excessivo peso assumido pelo Estado" corresponderia o "enfraquecimento da sociedade civil" , e em que seria necessária, portanto, a criação de uma "democracia de massas" que precedesse e preparasse o terreno, criando seus pressupostos, para a possibilidade de uma transição socialista.

Assim, não é de surpreender que, em seu artigo no *Voz Operária* de setembro de 1978, Coutinho prognosticasse que a transição democrática, com a qual se encerraria a ditadura empresarial-militar, "não assumirá a forma de uma mudança brusca, de um único choque frontal, mas ocorrerá no quadro de uma 'guerra de posição'" ([TEIXEIRA] COUTINHO, 1978a), de um "conjunto de combates e lutas parciais". Combinava a tal prognóstico a condenação, ao mesmo tempo, do "golpismo" e da "'pressa' aventureira dos ultra-esquerdistas, que apostam no acirramento das tensões em momentos desfavoráveis" , já que tais posições "nada mais faz[em] do que repetir as velhas tradições elitistas e autoritárias da política brasileira", cabendo aos comunistas lutar "para que o atual processo de substituição do fascismo seja a oportunidade para inverter essa tendência elitista, para integrar o povo nas grandes decisões nacionais" já que "só através das lutas e do

amadurecimento das grandes massas é que a democracia será implantada no Brasil" .

Todas essas posições farão parte do pensamento político maduro de Coutinho, não sendo jamais revistas pelo autor.

Vemos, assim, que foi em decorrência (e, pode-se dizer, como culminação) do *envolvimento com o debate interno do PCB*, que refletia a tensão entre posições que estavam em rota de colisão não só em seu interior, como no plano do próprio movimento comunista internacional (pensemos aí, apenas a título de exemplo, na relação PCI-PCUS), e com os olhos voltados para o Brasil em processo de "abertura" ou "redemocratização" – preocupado, portanto, em se posicionar e contribuir para que os comunistas tivessem uma linha política correta para a intervenção naquele momento em que importantes forças sociais começavam a se movimentar e sacudir a sociedade brasileira –, que Coutinho amadureceu todo um conjunto de posições que desembocariam, finalmente, no ensaio que se tornou verdadeiro divisor de águas na esquerda brasileira: *A democracia como valor universal*, publicado em março de 1979 na revista *Encontros com a Civilização Brasileira.*

Breve citação dá uma ideia do impacto que teve o artigo:

> Ninguém, ao que eu saiba, contesta que foi Carlos Nelson aquele que colocou a discussão da relação democracia/socialismo no coração da agenda da esquerda brasileira, com o ensaio "A democracia como valor universal" [...]. Publicado já na agonia do regime ditatorial (agonia que se prolongaria até 1985), quando as forças democráticas brasileiras experimentavam um movimento ascendente, e se estruturavam novos instrumentos de intervenção social e político-partidária, este ensaio tornou o nome de Carlos Nelson conhecido para muito além dos círculos do "mundo da cultura". Imensa foi a sua repercussão política – e o autor ganhou a notoriedade que toda a sua intervenção cultural anterior não lhe havia granjeado. [...] na esquerda [...], desde então, a *questão democrática* ficou cravada de forma definitiva e não mais pôde ser eludida – e talvez resida aí o mérito substantivo que se deve atribuir ao texto tornado famoso. (NETTO, 2012, p. 71).

Outro aspecto que não pode ser subestimado é o da relação entre esse ensaio e a *trajetória intelectual individual* de Coutinho. Nesse sentido, comentador recente do assunto nos lembra que "o ensaio de 1979 exprime um ponto de chegada e de síntese de um autor que já era

maduro teórica e politicamente, resultado do longo período basilar e estruturador de sua formação" (BRAZ, 2012, p. 239). Em outras palavras: se, por um lado, o momento histórico por que passava a esquerda no Brasil demandava a explicitação desse debate, o colocando como necessidade histórica, por outro lado Coutinho o pôde explicitar apenas porque era um intelectual e militante comunista munido dos recursos por ele reunidos ao longo de cerca de duas décadas de estudos e de seu envolvimento particular com a militância política – nos quais, como vimos, não têm peso menor a experiência na Itália e o contato íntimo com o PCI e as assim chamadas teses eurocomunistas, a partir dos quais retoma de modo peculiar toda uma larga trajetória de debates sobre a relação entre democracia e socialismo que constituía parte do patrimônio histórico do próprio PCB, repondo-a em outro patamar.

Na medida em que o referido ensaio arrola uma série de elementos que só podem ser adequadamente avaliados no bojo da consideração da *concepção de mundo unitária e coerente* do Coutinho maduro, assim como da *estratégia coutiniana de transição ao socialismo* a ela intimamente relacionada, a seguinte avaliação geral de seu lugar no pensamento político brasileiro deve, encerrando este capítulo, abrir o caminho ao estudo daquelas dimensões do pensamento político coutiniano:

> Pretendendo superar, de uma só vez, o esgotamento da estratégia do PCB e os limites do "imediatismo voluntarista" de uma "nova esquerda" que surgia, [Coutinho] indicava que a sociedade brasileira apresentava elementos de modernidade capitalista (monopolista) que exigiriam uma nova estratégia, a qual para além do momento imediato da transição democrática, deveria apontar para o socialismo. O caminho indicado por Carlos Nelson colocaria *o acento na democracia*, cujas mediações e elementos constituintes deveriam compor tanto o momento de construção do "bloco histórico" hegemonizado pelos trabalhadores, como forma de torná-los "classe dirigente", quanto o próprio momento posterior de transição socialista, até constituir-se em um dos fundamentos da futura sociedade comunista. (BRAZ, 2012, p. 246).

Parte II
Da democracia ao socialismo: seu tempo em Carlos Nelson Coutinho

Que se substitua o Estado capitalista-aristocrático, o Estado capitalista-latifundiário, por um Estado democrático-revolucionário, i.e., um Estado que de modo revolucionário elimine todos os privilégios e não tema introduzir de modo revolucionário a mais ampla democracia. Descobrir-se-á então que, dado um Estado verdadeiramente democrático-revolucionário, o capitalismo monopolista de Estado inevitavelmente e irrefreavelmente implica um passo, e mais de um passo, em direção ao socialismo!

Vladimir Lênin

[A catástrofe iminente e como combatê-la]

Do ponto de vista teórico, foi o cuidado com que procurou reproduzir no plano do pensamento a unificação entre base material e superestrutura numa totalidade articulada que possibilitou a elevação de Coutinho à posição influente que ocupou a partir da década de 1980 no debate político brasileiro. Dito de outro modo: sua interpretação do lugar da política na sociedade capitalista – em geral – e na formação social brasileira – em particular –, bem como as inferências daí decorrentes para a formulação de uma estratégia democrática para o socialismo no Brasil (um "caminho brasileiro para o socialismo" – COUTINHO, 1980a, p. 15), permitiu que diversos movimentos sociais e organizações políticas tivessem naquela concepção do mundo (ou em certos aspectos dela) uma das referências para pensarem seus próprios programas e suas formas de luta.

Devem-se, portanto, destacar as principais categorias concernentes a sua interpretação das sociedades fundadas sobre o modo de produção capitalista em sua fase monopolista, assim como sua articulação em certas linhas de força, tendências de movimento a partir das quais o intelectual realizou prospecções quanto ao desenvolvimento da sociabilidade burguesa e quanto aos marcos estratégicos pautada pelos quais a classe operária deveria se organizar para revolucioná-la. Pode-se, com isso, encontrar no interior da concepção de mundo coutiniana as mediações que informam o que pode ser considerado – a despeito das intenções do autor, que enfatiza em seus escritos as particularidades nacionais e afirma explicitamente sua aversão ao que chama de "modelos" – a elaboração de uma *estratégia democrática de transição ao socialismo* nas formações econômico-sociais em que vige o que ele chama, na esteira do movimento comunista internacional em que se formou, de Capitalismo Monopolista de Estado[52] (CME). É a partir dela que poderemos, no momento oportuno, compreender as especificidades da elaboração da estratégia no Brasil enquanto formação econômico-social particular.

A necessidade da exposição sistemática não apenas da concepção de mundo coutiniana, mas também da estratégia política que

[52] As noções de "capitalismo de Estado" e "capitalismo monopolista de Estado" já haviam sido empregadas por Lênin no contexto da I Guerra Mundial, e queriam dar conta em seu pensamento de desdobramentos do capitalismo monopolista – que ele considerava a fase superior do capitalismo – na situação concreta da emersão da I Guerra Mundial e, posteriormente, do tenso início do período entre-guerras. O desenvolvimento da categoria de "capitalismo monopolista de Estado" como fase duradoura do capitalismo contemporâneo, tal como empregada por Coutinho, é fruto não de Lênin, mas dos economistas soviéticos no processo de desestalinização pós-1956 e, posteriormente, dos economistas eurocomunistas. Interessante aproximação crítica ao conceito pode ser encontrada em TEIXEIRA, 1983.

a acompanha, reside em que, para Coutinho, existe uma clara vinculação entre *interpretação da realidade* e *compromisso político*. Isso é assumido explicitamente quando o autor começa a escrever regularmente para o *Voz Operária* no exílio, afirmando, já no primeiro artigo de dezembro de 1976, que

> Desde o golpe de 1964, as forças de oposição viram-se diante de uma difícil tarefa teórica e política: a exata definição da natureza do novo regime. Tratava-se não apenas de definir o seu conteúdo de classe, mas também de caracterizar a forma de Estado que ia paulatinamente substituindo a limitada democracia formal que [...] conhecíamos desde a Constituição de 1946. Essa tarefa estava longe de ser acadêmica. *Do modo de resolvê-la dependia o estabelecimento de alguns pontos essenciais da política* do movimento operário e das forças da oposição em geral, sobretudo o problema da determinação das classes interessadas na derrubada do regime e a indicação das formas de luta que essa derrubada implicava. (COUTINHO, 1976a – grifo meu).

A partir de então orienta seu pensamento no sentido da constituição de uma concepção de mundo unitária e coerente, que vai progressivamente tomando corpo em diversos de seus textos publicados no período compreendido entre 1976 e 1980 e embasará sua postulação de uma estratégia de transição ao socialismo. Nesse ano, aparecem as seguintes afirmações que vão no mesmo sentido da citação anterior:

> [...] saber se é ou não possível definir como 'capitalismo monopolista de Estado' (CME) o estágio hoje alcançado pela formação econômico-social brasileira [...] *apresenta claras e inequívocas consequências políticas* para a ação das forças empenhadas na renovação democrática e socialista do Brasil. E essas consequências, por outro lado, são determinadas pelo próprio conceito que se tem de capitalismo monopolista de Estado [...]" (COUTINHO, 1980a[4], p. 95 – grifo meu).

Ou, ainda, que

> [...] a utilização do conceito de CME – a compreensão adequada da fase alcançada pelo capitalismo brasileiro e da natureza de classe do Estado que o representa – *é condição necessária para compreender plenamente*, em seus vários aspectos (políticos, econômicos, sociais) *as tarefas que se abrem* às forças populares e democráticas no Brasil de hoje" (COUTINHO, 1980a[4], p. 112 – grifos meus).

Entretanto, ao estudar em detalhe o pensamento coutiniano maduro é possível notar que a remissão de certas determinações políticas centrais a sua base econômica vai a pouco e pouco ficando *implícita*: categorias políticas importantes vão passando a ter um tratamento aparentemente autônomo, com as explicitações da relação entre base e superestrutura se dando de modo mais eventual, pontualmente, em apenas alguns textos e sem maiores desenvolvimentos. Não me parece coincidência que isso se dê combinado à sua vinculação cada vez mais forte a certa interpretação do pensamento de Gramsci marcada por "peculiar anti-economicismo" (COUTINHO, 1981, p. 69), que Coutinho atribuía ao próprio marxista sardo, assim como ao marxismo italiano de modo geral.

Tal característica, mais de uma vez assinalada pelo autor, era considerada dominantemente positiva[53], já que a exclusão da economia de seu campo visual (ou, quando menos, a subestimação dela) teria permitido a Gramsci "desenvolver de modo criador os aspectos propriamente políticos da teoria marxista" (COUTINHO, 1981, pp. 69-70).

Na verdade, entretanto, a desvinculação entre o pensamento político coutiniano e uma fundamentação econômica sólida e coerente – e, como tal, sujeita à crítica – restringe-se ao terreno da aparência. O *marxista* baiano nunca cortou os laços entre política e economia, tendo buscado, como terei oportunidade de demonstrar a seguir, articular seu pensamento político sustentado sobre uma interpretação unitária e coerente da base econômica do capitalismo de seu tempo. Nesse sentido mostrarei, por exemplo, que em seu pensamento a transição de um Estado restrito a um Estado ampliado combinada ao surgimento da sociedade civil corresponde, no plano da política, à transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, e também como,

[53] *Dominantemente*, já que Coutinho não deixava de afirmar que essa característica, responsável, segundo ele, pela força renovadora do pensamento gramsciano no campo da teoria política, tendo constituído "poderoso instrumento na sua luta contra o positivismo da II Internacional", representava, por outro lado, um ponto fraco, "responsável por uma subestimação da análise econômica concreta" por parte do marxista sardo (COUTINHO, 1981, p. 69). O referido anti-economicismo é atribuído por Coutinho não apenas a Gramsci em particular, mas também – a partir de generalização feita por Enzo Santarelli – ao marxismo italiano em geral. Esse sofreria de "uma carência, quase incrível para uma tradição marxista autêntica, de um pensamento econômico autônomo", predominando a "elaboração político-filosófica" (Santarelli apud COUTINHO, 1981, p. 69). Foi nesse marxismo e na interpretação de Gramsci elaborada em seu âmbito que o Coutinho maduro buscou boa parte de seus pontos de apoio, não sem profundas consequências.

para ele, se expressa concretamente a relação entre aquela transição sociopolítica e essas transformações na esfera econômica.

Note-se que, se, para Coutinho, foi Gramsci quem "renovou dialeticamente os clássicos" no campo da teoria política, no campo da economia ele buscou outras referências: Paul Boccara e os economistas do PCF, Jenö (Evguen) Varga e o pensamento econômico soviético, e, se afastando da linha mais próxima aos PCs, Roman Rosdolsky e Ernest Mandel. Também cita, por vezes, diretamente *O Capital*, e sabe-se que ele foi um dos componentes do grupo enviado pelo PCB a Moscou para estudar esse livro diretamente na escola de quadros soviética – como atestado por diversos dos entrevistados ao longo desta pesquisa.

Meu trabalho, portanto, nesta Parte, será estabelecer certos fundamentos teóricos sobre os quais se assentou sua concepção de mundo como uma totalidade, unitária e coerente à toda prova. Para isso, explicitarei as ligações entre base e superestrutura presentes em sua reflexão, muitas vezes trabalhadas apenas implicitamente por ele. Isso permitirá interpretar com mais justeza o conjunto de seu pensamento e fazer ilações que, de outro modo, não seriam possíveis.

É ainda útil, antes de prosseguir, sublinhar uma característica das fontes às quais recorreu Coutinho para fundamentar seu pensamento propriamente político: apesar de certamente variadas, a *clara dominância* (quantitativa, mas, sobretudo, *qualitativa*, servindo como uma espécie de prisma através do qual se refratam todas as outras referências) é daquelas vinculadas, mais ou menos diretamente, ao chamado movimento comunista internacional, dentre as quais certamente a preponderância em termos de influência sobre o pensamento coutiniano cabe aos PCs brasileiro, italiano e francês.

O arco polêmico no âmbito e em torno daquele movimento foi, na maior parte de sua existência, bastante maior do que deixam entrever certas simplificações, que, por redutoras, terminam sendo historicamente falsas – ainda que fundadas sobre um fato verdadeiro, qual seja, o de que Moscou realmente constituiu o centro do qual durante algumas décadas irradiavam diretrizes políticas (e, consequentemente, teóricas) a serem seguidas, com maior ou menor margem de manobra, por boa parte do pensamento produzido no âmbito dos partidos vinculados ao movimento comunista internacional (os PCs), em nome da razão de Estado soviética (CLAUDÍN, [1970] 1975 e [1970] 1986). Situar adequadamente neste arco – ou seja, no âmbito da polêmica no seio do movimento comunista internacional – as fontes do pensamento coutiniano é fundamental para localizar corretamente diversas das posições do autor, independente de se concordar ou não com elas.

Esse último esclarecimento tem especial importância por duas razões. Primeira, devido a uma característica marcante do movimento operário brasileiro a partir dos anos 1980, período em que Coutinho despontou com cada vez maior destaque como importante teórico marxista da política. Acontece que parte expressiva desse movimento se caracterizou por seu veemente repúdio à tradição de pensamento oriunda de intelectuais individuais ou coletivos vinculados aos PCs, considerada produto do indesejado "socialismo real", e muitas vezes repudiada junto com ele[54]. O próprio Partido dos Trabalhadores, ao qual Coutinho aderiu no fim dos anos 1980 e dentro do qual veio a ser um intelectual de destaque, se constituiu desde o início afirmando sua diferença, supostamente irreconciliável, com a estratégia nacional e democrática anteriormente defendida pelo PCB, partido ao qual nosso autor pertenceu por 21 anos a partir de 1961, e em cujo espaço político se formou como intelectual marxista[55].

Como o PT se constituiu em polo formulador e irradiador de uma proposta estratégica que, em momentos-chave, teve expressivos pontos de contato com a formulação estratégica coutiniana, rastrear a origem de tais ideias, do MCI ao pensamento de Coutinho, pode ajudar a entender melhor o retorno, de roupas trocadas e com aparência mais democrática e apelo mais popular, de pontos que eram caros à estratégia do PCB, supostamente negados naquela, do PT, que pretendia superá-la. Afinal, a surpresa pode ser o preço que se paga ao se negligenciar o estudo rigoroso da história e ao se negar o acúmulo que se constitui em seu movimento, sem buscar assimilá-lo criticamente para superá-lo praticamente.

A segunda razão da importância daquele esclarecimento é que o jovem Carlos Nelson, na década em que esteve "refugiado" no campo da crítica da cultura, se referenciava muito diretamente em todo um

---

54 A palavra não foi escolhida ao acaso. Muitas vezes não se tratou de refutação, mas de *repúdio* mesmo, ou seja: sem abertura de espaço para a assimilação crítica e a síntese.

55 "Depois que saí do PCB em 1982, onde militei por mais de 20 anos, fiquei sem partido por algum tempo. Não gostei disso, perdi a capacidade de fazer análises de conjuntura... Decidi entrar no PT em 1987, mas Leandro Konder e Milton Temer, queridos amigos, me pediram para esperar um pouco mais para entrarmos juntos. Eles ainda não estavam plenamente convencidos. Votei em Gabeira, em 1986. Foi a primeira vez que votei no PT. E, desde então, comecei a namorar o PT, mas achando-o ainda sectário. Meu espírito 'aliancista', que vinha do PCB, de certo modo se manteve, mas achei que era importante entrar no PT para travar uma luta interna, o que fiz em 1989. Queria ser o chato democrático dentro do PT, queria levar para o PT a discussão que eu havia proposto em meu ensaio *A democracia como valor universal*" (COUTINHO, [2002] 2006a$_8$, p. 137).

conjunto de autores vinculados à tradição do assim chamado "marxismo ocidental", caracterizado por seus laços fracos com a intervenção política (ANDERSON, [1976] s.d.). Mas vale lembrar que, no mesmo texto em que delimita essa vertente no seio do marxismo e ressalta a referida característica, Perry Anderson marca três grandes exceções a ela entre os chamados marxistas ocidentais: não por acaso, aqueles que considera seus fundadores, Lukács, Gramsci e Korsch, que eram dirigentes políticos de estatura considerável antes de sua conversão – forçada por sua interdição à atividade política no contexto da evolução do movimento comunista internacional em direção ao monolitismo – ao "marxismo ocidental", e marcados por essa experiência para toda a vida (ANDERSON, [1976] s.d., pp. 42-45).

Desses três, Lukács e Gramsci são justamente as referências que Coutinho *jamais abandonou*, mesmo em seu pensamento maduro, tendo inclusive buscado, mais para o fim da vida, os pontos para uma síntese criativa do pensamento dos dois. Essa referência tem algo de notável: tanto Lukács quanto Gramsci jamais conseguiram, a partir do refluxo da onda revolucionária que varreu a Europa nos anos 1920, seguido pela ascensão do nazi-fascismo, retornar plenamente à atividade política. O primeiro, já notório internacionalmente, tendo visto suas posições derrotadas nos marcos do chamado Terceiro Período do Comintern, foi expressamente impedido de se manifestar politicamente, interdição essa que prosseguiu posteriormente através do partido comunista de seu próprio país, tendo tido de prosseguir sua reflexão restringindo-se ao âmbito da filosofia e da cultura; o segundo, arrancado da posição de secretário do partido italiano pelo fascismo, permaneceu prisioneiro em seus cárceres até o momento em que sua completa exaustão física lhe valeu a liberdade para a morte.

Se, ao contrário de Lukács, Gramsci permaneceu tendo a política como momento central de suas considerações, ela se apresentou, entretanto, alijada da possibilidade e das exigências do teste da prática militante. A permanente remissão de Coutinho a esses pensadores, combinada a sua rejeição cada vez mais decidida de Lênin e do que ele considera a "orientalidade" dos bolcheviques, sugere uma *superação interrompida* (ou seja, um movimento de ultrapassagem que se inicia, mas não se completa) de seu retorno à atividade propriamente política, na qual o Coutinho maduro jamais desempenhou outro papel que o de um importante teórico[56]. Pode ser que esteja aí um dos fundamentos de

[56] Não é à toa que na "menor tendência da esquerda brasileira", grupo constituído pelos amigos e camaradas Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Jorge Milton Temer, coube sempre a esse último a operação da política do grupo, e mesmo a tradução, para o campo da política concreta, das

sua firmeza a toda prova, ao aferrar-se às posições consolidadas em seu pensamento na virada aos anos 1980, que poderiam, em outra situação, ter sido matizadas ou transformadas a partir da prática política.

Esses problemas se apresentam como pontos de apoio para a compreensão, a seguir, da concepção de mundo coutiniana, de sua proposta de estratégia de transição democrática à transição socialista, de como ambas informam a construção de sua imagem do Brasil.

concepções teóricas dos companheiros (como ficará evidente, arrisco, a um pesquisador que analise os posicionamentos do grupo no interior do PT e do PSoL, coisa que não me foi possível fazer nos marcos do presente trabalho). Tal constatação se ampara não apenas nas entrevistas realizadas com Milton Temer e Leandro Konder, mas também em minha própria experiência militante, ao longo de alguns anos, convivendo com o grupo em espaços comuns de atuação político-partidária.

04.

A MUDANÇA DO PAPEL DA LUTA POR REFORMAS NA FASE MONOPOLISTA DO CAPITALISMO

A interpretação das principais determinações da infraestrutura da sociabilidade burguesa de seu tempo é formulada por Coutinho de modo mais bem acabado e articulado, pela primeira vez, no ensaio *Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas* (COUTINHO, 1980a[4]). Por isso, utilizarei tal texto como esteio para a exposição a seguir, partindo dele e a ele retornando sistematicamente.

O referido texto foi escrito retomando, rearticulando e desenvolvendo um conjunto de ideias expostas pela primeira vez naqueles artigos publicados sob pseudônimo no *Voz Operária* entre 1976 e 1978, assim como no ensaio *Économie et politique au Brésil aujourd'hui*, publicado também sob pseudônimo em 1977 na revista *Études Brésiliennes*, ligada ao PCB e editada na Bélgica.

Nos primeiros se tratava de defender publicamente a posição oficial do partido pela construção de uma ampla frente unitária contra a ditadura, agrupada, como vimos, em torno de um "autêntico nacionalismo democrático e popular" ([TEIXEIRA] COUTINHO, 1977a). Neles, a defesa da linha partidária – a afirmação de que "a democracia não tem para nós um valor puramente tático, mas representa igualmente uma opção estratégica" ou a insistência no "vínculo entre socialismo e democracia [...] que há muito faz parte do patrimônio ideológico do nosso Partido" ([TEIXEIRA] COUTINHO, 1977b) – se confunde com o que ficará posteriormente conhecido como sua marca pessoal. Quanto a isso é bom ressaltar que, independente das peculiaridades estilísticas ou de ênfase, ele ali escreve num veículo oficial do partido e as posições que sustenta são fieis à trajetória partidária, ainda que haja matizes devidos a sua adesão ao grupo dos assim chamados renovadores.

No segundo, escrito para revista de debate teórico dos comunistas exilados, o espaço é muito maior e, com ele, o aprofundamento e o desenvolvimento das ideias. Ali não é necessário defender a linha do partido: pode-se observar mais claramente como o marxista baiano constrói *suas próprias posições pessoais* – marcadas, claro, por essa linha, mas guardando a autonomia de um intelectual já acostumado a pensar com a própria cabeça, escrevendo mais para si do que para a massa. O texto se estrutura em polêmica contra o livro

Autoritarismo e democratização, de Fernando Henrique Cardoso, especialmente *contra* dois pontos: sua defesa da existência de uma "burguesia de Estado" no Brasil, que teria interesses específicos e divergentes em relação aos da burguesia empresarial; e sua classificação do regime inaugurado em 1964 como "autoritário". Coutinho encontra e critica, no fundamento de tais teses, tendências liberais de onde decorre todo um conjunto de implicações políticas que nosso autor vê com preocupação e das quais diverge.

Apesar disso, Coutinho está com Fernando Henrique Cardoso contra: em primeiro lugar, as "concepções errôneas e pseudo-marxistas" na origem "[dos] erros teóricos e [da] distorção da realidade que são subjacentes, por exemplo, às teorias de André Gunder Frank ou de Ruy Mauro Marini"[57] ([MARQUES] COUTINHO, 1977c, p. 04); em segundo lugar, as "velhas posições [formuladas no âmbito do ISEB] [...] que se refletem no pensamento marxista-leninista brasileiro segundo as quais o Brasil ainda poderia conhecer uma época de capitalismo nacional autônomo", pertencentes "irremediavelmente ao passado" (p. 04).

O objetivo do texto coutiniano é, explicitamente, contribuir para a "clarificação ideológica das divergências existentes entre as forças democráticas brasileiras", que ele está convencido de que, "se feita no quadro do respeito ao pluralismo que deve orientar as relações recíprocas entre o movimento e os partidos progressistas no Brasil [...],

---

57 Apesar da severidade, que chega ao ponto da descortesia contida na acusação de "pseudo-marxismo", com que descarta sumariamente as posições de Marini e Gunder Frank, Coutinho jamais se dedicou a formular uma crítica mais aprofundada que partisse do estudo sistemático do pensamento dos dois autores. A razão pode ser política: suas interpretações do desenvolvimento do capitalismo chocavam-se frontalmente com aspectos da linha do PCB que eram reivindicados por Coutinho, e serviram de fundamento a críticas severas feitas ao partido por militantes e outras organizações de esquerda. Não me parece, entretanto, que isso justifique a maneira sumária e pouco rigorosa como é enunciado o julgamento coutiniano – especialmente se considerarmos que o oponente ao qual Coutinho se alinha contra os dois é Fernando Henrique Cardoso... Infelizmente não poderei desenvolver aqui o significado de tal alinhamento nessa polêmica, mas sugiro a leitura do esclarecedor artigo de Fernando Prado sobre o "não-debate" entre Cardoso (representando aí posição amplamente hegemônica na sociologia brasileira) e a teoria marxista da dependência em PRADO, 2010. Finalmente, gostaria de assinalar que as "distorções da realidade" do "pseudo-marxista" André Gunder Frank são recorrentemente citadas como fonte de informação confiável por certo intelectual insuspeito de "pseudo-marxismo" que se encontrava, no mesmo momento em que Coutinho escreveu esse texto, em sua plena maturidade intelectual e de posse do mais profundo domínio da técnica e do rigor científicos: Florestan Fernandes, como se pode ver, por exemplo, em suas análises sobre a América Latina dos anos 1970 em FERNANDES, [1972] 1975, cap. 1.

não é um fator de divisão, mas de unidade" (p. 03). Fica clara também a intenção de repartir com seus camaradas o acúmulo a que chegou sobre a situação econômica e política do Brasil a partir do Golpe de 64, com vistas a robustecer a formulação do partido e depurá-la do que considera problemático. Nesse sentido, na abertura do texto aparece mais uma vez a preocupação de fazer uma boa análise da realidade com vistas a informar uma estratégia correta: a epígrafe, de Togliatti, afirma que "quando nos enganamos na análise, nos enganamos também na orientação política" (*apud* [MARQUES] COUTINHO, 1977c, p. 03).

No texto em questão é, portanto, explícita a intenção de se contrapor a *dois* caminhos distintos e, de certo modo, opostos, para a interpretação do Brasil naquele momento – e aqui é importante lembrar que estamos na virada para os anos 1980, no momento imediatamente posterior à Anistia, com o fim da ditadura apontando cada vez mais clara no horizonte a necessidade urgente, para Coutinho, seus companheiros renovadores e o próprio PCB, da materialização da política a que eles se referiam como de unidade das forças democráticas e populares "em torno da luta pelas liberdades democráticas" (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 21), contra aquele regime. De um lado, contrapor-se àquele mesmo Fernando Henrique Cardoso e sua teoria da burguesia de Estado, na qual Coutinho encontra e critica tendências liberais; de outro, ao ponto de vista fundado sobre a "utilização de um conceito estreito de CME [capitalismo monopolista de Estado], resultante de uma concepção mecanicista da ligação entre economia e política" (COUTINHO, 1980a$_4$, p. 95), criticada no texto a partir de polêmica contra Rogério Freitas[58] e outro autor, anônimo.

Vale notar que há nessa localização do texto dois problemas aos quais se deve estar atento, sendo que o segundo deles, portador de profundas implicações teóricas, será objeto de desenvolvimento especial à frente. Primeiro: apesar da crítica àquela posição "estreita" baseada sobre concepção "mecanicista" ser construída no texto em polêmica mais direta contra Freitas, seu alvo principal é evidentemente o grupo articulado em torno de Luís Carlos Prestes no CC do PCB. Coutinho, apoiado em nossa já conhecida relação entre teoria acertada e política correta, atribui a tal posição "consequências problemáticas no plano

[58] Rogério Freitas era o pseudônimo empregado por Anita Prestes para escrever nos veículos vinculados direta ou indiretamente ao PCB, como me foi informado pela própria autora ao ser questionada sobre o assunto. Seu texto citado é *Il Capitalismo Monopolistico di Stato in Brasile*. In: *Nuova Rivista Internazionale,* ed. italiana, nº 3, 1976. O texto do autor anônimo é: *Le fascisme au Brésil*. In: *Études Brésiliennes*, ano 2, nº 3, julho de 1976. O texto de [FREITAS] PRESTES está disponível no Centro de Documentação e Memória da UNESP, em São Paulo.

político, podendo levar à proposição – falsa – de que o Brasil vive uma única alternativa: 'fascismo ou socialismo'" (COUTINHO, 1980a$_4$, p. 96). Ora, quem vinha defendendo no interior do PCB, o partido de Coutinho, a necessidade de que a luta pela redemocratização estivesse explicitamente ligada à luta pelo socialismo no Brasil de então, a partir de um processo de estudos iniciado em Moscou e que culminou em uma compreensão do chamado capitalismo monopolista de Estado que apontava para essa posição, era ninguém menos que o então secretário-geral do partido Luís Carlos Prestes.

A polêmica contra Rogério Freitas cumpria, portanto, o papel de armar teoricamente a polêmica também contra o então secretário-geral do PCB[59].

Segundo problema: afirmei que o marxista baiano continua divergindo, nesse texto, da orientação liberal que detecta na base de certas posições de Fernando Henrique Cardoso, contra as quais polemiza. Mas vale notar que, das *duas* posições do sociólogo paulista enumeradas como alvo central da polêmica coutiniana quando de seu ensaio na revista *Études Brésiliennes*, de 1977, reafirmei apenas *uma* ao apresentar o texto que vamos passar a examinar, de 1980. Acontece que entre 1977 e 1980 Coutinho deixou de lado sua dura – e sofisticada – crítica ao conceito de "autoritarismo" e o incorporou como categoria de análise válida, tendo passado a utilizá-lo até o fim da vida. Esse assunto será retomado em outro momento do presente trabalho, articulado à consideração da assimilação por Coutinho de conceitos provenientes de vertentes teóricas exteriores ao marxismo.

Iniciemos, agora, o estudo das principais determinações infraestruturais, das consequências superestruturais que Coutinho delas infere e de como se articulam sustentando teoricamente a exigência tática da luta por reformas, e, a partir daí, a possibilidade de uma política revolucionária de reformas que constitui o núcleo da estratégia democrática de transição ao socialismo defendida pelo autor.

04a. "Capitalismo Monopolista de Estado" e autonomia relativa do poder Executivo

No texto *Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas* (COUTINHO, 1980a$_4$), Coutinho recupera a noção de "capitalismo monopolista de Estado" (CME), então em voga no movimento comunista internacional, interpretando-a de maneira

[59] Vinha trabalhando com essa afirmação como hipótese, até confirmar que Rogério Freitas era, de fato, Anita Prestes. Esse era o teste que faltava à hipótese, que, portanto, aparece aqui já como afirmação segura.

peculiar e buscando sua aplicabilidade ao Brasil[60].

Considerado uma fase específica do capitalismo, o *capitalismo monopolista de Estado* é definido por oposição à "época da livre concorrência" (p. 96) ou ao "capitalismo concorrencial" (p. 97). Ao mesmo tempo, é apresentado como um desdobramento dessa primeira fase, sendo produto do acirramento da própria concorrência, que levou à formação e consolidação de grupos monopolistas cada vez maiores e mais poderosos a partir da concentração e da centralização de capitais decorrentes do aumento da composição orgânica do capital e da exigência de volumes cada vez maiores de investimentos no processo de reprodução (pp. 95-96).

O autor arrola, atribuindo a elas profundas consequências políticas, certas características distintivas entre esses dois estágios da evolução do modo de produção, que permaneceram sem cessar como parte da concepção de mundo no interior da qual se articulou o pensamento político coutiniano pelo resto da vida. Prova disso são as remissões ao conceito de CME como pertinente à explicitação da necessidade de intervenção sistemática do Estado sobre a economia na fase monopolista do capitalismo, mesmo em exposições de suas ideias já nos anos 2000, como a seguinte:

> Claro que há vários movimentos do Estado que são estruturalmente dedutíveis da lógica do capital. O Estado passou a intervir na economia em grande parte porque a lógica da acumulação o exigiu. Os marxistas franceses até criaram – os soviéticos também, mas os franceses com bem mais sofisticação – a teoria do chamado capitalismo monopolista de Estado: o Estado intervém porque está caindo a taxa de lucro, intervém em atividades não lucrativas para assim repassar mais-valia para o capital etc. (COUTINHO, [2000] 2006, p. 188).

Dados os objetivos da presente exposição, buscarei neste capítulo chamar a atenção principalmente para essas determinações perenes e para sua inserção na concepção de mundo do autor, tratando lateralmente as determinações mais circunstanciais.

Uma primeira característica distintiva entre os dois momentos em que Coutinho divide o desenvolvimento do capitalismo é que, se em sua fase concorrencial a intervenção do Estado na economia foi "essencialmente 'negativa', consistindo em 'deixar funcionar' tão

---

60 Quanto a isso, o texto retoma no essencial o artigo *Economie et politique au Brésil aujourd'hui : à propos de* Autoritarismo e democratização*, de F. H. Cardoso*[60] ([MARQUES] COUTINHO, 1977c).

espontaneamente quanto possível os mecanismos de mercado" (COUTINHO, 1980a$_4$, p. 97), *no CME a intervenção do Estado na economia tornou-se sistemática e tutelar* – donde o qualificativo "de Estado" ao capitalismo monopolista.

Tal tutela – também chamada de "programação parcial" ([MARQUES] COUTINHO, 1977c) – teve sua origem em duas novas necessidades postas pelo próprio movimento do capital: em primeiro lugar, na necessidade de "criar contra-tendências à lei da queda da taxa de lucro" (COUTINHO, 1980a$_4$, p. 97), cuja vigência se faz ainda mais presente na fase monopolista do modo de produção capitalista; em segundo lugar, mas não menos importante, garantir a manutenção da "taxa média de superlucro" específica dos monopólios.

Retenha-se essa segunda determinação causal: ela constitui, em 1980, a *chave econômica do aspecto "antimonopolista" da posição política coutiniana*.

O autor resume a história do surgimento dessa tutela típica do CME, no ensaio publicado em 1980, deste modo:

> [...] a concorrência, como se sabe, leva a que cada capitalista singular busque obter superlucros por meio do aumento da produtividade, ou seja, do aumento da composição orgânica do capital. Levando necessariamente à concentração/centralização do capital, esse aumento conduz à formação de monopólios. A monopolização, por um lado, acentua as contradições do capitalismo em geral (problemas de realização de mais-valia, tendência à queda da taxa de lucro etc.); e, por outro lado, introduz antagonismos estruturais entre os próprios capitais singulares, pois alguns desses capitais – já em situação de monopólio – esforçam-se por conservar em seu poder superlucros que não são nivelados segundo a taxa média. [...] Uma forma de superar tais contradições – embora, como sempre no capitalismo, elevando-as a nível superior – é ampliar a intervenção do Estado na economia. (COUTINHO, 1980a$_4$, p. 96).

A intervenção do Estado, cuja ampliação "tomou corpo no início do período monopolista (militarismo, nacionalização de estradas de ferro etc.)" ([MARQUES] COUTINHO, 1977c, p. 08), assume "novas dimensões qualitativas após a crise de 1929" e passa a se dar através, por exemplo, de pesados investimentos em infraestrutura (garantidores da "reprodução material do capital global"), encomendas estatais (garantidoras da demanda), "transferências de recursos sociais, captados pela tributação" etc., levando àquilo que "os economistas burgueses

chamam de 'era keynesiana' e muitos marxistas de 'capitalismo monopolista de Estado'" (1980a4, p. 97).

Nesse sentido, Coutinho afirma que

> [...] a função de uma empresa estatal no capitalismo monopolista [...] consiste [...] em favorecer os mecanismos de acumulação do capital *privado*, aumentando-lhe a taxa de lucro. Em outras palavras, a intervenção estatal na economia, na época do CME, orienta-se no sentido do que os marxistas franceses ligados a Paul Boccara [...] chamam de "desvalorização do capital público"; isto é, no fato de que o capital público em função não exige a taxa de lucro a que teria "direito" em vista da sua magnitude. [...] O mesmo se poderia dizer [...] dos mecanismos fiscais do Estado e de suas empresas financeiras; essas põem à disposição dos grupos monopolistas – a taxas de juro frequentemente negativas, ou mesmo a fundo perdido – as poupanças sociais convertidas em capital-dinheiro. Em suma: [...] o Estado transfere para os grupos privados uma parte da mais-valia que gera ou de que se apropria; com isso, aumenta a taxa de lucro do setor privado (em especial do monopolista) e aparece como um fator decisivo na luta para contrabalançar a lei da queda tendencial da taxa de lucro. (COUTINHO, 1980a4, p. 106).

Ou ainda, citando:

> O papel do Estado enquanto empresário é basicamente o de – atuando em setores que se caracterizam por investimentos de volume elevado, longa maturação e pouca rentabilidade [e, portanto, pouco atraentes ao capital privado, ainda que necessários a sua reprodução – V.N.] – suprir insumos e serviços básicos à economia. Com isso, gera importantes economias externas, que beneficiam principalmente o setor privado. (SUZIGAN, *apud* COUTINHO, 1980a4, p. 108).

Com essas últimas citações estamos no terreno do atendimento à primeira daquelas duas exigências na base da intervenção sistemática do Estado sobre a economia – qual seja, "criar contra-tendências à queda da taxa de lucro". Coutinho trata tal exigência – que é, por sinal, amplamente reconhecida pelos analistas interessados nas transformações ocorridas no capitalismo a partir do último quarto do século XIX desde o estudo clássico sobre o imperialismo de LENIN ([1916] 1977b) – praticamente como um dado, não se preocupando em se deter mais longamente sobre seus fundamentos e remetendo o leitor

interessado em conhecer "as leis gerais do CME" a escritos de Paul Boccara, de Jenö Varga e da assessoria econômica do comitê central do PCF (COUTINHO, 1980a$_4$, p. 97).

No tocante ao segundo ponto, entretanto, a coisa não é assim tão simples. Acontece que aqui parece que estamos diante de uma *tentativa de contribuição original* ao debate econômico, sendo importante deslindar ao leitor seus encadeamentos essenciais. Quanto a seu mérito, será avaliado no momento oportuno, e por ora farei apenas uma observação preliminar: Coutinho formulou as ideias a seguir combinando a contribuição de autores marxistas cujas interpretações do capitalismo monopolista divergiam em pontos fundamentais, chegando a conclusões originais com as quais certamente alguns deles não estariam de acordo[61]. Dito isso, vamos a elas.

Nosso autor afirmou, como vimos em citação anterior, que no capitalismo monopolista alguns dos capitais singulares em situação de monopólio se esforçam para conservar em seu poder superlucros que não são nivelados segundo a taxa média (COUTINHO, 1980a$_4$, p. 96). Mas Coutinho não afirmou apenas que tais capitais singulares "se esforçam" para conservar superlucros, mas também que esse "esforço" constitui uma das duas exigências na base da mudança no padrão de intervenção do Estado sobre a economia na fase do capitalismo monopolista. Isso põe a pergunta: como e por que isso se daria?

Essa pergunta tem duas dimensões, e a reposta que não as considere fica incompleta. A primeira, do lado da classe capitalista: o que acontece em seu interior para que ela se cinda e um seu setor monopolista passe a agir do modo descrito, formando-se assim os 'antagonismos estruturais' entre capitalistas monopolistas e não-monopolistas? A segunda, do lado do Estado: por que o Estado burguês aceita tal exigência e passa a intervir privilegiando uma fração da classe capitalista em detrimento da outra?

Iniciemos pelo lado da classe capitalista, explicitando os dois fundamentos na base de sua cisão. O primeiro fundamento é a diferenciação apresentada por Coutinho entre o "capital em seu

---

61 Dou um exemplo: Ernest Mandel, principal dirigente de uma das organizações herdeiras da IV Internacional (trotskista, portanto), não concordava com a ideia, estranha à interpretação trotskista do capitalismo, de "antagonismos estruturais" entre capitalistas monopolistas e não-monopolistas, nem muito menos com a posição política da "ampla aliança antimonopolista" daí advinda. Não só isso: o autor escreveu diversas vezes *contra* essas posições. Entretanto, ambas são deduzidas por Coutinho, no texto em exame, de uma ideia sua: a da tendência ao desenvolvimento de duas taxas médias de lucro, uma para o setor monopolista, outra para o não-monopolista (cf. MANDEL, [1972] 1985, cap. 03 – especialmente pp. 64-65).

conjunto" e os "múltiplos capitais" . Segundo Coutinho, cada capitalista singular faz parte de uma classe antagônica ao proletariado e com interesses de classe específicos, nomeadamente na reprodução das condições sociais que possibilitam a dinâmica da acumulação de capital, fundada por sua vez sobre a extração de mais-valia – manifestação na sociedade capitalista da exploração dos produtores diretos pelos apropriadores do excedente econômico. Por outro lado, cada capitalista singular é, ao mesmo tempo, proprietário *privado* de seu capital, apresentando-se no mercado *em concorrência* contra outros capitalistas proprietários privados.

Tomado sob aquele primeiro aspecto, cada capitalista singular é a mediação entre as expressões particulares do capital e sua universalidade, apresentando-se enquanto expressão particular do "capital em seu conjunto" – que é, por sua vez, particularidade contra a particularidade do proletariado, ambas as classes expressão particular da universalidade da relação social de capital. Entretanto, há o segundo aspecto: cada capitalista singular, justamente por personificar uma manifestação particular do capital, se confronta contra outras personificações de manifestações particulares do capital, tendo seus próprios interesses particulares e se inserindo no processo social de produção *contra* outros capitalistas. Na medida em que cada capitalista singular está interessado em garantir as melhores condições possíveis para si próprio contra outros capitalistas – sob pena de, perdendo a concorrência, ser absorvido por outros, expulso do mercado etc. –, expressa a forma particular dos "múltiplos capitais".

Esse raciocínio está na base, para Coutinho, da afirmação de que "um dos principais elementos da dialética do modo de produção capitalista", considerado por ele "chave para a compreensão de suas contradições e de sua história", é justamente "a relação conflitiva que sempre se estabelece entre o 'capital em seu conjunto' e os 'múltiplos capitais'" . Tratar-se-ia, portanto, de manifestação, no tocante à classe capitalista em qualquer etapa da sociabilidade burguesa, de problema que remete à relação entre universal, particular e singular.

O segundo fundamento é a manifestação particular dessa diferenciação na fase monopolista de Estado do modo de produção capitalista. Nessa fase introduz-se uma nova determinação entre o capitalista singular e a universalidade de sua classe. Certos capitalistas singulares expressam agora a particularidade dos grandes monopólios, remunerados com uma taxa de lucro superior à taxa média de lucro da particularidade do restante da classe capitalista (e, portanto, também da classe capitalista enquanto universal). Embora não explique qual o processo *propriamente econômico* que estaria na base disso,

simplesmente remetendo o leitor interessado ao *Capitalismo Tardio* de Ernest Mandel, Coutinho afirma: "no capitalismo monopolista, já não existe uma única taxa de lucro; tem-se, por um lado, o lucro médio dos setores não monopolizados, e, por outro, o lucro médio (ou o superlucro médio) dos setores monopolistas", mais alto que o dos setores não-monopolizados (p. 97) e, portanto, também mais alto que o da própria classe tomada em seu conjunto[62].

Isso se relaciona de modo peculiar com a necessidade de intervenção sistemática do Estado na economia para contrabalançar a tendência à queda da taxa de lucro: trata-se, agora, de contrabalançar quedas em taxas de lucro *particulares* e que exigirão, portanto, tratamentos particulares por parte do Estado. É nessa situação que os capitalistas monopolistas se esforçam por conservar em seu poder superlucros que não são nivelados segundo a taxa média de lucro. Isso ocorre a partir do momento em que, na fase monopolista de Estado do capitalismo, passam a ter interesses particulares colidentes com a particularidade do restante dos capitalistas, os não-monopolistas – e, em certos casos concretos, até mesmo com capitalistas monopolistas singulares quando atuem de modo a impedir aquela conservação para o conjunto dos monopolistas. A partir daí, os grupos econômicos monopolistas passam a buscar mobilizar o Estado em defesa de seus interesses particulares, de modo a garantir para si, através da intervenção estatal, aquele superlucro médio superior ao lucro médio dos setores não-monopolizados.

A exigência do grande capital monopolista de que a intervenção sistemática do Estado na economia seja dirigida à garantia de seus interesses particulares (superlucros) em detrimento do lucro médio dos setores não-monopolistas leva ao surgimento, segundo Coutinho, de uma *nova função para a intervenção do Estado na economia* – que, como já vimos, se tornou originalmente sistemática e tutelar devido a exigências situadas no plano da universalidade do capital, para garantir o próprio processo de acumulação em seu estágio monopolista. Essa nova função é *transferir uma parte da mais-valia gerada no setor não-*

---

62 Essa é uma diferença importante entre esse texto (1980a$_4$) e aquele outro publicado em Louvain ([MARQUES] COUTINHO, 1977c), no qual ele se baseia. Naquele, a "taxa de lucro de monopólio" é uma criação do próprio Estado diretamente atrelado aos monopólios – e, portanto, tem fundamento *político*. Ou seja, lá, os monopólios usam seu poder para obter lucros extraordinários através do Estado, que é instado *politicamente* a dirigir a eles uma parte da mais-valia socialmente produzida. No texto ora em exame, afirma-se que o surgimento dessa "taxa de lucro de monopólio" tem fundamentos *econômicos*, e que sua *manutenção* contra a tendência à queda é que tem de ser garantida politicamente pelo Estado, engendrando os processos que estamos examinando.

monopolista para o setor monopolizado, garantindo os interesses dos grupos monopolistas contra os do restante da sociedade, aí incluídos os capitalistas não-monopolistas[63] (p. 98).

Tal raciocínio conduz a esta conclusão: no capitalismo monopolista teve fim o "acordo tendencial", estabelecido de modo "relativamente automático", entre os "múltiplos capitais" em nome dos interesses do "capital em seu conjunto" (p. 96). Dito mais direta e concretamente: *no capitalismo monopolista, os grandes grupos monopolistas e os capitalistas não-monopolistas passam a ter interesses estruturalmente conflitantes*, o que evidentemente estará na base da posição política coutiniana, a ser abordada posteriormente, da necessidade e da possibilidade de uma grande aliança antimonopolista que inclua até mesmo setores da burguesia no sentido de isolar os monopólios.

Fechado o percurso do tratamento do problema pelo lado da classe capitalista, prossigamos agora pelo lado do Estado burguês, explicitando os fundamentos de sua adesão (*parcial*, como veremos) ao setor monopolista da classe capitalista.

Em primeiro lugar, nosso pensador reconhece, nesse momento do desenvolvimento de seu pensamento, que o objetivo primeiro do Estado *burguês* (p. 98) é manter de pé a sociabilidade *burguesa*. Assim, a adesão referida baseia-se no fato de que Coutinho considera como tendencialmente idênticos o interesse dos grandes grupos monopolistas – cujo ponto central reside na obtenção do superlucro médio superior ao lucro médio que cabe ao restante dos capitalistas – e o interesse do "capital em seu conjunto", cujo eixo reside na continuidade da reprodução da sociabilidade fundada sobre o modo de produção capitalista.

A fundamentação dessa identificação é que, a partir do momento em que a própria reprodução da sociabilidade burguesa depende de que sejam assegurados os superlucros médios ao capital monopolista, passa a existir um aspecto-chave da continuidade dessa forma de vida social que se contrapõe aos interesses dos capitalistas não-monopolistas tomados enquanto particularidade (já que, como vimos, uma parte da mais-valia que extraem dos trabalhadores que empregam é pinçada e

---

63 Esse aspecto ainda não está desenvolvido na exposição de Coutinho sobre o assunto no texto precursor de 1977, que, como já adverti, em muitos outros aspectos é retomado pelo de 1980. A combinação entre o desenvolvimento desse ponto (que exige certas modificações no raciocínio tal como publicado em Louvain) e o reaproveitamento da formulação anterior na nova me parece estar na base da forma confusa assumida pela exposição coutiniana na seção nº 01 do texto publicado em 1980, cujos pontos centrais estou recuperando neste capítulo.

transferida pelo Estado aos grupos monopolistas) – assim como, em certas situações pontuais, de um ou outro capitalista monopolista não contemplado pelo direcionamento de recursos decorrente da intervenção estatal. Os "múltiplos capitais" representam, em tal situação, uma forma de manifestação particular do capital que permanece presa a interesses particulares (a manutenção do próprio lucro), não sendo capaz de elevar-se à universalidade de sua própria classe, interessada sobretudo na reprodução da sociedade burguesa.

O Estado, portanto, adere à fração monopolista do capital porque os interesses dos grupos monopolistas passam a se identificar, nessa fase do capitalismo, aos do "capital em seu conjunto". E isso é consequência de que a garantia dos superlucros monopolistas é condição para a possibilidade de reprodução do ordenamento social capitalista a partir de certo ponto de seu desenvolvimento. Essas duas afirmações se baseiam sobre o pressuposto de que a manutenção dos superlucros dos monopólios é elemento necessário à continuidade da ordem burguesa. Deixam, portanto, em aberto a resposta à seguinte questão: por que a manutenção do superlucro dos monopólios é necessária à continuidade da ordem burguesa?

O melhor modo de apresentar a resposta a essa pergunta é através de um silogismo extraído do raciocínio do autor: se os setores monopolistas constituem os "mais 'produtivos'" e "mais 'rentáveis'" do capital, sendo "os que mais contribuem para a reprodução ampliada do capital global", por "terem uma taxa de acumulação mais elevada" (p. 98); ora, se a reprodução do ordenamento social capitalista depende da reprodução ampliada do capital global e, portanto, da manutenção da taxa mais alta possível de acumulação; então, a reprodução da sociabilidade capitalista depende da acumulação nos setores monopolistas, donde a coincidência de interesses – independentemente do que pensem ou desejem os setores não-monopolistas, lesados na nova situação[64].

---

[64] Tal silogismo, extraído *apesar* da redação obscura em torno desse ponto no texto de 1980, é plenamente confirmado pelo texto de Louvain, em que, entretanto, a maior clareza se relaciona à remissão do fenômeno à *política* do Estado burguês-monopolista. Ali pode-se ler: "[...] é essencial lembrar que o objetivo final da intervenção do Estado na economia é obstaculizar a lei da queda da taxa de lucro. Isso é feito essencialmente através do estímulo à criação de uma taxa de lucro de monopólio (por meio de financiamentos e de estímulos aos setores mais concentrados da economia) e através da transferência da mais-valia criada diretamente pela atividade econômica estatal ao setor privado (em particular o setor monopolista). Deve-se observar que o Estado representa agora, prioritariamente – sob a cobertura ideológica da defesa da "racionalidade técnica" –, os grupos econômicos monopolistas, que são naturalmente os mais "produtivos" (a concentração de capital é maior

A origem do que Coutinho chama de "dominação despótica dos monopólios" (p. 103) pouco tem a ver, portanto, com a imposição dos interesses dos grandes grupos monopolistas através de processos extra-econômicos ou com a "simples manifestação ou resultado de um projeto teleológico da burocracia estatal ou de determinadas frações da burguesia"[65] . Pelo contrário: o autor considera que quando um grande grupo monopolista age, em certas situações, extra-economicamente em defesa de seus meros interesses particulares (como parte dos "múltiplos capitais"), ou seja, contra os interesses do "capital em seu conjunto", através de seu peso político, lobbies etc., o faz contrariando o "fato essencial" que consiste na identificação entre o interesse dos "grandes grupos monopolistas" e do "capital em seu conjunto" (p. 99).

Aquela base consiste, na verdade, num "processo determinado *objetivamente* pelo grau de amadurecimento e pelas contradições específicas do desenvolvimento capitalista" (p. 103). Nesse sentido, o CME não é interpretado como "uma *política econômica*", mas sim como uma "*etapa necessária* na evolução do modo de produção capitalista" , comportando a possibilidade de políticas econômicas variadas e diversificadas fundadas sobre o ponto comum da *necessidade da intervenção sistemática e tutelar do Estado sobre a economia* . Retenha-se esse ponto, que tem importantes consequências para o pensamento estratégico do autor – algumas das quais examinaremos em breve.

Dito isso, retomemos o fio da argumentação coutiniana: é, portanto, rompido o anterior acordo tendencial entre os diversos capitalistas no sentido de "explorarem em comum o conjunto da classe operária", firmado em torno do "'direito' de todos ao lucro médio" (p. 96) e ratificado no parlamento, "caixa de ressonância dos interesses dos 'múltiplos capitais'" (p. 98).

Essa ruptura tem a seguinte implicação política: ocorre uma *alteração na forma do Estado burguês* através da ampliação das dimensões e do peso do aparelho executivo do Estado combinada a sua "autonomização relativa" frente ao controle parlamentar . Isso ocorre porque nos parlamentos estariam representados "os pequenos e médios capitais" (além de "cada vez mais setores das classes e camadas não capitalistas"), sendo, portanto, a subtração a seu controle uma condição indispensável para que o Estado, através de seu poder executivo, possa

---

neles) e os que mais contribuem à reprodução ampliada do capital total (eles têm a taxa de lucro mais elevada). Em suma, a criação de uma dupla taxa de lucro – de um lado, o lucro médio dos setores não-monopolistas e, do outro lado, o lucro médio dos setores monopolistas –, tal duplicidade não permite que o Estado represente pluralisticamente os interesses dos múltiplos capitais" ([MARQUES] COUTINHO, 1977c, pp. 08-09).

65 Nisso, esse texto difere daquele publicado em Louvain.

proteger os interesses do "capital em seu conjunto" (que, como vimos, se tornaram idênticos aos do capital monopolista na fase monopolista de Estado do capitalismo), assegurando a dominação dos monopólios e a imposição de seus interesses ao conjunto da sociedade .

Em suma:

> [...] o Estado do CME orienta-se tendencialmente para a defesa dos interesses globais da reprodução capitalista, o que, em nosso tempo, significa objetivamente a reprodução do capital como capital monopolista; e, para isso, tem de criar *um corpo executivo numeroso e relativamente autônomo*, que se legitima em nome da "racionalidade técnica" (expressa na programação econômica parcial) e se situa tendencialmente acima das "paixões" imediatas dos capitalistas singulares. (COUTINHO, 1980a[4], p. 99 – grifo meu).

Assim, chamando para si aquela nova função do Estado e se tornando cada vez mais independente "de qualquer controle popular ou mesmo parlamentar", *a burocracia do poder executivo do Estado capitalista assume uma crescente autonomia relativa,* dirigindo o Estado no sentido de "representar prioritariamente os interesses dos grupos econômicos monopolistas" (COUTINHO, 1980a[4], p. 98). A formação de uma burocracia forte e relativamente autônoma é apresentada como "um *resultado* tendencial do processo de monopolização", tendência essa "sempre *reposta* pela reprodução ampliada desse processo"[66] (p. 101).

A referida autonomização é apresentada como "relativa" por duas razões. A primeira é que *não se trata de uma autonomia em relação à expressão de interesses de classe*, mas em relação aos interesses setoriais dos "múltiplos capitais", que passam a ser subalternos em relação aos interesses dos grandes grupos monopolistas (p. 98). Isso quer dizer que a burocracia do Executivo não passa a expressar seus próprios interesses (e aqui está a solução para o primeiro ponto da polêmica contra Fernando Henrique Cardoso e sua tese da "burguesia de Estado"), mas se autonomiza em relação a "qualquer controle popular ou mesmo parlamentar" precisamente para melhor assegurar os interesses da fração monopolista do capital (e, consequentemente, do "capital em

[66] Esse mesmo raciocínio está na base da identificação coutiniana, que estudaremos à frente, entre Executivo e sociedade política, tratando o parlamento como mediação entre a sociedade política e a sociedade civil – chegando mesmo, por vezes, próximo de dissolver as fronteiras entre "parlamento" e "sociedade civil" e atribuindo àquele o caráter universalizador (como veremos: de espaço catalizador da catarse) que Lênin e Gramsci enxergam no partido político da classe operária.

seu conjunto"), integrando-se a ela em dois níveis: no econômico, transferindo os recursos destinados à "ampliação da taxa de lucro e de acumulação monopolistas"; no político, com o capital monopolista assumindo uma "função hegemônica no bloco de poder que controla o Estado"[67] (p. 102).

A segunda razão para o caráter "relativo" daquela autonomia do Executivo do Estado burguês é que o fortalecimento de seu aparelho não se combina necessariamente a um enfraquecimento do parlamento ou da sociedade civil. Pelo contrário: as mesmas determinações econômicas que estão na origem dos processos que levam à passagem do capitalismo a sua fase monopolista, ao mesmo tempo em que engendram a tendência autoritária expressa na autonomização relativa do corpo executivo estatal em relação aos controles parlamentar e popular, criam uma "contra-tendência" (p. 101) que opera no sentido de obstaculizar sua plena realização. Isso ocorre na medida em que tais determinações impulsionam uma *socialização da política* que se materializa no aumento da capacidade de organização e mobilização das forças populares e no desenvolvimento e enriquecimento da assim chamada "sociedade civil", assunto que cabe agora estudar mais detalhadamente.

04b. Socialização da política, surgimento da sociedade civil e ampliação do Estado

Vimos que, para Coutinho, são as mesmas determinações econômicas que estão na base da criação de uma tendência autoritária do Estado burguês-monopolista e da contra-tendência em direção à socialização da política. Prossigo: tais determinações radicam, também elas, no aumento da composição orgânica do capital fruto da concorrência intercapitalista, com suas consequentes concentração e centralização de capital, e, em nível qualitativamente superior, formação de monopólios.

Quanto a esta categoria de *socialização da política* (ou *socialização da participação política*), Coutinho não se detém sobre ela no texto que viemos seguindo no item anterior, apenas a afirma enquanto contra-tendência à autonomização da burocracia executiva e segue o caminho de sua exposição. É que ele já havia abordado o assunto, bem como diversas de suas decorrências (como o surgimento da sociedade civil e a ampliação do Estado), em outros ensaios, mais concentrados no campo da política, constantes no mesmo livro, o que se justifica pela sua

---

67 Coutinho não expõe como isso se daria concretamente – se através do trânsito de funcionários entre os dois setores, se através da formação de conselhos governamentais mistos (governo + iniciativa privada) etc.

compreensão da economia "não como a simples produção de objetos materiais, mas sim como o modo pelo qual os homens associados produzem e reproduzem não só esses objetos materiais, mas suas próprias relações sociais globais" (COUTINHO, [1999] 2007a, p. 95; 1981, p. 74). O autor não se furta, portanto, a discutir política em seus (poucos) textos econômicos, nem economia em seus textos políticos.

É a esses últimos que recorrerei sistematicamente para o adequado prosseguimento da exposição – tanto àqueles escritos e publicados na mesma época daquele que viemos examinando, como a textos posteriores em que transparece a perenidade da posição coutiniana no tocante ao conceito de socialização da política e às bases sobre as quais assenta. Quanto a isso, gostaria de chamar a atenção do leitor para o seguinte fato: *na base econômica da categoria de socialização da (participação) política residem certas chaves para a compreensão de todo o pensamento político de Carlos Nelson Coutinho* – ou seja, para a localização de sua reflexão sobre a política como parte da concepção de mundo unitária e coerente do pensador.

Já examinamos as consequências, para o autor, da transição do capitalismo a sua fase monopolista no que dizia respeito à exigência por parte do capital de uma mudança no padrão de intervenção do Estado sobre a economia. Entretanto, o foco deve agora se voltar para outra decorrência daquela transição, nomeadamente os processos de "socialização das forças produtivas que se acentuam no capitalismo e, em particular, no capitalismo monopolista de Estado" (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 26), também chamados por Coutinho de "socialização da produção" (COUTINHO, [1999] 2007a, p. 98; 1981, p. 76), cujo desenvolvimento "leva a uma socialização da participação política" (COUTINHO, [1999] 2007a, p. 148; 1981, p. 104).

Tal socialização das forças produtivas – ou socialização da produção[68] – acentuada pelo advento do capitalismo monopolista se materializou, segundo Coutinho, no agrupamento de enormes massas humanas acompanhado pela unificação de seus interesses e na diminuição da jornada laboral devida à combinação entre aumento da

[68] Atente-se para que os termos "socialização das forças produtivas" e "socialização da produção" designam, no pensamento coutiniano, o mesmo fenômeno: a socialização do processo produtivo característica do capitalismo. Há aí um evidente problema de compreensão, já que a socialização das forças produtivas é fenômeno essencialmente distinto – e mesmo antagônico – à socialização do processo produtivo pelo capital: a primeira decorre da *expropriação* dos capitalistas, constituindo elemento fundante, no plano econômico, do socialismo, enquanto a segunda é característica típica do capitalismo e está associada aos movimentos de concentração e centralização da propriedade do capital. Exporei, em outra parte deste livro, alguns problemas decorrentes dessa confusão terminológica.

produtividade social do trabalho e lutas operárias. O primeiro fator gerou o "carecimento" da formação de "sujeitos políticos coletivos" organizados "de baixo para cima" ([1979] 1980a[1], p. 26) na luta em defesa de seus interesses específicos. O segundo, a possibilidade de satisfação e amplificação de tal carecimento, pois o tempo livre decorrente da redução da jornada de trabalho (consequência, por sua vez, da obtenção de vitórias naquela luta) permitiu que os sujeitos políticos coletivos se consolidassem e desabrochassem em "novos institutos democráticos" de "representação direta das massas populares", como "partidos de massa, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa e de bairro" (p. 25), levando à referida socialização da política.

Acompanhemos o raciocínio tal como desenvolvido por Coutinho:

> Não seria difícil mostrar como a formação [de] sujeitos políticos coletivos – não previstos e mesmo condenados pela atomista teoria liberal clássica – corresponde aos processos de *socialização das forças produtivas* [grifo meu] que se acentuam no capitalismo e, em particular, no capitalismo monopolista de Estado. Essa correspondência se dá em dois níveis. Em primeiro lugar, agrupando massas humanas e unificando seus interesses, a reprodução capitalista enquanto fenômeno global impõe essa crescente *socialização da política*, ou seja, a ampliação do número de pessoas e de grupos empenhados na defesa de seus interesses específicos. Em segundo lugar, a possibilidade de que tal carecimento – a auto-organização popular – seja satisfeito resulta também da dinâmica material do próprio capitalismo: foi o aumento da produtividade social do trabalho que permitiu a redução da jornada laborativa, uma redução que – ampliando o tempo livre das massas trabalhadoras – é pressuposto básico para o incremento da organização popular, para a intensificação da socialização da política. (COUTINHO, [1979] 1980a[1], p, 26 – grifos do autor, salvo indicação em sentido contrário).

Ou ainda, em outro texto publicado originalmente em momento bem próximo ao anterior e reproduzido muitos anos depois (o que demonstra a perenidade de tal raciocínio no pensamento coutiniano):

> [...] já foi observado que a *socialização da produção* [grifo meu], ao diminuir a jornada de trabalho e ao agrupar grandes segmentos humanos, está na base dos processos de socialização da participação política, da criação de múltiplos e diferenciados sujeitos políticos coletivos; está na base, em

> suma, da criação e do fortalecimento do que Gramsci chamou de "sociedade civil" (COUTINHO, [1999] 2007a, p. 98; praticamente idêntico em 1981, p. 76).

A definição da socialização da política é enriquecida ainda em 1982-83 em *Os marxistas e a questão democrática* (COUTINHO, [1982-83] 2008a$_2$), texto que viria a fazer par com o ensaio *A dualidade de poderes*[69] no sentido de formar, "apesar de seu caráter sumário e exploratório – uma introdução à história da teoria política marxista" (COUTINHO, [1994] 2008a, p.11).

A categoria é apresentada ali (remetendo, para maior aprofundamento, ao livro *Teoria politica e socialismo* de Umberto Cerroni) como a "crescente participação das massas na vida política" (COUTINHO, [1982-83] 2008b, p. 74), com base no seguinte raciocínio:

> A história do capitalismo [...] é [também] a história de uma crescente ampliação do número de pessoas direta ou indiretamente envolvidas em atividades políticas. E aqui surge igualmente uma contradição, aquela entre essa socialização da participação política, por um lado, e, por outro, a apropriação privada (individual ou grupista) dos aparelhos de poder. (COUTINHO, [1982-83] 2008b, p. 74).

Essa "contradição antagônica entre a socialização da política e a apropriação privada ou grupista do poder" (p. 78) – correspondente no plano da política àquela existente no plano da economia entre "a socialização das forças produtivas e a propriedade privada dos meios de produção" – impulsionaria à superação da sociabilidade fundada sobre o modo de produção capitalista, já que os interesses burgueses, minoritários na sociedade, correriam perigo frente à mobilização e luta consciente da maioria por seus interesses, tidos como antagônicos aos da burguesia.

A *socialização da política* postulada por Coutinho é, em suma,

---

[69] *Os marxistas e a questão democrática* foi escrito a partir de material preparatório a conferência pronunciada por Coutinho em 1982, vindo a público por escrito pela primeira vez no volume coletivo *Por que Marx?*, organizado por Leandro Konder e Gisálio Cerqueira Filho e editado em 1983 pela Graal. Foi reproduzido como apêndice à segunda edição do livro *A dualidade de poderes*, cuja primeira edição é de 1985 e a segunda, já com o par, é de 1987 – as duas pela Brasiliense. A versão utilizada aqui, que segundo o próprio autor "é praticamente idêntica às anteriores" (COUTINHO, [1994] 2008a, p. 89) é a constante na terceira edição da coletânea de ensaios *Marxismo e política*. As informações constantes nessa nota provêm, além das fontes citadas, também de MERQUIOR, 1983.

uma *crescente participação política das massas*, que passam cada vez mais a estar direta ou indiretamente envolvidas em atividades políticas, *devida a características imanentes ao próprio desenvolvimento normal do capitalismo* – inclusive o aumento da capacidade de luta das classes trabalhadoras, também decorrente desse desenvolvimento. Ela tem por base a socialização do processo produtivo que agrupa grandes contingentes humanos em espaços contíguos e possibilita a redução da jornada de trabalho e a consequente ampliação do tempo livre das massas trabalhadoras, que passam assim a se organizar em defesa de seus interesses. Quanto mais ela cresce, mais cresce seu potencial anticapitalista em face dos interesses burgueses, minoritários na sociedade.

Aquelas novas determinações econômicas, levando à "intensificação dos processos de socialização da participação política, que tomam corpo nos países 'ocidentais' sobretudo a partir do último terço do século XIX" (COUTINHO, [1999] 2007a, p. 124; 1981, p. 90) têm evidentes consequências políticas no que diz respeito às massas trabalhadoras (e a partir daí, como veremos a seguir, também sobre as outras classes sociais). Afinal, são elas que estão na base do surgimento, a partir de vitórias da classe operária em luta – como a conquista do sufrágio universal, do direito às liberdades de imprensa e de organização em sindicatos e partidos políticos (possibilitadas, elas também, pelo próprio processo de constituição de sujeitos coletivos relacionado à socialização da política decorrente da socialização da produção ou das forças produtivas) –, dos "grandes sindicatos englobando milhões de pessoas", dos "partidos políticos operários e populares legais e de massa", dos "parlamentos eleitos por sufrágio universal direto e secreto", dos "jornais proletários de imensa tiragem" ([1999] 2007a, p. 125; 1981, p. 90).

E são exatamente esses os organismos constitutivos do que Coutinho nomeia, a partir de Gramsci, *sociedade civil*.

Ou seja: para nosso autor, são certas determinações postas pela passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, notadamente a socialização da política fruto do crescimento da capacidade de luta do proletariado e da redução da jornada laboral, que estão na base da constituição de uma sociedade civil. Para Coutinho, por conseguinte, o surgimento da sociedade civil é "uma característica distintiva das sociedades onde existe um grau elevado de socialização da política" na fase monopolista do capitalismo (COUTINHO, [1999] 2007a, p. 131; 1981, p. 94), decorrente da e possibilitada pela socialização da produção ou socialização das forças produtivas.

A partir daí, a necessidade de "organização popular" (1981, p.

94) ou de "auto-organização de grupos sociais" ([1999] 2007a, p. 131) se espraia para o conjunto da sociedade burguesa, já que, em resposta à massificação da auto-organização proletária, "outros grupos e classes sociais, além do proletariado, passam a se organizar em defesa dos seus interesses" ([1979] 1980a$_1$, p. 27). Constituem-se, assim, "organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente [...] e que não se caracterizam pelo uso da repressão" ([1999] 2007a, p. 125; praticamente idêntico em 1981, p. 90).

Esses são os *aparelhos privados de hegemonia*, responsáveis "pela elaboração e / ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura" ([1999] 2007a, p. 127; 1981, p. 91), dentre outros[70]. Tomados em seu conjunto, são esses aparelhos privados de hegemonia que conformam a sociedade civil, entendida dessa maneira enquanto "portadora material da figura social da hegemonia" (COUTINHO, [1999] 2007a, p. 121; 1981, p. 87).

Trata-se, portanto, de "uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado" ([1999] 2007a, p. 124; 1981, p. 90), e que funciona como "esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito" ([1999] 2007a, p. 124; 1981, p. 90).

Essas definições de socialização da política, sociedade civil e aparelhos privados de hegemonia constituem alguns dos fundamentos do pensamento político coutiniano[71].

---

[70] Essa passagem reproduz *quase* ao pé da letra outra localizada em COUTINHO, 1980a$_2$, p. 52. É digno de nota que uma das únicas diferenças entre as duas seja a *exclusão dos parlamentos do âmbito da sociedade civil* no trecho mais recente e definitivo. O anterior afirmava que em Gramsci o termo designava "o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, *os parlamentos* [grifo meu], as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc.". A diferença se estabelece a partir do momento em que, a partir de 1981, o parlamento passa a ser encarado pelo pensador itabunense como uma mediação entre sociedade política e sociedade civil.

[71] O pressuposto sobre o qual repousa a definição coutiniana de sociedade civil é a exclusão, dessa esfera, por um lado da economia, por outro lado da coerção. No que tange à exclusão da economia da esfera da sociedade civil, sua pertinência ao pensamento gramsciano é questionada por outros intérpretes do marxista sardo, dentre os quais BIANCHI (2008). Ele afirma que a ideia de que Gramsci teria excluído a economia capitalista da sociedade civil não resiste a uma análise detalhada, sustentando que a categoria tem no pensador italiano dois sentidos diferentes cujo nexo "nem sempre se encontra claro" (p.182) – no primeiro, seria o "conjunto de organismos privados responsáveis pela articulação do consenso"; no segundo, "*locus* da atividade

A definição coutiniana de sociedade civil permite compreender porque, para Coutinho, a tendência da burocracia executiva – examinada no item anterior – de transformar-se em corpo separado, capaz de impor autoritariamente suas decisões, deve coexistir com a (e ser tensionada pela) contra-tendência à "presença de uma sociedade civil forte e pluralista" (COUTINHO, 1980a[4], p. 99). Tal coexistência, assim como o resultado de tal tensão, se expressará de maneiras diferentes a partir das especificidades do processo de desenvolvimento de cada formação econômico-social (caso, por exemplo, tenha seguido um "caminho clássico" ou um "caminho não-clássico" ao capitalismo, como veremos em outro momento), mas estará sempre presente a partir do estabelecimento das bases econômicas anteriormente examinadas, já que os dois processos são consequência do desenvolvimento das mesmas determinações econômicas atuantes na passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, como vimos.

Daí Coutinho tira a consequência de que a dominação econômica dos monopólios vigente no CME, que pode, por um lado, resultar em formas políticas de autocracia aberta como o fascismo, é necessariamente tensionada, por outro lado, pela ação organizada da sociedade civil. É essa ação que pode levar aquela burocracia estatal relativamente autonomizada face ao parlamento e à sociedade civil – que encarna o Estado em sentido restrito ou a sociedade política – a fazer importantes concessões ao proletariado e aos setores populares, tanto no plano da política quanto no da economia, adotando medidas que contrariem interesses monopolistas.

Essa posição se fundamenta, antes de tudo, sobre uma *avaliação eminentemente positiva da sociedade civil* por parte de Coutinho, que, desenvolvida na segunda metade dos anos 1970 e formulada de modo bem acabado já em 1980, *o acompanha pelo resto da vida* (apesar de sofrer uma *matização* – mas não uma reversão – que exporei em breve). Essa consideração sobremaneira positiva da sociedade civil se escora na convicção de que seu fortalecimento é pré-condição para a realização progressiva do socialismo, como aparece, por exemplo, na discussão sobre a necessidade de se lutar para aumentar o peso da sociedade civil em relação ao Estado no Brasil:

> [...] no Brasil [...] o excessivo peso assumido pelo Estado, em particular pelas burocracias ligadas ao poder Executivo, [...]

econômica" (p. 183). O mesmo autor lembra ainda que outros intérpretes gramscianos, como Badaloni e Francioni, trabalham com uma tripla distinção entre "sociedade econômica, sociedade civil e sociedade política" (p.183), interpretação essa que parece se aproximar da de Coutinho.

> levou ao enfraquecimento da sociedade civil; basta pensar, por exemplo, no fato de que nossos sindicatos e nossos partidos sempre foram umbilicalmente ligados ao Estado [...]. Mas o que se pode observar é que *a sociedade civil brasileira, apesar de reprimida, cresceu e se diversificou* a partir dos últimos anos. Modernizando a sociedade, ainda que essencialmente a serviço dos monopólios e das multinacionais, a nossa última "revolução passiva" criou os pressupostos para sua própria superação: [...] o regime de exceção foi obrigado a conviver com a crescente luta da sociedade civil para emancipar-se da tutela do Estado e, consequentemente, com a pressão dela no sentido de uma reordenação democrática da vida brasileira. [...] *[É] preciso fazer com que a nova sociedade civil assuma um peso crescente na condução da vida nacional.* A conquista da hegemonia das forças democráticas no âmbito da sociedade civil – um processo que me parece estar em andamento – é a base para a formação de um novo regime político, centrado no consenso e não mais na simples coerção. [...] uma democracia efetiva, de massas, entendida como *ponto de partida e condição para a conquista e realização progressiva do socialismo entre nós.* (COUTINHO, 1980a[2], pp. 58-59 – grifos meus).

Estudando-se mais minuciosamente o pensamento coutiniano maduro, fica evidente que tal avaliação repousa sobre uma tendencial *identificação* entre *fortalecimento da sociedade civil* e *crescimento da mobilização das classes trabalhadoras* (com o proletariado em seu centro), que se insinua na passagem acima e se estabelece já na exegese coutiniana da origem da sociedade civil que temos acompanhado aqui, na qual essa última é considerada peculiar ao capitalismo monopolista de Estado, surgindo a partir da socialização da política que é decorrente da crescente capacidade e efetividade de mobilização por parte das classes trabalhadoras, e, em seu seio, do proletariado, em particular do operariado fabril.

Ainda que o autor reconhecesse que na sociedade civil há também os aparelhos privados de hegemonia da burguesia e de outras classes, ele os entende como *produto de reações* dessas classes ao processo de socialização da política que se inicia com a auto-organização do proletariado e à imposição por parte dessa classe da dinâmica social materializada na sociedade civil, como fica claro, por exemplo, na seguinte passagem:

> Com a multiplicação das organizações dos trabalhadores (partidos, sindicatos etc.), *a própria burguesia tem também de*

> *criar organismos fora do Estado, a fim de concorrer com os operários.* Também ela cria associações profissionais, cria ou hegemoniza partidos de massa que defendem seu projeto de classe. O mesmo ocorre, em seguida, com as camadas médias. Vai assim se tornando realidade a socialização da política. [...] Surge uma complexa rede de organizações [...], o espaço da política se amplia [...], surgindo [...] aquilo que Gramsci iria chamar de "sociedade civil" (COUTINHO, [1982-83] 2008a[2], p.77 – grifo meu).

Afirmações repetidas inúmeras vezes ao longo de sua reflexão política madura deixam claro que havia, de sua parte, a expectativa de que o bloco social organizado em torno do proletariado (a que Coutinho também se referiu, em diferentes textos, como "classes subalternas" ou "setores populares"), constituindo a maioria numérica da sociedade civil, tenderia a dirigi-la desde que se organizasse e disputasse/ocupasse os espaços nessa esfera do Estado ampliado, surgida, ademais, de sua própria organização em defesa de seus interesses. Essa expectativa transparece, por exemplo, na passagem abaixo, onde a mobilização e a organização da sociedade civil são apresentadas como sinônimo da irrupção do proletariado no palco da luta de classes:

> Há portanto uma possibilidade [...] de que o capitalismo monopolista de Estado abandone a figura política fascista ou semifascista de que careceu, numa época determinada, para poder se implantar e consolidar no Brasil. Decerto, essa possibilidade só se torna realidade *através da luta de classes, através da mobilização e da organização da sociedade civil*. (COUTINHO, 1980a[4], p. 115 – grifo meu).

Tal afirmação se combina perfeitamente a uma outra, originalmente escrita na mesma época, mas republicada mais de 20 anos depois – o que, mais uma vez, demonstra sua *perenidade* no pensamento coutiniano. Ela foi mencionada alguns parágrafos acima e deve, agora, ser citada literalmente:

> Há [...] uma contradição antagônica entre a socialização da política e a apropriação privada ou grupista do poder [...]. E isso por uma razão clara: dado que os interesses burgueses são minoritários na sociedade [civil], *quanto mais pessoas lutarem* (e de modo consciente e organizado) *pelos seus próprios interesses, tanto mais a dominação burguesa correrá perigo*. (COUTINHO, [1982-83] 2008a[2], p.78 – grifos meus).

Note-se que essa avaliação coutiniana da sociedade civil como espaço da disputa política tendencialmente favorável às classes trabalhadoras não significa que o autor a retirasse do terreno da disputa política, considerando-a constituída apenas por forças progressistas ou sob a hegemonia automática do proletariado. Pelo contrário: as considerações até aqui apresentadas repousam sobre a afirmação da *sociedade civil como terreno privilegiado da disputa política*. É nela que a contenda deve (e tende a) ser ganha pela classe ou bloco de classes que detém a maioria numérica, desde que tenazmente organizado e devidamente consciente[72].

Para avançar no raciocínio coutiniano, é necessário enfrentar agora o seguinte problema: entre, de um lado, a constatação da coexistência entre tendência autoritária da burocracia do Executivo do Estado burguês monopolista e tendencial fortalecimento da sociedade civil, e, de outro lado, a afirmação da consequência de que a ação organizada da sociedade civil seria capaz de levar o Estado a fazer importantes concessões às classes trabalhadoras, há ainda uma contradição a resolver. Afinal, a função do Estado burguês não é garantir a reprodução da ordem capitalista? E isso, no CME, não passa pela garantia dos interesses da fração monopolista do capital, legítima representante do capital em seu conjunto? Como então a ação organizada da sociedade civil pode levar a medidas que contrariem interesses monopolistas sem que o Estado reaja em seu nome? Como esse Estado pode, ao mesmo tempo, permanecer atrelado ao compromisso de garantia dos interesses do capital monopolista e atender a reivindicações que contrariem esses mesmos interesses?

Para responder a essas perguntas ainda faltam determinações: vamos, portanto, busca-las.

Para Coutinho, o Estado no capitalismo monopolista continua sendo, em 1980, o velho e bom *Estado burguês*, como se pode conferir a partir do raciocínio examinado no item anterior (e, também, na referência literal ao Estado como "burguês" presente à página 98 de

---

72 Os pontos a criticar nas considerações coutinianas até aqui examinadas acerca da sociedade civil não levam à refutação de que essa esfera constitua, no capitalismo, arena de disputa política. Será necessário, entretanto, tomar em conta o seguinte problema: para nosso autor, a existência e o fortalecimento da sociedade civil apontavam para que a maioria numérica da classe trabalhadora se apresentasse enquanto tal e fizesse valer seus interesses a partir da vitória nessa esfera, o que pressupõe a autonomia material da sociedade civil em relação à sociedade política e desconsidera o problema, que não é menor, de que a própria forma como a maioria se apresenta na sociedade burguesa pode *desabilitar* a classe trabalhadora a fazer valer seus interesses no sentido da emancipação humana. Esses problemas serão examinados posteriormente.

COUTINHO, 1980a4). Em 1980, portanto, Coutinho trabalha ainda com a concepção de que o Estado, pelo menos se tomado em seu sentido "restrito", é um instrumento *da burguesia* (mais diretamente da monopolista, mas ainda assim comprometido com os interesses do capital em seu conjunto, como vimos) para garantir a continuidade de sua dominação de classe *contra os interesses do restante da sociedade* – logo, um Estado burguês ou burguês-monopolista[73].

Tendo isso claro, deve-se ponderar a já mencionada autonomia relativa do Executivo do Estado burguês na fase monopolista do capitalismo. Assentada sobre a base da necessária e ineliminável intervenção sistemática e tutelar do Estado sobre a economia no CME, essa autonomia constitui um dos fundamentos da possibilidade da ocorrência de uma "ampla variação de políticas econômicas" (COUTINHO, 1980a4, p. 103) e, a partir daí, da variabilidade do conjunto da intervenção política estatal nessa fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista, largamente determinado por aquelas.

Essa variação nas política econômicas do Estado burguês é determinada, por sua vez, por dois vetores:

> [...] essa variação depende da conjuntura econômica concreta (expansiva ou recessiva), que pode determinar, por exemplo, um grau maior ou menor de estatizações, o favorecimento a determinados ramos em detrimento de outros etc. E, por outro lado, depende também e sobretudo do grau de ativação política do conjunto da sociedade, da intensidade e das formas assumidas pela luta de classes. (COUTINHO, 1980a4, p. 103).

O autor se vincula a bons momentos da tradição marxista quando busca, em tal consideração, ponderar o peso contraditoriamente combinado de elementos infra e superestruturais – e mais, de elementos objetivos e subjetivos – na determinação dos rumos da vida social e da intervenção do Estado sobre ela. A interação entre "conjuntura econômica concreta" – sumarizada, entretanto, na expansão ou retração do movimento de acumulação do capital, donde a alternativa "expansiva ou recessiva" – e capacidade de pôr-se em movimento da sociedade (e

---

73 Essa posição coutiniana vai sendo matizada com o passar do tempo, especialmente a partir da síntese realizada por ele a partir do pensamento de certos expoentes da chamada esquerda eurocomunista, Nicos Poulantzas e Pietro Ingrao à frente. Daí virá, futuramente, a interpretação coutiniana peculiar da permeabilidade do Estado à disputa entre classes e frações de classe, relacionada inicialmente a desdobramentos de seu processo de ampliação que põem em questão o caráter inequivocamente burguês de seu conteúdo.

nela, especialmente, das classes trabalhadoras dirigidas pelo proletariado, donde a referência à "luta de classes"), determinarão, desse modo, o tipo de política a ser realizado pelo Estado burguês-monopolista. Note-se que o pensador baiano introduziu aqui o elemento nada desprezível da *política* – e da *luta política* a partir de interesses e *posições de classe* divergentes – como central na determinação da forma a ser assumida pelo Estado e de seu papel na redistribuição de parte do (sobre)produto do trabalho social.

Há, entretanto, um problema fundamental que continua de pé: como é que um Estado que representa os interesses do capital em seu conjunto pode fazer concessões às classes trabalhadoras em luta, que contrariem aqueles mesmos interesses, identificados, como vimos, aos dos grandes grupos monopolistas? No raciocínio examinado até aqui, o elemento da autonomia relativa do Executivo do Estado no CME poderia apontar para tal possibilidade: afinal, se tem autonomia, o Estado burguês, através de seu aparelho executivo, teria a possibilidade de atender a reivindicações populares que contrariassem interesses dos monopólios, especialmente se elas fossem sustentadas pela mobilização de amplos setores da sociedade civil.

Acontece que, na determinação da autonomia relativa desse aparelho, o adjetivo *relativa* não pode ser retirado e recolocado ao sabor das conveniências. Ou seja: o raciocínio, em nome de sua própria coerência interna, precisa tomar em conta que, ao se falar em autonomia relativa do Executivo do Estado no CME, não se trata de uma autonomia em relação à expressão de interesses de classe, mas sim de uma autonomia em relação ao controle popular e parlamentar e àquele dos múltiplos capitais justamente para melhor assegurar os interesses do capital em seu conjunto. Tal autonomia relativa passa inclusive pelo reforço da burocracia estatal e sua tendencial integração econômica e política à fração monopolista do capital.

É necessário, portanto, que haja determinações que permitam que, ao ser forçado a atender aos interesses das forças populares, *o Executivo do Estado esteja também atendendo aos interesses do capital monopolista – ainda que os contrarie*. Esse ponto é chave no prosseguimento do raciocínio coutiniano, portanto acompanhemos a solução que o autor encontra para o problema. Seguindo à risca a coerência de seu raciocínio, veremos que o Executivo do Estado pode sim fazer concessões às reivindicações populares, ainda que contrarie interesses dos monopólios, *porque ao contrariá-los está ao mesmo tempo os atendendo*. Isso se deve a sua função primordial de garantir os interesses do capital em seu conjunto na origem de sua autonomia relativa, ou seja, por sua não-identidade imediata com os interesses dos

grandes monopólios tomados enquanto particularidade, mas sim enquanto particularidade que expressa a universalidade do capital.

A solução do problema se desenrola em dois planos, ou, se preferirmos, em duas esferas intimamente interdependentes do ser social, mas que possuem, cada uma delas, sua legalidade própria. Cada um destes planos corresponde a uma dimensão da expressão daqueles interesses do capital em seu conjunto, identificados, no CME (como já vimos), aos interesses da fração monopolista do capital.

Se tomamos, mais imediatamente, uma *dimensão estritamente econômica*, já vimos que o principal interesse dos grandes grupos monopolistas é assegurar para si uma taxa de lucro superior ao lucro médio, materializada num superlucro médio que será garantido através da intervenção sistemática e tutelar do Estado através de seu aparelho executivo. Esse adicional é ameaçado quando o Estado deixa de redirecionar àqueles grupos parte do produto do trabalho social (como, por exemplo, o *quantum* de sobreproduto pinçado dos capitalistas não-monopolistas) coletado através de impostos, desvalorização do próprio capital e outros mecanismos, e o redistribui a setores não-monopolistas (sejam capitalistas, sejam outros – trabalhadores, por exemplo). O Estado burguês, ou ao menos seu corpo executivo deve, portanto, ser a princípio completamente refratário a tais possibilidades redistributivas.

Se fosse esse o caso, uma tática política do proletariado centrada na luta por reformas conduziria sempre e inevitavelmente ao choque frontal, ao enfrentamento aberto entre o Estado cioso de garantir os interesses dos monopólios e as forças populares organizadas na sociedade civil em defesa de seus próprios interesses, colidentes com aqueles.

Entretanto, é necessário ter em conta, aqui, a *dimensão política* do problema da reprodução da sociedade burguesa. Afinal, estamos falando justamente de uma fase do capitalismo em cuja base, para nosso autor, estão determinações econômicas (concentração de contingentes humanos combinada a diminuição do tempo laboral) que impulsionam os processos de *aparecimento de sujeitos coletivos autônomos, socialização da política e formação da sociedade civil*. A partir desses processos, em que a classe operária constitui ela mesma suas organizações (como os grandes e massivos sindicatos e partidos operários) e, aliada a outros setores constituindo as massas ou forças populares, *arranca* importantes conquistas à burguesia (tais como o sufrágio universal, que Coutinho sempre insistiu que foi obtido *contra* a vontade da burguesia), "até mesmo a direita, para triunfar politicamente, deve se apoiar em movimentos políticos de massa" (COUTINHO, 1980a$_2$, p. 51) sob pena de não ser capaz de assegurar o grau de *consentimento*

necessário à reprodução das relações sociais na base de sua dominação. Afinal, a disputa de interesses se dá agora em nível massivo e com alto grau de organização de parte a parte.

Há mais: com o desenvolvimento da sociedade civil, "a esfera ideológica, nas sociedades capitalistas mais complexas, ganhou uma autonomia *material* (e não só funcional) em relação ao Estado" entendido restritamente, ou seja, ao Estado tal como ele se apresentava no capitalismo concorrencial (p. 52). Tal autonomia se funda materialmente sobre os *aparelhos privados de hegemonia* – tanto os novos organismos criados pela luta de massas, como partidos e sindicatos, quanto as velhas instituições herdadas pela sociedade capitalista, como Igrejas e universidades . Quanto a essas últimas, são refuncionalizadas a partir de sua localização relativamente ao antagonismo entre as classes sociais fundamentais próprio da sociedade burguesa, a partir do processo de "laicização do Estado" (COUTINHO, 1981, p. 96) mediante o qual os "instrumentos ideológicos de legitimação, a começar pelas Igrejas, passam a ser algo 'privado' em relação ao 'público'", com o Estado não mais impondo uma religião ou um sistema escolar de orientação ideológica unívoca . Passam assim, então, a também fazer parte dos aparelhos privados de hegemonia.

Em todos esses aparelhos se disputam projetos em que se expressam interesses de classes que têm sempre, de modo mais ou menos mediado, relação com aqueles de burguesia ou proletariado, e assim "[a] luta política já não se trava mais apenas entre uma burguesia entrincheirada no Estado e as vanguardas ativas mas restritas da classe operária" (1980a$_2$, p. 51). A partir daí

> um tecido complexo de organizações sociais e políticas, envolvendo também as camadas médias, espalha-se agora pelo conjunto da sociedade capitalista. Entre os aparelhos executivos (civis e militares) do Estado e os partidos de vanguarda do proletariado, criou-se uma rede de instituições com um papel efetivo na vida política, na medida em que são peças decisivas nos mecanismos de reprodução global da sociedade como um todo. (COUTINHO, 1980a$_2$, p. 51).

Para que a burguesia continue dominando nessas condições passa a ser necessário, portanto, *obter o consenso*, que para Coutinho equivale a disputar e vencer a luta de classes no terreno da sociedade civil – para poder se manter como classe "dominante", precisa também ser (e se manter) "dirigente" (COUTINHO, 1980a$_2$, p. 53). É isso que permite responder à pergunta anteriormente formulada: por mais que medidas redistributivas contrariem certos interesses imediatos do

capital, elas ao mesmo tempo atendem a seus interesses na medida em que permitem garantir o consenso necessário para que o capital continue dominando.

Isso ocorre num contexto em que a sociedade civil passa a ser pelo menos tão importante quanto o Estado em sentido restrito (sociedade política) para conservar a base econômica capitalista ou alterá-la, passando, portanto, a fazer parte do Estado – o que nos leva à constatação de que o Estado, no capitalismo monopolista, se ampliou. Dada a importância de tal ponto para o pensamento coutiniano maduro, é necessário examiná-lo mais detidamente.

Para o marxista brasileiro, reivindicando a vinculação ao pensamento de "Marx, Engels e Lênin" (p. 50), o fenômeno estatal tomado em geral "tem sua *gênese* na divisão da sociedade em classes", só existindo "enquanto existir essa divisão" . Ele surge para atender a uma demanda posta historicamente pelas classes dominantes nas sociedades divididas entre produtores diretos e apropriadores do excedente econômico – qual seja, garantir a manutenção desta relação econômica fundamental de exploração através de diferentes formas políticas de dominação. Partindo desse ponto, Coutinho afirma que "sua função [do Estado] é precisamente a de conservar essa divisão, assegurando que os interesses particulares de uma classe se imponham como o interesse geral da sociedade" . Para cumprir essa função, sua estrutura pode (ou melhor, *tem de*) variar historicamente a partir das alterações na própria base material cuja reprodução ele quer assegurar.

Portanto, se a necessidade da existência do Estado é sempre reposta enquanto vige a exigência de conservar a divisão da sociedade em classes e garantir as condições para a continuidade da exploração econômica sobre a qual ele se assenta, sua estrutura varia de modo a garantir o cumprimento de sua função. Ora, já vimos que, na fase monopolista do capitalismo, a função estatal de garantidor das condições políticas para a continuidade do exercício da dominação de classe passou a ser dividida entre o Estado em sentido restrito e a sociedade civil. Temos assim que, para Coutinho, a estrutura do Estado se amplia porque se ampliam as exigências postas por sua função fundamental, que passa a ser assim cumprida em duas frentes, ou "duas esferas essenciais: a 'sociedade civil' e a 'sociedade política'" (p. 51).

A *sociedade política* se resume àquilo a que Coutinho também se refere, reivindicando a reflexão carcerária de Gramsci, como "Estado em sentido restrito" ou "Estado-coerção" (GRAMSCI, *apud* COUTINHO, 1981, p. 91). Designa "precisamente o conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da violência"

(COUTINHO, 1980a$_2$, p. 51), se confundindo "com os aparelhos de *coerção* estatal, em particular com as burocracias ligadas às forças armadas e à aplicação das leis" (grifo meu). Já a *sociedade civil* é o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia, através dos quais as classes disputam o *consenso* necessário à continuidade da dominação burguesa (ou a sua eversão, no caso do proletariado).

Assim, o modo de encaminhar a promoção ou a conservação dos interesses de uma das classes sociais fundamentais varia caso tomemos em conta a esfera estatal da "sociedade política" ou a esfera estatal da "sociedade civil":

> No âmbito da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, isto é, buscam ganhar aliados para as suas posições através da *direção* e do *consenso*. Por meio da sociedade política, ao contrário, exerce-se sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma *dominação* mediante a *coerção*. (COUTINHO, 1980a$_2$, p. 52 – grifos do autor).

As duas esferas do "Estado ampliado" se distinguem, também, porque cada uma delas tem "uma materialidade própria" estreitamente relacionada a sua função particular (subsumida, não é demais lembrar, à função universal do Estado burguês de garantidor da reprodução da sociabilidade fundada sobre o modo de produção capitalista): "enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais na burocracia militar e executiva, os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de 'aparelhos privados de hegemonia', ou seja, organismos sociais relativamente autônomos do Estado" tomado restritamente (p. 52). Assim, a "sociedade civil" constitui uma "mediação [...] entre a base econômica e o Estado em sentido estrito" (p. 53).

Essa distinção não suprime, entretanto, a *unidade* entre "sociedade política" e "sociedade civil" no âmbito do fenômeno estatal, ou seja, da garantia das condições politicamente necessárias à reprodução da sociabilidade burguesa. Coutinho sustenta uma interpretação de Gramsci em que essa unidade reservaria exclusiva e materialmente à sociedade política o papel de "aparelho de coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não consentem, [...] constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo" (GRAMSCI, *apud* COUTINHO, 1980a$_2$, p. 53). A sociedade política coutiniana cumpre, portanto, papel fundamental no que diz respeito à obtenção da *supremacia*, entendida enquanto síntese entre *direção* intelectual e moral (hegemonia, consenso) e *dominação* (ditadura), exercidas, respectivamente, sobre "os grupos afins ou aliados" – no primeiro caso –

e sobre os "grupos adversários que tende a 'liquidar' ou a submeter também mediante a força armada" – no segundo[74].

No tempo do capitalismo concorrencial, dos "primeiros Estados liberais" (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 27), os "indivíduos atomizados, puramente privados" , lutavam "por seus interesses econômicos imediatos" , sem a mediação dos aparelhos privados de hegemonia, tendo "os aparelhos estatais como único representante de um suposto interesse 'público', de uma suposta vontade geral" . Agora, não: com a passagem ao capitalismo monopolista surge "uma complexa rede de organizações, de sujeitos políticos coletivos" com capacidade de intervir em grande escala, e de, através dessa intervenção, imprimir sua marca sobre a orientação – e mesmo sobre a conformação – do Estado.

Nesse raciocínio, o *parlamento* aparece como mediação entre as duas esferas estatais, e, portanto, como espaço onde pode ocorrer a "'*mudança de função*' de alguns velhos institutos liberais" (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 25) a partir do fortalecimento da sociedade civil e da articulação entre seus aparelhos privados de hegemonia e os organismos de representação política indireta. Essa articulação levaria os parlamentos a adquirirem "uma nova função – ampliando o seu grau de representatividade – na medida em que vierem a se tornar o local de uma *síntese política* dos vários sujeitos coletivos" (p. 28).

É nesse sentido que, do ponto de vista coutiniano, o Estado deve passar a ser entendido, a partir da virada do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, no "significado integral" (GRAMSCI, *apud* COUTINHO, 1981, p. 92) de *"equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil"* (COUTINHO, 1981, p. 91) mediado pelo parlamento, que se expressa nas fórmulas (provindas de Gramsci e largamente empregadas por Coutinho a partir de sua interpretação peculiar do pensamento do marxista sardo) de "hegemonia revestida de coerção", "ditadura + hegemonia", "sociedade política + sociedade civil". Na base desse sentido integral assumido pela categoria Estado está, para Coutinho, a necessidade de garantir a continuidade da dominação burguesa-monopolista, recorrendo-se para isso não apenas a mecanismos coercitivos, mas também à disputa do consenso majoritário

[74] As seguinte perguntas não podem ser respondidas agora, mas devem ser apresentadas. Esse consenso é mesmo espontâneo? Ele não seria antes *aparentemente* espontâneo, amparando-se sobre a coerção – estatal e mesmo paraestatal? Essa coerção é mesmo dirigida legalmente somente contra os que não consentem, ou ela faz parte da própria constituição histórico-concreta ou efetiva daquele consenso? A resposta marxiana a tais questões é inequívoca – apesar da grande polêmica que se estabeleceu na tradição marxista posterior –, e difere da coutiniana. O tema será discutido com o devido cuidado em outro momento.

e espontâneo dos setores não-dominantes – especialmente do proletariado – numa situação histórica em que eles se apresentam fortemente organizados.

Assim, com a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, a contradição entre interesses particulares e universais se configura na sociedade burguesa sob a forma da constituição de relações entre Estado e sociedade civil, mediadas pelo parlamento. Esta sociabilidade, sob as condições históricas do CME, confere autonomia relativa ao Executivo (burocracia) e uma pluralidade mais ampla ao parlamento, fazendo com que os interesses populares possam se apresentar, em conjunturas especiais e em se colocando em movimento político adequado, na composição do interesse geral ao lado dos interesses burgueses e disputando espaço com eles. É por isso também que o Estado no capitalismo monopolista tende a assimilar "formas mais ou menos avançadas de democracia participativa, mesmo numa situação onde ainda se conserve [...] a dominação dos monopólios" (COUTINHO, 1980a[4], p. 99).

O raciocínio que vem de ser exposto já está devidamente formulado no início dos anos 1980 e permanece posteriormente, sendo reexposto diversas vezes de variadas formas pelo autor – seja através da republicação, modificada ou não, de textos mais antigos, seja através de sua reapresentação em novas formulações. Ele deixa abertos certos pontos de tensão que irão sendo paulatinamente resolvidos por Coutinho ao longo dos anos posteriores, como por exemplo o problema da possibilidade ou não de disputa no seio da própria sociedade política e, a partir daí, o problema da disputa do conteúdo de classe do Estado combinado ao aprofundamento de sua ampliação, partindo-se, sem quebra-la, de sua estrutura tal como se apresenta na fase monopolista do capitalismo.

04c. Luta por reformas e acumulação de forças: reformismo revolucionário e democracia de massas

Coutinho, através da discussão sobre a ampliação do Estado com o surgimento e a consolidação da sociedade civil, trouxe à tona a *dimensão da política* ao processo de desenvolvimento da sociedade burguesa, sustentando através dela a possibilidade de o poder executivo do Estado burguês, justamente em nome de sua função de garantir os interesses do "capital em seu conjunto", atender sim a reivindicações do proletariado e das classes subalternas – na medida em que isso contraria, mas ao mesmo tempo atende, a interesses dos grupos monopolistas – a depender da correlação de forças das classes em luta e

do grau de necessidade de geração de consenso.

É que, para que os superlucros sejam garantidos, há um elemento que transcende o plano meramente econômico: trata-se da possibilidade ou da impossibilidade *política* de continuar reproduzindo a sociabilidade fundada sobre o modo de produção capitalista em sua fase monopolista. Ou seja: trata-se de manter condições políticas, para além das meramente econômicas, que permitam que a exploração econômica do proletariado – fenômeno social que está na base da extração de mais-valia (e, portanto, da possibilidade de sua apropriação por quem quer que seja, tenha superlucros ou não) – continue em certos patamares capazes de garantir a reprodução ampliada e as taxas de lucro e de acumulação do capital. Dito ainda de outro modo: trata-se, na fase do capitalismo monopolista de Estado, de garantir *politicamente* as condições para que *um proletariado não mais atomizado e individualizado*, mas organizado e constituído enquanto classe capaz de lutar por seus interesses, *continue aceitando sua subsunção* à reprodução das relações sociais sobre as quais se fundamenta a ordem em que é explorado. Isso não pode ser garantido através da pura e simples coerção, mas exige a criação de consensos, que passam por concessões.

É à luz dessa nova exigência que se deve compreender o sentido da variação das políticas do Estado burguês-monopolista, que depende, para Coutinho, da interação entre uma conjuntura econômica concreta expansiva ou recessiva e o grau de ativação política da sociedade, da intensidade e das formas assumidas pela luta de classes. O resultado de tal interação, pautada pela exigência da criação de consensos, entre conjuntura econômica e grau de mobilização da sociedade civil, determinará o sentido social das políticas a serem implementadas pelo Executivo do Estado burguês. Poderá implicar, portanto, no reforço ou na atenuação dos mecanismos de dominação, abrindo o espaço a vitórias das forças populares num campo mais amplo do que meras "melhorias no nível de vida das classes trabalhadoras" (COUTINHO, 1980a[4], p. 116). Compreender esse ponto, que constitui um dos principais eixos de todo o pensamento coutiniano maduro, exige que examinemos mais detidamente certas consequências da interação entre economia e política na fase monopolista do capitalismo tendo em conta especialmente as transformações no fenômeno estatal.

De acordo com Coutinho, a partir do surgimento e da consolidação da sociedade civil e da consequente ampliação do Estado na quadra histórica do capitalismo monopolista, criam-se as condições para a *possibilidade de que a luta por reformas* econômicas e políticas (por exemplo, a luta por direitos no âmbito da ordem capitalista) permita

à classe operária *acumular forças* no sentido da superação do capitalismo.

Para isso, tal luta por reformas deve estar articulada à formulação e implementação de uma *política de alianças* por parte do proletariado que o capacite a "exercer a sua direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais que, por essa ou aquela razão, desse ou daquele modo, se opõem ao capitalismo" (COUTINHO, 1981, p. 53). Através dela o proletariado tem de buscar tornar-se *classe nacional*: tem de ser capaz de "mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora" (GRAMSCI, *apud* COUTINHO, 1981, p. 55). Deve, para isso, "*abandonar a mentalidade corporativa, que se expressa no reformismo*, deixando de defender apenas os seus interesses imediatos, grupais" e assumindo para si "todas as reivindicações das camadas trabalhadoras" (COUTINHO, 1981, p. 56 – grifo meu).

Mas a amplitude das alianças não para, de modo algum, aí: esse movimento de ampliação do campo de alianças do proletariado deve abarcar todos os setores interessados na conquista e na consolidação da democracia, "independentemente da posição deles em face da conservação do capitalismo monopolista de Estado" (COUTINHO, 1980a$_4$, p. 116). Isso porque os interesses dos monopólios são mais diretamente representados pela burocracia do Executivo que se autonomiza (relativamente) de todo controle popular e parlamentar (e, com isso, também do controle dos múltiplos capitais), expressando, portanto, aquela tendência autoritária que já examinamos ao estudar as transformações no Estado burguês sob o CME.

Contra tal tendência confluem interesses democráticos e antimonopolistas. Como já vimos, nosso autor sustenta que no capitalismo monopolista os interesses particulares dos grandes grupos monopolistas, ainda que expressem o interesse do "capital em seu conjunto", se antagonizam àqueles dos "múltiplos capitais", assim como aos do conjunto dos setores populares constituídos pelo operariado, pelas classes trabalhadoras, pelo campesinato, por setores médios, pela pequena e média burguesia (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 35). A classe operária pode e deve, portanto, buscar ampliar seu arco de alianças no sentido de abranger a todos esses setores e isolar o capital monopolista, avançando assim em sua luta pelo socialismo[75].

---

[75] Essa recomendação aparece, em COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 35, em um parágrafo em que o autor apresenta uma proposta para a esquerda brasileira. Ele está, entretanto, localizado entre outros dois em que se fala de países como Alemanha, Itália e Espanha e se insere numa sequência lógica que desemboca na formulação estratégica de um italiano (Luciano Barca) pensando na Itália. Trata-se aqui, na verdade, da enunciação de uma estratégia geral, democrática, para a revolução socialista.

Isso levará o proletariado a adotar uma estratégia fundada na "luta por *reformas de estrutura* que gradativamente alterem a correlação de forças" (COUTINHO, 1980a$_4$, p. 117) a seu favor. Tal caminho não só permite a obtenção de ganhos reais para amplos setores da população, materializados nas reformas implementadas, como também a ampliação das alianças ao conjunto dos setores democráticos e antimonopolistas, implicando na recomposição do sistema de alianças que deve permitir à classe operária "conquistar o consenso necessário à luta por transformações substanciais no sentido do socialismo" .

Quanto a isso, o marxista baiano cita Luciano Gruppi:

> A hegemonia é isto: determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista das reivindicações de outros estratos sociais, da solução das massas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo e, desse modo, isolando o próprio capitalismo. (GRUPPI, *apud* COUTINHO, 1981, p. 56).

Temos, portanto, que, na sociabilidade fundada sobre o modo de produção capitalista em sua fase monopolista, a luta por reformas torna-se um meio possível para a classe operária *acumular forças* (COUTINHO, 1980a, p. 14) em torno de si e isolar o adversário, conquistando, através da "*progressiva* obtenção de posições firmes" (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 37 – grifo meu) ou da "conquista *paulatina* de espaços no seio e através da sociedade civil" (COUTINHO, 1980a$_2$, p. 55 – grifo meu) – "base para novos *avanços*" que "*gradativamente* tornarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras" (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 37 – grifos meus) –, um nível cada vez maior de consenso no sentido da concretização de seu projeto de transição ao socialismo. Tal processo se articula à busca pela obtenção da hegemonia pela classe operária, que – combinada ao isolamento político e social dos monopólios – pode garantir sua real condição de lutar pela supremacia entendida enquanto síntese entre hegemonia/liderança/consenso e dominação/coerção.

Note-se, a partir dos grifos no parágrafo anterior, a *progressividade* do raciocínio coutiniano. Trata-se aqui de uma verdadeira *ampliação*, sobre a base econômica do capitalismo monopolista de Estado, *do sentido da luta por reformas*, que corresponde (e quer responder) bastante diretamente à dita ampliação do próprio Estado nesse contexto. Na medida em que o proletariado é capaz de organizar em torno de si um conjunto de forças populares e esse bloco obtém "importantes vitórias parciais [...] no interior do CME – e não

apenas melhorias do nível de vida das classes trabalhadoras, mas até mesmo medidas de reforma agrária efetiva e de defesa da empresa nacional" (COUTINHO, 1980a[4], pp. 116-117), isso leva ao fortalecimento de seus vínculos, ao estreitamento do compromisso dos demais setores com o proletariado que luta, junto a eles, por seus interesses comuns.

Este é, portanto, o *novo papel da luta por reformas* sob o capitalismo monopolista: trata-se de meio para *acumular forças rumo à superação gradativa do capitalismo.* Através da conquista progressiva da hegemonia no seio da sociedade civil, abre-se a possibilidade da orientação do consenso da maioria da sociedade no sentido da superação da ordem social capitalista, que pode assim ser feita paulatinamente. Tal papel não anula que essa luta tenha *também* a finalidade de arrancar melhorias parciais em termos de qualidade de vida ou de direitos para as classes trabalhadoras – pelo contrário, a consecução dessa finalidade é decisiva para o sucesso da luta por reformas como meio para o acúmulo de forças, como examinaremos a seguir.

Segundo Coutinho, esse acúmulo de forças já estaria em pleno curso – e em alguns casos em estágio adiantado – em certas democracias avançadas, como França, Itália, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Naquelas democracias avançadas o que se estaria passando seria o seguinte:

> [...] graças a uma melhor distribuição dos ganhos da produtividade, puderam ser satisfeitas determinadas reivindicações da classe operária (sobretudo o financiamento pelo Estado de uma parte do capital variável, através da multiplicação e generalização dos serviços sociais públicos). Criou-se assim, em tais países, o que Pietro Ingrao designa como "Estado assistencial", que pode de certo modo ser considerado como a forma política democrática do Estado do CME. (COUTINHO, 1980a[4], p. 116).

Nosso autor considera, a princípio, essa forma política democrática do Estado na fase monopolista do capitalismo como a superestrutura necessária à transição ao socialismo. Nomeia-a *democracia de massas*, decorrente do acúmulo de forças obtido através da articulação entre, por um lado, a institucionalização das vitórias parciais obtidas na luta por reformas conduzida pelos movimentos populares organizados no âmbito da sociedade civil, e, por outro lado, a ocupação de espaços ou ganho de posições no parlamento por parte do(s) partido(s) representativos de tais movimentos.

Coutinho define sinteticamente essa democracia de massas do seguinte modo:

> É minha convicção que a democracia de massas (a expressão é de Ingrao), que deve servir de superestrutura à transição para – e à construção de – uma sociedade socialista, tem de surgir dessa articulação entre as formas de representação tradicionais e os organismos de democracia direta. Essa articulação [...] deve promover a síntese dos vários sujeitos políticos empenhados na transformação social, uma síntese que – respeitada a autonomia e o pluralismo dos movimentos de base – seja a portadora da hegemonia dos trabalhadores, cujo núcleo é a classe operária, sobre o governo da sociedade como um todo. [...] A grande novidade contida na formulação da "democracia progressiva" de Togliatti e Ingrao é a ideia de que aquela hegemonia e esse "autogoverno" podem e devem construir seus pressupostos *já antes* da plena conquista do poder estatal pelas massas trabalhadoras. (COUTINHO, [1979] 1980a[1], p. 29).

Faz-se necessário, neste ponto, notar que a postulação coutiniana de uma democracia avançada como etapa necessária na transição ao socialismo (dito de outro modo, como *caminho do socialismo*) a partir do advento do capitalismo monopolista, que o acompanhou até o fim da vida, experimentou uma inflexão.

Ela se deu quando, reagindo ao desaguadouro da luta democrática no Brasil em uma *transição "fraca"* (COUTINHO, 1992, p. 55 – aspas do autor) e à elegia em nível mundial da sociedade civil, apresentada como contraposta ao Estado (e alternativa a sua suposta ineficiência no campo das políticas públicas e da garantia de direitos) por entidades como o Banco Mundial e por toda uma plêiade de intelectuais liberais, Coutinho propôs a diferenciação entre *dois modelos* de democracia avançada: de um lado, a *democracia de massas* ou *modelo europeu*, que teria se manifestado histórico-concretamente na França, Itália, Reino Unido, Alemanha, cuja definição vimos de examinar e que era o modelo ao qual se aplicaria o prognóstico coutiniano da democracia como caminho do socialismo; de outro, o *liberal-corporativismo* ou *modelo americano*, vigente nos EUA (p. 56).

Tal diferenciação foi proposta pelo autor pela primeira vez em texto escrito em 1991 e publicado em 1992 como segundo capítulo do livro *Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro* (pp. 47-78 – cf. especialmente o item 2, pp. 55-63), tendo sido reapresentada pelo autor até o fim da vida, mantendo sempre os grandes

traços que já então carregava[76].

O autor expõe tal diferenciação de modo sumário na passagem a seguir, em que afirma que as democracias avançadas

> [...] apresentam dois "modelos" principais de articulação da disputa política e da representação de interesses. Por um lado, há um modelo que poderíamos chamar de "norte-americano" [ou liberal-corporativo – V.N.], caracterizado [...] pela presença de uma sociedade civil forte, bastante desenvolvida e articulada, mas onde a organização política e a representação dos interesses se dá, respectivamente, por meio de partidos frouxos, não programáticos, e através de agrupamentos profissionais estritamente corporativos. E, por outro, temos um modelo que poderíamos designar como "europeu" [ou democracia de massas – V.N.]. Neste último, há uma estrutura partidária centrada em torno de partidos com base social razoavelmente homogênea e que defende projetos de sociedade definidos e diversos entre si; e temos um sindicalismo classista, que não se limita a organizar pequenos grupos profissionais, mas que busca agregar e representar o conjunto da classe trabalhadora.
>
> [...] Esse modelo "norte-americano" é, sem dúvida, o mais adequado à conservação do capitalismo, por causa das praticamente insuperáveis dificuldades que apresenta para a constituição de uma proposta hegemônica alternativa àquela dominante.
>
> No caso do "modelo europeu", além de um sindicalismo classista e politizado, havia partidos que, embora nem sempre ideológicos, eram certamente partidos programáticos. [...] Portanto, enquanto no "modelo americano" temos partidos que defendem um mesmo projeto hegemônico de sociedade, no "modelo europeu" havia uma salutar disputa entre propostas hegemônicas alternativas. Se, nos Estados Unidos, o socialismo foi sempre uma "agenda exótica", na Europa ele esteve frequentemente no centro da agenda política. (COUTINHO, [2006] 2008b$_5$, pp. 134-136).

Temos assim estabelecida a diferenciação entre o "modelo americano" ou "liberal-corporativo" e o "modelo europeu" ou "democracia de massas". Essa diferenciação conduz ao problema, que no pensamento coutiniano data já da virada aos anos 1980 (cf., por exemplo, COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, pp. 27-29), da necessidade de superação de um assim chamado *corporativismo* pela classe operária em seu processo

[76] Cf., a título de exemplo: COUTINHO, [1992] 2008b$_1$, pp. 30-35; [2000] 2006a$_2$, especialmente pp. 42-55; [2006] 2008b$_5$, especialmente pp. 133-143.

de autoconstituição em classe nacional, ou seja, em classe capaz de estar à frente do processo de luta bem-sucedida pela eversão do ordenamento social burguês. Tal superação, para Coutinho, é particularmente necessária porque ele está convencido não apenas de que o aprisionamento do movimento operário em um horizonte corporativo joga papel fundamental em sua adequação à ordem capitalista (posição que recolhe do eurocomunista de esquerda italiano Pietro Ingrao[77]), mas também de que sem tal superação do corporativismo o proletariado não pode se constituir enquanto classe nacional, ficando assim bloqueada sua aspiração a tornar-se setor hegemônico na sociedade civil.

Isso acontece porque, como já vimos, para que o proletariado possa tornar-se classe nacional ele precisa aglutinar em torno de si todos os setores sociais cujos interesses se antagonizem aos dos grandes grupos monopolistas, isolando esse setor particular do capital e conquistando assim o consenso majoritário necessário para a transição ao socialismo. Precisa, para tanto, erguer a bandeira da defesa desses interesses, e não apenas dos seus próprios – que, nesse sentido, são chamados por Coutinho de corporativos.

Nessa *superação do corporativismo proletário*, duas instâncias já existentes na sociedade burguesa têm papel fundamental: de um lado, o *partido político* enquanto instância dirigente dos sujeitos políticos coletivos autônomos; de outro, o *parlamento* enquanto instância de mediação entre sociedade política e sociedade civil. No pensamento político coutiniano, é na *articulação entre democracia de base e democracia representativa* mediada por esses dois espaços que os interesses meramente corporativos do proletariado (e, no caso do parlamento, de cada um dos diversos grupos sociais envolvidos na luta por seus próprios interesses) podem se universalizar, transformando-se em interesse geral.

Por isso, o marxista baiano combateu o que chamou de "fetichização da democracia direta" (COUTINHO, [1992] 2008b$_1$, p. 33) e defendeu, ao longo de todo o seu pensamento maduro, que a forma política da transição ao socialismo deveria *articular* mecanismos da democracia representativa a espaços de democracia direta no rumo do que Palmiro Togliatti denominou "democracia progressiva" – expressão empregada por Coutinho como sinônimo de democracia de massas. Foi, aliás, a necessidade de sustentar em nível teórico a imprescindibilidade da referida articulação que levou Coutinho a buscar estabelecer sínteses entre os pensamentos políticos de Rousseau e de Hegel, estendendo-as a

[77] Cf. INGRAO, [1978] 1981, especialmente os caps. 2 (pp. 23-33) e 5 (pp. 55-75).

sua interpretação peculiar da reflexão carcerária de Gramsci (COUTINHO, [1991] 2008a$_4$; [1996] 2011a$_1$; [1998] 2011a$_2$).

O que interessa agora é expor a defesa coutiniana da necessidade da *superação do corporativismo proletário* e o caminho para atingi-la. Acompanharemos, para isso, o raciocínio do autor no tocante às duas instâncias que medeiam a articulação entre democracia direta e democracia representativa necessária para tal superação, os parlamentos e os partidos políticos.

Iniciemos pelos *parlamentos*:

> [...] o projeto comunista de superação da alienação política, de construção de uma sociedade autônoma e autogovernada, é também o fulcro do projeto democrático moderno, que recebeu sua mais lúcida e radical formulação no *Contrato Social* de Jean-Jacques Rousseau. O processo de democratização consubstanciado na socialização da política criou os pressupostos para a concretização desses projetos e indicou, ao mesmo tempo, os meios para sua realização [...]. (COUTINHO, [1992] 2008b$_1$, p. 30).
>
> [Essa] superação da alienação política pressupõe o fim do "isolamento" do Estado, sua progressiva reabsorção pela sociedade [...]. Ora, com o atual nível de complexidade social, essa reapropriação só se tornará possível por meio de uma articulação entre os organismos de democracia de base e os mecanismos "tradicionais" de representação indireta (como os *parlamentos*) [grifo meu]. Essa articulação fará com que esses últimos adquiram uma nova função – ampliando o seu grau de representatividade – na medida em que vierem a se tornar o local de uma *síntese política* dos vários sujeitos coletivos. E essa síntese é imprescindível se não se quer que tais sujeitos coletivos se coagulem ao nível da defesa corporativa de interesses puramente grupais e particularistas, reproduzindo assim em outro nível a atomização da sociedade civil que serve objetivamente à perpetuação do domínio burguês. (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 28).
>
> Os organismos de democracia de base [...] se ligam e articulam com a vida das grandes assembleias eletivas, de modo a assegurar uma presença difusa e organizada das massas, desferindo um golpe contra a separação e o cupulismo das assembleias e dos próprios partidos políticos. Portanto: uma articulação organizada entre democracia representativa e democracia de base, que favoreça a projeção permanente do movimento popular no Estado, transformando-o. (INGRAO, *apud* COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, pp. 28-29).

Quanto ao(s) *partido(s) político(s)* do proletariado:

> [...] Ingrao insiste bastante sobre o papel decisivo do partido político de massa, em particular do partido da classe operária, "que deve saber promover em tal articulação [entre democracia representativa e democracia direta] uma força de *síntese geral*". Essa síntese é tanto mais importante quanto [...] a estratégia capitalista, numa sociedade complexa e organizada ("de massas"), consiste em pressionar no sentido da corporativização dos sujeitos políticos coletivos [...]. (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 29).
>
> A democracia socialista é [...] uma democracia pluralista de massas; mas uma democracia *organizada*, na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores, representados através da pluralidade de seus organismos de massa (sindicatos, comitês de empresa, comunidades de base etc.) e sob a direção política do(s) partido(s) de vanguarda da classe operária. (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 31).

A articulação entre esses espaços abre caminho para a *articulação do pluralismo com a hegemonia* característica da democracia de massas coutiniana (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 31), em que "a dialética do pluralismo – a autonomia dos sujeitos políticos coletivos – não anula, antes impõe, a busca constante da unidade política, do que Gramsci chamou de 'vontade coletiva', a ser construída de baixo para cima, através da obtenção hegemônica do consenso majoritário"[78] ([1979] 1980a$_1$, p. 31).

É nesse sentido que se pode compreender a peculiaridade da interpretação coutiniana do conceito gramsciano de *catarse*. Tal conceito, no pensamento de Gramsci, expressa "a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens", a "passagem do 'objetivo ao subjetivo'" ([1932-1935] 1977, Q. 10, II, §6, p. 1244). Trata-se para o marxista sardo da mediação através da qual "a estrutura se transforma de força exterior que esmaga o homem, o assimila a si, o deixa passivo, em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política" .

---

78 Note-se o emprego da noção de *pluralismo*, oriunda do pensamento liberal, e a articulação entre pluralismo, hegemonia e formação de uma vontade coletiva no sentido gramsciano. Esse tipo de articulação, em que Coutinho se apropria de elementos do liberalismo político ou do contratualismo e, com eles, busca enriquecer o pensamento marxista, será detalhadamente examinado e discutido em momento posterior deste trabalho.

Coutinho recolhe a categoria gramsciana em sua reflexão, mas a maneira como a expõe deixa transparecer que há especificidades em sua interpretação do conceito. Para ele, "a 'catarse' é o processo pelo qual uma classe supera os seus interesses econômico-corporativos e se eleva a uma dimensão universal (através da mediação do nacional-popular)" (COUTINHO, 1980a$_2$, p. 48), convertendo-se em classe nacional.

Ela é

> o momento no qual a classe deixa de ser puro fenômeno econômico para converter-se em sujeito consciente da história. A "catarse" é assim o equivalente gramsciano da passagem da "classe em si" à "classe para si" (Marx), ou da elevação da consciência trade-unionista à autêntica consciência universal – política – de classe (Lênin). Se não é capaz de realizar essa "catarse", uma classe social não pode se tornar classe *nacional*, representante do bloco social majoritário, não pode conquistar a hegemonia na sociedade". (COUTINHO, 1980a$_2$, pp. 48-49).

Coerentemente com o raciocínio que vimos acompanhando até aqui, para ele a catarse é o processo através do qual o proletariado se constitui em *classe nacional*, superando a mera defesa de seus interesses corporativos no processo em que se torna representante do bloco social majoritário. Ela só pode se dar no processo de articulação entre democracia direta e democracia representativa, mediada pelos partidos da classe operária e pelo parlamento enquanto instâncias universalizadoras. Assim, para Coutinho, os dois momentos mediadores do processo catártico são a auto-organização da classe em sujeitos políticos coletivos culminando na constituição de sua vanguarda enquanto partido(s) político(s), e a intervenção no parlamento. Para o marxista baiano, portanto, a *catarse* depende – não exclusivamente, mas depende – da intervenção do proletariado *no parlamento*, como espaço que viabiliza a superação de seu corporativismo no sentido da constituição de um suposto interesse geral[79].

Vemos assim que, quanto ao novo papel da luta por reformas, as

[79] Essa posição – que tem importantes precedentes históricos no austromarxismo e no eurocomunismo, reivindicados pelo próprio COUTINHO como "parte do patrimônio teórico do marxismo" ([1979] 1980a$_1$, pp. 28-29) – se afasta sensivelmente da prevalente nos partidos vinculados à Internacional Comunista, Lênin e Gramsci incluídos, a partir da formulação lenineana em que o papel de mediação catártica é desempenhado pelo partido político da classe operária enquanto portador da teoria marxista e organizador da práxis revolucionária (LENIN, [1902] 1977g). Esse ponto é central no tocante à especificidade da interpretação coutiniana do pensamento de Gramsci e carrega a marca do pensamento de Pietro Ingrao.

vitórias conquistadas nessa luta podem ampliar o arco de alianças do proletariado até o ponto em que ele se apresente como dirigente de um amplíssimo campo político, e (se a ampliação desse campo chega a torna-lo majoritário) candidato a dirigente do conjunto da sociedade – classe nacional. Nesse mesmo processo, com a mediação de seu(s) partido(s) político(s) e de um parlamento progressivamente refuncionalizado, a classe supera sua consciência econômico-corporativa em uma consciência ético-política, processo em que se investe como portadora dos interesses universais de emancipação humana materializados na necessidade de superação da sociabilidade fundada sobre o modo de produção capitalista.

Quanto à ocupação de espaços no parlamento, não representa de modo algum um acúmulo de forças meramente quantitativo ou numérico (em que a classe acumular forças se relacionaria imediatamente com a quantidade de parlamentares eleitos, por exemplo). Trata-se, antes, do crescimento da representação parlamentar desse bloco constituído em torno do proletariado no contexto em que ele se torna dirigente na sociedade civil, o que enseja a mudança de função do parlamento, que se torna espaço de síntese de sujeitos políticos coletivos amplamente mobilizados e organizados através dos aparelhos privados de hegemonia. A atuação no parlamento é, nesse quadro, momento decisivo da superação do corporativismo proletário e de sua constituição, através da catarse, em classe nacional. É aí que pode se dar a participação efetiva dos assim chamados setores populares na formulação da intervenção política do Estado no sentido da disputa de seus rumos. O proletariado pode, a depender de suas condições de mobilização e auto-esclarecimento e de sua capacidade de ampliação do campo de alianças, *disputar* através de uma política revolucionária de reformas *o próprio conteúdo das políticas do Estado*.

Esse raciocínio ganhou uma nova peça de grande importância quando, alguns anos após a adesão às ideias de Togliatti e Ingrao expressas na formulação da democracia progressiva ou de massas, Coutinho assimilou certos pontos da formulação tardia do comunista grego (radicado na França) Nicos Poulantzas sobre o problema do Estado e da disputa de espaços em seu interior.

Tal assimilação aparece integrada coerentemente ao pensamento político coutiniano, pela primeira vez, no ensaio *A dualidade de poderes* (COUTINHO, [1985] 2008a[1]), em passagem que começa assim:

> A formulação até agora mais incisiva dessa teoria ampliada do Estado e dessa concepção processual da transição ao socialismo parece-me estar contida nos últimos trabalhos de

> Nicos Poulantzas. [...] Poulantzas não só retomou e desenvolveu suas origens gramscianas, como também aderiu explicitamente às propostas estratégicas do eurocomunismo, inspiradas em grande parte nas formulações de Togliatti e do Partido Comunista Italiano. Isso lhe permitiu formular, como síntese de suas brilhantes análises do poder capitalista em várias de suas formas, uma concepção do Estado e, sobretudo, da transição ao socialismo que se situa entre os pontos mais altos da reflexão marxista contemporânea. (COUTINHO, [1985] 2008a[1], pp. 64-65).

O contato com o pensamento de Poulantzas foi marcante porque ajudou Coutinho a resolver, na primeira metade dos anos 1980, problemas com os quais ele já vinha lidando anteriormente, questões que estavam em aberto em seu pensamento anterior e certas lacunas na coerência de sua postulação de uma estratégia de transição ao socialismo fundada sobre o novo papel assumido pela luta por reformas na fase monopolista do capitalismo. Esses problemas dizem respeito principalmente ao conteúdo do Estado em sentido restrito e a seu papel na edificação da transição ao socialismo.

Assim, Coutinho vê no pensamento poulantziano alguns avanços em relação a sua formulação anterior da democracia progressiva ou de massas, reunidos em torno de três pontos principais.

Em primeiro lugar:

> [...] a ampliação do Estado não se limita à gestação e difusão dos "aparelhos privados de hegemonia", mas *se encarna também na presença maciça de agências estatais na área econômica:* intervindo diretamente na reprodução do capital social global, o Estado capitalista contemporâneo retira dessa intervenção [...] boa parte dos seus atuais mecanismos de legitimação e busca do consenso. Nesse sentido, pode-se dizer que Poulantzas incorpora à tradição gramsciana muitas das formulações da teoria francesa sobre o capitalismo monopolista de Estado [...]. (COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 65 – grifos meus).

Em segundo lugar:

> "O Estado [...] não deve ser considerado como uma entidade em si, mas [...] como uma relação; mais exatamente, como *a condensação material de uma correlação de forças* entre classes e frações de classe [...]". (POULANTZAS, *apud* COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 65).

E, finalmente:

> [...] quando "aplica" sua teoria do Estado à estratégia da transição ao socialismo, Poulantzas revela – assim como os teóricos do eurocomunismo italiano – que superou dialeticamente Gramsci, acrescentando novas determinações à teoria da revolução formulada por esse último: enquanto Gramsci concebe a luta pela hegemonia como algo que se processa no seio da sociedade civil (dos "aparelhos de hegemonia"), Poulantzas vai além e fala explicitamente numa luta "processual" a ser travada também no próprio interior dos aparelhos estatais em sentido restrito, ou seja, no que Gramsci chamou de "sociedade política". (COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 66).

Em suma, Coutinho desenvolve e articula em seu próprio pensamento político, partindo de sua assimilação da reflexão poulantziana, estes pontos: a) a ampliação do Estado não se limita ao surgimento e à consolidação da sociedade civil, mas passa pela intervenção sistemática do próprio Estado em sentido restrito na economia, no direcionamento do processo de reprodução do capital que exige o alargamento da presença de agências estatais na área econômica; b) o Estado em sentido restrito deve ser considerado, ele próprio, a expressão condensada da correlação de forças na sociedade; c) a luta processual por acúmulo de forças e conquista de posições deve se dar não apenas no seio da sociedade civil e do parlamento (entendido, vale lembrar, enquanto mediação entre ela e o Estado em sentido restrito) mas também no seio da própria sociedade política.

Trata-se, portanto, de complexificação da posição coutiniana sobre o acúmulo de forças para a transição ao socialismo em um ponto importante – o da ocupação de espaços institucionais no interior do Estado tomado em sentido restrito, ou seja, da própria sociedade política. *Fica matizada, assim, a necessidade de que a vitória na sociedade civil anteceda a conquista de espaços na sociedade política.* O autor pode, portanto, trabalhar coerentemente com a possibilidade de complementaridade entre as lutas nos dois âmbitos no sentido do acúmulo de forças que crie os pressupostos para o socialismo em formulação próxima à que ficou conhecida como a "estratégia da pinça", sintetizada canonicamente por Juarez Guimarães (1990).

A articulação entre esses três pontos produz *a peça que faltava* para a compreensão do novo papel da luta por reformas como fundamento da estratégia coutiniana de transição ao socialismo. Essa peça já se insinuava, enquanto questão, desde a virada para os anos

1980, mas só a partir de *A dualidade de poderes* encontrou os últimos elementos sobre os quais se sustentar solidamente. Trata-se da assunção, por parte de Coutinho, do *caráter disputável do próprio conteúdo de classe do Estado moderno ou capitalista*.

A partir de então, *o Estado é burguês enquanto for a burguesia que estiver no comando.* Pode se tornar proletário (ou popular) consensualmente, desde que sejam as forças populares, o bloco social organizado em torno do proletariado constituído em classe nacional, que ganhem democraticamente seu controle. Isso, na situação em que o Estado dispõe de presença massiva na área econômica, intervindo ativamente sobre a economia, programando-a, planejando, sendo detentor de grandes empresas estatais, permite que o bloco social em torno do proletariado, caso consiga se assenhorear da sociedade política, reoriente o sentido do desenvolvimento da sociedade em direção ao socialismo sem necessidade de ruptura imediata com a institucionalidade anterior.

Através da conquista de posições no Estado ampliado, a classe operária está em condições de disputar o próprio conteúdo do Estado, sem a necessidade da subversão violenta de sua forma, reorientando através de seu controle – proveniente do acúmulo de forças que passa também por seu interior – o processo produtivo num sentido socialista.

É nesse sentido que nosso autor afirma que

> [...] embora necessário, Gramsci não é suficiente para resolver todas as questões que hoje se colocam a nós, marxistas, diante do desafio democrático. *É preciso, de certo modo, ir além de Gramsci*; e alguns neogramscianos, se me permitem a expressão, como Pietro Ingrao e o último Poulantzas, foram além de Gramsci nesse particular. Em Gramsci, há a ideia de que a guerra de posição, a batalha pela hegemonia, se trava no interior da sociedade civil, dos aparelhos privados de hegemonia. Pois bem: tanto na reflexão de Ingrao (e, mais amplamente, do PC italiano) quanto na do último Poulantzas, há a ideia de que essa guerra de posições se trava também no interior do próprio Estado, do Estado em sentido estrito, no interior dos aparelhos da sociedade política. Essa é uma ideia nova; embora provenha da matriz gramsciana, certamente introduz um elemento novo em relação à reflexão do próprio Gramsci. [...] *Penso que é preciso formular uma nova concepção marxista de revolução, [...] baseada na ideia de um processo mais ou menos ininterrupto de conquistas parciais*. (COUTINHO, in GARCIA [org.], 1986, pp. 62-63 – grifo meu).

Um primeiro ponto a destacar é que, na passagem que vem de ser citada, o próprio Coutinho afirma a necessidade de formular uma *nova* concepção marxista de revolução baseada em um "processo mais ou menos ininterrupto de conquistas parciais", deixando claro que a estratégia que ele advoga não descende diretamente de Gramsci. Trata-se, antes, de formulação sua fundada sobre o pensamento de certos intelectuais tidos como sucessores do comunista sardo.

Um segundo ponto é que, com a assunção do caráter disputável do conteúdo do próprio Estado capitalista-moderno, termina de se evidenciar a estrutura da estratégia coutiniana de transição ao socialismo fundada sobre o novo papel assumido pela luta por reformas na fase monopolista do capitalismo. Essa relação está implícita, por exemplo, na citação com a qual Coutinho sumaria a originalidade do pensamento político poulantziano:

> Esse processo a longo prazo de tomada do poder numa via democrática ao socialismo consiste, no essencial, em desenvolver, reforçar, coordenar e dirigir os centros de resistência difusos de que as massas sempre dispõe *no seio das redes estatais*, criando e desenvolvendo novos, de tal modo que esses centros se tornem, *no terreno estratégico que é o Estado*, os centros efetivos de poder real. (POULANTZAS, *apud* COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 66).

A mesma relação já era, na verdade, sugerida alguns anos antes da assimilação por Coutinho do pensamento poulantziano, quando, ainda sem estar de posse de todos os elementos que vimos de examinar, Coutinho mobilizava a seguinte citação do dirigente comunista italiano Luciano Barca para reforçar sua posição:

> Durante toda uma fase histórica, a revolução proletária diferenciou-se da revolução burguesa não apenas por seus conteúdos [...], mas também porque o proletariado – ao contrário da burguesia, que podia partir de seus próprios direitos de propriedade para começar a dar uma nova orientação ao aparelho produtivo e para desenvolver sobre essa base, mesmo antes da revolução, instituições e ordenamentos não similares aos do regime feudal – o proletariado não possuía, por definição, nada sobre o que começar a edificar, no interior do sistema, instituições e ordenamentos diversos. Nessas condições, a revolução proletária não podia se apresentar senão como um fato instantâneo, como um forçamento jacobino e violento, depois do qual a classe operária – graças ao poder

> conquistado – podia empreender a modificação da estrutura. Ora, o que se modifica no momento em que a acumulação capitalista só pode prosseguir na condição de que o Estado assuma de modo permanente funções qualitativamente novas (econômico-empresariais), e onde a classe operária esteja em condições de impor uma dimensão democrática à mediação estatal e de utilizar de modo autônomo (no nível da consciência e da política) essa dimensão, o que se modifica é precisamente o ponto de partida para começar a dar uma nova orientação ao aparelho produtivo e para alterar as estruturas do sistema. É sobre tal pressuposto que se funda a estratégia de reformas. (BARCA, *apud* COUTINHO, 1980a4, p. 117).

À estratégia fundada sobre tal pressuposto Coutinho chamou, em 1980, "política revolucionária de reformas". Passou, mais tarde, a designá-la a partir de uma expressão que afirma ter sido recolhida de André Gorz: "reformismo revolucionário"[80].

[80] A denominação da estratégia coutiniana como "política revolucionária de reformas" aparece em: COUTINHO, 1980a4, p.117. Como "reformismo revolucionário", em: COUTINHO, 1992, p.17, pp. 35-46; [1992] 2008b1, pp. 39-48; [1998] 2008b3, pp. 86-89; [1999] 2008b6, p. 155; [1999-2000] 2008b9, p. 197; [2002] 2006a8, p. 127. A expressão "reformismo revolucionário" não é de autoria de Gorz, mas de Luigi Longo, secretário-geral do PCI entre Togliatti e Berlinguer.

05.

NECESSIDADE E POSSIBILIDADE DA VIA DEMOCRÁTICA AO SOCIALISMO NO OCIDENTE

A apresentação da política revolucionária de reformas no capítulo anterior deixou intencionalmente de lado dois pressupostos implícitos na adesão prática de Coutinho ao reformismo revolucionário: o primeiro, de que seja *possível* implementar tal estratégia e ser vitorioso com ela na luta pelo socialismo; o segundo, de que isso seja *necessário*.

Contra eles, alguém poderia objetar: tudo bem acumular forças *até certo ponto* na situação descrita, de fortalecimento da sociedade civil, mas, se esse acúmulo se encaminhar para de fato pôr em xeque a ordem burguesa, será que os monopólios não vão reagir? Será que, tão logo essa política revolucionária de reformas comece a ferir seus interesses, a atingir sua taxa média de superlucro, a reorientar a produção à sua revelia, eles não vão mobilizar aquele conjunto de aparelhos coercitivos existentes no âmbito da sociedade política que controlam? E aquele Executivo relativamente autônomo, aquela burocracia tendencialmente *autoritária*, não vai acionar os aparelhos coercitivos e reprimir brutalmente as classes trabalhadoras muito antes de que os monopólios estejam isolados? Afinal, se o proletariado ferir seus interesses num aventureiro assalto ao céu, achando que ia sorrateiramente tomar o poder e construir o socialismo, provavelmente os monopólios vão avaliar que merece uma boa lição para se pôr em seu lugar... E se isso acontecer, não seria o caso de as chances serem mais favoráveis a quem estiver melhor preparado para um enfrentamento aberto?

Há ainda questões de outra ordem, referentes à suscetibilidade do proletariado à cooptação pela burguesia, classe que detém os meios de produção fundamentais de toda a riqueza social e se apropria dela, podendo dela dispor como bem entende – inclusive para pagar pela adesão de seus inimigos, convertendo-os em seus funcionários. Por exemplo: a ideia de transitar ao socialismo progressiva e democraticamente não estaria desconsiderando a enorme capacidade da burguesia, através de *seu* Estado – ampliado ou não –, de cooptar as direções das classes trabalhadoras? Será que a burguesia não vai, muito antes de que o acúmulo de forças proletário ultrapasse um ponto crítico de questionamento à ordem capitalista, buscar integrar os estratos dirigentes da classe à ordem, combinando a cooptação aos mecanismos de coerção aberta, e, assim, pondo em crise as direções e concretizando um processo de transformismo que porá fim à, com o perdão do

aparente paradoxo, aventura reformista? Já não assistimos historicamente, tantas vezes, à conversão dos sonhos comunistas de militantes abnegados, em uma mesa bem posta, viagens pelo mundo, festas *privées* e carros confortáveis para um punhado de burocratas apartados do conjunto da classe, uma aristocracia operária, que passa a reproduzir a ordem e jogar papel fundamental no apassivamento de "sua" classe?

O raciocínio coutiniano exposto no capítulo anterior provocou mesmo um conjunto de questões, como as formuladas acima, em muitos militantes e intelectuais ligados à tradição marxista, que dela assimilaram noções como "luta de classes", "caráter de classe do Estado", "caráter burguês do Estado capitalista", "ditadura do proletariado", "extinção do Estado", "aristocracia operária", "cooptação", "transformismo"... O próprio Coutinho, a partir das repercussões das ideias que vêm sendo expostas no presente texto, discutiu diversas vezes tais posições.

Mostrarei a seguir – sem retomar diretamente tais questões, que são expostas aqui apenas como pontos de referência ao leitor – como, no pensamento coutiniano maduro, essas questões foram respondidas coerentemente, de um ponto de vista lógico, através da afirmação da *possibilidade* e da *necessidade* de que o proletariado seguisse o caminho reformista revolucionário nas sociedades em que o capitalismo monopolista já havia amadurecido. O que nos interessa mais de perto são as questões referentes aos limites do acúmulo de forças, entendido enquanto decorrência de uma política revolucionária de reformas que se queira bem-sucedida ou, dito de outro modo, os limites que se apresentaram, no plano teórico, ao reformismo revolucionário coutiniano, e como ele os superou construindo uma formulação estratégica robusta, organicamente articulada a uma concepção de mundo unitária e coerente: um "marxismo revisionista", como ele mesmo o definia[81], que veremos à frente tratar-se mais exatamente de um

[81] "De qualquer modo, é importante notar que ser marxista não é repetir o que Marx disse. Ele disse muitas coisas que, evidentemente, estão superadas e outras que eram erradas já no tempo dele. Ser marxista é ser fiel ao método de Marx, ou seja, à capacidade que tal método revelou de entender a dinâmica contraditória do real e as linhas de tendência da sociedade moderna. [...] Tenho insistido – chocando inclusive alguns marxistas mais ortodoxos – que a essência do método de Marx é o revisionismo. [...] Não há verdadeiro marxista que não seja revisionista" (COUTINHO, [2004] 2006, pp. 120-121). "O revisionismo, assim, faz parte da essência do método marxista" (COUTINHO, [2000] 2008, p. 181). "Em suma, passei a considerar que a essência do método de Marx é o revisionismo" (COUTINHO, [2000] 2006, p. 191). Note-se algo interessante sobre a interpretação coutiniana do marxismo: se a essência do método de Marx é o revisionismo, e se a ortodoxia marxista se dá em

marxismo democrático-socialista.

05a. A via democrática ao socialismo entre estratégia e tática

No pensamento coutiniano maduro, a luta por reformas é apresentada como o elemento *tático* indispensável (e, de certo modo, exclusivo) na conformação da própria *estratégia* democrática de transição ao socialismo. Tal estratégia é, por sua vez, afirmada como mediação necessária no sentido da "criação dos *pressupostos* políticos, econômicos e ideológicos que tornarão possível o estabelecimento e a consolidação" da transição socialista (COUTINHO, [1979] 1980a[1], p. 21). Ou seja: na situação em que não se pode ou não se deve lutar pautado diretamente nos marcos de uma estratégia socialista, deve-se lutar por uma ampliação progressiva da democracia em que se irão explicitando as determinações necessárias ao cumprimento da meta a atingir: o socialismo como *objetivo final*. Tem-se, assim, de percorrer uma *via* democrática ao socialismo – donde a formulação: a democracia é o caminho do socialismo.

É necessário, para a compreensão de tal raciocínio, lançar luz sobre o significado das palavras *tática* e *estratégia* – e, relacionadas a elas, *via* e *objetivo final*. Quanto a seu emprego no pensamento coutiniano, terei a oportunidade de mostrar no decurso da exposição que a tática, a via e mesmo o objetivo final aparecem, de certo modo, indiferenciados em relação à estratégia. Entretanto, dizer isso é muito pouco e exige precisões, já que exatamente essa indiferenciação tem lá seu significado. Para podermos nos entender quanto a ela é necessário, portanto, que partamos do controle comum do conteúdo preciso de cada um desses termos.

Partamos do sentido das palavras "tática" e "estratégia" no uso cotidiano. Uma primeira observação nesse âmbito, que pode ser confirmada através da consulta a bons dicionários e que não se limita ao emprego de tais palavras em português, é que aí as duas aparecem muitas vezes confundidas, ambas significando eleição e combinação de meios com vistas a atingir determinado objetivo[82]. No tocante à vida

---

matéria de método (como já vimos que advoga Coutinho), então a essência do marxismo ortodoxo é o revisionismo.

[82] Quanto ao uso cotidiano, temos, por exemplo, as definições a seguir – originalmente em português, francês e inglês. *Estratégia*: "arte de aplicar os meios disponíveis com vista à consecução de objetivos específicos" (Dicionário Aurélio); "arte de se utilizar os meios de que se dispõe para alcançar certos objetivos" (Dicionário Aulete); "arte de coordenar as ações, de manobrar habilmente para atingir um objetivo" (Dictionnaire Larousse de la Langue Française); "plano ou ação designado a atingir um objetivo geral ou de longo

cotidiana, tal confusão não apresenta maiores problemas, já que corresponde bem ao alto grau de indiferenciação com que aí se opera. Nesse espaço, portanto, não acarreta necessariamente prejuízo quanto à obtenção dos resultados desejados ao se iniciar uma ação.

Mas o mesmo não é verdade quando se trata de esferas do ser social em que se deve operar com maior precisão, como por exemplo a esfera da política. Em tais esferas, como já discutido na Parte I do presente trabalho, ainda que seja perfeitamente possível e mesmo bastante frequente a intervenção descolada da precisão cognoscitiva decorrente do tratamento adequado dos problemas, ela não se faz em tais termos sem perdas. Seja no plano da eficácia interventiva, seja mesmo no nível ainda mais fundamental da capacidade de eleição correta dos objetivos, dos passos a dar em um ou outro momento e de como articulá-los – em suma, da definição de para onde se deve rumar e de qual o melhor caminho para lá chegar –, a possibilidade de reconstituir finamente no plano do pensamento as categorias e determinações tais como se apresentam no real é uma bússola sem a qual muito provavelmente não se chega ao lugar aonde se tencionava. Ou pior: se chega – e se descobre que não era bem ali que se queria estar.

É conveniente, portanto, examinar como tais palavras se elevam, no âmbito do pensamento político, a *categorias* capazes de exprimir determinações presentes na vida social, subsidiando a práxis na medida em que possibilitam mais fina compreensão e capacidade mais acurada de intervenção.

Podemos começar outra vez pelos dicionários. Nota-se que, normalmente, há neles definições de ambos os termos não apenas no tocante à cotidianidade, mas também no campo da ciência militar. Ali, a diferenciação começa a aparecer de maneira mais clara: a tática diz respeito a operações realizadas durante o combate ou na iminência dele, no campo de batalha e especialmente durante contato com o inimigo; já a estratégia diz respeito ao planejamento e à execução de movimentos que visam a alcançar ou manter posições favoráveis a futuras ações táticas – ao planejamento do "conjunto das operações de guerra visando o objetivo final"[83].

---

prazo" (Oxford Dictionary of English). *Tática:* "processo empregado para sair-se bem num empreendimento" (Aurélio); "maneira hábil de conduzir, encaminhar ou ajustar um negócio, uma empresa, uma discussão" (Aulete); "meios hábeis empregados para obter o resultado desejado" (Larousse); "ação ou estratégia cuidadosamente planejada para alcançar um fim específico" (Oxford).

[83] Observem-se quanto a isso as definições a seguir, daquelas mesmas palavras, quando aplicadas ao campo da ciência militar. *Estratégia:* "arte militar de

É nesse sentido que se pode ler a seguinte comparação no verbete *strategy* do *Oxford Thesaurus of English*:

> Ambas as palavras referem-se à reflexão sobre o melhor caminho para se atingirem certos objetivos. No uso militar, *estratégia* significa o plano geral de operações, enquanto *tática* se aplica à disposição de tropas na batalha, contribuindo com a consecução de uma estratégia. Mais geralmente, *estratégia* indica planejamento, em geral de longo prazo, em direção a um objetivo maior [...], enquanto *tática* se refere à adoção de planos em resposta a um problema mais imediato.

Tal diferenciação no âmbito militar nos aproxima das determinações fundamentais dessas categorias no campo da política. Não é por acaso: os dois campos – ainda que não sejam de modo algum assimiláveis um ao outro – guardam importantes determinações em comum, já sugeridas pela famosa observação de Clausewitz segundo a qual "a guerra é apenas a continuação da política de Estado por outros meios" ([1832] 1918, vol. 1, p. xxiv, e também vol. 1, p. 23 – Livro I, cap. 01), donde o uso da violência "tencionando compelir o oponente a atender a nossa vontade" (vol. 1, p. 02 – Livro I, cap. 01) contra a sua própria, a princípio diferente da nossa e que deve ser dobrada.

Não foi só o general prussiano que notou essa proximidade: a estreita relação entre guerra e política não passou desapercebida, como se sabe, a diversos grandes teóricos da política – como Maquiavel, Lênin ou Gramsci, para ficar em apenas três exemplos muito caros a Carlos Nelson Coutinho. Isso é especialmente verdade quando esses pensadores foram confrontados ao problema do embate entre as forças tendentes à

---

planejar e executar movimentos e operações [...] visando a alcançar ou manter posições [...] favoráveis a futuras ações táticas sobre determinados objetivos" (Dicionário Aurélio); "arte militar que consiste em planejar o conjunto das operações de guerra visando o objetivo final, de ataque ou defesa" (Dicionário Aulete); "arte de coordenar a ação de forças militares, políticas, econômicas e morais implicadas na condução de uma guerra ou na preparação da defesa de uma nação ou coalizão" (Dictionnaire Larousse de la Langue Française); "a arte de planejar e dirigir operações militares abrangentes e movimentos numa guerra ou batalha. Usualmente contrastada com Tática" (Oxford Dictionary of English). *Tática*: "parte da arte da guerra que trata da disposição e da manobra das forças durante o combate ou na iminência dele" (Aurélio); "arte de combater ou de ordenar as tropas no campo de batalha, procurando obter o máximo de eficácia possível" (Aulete); "arte de dirigir uma batalha, combinando a ação de diferentes meios de combate e os efeitos das armas para a manobra, a fim de obter um resultado determinado" (Larousse); "a arte de dispor forças armadas para a batalha e operações organizadas, especialmente durante contato com o inimigo. Usualmente contrastada com Estratégia" (Oxford).

conservação ou à transformação profunda da sociedade em que viviam, e, no caso dos dois últimos, ao problema da revolução proletária.

Afinal, nas revoluções como na guerra, se trata de – independentemente dos meios utilizados, da amplitude das alianças alcançadas e do consenso conquistado para isso – *impor* os interesses de um grupo social a outro, que a princípio não está disposto a se dobrar. No caso de uma revolução social ocorrida nos marcos do que usualmente se nomeia modernidade, uma classe social fundamental busca impor seus interesses aos de outra, que não está disposta a abrir mão de seus privilégios – que, no caso da burguesia na sociabilidade fundada sobre o modo de produção capitalista, são juridicamente reconhecidos não como privilégios, mas como direitos, decorrentes de sua possibilidade de se apropriar do excedente econômico fundada sobre sua condição legalmente reconhecida de proprietária dos meios necessários à produção social da vida.

Quanto a essa indisposição a abrir mão dos privilégios (ou do direito à propriedade), não se trata de pressuposto ou axioma: foi e vem sendo sobejamente demonstrada ao longo da história, já que todas as vezes em que se chegou realmente próximo de reverter as relações sociais na base daqueles privilégios a reação por parte dos setores interessados na manutenção da ordem não tardou e foi violenta – tendo mesmo chegado, quando necessário para quebrar a capacidade de iniciativa do oponente, a se desdobrar em massacres, deportações, golpes de Estado, diversas formas de sevícia física e psíquica etc.[84] Isso não é válido apenas para as revoluções (e tentativas de revolução) proletárias, e quanto a esse ponto o simples exemplo da Revolução Francesa – apesar de todo o revisionismo histórico em voga hoje em dia – deve bastar.

Cabe aqui uma advertência: Gramsci chama a atenção de que "as comparações entre a arte militar e a política devem ser sempre estabelecidas *cum grano salis*" ([1929-30] 1977, Q. 1, §133, p. 120) – isto é, não devem ser tomadas literalmente, mas antes como estímulos ao pensamento – já que há sem dúvida determinações peculiares que tornam essas esferas irredutíveis uma à outra. Ele lembra, quanto a isso, que "de fato na militância política falta a sanção penal implacável para quem erra ou não obedece exatamente, falta o julgamento marcial",

[84] Há quem pense que tal desdobramento é perfeitamente evitável desde que não se atice prematuramente o adversário. Não era essa a posição de, por exemplo, Lênin e Gramsci, que insistiram muitas vezes sobre a necessidade de que o proletariado se preparasse para tais momentos de choque. O problema se relaciona intimamente àquele da relação entre coerção e consenso no pensamento de Coutinho, a ser estudado adiante.

e que, por outro lado, "[na] luta política, além da guerra de movimento e da guerra de assédio ou de posição, existem outras formas" . Ele mesmo, entretanto, estabeleceu amplamente comparações entre uma e outra, o que sugere, à primeira mirada, uma incoerência.

Na verdade, não se trata disso. Temos, em primeiro lugar, a sempre lembrada situação de censura no cárcere, que o impedia de escrever abertamente sobre temas políticos, especialmente sobre aqueles ligados a seu tempo e à situação italiana, e o forçou a escrever sobre política se utilizando de metáforas referentes à guerra. Mas há aí outro elemento a ser notado: é que, mesmo considerando que o comunista sardo tenha sempre se mantido fiel a sua própria advertência, o recurso de comparar as duas esferas – conducente a erros se utilizado sem a devida cautela – é interessante porque permite examinar a política em uma sua manifestação na qual, subordinada a objetivos eminentemente políticos, uma de suas características constitutivas, o uso da violência como meio para fazer prevalecer uma posição, assume um aspecto aberto, direto, visivelmente predominante. Tal exame, por razões relacionadas à especificidade da esfera da guerra – dentre as quais a urgência que a ação assume aí e a necessidade implacável de não errar, donde a necessidade de teorizar previamente o todo e cada passo que se vai empreender – ressalta certos traços pertinentes ao confronto entre diferentes posições que é constitutivo da esfera da política (assim como é constitutivo, aliás, o próprio uso da violência, ainda que sua gradação e suas modalidades possam variar imensamente), sendo uma sua expressão condensada e trazendo boas sugestões que se podem aproveitar para pensar essa esfera.

É nesse sentido que Edmundo Dias, referindo-se à analogia gramsciana entre o partido e um exército, sugere que, em Gramsci, a "analogia com a questão militar revela a expressão condensada da política na forma como esta se apresenta aos grandes dirigentes que tecem a práxis no sentido da transformação social" (2013, p. 119).

Partindo, portanto, do levantamento preliminar sobre as acepções mais correntes de estratégia e tática e de certas observações militares de Clausewitz, que ademais pensou a guerra em estreita relação com a política, é possível avançar nas seguintes definições no que concerne à luta de classes: *estratégia* é a teoria da combinação entre as diversas formas particulares e momentos singulares de embate entre os blocos em presença (capitaneados sempre por uma classe social fundamental) tendo em vista atingir os objetivos finais perseguidos por cada um deles, ou, dito de outro modo, estratégia é a *teoria do emprego de cada embate como meio* para atingir o objetivo final; *tática* é a teoria da formação e da condução de cada um destes embates singulares

tomado em si mesmo, ou, dito de outro modo, tática é a *teoria dos meios para vencer cada um dos embates tomado momentaneamente como fim*[85].

É importante notar que para chegar a essa formulação se partiu de três constatações: primeira, que "se a luta se desse em apenas um ato, não haveria necessidade de subdivisões posteriores, mas a luta é composta de maior ou menor número de atos singulares, completos em si mesmos, que chamamos combates" ([1832] 1918, vol. 1, p. 86 – Livro II, cap. 01); segunda, que daí decorrem "as atividades totalmente diferentes, a da *formação* e *condução* desses combates singulares em si mesmos [tática], e a da *combinação* deles uns com os outros com vistas ao objetivo último da guerra [estratégia]" (p. 86); terceira, que a ocorrência de casos ambíguos, em que, por exemplo, "diversos combates devam talvez ser encarados como um único", ou em que "sem nenhuma alteração no ponto de vista, [certos atos] sejam tomados tanto estratégica quanto taticamente" (p. 87), não muda em nada a efetividade da distinção adotada, já que isso pode ocorrer sempre que "coisas reais [...] são diferenciadas a partir de uma gradação" .

Partindo das sugestões clausewitzianas, pode-se afirmar que uma *estratégia socialista* é a teoria da articulação entre as diversas frentes e modalidades de luta do proletariado ao objetivo final da ultrapassagem da divisão da sociedade em classes. Ela passa pela superação do Estado burguês em um Estado de transição sob controle do proletariado (logo: um Estado proletário), que viabilize politicamente a transformação das relações econômicas fundamentais (relações sociais de produção) rumo à sociedade comunista. É ao conjunto das relação sociais de produção na base dessa sociedade de transição que chamamos "socialismo" (cf. MARX, [1875] 2012). No âmbito dessa estratégia, a forma do exercício do controle proletário pode variar imensamente, mas o conteúdo de classe do Estado que se quer superar, aquele do Estado transitório e a necessidade de abolir qualquer Estado como parte do objetivo final são seguramente determinados.

Podem variar também a formação e a condução dos embates a serem articulados para sua consecução – ou seja, as táticas empregadas. Assim, no âmbito de uma estratégia socialista tem sido historicamente possível articular: embates cuja finalidade em si (ou seu objetivo imediato, aquele do embate tomado em si mesmo) é a conquista de direitos civis, políticos e/ou sociais e a forma de luta se desenvolve sem ruptura imediata com a institucionalidade burguesa constituída; outros cujo objetivo intermediário se mantém o mesmo, mas a luta se dá sob a

---

[85] Cf. CLAUSEWITZ, [1832] 1918, vol. 1, Livro II, cap. 01 (especialmente pp. 86-87) e vol. 1, Livro III, cap. 01 (especialmente pp. 165-166).

forma do choque frontal, com recurso à violência aberta, à insurgência[86]; outros ainda em que o objetivo intermediário é a eversão de um governo burguês constituído, que pode por sua vez ser perseguida através da combinação entre pressão pacífica de massas – reivindicando, por exemplo, novas eleições seguidas por uma assembleia nacional constituinte – e ação insurrecional visando a sua derrubada direta etc.

Nesses marcos, o que seria então uma *estratégia democrática*? Trata-se da teoria da articulação entre as frentes e modalidades de luta da classe ao objetivo final da construção de um Estado democrático de direito, à consecução da emancipação política. Quando desposada pelo proletariado e afirmada enquanto parte do caminho para o socialismo, o objetivo final democrático foi historicamente apresentado como um *momento ou etapa necessária* para criar as condições políticas que tornassem possível o engajamento em uma estratégia socialista, caso em que se avaliou que seria necessário conquistar a emancipação política materializada na existência de um Estado democrático de direito para se proceder à superação da sociabilidade fundada sobre o modo de produção capitalista. Não se deve perder de vista que, ao longo do século XX, quando uma estratégia democrática foi afirmada por parte de forças proletárias e/ou comunistas como momento necessário da luta pelo socialismo, muitas vezes se tratava de formulação estratégica que acompanhava o próprio processo histórico de concretização da revolução burguesa – como foi o caso, por exemplo, no Brasil (DEL ROIO, 2012, p. 218).

Entretanto, mesmo nesses casos não se pode afirmar que a relação entre objetivo democrático e objetivo socialista ocorra sem tensões. A verdade é que o objetivo com o qual se está comprometido tensiona o sentido geral da estratégia e, com ele, todo o conjunto de táticas à disposição da classe em luta. Nos marcos da estratégia democrática, por exemplo, a violência aberta só se legitima como resposta a rupturas provocadas na legalidade burguesa pela própria burguesia ou em casos em que essa legalidade sequer tenha sido ainda atingida: a combinação entre estratégia democrática e tática insurrecional pode, portanto, se dar nos casos em que a burguesia, por uma ou outra razão, quebrou a legalidade democrática de seu próprio Estado[87]. Mas mesmo em tais casos o recurso a formas de luta

---

[86] Não é demais insistir: por parte das forças defensivas, i. e., burguesas, o recurso à violência pode se dar a qualquer momento, independente da iniciativa e da decisão da classe trabalhadora e dos métodos de luta que o proletariado tenha decidido adotar. Tal recurso depende apenas da cogitação por parte da burguesia e de seus intelectuais sobre se é ou não politicamente necessário e vantajoso em uma ou outra situação determinada.

[87] É isso que explica que por vezes a estratégia democrática tenha sido

extralegais não ocorre sem forte tensão – que pode se manifestar, por exemplo, na problematização sobre se tais meios estão de acordo com os fins almejados – já que pode ser considerado um *recuo em relação ao objetivo democrático* na medida em que ultrapasse os limites do que é politicamente consensual na base do Estado democrático de direito, que é o monopólio estatal do uso legítimo da violência no sentido de resguardar os direitos considerados fundamentais.

A consideração do problema em um trabalho que tem como objeto o pensamento político de Carlos Nelson Coutinho tem o sentido de que, na base da necessidade de se lutar pelo objetivo final socialista nos marcos de uma estratégia democrática (que, como veremos, no pensamento coutiniano é *precedente* ao objetivo final socialista e ao mesmo tempo *concomitante* a ele), há um pressuposto necessário, uma constatação preliminar sempre presente: de que *as condições, quer objetivas quer subjetivas, não estão maduras para a construção do socialismo*, caso em que é necessária uma *mediação* em direção a uma estratégia socialista. Tem-se assim, nesse caso, uma estratégia de transição democrática para a transição socialista: nesse sentido, pode-se falar no surgimento de uma *transição para a transição*.

A principal diferença entre, de um lado, uma *estratégia democrática*, e, de outro lado, *táticas de luta democráticas articuladas no interior de uma estratégia socialista*, é a seguinte: na primeira, como se parte do pressuposto de que as condições objetivas e/ou subjetivas não estão maduras para a construção do socialismo – e, portanto, para o engajamento em uma estratégia socialista –, a consecução ou o aprofundamento da democracia política e/ou social, que se avalia que contribuirá para o avanço em direção à transformação socialista, subordina todo o conjunto de táticas à disposição do proletariado. Por isso, na prática, constituir ou manter um Estado democrático de direito *se apresenta como objetivo do princípio ao fim*, subordinando o desenrolar da estratégia e todo o arco de táticas disponíveis independentemente de se *proclamar* o *desejo* de chegar ao socialismo. Nesse caso, avalia-se que *o próprio objetivo final socialista só pode ser atingido por meios democráticos, identificando-se socialismo e democracia, mas também fim e meios, chegada e caminho.*

Já no caso da articulação de táticas de luta democráticas nos marcos de uma estratégia socialista, elas estão *subordinadas* à estratégia, cujo desenrolar concreto será, por outro lado, determinado

---

combinada à adoção de táticas insurrecionais, de luta armada. Para ficar apenas em *um* exemplo dentre *muitos* possíveis, foi esse o caso da guerrilha urbana comandada por Carlos Marighella quando de seu rompimento com o PCB.

pelo sucesso ou fracasso na aplicação de tais táticas, submetido permanentemente a reavaliações, ajustes etc. *Se o objetivo final é socialista, todas as formas de luta* (e de resistência, pois não se deve nunca desconsiderar a existência e a iniciativa do adversário) *devem ser mobilizadas para se o atingir, inclusive aquelas que forcem ou transcendam os limites da institucionalidade burguesa e de seu Estado democrático.* Aqui, os expedientes restritos aos marcos da ordem *podem e devem* se combinar a outros que extrapolem os limites dessa mesma ordem, tensionando-a rumo a sua eversão em direção à outra que se quer construir. Podem-se combinar, desde que se esteja devidamente preparado para isso, formas insurrecionais de luta a ganhos de posição em espaços da sociedade burguesa, deve-se combinar guerra de movimento e guerra de posição etc.

A combinação de diferentes táticas (ou a repetição de uma mesma, no caso de se avaliar que apenas uma tática de luta é possível), que se materializa quando da implementação histórico-concreta da estratégia, produz uma *via* ou um *caminho* para a transição socialista. Essa via *não pode ser definida a priori*, sendo produto e dependendo dos desdobramentos histórico-concretos da estratégia e das táticas empregadas na luta por um objetivo final e das reações a elas. A *via* é, de certo modo, o próprio caminho da luta de classes, e não deve ser confundida com o *fim* ou *objetivo* sob pena de que esse último se dilua no movimento e se perca o caráter teleologicamente orientado da ação política.

Como adverte Gramsci, "a verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo" ([1932-34] 1977, Q. 13, §24, p. 1614) que nos permita escolher modalidades, espaços e momentos de embate. Tal possibilidade ilimitada de escolha, que no limite chegaria a configurar uma disputa onde só um dos contendores tem condições reais de vencer, é meramente hipotética no caso da luta de classes: *nunca na história uma das classes sociais fundamentais teve tamanha superioridade sobre a outra.*

Assim, *a definição da via não depende jamais apenas da vontade do proletariado (ou somente daquela da burguesia),* mas sim das condições histórico-concretas em que se implementa sua estratégia, das respostas que ela provoca por parte do adversário, das interações entre elas, dos percalços que ela enfrenta em sua práxis transformadora em direção a seu objetivo final. Sendo assim, a via ao socialismo é o caminho histórico-concreto que toma a luta de classes a partir do momento em que o proletariado põe em movimento uma estratégia socialista.

É por isso que ao se afirmar, por exemplo, que a "via cubana" ao socialismo foi a guerra de guerrilhas, que a "via russa" foi a insurreição das massas proletárias, que a "via chinesa" foi a insurreição das massas camponesas etc., deve-se tomar cuidado para, com essa ideia de via, não se *absolutizar uma tática*, como se a eleição de apenas uma forma de luta, por mais que em tal ou qual processo ela tenha tido realmente importância destacada, resolvesse o problema de como se chegar a instaurar o socialismo. Tal conclusão seria inexata do ponto de vista historiográfico (por exemplo: negligenciaria a importância decisiva dos movimentos de massa urbanos na revolução cubana, do campesinato na revolução russa etc.), ainda que possa se expressar de modo perfeitamente coerente do ponto de vista lógico.

Há ainda um último ponto a abordar quanto ao problema do "caminho para o socialismo" antes que possamos retornar à exposição do pensamento coutiniano. Trata-se do problema do *adversário.*

Se não se rompeu com a ideia – e ela não parece em nada superada pelos desenvolvimentos da sociedade em que nos foi dado viver – de que a luta pelo socialismo se dá *contra a burguesia*, então pode ter alguma utilidade saber *qual é a estratégia do adversário que se enfrenta*, como mais um elemento a levar em conta no momento de eleger a própria estratégia. Qual é, afinal, nos marcos em que estamos discutindo, *a estratégia da burguesia*?

Para defini-la, é necessário ter em conta, em primeiro lugar, que essa estratégia se alterou historicamente, alteração essa que seguiu o próprio deslocamento da posição social da burguesia. Essa classe, hoje, já implementou em nível planetário a sociedade que tencionava, fundada sobre uma manifestação particular da divisão entre produtores diretos e apropriadores do excedente econômico, na qual é ela própria quem ocupa o lugar dos privilegiados, amparada juridicamente por seu estatuto de proprietária privada dos meios de produção fundamentais – caso em que seu privilégio social se manifesta na forma de um *direito* socialmente reconhecido enquanto legítimo. Isso não foi sempre assim: na virada do século XVIII ao XIX, ainda que as tendências à expansão monumental do capital já estivessem postas, nada indicava ao observador menos percuciente essa planetarização (daí o caráter visionário do trabalho de Marx e Engels). Nesse momento, no momento de superar o feudalismo, a burguesia foi uma classe revolucionária, se batendo contra ele, e aí sua estratégia foi uma estratégia revolucionária comprometida com a eversão do medievo.

Sua estratégia revolucionária esteve sempre determinada por um objetivo final que, por mais que não apontasse para a extinção da divisão da sociedade em classes sociais, apresentou-se inicialmente

como porta-voz da emancipação da humanidade em seu conjunto. Entretanto, uma vez atingido seu objetivo de superação das relações sociais de produção feudais e sua substituição pela universalização da relação social de capital, ou seja, instaurada uma sociedade onde vige uma nova dominação de classe – a dominação do proletariado por ela mesma –, sua estratégia passou a ser uma *estratégia defensiva*: a burguesia visa a conservar as relações sociais capitalistas na base da produção e da reprodução sociais da vida, valendo-se para isso das táticas necessárias[88].

É que na política (assim como na guerra), se o objetivo a ser atingido não for o extermínio completo do oponente – e o objetivo da burguesia, por motivos óbvios, não pode ser a aniquilação total do proletariado que produz a riqueza social –, a vitória é sempre instável. Aquela estratégia burguesa ofensiva teve de passar, portanto, à defensiva, combinando da melhor maneira as táticas adequadas à manutenção de sua ordem e a seu aprofundamento, enraizamento, estabilização, a seu desenvolvimento econômico e ao aperfeiçoamento de suas formas de dominação política.

A estratégia burguesa é, portanto, uma *estratégia defensiva de manutenção da ordem capitalista.* Tal estratégia demonstrou historicamente não desposar nenhum pudor ao se valer de qualquer meio à disposição para sustentar a vigência social desse objetivo, custe o que custar e valendo-se para isso de quaisquer meios a sua disposição, a depender de necessidades postas pelas exigências da dinâmica de acumulação do capital (que se manifesta desigualmente em nível planetário e está em permanente movimento e transformação) e pelo tipo de resistência ou oposição que enfrente. O proletariado, todas as vezes em que se aproximou de pôr em risco tal manutenção, experimentou na própria pele a grande flexibilidade tática da burguesia, manifesta através de seus aparelhos privados, de seus intelectuais e de seus exércitos – e nesse caso a referência a "exércitos" não tem nada de metafórica: trata-se *de verdade* de seus exércitos, que ela mobilizou sempre que necessário para garantir a continuidade ou a transformação sob controle daquelas condições.

Equipados com essas definições de tática, estratégia, via, objetivos e da relação entre tais categorias, retomemos o pensamento de Coutinho no momento em que ele envereda por tais temas, principiando

[88] Esse deslocamento da estratégia burguesa a uma estratégia defensiva se dá em meio a um processo histórico riquíssimo que se confunde com a própria superação do feudalismo e instauração da sociedade capitalista na Europa num período que se estende do fim do século XVIII à Primavera dos Povos em 1848. Cf. HOBSBAWM, 2002a e LUKÁCS ([1938] 2010).

pela seguinte constatação: no pensamento coutiniano, estratégia democrática e objetivo final socialista se unificam em uma mesma *via de transição progressiva*. Nesse processo, o objetivo final socialista termina por se subordinar à estratégia democrática, que por sua vez se dilui na via da luta tática exclusiva por reformas e pela ocupação de espaços no Estado democrático burguês, combinação essa interpretada como levando à ampliação da democracia em direção ao socialismo. A luta por reformas é, assim, alçada à condição de estratégia, e a *proclamação do objetivo final* socialista que advirá do acúmulo de forças progressivo do proletariado passa a constituir, na prática, *postulado ético-moral* ou *ideia reguladora* destacada da configuração estratégica concreta.

Nas próximas seções, exporei as peças que medeiam a conformação do quadro tal como vem de ser apresentado. A enunciação do seguinte silogismo "manco" ajuda a evidenciar o passo que vamos dar: na primeira proposição, no capitalismo monopolista as condições estão postas para a *possibilidade* de que a luta por reformas permita à classe operária acumular forças, ainda no interior da ordem e respeitando a legalidade democrática, no sentido do socialismo; no corolário, *só se pode* transitar ao socialismo, nessa fase do capitalismo, progressivamente e respeitando-se a institucionalidade democrática – através, portanto, da aplicação exclusiva de táticas de luta democrática. Se é assim, falta a segunda proposição em que: primeiro, *todas as outras possibilidades táticas são excluídas*; segundo, a possibilidade tática da luta por reformas no interior da ordem burguesa se torna *necessidade* e se eleva a motor de uma *via democrático-progressiva* determinada de antemão; terceiro, essa via passa a subordinar a *estratégia* de luta; quarto, esse processo culmina numa, na falta de palavra melhor, *estrategização*[89] de certos expedientes táticos no pensamento coutiniano[90].

---

[89] Quanto ao conceito de *estrategização*, cheguei a ele no decorrer da reflexão sobre o pensamento coutiniano, já que a palavra indica sinteticamente o processo de elevação de uma tática à condição de estratégia através da exclusão de outras possibilidades táticas, o que conduz a sua cristalização em via. Tinha com isso a intenção de dar uma ideia imediata, condensada, de tal processo. No prosseguimento de meus estudos, deparei-me com o trabalho de Valério Arcary (2000, cap.03), que havia cunhado a mesma expressão para se referir, de um lado, ao processo de adaptação da socialdemocracia alemã à ordem burguesa na virada para o século XX, e, de outro lado, à adesão da esquerda latino-americana à luta armada (elevada à condição de estratégia revolucionária na sequência da revolução cubana). Decidi, assim, incorporar o termo dando o crédito a seu criador.

[90] É perfeitamente compreensível, portanto, que Coutinho designasse como "reformismo revolucionário" sua proposta de caminho a ser seguido pelos comunistas na luta pelo socialismo: o hibridismo contido nessa denominação aponta para a superposição entre estratégia, tática e via.

Quanto ao prosseguimento da investigação, exige que busquemos responder às seguintes perguntas: como a luta por reformas se transforma de possibilidade em necessidade exclusiva, de "*uma* das formas alternativas de luta" a "*o* caminho da revolução" (COUTINHO, 1992, p. 17), elevando-se de tática a via e passando a subordinar a estratégia? Que outras possibilidades táticas foram excluídas? Como se dá sua exclusão ou descarte no pensamento coutiniano? Como, em nome do objetivo final da construção do socialismo, se passa a advogar a necessidade da luta pelo aprofundamento da democracia, chegando-se mesmo a confundir os dois objetivos?

A resposta à pergunta sobre quais seriam as *possibilidades táticas descartadas* é a mais imediatamente explícita no pensamento coutiniano: à "guerra de movimento" Coutinho opõe a "guerra de posição"; ao "ataque frontal" ou enfrentamento direto e aberto ele opõe a "conquista de posições e de espaços"; à "revolução permanente tal como a formularam Marx e Engels" opõe a "hegemonia"; à "conquista e conservação do Estado em sentido restrito", opõe a "direção político-ideológica" e o "consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e sua posterior conservação" (COUTINHO, 1981, pp. 103-104).

Embora diversos desses termos sejam colhidos por Coutinho na reflexão carcerária de Gramsci, há um largo debate – pleno de implicações políticas – entre os intérpretes do pensamento do marxista sardo sobre se, nele, tais movimentações táticas seriam excludentes umas em relação às outras ou deveriam se combinar, se articular sob os marcos de uma estratégia socialista. A posição coutiniana nesse debate é pela adesão às categorias articuladas em torno da "guerra de posição", descartando-se aquelas que ele entende como articuladas em torno da "guerra de movimento" ou "revolução permanente" (tratadas, essas duas, como sinônimos). Temos, portanto, de considerar como se dá esse descarte no pensamento coutiniano.

Em primeiro lugar, nele tais pares aparecem em *oposição exclusiva*: há exclusividade entre as táticas, tem que ser *uma ou outra*, e sequer se considera a possibilidade de *combinar uma e outra*. Tal possibilidade, perfeitamente compatível com uma estratégia socialista, anularia a postulação da via democrática como decorrência da necessidade exclusiva do acúmulo progressivo de forças decorrente da luta tática por reformas como caminho do socialismo. Nesse caso, a via seria indeterminável de antemão e a tática de luta por reformas democráticas (de conteúdo político ou social, como quer Coutinho) no interior da ordem seria apenas mais uma possibilidade dentre outras a serem articuladas: as lutas democráticas teriam resguardado seu caráter

tático, não se elevando à condição de exclusividade e daí à de via democrática, passando a subordinar a estratégia.

Em segundo lugar, intimamente relacionada com o que vem de ser apresentado, está a especificidade histórico-concreta de tipos diversos de formações econômico-sociais fundadas sobre o modo de produção capitalista. Ela se materializa em uma diferenciação surgida com a passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, que se expressa em duas categorias que acompanharão Carlos Nelson Coutinho ao longo de todo o seu pensamento maduro, constituindo chave indispensável a sua compreensão. Trata-se da diferenciação das formações econômico-sociais fundadas sobre o modo de produção capitalista em "orientais" e "ocidentais", ocorrida a partir da consolidação das novas determinações infra e superestruturais examinadas no capítulo anterior.

É a partir dessa diferenciação – cujos fundamentos examinaremos detidamente a seguir – que, nas formações ocidentais, o ataque frontal passa a ser considerado exclusivamente como causa de derrotas, sendo portanto descartado como possibilidade (COUTINHO, 1981, p. 105; [1999] 2007a, p. 150). Tal avaliação abre espaço à exclusividade da tática da luta por reformas e à elevação dessa tática a elemento condicionante da estratégia contida na afirmação coutiniana da via democrática ao socialismo, que busca fundir em um mesmo processo progressivo e gradual as estratégias socialista e democrática afirmando a identidade entre (verdadeira) democracia e (verdadeiro) socialismo.

05B. De Oriente a Ocidente (I): ampliação do Estado, revolução processual e *necessidade* da via democrática ao socialismo

A fundamentação, no pensamento coutiniano maduro, da mútua exclusividade entre as formas de luta do proletariado – de um lado, processo / disputa de hegemonia / guerra de posição; de outro lado, assalto / coerção / guerra de movimento – reside, como já sublinhado, na diferenciação entre Ocidente e Oriente. Tal diferenciação começa a ser trabalhada por Coutinho em 1976, no artigo *Um certo sr. Gramsci* escrito para o Jornal do Brasil[91]. Ali é onde aparece a primeira referência

[91] Ali já se pode ler, por exemplo, que nas "formações sociais onde não se desenvolveu uma sociedade civil forte e articulada, a luta de classes se trava predominantemente em torno da conquista e da manutenção da 'sociedade política'. No caso inverso as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista ideológica – ao consenso – dos setores majoritários da população. Quando o país apresenta uma sociedade

coutiniana a Gramsci como "o teórico da revolução no Ocidente", além de "o único pensador marxista ocidental a tentar responder em nível teórico aos problemas que se colocaram aos Partidos comunistas e socialistas no período do avanço fascista e, sobretudo, naquele posterior à Segunda Guerra Mundial" (COUTINHO, 1976b).

Trata-se da primeira formulação, e, enquanto tal, carrega certas aberturas que serão posteriormente fechadas pelo autor por não se coadunarem com a coerência de seu pensamento político tomado unitariamente. Basta assinalar, quanto a isso, que nesse artigo lemos que o maior exemplo histórico da estratégia gramsciana da conquista progressiva de espaços obtida através da guerra de posições é "o da burguesia francesa, que ao longo do século XVIII – antes mesmo de se apoderar em 1789 dos mecanismos da 'sociedade política' – já era classe dirigente e hegemônica no seio da 'sociedade civil'" . Essa observação é incompatível com o pensamento coutiniano maduro, no qual o surgimento da sociedade civil data inequivocamente da passagem do capitalismo a sua fase monopolista de Estado.

Apesar disso, a referida observação é compatível com o tratamento da categoria por Gramsci, que é, portanto, considerado ambíguo por Coutinho em texto escrito apenas alguns anos depois daquele citado acima. Veja-se a diferença entre a afirmação constante no artigo acima e o sentido desta passagem:

> [...] estamos diante de um tópico sobre o qual há nos *Cadernos* certa ambiguidade: Gramsci parece oscilar entre uma posição que afirma a presença da sociedade civil mesmo em sociedades pré-capitalistas – uma posição menos frequente e que vai desaparecendo à medida que suas notas avançam no tempo –, e outra posição, mais sólida e fundamentada, que afirma ser a sociedade civil característica distintiva das sociedades onde existe um grau elevado de socialização da política, de organização popular. (COUTINHO, 1981, p. 94).

Não é o caso de discutir, agora, o conteúdo da categoria em Gramsci, mas sim de assinalar que, independente de haver ou não ambiguidade em Gramsci quanto ao assunto, nota-se na diferença de posicionamento observada anteriormente um movimento ocorrido na própria interpretação coutiniana do pensamento do marxista sardo. Ainda assim, importa mostrar que embora, nesse momento do pensamento coutiniano, as categorias de "Ocidente" e "Oriente" ainda

civil rica e pluralista, a obtenção de uma ampla hegemonia deve preceder a tomada do Poder [...]". (COUTINHO, 1976b).

não tenham encontrado a elaboração acabada que terão em Coutinho alguns anos depois, a ideia central na base de sua diferenciação já se explicita.

Isso fica claro, por exemplo, nesta passagem:

> A presença [nos países ocidentais adiantados] de uma sociedade civil altamente complexa – herança de uma tradição secular de democracia e de liberdade política, inexistente numa sociedade de tipo "oriental" como era a Rússia de 1917 – impõe às classes sociais a necessidade de um longo e amplo combate pela hegemonia e pelo consenso. (COUTINHO, 1976b).

Essa diferenciação foi sendo desenvolvida e aprofundada, ao longo dos anos posteriores, em diversos textos, dentre os quais sem sombra de dúvida merecem destaque alguns dos constantes no livro *A democracia como valor universal* (COUTINHO, 1980a, especialmente *Gramsci e Nós* – COUTINHO, 1980a$_2$), assim como toda a parte autoral do livro *Gramsci* (COUTINHO, 1981). Foi finalmente exposta de modo mais acabado, unitário e coerente, articulando uma concepção coutiniana do Estado ampliado a uma teoria processual da revolução, no já mencionado ensaio *A dualidade de poderes*.

É necessário, aqui, dizer algumas palavras sobre esse ensaio. Trata-se da publicação – originalmente em 1985 (COUTINHO, 1985), reeditado com algumas diferenças dignas de nota no livro *Marxismo e política* (COUTINHO, [1985] 2008a$_1$) – de texto elaborado na primeira metade dos anos 1980 e apresentado inicialmente, em dezembro de 1983, como trabalho de conclusão da disciplina Seminário de Doutorado, no curso de doutoramento que Coutinho iniciou no IUPERJ (COUTINHO, 1985, p.09; [1985] 2008a$_1$, p.69; confirmado em entrevista concedida a mim por Andréa Teixeira na série já citada) e não concluiu devido a sua aprovação como livre-docente na UFRJ – equivalente ao título de doutor e que o dispensou, por isso, da obtenção do título.

O pensador baiano buscou, no texto em questão, fundamentar e alinhavar teoricamente todo um conjunto de ideias com as quais já vinha trabalhando desde os anos 1970 no conjunto de textos com o qual temos estado às voltas. Por isso, boa parte da argumentação presente aí – surgimento da sociedade civil e ampliação do Estado na passagem do capitalismo a sua fase monopolista, novo papel da luta por reformas como base para a acumulação de forças no rumo do socialismo etc. – é aquela que já foi trabalhada no capítulo anterior.

A principal novidade no ensaio reside na explicitação da vinculação exclusiva entre: de um lado, Estado restrito (e seu reflexo no pensamento, a teoria restrita do Estado), concepção explosiva da

revolução, disputa política fundada sobre a coerção – Oriente; de outro lado, Estado ampliado (e seu reflexo no pensamento, a teoria ampliada do Estado), concepção de revolução como processo, disputa política fundada sobre a hegemonia – Ocidente. Tais categorias são articuladas por Coutinho, a partir de sua interpretação do pensamento gramsciano, no sentido de apresentar as duas totalidades nomeadas Oriente e Ocidente como mutuamente exclusivas[92].

Nosso autor localiza em carta datada de fevereiro de 1924 a primeira vez em que Gramsci tratou da "diferença estrutural entre as formações econômico-sociais do 'Ocidente' e do 'Oriente', com a *necessária* consequência de que é preciso elaborar estratégias que levem em conta e se adequem a essa diferença" (COUTINHO, 1981, p.52; [1999] 2007a, p.64 – grifo meu). A formulação gramsciana a que Coutinho faz referência é a seguinte:

> Na Europa Central e Ocidental [...] o desenvolvimento do capitalismo não apenas determinou a formação de amplos estratos proletários, mas também e em consequência criou o estrato superior, a aristocracia operária, com seus anexos de burocracia sindical e de grupos socialdemocratas. A determinação, que na Rússia era direta e lançava as massas às ruas para o assalto revolucionário, complica-se na Europa Central e Ocidental por causa de todas essas superestruturas políticas, criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo; elas fazem com que a ação das massas seja mais lenta e mais prudente, e exigem, por conseguinte, que o partido revolucionário desenvolva toda uma estratégia e uma tática bem

[92] Lembro ao leitor que a tentativa de determinação no plano teórico das peculiaridades a diferenciar Oriente e Ocidente não se inicia nem termina com Gramsci. O debate sobre o assunto se instala na socialdemocracia já a partir do chamado "ensaio geral" russo de 1905 e de suas diferentes repercussões sobre o movimento operário alemão (entre partidários e contrários à greve geral como método de luta operária), atravessa a interpretação da Revolução de Outubro nos países assim chamados ocidentais (exemplo do qual recolher lições ou excrescência típica do Leste atrasado?), se instala no seio da III Internacional nos anos 1920 (sendo objeto de debate acalorado em seus Congressos), reverbera em Gramsci no cárcere ("guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 17"; "guerra de posição que era a única possível no Ocidente" – GRAMSCI, [1930-32] 1977, Q. 7, § 16, p. 866), se torna pedra de toque no PCI do pós II-Guerra (na construção da proposta do chamado "caminho italiano para o socialismo") e pauta parte mais ou menos significativa da reflexão de numerosos intelectuais ao redor do mundo ainda hoje. Elementos para a historicização do problema são encontrados em: ANDERSON, 1976, pp. 5-18; STRADA, [1979] 1984; SALVADORI, [1979] 1984; HEGEDÜS, 1984 (item 5, pp. 166-171); GETZLER, 1985; SOFRI, 1987; MÁREK, [1982] 1991; BIANCHI, 2008, pp. 199-251.

> mais complexas e de longo alcance do que as que foram necessárias aos bolcheviques no período compreendido entre março e novembro de 1917 (GRAMSCI, *apud* COUTINHO, 1981, pp.52-53; [1999] 2007a, p.64).

Gramsci, na passagem citada[93], está refletindo sobre formações econômico-sociais histórico-concretamente determinadas, como a Rússia de 1917 de um lado e as formações de Europa Central e Ocidental da virada para os anos 1920 de outro, para daí problematizar certas posições políticas de Amadeo Bordiga, de quem diverge no Comitê Central do PCI. É compreensível, portanto (sobretudo por se tratar de uma carta), que não desenvolva mais profundamente as diferenças assinaladas, apenas fazendo a elas rápida referência.

Entretanto, apesar da brevidade do tratamento do tema na passagem, já estão presentes aí as principais bases sobre as quais Coutinho trabalhará para desenvolver sua interpretação das diferenças entre Ocidente e Oriente e, a partir disso, sua avaliação do caráter *necessariamente processual* da revolução no Ocidente – que desembocará na defesa da necessidade da via democrática ao socialismo para as formações sociais ocidentais. Vejamos como isso se dá, iniciando pelo que caracteriza o Oriente e a concepção restrita de Estado associada a ele.

As formações econômico-sociais orientais são, para Coutinho, aquelas onde ainda não houve o surgimento da sociedade civil e a consequente ampliação do Estado estudados anteriormente. Na base econômica de tais formações, a extração de excedente econômico se dá, sobretudo, sob a forma de mais-valia absoluta, a pauperização do proletariado se manifesta também absolutamente, o capitalismo ainda não transitou a sua fase monopolista; na superestrutura política, a dominação burguesa se dá principalmente através da coerção (do Estado em sentido restrito, portanto) e, consequentemente, a participação política do proletariado é reduzidíssima, o que leva sua ação a se dar principalmente através de vanguardas pouco numerosas. Ainda, como a dominação se dá coercitivamente, a reação proletária também se

---

[93] Transcrevi a passagem literalmente como se encontra citada nos textos coutinianos. Entretanto, o início da frase na citação coutiniana não coincide com o início da frase na carta de Gramsci de onde ele retirou a passagem. A frase, nessa última, se inicia antes, com a afirmação de que "a concepção política dos comunistas russos formou-se num terreno internacional e não no nacional". Cf. a *Carta a Togliatti, Scocimarro e outros*, remetida por Gramsci de Viena em 09 de fevereiro de 1924. Vale notar que essa afirmação gramsciana autoriza a que se ponha em questão a pertinência da relação entre concepção política explosiva e atuação em condições orientais que estudaremos na presente seção.

manifesta no campo da violência aberta, levando a luta de classes a se dar de forma aberta, acirrada e explosiva (COUTINHO, [1985] 2008a$_1$, pp. 21-22).

Essas são as determinações fundamentais do Oriente, que se expressam no plano teórico no que o marxista baiano chamou de uma "concepção restrita do Estado". O que é, então, essa concepção restrita do Estado?

Antes de mais nada, ela é o reflexo pensado do Estado característico de formações econômico-sociais orientais, ou seja, daquelas onde ainda não houve o surgimento da sociedade civil e a ampliação do Estado. É apresentada por Coutinho como uma concepção do Estado em que "esse seria a expressão *direta* e *imediata* do domínio de classe ('comitê executivo' [ou 'comitê da burguesia' em COUTINHO, 1985, p. 19]) exercido através da coerção ('poder de opressão')" (COUTINHO, [1985] 2008a$_1$, p. 51). Funda-se, portanto, sobre materialidade limitada aos ou expressa preponderantemente nos "aparelhos repressivos e burocrático-executivos" (p. 20), considerando o exército e a polícia os instrumentos fundamentais do poder político.

Tal concepção de Estado, segundo Coutinho, reproduz no plano ideal uma situação real, vigente em uma "época de escassa participação política, quando a ação do proletariado se exercia sobretudo através de vanguardas combativas mas pouco numerosas, atuando quase sempre na clandestinidade" (pp. 51-52) em que o aspecto coercitivo do Estado se colocava em primeiro plano na própria realidade. Logo, a concepção restrita do Estado corresponde ao Estado próprio do Oriente.

Coutinho, na edição do texto que temos acompanhado até aqui, explica deste modo a adoção do termo "restrita" para nomear tal concepção[94]:

> Ao definir essa concepção como "restrita", tentei ressaltar o seu caráter unilateral, ou, mais precisamente, o fato de que ela se concentra em algumas determinações abstratas (parciais) do Estado. Também mostrei que essa abstratividade ou "unilateralidade", no caso de Marx e Engels, não é de natureza gnosiológica, mas sim histórico-ontológica: a percepção do aspecto repressivo (ou "ditatorial") como aspecto principal do fenômeno estatal corresponde, em grande parte, à natureza real

[94] A redação tal como apresentada aqui é significativamente diferente daquela da versão original do ensaio, publicada em 1985. Há razões para essa diferença, que serão discutidas em outro ponto do presente trabalho. Por ora, adotarei a versão mais recente, mas devido às diferenças entre essas duas versões do texto remeterei, nas próximas citações, às páginas em ambas, retornando depois ao procedimento usual de citar apenas a mais recente.

> dos Estados capitalistas com que se defrontaram tanto Marx e Engels no período do *Manifesto* quanto (se nos limitarmos ao caso russo) Lênin e os bolcheviques. (COUTINHO, [1985] 2008a$_1$, p. 51).

Essa seria, portanto, a concepção de Estado característica de Marx e Engels durante a maior parte de suas vidas e de Lênin enquanto dirigente da revolução russa.

Note-se na citação acima que a consideração da concepção restrita do Estado como *ao mesmo tempo* característica do Estado pré-monopolista *e* abstrata tem por fundamento a identificação entre desenvolvimento histórico e enriquecimento gnosiológico. A concepção restrita do Estado seria, portanto, aquela que refletiria no plano teórico-político o movimento global do capital no momento de seu desenvolvimento em que ele necessariamente "conduziria o proletariado à pauperização absoluta" (COUTINHO, 1985, p. 19; [1985] 2008a$_1$, p. 21), levando à impossibilidade da manutenção do domínio burguês por mecanismos que não a coerção aberta. Essa tendência à pauperização absoluta levaria, portanto, à "necessidade de uma coerção permanente" (COUTINHO, 1985, p. 20; [1985] 2008, p. 21) por parte da burguesia ciosa de manter sua dominação.

Tal concepção restrita, por sua vez, "será claramente relacionada com a teoria da revolução socialista em *O Manifesto do Partido Comunista*" (COUTINHO, 1985, p. 18; [1985] 2008a$_1$, p. 20). O raciocínio segue coerentemente o caminho palmilhado até aqui: a necessidade de coerção permanente e aberta por parte da burguesia leva a reação do proletariado em luta a também se dar de forma violenta. Tal situação se expressa sob a forma de *guerra civil* que assume a luta de classes nas sociedades orientais – aquelas em que o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa (em contraposição às ocidentais onde o Estado e a sociedade civil estão em relação equilibrada).

Essa forma de guerra civil, por sua vez, deságua em uma *transição ao socialismo por via insurrecional-explosiva, com ruptura súbita e violenta da legalidade burguesa*. Vejamos nas palavras do autor:

> De duas premissas – (a) o Estado como "comitê da burguesia" monopoliza toda a esfera legal da política, e (b) as leis da acumulação capitalista não permitem nenhuma concessão aos interesses da classe proletária no interior da atual sociedade – segue-se uma conclusão: já que a forma política da luta de classes é a guerra civil, a transição ao socialismo implica uma explosão insurrecional e uma ruptura súbita e violenta com a ordem burguesa. (COUTINHO, 1985, p. 20; [1985] 2008a$_1$, p. 21).

Esse caminho violento e explosivo ao socialismo se concretiza, na interpretação coutiniana da formulação de Marx e Engels, na elaboração da ideia de *dualidade de poderes* a partir da assimilação pelos autores da experiência do proletariado nos "movimentos insurrecionais ocorridos na Europa em 1848" (COUTINHO, 1985, p. 21; [1985] 2008a$_1$, p. 22). De tal assimilação advém ainda, segundo Coutinho, o "'golpismo' que marca muitas de suas posições por volta de 1848" (COUTINHO, [1982-83] 2008a$_2$, p. 80), expresso na concepção da transição ao socialismo como obra de pequenos grupos decididos, "de modo bastante similar ao de Blanqui: a conquista do poder resultaria de uma insurreição proletária dirigida por uma vanguarda de tipo jacobino, por uma minoria conspirativa organizada clandestinamente"[95] .

Tal concepção da revolução, que "reflete o aguçamento extremo de um conflito de classes" (COUTINHO, [1985] 2008a$_1$, p. 22), expressa uma situação em que o estabelecimento de um contra-poder proletário, por oposição ao poder burguês instituído, "só pode desembocar na supressão violenta de um dos dois poderes" (p. 23) após um rápido período de transição conduzindo a uma "ditadura do proletariado" (1985, p. 25 – suprimido em [1985] 2008a$_1$) através de uma "revolução permanente" (1985, p. 23; [1985] 2008a$_1$, p. 23).

Tal movimento aparece sintetizado por Coutinho da seguinte forma:

> Se quisermos resumir brevemente esse período inicial do desenvolvimento teórico-político de Marx e Engels ["inicial" por oposição aos "últimos Marx e Engels" – V.N.], poderemos dizer que há uma articulação mais ou menos rigorosa entre algumas formulações:
>
> a) uma noção "restrita" do Estado, segundo a qual esse seria uma espécie de "comitê executivo" da classe dominante (a sua expressão direta e imediata), um organismo que despolitiza a sociedade e se vale essencialmente da coerção para cumprir suas funções;
> b) uma concepção da luta de classe como conflito bipolar e

[95] Coutinho matiza o "golpismo" marx-engelsiano lembrando que os dois "insistiram – [...] sobretudo a partir da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864 – na ideia de que a libertação do proletariado é obra do próprio proletariado, e não, portanto, de pequenas minorias agindo em seu nome". Ainda assim, na mesma página, reafirma: "parecem-me válidas muitas das observações de Eduard Bernstein sobre a presença de posições blanquistas em Marx e Engels" (COUTINHO, [1982-83] 2008b, p. 80), que entretanto não teria sido justo ao generalizar esse blanquismo para todos os períodos da produção teórica marx-engelsiana.

"simplificado" entre burgueses e proletários, como uma confrontação que pode ser definida como uma "guerra civil mais ou menos oculta" que levará necessariamente a uma "explosão";

c) uma visão da revolução socialista proletária como "revolução permanente", que tem seu momento resolutivo na constituição de um contrapoder, ou seja, na criação – ao lado e em choque com o poder burguês – de um *poder material armado* da classe operária, que deve "derrubar violentamente" o poder burguês e substituí-lo (uma formulação que seria posteriormente complementada com a ideia de que a máquina estatal da burguesia deve ser "quebrada" – e não apenas apropriada – pelo proletariado);

d) uma percepção do duplo poder como algo transitório, de breve duração, que não só implica a eliminação "violenta" de um dos dois contendores, mas também a construção de um governo ditatorial pela parte vencedora (disso resulta a convicção – que Marx iria formular logo após – de que a luta de classe conduz necessariamente à "ditadura do proletariado"). (COUTINHO, 1985, p. 25; ligeiramente modificado, com a supressão da menção à defesa da ditadura do proletariado por Marx, em [1985] 2008a$_1$, pp. 24-25).

Quanto a Lênin, "operando nos quadros do Estado feudal-absolutista da Rússia de seu tempo, [também] define o Estado de modo 'restrito' – ou seja, como algo cujos 'instrumentos fundamentais (são) o exército permanente e a polícia" (COUTINHO, [1985], 2008a$_1$, pp. 35-36), cuja essência "reside em seus aparelhos coercitivos e repressivos" (p.31). Como "o líder russo se defrontava com um tipo de Estado e com uma situação revolucionária que se assemelhavam enormemente ao Estado prussiano de 1848 e ao tipo de revolução ('permanente') que Marx e Engels supunham que iria ocorrer na Alemanha de então" (pp.30-31), ele "segue de perto as formulações de Marx e Engels em 1848-1850" (p. 30). Estuda rigorosamente a teoria marxista do Estado para "combater o que ele chama de 'tergiversações do marxismo' pelos 'oportunistas' da Segunda Internacional, representados na Rússia pelos mencheviques" , não podendo contemplar, devido a esse caráter instrumental de sua reflexão, "a possibilidade (ou a eventual necessidade) de *renovar* essa doutrina, acrescentando *novas determinações* ao conceito histórico-materialista de Estado" .

A conclusão da caracterização coutiniana de Lênin é a seguinte:

> Parece-lhe suficiente, para enfrentar a situação de duplo poder com que se defronta e encaminhá-la no sentido da revolução socialista, conceber o Estado do mesmo modo "restrito" como Marx e Engels o haviam feito em 1848-1850 e aceitar a maneira "explosiva" como eles formularam a noção de revolução. (COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 31).

Por outro lado, as formações econômico-sociais ocidentais são aquelas em que já se transitou ao capitalismo monopolista. Se caracterizam pela "presença de uma sociedade civil altamente complexa" (COUTINHO, 1976b) fundada, como já vimos, sobre a democracia, as liberdades políticas e os direitos sociais conquistados pelas classes trabalhadoras através de suas lutas nos marcos do processo de socialização da política e dos consequentes surgimento da sociedade civil e ampliação do Estado estudados anteriormente. Em sua base econômica está o deslocamento da predominância da forma de extração do excedente econômico da mais-valia absoluta para a relativa, acompanhada pela relativização do empobrecimento do proletariado e pela redução da jornada de trabalho. Na superestrutura política, a dominação burguesa monopolista se dá através do consenso, manifestando-se através da hegemonia na esfera da sociedade civil. A coerção é reservada aos que não consentem, a participação política do proletariado é numerosa, forte e organizada, se dando através de partidos e sindicatos de massa, imprensa etc., sendo a violência aberta descartada numa situação em que a luta de classes se dá de forma atenuada. No Ocidente, a revolução deve ocorrer de forma processual, paulatina, através de acúmulo progressivo de força nos marcos da democracia política e social, e a ele corresponde uma teoria ampliada do Estado.

A teoria ampliada do Estado é, portanto e antes de mais nada, o reflexo pensado do Estado característico de formações econômico-sociais ocidentais, ou seja, daquelas onde já houve, nos marcos do capitalismo monopolista, o surgimento da sociedade civil e a ampliação do Estado. Sabendo disso, podemos agora proceder ao estudo de como essa teoria ampliada do Estado – e sua contraposição à concepção restrita que vimos de examinar – *está na base da concepção da revolução como processo*. A explicitação dessa relação é importante porque será ela que fundamentará a exclusividade entre as diferentes formas táticas de luta (manifesta na alternativa "ou/ou", ou uma forma tática de luta ou outra, na base da estrategização das táticas da luta democrática) que nos interessa compreender.

Para Coutinho, é a teoria ampliada do Estado que "permite a Gramsci responder de modo original à questão do fracasso da revolução

[socialista] nos países ocidentais" (COUTINHO, 1981, p. 103; [1999] 2007a, p. 147). O autor refere-se aqui, evidentemente, à derrota das revoluções e ao aborto das tentativas na Europa Central e Ocidental na virada dos anos 1910 aos anos 1920 (Hungria, Alemanha e Itália, por exemplo), que levaram ao isolamento da Rússia dos sovietes.

Para o pensador baiano, esse fracasso ocorreu porque, nesses países,

> não se levou na devida conta a diferença estrutural que existe entre, por um lado, as formações sociais do "Oriente" (entre as quais se inclui a Rússia tzarista), caracterizadas pela debilidade da sociedade civil em contraste com o predomínio quase absoluto do Estado-coerção; e, por outro, as formações sociais do "Ocidente", onde se dá uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, onde se realizou concretamente a "ampliação" do Estado. (COUTINHO, 1981, p. 103; [1999] 2007a, p. 147).

Coutinho infere dessas derrotas uma lei geral: não levar em conta as especificidades das sociedades ocidentais na configuração da estratégia revolucionária leva à derrota. Mas isso põe a ele a necessidade de responder às seguintes questões: em primeiro lugar, como é que se pode considerar como causa principal de tais derrotas o desconhecimento das especificidades do Ocidente? Em segundo, tendo sido possível de fato localizar ali a raiz do problema, o que autoriza a generalização dessas experiências e a partir daí a referida inferência?

O estudioso do pensamento de Coutinho se depara, à primeira vista, com um inquietante silêncio em torno do assunto. No lugar da clara enunciação e do enfrentamento a tais questões, o que se encontra espalhado por diversos de seus textos são afirmações que tratam as referidas relação causal e generalização como óbvias ou auto-evidentes, cuja demonstração seria, portanto, desnecessária.

É esse o caso ao pensar tanto o movimento comunista internacional quanto a atuação da esquerda brasileira, como aparece nestes dois exemplos: primeiro, no plano internacional, quando Coutinho afirma não ser necessário insistir "sobre os trágicos resultados a que levou [a] retomada aventureirista da 'guerra de movimento'" (COUTINHO, 1981, p. 106; [1999] 2007a, p. 151) por parte dos partidos comunistas "num período em que ela 'só é causa de derrotas'" (COUTINHO, 1981, p. 106; ligeiramente modificado em [1999] 2007a, p. 151). O autor se refere aí à política da III Internacional entre 1929 e 34, conhecida comumente como política de classe contra classe, que teria tido como desfecho indesejado a vitória do nazi-fascismo devido à

incapacidade de resistência conjunta entre comunistas e socialdemocratas. Segundo, no plano nacional, quando alerta às "forças realmente populares" sobre os perigos do "golpismo de esquerda", materializado em "tentativas de impor modificações radicais por meio da ação de minorias (militares ou não)", que teria conduzido tais "forças populares" a "grandes desastres políticos" como... a "tragédia de 1964" (COUTINHO, [1979] 1980a[1], p. 37).

Refletindo mais atentamente, entretanto, nota-se que na verdade ocorre um *enfrentamento implícito* àquelas questões ao longo de todo o pensamento coutiniano maduro. E mais: é correto, inclusive, afirmar que é sobre tal enfrentamento que repousa boa parte do esforço intelectual do marxista baiano no sentido de formular uma resposta à *necessidade* de uma concepção processual da revolução socialista e democrática – uma estratégia democrática de transição à transição socialista assentada sobre a aplicação exclusiva da tática de luta por reformas e conquistas parciais e cumulativas no interior da ordem burguesa. Isso fica claro não apenas nos *temas* que o autor seleciona e sobre os quais constrói sua proposta estratégica, mas também no *tratamento* que é dado a eles: na *oposição exclusiva* sobre a qual eles são construídos.

São duas as chaves para responder à pergunta sobre a relação causal entre se dar ou não se dar conta das especificidades do Ocidente e, a partir daí, vencer ou ser derrotado na luta de classes: primeira, a associação muito direta estabelecida pelo autor (à qual já chamei a atenção do leitor) entre correção na teoria, acerto na estratégia e obtenção de resultados favoráveis na prática; segunda, a interpretação coutiniana do desenvolvimento da sociedade civil, que, já tendo sido examinada pelo lado da abertura de possibilidades de avanço e acumulação de forças em direção ao socialismo à classe operária, deve ser agora estudada pelo outro lado – como *espaço político que reforça a estabilidade da ordem burguesa* na medida em que a torna resistente a certo tipo (explosivo) de mudança. Nesse sentido, o surgimento e a consolidação da sociedade civil característicos do Ocidente representam para Coutinho o estabelecimento de um espaço político que põe a *necessidade* para o proletariado socialista da adesão a uma estratégia fundada sobre uma concepção processual da revolução.

A capacidade de resistência da sociedade civil à eversão das relações sociais características da sociabilidade capitalista, tal como se apresenta no raciocínio coutiniano, só pode ser adequadamente compreendida através do recurso à teoria ampliada do Estado. Na verdade, a função da sociedade civil de resistir à mudança e reforçar a estabilidade da ordem vigente já foi tangenciada no capítulo anterior,

quando, ao apresentar o processo de ampliação do Estado, mostrei que para Coutinho ela se deu no sentido de garantir o cumprimento da função estatal de manutenção das condições de reprodução social da ordem burguesa. Ali, examinamos o passo no raciocínio do autor em que, a partir do fortalecimento e da massificação das organizações operárias desencadeado pela socialização da política, os demais grupos sociais foram forçados a passar a também se organizar massivamente e a disputa dos rumos da sociedade passou a se dar cada vez mais entre grupos massivos organizados, a princípio, em defesa de seus interesses ("a princípio" porque o proletariado pode superar esse limite corporativo através da catarse, e porque a burguesia apresenta seus interesses como universais), e não apenas entre pequenos grupos ou indivíduos atomizados mediados por um Estado restrito e essencialmente coercitivo.

O que não havia sido examinado naquele momento é que isso, para o autor, levou à diferenciação entre os dois tipos "oriental" e "ocidental" de sociedade capitalista, cada um dos quais *exige* uma estratégia particular de luta. A base para essa exigência, de certo modo já contida na citação de Gramsci por Coutinho no início da presente seção, reside sumariamente no seguinte:

> No Oriente, o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma relação equilibrada: a um abalo do Estado, imediatamente se percebia uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; a proporção varia de Estado para Estado, como é evidente, mas precisamente isso requeria um cuidadoso reconhecimento de caráter nacional (Antonio GRAMSCI, *apud* COUTINHO, 1981, p. 106; [1999] 2007a, pp. 151-152).

Aqui é necessário marcar que o autor insiste na importância de dirimir um possível mal-entendido:

> a "ocidentalidade" de uma formação social não é [...] um fato puramente geográfico, mas sobretudo um fato *histórico*. Ou seja: Gramsci não se limita a registrar a presença sincrônica de formações de tipo "oriental" e de tipo "ocidental", mas indica também os processos histórico-sociais, diacrônicos, que levam uma formação social a se "ocidentalizar" (COUTINHO, 1981, p. 104; [1999] 2007a, p. 148).

Como discutido anteriormente, para Coutinho a passagem das formações econômico-sociais do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista de Estado – à qual corresponde sua ocidentalização – vem acompanhada da socialização da política, do florescimento da sociedade civil e da consequente ampliação do Estado. Isso, como vimos, põe novas possibilidades para a luta socialista da classe operária, *mas põe também novos problemas.*

Tais problemas residem principalmente no fato de que a ocidentalização das formações econômico-sociais passou a pôr a *necessidade de se obter o consenso de amplos grupos sociais* para que se possa operar de modo politicamente eficiente. No Ocidente, é simplesmente ineficaz tentar impor a vontade de pequenos grupos contra a dos grupos massivos organizados e politicamente ativos na sociedade civil, ainda que para isso se conseguisse tomar o Estado restrito através de golpes de mão e se buscasse, a partir dele e de cima para baixo, impor um projeto diferente daquele com o qual a sociedade civil tomada em sua maioria já consensuou. Tentar isso esbarraria em incontornáveis e poderosas resistências coletivas, forjadas unitariamente através da construção de um consenso que aponta em outra direção, forçando o postulante a recuar.

A partir da consolidação da sociedade civil, portanto, é ela que se torna a principal arena onde ocorre a luta política – e, consequentemente, os avanços e recuos de cada uma das posições em contenda –, tornando-se necessário avançar pacífica e gradualmente nesse campo para, apoiando-se sobre as posições aí conquistadas, triunfar no terreno da sociedade política e reverter as relações sociais na base da dominação capitalista.

A formulação exposta nos últimos parágrafos é, ainda que apontando para o que "Gramsci" afirmaria sobre tal ou qual problema, a formulação *por parte de Coutinho* de *sua própria posição política* na virada aos anos 1980. Vale notar que nos trechos que vêm de ser citados, redigidos entre 1979 e 1981, ainda não havia ocorrido a abertura da reflexão teórica coutiniana à possibilidade de que a "guerra de posições" se travasse também no âmbito da sociedade política, que, como vimos, se processa a partir da assimilação da reflexão poulantziana tardia ocorrida na primeira metade dos anos 1980.

Demonstrando o deslocamento em sua própria posição, então recém-ocorrido, Coutinho afirmou em debate ocorrido em 1986:

> Gramsci, em última instância, ainda me parece preso a uma concepção do tipo "tudo bem, é preciso conquistar espaços na sociedade civil, obter uma hegemonia prévia, mas há um certo

> momento em que inevitavelmente ocorrerá um choque frontal entre o bloco das forças subalternas, já hegemônico, e o Estado-coerção". Ou seja, há nele resíduos ainda não superados de uma teoria "explosiva" da revolução. (COUTINHO, *in* GARCIA [org.], 1986, p. 63).

Note-se que na citação acima Coutinho afirma claramente duas coisas: primeira, *a diferença entre sua concepção da revolução ou do caminho ao socialismo e aquela de Gramsci*; segunda, pela negativa, que *é perfeitamente possível que a transição ao socialismo ocorra sem um choque frontal entre o bloco das forças subalternas e o Estado-coerção*.

Apesar da revisão no sentido da superação dos "resíduos" gramscianos de uma concepção explosiva, o fundamental do raciocínio até aqui exposto se mantém: é necessário vencer a batalha política no âmbito do Estado ampliado, e não naquele circunscrito ao Estado restrito, o que para Coutinho significa que é necessário conquistar o consenso da maioria da população *antes* de se poder tornar classe dominante. Ou ainda: a partir do surgimento e da consolidação da sociedade civil que levou à ampliação do Estado, não se pode romper o suposto consenso da maioria no processo de transformações sociais profundas, radicais.

Assim, a referida resistência da sociedade civil à quebra brusca e unilateral de um contrato com o qual ela, em sua maioria, já consensuou, põe, como exigência para a vitória da classe operária em sua luta pelo socialismo, a necessidade de uma estratégia fundada na concepção da revolução como processo, a exigência da obtenção da hegemonia ou do consenso majoritário como pré-requisito ao exercício da supremacia. O que varia é apenas que, em um primeiro momento, Coutinho extrai de sua interpretação de Gramsci a necessidade de que essa obtenção de consenso *na sociedade civil* preceda a conquista da sociedade política e, em um segundo momento, extrai dos que chama de neogramscianos (basicamente o pensamento formulado no âmbito do eurocomunismo, Ingrao e Poulantzas sobretudo) a compreensão de que o processo de acúmulo de forças passa desde seu início também pela conquista de posições no âmbito da sociedade política.

Pois bem: para Coutinho, são *esses* os novos problemas que *exigem* novas soluções por parte da classe em luta, estando na base da derrota dos setores populares que não adotam a concepção ampliada do Estado e a consequente teoria processual da revolução na formulação de sua estratégia.

Friso que se trata aqui do mesmo princípio que estava na base daquele acúmulo de forças que examinamos anteriormente, mas

considerado agora pelo lado do antagonista. Aqueles novos mecanismos que permitem à classe operária buscar acumular forças e isolar os monopólios, militando para constituir sob sua hegemonia um consenso em torno do qual se agrupem diversos setores sociais – progressivamente convencidos de um projeto e contrários aos que a ele se opõem –, são os que também atuam no sentido de manter a ordem tal como já se encontra. Afinal, também para essa posição é o caso de haver um projeto, setores sociais que o defendem, o sustentam e veem seus interesses representados nele, aparelhos privados de hegemonia etc. Para nosso autor, portanto, é através do Estado ampliado que os monopólios buscam manter suas posições e isolar a classe operária e demais setores antagônicos a sua dominação, deixando o acionamento dos mecanismos coercitivos da sociedade política para o último caso, em que falhe o consentimento e seja necessário disciplinar, através da violência aberta, os que não consentem.

A luta social se decide agora, portanto, no âmbito do Estado ampliado. É nele que se vão acumular forças para um lado ou para o outro; é nele que se vão processar os avanços e recuos de cada classe social fundamental, burguesia monopolista e proletariado. E é no âmbito de uma de suas esferas constituintes, a sociedade civil, que se vai definir quem tem o controle de parte significativa desse Estado ampliado, quer dizer, do momento da *direção* (hegemonia-consenso) necessário para a conquista da capacidade de *dominação* (coerção) efetiva.

Quanto a este problema da necessidade de que a direção preceda à dominação, é expresso de modo lapidar na passagem a seguir:

> Nas formações sociais onde não se desenvolveu uma sociedade civil forte e articulada, onde a esfera da ideologia se manteve umbilicalmente ligada aos aparelhos burocráticos da 'sociedade política', a luta de classes se trava predominantemente em torno da conquista e da manutenção do Estado em sentido estrito; é o que ocorre nas sociedades que Gramsci chama de "orientais". No caso inverso, nas sociedades "ocidentais", as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à direção político-ideológica e à conquista do consenso dos setores majoritários da população. No primeiro caso, a estratégia se orienta para a "guerra de movimento", para o choque frontal de onde resultará a conquista do Estado; no segundo caso, o centro da luta está na "guerra de posições", na conquista paulatina de espaços *no seio* e *através* da sociedade civil. Quando o país apresenta uma sociedade civil rica e pluralista, a obtenção de uma ampla hegemonia deve preceder a tomada do Poder; a classe

> revolucionária já deve ser dirigente antes de ser dominante. (COUTINHO, 1980a[2], p. 55).

Note-se que a passagem data de 1980, momento em que o autor ainda não havia matizado sua posição em relação à concomitância de ocupação de espaços nas sociedades civil e política como parte do processo de obtenção da supremacia por parte das classes trabalhadoras dirigidas pelo proletariado. Entretanto, o essencial do raciocínio exposto aí se mantém: *é necessário, no Ocidente, que a classe que aspira ao poder seja dirigente da maioria da sociedade, ou detentora do consenso majoritário da população, antes de se tornar dominante*, e isso tem de se dar através da obtenção da hegemonia na esfera da sociedade civil (quer isso se dê antecedentemente, quer concomitantemente, à ocupação de espaços na sociedade política).

Essa posição é reafirmada inúmeras vezes por Coutinho ao longo de todo o seu pensamento maduro, e quanto a isso cito abaixo apenas uma passagem, publicada pela primeira vez em 1999 e republicada em 2007:

> [...] a chave da [...] estratégia adequada aos países "ocidentais" ou que se "ocidentalizam" reside precisamente na luta pela conquista da hegemonia, da direção política ou do consenso. Ou, nas palavras de Gramsci: "Um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente *já antes* de conquistar o poder governamental (é essa uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo que o conserve firmemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também "dirigente".
>
> Essa aguda percepção das transformações históricas ocorridas nas sociedades capitalistas, cuja consequência inevitável é a necessidade de uma renovação da estratégia marxista de transição ao socialismo no nível teórico, não deve ocultar o fato de que Gramsci [...] estava travando também uma batalha política *atual*, precisamente contra os que não advertiam a necessidade dessa renovação. (COUTINHO, [1999] 2007a, pp. 149-150).

A formulação coutiniana em análise certamente encontra sua inspiração em certas passagens extraídas da reflexão carcerária de Gramsci. Entretanto, trata-se de interpretação bastante peculiar (e contestada entre intérpretes do marxista sardo) do pensamento gramsciano, já que no dirigente comunista italiano as categorias de *dirigente* e *dominante* valiam para grupos sociais com os quais se

mantinham relações diversas (aliados no caso da primeira, adversários no da segunda), não sendo consideradas a respeito "dos setores majoritários da população", como é o caso no pensador brasileiro.

De todo modo, se é verdade que para Coutinho a direção deve ser obtida entre os setores majoritários da população antes da dominação, é por outro lado também verdade que na sociedade burguesa já existe direção – da burguesia, especialmente de sua fração monopolista – sustentando a dominação burguesa. É por isso que para a classe operária em luta pelo socialismo é necessário, durante "um período histórico mais ou menos longo", desagregar progressivamente o velho bloco social, a velha aliança de classes cujo objetivo é conservar a formação econômico-social existente.

A contrapartida disso é a seguinte: para acumular forças em torno da classe operária e de seu projeto é preciso deslocar para seu lado parte dos setores que no momento atual compõem o campo que dá sustentação política à continuidade da dominação dos monopólios. Para que a classe operária possa ganhar a disputa no âmbito da sociedade civil, ela deve progressivamente conquistar o apoio de setores que ainda não estão com ela, mas que podem vir a estar. Ela pode, com isso, ser bem-sucedida na constituição de seu próprio *campo de alianças*, a que Coutinho considerou correto se referir como *bloco histórico*[96], cujo

[96] Em Gramsci, "bloco histórico" não é tratado como "aliança de classes". Coutinho, entretanto, seguindo caminho aberto por Hugues Portelli, pensou que sim durante muitos anos, como o demonstra uma nota que compareceu em todas as edições de seu importante trabalho sobre Gramsci, desde aquela de 1981 (ainda sob o título de *Gramsci*) até aquela de 2007 (já sob o título *Gramsci: um estudo de seu pensamento político*), tendo sido suprimida apenas na 4ª edição, última antes de seu falecimento, quando ele parece finalmente ter revisto tal posição. A referida nota, que aparece quase idêntica ao longo de todos estes anos, tem a seguinte redação em 1981: "De passagem, cabe notar que Gramsci usa a expressão 'bloco histórico' em duas acepções diversas, ainda que interligadas dialeticamente: 1) como a totalidade concreta formada pela articulação da infraestrutura material e das superestruturas político-ideológicas; 2) como uma aliança de classes, sob a hegemonia de uma classe fundamental no modo de produção, cujo objetivo é conservar ou revolucionar uma formação econômico-social existente. Sobre as acepções de 'bloco histórico' e suas determinações, cf. a didática exposição de Hughes [sic] Portelli, *Gramsci et le bloc historique*, Paris, 1972 (ed. brasileira, Rio de Janeiro, 1976)" (COUTINHO, 1981, p. 107). Nosso autor ainda buscou, antes de convencer-se de que a segunda acepção não correspondia ao pensamento gramsciano, explicitar a ligação dialética que possibilitasse o tratamento da categoria nas "duas acepções", como se pode ver neste acréscimo a uma das reproduções posteriores daquela nota: "A ligação dialética se dá na medida em que a construção de um 'bloco histórico', no segundo sentido, implica a criação de uma nova articulação entre economia e política, entre infraestrutura e superestrutura" (COUTINHO, 2007a, p. 153). Agradeço ao professor Rodrigo Castelo Branco Santos pelo insistente alerta sobre este

objetivo deve ser orientar o consenso majoritário no âmbito da sociedade civil no sentido de revolucionar a formação econômico-social existente, superando-a.

Dito de outro modo: para que a ampla maioria organizada em diferentes setores sociais esteja com a classe operária, é necessário ganhar o apoio de setores cujo assentimento ativo ou passivo estava, anteriormente, com a manutenção da dominação monopolista. Logo, se por um lado é necessário que tais setores adiram, agora – ativa ou, pelo menos, passivamente –, ao projeto do proletariado, por outro lado é necessário que se desvinculem da adesão anterior à burguesia. Tal afirmação, posta assim, pode parecer uma obviedade, mas ela tem esta consequência um pouco menos óbvia: sendo verdadeira, temos então que o acúmulo de forças da classe operária (sua constituição em classe nacional) depende, a partir de certo ponto, não apenas de que ela formule e implemente a política correta, sustentando e construindo tenazmente as posições capazes de atrair aqueles setores, mas também de que se enfraqueça a capacidade de liderança (ou capacidade "hegemônica") dos monopólios sobre aqueles outros setores sociais.

Essa disputa pelos aliados da burguesia envolve, portanto, o enfraquecimento da capacidade burguesa de geração de consenso e todo um conjunto de desafios relacionados, cuja superação vitoriosa exige a consideração de diversos fatores de ordem econômica, política e cultural. Por exemplo: o papel das crises econômicas cíclicas e de uma eventual crise estrutural do capital; as possibilidades advindas de eventuais enfraquecimentos na capacidade de direção burguesa; a capacidade da classe operária de aproveitar bem os espaços abertos à sua ocupação nas sociedades civil e política no sentido de fazer o consenso pender para si; o ritmo da luta operária, que não deve ser demasiado acelerado a ponto de explodir o consenso em torno de si, nem demasiado lento a ponto de não diferenciar-se da mera manutenção da ordem. Isso conduz ao problema das *condições necessárias à crise da dominação e da hegemonia burguesas.*

Somente levando tais problemas em conta pode-se entender a insistência, por parte de Coutinho, na metáfora gramsciana de que "as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna" (*apud* COUTINHO, 1981, p. 107; [1999] 2007a, p. 152-153). Para ele, seu surgimento e consolidação tornam "as crises revolucionárias nas sociedades 'ocidentais' algo bem mais complexo" já que impõem não "uma solução rápida e um choque frontal", mas a articulação "em vários níveis, englobando um período histórico mais ou

problema, acompanhado pelo relato de suas conversas com Coutinho (que foi seu orientador de doutorado, e seu amigo) sobre o assunto.

menos longo" (COUTINHO, 1981, p. 107; [1999] 2007a, p. 153).

Nas sociedades ocidentais, dessa maneira, mesmo a crise revolucionária adquire um caráter processual, perde seu caráter explosivo. Torna-se, aí, um longo processo de "crise orgânica" que "não comporta a possibilidade de uma solução rápida por parte das classes dominantes e significa uma progressiva desagregação do velho 'bloco histórico'" (COUTINHO, 1981, p. 107; [1999] 2007a, p. 153), cujo desenlace será determinado pela correlação de forças resultante especialmente da disputa de hegemonia no âmbito da sociedade civil.

À dimensão propriamente política dessa crise orgânica, Coutinho chama *crise de hegemonia*[97]. Ela ocorre quando "a classe dominante perdeu o consenso, ou seja, não é mais 'dirigente' porém unicamente 'dominante', detentora da pura força coercitiva" (GRAMSCI, *apud* COUTINHO, 1981, p. 108; [1999] 2007a, p. 153).

Coutinho sintetiza deste modo o *caráter processual da crise revolucionária*:

> A crise de hegemonia, enquanto expressão política da crise orgânica, é o tipo específico de crise revolucionária nas sociedades mais complexas, com alto grau de participação política organizada. Ela se caracteriza – ao contrário da crise "catastrófica" [ou explosiva, V.N.] – por um relativamente longo período de maturação, no qual se dá uma complexa luta por espaços e posições, um movimento de avanços e recuos. Como toda crise, também a de hegemonia pode [...] ter diferentes soluções. De imediato, a classe dominante pode ter condições de continuar dominando através da pura coerção; a médio prazo, ela pode certamente recompor sua hegemonia, por meio de concessões [...]. Mas a tendência dominante [...] é a de que as classes dominadas [...] ampliem seu arco de alianças e sua esfera de consenso, invertam em seu favor as relações de hegemonia, e, [...] ao se tornarem classes *dirigentes* (ao apresentarem propostas de solução para os problemas *do conjunto da nação*), criem as condições para chegarem à situação de *classes dominantes*. (COUTINHO, 1981, p. 108; reproduzido sem a avaliação otimista da "tendência dominante", que passa a ser considerada "uma outra possibilidade", em [1999] 2007a, p. 154).

---

97 Coutinho define "crise de hegemonia" citando uma passagem gramsciana em que o marxista sardo está definindo "crise de autoridade" (cf. COUTINHO, 1981, p. 107; [1999] 2007a, p. 153 e comparar com GRAMSCI, [1930] 1977, Q. 3, §34, p. 311). O pensador baiano pode fazer isso porque considera, implicitamente, essas duas categorias como equivalentes no pensamento gramsciano e, portanto, perfeitamente intercambiáveis.

É por isso que o autor afirma que é a "'relação equilibrada' entre Estado e sociedade civil que desautoriza, no 'Ocidente', a superestimação do papel das crises econômicas no processo de desagregação do bloco dominante e [...] a fixação da estratégia na ideia de um 'assalto revolucionário' ao poder" (COUTINHO, 1981, p. 107; praticamente idêntico em [1999] 2007a, p. 152).

Temos, portanto, que passa a ser necessário, para triunfar nos Estados democráticos modernos – os ocidentais –, ganhar paulatinamente o consenso no âmbito da sociedade civil. Isso deve ser feito através da política de alianças que permita à classe operária – aproveitando-se da crise orgânica burguesa e fomentando-a, pondo assim em xeque sua hegemonia – a ampliação de sua capacidade de liderança e a conquista dos aparelhos privados onde se materializa a hegemonia, obtendo assim, por meio da guerra de posição, a direção política, hegemonia na sociedade civil ou consenso dos setores majoritários da população.

É assim que, no pensamento coutiniano, a partir da ampliação do Estado – refletida no plano do pensamento na concepção ampliada do Estado – afirma-se a *necessidade de uma teoria processual da revolução.* Essa afirmação se faz *contra o que o autor chama de teoria explosiva*, que, na medida em que corresponde a uma concepção restrita do Estado, é considerada anacrônica, ou melhor: inadequada às sociedades ocidentais. Afinal, se baseia sobre o reflexo no pensamento da modalidade do Estado característica do capitalismo concorrencial, onde ainda não teria surgido a sociedade civil.

05c. De Oriente a Ocidente (II): predominância da mais-valia relativa, atenuação das formas abertas da luta de classes e *possibilidade* da via democrática ao socialismo

O pensamento coutiniano maduro não para na *desautorização* da "fixação da estratégia na ideia de um 'assalto revolucionário' ao poder" (COUTINHO, 1981, p. 107; [1999] 2007a, p. 152): seu raciocínio, como temos visto, aponta para a *fixação* da estratégia na ideia de que exclusivamente através do acúmulo de forças decorrente da luta por reformas se chegará, progressivamente, à conquista do poder. O autor descarta terminantemente todo e qualquer expediente tático de assalto, enfrentamento aberto, guerra de movimento, como causa de derrotas do proletariado em sua luta pelo socialismo, transitando da afirmação do caráter processual da revolução à defesa de uma estratégia democrática apresentada sob a forma de uma via democrática ao socialismo, determinada de antemão por ser a única aceitável nas sociedades

ocidentais.

Na base de tal descarte estão dois postulados. De um lado, a *necessidade* de se acumularem forças para a transição ao socialismo através da obtenção do consenso dos setores majoritários da população enraizado na conquista de espaços na esfera da sociedade civil, nos parlamentos, e, a partir da assimilação da teoria poulantziana do Estado, também no Executivo, que vimos de estudar. De outro lado, a *possibilidade* de que esse acúmulo de forças se processe ao longo do tempo necessário até a consolidação, sem a necessidade do recurso à violência, da vitória definitiva.

Tal possibilidade se baseia sobre a assunção "algébrica" (BIANCHI, 2008, pp. 185-6) de que quanto mais se fortalece a esfera da sociedade civil, mais se enfraquece ou relaxa o aspecto coercitivo do Estado, o que tem como consequência lógica uma concepção também algébrica das formas de luta do proletariado em que "mais 'guerra de posição' equivale a menos 'guerra de movimento'" (p. 207). O advento da fase monopolista do capitalismo (CME), expresso na esfera da política na ocidentalização das formações econômico-sociais, engendraria, portanto, uma tendência à *atenuação das formas abertas da luta de classes* – bem entendido, daquelas manifestações que envolvem à partida ou podem produzir como desenlace o uso da força ou da violência, em uma palavra, da coação.

Já vimos, ao discutir o assunto no capítulo anterior, que Coutinho afirmava que essa tendência não é a única presente a partir do advento do CME: ela se apresenta, para nosso autor, enquanto contra-tendência à autonomização relativa da burocracia do executivo do Estado capitalista. Ainda assim, a referida assunção algébrica continua valendo: quanto mais se consolida a tendência ao fortalecimento da sociedade civil – ou, expondo a formulação em seu ápice e sem rodeios, quanto mais se fortalece a democracia de massas decorrente de uma sociedade civil forte e articulada sob hegemonia proletária –, menos a burocracia do Executivo tem espaço para se autonomizar e impor despoticamente a dominação dos monopólios; por outro lado, quanto menos consolidada (mais primitiva e gelatinosa) for a sociedade civil, mais a dominação monopolista tende a ser imposta despoticamente por um Executivo autonomizado.

Esse ponto nevrálgico da reflexão política coutiniana não se apresenta sem o amparo sobre uma base econômica articulada coerentemente, que devemos agora examinar.

Para que o proletariado possa acumular forças na sociedade civil, tornando-se classe nacional e isolando o capital, é necessário não apenas que ele lute pelos interesses de amplos setores sociais, mas

também que obtenha conquistas relativamente a esses interesses, alcançando posições firmes nos planos político e econômico. *É necessário que certas das reivindicações nacionais sejam atendidas pelo Estado capitalista, de modo a soldar a comunidade de interesses*, materializada na aliança em torno da classe, para além do mero momento da luta, isolando o capital cumulativa e permanentemente e conquistando a hegemonia, ou seja, obtendo o consenso da maioria da sociedade para o projeto de transformação socialista. *A luta por reformas sem a obtenção de vitórias parciais é ineficaz, não cumprindo seu papel de motor da acumulação de forças.*

Isso posto, retomemos duas citações reproduzidas anteriormente, levando-as à frente por um caminho que outrora deixei intencionalmente de seguir. Na primeira, Coutinho afirmava que a expressão concreta da política do Estado no capitalismo monopolista era determinada pela interação entre duas variáveis: por um lado, pela "conjuntura econômica concreta (expansiva ou recessiva)" e, por outro lado, pelo "grau de ativação política do conjunto da sociedade, da intensidade e das formas assumidas pela luta de classes" (COUTINHO, 1980a[4], p. 103 – já citado). Na segunda, falando justamente sobre os casos em que o sentido da intervenção do Estado favorecia às forças populares, sendo portanto fruto de vitórias parciais da classe operária em luta e representando um momento de seu acúmulo de forças, Coutinho lembrava que determinadas reivindicações puderam ser satisfeitas, em nações democráticas avançadas, "graças a uma melhor distribuição dos ganhos da produtividade" do trabalho social (p. 116 – já citado).

Essas afirmações têm um sentido bastante profundo no pensamento de Carlos Nelson Coutinho. Para desvela-lo, tenhamos em conta que acumular forças exige a conquista de vitórias parciais obtidas na luta por reformas. Agora, consideremos que essa conquista exige o atendimento a duas condições: primeira, que o proletariado e as classes trabalhadoras (ou "forças populares") estejam bem mobilizados e ativos, organizados e fortes politicamente para arrancar conquistas ao capital; *segunda, e não menos importante, que a acumulação de capital ocorra em bons patamares, numa "conjuntura econômica concreta expansiva", de modo a haver sobreproduto suficiente para garantir a redistribuição* em direção aos setores não-monopolistas (capitais não-monopolistas, classes trabalhadoras e demais forças populares) de parte da riqueza social produzida.

Sendo atendidas essas duas condições, "o Estado do CME [...] pode ser obrigado a tomar medidas ou mesmo a formular políticas que atenuem a dominação despótica dos monopólios sobre o conjunto da

sociedade" (1980a[4], p. 103), atenuação essa que é a contraface da acumulação de forças pela classe operária e se combina ao isolamento dos monopólios. Deste modo, o ciclo virtuoso se fecha e a luta por reformas pode realmente ter um novo papel sob a fase monopolista do capitalismo: permitir à classe operária acumular forças no sentido de superar o ordenamento social capitalista.

Há, entretanto, um problema: se uma conjuntura econômica concretamente expansiva é necessária para que o proletariado possa obter as vitórias necessárias ao acúmulo de forças, chegando-se assim a uma atenuação da dominação despótica dos monopólios, essa expansividade, por outro lado, é uma expansividade das condições econômicas de reprodução (ampliada, evidentemente) da acumulação capitalista, garantindo os superlucros do capital monopolista de modo a que se possa redistribui-los ao conjunto dos setores não-monopolistas. Tal raciocínio é, portanto, vítima do seguinte paradoxo: *para que se atenue a dominação despótica dos monopólios, é necessário que ela se reforce.*

Coloquemos o problema de outro modo: afirmar que uma conjuntura econômica concretamente expansiva é um dos dois elementos de importância decisiva para determinar a variação positiva do rumo da intervenção estatal no âmbito do CME, e, com ele, a possibilidade de atendimento ou não por parte do Estado às demandas das classes trabalhadoras em luta e seu potencial de acumulação de forças e de isolamento dos monopólios, levando à atenuação de sua dominação, pois bem, afirmar isso esbarra no conhecimento das leis de desenvolvimento do modo de produção capitalista que fazem parte do patrimônio do proletariado desde a crítica marxiana da economia política.

Algumas perguntas, incômodas para um pensador marxista que tenha vindo de sustentar o raciocínio em questão, expressam a incompatibilidade. Primeira: não sabemos desde a crítica da economia política realizada por Marx que a reprodução da sociedade capitalista é sempre a reprodução simultânea e articulada de cada vez maior capacidade (e efetividade) de produção social de riqueza combinada ao agravamento da miséria da classe operária que produz essa riqueza? Segunda: o que justifica que os proprietários dos grandes grupos monopolistas vejam o proletariado ganhar posição sobre posição no âmbito da sociedade civil, ferir seus interesses tomando uma parte de seus superlucros, pautar abertamente a necessidade do socialismo (que implica em *expropriação* destes mesmos burgueses monopolistas) e simplesmente não reagir? Precisando melhor essa segunda: como é que isso não desemboca no *recrudescimento* da luta aberta e do

enfrentamento direto, e sim em sua *atenuação*? Seria a necessidade de obter consenso tão forte, que levaria os setores dominantes ao puro e simples imobilismo, assistindo passivamente ao recuo de suas posições e ao avanço progressivo do proletariado?

Em suma: como é possível que a política revolucionária de reformas coutiniana leve a uma atenuação da dominação dos monopólios ao invés de a um acirramento das formas abertas da luta de classes? Ou ainda: como é que esse novo papel da luta por reformas não está fadado ao fracasso, considerando, de um lado, que a reprodução ampliada do capital global é impossível sem aumento do nível de desigualdade social e, de outro lado, a probabilidade de reações da burguesia no sentido de anular os pretendidos efeitos anti-sistêmicos da acumulação de forças?

Responder a essas perguntas exige ter em conta a interpretação coutiniana de certos aspectos do funcionamento geral da economia capitalista em seu momento monopolista, o que nos permitirá entender o sentido que um momento expansivo ou recessivo pode ter, para Coutinho, na determinação da variação do sentido da intervenção do Estado e, com ela, da viabilidade ou não do acúmulo de forças decorrente das vitórias parciais obtidas na luta por reformas, e, a partir daí, daquilo que Coutinho chamou de uma política revolucionária de reformas, base da sua posição reformista revolucionária.

Não se trata aqui da possibilidade da obtenção de uma ou outra vitória pontual na luta por reformas (que é sobretudo decorrente da situação política e determinada principalmente pela correlação de forças em dada conjuntura), mas de que seja possível implementar uma *estratégia de transição ao socialismo fundada sobre a tática da luta por reformas*.

Essa possibilidade exige a combinação entre acumulação de forças da classe operária e isolamento dos monopólios que leve à atenuação da dominação destes últimos, e não a um acirramento da luta de classes que force a uma decisão "de movimento" ou "frontal" baseada no enfrentamento aberto e violento. Ela é sustentada por uma *nova característica econômica* (nova em relação ao capitalismo concorrencial) que se apresenta no capitalismo monopolista, elucidada por Coutinho nesta passagem:

> Desenvolvendo necessariamente as forças produtivas, a produtividade do trabalho social, o capitalismo prepara os pressupostos para que o aumento da taxa de mais-valia possa se dar através do crescimento da produtividade, e não da superexploração. Nesse sentido, nenhum capitalismo [...] conduz necessariamente, em todas as suas etapas, a uma

> pauperização absoluta das classes trabalhadoras e do conjunto da população [...]. Com o aumento da produtividade do trabalho, *torna-se sempre possível* – a depender certamente do nível da luta de classes – *combinar um aumento da taxa de lucro com um aumento do salário real das classes trabalhadoras*, ou, mais geralmente, combinar uma elevação da taxa de acumulação monopolista com uma melhor distribuição de renda entre setores monopolistas e não monopolistas. (COUTINHO, 1980a[4], p. 114 – grifo meu).

Na passagem citada se expressa uma das principais chaves econômicas à compreensão do pensamento político coutiniano. Ela foi, por razões expositivas e de organização do presente trabalho, retirada daquele mesmo texto econômico sobre o capitalismo monopolista de Estado que examinamos anteriormente, publicado no momento da transição dos anos 1970 aos 1980, quando se deu a consolidação do pensamento coutiniano maduro com o deslocamento de seu eixo para a reflexão sobre a política. Entretanto, está também presente, às vezes idêntica, às vezes com pequenas variações que não alteram seu conteúdo fundamental, em *diversos* textos escritos pelo autor ao longo dos anos – e das décadas – posteriores, *tendo permanecido sempre como alicerce econômico fundamental de sua proposta reformista revolucionária.*

Avancemos duas décadas no futuro, apenas para marcar a persistência desse ponto crucial no pensamento do autor. Cito apenas um trecho em que a ideia se repete, como exemplo possível dentre outros, recolhido de texto publicado num momento em que o mestre baiano já era um intelectual de larga reputação, estabelecido e maduro.

Ali, lemos:

> Por um lado, a progressiva passagem da exploração do trabalho através da mais-valia absoluta (redução do salário e aumento da jornada de trabalho) para a exploração através da mais-valia relativa (aumento da produtividade) – uma passagem que Marx teoriza amplamente no Livro I de *O Capital*, publicado em 1867 – alterou as condições em que se trava a luta de classes: ela não mais ocorre num quadro em que a acumulação do capital leva necessariamente ao empobrecimento absoluto do trabalhador, mas *torna possível um aumento simultâneo de salários e lucros*; com isso, a luta de classes pode assumir formas outras que não as da 'guerra civil'". (COUTINHO, [1997] 2008b[8], p. 190 – grifo meu).

Desenvolvamos então o assunto, demonstrando sua importância para a viabilização da defesa coutiniana da possibilidade de uma via democrática ao socialismo pavimentada por uma política revolucionária de reformas.

A referida predominância da forma relativa sobre a forma absoluta da extração de mais-valia significa para Coutinho que o peso cada vez maior, na composição do lucro capitalista, cabe aos aumentos de produtividade, e não à redução do salário e à compressão da qualidade de vida do trabalhador apresentada por ele como "superexploração". Por isso, essa nova predominância possibilita ao capital combinar aumento de lucros a aumento de salários, abrindo a porta da sociabilidade burguesa para a factibilidade das concessões do Estado capitalista ao bloco social e político aglutinado em torno do proletariado no sentido do aumento de sua qualidade de vida, franqueando maior margem de manobra no tocante à distribuição da riqueza social produto do trabalho e permitindo que as lutas de classe desemboquem em vitórias duradouras do proletariado que atenuem a dominação despótica dos monopólios, deslocando a correlação de forças na sociedade civil em direção favorável ao consenso em torno do projeto da classe operária de construção do socialismo.

Vale enfatizar este ponto: nas citações acima, o autor não só sustenta a possibilidade de *aumento simultâneo de lucros e salários*, mas, referindo-se a "salário real *das classes trabalhadoras*" no plural, lança uma ponte para a possibilidade da "melhor *distribuição de renda entre setores monopolistas e não-monopolistas*" – o que vai, evidentemente, além de mero aumento de salários restrito a operários, envolvendo amplos setores sociais, podendo mesmo chegar a pequenos, médios (e grandes, por que não?) capitalistas não-monopolistas que poderiam vir a compor, com a classe operária, aquela ampla aliança que a possibilitasse constituir-se em classe nacional.

Tal característica econômica permitiria à classe operária, portanto, algo fundamental em qualquer guerra de posição: ganhar tempo. Enquanto os grandes grupos monopolistas fazem concessões, como um mal menor, para assegurar o consenso em torno da manutenção da ordem burguesa por parte das forças populares em luta, agrupadas em torno do proletariado, esse se constitui em classe nacional e, permanecendo fiel a seu projeto, não deixando nunca "de colocar claramente o objetivo final socialista [...] que permite hierarquizar e avaliar a cada passo as reformas propostas e conquistadas" (COUTINHO, 1980a[4], p. 117), vai ganhando a direção intelectual e moral da maioria da sociedade.

O projeto proletário ganha, com a atenuação das formas abertas

da luta de classes, o tempo necessário para que vá se tornando majoritariamente consensual. Mas há para isso uma condição: *a conjuntura econômica tem de ser expansiva, ou seja, o quadro político favorável ao proletariado e às classes trabalhadoras se baseia em um quadro econômico favorável... a todos!*[98]

Quanto aos grupos monopolistas, não abortariam prematuramente esse processo de conquista de hegemonia enquanto não tivessem seus interesses econômicos grandemente lesados pelo processo de acumulação de forças das classes populares. Isso porque, por um lado, tal processo estaria garantindo o consenso necessário à continuidade da dinâmica da acumulação. Por outro lado, seus lucros, devido à predominância da forma relativa da mais-valia na fase monopolista do capitalismo, poderiam ser mantidos e até ampliados mesmo com a redistribuição de renda obtida pelo campo alinhado ao proletariado em suas vitórias parciais. Os proprietários dos grandes monopólios avaliariam, portanto, que era melhor mesmo garantir o consenso, fazer concessões para que o processo de extração de mais-valia continuasse sem maiores perturbações e, quando se dessem conta... o proletariado teria a maioria da sociedade a seu lado e estaria concluindo o processo de transição ao socialismo. Agora, seria a hora de iniciar a transição socialista propriamente dita, bastando para isso aprofundar as formas democráticas na política e concluir a "socialização da produção ou das forças produtivas" (já iniciadas no próprio capitalismo a partir da intervenção sistemática do Estado na economia materializada na programação econômica parcial e, com ela, na reorientação do próprio processo de reprodução da riqueza social) na economia.

Assim, *se* ou *quando* chegasse o momento de encaminhar medidas econômicas socialistas que envolvam expropriação, abolição da propriedade privada de meios de produção fundamentais, interdição da livre compra e venda de força de trabalho no mercado, ou seja, *se* ou *quando* fosse necessário que o enfrentamento se fizesse abertamente, as classes trabalhadoras teriam juntado todas as forças necessárias para fazê-lo.

---

98 Cabe assinalar a proximidade entre essa interpretação do capitalismo contemporâneo e a fundamentação de propostas de pacto entre capital e trabalho para o desenvolvimento do capitalismo, supostamente no interesse de todos. Essa proximidade, que se inscreve na vinculação do pensamento coutiniano a posições comumente interpretadas como reformistas no seio do movimento operário, será estudada mais detidamente em outro momento deste livro, onde buscar-se-á explicá-la e compreendê-la em seu tempo. As notas nas próximas páginas remetem a temas relacionados a esse, que também serão aprofundados em momento posterior.

Então ocorreria, das duas, uma: ou simplesmente não haveria ruptura violenta, porque os grandes grupos monopolistas já teriam sido vencidos em seu próprio terreno, tendo sido forçados a entregar os pontos por se encontrarem isolados, em posição francamente minoritária e com parte importante da própria economia já submetida ao controle do Estado (controlado, por sua vez, pelas "forças populares") através de nacionalizações, programação parcial etc. (a ruptura ou salto de qualidade se daria, assim, sem violência); ou, se houvesse enfrentamento violento, seria como reação à iniciativa dos capitalistas monopolistas, sequiosos de permanecer senhores de suas propriedades e aptos a extrair mais-valia, que atentariam contra aquela mesma institucionalidade que, anteriormente, era sua, mas da qual agora teriam perdido o controle. A essa violência, por sua vez, *bastaria às classes trabalhadoras responder com a violência defensiva*, se aferrando à – e garantindo a defesa da – institucionalidade na qual elas mesmas já teriam conquistado a hegemonia[99]...

Está aí a apresentação, coerentemente levada até o fim, da fundamentação da possibilidade da estratégia democrática de transição à transição socialista baseada em uma política revolucionária de reformas. Ela não se sustenta sem a assunção, no terreno da economia, da passagem da predominância da mais-valia absoluta à relativa articulada à possibilidade de combinar um aumento da taxa de lucro com um aumento dos salários reais e da renda dos setores sociais mobilizados em torno do proletariado (classes trabalhadoras, bloco social, forças populares ou como quer que se o chame). Ou seja, *ela não se sustenta sem amparo em uma interpretação do real, em que os interesses do proletariado e da classe capitalista aparecem, quanto ao desenvolvimento da economia capitalista, como comuns.*

A partir daí, à *atenuação* do caráter despótico da dominação dos monopólios está associado seu isolamento decorrente do *reforço* da capacidade de mobilização do conjunto da sociedade dirigido pelo proletariado. Tal situação leva a uma *atenuação* da forma aberta da luta de classes (guerra de movimento), já que tal forma não interessaria a nenhum dos contendores na medida em que precipitaria uma ruptura que se tornou desnecessária na situação expansiva em que é possível garantir aumento de salários (e da renda destinada aos setores populares) e de lucros. Essa atenuação se combina ao *reforço* da forma subterrânea ou consensual da luta de classes (guerra de posição),

---

99 Tal encadeamento lógico remete, evidentemente, à formulação lapidar do "uso defensivo da violência" (MEHRAV, 1985, p. 269) pelo austro-marxismo – que figurava, junto ao eurocomunismo, entre as principais correntes ideológicas de referência de Coutinho no âmbito do movimento operário.

tornado possível, por sua vez, pela socialização da política decorrente da socialização da produção ou das forças produtivas sob o capitalismo monopolista de Estado.

Por outro lado, presume-se que o *reforço* do caráter despótico, aberto ou violento da dominação dos monopólios estaria associado à *atenuação/enfraquecimento* da capacidade de mobilização da sociedade, articulados num *acirramento/reforço* da forma aberta da luta de classes e numa *diminuição* da capacidade da classe de proceder à guerra de posição, subterrânea ou de trincheiras. Essa última situação não seria característica do Ocidente, e sim do Oriente com sua relação desequilibrada entre Estado e sociedade civil gelatinosa[100].

Note-se que as mesmas características econômicas decorrentes da passagem do capitalismo a sua fase monopolista, leiam-se, aumento da produtividade do trabalho social (e sua contraparte: aumento da composição orgânica do capital) e intervenção sistemática e tutelar do Estado na economia, estão na base tanto da autonomização relativa do Executivo em relação ao controle parlamentar e popular e, portanto, de tendências *autoritárias*, quanto da possibilidade de *democratização progressiva* da vida social. O raciocínio exposto anteriormente é claro: não se trata apenas da democratização política, mas do conjunto da vida social a partir da redistribuição da riqueza socialmente produzida através de uma política revolucionária de reformas, que, entretanto, "só se torna realidade através da luta de classes, através da mobilização e da organização da sociedade civil"[101] (COUTINHO, 1980a$_4$, p. 115).

Chega-se assim à afirmação da *possibilidade* de uma "estratégia de reformas" (COUTINHO, 1980a$_4$, p. 117) que coloque claramente "o objetivo final socialista, a conquista do poder de Estado pelas massas trabalhadoras" (1980a$_4$, p. 117). Trata-se de uma orientação estratégica de validade geral no que tange aos países do Ocidente, inclusive aqueles que já se encontram sob regime político democrático estável, já que de acordo com o raciocínio exposto sempre há o risco de acentuação da dominação dos monopólios refletida no reforço da tendência *autoritária* expressa na autonomia relativa da burocracia do Executivo cujo ponto máximo seria o fascismo aberto. Para combate-lo é necessário apostar na unidade das forças democráticas e na ampliação das conquistas que atenuem a dominação dos monopólios.

Sem a chave econômica que vimos de examinar, a afirmação de

---

[100] O raciocínio, além de esbarrar na crítica da economia política marxiana, choca-se com a história. O exemplo histórico mais evidente talvez seja o destino da República de Weimar, mas certamente não é o único.

[101] A postulação remete diretamente ao "reformismo militante" austro-marxista. Cf. MEHRAV, 1985, p. 255.

tal possibilidade ficaria manca, incoerente, encalharia nas perguntas levantadas na abertura desse capítulo, para as quais não teria uma resposta definitiva. Essa situação seria francamente infiel ao pensamento de Coutinho: como vimos, ele tinha sim suas respostas definitivas àquelas indagações – e não costumava deixar esse tipo de questão passar em branco.

06.

IMAGEM DO BRASIL EM CARLOS NELSON COUTINHO: A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA NA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

> *Se efetivamente somos "Ocidente", ainda que periférico, temos de assumir a estratégia proposta por Gramsci para esse tipo de sociedade, ou seja, a guerra de posição, que implica uma longa batalha pela conquista do que Gramsci chamou de "hegemonia civil", batalha que implica uma conquista progressiva de espaços e de posições que nos levem, finalmente, a inverter a correlação de forças e alterar a natureza do Estado e, a partir daí, modificar também a estrutura social. Portanto, não se trata de optar pela reforma contra a revolução: trata-se de fazer das reformas o meio privilegiado de um novo tipo de revolução.*
>
> **Carlos Nelson Coutinho**
> [O desafio dos que pensaram bem o Brasil]

Teve importância, no amplo reconhecimento obtido por Coutinho enquanto intelectual, o fato de ter sempre buscado articular organicamente em seu pensamento as dimensões da intervenção política e da teoria social, bem como o modo peculiar como consumou essa articulação. Como vimos, o autor formulou uma interpretação das sociedades fundadas sobre o modo de produção capitalista em sua fase monopolista de Estado estreitamente relacionada à afirmação da adequação exclusiva da estratégia democrática de luta para as classes trabalhadoras engajadas no projeto socialista.

A notável organicidade da relação entre teoria e prática política no pensamento coutiniano, parcialmente responsável por sua repercussão junto a intelectuais e movimentos sociais, repousa até certo ponto sobre a assunção – cuja peculiaridade no pensamento coutiniano foi apresentada anteriormente – de que a leitura adequada da realidade é indispensável à intervenção política acertada. Daí o esforço empreendido no sentido de interpretar corretamente o real, que se fundou na preocupação eminentemente política do autor em contribuir para que os aparelhos das classes trabalhadoras, assim como os intelectuais a elas organicamente vinculados, reunissem as melhores condições para serem capazes de tornar realidade seu projeto de construção do socialismo.

Foi nessa direção que, desde o início de sua produção intelectual pública – aos 16 anos, em outubro de 1959 –, o marxista baiano ocupou-se na busca por compreender seu país. Com o passar dos anos, tal esforço materializou-se em uma *interpretação do Brasil* original (o que

não quer dizer isenta de problemas), onde também se entrelaçaram as dimensões prospectiva e normativa, como é sugerido pela seguinte passagem:

> Lembro-me que Palmiro Togliatti, o notável dirigente comunista italiano, dizia o seguinte: "Quem erra na análise erra na política". Então me parece muito importante que tenhamos uma correta imagem do Brasil para que nos seja possível, a partir dessa imagem, elaborar uma estratégia política adequada às condições desse Brasil moderno, que é o Brasil em que vivemos, embora essa modernidade tenha sido gerada pelas vias transversas do prussianismo, das revoluções passivas, das "autocracias burguesas". Se queremos saber "como pensar o Brasil", eu não hesitaria em dizer, em breves palavras: devemos pensa-lo na perspectiva da transformação radical, de uma revolução socialista. (COUTINHO, 2001, p. 113).

Esse trecho contém, condensados e urdidos, os principais eixos constitutivos da interpretação coutiniana madura do Brasil a serem explorados em cada uma das seções a seguir, em que buscarei levantar também os fundamentos teóricos da estratégia coutiniana para a revolução brasileira, aos quais aquela interpretação esteve estreitamente vinculada.

06a. Um caminho não-clássico: bases econômicas da via brasileira ao capitalismo

Uma posição que sempre foi cara a Coutinho, aparecendo em seu pensamento já na virada para os anos 1960 e permanecendo pelo resto de sua vida, era que a chave para a compreensão da sociedade brasileira residia, antes de tudo, em sua consideração como sociedade *capitalista*.

Tal posição se expressa claramente, por exemplo, no Prefácio a seu primeiro livro:

> Na medida em que o capitalismo provocou o surgimento de uma sociedade mundial orgânica e unificada, os problemas do mundo moderno também se unificaram e – não obstante a necessária diversidade nacional de sua manifestação – pode-se dizer que eles apresentam em toda parte uma analogia substancial. (COUTINHO, 1967a, p. 4).

Essa afirmação deve, entretanto, ser interpretada no mesmo sentido da conhecida postulação marxiana de que "a história universal não existiu sempre; a história como história universal é um resultado" (MARX, [1857-58] 2011, p. 31). Assim, a localização enquanto capitalista, se é o ponto de partida e o de chegada, diz pouco quanto às determinações particulares através das quais se manifesta concretamente o modo de produção. É necessário, para conhece-las, recorrer ao estudo do desenvolvimento deste último, expresso na particularidade de cada país componente do sistema.

Coutinho, estudioso aplicado da produção marxista sua contemporânea, tinha bem presentes as advertências, componentes do espírito da época em que se deu seu amadurecimento intelectual, no sentido de que, se, por um lado, é válido e necessário construir uma única economia política que explique em seu conjunto formações sociais que funcionam *no essencial* segundo as mesmas leis, por outro lado "um sistema econômico ou um modo de produção é uma abstração que, em seu estado puro, não será encontrado em parte alguma" (CARDOSO e BRIGNOLI, [1979] 1984, pp. 100-101).

O referido espírito da época deve ser rapidamente evocado, lembrando-se ao leitor de dois episódios, localizados no campo da teoria, que tiveram grande impacto sobre o pensamento marxista, pondo em questão concepções até então largamente aceitas. Primeiro acontecimento: a imensa controvérsia que se seguiu, no início dos anos 1950, à publicação em 1946 dos estudos de Maurice Dobb sobre a transição do feudalismo ao capitalismo[102]. Segundo acontecimento: a publicação em 1964, por Eric Hobsbawm, em inglês – e, a partir dela e logo em seguida, em outros idiomas, como o espanhol e o português, através dos quais incidiu amplamente no debate brasileiro – da parte dos manuscritos de Marx de 1857-58 (os *Grundrisse*) que versava diretamente sobre o tema *formações econômicas pré-capitalistas*.

Também a história da recepção do conjunto dos *Grundrisse* ao redor do mundo – só traduzidos em sua totalidade a partir dos anos 1960, quando foram também incluídos na edição das *Obras* de Marx e Engels em alemão, de onde estavam ausentes anteriormente – ajuda a captar algo do espírito deste tempo, em que se põem fortemente em questão certas aplicações até então preponderantes de conceitos como "modo de produção" e "formações econômico-sociais", aplicações essas que passam a ser julgadas como esquemáticas e legatárias de uma concepção evolucionista unilinear da história.

É o caso da conhecidíssima sequência geral pela qual deveriam

[102] DOBB, [1946] 1950. A controvérsia que se seguiu ao lançamento deste volume foi coligida em livro: SWEEZY *et al.*, [1976] 1977.

supostamente passar as diferentes formações sociais em direção ao socialismo, proposta, em sua formulação canônica, por Stalin: comunismo primitivo; escravismo antigo; feudalismo; capitalismo; socialismo[103]. Vale notar, quanto a isso, que Carlos Nelson Coutinho conhecia e trabalhava com os *Grundrisse* a partir de sua tradução francesa já na virada para os anos 1970[104] – no que, aliás, antecipou-se em muitos anos a sua ampla divulgação no Brasil[105] –, e também que sua posição política e teórica já era crítica ao stalinismo e ao dogmatismo desde os anos 1960.

Aquela localização enquanto capitalista é, portanto, o ponto de apoio *do qual se parte e ao qual se retorna*. A partir dela se torna possível e necessário buscar a peculiaridade constituída e plasmada no *desenvolvimento de cada formação econômico-social capitalista particular*, sob pena de, do contrário, se permanecer preso a interpretações esquemáticas e apriorísticas do real. Enriquece-se progressivamente, através de tal investigação, a especificação histórica da universalidade capitalismo, tornando-a concreto pensado e apreendendo os sentidos de seu desenvolvimento através do estudo da explicitação das determinações expressas em suas manifestações particulares, enriquecendo-se assim o conhecimento que se tem daquele universal, saturando-o de determinações[106].

Coutinho – sempre de olho na capacidade de se pensar a política mais adequada ao Brasil, que sabidamente não deve se resumir a um

---

[103] Tal sequência aparece no texto staliniano *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico*, em *Questões do leninismo*. Reproduzido a partir de citação em GORENDER, [1978] 1980, p. 29.

[104] Cf. COUTINHO, [1972] 2010, pp. 46, 112, 126, 222.

[105] Para informações sobre a disseminação e o impacto dos *Grundrisse* sobre o pensamento marxista ao redor do mundo, cf. a Parte III de MUSTO (ed.), 2008, pp. 177-280. Ali encontra-se também, às pp. 278-280, pequeno texto de José Paulo Netto sobre a recepção desta obra marxiana no Brasil e em Portugal, que aponta seu tratamento por Coutinho em 1972 como o *segundo*, do ponto de vista cronológico, a ser realizado em língua portuguesa – antecedido somente por José Arthur Giannotti em *Origens da dialética do trabalho*, de 1966 (livro que, por sinal, é citado em COUTINHO, [1972] 2010, p. 128). Vale ainda notar que, como lembrado pelo prof. Rodrigo Castelo Branco Santos na banca de defesa da tese que originou o presente livro, Carlos Nelson Coutinho teve, enquanto diretor da Editora UFRJ e junto com Aloísio Teixeira (então reitor da Federal), papel central na publicação dos *Grundrisse* em português, finalmente, em 2011, pela parceria entre as casas editoriais Boitempo e Editora UFRJ.

[106] Quanto à insistência no caráter dinâmico da categoria de *formação econômico-social* nos pensamentos de Marx e Lênin – contra, por exemplo a noção mais estática de *forma social* ou *forma de sociedade* –, além de uma exploração teórica cuidadosa de como, nos dois pensadores, a categoria remete sempre à *totalidade* da vida social em desenvolvimento, cf. SERENI, [1970] 2013.

conjunto de formulações abstratas e procedimentos táticos pretensamente válidos para diferentes nações ou Estados sem que se tenham em conta as determinações ligadas a sua concretude e a suas especificidades – considerava necessário investigar não apenas as leis mais gerais do modo de produção capitalista, mas também as particularidades através das quais tais leis se manifestavam no país.

Nesse sentido, o autor, ao indagar-se sobre a peculiaridade estrutural brasileira em seu tempo, recorreu sistematicamente a certos intérpretes, estudiosos das principais linhas do desenvolvimento histórico-social do país desde a colonização portuguesa. Sua intenção era, manifestamente, ser capaz de apreender como tal movimento histórico se plasmava em determinações estruturais, como o passageiro se cristalizava em perene – como, em suma, a peculiaridade *estrutural* brasileira era um *resultado*, que para ser conhecido exigia o exame do *processo histórico* de sua constituição.

O marxista baiano se interessou, portanto, em articular em sua consideração do Brasil a dimensão histórica, apropriando-se do conhecimento de como o país foi se constituindo a partir do momento em que este território foi incluído na totalidade sistêmica de um capitalismo que, ainda em sua fase mercantil, começou a se planetarizar através do surgimento (inicialmente mediante expansão colonial e imposição por força armada da parte dos Estados nacionais europeus já consolidados, Portugal antes dos outros, seguido por Espanha, Holanda etc.) de um mercado mundial.

O resultado de seus estudos sobre o assunto foi exposto, pela primeira vez de modo mais sistemático e bem-acabado (mas não exclusivo, espalhando-se por todo um conjunto de textos do autor, como veremos), no ensaio *Cultura e democracia no Brasil*, elaborado entre 1977 e 1979 e posteriormente republicado sucessivas vezes sob o título *Cultura e sociedade no Brasil* (COUTINHO, [1977-1979] 2011b$_2$). Esse texto, assim como aquele sobre o capitalismo monopolista de Estado que examinamos anteriormente, também foi – após ter conhecido uma publicação em revista (COUTINHO, 1979b) – coligido no livro em que o autor apresentou pela primeira vez sua interpretação totalizante da sociabilidade burguesa fundada sobre o modo de produção capitalista em sua fase monopolista de Estado (COUTINHO, 1980a – para o texto referido, 1980a$_3$).

O papel desse texto no livro é o de fundamentar mais detidamente a particularidade da formação econômico-social brasileira. A ênfase recai sobre seus rebatimentos na esfera da cultura, mas é clara a intenção de dar ao problema tratamento mais abrangente, transcendendo tal esfera em direção àquelas da economia e da política

através de certa interpretação do desenvolvimento histórico. Assim, no caminho em busca da explicação e fundamentação de conceitos mais propriamente situados no campo cultural – ou político-cultural, como, por exemplo, o de "intimismo à sombra do poder" –, o autor remete o leitor ao passado colonial brasileiro, a uma exposição sobre seu modo de produção, ao estudo dos desdobramentos políticos decorrentes do choque entre aquela estrutura e a imperiosidade da transição ao capitalismo, às marcas deixadas pelo processo peculiar de transformação dali resultante, assim como às categorias mais diretamente pertinentes à esfera da economia – como aquela do "caminho não-clássico à modernidade" – ou da política – a conhecida "via prussiana"[107].

O pensador comunista começa a localizar o problema da particularidade da formação brasileira deste modo[108]:

> Enquanto formação social específica e relativamente autônoma, o Brasil emerge na época do predomínio do capital mercantil, na época da criação de um mercado mundial. Nossa pré-história como nação, os pressupostos de que somos resultado, não residem de modo algum na vida das tribos indígenas que

[107] As expressões entre aspas neste parágrafo são todas de Coutinho, espalhadas por diferentes textos.

[108] Note-se, na citação, o caráter peremptório e potencialmente simplificador da afirmação sobre a irrelevância do modo de vida das tribos indígenas pré-cabralianas para a determinação de aspectos sociais e econômicos da particularidade brasileira. Não é o caso de explorar exaustivamente no presente trabalho os desdobramentos do problema. É de mencionar, entretanto, que há na bibliografia historiográfica pertinente elementos que sugerem a imprudência na base do descarte sumário da importância social e econômica da assimilação de características, inclusive econômicas (como, por exemplo, no que diz respeito a técnicas produtivas), das formas de vida das populações pré-colombianas e pré-cabralianas na determinação da especificidade das formações econômico-sociais latino-americanas, aí compreendido o Brasil. Cf., por exemplo, o excelente livro de Ciro Flamarion CARDOSO e Héctor Pérez BRIGNOLI ([1979] 1984), *História econômica da América Latina*, especialmente seu capítulo I. Coutinho concedia importância aos elementos indígena e negro na formação da particularidade brasileira fundamentalmente *no tocante à cultura*, como se pode ver no texto a seguir, constante em nota de rodapé no ensaio ora em exame: "É evidente que a cultura indígena e, em particular, a cultura negra desempenharam um papel decisivo na formação de nossa fisionomia cultural especificamente brasileira. Mas tal papel ocorreu sempre no quadro de um amálgama com as matrizes europeias (basta pensar, por exemplo, no processo ocorrido na música popular). Quando resistiram contra esse amálgama, independentemente do valor moral dessa resistência, as culturas índia e negra transformaram-se ou em folclore ou na expressão de grupos marginais" (COUTINHO, [1977-1979] 2011b$_2$, p. 40, nota 14).

> habitavam o território brasileiro antes da chegada de Cabral: situam-se no contraditório processo da acumulação primitiva do capital, que tinha o seu centro dinâmico na Europa Ocidental. (COUTINHO, [1977-1979] 1980a$_3$, pp. 64-65. Praticamente idêntico em [1977-1979] 2011b$_2$, p. 37, tendo sido suprimido apenas o enfático "de modo algum").

Dessa passagem coutiniana já se pode inferir o seguinte: o desenvolvimento do Brasil enquanto Estado nacional deita suas raízes mais profundas na incorporação de seu território ao sistema social fundado sobre o modo de produção capitalista. Esta, por sua vez, ocorre num ponto do evolver da concretização do modo de produção em que ele próprio está ainda em processo de constituição, no momento do surgimento dos pressupostos para seu pleno florescimento – notadamente a criação de um mercado mundial intimamente relacionada ao processo a que Marx se referiu como "a assim chamada acumulação primitiva" (MARX, [1867] 1996, vol. 02, cap. XXIV).

É necessário, neste ponto, dizer algumas palavras sobre o assunto. A questão da assim chamada acumulação primitiva se tornou, no bojo da reconsideração da filosofia staliniana da história, bastante controvertida no pensamento marxista, estando na base de profundas, variadas e numerosas polêmicas. Isso se deu especialmente a partir da crítica a pensadores marxistas que haviam buscado atribuir validade heurística geral às considerações marxianas sobre o tema contidas n'*O Capital*, aplicando-as ao estudo do surgimento do modo de produção capitalista em diferentes formações sociais, nem sempre tendo o devido cuidado, ao fazê-lo, de partir da consideração escrupulosa de cada processo histórico particular. Tal tratamento do problema, seja dito, é contrário àquele dado ao tema pelo próprio Marx, que o discute *a partir do estudo minucioso do caso inglês, amparado em farta e variada documentação* – em capítulo cujo título é uma ironia dirigida exatamente aos economistas políticos que buscavam abranger sob o nome de "acumulação primitiva" uma teoria explicativa do surgimento do modo de produção capitalista desconsiderando seu processo histórico-concreto de constituição[109].

Não é esse, como temos visto, o caso de Carlos Nelson Coutinho. Para que se entenda, portanto, o raciocínio coutiniano quanto ao

---

[109] Cf. o capítulo XXIV da edição brasileira d'*O Capital*, baseada na 2ª edição alemã, ou a parte VIII, caps. XXVI-XXXIII nas edições inglesas baseadas naquela preparada por Engels em 1887. As edições inglesas têm a interessante característica de incluir o capítulo sobre "A moderna teoria da colonização" na parte que carrega o título de "A assim chamada acumulação primitiva".

processo mais geral que determina a colonização do território que viria a ser conhecido como Brasil, vale recorrer à definição sintética de "acumulação originária" apresentada por Jacob Gorender – bastante fiel ao texto marxiano e da qual não há, portanto, motivos para imaginar que Coutinho divergiria:

> A acumulação originária do capital – conjunto de processos não capitalistas que prepararam e aceleraram o advento do modo de produção capitalista – assinalou-se como uma época de violenta subversão da ordem existente, cuja ocorrência na Inglaterra foi estudada no famoso capítulo XXIV do Livro Primeiro de *O Capital*. Com especial relevo figuraram nessa subversão: as *enclosures* (cercamentos) que expulsaram os camponeses de suas terras e as converteram em campos de pastagem de ovelhas, enquanto dos camponeses expropriados e despossuídos emergiria o moderno proletariado; o confisco das terras da Igreja Católica e sua distribuição entre aristocratas aburguesados e novos burgueses rurais; o crescimento da dívida pública, que transferiu riquezas concentradas pelo Estado às mãos de um punhado de privilegiados; o protecionismo, que garantiu à nascente burguesia industrial a exclusividade de atuação desenfreada no mercado nacional e lhe permitiu arruinar e expropriar os artesãos, então obrigados ao trabalho assalariado; a alta generalizada dos preços no século XVI, em consequência do afluxo à Europa dos metais preciosos da América, trazendo consigo a queda relativa dos salários e dos preços dos arrendamentos agrícolas a longo prazo, o que favoreceu a burguesia urbana e rural; e, por fim, porém não menos importante – o colonialismo da época mercantilista, com o comércio ultramarino, a exploração escravista nas Américas e o tráfico de escravos africanos (GORENDER, [1983] 1996, pp. 35-36).

Para Coutinho, é esse o contexto (em que vai se consolidando, se espalhando e se planetarizando o modo de produção propriamente capitalista a partir do epicentro anglo-europeu) no qual se processou, progressivamente em todo o mundo extra-europeu e, no caso que nos interessa mais diretamente, no território da futura América Latina, a colonização europeia escorada sobre a dominação através de meios coercitivos extra-econômicos. O intelectual comunista prossegue o raciocínio afirmando que as formações econômico-sociais pré-capitalistas existentes anteriormente, constituídas pelos povos que habitavam os territórios em questão antes da chegada europeia, sofreram um processo de *subordinação formal* ao capital mercantil

metropolitano.

Aqui é necessário um alerta: a compreensão dessa subordinação enquanto "formal" é apresentada a partir de remissão, em nota de rodapé, à oposição estabelecida por Marx entre *subsunção formal* e *subsunção real* (ou subordinação formal e subordinação real, na tradução preferida pelo marxista baiano) do trabalho ao capital. Entretanto, devido à inadequação entre a apropriação coutiniana da categoria e seu conteúdo no pensamento marxiano, tal remissão não passa sem problemas: o conteúdo atribuído ao conceito por Coutinho é *radicalmente diferente* das determinações articuladas por Marx no tratamento teórico da categoria. O próprio Coutinho tem consciência disso, e, ao lançar a ideia, afirma estar usando "com certa liberdade um célebre conceito de Marx" (COUTINHO, [1977-1979] 2011b$_2$, p. 37).

Alertado o leitor, acompanhemos rente ao texto, como temos feito até aqui, o raciocínio do marxista baiano, explicitando a seguir o significado *para Coutinho* da "subordinação formal" da colônia à metrópole (quanto à posição marxiana sobre o assunto, remeto o leitor interessado em uma primeira e sumária aproximação à nota abaixo[110]).

De acordo com o pensador baiano, a subordinação das economias coloniais ao capital mercantil metropolitano tinha caráter formal porque "se dava no terreno da circulação" (COUTINHO, [1977-1979] 2011b$_2$, p. 37) e "mantinha essencialmente intocado o modo de produção do povo colonizado" numa situação em que, sob o predomínio do capital mercantil, "[o] objetivo central do colonialismo [...] consistia em extorquir valores de uso produzidos pelas economias não capitalistas

[110] A remissão coutiniana quanto à "subordinação formal" é ao Livro I d'*O Capital*, tal como publicado por Marx, e ao famoso *Capítulo VI* inédito desse livro (publicado postumamente). Note-se que tanto em um caso como no outro a "liberdade" tomada por Coutinho altera ou deixa de lado determinações essenciais da categoria de subordinação formal tal como teorizada por Marx. A posição marxiana quanto à "subordinação formal do trabalho no capital" aparece sumariada na seguinte passagem: "O essencial na *subordinação formal* é o seguinte. 1) a relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretrabalho e aquele que o fornece: na medida em que surge a subordinação, a mesma deriva do *conteúdo* determinado da venda, não de uma subordinação que precedesse a mesma e pela qual o produtor [...] estivesse colocado noutra relação que não a monetária [...] em relação ao explorador de [sua capacidade de] trabalho. 2) O que é inerente à primeira relação [...] é que as suas *condições objetivas de trabalho* (meios de produção) e as suas *condições subjetivas de trabalho* (meios de subsistência) [...] se lhe opõem como capital. Quanto mais plenamente essas condições de trabalho se lhe opõem como propriedade alheia, tanto mais plena e *formalmente* se estabelece a *relação entre o capital e o trabalho assalariado*, ou, o mesmo é dizer, a subsunção formal do trabalho no capital [...]" (MARX, [1863-66] 1975, pp. 79-80). Coutinho, na verdade, atribui outro conteúdo ao conceito em questão.

dos povos colonizados, com a finalidade de transformá-los em valores de troca no mercado internacional" .

Este é, portanto, o esquema geral através do qual o autor interpreta a relação entre metrópoles e colônias no momento em que se está processando, na Europa, a acumulação primitiva do capital: enquanto conduzido sob a direção do capital mercantil, o processo de colonização visava à extorsão de valores de uso a serem transformados em valores de troca externamente, na esfera internacional da circulação, sem incidência direta sobre as relações sociais de produção internas às formações econômico-sociais preexistentes em que eram produzidos.

Entretanto, Coutinho sabia que, pelo menos quanto ao caso brasileiro – cuja história conhecia através de estudo diligente desde a juventude[111] –, tal esquema encontrava problemas fundamentais em sua aplicabilidade: afinal, como falar de "subordinação formal" que "mantinha essencialmente intocado o modo de produção do povo colonizado" em um território cuja exploração se deu apoiada sobre o escravo capturado na África e introduzido na América *pelo colonizador*?

O marxista baiano propõe a seguinte solução para tal problema:

> O esquema acima indicado vale também para o caso brasileiro; mas apresenta aqui uma especificidade da maior importância, que não pode ser negligenciada na avaliação de nossa dependência colonial e que tem amplas consequências no plano da cultura. Não havia em nosso território uma formação econômico-social que, mesmo primitiva, fosse capaz de fornecer excedentes de vulto ao processo de circulação do capital

[111] Seguem, a título de exemplo, algumas obras historiográficas ou sociológicas versando sobre a formação do Brasil e suas interpretações, citadas ainda nos primeiros anos de sua atividade intelectual sistemática. Em 1959: Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil* e *História Econômica do Brasil*; Brás do Amaral, *Fatos da vida do Brasil*; Afonso Ruy, *A primeira revolução social brasileira*; Luís Henrique Dias Tavares, *Fontes teóricas do movimento revolucionário de 1798* (todos em COUTINHO, 1959b). Em 1960: Guerreiro Ramos, *O problema nacional do Brasil* (em COUTINHO, 1960). Em 1961: Nelson Werneck Sodré, *História da literatura brasileira* (em COUTINHO, 1961a); Coutinho Cavalcanti, *A reforma agrária no Brasil*; Álvaro Vieira Pinto, *Ideologia e desenvolvimento nacional* (os dois últimos em COUTINHO, 1961b). Em 1962: Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* (em COUTINHO, 1962). No texto ora em exame, *Cultura e democracia no Brasil*, são citadas as seguintes: Fernando Henrique Cardoso, *Autoritarismo e democratização*; Jacob Gorender, *O escravismo colonial*; Antonio Candido, *Introducción a la literatura de Brasil* e *Literatura e sociedade*; Caio Navarro de Toledo, *ISEB: fábrica de ideologias*; Nelson Werneck Sodré, *A ideologia do colonialismo*; Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*; Walnice Nogueira Galvão, *Saco de gatos*; Paulo Mercadante, *A consciência conservadora no Brasil*; Antônio Paim, *História das ideias filosóficas no Brasil*; José Chasin, *O integralismo de Plínio Salgado*.

> mercantil colonialista. O problema, assim, era o de *criar* um aparelho produtivo que se articulasse diretamente com o mercado mundial. (COUTINHO, [1977-1979] 2011b$_2$, p. 38).

A peculiaridade da formação brasileira teria se constituído, portanto, justamente a partir da edificação deste "aparelho produtivo" sobre o *trabalho escravo*. Para ele, portanto, no caso do Brasil pré-capitalista "é o elemento escravista que fornece a marca determinante da formação econômico-social" (COUTINHO, [1977-1979] 2011b$_2$, p. 39).

É claro que essa determinação exige maiores precisões, especialmente se tivermos em conta o seguinte contraste. Por um lado, na base do modo de produção capitalista (cujo ímpeto expansivo inicial, segundo o próprio Coutinho, determina a colonização) está a relação social entre trabalhador assalariado e capitalista – a "relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretrabalho e o que o fornece" (MARX, [1863-66] 1975, p. 79) na qual não existe "nenhuma relação política, fixada socialmente, de hegemonia e subordinação" (p. 80) – que se expressa juridicamente na figura do contrato entre duas partes livres na condição de indivíduos e iguais na condição de proprietários de mercadorias. Por outro lado, na base do modo de produção escravista está a assunção de uma desigualdade natural entre o senhor e o escravo, em que apenas o primeiro é livre – sendo senhor ou proprietário do segundo e dele podendo dispor livremente e à revelia –, fundada exatamente sobre uma relação extra-econômica de subordinação do produtor direto ao apropriador do sobretrabalho[112].

O referido contraste conduz à controvérsia com a qual boa parte dos pesquisadores da peculiaridade brasileira, especialmente aqueles que quiseram encontra-la através da consideração do processo histórico de formação do Brasil, teve de se enfrentar: como equacionar capitalismo em expansão no nível mundial e pré-capitalismo na formação social brasileira? É claro que essa pergunta é uma expressão particular das

[112] Quanto à defesa ideológica da escravidão, o cânon continua se inspirando na posição de Aristóteles, que se apresenta, por exemplo, nas passagens a seguir: "Há também, por natureza, [...], um ser que comanda e outro que obedece: aquele que é capaz de previdência, por sua inteligência, é por natureza o senhor; e aquele que é capaz, pelo vigor de seu corpo, de pôr em ação aquilo que o senhor prevê, é um súdito e, por natureza, um escravo; por conseguinte, senhor e escravo têm o mesmo interesse" (*Política*, Livro I, cap. II, par. 1); "Fica claro, então, que alguns homens são por natureza feitos para ser livres e outros para ser escravos, e que para estes últimos a escravidão é tanto útil quanto justa" (Livro I, cap. V, par. 8 – grifo nosso). Note-se que a naturalização dessa relação social nega ao escravo os atributos de igualdade e liberdade constitutivos da posição do trabalhador assalariado na relação social propriamente capitalista.

seguintes: como explicar que *o movimento do capital* em expansão em nível mundial *impulsione ele próprio* o estabelecimento de *formações pré-capitalistas* nas colônias ao redor do mundo? Como elas se articulavam com o modo de produção capitalista que surgia? Ou seriam tais formações, desde o princípio, capitalistas?

Coutinho tem consciência do problema (assim como de sua dificuldade), e busca responder a ele deste modo:

> [...] o fato de que o modo de produção vigente na era colonial tivesse sido *posto e reposto* pelo movimento internacional do capital não significa, como pensam muitos de nossos historiadores, que se tratasse de um modo de produção capitalista, ainda que "imperfeito" ou "incompleto". Tais historiadores não levam na devida conta o fato de que a característica essencial do modo de produção capitalista – característica que está na base da lei do valor-trabalho [...] – é a existência do trabalho "livre" [...], que praticamente inexiste no Brasil durante toda a era colonial. Mas tampouco me parece correto que, numa justa reação à teoria do "capitalismo colonial", outros historiadores insistam excessivamente na tese da autonomia do nosso modo de produção, chegando mesmo a afirmar que o processo de circulação no período colonial era posto pelo modo de produção interno, em vez de ser – como penso – o ponto através do qual esse modo de produção tornava-se formalmente subordinado ao capital (mercantil) internacional.
>
> Sem entrar aqui nos detalhes da ampla polêmica acerca da natureza desse modo de produção pré-capitalista [...], assumo como hipótese a de que se tratava de um modo de produção escravista (de resto, o adjetivo colonial não me parece caracterizar o modo de produção [...]). (COUTINHO, [1977-79] 2011b[2], pp. 38-39).

O marxista baiano, portanto, não apenas afirma o elemento escravista como determinante na definição da peculiaridade brasileira, mas também reduz a ele o problema do modo de produção vigente no Brasil pré-capitalista. Essa redução marca sua renúncia ao exame rigoroso de como tal modo de produção interno se articulava à economia em expansão que o havia posto. É nesse sentido que o autor, sem querer entrar no que chamou de "detalhes" da ampla polêmica acerca da natureza desse modo de produção, sustenta a "hipótese" – que não deveria ser propriamente considerada enquanto tal, dado que Coutinho trabalhou com tal "hipótese" por toda a vida a partir dos anos 1970, ou

seja, por cerca de 40 anos, ainda que jamais a tenha demonstrado – de que se tratava essencialmente de um modo de produção escravista *tout court*. Tal modo de produção estaria, portanto, sujeito "às leis gerais de todo modo de produção escravista com dominância mercantil"[113] (COUTINHO, [1977-1979] 2011b$_2$, p. 39), e submetido formalmente, através da esfera da circulação *externa* a ele e a suas leis internas, ao modo de produção capitalista em constituição no nível planetário[114].

---

[113] É sabido que Coutinho conhecia bem a história da Grécia clássica, assim como as invectivas aristotélicas contra a substituição da "economia" pela "crematística" (ver *Política*, livros IX-XI), seus comentários desaprovadores sobre o problema da obtenção de riquezas como objetivo *per se* etc., relacionadas à desagregação de certa forma de sociabilidade grega simultaneamente ao crescimento da circulação mercantil. Talvez seja, portanto, ao período helenístico grego que ele se refere quando fala de "todo modo de produção escravista com dominância mercantil". Mas não é possível ter certeza: sobre esse assunto o pensador, em outros casos tão cuidadoso, não se preocupou em explicitar exatamente o que queria dizer com a expressão. Se a referência é mesmo à Grécia, trata-se de problema digno de nota: a subsunção de duas formações econômico-sociais a um mesmo modo de produção em situações históricas tão absolutamente distintas só é possível a partir do tratamento poli-histórico dos conceitos, que foi procedimento característico do método de certo gigante do pensamento social – Weber. Tal método dificilmente se compatibiliza no plano epistemológico com o historicismo da crítica da economia política marxiana.

[114] Vale notar, no mesmo sentido de recuperar um pouco do espírito da época em que Coutinho formulou tais posições, a existência, malgrado as diferenças de fundo, de importantes e sugestivos pontos de contato entre a posição coutiniana em exame e a formulação – que, na mesma época em que a coutiniana, também buscou articular a formação do Brasil-colônia à sua integração a uma economia capitalista mundial em constituição, tendo-se tornado muito influente entre os economistas brasileiros ligados direta ou indiretamente à Escola de Campinas – de João Manuel Cardoso de Mello: "Não é o fato de a produção ser mercantil e de o lucro se constituir no motor da atividade econômica que imprime caráter formalmente capitalista ao regime colonial de produção. Nem, muito menos, o simples fato de *participar* a economia colonial do mercado mundial. Ao contrário, há, formalmente, capitalismo porque a escravidão é escravidão introduzida pelo capital [...]. Há capitalismo, formalmente, porque o capital comercial invadiu a órbita da produção estabelecendo a empresa colonial. Indo muito além do simples domínio direto da produção, o capital subordina o trabalho e esta subordinação é formal, porque seu domínio exige formas de trabalho compulsório. Fica claro, enfim, que o decisivo são as articulações entre capitalismo e colonização, o caráter de instrumento de acumulação primitiva da economia colonial" (MELLO, [1975-1982] 1995, pp. 43-44). Note-se que a apropriação de Mello da categoria marxiana de "subordinação formal" também é bem "livre", sendo mesmo antagônica a um ponto chave da categoria em Marx posto que, para o filósofo renano, o domínio da subordinação formal *não* exige formas de trabalho compulsório – ao contrário, *rompe com elas* e reduz a relação entre trabalhador e apropriador a *relação puramente econômica*. Esses usos "livres" de categorias marxianas são comuns nesse momento histórico (passagem dos anos 1970 aos 1980) no

Vemos, portanto, que é a partir da consideração do presumido "modo de produção interno" (COUTINHO, [1977-1979] 2011b$_2$, pp. 40 e 42) como escravista que Coutinho deduz as principais determinações da particularidade da formação econômico-social brasileira.

Teria vigido, portanto, internamente ao Brasil pré-capitalista, um modo de produção escravista. Tal modo de produção, posto pelo próprio processo de tendencial planetarização do capital, se articulava externamente com a economia capitalista em sua fase mercantilista através do processo de circulação, sendo a ela, por isso, formalmente subordinado. Temos assim que, para o comunista baiano, a especificidade da formação social brasileira encontra seu fundamento na criação de um aparelho produtivo pré-capitalista fundado sobre o trabalho escravo, destinado internamente, através da coação extra-econômica, à produção de valores de uso que, extorquidos pelo colonizador português, viriam a ser transformados em valores de troca no mercado mundial em processo de consolidação.

Coutinho infere de tal caracterização do modo de produção interno ao Brasil pré-capitalista como escravista – regido, como vimos, pelas leis gerais de todo modo de produção escravista com dominância mercantil – as seguintes consequências, intimamente relacionadas entre si: *primeira, o caráter estacionário da produtividade econômica*, "ao contrário do que ocorreria no feudalismo" (COUTINHO, [1977-1979] 2011b$_2$, p. 39); *segunda, a debilidade do impulso econômico endógeno para a formação de um mercado interno*, resultando na dificuldade de constituição de um mercado nacional; *terceira, a conservação da grande propriedade fundiária* e, com ela, do *poder da velha classe latifundiária* e de *formas de coerção extra-econômica* sobre o trabalhador (COUTINHO, [1998] 2011b$_8$, p. 232); *quarta, a dificuldade de constituição de uma sociedade civil no Brasil capitalista*, herdada do fato de que os escravos não formavam uma mesma classe social – mas sim um estamento composto de membros de diferentes classes, já que inseridos diferentemente no processo produtivo –, o que obliterava sua organização e luta conjunta e não punha, portanto, a necessidade aos senhores de se organizarem, de buscarem impor sua dominação através de mecanismos e aparelhos privados de hegemonia (COUTINHO, [2006] 2011b$_9$, pp. 244-245).

Essas características têm importância decisiva no esquema interpretativo coutiniano da particularidade da formação econômico-social brasileira, estando na raiz do *caráter não-clássico da transição*

Brasil, em que, em decorrência do ascenso do movimento operário e, com ele, da luta social, Marx e o marxismo eram referências importantes no campo das ciências humanas no país.

brasileira ao capitalismo que, para o autor, deixou profundas marcas na constituição de tal particularidade. A incidência das duas primeiras das consequências enumeradas no parágrafo anterior sobre a "via brasileira" (COUTINHO, [1993] 2008b[5], p. 109; 1993, p. 78) ao capitalismo é mais diretamente econômica, já que, devido a elas, tal transição não teria se dado impulsionada pela dinâmica do desenvolvimento propriamente econômico que seria inerente ao modo de produção feudal (a partir, portanto, dos "estímulos ao aumento da produtividade no feudalismo, em contraste com o bloqueio tecnológico do escravismo" – COUTINHO, [1977-1979] 2011b[2], p. 39) , *mas sim através da intervenção do Estado* no sentido de força-la em direção ao novo modo de produção.

Tal característica perpassa, para nosso autor, todo o processo brasileiro de transição ao capitalismo e tem relevantes *consequências econômicas e políticas* que marcam a internalização pelo Brasil do modo de produção capitalista e, posteriormente, do CME.

Quanto às consequências propriamente econômicas, destacam-se duas: por um lado, a formação precoce no Brasil capitalista de uma economia altamente monopolizada; por outro lado, a industrialização dependente ou dependente-associada.

A primeira delas é apresentada, sinteticamente, assim:

> No plano econômico, pode-se observar que o Brasil praticamente não conheceu um período de capitalismo concorrencial; como todos os países de industrialização tardia (e, no Brasil, podemos mesmo falar em hipertardia), o capitalismo brasileiro experimentou *um processo de monopolização precoce.* Esse processo se manifesta em ambas as fontes – interna e externa – do desenvolvimento industrial de nosso País. No caso da fonte interna, o Brasil partilha uma experiência comum a todos os países de industrialização tardia: o recurso a *mecanismos de acumulação "forçada" sob a égide da intervenção estatal*. No início, essa intervenção se deu sobretudo através da garantia do mercado interno por tarifas protecionistas e da transferência de recursos da agricultura para a indústria por meio de manipulações cambiais. Sob o guarda-chuva do protecionismo, e sendo "relativamente pequeno, o mercado interno – observa Fausto Cupertino – facilita a formação de uma economia monopolista precoce, garantida pela elevada mais-valia decorrente das dimensões extraordinariamente grandes do exército industrial de reserva". (COUTINHO, 1980a[4], p. 100 – grifos meus).

E a segunda:

> [...] no caso da fonte externa de acumulação, partilhamos do destino dos países de industrialização hipertardia, industrialização que – por se processar numa época em que o capitalismo já alcançou em nível mundial a fase imperialista – é necessariamente dependente ou dependente-associada. Isso quer dizer que a posterior internacionalização de nosso mercado interno, ocorrendo na era do predomínio do capital monopolista no plano internacional, transportou para o Brasil inúmeros monopólios estrangeiros. (COUTINHO, 1980a[4], p. 100).

Essa segunda determinação econômica retroage sobre aquela primeira, no sentido de que "a presença desses monopólios estrangeiros forçou ainda mais – graças à concorrência – a monopolização das empresas nacionais, seja por sua fusão com as empresas estrangeiras [...], seja pela concentração ou centralização das próprias empresas nacionais" (COUTINHO, 1980a[4], p. 100).

Quanto às consequências mais propriamente políticas da referida "presença precoce do Estado na economia – exigida como condição para a industrialização 'forçada'" (COUTINHO, 1980a[4], p. 100): ela, combinando-se à debilidade da sociedade civil (decorrente de sua inexistência prévia na sociedade escravista) e à persistência da força das velhas oligarquias rurais, cristaliza-se em uma *hipertrofia do Estado brasileiro*, em um *reforço de seu caráter autoritário* e na minimização da possibilidade de uma eventual "ação controladora da sociedade civil sobre ele" (p. 101).

Compreender plenamente tais implicações exige o exame, a ser realizado nas próximas seções, dos seguintes problemas: primeiro, do caráter de *transição conciliada pelo alto* que marca profundamente, determinando algumas de suas principais características, a *via brasileira* ao capitalismo; segundo – que é, até certo ponto, o corolário das características em exame –, da localização contemporânea do Brasil no quadro geopolítico e da divisão social internacional do trabalho enquanto *Ocidente periférico*.

Até aqui, o exame do pensamento coutiniano nos forneceu a base econômica para o surgimento dos processos sociopolíticos a serem estudados nas próximas seções. Entretanto, não houve ainda a indicação precisa de qual o período histórico durante o qual vigeu aquela base – e, sobre ela, as determinações que vêm de ser apresentadas –, assim como de quando inicia internamente a transição do Brasil ao capitalismo. É necessário, para que possamos prosseguir com segurança, depreender indicações quanto a isso da própria textualidade

coutiniana.

Quanto ao modo de produção interno escravista, é certo que Coutinho apresenta tal definição como plenamente válida para o Brasil-colônia. Isso é sugerido pelo próprio tratamento dado ao problema da relação entre modo de produção e subordinação formal da economia brasileira ao capital. Em tal tratamento, a rejeição ao adjetivo "colonial" para definir o modo de produção não implica em, nem deriva de, uma rejeição à vigência de tal modo de produção na colônia. Ao contrário: a rejeição ao adjetivo "colonial" para definir o modo de produção escravista deve-se apenas a que Coutinho considera que ele se aplica mais propriamente à indicação do vínculo externo de subordinação formal da economia colonial brasileira ao capital, não caracterizando exatamente o modo de produção interno. Em tal *rejeição* está implícita, portanto, a *afirmação* de que tal modo de produção foi posto pelo *sentido da colonização*, decorrente de empresa comercial europeia e determinada por necessidades externas àquelas vigentes no próprio território colonizado – isto é, as necessidades relacionadas à dinâmica da acumulação primitiva então em curso no centro do sistema em processo de planetarização, que impulsionaram o processo de colonização.

Quanto à transição, no plano interno, desse escravismo pré-capitalista ao capitalismo, o marxista baiano vê seu início na emancipação do estatuto colonial e consequente fundação do Império. A partir daí, ela passa pelos marcos decisivos da Abolição (nosso autor considera a Abolição de 88 o marco fundamental, e não a proclamação da República em 89) e do início da industrialização a partir da segunda quinzena do século XX, e tem seu zênite na ruptura com a República Velha em 1930. Trata-se do lapso – cem anos aproximadamente – em que começa a ocorrer "uma progressiva conversão da dependência através da subordinação formal em dependência através da subordinação real" (COUTINHO, [1977-1979] 2011b[2], p. 42), quando "o próprio modo de produção interno [...] vai se tornando efetivamente capitalista e se subordinando não mais ou apenas ao capital mercantil ou comercial, mas também, e sobretudo, ao capital industrial ou financeiro internacionais" .

A internalização do modo de produção capitalista teria se concluído, portanto, a partir da combinação entre a criação de um mercado de trabalho livre no Brasil (que tem dentre seus marcos mais importantes a Abolição de 88) e a industrialização iniciada com a virada para os anos 1920, combinação essa que encontrou seu ponto de inflexão decisivo na Revolução de 1930. Para Coutinho, foi a partir dela que se encerrou definitivamente a longa transição brasileira entre o escravismo pré-capitalista e o capitalismo: é nesse sentido que o autor afirma que

ela "assinala, malgrado seus limites, um momento de importante descontinuidade com a velha ordem" (COUTINHO, [1993] 2008b$_5$, p. 112), e, "portanto, constitui o início da modernidade no Brasil" (COUTINHO, 1993, p. 79).

Devo, aqui, chamar rapidamente a atenção do leitor para um ponto sugestivo do movimento do pensamento do autor entre os anos 1990 e os 2000. Na primeira publicação do texto que vem de ser citado, de 1993, o autor continua assim:

> Hoje se fala em 'modernidade'; antes se dizia – e eu gostaria que se continuasse a dizer, porque me parece um termo mais preciso – que em 30 se implantou uma ordem capitalista no Brasil" (COUTINHO, 1993, pp. 79-80).

Apesar do que Coutinho "gostaria que se continuasse a dizer" e do registro de seu protesto, *ele próprio* usa, naquele momento, o conceito de "modernidade" para se referir ao capitalismo, ainda que considerando-o menos preciso. Já em 2008 (após os governos FHC e já no segundo mandato de Lula), sob a vigência da combinação entre, de um lado, mais de duas décadas de contrarreformas do Estado – operadas por não poucos intelectuais adeptos da "modernidade" – com, de outro lado, o transformismo do PT tornado esquerda para o capital, Coutinho não mais concede em relação ao termo[115]. Na republicação do texto naquele ano, o pensador comunista se expressa deste modo:

> Costuma-se dizer que foi a partir de 1930 que ingressamos na 'modernidade', mas me parece mais preciso dizer que o movimento liderado por Getúlio Vargas contribuiu para consolidar definitivamente a transição do Brasil para o capitalismo. (COUTINHO, [1993] 2008b$_5$, p. 112).

Dito isso, retomemos o fio do raciocínio coutiniano quanto à *transição brasileira ao capitalismo.*

Da conclusão de tal processo de transição resulta a internalização definitiva do modo de produção capitalista, com a generalização das relações sociais a ele pertinentes – cujo grande marco político, como vimos, é a Revolução de 1930. Daí em diante valeria,

---

[115] Apesar da marcação de posição quanto ao uso de "capitalismo" ao invés de "modernidade", o autor continua utilizando amplamente *modernização* para se referir ao processo de transição. Isso tem sua razão de ser, e passa pela assimilação por parte de Coutinho do esquema de "modernização conservadora" tal como proposto pelo sociólogo Barrington MOORE JR. ([1966] 1974).

também para o Brasil, aquela afirmação com a qual abri esta seção: o capitalismo, ao provocar o surgimento de uma sociedade mundial organicamente articulada, unificou os problemas do mundo moderno, levando-os a apresentar "em toda parte uma analogia substancial" (COUTINHO, 1967a, p. 4).

É nesse sentido que aponta a seguinte afirmação coutiniana quanto à conclusão da transição brasileira e a internalização do capitalismo:

> Com o início da industrialização, ou, mais precisamente, com a transição do modo de produção interno à fase propriamente capitalista (o que já se verifica também em certos setores da agricultura na época da abolição da escravatura, ainda que isso se dê [...] com a conservação de traços pré-capitalistas) [...] a estrutura de classes da sociedade brasileira vai se tornando essencialmente análoga àquela da sociedade capitalista em geral. (COUTINHO, [1977-1979] 2011b[2], pp. 43-44).

Reserve-se tal assertiva para uso posterior: ela conduz diretamente à interpretação da ocidentalização que o autor vê no desenvolvimento brasileiro, especialmente a partir de 1930, com o florescimento de sociedade civil cada vez mais forte e articulada levando à reação burguesa com o Golpe de 1964. Tal desenvolvimento, segundo Coutinho, sobrevive – de início subterraneamente, depois abertamente – ao regime militar, e a sociedade civil brasileira retorna à cena, pujante e capaz de fazer valer seu projeto democrático, a partir da virada para os anos 1970, desembocando na criação do PT, no novo sindicalismo etc. Mas não nos adiantemos: antes de examinarmos esses desdobramentos, será necessário estudar mais detalhadamente a não-classicidade do caminho brasileiro, os conceitos de que Coutinho se serve para exprimi-la e as marcas que deixa nesta formação econômico-social.

Por ora, é necessário marcar que para o comunista baiano *a transição brasileira ao capitalismo se deu de modo não-clássico* devido a certas características, intimamente relacionadas entre si, da base econômica da qual partiu: sua fundação sobre força de trabalho escrava; sua refratariedade a aumentos de produtividade; a debilidade do impulso econômico endógeno à formação de um mercado interno (inclusive de um mercado de trabalho, considerando a situação da força de trabalho brasileira sob o regime da escravidão). Tais características tiveram como consequências, no plano social: o não-desenvolvimento de uma sociedade civil; a conservação da grande propriedade agrária; a persistência do poder da velha classe latifundiária. Isso teria levado à situação em que a transição brasileira ao capitalismo, posta enquanto

necessidade "sob a ação combinada de fatores endógenos e exógenos" (COUTINHO, [1977-1979] 2011b$_2$, p. 42), exigiu a conciliação de interesses entre a burguesia emergente e as velhas oligarquias e a presença precoce e intensiva do Estado na economia, o que levou à sua hipertrofia e ao reforço de seu caráter autoritário. Tal reforço, por sua vez, teria sido ainda mais acentuado devido à inexistência de uma sociedade civil desenvolvida que a ele resistisse.

É necessário, portanto, examinar com mais cuidado a relação que Coutinho estabelece entre a debilidade da sociedade civil brasileira e seu fundamento histórico-econômico que remete ao escravismo vigente no Brasil-colônia.

Quanto à relação entre regime escravista e debilidade da sociedade civil no Brasil anterior a 1930, é apresentada por Coutinho deste modo:

> É preciso lembrar que vivíamos então sob um modo de produção escravista. Um escravismo certamente peculiar, já que articulado no nível internacional com o capitalismo, com suas exigências mercantis [...]; mas se tratava sempre, no plano interno, de um regime escravista.
> [...] O escravismo cria um grande vazio entre as duas classes fundamentais da sociedade brasileira: por um lado, os escravos que, evidentemente desorganizados e carentes de um projeto político global, não podem absorver os intelectuais como seus intelectuais orgânicos; e, por outro, os latifundiários escravocratas, que precisavam dos intelectuais apenas como mão de obra qualificada para a implementação das atividades administrativas do Estado que controlavam. Não precisando legitimar sua dominação através da batalha das ideias, as classes dominantes de então incentivavam uma cultura puramente ornamental, [...] que não tinha incidência efetiva sobre as contradições reais do povo-nação. (COUTINHO, [1980] 2011b$_1$, p. 20).

Aquele vazio entre as classes fundamentais, redundando na ausência de sociedade civil durante a vigência do modo de produção escravista, tem por sua vez o seguinte fundamento econômico do lado da classe escravizada:

> [...] os escravos no Brasil formam uma casta (ou um estamento) e não podem ser considerados membros de uma mesma classe social. Todos os escravos se identificam, no plano jurídico, pela falta de liberdade, de direitos, constituindo assim uma casta ou

> estamento; mas eles se inserem diversamente nas relações sociais de produção e, portanto, integram diferentes classes sociais. Isso explica, entre outras coisas, a razão por que os escravos nunca foram capazes de construir uma autêntica consciência de classe, que se manifestasse através de uma vontade e de uma ação coletivas. Em consequência, o principal grupo social subalterno de nossa formação econômico-social da época da Colônia e do Império não foi capaz de opor uma efetiva resistência coletiva, a partir de baixo, à dominação das classes que ocupavam o poder. (COUTINHO, [2006] 2011b[9], p. 244).

A combinação entre essa profunda debilidade da sociedade civil e aquele pronunciado fortalecimento do Estado levou, segundo Coutinho, à inviabilidade "de uma revolução jacobina em nosso país" (COUTINHO, [2006] 2011b[9], p. 245), conduzindo aos "recorrentes processos de modernização pelo alto, com exclusão das classes subalternas, que marcaram a história brasileira" .

São essas as bases gerais sobre as quais Coutinho teorizou o caráter não-clássico da transição brasileira ao capitalismo, expondo sua marca política fundamental como *transição* (ou *revolução*, ou *modernização*, ou *caminho*) *pelo alto*, ou seja, operada pelas elites através de conciliações mediadas por seu Estado, deliberadamente sem a participação popular. Isso teria gerado sempre como resultado uma situação em que, por um lado, o progresso concilia com o atraso, o velho com o novo, os interesses das classes dominantes do futuro, dinâmicas, com aqueles das classes dominantes do passado, retrógradas. Por outro lado, esse modelo de modernização leva a que as classes subalternas fiquem sempre excluídas da possibilidade de participação política efetiva, com importantes consequências econômicas e em termos de direitos.

06b. Definindo a via brasileira: revolução passiva, via prussiana e modernização conservadora entre progresso e atraso

O traço de conciliação pelo alto aparece, para Coutinho, reiteradamente ao longo de toda a transição do Brasil ao capitalismo, marcando profundamente sua peculiaridade, que, de histórica, passa a histórico-estrutural. Pode-se dizer, portanto, que os encadeamentos pelo alto que ocorrem já no período de conclusão da referida transição, como a Revolução de 1930 (assim como, posteriormente, o Golpe de 1964 que marcará o ingresso definitivo do Brasil no capitalismo monopolista de Estado), são, malgrado toda a sua importância na apresentação coutiniana do problema da transição pelo alto, apenas expressões particulares de certo fenômeno mais abrangente.

A esse fenômeno o autor designou sistematicamente através de três conceitos, remetendo cada um deles a um autor: *via prussiana,* a Lênin (mais exatamente à interpretação *por Lukács* da categoria lenineana, de início implícita mas, com o passar do tempo, assumida explicitamente como a referência central na apropriação coutiniana do conceito); *revolução passiva*, a Gramsci (com as variantes *transformação pelo alto*, *restauração progressista* e *revolução-restauração* – COUTINHO, [1985-1989] 2007a[9], p. 199); e, finalmente, *modernização conservadora*, a Barrington Moore Jr. Examinemos agora o muito que tais conceitos têm em comum no pensamento do comunista baiano, como também o que podem ter de específico.

Quanto ao que carregam de comum: na verdade, o uso de cada uma dessas noções é, a partir de certo ponto – situado, aproximadamente, na primeira metade dos anos 1990 –, praticamente intercambiável. Isso vale nos casos, que constituem a dominância no pensamento de nosso autor, em que seu conteúdo é aquele expresso na seção anterior para a peculiaridade da formação social brasileira decorrente de seu processo de transição pelo alto ao capitalismo. A aproximação entre os três conceitos começa aos pares, dois a dois, tendo sempre como um dos dois elementos constitutivos do par a modernização conservadora formulada por Barrington Moore Jr. Essa noção, como veremos, representa a mediação através da qual se dá, no pensamento coutiniano, a identificação entre as categorias de via prussiana e revolução passiva, gerando como resultado final, já nos anos 1990, a permutabilidade sem maiores problemas entre os três conceitos.

O que vem de ser afirmado tem, obviamente, de ser demonstrado. Iniciemos a demonstração pela aproximação entre revolução passiva e modernização conservadora. Podem-se, a princípio, encontrar diversas declarações do marxista baiano a propósito da importância do pensamento gramsciano para compreender a história brasileira passada e presente, relacionando-a ao fato de que *Gramsci* teria analisado melhor que qualquer outro intelectual as implicações do processo de *modernização conservadora* – em que se afirma, portanto, que a análise gramsciana fornece os elementos necessários à compreensão do fenômeno histórico referido com o conceito de Barrington Moore.

Tal aproximação aparece, por exemplo, nesta passagem:

> [...] é através de sua profunda *universalidade* [grifo do autor] que Gramsci é capaz de iluminar alguns aspectos decisivos de nossa peculiaridade nacional. Irei me deter aqui em dois desses conceitos: o de *'revolução passiva', que me parece capaz de*

> *fornecer importantes indicações para a análise dos processos de 'modernização conservadora'* que caracterizam a história brasileira; e o de 'Estado ampliado' [...]". (COUTINHO, [1985-1989] 2007a[9], p. 195 – grifo meu, salvo onde assinalado).

Na verdade, nosso autor havia, já em 1978, não apenas reunido em seu pensamento algumas das determinações centrais expostas anteriormente como pertinentes a sua interpretação do caminho não clássico ao capitalismo no Brasil, como também realizado a aproximação entre as categorias de revolução passiva e de modernização conservadora. Confrontem-se, por exemplo, as determinações que vimos de estudar e esta passagem, datada daquele ano:

> [...] continuamos um país "atrasado". A razão principal reside em que o progresso das forças produtivas e a modernização da estrutura social se fizeram – segundo uma velha tradição brasileira – através da conciliação entre as frações das classes dominantes, "de cima para baixo", com a conservação do latifúndio, da dependência e, sobretudo, com a tentativa de marginalizar as forças populares das grandes decisões políticas nacionais.
>
> Ora, *ninguém melhor do que Gramsci analisou as implicações desse processo de modernização conservadora.* A partir de uma análise concreta da sociedade italiana, de uma sociedade capitalista "atrasada", ele elaborou os conceitos de "*revolução passiva*" (para destacar a ausência das massas) ou de "revolução-restauração" (para sublinhar os dois lados do processo: desenvolvimento das forças produtivas e reprodução do atraso). [...] essas indicações de Gramsci podem ser de grande valor para um reexame de nossa história passada e presente. [...]
>
> Uma das consequências da *modernização conservadora* no Brasil foi o excessivo peso assumido pelo Estado (em particular pelas burocracias ligadas ao Executivo), ao qual corresponde o enfraquecimento da sociedade civil (COUTINHO, 1978, pp. 44-45 grifos meus).

Nessa exposição já aparecem, bem arrumados e claramente articulados, alguns dos principais elementos do uso coutiniano corrente das categorias de revolução passiva e de modernização conservadora para compreender a particularidade da formação econômico-social brasileira.

Confirmada e datada a aproximação entre essas duas noções no pensamento coutiniano, convido o leitor a um salto cronológico com o

objetivo de mostrar sua relação, já nos anos 1990, com o conceito de via prussiana – ou seja, avancemos por um momento para espiar o resultado final do processo de identificação dos conceitos em exame. Procedamos, para tanto, à leitura de passagem escrita em 1993 e reproduzida quase identicamente pelo autor em 2008.

Tomo a liberdade de transcrevê-la integralmente, malgrado sua extensão, devido à clareza com a qual a aproximação entre as três noções – que resulta numa sua quase fusão ou sinonímia, a partir dos anos 1990, no âmbito da interpretação coutiniana do Brasil – é exposta, me parece que pela primeira vez, por nosso autor:

> Há três paradigmas que nos ajudam a pensar esta modalidade peculiar pela qual o Brasil transitou para a modernidade e enfrentou os grandes nós históricos de sua evolução política, praticamente desde a Independência.
> O primeiro desses paradigmas é o conceito de "via prussiana", elaborado por Lênin, que é uma brilhante tentativa de pensar processos de modernização que ele chamou de "não clássicos", ao comparar o caso da Prússia com o dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França e ao ressaltar características que configuram um tipo de transição ao capitalismo que conserva elementos da velha ordem e, nessa medida, tem como pressuposto e como resultado um grande fortalecimento do poder do Estado. Conceito análogo aparece em Gramsci, que curiosamente não se refere a Lênin nesse particular; refiro-me ao conceito de "revolução passiva", com o qual ele tentou entender o processo de unificação nacional italiano do século passado, mostrando também nele uma constelação histórica na qual se dá uma conciliação entre frações das classes dominantes, com a explícita tentativa de excluir o povo de uma participação mais ampla nos processos de transformação. Gramsci diz que as revoluções passivas provocam mudanças na ordem social, mas mudanças que também conservam elementos da velha ordem. Trata-se, essencialmente, de transformações, ou de revoluções, se quisermos, "pelo alto". E, finalmente, há um conceito mais acadêmico, quer dizer, de melhor trânsito na academia, que também ajuda a pensar o caso brasileiro, isto é, o conceito de "modernização conservadora", elaborado por Barrington Moore Jr. Evidentemente, o caso brasileiro gera uma via brasileira, ou seja, tem suas próprias especificidades. Mas penso que estes três paradigmas nos permitem captar algumas determinações decisivas [...]. (COUTINHO, 1993, p. 78 – este trecho aparece com poucas alterações e uma importante inserção ao final, à qual retornaremos, em COUTINHO, [1993] 2008b[5], p. 108).

O referido intercâmbio entre os conceitos, apresentados por nosso autor como análogos, continua sendo a dominante nos anos 2000, como sugerido pela republicação ligeiramente modificada, em 2008 (no livro *Contra a Corrente*), da passagem acima. Tal fato é também facilmente constatável através da leitura das republicações em 2000, 2005 e 2011, em edições revistas pelo autor, do livro *Cultura e sociedade no Brasil*, onde a equivalência dos três conceitos comparece fartamente ao longo de diversos ensaios.

Ainda assim, é bom notar que a mencionada permutabilidade não valia antes dos anos 1990, e continua a não valer plenamente em certos momentos em que o autor busca explorar as categorias de via prussiana e de revolução passiva com maior rigor filológico. Nesses casos, as categorias de via prussiana e revolução passiva aparecem mais como *complementares* do que como *permutáveis*. É o que vemos, por exemplo, na passagem a seguir:

> Embora a noção lenineana de "via prussiana" fosse capaz de constituir uma chave interpretativa para esse processo de transformação pelo alto, só recentemente ela passou a ser utilizada nas análises marxistas da realidade brasileira. De qualquer modo, na medida em que se concentra prioritariamente nos aspectos infraestruturais do processo, o conceito de Lênin não é suficiente para compreender plenamente as características superestruturais que acompanham – e, em muitos casos, determinam – essa modalidade de transição. Portanto, não é por acaso que essas tentativas recentes de aplicar ao Brasil o conceito de "via prussiana" são quase sempre complementadas pela noção gramsciana de "revolução passiva". Na medida em que esse conceito, como todos os demais conceitos gramscianos, sublinha fortemente o momento superestrutural, em particular o momento político [...], ele se revelou de inestimável utilidade para contribuir à especificação e à análise do caminho brasileiro para o capitalismo, um caminho no qual o Estado desempenhou frequentemente o papel de principal protagonista. (COUTINHO, [1985-1989] 2007a[9], p. 197).

Ou ainda:

> Na literatura marxista, existem dois conceitos extremamente fecundos para analisar vias "não clássicas" de passagem para o capitalismo ou, numa linguagem menos precisa, para a "modernidade": o de "via prussiana", elaborado por Lênin com o objetivo principal de conceituar a modernização agrária; e o de

> "revolução passiva", utilizado por Gramsci para determinar processos sociais e políticos de transformação "pelo alto". (COUTINHO, 1989, p. 116 – reproduzido identicamente em COUTINHO, [1989] 2011b[7], p. 202).

Entretanto, tal possibilidade de tratamento complementar entre as duas categorias, além de proposta raras vezes, não tem incidência na coerência interna da utilização peculiar, por nosso autor, dos conceitos em exame para pensar a particularidade brasileira. Malgrado a preocupação filológica manifesta nas passagens acima, o que se nota ao estudar detidamente e em ordem cronológica o movimento constitutivo da interpretação coutiniana do Brasil é que preocupações como as mobilizadas nessas citações vão se tornando, especialmente a partir de 1990, uma espécie de tributo aos autores de referência, ou, no máximo, uma sugestão – que o próprio Coutinho normalmente não cumpre – de reservar a categoria de via prussiana ao exame do momento infraestrutural, enquanto a de revolução passiva destinar-se-ia prioritariamente ao momento superestrutural, especialmente ao estudo da política. Aliás, se Coutinho seguisse sua própria sugestão, não o veríamos tantas vezes – como veremos – referir-se ao "prussianismo" brasileiro ao tratar, por exemplo, da conciliação pelo alto, fenômeno eminentemente político.

Portanto, o que importa marcar aqui é que *o intercâmbio prático entre as noções* de via prussiana, revolução passiva (e correlatas) e modernização conservadora é representativo do tratamento coutiniano definitivo de tais conceitos, e vale sempre que seu conteúdo é a marca impressa pela "conciliação pelo alto" ao caminho não-clássico brasileiro ao capitalismo – cujas características para Coutinho estamos estudando no presente capítulo. Isso é verdade, no caso dos dois outros conceitos em relação ao de modernização conservadora, inclusive antes dos anos 1990, ou seja, mesmo quando Coutinho ainda evitava permutar aqueles conceitos de via prussiana e revolução passiva entre si.

Vejamos agora outra passagem coutiniana. À primeira vista, trata-se apenas de um último exemplo da identificação entre os conceitos de via prussiana, modernização conservadora e revolução passiva, apenas mais uma passagem dentre muitas possíveis. Em texto publicado em 2011, reproduzindo, aparentemente sem maiores alterações, outro publicado pouco mais de 30 anos antes, os três conceitos são mais uma vez utilizados alternadamente na definição das características centrais da transição brasileira através da conciliação pelo alto.

Têm ali o mesmo significado fundamental, e neste texto aparece

até mesmo um amálgama entre eles, uma "'modernização conservadora' prussiana":

> Essa problemática [a da articulação entre as classes e o poder político no Brasil – V.N.] pode ser resumida na ideia de que o processo de modernização econômico-social no Brasil seguiu uma "via prussiana" (Lênin) ou uma "revolução passiva" (Gramsci). Recordemos as características centrais do fenômeno: as transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população, mas se processaram sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes, conciliação que se expressa sob a figura política de reformas "pelo alto". [...] a conciliação "pelo alto" jamais escondeu a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas – de qualquer modo, fora do âmbito das decisões – as classes e camadas sociais "de baixo". Portanto, a transição do Brasil para o capitalismo (e de cada fase do capitalismo para a fase subsequente) não se deu *apenas* no quadro da reprodução ampliada da dependência, ou seja, com a passagem da subordinação formal à subordinação real em face do capital mundial; em estreita relação com isso (já que uma solução não prussiana da questão agrária asseguraria as condições para o desenvolvimento de um capitalismo nacional não dependente), essa transição se processou *também* segundo o modelo da "modernização conservadora" prussiana. (COUTINHO, [1977-1979] 2011b[2], pp. 45-46).

Mas é necessária neste ponto uma observação de caráter filológico.

Na versão original do texto que vem de ser citado (publicada em 1979 e reproduzida em COUTINHO, 1980a[3], p. 71), está ausente a menção à revolução passiva gramsciana: ali, o texto para na via prussiana de Lênin (e de Lukács). Sabemos, pelo exame da entrevista concedida por Coutinho em 1978 e citada acima, que em 1979 o pensador já conhecia a categoria gramsciana e já apontava para sua articulação no interior de sua interpretação da via brasileira ao capitalismo. Há, portanto, duas hipóteses explicativas para a ausência do conceito de revolução passiva no texto em exame: a primeira é que nosso autor ainda não estivesse completamente seguro quanto à possibilidade de aplicá-lo ao Brasil – hipótese improvável, já que na entrevista de 1978, anteriormente citada, ele utiliza tal noção buscando definir justamente a peculiaridade brasileira; a segunda, que me parece

a correta, é que Coutinho *ainda não estivesse seguro da possibilidade de intercâmbio entre os conceitos de via prussiana e revolução passiva*, possivelmente devido a suas origens relacionadas a processos históricos diversos.

Acontece que tal insegurança não se manifesta – assim como também era o caso no outro par conceitual examinado – na permutabilidade entre a via prussiana de Lênin (e de Lukács) e a modernização conservadora de Barrington Moore Jr. Coutinho permuta, no texto finalizado em 1979, as duas noções, chegando a fundi-las em uma "modernização conservadora prussiana", na mesma passagem à que não considerou adequado trazer o conceito de revolução passiva com o qual já vinha trabalhando no mesmo momento. Esse fato não apenas reforça a segunda hipótese aventada no parágrafo anterior, como também fecha a demonstração de que é através da noção de *modernização conservadora* de Barrington Moore Jr. que se dá a identificação entre a *via prussiana* de Lênin-Lukács e a *revolução passiva* de Gramsci no pensamento coutiniano. A partir dessa identificação, a revolução passiva e a via prussiana exprimem, ambas, o processo de modernização conservadora ocorrido na formação social brasileira, tendo por conteúdo as características em exame no presente capítulo.

Acontece que o conceito de Barrington Moore é um *conceito tipicamente sociológico*. Ele quer dar conta, no livro em que é desenvolvido, de explicar como, supostamente, *um mesmo processo de "modernização conservadora" pôde ter dado origem a diferentes espécies de "totalitarismo"*, como o *fascismo* japonês e o *comunismo* chinês (MOORE JR., [1966] 1974). Para o sucesso de tal operação, é necessário esvaziar o conceito de sua historicidade concreta, tornando-o aplicável a realidades historicamente bastante diferentes entre si através da hipostasia de certas características superestruturais comuns, relegando-se a segundo plano as profundas diferenças estruturais entre as formações econômico-sociais em exame. Veremos à frente, ainda nesta seção, algumas das consequências teóricas da adoção por Coutinho desse conceito, assim como da assimilação de seu conteúdo poli-histórico às categorias de revolução passiva e de via prussiana.

Para isso, prossigamos o raciocínio que vinha sendo apresentado. Como vimos, os pudores quanto à identidade de conteúdo e a consequente permutabilidade entre as três noções são deixados de lado posteriormente, e os conceitos se intercambiam para dar conta das características fundamentais *para Coutinho* da peculiaridade da formação econômico-social brasileira. O fato de o pensador ter *incluído* o conceito de revolução passiva na citação que examinamos

anteriormente, republicada sucessivas vezes até a última edição de *Cultura e Sociedade no Brasil* em 2011 – um ano antes de seu falecimento, portanto – é apenas mais um indício de que para ele tais conceitos se tornaram permutáveis quando seu conteúdo era mais diretamente referente às determinações associadas ao caráter pelo alto da revolução burguesa brasileira.

Pode-se afirmar, portanto, que os conceitos de via prussiana, revolução passiva e modernização conservadora querem dar conta, no tratamento que recebem correntemente no pensamento coutiniano, de um mesmo fenômeno histórico-social. Algumas de suas principais decorrências no plano sócio-político, cujos fundamentos remetem às marcas deixadas pelo modo de produção interno escravista vigente durante todo o período pré-capitalista brasileiro e durante a maior parte do período da transição ao capitalismo, são: a) a ocorrência de transformações sociais profundas se dá através da conciliação entre antigas e novas camadas dirigentes, seja entre classes que dominaram e classes que dominarão, seja entre frações oponentes no interior de uma mesma classe dominante; b) a massa popular é intencionalmente excluída do processo; c) um resultado é a renitente reposição do velho ou do pré-capitalista – ainda que transformado pelas novas relações sociais em que é reposto e em que tem seu sentido social reorientado – articulado ao novo ou propriamente capitalista, articulação essa que expressa a articulação entre os interesses divergentes daqueles diferentes grupos entre os quais se produz a conciliação; d) outro resultado, derivado principalmente da exclusão das massas populares do processo de decisão e operacionalização da modernização, é a "ausência de um 'grande mundo' democrático em nossa sociedade [...], impedindo ou dificultando a participação popular criadora nas várias esferas do nosso ser social" (COUTINHO, 2011b, p. 10).

Uma vez conhecido esse conteúdo comum aos três conceitos na interpretação coutiniana do Brasil, é necessário estudar mais aprofundadamente o conteúdo específico da noção de via prussiana – a primeira das três a ser empregada por Coutinho, já no início dos anos 1970 – tal como se manifesta em seu pensamento. Vale notar que esse estudo nos fornecerá, por extensão, chaves para o conteúdo que têm aí as noções de revolução passiva e de modernização conservadora.

Deve-se marcar, antes de tudo, que o núcleo problemático que o conceito de via prussiana viria a abarcar a partir de seu surgimento, em 1972, na reflexão coutiniana, já se expressava antes mesmo de que o autor tivesse se apropriado daquela noção para defini-lo. Foi assim que, já em 1965, no ensaio sobre Graciliano Ramos – em que sustentou que sua obra "abarca o inteiro processo de formação da sociedade brasileira

contemporânea, em suas íntimas e essenciais determinações" (COUTINHO, [1965] 1967, p. 139) – Coutinho afirmou que quando "as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas 'pelo alto', através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva" (p. 142).

Examinemos, portanto, a sequência do raciocínio do autor quanto ao assunto, seguindo o desenvolvimento da problemática das *transformações pelo alto* em seu pensamento e como ela se desdobra posteriormente no conceito de via prussiana[116]. Citarei, como de costume, a publicação mais recente, recorrendo à anterior apenas quando houver divergência digna de nota[117]:

> A crise da sociedade brasileira apresentava-se no Nordeste com cores mais vivas e mais intensas do que no resto do Brasil. Os movimentos de renovação e de transformação que começavam a esboçar-se [...] por todo o país – expressando-se, entre outras coisas, na chamada Revolução de 1930 –, chocavam-se no Nordeste com barreiras mais firmes, com obstáculos quase

[116] MASSUIA (2013), ao discutir em seu cuidadoso livro a recepção por parte de Coutinho das ideias estéticas de Lukács e sua aplicação à crítica da grande literatura realista brasileira, opta pelo mesmo caminho escolhido por Coutinho para organizar as republicações em conjunto de seus ensaios sobre Lima Barreto e Graciliano Ramos: a ordem cronológica de vida e atividade dos autores, vindo Lima em primeiro lugar. Entretanto, os propósitos do presente trabalho *exigem* o ordenamento inverso, já que o texto coutiniano sobre Graciliano foi escrito sete anos antes daquele sobre Lima, abordando e desenvolvendo problemas que serão retomados nesse último sob a categoria de via prussiana. Aqui, se trata sobretudo de examinar o pensamento coutiniano respeitando seu movimento real, e não de buscar uma sistematicidade *a posteriori* que possa levar à confusão entre o desenvolvimento do pensamento coutiniano sobre a realidade brasileira e o desenvolvimento desta própria realidade. Por isso, adoto o ordenamento dos ensaios a partir de suas datas de elaboração e publicação por Coutinho, iniciando por aquele sobre Graciliano Ramos.

[117] Note-se, na passagem citada, a ocorrência de dois procedimentos muito comuns em Coutinho: o uso de aspas em conceitos empregados e o de parênteses remetendo o sentido da expressão que ele utiliza a algum outro autor (na citação em questão: "clássicas" [no sentido de Marx]). Isso cria um problema que já não é menor para o leitor em geral, e que se acentua para o intérprete do pensamento coutiniano: afinal, *qual é o sentido de Marx*? No caso da citação em questão isso é particularmente problemático, pois trata-se de tema extremamente controverso – este tema da "classicidade em Marx", discutido, por exemplo, por LUKÁCS ([1972] 1979, seção 03 – especialmente pp. 118 e ss.) Esse tipo de procedimento pode sugerir, por vezes, o não-comprometimento integral do autor com o significado dos conceitos que emprega – o que, se por um lado dá força a seu pensamento em termos de maleabilidade, por outro o enfraquece quanto à precisão.

> intransponíveis. As esperanças de renovação democrática da sociedade eram violentamente cortadas; a ausência de uma classe social efetivamente (e não apenas potencialmente) revolucionária condenava os que pretendiam lutar por uma nova comunidade à solidão e à incompreensão. De certo modo, na medida em que aí as contradições eram mais "clássicas" (no sentido de Marx), o Nordeste era a região mais típica do Brasil; a sua crise expressava, em toda a sua crueza, a crise do conjunto do país. (COUTINHO, [1965] 2011b[5], p. 142).

Dito isso, retomemos o raciocínio coutiniano: a crise da sociedade brasileira referida na passagem acima é a crise da República Velha. Ela, por sua vez, encontrou sua expressão artística no romance nordestino da década de 1930, que para o marxista baiano constituiu "o movimento literário mais profundamente realista da história de nossa literatura" (COUTINHO, [1965] 2011b[5], p. 142), tendo tido em Graciliano Ramos sua figura mais representativa. O estudo aprofundado e rigoroso de sua obra poderia, portanto, abrir as portas à apreensão no plano do pensamento de categorias fundamentais então vigentes, que iluminassem a peculiaridade do Brasil no momento em questão, e, retrospectivamente, seu processo de constituição.

É assim que Coutinho prossegue seu raciocínio, num misto de apresentação das determinações fundamentais da realidade brasileira de então e exposição das determinações fundamentais expressas na obra de Graciliano:

> Na época, a sociedade brasileira se apresentava como uma formação social semicolonial em crise. O esgotamento das potencialidades de nossa economia pré-capitalista não fora seguido por uma renovação radical, pela criação de uma forma moderna de economia e de relações sociais. A ausência de uma economia integrada, estruturada em torno de um mercado interno único, era causa e efeito da inexistência de uma classe burguesa orgânica, que estivesse em condições de promover uma autêntica revolução democrática. A fragmentação de nossa sociedade, típica de uma economia pré-capitalista, impedia a formação de uma verdadeira comunidade humana, de uma vida pública democrática, afastando o povo de qualquer participação criadora em nossa história. A estagnação social condenava os homens a uma vida medíocre, ao cárcere de um "pequeno mundo" restrito e sem perspectivas, separado de uma autêntica vida social e comunitária por paredes bastante espessas. (COUTINHO, [1965] 2011b[5], pp. 142-143).

É necessário, neste ponto, observar um aparente detalhe que ajuda, uma vez mais, a intuir algo acerca do movimento do pensamento de Carlos Nelson Coutinho através dos anos. Nas primeiras publicações da passagem acima (cf. COUTINHO, [1965] 1967, p. 140), a redação da segunda frase não falava em "nossa economia pré-capitalista", mas sim em "nossa economia semifeudal". Isso remete, é claro, ao que Coutinho chamou em outro lugar de "'imagem do Brasil' formulada pelo PCB" ([1998] 2011b$_8$, p. 223) ou "'imagem' pecebista" , então sustentada por destacados intelectuais do PCB nos quais nosso autor abertamente se referenciava – e em boa parte dos casos continuou se referenciando, como Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães.

Vale lembrar que Coutinho militou no PCB, como vimos, ao longo de todo o seu processo mais diretamente formativo, e que o partido teve grande importância na constituição de sua concepção de mundo. Vale lembrar, ainda, que diversas das ideias coutinianas examinadas neste capítulo – como as referentes à ausência de uma revolução democrática no Brasil e à decorrente necessidade da realização de tarefas democráticas em atraso, ou as que dizem respeito à estagnação social causada pela ausência de uma economia integrada estruturada em torno de um forte mercado interno cuja criação e consolidação deve fazer parte do programa das forças populares, dentre outras –, também elas, eram componentes importantes daquela mesma "imagem pecebista" com a qual Coutinho, ainda que tenha permanecido cerca de 30 anos fora do partido, nunca rompeu completamente (ainda que tenha, é claro, revisto certos pontos, como por exemplo este da pré-existência de feudalismo no modo de produção anterior à internalização das relações sociais capitalistas no Brasil).

De todo modo, note-se que o raciocínio apresentado na passagem supracitada é todo ele construído contra supostas "ausências". Nele, diversos problemas que o autor detecta, a partir do estudo da obra de Graciliano Ramos, no Nordeste brasileiro dos anos 1930, são devidos a algo que *não ocorreu* (mas deveria ter ocorrido, ou deveria vir a ocorrer), a algo que *falta* (mas deve ser suprido), a algo que foi *impedido* (mas deveria ser desimpedido). Vamos direto ao ponto: este raciocínio baseia-se na contraposição entre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e aquele ocorrido "na Europa Ocidental" (COUTINHO, [1965] 2011b$_5$, p. 143), que serve de *modelo positivo* (sem aspas) à aspiração do autor de superação do atraso brasileiro – expresso em sua particularidade não clássica – em direção à construção de uma sociedade socialista[118].

[118] Terei a oportunidade, em momento posterior do presente trabalho, de demonstrar que essa "Europa Ocidental" coutiniana era, mais precisamente, a Europa Ocidental, menos a Península Ibérica, das cerca de três décadas na

Se não, vejamos como ele prossegue o raciocínio na sequência imediata da passagem citada anteriormente:

> O desenvolvimento do capitalismo, que se processava sem rupturas com a economia pré-capitalista e dependente, não apresentava as mesmas características revolucionárias que tivera na Europa Ocidental: em vez de contribuir para romper as paredes daquele "pequeno mundo", mais ainda as fortalecia, colaborando para transformar o isolamento e a solidão passivos em individualismo ativo e prático. Impossibilitada de realizar a sua revolução democrática, a nossa burguesia jamais chegou a tentar a criação do *citoyen* (do homem que sintetiza em si a vida pública e a vida privada) ou da comunidade humana autêntica (na qual os interesses individuais e os interesses coletivos formam uma totalidade orgânica). (COUTINHO, [1965] 2011b[5], p. 143).

Coutinho, que se posicionava pela superação do mundo burguês, fez seguir a essa passagem a afirmação de que os "sonhos do humanismo burguês europeu revolucionário revelaram-se, com o processo de desenvolvimento da economia capitalista, uma ilusão utópica" (COUTINHO, [1965] 2011b[5], p. 143). Isso teria ocorrido na medida em que o desenvolvimento das revoluções burguesas cindiu o *bourgeois* e o *citoyen* e, tendo reduzido o homem "a simples mecanismo da produção capitalista" , fracionou a comunidade e proporcionou a vitória do primeiro sobre o segundo "no interior da revolução democrática" (p. 144).

Apesar dessa ressalva, a posição de nosso autor quanto ao desenvolvimento do capitalismo em seu epicentro era de que, em certo momento da história europeia, teria havido, *por parte da burguesia*, a adesão a "ideais grandiosos do homem total e da comunidade democrática" (p. 143) que teriam marcado "profundamente a realidade europeia" tendo desempenhado "papel ativo nas sociedades ocidentais, ensinando os homens a verem além dos horizontes de um 'pequeno mundo' filisteu" . O abandono de tais ideais "do antigo humanismo clássico" (p. 144) por parte da burguesia europeia teria ocorrido (e aqui o

---

sequência da II Grande Guerra, onde vigoraram importantes concessões sociais a setores consideráveis da classe trabalhadora e se estabilizaram politicamente regimes democrático-burgueses. Coutinho generalizou tal situação indevidamente como possibilidade para todas as sociedades supostamente "ocidentais", tendo, para isso, de deixar de lado – ou interpretar de modo peculiar – certas regras fundamentais da dinâmica do modo de produção capitalista.

comunista baiano segue de perto o rastro do velho Lukács – cf., por exemplo, LUKÁCS, [1938] 2010) apenas "com o triunfo da burguesia sobre o proletariado em 1848" [119] (COUTINHO, [1965] 2011b$_5$, p. 144).

Quanto ao Brasil, na medida em que a revolução burguesa ocorreu "pelo alto" e em um momento em que o proletariado já se havia constituído enquanto classe antagônica no plano universal do desenvolvimento capitalista (a ruptura do Terceiro Estado é patente e irreversível após o 1848 europeu), o papel progressista da burguesia teria estado ausente de sua revolução burguesa, gerando este quadro:

> No Brasil, bem como na quase generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o ideal do "cidadão" e da comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas "pelo alto", através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, em vez de promover uma transformação social revolucionária – o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um "grande mundo"

[119] Trata-se de interpretação aparentemente idílica do papel da burguesia no desenvolvimento do capitalismo, que tudo indica que Coutinho deve ao velho Lukács. Entretanto, pergunto: as "ilusões utópicas" burguesas se estenderam, a qualquer momento, com vistas a uma comunidade geral que incluísse em seus sonhos de progresso também os camponeses e o proletariado? A burguesia europeia não conciliou sempre, mesmo nos casos clássicos, com as antigas classes dominantes e promoveu todo um conjunto de transformações pelo alto sempre que possível? O próprio caso da maior de todas as revoluções burguesas, a Revolução Francesa, parece fornecer uma resposta interessante a tais perguntas, que vai na direção contrária ao otimismo lukacsiano-coutiniano – e seus desdobramentos já na sequência de 1793 não parecem deixar muitas dúvidas (note-se, aliás, que mesmo a constituição jacobina sequer chegou a entrar em vigor). Se a afirmação da universalidade da burguesia quer se referir aos jacobinos, ainda assim parece problemática na medida em que eles não eram burgueses, mas pequeno-burgueses. Também a maior parte dos *levellers* da Revolução Inglesa eram baixos oficiais e pequenos proprietários, e não burgueses. O pretenso universalismo que Coutinho, na trilha de Lukács, atribui à burguesia pré-1848 parece antes uma característica *da pequena burguesia*, que, aliás, volta e meia reaparece através de posições social-democráticas e pode, talvez, ser explicado por sua posição social intermediária e seu espírito reiteradamente conciliador.

> democrático –, contribuiu para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada. (COUTINHO, [1965] 2011b[5], p. 144).

Foi essa imagem do Brasil, cujos principais traços já expus anteriormente e que, como vemos, já estava delineada por Coutinho em 1965, que o marxista baiano quis fixar através de sua apropriação peculiar da categoria lenineana de via prussiana tal como interpretada por Lukács (especialmente em LUKÁCS, [1953] 1959, cap. 01). Tal apropriação coutiniana do conceito aparece pela primeira vez nesta passagem – redigida em 1972 e publicada por vez primeira em 1974 – de um ensaio dedicado ao exame do lugar de Lima Barreto na literatura brasileira:

> O caminho do povo brasileiro para o progresso social – um caminho lento e irregular – ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lênin chamou de "via prussiana" para o capitalismo. Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da "via francesa" ou da "via russa", a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo "pelo alto" que exclui inteiramente a participação popular. Como consequência desse "modelo" de evolução, difunde-se a impressão de que a mudança social assemelha-se a um "destino fatal" [...]. (COUTINHO, [1972] 1974, p. 03 – reproduzido quase identicamente em [1972] 2011b[4], pp. 90-91).

Note-se, em primeiro lugar, algo já conhecido por nós em relação a outros ensaios: na primeira frase da citação acima, a menção àquilo "que Lênin chamou de 'via prussiana'" vem, nas republicações posteriores, seguida por "[...] e Gramsci designou como revolução passiva" (cf. COUTINHO, [1972] 2011b[4], pp. 90-91, mas também: [1972] 1990, p. 70; [1972] 2005a, p. 103), demonstrando outra vez o tratamento analógico e praticamente intercambiável que Coutinho passa a conferir a partir da primeira metade dos anos 1990 a estes dois conceitos ao aplica-los à compreensão da particularidade da formação econômico-social brasileira. As características centrais na passagem citada, assim como aquelas decorrentes ou associadas mais diretamente a elas, são: conciliação entre o progresso social e o atraso; transformações sociais efetuadas mediante transação entre o velho e o novo; reformismo pelo alto combinado à exclusão da participação

popular; divórcio entre intelectuais e povo, "acentuando assim o seu isolamento com relação à concreta realidade nacional-popular" (COUTINHO, [1972] 2011b[4], p. 92) na "atrasada realidade brasileira" (p. 95).

Vemos reproduzidas, portanto, sob a noção de *via prussiana*, as principais determinações já encontradas no ensaio sobre Graciliano Ramos publicado em 1965, que permanecem sendo as determinações centrais do conceito para Coutinho ao longo de todo o seu pensamento maduro. Estando demonstrado ao longo da presente seção que, na apropriação corrente do conceito por Coutinho, são *essas* as suas principais determinações, cabe agora mencionar que *não são* essas as determinações que a categoria tinha no pensamento lenineano.

No pensamento de Lênin ([1907-1908] 1977h), a categoria de "via prussiana" aparece em oposição à "via americana" (e não à francesa, à inglesa ou a qualquer outra) de desenvolvimento do capitalismo, e tal oposição se funda no caminho que historicamente seguiu a penetração do capitalismo no campo em cada uma destas duas formações econômico-sociais. Se, por um lado, está presente o elemento de *reforma* x *revolução* – e ele está, inclusive textualmente (cf., por exemplo, a p. 239 do texto citado) –, que pode ser interpretado, um pouco elasticamente, como a oposição "revolução pelo alto" x "revolução por baixo", por outro lado deve ficar claro que *Lênin, no texto em questão, não está propondo um esquema geral de interpretação*. Ele está, ali, analisando as semelhanças e as diferenças entre dois casos histórico-concretos para, encontrando em tais casos *particulares* a expressão de certas determinações *universais* referentes a tendências de movimento das formação econômico-sociais em transição ao modo de produção capitalista, buscar elementos para pensar o devir russo – mas não para encaixá-lo em (ou interpretá-lo a partir de) um de dois supostos tipos[120].

É, portanto, necessário mostrar como em Coutinho a categoria lenineana se converte em um conceito dotado de outro conteúdo – o que se dá, supostamente, pela *mediação* da reformulação do conceito por Lukács n'*A destruição da razão*. O próprio Coutinho traz à atenção de seu leitor os dois movimentos: primeiro, o afastamento do conteúdo da categoria tal como determinada no pensamento lenineano; depois, sua apropriação peculiar da categoria refratada, aparentemente, através do prisma lukacsiano.

Acompanhemos o raciocínio do autor:

---

[120] A criação de tipos está muito mais próxima do método que informa a "modernização conservadora" de Barrington Moore Jr. do que daquele a partir do qual floresce a "via prussiana" de Lênin.

> É evidente que o fenômeno da "via prussiana" – tal como Lênin o formula – tem sua expressão central na questão da passagem para o capitalismo, no modo de adequar a estrutura agrária às necessidades do capital. Mas, *generalizando o conceito*, pode-se dizer que – na base de uma solução "prussiana" global para a questão da transição ao capitalismo – todas as grandes alternativas vividas pelo nosso país, direta ou indiretamente ligadas àquela transição (Independência, Abolição, República, modificação do bloco de poder em 1930 e 1937, passagem para um novo patamar de acumulação em 1964), encontraram uma resposta "à prussiana"; [...]. (COUTINHO, [1977-1979] 2011b$_2$, p. 45 – grifo meu).

Temos assim que a categoria lenineana de "via prussiana" *se torna* aplicável ao estudo da realidade brasileira através de uma *generalização* que *estende* seu conteúdo, atribuindo ao conceito daí decorrente, sob o mesmo nome, outras determinações que configuram um *tipo* de transição "à prussiana". E de onde vem essa apropriação estendida do conceito?

Vejamos a resposta do marxista baiano:

> Esse conceito "ampliado" de via prussiana aparece em György Lukács. "Não é por acaso que Lênin indica essa via [seguida pela Alemanha] como um caso típico de alcance internacional, como uma via desfavorável para o surgimento da moderna sociedade burguesa; ele a chama de *via prussiana*. Essa observação de Lênin não deve ser limitada à questão agrária em sentido estrito, mas aplicada a todo o desenvolvimento do capitalismo e à superestrutura política que ele assumiu na moderna sociedade burguesa da Alemanha". [...] Em muitas de suas análises concretas da sociedade e da cultura da Alemanha e da Hungria, Lukács aplicou de modo fecundo seu conceito "ampliado" de via prussiana [...]. (COUTINHO, [1977-1979] 2011b$_2$, p. 46).

Mas é necessário notar que Lukács, ao apropriar-se do conceito lenineano, estava, também ele, estudando o desenvolvimento histórico-concreto da mesma realidade alemã a partir da qual Lênin o havia concebido – e, indo além de Lênin, estudou-a com alto nível de detalhamento e refinamento, saturando a categoria lenineana de historicidade, concretizando-a (cf. LUKÁCS, [1953] 1959, cap. 01). Ele, portanto, não "estendeu" a categoria lenineana: ele a *enriqueceu*, e o fez através de sua saturação com determinações históricas provenientes do estudo minucioso do desenvolvimento alemão.

Deve-se agora notar o seguinte: a extensão operada por Coutinho no conceito pressupõe seu *esvaziamento* de determinações históricas que carregava naquelas outras formulações, constituindo, ao mesmo tempo, o principal fundamento epistemológico da utilização intercambiável entre a via prussiana, a revolução passiva e a modernização conservadora. Mais: essa correspondência, quando ocorre, *exige* tais extensão e esvaziamento sob pena de que as especificidades que cada uma das categorias têm em sua formulação original obstruam a possibilidade do intercâmbio praticado por nosso autor. Coutinho parece ter alguma consciência disso já que, ao postular explicitamente a semelhança que funda a recorrente permutabilidade, em seus textos, dos conceitos de via prussiana e revolução passiva, alega que a interpretação lukacsiana da primeira a "estendeu", reduz a segunda à combinação entre "ausência de participação popular" e "modernização conservadora" e afirma essa última como ponto comum entre aquelas duas.

Veja-se, quanto a isso, a passagem a seguir, publicada repetidas vezes, desde a virada para os anos 1980 até o penúltimo ano de vida do autor – plenamente representativa, portanto, de sua posição madura quanto ao assunto[121]:

> É interessante observar [...] que o conceito lukacsiano de "via prussiana" é essencialmente análogo ao conceito gramsciano de "revolução passiva" (ou "revolução-restauração", ou "revolução pelo alto"), com o qual Gramsci pretende sintetizar a ausência de participação popular e o tipo de modernização conservadora que foram próprios do caminho italiano para o capitalismo. Nem se deve esquecer que tais conceitos foram desenvolvidos por Lukács e por Gramsci na tentativa de determinar as raízes históricas do fascismo, respectivamente, na Alemanha e na Itália (COUTINHO, [1977-1979] 1980a$_3$, p. 72; reproduzido quase identicamente, pela última vez, em [1977-1979] 2011b$_2$, p. 46).

Há para Coutinho, portanto, uma base histórica comum a aproximar tais conceitos. Mas aqui é importante trazer à atenção do leitor o seguinte problema: se é verdade que tanto a via prussiana em Lukács como a revolução passiva em Gramsci foram desenvolvidas "na tentativa de determinar as raízes históricas do fascismo", o mesmo é

[121] Note-se que na passagem citada Coutinho não se refere ao "conceito lenineano" de via prussiana, mas sim ao "conceito lukacsiano", ou seja, à versão supostamente estendida do conceito tal como apareceria no pensamento do filósofo húngaro.

apenas *parcialmente* verdadeiro no caso de Barrington Moore Jr., que em sua pesquisa está preocupado com as origens das ditaduras ou do "totalitarismo", *seja de esquerda, seja de direita* (cf. MOORE JR., [1966] 1974, especialmente: Prefácio; caps. IV, itens 5 e 6; cap. V, item 4), rubrica sob a qual *inclui fascismo e comunismo*.

Esse aspecto não me parece nada desprezível, já que um conceito dotado de tal versatilidade favorece a aproximação, no plano interpretativo, entre os dois regimes mencionados – fascismo e socialismo –, hipostasiando certas similaridades superestruturais aparentemente pertinentes aos dois e deixando de lado as abissais diferenças essencialmente existentes entre eles. Como se sabe, tal aproximação teve, especialmente a partir da segunda metade do século XX, importantes e profundas implicações ideológicas a partir de sua difusão quase militante por parte, principalmente, do pensamento liberal. Vale colocar, portanto, a hipótese de que a negligência coutiniana quanto a essa característica do conceito de Barrington Moore, combinada à reiterada afirmação de que a modernização conservadora – assim como a via prussiana e a revolução passiva – teria como objeto a origem do fascismo (deixando de lado a intenção *explícita* do próprio Moore de explicar, com ela, as origens do "totalitarismo" ou dos "regimes autoritários", *aí incluídos fascismo e comunismo*), relaciona-se diretamente à assimilação dos conceitos de *autoritarismo* e *totalitarismo* por parte do marxista baiano, com as consequências ideológicas daí advindas[122].

O pensador de Itabuna, entretanto, não menciona esse aspecto da questão, e, ao discorrer sobre o livro onde Barrington Moore Jr. desenvolve o conceito de modernização conservadora, afirma:

> Ele distingue entre diferentes caminhos de trânsito para a modernidade, um que leva à criação de sociedades liberal-democráticas, outro que leva a formações de tipo autoritário e mesmo fascista. Embora não cite nem Lênin nem Gramsci, Moore distingue os dois caminhos valendo-se de determinações análogas àquelas apontadas pelos dois marxistas, ou seja, entre outras, a conservação de várias características da propriedade fundiária pré-capitalista e, consequentemente, do poder dos latifundiários, o que resulta do fato de que a "moderna" burguesia industrial prefere conciliar com o atraso a aliar-se às classes populares. (COUTINHO, [1993] 2008b[5], p. 109).

[122] O assunto discutido no parágrafo que deu ensejo a esta nota pode ser aprofundado a partir das seguintes leituras: FERNANDES, 1979; FERNANDES, 1994, 1995, 1997; LOSURDO, 2003. Foi especialmente delas que parti para a constatação do referido problema no pensamento coutiniano.

Note-se que essa aproximação entre as duas categorias advindas da tradição marxista (revolução passiva e via prussiana) e a modernização conservadora de Moore Jr., consideradas análogas, abre a seguinte possibilidade: agora, essas categorias de Lênin, de Lukács e de Gramsci podem ser articuladas, elas também, no bojo de um pensamento político que se quer crítico a todo "autoritarismo" ou "totalitarismo", inclusive àquele supostamente então vigente nos regimes socialistas do Leste e na própria URSS[123].

Finalmente, vimos que há por parte de Coutinho um tratamento geral, no tocante à via brasileira ao capitalismo, que se vale das categorias de via prussiana, revolução passiva e modernização conservadora reduzindo-as uma à outra, hipostasiando suas similaridades e apagando as diferenças que há – e que são notáveis – em suas formulações originais por parte de seus criadores. No plano especificamente cultural, são as características associadas a tais conceitos, em decorrência do referido tratamento geral (que constituem seu conteúdo no pensamento coutiniano, ou seja, as determinações para Coutinho da particularidade da formação econômico-social brasileira), que estão na base do fenômeno ao qual Coutinho se referiu como o *intimismo à sombra do poder*, que devemos agora estudar.

06c. Cultura e política na via brasileira: intimismo, autoritarismo, transformismo, golpismo

O processo de condução política pelo alto das transformações sociais necessárias ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, materializado na via brasileira, gerou, para nosso autor, duas consequências dignas de nota no plano político-cultural. A primeira delas se exprime em algo que Coutinho chamou – retomando a expressão que Lukács ([1948-1964] 1969a, pp. 29-34; 56) empregou ao examinar (tendo por objetivo situar historicamente a atividade intelectual do primeiro Thomas Mann) a atmosfera intelectual vigente na Alemanha imperial – de *intimismo à sombra do poder*.

Tal intimismo, em sua interpretação coutiniana, é caracterizado por: primeiro, fortíssima tendência à *cooptação* dos intelectuais por parte das classes dirigentes, numa situação em que à debilidade da sociedade

[123] "Não hesitaria em utilizar para caracterizar este despotismo o termo 'totalitário' – embora ele tenha origens não muito 'puras', já que provém da politologia norte-americana –, no sentido de que na ex-URSS o Estado absorveu a sociedade civil, utilizou os organismos da sociedade civil como correias de transmissão do Estado-partido" (COUTINHO, [2000] 2006a11, p. 186).

civil se combinam o caráter extremamente restrito do mercado cultural e a força do Estado – da qual decorrem as grandes necessidades e demandas de pessoal administrativo (com diversos níveis de formação, capacidades e responsabilidades) postas por esse –, donde seu papel de espaço ocupacional ou mercado de trabalho privilegiado para intelectuais (COUTINHO, [1980-1981] 2011b[1], pp. 18-23); segundo, *isolamento* – decorrente do que vem de ser exposto – em face dos "problemas do povo-nação" (p. 21), manifesto em um enclausuramento em uma "'torre de marfim' voluntária ou involuntária" que faz com que a "cultura elaborada pelos intelectuais 'cooptados' evite pôr em discussão as relações sociais de poder vigentes, com as quais estão direta ou indiretamente comprometidos" (pp. 21-22).

Quanto ao referido intimismo à sombra do poder, Coutinho observa que ele não necessariamente implica em ou conduz a uma adesão aberta aos valores da classe dominante, a seu *pathos*, a seu projeto. Nesse sentido, o autor tem a sutileza de observar, em diferentes passagens sobre o assunto que apontam numa mesma direção, isto:

> Seria prova de esquematismo entender essa tendência como manifestação de uma clara adesão imediatamente político-ideológica ao poder estabelecido, às formas mais reacionárias de dominação social, embora também essa adesão ocorresse em muitos casos. O "intimismo à sombra do poder" combinou-se frequentemente com um inconformismo declarado, com um mal-estar subjetivamente sincero diante da situação social dominante. O que determina os limites do "intimismo", em última instância, é o fato de que ele capitula diante dos preconceitos ideológicos espontaneamente gerados pela "via prussiana", ou seja, ao subjetivismo extremado que vê nos indivíduos excepcionais as únicas forças da história, por um lado, e, por outro, ao fatalismo pseudo-objetivo que amesquinha ou dissolve o papel da ação humana na história. (COUTINHO, [1972] 2011b[4], p. 92).

O autor ilustra esse raciocínio desta forma:

> Por exemplo: o romantismo, com seu culto da subjetividade, funciona certamente como estímulo à evasão. O próprio indianismo, como Nelson Werneck Sodré mostrou, é um modo de deixar na sombra a questão mais candente da vida nacional da época: a questão da escravidão negra (não me parece casual que o romântico José de Alencar, "vanguardista" literário, fosse [...] um convicto escravista). O naturalismo, tão diverso do

> romantismo sob tantos aspectos, tem um ponto semelhante: ao dizer que a miséria brasileira é fruto de condições fatais, naturais, eternas [...] os naturalistas desviam a atenção dos pontos concretos, histórico-sociais, portanto modificáveis, que estão na raiz daquela miséria. (COUTINHO, [1980-1981] 2011b$_1$, p. 22).

Temos, portanto, que o intimismo à sombra do poder promove, seja por caminhos diretos, seja por caminhos indiretos, uma *apologia* da ordem existente por parte dos intelectuais cooptados. A apologia direta do existente dispensa maiores comentários no momento, bastando lembrar que abarca desde loas diretas ao capitalismo e ao liberalismo (sua ideologia por excelência, independente do prefixo – "neo", "social" ou qualquer outro – que acompanhe o substantivo) em geral, até a exaltação aberta de certos aspectos peculiares de suas manifestações particulares, como a ideologia prussiana que examinaremos a seguir. Quanto à *apologia indireta*, essa sim decorre diretamente do problema da combinação entre inconformismo subjetivo do intelectual e impossibilidade de se levantar contra a ordem estabelecida devido aos compromissos assumidos em seu interior.

Nesse sentido, Coutinho lembra que a cultura do intimismo, que segundo ele é a dominante cultural na via brasileira ao capitalismo,

> promove uma "apologia *indireta*" (Lukács) do existente, que justifica a estrutura social não mediante a sua defesa direta, mas mediante a sua mistificação ou ocultamento (caso do romantismo); ou mediante a afirmação de que, embora feia e desumana, ela é imutável, e que devemos nos resignar a ela (como no naturalismo). (COUTINHO, [1980-1981] 2011b$_1$, p. 22).

A segunda das consequências da via brasileira no plano político-cultural é uma "ideologia prussiana" (COUTINHO, [1979-1980] 2011b$_2$, p. 50), cujas características, tais como apontadas por Coutinho, se aproximam daquilo que Francisco Weffort conceituou, no campo da ciência política, como "pensamento autoritário brasileiro" (2011, p. 243). Essa aproximação fica ainda mais clara pela enumeração, por parte de Coutinho, de intelectuais como Oliveira Vianna e Eugênio Gudin entre os adeptos de tal ideologia, que defendem, "em nome de uma visão abertamente elitista e autoritária", a "exclusão das massas de qualquer participação ativa nas grandes decisões nacionais" (COUTINHO, [1979-1980] 2011b$_2$, p. 50).

Mas não são apenas os intelectuais cooptados, adeptos diretos

ou prosélitos indiretos da ordem existente, que sofrem os efeitos da variante brasileira da via prussiana ao capitalismo. Segundo Coutinho, não era possível que a esquerda passasse imune a todo esse prussianismo, autoritarismo, condução de processos pelo alto. O reflexo disso na esquerda, inclusive entre os socialistas e comunistas, teria se manifestado principalmente em duas tendências: de um lado, *veleidades golpistas*, que o autor considerava importante não esquecer para delas se prevenir; de outro lado, *suscetibilidade ao transformismo*.

Iniciemos o exame de tais tendências pela suscetibilidade da esquerda brasileira ao transformismo.

Antes de mais, deve-se marcar que para nosso autor a noção de transformismo está ligada aos processos de transição ao capitalismo em que, como no caso brasileiro, ocorre "o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil" (COUTINHO, [1985-1989] 2007a[9], p. 203) com o "predomínio das formas ditatoriais da supremacia em detrimento das formas hegemônicas" implicando na "exclusão das massas populares" das decisões políticas e do acesso à riqueza socialmente produzida sob a forma de direitos.

Em tais situações, as frações de classe que dominam o fazem através de uma *ditadura sem hegemonia* (p. 204), apoderando-se do Estado e direcionando-o para "substituir as classes sociais em sua função de protagonista dos processos de transformação" , transferindo a ele – através de suas "camadas militares e tecnoburocráticas" – a tarefa de "'dirigir' politicamente as próprias classes economicamente dominantes" .

A categoria de *transformismo*, nesse raciocínio, designa o modo pelo qual a fração de classe dominante em determinado momento viabiliza a continuidade de sua própria dominação, obtendo em torno de si e para seu projeto "o consenso mínimo no caso de processos de transição 'pelo alto'" (COUTINHO, [1985-1989] 2007a[9], p. 205) de modo que o desenvolvimento à prussiana da formação econômico-social não tenha de ocorrer através do recurso apenas à coerção, "o que, a longo prazo, tornaria impossível seu funcionamento" . Tal conceito não designa, portanto, uma possibilidade aberta apenas à esquerda, e nesse sentido nosso autor afirma que *o transformismo é a assimilação pelo bloco no poder de seus adversários*, quer se trate de "frações rivais das próprias classes dominantes" , quer de "setores das classes subalternas".

Essa modalidade de tornar exequível a transição pelo alto, garantindo o mínimo de consenso necessário ao regime dela decorrente, pode se manifestar de duas maneiras. A primeira é designada por nosso autor, a partir de Gramsci, como *transformismo molecular*, tratando-se

fundamentalmente de cooptação individual que ocorre quando "personalidades políticas singulares elaboradas pelos partidos [...] de oposição se incorporam individualmente à 'classe política' conservadora-moderna (caracterizada pela aversão a qualquer intervenção das massas populares na vida estatal [...])" (GRAMSCI, *apud* COUTINHO, [1985-1989] 2007a[9], p. 205). A segunda é o *transformismo de grupos inteiros*, que "passam para o campo moderado" .

Quanto à relação entre esses dois tipos de transformismo e o Brasil, Coutinho sustenta que ambos "podem ser apontados também na história brasileira" (COUTINHO, [1985-1989] 2007a[9], p. 205). No tocante ao transformismo molecular, o autor afirma isto:

> A modalidade "molecular" foi certamente a mais frequente, manifestando-se como incorporação pelo bloco de poder de alguns políticos da oposição [...]. E o transformismo "molecular" desempenhou um papel decisivo, talvez ainda mais negativo, em nossa vida cultural, através da assimilação pelo Estado de um grande número de intelectuais que representavam, real ou potencialmente, os valores das classes subalternas. Esses intelectuais eram frequentemente cooptados para a burocracia estatal [...] à medida mesmo que o Estado ampliava seu papel de protagonista das transformações políticas e econômicas que preparavam ou consolidavam o capitalismo. (COUTINHO, [1985-1989] 2007a[9], pp. 205-206).

Já no tocante ao transformismo de grupos, Coutinho considera como principal exemplo o chamado populismo, "uma modalidade de legitimação carismática que teve início no curso da ditadura de Vargas, entre 1937 e 1945, mas que se desenvolveu plenamente durante o período liberal-democrático que vai de 1945 a 1964" (COUTINHO, [1985-1989] 2007a[9], p. 206). Nesse caso, nosso autor sustenta que o populismo

> pode ser interpretado como uma tentativa de incorporar ao bloco de poder, em posição subalterna, os trabalhadores assalariados urbanos, através da concessão de direitos sociais e de vantagens econômicas reais. Nesse caso, a ação transformista não teve pleno êxito, não só em virtude da resistência dos setores mais combativos da classe operária, mas também por causa da impossibilidade de garantir ao conjunto dos trabalhadores [...] as bases materiais mínimas exigidas para o funcionamento do pacto populista. (COUTINHO, [1985-1989] 2007a[9], pp. 206-207).

O intelectual comunista aponta que, apesar de não ter logrado êxito pleno, a manifestação populista do transformismo de grupos conseguiu, sim, ganhar para sucessivos governos brasileiros um nível bastante razoável de legitimação, devendo-se a esse sucesso "o amplo consenso conquistado pela política nacional-desenvolvimentista posta em prática naquele período" (COUTINHO, [1985-1989] 2007a[9], p. 207). Assim, apoiando-se sobre parcela considerável dos trabalhadores urbanos e de suas direções políticas e sindicais, foi possível a tais governos manter "excluídos do pacto populista os assalariados agrícolas e os camponeses, que continuavam privados de direitos sociais e trabalhistas e – na medida em que a maioria deles era formada por analfabetos – do direito de voto" , o que habilitou tais governos a, simultaneamente, manter no bloco de poder a "velha oligarquia latifundiária" e ampliar enormemente o exército industrial de reserva, pressionando para baixo os salários reais dos trabalhadores urbanos e viabilizando a implementação de "uma política caracterizada por processos de industrialização acelerada com base na substituição de importações" .

Passemos agora à exposição das supostas veleidades golpistas da esquerda brasileira. Fazendo a vontade de nosso autor, que não queria que fossem esquecidas, lembremo-las:

> Essa debilidade da sociedade civil – é bom não esquecer – revela-se também pelo lado oposto: no caráter abertamente "golpista", igualmente autoritário e elitista, que marcou a atuação das forças políticas renovadoras do período. Longe de apostarem no fortalecimento da sociedade civil, as forças populares apostavam no golpe, no *putsch* blanquista, na ação de exíguas minorias, como se viu em 1935, quando o movimento de massas esboçado na ANL – que fora posto na ilegalidade – é abandonado em favor de uma quartelada. (COUTINHO, [1980-1981] 2011b[1], p. 26).

Coutinho avalia tal posição das "forças populares" como um grave erro, pois reproduziria, com sinais trocados, uma submissão à cultura política dominante na via brasileira ao capitalismo, não sendo, portanto, capaz de superá-la avançando em direção a uma democracia real – que, como já vimos nos capítulos anteriores, seria precondição possível e necessária para o avanço rumo ao socialismo na fase monopolista de Estado do capitalismo.

É nesse sentido que o marxista baiano sustenta que, também no Brasil,

> [...] as forças realmente populares devem estar permanentemente alertas contra as tentações do "golpismo", o qual – mesmo quando se apresenta sob vestes falsamente progressistas – não faz senão repetir, com sinal trocado, os procedimentos elitistas que caracterizam a "via prussiana". Todas as tentativas de impor modificações radicais por meio da ação de minorias (militares ou não) têm conduzido as forças populares a grandes desastres políticos; os exemplos poderiam ser multiplicados na história brasileira, mas basta lembrar aqui os eventos que culminaram na tragédia de 1964. [...] O "golpismo de esquerda" – que infelizmente marcou boa parte do pensamento e da ação política das correntes populares no Brasil – é apenas uma resposta equivocada e igualmente "prussiana" aos processos de direção "pelo alto" de que sempre se valeram as forças conservadoras e reacionárias em nosso País. (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 37).

Vemos assim que, para o comunista baiano, as consequências político-culturais da via brasileira ao capitalismo, com seu prussianismo ou suas características de revolução-restauração – operada através de conciliação pelo alto, transformismo e exclusão reiterada da participação política das massas populares –, se manifestaram, no tocante às correntes populares (comunistas incluídos) em uma tendência ao "golpismo de esquerda". Esse, por sua vez, "não deve ser concebido apenas como uma concepção de tomada do poder, mas também como um *modo de fazer política*, como um modo de relacionar as posições dos partidos de vanguarda com os movimentos de massa" (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 37).

Quanto a isso, Coutinho cita análise de Marcelo Gato sobre o movimento sindical brasileiro às vésperas do golpe de 1964, encontrando nesse autor a enumeração das características centrais do "golpismo de esquerda":

> A característica central do período é que a vanguarda atuava, em muito setores, distanciada das bases, quer dizer, muito avante delas. Nesse terreno, era inevitável que muitas vezes se descambasse para o "golpismo" e outros desvios esquerdizantes [...]. O "golpismo" deve ser entendido como um processo de tomada de decisões "por cima", sem o necessário aprofundamento, sem a discussão e a participação integrada das bases e das grandes massas. (GATO, *apud* COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 37).

O pensador comunista arremata seu juízo desaprovador ao que chamou de golpismo de esquerda afirmando que "[quanto] mais se torne efetiva a socialização da política, tanto menos será possível invocar a justificação relativa de processos desse tipo" (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 38) e que um "claro exemplo dos prejuízos causados pelo 'golpismo' à ação das forças de esquerda no Brasil foi a atitude delas em face do Parlamento" , considerada falsamente generalizante e principista na medida em que teria avaliado essa instituição como conservadora em si, "incapaz de refletir a correlação de forças real e sua dinâmica" . Tal avaliação equivocada teria levado a uma "desvalorização do Parlamento" , que "se articulava com a defesa aberta ou velada de posições 'golpistas'" materializadas na intenção, por parte de tais forças, de "se apossar do Executivo e encaminhar de cima para baixo, sem consideração pelo Parlamento, as reformas necessárias ao progresso social" .

É claro que essa postulação do autor põe as seguintes questões: seria o Brasil uma sociedade já ocidental, de modo que valessem aqui as mesmas determinações, estudadas anteriormente, concernentes às sociedades onde já se havia desenvolvido a fase monopolista de Estado do capitalismo? Valeria aqui, também, aquela necessidade do recurso à guerra de posição combinada à completa ineficácia da guerra de movimento, tornada golpismo anacrônico e devendo, portanto, ser abandonada pelas forças interessadas na transformação socialista da sociedade? Valeria aqui a possibilidade de mudança de função do Estado, no sentido de a ocupação de espaços em seu interior combinada ao fortalecimento da presença dirigente na sociedade civil e no parlamento (espaço, como vimos, de mediação entre sociedade civil e sociedade política) permitir o encaminhamento democrático da transição socialista? E o fundamento econômico das possibilidades em questão, a suplantação da forma absoluta pela relativa de extração de mais valia – permitindo que em conjunturas econômicas expansivas o avanço político do proletariado e das classes trabalhadoras pudesse se dar sem levar à reação violenta da burguesia –, valeria também ele no Brasil?

Responder a tais questões exige examinar a interpretação coutiniana *do Brasil seu contemporâneo*, ou seja, do país que emergiu da conclusão daquele desenvolvimento prussiano ou passivo cujas principais características já examinamos. Temos, portanto, que estudar agora a interpretação coutiniana *do desenvolvimento e do resultado da revolução burguesa no Brasil.*

06d. De Oriente a Ocidente periférico: *necessidade* e *possibilidade* da via democrática ao socialismo no Brasil

Como primeiro passo no caminho a ser percorrido na presente seção, é necessário chamar um ponto à atenção do leitor: a interpretação coutiniana do desenvolvimento capitalista brasileiro deve ser compreendida enquanto parte de sua interpretação do desenvolvimento universal desse modo de produção. Já examinamos as determinações econômicas e políticas fundamentais de como esse desenvolvimento se apresenta, para Coutinho, no centro do sistema, além da manifestação de certas determinações relacionadas a uma modalidade não clássica expressa, no Brasil como em outras formações sociais periféricas, no caráter passivo ou pelo alto da revolução burguesa.

Entretanto, para além dessas determinações já examinadas, *Coutinho formulou também uma interpretação da tendência geral de desenvolvimento do sistema social fundado sobre o modo de produção capitalista em seu conjunto, que vale tanto para seu centro (no passado) quanto para sua periferia (no presente e como perspectiva de futuro)*.

Essa interpretação é enunciada sinteticamente nesta passagem:

> Se recordarmos que, para Gramsci, "Oriente" e "Ocidente" não são conceitos geográficos, mas indicam *diferentes tipos* de formação econômico-social, em função sobretudo do peso que neles possui a sociedade civil em relação ao Estado; e se lembrarmos que, para ele, *as formações "orientais" tendem historicamente a se converter em "ocidentais", já que o fortalecimento da sociedade civil resulta do próprio desenvolvimento histórico*, então se torna ainda mais evidente esse caráter universal de suas reflexões. Uma universalidade, aliás, que só tenderá a crescer, à medida que se acentuar o processo necessário de "ocidentalização" das sociedades mundiais. (COUTINHO, 1981, p. 65, reproduzido quase identicamente em COUTINHO, [1999] 2007a, p. 82 – grifos meus).

Para nosso autor há, portanto, uma *tendência geral em direção à ocidentalização* de todas as formações econômico-sociais espalhadas pelo planeta, posta "pelo próprio desenvolvimento histórico", e isso também vale para o Brasil. Acompanhemos, então, o desenvolvimento da formação econômico-social brasileira tal como lido por Coutinho, e vejamos em que ponto da trajetória universal rumo ao ocidente o marxista baiano situa essa formação econômico-social.

Quanto à época colonial, já vimos que Coutinho a considerava uma sociedade pré-capitalista, fundada sobre o trabalho escravo e um modo de produção interno escravista, ligada ao capitalismo (então em seu período de acumulação primitiva) externamente, através do mercado mundial. Nessa sociedade, afirma o autor que se via facilmente

> a completa inexistência de uma sociedade civil. Não tínhamos parlamento, nem partidos políticos, nem um sistema de educação que fosse além das escolas de catequese; não tínhamos sequer o direito de imprimir livros ou publicar jornais. Em suma: a organização da cultura, se é que se pode falar de "organização" nesse caso, era tosca e primitiva. (COUTINHO, [1980-1981] 2011b$_1$, p. 19).

Vimos também que para o pensador baiano o escravismo interno criava um "grande vazio entre as duas classes fundamentais da sociedade brasileira" (COUTINHO, [1980-1981] 2011b$_1$, p. 20). Tal vazio se devia, de um lado, a que os escravos, na medida em que não constituíam propriamente uma classe – mas sim um estamento policlassista –, não eram capazes de se organizar e sustentar um projeto político global, não criando, portanto, aparelhos nos quais organizar suas posições e não gerando nem absorvendo intelectuais. De outro lado, também os senhores, fundando sua posição social exclusivamente na coerção extra-econômica, "não precisando legitimar sua dominação através da batalha das ideias" , não criavam aparelhos extra-estatais de hegemonia, incentivando uma "cultura puramente ornamental" que constituiu uma das características do intimismo à sombra do poder.

Essas características, para Coutinho, permaneceram no Brasil independente, já que "a Independência resultou de uma manobra 'pelo alto', de um golpe palaciano, e não de uma ativação prévia da sociedade civil (ainda inexistente)". (COUTINHO, [1980-1981] 2011b$_1$, p. 19). A situação descrita não se alterou radicalmente, para nosso autor, até pelo menos a década de 1920, ou seja, permaneceu fundamentalmente a mesma durante toda a Primeira República. Afinal, também "a República, como a Independência, foi fruto de uma mudança 'pelo alto'; foi pouco mais do que um golpe militar; as grandes massas, que continuavam desorganizadas, não participaram de sua proclamação" (p. 22).

Isso teve como consequência o seguinte:

> O arremedo de instituições republicanas criado em seguida não era de molde a fortalecer a sociedade civil. O parlamento continuou a ser um mero apêndice do Executivo; os partidos eram nada mais que confrarias locais a serviço de alguns

> coronéis envolvidos na política. (COUTINHO, [1980-1981] 2011b[1], pp. 22-23).

Note-se que o raciocínio, tal como exposto até aqui, não é incoerente com a interpretação coutiniana da relação geral entre desenvolvimento da sociedade civil e desenvolvimento do capitalismo: afinal, o surgimento e a consolidação da primeira *só se dão, para Coutinho, a partir da passagem do capitalismo a seu estágio monopolista de Estado*. Em tal raciocínio, se a economia brasileira ainda não havia realizado tal passagem, nada mais coerente do que deduzir que a superestrutura erguida sobre ela também não.

Para o pensador itabunense, a situação da formação econômico-social em questão só apresenta um verdadeiro ponto de inflexão com o processo econômico, social e político que se desenrola em torno da chamada Revolução de 1930. A partir dos anos 1920, "a sociedade brasileira vai se tornando mais complexa (ou menos simples), o capitalismo vai se tornando o modo de produção dominante também nas relações internas" (COUTINHO, [1980-1981] 2011b[1], p. 23). Isso ocorre tanto no campo quanto nas cidades, como fica claro nesta passagem:

> Nossa estrutura social, com a Abolição, com os primeiros inícios da "via prussiana" no campo, começa a se tornar mais próxima da estrutura de uma sociedade capitalista, ainda que continue atrasada e fortemente *marcada por restos pré-capitalistas*; novas classes e camadas sociais se apresentam no cenário político do país. Antes de mais nada, começa a surgir uma classe operária [...]; os primeiros esboços de industrialização, a grande imigração de finais do século passado, criam um bloco social contestatário, que põe em discussão de modo organizado (o que talvez ocorra no Brasil pela primeira vez) o modelo "prussiano", elitista e marginalizador de dominação política, econômica e social até então dominante. (COUTINHO, [1980-1981] 2011b[1], p. 23 – grifo meu).

Aqui é necessário lembrar que, na interpretação coutiniana, o Brasil praticamente não conheceu um período de capitalismo concorrencial pois, "como todos os países de industrialização tardia" (COUTINHO, 1980a[4], p. 100), viveu "um processo de monopolização precoce" . Ou seja: já a partir dos momentos iniciais do desenvolvimento mais consistente da industrialização brasileira, a partir da segunda quinzena do século XX, foram se criando as condições econômicas e sociais para o surgimento de uma sociedade civil, já que o próprio desenvolvimento particular do capitalismo é, aqui, marcado desde a

mais tenra idade pelo caráter coetâneo da internalização das relações sociais de capital e da entrada do modo de produção em sua fase monopolista no plano universal.

É por isso que Coutinho vê, já a partir desse momento, o surgimento de "um germe do que se poderia chamar de 'sociedade civil'" (COUTINHO, [1980-1981] 2011b$_1$, p. 24). Com a internalização das relações sociais capitalistas iniciam-se as primeiras lutas operárias, ocorre a organização e mobilização política de camadas médias, "surge uma ainda rarefeita mas ativa imprensa operária" . A sociedade civil ainda não existe, mas existe seu "embrião". E, em conformidade com o que estudamos no raciocínio coutiniano referente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista em seu epicentro, *também no Brasil esse embrião começa a se desenvolver a partir de baixo, da organização da classe operária* e, a partir dela, das camadas médias.

Nesse sentido, o autor afirma que

> [...] tampouco é casual que, e 1922, assista-se a um fato da maior importância na vida do país: a fundação do Partido Comunista do Brasil. Temos com isso, pela primeira vez em nossa história, a criação de um partido político feita a partir de baixo; e de um partido não só independente do Estado, mas até mesmo antagônico a ele. O PCB, embora ainda não fosse um organismo de massa, representava o embrião de um autêntico partido moderno, que é momento básico de uma sociedade civil efetiva. (COUTINHO, [1980-1981] 2011b$_1$, p. 24).

É agora o momento de recuperarmos um pouco do que já estudamos, alguns fundamentos relacionados à interpretação coutiniana das consequências sócio-políticas do desenvolvimento do modo de produção capitalista: ele engendra necessariamente, *a partir de sua passagem à fase monopolista*, o surgimento, *a partir de baixo*, de uma sociedade civil – que germina primeiramente nos estratos populares, ainda que seu direcionamento possa ser posteriormente capturado pelas elites através de sua auto-organização reativa e de uma sua eventual vitória na luta política, que resulta no aprisionamento desta esfera no modelo liberal-corporativo. É esse o alicerce sobre o qual se apoia a afirmação coutiniana da necessidade histórica da ocidentalização das sociedades estruturadas sobre o modo de produção capitalista contida na citação com a qual iniciei a presente seção. Afinal, para o comunista baiano, o advento da fase monopolista de Estado do capitalismo no plano universal induz, através da socialização em nível planetário do processo produtivo – dirigido por grandes grupos monopolistas transnacionais operando em escala global –, à internalização das

relações sociais correspondentes pelo conjunto das economias capitalistas. Essa internalização é acompanhada por aquele processo de socialização da política que, correspondendo na superestrutura à socialização infraestrutural da produção, engendra uma sociedade civil e, com ela, a tendência à ampliação do Estado.

A partir daí, põe-se a necessidade aos dominantes de obter o consenso dos dominados para continuarem viabilizando politicamente sua dominação, o que desloca a centralidade da luta de classes para o terreno da sociedade civil, que é, para nosso autor, o terreno do avanço progressivo, da guerra de posições entre as classes em luta. Tal processo não ocorre no mundo inteiro ao mesmo tempo, mas, como vimos, "só tenderá a crescer" (COUTINHO, [1999] 2007a, p. 82), resultando "do próprio desenvolvimento histórico" .

Pois bem: com a "chamada Revolução de 1930" (COUTINHO, [1980-1981] 2011b[1], p. 24), que Coutinho considera "mais uma manobra 'pelo alto', fruto da conciliação entre setores das classes dominantes e da cooptação das lideranças políticas das camadas médias emergentes (expressas no 'tenentismo')" , as frações de classe dominantes que passam a deter o controle do Estado brasileiro buscam avançar no processo de desenvolvimento capitalista freando, ao mesmo tempo, aquele tendencial florescimento da sociedade civil. Entretanto, devido à força superior do desenvolvimento das bases materiais – e da socialização da produção a ele relacionada, que engendra a socialização da política –, não conseguem atingir plenamente o desiderato.

Esse raciocínio, central para compreender a interpretação coutiniana do Brasil contemporâneo, se explicita, por exemplo, nesta passagem:

> É certo que o Estado pós-1930 lutou para extinguir a autonomia da sociedade civil nascente, incorporando corporativamente os sindicatos à estrutura do Estado [...], instalando em 1937 uma ditadura aberta que fechou partidos e parlamentos, criando [...] um arremedo de organismo cultural *totalitário* [...]. *Mas a diversificação da formação social brasileira prosseguia; o próprio capitalismo* "à prussiana", impulsionado pelo Estado getulista, *encarregava-se de promover essa diversificação*. (COUTINHO, [1980-1981] 2011b[1], pp. 24-25 – grifos meus).

Teria sido, assim, "o próprio capitalismo" a encarregar-se, também no Brasil, de promover o desenvolvimento e a diversificação da sociedade civil. Essas determinações são essenciais ao desenvolvimento posterior do raciocínio do comunista baiano, desembocando em sua

interpretação da *possibilidade* e da *necessidade* do surgimento de um campo nacional-popular de modo a combater o prussianismo brasileiro, momento necessário no combate ao capitalismo nesta formação econômico-social.

Tais possibilidade e necessidade são postas, ambas, pela socialização da política e pelo consequente florescimento da sociedade civil brasileira, deslocando-se a centralidade da luta de classes em direção a essa esfera. Quanto a isso, o pensador comunista afirma:

> O romance nordestino – um grande protesto literário contra o modo "prussiano" de modernizar o país – é um exemplo vivo do que agora [anos 1930 – V.N.] *se tornava possível*, e não mais apenas como exceção que confirma a regra: *criar uma cultura não elitista, não intimista, ligada aos problemas do povo e da Nação. Uma cultura, em suma, nacional-popular.*
> E não me parece possível desligar a irrupção de fenômenos como a floração de importantes estudos sociais no período [...] da *tendência à socialização da política* que, apesar dos evidentes limites, começa a se manifestar nos anos de 1930. [...] Essa socialização da política indica que já estavam em andamento os processos que levariam à criação no Brasil de uma sociedade civil autônoma e pluralista. (COUTINHO, [1980-1981] 2011b[1], p. 25 – grifos meus).

Entretanto, o golpe do Estado Novo em 1937 viria comprovar a debilidade que ainda marcava esse desenvolvimento da sociedade civil brasileira, condicionada pela debilidade do próprio desenvolvimento do capitalismo no país. Com ele, mais uma vez

> foi possível às classes dominantes se servirem do Estado, de mecanismos de dominação "de cima para baixo" (e que agora apresentavam traços terroristas e totalitários [...]), para empreenderem um processo de modernização capitalista conservadora, afastando o povo de qualquer decisão, quebrando qualquer veleidade de autonomia da sociedade civil nascente. (COUTINHO, [1980-1981] 2011b[1], p. 26 – grifo meu).

Ainda assim, sob a postura abertamente autoritária das elites e a posição vacilante da esquerda – inclusive os comunistas, que oscilavam, segundo Coutinho, entre o correto compromisso com a democracia como valor permanente e a tentação golpista que, como vimos, significava uma reprodução de sinais trocados do prussianismo das elites –, os embriões de sociedade civil brasileira continuavam se desenvolvendo e

"apareceriam de modo mais claro em 1945, com a redemocratização do país" (COUTINHO, [1980-1981] 2011b[1], p. 26), momento marcado pelo fato de que o PCB, na legalidade, torna-se pela primeira vez um partido de massas, revelando então compreender melhor que na Intentona de 1935 "a importância da luta democrática, do fortalecimento da sociedade civil nos combates pelo socialismo em nosso país" .

A avaliação do progressivo desenvolvimento do capitalismo brasileiro e de sua relação com o florescimento de uma sociedade civil – determinante, como já vimos, no processo de ocidentalização de uma formação social – continua com a afirmação de que, apesar dos "altos e baixos" (COUTINHO, [1980-1981] 2011b[1], p. 28) sofridos pelos setores democráticos no pós-1945, *"a tendência no sentido de uma democratização geral da vida brasileira continua a se impor*, ampliando-se bastante no período pré-1964, sobretudo a partir do governo Kubitschek" .

Apesar de sua ainda pequena solidez, o fortalecimento progressivo das "bases de um novo caminho (democrático) para a vida nacional e de uma nova hegemonia (nacional-popular, e não mais elitista) na cultura brasileira" levou as classes ou frações de classe dominantes – encasteladas em seu próprio mecanismo autocrático de reprodução da ordem capitalista, incapazes de dividir seus vultosos privilégios acumulados historicamente com outros setores sociais, acostumadas a reproduzir através do Estado não os interesses nacionais, mas seus interesses corporativos, com pouquíssimas concessões políticas, sociais ou econômicas – a reagirem preventivamente, truncando, como em 1937, o processo de democratização em curso através de um golpe seguido de uma ditadura em 1964.

Coutinho narra esse período (e esse desfecho temporário) deste modo:

> Ao longo do chamado período populista, seguramente a sociedade civil se desenvolve. Creio até que, no fim do período, essa sociedade civil ganha uma dimensão extremamente significativa, um grau bastante razoável de autonomia em relação ao Estado. Há uma evidente socialização da política entre nós. Nessa medida, penso que uma das explicações do golpe de 64 é precisamente esta: ele foi o modo de uma burguesia unificada pelo medo quebrar esse protagonismo crescente que a sociedade civil apresentava, inclusive trazendo, por exemplo, naquela época, um novo e importante ator político que era o movimento dos trabalhadores rurais, tanto nos sindicatos rurais quanto nas ligas camponesas [...]. (COUTINHO, 2001, p. 111).

Vemos portanto que, enquanto o desenvolvimento das forças produtivas, fruto do próprio desenvolvimento capitalista, gera a tendencial socialização da política e o fortalecimento da sociedade civil, a burguesia (especialmente a monopolista) e as frações de classe a ela coligadas pelo alto – dominantes no Brasil – forçam o processo histórico em outra direção. Buscam, através do Estado dirigido autocraticamente, abortar tal fortalecimento, reforçando a tendência oposta – já estudada em capítulo anterior – de autonomização da burocracia executiva e direcionamento do Estado, notadamente de seu Executivo, ao atendimento exclusivo de seus interesses corporativos, direcionamento esse viabilizado politicamente pelo mínimo de consenso possível garantido pelo transformismo. Para Coutinho, foi por isso que, assim como aquele instaurado em 1937, o "novo regime ditatorial, particularmente no período que se seguiu ao AI-5, tentou por todos os meios destroçar o embrião de sociedade civil autônoma que se vinha esboçando" (pp. 28-29).

Em vão. Acontece que, para nosso autor, o próprio regime empresarial-militar criou as condições "necessárias à passagem do capitalismo brasileiro para uma nova etapa: a etapa da dominação dos monopólios, a etapa do capitalismo monopolista de Estado" (COUTINHO, [1980-1981] 2011b$_1$, p. 29). Isso se deu deste modo:

> [...] o regime militar – modernizando o país, promovendo um intenso desenvolvimento das forças produtivas, ainda que a serviço do capital nacional e multinacional, ainda que conservando traços essenciais do atraso no campo – deu impulso aos fatores objetivos que levam a uma diferenciação social e, como tal, à construção de uma autêntica sociedade civil entre nós. (COUTINHO, [1980-1981] 2011b$_1$, p. 30).

É por isso que, à pergunta "Mas não é um paradoxo que uma sociedade civil cresça sob uma ditadura?" (COUTINHO, 2001, p. 111), Coutinho responde que "a ditadura brasileira [...] modernizou as forças produtivas" , tendo, em consequência, sido "obrigada a conviver contraditoriamente com uma sociedade civil que ela mesma (ao desenvolver o capitalismo) estimulava". A ditadura burguesa-militar teria tentado, de todas as maneiras a seu alcance, reprimi-la e/ou cooptá-la, "mas não pôde impedir que ela se desenvolvesse, ganhasse uma dinâmica própria e terminasse por ser um dos fatores decisivos da corrosão do sistema ditatorial".

Aqui vale uma observação: a incapacidade de a ditadura cooptar a sociedade civil nascida, de certo modo, sob sua tutela, reside – no pensamento coutiniano posterior à virada aos anos 1980 –

fundamentalmente no fato de ela não ter sido uma "ditadura fascista clássica" (COUTINHO, [1985-1989] 2007a$_9$, p. 216), não havendo constituído, portanto, "um regime reacionário *com bases de massa organizadas*"[124] . O autor afirma que o regime, por apoiar-se na camada militar-tecnocrática, "não foi capaz de criar organismos adequados à conquista de uma hegemonia real na sociedade civil, nem de fazer funcionar os aparelhos desta como 'correias de transmissão' de um Estado totalitário" .

A ditadura empresarial-militar, desenvolvendo o capitalismo no Brasil e elevando-o a sua fase monopolista de Estado teria, assim, produzido e fortalecido seus próprios antagonistas: um proletariado organizado e concentrado, dando origem a uma sociedade civil diversificada e forte. A força objetiva deste desenvolvimento era tão poderosa que, segundo Coutinho, saiu do controle do regime empresarial-militar – "o 'feiticeiro' desencadeara forças que já não podia controlar" (p. 217) – e obrigou a ditadura a negociar a transição de volta à democracia.

Nesse sentido, o autor sustenta que

> [...] a partir do início da crise do "modelo" e da reativação e reorganização da sociedade civil – o que tem lugar em meados dos anos 1970 –, [...] o regime militar [...] se viu forçado a empreender uma tentativa de "autorreforma", a abandonar a repressão como único instrumento de governo; e essa autorreforma, para ser exequível, implica de certo modo a necessidade, por parte do regime, de *fazer política*. Mesmo lutando para conservar seu monopólio de decisão, a ditadura foi obrigada a respeitar em certa medida os espaços conquistados pelas forças democráticas na sociedade civil, a conviver com a presença de algo que escapava ao seu controle. (COUTINHO, [1980-1981] 2011b$_1$, pp. 31-32).

Note-se que o corolário de tal raciocínio encontra respaldo na correspondência aparente com a própria situação conjuntural da virada aos anos 1980, que, por sinal, era percebida por diversos de seus agentes, situados no campo político das classes trabalhadoras, como um momento absolutamente novo na vida política brasileira, sem paralelo na história dessa formação econômico-social. Tal sentimento parece imbuir até mesmo o pensamento coutiniano quando o autor afirma que

---

[124] Essa posição do autor representa uma mudança em relação à caracterização, alinhada à do PCB de então, da ditadura militar brasileira como fascista quando da redação de seus artigos no jornal *Voz Operária*.

"a intensa sede de organização que [...] atravessou o país, envolvendo operários, mulheres, jovens, setores médios, intelectuais, até mesmo setores das classes dominantes, atesta a presença já efetiva dessa sociedade civil". (COUTINHO, [1980-1981] 2011b$_1$, p. 31).

O pensador comunista, aparentemente contagiado pelo otimismo daqueles anos – mas não apenas, já que a enunciação de tal posição não foi modificada posteriormente, sendo ela republicada nas sucessivas edições do livro *Cultura e Sociedade no Brasil*, desde a primeiro em 1990 até a derradeira em 2011 – chega a afirmar o seguinte quanto ao encerramento do ciclo da ditadura burguesa-militar[125]:

> Confirma-se assim, de certo modo, a tese do PCB em 1958: malgrado os retrocessos, a democratização da vida brasileira – que se apoia no desenvolvimento da sociedade civil gerada objetivamente pela modernização capitalista – parece ser uma tendência permanente e, a longo prazo, irreversível. (COUTINHO, [1980-1981] 2011b$_1$, p. 32).

Por ora, continuemos a explorar o raciocínio coutiniano: se pudermos considerar o Brasil uma sociedade ocidental, então as determinações estratégicas válidas para o Ocidente – estudadas nos dois capítulos anteriores – valerão, no essencial, também para essa formação social. Devemos nos indagar, portanto: em primeiro lugar, sobre se a base econômica (ingresso na fase monopolista de Estado do capitalismo, com suas correspondentes socialização da produção e predominância da forma relativa da mais-valia sobre a forma absoluta) se encontra presente; em segundo lugar, sobre se seus desdobramentos superestruturais ou sócio-político-culturais (socialização da política, formação de uma sociedade civil sólida e articulada e de uma cultura democrática, ocidentalização) se desenvolveram, ou se o autor prevê que se desenvolverão, e ainda sobre como uma eventual entrada brasileira

[125] Note-se, quanto à passagem citada, que ela, chamando à cena da virada aos anos 1980 o acerto da estratégia do PCB em 1958, evidencia uma característica da interpretação coutiniana do Brasil que será explorada mais profundamente em momento posterior do presente trabalho, mas que pode ser enunciada aqui sem prejuízo. Trata-se de que *o pensamento político de Carlos Nelson Coutinho constitui um elo entre duas estratégias para a revolução brasileira*, a nacional-democrática (sustentada pelo PCB ao longo de boa parte de sua história) e a democrática-popular (sustentada pelo PT a partir, pelo menos, de seu V Encontro em meados dos anos 1980). E tal elo não significa necessariamente uma "superação dialética" (tal como às vezes se diz, achando que com a expressão "dialética" todos os problemas estão automaticamente resolvidos): ele ajuda a compreender certos traços importantes da *continuidade que se apresenta como superação* (ou seja, da superação interrompida) da estratégia do PCB na estratégia do PT.

na universalidade ocidental se relaciona com a particularidade dessa formação social, ou seja, com a cristalização estrutural da peculiaridade histórica de seu desenvolvimento tal como estudamos sob o nome de via brasileira ao capitalismo.

Quanto à primeira indagação – sobre o ingresso do Brasil na fase monopolista de Estado do capitalismo –, a resposta coutiniana fecha taxativamente o raciocínio que viemos acompanhando até aqui:

> [...] sob a égide de uma "revolução-restauração", *o Brasil ingressou na fase do capitalismo monopolista de Estado.* E essa modernização, mesmo sendo "conservadora" [...] *consolidou de modo irreversível os pressupostos objetivos da "ocidentalização"* da sociedade brasileira. (COUTINHO, [1985-1989] 2007a[9], p. 217 – grifos meus).

Já quanto à segunda, a argumentação se desdobra em duas. Quanto à ocidentalização, ela é claramente afirmativa: "O fato é que, pelas vias transversas da revolução passiva, o Brasil tornou-se uma sociedade 'ocidental', madura para transformações substanciais" (COUTINHO, [1985-1989] 2007a[9], p. 218 – grifos meus). Já quanto ao aprofundamento da socialização da política e à formação de uma sociedade civil sólida e articulada, a posição do autor é, ao longo de todo o seu pensamento maduro, uma combinação entre *constatação simultânea de sua força e de sua insuficiência no presente* e *abertura a diferentes possibilidades para o futuro*, fundada sobre o alerta de que "pressupostos *objetivos* [...] não significam necessariamente resultados *subjetivos*" (p. 217). Nesse sentido, o intelectual gramsciano afirma que resta "um longo caminho a percorrer na luta para ampliar a socialização da política, para construir um efetivo protagonismo das massas, capaz de consolidar definitivamente a sociedade civil brasileira como protagonista de nossa esfera pública" . Em sua avaliação, tal caminho é atravessado pela luta de classes, de cujo desenlace irá depender o destino da formação econômico-social brasileira.

É importante, neste ponto, acompanhar como Coutinho resolve uma contradição na posição expressa no parágrafo anterior. No texto de onde retirei as passagens que vêm de ser citadas, o autor é muito claro: o fim da ditadura e a reabertura democrática marcam definitivamente a entrada do Brasil no rol das formações econômico-sociais ocidentais, e a partir daí a disputa política se desenrola em torno dos rumos a serem tomados por essa sociedade ocidental. Entretanto, no mesmo texto o autor afirma que há um longo caminho a percorrer para ampliar a socialização da política e para consolidar a sociedade civil brasileira. Acontece que, como vimos, para o comunista baiano a socialização da

política e a presença de uma sociedade civil forte e articulada são justamente alguns dos *pressupostos* para que se possa afirmar a ocidentalidade de uma formação econômico-social... Não resolver tal contradição reconduziria à pergunta sobre se, afinal de contas, o Brasil contemporâneo é oriental ou ocidental, ou poria em xeque todo o esquema interpretativo estudado anteriormente, já que não seria necessário haver uma sociedade civil consolidada e nem a política socializada para que uma formação econômico-social fosse considerada ocidental.

Em muitos de seus textos anteriores aos anos 2000, o pensador marxista, ao esbarrar contra essa contradição, apresentava como tentativa de solução a hipoteca do aprofundamento da socialização da política e da consolidação da sociedade civil ao advento de uma democracia de massas no Brasil. É o caso, por exemplo, na passagem a seguir, em que Coutinho busca enumerar as condições para a consolidação da sociedade civil brasileira:

> Do desenlace [da luta de classes] irá depender, de resto, o destino do processo de transição iniciado com a chamada "Nova República": na medida em que essa transição foi fruto da combinação de pressões populares "de baixo" e de operações transformistas "pelo alto", seu ponto de chegada pode ser ou a criação de uma democracia real de massas, aberta ao avanço para o socialismo, ou a restauração do velho liberalismo elitista e excludente, agora sob a forma "moderna" do liberal-corporativismo. Embora até hoje (1998) tenham predominado as tendências mais regressivas, consolidadas no neoliberalismo dos governos Collor e Cardoso, parece-me indiscutível o avanço da "ocidentalidade" brasileira. (COUTINHO, [1985-1989] 2007a[9], pp. 217-218).

Tal solução é insatisfatória do ponto de vista da coerência interna da visão de mundo coutiniana porque enseja a confusão entre *democracia de massas* e *ocidente*, subentendendo a exclusão da abrangência da validade deste último conceito às formações econômico-sociais onde vige o liberal-corporativismo – que se expressa, por exemplo, na assunção de que a ocidentalidade brasileira estaria avançando *apesar* do neoliberalismo. Nesse raciocínio, fica difícil entender como os Estados Unidos – que, de acordo com o comunista baiano, constituem o principal modelo mundial de sociedade liberal-corporativa – poderiam ser uma sociedade ocidental... Ou ainda: os acontecimentos sócio-políticos mais recentes na Europa Ocidental-Setentrional, como a destruição de uma série de garantias do Estado de

Bem-Estar, enfraquecimento dos partidos comunistas e reconfiguração do movimento sindical, endurecimento das modalidades de dominação via coerção aberta (em suma, para empregar os termos coutinianos, a liberal-corporativização do Velho Continente), apontariam então para um processo de orientalização, o que contradiz o arrazoado coutiniano quanto à tendencial ocidentalização do mundo produzida pelo próprio desenvolvimento histórico do capitalismo.

O problema não passou despercebido a Coutinho, que encontrou para ele uma solução satisfatória – pelo menos do ponto de vista da manutenção da coerência interna de seu próprio pensamento e de sua própria concepção do mundo – nos anos 2000, a partir da assimilação peculiar e da incorporação a seu arsenal heurístico do conceito de *Ocidente periférico* ou "'Ocidente' periférico e tardio" (PORTANTIERO, 1983, p. 127). Trata-se de um desdobramento (originalmente formulado pelo intelectual argentino Juan Carlos Portantiero) da clássica metáfora geográfica gramsciana: para além da disjuntiva oriente x ocidente, o marxista baiano incorpora à sua interpretação do Brasil e do mundo capitalista os conceitos de norte (constituído pelos países centrais) e sul (países periféricos), decompondo esse último em dois, "Ocidente periférico" e "Oriente".

O referido desdobramento é enunciado, por exemplo, nas passagens a seguir:

> Se todos os países chamados "atrasados" – isto é, aqueles que formam o "Sul" do planeta – pudessem ser considerados como "orientais" (como o próprio Gramsci supunha [...]), então a universalidade do autor dos *Cadernos* permaneceria ainda parcial, restrita somente aos países do Norte desenvolvido. Mas, ao contrário, pode-se constatar que a universalidade de Gramsci tem um caráter fortemente expansivo. [...] (COUTINHO, [2003] 2006a[3], p. 63).
>
> Podemos assim dizer que o Sul do mundo – mesmo permanecendo, em seu conjunto, "atrasado" em relação ao Norte e por ele explorado – divide-se hoje em Oriente e Ocidente. Pode-se assim falar da emergência de um Ocidente "tardio" ou "periférico". [...] os principais países da América Latina constituem hoje exemplos emblemáticos de "Ocidente periférico". [...] (COUTINHO, [2003] 2006a[3], p. 64).

Ou ainda, em passagem que, dado seu caráter de exposição oral, perde em rigor o que ganha em clareza:

> Então, emergimos da ditadura como uma sociedade "ocidental". Vejam bem: gostaria de deixar muito claro que, ao dizer isso, não estou imaginando que o Brasil chegou ao Primeiro Mundo. Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci fala em "Ocidente periférico" e inclui nesse tipo de Ocidente a Itália, a Espanha, a Grécia, acho que também Portugal. Diria então: o Brasil é um claro exemplo de "Ocidente" periférico, como a Argentina, o Chile, o México, o Uruguai. E "periférico" em vários sentidos. Primeiro deles: porque somos periferia do capitalismo e sempre estivemos envolvidos no movimento internacional do capital (agora talvez ainda mais) numa posição indiscutivelmente subalterna. Segundo: porque somos um "Ocidente" atravessado de "Orientes". (COUTINHO, 2001, p. 112).

Tal caracterização, como não poderia deixar de ser no caso do comunista baiano, está intimamente relacionada a uma posição política. Coutinho avança dessa localização do Brasil enquanto Ocidente periférico à crítica dos "velhos dogmas da III Internacional, os quais, por tantas décadas, impediram-nos de compreender efetivamente o que ocorria em nossos países" (COUTINHO, [2003] 2006a[3], p. 64), já que consideravam que "toda a América Latina faria parte do Oriente e, por isso, careceria ainda de uma estratégia revolucionária fundada na 'guerra de movimento', no choque frontal com um Estado 'que era tudo' e que teria diante de si uma sociedade civil 'primitiva e gelatinosa'" .

O intelectual comunista, ao contrário, sustenta que os países do subcontinente, nos últimos setenta anos, "conhecerem um processo de desenvolvimento que, malgrado suas inúmeras contradições, transformou-os em países industrializados, nos quais o modo de produção dominante, inclusive na agricultura, já é há muito tempo o capitalismo" (p. 65), com uma classe operária numerosa, camadas médias assalariadas amplas e diversificadas e progressiva diminuição dos estratos agrários na população global. Além disso, no plano político, "a maioria dos países latino-americanos conheceu, por períodos mais ou menos longos, regimes políticos liberais e até mesmo, em alguns casos, liberal-democráticos" , o que seria especialmente verdadeiro a partir da década de 1980, tendo-se tornado possível "promover uma organização de sociedades civis articuladas e pluralistas" no contexto de uma ampliação do Estado. Assim, "tal como sucedeu em vários países hoje desenvolvidos, [...] a presença de ditaduras na história passada de nosso continente não impediu a criação em nossos países de sociedades 'ocidentais', ou seja, de tipo liberal-democrático" .

Por isso, Coutinho contrapõe àqueles "velhos dogmas da III Internacional" a seguinte posição política sustentada por "uma esquerda moderna":

> Se o Brasil é hoje uma sociedade "ocidental", então não mais se podem imaginar formas de transição ao socialismo centradas na "guerra de movimento", no choque frontal com os aparelhos coercitivos de Estado, em rupturas revolucionárias entendidas como explosões violentas e concentradas num breve lapso de tempo. Começa a emergir também no Brasil uma esquerda moderna, disseminada em diferentes partidos e organizações, mas que tem em comum o fato de ter assimilado uma lição essencial da estratégia gramsciana: o objetivo das forças populares é a conquista da hegemonia, no curso de uma difícil e prolongada "guerra de posições". (COUTINHO, [1985-1989] 2007a[9], p. 218).

Valem assim, também para o Brasil, a necessidade e a possibilidade de uma estratégia democrática para a revolução socialista. Isso nos conduz ao problema do *programa* da via brasileira ao socialismo.

06e. Um programa nacional, democrático e popular: superação do prussianismo e via brasileira ao socialismo

É necessário, agora, examinar mais cuidadosamente este vínculo entre o combate ao "caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil, mesmo em seus breves períodos 'democráticos'" (COUTINHO, 1980a[1], p. 32) e a luta pelo aprofundamento da democracia, relação essa que constitui o núcleo do que Coutinho considera sua contribuição a um programa da revolução socialista brasileira – ou seja, à formulação do "caminho brasileiro para o socialismo" (COUTINHO, 1980a, p. 15).

Tal contribuição se apresenta coerentemente articulada e adequadamente desenvolvida pela primeira vez, já mobilizando os elementos centrais que permanecerão ao longo de todo o pensamento coutiniano maduro quanto ao assunto, na Parte III (Parte II na primeira versão, de 1979) do texto *A democracia como valor universal*, intitulada "O caso brasileiro: a renovação democrática como alternativa à via prussiana" (COUTINHO, [1979] 1980a[1], pp. 32 e ss.; 1979a, pp. 41 e ss.), que passaremos, portanto, a examinar.

Em primeiro lugar, o caminho ao socialismo, no caso do Brasil, teria de vir ao encontro da necessidade de enfrentar os vícios políticos herdados do prussianismo característico da via brasileira ao capitalismo, que teria tido "como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só de uma participação ativa na vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das

grandes decisões políticas nacionais" (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 32). Tal enfrentamento, quando articulado à perspectiva de construção de uma sociedade socialista, deveria avançar no sentido da consolidação de uma "democracia pluralista, bem como seu ulterior aprofundamento numa 'democracia de massas'" (COUTINHO, [1985-1989] 2007a$_9$, p. 218).

Esse seria o ponto de partida e a condição permanente "de nosso caminho para um socialismo *democrático*" , que deveria dar conta ao mesmo tempo, por um lado, das necessidades e possibilidades postas pelo caráter *ocidental* da sociedade brasileira, e, por outro lado, da superação de suas tendências elitistas e autoritárias – fruto de sua condição de ocidente *periférico* – que constituiriam um impeditivo para o amadurecimento dos pressupostos para a transição ao socialismo. Trata-se, é claro, da batalha pela superação do caráter periférico de modo a completar a ocidentalização brasileira livrando-a do inconveniente adjetivo (de "Ocidente periférico" a "Ocidente", portanto).

Assim, Coutinho liga a luta contra o prussianismo à batalha pelo socialismo, e as duas à realização de tarefas democráticas consideradas em atraso, deixadas em aberto. Essa avaliação de tais tarefas como *em atraso* se relaciona ao fato de não terem sido realizadas pela burguesia brasileira – devido ao caráter autocrático de que se revestiu o processo de modernização por ela encabeçado –, mas também à suposição de que, agora, só seria possível realiza-las sob a direção do proletariado.

Isso pode ser observado na passagem a seguir:

> *Para o conjunto das forças populares*, coloca-se assim uma tarefa de amplo alcance: a luta para inverter essa tendência elitista ou "prussiana" da política brasileira e para eliminar suas consequências nas várias esferas do ser social brasileiro. [...] A luta pela eliminação do "prussianismo" confunde-se com uma profunda *renovação democrática* [grifo do autor] do conjunto da vida brasileira. Essa renovação aparece, portanto, não apenas como a alternativa histórica à "via prussiana", como *o modo de realizar em condições novas as tarefas que a ausência de uma revolução democrático-burguesa deixou abertas em nosso País*, mas também – e precisamente por isso – como o processo de criação dos pressupostos necessários para um avanço do Brasil no rumo do socialismo. (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 33 – grifos meus, salvo onde indicado).

A combinação entre luta contra o prussianismo brasileiro e combate pelo aprofundamento da democracia poderia, revertendo uma das características peculiares a processos de revolução-restauração,

alterar a "própria estrutura do relacionamento entre Estado e sociedade civil, já que ao caráter extremamente forte e autoritário do primeiro correspondeu a natureza amorfa e atomizada da segunda" (COUTINHO, [1979] 1980a[1], p. 33), fosse através da repressão direta aos movimentos auto-organizados, fosse através de sua cooptação ou mesmo da concorrência "de um Estado que, apresentando-se como 'benfeitor', relacionava-se com indivíduos e não com organizações coletivas" (p. 34).

A renovação democrática da vida brasileira advogada por Coutinho manifesta-se em duas dimensões: a *econômica* e a *política*. Na *dimensão política*, Coutinho considera – a partir da virada aos anos 1980 e, no geral, ao longo de seu pensamento posterior – que a *primeira tarefa* dos lutadores socialistas, e, mais amplamente, das forças reformistas interessadas na transformação do Brasil em uma sociedade mais justa, seria a criação e a consolidação de um *regime de liberdades formais*. Tal consolidação contribuiria para superar o prussianismo brasileiro decorrente do caráter restaurador de sua revolução burguesa (ou de sua "modernização conservadora", como vimos), constituindo, ao mesmo tempo, "*pressuposto* que deverá ser *reposto* – conservado e ao mesmo tempo aprofundado – em cada etapa da luta pela completa realização dos objetivos finais das correntes socialistas" .

Assim, já em 1980 o marxista baiano se diferencia taxativamente daqueles que consideram a consolidação de um regime formalmente democrático uma etapa "a ser posteriormente abandonada em favor de tipos de dominação formalmente não democráticos" , afirmando por sua vez que "a *renovação democrática* do conjunto da vida nacional – enquanto elemento indispensável para a criação dos pressupostos do socialismo – [...] aparece como *o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira*" (p. 21 – grifo meu), constituindo uma base ou um "patamar mínimo que deve certamente ser aprofundado (tanto em sentido econômico quanto em sentido político), mas também *conservado* ao longo de todo o processo" (p. 34). O autor, portanto, reafirma para o caso brasileiro a validade da estratégia que já estudamos anteriormente no tocante às formações econômico-sociais onde vige o capitalismo monopolista de Estado: "a democracia de massas que os socialistas brasileiros se propõem construir *conserva e eleva a nível superior* as conquistas puramente liberais" .

Antes de avançar, vale a pena dizer algumas palavras sobre o termo "etapa" que vem de aparecer, empregado por Coutinho em citação no parágrafo anterior. Esse termo ficou muito mal visto na esquerda brasileira a partir da dura crítica de Caio Prado Jr. à estratégia nacional e democrática do PCB, na qual um suposto esquema etapista de interpretação histórica era combatido em nome da consideração da

especificidade do caso brasileiro e da formulação da teoria a partir do exame dos processos tais como se apresentaram histórico-concretamente.

Publicada em 1966, como balanço à atuação dos comunistas, no contexto da grande derrota sofrida pelo movimento operário e popular brasileiro com o golpe empresarial-militar de 1964, *A revolução brasileira* (PRADO JR., [1966] 2014) continha duras críticas aos comunistas brasileiros, que teriam forjado a teoria da revolução brasileira a partir de "um esquema teórico abstrato" segundo o qual "a humanidade em geral e cada país em particular [...] haveriam necessariamente que passar através de estados ou estágios sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo" (cap. 2, p. 22).

Ali, o marxista paulistano contra-argumentava que "[a] ideia de que a evolução histórica da humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas é inteiramente estranha a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo cujas atenções [...] se voltaram sempre exclusiva e particularizadamente para o caso dos países e povos europeus" . Vale notar, entretanto, que o próprio Caio Prado Jr. utiliza a palavra "etapa" muitas vezes sem conotação negativa alguma, apenas com o sentido de "momento" ou "fase"[126].

Na acepção coutiniana, o termo usualmente não carrega a avaliação negativa que ganhou a partir da assimilação dominante da crítica caiopradiana (assimilada como *crítica ao etapismo* do PCB), como fica claro em diversas afirmações suas sobre assuntos tão variados como, por exemplo, sua consideração sobre as "diferentes etapas ou fases" da poesia de Carlos Drummond de Andrade (COUTINHO, 1972b). No mais, o uso mais propriamente político do termo por parte de Coutinho, ao invés de uma *crítica negativa* da noção de etapa, guarda na verdade algo de comum com aquilo que Prado Jr. criticava no PCB: o

[126] Cabe, ainda, observar, quanto a essa apreciação da formulação teórica dos comunistas brasileiros, que Marcos Del Roio (2012, p. 217) chama a atenção para o fato de que Prado Jr. "formula uma caricatura do interlocutor, a qual teve e ainda tem ampla difusão". Essa posição estava relacionada, no autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*, a uma consideração da própria revolução brasileira *como um processo longo e gradual* (cf. PRADO JR., especialmente caps. I, III e V), que o conduziu, inclusive, a uma postulação estratégica que, apesar de divergir em pontos importantes da interpretação pecebista do Brasil, convergia com a estratégia nacional e democrática do PCB no essencial, alimentando ainda mais esperanças reformistas do que o PCB de então quanto, por exemplo, ao papel do Estado burguês na criação das condições para a transição socialista. Curiosamente, apesar disso, a crítica caiopradiana serviu de substrato para muitos intelectuais que criticaram o PCB pela esquerda.

atrelamento a um *esquema predeterminado*, ainda que sofisticado e apresentado como processual, *constituído por estágios sucessivos obrigatórios*.

Quanto a isso, é necessário notar que, para o comunista baiano, os pressupostos para a transição socialista – hegemonia, entendida enquanto consenso, obtida no âmbito da sociedade em seu conjunto, envolvendo, portanto, uma maioria no seio da sociedade civil a apoiar o projeto de transição socialista, ou pelo menos a respeitar o direito das classes trabalhadoras de implementá-lo – devem estar construídos já antes da tomada do poder pelos trabalhadores e da implementação de medidas diretamente socializantes. Ou seja, *para ele é necessário que a transição democrática esteja avançada antes que se possa passar à transição socialista propriamente dita*, já que a primeira estabelece os pressupostos da segunda – o que, evidentemente, significa um ponto de contato não negligenciável com as formulações consideradas "etapistas" do caminho brasileiro ao socialismo.

Dito isso, retomemos o fio do programa coutiniano para a revolução brasileira. Em trecho citado anteriormente, Coutinho afirmava a necessidade de elevar a nível superior as conquistas puramente liberais como momento necessário da luta socialista no Brasil. Na sequência, ele mesmo se pergunta: mas, afinal de contas, "em que consiste, no caso brasileiro, essa 'elevação a nível superior'?" (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 34). A resposta a essa questão nos conduz à *dimensão econômica* do programa coutiniano para a revolução brasileira: o autor explica que tal elevação a nível superior das conquistas liberais consiste na eliminação gradual das "bases econômico-sociais que não só tornam possível a 'via prussiana' elitista e oligárquica, mas que contribuem para reproduzi-la (de modo ampliado) permanentemente" (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 34).

Essa eliminação exige, segundo o pensador baiano, *democratizar a economia nacional*. Mas tal afirmação recoloca em outra chave a pergunta: em que consiste, afinal de contas, uma democratização da economia nacional?

A resposta coutiniana a essa pergunta é, em nível mais imediato, a seguinte: a democratização da economia nacional consiste em criar "uma situação na qual os frutos do trabalho do povo brasileiro – que se torna cada vez mais produtivo – revertam em favor da grande maioria da população" (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 34). Entretanto, Coutinho considera que, para que se possa proceder a tal democratização é necessário, antes de tudo, que *exista* uma economia nacional propriamente dita. E para a *consolidação* de uma *economia nacional*, é necessária a existência de um vigoroso e articulado *mercado interno*.

Vimos, em seção anterior, que a permanência dessa carência – a "ausência de uma economia integrada, estruturada em torno de um mercado interno único" (COUTINHO, [1965] 2011b$_5$, pp. 142) que "impedia a formação de uma verdadeira comunidade humana, de uma vida pública democrática" – tem origem, para nosso autor, no fato de o Brasil ter transitado ao capitalismo vindo de uma sociedade escravista, como é claramente afirmado nesta passagem:

> [O elemento escravista] interfere, por um lado, na produtividade econômica do sistema, que se mantém estacionária [...], com todas as consequências que disso resultam para a criação ulterior de um mercado interno e, portanto, para a forma "prussiana" que prevaleceria quando da transição para o capitalismo. (COUTINHO, [1977-1979] 2011b$_2$, p. 39)

Ou seja: a via prussiana, revolução passiva ou modernização conservadora brasileira teria gerado um capitalismo dependente onde *o mercado interno carece de integração,* permanecendo débil-incompleto e *devendo ser fortalecido-completado* pelas forças interessadas na superação da ordem capitalista para que se possa realizar a tarefa de democratizar a economia nacional – que, para ser democratizada, deve primeiro existir.

É interessante notar que tal ponto retoma, certamente com muito maior nível de controle teórico e maturidade intelectual (mas, ainda assim, *retoma*), posição que Coutinho sustentara, apoiando-se em ninguém menos que Caio Prado Jr., em seus primeiros textos de juventude – que estudamos anteriormente sob a rubrica de seu *nacionalismo* juvenil, que adverti que, junto às outras três características estudadas naquele capítulo, permanecia pautando (ainda que modificado e atenuado) o pensamento maduro do autor.

É assim que, em seu pequeno ensaio juvenil sobre a *História Econômica da Revolução de 1798* – com o qual obteve o segundo lugar em concurso intercolegial promovido pelo Jornal da Bahia, que lhe valeu como prêmio a publicação nas páginas do jornal em 1959, com apenas dezesseis anos –, lemos isto:

> Caio Prado Júnior, em uma afirmação notável, in "História Econômica do Brasil", diz que a produção brasileira sempre foi voltada para o comércio exterior, ou seja, para a produção de gêneros tropicais, com o fim de suprir mercados alienígenas. Jamais houve, por assim dizer, um interesse numa cultura de subsistência intensiva, o que acarretaria uma maior autonomia da nação em face do comércio mundial. Essa diretriz errônea –

> causada pelos portugueses – é ainda em parte responsável pelas nossas atuais condições de subdesenvolvimento. (COUTINHO, 1959b).

Ainda que o termo "subdesenvolvimento" seja transformado em diversos outros nomes nos textos da maturidade coutiniana, a ideia permanece: para que se possam criar no Brasil os pressupostos da transição socialista, é necessário superar, ainda nos marcos do capitalismo, o atraso, o capitalismo selvagem, a exclusão das classes subalternas, a dependência, a debilidade do mercado interno, o prussianismo – todas expressões que aparecem, algumas mais, outras menos, em textos coutinianos maduros, apresentando sob diferentes formas o mesmo conteúdo. Assim, a "extinção do que tem sido chamado de 'capitalismo selvagem' aparece como pressuposto indispensável para integrar na sociedade nacional, na condição de sujeitos, imensas parcelas da população hoje reduzidas a uma situação subumana" (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, pp. 34-35).

É por isso que os lutadores socialistas têm entre suas tarefas primordiais a solução da questão nacional, integrando o conjunto da população brasileira à modernização econômica e social em bases que não as prussianas – ou seja, em bases (capitalistas) democráticas –, tal como exposto nesta passagem:

> Trata-se, antes de mais nada, de resolver uma urgente *questão nacional*, que só se fez agravar nos últimos anos: a de integrar regiões e segmentos sociais, que englobam milhões e milhões de pessoas, no processo de modernização econômica e social. (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 35)

Temos assim que as duas *tarefas fundamentais dos socialistas e comunistas*, enunciadas até aqui, são as seguintes: no plano político, consolidação de um regime (capitalista) de liberdades formais; no plano econômico, consolidação de uma economia (capitalista) nacional em bases modernas, integrativas e inclusivas. A realização de ambas faz parte de uma luta permanente contra o prussianismo e pela democratização, necessária ao estabelecimento dos pressupostos necessários à transição socialista. A realização de tais tarefas fundamentais "requer a aplicação de *um programa econômico antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista*" (COUTINHO, 1979a, p. 43 – grifo meu).

Cabe aqui, antes de prosseguirmos, uma observação de caráter filológico. Na versão publicada em 1979 do texto que vimos seguindo, Coutinho não detalha cada um dos três eixos, apenas mencionando-os e

tratando-os em comum. Na versão de 1980, ele trata detalhadamente dos vetores antilatifundiário e antimonopolista, deixando de lado, à primeira vista, o anti-imperialista – que é, entretanto, embutido naquele segundo eixo da luta contra os monopólios, já que tal luta tem como alvo privilegiado os conglomerados que não são sediados no Brasil, devem ser nacionalizados etc.

Acompanhemos, então, sua exposição de cada um dos referidos vetores.

Quanto ao eixo *antilatifundiário*:

> Importância central adquire assim a luta por uma *reforma agrária* que não se limite a promover a capitalização do latifúndio, mas abra espaço para a formação entre nós de uma sólida economia camponesa familiar ou cooperativizada. Independentemente das vantagens econômicas (melhoria de vida de amplas parcelas da população, melhor abastecimento das cidades, ampliação do mercado interno), uma reforma agrária desse tipo implicaria a elevação à cidadania política de milhões de trabalhadores rurais. Sua efetivação, portanto, é momento imprescindível da renovação democrática de nosso País. (COUTINHO, [1979] 1980a[1], p. 35).

No tocante à capacidade de mobilizar apoios no sentido do estabelecimento da hegemonia necessária à futura transição socialista, o comunista baiano afirma que "a luta por essa reforma agrária pode obter o consenso da esmagadora maioria da população, *incluindo até mesmo setores importantes do capital monopolista sediado no Brasil*" (COUTINHO, [1979] 1980a[1], p. 35 – grifo meu).

Quanto ao vetor antimonopolista, ele deveria ser implementado somente *no médio prazo* e confundir-se-ia, na versão do texto de 1980, com o anti-imperialista.

Vejamos, então, os eixos *antimonopolista* e *anti-imperialista*:

> Mas, a médio prazo, a democratização da economia requer também a aplicação de medidas antimonopolistas, dirigidas em particular contra os monopólios internacionais, as quais começariam por pôr em discussão os modelos de desenvolvimento e os padrões de consumo antinacionais que nos são impostos pelo imperialismo, e chegariam até a propor concretamente a nacionalização de empresas monopolistas. [...] Mas, para ser efetivo, um programa desse tipo não pode se apresentar como um programa de gabinete, a ser mais uma vez concebido e aplicado (se aplicado) de cima para baixo, por

> tecnocratas eventualmente generosos. (COUTINHO, [1979] 1980a[1], p. 35).

No tocante à capacidade de mobilizar apoios para a conquista da direção da maioria da população – pré-requisito, para Coutinho, ao estabelecimento de uma transição socialista –, o autor afirma que "um tal programa interessaria também a amplas parcelas da população, desde a classe operária e as camadas médias assalariadas até a pequena e média burguesia nacional" (COUTINHO, [1979] 1980a[1], p. 35 – grifo meu).

Vemos, portanto, que o pensador baiano propõe um programa em dois tempos: num primeiro momento, o centro deve ser a luta pela reforma agrária, que pode galvanizar amplíssimos setores sociais, estendendo-se até mesmo a grupos monopolistas sediados no Brasil; num momento posterior, fortalecida em sua posição enquanto aspirante a classe nacional, o proletariado pode sustentar um programa antimonopolista e anti-imperialista, cuja possibilidade de atração se estende menos, somente até setores da média burguesia nacional. Pode-se presumir que, já com maior força hegemônica, torna-se então possível ao proletariado e aos setores organizados em seu entorno a dispensa do apoio dos setores monopolistas que anteriormente compunham parte do arco de alianças.

Afinal, a preocupação coutiniana com esse programa é – como já visto, em capítulos anteriores, no tocante às sociedades ocidentais tomadas mais abstratamente –, sobretudo, ampliar a capacidade dirigente do proletariado no sentido de projetá-lo enquanto classe nacional, capaz de organizar em torno de si e disputar (e ganhar), para seu projeto, amplos setores sociais. Nesse sentido, Coutinho lembra que a "elaboração, aplicação e controle de um programa de democratização da economia nacional deve resultar de um amplo debate que envolva todas as forças interessadas" . Só com a adesão de "partidos, sindicatos, associações profissionais" e outras organizações da sociedade civil tal programa poderia ser capaz de obter "o consenso majoritário necessário à sua realização consequente" e de contribuir, ao "transformar as camadas trabalhadoras em sujeitos ativos da gestão da economia – para o processo geral de renovação democrática do País" .

Assim, para que se amplie tal capacidade hegemônica, nosso autor considera necessário um aprofundamento da socialização da política expresso na "incorporação *organizada* das grandes massas à vida política nacional" , entendida enquanto "único antídoto de eficácia duradoura contra o veneno da 'via prussiana'" . O fortalecimento da sociedade civil, materializada para Coutinho em organismos como

comissões de empresa, associações de moradores, comunidades religiosas de base, sindicatos, OAB, CNBB, ABI e "importantes movimentos setoriais contra opressões específicas (em particular o movimento feminista), ou em defesa da ecologia e da qualidade de vida" (p. 36), cujas reivindicações de caráter democrático já fariam parte integrante da luta política brasileira, abriria "a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política no sentido de uma democracia organizada de massas, que desloque cada vez mais 'para baixo' o eixo das grandes decisões hoje tomadas exclusivamente 'pelo alto'" .

Surge, assim, a necessidade de conformação de um "poderoso *bloco democrático e popular*" (COUTINHO, 1979a, p. 44 – grifo meu) – ou, na versão do mesmo texto publicada em 1980, *bloco democrático e nacional-popular* (COUTINHO, [1979] 1980a[1], p. 36) – que unifique esses vários sujeitos coletivos de base e, "respeitadas sua autonomia e diversidade" (COUTINHO, 1979a, p. 44), constitua-se em ferramenta para "criar os pressupostos para o aprofundamento e generalização do processo de renovação democrática [...], abrindo assim caminho para a transição ao socialismo" .

No interior desse bloco nacional, democrático e popular, trabalhando a toda força pela manutenção e o aprofundamento de sua *unidade, concebida como valor estratégico* (p. 40), devem estar os partidos da classe operária, "cujos programas de renovação social só se tornarão hegemônicos se assumirem todas as reivindicações democráticas dos movimentos específicos e encaminharem corretamente – a nível global – sua solução política" (p. 36). Esse valor estratégico da unidade vem do fato de que "o necessário pluralismo dos sujeitos coletivos de base degenera em formas de corporativismo quando não se verifica um processo de unificação política, através da mediação dos organismos representativos de âmbito nacional" (p. 40), entendidos por Coutinho, como já vimos, como *os partidos políticos* e *o parlamento*.

Quanto ao(s) partido(s) das classes trabalhadoras, é a partir dessa exigência que nosso autor formula sua posição sobre o problema da necessidade de sua reconfiguração. Recuperando, quanto a isso, a ideia "de um partido operário de massa que seja, ao mesmo tempo, um partido *nacional* [que] aparece muito claramente nas definições de Togliatti sobre o 'partido novo'" (p. 36), Coutinho cita uma passagem togliattiana que é importante reproduzir aqui:

> Houve, antes de mais nada, o propósito de construir um partido que, por sua própria composição, pelo número de seus aderentes, pela própria estrutura e por seu modo de

> funcionamento, fosse capaz de realizar uma função positiva construtiva; fosse capaz não apenas de fazer propaganda, agitação, de pregar os grandes princípios, mas de dirigir dia a dia a classe operária, as massas trabalhadoras e a maioria da população no sentido de compreenderem seus interesses e, principalmente, de consolidarem o regime democrático e desenvolvê-lo na direção de profundas reformas sociais. (TOGLIATTI, *apud* COUTINHO, [1979] 1980a[1], pp. 36-37).

Vemos assim que cada partido dos trabalhadores, ampliado numericamente, massificado e reestruturado de modo a se constituir em partido nacional, deve animar um bloco democrático e popular que permita que o processo de renovação democrática advogado por nosso autor se dê "de baixo para cima" (COUTINHO, [1979] 1980a[1], p. 37). Tal bloco se coloca, assim, na contracorrente daquele suposto golpismo de esquerda cuja dura crítica por parte de Coutinho foi examinada em seção anterior.

É nesse sentido que o pensador baiano afirma que

> [...] *diante das tarefas que se abrem hoje a nosso povo, atitudes "golpistas" significarão necessariamente o truncamento do processo de renovação democrática*, um processo que – nunca é demais insistir – só será efetivo e realmente popular quando crescer "de baixo para cima" e quando representar a incorporação de amplas maiorias no cenário político. (COUTINHO, [1979] 1980a[1], p. 37 – grifo meu).

No mesmo sentido Coutinho afirma, também, a necessidade do respeito às "regras do jogo" da institucionalidade democrático-burguesa por parte dos comunistas, socialistas, democratas – em suma, das forças populares:

> De modo esquemático, poderíamos dizer que as tarefas da renovação democrática desdobram-se em dois planos principais. Em primeiro lugar, trata-se de conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais para o que se torna necessária a unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e na permanência das "regras do jogo" [...]. E, em segundo, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e, nesse nível, a busca da unidade terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antilatifundiário e antimonopolista e, numa etapa posterior,

> para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política [...]: uma democracia que, ao mesmo tempo, *conserva e eleva a nível superior* as conquistas da democracia puramente formal ou liberal. (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, pp. 40-41).

Quanto ao parlamento: vimos anteriormente que, ao criticar o presumido golpismo da esquerda brasileira contaminada pela via prussiana, Coutinho havia trazido como exemplo a subestimação do papel dos parlamentos por parte de tais setores sociais. Pois bem: tal desdém combinar-se-ia à superestimação do Executivo, "que significava adotar objetivamente a ideologia gerada pela 'via prussiana'" (COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 38) e estaria na raiz, por sua vez, da "subestimação da importância central da organização autônoma das massas populares" . Assim, no sentido de garantir a articulação entre o fortalecimento da auto-organização das massas populares e a superação do corporativismo em que ela pode degenerar quando não se dá um processo de unificação política que leve tais setores a universalizar seus interesses superando seu caráter mais imediatamente econômico, Coutinho advoga, também aqui, a necessidade de uma refuncionalização do parlamento, a resultar das lutas e das vitórias das forças populares.

A partir dessas vitórias, portanto, o parlamento pode passar a representar uma espécie de "sismógrafo e instrumento ativo da correlação de forças dinâmica e mutável da sociedade civil" (p. 39), servindo como local da "síntese política entre os vários organismos coletivos, impedindo que suas lutas setoriais se limitem à simples defesa de interesses puramente corporativistas e grupais" , síntese essa em cuja formação devem cumprir papel decisivo os partidos de massa "enquanto mediação entre os organismos de base e os institutos legislativos e executivos" .

Tal refuncionalização do parlamento constituiria um exemplo claro da capacidade da democracia de massas em elevar a nível superior conquistas originalmente vinculadas à tradição liberal (a existência de parlamentos, no caso). Nesse sentido, Coutinho afirma:

> Assim, à medida que se for construindo em nosso País uma democracia de massas, o Parlamento – *com poderes ampliados* – poderá funcionar como um instrumento unitário que corporifique (no quadro do respeito ao pluralismo e à alternância de poder) a progressiva hegemonia das classes trabalhadoras na vida política brasileira. Teríamos um exemplo concreto de como a democracia de massas, além de criar organismos de intervenção política de tipo novo, pode também

> alterar a função de institutos herdados da tradição liberal. (COUTINHO, [1979] 1980a[1], p. 39).

A citação acima nos conduz ao fecho do presente capítulo, já que nela aparecem as últimas características fundamentais do programa nacional, democrático e popular para a revolução brasileira tal como presente no pensamento de nosso autor[127]. São elas: o *pluralismo* e a *alternância de poder*, que devem ser respeitados, mantidos e aprofundados pelas forças populares em luta.

Tais características, pensando bem, já estão implícitas na insistência coutiniana na importância da conservação das garantias liberais no âmbito de sua proposta programática, e estudaremos mais aprofundadamente, a seguir, algumas de suas implicações teóricas.

[127] O próprio Coutinho afirmava, aliás bem no espírito da época, não pretender apresentar um programa pronto e acabado para a revolução brasileira, mas sim um conjunto de reflexões para contribuir para o debate "de baixo para cima" sobre o assunto: "Decerto, há ainda um longo caminho a percorrer antes que se possa dar por concluída a tarefa de elaborar a teoria do caminho brasileiro para o socialismo. Mas tenho a convicção de que algumas linhas gerais básicas já podem ser dadas como conquistas definitivas. Esse caminho deverá ser democrático no preciso sentido de que somente com a conquista, conservação e aprofundamento da democracia política será possível agregar o bloco social necessário para empreender – sem o risco de retrocessos autoritários – as transformações estruturais que levarão progressivamente o Brasil ao socialismo. [...] Em, suma, o socialismo que me parece melhor corresponder ao grau de complexidade já alcançado pela sociedade brasileira [...] é um socialismo fundado na democracia política". (COUTINHO, 1980a, p. 15).

Parte III

Do socialismo à democracia: Carlos Nelson Coutinho em seu tempo

O que se pode contrapor, da parte de uma classe inovadora, a esse complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante? O espírito de cisão, ou seja, a aquisição progressiva da consciência da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve tender a estender-se da classe protagonista às classes aliadas potenciais: tudo isso demanda um complexo trabalho ideológico, cuja primeira condição é o conhecimento exato do campo a esvaziar de seu elemento de massa humana.

Antonio Gramsci
[Cadernos do Cárcere, 03, § 49]

Vimos, ao tratar do novo papel que Coutinho atribui à luta por reformas nos marcos do capitalismo monopolista, que o Estado, a partir da ampliação requerida ao exercício de sua função, de garantidor da dominação política por parte da burguesia monopolista, teria passado a se diferenciar em sociedade política e sociedade civil. Essa diferenciação corresponde, no pensamento coutiniano, ao surgimento de *bases materiais próprias e exclusivas* para garantir, respectivamente, a coerção e o consenso, cuja interação encontra sua síntese na supremacia através da qual se exerce aquela dominação nas sociedades ocidentais.

Coutinho sintetiza didaticamente tais atribuições exclusivas do seguinte modo*:

ESTADO (supremacia) =			
	sociedade política	+	sociedade civil
funções:	ditadura	+	hegemonia
	coerção	+	consenso
	dominação	+	direção
base material:	aparelhos coercitivos e burocrático-executivos	+	aparelhos "privados" de hegemonia

* Tabela reproduzida de COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 56 (na versão de 1985, p. 63).

O quadro reproduzido ilustra a posição coutiniana no tocante à relação entre os pares coerção/consenso, ditadura/hegemonia, dominação/direção e suas respectivas bases materiais: sociedade política/sociedade civil. Observem-se estas passagens coutinianas, espécie de expressão por extenso daquela tabela:

> [...] o termo *supremacia* designa o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a *hegemonia* e a *dominação*, o *consenso* e a *coerção*, a *direção* e a *ditadura*. Cabe ainda recordar que, para Gramsci, essas duas funções [...] existem em qualquer forma de Estado; mas o fato de que um Estado seja mais hegemônico-consensual e menos "ditatorial", ou vice-versa, depende da autonomia relativa das esferas superestruturais [sociedade política e sociedade civil] (COUTINHO, [1999] 2007a, pp. 130-131; idêntico em 1981, p.94).

Assim como[128]:

[128] A passagem citada dá uma ideia errada do conteúdo do referido texto de Perry

> Embora exista uma leitura equivocada de Gramsci, inspirada sobretudo em Perry Anderson [a referência é ao texto *As antinomias de Gramsci* – V.N.], que aponta a hegemonia como síntese de coerção e consenso, parece-me clara a distinção que Gramsci faz entre, por um lado, hegemonia e consenso, e, por outro, dominação e coerção: as primeiras teriam sua base material na sociedade civil, nos aparelhos "privados" de hegemonia, enquanto a base material das segundas seria o Estado em sentido estrito, os aparelhos burocráticos e repressivos. (COUTINHO, [1991] 2008a[4], p.139).

Vê-se que Coutinho considera a sociedade civil, fundada sobre a materialidade dos aparelhos privados de hegemonia, como o espaço do *consenso*. Entretanto, já estudamos aprofundadamente que essa mesma sociedade civil é tida, no pensamento coutiniano, como *arena privilegiada da luta de classes* – a tal ponto que, ao ser abarcada no Estado ampliado, tornou-o a principal arena da luta de classes nas sociedades fundadas sobre o modo de produção capitalista em sua fase monopolista[129].

O confronto entre as duas formulações abre a seguinte dúvida: como pode uma única e mesma sociedade civil ser, simultaneamente, esfera por excelência da *luta* de classes nas sociedades ocidentais e aquela de manifestação do *consenso* entre elas?

Uma primeira resposta a essa pergunta poderia ser a de que a luta *produz*, como resultado ou desenlace, um consenso, ou seja: em decorrência da luta, prevaleceria uma posição, tornada consenso pela vitória final de uma ou outra classe social. Mas tal resposta não seria aceita por Coutinho por duas razões: primeira, porque significaria a eliminação da vontade da minoria, que o marxista baiano sustentou até o fim que deve ser preservada; segunda, porque pressupõe uma diacronicidade, já que um consenso assim considerado só pode acontecer *depois* da extinção das classes sociais numa sociedade sem classes. Tratar-se-ia, portanto, de situação em que não se poderia acatar seu papel de espaço do consenso já nas sociedades ocidentais.

Anderson. O marxista britânico *não* afirma, no texto em questão, que em Gramsci a hegemonia é uma síntese de coerção e consenso, mas sim que esse é *um dos momentos do conceito* em seu desenvolvimento na reflexão carcerária gramsciana.

129 "[...] se o Estado, ao se 'ampliar', deixou de ser o instrumento exclusivo de uma classe para se converter na arena privilegiada da luta de classes (que se trava agora *em seu interior*), isso impõe a necessidade de um novo conceito de revolução. Na medida em que o Estado brasileiro se 'ampliou', então esse novo conceito deve ser válido também para nosso país" (COUTINHO, 1992, p. 27).

Outra resposta consistiria em pôr a ênfase no adjetivo: tratar-se-ia de consenso *majoritário*, consenso *da maioria*. Essa resposta nos aproxima mais da posição coutiniana, mas mantém aberto o problema do respeito à posição minoritária. A maioria pode, a partir de seu consenso, fazer o que quer, mesmo que sua vontade desrespeite direitos da minoria? Coutinho certamente não estaria de acordo com essa conclusão.

O problema que vem de ser levantado constitui de fato uma *tensão* que perpassa não apenas o pensamento coutiniano, mas o conjunto das correntes que buscaram compatibilizar a teoria social marxista com a ideia de um caminho democrático pré-definido ao socialismo – socialdemocracia alemã pós-1914 e pré Bad Godesberg, socialdemocracia austríaca (austro-marxismo), eurocomunismo, todas reivindicadas por Coutinho, seja como formuladoras de soluções análogas às suas, seja como precursoras na abordagem dos mesmos problemas que estavam no centro de suas preocupações.

A solução para essa tensão foi buscada por Coutinho através da incorporação a seu marxismo, no sentido da ortodoxia aberta já estudada no presente trabalho – ou seja, interpretando o marxismo como o grande herdeiro contemporâneo do humanismo e abrindo-se ao diálogo com diversas posições políticas nesse campo mais amplo, ao mesmo tempo em que procurava permanecer sempre marxista em matéria de método –, de elementos provenientes das escolas políticas liberal e contratualista, articulados a interpretações peculiares do pensamento pré-marxista (com destaque para Rousseau e Hegel), de Gramsci, da história do marxismo e do próprio mundo em que vivia e sobre o qual buscava incidir politicamente. Formou-se, assim, o marxismo democrático-socialista coutiniano.

Nesta parte do presente estudo explorarei, nos dois primeiros capítulos, algumas determinações sociais, econômicas e culturais que evidenciam certos sentidos do processo histórico pelo qual passou o proletariado no período de atividade intelectual de Carlos Nelson Coutinho. Finalmente, no último capítulo, recolocarei o pensamento coutiniano em evidência, mas agora imerso em seu tempo e confrontado com ele, o que evidenciará questões, porá problemas e ensejará críticas.

07.

MOVIMENTO COMUNISTA E COMPROMISSOS EM UM MUNDO SOB SUPREMACIA BURGUESA

A ampliação do Estado, apontada por Gramsci, expressa não só o aprofundamento da democracia, mas também a complexificação dos meios de dominação de classes na atualidade.

Virgínia Fontes
[Carlos Nelson Coutinho: intérprete do Brasil]

A importância do período em que foi dado a Coutinho nascer e experimentar sua formação básica, compreendido entre as décadas de 1940 e 1970, não pode, em hipótese alguma – especialmente no presente caso, em que se busca reconstituir a evolução do pensamento de um intelectual orgânico –, ser tomada apenas do ponto de vista biográfico-individual. O capitalismo ingressou então, tomado enquanto totalidade, em uma nova fase, que, apesar de se manifestar de diferentes modos nas formações econômico-sociais particulares, constitui fenômeno de abrangência planetária que carrega consigo um conjunto de tendências universais.

No plano da base material da produção e reprodução sociais da vida (*grosso modo*, da economia), o capitalismo vivia um período de *intenso crescimento* – com o "gigantesco desperdício de recursos naturais e a crescente ameaça ao equilíbrio ecológico" que implicou (MANDEL, [1980] 1995, p. 94) – que, apesar da grande *euforia* que gerou nos planos político e cultural, prenunciava a transição, através de crise que logo se mostraria em todo o vigor atingindo *todas* as dimensões da vida social em *todas* as formações econômico-sociais capitalistas centrais (pensemos nas tormentas vindas à superfície em 68-69 no terreno ídeo-político-cultural, e em 73-74 no campo da economia), de um período de onda longa expansiva para outro de onda longa recessiva ou depressiva nos marcos do *capitalismo tardio* ou *maduro*.

Entendamo-nos quanto a essas categorias, definindo-as sumariamente.

Quanto ao referido fenômeno das *ondas longas* que atravessam o desenvolvimento do capitalismo: durante uma onda longa expansiva, "os períodos cíclicos de prosperidade serão mais longos e mais intensos, e mais curtas e mais superficiais as crises cíclicas de superprodução" (MANDEL, [1972] 1985, p. 85). Inversamente, "nas fases da onda longa em que prevalece a tendência à estagnação, os períodos de prosperidade

serão menos febris e mais passageiros, enquanto os períodos das crises cíclicas de superprodução serão mais longos e mais profundos" .

Quanto ao capitalismo tardio: Mandel (1990) localiza seu início em 1940 nos Estados Unidos e em 1948 na Europa Ocidental e no Japão, e tudo indica que tal fase do capitalismo ainda vige. A onda longa expansiva na base da mencionada euforia capitalista teve seu início junto ao da nova fase do modo de produção (nos anos 1940, portanto), e seu fim na virada dos anos 60 para os 70[130].

Sabe-se que a expansão do modo de produção capitalista, que combina a produção cada vez maior de riqueza em uma ponta ao agravamento da desigualdade social e aprofundamento das diferentes formas de pauperismo na outra, se dá necessariamente através do acirramento das contradições a ele inerentes. Ela não é vivida por todos os setores e classes sociais ao redor do globo da mesma maneira (nem por diferentes povos, nem entre diferentes regiões, já que a desigualdade de seu desenvolvimento se reproduz em cada uma destas articulações – social, espacial etc. –, combinando-se de diferentes modos em cada formação econômico-social particular, assim como, internamente a ela, em regiões diversas, entre classes distintas etc.), assim como não conduz a um único desfecho universal possível. O desenrolar dos acontecimentos, aqui também, está necessariamente em disputa, e essa disputa tem lugar no campo da política.

Temos então que certo clima de euforia e aposta no futuro, gerado, nos campos da cultura e da política, no contexto do crescimento acelerado dos anos 1940-1970, atraiu para esse último campo atores sociais que em outros momentos estiveram dele afastados, aprofundou o envolvimento de outros que já vinham se mobilizando... Em suma: *movimentou o proletariado e aqueceu a luta de classes*. Se, por um lado, a aposta no futuro pôde conduzir ao otimismo expectante, por outro lado ela pôde também se traduzir em engajamento, e mesmo, em certos casos, em forte impulso para grupos e partidos em luta pela eversão revolucionária da ordem burguesa.

Para compreender ocorrências como essa, não se deve reduzir tudo à onda longa expansiva vigente na economia capitalista no período em tela: como se sabe, a história dos fenômenos sociais não se resume ao movimento da economia planetária, mas se desenrola através de determinações pertinentes a outras esferas que têm, como já vimos,

---

[130] As *causas* desta onda longa expansiva são apresentadas em MANDEL ([1972] 1985), notadamente nos caps. 4 e 5, e resumidas entre as pp. 125-126 do livro. Quanto à periodização aqui adotada, e para mais informações sobre o assunto, cf. ainda MANDEL, [1972] 1985, especialmente o cap. 04; 1990, especialmente o cap. 01; [1980] 1995, especialmente o cap. 04.

legalidades próprias cujo conhecimento exige o estudo de seu movimento histórico-concreto. Assim, a essa onda longa correspondeu, por outro lado, o fortalecimento da autoridade moral dos comunistas, que atingiu níveis ineditamente massivos no pós-II guerra, especialmente devido à combinação, no plano político (com importante componente militar), de dois fatores dignos de nota: primeiro, seu papel de *principal* protagonista (hoje bastante apagado pelos revisionismos historiográficos que alçaram os EUA à posição central que eles efetivamente *não* ocuparam naquele momento) na derrota do filho bastardo do capitalismo, o nazi-fascismo; segundo, o fato de que tal protagonismo se deu em um contexto em que as potências imperialistas aliadas contra o Eixo ainda mantinham sob seu controle uma miríade de colônias espalhadas pelo mundo[131] – especialmente na quase totalidade da África e no Sudeste Asiático –, se aproximando, portanto, em pontos essenciais do próprio regime nazifascista[132].

Chegou-se assim, após a II Grande Guerra, a um quadro internacional até certo ponto favorável ao ascenso do movimento comunista, como se depreende do seguinte depoimento:

> Os anos pós-1945 foram marcados por grandes avanços do socialismo e de independência política. As chamadas "repúblicas populares" do Leste europeu se consolidaram [...]; as forças comunistas de Mao Tsé-Tung tomaram o poder na China (1949); após a intervenção militar ocidental na Coreia, a região do Norte se tornou independente como república socialista; e um Estado socialista se instalou na América Latina, com a vitória da Revolução Cubana (1959); na Ásia, no Oriente Médio e na África muitos países se libertaram do domínio colonial e alguns deles tentaram um caminho socialista, o que [...] mostra como era forte o ideal socialista nessa época. A

[131] À exceção os EUA, que já garantia sua dominação sobre outros países do modo que veio a se tornar posteriormente hegemônico, ou seja, através de todo um conjunto de mecanismos consensuais e secundando, na medida do possível, a explicitação do componente militar.

[132] Afinal, não se deve esquecer que a ideologia nazista havia surgido galvanizando o conjunto da "nação alemã" (aí compreendida a classe trabalhadora, o que explica a apropriação por parte do nazismo de símbolos e referências históricas do movimento operário, manifesta no próprio nome de seu partido, o "Partido Nacional *Socialista* dos *Trabalhadores* Alemães") em torno do projeto do capital monopolista tedesco que incluía pretensões *coloniais* germânicas em direção ao leste europeu, donde sua autoimagem de *Herrenvolk* ou "povo de senhores", a compreensão da Europa Central e do Leste como "espaço vital" ariano e a afirmação de eslavos, ciganos, turcos etc. como sub-raças a serem conquistadas e postas a serviço ou eliminadas. Cf. LOSURDO, 2014.

> esquerda anti-stalinista teve um suspiro de alívio com a morte de Stalin (1953), a ascensão de Krutschev e a perspectiva de uma democratização do sistema soviético, frustrada com a invasão de tropas militares do Pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia para acabar com as experiências democratizantes nesse país. (MIGLIOLI, 2005, p. 60).

Assim, não se trata de coincidência o fato de que tenham ocorrido, no mesmo período em que tem lugar a referida onda longa expansiva na economia capitalista, eventos do porte dos relacionados a seguir: ainda no rescaldo da II Guerra, a Revolução Iugoslava comandada por Tito (vitoriosa) e a Revolução Grega (derrotada com forte interferência de Reino Unido e EUA), ambas com presença determinante dos comunistas, o que, no caso da primeira, levou à constituição de República Socialista; a formação de governos de união nacional na França e na Itália com a presença dos respectivos Partidos Comunistas; o estabelecimento de democracias populares na Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia; em 1949, a Revolução Chinesa, seguida pela fundação de uma República Popular dirigida pelo Partido Comunista; a partir do imediato pós-guerra, o importantíssimo movimento, que tomou rapidamente proporções continentais, de luta anticolonial e constituição de Estados formalmente independentes na África e no Sudeste Asiático, que se estendeu pelas décadas seguintes e resultou, ele também, em diversas experiências de República Popular ou Socialista; em 1959, em pleno Mar do Caribe, a poucos quilômetros da costa norte-americana, a Revolução Cubana. Foi ainda esse o contexto em que se processou, em todo o planeta, um forte movimento de aproximação de importantes intelectuais provenientes de diversas posições teóricas e políticas com o marxismo, dentre os quais talvez o exemplo paradigmático seja o de Jean-Paul Sartre.

Fernando Claudín mostra que o mundo que emerge da II Grande Guerra conta, em 1945, com cerca de 14 milhões de comunistas organizados fora das fronteiras soviéticas, contra o um milhão às vésperas do conflito, sendo que *na área capitalista* (ou em vias de se tornar) do mundo temos os seguintes dados: na Ásia, o Partido Comunista Chinês se consolida como dirigente da revolução asiática, passando de 40.000 membros em 1937 para 1.200.000 em 1945 (e continua crescendo, atingindo 2.700.000 membros em 1947), o Partido Comunista do Vietnã inicia seu caminho revolucionário, o Partido Comunista Japonês – que antes da guerra contava com menos de mil membros – obtém 2.000.000 de votos em 1946, elegendo cinco deputados, e 3.000.000 em 1949, elegendo trinta e cinco; na Europa Ocidental, o Partido Comunista Italiano passa de 5.000 membros em

1943 a 2.000.000 em 1946, o Partido Comunista Francês passa de 300.000 membros às vésperas da guerra a 1.000.000 em 1946 – ambos se tornando as forças hegemônicas junto às respectivas frações nacionais da classe operária e estendendo sua influência para setores sociais ainda mais amplos –, os partidos de Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda, Bélgica, Suíça, Áustria e Finlândia passam de menos de 100.000 membros às vésperas da guerra para cerca de 600.000 em 1946-47 (alguns deles participando de governos no pós-guerra); na América Latina, os partidos comunistas saltam de 90.000 membros em 1939 para 500.000 em 1947, sendo que no Brasil o PCB conta então com aproximadamente 200.000 membros (CLAUDÍN, ([1970] 1986, pp. 330-332). Esses estão organizados em milhares de células por todo o país (500 células no Rio de Janeiro, mais de 350 em São Paulo, com 22 núcleos distritais e 102 comitês, mais de 120 comitês em Porto Alegre, instâncias de base organizando mais de 2.000 membros cada etc.), e, nas eleições de 1946, o PCB atinge 10% do total de votos a presidente e elege um senador e 14 deputados federais (SEGATTO, [1981] 1989, pp. 59-64).

Esse potente crescimento dos comunistas em nível mundial (note-se que por ora estou tratando os comunistas como um bloco homogêneo – trata-se de primeira aproximação ao objeto, a ser enriquecida posteriormente) teve como contramovimento burguês a abertura da chamada Guerra Fria, que se traduziu, inclusive militarmente, no alinhamento de todos os principais Estados burgueses do mundo, sob hegemonia norte-americana, aparentemente contra a URSS, mas, mais profundamente, contra a expansão do socialismo (CLAUDÍN, [1970] 1986, p. 446). Podem-se tomar como marcos inaugurais o famoso discurso de Churchill em março de 1946 – em que acusa a União Soviética de ter descido uma cortina de ferro cortando a Europa do Báltico ao Adriático –, a proclamação da "doutrina Truman" em março de 1947 ou a criação da OTAN em 1949, já que os três apontam na mesma direção, que é esta: no contexto do segundo lustro dos anos 1940, as frações nacionais imperialistas da burguesia europeia, enfraquecidas pela guerra em que se meteram e alarmadas pela aparente possibilidade de revolução socialista europeia – já que tinham diante de si organizações nacionais do proletariado fortalecidas e temperadas militarmente pela batalha na Resistência –, aderem à liderança da fração burguesa norte-americana no sentido de conter o avanço comunista.

Essa adesão, inscrita na dinâmica mais geral de um deslocamento na relação de forças interimperialista, resultou na instauração de uma *frente mundial contrarrevolucionária* (CLAUDIN,

[1970] 1986, p. 447) liderada pela burguesia norte-americana e operada política e militarmente através de seu Estado, que experimentara formidável fortalecimento econômico e militar durante e guerra e detinha, naquele momento, o monopólio da bomba atômica. O estabelecimento dessa frente marcou o início de uma cautelosa, mas firme e concertada, movimentação internacional da classe burguesa no sentido de apassivar ou neutralizar politicamente as frações nacionais do proletariado em países capitalistas, abrindo o período que Florestan Fernandes chamou de *contrarrevolução em escala mundial* ([1980] 2011, p. 158) ou *contrarrevolução preventiva generalizada* ([1980] 2011, p. 75), que combinou, em escala planetária e de forma articulada no espaço e no tempo, componentes coercitivos e consensuais.

Tal processo se manifestou, em linhas gerais, através do desenvolvimento, do aperfeiçoamento e mesmo do *revolucionamento de todo um conjunto de técnicas de contrarrevolução* (FERNANDES, 1981, p. 10) que resultou, ao redor do mundo: *de um lado, no recurso à mais aberta violência*, à truculência dos golpes de Estado militar-burgueses, ao fomento a guerras civis, grupos secessionistas e paramilitares no sentido de *desmantelar*, inclusive através da eliminação física, corpos dirigentes nacionais do proletariado; *de outro lado, na confecção de um grande compromisso de classe entre burguesia e proletariado*, que passou não pela destruição, mas, ao contrário, pelo *reforço seletivo e direcionado* de certos aparelhos privados dessa última classe, tendo resultado na neutralização temporária da potencialidade revolucionária de importantes setores operários, combinada a seu avanço em termos de conquistas sociais assimiláveis pela ordem social burguesa.

Os *dois braços dessa ofensiva burguesa* podem ser tomados, em linhas muito gerais (mas que, justamente por sua generalidade, ajudam a fazer uma ideia inicial de um processo complexo e abrangente como esse), como pertinentes a dois grupos de países: a *violência* aberta e a brutalidade desembaraçada – ainda que combinadas a mecanismos diversionistas e migalhas de concessão social quando oportuno – foi a modalidade dominante de sua implementação *nos países periféricos* do sistema capitalista; já o *compromisso* de classe, finamente desenvolvido e combinado, ele próprio, ao civilizado direcionamento da repressão aos que não consentem, foi a modalidade dominante de implementação da contrarrevolução preventiva burguesa *nos países centrais* do sistema capitalista.

É esse o assunto deste capítulo.

07a. Entre classe universal e pacto social: "capitalismo de bem-estar", compromisso fordista e contradições do proletariado euro-ocidental

Iniciemos pelos países centrais, que, com seu chamado "capitalismo de bem-estar" (ou *welfare capitalism* – cf. ESPING-ANDERSEN, 1990), constituíram exemplo de uma suposta civilidade burguesa apregoada ao redor do planeta, tendo servido ostensivamente de base à propaganda ideológica referente aos benefícios que supostamente adviriam da adesão generalizada ao progresso nacional fundado sobre o modo de produção capitalista.

Afirma-se que tal "capitalismo de bem-estar" se expressou superestruturalmente em um "Estado de bem-estar", que pode ser definido sumariamente assim:

> Poucos discordariam da proposição de T. H. Marshall de que a cidadania social constitui a ideia nuclear de um Estado de bem-estar. Mas o conceito deve ser aprofundado. Ele deve, sobretudo, envolver a garantia de direitos sociais. Se aos direitos sociais são atribuídos o status legal e prático dos direitos de propriedade, e se eles são garantidos com base na cidadania e não na performance, conduzirão a uma desmercantilização do status dos indivíduos *vis-à-vis* o mercado. Mas o conceito de cidadania social também envolve a estratificação social: o status de alguém como cidadão compete necessariamente, podendo mesmo substituir, sua posição de classe. (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 21).

O "capitalismo de bem-estar" seria, portanto, aquela modalidade de capitalismo em que o Estado intervém na garantia de direitos sociais, que ganham o mesmo "status legal e prático dos direitos de propriedade" e se amparam sobre o princípio da cidadania social, que pode até mesmo, vejam só, "substituir a posição de classe" dos indivíduos frente ao mercado[133].

---

[133] Esping-Andersen propõe, na consideração dos "Estados de bem-estar", uma divisão entre os de caráter residual e os de caráter institucional. No primeiro caso, "o Estado assume a responsabilidade apenas quando a família ou o mercado falham; ele procura limitar suas atribuições a grupos marginalizados e carentes" (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 20). No segundo, a intervenção estatal se dirige tendencialmente a toda a população, "incorpora um compromisso institucionalizado com o bem-estar. Ela, em princípio, estende seus compromissos com o bem-estar a todas as áreas de distribuição vitais ao bem-estar social" . Acontece que, se aplicamos o conceito de "Estado de bem-estar" ao primeiro caso, perde-se completamente a especificidade de seu

De posse dessa definição, prossigamos. Aquilo que ficou conhecido como *welfare state* (ou seja, as formas estatais deste *welfare capitalism*) não expressa um desenvolvimento normal ou necessário da sociabilidade burguesa – como se quis proclamar, ideologicamente, quando ele servia de legitimação ao sistema capitalista ao lhe fornecer um *modelo* com grande capacidade de atração *contra o socialismo* vigente no Leste. A questão-chave aqui é a seguinte: burocraticamente deformadas ou o que seja, a simples existência das experiências socialistas – assim como sua capacidade de expansão, demonstrada sobretudo a partir do fim da II Guerra – punha em pauta permanentemente *um outro projeto*, que *exigia* respostas por parte da burguesia ocidental.

As experiências de "bem-estar"[134] integraram essas respostas como importante elemento político: durante o período compreendido entre o pós-II Grande Guerra e os anos 1970 (que se convencionou, ideologicamente, chamar de *três décadas de ouro* do capitalismo), ao crescimento econômico *em certos países centrais* esteve ligada, *apenas ali*, a diminuição da pobreza absoluta e das desigualdades, numa *exceção localizada e temporária* ao processo histórico de desenvolvimento capitalista que, ao contrário, reproduziu e *reproduz dominantemente*, em escala ampliada e ao redor de todo o planeta, as *desigualdades* sociais.

Quanto a esse aspecto de redução das desigualdades, tal processo aparentemente deita raízes no início da intervenção sistemática do Estado sobre a chamada questão social através de políticas sociais, cujo marco zero geralmente atinado é a Alemanha Imperial no último quarto do século XIX sob o comando de Bismarck, o chanceler de ferro (alcunha que certamente não se deveu a afabilidades com o proletariado). Ali teriam, naquele ambiente germânico, ordeiro e civilizado, surgido os germes da cidadania europeia, exemplo para o mundo...

Na verdade, as políticas sociais surgiram, já ali, como parte de

---

objeto: se assim o fizermos, todo Estado que implemente qualquer tipo de política social – ou seja, todo Estado situado nos marcos do capitalismo monopolista – terá de ser considerado "de bem-estar", ainda que "de tipo residual". Para evitar tal inutilização prática do conceito (que não guardaria, assim, *sequer* o caráter ideológico que o distingue), só considero "Estados de bem-estar" os do segundo tipo.

134 O termo "bem-estar" (assim como os correlatos "capitalismo de bem-estar" e "Estado de bem-estar"), quando se referir ao *welfare capitalism*, aparecerá sempre entre aspas, com o que tenciono marcar o caráter ideológico de tal definição. Ela, ao mesmo tempo em que esconde que, sob o capitalismo, ao "bem-estar" de uma restrita minoria corresponde necessariamente o mal-estar da ampla maioria, também afirma uma noção bastante restritiva de bem-estar que o reduz, essencialmente, a segurança – e, daí, a seguridade.

uma reação ao avanço da luta socialista no continente europeu, como insiste Granemann (2011) e como também se pode depreender da seguinte constatação:

> As reformas securitárias na Alemanha Imperial se tornaram o modelo para a formulação de políticas na maior parte dos países europeus. Assim como no caso de Bismarck, a política social foi em geral motivada por preocupações bastante distantes de qualquer igualitarismo. Tratou-se, sobretudo, da criação de elites conservadoras às quais o *laissez-faire* horrorizava quase tanto quanto a ameaça socialista, e que buscaram resgatar a velha ordem com disciplina moral, pacificação social e construção nacional. O objetivo de Bismarck não foi um Estado de Bem-Estar, mas sim o bem-estar do Estado monárquico (ESPING-ANDERSEN, 1996, p. 66).

Assim, o "Estado de Bem-Estar" correspondeu, antes de tudo, à necessidade de garantir o bem-estar do Estado... Tal lembrete aponta para um aspecto que não deve ser esquecido, sob pena de se engolirem ingenuamente histórias referentes a modalidades humanizadas de capitalismo que encobrem a dinâmica fundamental de tal modo de produção. Aliás, nunca é demais lembrar que o "bem-estar" experimentado em um punhado de países centrais durante os chamados anos dourados não se constituiu da noite para o dia, sendo ingênuo tomá-lo apartado da história das relações anteriores entre as burguesias dirigentes dos Estados nacionais imperialistas com, de um lado, os "seus" trabalhadores nacionais, e, de outro lado (pelo menos a partir do último quarto do século XIX), os povos habitantes de territórios que vieram a ser subjugados no contexto do imperialismo, constituída (*dentro* e *fora* de cada potência capitalista) por expropriação, exploração, deslocamentos forçados, mudanças radicais e abruptas nos modos de vida de populações inteiras, pilhagens, genocídio, e pela existência de um novo tipo de colônias – isso para não falar do processo colonial anterior, cujas mediações em relação ao presente são por demais complexas para que se tente sequer esboça-las aqui[135].

[135] "No período decisivo de formação do modo de produção capitalista, que se estende do século XVI a fins do XVIII, a criação do mercado mundial se reveste de uma importância capital. [...] ao largo de todo esse período de gênese do capitalismo, duas formas de excedente aparecem a cada passo. De uma parte, o excedente é o resultado do sobretrabalho dos produtores assalariados contratados pelos capitalistas; de outra, resulta de valores roubados, saqueados, apropriados por meio do engano, da força ou da violência aos povos de ultramar com os quais o mundo ocidental entra em contato. [...] a história dos séculos XVI a XVIII é uma cadeia ininterrupta de

Retomemos: ao contrário do que por vezes se imagina (não sem a ajuda de toda uma ideologia do progresso), as experiências de "capitalismo de bem-estar" constituíram *"uma excepcionalidade (cronológica, espacial e sociopolítica) na processualidade multissecular do capitalismo"* (NETTO, 2007, pp. 145-146), não tendo formado mais que "episódios, descartados após uma curta existência de três décadas" (p. 146).

No mais, tais ensaios estiveram restritos a um espaço delimitado e reduzido do globo, os países da Europa Ocidental-Setentrional[136] (excluída, portanto, a assim chamada "Europa do Sul", espécie de eufemismo para se referir à periferia europeia), em minguada área geográfica em que se distribui percentual significativamente inferior a 10% da população mundial[137]. Ainda assim, foram largamente apresentados como o ápice do desenvolvimento capitalista, cantados em verso e prosa como o ponto a se atingir através do progresso, o zênite em direção ao qual o mundo todo poderia rumar caso seguisse o caminho certo, rumo a um capitalismo mais humano, mais afeito ao debate e à diferença, onde o mercado era limitado pelo respeito ao cidadão através da intervenção estatal – o capitalismo europeu, esse senhor temperado pela experiência histórica e pela cultura aristocrática, tão diferente do arrogante e antissocial capitalismo americano.

Feita essa primeira apresentação geral do fenômeno em tela, é necessário agora proceder, ainda que muito tangencialmente, a um exame de algumas de suas causas – ou seja, da combinação

---

atos de bandidagem que são também *atos de concentração internacional de valores e de capitais na Europa ocidental*, cujo enriquecimento se paga, no sentido literal do termo, pelo empobrecimento das regiões saqueadas". (MANDEL, [1962] 1971, vol. 2, pp. 59-60). E ainda: "As principais vítimas da acumulação primitiva foram, antes dos *yeomen* expulsos de suas terras para a criação de ovelhas, ou dos oficiais artesãos sem emprego nas cidades obrigados a trabalhar por uma mísera ração em oficinas de caridade, os *índios*, condenados à *mita* ou trabalho forçado, os bantos vendidos como escravos [...]". (pp. 61-62).

136 Por Europa Ocidental-Setentrional, estou tratando dos Estados democrático-burgueses que receberam aporte de recursos do Plano Marshall no pós-II Guerra e participaram do chamado "capitalismo de bem-estar", especialmente estes (em ordem alfabética): Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Irlanda (Eire), Islândia, Itália, Noruega, Reino Unido, Suécia, Suíça. Note-se que a Itália é o único país da assim chamada "Europa do Sul" a figurar na lista – e note-se, ainda, que são conhecidas as disparidades, no interior deste país, entre seu norte "avançado" e "central", que exibiu e ainda exibe diversas características em comum com os países da Europa Ocidental-Setentrional, e seu sul "atrasado" e "periférico".

137 Cf. UN-DESA-PD, 2015a e 2015b, contendo relatório-síntese e tabelas de informação e dados sobre desenvolvimento populacional nas últimas décadas, situação atual e perspectivas de evolução.

historicamente ocorrida entre *necessidade* de uma resposta burguesa ao socialismo e *possibilidade* de que a resposta fosse, na região previamente delimitada, precisamente essa. Tal exame exige que sejam tomadas em consideração algumas características basilares da fase ou período mais abrangente em que se insere, como subperíodo, o capitalismo tardio: ou seja, a *fase monopolista do capitalismo*, evocada na literatura marxista a partir da categoria de *imperialismo*.

Para isso vale a pena começar do ponto de onde *não* se deve partir, já que ele representa o senso comum – inclusive em boa parte do campo da esquerda combativa – quanto a essa categoria. É John Weeks quem chama a atenção para o problema através da seguinte advertência:

> De todos os conceitos da teoria marxista, este talvez seja aquele usado mais ecleticamente e com maior desconsideração pela base teórica em que se apoia. O uso comum da expressão refere-se à relação econômica e política entre países capitalistas adiantados e atrasados, tendo se transformado quase num sinônimo da "exploração" dos países fracos e pobres pelos países ricos e poderosos. O interessante é que geralmente quem define imperialismo desta maneira cita Lênin como a autoridade de referência, mas foi o próprio Lênin quem criticou duramente Kautsky por ter tratado do imperialismo nestes termos. (WEEKS, [1983] 2013, p. 298).

O autor prossegue lembrando que a categoria de imperialismo mobiliza, em Lênin, determinações referentes ao "processo de acumulação capitalista em escala mundial na fase do capitalismo monopolista" (WEEKS, [1983] 2013, p. 298), remetendo à investigação da acumulação no contexto de um mercado mundial criado por essa mesma acumulação . A definição lenineana toma em conta, portanto, elementos de pelo menos duas ordens distintas: primeiro, o movimento propriamente *econômico* da acumulação capitalista (donde deriva a periodização do capitalismo em diferentes estágios ou fases – mercantil, concorrencial, monopolista –, e sua qualificação a partir do último quarto do século XIX como monopolista, tida como a fase superior do capitalismo); segundo, as linhas de força *políticas* que agem sobre o processo de acumulação, determinando-o até certo ponto, no contexto da divisão histórico-concreta do mundo em diferentes Estados ou países, cuja investigação exige que se tenha em conta (e que se interprete e compreenda) qual o papel que desempenham as fronteiras políticas no movimento de valorização do capital.

Nesse sentido, Weeks afirma que o "tratamento explícito das divisões políticas é o que distingue o conceito leninista do imperialismo

do conceito de Kautsky" (p. 299), já que em Lênin a teorização sobre a acumulação de capital leva necessariamente em conta que ela "ocorre no contexto de um mundo dividido por diferentes classes dominantes [parece-me mais adequado, hoje, com o capitalismo já plenamente planetarizado, referir-se a diferentes frações nacionais da burguesia – V.N.], cujo poder é representado pelo Estado de cada país" . Os chamados Estados nacionais, portanto, representam internacionalmente os interesses das frações nacionais burguesas que os dirigem, e medeiam, através de mecanismos propriamente políticos (e de política econômica, e mesmo militares), a circulação internacional de capital levando em consideração tais interesses e o conflito potencial entre eles.

É o que também mostra Harry Magdoff quando, referindo-se ao papel dos Estados nacionais no período imperialista, afirma o seguinte:

> A racionalidade dos gastos governamentais nada tem a ver com a rígida proporção entre custos e benefícios, ainda que certos governos queiram fazer acreditar que sim. Um governo pode investir bilhões (e trata-se de dinheiro coletado da população como um todo) para assegurar o domínio sobre um país produtor de bananas, ainda que o controle resultante proteja os lucros milionários de apenas uma ou duas corporações. Porém, a realidade do imperialismo vai muito além do interesse imediato deste ou daquele investidor: o propósito subjacente é nada menos que manter a maior parte possível do mundo aberta ao investimento e aos negócios das gigantescas corporações multinacionais. Onde há interesses concorrentes entre organizações empresariais de países diferentes, o objetivo de cada governo é manter e estender sua influência externa. A dimensão do controle pode variar, da ocupação militar direta a técnicas de esferas de influência informais, dependendo das circunstâncias e da consideração dos dirigentes políticos e militares sobre o que é mais realista em cada circunstância. (MAGDOFF, 1969, p. 14).

Tendo tais considerações em conta, é o momento de lembrar algumas das determinações centrais da teoria do imperialismo tal como apresentada por seu mais importante formulador: Lênin.

O imperialismo, para o revolucionário de Simbirsk, emergiu como *desenvolvimento e continuação direta* das características fundamentais do capitalismo em geral num ponto preciso e avançado do desenvolvimento desse modo de produção. Para Lênin, do ponto de vista da economia, o principal fato que define o imperialismo é o deslocamento da livre concorrência pelo monopólio, donde sua caracterização de que o

capitalismo concorrencial vigente anteriormente se transforma em *capitalismo monopolista* – daí a afirmação de que "se fosse necessário dar a definição mais breve possível de imperialismo, deveríamos dizer que o imperialismo é o estágio monopolista do capitalismo" (LENIN, [1916] 1977b, p. 266).

Tal deslocamento não leva à desaparição da competição entre os capitalistas. Pelo contrário: a partir do estágio monopolista do capitalismo, tal competição se dá em patamar superior, entre monopólios cada vez maiores, e tende a fazer, através de um conjunto de mecanismos sobretudo econômicos, desaparecerem do mercado os pequenos capitalistas – trata-se, aqui, de uma *tendência*, que se expressa na diminuição progressiva de sua importância econômica (LENIN, [1916] 1977b, cap. VII).

Apesar do caráter central do desenvolvimento dos monopólios para a particularização do imperialismo em relação à fase concorrencial do capitalismo, é necessário ter em conta o caráter sumário de uma definição baseada apenas sobre essa determinação (ressaltado pelo próprio LENIN – [1916] 1977b, p. 266) e, portanto, a importância fundamental de marcar outros vetores que nela desembocam, dela decorrem ou com ela interatuam.

Assim, na consideração do fenômeno do imperialismo é necessário ter em conta as seguintes características fundamentais: *primeira*, os fenômenos da *concentração* (acumulação de massas cada vez maiores de capital nas mãos dos grandes capitalistas) e da *centralização* (união de capitais já existentes sob o comando de um mesmo capitalista ou grupo de capitalistas) chegam a tal ponto que surgem os *monopólios*, e eles, especialmente a partir do último quarto do século XIX nos países centrais, ganham importância decisiva na vida econômica, social, política e cultural mundial, repondo a concorrência intraburguesa em patamar superior (LENIN, [1916] 1977b, cap. 01); *segunda*, a fusão ou interpenetração das formas industrial e bancária do capital produzem uma *oligarquia financeira* cujos membros entretecem estreitas ligações entre si e com as respectivas burocracias estatais (LENIN, [1916] 1977b, caps. 02 e 03); *terceira*, a *exportação de capital* por parte dos grandes grupos monopolistas se torna uma necessidade, adquirindo pronunciada importância para além da exportação de mercadorias característica do capitalismo concorrencial, constituindo assim traço típico do capitalismo monopolista (LENIN, [1916] 1977b, cap. 04); *quarta*, formam-se *associações internacionais de capitalistas monopolistas*, que partilham o mundo entre si de forma proporcional aos capitais de que são proprietários e ao poder dos Estados que, por meio de variados mecanismos diretos e indiretos, controlam, sendo que a

questão de se tal partilha se dá através de acordos mais propriamente econômicos ou de vias extra-econômicas (chegando, no limite, ao conflito militar interestatal) é, do ponto de vista do capital, de importância subordinada (LENIN, [1916] 1977b, cap. 05); *quinta*, a divisão política e econômica do mundo entre os maiores conglomerados é estabilizada e garantida pelos chamados Estados nacionais imperialistas – ou *potências imperialistas* –, que trabalham no cenário político internacional pela manutenção das posições conquistadas, concorrendo ou colaborando entre si conforme o caso e relegando os demais Estados a posição subalterna, ou de *dependência* (que tem dimensões econômicas e políticas), em relação a suas decisões políticas e à dinâmica interna de suas economias (LENIN, [1916] 1977b, cap. 06).

Há ainda uma *sexta* determinação, inscrita no desenvolvimento do raciocínio que vem de ser apresentado, importante para a compreensão do processo em exame na presente seção: trata-se da existência dos *lucros de monopólio* (LENIN, [1916] 1977b, cap. 08).

Os lucros de monopólio são uma forma particular de manifestação dos *superlucros*, que são, por sua vez, lucros "acima do lucro médio" (MANDEL, [1972] 1985, p. 17). A busca permanente e desenfreada por eles constitui a "pedra-de-toque dos monopólios e do sistema político de que eles se valem" (NETTO, 1992 [1996], p. 25), sendo decorrente da concorrência intercapitalista, ou seja, da articulação contraditória da existência do próprio capital entendido enquanto universalidade cujo pôr-se no mundo ocorre necessariamente através de manifestações particulares em concorrência entre si. Trata-se, de certo modo, de um movimento permanente para vencer uma concorrência que, enquanto houver diferentes capitalistas (ou seja, enquanto persistir o modo de produção capitalista), nunca se vence definitivamente, sendo sempre reposta, a partir de cada ciclo do capital, em patamar superior. Mas que se pode perder, deixando de ser capitalista, sendo desapossado do controle de seus capitais, quebrando, falindo... Para Mandel, essa busca por superlucros constitui tendência que "se encontra na origem de todas as leis de movimento do modo de produção capitalista" ([1972] 1985, p. 17).

Quanto à origem dos superlucros, é impossível encontra-la em um único fator: para localizá-la, "*todas* as leis de movimento do modo de produção capitalista devem ser levadas em consideração" (MANDEL, [1972] 1985, p. 52). Assim, superlucros podem ser obtidos, por exemplo: quando determinado capital pode explorar uma vantagem em produtividade num dado setor, apropriando-se de uma parcela da mais-valia produzida por outros capitais de produtividade mais baixa que a sua naquele setor (p. 53); quando é possível pagar pela força de trabalho

um preço abaixo de seu valor social, seja através da pressão sobre os salários dos trabalhadores em determinada firma, setor ou país, seja através da compra de força de trabalho em países onde seu valor seja menor do que aquele no país em que as mercadorias serão vendidas ; quando é possível pressionar para baixo o preço pago por componentes do capital constante, como é o caso, em se tratando do capital circulante, quando uma "firma, indústria ou país têm acesso a matérias-primas que são mais baratas do que aquelas com que outros capitais se veem obrigados a operar" .

Há duas indicações importantes a reter no tocante à relação entre superlucros e monopólios. Primeira, que *a obtenção particular de superlucros é favorecida pela monopolização do capital*, ou seja: os setores monopolistas da burguesia obtêm superlucros mais fácil e abundantemente que os não-monopolistas. Segunda, que não é necessária, para isso, a intervenção de mecanismos extra-econômicos ou políticos *internamente ao processo produtivo* propriamente dito, nem, a princípio, sobre o processo de apropriação da mais-valia socialmente produzida (quanto a isso, cf. MANDEL, [1972] 1985, cap. 03).

Quanto a isso, vejamos como a condição de monopólio determina a apropriação de superlucros a partir dos exemplos anteriores: primeiro, a condição de grande grupo monopolista favorece ou possibilita, a partir de certo ponto do desenvolvimento do modo de produção capitalista (qual seja, de sua passagem ao estágio monopolista), o aproveitamento dos diferenciais de produtividade proporcionados por uma composição orgânica *acima* da média social, que exige investimentos massivos em capital constante que capitais menores não têm condições de realizar; segundo, a condição de monopólio habilita, a partir do controle das enormes quantidades de capital que envolve (e levando-se em conta os limites à mobilidade internacional do capital), a compra de força de trabalho em diferentes países, aproveitando-se as vantagens proporcionadas pelos diferenciais em seus valores sociais ou preços médios; terceiro, a condição de grande grupo monopolista permite, através da mobilização e da combinação de diversos expedientes (como, por exemplo, a obtenção de contratos vantajosos ou exclusivos mediante ativação de esferas estatais através de *lobbies*, corrupção, interferência diplomática ou violenta de outro Estado etc.), o controle de fontes de matérias-primas mais baratas do que aquelas com que operam outros capitais; quarto, a condição de monopólio habilita um capital específico, cuja composição orgânica esteja *abaixo* da média social, a impedir a entrada de sua mais-valia superior à média (que ele obtém devido a sua baixa composição orgânica) no processo de nivelamento da taxa de lucro e, portanto, de redução de seus lucros ao lucro médio.

Dito isso, retomemos a consideração sobre os lucros de monopólio. Eles engendram: por um lado, quando combinados à *separação entre propriedade e gestão do capital* (MARX, [1894] 1986, seções V a VIII), a consolidação da burguesia como *classe meramente parasitária*, apagando de uma vez por todas a ligação direta entre burguês ou proprietário e processo produtivo; por outro lado, quando combinados à necessidade de *apaziguamento do proletariado* – necessário para a extração da maior massa possível de mais-valia e, também, para a neutralização, tanto quanto possível, das possibilidades revolucionárias contidas no ser de tal classe –, a *formação de uma aristocracia operária*, cujas condições de vida a afastam objetivamente do restante de sua classe de origem, e apontam em direção à sua cooptação (LENIN, [1916] 1977b, cap. 08).

Quanto a esse último fenômeno, é necessário reter, em primeiro lugar, que o advento dos lucros de monopólio possibilitou, por um lado, que à *necessidade* de apaziguamento de um proletariado cada vez mais numericamente importante e organizativamente forte nas potências imperialistas correspondesse a *possibilidade* de tal apassivamento através do desenvolvimento de combinações as mais variadas entre mecanismos de coerção e consenso, dentre os quais não teve importância secundária, segundo o próprio Lênin esclarece no texto em exame e a história demonstra sobejamente, a capacidade da burguesia e de seu Estado de redirecionarem, para a cooptação de estratos superiores do proletariado e de setores importantes de suas direções políticas, parte da mais-valia socialmente produzida.

Em segundo lugar, entretanto, deve-se ter em conta que tal fenômeno, na situação histórica precisa do pós-II Grande Guerra euro-ocidental, *não se reduziu à cooptação de estratos dirigentes*... Naquela situação concreta, a cooptação pura e simples dificilmente seria possível se não envolvesse também *um conjunto de concessões às frações nacionais do proletariado em cada Estado imperialista* (ou seja, a cada um dos respectivos "proletariados nacionais"), especialmente na situação, dramática para a burguesia, em que, à explicitação de até onde ia sua capacidade de produção de barbárie com as duas Guerras Mundiais, se combinaram: de um lato, altos níveis de organização sindical e combatividade operária herdados do pré-Guerra; de outro lado, o crescimento da autoridade moral da URSS e do socialismo, constituindo esse último um devir possível sempre à espreita, representado nacionalmente dentro de cada Estado imperialista europeu por fortes partidos comunistas.

Em tal situação, uma cooptação restrita aos estratos dirigentes do proletariado podê-lo-ia ter levado, por exemplo, a simplesmente

destituir as direções cooptadas, substituindo-as por outras que garantissem a defesa de seus interesses. Por isso, aliás, uma posição política que responsabilize *exclusivamente* as direções da classe, no período (aí compreendidos partidos comunistas, socialistas e socialdemocratas, assim como os diversos aparelhos através dos quais o proletariado se organizava sindicalmente), pela passividade proletária frente à recuperação burguesa do pós-II Guerra, não pode ser inteiramente correta.

Foi necessário, no processo em tela, dirigir ou *reorientar os interesses* de frações nacionais inteiras do próprio proletariado, e, em seu seio, do operariado fabril, nos países da Europa Ocidental-Setentrional, *fortalecendo*, *redirecionando* e, quando foi o caso, *criando* mecanismos que fossem capazes de a atravessar de cima abaixo, apassivando-a e retirando dela, ainda que temporariamente, sua negatividade revolucionária.

Assim, se é verdade que a formação de embriões dos futuros "Estados de bem-estar" se esboçou, materializada em políticas sociais, ainda antes da Segunda Grande Guerra como consequência de um conjunto de medidas tomadas em reação à Grande Depressão "na Suécia, na Noruega e, em menor extensão, na França", quando "governos socialistas responderam ao desemprego com uma série de políticas anticíclicas que quebraram a ortodoxia econômica existente" (PRZEWORSKI, [1985] 2002, p. 36), ela, entretanto, *não se desenvolveu nem se generalizou, nem mesmo na Europa Ocidental-Setentrional, a não ser após a Guerra.* O fenômeno aqui apresentado aconteceu, portanto, a partir de condições muito precisas, tendo constituído uma exceção na história do desenvolvimento do sistema capitalista para a qual podemos encontrar *três causas principais* (NETTO, 2007).

A primeira causa consistiu nas altas taxas de crescimento econômico associadas a altas taxas de lucro[138], garantidas pela onda

[138] Crescimento econômico se refere ao crescimento do PIB dos países, enquanto taxa de lucro se refere, do ponto de vista do capitalista, à relação entre seus investimentos totais adiantados e os lucros auferidos após a rotação de seu capital. Do ponto de vista da classe trabalhadora (amparado na crítica da economia política inaugurada por Marx), esses lucros são considerados, de maneira mais ou menos mediada, provenientes de acréscimos de valor durante o processo produtivo através de sua atividade laborativa. Assim, Marx define a taxa de lucro sinteticamente da seguinte maneira: "A taxa de mais-valia medida segundo capital variável se denomina taxa de mais-valia; a taxa de mais-valia medida segundo o capital global se denomina taxa de lucro". Cf. MARX ([1894] 1986 – vol. 01, seção I). Vale lembrar que o que interessa imediatamente à burguesia, do ponto de vista estritamente econômico, é o crescimento *de suas taxas e de sua massa de lucro*, e não o crescimento nacional – a não ser, indiretamente, na medida em que: a) este

longa expansiva na economia ocorrida neste lapso temporal, que teve seu epicentro nos Estados Unidos e contou com o Plano Marshall – que Magdoff chamou de "o principal esforço para preservar o sistema capitalista em um mundo de pós-guerra pautado pela crise" (1969, p. 123) – como importante alavanca para sua disseminação. Esse Plano, que implicou no investimento de bilhões de dólares por parte do Estado norte-americano na chamada "reconstrução da Europa", constituiu uma das pedras angulares no deslocamento da correlação de forças interimperialista materializada na adesão das frações nacionais da burguesia imperialista europeia à liderança da fração nacional estadunidense, e teve como principal *objetivo político* a contenção do avanço comunista na Europa Ocidental.

É claro que tal Plano não teve *apenas* essa finalidade política. É necessário, quanto a seus objetivos mais propriamente econômicos (lembrando que na análise social a economia *não deve ser estudada desvinculada da política*, sob pena de se hipertrofiarem as componentes involuntárias e aparentemente automáticas do processo social, tratando-o "tecnicamente" e negligenciando as dimensões da contraditoriedade e da luta), tomar em consideração que, na garupa da "ajuda" do Estado norte-americano às potências europeias que haviam se destruído parcialmente na Guerra em nome da defesa dos interesses de suas frações burguesas nacionais, vinham os capitais norte-americanos, prontos para assegurar o fortalecimento da posição da burguesia estadunidense na economia europeia – ou seja, no próprio coração de seus principais rivais, buscando convertê-los, cada vez mais, de *adversários* em *clientes*, o que não é nada desprezível no xadrez das relações interimperialistas.

Não há espaço no presente trabalho para o aprofundamento da questão, mas vale mobilizar pelo menos duas citações que dão ideia do alcance do que aqui se afirma:

> Hoje em dia, se afirma frequentemente que o maior envolvimento do capital norte-americano na Europa Ocidental, quando comparado aos investimentos em países subdesenvolvidos, mostra que não existe mais imperialismo. É claro que essa visão é insustentável a partir do momento em que se reconhece que o antagonismo entre centros industriais de desenvolvimento desigual é o próprio eixo da roda imperialista.
>
> Assim, há uma outra perspectiva através da qual a expansão de

for consequência daquele; b) este se traduzir em aumento do poder de seu Estado nacional no cenário das relações interimperialistas.

> capital dos EUA em outras nações avançadas deve ser enxergada. O maior nível de vida e o grande volume de capital acumulado na Europa Ocidental deitam raízes em vantagens passadas e presentes obtidas por essa área através da espoliação de países coloniais ou neocoloniais. Penetrando nos centros metropolitanos da Europa, o capital estadunidense escuma parte desse creme: ele se beneficia de (a) os amplos mercados consumidores da Europa Ocidental e (b) a oportunidade de negociar através de canais desenvolvidos pelos centros metropolitanos em suas relações com suas dependências. [...] Nesse sentido, deve-se notar que o investimento extensivo da indústria petroleira norte-americana na Europa Ocidental [...] obtém seus lucros refinando e distribuindo petróleo importado do Oriente Médio. (MAGDOFF, 1969, p. 16).
>
> Enquanto a máxima aspiração da Inglaterra, assim como a da França, consistia [ao fim da II Grande Guerra – V.N.] em conservar o império colonial, o objetivo do pujante capitalismo americano consistia em destruir as barreiras que dificultassem a sua expansão mundial. Este era o significado prático do "idealismo" rooseveltiano. Diante das duas casas do Congresso, reunidas conjuntamente uns meses antes de Ialta, Roosevelt anunciara solenemente que se colocaria um ponto final na política de "esferas de influência, de alianças, de equilíbrio entre as potências [...]". Este mundo aberto e, além do mais, esgotado pela guerra, era, realmente, o mundo ideal para o supercapitalismo americano: o mercado ótimo para o seu gigantesco aparelho industrial, cuja produção duplicara durante a guerra; o espaço de inversão à medida dos enormes capitais acumulados. Em lugar de um mundo dividido por esferas de influência, uma só esfera de influência cobrindo o mundo: a americana. (CLAUDÍN, [1970] 1986, pp. 439-440).

A segunda causa para o fenômeno em exame nesta seção, consistiu nos altos níveis de organização do proletariado (com destaque para o operariado *stricto sensu*), produtor do valor que está na base do lucro capitalista, herdados do pré-guerra e ativados no período de "recuperação" econômica. Através do movimento sindical e de seus partidos políticos (comunistas, socialistas, socialdemocratas), o proletariado europeu se mobilizou fortemente no pós-guerra, e essa mobilização foi canalizada de modo bem-sucedido para a ampliação de direitos sociais – ou, como proposto por influente estudioso britânico das

políticas sociais, direitos de terceira geração[139].

A terceira causa foi a existência do "perigo vermelho" (NETTO, 2007, p. 145), ou seja, o perigo representado pela possibilidade de multiplicação das revoluções socialistas, aparentemente agravado naquele momento por: crescimento da autoridade internacional da URSS decorrente de seu papel protagonista na guerra; início do espalhamento do modo de produção socialista através da criação da área de influência soviética na Europa do Leste e de revoluções ocorridas em países fora desta área; fortalecimento dos Partidos Comunistas em diversos países capitalistas, inclusive em *todas* as potências imperialistas exceto os EUA, combinado à *enorme* autoridade moral que os comunistas ganharam devido a seu papel de principal protagonista na derrota do nazi-fascismo em 1945 (contando aí não apenas os soviéticos, mas também a atuação na Resistência de militantes e partidos comunistas em países como França, Grécia e Itália) e ao reforço de sua capacidade de *luta militar* adquirido nesse processo.

Em suma: a confluência de todos esses fatores "fez com que as burguesias [...] se dispusessem a admitir a legitimidade de várias demandas do 'seu' proletariado" nacional (NETTO, 2007, p. 145).

Deve-se agora ter em conta, num mundo já planetariamente integrado como o que vige no momento em exame, o caráter internacional de tal processo. Afinal, se a classe operária, assim como a classe burguesa e o próprio capitalismo, é internacional, a articulação peculiar entre algumas das determinações que examinamos anteriormente – especialmente a combinação entre necessidades capitalistas de exportação de capital em contexto de concorrência interimperialista, alto nível de organização das classes trabalhadoras nos centros imperialistas, concentração e redirecionamento de lucros de monopólio (bem como de diferentes modalidades de superlucros obtidas pela burguesia imperialista através de expedientes diversos), exigência de resposta à pressão comunista –, especialmente na fase de onda longa expansiva do capitalismo tardio compreendida aproximadamente entre os anos 1940 e 1960, parecem ter permitido, nessa conjuntura precisa, a *criação de estratos das classes trabalhadoras privilegiados em nível internacional*, no âmbito de certas potências imperialistas, cujo padrão

[139] Essa noção de diferentes gerações de direitos, a partir da qual os direitos sociais podem ser classificados como direitos de terceira geração, obedece à tipologia estabelecida por MARSHALL ([1949-50] 1967), que a estabelece a partir da demonstração, no desenvolvimento histórico inglês, do desenvolvimento em sequência dos direitos civis, políticos e sociais. Tal tipologia serviu largamente à ideologia do progresso capitalista, em que os direitos iriam evoluindo progressivamente *pari passu* à evolução do modo de produção.

de vida, tomado nacionalmente, se tornou bastante superior, na média, àquele do restante das classes trabalhadoras espalhadas pelos países dependentes.

Sendo esse o caso, tal fenômeno deve ter importância não negligenciável para se compreender a capacidade que as frações nacionais da burguesia imperialista tiveram de responder ao "perigo vermelho". Além do mais, do ponto de vista burguês, à boa política sempre se podem aliar bons negócios: quanto ao financiamento das políticas sociais constitutivas do *welfare state*, seus custos foram socializados através da capacidade do Estado em "taxar, mobilizar, construir e regular" (GALPER, 1980, p. 74); quanto ao fornecimento dos serviços, sabe-se que os monopólios sempre se aplicaram para que fossem comprados por este mesmo Estado, com dinheiro público, junto aos grandes grupos monopolistas[140]. Vale lembrar, ainda, que mesmo os lucros monopolistas são resultado, de um modo ou de outro, da criação de valor pelo proletariado, que, assim, através de políticas sociais recebe apenas uma parcela um pouco maior da riqueza que ele mesmo produziu.

Como mostra José Paulo Netto:

> Não se trata aqui, simplesmente, da "socialização dos custos" de que fala Galper – obviamente que este é o fenômeno geral, através do qual o Estado transfere recursos sociais e públicos aos monopólios. O processo é mais abrangente e preciso: quer pelas contradições de fundo do ordenamento capitalista da economia, quer pelas contradições intermonopolistas e entre os monopólios e o conjunto da sociedade, o Estado – como instância da política econômica do monopólio – é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular sua pertinência a determinados níveis de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e

[140] Em relação a esse ponto, vale observar: no capitalismo, mesmo quando os serviços sociais são públicos, gratuitos e integralmente fornecidos pelo Estado, representam em geral vultosas somas repassadas por ele ao capital monopolista. Se não, vejamos: ainda que um hospital seja público, quem é contratado para sua construção? E as sofisticadas máquinas que ali estão, que grupo monopolista transnacional as construiu? E os medicamentos, foram fabricados por que gigantesco laboratório? No transporte público, que conglomerado fornece o diesel? E a carroceria do ônibus ou do trem? Que empreiteira construiu as estradas, linhas férreas, estações etc.?

> projetos do monopólio.
> Justamente neste nível dá-se a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista: para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de "comitê executivo" da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se *politicamente* incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento de sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um *consenso* que assegura seu desempenho. (NETTO, [1992] 1996, p. 23).

Note-se, e isto não tem importância menor, que o mesmo autor lembra, logo após apresentar o raciocínio que vem de ser citado, que essa possibilidade do "bem-estar" é *uma possibilidade dentre outras*, "assentada nas virtualidades objetivas deste estágio de desenvolvimento do capitalismo" (NETTO, [1992] 1996, p. 24) e historicamente condicionada pela atuação da própria classe operária.

O capitalismo monopolista não pode, portanto, ser *identificado* nem com o "bem-estar", nem com a ampliação da democracia, como o autor tem o cuidado de deixar claro na seguinte passagem:

> A sua realização, em todos os quadrantes, é mediatizada pela correlação das classes e das forças sociais em presença – onde não se defrontou com um movimento democrático, operário e popular sólido, maduro, capaz de estabelecer alianças sócio-políticas em razão de objetivos determinados, a burguesia monopolista jogou em sistemas políticos desprovidos de qualquer flexibilidade e inclusividade. Com efeito, as alternativas sócio-políticas do capitalismo monopolista, sem configurar um leque infinito, comportam matizes que vão de um limite a outro – do *Welfare State* ao fascismo. (NETTO, [1992] 1996, p. 24).

Assim, o *consenso* que assegurou o desempenho do Estado burguês nas potências imperialistas no momento-chave ora em exame, permitindo que ele desempenhasse suas funções econômicas – mas também políticas – de comitê executivo da burguesia (garantindo, como vimos, o "bem-estar do Estado" fruto do "Estado de bem-estar"), se relacionou estreitamente a vitórias parciais de frações nacionais do proletariado (e das classes trabalhadoras) nos países da Europa Ocidental. E essas vitórias conduziram, por sua vez, a certo *apassivamento*, que teve o seguinte sentido: em troca das medidas de

proteção social mencionadas e dos diversos expedientes políticos relacionados à abertura à participação democrática das massas, aceitou-se a *condição* de que tal participação se mantivesse *dentro dos limites da institucionalidade burguesa*.

O referido apassivamento de frações nacionais do proletariado, nas potências imperialistas euro-ocidentais, materializou-se num fenômeno social que foi chamado, no âmbito da literatura sociológica francesa, de "compromisso fordista". Tal compromisso teria sido estabelecido entre burguesia e proletariado servindo de "fundamento ao modelo de desenvolvimento do capitalismo ocidental do pós-guerra" (BIHR, 1991, p. 15). Através dele, o proletariado de certos países centrais, representado por seus aparelhos privados como sindicatos, partidos socialdemocratas e, mesmo, partidos comunistas, teria realizado com as respectivas frações nacionais da burguesia – na prática, senão formalmente – "uma imensa negociação pela qual renunciou à 'aventura histórica' em troca da garantia de sua 'segurança social'" (p. 41).

Alain Bihr define deste modo os termos que vêm de ser apresentados[141]:

> Renunciar à "aventura histórica"? É renunciar à luta revolucionária, à luta pela transformação comunista da sociedade; renunciar a contestar a legitimidade do poder da classe dominante sobre a sociedade, notadamente sua propriedade dos meios sociais de produção e as finalidades por ela impostas às forças produtivas. É consentir ao mesmo tempo com as novas formas de dominação que se vão desenvolver no pós-guerra [...].
>
> Em contrapartida a essas renúncias, o proletariado obteve a garantia da seguridade social. Deve-se entender por isso não apenas sua proteção social, mas, mais amplamente, a satisfação de seus interesses de classe mais imediatos [...]: uma relativa estabilidade no emprego; um crescimento de seu "nível de vida"; uma redução de seu tempo de trabalho; a satisfação de um certo número de necessidades sociais fundamentais (alojamento, saúde, educação, formação profissional, cultura, lazeres etc.).
>
> Em uma palavra, tratou-se da perspectiva de sair da miséria, da precariedade, da incerteza do amanhã e da opressão sem freio que haviam, no essencial, caracterizado até então a condição proletária. (BIHR, 1991, pp. 41-42).

[141] A relação entre o pensamento coutiniano e o compromisso fordista tal como definido por Bihr foi proposta, que eu saiba pela primeira vez, em SILVA, 2003 – cf. especialmente o cap. 02.

Tal compromisso fez parte, segundo o mesmo autor, do processo histórico de constituição de uma *estruturação original do poder capitalista* (BIHR, 1991, p. 48), posta à burguesia como resposta possível às exigências políticas e sociais vigentes no período em exame, as quais tangenciei anteriormente nesta seção. Essa forma nova da dominação burguesa representou um desenvolvimento e uma elevação a nível superior em relação à formação de estratos operários privilegiados estudada por Lênin, passando pela *integração, ainda que temporária e instável, de frações nacionais inteiras do movimento operário*, que, apesar de conservarem sua autonomia formal em relação ao capital (e, até certo ponto, justamente por conservarem sua autonomia, como veremos logo a seguir), passou a operar nos limites da garantia das condições de sua reprodução ampliada.

Esse processo pressupôs que o movimento operário, através de sua organização, de suas lutas e de suas importantes vitórias (e derrotas) parciais, já estivesse bem constituído, de modo relativamente autônomo em relação ao Estado e ao patronato e gozando de legitimidade perante as classes trabalhadoras, o que implicava nisto:

> - [...] a negociação coletiva [por parte de partidos, sindicatos, associações] como modo de solução dos conflitos de classe, tanto para sua base proletária quanto para a classe dominante em suas diferentes instâncias de comando;
> - [a instituição das organizações proletárias], cada uma em seu nível e em seu próprio campo de atividade, face aos capitalistas individuais, mas também face à classe capitalista inteira e, enfim, face ao Estado, como mediações obrigatórias no tocante a sua relação com o proletariado. Isso implicava que elas tivessem conquistado e fizessem reconhecer, por parte desses protagonistas diversos, sua legitimidade de mediadoras;
> - [a integração progressiva das organizações proletárias] aos aparelhos de dominação do capital sobre o proletariado e sobre a sociedade inteira (desde a empresa até o Estado), tornando-as verdadeiras co-gestoras do processo global de reprodução do capital. (BIHR, 1991, p. 49).

Pressupôs também que já tivesse havido todo um conjunto de modificações na condição proletária, no sentido da transformação do antigo artesão ou "operário profissional" (BIHR, 1991, p. 56) no operário-massa (cap. 03), às quais, em termos marxistas, podemos nos referir como constitutivas da passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital, com todas as suas consequências sobre a subjetividade da classe em seu momento serializado. Assim, o

compromisso fordista partiu de certas bases em que encontrou a classe operária europeia ocidental, que, se podem ser chamadas de "fordismo" no plano mais imediato da produção (processo de trabalho parcelizado, controle da cadência e dos gestos do trabalhador, linha de montagem etc.), também o podem em sentido mais amplo, constituindo um verdadeiro ambiente cultural, um *modo de vida* relacionado a tal maneira de produzir.

Disse que o fordismo deve ser considerado um modo de vida. Tal afirmação deve ser entendida levando-se em conta a seguinte definição:

> O modo de vida materializa a passagem das macroestruturas (relações capital-trabalho na sua forma mais abstrata) às micro-relações (o cotidiano das classes). As relações sociais de produção se traduzem em relações de consumo e as determinam: o consumo é um elemento mediador importante nesse processo, pelo qual as classes têm (ou não) acesso a bens econômicos e sociais. Essas relações determinam, ao mesmo tempo, campos de possibilidades das classes e formas de dominação e de subalternização. O mito da liberdade de consumo, por exemplo, associado à carência real de recursos provoca elementos objetivos de insuportabilidade da vida. (DIAS, 2012a, p. 51).

O fordismo, nesse sentido mais amplo de *modo de vida fordista*, é marcado pelo aprofundamento e pela generalização de características sócio-político-culturais relacionadas à condição do trabalhador na grande indústria, dentre as quais: dissolução das identidades profissionais anteriores; alienação do controle do próprio processo de trabalho; extinção da produção familiar doméstica, levando a família proletária a recorrer ao mercado para a satisfação de todas as suas necessidades e transformando-a de "unidade de produção" em "unidade de consumo" (BIHR, 1991, p. 57); imposição social de um padrão médio de consumo, estruturado em torno da propriedade domiciliar e de algumas "mercadorias-piloto", como o carro e os eletrodomésticos, "implicando a subordinação tendencial do conjunto das práticas de consumo do proletariado às relações mercantis" ; acesso ao crédito, necessário à manutenção de altos níveis de consumo de massa; importantes deslocamentos da população trabalhadora do campo para as cidades, de uma região à outra, de um ramo de atividade a outro, dissolvendo laços de solidariedade (p. 58).

Pois bem: a variante euro-ocidental do compromisso fordista[142],

[142] Não será possível abordar aqui, sequer tangencialmente, a integração

derivado de uma combinação peculiar, ocorrida nas precisas condições sócio-históricas esboçadas na presente seção, entre o modo de vida fordista e o "bem-estar" (entendido estritamente, repito, como segurança, donde sua redução à seguridade social) de amplos setores das classes trabalhadoras em certos países centrais, teve um preço, nada barato, para o proletariado tomado enquanto totalidade internacional. Trata-se, em primeiro lugar, da paulatina, mas profunda e duradoura (apesar de não irreversível), *adaptação* de setores amplamente hegemônicos, no âmbito das frações nacionais das classes trabalhadoras daqueles países, à ordem burguesa.

Há mais: trata-se, ainda, do enorme efeito que tal adaptação surtiu sobre as frações nacionais da classe nos países periféricos, devido não apenas a todo um conjunto de fatores ideológicos que ainda examinaremos, mas também ao fato de que essa adaptação *deu fôlego à burguesia imperialista* no sentido de prosseguir em seu trabalho de contrarrevolução ao redor do planeta. E aqui é necessário lembrar: no resto do mundo, tal contrarrevolução não ocorreu através de compromissos, a não ser que se considere assim a relação de um homem com, por exemplo, seu carrasco.

Sobre esse ponto, afirma ainda Alain Bihr:

> Poder-se-ia, definitivamente, resumir assim a ambivalência do compromisso fordista para o proletariado ocidental: este perde naquele sua *negatividade* de "classe da sociedade civil que não é uma classe da sociedade civil, [...] de esfera que possui um caráter universal por seus sofrimentos universais e que não reivindica um direito particular" [Marx] e pode, portanto, aspirar a libertar toda a humanidade em se libertando de sua própria opressão; e isso para se afirmar *positivamente* no quadro dessa mesma sociedade, no limite dos interesses e dos direitos particulares que ela reconhece e que lhe permite satisfazer. Tal será toda a ambivalência da legalização do proletariado que o compromisso fordista tornará possível: o Estado trará a satisfação ou o apoio a certas de suas reivindicações na exata medida em que isso lhe permitir integrá-lo melhor à sociedade civil e política e, portanto, melhor controlá-lo. (BIHR, 1991, p. 42).

---

reformista do proletariado nos Estados Unidos, onde ela ocorreu "num grau sem precedentes no mundo capitalista" (CLAUDÍN, [1970] 1986, p. 450), talvez inigualado até hoje. Apesar de poder-se pensar até que ponto o processo ora em exame significa ou não uma extensão ao continente europeu do compromisso então vigente nos EUA, parece-me que as diferenças históricas, sociais e políticas são demasiado significativas para se poder reduzir um processo ao outro. A exposição no presente trabalho refere-se estritamente ao proletariado euro-ocidental.

É importante considerar, ainda, dois elementos sem os quais o exame do braço civilizado da contrarrevolução preventiva burguesa não estaria equilibrado.

O primeiro deles é que aquele "bem-estar" na base do compromisso fordista serviu de substrato à geração e à propagação ideológica de um já mencionado clima de euforia, que alimentou uma perigosa retomada de *confiança nas possibilidades progressistas do capitalismo*, após os massacres – demonstração de até onde pode chegar a *barbárie capitalista* já em curso – ocorridos na I e na II Grandes Guerras. O que ocorreu nas chamadas "três décadas de ouro" alimentou ilusões, especialmente em setores localizados à esquerda no espectro político, fosse de que o capitalismo poderia realizar o programa da modernidade entendido como o projeto iluminista – ou seja, de que o desenvolvimento do capitalismo poderia levar por si mesmo (ou, pelo menos, ajudar) à realização do objetivo da emancipação humana tal como posto por aquele programa[143] –, fosse de que a institucionalidade burguesa poderia consistir em *meio* para a consecução do socialismo *sem a necessidade de ruptura violenta*, mas acumulando forças e obtendo direitos progressivamente em seu interior.

E isso nos traz ao segundo elemento: o *movimento comunista internacional*[144]. Afinal, se é correta a descrição que venho de fazer – com suas profundas consequências em termos de enfraquecimento da capacidade de luta do proletariado ocidental *como um todo* –, e se os

[143] Note-se, aqui, que não inscrevo Marx entre os defensores do programa da modernidade. É que, apesar de obviamente *legatário* dele, o que o filósofo renano inaugura é *a crítica ao programa da modernidade*, que aponta para o único projeto societário capaz de realizar plenamente aquilo que de melhor tal programa encerra, *superando-o* e, nesse sentido, *rompendo com ele.*

[144] Não será possível, pois nos desviaria demasiado do tema do presente trabalho, mostrar algo do longo e tortuoso caminho do transformismo socialdemocrata (corrente à qual pertencem os partidos socialistas e socialdemocratas europeus), que, de conjunto de organizações proletárias que abrigaram em seu seio tarimbados revolucionários (pense-se em Marx, Engels, Rosa, Lênin, Trotsky ou Gramsci), foi se transformando progressivamente (mas não sem saltos: que se pense no período compreendido entre 1914 e 1923) em conjunto de "partidos de governo" na Europa, alternando-se no poder com as direitas clássicas europeias na situação de *monopartidarismo competitivo* (LOSURDO, 1993). Composta hoje por refinados e bem-formados intelectuais que dirigem zelosamente Estados burgueses, a socialdemocracia comanda bombardeios a países africanos ao mesmo tempo em que retira direitos dos trabalhadores europeus e garante os interesses imperialistas – inclusive, é claro, através da violência militar e sem "compromisso" algum – nos países periféricos ao redor do mundo. Não há como não pensar, com Paulo ARANTES, nos "bons europeus, modernos e civilizados, que durante uma década pavimentaram a ascensão do Terceiro Reich com argumentos de lógica impecável acerca da inviabilidade de tamanha aberração" (2004, p. 13).

partidos comunistas tinham, ao menos em teoria, interesse em realizar a *revolução socialista* que *exige* aquela *negatividade* que tal compromisso atenuou no proletariado, então não há como ladear a seguinte pergunta: onde estavam, como se posicionaram e o que fizeram, ao longo da consolidação de tal compromisso, os PCs e o MCI?

Na próxima seção, buscarei iluminar brevemente algumas determinações mais diretamente relacionadas à política e às formulações teóricas de certos PCs e do MCI na medida em que possam ter tido influência importante sobre a formação da concepção de mundo de Carlos Nelson Coutinho.

07b. Entre classe universal e interesse nacional: razão de Estado soviética, stalinismo e coexistência pacífica Leste-Oeste

O ativo repúdio da burguesia internacional pela URSS vem desde antes mesmo de sua fundação em 1922, datando dos primeiros desdobramentos da Revolução de Outubro: é bem conhecido que, já na imediata sequência daquele "divisor de águas na história, que [viria a ser] considerado por historiadores futuros como o maior evento do século XX" (CARR, 1979, p. 01), as principais potências imperialistas se engajaram na guerra civil russa, tentando conjugar a definição de seus rumos no sentido da derrubada do poder dos Conselhos à obtenção de vantagens territoriais e/ou diplomáticas quando da consumação de tal objetivo[145]. Acontece que o Estado fruto dessa revolução, independente da vontade de seu corpo dirigente (progressivamente desfigurado e que, passados alguns anos da vitória e da consolidação do regime soviético, formulou a ideologia da construção do "socialismo em um só país" e o devaneio quanto à supostamente decorrente possibilidade de

[145] As potências imperialistas referidas são França, Grã-Bretanha, Japão e Estados Unidos, aliadas da Rússia até a véspera, na I Grande Guerra. A Alemanha não pode ser considerada como tendo "se engajado" contra a Rússia dos sovietes apenas porque os dois Estados já estavam em guerra, situando-se em campos opostos no teatro de operações da conflagração mundial. Ela manteve, por sua vez, seus exércitos profundamente avançados em território russo e ucraniano enquanto pôde. A intervenção imperialista, após o malogro de sua modalidade diretamente militar – decorrente, não em menor grau, da resistência encontrada entre suas próprias tropas, devida tanto à exaustão, fruto da mobilização que se estendia desde 1914, quanto a simpatias mais ou menos abertas dos combatentes pelo governo revolucionário dos trabalhadores em Moscou (como, por exemplo, no caso do motim na marinha francesa em Odessa, comandado, entre outros, por dois futuros dirigentes do futuro PCF) –, não cessou: transformou-se em incremento no fornecimento de suprimentos militares, envio de missões e garantias verbais a pretendentes ao suposto futuro governo russo, conforme CARR, 1979, pp. 9-19; e 1950-1953, vols. 01 e 03.

"coexistência pacífica" entre capitalismo e socialismo), somente deixou de representar, aos olhos de amplos setores sociais (burguesia incluída), o lembrete vivo da possibilidade de revolução proletária internacional a partir da longa crise que culminou em sua dissolução na virada aos anos 1990.

Essa visão acerca do Estado soviético, assim como acerca do movimento comunista a ele vinculado e por ele, durante algumas décadas, centralizado – que, a partir da dissolução da Internacional Comunista em 1943, ficou conhecido como o *movimento comunista internacional*, "aquele movimento cuja certidão de nascimento foi escrita sobre a certidão de óbito do Comintern", conforme CLAUDÍN, [1970] 1975, p. 19 –, decorria do imenso impacto histórico da Revolução Russa e era, sob alguns aspectos, verdadeira. Mas tudo indica que apenas *parcialmente*: a partir de certo ponto da evolução dos acontecimentos no mundo e na URSS, o perigo de uma revolução proletária internacional esteve mais diretamente ligado às potencialidades revolucionárias inscritas no ser em movimento de algumas das frações nacionais do proletariado (inclusive, que fique claro, de suas direções nacionais) do que aos desígnios ou desejos da direção comunista internacional.

A afirmação que vem de ser feita requer fundamentação, que por sua vez exige que nos detenhamos sobre a exposição de uma das facetas do fenômeno do *stalinismo*, por cuja compreensão deve passar a do movimento comunista do século XX em nível planetário[146]. Antes de mais, uma advertência: foge completamente ao propósito do presente trabalho a exposição de tal fenômeno enquanto totalidade, ainda que haja uma definição dele subjacente à exposição a seguir – a saber, a de que o stalinismo é a dimensão política, com importante impacto também no campo da teoria, da involução do socialismo soviético a partir do travamento das possibilidades históricas do desenvolvimento da revolução russa em sentido amplo, que culminou com a inexorável restauração do capitalismo no Leste no fim do breve século XX.

Para fornecer ao leitor uma localização geral no sentido de

[146] Uma introdução ao problema do stalinismo, que busca localizá-lo cuidadosamente e criticá-lo de um ponto de vista próximo ao de Coutinho, além de indicar diversas obras para aprofundamento posterior, pode ser encontrada em NETTO, [1981] 1986. O desdobramento do estudo pode passar, além de pelas referências contidas naquela introdução e pelas que serão mobilizadas ao longo deste capítulo do presente trabalho, pela leitura dos capítulos escritos por Roi Medvedev (vol. 07, pp. 45-81), Moshe Lewin (vol. 07, pp. 203-240), Robert McNeal (vol. 07, pp. 241-272), Massimo Salvadori (vol. 07, pp. 285-337), Vittorio Strada (vol. 09, pp. 109-150 e 151-219), Jaroslav Opat (vol. 10, pp. 213-250), Franz Márek (vol. 10, pp. 307-319), publicados em obra coletiva (HOBSBAWM (org.), 1979-1989), além de MÉSZÁROS, [2002] 2011, cap. 17.

fundamentar essa definição do stalinismo, vale citar a seguinte ponderação, válida desde que se considerem as *condições histórico-concretas* que levaram à emersão e à consolidação deste quadro:

> [...] uma mesma estrutura social pode fazer surgir superestruturas – sistemas ideológicos, *formas* de Estado e de governo – muito diferentes (embora todas ligadas entre si por certos traços comuns).
> Assim, a mesma infraestrutura capitalista faz brotar formas de Estado tão diferentes como o III Reich nazi, a República de Weimar e a de Bonn, sistemas ideológicos dominantes tão diferentes como a doutrina que proclama a igualdade de direitos de todos os homens e a doutrina da superioridade racial da raça branca (ou ariano-germânica). Não há nenhuma razão para considerar "inadmissível" por um marxista que uma mesma infraestrutura social [...] possa fazer surgir superestruturas tão diferentes como a duma democracia exemplar dos conselhos, por um lado, e a do totalitarismo estalinista, por outro. [...]
> [Entretanto,] a chave da superestrutura não se encontra nunca apenas nela própria; supô-lo é romper com o materialismo histórico. A passagem da República de Weimar para a ditadura nazi não pode ser exclusiva ou essencialmente explicada como fenômeno político. Tem raízes socioeconômicas mais profundas.
> Quanto aos fatos, ensinam que de maneira nenhuma se pode reduzir o "fenômeno estalinista" a fenômenos de superestrutura: terror estatal, ditadura dum homem, polícia todo-poderosa, dogmatismo ideológico etc. Estes fenômenos imbricam-se manifestamente num conjunto de *relações sociais e de relações de produção características*: ausência de autogestão dos produtores, ausência de autoadministração dos cidadãos e de controle destes sobre a administração política e econômica, planificação burocraticamente centralizada, apropriação e distribuição do sobreproduto social pelo Estado fora de todo o controle dos produtores, regime do diretor único e todo-poderoso no seio da empresa, manutenção da estrutura hierárquica desta, sistema de remuneração assegurador de chorudos privilégios para os altos funcionários, submetendo uma boa parte do proletariado aos horrores do trabalho à peça etc. Como pode um marxista pretender que a "chave" para explicar todos estes fenômenos se encontre apenas ao nível do Estado, da superestrutura social, sem inverter o materialismo histórico colocando-o de cabeça para baixo? (MANDEL, 1978, pp. 78-9).

Isso posto, lembro ao leitor que o que importa, no presente trabalho, é iluminar *apenas um* dos aspectos do fenômeno stalinista, a saber, a *subordinação do internacionalismo proletário à razão de Estado da URSS*, mais diretamente relacionado a nosso objeto na medida em que ajuda a explicar e compreender a grande penetração que teve, no conjunto do MCI, a aposta no aprofundamento da democracia burguesa como meio para transitar ao socialismo.

Saber que tal aposta se originou, em larga medida, da política internacional da própria URSS a partir de certo ponto de seu desenvolvimento põe a necessidade de examiná-lo, ainda que apenas em grandes traços. Quanto aos primeiros anos (para simplificar: enquanto a República dos Conselhos e, posteriormente, a União, têm ainda em Lênin seu líder máximo), o estudo de textos, discursos e declarações de seus mais destacados dirigentes, bem como das resoluções do partido bolchevique e da Internacional Comunista, demonstra que a tônica da política externa russa era dada pela intenção de internacionalização da revolução socialista.

Nesse sentido vai, por exemplo, a seguinte argumentação lenineana em 1918:

> Se um alemão sob Guilherme ou um francês sob Clemenceau afirma, "É meu dever e obrigação de socialista defender meu país se ele for invadido pelo inimigo", ele discute não como um socialista, não como um internacionalista, não como um proletário revolucionário, mas como um *nacionalista pequeno burguês*. Sim, porque esse argumento ignora a luta de classes revolucionária dos trabalhadores contra o capital, ele ignora a consideração da guerra como uma *totalidade* do ponto de vista da burguesia mundial e do proletariado mundial, ou seja, ele ignora o internacionalismo, e tudo o que sobra é um nacionalismo miserável e tacanho. (LÊNIN, [1918] 1977i, pp. 285-286).
>
> [...]
>
> As táticas dos bolcheviques foram corretas [...] porque se basearam, não no medo covarde da revolução mundial, não em uma medíocre "falta de fé" nela, não no desejo nacionalista estreito de proteger a "própria" pátria (a pátria de sua própria burguesia), enquanto se "dá de ombros" a todo o resto, mas na correta [...] *estimativa* da situação revolucionária na Europa. Essas táticas foram as únicas internacionalistas na medida em que fizeram todo o possível em um país *para* o desenvolvimento, o apoio e o despertar da revolução em *todos os países*. (LÊNIN, [1918] 1977i, p. 292).

Note-se a clareza da posição lenineana: *o "proletário revolucionário" é necessariamente internacionalista, contraposto ao "nacionalista pequeno burguês"*.

É conhecida, também, a afirmação de outro representativo dirigente da revolução de outubro, Trotsky[147], que, ao ser nomeado o primeiro Comissário do Povo para as Relações Internacionais afirmou que iria "lançar algumas proclamações revolucionárias aos povos do mundo, e depois fechar para balanço" (*apud* CARR, 1979, p. 09) – o que, ironias à parte, demonstra sua firme certeza de que a grande tarefa internacional de um comissariado como aquele era fazer propaganda da revolução de modo a, como afirmara Lênin, "despertar a revolução em todos os países".

Até mesmo Stalin, já em 1925 (no contexto, portanto, da imposição ao MCI da ideia, formulada por ele, da possibilidade de se completar o "socialismo em um só país") e a caminho de se tornar não apenas o principal dirigente do PCUS e da URSS, mas o chefe todo-poderoso de um regime que se tornou autocrático e se notabilizou por sua *refratariedade* à internacionalização da revolução – a não ser quando realizada pelos exércitos soviéticos, conduzida por cima e obediente à Grande Rússia (CLAUDÍN, [1970] 1986, caps. 01-03) –, ainda era constrangido a afirmar o seguinte:

> Apoiar o movimento de libertação da China? Não será arriscado? Não nos confrontará com outros países? Não será melhor estabelecer nossas "esferas de influência" na China em conjunto com outras potências "avançadas" e tirar dela algo em nosso benefício? [...] Apoiar o movimento de libertação da Alemanha? Vale a pena correr este risco? Não será melhor chegar a um acordo com a *Entente* sobre o Tratado de Versalhes e obter algo a título de compensação? Manter a amizade com a Pérsia, a Turquia e o Afeganistão? Não será melhor restabelecer as "esferas de influência" com algumas das grandes potências? Esta é a "concepção" nacionalista de novo tipo com que se tenta substituir a política externa da Revolução de Outubro. [...] Esta é a via do nacionalismo e da degeneração, a via que conduz à liquidação total da política internacionalista do proletariado, pois aqueles que são vitimados por esta doença não veem em nosso país uma parte do todo que se chama movimento

[147] Durante o período 1917-22, Trotsky ocupou sucessivamente os postos de Presidente do Soviete de São Petersburgo, Comissário do Povo para as Relações Internacionais (no importante contexto da retirada russa da I Guerra) e formador e dirigente máximo do Exército Vermelho / Comissário do Povo para a Guerra (no contexto da decisiva Guerra Civil).

> revolucionário mundial, mas apenas o princípio e o fim deste movimento, considerando que os interesses dos outros países devem ser sacrificados em prol dos interesses do nosso país. (STALIN, *apud* CLAUDÍN, [1970] 1986, p. 329).

Tal compromisso com a realização da revolução socialista mundial, que, como vemos, teve inicialmente a força do consenso, era fundado sobre a interpretação de que a revolução na Rússia fora apenas a quebra do elo mais fraco da cadeia imperialista, ou seja, um primeiro e importante passo em direção ao despertar das massas proletárias do Ocidente (especialmente, num primeiro momento, da Alemanha) para a necessidade de realizarem suas revoluções, constituindo assim, progressivamente, a formação de uma única "pátria" socialista internacional (não se deve esquecer, quanto a isso, a profunda significação simbólica da escolha do primeiro hino da URSS: *A Internacional*) sem a qual se avaliava que a própria revolução russa estaria perdida. Não deixam margem a dúvidas as declarações de Lênin no sentido de que os bolcheviques representariam apenas um destacamento que avançou à frente dos outros destacamentos dos trabalhadores em virtude da peculiaridade das condições russas (LENIN, [1918] 1977j, p. 65 e [1918] 1977k, p. 82), mas que "do ponto de vista da revolução mundial [...] a Alemanha é o principal elo dessa cadeia [...] e o sucesso da revolução mundial depende, acima de tudo, dela" (LENIN, [1918] 1977l, p. 123).

Essa interpretação, por sua vez, repousa sobre a própria *natureza necessariamente planetária da revolução socialista* que, já em Marx e Engels, é "essencialmente uma revolução mundial, ainda que não seja possível para a classe trabalhadora tomar o poder simultaneamente em todos os países, ou mesmo, a não ser em circunstâncias especiais, em muitos países de uma vez" (*apud* CLAUDÍN, [1970] 1986, p. 46).

Para compreender tal natureza, deve-se ter em mente que o socialismo (o processo de transição ao comunismo) não se colocou nem se coloca enquanto possibilidade histórica no vazio: ele deve se impor *contra o capitalismo*, visando à libertação humana da dinâmica social decorrente de tal modo de produção e reprodução da vida, numa situação em que as forças criativas e produtivas humanas já se encontram, nos marcos do modo de produção capitalista, integradas planetariamente. Não é possível, uma vez atingido tal nível de integração, retroceder, e isso se deve, antes de mais nada, às próprias tendências expansivas incontroláveis do capital, que subordinou e, enquanto existir, continuará tendendo sempre a subordinar, todo e qualquer espaço ou dimensão da vida humana alcançável pelo processo

de valorização do valor.

Por isso, para se desenvolver e aprofundar rumo à consecução do comunismo – objetivo em relação ao qual ele não é mais que uma transição subordinada –, a construção do socialismo não pode se deter nos aspectos *políticos* da revolução entendida enquanto tomada do poder, mas deve, sob pena de fracassar (não sendo capaz de superar inteiramente as determinações do capital e, finalmente, retrocedendo inclusive no controle político obtido inicialmente através do processo revolucionário), transcendê-los em direção a uma autêntica *revolução social* planetária.

A posição marxiana quanto ao assunto, bastante bem conhecida no círculo dirigente do processo revolucionário russo, pode ser sumariada nos seguintes pontos a partir da sistematização de cuidadoso comentador de seu pensamento[148]:

> (1) O Estado [...] deve ser *transcendido* por meio de uma transformação radical de toda a sociedade, mas não pode ser *abolido* nem por decreto, nem por uma série de medidas político-administrativas;
> (2) A revolução que se aproxima não pode ser simplesmente uma revolução política; deve ser uma revolução *social* para não ficar aprisionada dentro dos limites do sistema autoperpetuador de exploração econômica;
> (3) Revoluções sociais buscam remover a contradição entre parcialidade e universalidade que as revoluções políticas do passado sempre reproduziram [...];
> (4) O sujeito social da emancipação é o proletariado porque é forçado, pela maturação das contradições antagônicas do sistema do capital, a subverter a ordem social dominante, ao mesmo tempo em que é incapaz de impor a si próprio como uma nova parcialidade dominante – uma classe dominante mantida pelo trabalho de outras – sobre toda a sociedade;
> (5) Lutas políticas e socioeconômicas constituem uma unidade dialética e consequentemente a negligência da dimensão socioeconômica despoja a política de sua realidade;
> (6) A ausência de condições objetivas para a implementação das medidas socialistas [...] pode [...] levar adiante as

[148] Suprimi, na citação acima, alguns trechos ou palavras que me parecem fechar alguns pontos que em Marx se encontram abertos a diferentes possibilidades, correspondendo mais à posição do intérprete do que à do próprio Marx. Tomei a liberdade de assim proceder porque o interesse, aqui, é sintetizar a posição marxiana.

> políticas dos adversários na eventualidade de uma conquista [...] do poder;
>
> (7) A revolução social bem-sucedida não pode ser local nem nacional – apenas revoluções políticas podem se confinar a uma situação limitada, de acordo com sua própria parcialidade –, ela há de ser *global/universal*; o que implica a transcendência do Estado em escala global. (MÉSZÁROS, [2002] 2011, pp. 566-567).
>
> (8)

Lênin, por sua vez, assimilou essa diferenciação marxiana entre revolução política e revolução social incorporando-a à consideração quanto à amplitude social atingida pelo processo revolucionário. Em seu pensamento, a revolução política marxiana torna-se *revolução social em sentido restrito*, correspondendo ao "período no qual a forma essencial assumida pelo movimento social é a luta revolucionária direta das massas" (*apud* CLAUDÍN, [1970] 1986, nota 04 ao cap. 02 – p. 06 da seção de notas), enquanto que a *revolução social em sentido amplo* é o "processo através do qual todas as tarefas históricas da revolução são resolvidas" . O dirigente bolchevique russo, ao examinar a Revolução Francesa à luz de tal distinção, enxerga-a desdobrando-se (em sentido amplo) entre 1789 e 1871, período no qual ocorrem as revoluções em sentido restrito de 1789, 1830, 1848 e 1871 (a Comuna).

Nesses termos, a diferença entre a revolução socialista em sentido restrito e a revolução socialista em sentido amplo – uma diferença não apenas de espaço (nacional x internacional), mas também de tempo (concentrada em um breve período x estendida ao longo de uma época histórica) – dá ensejo à necessidade de que se supere a primeira na segunda sob pena de que as vitórias iniciais se convertam paulatinamente, ainda que após logo tempo e através de processo tortuoso e contraditório, em derrota, em involução do conquistado, restauração do antigo modo de produção e, finalmente, na própria perda do controle político anteriormente atingido através do processo revolucionário. Assim, no esquema teórico lenineano da revolução mundial, constituído sobre a articulação de *três tipos* de revolução social em sentido restrito – a *diretamente socialista* nos países capitalistas avançados, a *democrático-burguesa que transcresce em socialista* na Rússia e a *democrático-burguesa* no Oriente –, a Revolução Russa constituiria "o prelúdio e o elo entre a revolução socialista a Oeste e a revolução democrático-burguesa a Leste" (LENIN, *apud* CLAUDÍN ([1970] 1975, p. 51).

Vale lembrar, ainda, que em novembro de 1918 estourou a insurreição na Alemanha, à primeira vista confirmando o prognóstico de Lênin, que afirmara pouco antes, a 22 de outubro, que ali "as condições

já estão maduras" (LENIN, [1918] 1977l, p. 123). A revolução parecia, então, começar a se espalhar para os países avançados da Europa, onde a vitória revolucionária seria decisiva para a revolução mundial, já que significaria, simultaneamente, o reforço da situação russa, o exemplo a ser seguido pelos trabalhadores dos EUA e a garantia do triunfo do movimento de libertação que havia começado em certas colônias (CLAUDÍN, [1970] 1975, p. 55).

É nesse sentido que vai a seguinte declaração de Lênin, escrita em 1918 em carta aberta destinada justamente "aos trabalhadores americanos":

> Estamos agora [na Rússia], ao que parece, em uma fortaleza sitiada, esperando que os outros destacamentos da revolução socialista mundial venham em nossa ajuda. Esses destacamentos *existem*, eles são *mais numerosos* do que o nosso, e estão amadurecendo, crescendo, ganhando mais força quanto mais as brutalidades do imperialismo continuam. Os trabalhadores estão rompendo com suas direções social-traidoras [...]. Lentamente, mas decididamente, os trabalhadores estão adotando táticas comunistas, bolcheviques, e estão marchando no rumo da revolução proletária [...] (LÊNIN, [1918] 1977j, v. 28, p. 75).

Havia, entretanto, um problema: na Europa, o agente consciente e organizado, o partido revolucionário de tipo bolchevique, estava ausente, e, a não ser que um partido assim fosse criado, o destino da revolução mundial corria perigo. Não há dúvidas, portanto, de que foi com o objetivo sincero de fortalecer ou mesmo viabilizar a internacionalização da revolução proletária que os comunistas russos decidiram fundar, em 1919, a Internacional Comunista. Seu estabelecimento foi a consequência lógica, no plano da *práxis* política, da aplicação do princípio teórico do internacionalismo proletário às condições histórico-concretas que vêm de ser sumariamente apreciadas, tendo decorrido da necessidade de uma organização capaz de fazer frente ao alcance internacional da tarefa de realizar a revolução socialista em sentido amplo.

O desenvolvimento dos acontecimentos, entretanto, foi reiteradamente frustrando essa intenção. Quanto a isso deve-se notar, em primeiro lugar, que no plano interno

> a crise em que estava mergulhada a revolução na Rússia, após a guerra civil [...], com a falência inevitável do Comunismo de Guerra – agravada [...], internamente, com a revolta camponesa

> de 1920 [...] e com o primeiro levante após a revolução, o de Kronstadt, em março de 1921 –, levou os dirigentes bolcheviques a uma nova equação dos caminhos para a construção do socialismo, sem a possibilidade de ter estendido os horizontes revolucionários. (MAZZEO, 1999, p. 39).

Como resposta ao seriíssimo quadro de crise em 1920-1921, e diante do perigo real de fracasso do projeto revolucionário a partir do desmoronamento do governo bolchevique caso não conseguisse encontrar uma resposta urgente à caótica situação da economia russa, implantou-se "uma série de medidas econômicas gradativas que, em seu conjunto, ganhou o nome de Nova Política Econômica – NEP" (MAZZEO, 1999, p. 39). A NEP foi uma política econômica que se pretendia transitória entre o comunismo de guerra e o socialismo e teve seu fundamento no recuo tático da economia sob a ditadura do proletariado a uma forma econômica que Lênin chamou de "capitalismo de Estado" ([1921] 1977s, p. 345).

Tratava-se, na origem, de pouco mais que uma resposta na esfera da economia à seguinte necessidade política, advinda do fato de o campesinato ainda constituir a maior parte da população russa na sequência da Revolução: à exaustão da *aliança política* lograda entre proletariado e campesinato por ocasião da vitória do Estado soviético na guerra civil (guerra essa que havia sido "a principal razão, a principal força motriz, o principal determinante do acordo" – LENIN, [1921] 1977r, p. 404 – entre essas duas classes devido ao fato de que os inimigos do novo poder eram simultaneamente a burguesia e a aristocracia / oligarquia fundiária), deveria sobrevir uma *aliança econômica* entre o proletário e o camponês fundada sobre a possibilidade de que este último comercializasse seu produto agrícola em tudo quanto ele excedesse um *quantum* estipulado a ser pago como imposto em espécie ao Estado proletário (LENIN, [1921] 1977r e [1921] 1977s).

A execução dessa política, assim como a possibilidade no médio prazo da recuperação da grande indústria e da estabilização da economia russa, exigia do Estado proletário a constituição de um "fundo apropriado, e a possibilidade de aumenta-lo através do comércio exterior se apresentou este ano [1921], como resultado de acordos firmados com países capitalistas" (LENIN, [1921] 1977r, p. 406) – numa situação em que, não é demais lembrar, o único país socialista do mundo era a Rússia. Assim, a necessidade de estabilização econômica e social após mais de sete anos de guerra (entre a Guerra Mundial e a Guerra Civil) inaugurou, de certo modo, o que Mazzeo chamou de *institucionalização da Rússia soviética como Estado* (1999, p. 39).

A compreensão da afirmação que vem de ser feita não estaria completa sem o exame, em segundo lugar, das dificuldades postas ao Estado soviético também no plano internacional. Nessa dimensão, o agravamento do *isolamento* do Estado rebento de Outubro a partir da virada aos anos 1920, com o bloqueio – demonstração da força, sobretudo militar-coercitiva, das frações nacionais da burguesia europeia e materialização de uma importante vitória contra as respectivas frações nacionais do proletariado e contra a internacionalização da revolução socialista – do ascenso revolucionário na Alemanha, na Itália e na Europa Central e a derrota, momentânea mas importante, do movimento comunista na China, empurrou a jovem república soviética russa, e, a partir de 1922, a nascente URSS, no sentido de, cada vez mais, desempenhar o papel "de um Estado nacional em um mundo de Estados nacionais" (CARR, 1979, p. 09).

Acontece que a combinação entre as exigências e pressões sofridas nos planos interno e internacional, às quais tinha de responder em nome da possibilidade de sua própria sobrevivência – em um mundo em que a economia já se havia tornado planetariamente integrada, em que à hostilidade de certos Estados era necessário contrapor a amizade de outros e em que não se podiam prever as datas das próximas revoluções –, pôs na ordem do dia a pauta da busca por encetar relações com o mundo capitalista, constituindo laços comerciais, acordos, reconhecimento diplomático, tratados...

Assim, já no início dos anos 1920

> [as] dificuldades econômicas decorrentes de um indefinidamente prolongado período de ínterim requeriam da Rússia Soviética a entrada em relações comerciais amigáveis com o mundo capitalista; as dificuldades políticas demandavam relações políticas amigáveis com alguns Estados capitalistas como uma garantia contra a hostilidade de outros – a política de dividir o mundo capitalista. (CARR, 1950-1953, v. 03, cap. 30, p. 383).

Essas necessidades foram, paulatinamente, em um processo cheio de avanços, recuos e, sobretudo, disputa política, explicitando a *contradição* entre a *razão de Estado da Rússia soviética* e seu engajamento na realização prática do princípio teórico do *internacionalismo proletário* em uma revolução mundial.

A compreensão desse problema exige que se considere a categoria de *razão de Estado*, que expressa aspecto perene do moderno sistema interestatal (plenamente válido no mundo contemporâneo), qual seja, a contradição entre a segurança do Estado e certos dos princípios

sobre os quais ele se funda[149]. Dito de outro modo, a categoria exprime a situação em que "a segurança do Estado é uma exigência de tal importância que os governantes, para a garantir, são obrigados a violar normas jurídicas, morais, políticas e econômicas que consideram imperativas" (PISTONE, *in* BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO [orgs.], [1983] 1998, p. 1066), ou ainda "a exigência de segurança do Estado, que impõe aos governantes determinados modos de atuar" .

O problema da modificação da posição russa em relação à conveniência da revolução mundial, extremamente complicado por envolver tanto determinações referentes ao desenvolvimento interno do Estado nascido de Outubro quanto relações interestatais e interclassistas em âmbito planetário, tem um fundo geral que, tomando-se em conta o problema da razão de Estado, se torna mais facilmente inteligível. É que fomentar a revolução internacional passava por promover o desenvolvimento, no interior de cada Estado capitalista, de grupos engajados na organização do proletariado visando à sua derrubada e à expropriação de suas respectivas frações nacionais da burguesia – o que, obviamente, *nunca* contou com o consenso dessa classe.

Tal engajamento por parte do Estado soviético foi sempre interpretado pelas frações nacionais da burguesia em seus diferentes Estados como *intervenção externa*, já que julgado do ponto de vista *nacional* do qual tal classe sempre se vale quando é necessário mascarar as contradições de classe no interior de cada formação econômico-social sob um ponto de vista aparentemente geral (que se quer acima das divisões e antagonismos de classes), e, evidentemente, nunca foi bem recebido por parte dos Estados nacionais envolvidos – Estados, por sinal, *burgueses* e cuja finalidade primordial é justamente garantir a inviolabilidade da propriedade privada burguesa. A depender de até que ponto avançasse, colocava em risco imediato a possibilidade de qualquer tipo de relação amigável, seja econômica, seja política, podendo mesmo conduzir à ameaça à segurança do Estado soviético, já que a intervenção

[149] Essa categoria surge com a constituição dos primeiros Estados modernos e se expressa, no âmbito do pensamento social, a partir do limiar da Idade Moderna, encontrando seus primeiros contornos (ainda não expressos no conceito em questão) em Maquiavel, sendo posteriormente enriquecida pelas análises dos "mestres da razão e dos interesses de Estado, em sua maioria italianos e franceses, da segunda metade do século XVI e do século XVII" e elevada a sua conceituação mais desenvolvida na cultura alemã do século XIX e primeira metade do XX, "com base nas contribuições de um compacto grupo de filósofos e especialmente historiadores, dentre os quais sobressaem os nomes de Hegel, Ranke, Treitschke, Hintze, Meinecke, Ritter, Dehio [...]", conforme PISTONE, *in* BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO (orgs.), [1983] 1998, p. 1066.

"externa" de um Estado sobre os assuntos internos do outro (a promoção por parte da Rússia de um movimento que visa a derrubar o outro Estado, por exemplo) é justificativa para resposta do Estado ameaçado, num arco que se estende desde sanções de diversos tipos a resposta militar.

Assim, a posição de salvaguardar o Estado fruto da revolução russa tendeu a colocar limites, já em sua tenra idade, às possibilidades de apoio aberto e direto russo a revoluções nacionais ocorridas em Estados com os quais o governo soviético avaliava ser importante manter boas relações diplomáticas, e nesse sentido realmente marcou um "recuo da revolução às fronteiras da Rússia" (MAZZEO, 1999, p. 39), tendo influído decisivamente "na estratégia da revolução mundial" .

Um exemplo flagrante dessa problemática é visto na seguinte passagem:

> O maior exemplo desse novo momento e, ao mesmo tempo, das contradições que irão se estabelecer no MCI é, sem dúvida, o tratado com a Turquia. Mustafá Kemal havia, em 1920, solicitado a Lênin auxílio militar e diplomático ao Estado soviético. Dentro da ótica da luta anti-imperialista o governo soviético assina, em 1921, um pacto de amizade e ajuda, mas, no mesmo momento em que eram firmados acordos entre os dois Estados, o governo de Kemal reprime brutalmente o PC turco e o movimento camponês, assassinando 17 destacados líderes comunistas (e jogando seus cadáveres ao mar), entre eles o intelectual e introdutor do marxismo na Turquia e líder do Partido Comunista, Mustafá Subji. (MAZZEO, 1999, p. 40).

Ocorreu, no mesmo ano, o III Congresso da Internacional Comunista. A citação a seguir dá uma ideia da importância com que a contradição entre razão de Estado soviética e planetarização da revolução socialista aparecia já nesse Congresso, em 1921 – ainda antes, portanto, da fundação da URSS, do afastamento de Lênin do comando do governo revolucionário e da inauguração da autocracia stalinista:

> Duas vezes ao longo do Terceiro Congresso ouviu-se a feia sugestão – imediata e abruptamente posta de lado – de uma contradição latente entre os interesses imediatos da RSFSR [a República soviética russa – V.N.] e aqueles do Comintern ou de alguns de seus partidos-membro. Um artigo de Serrati na imprensa socialista italiana, citado por Zinoviev como prova de sua hostilidade ao Comintern, expressava o pesar de que o Comintern devesse se encontrar sob a égide de "um grande

> governo revolucionário" que era obrigado a "conduzir sua própria política de defesa e ataque contra o capitalismo internacional e nacional". [...] O KAPD [Partido Comunista Operário da Alemanha – V.N.], cujos delegados ao congresso desempenhavam o papel de uma oposição desprezada mas autorizada, iam mais longe, demandando "a separação política e organizativa entre a Terceira Internacional e o sistema da política de Estado russa" e declarando formalmente: "Não esquecemos em momento algum as dificuldades enfrentadas pela Rússia Soviética devido ao adiamento da revolução mundial. Mas também vemos o perigo de que tais dificuldades deem azo a uma contradição, aparente ou real, entre os interesses do proletariado revolucionário mundial e os interesses imediatos da Rússia Soviética". Nenhuma resposta séria a essas preocupações foi tentada no congresso; e a impressão que restou em muitas mentes [...] foi a de que "a Rússia estava de algum modo puxando o freio do processo revolucionário". (CARR, 1950-1953, vol. 03, ch. 30, pp. 395-396).

Mas seria um erro simplista afirmar que a RSFSR ou a URSS, apenas pelas razões apresentadas, se tornaram contrarrevolucionárias, e o problema *político* em exame não deve ser tomado apenas de um ponto de vista formal, descolado da consideração de seu *desenvolvimento histórico-concreto* ao longo da existência do Estado soviético[150]. Tal consideração mostra, em primeiro lugar, que, desde que tal quadro se apresentou, esteve colocada a *contradição* (não insuperável, não decidida de antemão, mas contradição realmente existente) entre a razão de Estado da RSFSR/URSS tomada enquanto Estado nacional, de um lado, e seu papel de alavanca à revolução internacional que passava pela derrubada de outros Estados nacionais com os quais ela mantinha relações diplomáticas, de outro lado. Quanto a isso, pode-se afirmar com segurança que, a partir do momento em que a RSFSR e a URSS passaram a existir, realizar a revolução mundial tinha de levar em conta o problema, para o proletariado tomado enquanto classe internacional, de *também ser capaz de não perder o Estado que já conquistara*, e desse

[150] Para uma exposição, solidamente amparada em documentação histórica confiável, do desenvolvimento histórico de tal problema nos primeiros anos após a Revolução de Outubro, na qual me baseei para as observações feitas aqui sobre ele, cf. CARR, 1950-1953 (especialmente o vol. 03, caps. 21-31), considerada pelo destacado historiador marxista Isaac DEUTSCHER como "tão definitiva como uma obra histórica pode ser" e "uma proeza realmente fora do normal" (1957, pp. 184-185). Para a exposição, também fartamente documentada, do desenvolvimento deste problema a partir de meados dos anos 1920, especialmente dos anos 1930 em diante, cf. CLAUDÍN, [1970] 1975 e [1970] 1986.

ponto de vista é normal que considerações relacionadas ao problema de sua segurança tenham passado a pesar na balança das decisões a serem tomadas pelos comunistas ao redor do mundo.

Visto isso, é necessário ir além. Ainda que fuja ao escopo do presente trabalho expor detalhadamente o debate entre as diferentes posições apresentadas como solução para a contradição anteriormente assinalada, que se desenvolveram e se enfrentaram ao longo de anos e abrangeram desde a defesa do apoio soviético a diversas insurreições que despontaram no mundo capitalista até a "indiferença", ou mesmo hostilidade, frente a processos revolucionários iniciados em Estados com os quais a URSS mantinha ou desejava estabelecer relações amigáveis (ou situados no arco de influência desses últimos), não foge ao âmbito da presente exposição mostrar qual foi sua conclusão. *A posição que prevaleceu na URSS, já a partir da virada aos anos 1930, mas, sobretudo, a partir do momento em que se delineou a eclosão da II Guerra Mundial, foi a de buscar subordinar o movimento comunista internacional a sua razão de Estado, ou seja, à política que seus dirigentes consideravam compatível com a manutenção de sua segurança* (CLAUDÍN, [1970] 1975 e [1970] 1986).

A prevalência de tal posição foi especialmente agravada por duas circunstâncias. Primeira, a relação de subordinação do movimento comunista internacional, durante décadas, às posições emanadas da URSS – derivada, por sua vez, da enorme dependência, inclusive material, que a Internacional Comunista havia, desde seus primeiros anos, tido em relação à seção que tomou a iniciativa de sua fundação, o partido russo. Tal dependência, que durou enquanto existiu a IC, não se devia apenas ao enorme respeito de que os bolcheviques gozavam junto aos comunistas do resto do mundo por terem realizado a façanha que realizaram, mas também – e principalmente – à desigualdade entre, por um lado, a seção russa, única a controlar um Estado, com toda a pletora de disponibilidade de recursos que isso implica, que não poderia nem de perto ser igualada (nem sequer aproximada) por qualquer outra das seções nacionais da Internacional, e, por outro lado, a debilidade das demais seções, geralmente rachas recentes de partidos socialistas ou socialdemocratas que, no processo de divisão, não haviam conseguido arrebanhar a maior parte dos aderentes nem controlar a maior parte dos recursos materiais de tais partidos (CARR, 1950-1953, vol. 03, cap. 30).

Essa diferença abissal de possibilidades materiais de fazer política expressou-se organizativamente na desigualdade de condições para pautar programática e organizativamente o aparelho da internacional, assim como para controla-lo, como percebido e apontado por Lênin em seu relatório de abertura apresentado em novembro de

1922 ao IV Congresso da IC, o último do qual participou:

> No Terceiro Congresso, em 1921, adotamos uma resolução quanto à estrutura organizativa dos Partidos Comunistas e quanto aos métodos e ao conteúdo de suas atividades. A resolução é muito boa, *mas é quase completamente russa, ou seja, tudo nela é baseado em condições russas.* Esse é seu ponto positivo, *mas também sua falha.* É sua falha porque estou seguro de que nenhum estrangeiro pode lê-la. [...] mesmo se a lerem, eles não a entenderão devido a ser muito russa. Não porque esteja escrita em russo – foi muito bem traduzida em todas as línguas –, mas porque está imbuída de cima a baixo do espírito russo. [...] e mesmo que, em um caso de exceção, um estrangeiro possa entende-la, não será capaz de implementá-la. Esse é seu terceiro defeito. [...] *Tenho a impressão de que cometemos um grande erro com essa resolução, de que bloqueamos nosso caminho para sucessos posteriores.* (LENIN, [1922] 1977m, p. 430 – grifos meus).

Note-se que a referida desigualdade material se expressou nesse tipo de problema político (a elaboração de "resoluções muito russas" por parte da Comintern é apenas um exemplo, mas um exemplo eloquente) independentemente, até certo momento, de que as intenções dos comunistas russos se dirigissem nesse sentido.

Como vimos, quando fundaram a Internacional eles tinham claro o objetivo de internacionalização da revolução, e tal objetivo seria dificilmente atingível sob o comando de uma direção internacional que desconhecesse as especificidades das realidades nacionais onde as revoluções deveriam eclodir. Entretanto, a desigualdade de recursos já fundava, ela mesma, uma enorme defasagem de capacidade de implementar política, inclusive para dentro do movimento comunista e de seu aparelho internacional, no âmbito do qual se tendia, *na medida em que tal situação fosse deixada sem tratamento adequado*, a *reproduzir e ampliar* a dominância russa. A referida defasagem político-operativa, com suas fundas consequências também em termos programáticos (ou seja, de possibilidades reais de pautar as resoluções e o programa a serem aprovados no espaço coletivo de discussão), passava, a partir de então, a ter de ser consciente e coletivamente enfrentada se não se quisesse transformar a IC em um apêndice do partido russo – e a posição política que prevaleceu nos anos seguintes foi a de não enfrenta-la[151].

[151] O programa da IC, aprovado em seu VI Congresso em 1928, sofreu críticas dentre as quais as "mais pertinentes foram as de Clara Zetkin, que não via

O problema agravou-se especialmente a partir do V Congresso, realizado em 1924 e já sem a presença de Lênin, em que se explicitou "o aprofundamento da subordinação das formulações estratégicas da IC à construção do socialismo em um só país"[152] (MAZZEO, 1999, p. 42) dando corda à russificação do aparelho da Internacional[153], herdada por seu sucessor e sucedâneo, o movimento comunista internacional nascido a partir da dissolução da Comintern (também ela, aliás, decorrente de decisão unilateral russa/staliniana em 1943 – cf.

---

com bons olhos, por exemplo, a proposição 'a ditadura proletária da URSS constitui a força principal da revolução socialista internacional [...], a base de seu desenvolvimento', que expressava uma tendência, acentuada ao extremo nos anos seguintes, a ver no Estado soviético a mola propulsora da revolução" (DEL ROIO, 1990, p. 107).

[152] A posição staliniana sobre a possibilidade de construção de uma sociedade socialista completa em um só país é certamente uma "contribuição original" do dirigente georgiano ao marxismo. As aspas se devem ao fato de que tal contribuição, pelas razões brevemente enumeradas na presente seção e estudadas mais profundamente por variados e destacados pensadores marxistas, dificilmente pode ser considerada como coerente com essa vertente da teoria social. Sua existência já foi explicada, razão pela qual não é necessário dedicar ao assunto mais que o espaço – já largo – desta nota: foi forjada no calor da disputa interna no aparelho dirigente da URSS após a morte de Lênin e formulada sob encomenda no sentido de *elevar, ao plano de teoria universalmente válida, a tática* que a maioria do grupo dirigente soviético via como a mais acertada naquele momento de refluxo da revolução europeia e isolamento da Rússia, a saber, a de voltar-se para dentro, proteger-se, salvaguardar o Estado soviético à espera de tempos melhores para a revolução mundial. Com essa teoria inaugurou-se *característica distintiva do stalinismo no plano teórico*, qual seja, a da subordinação da teoria a necessidades táticas, moldando aquela às injunções destas. Tal característica foi assinalada por Lukács e será retomada na próxima seção, ficando por ora dispensada a citação do húngaro, que será feita no momento oportuno – e não em nota, mas no corpo do texto. Sobre o cuidadoso malabarismo realizado por Stalin até chegar, de sua posição internacionalista anterior (não apenas sua, mas de todo o corpo dirigente bolchevique), a tal teoria, cf. CLAUDÍN ([1970] 1975, especialmente cap. 02, pp. 71-91). Vale também a leitura de STALIN, [1948] 1954a, b, c, d, e, f.

[153] Essa transformação, malfadada especialmente quando se tem em conta a situação, apresentada acima, em que os interesses diplomáticos do Estado russo se apresentavam em possível contradição com o apoio desse Estado a frações nacionais do proletariado interessadas na derrubada de "seus" Estados burgueses, avançou consideravelmente no sentido de sua consumação a partir da decisão, tomada nos Terceiro e Quarto Congressos da IC, de elevar o grau de organicidade da Internacional, tornando-a – malgrado a condenação de Lênin, que foi "silenciosamente deixada de lado" (CARR, 1950-1953, vol. 03, cap. 31, p. 448) – verdadeiramente uma espécie de partido centralizado em nível mundial cujas decisões deveriam subordinar a atuação das seções nacionais, a ponto de os Congressos Internacionais terem passado, a partir do Quarto Congresso, a se realizar *antes* dos Congressos Nacionais, que passaram então a ter de discutir a política nacional a partir das diretrizes internacionais definidas previamente (pp. 450-451).

CLAUDÍN, [1970] 1975, cap. 01).

Temos aí, em suma, a primeira circunstância que tendeu a agravar sobremaneira a subordinação à razão de Estado soviética do engajamento, outrora ativo e decidido, dos comunistas ao redor do mundo na planetarização da revolução socialista.

Já a segunda circunstância se exprime em outro aspecto importante do problema em discussão: as consequências *internas* que o isolamento da revolução russa teve sobre a evolução sociopolítica da jovem URSS. Estudiosos do período, ligados a diferentes vertentes teóricas (ou, mais precisamente, a diferentes sendas no interior da tradição marxista), relacionam o insulamento do Estado soviético ao avanço de importantes entraves para a superação da revolução socialista em sentido restrito na revolução socialista em sentido amplo quando demonstram que ele, dentre outras consequências ponderáveis, deitou água no moinho da *burocratização do partido russo*[154] – cuja evolução, em caso de sucesso da internacionalização da revolução proletária, poderia ter sido outra[155] –, bem como da retomada da *militarização da*

---

154 Quanto ao problema da burocratização, vale lembrar que já Lênin, no exercício da função de presidente do Conselho dos Comissários do Povo, se via às voltas com os problemas do peso burocrático do Estado russo e da burocratização de quadros partidários, especialmente daqueles desempenhando funções estatais. No sentido de combater tais problemas (que passavam por ineficiência, burocratismo, má administração e mesmo corrupção ou suborno – cf. LENIN, [1921] 1977n, pp. 75-76), Lênin propunha, em 1921, medidas como: depuração partidária realizada através da expulsão de "oportunistas" e "mencheviques" cujo ingresso no partido tivesse se dado após 1918 (LENIN, [1921] 1977o, p. 41); ação mais vigorosa dos Tribunais Populares contra o burocratismo, a ineficiência e a má administração (LENIN, [1921] 1977p, p. 180); combate, a ser empreendido pelos sindicatos proletários, contra as "distorções burocráticas, erros e falhas do Estado", fortalecendo-o (LENIN, [1921] 1977q, p. 187); implementação da inscrição voluntária, no lugar da automática, nos sindicatos (LENIN, [1921] 1977q, p. 188).Tais medidas, até a morte de Lênin, não haviam atingido o efeito desejado, e em muitos dentre os escritos lenineanos de 1922 e 1923 o velho dirigente, mesmo gravemente doente e afastado da intervenção política direta, se ocupa do problema, como se pode conferir em LENIN, [1921-1923] 1979.

155 Essa relação entre isolamento internacional, travamento da evolução interna soviética no sentido do aprofundamento do socialismo e acentuação das tendências à burocratização do partido comunista da URSS é sugerida, por exemplo, pela observação de TROTSKY quanto ao "incontestável fato de que as contínuas derrotas da revolução na Europa e na Ásia, enfraquecendo a situação internacional da URSS, fortaleceram extraordinariamente a burocracia soviética" ([1936] 1980, p. 66). O dirigente ucraniano enumera, para ilustrar essa observação, dois acontecimentos: primeiro, a coincidência entre o cancelamento da insurreição alemã em Outubro de 1923 e o desencadeamento de uma campanha "contra a 'revolução permanente'" no interior da URSS que "infligiu à oposição de esquerda sua primeira e cruel derrota" ; segundo, a convergência entre a derrota da revolução chinesa em

vida social russa.

Quanto a esse último elemento, crucial para a compreensão da virada soviética em direção à autocracia stalinista, tratou-se de um movimento de recuo a condições sociais similares àquelas experimentadas entre 1917 e 1921 durante a Guerra Civil Russa a partir da adoção de medidas de força tomadas, a partir de meados dos anos 1920, no sentido de impelir a aceleração do ritmo de crescimento econômico-industrial e agrícola soviético. A relação entre o isolamento (e a hostilidade) internacional e a tomada de tais medidas em âmbito nacional é a seguinte: elas foram apresentadas como necessárias pelo corpo dirigente soviético, no segundo lustro da década de 1920 – ainda antes, portanto, da completude da transformação autocrática da URSS sob Stalin, e tendo contribuído para esse último fenômeno –, à defesa militar no contexto do acirramento das tensões internacionais que desembocariam, poucos anos mais tarde, na II Guerra Mundial, em que constavam dentre os principais objetivos militares do imperialismo alemão o sufocamento de qualquer possibilidade revolucionária proletária e a conquista do espaço europeu a leste[156].

É nesse contexto político-militar que se inscrevem os seguintes – e decisivos para os rumos que este Estado viria a tomar – processos *internos* à URSS: a reversão da NEP; a adoção dos planos quinquenais; a coletivização forçada da agricultura.

Cabe, antes de prosseguirmos, uma advertência: esses processos *não podem, sob pena de mistificação da história, ser apreciados somente a partir do ponto de vista internacional ou externo* quando se pretende proceder a uma avaliação global da história da URSS e, especialmente, do desenvolvimento do processo de burocratização e stalinização desse Estado. Se isso é feito, toda a responsabilidade pelo processo de derrocada do Estado fruto da Revolução Russa acaba sendo imputada apenas a seus adversários declarados (a burguesia espalhada por todo o planeta), procedendo-se a uma clivagem maniqueísta e que não tem respaldo na história real. Atribuem-se, assim, aos bolcheviques – em algumas versões, pelo menos enquanto sob o comando de Lênin, em outras até o exílio de Trotsky, em outras até a coletivização forçada (não importa, já que *o fundamento dessas posições é o mesmo* exposto aqui) – todos os acertos, justificando-se todos os desacertos, os obstáculos, os

---

1927 e a decisão por parte do núcleo dirigente da URSS de "prender em massa oposicionistas" .

156 Nessa guerra a URSS correu o risco real de sucumbir, tendo por isso sido obrigada a engajar-se com todas as suas forças e se tornado a principal responsável pela derrota do Eixo nazifascista – à custa da perda, sozinha, de quase a metade (20 milhões) dos cerca de 50 milhões de mortos no confronto.

problemas como supostas contingências, e não se reconhecendo a incidência de certas decisões tomadas pelos próprios bolcheviques – não importa se, provavelmente, de modo sincero, abnegado e convencidos de que estavam fazendo o melhor – nos rumos da burocratização do Estado decorrente da Revolução de Outubro[157].

Feita a advertência, lembro ao leitor que aqui não se trata de esquadrinhar o processo soviético como um todo – obra a que outros intelectuais já se dedicaram e que não pode ser levada a cabo no presente trabalho, dado seu objeto e os limites do autor. O que nos interessa aqui, diretamente, são *as consequências da stalinização soviética sobre o MCI.* E nesse sentido cabe, sim, considerar a relação entre os três momentos-chave referidos (reversão da NEP; coletivização forçada; adoção dos planos) – que, combinados, *expressam* a virada no sentido da transformação do socialismo russo em um regime de caserna, policial, autocrático e, portanto, de sua involução do ponto de vista político (não constituindo, ao que me parece, suas únicas causas, e possivelmente nem mesmo as principais ou primeiras) – e aquele movimento.

Retomemos essa consideração pela seguinte apreciação do quadro internacional:

> [...] no dia 19 de novembro de 1928, Stalin afirma que quem dirige a União Soviética é 'gente sóbria e tranquila', apesar de angustiada com o problema de como defender a 'independência' de um país decididamente mais atrasado que os potenciais inimigos que o rodeiam. Contribui para tal apreensão a preocupação com uma situação internacional percebida como cada vez mais ameaçadora. [...] [Naquele momento] não faltavam vozes que pediam 'uma cruzada europeia contra o comunismo'. De modo que, em Moscou, personalidades de

[157] É essa a raiz da dificuldade muitas vezes encontrada, mesmo em meios comunistas, em discutir, por exemplo: primeiro, o papel da repressão do Estado soviético à sublevação *soviética* de Kronstadt, que pode ter impulsionado a necessidade de forjar uma aliança entre a camada dirigente do proletariado e a camada superior do campesinato, dando origem à NEP e fortalecendo tendências à clivagem entre a nascente burocracia soviética e o proletariado (cf. TRAGTENBERG, [1967] 1988); segundo, a proibição das frações no partido nesse mesmo momento, justamente quando a Oposição Operária punha em questão um conjunto de problemas referentes à necessidade de transformação das relações sociais *no terreno da própria produção* social da vida como possibilidade de garantir que a revolução não deixasse de avançar de sua dimensão política, cujo primeiro momento tinha já sido realizado, a sua dimensão social mais ampla (KOLLONTAI, [1920-1921] 1977), contra a posição predominante no corpo dirigente comunista russo.

> primeiro plano como Zinoviev, Radek e Kamenev sublinham drasticamente o perigo de agressão que se está desenhando no horizonte. [...] Chegando a este ponto, é o próprio Tuchachevsky, chefe do Estado-Maior, quem faz soar o alarme e exige uma rápida modernização do exército. A NEP não parece capaz de resolver o problema: sim, com ela a economia dá sinais de recuperação [...], mas, no que diz respeito à produção industrial e à tecnologia, a distância a respeito dos países mais avançados permanece igual. São necessárias medidas incisivas e drásticas. E nos círculos militares se pressiona por medidas similares também na agricultura, com o fim de assegurar a regularidade do aprovisionamento para a frente. Como se vê, o giro de 1929 não é resultado do capricho casual de Stalin, [...]: para além do poder do partido comunista e das relações sociais vigentes na URSS está em jogo a existência da nação: esta é a opinião de grande parte do círculo dirigente soviético, começando obviamente por Stalin" (LOSURDO, [2008] 2011, pp. 149-150).

A combinação entre esses fatores – *grosso modo*, isolamento no plano internacional e travamento da possibilidade de desenvolvimento da revolução socialista em sentido amplo (expresso na consolidação, na direção do partido e do Estado soviéticos, de uma camada burocrática com interesses próprios, que se erigia em representante do proletariado, assim como na supressão da liberdade política e de dissensão, e na substituição do internacionalismo proletário pela instrumentalização do MCI – NETTO, [1981] 1986) – foi, na prática (quando não na própria teoria, como o exemplifica o alçamento da ideia, nada marxista, da possibilidade de se completar a transição socialista em um só país, ou em uma só região do mundo, a cânon da doutrina marxista oficial – cf. CLAUDÍN, [1970] 1975, cap. 02), com o passar dos anos, *domando o ímpeto revolucionário soviético* e, com ele, aquele do movimento comunista internacional sob sua tutela. Como consequência de tal processo, o grupo dirigente da URSS, completamente reconfigurado sob Stalin[158], chegou mesmo ao ponto de, renunciando completamente ao

[158] A reconfiguração do grupo dirigente soviético sob Stalin foi realizada através de métodos brutais, como a perseguição política, o exílio forçado e o assassinato dos divergentes (compulsoriamente transformados em dissidentes), cujos exemplos mais conhecidos e dramáticos talvez sejam os de Trotsky, assassinado, a mando de Stalin, com uma picareta enterrada no crânio em seu exílio forçado no México, e de Bukharin – que, sob intensa e violenta pressão, renegou insinceramente as próprias posições antes de ser condenado à morte em "julgamento" forjado no âmbito dos tristemente famosos Processos de Moscou. Quanto a tais "processos", entre 1936 e 1939

internacionalismo proletário, cumprir o lamentável papel histórico de ressuscitar o velho chauvinismo grão-russo, tingindo-o com o vermelho do socialismo, instalando-o no governo do Estado operário e

---

foram presos, deportados ou assassinados quase todos os principais dirigentes comunistas soviéticos históricos através da obtenção, sob tortura, chantagem e expedientes do mesmo tipo – não deveria ser necessário dizer: *completamente contrários à ética revolucionária socialista sob não importa que condições* –, de "confissões" de conspiração contra o Estado soviético e o socialismo. Tais "reconhecimentos" de culpa foram arrancados a diversos revolucionários que haviam até ali dado suas vidas pela edificação da revolução socialista, resultando na execução pelo Estado soviético de praticamente a integralidade do Comitê Central do partido bolchevique da época de Lênin, como "Zinoviev, Kamenev, Piatakov, Radek, Rakovski, Bukharin e Rikov" (NETTO, [1981] 1986, p. 42). Claudín lembra, ainda, que o novo núcleo dirigente da URSS não deixou, quanto aos processos, de demonstrar o modo bem peculiar como valorizava a solidariedade internacional: também as direções de diversos partidos comunistas, exiladas sob a "proteção" de Moscou durante o fascismo, foram executadas, no mais das vezes sem aviso prévio e julgamento algum. "Na segunda metade dos anos 1930, quando Stalin lançou uma campanha de terror contra a 'velha guarda' bolchevique e contra milhões de cidadãos soviéticos, estavam vivendo exilados em Moscou, cumprindo tarefas em nome de seus respectivos partidos ou do Comintern, um número considerável de dirigentes e quadros dos partidos que operavam em condições de clandestinidade sob o fascismo ou regimes reacionários (Alemanha, Itália, Polônia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária etc.). A repressão stalinista caiu também sobre eles, sob o pretexto de relações de cumplicidade com o trotskismo, o bukharinismo etc. As vítimas eram invariavelmente acusadas de estar a serviço da polícia de seus próprios países e de diversas agências secretas capitalistas. No XVIII Congresso do PCUS, Manuilsky chegou mesmo a afirmar que o Partido Comunista da Polônia havia sido penetrado por agentes policiais, assim como os partidos Húngaro e Iugoslavo [...]. Entre os comunistas iugoslavos assassinados pela polícia secreta de Stalin estiveram os dois primeiros secretários do partido, Filip Filipovic (Boskovic) e Sima Markovic, assim como Josip Cizinski (Gorkic), que esteve no mesmo posto em 1937. A integralidade da direção do Partido Comunista da Iugoslávia foi varrida do mapa neste ano, com exceção de Josip Broz-Tito, que recebeu do Comintern a tarefa de formar uma nova liderança [...]. O partido mais atingido foi o da Polônia. K.S. Karol [...] dá o seguinte quadro: em janeiro de 1938 'todos os comunistas poloneses na URSS foram presos e sumariamente fuzilados. Adolf Warski, veterano do movimento operário aos 71 anos, amigo de Lênin e de Rosa Luxemburgo, que havia se retirado da cena política havia já muitos anos, foi a primeira vítima. Lenski, apesar de considerado o mais leal stalinista polonês, Wera Kostrzewa, que havia sido camarada de Stalin quando este último foi deportado para a Sibéria, Henryk Walecki e todos os outros compartilharam o mesmo destino. E como a lista não estava completa, Stalin convocou os outros dirigentes do Partido Comunista da Polônia que estavam lutando na Brigada Internacional da Guerra Civil Espanhola [...], que compareceram a esse encontro com a morte' [...]. Também foram executados comunistas alemães, italianos e outros estrangeiros". (CLAUDÍN, [1970] 1975, pp. 26 e 27 da seção de notas / nota 18 ao cap. 03).

promovendo-o a ideologia oficiosa desse mesmo Estado[159].

Como expressão dessa transformação historicamente ocorrida no papel mundial do Estado proletário assistiu-se, em 1943, à dissolução da Internacional Comunista como parte de um amplo movimento diplomático soviético no sentido de viabilizar sua nova estratégia de construção do socialismo em uma só região do mundo (conforme CLAUDIN, [1970] 1975 e [1970] 1986 e DEUTSCHER, [1949] 1960, cap. XIV), formulada sempre na defensiva, inicialmente como suposta resposta ao isolamento da revolução russa, e, posteriormente, à estratégia burguesa (capitaneada pela fração nacional norte-americana da burguesia) de derrota do socialismo expressa na Doutrina Truman e na abertura da Guerra Fria.

A partir de então, o núcleo russo da direção do movimento comunista internacional alegava que a construção do socialismo dependia da segurança do Estado soviético. Essa última, por sua vez – ainda que isso não fosse explicitado exatamente nesses termos, devido à história do movimento comunista e da própria formação revolucionária do Estado soviético –, era entendida como dependendo de acordos com o campo capitalista no sentido da não-interferência em assuntos internos, assegurando, portanto, às frações nacionais da burguesia imperialista (especialmente, a partir de 1945, à norte-americana) que os partidos comunistas ao redor do mundo manteriam o respeito às regras do jogo democrático, ou seja, na prática, que não haveria revoluções socialistas dentro de suas fronteiras, ou pelo menos de que os comunistas não seriam orientados a fazê-las (a não ser se, por algum milagre, conseguissem realiza-las respeitando todos os limites da institucionalidade democrática burguesa e em consenso com as frações nacionais das respectivas burguesias).

Tratou-se, assim, do estabelecimento de um *acordo de largo*

---

159 Quanto ao chauvinismo grão-russo como ideologia (oficiosa, mas com foros de oficial) do Estado soviético a partir dos anos 1940 (culminando processo que já vinha se desenvolvendo pelo menos desde a década de 1930, senão antes), basta um exemplo: a alteração, em 1944, do Hino da URSS, que era anteriormente *A Internacional*, para o *Hino Nacional da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*, em que se afirma já na primeira estrofe o papel da "Grande Rússia" como centro da união das repúblicas soviéticas e, após citação nominal de Lênin e Stalin (Lênin sem dúvida não aprovaria), se anuncia, como em qualquer outro hino *nacional*, que as batalhas vencidas "cobrirão o país de glória". Nada de socialismo, nada de classes sociais, nada de revolução, nada de outros países – a não ser aqueles que serão derrotados pela Grande Rússia (da qual mesmo as outras repúblicas da URSS aparecem como satélite). Pouco diferente da maternal relação que a Mãe Rússia entreteceu com os povos eslavos e da Europa Central sob os "grandes" Pedro e Catarina...

alcance entre o Estado soviético e a fração dirigente da burguesia imperialista no sentido da não-intervenção, que tem sua origem, do ponto de vista da burguesia norte-americana, no seguinte quadro do desenvolvimento da II Guerra Mundial:

> Fora da área capitalista industrial, multiplicavam-se as situações susceptíveis de desembocar em crises revolucionárias sob o impacto da guerra mundial: colônias asiáticas, repúblicas latino-americanas, Estados atrasados do Leste e do Sul da Europa. Mas a ameaça mais grave, e mais previsível, para o capitalismo mundial, a partir da entrada da URSS na guerra, era a possível convergência da derrota fascista e da vitória soviética com uma revolução proletária na França, abrindo um processo que desaguaria na revolução em escala continental. A burguesia anglo-americana tinha plena consciência do risco e toda a sua política, planos estratégicos e medidas operacionais, ao longo do conflito, estiveram profundamente marcados por esta ameaça, particularmente na fase final da contenda, quando a presença de uma União Soviética prestes a obter a vitória, convertida na primeira potência militar continental, afirma-se sem deixar margem a dúvidas, quando a Resistência francesa aparece como uma força considerável, orientada em grande parte pelos comunistas e quando, ademais, a eventualidade de um novo rumo revolucionário se delineia nitidamente na Itália e é um fato na Iugoslávia e na Grécia.
>
> Americanos e ingleses coincidiam plenamente em dois objetivos: derrotar seus rivais [alemães] e salvar a Europa capitalista industrial da revolução proletária. [...]
>
> O imperativo de prevenir a revolução europeia naturalmente impulsionava os governantes anglo-americanos ao compromisso com a Alemanha e, como se sabe, eles fizeram todo o possível nesta direção até a deflagração da guerra. Mas esta não era a lógica do imperialismo alemão, que considerava a vitória militar no continente europeu e nas Ilhas Britânicas como capaz de matar dois pássaros com um tiro só: eliminar por tempo indeterminado toda ameaça revolucionária na Europa e apropriar-se das bases econômicas e políticas para sua ulterior expansão. Este programa do imperialismo alemão representava para os anglo-americanos uma ponderável ameaça, não menor – e, sobretudo, mais imediata e incontornável – que a eventual revolução europeia. Colocada ante a inexorável necessidade de derrotar a Alemanha para proteger os seus interesses vitais, a aliança anglo-americana teve que explorar *outra via suscetível de conciliar a derrota alemã com a salvaguarda do capitalismo*

> *europeu: a via de um compromisso de largo alcance com o Estado soviético e o movimento comunista.* (CLAUDÍN, [1970] 1986, p. 451-2 – grifo meu).

Já do lado do corpo dirigente da URSS, tratava-se (ao menos alegadamente, ou seja, deixando-se de lado o problema muito real da autonomização dos interesses da burocracia soviética no quadro de involução do socialismo e, portanto, a emersão de seu caráter avesso a um espalhamento da revolução proletária que pudesse desestabilizar sua situação de poder dentro da URSS) da *garantia da conclusão da construção do socialismo em uma região delimitada do globo*, segura militarmente da ameaça capitalista através de acordos militares – fundados, de um lado, sobre a potência do arsenal de cada um dos contendores, e, de outro lado, sobre o respeito ao princípio da soberania e da não-ingerência internacional em assuntos internos aos Estados nacionais – ao invés da planetarização da revolução (DEUTSCHER, [1949] 1960, especialmente cap. XIV).

Aqui também, portanto, um importante setor dirigente do proletariado mundial passava a preferir a segurança à aventura revolucionária através do *estabelecimento de um compromisso*: nesse caso, um tenso *compromisso Ocidente-Oriente*, de respeito às respectivas soberanias regionais, que ficou conhecido como *a política de coexistência pacífica*.

Vemos assim que a consolidação dessa transformação da política externa soviética ocorreu no contexto da II Guerra Mundial e foi viabilizada especialmente por três razões: primeira, a combinação entre evolução interna da sociedade soviética e isolamento da revolução russa, que acentuou as contradições entre a razão de Estado soviética e o apoio desse Estado à planetarização da revolução proletária; segunda, o equilíbrio militar realmente existente, em nível planetário, entre a URSS (mais forte no teatro de operações europeu) e os EUA (que obtiveram importante vantagem momentânea com o monopólio da bomba atômica, que, entretanto, não poderia ser usada no espaço europeu sem consequências imprevisíveis); terceira, as necessidades da própria burguesia norte-americana, no contexto do pós-Guerra, no sentido de reconfigurar as relações inter-frações da burguesia imperialista, coroando a evolução das contradições interimperialistas vigentes durante as primeiras décadas do século XX com sua supremacia (temporariamente) inconteste a partir da década de 1940 (supremacia sem a qual tampouco se entende o quadro apresentado na seção anterior, na medida em que a contrarrevolução preventiva e prolongada em escala planetária teve como um de seus elementos viabilizadores a

atenuação temporária das contradições interimperialistas sob direção da fração burguesa norte-americana).

Tal consolidação da política externa soviética na tensa coexistência pacífica com a burguesia imperialista – que se materializou na conhecida divisão do mundo em áreas de influência entre as superpotências[160] – esteve na base da pressão do PCUS no sentido da aceitação pelos partidos comunistas europeus do compromisso com o respeito às regras do jogo da democracia burguesa. E essa pressão parece ter constituído um dos principais estímulos à posterior formulação ou adesão dos PCs, ao redor do mundo, à tese da democracia como caminho para o socialismo.

Isso é sugerido, aliás, pela seguinte loa que Carlos Nelson Coutinho tece à posição quanto ao assunto adotada pelo XX Congresso do PCUS nesta passagem:

> A possibilidade de que o parlamento desempenhe essas novas funções [de instrumento de transição ao socialismo – V.N.], evidentemente, não podia ser prevista no tempo de Lênin. Mas ela foi registrada, corretamente, em 1956, pelo XX Congresso do PCUS, onde se afirma que, em certos casos, a classe operária – graças a uma política de amplas alianças – pode "conquistar uma sólida maioria no parlamento e transformá-lo, de órgão da democracia burguesa, em instrumento da autêntica vontade popular". (PCUS [1956 – XX Congresso], *apud* COUTINHO, [1979] 1980a$_1$, p. 39, nota 22).

A aposta em tal "possibilidade" significou o redirecionamento da luta comunista a partir de sua circunscrição aos limites da institucionalidade burguesa – como sobejamente demonstrado por CLAUDÍN ([1970] 1975; [1970] 1986) através da combinação entre minucioso estudo, farta documentação e acurado trabalho interpretativo –, o que gerou ou acentuou nos PCs fortes e perenes tendências de adaptação à ordem burguesa, desembocando no eurocomunismo que

---

160 Claudín chama a atenção para o caráter polêmico do tema, afirmando, entretanto, uma posição segura: "Em nossa avaliação, a copiosa informação existente sobre aquele período permite concluir que a famosa 'divisão' foi operada através de uma série de atos e decisões, escalonados do começo da guerra à ruptura de 1947. Durante a 'guerra fria', a 'divisão' ganhou na Europa a estabilidade que exibe até hoje [1970] (coisa diversa se passou no 'terceiro mundo', onde os planos dos 'três' [EUA, Reino Unido e URSS] entraram em colapso sobretudo sob a pressão do movimento nacional revolucionário). A 'divisão' foi toda uma política, aplicada através das operações militares e das negociações diplomáticas, da ação dos partidos e dos serviços secretos". (CLAUDÍN, [1970] 1986, p. 412).

será o objeto de nossa próxima seção.

Antes de encerrar a presente, vale a pena esboçar o contexto traumático de eclosão dos primeiros germes que, ao se desenvolver, darão ensejo a tal tendência de adaptação. Reproduzo as citações a seguir, apesar de sua extensão, para dar ao leitor uma ideia das profundas consequências históricas da posição dos PCs italiano e francês, orientados pela URSS, no contexto do fim da guerra:

> Desde 1943, *a possibilidade de uma solução revolucionária para a guerra antifascista no cenário europeu se delineia nitidamente* em quatro países: França, Itália, Iugoslávia e Grécia. E, ao mesmo tempo, se perfila a derrota da Alemanha e o papel decisivo que nela teriam os exércitos soviéticos, cuja ofensiva geral se desenvolve irresistivelmente, naquele verão, em todas as frentes. É o ano dos gritos de alarme da grande imprensa americana e inglesa, o ano em que os chefes da coalizão anglo-americana reclamam a liquidação da Internacional Comunista e a clara delimitação, pelos partidos comunistas, de uma política que exclua a perspectiva revolucionária. O ano em que Stalin aceita sem resistência estas exigências, porque não afetam seus objetivos estratégicos e políticos – podem, pelo contrário, servir de moeda na grande negociação com os aliados. Os comunistas iugoslavos resistem às diretivas de Moscou [...]. Thorez [secretário-geral do PCF, V.N.] e Togliatti [secretário-geral do PCI, V.N.] aceitam incondicionalmente a linha staliniana, que se adapta à evolução neo-reformista das concepções políticas de ambos, iniciada à época da Frente Popular. E não encontram oposições nos núcleos dirigentes dos dois partidos, formados também nestas concepções. Desde então, a possibilidade de um desenvolvimento revolucionário na França e na Itália fica gravemente comprometida – como ficaria na Rússia de 1917 se as *Teses de Abril* lenineanas fossem derrotadas no partido bolchevique: sob uma forma ou outra, a revolução burguesa se consolidaria, mas a revolução proletária estaria frustrada; os historiadores e os revolucionários continuariam discutindo hoje se aquela possibilidade existiu ou se Lênin era um aventureiro esquerdista – como acontece, um quarto de século depois, com os casos francês e italiano. (CLAUDÍN, [1970] 1986, p. 453 – grifo meu).
>
> *Na história [de França e Itália], jamais o movimento real, de modo tão conclusivo, pusera objetivamente em questão o regime burguês*; jamais as massas trabalhadoras, as camadas intelectuais, a sociedade em seu conjunto vivera uma experiência tão rica, demonstrativa da necessidade de uma nova economia, um novo

Estado, uma nova classe social dirigente. [...] Aqui, há que distinguir dois aspectos do problema. Um primeiro, a utilização intensiva da situação objetiva, da experiência viva, para elevar a consciência política das massas e criar uma vontade lúcida de transformação revolucionária – a elaboração de uma estratégia e de uma tática orientadas à organização e à preparação das forças suscetíveis de impor a transformação, tendo como objetivo central a tomada do poder [...]. *A ineludível obrigação de qualquer partido revolucionário marxista, numa situação de profunda crise nacional, como a criada na França e na Itália na primeira metade dos anos 1940, era proceder deste modo – independentemente do outro aspecto do problema, a saber, se esta ação poderia ou não desembocar, naquele período, na vitória revolucionária. E pela simples razão de que esta questão só poderia ser respondida no próprio curso da ação*, em função de que, sob os efeitos desta ação e de outros fatores se criasse, ou não, a conjuntura concreta propícia (para usar da linguagem habitual, a correlação de forças) para dar o passo decisivo: a tomada do poder (em abril de 1917 ninguém podia assegurar – e nem Lênin o afirmou em qualquer momento – que se criariam inexoravelmente as condições suficientes para a tomada do poder pelos bolcheviques). (CLAUDÍN, [1970] 1986, pp. 454-455 – grifos meus).

[...] a generalidade dos quadros comunistas, particularmente os franceses e italianos, estavam predispostos a aceitar [...] um pressuposto que estava longe de ser indiscutível: o pressuposto de que a coalizão anti-hitleriana – entendida como aliança dos Estados Unidos e Inglaterra com a URSS, como aliança das burguesias europeias rivais da Alemanha com o movimento operário e antifascista – era a condição *sine qua non* da vitória. *Ele excluía a possibilidade de que, no curso da guerra, pudesse criar-se uma nova combinação de forças, baseada na aliança da União Soviética com os movimentos de libertação dos povos europeus, capaz de assegurar a derrota da Alemanha e também de frustrar os planos imperialistas anglo-americanos. E a exclusão apriorística dessa possibilidade se expressava na renúncia à política que podia contribuir para cria-la.* Como reconhece – conforme vimos no lugar oportuno – a própria historiografia soviética, a aludida possibilidade concretizou-se [...] em finais de 1943 e inícios de 1944, e o desembarque aliado no continente não era necessário para assegurar a derrota alemã. *A sua finalidade principal foi salvar o Ocidente europeu da revolução. Mas isto seria possível, se tivesse sido outra a política dos partidos comunistas da Itália e da França?* Se os comunistas de ambos os países se tivessem comportado como os iugoslavos? (CLAUDÍN, [1970] 1986, p. 456 – grifos meus).

O desenvolvimento da história, tal como realmente se passou, não permite fornecer resposta *taxativa* a tais perguntas (mas, sim, estimativas de respostas *possíveis*) – assim como não nos seria dado responder taxativamente se a revolução russa, a iugoslava, a chinesa ou a cubana eram possibilidades reais ou apenas delírios de dirigentes esquerdistas caso a posição que tivesse prevalecido em seus núcleos dirigentes tivesse sido a contrária à sua deflagração.

É útil, entretanto, para dar uma ideia da importância de se considerar o problema, lembrar um contraste que quase fala por si: em França e Itália, os PCs, contando com adesão massiva devido a seu importante papel na resistência antifascista e dirigindo comitês populares de armas na mão, instaram os combatentes a devolverem as armas ao fim da guerra – muitas vezes contra a própria vontade dos mesmos – em nome da "retomada da estabilidade nacional", e se engajaram em governos burgueses de conciliação dos quais foram expulsos assim que o trabalho de apassivamento da classe foi considerado concluído pelas frações nacionais da burguesia, não tendo durado, em ambos os casos, sequer dois anos completos após o fim da conflagração. Enquanto isso, na Iugoslávia – onde Tito e seu grupo não aceitaram as diretivas stalinianas de conciliação com o governo real exilado representado militarmente pelos *tchetniks* dirigidos pelo coronel Draja Mikhailovitch – a revolução foi vitoriosa e levou à instalação de um regime socialista. Foi tal audácia (de desobedecer às diretivas do grande partido soviético...), aliás, que esteve na base do tratamento sempre desconfiado, quando não abertamente hostil, da URSS à Iugoslávia socialista, que foi alvo de espionagem, sabotagem, calúnias (inclusive por parte do movimento comunista internacional, lamentavelmente açulado pela diplomacia soviética), e, com uma ponta de amarga ironia da história, acusações de *submissão ao imperialismo* feitas justamente pelo Estado que buscara, sem sucesso, submetê-la[161]...

Esse contraste entre, de um lado, os rumos do movimento comunista na França e na Itália e, de outro, na Iugoslávia, aponta para o

[161] "[...] em fins de junho de 1948, [ocorreu] a publicação da primeira resolução anti-iugoslava do Kominform: em oito pontos, imputavam-se ao PC da Iugoslávia as mais diversas acusações de desvio da linha política 'justa', para concluir que os dirigentes iugoslavos 'tinham chegado a separar-se nitidamente da frente unitária socialista contra o imperialismo, pondo-se no caminho da traição da causa da solidariedade internacional do povo trabalhador e da passagem para posições nacionalistas'. No fim do documento, expressava-se a convicção de que as 'forças sãs' do PC iugoslavo cumpririam sua 'tarefa de honra' e, se a direção dominada por Tito se demonstrasse 'incapaz' de aceitar a crítica contida na resolução, precisamente tais 'forças sãs' é que poriam à frente do PC uma direção nova, 'internacionalista'" (OPAT, 1987, p. 240).

nascimento, do ventre da própria URSS, de posições que viriam, poucos anos depois, a criticá-la duramente em nome do caminho que aprenderam com ela mesma: o caminho da coexistência pacífica entre Ocidente capitalista e Oriente socialista, e do desenvolvimento da luta comunista, internamente a esse Ocidente, nos marcos da democracia burguesa e sem autorização para desafiá-los.

07c. Nem ditadura, nem capitalismo: acomodação do movimento comunista à ordem burguesa e eurocomunismo

A aceitação da linha staliniana por parte do PCI e do PCF nos anos 1940, com o consequente cancelamento das possibilidades revolucionárias abertas em França e Itália, teve consequências profundas e duradouras sobre sua evolução posterior no sentido de seu afastamento de perspectivas propriamente revolucionárias. O que ocorreu não apontou no sentido de terem deixado de lutar, mas de que *sua luta passou a se desenrolar aceitando os limites da ordem burguesa*, aceitação essa que se manifestou sob a forma da apresentação do tensionamento progressivo e consensual dos limites de tal ordem como caminho para superá-la.

Tal processo aproximou aqueles partidos, por seus objetivos e estratégia, de formulações fundamentais de um caminho ao socialismo que a socialdemocracia clássica já havia proposto anteriormente – não por acaso, em seu processo de amoldamento à mesma ordem burguesa à qual agora se adaptavam os PCs. Ele significou o acolhimento, no médio e longo prazos, da tese amplamente vulgarizada (tanto em sua variante socialdemocrata como na austro-marxista, que contêm o mesmo núcleo comum) de que seria possível e necessário, das duas, uma: ou transitar ao socialismo sem ruptura; ou acumular forças de tal magnitude dentro da institucionalidade burguesa que, se em algum momento a ruptura se fizesse necessária, ocorreria por reação à quebra das regras do jogo democrático pela burguesia, numa situação em que a vitória proletária estaria assegurada *a priori* devido a sua amplíssima maioria social e a seu já avançado controle do aparelho político-institucional e de contingentes militares.

Essas alternativas têm, como já afirmado, um núcleo comum: trata-se da negação da velha máxima, decorrente da experiência histórica, de que a revolução não se faz sem perigos, e da formulação de teorias em que apenas através da construção de uma situação em que se tivessem todas as garantias de que a revolução poderia ocorrer sem perigos é que seria possível e correto realiza-la – o que equivale, na prática, a renegá-la.

Foi a aceitação de tal limite – que não se restringiu a PCI e PCF, mas se espalhou e afetou, mais ou menos profundamente, diversos PCs em todo o mundo, inclusive o brasileiro – que constituiu o fundamento daquilo que viria a ser conhecido, algumas décadas após os processos examinados na seção anterior, como o *eurocomunismo* cujos principais expoentes mundiais foram, não à toa, exatamente os partidos italiano e francês, e que constituiu uma das principais referências teóricas do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho[162].

Temos, então, *dois processos* que correm, a partir de certo momento, paralelamente, dialogando entre si, influenciando-se mutuamente, confrontando-se: *primeiro, o desenvolvimento de uma tendência mais abrangente de amoldamento dos PCs à ordem e à institucionalidade burguesa*, na medida em que aceitam o axioma de que a revolução socialista deve ser feita ou sem ruptura, ou em uma situação em que todos os riscos sejam rigorosamente controlados e anulados de antemão, ou seja, em que se tenha a garantia anterior do isolamento da burguesia (ou, na fórmula consagrada, de seu setor monopolista), de sua incapacidade de reagir diante da força irresistivelmente acumulada do proletariado; *segundo, o desenvolvimento de um corpo teórico-político específico, o eurocomunismo*, que leva tal tendência às últimas consequências (propondo, inclusive, o reencontro entre movimento comunista e socialdemocracia), sem, entretanto, dela se diferenciar no essencial.

Quanto a esse último, é comumente definido como um movimento de mudança estratégica e teórica realizada, na virada aos anos 1970, por certos partidos comunistas de países capitalistas avançados *em resposta a problemas de duas ordens.*

Na primeira ordem, referente à dinâmica interna ao movimento comunista internacional, o eurocomunismo é considerado como uma reação, por um lado, ao XX Congresso do PCUS – onde ocorreu, em 1956, o reconhecimento formal, por parte do Estado soviético na figura do então secretário-geral do PCUS, Nikita Khrushchev, de diversos e numerosos crimes cometidos por esse mesmo Estado sob o comando de

[162] Repito que a aceitação do limite enunciado não se restringiu aos PCs italiano e francês, tendo atingido em maior ou menor grau inúmeros PCs ao redor do mundo, dentre eles o brasileiro. É isso, aliás, que explica a *tenuidade* da diferença entre as linhas "eurocomunista" e "de centro" no PCB quando de sua ruptura no início dos anos 1980, na qual teve envolvimento direto Carlos Nelson Coutinho. É o que explica que tal disputa, que os contendores, naquele momento, encararam como ancorada em profundas divergências políticas, pudesse ser lida posteriormente como mera "disputa do aparelho" ou do "butim", como afirmado retrospectivamente em entrevista concedida a mim por Jorge Milton Temer, outro dos participantes ativos daquele processo, em 20 de maio de 2013.

Stalin e do problema do "culto à personalidade" do dirigente máximo soviético –, e, por outro lado, a desdobramentos da política externa soviética de instrumentalização do MCI em nome de sua razão de Estado, que resultou, por exemplo, na cisão iugoslavo-soviética entre 1948 e 1955, na intervenção do Exército Vermelho para esmagar as revoltas húngara de 1956 e tchecoslovaca de 1968, na cisão sino-soviética a partir da virada aos anos 1960 (vale lembrar que o PC Chinês, assim como os iugoslavos, também realizou a revolução chinesa *contra* as diretrizes soviéticas).

Essa primeira ordem de fatores privilegia um ponto de vista interno ao desenvolvimento do MCI. De acordo com essa interpretação, o eurocomunismo teria surgido como uma reação ao stalinismo, ou melhor, como uma reação a suas expressões materializadas, por exemplo, nos crimes de Estado perpetrados sob o comando de Stalin, no chamado "culto à personalidade", nos assassinatos, nas deportações em massa e nos atos de tutela sobre outros povos em nome da razão de Estado soviética. Depreende-se daí que o eurocomunismo surgiu, portanto, como uma reação ao caráter ditatorial do socialismo soviético, atribuindo ao sufocamento da democracia e das garantias liberal-individuais em tal regime o esgotamento da capacidade de aprofundamento do socialismo em direção à plena realização da emancipação humana.

A segunda ordem de fatores comumente arrolados para se explicar o surgimento do eurocomunismo é aquela referente às novas exigências postas pelo desenvolvimento do capitalismo. Assim, ele é considerado uma "resposta às dramáticas transformações da estrutura social do capitalismo adiantado que se seguiram ao prolongado surto de prosperidade do pós-guerra" (ROSS, [1983] 2013, p. 232).

O eurocomunismo teria apresentado a seguinte resposta a essas duas ordens de problemas:

> Para os partidos eurocomunistas, o "caminho para o socialismo" deve ser pacífico, democrático e construído principalmente com a matéria-prima existente na sociedade nacional. O próprio socialismo deve ser democrático, sempre de acordo com a lógica do desenvolvimento social interno. O recurso aos padrões institucionais soviéticos – em particular, às "ditaduras proletárias" unipartidárias – e a repetição do modelo soviético foram, em geral, descartados. Na maioria dos casos, a "desestalinização" e a democratização da vida interna do partido também foram propostas, processos esses que implicaram a recusa da hegemonia soviética sobre o movimento comunista internacional. (ROSS, [1983] 2013, pp. 232-233).

É essa a leitura clássica do surgimento do eurocomunismo, tanto da parte de seus formuladores (cf. BERLINGUER, [1969-1984] 2009, diversos capítulos, além da posição sobre o assunto por parte do próprio COUTINHO – por exemplo, em [1979] 1980a[1], especialmente a seção 01) quanto da parte de seus adversários no interior do MCI. Esses últimos tomavam na polêmica o lado da URSS, e, em certos casos, defendiam abertamente o stalinismo – chegando por vezes, inclusive, a assumir como legítimas ou, pelo menos, inevitáveis, as características mais distantes de qualquer política emancipatória presentes em tal fenômeno, como a prática de crimes contra a humanidade através do aparelho de Estado –, mas comungavam com os eurocomunistas a mesma interpretação sobre a origem de seu movimento, divergindo apenas na avaliação positiva da longa ditadura burocrática soviética e, a partir daí, negando a necessidade da resposta democrática eurocomunista.

Tal interpretação sobre o eurocomunismo é apenas parcialmente verdadeira. Dito de outro modo, ela é correta do ponto de vista dos eurocomunistas e de seus adversários no interior do MCI, mas apenas na medida em que ambos os setores são incapazes de submeter o desenvolvimento do próprio MCI a uma (auto)crítica mais abrangente. Deixa de lado o aspecto crucial, talvez até mais importante do que aqueles apresentados acima – na medida em que corresponde a tendência que engloba parte considerável do movimento comunista internacional (inclusive dos adversários do eurocomunismo) –, do papel da adaptação à ordem burguesa de boa parte dos PCs ocidentais no surgimento da vertente eurocomunista. Quando tal tendência é considerada, nota-se que o eurocomunismo é, sobretudo, uma sua expressão levada ao paroxismo – especialmente quando analisamos, amparados em sua consideração, a autoimagem do eurocomunismo como resposta necessária a alterações da estrutura social do capitalismo em seu estágio avançado.

Compreender esse aspecto do problema exige que se tenha em conta o exame do compromisso fordista no contexto do "Estado de bem-estar" realizado em seção anterior, pondo-se-o em interação com o tema ora em análise. Acontece que a possibilidade do compromisso fordista se combinava, da parte dos comunistas, bastante bem à necessidade – decorrente da orientação internacional do MCI de aposta em uma coexistência pacífica entre socialismo e capitalismo fundada sobre a divisão do mundo em esferas de influência e no respeito aos assuntos (e aos regimes) internos a cada esfera, emanada, como vimos, em tempos de guerra com o beneplácito do próprio Stalin – de fazer política casando a propaganda comunista à aceitação prática dos limites da institucionalidade burguesa.

A concertação entre tais necessidade e possibilidade significava, no plano estratégico, a conciliação entre defesa da democracia, materializada na aceitação das "regras do jogo" da institucionalidade burguesa, e defesa do comunismo – indispensável na medida em que constituía a própria *identidade* histórica dos PCs. Foi exatamente isso o que se produziu, em graus variados, em diversos PCs ao redor do mundo, e, mais coerentemente e levado às últimas consequências, no eurocomunismo, como se pode ver nesta passagem, de autoria de um de seus principais formuladores, de 1971:

> Não é por acaso que, sobre os problemas da perspectiva socialista, sobre o caráter que uma sociedade socialista pode e deve assumir nos nossos países, esteja se produzindo uma larga convergência de posições entre os partidos comunistas da Europa ocidental.
> Esta larga convergência [...] diz respeito, em particular, ao problema fundamental da relação entre democracia e socialismo: a afirmação do socialismo como desenvolvimento e realização plena da democracia; o reconhecimento do valor das liberdades pessoais e das suas garantias; os princípios da laicidade do Estado, da sua articulação democrática, da pluralidade dos partidos, da autonomia do sindicato, das liberdades religiosas, da liberdade da cultura, da arte, das ciências; a ideia de uma solução socialista que assegure no campo econômico um alto desenvolvimento produtivo, uma planificação que se fundamente na coexistência de várias formas de iniciativa e de gestão pública e privada.
> Estão em vigor, de outra parte, as posições relativas à via e às formas da luta para avançar na direção do socialismo: o empenho na defesa e no desenvolvimento da democracia contra as ameaças reacionárias e autoritárias, que os mecanismos de defesa do sistema capitalista opõem aos processos de renovação, e contra os limites próprios do ordenamento democrático burguês; a linha das reformas de estrutura; a política da unidade operária e democrática. (BERLINGUER, [1971] 2009, pp. 67-68).

Sabe-se que toda afirmação contém, implícita, a negação de seu contrário. Aqui, a afirmação da indissolubilidade da ligação entre democracia e socialismo trazia, em seu bojo, a negação da ditadura e do capitalismo. Quanto à primeira, negavam-se *todas* as formas de ditadura, abrangendo stalinismo, fascismo, nazismo etc., o que aproximava o eurocomunismo do liberalismo, ou, pelo menos, de uma interpretação liberal da história moderna marcada pelo repúdio ao

chamado *totalitarismo*[163]. Quanto ao segundo, ao mesmo tempo em que se negavam as relações sociais de produção em sua base, se as descolava da superestrutura estatal em que se expressam – considerada, por sua vez, como relativamente autônoma a respeito daquela base capitalista, e, como tal, passível de apropriação por parte das classes trabalhadoras no processo de transição ao socialismo.

Essa dupla negação, dirigida contra o binômio ditadura-capitalismo, aproximou irresistivelmente o eurocomunismo da socialdemocracia – com a qual partilhava o mesmo pressuposto, qual seja, a afirmação da *imaturidade das condições para a postulação direta e aberta da transição socialista*. A aproximação se nota particularmente ao se compararem os pontos centrais de cada uma dessas estratégias que afirmam a necessidade de uma suposta *transição democrática ao socialismo*.

Iniciemos, pois, a demonstração dessa proximidade a partir da apresentação da estratégia eurocomunista para a transição ao socialismo, cujos pontos principais foram assim enumerados por um crítico:

> 01. é impossível atingir o socialismo nos países industrializados sem o consenso duma larga maioria da população.
> 02. com este objetivo, é preciso conservar as instituições parlamentares burguesas, que gozam do manifesto apoio dessa maioria.
> 03. a natureza dessas instituições é tal que podem ser progressivamente esvaziadas do seu conteúdo particular de classe, isto é, podem deixar de ser os suportes da dominação de classe da burguesia. Isso resultará em particular da contínua extensão da intervenção do Estado na vida econômica, que transfere para o seio do Estado as principais contradições da sociedade e o torna um campo que pode ser disputado, quando não pela burguesia e pelo proletariado, pelo menos pelos monopólios, dum lado, e a "união de forças progressistas", do outro.
> 04. é preciso evitar a todo custo um confronto direto entre a burguesia no seu conjunto e o proletariado isolado, não só

[163] Vimos que, em Coutinho, a assimilação dessa posição passa pelo estudo de Barrington MOORE JR. ([1966] 1974), que, não por acaso, se deu provavelmente no exílio italiano – a tomar pelo momento em que Coutinho começa a trabalhar com a categoria de "modernização conservadora" e a citar o autor: 1978, como vimos. Já sugeri ao leitor, mas insisto: para apontamentos pertinentes rumo à crítica das categorias de autoritarismo e de totalitarismo, cf. FERNANDES, 1979; FERNANDES, 1994, 1995, 1997; LOSURDO, 2003.

porque semelhante confronto se saldaria com certeza pela derrota do proletariado, como também porque conduziria inevitavelmente à destruição das instituições parlamentares burguesas e atrasaria assim por um longo período toda a possibilidade de ruptura no sentido do socialismo.

05. através da conquista de maiorias parlamentares significativas (apoiadas pela pressão e a mobilização das massas) o movimento operário pode e deve conquistar reformas estruturais que transformarão por etapas a natureza do regime capitalista e acabarão por modificar sua própria natureza.

06. a etapa essencial que defrontamos é a da aliança antimonopolista, ou da "democracia avançada", que, enfraquecendo primeiro e abolindo depois o poder dos monopólios, dará um golpe decisivo no capitalismo e permitirá que aumente qualitativamente o peso e o poder das massas laboriosas na sociedade através de diversos mecanismos de democratização da vida econômica e da participação das massas na gestão do Estado. Esta será uma etapa transitória decisiva para a abolição do capitalismo e o advento do socialismo. Mas, em si mesma, não constitui ainda nem uma nem outro.

07. a aliança antimonopolista deve incluir, além da classe operária e da massa dos empregados (incluindo os funcionários, os técnicos e os quadros), uma boa parte do campesinato e parte considerável da pequena e média burguesia, a fim de isolar os grandes monopólios. É por isso que não convém, durante esta primeira etapa, pôr em causa o regime da propriedade privada. (MANDEL, 1978, p. 162).

Como notei há pouco, os vetores estratégicos que vêm de ser enumerados têm importantes pontos de contato com a estratégia da chamada socialdemocracia clássica, ou seja, da socialdemocracia posterior ao cisma comunista de 1914 e anterior à sua renegação explícita do marxismo em 1959[164].

[164] O cisma entre comunistas e socialdemocratas, em 1914, se deu devido ao apoio destes últimos às frações nacionais da burguesia imperialista quando da I Guerra Mundial, materializado através da decisão da Internacional Operária (II Internacional) pela votação a favor de créditos de guerra pelos parlamentares socialdemocratas nos países envolvidos no confronto. Os comunistas se opunham intransigentemente a que as direções do movimento operário dessem qualquer tipo de apoio à guerra interimperialista, e se opuseram implacavelmente a ela até seu término – na Rússia, após a revolução de outubro, uma das primeiras medidas do governo comunista foi exatamente sua retirada da guerra. A renegação do marxismo pela

Essa estratégia socialdemocrata clássica pode ser resumida nos pontos a seguir.

Primeiro: na situação em que, devido à utilização para fins repressivos das mudanças tecnológicas disponíveis à burguesia e a seu Estado, as insurreições armadas teriam se tornado bastante improváveis (ou mesmo impossíveis), a participação parlamentar e em governos se tornou o grande trunfo disponível aos trabalhadores para lutarem politicamente por seus interesses. Tal participação não renega a organização da classe em movimentos próprios, de base, corporativos, mas se complementa a ela (PRZEWORSKI, [1985] 2002, p. 12).

Segundo: nesses marcos (os marcos da democracia política ou da institucionalidade burguesa), a luta pela extensão do princípio democrático da esfera política para as esferas social e econômica representa a oportunidade de que os trabalhadores façam valer seus interesses enquanto cidadãos, intervindo na organização da produção e da alocação do lucro capitalista – especialmente na situação em que o Estado, no capitalismo monopolista, assume progressivamente mais e mais funções diretamente econômicas, intervém, planeja e programa a economia, detém o controle de importantes empresas públicas. Além disso, a presença em parlamentos e governos poderia servir para a proteção do movimento contra a repressão (PRZEWORSKI, [1985] 2002, p. 12).

Terceiro: para garantir a presença ampliada em parlamentos e governos é necessário conquistar votos de outros segmentos para além dos trabalhadores, particularmente a pequena burguesia. Além disso, devido ao contraste entre o princípio da maioria vigente nas democracias e a situação de minoria da classe operária em relação à soma do contingente constitutivo de todas as outras classes, para garantir as condições para ganhar e dirigir governos no interesse dos trabalhadores é necessário contar com alianças mais amplas e formar coalizões. Isso, por sua vez, exige que o partido dos trabalhadores não apareça como irresponsável ou corporativo. Ele deve, portanto, abraçar sinceramente a defesa das instituições democráticas, que contam com o consenso da maioria, e impedir seus militantes de realizarem ações que possam prejudicar tais instituições no sentido de evitar recuos no movimento de avanço progressivo das forças proletárias (PRZEWORSKI, [1985] 2002, p. 15).

Quarto: sendo a democracia representativa uma forma política que pode corresponder a diferentes formas de organização das relações sociais de produção (assim como o capitalismo pode se expressar em

socialdemocracia aconteceu formalmente em 1959, pelas mãos do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD), em seu Congresso de Bad Godesberg.

ditadura ou democracia, o socialismo também poderia se expressar em ditadura ou democracia), então a ocupação de espaços no Estado democrático poderia, em situação de ganho de maiorias eleitorais para a posição do proletariado, representar *um caminho em direção ao socialismo*, já que a maioria legitimamente eleita para tal poderia alterar o conteúdo de classe do Estado, orientando-o em direção à construção da sociedade socialista. Assim, as classes dominantes poderiam ser "vencidas em seu próprio jogo", especialmente considerando a situação em que são numericamente minoritárias em relação às classes trabalhadoras, ou seja, ao proletariado e aos setores sociais que ele deve trabalhar para aglutinar em torno de si (PRZEWORSKI, [1985] 2002, pp. 15-17).

Quinto, e fechando o ciclo: a insurreição revolucionária, em tal quadro, não somente seria dispensável, mas extremamente perigosa e fadada ao fracasso. Mesmo que momentaneamente vitoriosa em países onde a capacidade de repressão burguesa não tivesse se desenvolvido até seu ponto mais avançado, ela fracassaria em implementar o socialismo devido à prematuridade, seja econômica (forças produtivas insuficientemente desenvolvidas), seja política (imposição ditatorial à maioria da população da vontade de apenas um setor, o proletariado, ao invés da elevação democrática deste mesmo setor a representante das aspirações daquela maioria). Nesse sentido, seria necessário deixar pacientemente a história percorrer seu caminho, já que "a história falava através do povo, o povo falava através das eleições, e ninguém duvidava que a história levaria o povo a expressar seu desejo pelo socialismo" (PRZEWORSKI, [1985] 2002, p. 18).

São esses os cinco pontos em que se pode resumir, de modo geral e esquemático, a estratégia da socialdemocracia clássica, seu pretendido caminho ao socialismo, que produziu historicamente, como resultado político-prático, a afirmação da luta por reformas de estrutura como meio para tensionar os limites da sociabilidade burguesa e ultrapassá-los em direção ao socialismo.

Leia-se a seguinte definição da socialdemocracia, dada pelo sociólogo francês Alain Bihr, praticando-se o exercício de, a partir da leitura e do acúmulo sobre os eixos das estratégias eurocomunista e socialdemocrata que vêm de ser realizados, *substituir* no trecho a seguir a palavra "socialdemocrata" por "eurocomunista":

> A variante reformista, socialdemocrata no sentido comum do termo, [...] limita suas ambições a "reformas de estrutura" segundo a terminologia proposta ulteriormente por Henri de Man: nacionalizações de monopólios industriais chave, controle

> mais ou menos direto de grandes grupos financeiros, municipalização do solo; organização pelo Estado da proteção social; legislação do trabalho visando a regulamentar as condições da exploração capitalista e a contratualizar as relações entre capital e trabalho; redução das desigualdades sociais através da democratização do fisco e do ensino etc. Essas reformas são a princípio favoráveis a certos interesses imediatos do proletariado [...], ao mesmo tempo em que respeitam pelo menos aqueles da fração modernizadora da burguesia. Afinal, não se trata de pôr em questão o poder burguês, mas antes de abrir espaço para um compromisso possível com essa classe. (BIHR, 1991, pp. 24-25).

A leitura casada dos eixos das duas estratégias e sua comparação permitem perceber que não foi à toa que Enrico Berlinguer, secretário-geral do PCI – conhecido formulador eurocomunista e autor da famosa frase segundo a qual a democracia seria já um "valor historicamente universal sobre o qual se deve fundar uma original sociedade socialista" (BERLINGUER, [1977] 2009, p. 116), retomada por COUTINHO (1979a, p. 34, e [1979] 1980a[1], p. 20) em seu famoso ensaio *A democracia como valor universal*, com referência explícita ao italiano –, afirmou ser o eurocomunismo *uma terceira via entre comunismo (soviético) e socialdemocracia* (BERLINGUER, 2009, pp. 125-127 e 150-152).

Tratava-se, para ele, da política adequada a uma suposta terceira fase do movimento operário, em seguida a sua primeira fase socialdemocrata e a sua segunda fase soviética. Seria, portanto, chegada a hora de superar os limites manifestos nas duas fases anteriores e de produzir, entre elas, uma síntese capaz de ultrapassar sua divisão em setores rivais no movimento operário, inclusive reaproximando-as num contexto em que "nas esquerdas europeias, o debate não siga mais as velhas fronteiras, mas perpasse ambos os alinhamentos em que historicamente se dividiu o movimento operário europeu" (BERLINGUER, [1983] 2009, p. 151) a partir do reconhecimento de que "existem [...] muitos pontos em comum entre a busca em que se empenhou o nosso partido e a que foi desenvolvida em diversos partidos socialistas e em alguns partidos comunistas" e em que, portanto, "as velhas disputas ideológicas não são mais motivos de contraposição" uma vez que "todos reconhecem que qualquer transformação em direção ao socialismo deve acontecer no quadro da democracia política" .

Assim, o *reformismo insuficiente* da socialdemocracia deveria ser

superado pelo *reformismo revolucionário* ou forte dos eurocomunistas[165], e a ditadura soviética burocrática e asfixiante deveria ser superada pela construção do socialismo com total respeito às instituições e às regras democráticas.

Isso seria possível devido às características assumidas pelo próprio capitalismo em sua configuração mais avançada, materializada na Europa Ocidental e em países como o Japão (BERLINGUER, [1983] 2009, p. 151). Note-se, quanto a isso, que são unanimemente reconhecidos como aderentes ao eurocomunismo nos anos 1970 os partidos comunista italiano, francês e espanhol, mas também usualmente mencionados os partidos japonês e australiano, que teriam todos abraçado essa "estratégia comum, a aplicar por todos os partidos comunistas dos países avançados" (MANDEL, 1978, p. 161).

É que em tais países, onde vigeria o *capitalismo monopolista de Estado*, seria possível introduzir elementos de socialismo já no interior do capitalismo, preparando a "superação progressiva da lógica capitalista" (BERLINGUER, [1974] 2009, p. 94) através de uma "efetiva programação do desenvolvimento, confiada a um robusto e respeitável poder democrático" que subtrairia "às concentrações monopolistas, aos grandes grupos financeiros, às sociedades 'multinacionais'" o poder de determinar "as linhas do desenvolvimento geral do país, as escolhas fundamentais relativas aos investimentos privados e públicos e à estrutura do mercado" .

Tal processo não implicaria na estatização de toda a economia, mas sim em uma "programação bem formulada e realizada" (BERLINGUER, [1974] 2009, p. 95) que combinasse o "efetivo exercício do poder de decisão por parte de uma autoridade pública democrática e eficiente" ao estímulo à "iniciativa autônoma das empresas privadas na indústria, na agricultura e em outros setores econômicos" , impedindo, através da programação, que "haja no mercado poucos monopólios – industriais, comerciais e financeiros – a comandar e a ditar leis não apenas no que diz respeito aos preços, mas também à estrutura do consumo e da produção, à utilização e à distribuição dos recursos" .

Esse papel atribuído ao Estado e à programação econômica realizada através dele como pontes entre o capitalismo e o socialismo, desde que o proletariado assumisse o controle da máquina estatal, se justificava sobre uma caracterização da relação entre Estado e economia que se queria válida para o conjunto dos países onde vigeria o

[165] A expressão "reformismo revolucionário" – com a qual Coutinho, como já vimos, se refere à sua própria posição política – é uma criação de Luigi Longo, secretário-geral do Partido Comunista Italiano entre 1964 e 1972, sucedendo a Togliatti e antecedendo a Berlinguer (cf. MONDAINI, 2009, p. 42).

capitalismo monopolista de Estado, em que "o setor público é já bastante amplo [...] para poder constituir uma alavanca de orientação e de iniciativa na vida econômica a serviço dos interesses coletivos" (BERLINGUER, [1974] 2009, p. 95), que pode se dar através da submissão ao controle democrático e parlamentar das empresas públicas e daquelas de participação estatal, assim como dos "outros meios e instrumentos de intervenção e direção, inúmeros e poderosos, dos quais o Estado dispõe no campo econômico (do orçamento público à administração corrente da despesa, dos bancos a uma série de entes e institutos)" .

É importante situar historicamente, ainda que de modo sumário nos marcos do presente trabalho, o conceito de *capitalismo monopolista de Estado* (CME) para iluminar alguns dos fundamentos, no campo da teoria econômica, das postulações políticas do eurocomunismo que vimos acompanhando[166]. Tal localização é útil também ao estudioso do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho, já que, como foi mostrado na Parte II do presente trabalho – especialmente no capítulo 04 –, a categoria de CME é parte fundamental de sua interpretação da economia capitalista sua contemporânea, principalmente a partir da assimilação do trabalho dos economistas do PCF (Paul Boccara) e do MCI (Jenö Varga), cuja obra teve, por sua vez, profundas repercussões sobre o pensamento político formulado no âmbito do eurocomunismo, PCI inclusive.

Apresentarei, portanto, um mínimo de elementos necessários para proceder à crítica dessa posição no campo da teoria econômica, procurando marcar quais são as determinações do real que se refletem na categoria de capitalismo monopolista de Estado e como elas se combinam de modo a mistificar, inverter e ocultar elementos do mesmo.

A teoria do CME surgiu como uma reação tardia no âmbito do partido comunista soviético e do movimento comunista europeu, espalhando-se daí para o mundo, ao triste empobrecimento teórico do pensamento econômico marxista vinculado aos PCs, decorrente de décadas de vigência daquele fenômeno social e político que ficou conhecido pelo nome de stalinismo. Esse fenômeno tinha como uma de suas características, para além das já apontadas no presente trabalho, o sufocamento do livre debate no interior do MCI, produzindo uma espécie de monolitismo teórico (LUKÁCS, [1967] 1969b, pp. 144-145 e 154-155). Esse monolitismo produziu um depauperamento (já que a teoria, para se enriquecer e avançar, *precisa* do livre debate de ideias, sem o qual ela se atrofia e se torna tendencialmente apologética, visando mais aos favores

166 Para abordagem mais extensa do mesmo assunto, cf. TEIXEIRA, 1983.

dos que controlam o campo cultural ou científico do que à busca da verdade) que se expressou no campo da teoria econômica em uma análise oficial segundo a qual "o capitalismo era por natureza dominado pela crise e sua derrocada final era iminente" (HARDACH, KARRAS e FINE, [1974] 1978, p. 63).

A referida visão oficial se expressa, por exemplo, nestas asserções feitas pelo principal economista vinculado ao partido soviético, Jenö Varga, na virada dos anos 1940 aos 1950[167]:

> Assim, o novo estágio da crise geral do capitalismo é caracterizado acima de tudo pela formação de dois campos e de dois mercados mundiais paralelos – o mercado capitalista, que se torna menor a cada dia, e o mercado mundial socialista, que se expande rápida e sistematicamente. As leis do capitalismo decadente conduzem inevitavelmente à agudização de todas as suas contradições, ao caos econômico e a crises de superprodução, à pauperização das maiores massas do povo trabalhador, ao desemprego crônico massivo, à reação e ao fascismo. (VARGA, *apud* HARDACH, KARRAS e FINE, [1974] 1978, pp. 63-64).

Tal apreciação do capitalismo hipostasiava algumas de suas características, acentuando desmesuradamente a instabilidade e as contradições colocadas pela necessidade de expansão permanente experimentadas nos marcos desse sistema. Partindo daí propunha, de modo pouco cuidadoso, prescrições sobre seu desenvolvimento que se revelaram equivocadas: as altas taxas de crescimento no contexto da aceleração da acumulação de capital na fase expansiva da onda longa de desenvolvimento capitalista no imediato pós-II Guerra, iniciado nos EUA em 1940 e espalhado ao conjunto do sistema através dos outros países imperialistas em 1945/48 (cf. MANDEL, [1972] 1985, cap. 4; HUSSON, 2008, cap. 15, pp. 185-187), tornaram patente o caráter ilusório desse tipo de análise, previsão ou profissão de fé.

Nesse contexto, o processo de "desestalinização" (MÉSZÁROS, [2002] 2011, cap. 17, itens 2 e 3) iniciado a partir do XX Congresso do PCUS, levou não apenas à crítica política que vimos acompanhando até o momento, mas também a "uma revisão da teoria [marxista-leninista] oficial do capitalismo que já vinha há muito sendo adiada" (HARDACH, KARRAS e FINE, [1974] 1978, p. 64). Isso levou à emersão, na segunda

[167] O rascunho para esse texto data de 1948-51. Ele sofreu uma revisão importante em 1952-53 e foi finalmente publicado em 1953. Essas informações não se encontram no texto de onde traduzi a citação, mas sim em DAY, 1995, pp. 93-94.

metade da década de 1950, de um importante conjunto de análises empíricas corrigindo as previsões quanto ao ciclo econômico capitalista em curso, e, associadas a elas, de uma nova orientação teórica inaugurada por economistas da URSS e da RDA, centrada no conceito de "capitalismo monopolista de Estado" – surgido, portanto, como resposta a uma insuficiência do movimento comunista anterior já que havia se tornado "impossível, no longo prazo, sustentar a crença de que o período do imediato pós-guerra seria de crise econômica geral" .

Foi a partir da metade dos anos 1960 que se espalhou a aplicação do conceito, que passou a subsidiar as análises econômicas de diversos economistas do MCI, dentre os quais o grupo mais influente foi aquele organizado em torno da equipe econômica do PCF chefiada por Paul Boccara, que, como já vimos, era autor conhecido de Carlos Nelson Coutinho. As análises econômicas do PCF dão importantes elementos para a compreensão das implicações políticas da teoria do "capitalismo monopolista de Estado" tal como apreendida pelos intelectuais eurocomunistas, como se pode constatar facilmente comparando a síntese da estratégia eurocomunista aqui apresentada, assim como o programa econômico estatizante de Berlinguer exposto acima, com a análise econômica do CME e as propostas dela deduzidas nos dois grossos volumes da obra coletiva em que se encontra uma das mais completas sínteses do pensamento econômico no PCF de então (BOCCARA *et al*, 1971).

O ponto central que a categoria de capitalismo monopolista de Estado busca apreender é o significado do aumento do envolvimento do Estado no processo de reprodução do capital, relacionado à mudança de natureza da intervenção do Estado na economia a partir de determinado ponto do desenvolvimento internacional do modo de produção capitalista. Note-se que tal núcleo tem correspondência na passagem real do capitalismo de sua fase concorrencial a sua fase monopolista, estando relacionado à necessidade de enfrentamento, por parte da burguesia, de certas tendências relacionadas à própria dinâmica da acumulação de capital (cf. LENIN, [1916] 1977b e NETTO, [1992] 1996, cap. 01). Parte-se, portanto, do fato real de que "a partir do momento em que o capital atingiu certo ponto de seu desenvolvimento, os investimentos, a produção e a valorização do capital dependem do apoio do Estado" (HARDACH, KARRAS e FINE, [1974] 1978, pp. 64-65), ou seja, de que o acirramento das contradições imanentes ao desenvolvimento do capital engendrou, como resposta, novos mecanismos de estabilização que exigiram e exigem a mediação do Estado e a partir dos quais o papel deste último em diversos campos da

economia capitalista foi e continua sendo sobremaneira fortalecido[168].

Partindo dessa determinação realmente presente na fase monopolista do modo de produção capitalista, os teóricos do CME chegaram a uma teoria particular do capitalismo contemporâneo fundada sobre explicações e compreensões comuns, assim como deduziram dela certas consequências políticas. Por isso, apesar da variedade de desdobramentos possíveis – e que de fato tiveram lugar – a partir do núcleo comum consensualmente aceito de que o Estado sob o capitalismo monopolista tem suas funções e dimensões alteradas, é lícito enumerar algumas características distintivas da teoria do CME, como farei nos próximos parágrafos como caminho para, a seguir, criticá-la.

Primeira, essa teoria afirma que o capitalismo monopolista de Estado é *uma fase específica do desenvolvimento capitalista*, na seguinte sequência: capitalismo competitivo – capitalismo monopolista – capitalismo monopolista de Estado (cf. TCHEPRAKOV, 1969, especialmente cap. 01; BOCCARA *et al.*, 1971, especialmente tomo I, cap. 01). O capitalismo monopolista de Estado é visto como iniciando no fim do século XIX e atingindo sua forma definitiva durante a Primeira Guerra Mundial, ressuscitando, portanto, o conceito de capitalismo monopolista de Estado de Lênin de modo a reivindicar continuidade, tanto teórica quanto histórica: essa teoria não apenas reivindica, portanto, continuar a de Lênin, mas também trata o estágio do capitalismo monopolista que submete à análise (seu estágio "de Estado", o CME) como sendo o mesmo analisado por Lênin. (HARDACH, KARRAS e FINE, [1974] 1978, p. 65).

Segunda, o avanço do processo de concentração e centralização de capital é interpretado, no contexto de intensificação, regularidade e sistematicidade da intervenção do Estado sobre a economia requeridas para a correção das tendências ao desenvolvimento de óbices ao processo de valorização do capital, como levando a uma "fusão entre o Estado burguês e os monopólios" (TCHEPRAKOV, 1969, p. 68), e deduz-se daí que *a intervenção estatal beneficia sobretudo os monopólios* (HARDACH, KARRAS e FINE, [1974] 1978, pp. 65-66).

Terceira, *surge uma contradição político-econômica entre os interesses da burguesia monopolista e os do restante da sociedade*, aí

[168] Apesar da afirmação ideológica neoliberal da necessidade de um Estado mínimo – que, aliás, só o deve ser para os trabalhadores, os quais, do ponto de vista dos apoiadores de tal ideologia, devem ser despojados de tantos direitos quanto possível –, para o capital trata-se sempre de Estado máximo, como se pode ver quase que *in loco* nos interessantes livros recentes do professor, insuspeito de marxismo ou de qualquer simpatia pela esquerda, Sérgio LAZZARINI, *Capitalismo de laços* (2011) e, em parceria com Aldo MUSACCHIO, *Reinventando o capitalismo de Estado* (2014).

compreendidas as frações burguesas não-monopolistas, como se pode ver claramente nas seguintes passagens da obra coletiva da equipe econômica do PCF:

> A contradição [que opõe capital e trabalho] se aprofunda consideravelmente como consequência da polarização acentuada das relações sociais que tende a aproximar da classe operária uma massa crescente de trabalhadores assalariados e uma parte cada vez maior de setores médios, objeto da pilhagem monopolista. *É crescente, portanto, o antagonismo entre os interesses da burguesia monopolista e aqueles do conjunto da nação.* (BOCCARA et al., 1971, tomo I, p. 85 – grifo meu).
>
> Os recursos que alimentam o financiamento público [da acumulação e do lucro dos setores monopolistas do capital – V.N.] são constituídos pelos fundos que o aparelho de Estado drena para si a partir das esferas da produção e da circulação. Essa drenagem atinge principalmente a classe operária e as outras camadas assalariadas; mas atinge também as camadas médias urbanas, os pequenos produtores independentes e os pequenos capitalistas. (BOCCARA et al., 1971, tomo II, p. 210).

O mesmo raciocínio aparece, talvez de modo ainda mais explícito, nas seguintes passagens de autoria de um dos teóricos soviéticos do CME:

> A classe burguesa, como se sabe, nunca foi homogênea; ela se compõe de grupos diferentes. Cada um deles, à parte seus interesses fundamentais comuns, persegue interesses econômicos e políticos particulares. No seio da burguesia, separando-se os monopolistas que constituem seu topo, distinguem-se um importante grupo industrial não monopolista, o grupo dos industriais médios, dos grandes e pequenos comerciantes etc.
>
> O desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado, as transformações técnicas e a militarização da economia modificam substancialmente a repartição de forças no seio da classe capitalista, acelerando a diferenciação dentro da própria burguesia. (TCHEPRAKOV, 1969, p. 422).
>
> [...]
>
> *As contradições no seio da classe capitalista se agravam. A transformação do capitalismo em capitalismo monopolista de Estado tende a isolar mais e mais os monopólios das camadas não-monopolistas da burguesia.* O capital monopolista arruína e exclui os pequenos e médios empresários e subordina os outros

> sequestrando-lhes praticamente toda independência. (TCHEPRAKOV, 1969, p. 427 – grifo meu).

Dessa determinação é geralmente deduzida, como consequência política, a necessidade de uma "ampla aliança antimonopolista" (BOCCARA et al., 1971, tomo I, esp. cap. 03, item 04).

Quarta, a fase "monopolista de Estado" do capitalismo é apresentada como sua derradeira, como sendo um momento de crise geral e prolongada do capitalismo em que o aprofundamento contínuo e o acirramento das contradições vigentes em tal modo de produção preparam seu desfecho, pondo a necessidade, em algum momento, de sua superação no socialismo (HARDACH, KARRAS e FINE, [1974] 1978, pp. 64-66; BOCCARA, 1971, tomo I, cap. 02, item 03).

Nesse sentido, *o próprio desenvolvimento do CME, acentuando as contradições fundamentais do capitalismo, prepara as condições para a emersão das forças políticas que irão superá-lo rumo ao socialismo.* E não apenas isso: ele também, ao exigir a intervenção sistemática do Estado em setores cada vez mais amplos da economia através da programação, do planejamento econômico e das nacionalizações, *cria as condições para que tais forças possam promover a transição ao socialismo através de uma "democracia avançada"* (BOCCARA, 1971, tomo I, cap. 02, item 04), que implica na tomada progressiva e democrática do controle do aparelho estatal redirecionando, através dele, o conjunto da economia através de programação, planejamento e "nacionalizações democráticas de empresas" (BOCCARA et al., tomo II, cap. 10).

Essa posição é sintetizada na seguinte passagem:

> De fato, o que se revela cada vez mais necessário é, antes de tudo, uma democratização do Estado a fim de que ele realize mudanças fundamentais nas relações sociais de produção se apoiando sobre o movimento operário e democrático. É urgente substituir a intervenção do Estado em benefício dos monopólios capitalistas por uma verdadeira democracia econômica e política em que se nacionalizem progressivamente os setores-chave da atividade econômica, planificando, com a participação efetiva das massas populares, a orientação da produção e da economia em função das necessidades dos trabalhadores e do país. [...] assim será aberta a via ao socialismo e ao comunismo, ou seja, a uma sociedade tendente a satisfazer as necessidades dos homens, a suprimir a desigualdade social e a eliminar o caráter constrangedor do trabalho. (BOCCARA et al., 1971, tomo I, p. 95).

Quinta, *na medida em que o CME significa a socialização extensiva da produção, ele estabelece as bases materiais para o socialismo* (note-se a confusão, comum ao pensamento coutiniano, entre socialização *da produção* e socialização *das forças produtivas*). Essa maturidade das condições econômicas para o socialismo não permite, entretanto, prescindir da luta política: a transição ao socialismo só pode ser atingida *como resultado da luta antimonopolista*. Nessa luta, o proletariado busca aliar-se a todas as outras classes e estratos sociais cujos interesses sejam antagônicos aos da fração monopolista da burguesia, estabelecendo o que ficou conhecido como a "ampla aliança antimonopolista" ou a "ação revolucionária por democracia e socialismo" (HARDACH, KARRAS e FINE, [1974] 1978, p. 66).

Todas essas cinco características estão eivadas de importantes erros teóricos. Embora sua exposição aprofundada não possa, na medida em que nos desviaria demasiado de nosso centro, ser objeto do presente trabalho, tais erros ou problemas devem ser, ao menos, mencionados, para que se dê *uma ideia do contraste entre a força da coerência interna de tal teoria e sua fraqueza enquanto crítica do real.*

Em primeiro lugar, é problemática a reconstrução histórica do conceito de capitalismo monopolista de Estado, remetendo-o a Lênin e considerando que trata-se do surgimento de uma nova fase na evolução do modo de produção capitalista consolidada a partir da I Guerra Mundial. Como se pode depreender do estudo mobilizado nos parágrafos anteriores para pôr em evidência os pontos centrais de tal teoria, ela obscurece rupturas históricas da magnitude da desmobilização militar de 1918, assim como a diferença entre as formas de intervenção estatal durante confrontos como a I e a II Guerras mundiais e aquelas vigentes no período de políticas visando à estabilização econômica após a crise de 1929/32 (HARDACH, KARRAS e FINE, [1974] 1978, p. 67), *obnubilando a diferença entre as funções perenes do Estado no capitalismo contemporâneo e algumas de suas funções conjunturais*, circunscritas a momentos emergenciais, situações de mobilização militar etc.

Tal confusão é particularmente daninha porque, se é verdade que em momentos de mobilização militar o Estado não apenas assume (ou, pelo menos, pode assumir) o controle direto de importantes setores da economia, condicionando de modo especialmente agudo os interesses de grupos capitalistas ou de capitalistas individuais à sua razão de Estado, tais possibilidades se encontram, ainda que presentes, *muito atenuadas* em momentos de normalidade institucional. Tal atenuação é mesmo uma diferença de qualidade: ela impossibilita que, como queriam os adeptos da teoria do CME, ao se tomar o Estado possa iniciar-se um amplo e profundo programa de reorientação de todo o conjunto da

economia, que fira interesses privados de setores capitalistas importantes, ao mesmo tempo em que se mantém a normalidade institucional.

Tais interesses privados não podem ser subjugados a não ser em situações historicamente excepcionais como guerras (apenas parcialmente) ou revoluções (totalmente, em caso de vitória), e resgatar as formulações de Lênin referentes a 1917-1918 e ao tenso período imediatamente posterior à guerra (que a história mostrou ser, na verdade, apenas o início de um turbulento período entre-guerras), pretendendo atribuir-lhes validade universal, é forçar demasiado a realidade a se encaixar na teoria – que deixa, nesse processo, de reproduzi-la fielmente, abrindo caminho no pensamento eurocomunista para a retomada das ilusões da socialdemocracia clássica que apresentava o Estado "como um órgão neutro colocado acima das classes, portanto como um instrumento que se pode pôr indiferentemente a serviço de uma política burguesa ou de uma política proletária". (BIHR, 1991, p. 26).

Assim, se é verdade que a formulação lenineana clássica do capitalismo monopolista passa por uma inflexão, através da formulação da existência de um "capitalismo de Estado" (cf. LENIN, [1916-17 / 1931] 1977c), rumo à formulação da categoria de "capitalismo monopolista de Estado" (LENIN, [1917] 1977d, item 2, p. 240; , item 21, pp. 305-306; , item 22, p. 309; [1917] 1977e, pp. 361-363; [1917] 1977f, Prefácio, p. 387; , item 2, pp. 415-416; , item 4, pp. 447-448), deve-se ter claro que Lênin pensa nesses termos na situação da guerra, em que os Estados assumem papeis especiais e temporalmente circunscritos na condução da vida econômica capitalista. O conceito não foi, portanto, desenvolvido para dar conta de uma suposta nova fase ou subfase *duradoura* do *capitalismo monopolista* – que era, esse sim, para Lênin, o estágio superior do capitalismo. O desenvolvimento da categoria de "capitalismo monopolista de Estado" como fase duradoura do capitalismo contemporâneo, tal como empregada pelos eurocomunistas (e por Carlos Nelson Coutinho), é fruto não de Lênin, mas dos economistas soviéticos e de seu arco de influência no processo de desestalinização pós-1956 e, posteriormente, dos economistas eurocomunistas.

Em segundo lugar, se é verdade que o papel do Estado muda com o advento do estágio monopolista do capitalismo (como resumido com clareza, erudição e grande poder de síntese em NETTO, [1992] 1996, cap. 01), não se conseguiu, até hoje, demonstrar de modo convincente que tal mudança implica na captura do Estado por supostas frações monopolistas da burguesia de tal modo a criar uma divergência

de interesses perene e profunda entre tal fração e todo o restante da sociedade – aí compreendidos setores burgueses não-monopolistas. Pelo contrário: o que a história vem demonstrando sobejamente, tanto no centro quanto na periferia do sistema, é que *o Estado continua a representar, desde as revoluções burguesas, os interesses da burguesia em seu conjunto*. Ele pode e deve, é certo, contrariar de modo *pontual* e *indiscriminado a priori* os interesses de capitalistas individuais ou de grupos (em suma, de capitais particulares) nas situações em que isso seja requerido – ou seja, quando contrapostos ao interesse do capital tomado enquanto universalidade, determinado a partir de intrincado e extenso conjunto de mediações técnicas e políticas (MANDEL, [1972] 1985, cap. 15), irredutível a simplificações teoréticas fundadas sobre diferenças entre taxas de lucro.

Nesse sentido, a teoria do CME, baseando-se em um erro de análise do papel do Estado no capitalismo contemporâneo, acaba servindo como fundamento econômico errado para uma posição política que se demonstrou, historicamente, inviável: galvanizar o conjunto da sociedade contra os setores monopolistas da burguesia, isolando-os e caminhando, assim, em direção ao socialismo através da conquista progressiva de posições e da tomada progressiva do aparelho de Estado (burguês).

Essa posição, quando sustentada por PCs vinculados ou não ao eurocomunismo, foi derrotada *todas* as vezes, sem exceção, em que se a tentou aplicar, por vezes tragicamente, como no caso da derrubada de Allende no Chile (exemplo externo ao eurocomunismo, o que reforça o que já afirmei, ou seja, que o eurocomunismo faz parte de um processo mais geral e espalhado pelo mundo de aposta dos PCs no avanço ao socialismo por dentro da institucionalidade burguesa), por vezes de modo que seria cômico se não fosse trágico, como no caso da patética autodissolução do PCI seguida, após breve intervalo, por sua transformação em Partido... Democrático (!).

Em terceiro lugar, o desenvolvimento do capitalismo monopolista não preparou o desenvolvimento das forças políticas capazes de derrubá-lo. Pelo contrário: produziu, por um lado, o fim da URSS e do socialismo no Leste, derrotados na competição supostamente pacífica cujos termos a própria direção do MCI aceitou a partir dos anos 1940; e, por outro lado, a derrota e a desorganização do movimento operário no Ocidente. Para essa última, que ainda precisa ser melhor compreendida, parecem ter contribuído não apenas o processo político em estudo no presente capítulo (a contrarrevolução mundial preventiva e prolongada com seus dois braços, aquele da conciliação nos países centrais e o outro da repressão menos mediada nos periféricos), como também todo um amplo

conjunto de "profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política" (ANTUNES, [1995] 2006, p. 23) que atingiram a própria materialidade da vida do proletariado e tiveram profundas repercussões sobre seu modo de vida, sua subjetividade, sua "forma de ser" .

Em quarto lugar, e de modo estreitamente relacionado com os dois pontos anteriores, deve-se compreender de uma vez por todas que a socialização extensiva do processo produtivo, se pode ser considerada pré-condição para o êxito da socialização das forças produtivas no socialismo, *não a prepara automaticamente, nem conduz a ela inexoravelmente, nem pode ser confundida com ela*. A socialização das forças produtivas exige, para se tornar realidade, *a mediação da grande política no sentido de uma ruptura com o fundamento econômico da sociabilidade burguesa*. Exige, portanto, através da ação de enfrentamento sem concessões aos proprietários contrários a tal processo, a *expropriação dos meios fundamentais de produção* (que não deve ser confundida com sua estatização ou sua assim chamada nacionalização) e sua *socialização*. Ambas *nunca* ocorreram como resultado do desenvolvimento pacífico e progressivo do modo de produção capitalista ou de uma acumulação de forças que passasse pelo tensionamento progressivo dos limites dessa ordem, e, ao que tudo indica, nunca acontecerão de tal modo[169].

Postos esses limites da teoria do CME, cabe reproduzir a localização, da parte de alguns dos autores sobre cujo trabalho me vim baseando livremente nos parágrafos anteriores, da teoria do capitalismo monopolista de Estado no interior da tradição marxista, que já nos ajuda a localizar também essa peça do quebra-cabeça das referências coutinianas no interior da história do MCI:

> Desde que a teoria do capitalismo monopolista de Estado é a teoria oficial do "socialismo concretamente existente" na União Soviética e em outros países socialistas, como também a teoria oficial de muitos partidos comunistas em países capitalistas, ela ocupa lugar de destaque na economia política socialista contemporânea. Entretanto, como é de amplo conhecimento, ela

[169] Note-se que, como assinalado ao estudarmos o pensamento coutiniano "rente aos textos", a mesma característica que vem de ser criticada na teoria do CME dos eurocomunistas está presente em seu pensamento (nos marcos, exatamente, de sua assimilação da teoria do CME), sob a forma da confusão entre as noções de "socialização da produção" e "socialização das forças produtivas", tratadas como sinônimo do que é, na verdade, uma característica do capitalismo: a socialização do processo produtivo.

> não é universalmente aceita, sendo, na verdade, duramente criticada, por marxistas independentes. *Do ponto de vista político, a questão central em discussão é se a estratégia que se funda sobre essa teoria é mesmo um caminho em direção a uma transformação revolucionária da sociedade, ou se é sobretudo mais um tipo de ideologia defensiva que permite aos Estados socialistas e aos partidos comunistas que se dediquem confortavelmente a um longo período de competição entre os sistemas* [capitalista e socialista – V.N.]. Do ponto de vista teórico, o problema crucial é se a teoria do capitalismo monopolista de Estado é ou não consistente com as linhas fundamentais da economia política marxista. (HARDACH, KARRAS e FINE, [1974] 1978, pp. 67 – grifo meu).

Deixando momentaneamente de lado o problema teórico de se a tese que vimos de examinar é ou não coerente com as linhas fundamentais da economia política marxista – ou da crítica marxiana da economia política –, o problema, do ponto de vista político, nos interessa diretamente e permite retomar o encadeamento da exposição precedente.

É que essa caracterização do capitalismo nos países tidos como "avançados" é o que permite responder a uma pergunta que ficou no ar ao longo da exposição anterior: se o eurocomunismo é um desdobramento, coerente e levado às últimas consequências, do processo mais geral de acomodação à ordem burguesa dos PCs atuantes sob regimes capitalistas que se inicia entre os anos 1930 e 1940, o que é que está na base da diferenciação entre os PCs "euro" e os outros? Ou, dito de outro modo: por que certos PCs, justamente os dos países ditos avançados, se acomodaram mais à institucionalidade burguesa que outros?

A chave para responder a essa questão se encontra em dois pontos: primeiro, no compromisso fordista, ou melhor, na relação entre ele e o respeito à institucionalidade democrática nos países capitalistas materializado na coexistência pacífica Leste-Oeste; segundo, no poder de utilização ideológica, como contraexemplo desempenhado pelo braço mais bárbaro da contrarrevolução burguesa, da repressão ampla e aberta na periferia do sistema, que foi interpretada por PCs dos países ditos centrais como um suposto alerta de que qualquer caminho que açulasse a burguesia contra as forças populares resultaria inevitavelmente em trágicas derrotas.

Procedamos ao exame de cada um desses pontos.

Primeiro: como já apontado no presente trabalho, a combinação entre, por um lado, obtenção de direitos sociais e de segurança individual, ocorrida nos marcos do "Estado de bem-estar" fundado sobre

concessões de determinado tipo a frações nacionais do proletariado e das demais classes trabalhadoras em certos países centrais (direcionadas, por sua vez, a assegurar a prevalência do capitalismo em sociedades em que ele esteve, no fim da II Grande Guerra, ameaçado, ou pelo menos pareceu estar), e, por outro lado, incorporação dos partidos operários (PCs, PSs, PSDs) à institucionalidade burguesa – através da participação em governos, parlamentos, sindicatos corporativos, gestão de vultosos fundos públicos através de alocação dita democrática de recursos, espaços do chamado "controle social", conselhos etc. –, tendeu a redirecionar o sentido da luta operária, inclusive dos PCs.

Esse redirecionamento foi reforçado a partir da política de divisão do mundo em áreas de influência, ou seja, da adesão da URSS, que era então o principal centro dirigente internacional do movimento comunista, à posição de que não era desejável que os PCs em países capitalistas rompessem com os limites da institucionalidade burguesa, devendo lutar pelo socialismo em seu interior. Essa posição aparentemente confirmou como correta, dada a propagação ideológica do já mencionado clima de euforia relacionado à retomada de confiança nas possibilidades progressistas do capitalismo, a aposta na possibilidade de tensionamento de seus limites através da luta por posições adstritas à própria ordem burguesa, nos marcos estritos de sua própria legalidade. A partir daí, a luta socialista deveria se dar através da acumulação de forças e da obtenção de direitos no interior da própria sociabilidade burguesa, pois, se dirigida pelo proletariado, galvanizando, em torno de si, o conjunto de setores populares agraciados, também eles, por tais direitos – desenvolvendo, assim, uma cultura de luta conjunta e a confiança política de diversos setores sociais na classe operária – teria força política para, em um árduo e longo processo de avanço paulatino e progressivo (uma "guerra de posições") combinado ao isolamento dos setores monopolistas da burguesia (cujos interesses eram interpretados como contrários aos do restante de toda a sociedade, e portanto extremamente minoritários), superar o sistema no interesse de todos.

Segundo: houve uma coincidência temporal entre a deriva abertamente reformista dos PCs euro-ocidentais rumo ao chamado eurocomunismo e o trágico desfecho da experiência da Unidade Popular no Chile, que foi ideologicamente interpretada pelos comunistas mais embrenhados no processo de acomodação dos PCs à ordem burguesa (em primeiro lugar, portanto, pelos eurocomunistas) como um reforço de suas teses de que seria leviano, imprudente, irresponsável, realizar qualquer tipo de movimento que levasse a dita burguesia monopolista a reagir prematuramente. Seria, portanto, necessário articular prudente, paciente e inteligentemente um amplo e policlassista campo de forças

sociais de larga duração que isolasse – democraticamente e dentro do respeito às regras do jogo da institucionalidade burguesa – os monopólios e impossibilitasse tal reação.

Essa interpretação tem como documento canônico aquele em que Berlinguer, na sequência imediata da derrota chilena, anuncia sua "nova" política para a Itália, a do *compromesso storico* entre comunistas, socialistas, cristãos e todas as forças democráticas, como se pode ver nesta passagem:

> [...] é indispensável assumir [...] a tarefa de uma atenta reflexão, para tirar da tragédia do Chile úteis ensinamentos relativos a um mais amplo e aprofundado juízo, seja sobre o quadro internacional, seja sobre a estratégia e tática do movimento operário e democrático em vários países, entre os quais o nosso. [...]
> Assim, nossa tarefa essencial [...] é a de preparar o tecido unitário, recolher a grande maioria do povo em torno de um programa de luta pelo saneamento e a renovação democrática de toda a sociedade e do Estado, e fazer corresponder a este programa e a esta maioria uma coalizão de forças políticas capaz de realiza-lo. Só esta linha, e nenhuma outra, pode isolar e derrotar os grupos conservadores e reacionários, pode dar à democracia solidez e força invencível, pode fazer avançar a transformação da sociedade. [...]
> Mas que conclusões devemos tirar desta consciência? Talvez aquela, proposta por alguns, de abandonar o terreno democrático e unitário em benefício de uma estratégia leviana, com a qual, todavia, chega-se rápida e inevitavelmente ao isolamento da vanguarda e à sua derrota? Ao contrário, pensamos que, se os grupos sociais dominantes obstinam-se em romper o quadro democrático [...], isso deve nos levar ainda mais a ter nas mãos, firmemente, a causa da defesa da liberdade e do progresso democrático, a evitar a divisão frontal do país e a nos empenhar com ainda maior decisão, inteligência e paciência no sentido de isolar os grupos reacionários e buscar todo possível entendimento e convergência entre todas as forças populares. [...]
> [...] sempre pensamos – e hoje a experiência chilena reforça esta persuasão – que a unidade dos partidos dos trabalhadores e das forças de esquerda não é condição suficiente para garantir a defesa e o progresso da democracia [...]. A gravidade dos problemas do país, as ameaças sempre iminentes de aventuras reacionárias e a necessidade de abrir finalmente à nação um caminho seguro de desenvolvimento, de renovação social e de progresso democrático tornam sempre mais urgente e maduro

> que se chegue ao que pode ser definido como o novo grande "compromisso histórico" entre as forças que reúnem e representam a grande maioria do povo italiano. (BERLINGUER, [1973] 2009, pp. 82-84).

Note-se, entretanto, o seguinte: em 1973, o processo de acomodação à ordem burguesa de diversos PCs dos países ditos "avançados" já se encontrava, ele sim, bastante avançado, vindo de décadas de amadurecimento, como vimos especialmente nos casos de PCF e PCI. A referência de Berlinguer ao Chile como contraexemplo é, portanto, antes de tudo ideológica, no sentido de reafirmar que o caminho que está construindo na Itália é, ao mesmo tempo, revolucionário *e* responsável – e talvez *ainda mais revolucionário* que o chileno, por ter mais chances de vitória[170].

O quadro apresentado neste capítulo suscita o seguinte problema: se é verdade que a passagem, do momento econômico-corporativo da consciência do proletariado a seu momento ético-político, *exige* a mediação da teoria, elevando a consciência proletária ao nível de universalidade em que ela se coloque a tarefa de aglutinar em torno de si o conjunto de setores necessários para everter a ordem capitalista em direção à extinção das classes sociais; ora, se também é verdade que o(s) partido(s) do proletariado e das demais classes trabalhadoras jogam nessa passagem importante papel, e que a realização dessa tarefa depende, para além da organização de uma vanguarda e de um campo de alianças, da propaganda aberta do socialismo e da formação de quadros capazes de realiza-la; então, se eles não trabalharem nessa direção, mas sim na direção de fomentar junto à classe expectativas democrático-burguesas que, no lugar de estimular sua passagem a uma forma mais universal de manifestação de sua consciência de classe, travem-na no interior de formas particularistas, através da afirmação de que lutas econômico-corporativas podem, se empreendidas nos marcos de uma estratégia geral democrática de avanço progressivo, tensionar os limites da ordem burguesa e levar a sua superação, o que acontece? E o que acontece se, além de se fazer isso, se propuser que as atuais

[170] Já que ele estava interessado em colher lições da história, poderia perfeitamente ter se perguntado se o trágico desfecho da experiência chilena não teria decorrido do contrário do que ele afirma, ou seja, da *insistência* do PC chileno, com Allende, em confiar na institucionalidade burguesa até o final, mantendo o povo desarmado e o monopólio legítimo da violência nas mãos do Estado, até que este último se voltasse contra eles e contra a classe trabalhadora e lhes mostrasse dolorosamente de que lado está nas sociedades capitalistas. Mas Berlinguer não estava interessado em se perguntar sobre isso: ele já havia decidido seu caminho, e restava construí-lo da maneira mais eficiente.

condições, mesmo em momentos de ascenso da classe, não estão maduras, e exigem a todo custo evitar enfrentamentos (evitar "aventuras"), buscando alianças com todos os setores sociais exceto a chamada "burguesia monopolista", e adiando a possibilidade da revolução socialista para um dia em que se obtenha o amplíssimo consenso da maioria aritmética da sociedade combinado a todas as garantias?

É claro que muitas coisas podem acontecer nesse cenário, mas certamente haverá a acentuação de tendências ao apassivamento da classe, ao arredamento do movimento de sua consciência em formas incapazes de pôr-se a tarefa da superação da emancipação política na emancipação humana, e à hipertrofia das objetivações sociais correspondentes a essas formas de consciência (com a proliferação de movimentos corporativos e centrados em demandas específicas, fortalecida ainda mais pela fragmentação polifacética do proletariado no contexto das já mencionadas transformações no modo de produção capitalista a partir dos anos 1960-1970). Nesse caso, isso ocorrerá em detrimento do avanço àquela outra forma de consciência, em que a classe ascende ao entendimento da necessidade de derrubada do sistema fundado sobre o modo de produção capitalista.

Há algo, nisso, que nos interessa diretamente na presente análise. É que tal arredamento tende a dar-se *combinado a uma justificação perfeitamente unitária e coerente de si próprio*, que se constitui em cimento ideológico, emprestando unidade a elementos díspares no real, tornando mesmo possível que seus adeptos se proclamem, defendendo posições reformistas fundadas sobre equívocos teóricos importantes (mas coerentes!), ainda mais revolucionários do que aqueles que trabalham mais diretamente pela derrubada do sistema. Quanto a esses últimos, são considerados esquerdistas, aventureiros ou autoritários por advogarem (e quererem "impor" aos movimentos) algo impossível (ou indesejável) nas atuais condições.

Note-se: o eurocomunismo, o compromisso, o pacto, refletem um momento da luta de classes, que precisa ser amalgamado no plano das ideias através de uma teoria que dê a ele um sentido. As teorias surgidas em momentos históricos de acomodação de importantes setores do proletariado e das classes trabalhadoras à ordem burguesa trazem, em si, esse sentido. Elas mostram que os aparelhos que travam o avanço da consciência da classe também estão na luta, e elevam sua luta à condição para a obtenção da vitória final. Elas sustentam a novidade de um caminho ao socialismo sem perigos, e por que não tentar um caminho sem perigos? Elas, em suma – como boas ideologias – refletem fielmente um momento do real, e daí extraem sua força de atração. Se

esse momento que refletem fielmente é, entretanto, o "real invertido" e esvaziado de história, e portanto sua reflexão também o é, já é outro problema...

Sabe-se que não se deve julgar um homem apenas a partir do que ele diz sobre si mesmo: o eurocomunismo, esse movimento cuja autoimagem era, por um lado, a de uma heroica resistência democrática à perversa ditadura stalinista, e, por outro lado, a de uma inteligente, inovadora e ousada resposta às transformações do capitalismo seu contemporâneo, é inexplicável – e dificilmente compreensível – se não se o considera como fruto de seu tempo, de exigências postas pelo próprio movimento do proletariado no interior do capitalismo e de *respostas políticas* encontradas para incidir sobre ele dentre as quais, por todo um amplo conjunto de razões que estou buscando considerar ao menos de passagem no presente trabalho, foram precisamente as de adaptação da classe operária à ordem burguesa as que prevaleceram, em diversas de suas variantes (num primeiro momento a socialdemocrata, posteriormente a eurocomunista e, no momento atual, a niilista ou pós-moderna de esquerda, que recupera muitos momentos das teorias anteriores), sendo fruto, mas ao mesmo tempo contribuindo para (re)produzi-la, de uma esmagadora e irretorquível (ainda que não insuperável) *derrota histórica* do proletariado e de seu projeto societário (COELHO, 2005, especialmente cap. VII – pp. 390 e ss.).

Para que se explique e se compreenda o surgimento do eurocomunismo devem ser consideradas, portanto, pelo menos as três dimensões a seguir, duas das quais já foram estudadas no presente capítulo: ele é, primeiro, fruto necessário do próprio desenvolvimento do movimento comunista internacional e acomodação à ordem burguesa de diversos PCs ao redor do mundo; segundo, fruto de um ambiente propício ao surgimento de ilusões quanto à institucionalidade burguesa como caminho para o socialismo. A terceira dimensão que ainda não foi discutida (a não ser no tocante à fundação econômica do CME) é que o eurocomunismo compartilha com o pensamento social produzido na URSS no mesmo período importantes bases teóricas comuns, estreitamente relacionadas a uma estratégia de luta política comumente sustentada como a correta para o Ocidente – a da circunscrição da luta socialista aos limites do tensionamento progressivo da institucionalidade burguesa, que é apresentada como uma estratégia de "transição ao socialismo".

Procedamos, então, à abordagem deste problema da *estratégia eurocomunista como consequência e fruto do stalinismo* – e, portanto, como expressão extrema de um fenômeno mais abrangente que atingiu muitos PCs ocidentais, inclusive dentre os que jamais aderiram

formalmente à concepção estratégica eurocomunista.

Deve-se, em primeiro lugar, ter em mente que, no campo do trabalho teórico, o processo de desestalinização jamais conseguiu romper profundamente com o stalinismo na medida em que herdou deste e manteve a subordinação da teoria à tática política, como muito bem lembrado por LUKÁCS ([1967] 1969b, pp. 63 e 154-155) no fim dos anos 1960. O filósofo húngaro, então, diagnosticava um problema que o MCI, tal como existiu até a derrocada da URSS, jamais deu conta de resolver. Deve-se lembrar, ainda, que a aparição do fenômeno do eurocomunismo não deve ser considerada como um raio em céu azul: ele se desenvolveu *gradualmente* nos partidos em que prevaleceu. Esse desenvolvimento, iniciado no plano da política prática a partir da aceitação por parte de certos PCs do axioma da busca pelo socialismo a partir do tensionamento progressivo dos limites da institucionalidade burguesa, se manifesta com certeza já a partir dos anos 1940 na Itália e na França[171].

Um marco importante é o ano de 1944, em que ocorre, na Itália, a "viragem de Salerno" quando da volta de Togliatti de seu exílio soviético, e, na França, a dissolução das "milícias patrióticas" por de Gaulle quando do retorno de Thorez. Tratou-se, *grosso modo*, da renúncia dos dois partidos a enveredar pela via revolucionária quando tal possibilidade esteve, reconhecidamente, posta. Tal marco temporal aponta para a relação entre acomodação à ordem burguesa dos PCs ocidentais (produto, como vimos, da política soviética de priorização de sua razão de Estado em detrimento do internacionalismo proletário e da mundialização da revolução socialista) e advento do eurocomunismo.

Quanto a isso, devem-se ter em mente dois lembretes: primeiro, que a experiência do tempo é muito diferenciada entre períodos de normalidade institucional e outros de ascenso revolucionário (BENSAÏD, 2000); segundo, que partidos e movimentos de massa não são objetivações moldáveis a partir da mera vontade de suas direções, que poderiam dirigi-los para um lado ou para outro quando e como bem entendessem.

A consideração desses lembretes aponta para que cada política adotada por um partido político ao longo de sua história deixa marcas

---

171 Vale aqui um parêntese: o marco inicial é, para alguns autores (MANDEL, 1978; CLAUDÍN, [1970] 1975 e [1970] 1986), a política de Frente Popular praticada pelo MCI ainda nos anos 1930. Pode até ser, mas quanto a isso ainda há a importante disputa sobre o papel dessa política no combate ao fascismo – o que, se não invalida a importância de que se estudem seus desdobramentos políticos no sentido da adesão ao reformismo, ao menos a torna um marco inicial controverso, a exigir estudo mais minucioso do que me foi capaz de realizar no processo de confecção do presente trabalho.

mais ou menos profundas a depender, dentre outras variáveis, da importância histórica do momento em que é posta em prática, da extensão temporal através da qual se desenrola e da disciplina com que é implementada: novos dirigentes são formados em seu âmbito, quadros são profissionalizados (na estrutura partidária ou em estruturas externas ao partido, como o Estado burguês, sindicatos e outros aparelhos da classe etc.), militantes são recrutados aprendendo que aquela é a política correta. Uma linha que tenha tido o profundo impacto histórico que teve a da renúncia à revolução quando tal possibilidade se colocou na Europa nos anos 1940 (tipo de situação em que o tempo dobra-se sobre si mesmo e um lapso curtíssimo pode contar "em dobro, em triplo" – BENSAÏD, 2000 –, marcando profunda e duradouramente toda a militância partidária), não tem como não se fixar visceralmente e produzir *efeitos em lapso temporal muito mais dilatado* do que aquele em que vigeu, especialmente na situação de retorno à legalidade de boa parte dos PCs europeus, que, a partir de então, disputaram e venceram eleições, ocuparam postos em instituições as mais variadas da sociedade burguesa e de seu Estado, tiveram quadros empregados em aparelhos estatais etc.

Nesse contexto, não é de espantar que tenha surgido uma teoria no próprio seio dos PCs que justificasse, de modo unitário e coerente, com alto nível de sofisticação e a mobilização de todas as palavras-chave essenciais do marxismo, sua adaptação à ordem burguesa, ou seja, à seguinte situação de facto a exigir uma resposta política:

> Na década de 1970, os principais partidos comunistas europeus se deram conta de que o seu êxito político dependeria, a partir de então, de sua capacidade de atrair novos eleitores além da classe operária – em particular, das "novas camadas médias" – e de estabelecer alianças funcionais com outras forças políticas. (ROSS, [1983] 2013, p. 232).

Tem-se assim, a contribuir para o surgimento do eurocomunismo, a mesma característica que já vimos ser central no stalinismo: *a subordinação da teoria às necessidades táticas do momento*. Note-se: se isso o inviabiliza enquanto *crítica*, não impede que reflita bastante fielmente aspectos importantes do real, permitindo a formação de uma concepção unitária e coerente sobre ele e possibilitando intervenção política eficaz.

Mas há mais: certos fundamentos teórico-estratégicos do eurocomunismo podem ter sua própria raiz localizada em ideias que vieram à luz inicialmente sob a pena de Stalin. Quanto a isso, deve-se notar que, se alguns desses fundamentos são posteriores aos momentos

políticos aos quais vem de ser feita referência, a partir dos quais se acentua a tendência à acomodação à ordem burguesa dos PCs euro-ocidentais, outros podem, por sua vez, ser encontrados antes de tal processo. Nesse sentido, para além daqueles pontos que já vimos que se aproximam de posições sustentadas pela socialdemocracia clássica – o que aponta para uma reação ao stalinismo através da recuperação de aspectos da herança socialdemocrata – há pontos que são, por sua vez, comuns apenas ao conjunto do MCI.

Dentre estes, MANDEL (1978, pp. 15-16) sugere, por exemplo, que radicam, na teoria staliniana do socialismo em um só país, quatro transformações na base teórico-estratégica de todo o movimento comunista internacional que teriam dado ensejo, posteriormente, ao surgimento de uma importante característica do eurocomunismo – a saber, seu *policentrismo*, que é a combinação entre defesa da existência de caminhos nacionais ao socialismo e refutação da necessidade de articulação centralizada internacional para construí-lo.

A primeira de tais transformações seria a revisão do conceito de revolução mundial e da atualidade dessa revolução na época imperialista; a segunda, a modificação da relação entre a defesa da URSS entendida enquanto bastião da revolução e a subordinação da realização da revolução em cada país aos interesses daquele Estado; a terceira, a transformação dos PCs em instrumentos prioritários da defesa da URSS, o que os submetia aos ziguezagues de sua diplomacia; a quarta, a aceitação de um messianismo nacional soviético.

Tais transformações teriam levado, com o passar do tempo e a demonstração de que elas não correspondiam nem, por um lado, aos interesses mais imediatos do proletariado nos diferentes países capitalistas, nem, por outro lado, aos interesses do próprio aparelho dos PCs nesses países, à reação, em bases nacionais, de suas direções à anterior subordinação aos ditames da política externa soviética. Mas tal reação não se deu, segundo Mandel, através de uma ruptura teórico-estratégica com os quatro itens anteriormente enumerados, e sim *através de sua internalização em cada PC eurocomunista*, que passou a arrogar-se a possibilidade de construção do socialismo completo em seu próprio país, através de um caminho que fosse trilhado negando modelos, construído sobretudo a partir da especificidade das condições nacionais em que estava inserido, contando com amplo consenso no interior da própria nação e evitando a insurreição – resguardando-se também, desse modo, contra possíveis planos imperialistas de intervenção em seus assuntos. Assim, "o 'messianismo nacional' do PCUS iria produzir tantos messianismos como havia de PCs poderosos e materialmente independentes do Kremlin" (MANDEL, 1978, p. 16).

Quanto a isso, Mandel cita o seguinte vaticínio de Trotsky, realizado em 1928 – muitos anos antes da eclosão do eurocomunismo, mas não do início do processo de adaptação à ordem burguesa de parte importante do MCI:

> Se o socialismo é realizável no quadro nacional da URSS atrasada, é-o, com mais forte razão, na Alemanha avançada. Amanhã, os responsáveis do PC alemão desenvolverão essa teoria. O projeto de programa dá-lhes esse direito. Depois de amanhã, será a vez do PCF. Isso seria o início da desagregação da IC segundo a linha do social-patriotismo. O PC dum qualquer Estado capitalista, convencido de que seu país possui todos os fundamentos "necessários e suficientes" para construir por si só a "sociedade socialista integral", deixará de se distinguir, no fundo, da socialdemocracia revolucionária, que, também ela, não começou com Noske mas que definitivamente naufragou contra esse escolho em Agosto de 1914. (TROTSKY [1928] *apud* MANDEL, 1978, p. 17).

Vemos que a defesa do *policentrismo* – ou seja, da existência de diferentes caminhos nacionais ao socialismo e da inexistência de um centro internacional de articulação –, uma das características mais conhecidas (e louvadas pelos opositores da política do "centro único" moscovita) do eurocomunismo, deriva, na forma específica que assumiu em tal corpo teórico, da *interiorização por cada PC, com sinais trocados, do nacionalismo comunista de origem russa* contido na operação política da (suposta) construção do socialismo completo em um só país. É isso o que explica, por sua vez, a fundamentação da defesa do policentrismo, pelo secretário-geral eurocomunista do PCI, na necessidade do respeito "à independência e à soberania de cada partido e de cada Estado" (BERLINGUER, [1969] 2009, p. 51).

A posição berlingueriana não apenas descarta de antemão outras possibilidades de combate à excessiva verticalização do MCI, ocultando-as, como também faz importantes concessões à ideologia burguesa, como a defesa da "soberania nacional" ou "soberania de cada Estado" independente de que classe esteja em sua direção. Tais concessões eram, por sua vez, perfeitamente compreensíveis sob a vigência da política de coexistência pacífica Leste-Oeste, ainda que estranhas à posição que prevalecera no próprio MCI nos primeiros anos após a Revolução de Outubro – que Lênin, como vimos, considerava a única digna do proletário revolucionário, contrapondo-a ao nacionalismo

pequeno-burguês[172].

[172] Ter em conta a política de coexistência pacífica (firmada inicialmente, não é demais repetir, como parte da política externa da URSS) pode ajudar a compreender, também, uma das mais polêmicas posições de Berlinguer – a defesa da permanência italiana na OTAN –, expressa na seguinte declaração: "Eu penso que, não pertencendo a Itália ao Pacto de Varsóvia, deste ponto de vista *há absoluta certeza de que podemos continuar na via italiana para o socialismo sem nenhum condicionamento*. Mas isto não quer dizer que, no bloco ocidental, não existam problemas: tanto é verdade que nos vemos obrigados a *reivindicar, dentro do Pacto Atlântico, um pacto que não colocamos em discussão*, o direito de a Itália decidir de modo autônomo seu próprio destino. [...] *Sinto-me mais seguro estando deste lado*, mas vejo que, também deste lado, existem sérias tentativas de limitar nossa autonomia". (BERLINGUER, [1976] 2009, p. 110 – grifos meus). A posição expressa nessa declaração, que pode mesmo ser considerada desrespeitosa por combatentes comunistas que tenham, ao redor do mundo, sofrido mais diretamente os golpes promovidos pelo imperialismo estadunidense e pelas ações da OTAN, não era a única possível (tanto que não era defendida pelo PCF), mas é bastante coerente com a linha, que estudamos neste capítulo, de respeito à soberania nacional italiana. Vejamos como Coutinho comenta essa famosa declaração de Berlinguer: "Lembro-me de que cheguei na Itália, liguei a televisão e vi Enrico Berlinguer, então secretário-geral do PCI, dando uma entrevista na qual dizia mais ou menos o seguinte: 'Sinto-me mais protegido, para fazer o socialismo que eu quero, sob o guarda-chuva da OTAN do que no Pacto de Varsóvia'. Eu, que ainda pensava com a cabeça de Palmiro Togliatti e, portanto, era bem menos crítico em face da URSS, pensei: 'Mas esse cara é um traidor, isso é um absurdo completo'. Terminei, porém, a partir de minha experiência com o PCI, tornando-me 'eurocomunista'. [...] Dizer que a OTAN era melhor do que o Pacto de Varsóvia foi algo que me chocou profundamente. Mas, ainda que até hoje tenha dúvidas se essa era a real alternativa, aprendi muito nessa minha estada na Itália. Meu ensaio *A democracia como valor universal* não teria sido escrito se não fosse esse meu período italiano". (COUTINHO, [2000] 2006a$_{11}$, p. 174).

08.

NACIONALISMO, DESENVOLVIMENTISMO E SOCIALISMO NA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

> *Deve haver, no mundo globalizado, lugar para um país que tenha um projeto nacional. Porque, se desistirmos disso, seremos colônia mesmo. A questão é: esse projeto de nação ainda pode ser hegemonizado pelas classes dominantes, pela burguesia brasileira? Dificilmente. Um verdadeiro projeto de nação, hoje, só será exequível se existir uma hegemonia política do mundo do trabalho.*
>
> **Carlos Nelson Coutinho**
> [Como pensar? In: Pensar o Brasil]

O crescimento fortemente acelerado registrado na porção capitalista do mundo nas pouco mais de duas décadas compreendidas entre meados dos anos 1940 e a virada aos 1970, combinado ao compromisso fordista relacionado ao padrão a partir do qual tal crescimento se processou nos países centrais, se refletiu no plano da cultura de modos diversos. Pode-se, entretanto, dizer que, especialmente no âmbito de setores de elites ilustradas nacionais em diversos países periféricos (e talvez se possa falar aqui até de uma direção ilustrada internacional, organizada a partir de aparelhos como a Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, criados, justamente, sob iniciativa norte-americana para consolidar sua nova hegemonia em nível planetário no contexto do imediato pós-II Grande Guerra[173]), houve, principalmente no início daqueles anos, uma atmosfera de *euforia* e de aposta no futuro.

É possível ter uma primeira ideia sobre como tal espírito do tempo se manifestava no pensamento desses estratos ilustrados, no Brasil, através da leitura da declaração a seguir, feita por intelectual que, nos anos 1960, fora jovem professor assistente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB):

> [...] no mundo capitalista desenvolvido, a situação parecia favorável ao avanço das forças de esquerda e aos trabalhadores. A economia crescia com alto nível de emprego, predominava o

[173] O Banco e o Fundo Monetário foram criados, ainda em 1944, por iniciativa dos EUA na Conferência de Bretton Woods. Ambos têm sede na capital dos EUA, Washington, DC. A ONU, por sua vez, foi criada em 1945 e tem sede em Manhattan, NY.

> chamado "Estado do bem-estar" (*Welfare State*), países importantes eram governados por socialdemocratas, nos Estados Unidos John Kennedy foi eleito presidente com expectativas progressistas. Para completar, até mesmo a Igreja católica dava sinais de mudança, ao escolher o Papa João XXIII, um pontífice popular com simpatia pelos trabalhadores [*sic*]. É claro que ocorreram algumas crises graves nesse período, entre elas a tentativa de invasão de Cuba por forças cubanas exiladas nos Estados Unidos e com o apoio de Kennedy e, ainda durante o mandato desse presidente, o conflito político, quase militar, entre os Estados Unidos e a União Soviética por causa dos mísseis soviéticos instalados em Cuba. (MIGLIOLI, 2005, pp. 60-61).

Nesse depoimento, apesar de "algumas crises", a tônica geral é percebida como progressista e "favorável ao avanço das forças de esquerda e aos trabalhadores", inclusive "no mundo capitalista desenvolvido". Apesar da grande variação de uma formação social a outra, determinada pela diversidade existente entre as diferentes formações nacionais particulares e em seu interior, a aparência de civilidade capitalista, decorrente da combinação entre crescimento econômico acelerado e concessões às classes trabalhadoras em países centrais durante aqueles anos, serviu como matéria-prima a uma "ideologia do desenvolvimento" (CARDOSO, [1972] 1978), ou "ideologia do progresso" (BORJA, 2011, p. 80), que apresentava o bem-estar supostamente vigente em certos países capitalistas como parte de um *modelo alcançável* pelas nações periféricas (ou retardatárias, ou subdesenvolvidas, designações elas mesmas já impregnadas da referida ideologia[174]), desde que atendidas certas condições e observados certos passos necessários.

Tal ideologia esteve estreitamente relacionada ao *corpus* teórico, no campo do pensamento econômico, da "economia do desenvolvimento" (BORJA, 2011, p. 81), que forneceu arsenal heurístico a projetos governamentais de progresso (capitalista) nacional ao redor do mundo (periférico) inteiro[175].

---

[174] Vale lembrar, aqui, a aguda observação de Gérard Lebrun ao afirmar que empregava com pesar a expressão "países subdesenvolvidos", mobilizando-a apenas para se fazer entender numa situação em que ela se havia tornado clichê. O pesar se devia a que "o conceito de subdesenvolvido tende a emprestar uma boa consciência às nações ex-colonizadoras" (LEBRUN, [1963] 2005, p. 165), cujas classes dominantes são responsáveis diretas por tal "subdesenvolvimento" e trabalham o quanto podem para a manutenção das assimetrias entre os diferentes países na qual ocupam posição vantajosa.

[175] Para uma eficiente introdução ao processo de fabricação da economia do

Esse *corpus* teórico era nitidamente pautado pelo conceito unilateralmente positivo de progresso criticado em capítulo anterior, como sugerido nesta passagem:

> [A] perspectiva do atraso pautada por uma ideologia do progresso linear e convergente entre as distintas nações do mundo capitalista marca definitivamente a economia do desenvolvimento nascida no imediato pós-guerra. A tentativa dos clássicos de naturalizar as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas está na essência dos Pioneiros [pioneiros no campo da economia do desenvolvimento – V.N.], e sua problemática fundamental era: por que nos países atrasados a "mão invisível" não se fazia sentir, e como isto poderia ser remediado? Assim, define mais explicitamente, e em tom de reverência, Gerald Meier, ele próprio um dos Pioneiros: "Como o laureado Nobel Arthur Lewis nos lembra, o que Smith chamou de 'o progresso natural da opulência' é o que hoje chamamos 'economia do desenvolvimento'" (BORJA, 2011, p. 86).

Neste capítulo exporei como, por caminhos diversos e sob formas variadas, algumas ideias-chave dessa ideologia do progresso ou do desenvolvimento determinaram, no campo da teoria social, o pensamento sobre a particularidade da formação econômico-social brasileira, tendo tido importantes rebatimentos – através, sobretudo, do PCB e do ISEB – na constituição da interpretação coutiniana do Brasil.

08a. Entre nacionalismo e desenvolvimentismo: a superação do subdesenvolvimento como caminho e meta

Uma variante especificamente latino-americana da economia do desenvolvimento, o *método histórico-estrutural* de análise econômica e social, também conhecido como *estruturalismo*, teve tremendo impacto sobre o pensamento social latino-americano, especialmente através da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe da Organização

---

desenvolvimento em sua versão inicial, com a exposição clara e sucinta dos pontos centrais das postulações do *big push* de Paul Rosenstein-Rodan, do crescimento equilibrado de Ragnar Nurkse, da oferta ilimitada de mão-de-obra de *sir* Arthur Lewis e do crescimento em etapas a partir de uma decolagem ou *take-off* de Walt Whitman Rostow, cf. BORJA, 2011, seção II, pp. 81-104. Para uma introdução à particularidade da expressão dessa vertente teórica na América Latina e no Brasil, cf. o cap. 02 da Introdução Geral de BIELSCHOWSKY, [1988] 1995, assim como MALTA (coord.), 2011 e o cap. 03 de BORJA, 2013.

das Nações Unidas (CEPAL), tendo tido em Celso Furtado seu principal expoente no Brasil.

Esse estruturalismo constituiu, por sua vez, a base teórica para o *desenvolvimentismo*, que deve ser entendido, ao menos a partir da virada aos anos 1950[176], como um "caso particular da ideologia do desenvolvimento [tomada] em geral" (CARDOSO, [1972] 1978, p. 150). O desenvolvimentismo se constituiu mais propriamente na "ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral, considerada como forma de superar o atraso e a pobreza" latino-americanos, e, na situação que nos interessa mais diretamente, brasileiros (BIELSCHOWSKI, [1988] 1995, p. 77).

Malgrado as diferenças entre as correntes teórico-políticas que professaram tal ideologia entre a virada aos anos 1950 e 1964 no Brasil (os desenvolvimentistas do setor privado, os do setor público não nacionalista e os do setor público nacionalista – , parte I, cap. 05), Bielschowski lembra que seus "traços de união fundamentais eram o projeto comum de formar um capitalismo industrial moderno no país e a perspectiva comum de que, para isso, era necessário planejar a economia e proceder a distintas formas de intervenção governamental" (p. 77).

O mesmo autor mostra, ainda, a seguinte relação entre a ideologia desenvolvimentista e um *programa de ação* política desposado por seus adeptos:

> O pensamento econômico que relatamos estava politicamente engajado na discussão do processo de industrialização brasileira. O conceito-chave que organiza o relato e que lhe concede unidade é o de "desenvolvimentismo". Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:
> a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
> b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de

[176] A tomada da década de 50 como marco temporal inicial deve-se ao fato de que é nela que se firmam, a partir especialmente da atividade intelectual do economista argentino Raúl Prebisch, certos fundamentos heurísticos que põem, na base do desenvolvimentismo, um corpo teórico próprio, irredutível à economia do desenvolvimento referida anteriormente. Constitui-se, a partir de Prebisch, um "original modelo analítico para o exame de problemas econômicos e sociais de países de desenvolvimento capitalista retardatário, qual seja, o método histórico-estrutural de análise, ou simplesmente *estruturalismo*" (DIAS, 2012b, p. 18).

mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;

c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e

d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (BIELSCHOWSKY, [1988] 1995, p. 07).

No Brasil, o impacto da ideologia desenvolvimentista se fez sentir já no segundo governo Vargas (1951-1954), mas ela desabrochou com toda a sua enorme e contagiante força de verdade aparentemente inquestionável[177], galvanizando em torno de si, de um modo ou de outro, setores expressivos das diferentes frações da burguesia, das camadas médias urbanas e do proletariado, somente no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). Foi durante esse governo que ela se constituiu, sem deixar margem a dúvidas, em *ideologia dominante*, em uma acepção ainda mais ampla do que sua afirmação como mera ideologia *da classe* dominante (sem excluir que ela, no fundo, *era e continuou sendo* a ideologia hegemônica no âmbito da classe dominante por muitos anos, inclusive após 1964, quando uma de suas variantes, o desenvolvimentismo do setor público não nacionalista, finalmente se impôs – se não no debate das ideias, através da força e da truculência que esteve do seu lado na nova conjuntura[178]) – ou seja, no sentido de que, devido à larguíssima amplitude da base social e política que a sustentou, *todas* as posições políticas do período, inclusive aquelas que dela divergiam, a ela tinham de se referir (mesmo que para dela divergir) sob pena de não se fazerem sequer compreensíveis para círculos sociais mais amplos, ou seja, sob pena de fugirem ao espírito da época.

Apesar da diversidade de posições gravitando em torno do desenvolvimentismo e das diferenças de ênfase em cada um dos

---

177 O único setor organizado a questionar tal ideologia, ou, pelo menos, seu programa de ação, foi o grupo dos chamados "neoliberais" capitaneados por Eugênio Gudin e Octavio Gouveia de Bulhões, que não eram necessariamente contra a industrialização brasileira, mas sim contra sua indução pelo Estado. Cf. BIELSCHOWSKI, [1988] 1995, p. 33 e parte I, capítulo 04.

178 A partir de abril de 1964, os desenvolvimentistas não nacionalistas que apoiaram os governos encabeçados por militares durante a vigência da ditadura do grande capital ocuparam os mais importantes cargos civis na área econômica e de planejamento, "e seriam principalmente representados por Octavio Gouveia de Bulhões, Roberto Campos, Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen, João Paulo dos Reis Velloso e Carlos Langoni" (BORJA, 2013, p. 33).

governos em que ele constituiu o eixo de ação – o segundo governo Vargas, por exemplo, operou tal processo com tônica nacionalista (o que gerou fortíssima oposição da parte de setores burgueses e militares e custou a vida ao presidente), enquanto o governo Kubitschek o implementou com mais espaço ao capital estrangeiro, de modo "dependente ou associado", e os governos Jânio e Jango oscilaram entre as duas posições (cf. IANNI, [1971] 2009, caps. 03, 04 e 05) –, o fato é que a ideia de *desenvolver a economia brasileira* como meio para *superar as mazelas sociais* vigentes no país era praticamente *consensual* no âmbito de um amplo espectro que se estendia desde setores da grande burguesia brasileira até ao proletariado organizado (PCB inclusive, como veremos em outro momento).

Dito isso, vem a pergunta: mas de onde vinha, afinal, tal poder de atração?

Ele não vinha, certamente, apenas da notável coerência interna do raciocínio cepalino, nem tampouco de nenhuma outra característica pertencente exclusivamente ao mundo das boas ideias. Esse imenso poder de atração vinha, também, do fato de que os intelectuais desenvolvimentistas, a partir de um sistema interpretativo eclético (que empregava conceitos advindos de diferentes tradições teóricas, cabendo aí até mesmo certos termos emprestados do marxismo, articulados, entretanto, em cadeia categorial constituinte de outro corpo teórico no interior do qual adquiriam significado distante do original), formulavam um diagnóstico que *correspondia, na aparência, a problemas de fato enfrentados* na América Latina e no Brasil em seu processo de desenvolvimento capitalista, assim como propunham um programa que *correspondia ao que se praticava na realidade política imediata* daquele momento no subcontinente. Era o momento em que governos desenvolvimentistas vinham pondo em marcha ou acelerando processos de indução da industrialização através de iniciativa e planejamento econômico estatais, com vistas a superar o que se considerava o "atraso" do "subdesenvolvimento" e a alcançar o almejado modelo "desenvolvido" ocidental (trata-se, é claro, de desenvolvimento *capitalista*).

A origem da *política governamental* desenvolvimentista, por sua vez, não se encontra apenas na *ideologia* desenvolvimentista. Parte, na verdade, de um antecedente histórico importante, qual seja, a intervenção pregressa do Estado no processo de industrialização latino-americano e brasileiro, tal como ocorrido até então, através da chamada substituição de importações. O Brasil, em particular, após haver experimentado certo grau de industrialização através de surtos inicialmente localizados entre 1885 e 1895 e, posteriormente, entre 1914 e 1919 (SIMONSEN, [1939] 1973, pp. 16 e 54), vinha se desenvolvendo,

já a partir de meados dos anos 1930, através do processo que ficou conhecido como "industrialização por substituição de importações" (TAVARES, [1977] 2011), em que a intervenção sistemática do Estado já tinha papel decisivo (IANNI, [1971] 2009, cap. 01) no sentido de orientar e planejar uma modalidade de crescimento econômico ocorrida "sob o impulso de restrições externas" (TAVARES, [1977] 2011, p. 72) que demandavam "uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial" .

Vale notar, quanto à relação entre essas restrições externas e o impulso à ampliação e diversificação da capacidade produtiva e industrial, que a própria Maria da Conceição Tavares adverte contra interpretações que ponham a segunda como resposta deliberada e consciente às primeiras, em um esquema em que a substituição de importações corresponderia à intenção declarada de substituir bens importados por outros de fabricação nacional (TAVARES, [1977] 2011, pp. 69-72). A interpretação pela autora do processo em tela, sofisticada e plenamente ciente das precauções metodológicas no campo das ciências sociais quanto à distância entre intenção do agente e resultados socialmente obtidos, pode ser sumariada assim:

> De 1914 a 1945 as economias latino-americanas foram sendo abaladas por crises sucessivas no comércio exterior decorrentes de um total de 20 anos de guerra e/ou depressão. A crise prolongada dos anos trinta, no entanto, pode ser encarada como o ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador. A violenta queda na receita de exportação acarretou de imediato uma diminuição de cerca de 50% na capacidade para importar da maior parte dos países da América Latina, a qual depois da recuperação não voltou, em geral, aos níveis da pré-crise. Apesar de o impacto sobre o setor externo das nossas economias ter sido violento, estas não mergulharam em depressão prolongada como as economias desenvolvidas. A profundidade do desequilíbrio externo fez com que a maior parte dos governos adotasse uma série de medidas tendentes a defender o mercado interno dos efeitos da crise no mercado internacional. Medidas que consistiram basicamente em restrições e controle das importações, elevação da taxa de câmbio e compra de excedentes ou financiamento de estoques *visando antes defender-se contra o desequilíbrio externo do que estimular a atividade interna.* No entanto, o processo de industrialização que se iniciou a partir daí encontrou, sem dúvida alguma, seu apoio na manutenção da renda interna resultante daquela política". (TAVARES, [1977] 2011, p. 64 – grifo meu).

Daí que, sem que fosse esta a intenção inicial dos atores envolvidos, o processo de substituição de importações teria tornado possível a reprodução acelerada e em condições históricas distintas de aspectos importantes do desenvolvimento dos países centrais – notadamente no que tange à industrialização.

Isso quer dizer que já vinha tendo lugar no Brasil, desde os anos 1930, uma rápida e intensa aceleração do desenvolvimento capitalista acompanhada por uma mudança no padrão de acumulação de capital, ambas apresentadas como necessárias e positivas no sentido de solucionar o que era visto como um conjunto de estrangulamentos na economia ou entraves à continuidade e ao aprofundamento do progresso, o que tornou necessária a reconfiguração do próprio Estado brasileiro de modo a capacitá-lo a induzir e dirigir aquelas transformações através de vultosas inversões de recursos e do planejamento econômico sistemático (IANNI, [1971] 2009, caps. 01, 03 e 04), preparando o terreno para o futuro desenvolvimentismo.

O processo que vem de ser sumariado deu ensejo, entre meados da década de 1930 e 1945, ao florescimento de um *nacionalismo econômico* sob a proteção de Vargas. É necessário, portanto, aprofundar alguns pontos de modo a trazer à tona certas determinações referentes ao nacionalismo, que, uma vez alçado à condição de *ideologia de Estado* ao longo do período 1930-45 (mais especificamente a partir de 1937, com o Estado Novo), continuou mantendo posteriormente larga irradiação na vida intelectual brasileira, marcando profundamente o debate político em todo o período 1940-64, e vindo a demonstrar fortes afinidades e importantes diferenças em relação ao desenvolvimentismo juscelinista.

A Revolução de 1930, que pôs Vargas no poder pela primeira vez, fez parte do processo mais geral de esgotamento do modelo agrário-exportador brasileiro tal como vigente na República Velha[179] (1889-1930). Naquele momento, "as frequentes crises ocorridas na 'economia primária exportadora' (borracha, açúcar, café, mineração etc.) e as próprias crises do capitalismo mundial (Primeira Guerra Mundial, Depressão Econômica e Segunda Guerra Mundial) haviam revelado as limitações estruturais" da extrema dependência da economia brasileira com relação a necessidades econômicas e injunções políticas externas ao país (IANNI, [1971] 2009, pp. 64-65). O próprio processo de

[179] Não será possível, devido à distância do tema em relação ao assunto do presente trabalho, aprofundar aqui pontos referentes à República Velha. Ficam, portanto, as sugestões ao leitor: quanto à configuração da economia na República Velha, cf. CARONE, [1970] 1978, Parte I; quanto à dimensão política de sua crise, cf. CARONE, [1971] 1977, Parte IV.

industrialização ocorrido anteriormente, estreitamente relacionado à reorganização capitalista da cafeicultura e, consequentemente, à eminentemente paulista expansão cafeeira (SILVA, [1976] 1986, caps. 02, 03 e 04), mostrou então limites importantes (SINGER, 2007, pp. 262-268).

Tal esgotamento, aliado à profunda crise em que mergulhou a economia brasileira a partir da Grande Depressão de 1929, acarretou a perda da primazia política por parte da antiga oligarquia agroexportadora, que foi substituída no transcurso revolucionário por representantes de diversas oligarquias regionais e da burguesia em processo de consolidação em uma "coligação de capitais agrícolas e industriais" (SINGER, 2007, p. 269). Isso num contexto em que a sociedade brasileira, especialmente na porção sudeste-sul, vinha passando, a partir do desenvolvimento das tendências inerentes à própria economia primário-exportadora até então dominante (dentre elas a já referida industrialização), por um processo de intensificação da divisão social do trabalho, diversificação das camadas urbanas e ampliação dos mercados em livel regional, assim como da integração campo-cidade nesse mesmo nível.

É motivo de polêmica entre os estudiosos do período a determinação de quando foi exatamente que a combinação entre esses elementos gerou, por parte do governo Vargas, uma resposta sob forma da tomada de posição decididamente industrializante, sendo ponto razoavelmente pacífico apenas que isso não se deu nos primeiros anos, entre 1930 e 1937. Há quem sustente que Vargas teria sido hostil aos interesses industriais até 1937, ou que o eixo de sua política econômica teria sido marcado por orientação ortodoxa (e, portanto, contrária à indução da industrialização pelo Estado) no período[180]. Bielschowsky, por sua vez, ladeia a polêmica afirmando que a compreensão dialética de uma sociedade em rápida transformação necessariamente apontará para a combinação entre elementos "tradicionais e inovadores, igualmente marcantes", contendo, portanto, ambiguidades ([1988] 1995, p. 250).

Quem parece apontar o melhor caminho interpretativo para a solução desse problema é Octavio Ianni. O sociólogo captura, argutamente, o problema pelo lado da política, em que a situação bonapartista do Executivo empossado por meio da força, se apoiando simultaneamente sobre um conjunto heterogêneo de forças com interesses diversos (setores com mentalidade ainda escravocrata, liberais urbanos cosmopolitas, coronéis oligarcas, tenentes modernizadores etc.), exige uma difícil combinação entre cautela e iniciativa por parte de

[180] Tais posições se encontram arroladas em BIELSCHOWSKY, [1988] 1995, pp. 249-250.

Vargas, especialmente no início de sua longa estada como chefe do Estado brasileiro.

Assim, se, por um lado, devido às crises que haviam atingido a sociedade brasileira nos anos anteriores, ficaram explícitos, para os grupos e classes sociais envolvidos na Revolução de 30, "a inadequação das superestruturas político-administrativas então em vigor" e os "pontos de estrangulamento" na economia do país, assim como sua crescente complexidade (IANNI, [1971] 2009, p. 34), por outro lado não estava claro para o conjunto daqueles setores qual seria o caminho a tomar para resolver os problemas diante dos quais se encontravam. Por essa razão, o Governo Federal começou imediatamente a criar "comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações" que fornecessem subsídio à formulação das políticas de Estado e da orientação do governo, ao mesmo tempo em que passava a testar as diferentes possibilidades à disposição e incentivava "debates, em nível oficial e oficioso, sobre os problemas econômicos, financeiros, administrativos, educacionais, tecnológicos" etc[181]. .

Desse processo resultou a *política industrializante nacionalista* de Vargas, ou seu *nacionalismo econômico* (IANNI, [1971] 2009, pp. 64-75), "privilegiando setores antes relegados a um segundo plano (especialmente o setor industrial) sem que fosse, contudo, abandonada a prática de valorização do polo agrícola-exportador da economia" (MATTOS, 2009, p. 62). O bonapartismo varguista aprende, através da experiência de governo e do variado, caudaloso e tecnicamente qualificado conjunto de informações que recebe dos conselhos, comissões, institutos etc. criados justamente com o fim de subsidiar o governo quanto a que caminhos tomar, que a maneira de manter unidos e atuando, naquele momento, os diversos setores que aglomera (conduzindo-os inevitavelmente rumo à generalização das relações sociais de capital no âmbito da formação econômico-social brasileira), é através de uma política industrializante por substituição de importações cuja expressão ideológica se dá através do nacionalismo econômico e que atende também, na medida do possível, a interesses das antigas

[181] Nesse sentido, os novos governantes criaram, ainda nos primeiros anos de governo: em 1930, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; em 1931, o Conselho Nacional do Café e o Instituto do Cacau da Bahia; em 1932, o Ministério da Educação e Saúde Pública; em 1933, o Departamento Nacional do Café e o Instituto do Açúcar e do Álcool; em 1934, o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Instituto Nacional de Estatística, o Código de Minas, o Código de Águas, o Plano Geral de Viação Nacional, o Instituto de Biologia Animal (IANNI, [1971] 2009, p. 35). O governo Vargas continuou criando diversos destes órgãos nos anos seguintes, como o Conselho Nacional do Petróleo e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1938 e o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial em 1944 (p. 36).

oligarquias.

Tratava-se, portanto, da política pragmaticamente necessária e eficiente para manter a ordem, mudando tudo para que tudo permanecesse como estava, e, como na frase de um dos articuladores da Revolução de 1930, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada – sempre lembrada por Carlos Nelson Coutinho – fazendo a revolução por cima antes que o povo a fizesse por baixo (COUTINHO, [1977-79] 2011b[2], p 51).

O fato é que os processos socioeconômico e político sumariados anteriormente punham demandas. Ainda que isto não se tenha dado imediatamente, cumpria, em plena situação de crise – e não se trata aqui apenas da Crise de 1929, mas também da chegada da II Grande Guerra poucos anos depois, com as dificuldades que acarretou para a economia dependente brasileira – "produzir no país os novos produtos (de consumo), os equipamentos e as matérias-primas que não podiam ser importados" (SINGER, 2007, p. 277) e que eram requeridos nesse contexto crescentemente capitalista.

Tal necessidade, por sua vez, esbarrava no seguinte problema:

> Acontece que estas mercadorias já eram produtos da Segunda Revolução Industrial, provenientes de um capitalismo que se tornou monopolista. Isto significa que a produção de automóveis ou caminhões, derivados de petróleo ou produtos farmacêuticos, eletrodomésticos ou material de comunicação não poderia ser feita em pequena escala, por empresas familiares, que cresceriam paulatinamente mediante a acumulação de seus próprios lucros. A substituição de importações que se impunha, a partir dos anos 30, requeria uma reestruturação em profundidade das relações de produção. (SINGER, 2007, p. 277).

Em tal situação, "tornava-se necessário que o Brasil passasse à etapa do capitalismo monopolista" (SINGER, 2007, p. 278), passagem essa que foi iniciada sob Vargas mediante a mobilização ostensiva do capital estatal e o aparelhamento do Estado para a intervenção sistemática e abrangente na economia mediante o planejamento econômico. Houve disputa entre as classes e frações de classe dirigentes sobre qual deveria ser o caminho a seguir: se o tomado por Vargas, ou o recurso prioritário ao capital estrangeiro, ao capital privado nacional, ao mercado de capitais ou às possíveis combinações entre eles.

Não é necessário entrar nos detalhes de por que prevaleceu o caminho efetivamente tomado por Vargas. Quanto a isso, é possível lembrar que o mercado de capitais no Brasil era, a essa altura,

incipiente (sendo seu desenvolvimento e consolidação no país obra e graça da ditadura do grande capital inaugurada em 1964), e que "no período 1933-55 [...] o capital monopolista dos países industrializados não se mostrou interessado em se inserir, em proporções significativas, no processo de industrialização do Brasil" , situação de que são ilustrativas as tentativas frustradas do governo, nos anos 1940, em atrair as americanas *US Steel* e *DuPont* para o empreendimento da Companhia Siderúrgica Nacional. Quanto ao sempre laborioso e prestativo capital nacional, esse era, no referido momento, "embrionário e débil" , e já vimos que, de todo modo, o aparelhamento do Estado para a intervenção sistemática na economia é exigência universal no período monopolista do capitalismo, sendo incontornável devido à própria evolução do modo de produção.

A política econômica daí decorrente, qual seja, o redirecionamento pelo Estado da economia brasileira no sentido da *expansão do mercado interno* – ou seja, no sentido da constituição de um mercado nacional, de uma economia nacionalmente integrada –, "adotando uma estratégia em que a industrialização aparece como instrumento para tornar a economia nacional o menos dependente possível do mercado mundial"[182] (SINGER, 2007, p. 271), *encontrou adequada legitimação ideológica no nacionalismo*, que, em sentido lato, já vinha dos anos 1920. Ele, anteriormente preterido nos círculos ilustrados brasileiros em nome de um cosmopolitismo europeizado[183], tinha tomado forte impulso a partir da crítica à fragilidade e à dependência nacionais no contexto da crise da economia cafeeira em que "o tenentismo, a nascente burguesia industrial, os setores mais politizados do proletariado e alguns grupos da classe média, todos estavam, de alguma forma, identificando a solução dos seus problemas em soluções de tipo nacionalista" (IANNI, [1971] 2009, p. 64) e em que "os próprios movimentos artísticos surgidos na década de 1920 estavam fortemente impregnados de tonalidades nacionalistas" .

A promoção da *ideologia nacionalista* pelo Estado varguista tem, portanto, a especificidade de se dar no movimento de *constituição de uma economia nacional integrada*, de um *mercado nacional* a ser

---

[182] Deve-se notar de passagem que, neste ponto particular (o da intenção de autonomia nacional contra a dependência), tal estratégia não foi continuada nem aprofundada, mas antes revertida, pelo modo de industrializar aplicado no governo Kubitschek. Cf. IANNI, [1971] 2009, especialmente os caps. 03 e 04.

[183] Quanto a isso, talvez a referência mais sugestiva da mudança de mentalidade seja literária: cf., para o tratamento marginalizador dado pela elite dirigente brasileira ao nacionalismo nas primeiras décadas do século XX, *O triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto.

progressivamente alargado e homogeneizado, da criação de grupos monopolistas nacionais através da intervenção do Estado nacional, inicialmente dirigidos por ele e a ele vinculados sob a forma de empresas nacionais estatais.

Tem-se assim que a promoção do nacionalismo sob Vargas o impregna de especificidades, apresentando-o sob a forma do *nacionalismo econômico* que pode ser definido nestes termos:

> O nacionalismo econômico revelou-se como uma manifestação da *ideia de desenvolvimento, industrialização e independência*, em face dos interesses econômicos dos países dominantes. A ideia de *economia nacional* implicava a nacionalização das decisões sobre política econômica. Portanto, o nacionalismo econômico compreendia a ideia e a decisão de criar um *capitalismo nacional*. A emancipação econômica de que falavam governantes, empresários, técnicos, líderes políticos e militares não era outra coisa senão a manifestação da consciência de que era possível e necessário criar novas condições (políticas tanto quanto econômicas) para formar-se *uma economia organizada nos moldes de um capitalismo de tipo nacional*. Nesse sentido, para essas classes e grupos sociais, era possível conquistar nova posição para o Brasil nas relações internacionais.
> O que estava em jogo, pois, era *uma estratégia política determinada, para a realização do desenvolvimento econômico e a industrialização.* (IANNI, [1971] 2009, p. 74 – grifos meus).

Precisando: o que estava em jogo sob a ideologia nacionalista de Vargas era uma estratégia política determinada, para a promoção do desenvolvimento capitalista pelo Estado através da aceleração da industrialização, resultando na generalização da relação social de capital país afora. Note-se que o núcleo motor de tal ideologia, apesar das diferenças referentes ao acento decorrente da interpretação diferenciada de quais seriam os principais problemas a serem superados no processo de desenvolvimento brasileiro, é o mesmo do que aquele que viria a constituir o principal móvel do desenvolvimentismo: tratava-se de *advogar o desenvolvimento da economia (capitalista) nacional como meio para superar os problemas sociais e econômicos do país*, inclusive a desigualdade social e as desigualdades regionais.

É isso, aliás, que permite que Bielschowsky ([1988] 1995, cap. 09) remeta as origens do que ele chama de "ciclo ideológico do desenvolvimentismo" ao período compreendido entre 1930 e 1945, mostrando que é nesse momento da história brasileira "que surgem, mais ou menos simultaneamente, quatro elementos ideológicos

fundamentais ao projeto desenvolvimentista, que se sobrepõem e ultrapassam os limites do ideário industrialista anterior" (p. 250).

São eles:

a) Gera-se a consciência de que é necessário e viável implantar no país um setor industrial integrado, capaz de produzir internamente os insumos e bens de capital necessários à produção de bens finais. [...]
b) Cria-se a consciência da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida. As discussões relativas à viabilidade de investimentos de grande porte na indústria pesada, como em siderurgia ou refinação de petróleo, foram momentos básicos nesse processo. Além disso, foram recorrentes as reivindicações e propostas de indústrias no sentido de criar bancos dedicados ao financiamento da expansão de capital fixo na indústria. Também se discutia, em órgãos como o Conselho Federal do Comércio Exterior e o Conselho Técnico de Economia e Finanças, a possibilidade de criar novos impostos [...], bem como a possibilidade de aplicar fundos de órgãos da previdência social em novos empreendimentos industriais.
c) Paralelamente à formação da ideia de que o Estado é o guardião dos interesses coletivos da nação e o promotor da unificação nacional [...], a ideia de intervenção governamental em apoio à iniciativa privada deixa de ser manifestação isolada de alguns industriais e ganha maior legitimação entre as elites empresariais e técnicas do país. Simultaneamente, a ideia de planejamento começa a se impor como um imperativo, diante do quadro de desordem, imposto pela crise internacional, e da debilidade da estrutura econômica do país e do próprio empresariado nacional. [...]
d) O nacionalismo econômico, até então pouco expressivo no país, ganha nova dimensão. Em primeiro lugar, acirra-se o sentimento anti-imperialista clássico, de defesa de barreiras alfandegárias e do controle nacional sobre os recursos naturais. [...]. Em segundo lugar, [...] começa a ganhar expressão um novo nacionalismo econômico: o da visão de que a industrialização só é viável através de um apoio estatal que vá além do planejamento e do controle sobre recursos naturais, passando a incluir também investimentos diretos em transporte, mineração, energia e

> indústria de base [...] [gestando-se] "uma política ao mesmo tempo estatizante e nacionalista". (BIELSCHOWSKY, [1988] 1995, pp. 251-252).

O comentarista assinala que o fortalecimento do nacionalismo econômico *acirrou o sentimento anti-imperialista clássico*, identificado como a "defesa de barreiras alfandegárias e do controle nacional sobre os recursos naturais". Nesse contexto estouraram as campanhas por nacionalizações, cujo símbolo mais conhecido é certamente a que desembocou na criação da Petrobrás.

Essa observação dá ensejo à seguinte advertência: o *imperialismo* era, ao longo desses anos, geralmente entendido como os supostos "interesses do centro imperial em manter os países em desenvolvimento produzindo bens primários" (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 201) e o desenvolvimento era, portanto, entendido como "fruto de uma estratégia nacional definida com a participação das burguesias nacionais e dos técnicos do Estado" . Isso fazia com que o *desenvolvimento capitalista periférico* se apresentasse, através das lentes dessa interpretação do imperialismo como inimigo do desenvolvimento (tomado assim mesmo, sem qualificativos), como sinônimo de uma *vitória anti-imperialista* parcial.

Aqui é necessário um esclarecimento. O autor que vem de ser citado afirma que a "teoria do imperialismo" é aquela que "explica o subdesenvolvimento principalmente como resultado da ação imperialista das grandes potências, que busca manter os países da periferia [como] exportadores de produtos agrícolas e matérias-primas" (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 205). Esse intelectual, muito respeitado em certos meios, se equivoca frequentemente quando trata da teoria marxista ou toma de empréstimo categorias dela originárias. Vale lembrar, quanto a isso, a advertência dada por John Weeks quanto aos maus usos do conceito de imperialismo, transformado em categoria explicativa de uma suposta "'exploração' dos países fracos e pobres pelos países ricos e poderosos" ([1983] 2013), que tantos atribuem a Lênin sem saber que esse era justamente um ponto fundamental em que ele divergia de Kautsky.

Mas esse erro não é apenas de Bresser: as características da suposta "teoria do imperialismo" tais como enumeradas por ele – que refletem, de certo modo, o desinteresse real do capital monopolista dos países centrais na industrialização periférica vigente até aproximadamente a década de 1940, mas não depois[184] – *deram a tônica*

[184] Ernst Mandel mostra que, após a crise de 1929 e, especialmente, depois da II Guerra Mundial, houve uma alteração na configuração das exportações

da interpretação de ampla parcela das forças sociais atuantes no Brasil entre os anos 1940 e 1964 quanto ao que seria o "imperialismo" contra o qual se lutava, estando na origem de inversões como a de não se enxergar o *desenvolvimento* do capitalismo nos países periféricos (e, a partir daí, a forma *peculiar* sob a qual ele se processou) como *decorrente* do imperialismo, e não *contrário* a ele, e de se associarem, portanto, avanços no desenvolvimento capitalista nacional a vitórias anti-imperialistas.

Dito isso, retomemos o rumo dos acontecimentos no Brasil entre meados dos anos 1940 e a virada aos 1960. O processo iniciado nos anos 1930 sob Vargas teve sua culminação no governo JK, mas já em contexto internacional bastante diferente: se consolidava então o deslocamento da supremacia sobre a porção capitalista do planeta da Europa (notadamente, da Inglaterra) aos Estados Unidos. Nesse quadro, JK se notabilizou por implementar políticas no sentido de um desenvolvimento dependente – ou, na perspectiva governamental, associado (IANNI, [1971] 2009, cap. 04) –, que tiveram, assim como o nacionalismo varguista, poderoso efeito de estímulo e de atração no plano da cultura, reforçando o que chamei anteriormente de euforia desenvolvimentista, ou seja, o sentimento de aposta de amplos setores sociais no desenvolvimento do capitalismo para superar o suposto "atraso" brasileiro.

Todas as quatro ações-mestras do governo JK – o Plano de Metas, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Operação Pan-Americana (OPA) e a "meta-síntese" da construção de Brasília – contribuíram para a referida euforia, cada uma a seu modo.

No caso do Plano de Metas, que "visava transformar a estrutura econômica do país, pela criação da indústria de base [ou melhor, por sua expansão e consolidação, já que o processo de criação havia sido iniciado sob Getúlio – V.N.] e a reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial" (IANNI, [1971] 2009, p. 151), tal efeito catártico se deu, até certo ponto, em consequência de seu sucesso. Além do aprofundamento da reconfiguração das próprias relações de classe em curso em diversas regiões do país, em que passa a

---

provenientes dos países imperialistas nos marcos de um redesenho da divisão internacional do trabalho, em que aos países periféricos passaria a competir não apenas a produção de produtos primários, mas também a de bens industrializados leves (MANDEL, [1962] 1971, tomo 2, pp. 98-100; [1972] 1985, cap. 02). Não se deve desconsiderar, no conjunto de vetores que contribuiu para tal reconfiguração, a reação das grandes empresas europeias ao importante afluxo de capitais norte-americanos em direção ao próprio continente europeu em tal conjuntura, que promoveu a migração mais efetiva dos capitais europeus para os países periféricos (LUPATINI, 2015, p. 364).

existir ou se expande numericamente e se concentra um proletariado e se deslocam setores das camadas médias, há outros efeitos de monta – nem sempre tão profundos socialmente, mas certamente muito visíveis culturalmente.

Dentre eles, vale a pena mencionar dois: primeiro, o *desenvolvimento integrado do conjunto industrial*, com expansão e modernização dos setores de energia, transportes, alimentação e de base, além da larga expansão da indústria de bens de consumo duráveis, implementada basicamente através de investimento privado externo, que massificou, por exemplo, a produção automobilística no país; segundo, estreitamente relacionado a esse, a consolidação da *integração* de todo o Brasil, anteriormente segmentado em regiões entre as quais se circulava com dificuldade, mediante a construção intensiva de abrangente malha rodoviária.

Quanto a esse último ponto, Ianni chama a atenção para seu profundo impacto extra-econômico, em campo que aqui nos interessa diretamente devido a seu efeito no plano ideológico – o campo político-cultural:

> É inegável que a criação da indústria automobilística foi o empreendimento que sobrepujou todos os outros, pelo significado econômico e pelo sucesso político. A produção automobilística em geral (automóveis, utilitários, jipes e caminhões) cresceu rapidamente, o que tornava visível, para as populações urbanas e, em parte, rurais, os resultados palpáveis da política econômica governamental. [...] Ao tratar os brasileiros, em seus discursos, como "soldados do desenvolvimento" e focalizar a industrialização acelerada como "imperiosa necessidade" e verdadeira "condição de vida", Kubitschek estava exprimindo e conduzindo a reformulação da auto-concepção de extensos segmentos das classes sociais urbanas. [...]
>
> Nesse sentido, as metas relacionadas com as ferrovias e as rodovias também desempenharam um papel extra-econômico. A construção e o reaparelhamento das ferrovias e, principalmente, a construção e pavimentação de rodovias exerceram um efeito "mágico" na mente de uma parte dos habitantes das pequenas e médias cidades, onde não eram visíveis os investimentos industriais. (IANNI, [1971] 2009, p. 155).

Assim, a aceleração, o aprofundamento e a intensificação da industrialização brasileira, processo que começa com Getúlio na segunda metade dos anos 1930 e avança, passando por sucessivos

governos, até o Golpe de 1964 (quando muda de qualidade devido ao evidente e inconteste caráter autocrático-burguês do novo regime, assim como ao atrelamento ao imperialismo que o caracteriza, o que, portanto, esvazia *parte* das ilusões da esquerda materializadas em apostas no desenvolvimento capitalista – ou, quando menos, as esperanças depositadas na burguesia nacional – como caminho para a solução dos problemas brasileiros), tem na euforia desenvolvimentista sob Juscelino um importante momento, como fica claro através da análise de suas principais ações governamentais.

Juscelino herda e aprofunda, a seu próprio modo, o legado de Getúlio. Um exemplo: já a partir da mudança de projeto decorrente da reconfiguração do bloco de poder no Brasil com a Revolução de 1930 havia sido necessário "abrir as regiões semi-isoladas, que viviam em economia de subsistência, e integrá-las na divisão inter-regional do trabalho, o que significava, ao mesmo tempo, ampliar o mercado para o capital industrial e portanto a base para sua acumulação" (SINGER, 2007, p. 271). Isso foi feito através do transporte rodoviário, que passou a substituir já nessa época as ferrovias como principal meio de transporte terrestre e teve o efeito "mágico" referido por Ianni de reforçar a certeza, Brasil adentro, de que se avançava no caminho certo. Esse efeito foi reforçado sobremaneira com a expansão da malha viária sob Juscelino combinada ao desenvolvimento sem precedentes no país da indústria automobilística, marcas registradas de seu Plano de Metas.

Quanto à construção de Brasília, além de poderosíssimo estímulo ao desenvolvimento da vertente moderna das artes mais diretamente relacionadas ao levantamento de um empreendimento daquela magnitude (donde, por tabela, o apelido de "presidente bossa-nova", que sugere uma espécie de patrono da arte moderna brasileira) – como a arquitetura, o urbanismo, o paisagismo, a azulejaria, o muralismo etc., cujos principais artistas responsáveis se projetaram mundialmente como edificadores de uma cidade-sonho que apontava para o futuro –, ainda desempenhou significativo papel simbólico mais geral, constituindo-se em "prova concreta de que o governo estava, realmente, realizando as tarefas de 'cinquenta anos em cinco', como dizia um dos lemas da administração federal" (IANNI, [1971] 2009, p. 155). É nesse sentido que Octavio Ianni pondera que "talvez se possa dizer que a criação da indústria automobilística e a construção de Brasília transformaram-se nos símbolos do governo Kubitschek, e, ao mesmo tempo, do 'novo Brasil'" ([1971] 2009, p. 155).

No tocante à Operação Pan-Americana, constituiu, ao mesmo tempo, esforço no sentido de atrair capitais norte-americanos para o desenvolvimento brasileiro e instrumento oficial destinado a "capitalizar

politicamente a insatisfação reinante com a política norte-americana e aumentar [...] as bases internas de sustentação política do governo" (MALAN, 2007, pp. 107-113), com o Estado brasileiro atuando no sentido de fortalecer a posição da América Latina perante os Estados Unidos em uma situação em que se buscava, internamente a essa mesma América Latina, o lugar de supremacia regional (IANNI, [1971] 2009, p. 151). É de se mencionar o papel que uma iniciativa como essa jogou no sentido do fortalecimento de um sentimento nacional de *ufanismo*, que só fazia reforçar a percepção geral da importância da *soberania* e do *desenvolvimento nacional* como caminho e como meta[185].

No que diz respeito à criação da SUDENE, é necessário ressaltar dois aspectos principais. O primeiro, marcadamente presente no discurso das autoridades responsáveis por sua criação – e aceito por Ianni no texto que vim mobilizando como apoio à interpretação dos pontos anteriores –, é o que diz respeito à sua fundação "para fazer face aos problemas econômicos e políticos (principalmente políticos) que se agravavam de modo crescente na mais importante 'região-problema' do país" (IANNI, [1971] 2009, p. 151).

O sociólogo paulista afirma o seguinte:

> A nosso ver, esse órgão federal surgiu num momento em que se revelavam de modo particularmente aberto e intenso os antagonismos políticos na sociedade do Nordeste. Ou melhor, a Sudene foi criada numa época em que as desigualdades econômicas e sociais naquela região adquiriram conotações políticas de cunho pré-revolucionário. No momento em que as massas camponesas deixaram de acomodar-se às soluções de estilo oligárquico (consubstanciadas nos padrões de controle social e de liderança política próprios do *coronelismo*), nesse momento, os grupos dominantes no Nordeste e o Governo Federal (Executivo e Legislativo) decidiram agir politicamente. Trata-se de controlar ou dominar as tensões crescentes na região. (IANNI, [1971] 2009, pp. 151-152).

Essa interpretação se combina muito bem com o quadro que esbocei ao apresentar o contexto sócio-político-cultural em que se deu a formação inicial de Carlos Nelson Coutinho, compreendida entre os anos 1950 e 1964. Assim, as oligarquias dominantes no nordeste precisam pedir reforços ao governo federal no momento de sublevação do

---

185 A ideia de que na ideologia desenvolvimentista o desenvolvimento (capitalista) é, *ao mesmo tempo*, caminho e meta, é exposta de modo firme e inteligente em PRADO, 2015.

movimento camponês, e esses reforços não vêm apenas sob forma de coerção, mas também de outros mecanismos visando ao estabelecimento e à manutenção do consenso.

Mas há outro elemento que me parece pelo menos tão importante quanto o assinalado pelo autor. É que reconhecer que a criação da SUDENE se inscreve no desenvolvimento capitalista brasileiro sugere lembrar que a sede de expansão do capital, também ela, pode ter "deixado de acomodar-se" às restrições em termos de mercado interno no Brasil, exigindo a criação de um mercado nacional unificado e relativamente homogêneo. Nesse sentido, se é verdade que os "grupos dominantes no Nordeste" decidiram "agir politicamente", foi possivelmente também por verem em tal ação a possibilidade de avultados ganhos em termos econômicos, para além daqueles políticos já apontados. Afinal, sabemos bem como as oligarquias dominantes costumavam e costumam tratar movimentos sociais explosivos no Brasil: à base da bala e do porrete, subsidiariamente combinados a programas de desenvolvimento para calar a boca dos de baixo e locupletar os de cima.

O importante a ressaltar quanto à SUDENE é que, independente do discurso ideológico que a legitimasse, ela, sintonizada com o espírito desenvolvimentista de superação das mazelas do Nordeste – tido então, como vimos, como a mais importante "região problema" do país –, era criada tendo como fundamento o mesmo axioma que temos acompanhado ao longo desta seção: de que *o meio para a superação das desigualdades regionais era o desenvolvimento integrado do capitalismo nas diferentes regiões.* E foi isso que ela buscou impulsionar.

Vemos assim que naquelas décadas, nos anos anteriores a 1964, tudo aparentemente confirmava que o desenvolvimento capitalista despontava como solução dos principais problemas brasileiros, todos eles enfeixados sob a rubrica do "atraso" – e ali estavam as ideologias do desenvolvimento e do progresso, além da ciência econômica avançada e autenticamente latino-americana da CEPAL, para confirmar.

08b. Entre anticomunismo e socialismo: o nacional- senvolvimentismo isebiano

É necessário agora submeter a exame aquela entidade que ficou conhecida como a "fábrica de ideologias" (TOLEDO, [1974] 1978) do pré-1964, que materializou em sua própria existência o espírito desse tempo: o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB. Essa instituição esteve presente, através de suas publicações, dos debates e cursos que promoveu, e, sobretudo, da ideologia que ajudou a formular e

disseminar – o nacional-desenvolvimentismo, espécie de amálgama entre o nacionalismo e o desenvolvimentismo que vimos de estudar –, na educação de toda uma geração intelectual espalhada pelo território nacional, como também na interpretação do Brasil de então pelo próprio PCB, assim como, declaradamente, na formação da visão do mundo e do Brasil de Carlos Nelson Coutinho.

Comecemos por esse último ponto. Quanto a isso, Coutinho é taxativo, afirmando a importância do ISEB para a formação de sua geração, contra, inclusive, a suposta importância da USP no mesmo período (que ele restringe a São Paulo, em contraposição ao alcance nacional do Instituto).

Afirma o autor:

> [...] falando dos anos 60, [...] o que se pensou naquele período histórico não foi pouca coisa. [...] Por exemplo, quem de nós, jovens na época, não lia aqueles livrinhos do ISEB de ponta a ponta? O ISEB tem um peso decisivo na formação de nós todos que não estudamos na USP, porque acho que quem estudou na USP teve uma outra formação. Eu só conheci o chamado "pensamento uspiano" depois do golpe de 64, quando vim para o Rio. Até então eu era um leitor de Caio Prado Jr., de Nelson Werneck Sodré e do ISEB; aliás, ler Nelson Werneck Sodré e o ISEB era mais ou menos a mesma coisa. Acho importante destacar esse fato. Como acho importante lembrar que nenhum de nós, que vivíamos fora de São Paulo, tivemos a menor ideia de que aqui se fazia um seminário sobre *O Capital*. Acho que os participantes deste seminário valorizam excessivamente o que fizeram. Eu, na Bahia, e Leandro Konder, no Rio, já líamos não só Marx, mas também Gramsci, Lukács, Benjamin. (COUTINHO, 2001, p. 123).

Dito isso, passemos o ISEB em revista. Fundado oficialmente, "a partir de estudos que vinham do final do governo Vargas" (JAGUARIBE, 2005, p. 31), em 14 de julho de 1955 pelo governo Café Filho[186], o

[186] "Triste sina a do ISEB: personagens secundários da vida política brasileira foram os principais protagonistas nos atos de criação e extinção da instituição em meados dos anos 50 e 60" (TOLEDO, [1974] 1978, p. 31). As personagens em questão são João Café Filho, presidente do Brasil após o suicídio de Vargas e, oficialmente, criador do Instituto, e Paschoal Ranieri Mazzili, presidente interino a partir do golpe de 1964 e até a posse de Humberto de Alencar Castello Branco. Lembra o autor que os dois, "através dos decretos que assinavam, nada mais faziam do que assumir os papéis de *agentes* de decisões que eram reclamadas e impostas por (novos) grupos hegemônicos. Na criação, pela necessidade do Estado providenciar agências que

instituto atravessou três diferentes fases, além de um primeiro momento usualmente definido como o de suas "origens" (JAGUARIBE, 2005, pp. 31-34; MIGLIOLI, 2005, pp. 62-64; PEREIRA, 2005, pp. 253-256).

Quanto a este marco zero, compreendeu inicialmente, a partir de julho de 1949, a reunião de um conjunto de intelectuais, capitaneados pelo advogado Hélio Jaguaribe, em torno de um espaço semanal obtido no *Jornal do Commercio*, em página dedicada ao debate cultural e filosófico, em que o grupo buscava "superar o dilema positivismo-marxismo" (JAGUARIBE, 2005, p. 31), tentando reunir em uma mesma postulação epistemológica "alguns dos elementos fundamentais do legado marxista" a "algumas das regras de legitimidade do positivismo", sem, entretanto, "aceitar a teoria do materialismo histórico" , e tendo como preocupação motivadora "a vontade de compreender a correlação entre uma visão geral da cultura universal e a problemática brasileira em sua especificidade" .

Formado por um grupo de intelectuais ligados a posições teóricas e políticas bastante distintas (de ex-trotskistas – o próprio Jaguaribe afirma ter sido trotskista na juventude, como forma de ser "marxista não-stalinista" – a ex-integralistas, de gente simpática ao marxismo a adeptos do existencialismo alemão [JAGUARIBE, 2005, pp. 32-33]), o grupo tinha em comum, além da ambição teórica referida, especialmente dois pontos: primeiro, o fato de constituir-se de gente bem-relacionada no seio do corpo dirigente do Estado brasileiro, em diversos escalões dos diferentes poderes; segundo, uma noção do papel do intelectual devedora, direta ou indiretamente, do pensamento de Karl Mannheim[187] – e, portanto, a atribuição à *intelligentsia* "livremente flutuante" (*freischwebende Intelligenz*) da capacidade de arbitrar o conflito entre as diferentes classes sociais a partir da produção de conhecimento na perspectiva da totalidade, que só seria possível na sociedade moderna a este estrato relativamente autônomo em relação a elas, a seus interesses imediatos e a suas lutas (cf. MANNHEIM, [1936] 1979, especialmente o capítulo III).

Animados com a repercussão de seu trabalho no suplemento

racionalizassem o surto de desenvolvimento do país; na extinção, pela consolidação das forças político-militares que julgavam a existência do ISEB um 'desserviço à Nação'" .

[187] Essa influência da reflexão de Mannheim sobre o grupo formador do ISEB foi destacada por MIGLIOLI (2005, p. 64). O autor não afirma que todos liam e aprovavam o pensamento mannheimiano, mas sim que sua concepção do papel do intelectual "agradava ao pessoal do ISEB ou pelo menos a alguns; primeiro, porque eles se julgavam parte da *intelligentsia* (o que, pela própria denominação, dava-lhes um sentimento de superioridade) e, segundo, porque isso eximia suas ideias da acusação de serem ligadas a interesses de classes, em particular da burguesia" .

jornalístico e pensando em influir mais diretamente sobre a formulação da política governamental do período, alguns destes intelectuais começaram, em 1952, a realizar reuniões mensais em espaço cedido pelo Ministério da Agricultura (um dos componentes do grupo, Rômulo de Almeida, era chefe de gabinete desse ministério) em Itatiaia, a meio caminho entre o Rio de Janeiro e São Paulo (PEREIRA, 2005, p. 254). A ideia, nesse momento inicial, era contribuir para o desenvolvimento brasileiro "por intermédio da assessoria governamental, da consultoria, da elaboração de propostas e projetos" , trabalhando conjuntamente ao governo, subsidiando-o. Foi este Grupo de Itatiaia que criou, em 1953, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), financiado privadamente por Hélio Jaguaribe e que passou a editar uma revista, a *Cadernos de Nosso Tempo* (p. 255).

A partir daí, dois de seus membros mais ativos, Hélio Jaguaribe e Roland Corbisier, passaram a trabalhar junto ao Ministério da Educação no sentido de converter o IBESP em instituição pública e financiada pelo Estado brasileiro. O momento e as intenções com que surgiu o projeto de estatização do IBESP são sugestivos das relações entre a política governamental e a ideologia nacional-desenvolvimentista então em gestação: seu projeto inicial, formulado no momento em que Hélio Jaguaribe elaborava as propostas para o aparelhamento do MEC (cabe lembrar aqui que o antigo Ministério da Educação e Saúde foi desmembrado, em 1953, em Ministério da Saúde e Ministério da Educação e Cultura, o MEC), destinava-se a instalar no Brasil um equivalente ao *Collège de France* – a prestigiada instituição francesa de excelência onde professores de alto nível e notório reconhecimento acadêmico realizam pesquisa de vanguarda em diversas áreas e lecionam conteúdos antes mesmo de que, devido a seu caráter ainda pioneiro, sejam admitidos nas grades curriculares da Universidade –, em conjunto com uma editora onde se publicassem obras de ponta relacionadas aos objetos de estudos da futura instituição.

Tratava-se, portanto, ao menos no plano das intenções, de criar uma espécie de *think tank* dedicado à formulação dos caminhos para a ultrapassagem das "condições de atraso econômico do Brasil" (PEREIRA, 2005, p. 254), e, portanto – assim como nas ideologias nacionalista e desenvolvimentista – de trabalhar para a *superação dos problemas sociais e econômicos brasileiros através do desenvolvimento* capitalista.

A desejada estatização avançou com a assinatura de um convênio entre a CAPES (então Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), naquele momento ainda presidida por seu fundador, o destacado educador Anísio Teixeira, e o IBESP, "que, durante o ano de 1954, organizou 12 seminários intitulados 'Os

problemas de nossa época'" (TOLEDO, 2005, p. 143) que constituíram o balão de ensaio do ISEB.

O objetivo da estatização do Instituto, temporariamente turbado pelo suicídio de Getúlio Vargas, foi alcançado, como vimos, em 1955 sob o governo Café Filho, mas aqui também houve distância entre intenção e gesto: o ex-IBESP, a partir de então ISEB, nunca obteve os vultosos recursos necessários para funcionar como a instituição de excelência que tencionavam construir seus fundadores, mas apenas o suficiente para remunerar seu diretor – os professores do Instituto trabalhavam, em geral, sem remuneração, tendo, embora, a liberdade de buscar financiamento privado externo junto a instituições interessadas – e, ao longo de seus quase nove anos de existência, editar publicações em tiragem modesta e quantidade limitada. Também nunca foi capaz de influir mais diretamente sobre o centro decisório dos governos durante os quais existiu, o que uma das mais reputadas estudiosas de sua história atribuiu ao fato de que aos intelectuais isebianos – independentemente da autoimagem que tenham eventualmente formado de si próprios e de sua intenção de conselheiros ilustrados da atuação do Estado rumo ao desenvolvimento brasileiro – faltava aquilo que já então se tornara "uma exigência para aqueles que foram chamados a participar da definição da política econômica do governo Kubitschek": o "saber técnico" (ABREU, 2005, p. 104).

É por isso que o grupo do ISEB, embora mantivesse ligações com a nova tecnocracia – a quem compete em larga medida formular e implementar as políticas governamentais a partir de certo ponto do desenvolvimento do Estado brasileiro[188] –, não a integrava, correspondendo antes, segundo Abreu, a um tipo de intelectual de transição entre uma sociedade agrária, onde a função do intelectual guardava especificidades cujo tratamento requeria sobretudo a mobilização de saberes na área das humanidades, e uma "sociedade moderna e industrial, em que o domínio da tecnologia e o conhecimento especializado são os valores almejados" (p. 103).

Ainda assim, Caio Navarro de Toledo, um dos mais profundos conhecedores da história isebiana, abre seu livro mais recente sobre o assunto afirmando o seguinte:

[188] Quanto ao lugar progressivamente ampliado, a partir de 1930, da tecnocracia ou tecnoestrutura estatal na formulação e implementação de políticas por parte do Estado brasileiro, cf.: IANNI, [1971] 2009, especialmente os comentários na Conclusão quanto ao surgimento de uma *tecnoestrutura estatal*; IANNI, 1981, especialmente a Parte I, cap. 02.

> O *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* se constituiu numa experiência cultural inovadora na história política brasileira. O ineditismo do projeto isebiano consistiu no fato de que intelectuais – em sua maioria, não acadêmicos – de várias orientações teóricas e distintas correntes ideológicas se reuniram não apenas para debater e refletir sobre os "problemas cruciais da realidade brasileira"; deliberadamente, visavam também intervir no processo político do país. Foi o ISEB, no Brasil contemporâneo, a instituição cultural que talvez melhor simbolizou e concretizou a noção (e a prática) do engajamento do intelectual na vida política e social de seu país. (TOLEDO, 2005, p. 07).

O fato é que a parcimônia dos recursos públicos investidos, assim como a característica de intelectuais de transição dos isebianos não especialistas[189], ao mesmo tempo em que estiveram relacionadas a fracassos em relação às intenções primeiras dos fundadores do Instituto, parecem ter constituído, do ponto de vista de sua importância histórica, duas das principais razões de sua força. Se não, vejamos.

Ao longo do período compreendido entre a fundação em 1955 e a crise que culminou com a saída de Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos no fim de 1958, chamado pela então principal cabeça do ISEB de sua *primeira fase* (JAGUARIBE, 2005, pp. 34-37), o Instituto manteve as características adquiridas no decurso de sua formação: funcionou como ampla frente intelectual e política. Tratou-se, naquele período, de "identificar e equacionar os problemas brasileiros, levando-se em conta o desenvolvimento das ideias e dos processos sociopolíticos na Europa Ocidental"[190] (p. 34). Foi esse o período da institucionalização: definiram-se seu modo de funcionamento, suas instâncias dirigentes e seu diretor,

---

189 Ignácio Rangel constitui a exceção que confirma a regra: esse isebiano detinha o saber exigido ao desempenho de importantes funções na área de planejamento econômico, tendo atuado na Assessoria Econômica de Getúlio Vargas e na confecção do Plano de Metas de JK.

190 Note-se que nessa definição da preocupação central dos pesquisadores naquele momento, fornecida pelo próprio fundador e principal articulador dos primeiros anos do Instituto, aparece a preocupação com a identificação e o equacionamento dos problemas brasileiros *a partir da consideração do desenvolvimento dos processos sociopolíticos na Europa Ocidental*. Vale lembrar que tal período foi exatamente aquele da propagação de uma ideologia do progresso e da economia do desenvolvimento, em que o resultado dos "processos sociopolíticos da Europa Ocidental" – principalmente o desenvolvimento das formações econômico-sociais francesa, alemã ocidental, italiana, britânica, tais como se encontravam nos anos 1950 – era encarado como *um modelo a ser perseguido como meta* do processo de superação do subdesenvolvimento.

Roland Corbisier (que, segundo Jaguaribe, foi por ele escolhido por representar suas ideias e posições, coincidindo então inteiramente com sua orientação); dividiram-se os Departamentos e escolheram-se seus chefes; iniciou-se, ainda em 1955, a atividade docente através das famosas conferências reunidas sob o título de *Introdução aos problemas brasileiros*, que constituíram no ano seguinte o objeto do primeiro livro publicado pelo Instituto. Além disso, começou-se a ofertar o curso regular, "que seria equivalente a uma pós-graduação nos dias de hoje, com duração de um ano e apresentação de monografia ao final", a "profissionais liberais, militares, professores e funcionários públicos que fossem portadores de diploma de nível superior" (PEREIRA, 2005, p. 257). Criaram-se também os cursos extraordinários, onde não havia a exigência da graduação prévia.

Foi nesse período que o Instituto assentou as bases teóricas para aquilo que veio a ser conhecido como *nacional-desenvolvimentismo* ou *ideologia nacional-desenvolvimentista*. Trata-se de uma variante nacionalista do desenvolvimentismo juscelinista, que, através do resgate do núcleo comum entre ele e o nacionalismo econômico varguista, buscou disputar a orientação das políticas então em curso no sentido de que rompessem com o padrão dependente ou "associado" característico do período JK e se pautassem pela necessidade de um desenvolvimento (capitalista) brasileiro independente ou autônomo – em contraposição ao que se considerava serem as características brasileiras herdadas de sua antiga condição colonial, a dependência e a heteronomia –, cuja meta-modelo eram os países (europeus) "Ocidentais" ingressando então em sua fase de "bem-estar"[191].

Esse corpo de ideias se expressou, de forma relativamente heterogênea – marcada pela particularidade do pensamento de cada autor, de suas referências e de suas diferentes vinculações teóricas –, em obras como[192]: *Condições sociais do poder nacional* e *A redução*

---

[191] Vale notar que a leitura do livro de Miriam Limoeiro CARDOSO ([1972] 1978 – cf., por exemplo, as pp. 132-137, 143-144, 151) mostra como a noção de "Ocidente", entendido, no contexto do discurso ideológico da Guerra Fria, como a síntese de democracia, cristandade e prosperidade (capitalista) compunha o senso comum das forças políticas nacionais desde Juscelino (exceto, ao que parece, dos comunistas). Dá o que pensar... Como foi que esse significado, impregnado no senso comum brasileiro no contexto da Guerra Fria, interagiu com a ressignificação do conceito, anos depois, a partir de sua assimilação proveniente do pensamento de Gramsci, no nível desse mesmo senso comum?

[192] Não se tem aqui, de modo algum, a intenção de fazer um levantamento exaustivo das obras isebianas, mas apenas de exemplificar algumas obras marcantes através das quais se delineou o núcleo ideológico ao qual faço referência a seguir. Para um levantamento, este sim, exaustivo, de obras *do* e

sociológica, de Alberto Guerreiro Ramos; *O Nacionalismo na atualidade brasileira* e *Condições institucionais do desenvolvimento*, de Hélio Jaguaribe; *Ideologia e desenvolvimento nacional* e *Consciência e realidade nacional*, de Álvaro Vieira Pinto; *Perspectiva atual da América Latina* e *Nacionalismo e desenvolvimento*, de Cândido Mendes de Almeida; *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro* e *Introdução à revolução brasileira*, de Nelson Werneck Sodré[193].

Em tal conjunto, apesar de sua variedade, residia um núcleo comum constituído por características a serem apresentadas nos parágrafos a seguir.

Primeira, *localização da raiz dos problemas a serem prioritariamente enfrentados no Brasil em sua condição subdesenvolvida*, e não em sua condição capitalista, o que apontava como solução para eles a *superação do subdesenvolvimento*, a ser realizada através do desenvolvimento capitalista. Tal característica põe como possibilidade – e, até certo ponto, necessidade – a política de alianças com todos os setores interessados nesse mesmo projeto.

Segunda, formulação da intervenção política imediata a partir da *clivagem entre blocos policlassistas*, um entendido como retrógrado ou decadente, constituído pelos oligarcas latifundiários, por setores da burguesia (como o financeiro ou o ligado a atividades meramente primário-exportadoras) e por setores médios não produtivos, e outro entendido como *potencialmente progressista ou emergente,* constituído pela *burguesia industrial,* parcelas dos *setores médios, proletariado urbano e rural* (TOLEDO, [1974] 1977, pp. 117-121).

Terceira, localização da *principal contradição sociopolítica* presente na sociedade brasileira de então no *binômio nação x anti-nação* ou nacional x antinacional. Tal contradição, que exigiria posicionamento de todas as forças politicamente ativas, se insere na clivagem apontada

---

sobre o ISEB e seus intelectuais, cf. BARIANI JR., 2005, pp. 233-252.

193 Nelson Werneck Sodré, ao contrário dos demais isebianos de ponta (ou seja, dos que, como ele, chefiaram departamentos e participaram ativamente da direção do Instituto) mantinha ligações orgânicas e assumidas com o PCB. Isso põe, evidentemente, particularidades em sua abordagem dos problemas ora em discussão. Mas apenas até certo ponto: vale lembrar a declaração do próprio Carlos Nelson Coutinho, que, como vimos, logo após afirmar que se formou lendo os cadernos do ISEB e os livros de Werneck Sodré, afirmou que "ler Werneck Sodré e o ISEB era mais ou menos a mesma coisa". A questão é que, como veremos, a formulação do próprio PCB tinha importantes pontos de contato com a isebiana. Quanto a Hélio Jaguaribe, dentre os isebianos era o mais aberto à ideia da associação entre capital estrangeiro e desenvolvimento nacional, assim como ao anticomunismo característico do período, razões que, de um modo ou de outro, estiveram na base de sua ruptura, em 1958, com o Instituto que fundara.

anteriormente, sendo, *grosso modo*, os setores antinacionais aqueles decadentes, improdutivos, voltados para fora (para a reprodução da condição dependente e heteronômica do Brasil), compostos pela burguesia financeira ou parasitária, pelos setores médios não-produtivos e pelos grandes proprietários de terras, e os nacionais aqueles produtivos, ligados à defesa da internalização do processo produtivo propriamente capitalista, como a burguesia industrial nacionalista, setores médios em processo de radicalização política, proletariado urbano e rural (TOLEDO, [1974] 1977, pp. 122-129).

Quarta, identificação do setor nacional com o interesse no *desenvolvimento de uma economia nacional*, e daquele antinacional como setor antagônico a esse desenvolvimento. No caso de Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Nelson Werneck Sodré, o setor antinacional é entendido enquanto representante interno do *imperialismo*, e este último é *considerado como força externa à nação*, cujos interesses residiriam em *obstar o desenvolvimento econômico* do Brasil subdesenvolvido, mantendo-o submetido à condição primário-exportadora, dependente e heteronômica herdada de sua origem colonial (TOLEDO, [1974] 1977, pp. 122-129).

Quinta, e fechando o circuito, a assunção de que o sucesso da meta desenvolvimentista (que os isebianos, pelas razões que vêm de ser arroladas, imaginavam só poder se dar através do nacionalismo econômico, donde seu nacional-desenvolvimentismo), ou seja, a implantação de uma sociedade plenamente capitalista no Brasil, era o que permitiria naquele momento a superação daquilo que era entendido como as *principais mazelas brasileiras, imputadas a seu subdesenvolvimento* (TOLEDO, [1974] 1977, pp. 129-147).

Para os intelectuais reunidos no ISEB, portanto, o *desenvolvimento nacional* era a *"alternativa viável para a superação da contradição principal (nação x anti-nação)"*. (p. 144). Note-se, a enfeixar as características apresentadas, a forte influência daquela ideologia do desenvolvimento estudada anteriormente, e como ela se combina muito bem ao nacionalismo econômico formando esse poderoso amálgama ideológico do nacional-desenvolvimentismo. Vale sublinhar, ainda, a força nesse pensamento da matriz weberiana, que se expressa de modo peculiar na aposta em que o desenvolvimento urbano-industrial criaria as condições para a expressão da igualdade e da democracia através da superação do arcaico que impediria o moderno de se expressar plenamente.

Na *segunda fase do ISEB*, que pode ser vista como um estágio "de transição" (JAGUARIBE, 2005, p. 37) e que abrange

aproximadamente os anos de 1959 e 1960[194], o Instituto, ainda sob a direção de Roland Corbisier, começa a alterar seu perfil, deslocando-se progressivamente à esquerda do espectro político. A título de hipótese, pode-se pensar em quatro razões principais para essa mudança: primeira, o acirramento das contradições entre capital e trabalho decorrentes de anos de expansão acelerada do capitalismo monopolista no Brasil, que esteve na base da elevação da tensão política no país entre os anos de 1958 e 1959[195]; segunda, o impacto sobre o campo progressista brasileiro da revolução cubana, que, se não indicou um caminho univocamente aceito, certamente contribuiu para iniciar um movimento de explicitação das diferenças entre partidários de soluções reformistas e restritas aos marcos do desenvolvimento capitalista e outras soluções possíveis para o problema do assim chamado subdesenvolvimento; terceira, a combinação entre parcimônia dos recursos financeiros destinados ao Instituto pelo governo federal e respeito à autonomia de pensamento em seu interior, que teve consequências marcantes, sobretudo, na terceira fase que veremos a seguir; quarta, a saída de Guerreiro Ramos, e, especialmente, de Hélio Jaguaribe – dois intelectuais de grande peso, muito importantes para a dinâmica do Instituto enquanto aí estiveram, e hostis ao marxismo.

O referido deslocamento à esquerda se nota inicialmente por uma alteração de ordem aparentemente pedagógica: o aumento de cursos extraordinários. Quanto a isso, afirma um dos estudiosos que vim citando:

---

194 Hélio Jaguaribe estende essa fase até 1962, com a eleição de Roland Corbisier a deputado e sua saída da direção do Instituto. Entretanto, sua datação é excessivamente marcada, quanto a esse ponto, por considerações de ordem mais pessoal ou individual do que propriamente pela evolução política do ISEB, razão pela qual aderi nesta exposição à datação proposta por Alexsandro Pereira, para quem a segunda fase do Instituto abrange 1959 e 1960, desenrolando-se daí em diante sua terceira fase. Mantive, não obstante, a designação de Jaguaribe de tal momento como "transitório", que me parece particularmente iluminadora quanto ao sentido geral do movimento da entidade explicitado em seu desenvolvimento posterior.

195 "A partir de 1959 – ano que podemos situar na década seguinte – a sociedade brasileira torna-se cada vez mais conflitante. A teoria dos 'dois mundos' – democracia e comunismo – incorpora-se à doutrina militar brasileira, e os grupos das Forças Armadas se unem a civis para lutar contra os liberais e trabalhadores, ambos pugnando por mais justas reivindicações sociais. A protelação dos problemas no campo e na cidade, a dependência e a submissão das classes dirigentes frente ao imperialismo e a incapacidade política dos grupos oligarco-burgueses, contrários a todo espírito de reforma, fazem com que as questões cruciais permaneçam sem solução, gerando insatisfação" (CARONE, [1981] 1979-1984, vol. 2, p. XI).

> A partir de 1959, o ISEB entrou em outro momento de sua história, caracterizado pelo aumento significativo de cursos extraordinários oferecidos a públicos de dentro e fora do Rio de Janeiro. Dirigidos aos sindicalistas, aos estudantes, aos militares e ao público em geral, os cursos extraordinários tiveram sua oferta triplicada em 1959, se comparada à oferta do ano anterior (1958). Cinco desses cursos foram patrocinados por organizações sindicais e estudantis. (PEREIRA, 2005, p. 258).

Essa característica se mantém na *terceira fase do Instituto* – também conhecida como "o último ISEB" (PEREIRA, 2005, p. 259) –, em que os referidos cursos extraordinários se inserem em uma "ampliação dos mecanismos por meio dos quais as ideias do ISEB repercutiram no seio da opinião pública" . Foi esse o momento, compreendido entre 1961 e 1964 – quando de seu fechamento pela brutalidade e pela seletiva e sagaz imbecilidade empresarial-militar dirigente do Golpe de Abril –, em que o ISEB se engajou na chamada Campanha da Legalidade, questionando o veto dos militares à posse de João Goulart em 1961, apoiou ostensivamente o movimento promovido pelo Executivo, na sequência, contra o parlamentarismo, advogou a implementação de uma política externa independente, saiu em defesa da Revolução Cubana ameaçada pela intervenção – inclusive direta e armada – dos EUA, respaldou publicamente as Reformas de Base como caminho necessário para a superação da desigualdade social brasileira, empunhou a bandeira da legalização do PCB, abraçou as ações de movimentos sociais e políticos localizados definitivamente à esquerda do espectro político, como o CGT, as Ligas Camponesas, a UNE e seus CPCs, o MEB etc., ficando conhecido então como um "aparelho ideológico das esquerdas brasileiras – que, na linguagem de conservadores e liberais, promovia a 'baderna', a 'subversão da ordem legal' e a 'comunização do país'" (TOLEDO, 2005, p. 152).

O Instituto, que desde os tempos de IBESP se havia envolvido em campanhas e movimentos democráticos – como o repúdio à tentativa de golpe dos setores mais à direita na sequência do suicídio de Getúlio Vargas, assim como àquela outra que visava a impedir a posse de JK e Jango –, em seu último período foi além da mera defesa da legalidade democrática e do desenvolvimento nacional, desposando certa interpretação do projeto desenvolvimentista cada vez mais marcada pelo *reconhecimento da centralidade do antagonismo de classes* no interior da nação como impulsionador do projeto de emancipação a construir – o que o aproximava, inegavelmente, da posição do PCB, levando-o mesmo além dela em certos pontos.

O que vem de ser afirmado é confirmado na seguinte passagem:

> [Na conjuntura pré-golpe,] dentro do próprio ISEB, o nacional-desenvolvimentismo deixou de ser a ideologia hegemônica. Reconhecia-se que, no quinquênio juscelinista, o país tinha alcançado significativo crescimento econômico, mas o desenvolvimento industrial verificado não fez senão acentuar a dependência do país à política econômica imperialista; de outro lado, o crescimento econômico pouco contribuiu para atenuar as graves desigualdades sociais e regionais existentes na sociedade brasileira. Diante disso, setores de esquerda mais críticos passaram a afirmar que a ideologia do desenvolvimento representava fundamentalmente as aspirações das classes dominantes, não os interesses do "conjunto da Nação", como propunha e desejava o "primeiro ISEB"; igualmente, esses setores, que se opunham à política aliancista do PCB, julgavam ver confirmadas suas teses acerca da debilidade orgânica da burguesia brasileira, pois, na prática, ela se mostrava incapaz de assumir qualquer compromisso efetivo com a frente nacional-democrática e anti-imperialista.
>
> Após a experiência desenvolvimentista do governo JK, a realização das reformas de base passou a ser concebida como uma tarefa urgente e decisiva para atenuar ou compensar as profundas desigualdades econômicas e sociais; para setores da esquerda nacionalista, as reformas eram vistas como uma exigência prévia e necessária para viabilizar as transformações na direção da construção do socialismo. As concepções de nacionalismo e de democracia política defendidas por Hélio Jaguaribe eram, assim, colidentes com as formulações e perspectivas políticas de setores da esquerda brasileira do período. (TOLEDO, 2005, pp. 156-157).

Pois bem: o acirramento da contradição entre as classes fundamentais devido a anos de desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil se reforçou, com o fim do governo JK, pelo conjunto de problemas financeiros e pelo agravamento da desigualdade social – e não sua diminuição – que ele deixou como legado, que marcam, de certo modo, o esgotamento daquele modelo de desenvolvimento. E é aqui que entra mais um elemento na base deste deslocamento do ISEB à esquerda que ora examinamos – um elemento que corrobora a asserção de que certos fracassos do projeto original do Instituto constituíram pontos fortes no sentido de sua importância histórica, do papel que foi capaz de desempenhar naquele período crucial da história brasileira.

Tal elemento foram as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Instituto, que agravaram sua situação "e contribuíram para o seu envolvimento direto na turbulência política e social característica dos anos 60" (PEREIRA, 2005, p. 259). Isso porque, como a ausência de remuneração ou os baixos salários pagos aos professores não eram atraentes para profissionais de peso acadêmico já reconhecido (que, como se sabe, tendem a ser partidários da infeliz neutralidade que a Universidade tem o poder de inculcar na imensa maior parte de seus quadros, contaminados por uma medíocre lógica de campo acadêmico e por seus códigos internos de poder e possibilidades de ascensão que passam, no geral, por boa dose de subserviência e por mesquinhas relações de prestígio pessoal camufladas sob o manto do "mérito relacionado ao saber"), o ISEB contratou recém-formados, muitas vezes ligados ao PCB e recém-egressos não apenas da Universidade, como também do calor de um movimento estudantil então movimentadíssimo, para contribuírem como assistentes em cursos e na formulação de material didático para fazer finanças . Foi nesse contexto que ocorreu, por exemplo, a curiosa – mas ilustrativa da situação na ocasião – contratação do então recém-formado, jovem e inexperiente Wanderley Guilherme dos Santos para chefiar o Departamento de Filosofia (!), que se deveu ao afastamento de seu ex-professor, Álvaro Vieira Pinto, desse cargo ao assumir a Direção do Instituto[196].

O depoimento de um desses então jovens assistentes, Joel Rufino dos Santos, dá uma ideia do provável impacto de tal "escolha" condicionada à falta de recursos, assim como do clima da época, e merece ser citado:

> Em meados de 1963, o ISEB ofereceu aos metalúrgicos, na sede de seu sindicato em Mangueira, Rua Ana Néri, um curso de História do Brasil. [...]
> O professor Werneck Sodré (ele preferia não ser chamado de general) abriu e fechou o curso [...], deixando as aulas intermediárias para seus jovens assistentes. O auditório [...] despejava operários pelo ladrão. Coube a mim apresentar o início e o sentido da Colonização. Na parte das perguntas, recebi as mais insólitas de minha carreira de professor. Um operário mantinha a mão levantada. Já tentara fazer a sua pergunta, mas os colegas não o deixavam completar, achando-a indigna de um trabalhador politizado. Convenci-os de que, exatamente por isso, qualquer pergunta era boa. "Os

[196] Cf. a entrevista concedida pelo professor Wanderley Guilherme dos Santos a equipe do CPDOC / Fundação Getúlio Vargas em SANTOS, [2011] 2015.

> portugueses já encontraram gente aqui. Eram os índios, certo? Eu quero saber de onde vieram os índios". Apresentei as duas ou três hipóteses principais, mas ele insistiu: "Não quero teorias. Minha pergunta é objetiva: de onde vieram os índios?". Calmamente, respondi: "Não sei". Por um instante a sala ficou suspensa no ar. Temi o pior, um professor de 22 anos confessando ignorância no seu assunto. De súbito, estrugiram em aplauso.
>
> Narro este pequeno episódio [...] porque ele informa sobre o que se convencionou chamar, com propriedade ou não, o *último ISEB*. Aquele era o *clima*, aqueles eram os *cenários*, aqueles éramos nós, os *jovens isebianos*, aquela era a *nossa ação*.
>
> O conteúdo do *último ISEB* foi sua interação com o movimento de massas [...]. (SANTOS, 2005, pp. 43-44).

Foram esses jovens, em alguns casos com os velhos professores, em outros sozinhos, que escreveram livros como os da coleção *História Nova*, de orientação marxista, publicada primeiramente pelo MEC (e, após o Golpe, pela Brasiliense), que teve importante impacto no debate historiográfico de então – tendo sido mais de uma vez retirada de circulação após o golpe de 64 –, ou o *Quem dará o golpe no Brasil?*, livrinho em que o jovem Wanderley Guilherme defendia os movimentos sociais, desmontava a argumentação das forças que acusavam a esquerda de golpismo e previa o movimento golpista da direita dois anos antes de que ele viesse à luz (SANTOS, 1962), dentre outros, cujo exemplo maior talvez seja a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, editada pela Civilização Brasileira, mas escrita em grande parte por intelectuais vinculados ao ISEB.

Foi também um desses jovens, Carlos Estevam Martins, que ajudou outros rapazes, envolvidos no Teatro de Arena, a idealizarem e criarem o CPC da UNE, tornando-se inclusive seu primeiro diretor em 1961[197] (BERLINCK, 1984, pp. 13-19). É que este foi também o período

[197] "Em 1960/61, o [Teatro de] Arena foi fazer uma temporada no Rio para apresentar *Eles não usam Black-Tie* e *Chapetuba F.C.*. Finda a temporada, Vianinha, cujos pais tinham se mudado de São Paulo para o Rio, resolveu permanecer na Guanabara e decidiu escrever e montar uma peça chamada *A mais-valia vai acabar, seu Edgar*. Para tanto desejava entender melhor a noção de *mais-valia* e foi ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em busca de auxílio. No ISEB encontrou-se com Carlos Estevam Martins, que iniciava sua carreira de sociólogo após ter se formado em Filosofia pela então Universidade do Brasil [fora aluno de Álvaro Vieira Pinto – V.N.]. A peça, que contava com a colaboração de Leon Hirszman, começou a ser montada e ensaiada no pátio interno da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil e foi dessa associação e das preocupações comuns desses jovens intelectuais que surgiu a ideia do CPC da UNE". (BERLINCK, 1984, p. 13).

em que outros jovens, vindos de diversos lugares do Brasil e atracados no porto carioca, vinham ao ISEB recorrentemente buscar auxílio, conversar, *aprender a pensar o Brasil em sua especificidade* e se apropriar das categorias então consideradas fundamentais para tal.

É novamente Joel Rufino dos Santos, após definir o "último ISEB" como "juvenil, agitador, *radical*", quem conta a seguinte história:

> Um baiano atormentado, mal vestido, insólito, frequentou o ISEB nos seus últimos meses. Eu o evitava, pois tinha a péssima mania de meter o dedo no nariz e depois passa-lo nos interlocutores. Um dia, produziu um manifesto sobre a "Estética da Fome", conversão da violência da exploração em violência simbólica, cinematográfica: da realidade à metáfora. Se tivesse de escolher um emblema do último ISEB, escolheria o "mal-educado" Glauber Rocha. Ele simbolizou a passagem, sem ruptura, do alto ISEB para o baixo (último). Era nacionalista, anti-imperialista, desenvolvimentista-socialista e só não pode ser tomado como mentor da luta armada pós-68 porque postulava a violência dos desclassificados, não a da "classe trabalhadora". (SANTOS, 2005, p. 57).

Temos aí, no baiano Glauber Rocha – que, como vimos, liderava, logo antes da situação narrada nesse depoimento, aquele mesmo grupo de jovens intelectuais composto também por Coutinho ainda na Bahia –, mais um exemplo típico da importância do último ISEB e de seu envolvimento com a agitação social, assim como uma boa menção aproximativa a seu posicionamento político amalgamando nacionalismo, desenvolvimentismo (capitalista) e socialismo, comuníssimo então.

Esse exemplo, assim como aquele da confluência ISEB-Teatro de Arena resultando na fundação do CPC da UNE, não foram escolhidos ao acaso: é que eles, fechando a exposição sobre o último ISEB militante, engajado, pró-comunista, "desenvolvimentista-socialista", nos forçam agora a examinar a relação deste mesmo ISEB, que era afinal um *aparelho ideológico do Estado brasileiro* (TOLEDO, 2005, pp. 142 e 150), com o comunismo, ou melhor, *a relação da ideologia nacional-desenvolvimentista com o anticomunismo*, que era, afinal, a posição oficial deste mesmo Estado durante toda a existência do Instituto – inclusive durante os ensaios de "Política Externa Independente", ou mesmo durante o governo Jango, ao longo dos quais a legalidade do PCB *não* foi reconhecida pelo Estado brasileiro.

Quanto a esse assunto a história não dá muita margem a dúvidas. Ressaltem-se os seguintes pontos: o Partido Comunista, fundado em março de 1922, foi posto na ilegalidade em julho do mesmo

ano e aí permaneceu até janeiro de 1927; em janeiro de 1927, voltou à legalidade, para perde-la novamente em agosto de 1927; daí em diante, permaneceu ilegal até 1945; nesse ano, voltou à legalidade, disputou as eleições e elegeu 14 deputados e um senador; em 1946, teve sua existência questionada perante o TSE por um deputado do PTB (base de apoio de Getúlio Vargas, o "pai dos pobres", o nacionalista, e partido do futuro presidente João Goulart, o homem das Reformas de Base) – e não da UDN, considerada, entretanto, a "direita" de então –, que alegava seu caráter ditatorial e internacionalista e pedia a cassação de seu registro; em 1947, definiu-se no plenário do Tribunal Superior Eleitoral, por três votos a dois, a cassação do PCB; em janeiro de 1948 todos os seus parlamentares perderam seus mandatos e o partido amargou a ilegalidade até 1985... De 1922 a 1985 – de um total de 63 anos, portanto – o PCB passou cerca de *três* anos na legalidade e *sessenta* anos ilegal[198].

Esse anticomunismo vigeu ao longo do período de existência do ISEB, e esteve presente, inclusive, em seu interior. Assim, por exemplo, Hélio Jaguaribe, descrevendo as características que deveria ter, segundo ele, uma (bizarra) política externa ao mesmo tempo neutralista e pró-norte-americana do Brasil face ao confronto EUA-URSS (cf. JAGUARIBE, [1958] 2013, II Parte, 3ª Seção, especialmente os caps. 20-22), afirmou em seu livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*:

> Dentro do sistema sul-americano, o Brasil deverá reatar suas relações diplomáticas com a União Soviética, reconhecer o governo de Pequim e manter estreito contato econômico e cultural com todos os países do bloco soviético. Dado o relativo grau de desorganização interior de que ainda se ressentem os países latino-americanos, *precauções especiais deverão ser adotadas a fim de evitar que uma política exterior de ativo intercâmbio com os países do bloco soviético possa revitalizar os partidos comunistas latino-americanos. Nesse sentido, é indispensável mantê-los na ilegalidade e adotar, por meio do mecanismo de segurança sul-americano, uma coordenação da defesa da ordem pública e de severa repressão à agitação comunista. Nas relações diplomáticas com os países socialistas, deverá ser dada ênfase à não intervenção* nos negócios internos da América Latina [...] (JAGUARIBE, [1958] 2013, pp. 371-372 – grifo meu).

198 Tais informações estão disponíveis oficialmente, da lavra do próprio Tribunal Superior Eleitoral. Cf. http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/cancelamento-de-registro-do-partido-comunista-brasileiro

O livro em que se encontra tal declaração de intenções pragmaticamente anticomunista – pragmaticamente, porque o anticomunismo é aí defendido como uma "garantia" de fidelidade aos EUA, para que esse Estado não se oponha a nosso processo de desenvolvimento nacional buscando obstá-lo – foi lançado pelo próprio ISEB. Vale lembrar que até 1958, ano de sua publicação, Jaguaribe foi, na prática, o principal dirigente do Instituto, e que apesar de esse livro ter sido o pivô de sua saída, a polêmica que levou à ruptura não ocorreu em torno deste "conselho aos dirigentes governamentais latino-americanos" (TOLEDO, 2005, p. 158), presente na terceira seção da segunda parte do livro, mas sim em torno da primeira parte, como informa o próprio JAGUARIBE (2005, pp. 36-37). *O anticomunismo do livro passou em brancas nuvens, e mesmo Nelson Werneck Sodré, ligado organicamente ao PCB, nunca o contestou* – ao menos publicamente.

Mesmo no tocante à abertura ao estabelecimento de relações com os países socialistas, a tônica é evidentemente o anticomunismo, e as relações com URSS e China são propostas na estrita medida em que dinheiro não cheira e não diz de onde veio, seguidas pela expressa recomendação a que sejam tomadas *medidas severamente repressivas* para que os comunistas latino-americanos não se animem imaginando que essas relações diplomáticas e comerciais podem representar um reforço a sua tarefa revolucionária.

A posição de Jaguaribe, assim como o fato de ela ser representativa do ISEB antes de seu processo de radicalização, só é compreensível quando a inscrevemos no interior do espaço político ocupado pela ideologia nacional-desenvolvimentista naquele momento. Alzira Abreu, após lembrar que "o ISEB foi um dos centros mais importantes da elaboração da ideologia 'nacional-desenvolvimentista', que marcou todo o processo político brasileiro do início da década de 50 até a queda do governo constitucional de João Goulart em 1964" (ABREU, 2005, p. 98), explica que

> embora o *nacionalismo* não tenha sido o projeto político que prevaleceu na orientação do desenvolvimento, nesse período, como ideologia ele desempenhou uma função importante, na medida em que *serviu para o amortecimento das tensões sociais.* Isso ocorreu através do *apelo à colaboração de classes* (portanto, da negação dos conflitos de classe) em prol do desenvolvimento da nação. (ABREU, 2005, p. 98 – grifos meus).

A questão aqui é que no quadro político vigente no Brasil desde a redemocratização em 1946, mas especialmente naquele compreendido entre a eleição democrática de Vargas em outubro de 1950 e o golpe de

abril de 1964 – considerando que, no caso dos cinco presidentes que o Brasil teve nestes anos, tratava-se de *civis*, o que implicava em outras exigências em termos de base social para equilibrar o Estado bonapartista brasileiro em relação àquelas postas ao militar Eurico Gaspar Dutra, que governou de 1946 a 1950 –, *a manutenção da variante democrática da ordem capitalista*, ou seja, das condições sociais para a reprodução ampliada da acumulação de capital em contexto monopolista sob regime democrático-parlamentar, *dependia do êxito de uma política de pacto social ou compromisso de classes* "que, de um lado, atendesse aos interesses econômicos dos diversos setores dominantes da sociedade [...] e, de outro, permitisse a participação limitada das massas urbanas na renda nacional e no processo político" (ABREU, 2005, p. 98).

Nesse contexto, não constituiu um problema ao governo JK fomentar um aparelho em que se formulava e a partir do qual se propagava uma ideologia que, ainda que não coincidisse inteiramente com a política que se implementava, relegava a segundo plano a contradição entre as classes sociais, alçando a primeiro plano aquela entre nação x anti-nação, e substituía ou secundarizava as unidades de análise "burguesia" e "proletariado" pela unidade "nação brasileira" em que tais classes aparecem fundidas. Tal fato foi, aliás, percebido e comentado por intelectuais comunistas em debate com os isebianos, como vimos ao estudar o nacionalismo do jovem Carlos Nelson Coutinho – que, entretanto, hipotecava a independência do PC e a afirmação do socialismo para depois que tivesse se esgotado o potencial supostamente progressista da burguesia brasileira.

Além do mais, mesmo com o processo de radicalização política pelo qual o Instituto passou em suas segunda e terceira fases, ali nunca se rompeu completamente com o núcleo comum entre nacionalismo, desenvolvimentismo e nacional-desenvolvimentismo: a solução dos problemas do Brasil passaria por seu desenvolvimento capitalista, e não por alguma escatologia qualquer que visasse à abolição das classes sociais – isso ficava para *depois*.

Esse núcleo comum entre as três ideologias do desenvolvimento capitalista examinadas nesta seção e na anterior se funda sobre o fato de que tanto o nacionalismo econômico varguista (que é, de certo modo, o pai e o precursor das outras duas, na medida em que é nele que se funda tal núcleo) quanto o desenvolvimentismo juscelinista e o nacional-desenvolvimentismo isebiano apresentam modos historicamente particulares de desenvolvimento capitalista como diferentes graus em uma escala progressiva, na qual quanto mais se sobe, mais se superam

problemas como miséria, desigualdades sociais e regionais etc.[199]. É justamente esse núcleo que faz delas ideologias, na medida em que elas soldam um consenso social de que é necessário desenvolver o capitalismo – com ou sem reformas de base, com ou sem associação ao capital estrangeiro, com mais ou menos intervenção do Estado – para *minimizar* (ou acabar com) as desigualdades sociais e regionais brasileiras, quando a crítica da economia política inaugurada por Marx já demonstrou cabalmente que o desenvolvimento de tal modo de produção tem como uma de suas tendências fundamentais *aprofundar* as desigualdades sociais e regionais. Foi isso, aliás, exatamente o que se passou no Brasil naqueles anos e depois, como demonstrado por Francisco de Oliveira em texto seminal ([1972] 2003).

Nesse sentido, é possível considerar as três como *variantes* de um mesmo núcleo ideológico burguês (ou pequeno-burguês, se consideramos a definição lenineana apresentada em momento anterior), no sentido de que sustentam ideologicamente, em diferentes momentos ou campos, um consenso em torno do desenvolvimento capitalista nacional como caminho e ao mesmo tempo como meta a ser atingida (que PRADO, 2015, chama de "desenvolvimento como horizonte utópico"), compartilhada enquanto tal por um bloco policlassista que inclui o proletariado urbano e o rural, o campesinato, setores da pequena, média e, para alguns, grande burguesia etc. O que importa aqui é, sobretudo, marcar que todas as três se prestaram bem à reprodução da sociedade burguesa brasileira, pelo menos enquanto o agravamento das contradições de classe decorrente do próprio desenvolvimento capitalista não forçou as classes trabalhadoras à radicalização, a um movimento tendente à ultrapassagem, por parte do proletariado, de suas formas menos avançadas de consciência, independentemente, inclusive, de quais fossem as intenções dos partidos em sua vanguarda em tal ou qual momento.

A caracterização do nacional-desenvolvimentismo, assim como dos dois corpos ideológicos dos quais deriva e os quais busca amalgamar (nacionalismo e desenvolvimentismo), como *três variantes de um mesmo núcleo ideológico burguês* se articula ainda a outro problema. Já examinamos o *anticomunismo*, documentado, de Hélio Jaguaribe, que teve espaço no "primeiro ISEB", não tendo sido diretamente criticado nos momentos posteriores do Instituto. Mas não se trata aqui de característica meramente individual. Convido o leitor a espiar, através do

[199] Devo o apontamento desse limite da ideologia do desenvolvimento (capitalista), sob cuja rubrica agrupei aqui o nacionalismo econômico varguista, o desenvolvimentismo juscelinista e o nacional-desenvolvimentismo isebiano, a Bruno BORJA (2011) e Fernando PRADO (2015).

espelho nacional-desenvolvimentista isebiano, mais um aspecto comum às três ideologias em questão: a *combinação entre pacto social e anticomunismo.*

Quanto a esse último, ele não pode ser considerado um escorregão de Jaguaribe, que teria sido resolvido com sua saída do ISEB, nem algo externo ao núcleo comum das ideologias aqui estudadas. Na verdade, o anticomunismo foi componente necessário e complementar às ideologias do desenvolvimento na exata medida em que se tratava de forjar o consenso, no âmbito de um amplo pacto social que incluía classe operária e setores da burguesia, em torno da pretensa superação das desigualdades sociais e regionais brasileiras através do aprofundamento do desenvolvimento capitalista contra o projeto de sua superação mediante a eversão da ordem burguesa (que não era defendido, a não ser como objetivo para depois, sequer pelo PCB naquele momento).

Vale lembrar que na vida social as ideologias "estão sempre relacionadas umas com as outras" (TOLEDO, 2005, p. 140), não se expressando através de "práticas estanques ou de discursos paradigmáticos ou autônomos" , mas sempre se constituindo em oposição às ideologias (ou às contra-ideologias) suas antagonistas, que, portanto, as impregnam profundamente[200]. Quanto a isso, o breve histórico da nada breve ilegalidade do PCB ao longo dos anos 1920-1980, mostrado anteriormente, ajuda bastante a localizar contra qual contra-ideologia as ideologias do desenvolvimento se constituíram, e se é verdade que toda afirmação se afirma negando seu contrário, que traz implícito, então vale lembrar aqui que o "Ocidente" juscelinista, democrático, cristão e próspero-capitalista, também ele se afirmava contra uma imagem... de um "Oriente" antidemocrático, anticristão e comunista.

O PCB, independente de quantas mil concessões ideológicas fizesse (e, como veremos, ele fez...), numa conjuntura de acirramento como aquela, estaria, no imaginário burguês, sempre atrelado àquela imagem, e isso pela simples razão, quando menos, de que tal imagem era um instrumento eficaz para coesionar o campo interessado no desenvolvimento capitalista, e manter isoladas eventuais aspirações das classes trabalhadoras a transcendê-lo (que podiam, como bem o sabe a burguesia – às vezes até melhor que os comunistas –, germinar em tais

[200] Exemplos há muitos, bastando citar um: o do "Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães", o partido nazista, que se apropriou das palavras "socialismo" e "trabalhadores" (para não falar desta outra, em si mais próxima da burguesia, "nação"), imprimindo a elas um significado próprio, em diversos aspectos oposto àquele mobilizado por socialistas e comunistas, como modo de disputar a massa trabalhadora em condições de radicalização das tensão sociais. Cf. LOSURDO, 2015.

classes independentemente da posição da direção de seu núcleo proletário). Deve-se reter, portanto, que *o anticomunismo desenvolvimentista, nacionalista e nacional-desenvolvimentista não foi algo esporádico, fortuito ou estranho a tais ideologias: foi um elemento necessário* para impedir que a postulação da necessidade de superação imediata da ordem social capitalista se consolidasse enquanto contra-ideologia e se tornasse capaz de organizar as classes trabalhadoras criticamente a qualquer projeto de aprofundamento do desenvolvimento capitalista, não apostando em tal desiderato e nas alianças dele decorrentes a não ser de modo tático.

Quanto a isso, foi demonstrada por Miriam Limoeiro Cardoso a articulação entre o desenvolvimentismo juscelinista e a manifestação dosada, ponderada, do anticomunismo a partir de exaustivo levantamento realizado em discursos proferidos pelo próprio presidente. Neles, o desenvolvimento capitalista é frequentemente apresentado como um caminho para atenuar as lutas de classes – mais uma formulação com nítido viés ideológico. Em tal formulação, a eliminação do pauperismo é uma questão de segurança nacional e de salvaguarda da democracia, uma necessidade no sentido de "impedir a contaminação das populações menos favorecidas por ideologias radicalmente diversas das [...] vinculadas à democracia cristã ocidental" (CARDOSO, [1972] 1978, p. 128), ou seja, destina-se a impedir que um problema econômico (pobreza) origine um problema político (subversão). O governo JK, segundo a autora, não aceitou dar um tratamento meramente policial ao comunismo *porque o comunismo deveria também ser tratado preventivamente*, eliminando-se as fontes geradoras da insatisfação contra a ordem.

É nesse sentido que vão declarações como estas, dentre muitas outras reproduzidas pela autora:

> Adstrita a uma economia rudimentar, dependente da exportação de produtos primários para assegurar a subsistência e os meios indispensáveis ao seu desenvolvimento econômico, a coletividade latino-americana vem-se movendo num círculo vicioso de frustrações, que se transformam em fatores de intranquilidade social e política. Parece-me supérfluo assinalar que a manutenção indefinida desse estado de coisas transformaria nossas sociedades num cadinho de ressentimentos e de revolta, *presa fácil das generalizações simplificadoras das doutrinas materialistas, que acenam com soluções rápidas e drásticas*.
>
> [...] O caminho mais seguro *para entregar a América Latina à ação do materialismo desagregador* é, precisamente, o do

> desconhecimento de suas desalentadoras condições materiais. (KUBITSCHEK [1958], *apud* CARDOSO, [1972] 1978, pp. 128-129 – grifos meus).
> [...] a existência do subdesenvolvimento equivale à própria *presença do adversário em nossa casa. Não podemos por mais tempo permitir que se instale esse inimigo*, sob pena de consequências irremediáveis. (p. 136 – grifo meu).

A pobreza é apresentada, assim, como perigosa porque pode tornar os pobres "presas fáceis" de "doutrinas materialistas", ou do "materialismo desagregador" que apresenta "soluções rápidas e drásticas", constituindo-se em um "inimigo" que não devemos permitir que se instale em "nossa casa". E para que não restem dúvidas quanto a quem é o "inimigo" que Juscelino quer derrotar:

> A ameaça soviética era, até há poucos anos, considerada como uma ameaça de tipo puramente militar, localizada no Ocidente europeu. Já agora se percebe claramente que a guerra fria vai mudando de caráter [...]. A preocupação com a ameaça soviética, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, fez com que todos os esforços da diplomacia ocidental se concentrassem no auxílio e na recuperação das áreas devastadas pela conflagração. [...] talvez a liberdade e a democracia tivessem sido sufocadas pela avalanche soviética, se essa política de auxílios não tivesse sido planejada e executada. [...] Hoje, a América Latina está em situação mais precária do que a dos países reconstruídos da Europa e constitui o elo mais fraco da coligação ocidental. (KUBITSCHEK [1958], *apud* CARDOSO, [1972] 1978, pp. 137-138).

No caso de Vargas, rigoroso estudioso do movimento operário brasileiro afirma que sua mais importante herança "foi, sem dúvida, a proposta, difundida nos discursos dos dirigentes da época, de convivência harmônica entre trabalhadores e empresários, arbitrada por um Estado que seria [...] ao mesmo tempo regulador e protetor, [...] inventor da legislação social" (MATTOS, 2009, p. 61).

Essa proposta de pacto social em Vargas também esteve ligada à preocupação em não deixar florescerem posições classistas anticapitalistas, como sugerido por Octavio Ianni ao citar, em sequência, as passagens a seguir:

> Faz-se mister congregar todas as classes em uma colaboração efetiva e inteligente. Ao direito cumpre dar expressão e forma a

> essa aliança [...]. Tão alevantado propósito será atingido quando encontrarmos, reunidos numa mesma assembleia, plutocratas e proletários, patrões e sindicalistas, todos representantes das corporações de classe, integrados, assim, no organismo político do Estado. (VARGAS [1942], *apud* IANNI, [1971] 2009, p. 45).
>
> O Estado não compreende, nem permite, antagonismos de classes nem explosões violentas de luta; para esse fim, criou órgãos reguladores, que não só coordenam as relações, como dirimem divergências e conflitos entre as diferentes classes sociais. (VARGAS, [1942], *apud* IANNI, [1971] 2009, p. 45).

Pode não ser de todo inútil lembrar que tanto Vargas quanto Juscelino, apesar das diferenças de tratamento e dos acenos deste último em sentido contrário, mantiveram o PCB na ilegalidade ao longo de seus mandatos, e o primeiro chegou mesmo a fundar um partido, o PTB, com o objetivo de organizar setores importantes do proletariado brasileiro como base de apoio sua e fora da influência dos comunistas.

Ainda uma palavra sobre o nacional-desenvolvimentismo: tal ideologia foi parcialmente responsável pelo avassalador poder de atração exercido pelo desenvolvimentismo nos anos JK – tendo, ali, constituído polo em torno do qual gravitaram setores mais à esquerda, críticos ao grau de abertura do desenvolvimento brasileiro à participação do capital estrangeiro sob Juscelino, mas não ao desenvolvimento capitalista propriamente dito (ainda que considerado como etapa necessária para acumular forças rumo ao socialismo). Posteriormente, serviu como apoio ideológico para os setores que, findo seu mandato, quiseram encontrar para os problemas de instabilidade social em que mergulhou o país, decorrentes até certo ponto do endividamento público e do arrocho salarial que o ex-presidente deixava como legado, uma resposta que não rompesse com o núcleo da aposta no desenvolvimento capitalista pactuado, atribuindo a causa de tais supostos *desvios* em relação ao projeto de um desenvolvimento virtuoso ao modo associado ou dependente como o presidente o havia induzido – algo assim como se ele tivesse *abandonado* certos princípios do verdadeiro nacionalismo, bastando recuperá-los para retomar o caminho do bom desenvolvimento capitalista visto como antídoto às mazelas sociais supostamente decorrentes do atraso do país. Atribuía-se assim a uma modalidade do desenvolvimento capitalista (que sequer é reconhecida enquanto tal, mas mascarada sob o rótulo de "subdesenvolvimento", em que um *modo* de desenvolvimento é apresentado como um *grau inferior* a ser superado por sua intensificação) o que é próprio desse desenvolvimento *tout court*.

Vale lembrar, quanto a isso, que mesmo o ISEB radicalizado e engajado politicamente dos anos 1960 nunca rompeu completamente

com tal núcleo. Mas não só ele... No intervalo temporal em que teve lugar a formação intelectual de Coutinho, o debate político e ideológico amplamente dominante no Brasil se processava altamente polarizado em torno daquele núcleo comum que examinamos, incorporando alguns de seus pontos fundamentais e, no geral, não tendo se demonstrado capaz de romper com ele. Tal núcleo abrangeu, determinou e/ou capturou inclusive as mais expressivas forças da esquerda que se queria revolucionária, não deixando de exercer forte influência sobre o PCB (e, através dele, sobre o pensamento do jovem Carlos Nelson), como estudaremos agora, na próxima seção.

08c. De nacional-democrática a democrático-popular: democracia e revolução, do PCB ao PT

No Brasil, formação econômico-social de desenvolvimento capitalista temporalmente retardatário, o processo de constituição do proletariado esteve estreitamente relacionado ao de generalização do assalariamento no contexto da transição de formação escravista colonial (GORENDER, [1978] 1980) a formação propriamente capitalista. Com ela surgiu o movimento operário, sobre o qual já há registros desde a década de 1870 (CARONE, [1979] 1979-1984), mas cuja estruturação, ampliação e diversificação datam de 1890, a partir da difusão de "pontos de vista mais ou menos radicais, representativos das diversas correntes do socialismo reformista ou do anarquismo, tendência esta que será a dominante até a I Guerra Mundial" (p. 17).

Ainda assim, não foi antes de 1922, com a fundação do PCB[201],

[201] O Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista (PCB), fundado em março de 1922 e formalmente nomeado Partido Comunista do Brasil, passou a se chamar, por decisão de seu comitê central, em 1961, Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla anterior – PCB. Tal decisão, casada a alterações programáticas e estatutárias que alegadamente visavam à adaptação a exigências do Tribunal Superior Eleitoral no sentido da reconquista da legalidade do partido – objetivo posto por seu V congresso ocorrido em 1960 –, catalisou a reação de alguns experimentados dirigentes partidários, apoiados por importante base militante, que já se opunham havia alguns anos a um conjunto de aspectos políticos e organizativos que vieram à tona nessa ocasião. O grupo, sustentando que tanto a mudança de nome quanto as alterações estatutárias e programáticas não poderiam ser feitas fora do espaço congressual do partido, não as reconheceu, reivindicando o nome anterior para si, assim como os estatutos e o programa tais como se encontravam quando da realização do V congresso do PCB, o último antes da divergência. A partir de reunião em Conferência Extraordinária ocorrida em 1962, tal grupo formalizou a ruptura com o PCB, criando, na prática, um novo partido com o nome do anterior – Partido Comunista do Brasil – e que viria a ter nova sigla, PCdoB. Informações sobre a fundação do PCB e o

que a preocupação com o "cotidiano político" (CARONE, [1979] 1979-1984, p. 16) se tornou central. Essa preocupação materializou-se na articulação (e mesmo, através de mediações, na subordinação) da intervenção cotidiana dos comunistas, nos diferentes espaços de organização e luta das classes trabalhadoras, a um objetivo político de caráter universal e claramente determinado: a construção da emancipação humana, identificada ao comunismo radicado sobre a eversão revolucionária das relações sociais de capital, através de uma transição socialista dirigida pelo proletariado.

Tal característica está na raiz de uma diferença de qualidade entre o movimento comunista e o movimento operário brasileiro anterior, que pode ser apresentada assim:

> Ao contrário da tradição operária brasileira [anterior], anarquista ou socialista, os bolchevistas se caracterizam pelo contínuo interesse em redigir textos de fundo político, em forma de polêmica ou de análise de problemas. É comum eles serem levados a fazer o balanço de seu próprio movimento, denunciando as falhas e os meios de superá-las; a marcar o caráter político do 1º de maio; [...] a encarar o problema de alianças com a pequena burguesia [...].
> É comum os comunistas criarem órgãos com funções políticas próprias, pois, assim, eles podem agir livremente [...]. Alguns dos movimentos se originam do exterior e são adaptados a nossa situação, outros nascem internamente. Um e outro funcionam dentro de uma estratégia global comunista e demonstram o caráter universal do movimento. (CARONE, [1979] 1979-1984, p. 23).

A combinação entre essa característica e a antiguidade da agremiação fez com que fosse o PCB o aparelho privado a inaugurar no Brasil o debate sistemático sobre a *revolução brasileira*, que se expressou – usualmente como sinônimo de revolução nacional e democrática – em vertentes diferenciadas. Introduzido pelo partido "como projeto político a ser perseguido e referenciado nas formulações de Lenin e da Internacional Comunista de uma revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e anti-latifundiária" (SEGATTO, 2011, p. 273), a questão ganhou vulto e abrangeu amplo e diversificado corpo de

---

processo de ruptura que levou à fundação do PCdoB, assim como documentos referentes a ambos, podem ser encontrados em CARONE, 1982, vol. 01, pp. 01-03 e 19-29; [1979] 1979-1984, pp. 21-23; [1981] 1979-1984, p. XX e pp. 102-111. Ainda quanto à ruptura, cf. MAZZEO, 1999, pp. 89, 98 e 99 (onde também há citações de outros comentaristas do assunto).

intelectuais nas décadas seguintes. Desbordou largamente, portanto, o âmbito restrito aos comunistas, constituindo-se em controvérsia de grande relevo no pensamento social brasileiro até, pelo menos, meados dos anos 1960, ou seja, ao mesmo tempo em que a revolução burguesa – a saber, o processo de transição ao modo de produção especificamente capitalista, baseado na extração de mais-valia, sob suas formas absoluta e relativa, do proletariado, que tende a se tornar mais e mais numeroso e internamente diversificado na medida em que se generaliza a relação de assalariamento – efetivamente se realizava no país, e antes de que tal debate fosse brutalmente abortado pelo recrudescimento da ditadura empresarial-militar com o AI-5.

Contribuiu para tal desbordamento o fato de que, no sentido de se aclarar o que seria especificamente brasileiro nessa revolução, foi se impondo – no plano da análise a subsidiar a intervenção política – a prospecção da particularidade dessa formação social, produzindo-se importantes interações entre, de um lado, as teorias da revolução brasileira e, de outro lado, as *interpretações do Brasil* que buscavam identificar a gênese no passado colonial-escravocrata das tendências contraditórias vigentes no presente, articulando-as historicamente em uma leitura de conjunto que visava a compreender o movimento da constituição do país decifrando, ao mesmo tempo, *o sentido do seu desenvolvimento* e apontando, a partir daí, perspectivas para o futuro[202].

Dentre essas interpretações do Brasil, as consideradas clássicas foram formuladas – e isso nada tem de casual – ao longo da década de 1930, justamente quando o Estado brasileiro passava a buscar constituir uma nação brasileira (amalgamada culturalmente a partir da criação de uma identidade nacional) e quando se acelerava o desenvolvimento capitalista dessa formação social, como se pode constatar a partir do seguinte depoimento[203]:

> Os homens que estão hoje um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos [isso foi escrito em 1967 – V.N.] aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e em função de três livros: *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda,

[202] Vale lembrar, aqui, que José Paulo NETTO (2012, p. 76) considera o pensamento coutiniano sobre o Brasil como sua "*interpretação do Brasil* contemporâneo" (grifo meu).

[203] *Casa Grande e Senzala* foi publicado em 1933, *Raízes do Brasil* em 1936 e *Formação do Brasil Contemporâneo* em 1942 (desenvolvendo e aprofundando ideias-chave já contidas no importante livrinho *Evolução política do Brasil*, publicado no mesmo ano em que o livro de Freyre).

> publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo. (CANDIDO, [1967] 1995, p. 09).

A interpenetração, o rico diálogo e a mútua fertilização entre as interpretações do Brasil e as teorias da revolução brasileira tornam, por vezes, difícil diferenciar os dois campos temáticos. Assim, diversos dos mais importantes livros que têm por tema, principal ou auxiliar, a revolução brasileira carregam em seu interior interpretações do Brasil, ou se baseiam, aberta ou discretamente, sobre interpretações pré-existentes[204]. Foi essa interação que determinou a forma peculiar como irromperam, por exemplo, os temas da situação periférica ou "dependente" do "subsistema capitalista brasileiro" (como em IANNI, [1971] 2009) frente às potências centrais no sistema capitalista mundial, considerada como advinda da peculiaridade do processo brasileiro de transição ao capitalismo (ou seja, do modo peculiar como se processou sua revolução burguesa e sua inserção no sistema já planetarizado do capital) a partir da anterior condição colonial, que, de peculiaridade *histórica*, teria se cristalizado em um conjunto de características *estruturais* particulares dessa formação social, plasmando idiossincrasias em relação a casos tidos como clássicos de desenvolvimento capitalista.

Podemos, assim, afirmar que o conjunto de esforços comprometidos com a apreensão teórica do movimento da revolução brasileira e/ou com sua realização prática, que envolve a análise concreta do objeto formação econômico-social do Brasil (em seu processo, e, portanto, em seu passado, em seu presente e em suas

---

[204] É o caso, por exemplo, de: *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Introdução à revolução brasileira* e *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré; *A revolução brasileira*, de Caio Prado Jr.; *A revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes; *A democracia como valor universal*, de Carlos Nelson Coutinho. SEGATTO (2011) lembra ainda trabalhos de Guerreiro Ramos, Raymundo Faoro e Alberto Passos Guimarães, dentre outros que se dedicaram com maior ou menor centralidade ao problema da revolução brasileira entre os anos 1930 e 1960. Deve-se mencionar, também, a importância do ISEB na disseminação desse tema. Em todos os casos citados, conjugavam-se teorias da revolução brasileira a interpretações da peculiaridade histórico-estrutural do Brasil ou da particularidade da formação econômico-social brasileira.

perspectivas de devir), engendrou a necessidade de localizar os elementos que constituiriam a particularidade da formação econômico-social brasileira, como se pode ver nas formulações do problema nos trabalhos dos marxistas PRADO JR. ([1933] 2007, [1942] 2007, [1966] 1987), FERNANDES ([1975] 1976) e COUTINHO ([1972] 1974; 2011b), mas também de intelectuais vinculados a outras correntes de pensamento, como, para além dos já citados em nota, o economista estruturalista cepalino Celso FURTADO [1959] 2009 – autor de interpretação que se tornou *clássica* em que a evolução histórica da economia brasileira, conjugando o desenvolvimento de setores modernos à permanência de setores atrasados, teria engendrado uma estrutura dual que estaria na base do fenômeno do subdesenvolvimento cuja superação exigiria, portanto, a eliminação do referido dualismo através da indução planejada do desenvolvimento, vencendo-se assim o suposto atraso de certos setores da economia através de sua modernização capitalista.

É importante salientar, aproveitando aqui a lembrança da obra de Furtado e já fazendo a ponte para se discutir o problema no PCB, que certas dentre as chamadas interpretações do Brasil têm como ponto comum a afirmação – seja ou não apresentada com estas palavras – da existência de um *caminho não clássico ao capitalismo*, formulada em oposição ao que se consideraram os casos clássicos de desenvolvimento capitalista. Quando foi essa a situação, empreendeu-se o esforço teórico de discriminação dos componentes da trajetória brasileira ao capitalismo que teriam marcado permanentemente sua contemporaneidade na medida em que o diferenciaram dos países centrais e/ou que o aproximaram de outros países periféricos. Quanto a isso, não é fora de lugar a lembrança de que a consideração de um caso como não-clássico pressupõe sua aproximação a outros casos do mesmo tipo, assim como sua oposição a casos considerados clássicos, o que se funda necessariamente sobre uma resposta determinada à questão do que seja a *classicidade* do desenvolvimento de uma formação econômico-social e pode, a depender de como se resolva esse problema preliminar, levar a generalizações indevidas[205].

Assim, se o tratamento do problema da particularidade brasileira em termos de classicidade x não-classicidade produziu, por um lado, resultados certamente interessantes no campo da pesquisa social, pôde, por outro lado, subsumir características universal-singulares do

[205] Estas observações foram livremente inspiradas no instigante debate lukacsiano sobre a relação entre lógica e história e sua abordagem, a partir daí, da presença da categoria de *classicidade* no pensamento marx-engelsiano. Cf. LUKÁCS, [1972] 1979, cap. 03, pp. 118 e ss.

desenvolvimento da formação econômico-social brasileira – apreensíveis apenas através do minucioso estudo *histórico*, que exige o tratamento rigoroso dessa formação social enquanto, ao mesmo tempo, *capitalista* e *única* – a um mesmo modelo ou *tipo particular* de "caminho não-clássico" concebido de um dos dois modos alternativos a seguir: primeiro, através da acentuação de certas *ausências* ou *diferenças* em oposição ao que seriam as formações econômico-sociais consideradas clássicas (por exemplo, o pensar o desenvolvimento brasileiro pelo que ele teve de *diferente* ou de *ausente* em relação ao inglês, ao francês ou ao norte-americano, explicando assim supostas *insuficiências* no desenvolvimento capitalista que deveriam ser sanadas através da correção de *desvios* ou *atrasos* relacionados ao *subdesenvolvimento* ou da realização de *tarefas democráticas em atraso* relacionadas à não-classicidade); segundo, através da transposição – nem sempre adequada – de características de outras formações econômico-sociais periféricas ou de desenvolvimento retardatário, também interpretadas como "não-clássicas", para o Brasil (por exemplo, o pensar a transição brasileira ao capitalismo transportando para essa formação econômico-social características de formações europeias de desenvolvimento também retardatário, como a alemã, ou a partir da China ou de outras formações consideradas análogas por "dependentes", "semicoloniais" etc.).

A interação entre, de um lado, formulação de uma teoria da revolução brasileira e, de outro lado, interpretação do Brasil entendida enquanto prospecção da peculiaridade do desenvolvimento capitalista nacional, esteve presente na formulação estratégica do PCB desde sua tenra idade e padeceu, também aí, de alguns dos problemas apontados nos parágrafos anteriores. Tais problemas assumiram feições peculiares no caso dos comunistas, especialmente por duas razões.

A primeira foi a precariedade do instrumental teórico com que operaram, durante as primeiras décadas de vida do partido, para interpretar o Brasil – devida, num primeiro momento, à combinação entre o estado muito pouco desenvolvido das ciências sociais no país nos anos 1920 e a parca disponibilidade de acesso à literatura marxista nas circunstâncias de então, mas, depois, até pelo menos a primeira metade dos anos 1940, também à sistemática interferência da Comintern stalinizada, que implicou inclusive na espetaculosa substituição, mediante intervenção internacional na virada aos anos 1930, do grupo dirigente do partido, aí compreendidos seu secretário-geral e todos os principais formuladores de sua política nos anos anteriores, no processo de sua assim chamada "proletarização" (DEL ROIO, 1990, caps. 01 a 03). A segunda razão foi que, para os comunistas, a busca pela apreensão do que haveria de característico no caminho não-clássico

brasileiro ao capitalismo se apresentava, a partir da primeira metade dos anos 1940, atrelada ao campo teórico do MCI, onde vigia, como vimos, a teoria da coexistência pacífica entre socialismo e capitalismo (MAZZEO, 1999, parte I, cap. 02, pp. 69-99), que subordinava a construção da revolução nos países capitalistas ao tácito acordo Leste-Oeste assumido pela URSS (estudado em seção anterior), e, portanto, ao mapeamento dos passos necessários à construção de um possível *caminho não-clássico ao socialismo* que passava pelo aprofundamento do desenvolvimento capitalista brasileiro como momento necessário da *transição ao socialismo* (transição para a transição).

Tal posição, que aproximava a teoria da revolução do PCB de todo um largo conjunto de interpretações nacionalistas do Brasil que nada queriam com a transição socialista (sem, entretanto, jamais tê-la reduzido àquelas), manteve-se dando o tom da política do setor mais expressivo da esquerda que se reivindicava revolucionária no país desde meados dos anos 1930 (o marco inicial pode ser considerado a reavaliação que o PCB é obrigado a fazer após o fracasso – com as importantes consequências que teve – de sua política insurrecional em 1935 [DEL ROIO, 1990]) até a grande crise do PCB na virada aos anos 1980 e o gradativo fim de sua inserção de massas. Curiosamente, com o processo de redemocratização brasileiro e o ascenso do Partido dos Trabalhadores como principal força partidária da esquerda, viu-se a mesmíssima posição – após um hiato de alguns anos em que estiveram novamente em disputa os rumos do projeto revolucionário brasileiro, inclusive no interior do próprio PT em formação – retornar à cena e passar a informar a estratégia que se tornou, a partir de meados dos anos 1980, hegemônica em tal partido.

Examinar esse problema é não apenas indispensável para se explicar e compreender a formação e o movimento do pensamento político coutiniano, como também é fortemente recomendável se queremos ser capazes de submeter à crítica o desenvolvimento recente da esquerda revolucionária brasileira. Vamos, então, a ele, atendo-nos ao estritamente necessário para localizar o pensamento de Coutinho enquanto *elo da transição histórica entre dois ciclos ou momentos da esquerda brasileira: o nacional-democrático (PCB) e o democrático-popular (PT)*[206].

[206] Essa afirmação remete a hipótese sustentada em pesquisa coletiva articulada, sobretudo, em torno do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio. Nela, que tem resultado em diversos textos e trabalhos aos quais este livro vem se somar, essa transição entre um ciclo histórico em que a esquerda revolucionária teve como seu principal polo dirigente o PCB e outro em que ela foi dirigida sobretudo pelo PT se explicita de forma unitária e coerente nas concepções de mundo de intelectuais, dentre os quais têm merecido destaque

Quanto ao primeiro desses momentos, iniciou-se com a fundação do PCB entre 25 e 27 de março de 1922, "consequência necessária do processo de formação da classe operária brasileira e do desenvolvimento de suas lutas" (SODRÉ, *apud* SEGATTO, [1981] 1989, p. 17). Ela expressava, para além de um marco importante no movimento operário e na constituição do proletariado enquanto classe para si, alterações profundas que ocorriam na formação econômico-social brasileira. No plano político, o ano de 1922 representa o marco inicial da crise das alianças sócio-políticas que davam sustentação à dominação oligárquica (DEL ROIO, 1990, p. 133), sendo também o ano em que ocorre a primeira revolta dos tenentes no Rio de Janeiro (MAZZEO, 1999, p. 15). Na economia, a industrialização, vinculada à expansão da economia cafeeira e encontrando impulso notável no surto ocorrido durante a I Grande Guerra, modernizava o país, especialmente o eixo Rio-São Paulo, reforçando o deslocamento do polo dinâmico da economia brasileira do campo para as cidades (SILVA, [1976] 1986) e acarretando profundas consequências em termos da reconfiguração das relações sociais de produção com a rápida e expansiva internalização de nexos propriamente capitalistas. No plano da cultura, o processo de vertiginosas transformações prenunciando a eclosão da revolução burguesa brasileira refletia-se em efervescência, e o PCB foi fundado no mesmo ano da realização da marcante Semana de Arte Moderna em São Paulo (como lembra MAZZEO, 1999, p. 15).

A fundação do partido ocorreu, ainda, no contexto da criação do primeiro sistema de leis trabalhistas no país. Quanto a isso vale lembrar que a primeira lei trabalhista aprovada e implementada, que previa indenização por acidentes ocorridos no trabalho, data de 1919, e que, como mostram Sônia Fleury e Jaime Oliveira, a lei que instituiu as CAPs e, com elas, o sistema de previdência social no Brasil (Lei Eloy Chaves), data de 1923 (OLIVEIRA e TEIXEIRA, 1985, cap. 01). Isso remete ao rebentar, no período, de numerosas greves nos principais centros urbanos do país: se elas, por um lado, marcaram o crescimento numérico e o avanço na consciência do proletariado enquanto classe em si, por outro lado deixaram claro o esgotamento das formas organizativas até então implementadas sob direção do anarcossindicalismo (MATTOS, 2009, cap. 2). Tornava-se necessária uma nova forma de organização para a classe, capaz de expressar sua tomada de consciência e fazê-la avançar, tendo sido dessa necessidade

estes três: Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e, finalmente, Carlos Nelson Coutinho. Para aprofundamento, cf. o livro *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico* (IASI, FIGUEIREDO e NEVES, 2019), que abre a coleção da qual o presente livro é o segundo volume.

que surgiu o PCB[207] (SEGATTO, [1981] 1989, cap. 01).

Mas o nascimento desse partido não pode ser compreendido como um fenômeno restrito ao Brasil: tratou-se da expressão local de um movimento que ocorria, naquela mesma quadra histórica, em nível mundial. Foi sob o impacto da Revolução Russa que se fundaram inúmeros PCs ao redor do mundo, e, no caso brasileiro, foi nesse contexto que se aproximaram grupos militantes do proletariado no sentido de organizar um partido comunista. E foi, ainda, em estreita relação com a IC e, posteriormente, com o MCI, que esses partidos se desenvolveram e amadureceram.

Deste modo, podemos dizer que o surgimento do PCB se deu, de um lado, como produto do crescente movimento operário no Brasil e das importantes transformações nessa formação econômico-social que figuram no quadro da realização da revolução burguesa brasileira, que foi, por sua vez, momento particular do processo histórico-universal de planetarização do modo de produção capitalista. De outro lado, o partido surgiu como desdobramento da própria elevação no plano histórico-universal do nível de consciência do proletariado, enquanto classe para si, em torno da vitória obtida na Revolução de Outubro de 1917.

Assim sendo, o isolamento do Estado soviético a partir da década de 1920 – com o consequente recrudescimento da tensão entre razão de Estado soviética e planetarização da revolução proletária estudado em seção anterior –, o advento do stalinismo a partir da virada aos anos 1930 e o tácito acordo Leste-Oeste, fundado sobre a divisão do mundo em esferas de influência e na correlata teoria da coexistência pacífica entre socialismo e capitalismo, também tiveram impactos muito importantes sobre a formulação estratégica do PCB (e também, de certo modo, sobre a própria constituição do partido e de sua interpretação da revolução brasileira, como mostrado, a respeito do decisivo período 1928-1935, em DEL ROIO, 1990). Como já vimos, foi nos marcos da preocupação com a defesa do único Estado proletário então existente e da consequente subordinação dos rumos dos movimentos operários nacionais à razão de Estado soviética que se articularam tanto a IC – especialmente a partir de 1928 – quanto o movimento comunista

[207] O raciocínio apresentado remete-se exclusivamente a formações partidárias fundadas sobre o princípio da independência de classe, como o foram o PCB e o PT. Estão excluídas formações partidárias heterônomas em relação à classe trabalhadora, constituídas a partir de fora dela e com o evidente propósito de a manipular, garantindo seu consenso no processo de revolução passiva brasileira onde era necessário ao grupo dirigente do Estado contar com ele contra as resistências de setores das classes dominantes ao processo de modernização capitalista – como foi o caso do trabalhismo varguista materializado no PTB.

internacional que a sucedeu, e isso teve consequências importantes para as teorias da revolução e das tarefas revolucionárias nos países periféricos, bem como para as interpretações sobre as respectivas realidades nacionais.

Essas consequências começaram a se manifestar, sobretudo, a partir da virada aos anos 1930. Assim, se o V Congresso da IC, realizado entre junho e julho de 1924, "centrou a análise da questão nacional e colonial na problemática da Europa balcânica, e relegou para outro plano o Oriente, para não dizer outros continentes" (DEL ROIO, 1990, p. 90), não tendo tido como consequência nenhum tipo de intervenção mais direta sobre os assuntos internos dos PCs latino-americanos, o VI Congresso (de julho de 1928), por sua vez, inaugurou uma fase de intervenção direta e sistemática da Internacional sobre aqueles partidos comunistas, cujo mais visível exemplo talvez tenham sido as medidas organizativo-administrativas no sentido de sua "proletarização" nos marcos da política de classe contra classe (DEL ROIO, 1990, cap. 03). Essa intervenção direta e sistemática se deu, vale notar, escorada em uma interpretação teórica catastrofista do movimento da revolução mundial, que, no que tange a países considerados atrasados, alguns autores qualificam como uma "teoria da revolução feita em etapas" (MAZZEO, 1999, p. 46), e resultou na adaptação do PCB a tal teoria.

É necessária, aqui, uma digressão para que possamos prosseguir sem mal-entendidos: já foi apresentada no presente trabalho, no contexto da discussão do significado do termo "etapas" no pensamento político coutiniano, a crítica de Caio Prado Jr. ao que considerava serem os principais problemas na afirmação pecebista de etapas no processo revolucionário brasileiro. Naquele momento, também foi apresentada a oposição de Marcos Del Roio a essa crítica – que este último considera fundada sobre uma caricatura da verdadeira posição do PCB. Foi feita, ainda, uma crítica à interpretação caiopradiana – interpretação essa que, aliás, se tornou amplamente hegemônica na esquerda, inclusive ou principalmente em seus setores críticos ao PCB, com o passar dos anos –, devido ao fato de que o marxista paulistano contrapõe à postulação pecebista de etapas no processo revolucionário brasileiro uma, para dizer o mínimo, equivocada teoria de uma revolução larga, lenta, processual, onde a ruptura simplesmente desaparece do campo de visão sendo remetida a um longínquo momento no qual as condições estejam maduras (o que é explicitamente afirmado, da parte de Caio Prado, que só ocorrerá quando a nação brasileira estiver completa e, portanto, seu capitalismo tiver superado suas insuficiências, constituído um forte mercado interno etc., momento em que o Estado poderá ser orientado para a regulação da economia em direção ao socialismo – cf. PRADO JR.,

[1966] 1987, caps. 01 a 05 e IASI, 2011).

Quanto a toda essa extensa e variada controvérsia sobre "etapas" ou "não-etapas" na formulação da teoria da revolução pelo PCB, o que importa aqui é o seguinte: o problema central da interpretação do Brasil e da teoria da revolução do PCB, cujo núcleo foi herdado em grande medida do VI Congresso da III Internacional e de seus desdobramentos e jamais modificado, no essencial, durante todo o período de formação de Coutinho enquanto intelectual comunista (que é, afinal, o que aqui nos interessa mais de perto), é que ela se relaciona estreitamente à *afirmação da necessidade de interposição de uma longa fase*, ou etapa, ou estágio, ou período (como se queira: aqui a palavra não é o fundamental, mas sim seu significado) *de desenvolvimento capitalista* para que se pudesse tornar viável *uma transição ao socialismo* nos países considerados coloniais, semicoloniais ou dependentes[208]. E mais: é como decorrência da aposta nessa necessidade que deriva, no PCB, a valorização da democracia burguesa como campo privilegiado de luta.

Se não, vejamos. No mencionado VI Congresso da IC, a revolução proletária internacional foi apresentada como constituída pela combinação entre quatro diferentes caminhos nacionais (e não três, como afirma MAZZEO[209] [1999, pp. 46-47]), cada um deles determinando as tarefas imediatas dos comunistas em cada um de quatro abrangentes tipos de realidade nacional em que vigeriam diferentes tipos de capitalismo, determinados de acordo com seu "grau de amadurecimento" (IC [1929] 2016, cap. IV) e exigindo, ainda de acordo com tal grau, a interposição de "certos estágios transitórios" para que se pudesse chegar à ditadura do proletariado em países de menor nível de desenvolvimento.

Temos então que, primeiro, nos países de capitalismo altamente desenvolvido, a ocorrência de *revoluções proletárias diretamente socialistas* já estaria na ordem do dia, devendo-se lutar pelo imediato estabelecimento da *ditadura do proletariado* . Segundo, nos países de nível médio de desenvolvimento, que combinariam restos de relações semifeudais na agricultura a alguns dos pré-requisitos materiais para a

---

[208] Vale notar que, no ponto assinalado, a formulação caiopradiana da revolução processual sequer se afasta do núcleo do problema tal como posto pelo PCB que ele criticou, já que sua proposta também é a de um longo período (com a diferença de que tal período é entendido como um "processo", e não como "etapas estanques") de desenvolvimento capitalista para que se possa pensar em transitar ao socialismo no Brasil (cf. PRADO JR., [1966] 1987, caps. 01 a 05).

[209] O autor segue indicação equivocada presente em um parágrafo do próprio texto da IC (cf. IC, [1929] 2016, cap. IV, item 08), em que a afirmação de três tipos principais de países é contradita pela sequência textual em que aparecem quatro tipos.

construção do socialismo, seria necessário *completar as reformas democrático-burguesas* ainda não completadas de modo a, erradicando as *sobrevivências* do modo de produção *anterior*, ter as condições de transitar de uma ditadura democrática do proletariado e do campesinato (destinada a completar as tarefas democráticas em atraso) a uma ditadura do proletariado diretamente socialista. O terceiro tipo será examinado no parágrafo a seguir. O quarto tipo, considerado "ainda mais atrasado" do que os outros três, é constituído pelos países coloniais em que não há trabalhadores assalariados, ou os há muito poucos, e nos quais a maior parte da população vive em condições tribais ou primitivas, em que a burguesia nacional é quase inexistente e o papel principal do imperialismo estrangeiro é a ocupação militar e a usurpação da terra (o texto cita diretamente: "algumas partes da África"): nesses países, a tarefa central seria *lutar pela independência nacional*, sendo possível, desde que houvesse a "assistência real e poderosa a eles provida pelos países onde a ditadura do proletariado já esteja estabelecida", que as insurreições nacionalistas vitoriosas abrissem caminho a um desenvolvimento direto rumo ao socialismo que "evite o estágio capitalista" (IC [1929] 2016, cap. IV) .

Quanto ao terceiro tipo, que deixei para apresentar em separado por nos interessar mais diretamente: trata-se de "países coloniais e semicoloniais (China, Índia etc.) e países dependentes (Argentina, Brasil etc.)" com rudimentos mais ou menos desenvolvidos de grande indústria combinados a "relações feudal-medievais ou de 'modo de produção asiático' prevalecentes em suas economias e em suas superestruturas políticas" . São considerados, "na maioria dos casos, inadequados à *construção independente do socialismo*" (grifo meu, destacando a insistência no axioma da construção *independente* do socialismo em cada país, que já estudamos), e neles "as principais empresas industriais, comerciais e bancárias, os principais meios de transporte, as vastas propriedades fundiárias (latifúndios, plantations etc.) estão concentradas nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros" (IC [1929] 2016, cap. IV) .

Nesses países, a principal tarefa dos comunistas seria "por um lado, lutar contra as formas feudais e pré-capitalistas de exploração, desenvolvendo sistematicamente a revolução camponesa agrária; por outro lado, lutar contra o imperialismo e pela independência nacional" e, nesse sentido, "a transição à ditadura do proletariado só será possível através de uma série de etapas preparatórias, como o resultado de todo um período de *transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista*" (grifo meu). Afirma-se ainda, no documento citado, que na maior parte desses países a construção socialista só poderá ser

bem-sucedida caso conte com a ajuda de outros países em que a ditadura do proletariado já esteja estabelecida, já que eles não reúnem as condições suficientes para a referida "construção independente do socialismo" (IC [1929] 2016, cap. IV).

Vemos, assim, o seguinte: já nas resoluções do VI Congresso da IC, que serviram de base para o início da intervenção direta e sistemática da Internacional sobre partidos comunistas em todo o mundo, aí compreendido o PCB, se expressa uma posição que afirma quanto a países tidos como do mesmo "tipo" do Brasil: primeiro, a classificação de países em *tipos* estabelecidos de acordo com *níveis de desenvolvimento* do capitalismo; segundo, a divisão dos países do mundo entre aqueles que teriam a possibilidade de "construção independente" do socialismo, e outros que não a teriam; terceiro, a afirmação da necessidade de *atingir determinado nível de desenvolvimento* do capitalismo (ou seja, de superar supostas *insuficiências* no desenvolvimento capitalista através deste próprio desenvolvimento) em cada formação nacional tomada singularmente para que se pudesse transitar ao socialismo onde as condições nacionais ainda não fossem "suficientes"; quarto, em decorrência direta dessa última, a aposta no *desenvolvimento capitalista como momento necessário* e inescapável da luta socialista, com a revolução democrático-burguesa se transformando em revolução socialista; quinto, como decorrência lógica da anterior, a necessidade de que a revolução nesses países fosse *de tipo democrático-burguês*, com conteúdo "agrário e anti-imperialista", entendida como um *longo caminho através do qual acumular forças* em direção à possibilidade de se vir a postular a atualidade da transição socialista num futuro não claramente estabelecido.

Essas posições, tais como vêm de ser afirmadas no essencial, se cristalizaram alguns anos depois (mais precisamente em 1934, através de uma resolução do Bureau Sul-Americano da IC) na conhecida fórmula de que a revolução no Brasil seria uma revolução anti-feudal e anti-imperialista (DEL ROIO, 1990, p. 271), fórmula essa adotada pelo PCB ao longo de toda a sua existência enquanto principal referência da luta revolucionária brasileira e ao longo, portanto, de todo o período da formação intelectual coutiniana. Vale destacar: a interpretação do Brasil condensada nessa fórmula estratégica *apareceu no pensamento de Carlos Nelson Coutinho em seus anos de formação* (ou seja, de 1959 até meados dos anos 1970 – como vimos, por exemplo, em seu importante artigo sobre Graciliano Ramos escrito em 1965 e republicado em 1967) *mesclada a posições nacionalistas* – próximas, ainda que críticas, àquelas sustentadas pelo ISEB (o comunista baiano reproduzia a posição de seu partido).

Vale notar que no fundamento de tal fórmula há um pressuposto já criticado no presente trabalho: o pressuposto de que em certos países seria possível construir o socialismo independentemente da revolução mundial, e daí, por exclusão, o pressuposto de que, naqueles em que isso não fosse possível, o caminho necessário passaria por *apostar no desenvolvimento democrático do capitalismo* como momento necessário daquela construção no sentido de que amadurecessem, através dele, as condições objetivas e subjetivas (entendidas como condições econômicas e políticas) para a possibilidade de revolução socialista e de construção socialista autossuficiente.

Note-se que o significado dos termos "condições objetivas" e "condições subjetivas" é, nesse tipo de formulação, eivado de economicismo recolhido pela Terceira Internacional da velha tradição da Segunda. É fundamentalmente diferente, portanto, daquele que tais noções têm em Lênin, que, em conhecido texto escrito (não à toa) em polêmica contra a teoria da revolução da II Internacional, enumera como condições objetivas para o estabelecimento de uma situação revolucionária – entendidas enquanto aquelas "que são independentes da vontade, não apenas de grupos individuais e de partidos, mas mesmo de classes particulares" (LENIN, 1977t, p. 214) – as seguintes: primeira, "quando é impossível à classe dominante manter seu governo sem mudanças, quando há uma crise, de um modo ou de outro, na política da classe dominante, levando a uma fissura que o descontentamento e a indignação das classes oprimidas alarga", já que "para que uma revolução ocorra, é normalmente insuficiente que 'as classes de baixo não queiram' mais viver do velho modo", sendo também necessário que 'as classes de cima não sejam mais capazes' de viver do velho modo"; segunda, "quando o sofrimento e a necessidade das classes oprimidas se tornaram mais agudos do que o habitual"; terceira, "como consequência das anteriores, há um crescimento considerável na atividade das massas, que em 'tempos de paz' se permitem ser roubadas sem reclamar, mas, em tempos turbulentos, são levadas tanto pelas próprias circunstâncias da crise *quanto pelas próprias 'classes superiores'* à ação histórica independente" (pp. 213-214). Como "condições subjetivas", temos a seguinte: "a habilidade da *classe* revolucionária em empreender ação revolucionária de massas *forte* o suficiente para quebrar (ou deslocar) o velho governo, que nunca, nem mesmo em períodos de crise, 'cai' se não é derrubado" (p. 214).

Vale destacar: simplesmente *não aparece*, nesse raciocínio, o famoso item, comum nas formulações do problema no âmbito da III Internacional, e também sustentado na estratégia de transição ao socialismo advogada por Carlos Nelson Coutinho, a ideia de

desenvolvimento suficiente das forças produtivas nacionais porque simplesmente não se trata, em Lênin, de se construir o socialismo independentemente em cada país – o que põe a exigência do *desenvolvimento das forças produtivas no plano histórico-universal*, mas não em cada formação econômico-social particular.

É claro que para que o socialismo pudesse se colocar na ordem do dia no plano histórico-universal tal desenvolvimento foi necessário. Mas é claro também, pelo menos para Lênin, que esse desenvolvimento *no plano nacional* não é pré-requisito para a ocorrência de revoluções, donde decorre o fato de ele ter pensado a revolução socialista *internacionalmente*, e ter encarado cada revolução nacional como um elo na cadeia, destinada a perecer caso se mantivesse isolada – se não fosse esse o caso, aliás, ele não teria se batido como se bateu para a ocorrência de uma revolução socialista na Rússia tzarista e semifeudal do início do século XX.

Demonstrado esse limite do fundamento do raciocínio estratégico que está sendo exposto – que, como temos visto, é comum, enquanto fundamento, ao PCB e a Coutinho –, vejamos como se apresenta o desenvolvimento da estratégia fundada sobre aqueles pressupostos: a estratégia nacional-democrática do PCB esteve inextricavelmente ligada, a partir de certo ponto de seu desenvolvimento, a determinada interpretação do Brasil e de sua posição no sistema capitalista planetário enquanto país atrasado, "semifeudal" ou "semicolonial", no qual subsistiriam relações sociais de tipo pré-capitalista na economia e na superestrutura política, condicionando a luta do proletariado a dirigir-se para a erradicação dos restos pré-capitalistas, contra as relações de produção "atrasadas" e no sentido de viabilizar o desenvolvimento capitalista do país – em uma palavra, de assegurar a realização de *tarefas em atraso de transição ao capitalismo* para que se estabelecessem os pressupostos para, um dia, se efetivar a transição socialista. O desdobramento programático dessa interpretação do Brasil levou à conclusão da necessidade, para sua concretização, da aliança com setores também interessados nessa transição ao capitalismo (ou seja, na generalização das relações sociais capitalistas no país) dentre os quais merece destaque suposta burguesia (industrial) nacional que teria interesses nacionalistas, anti-imperialistas e antilatifundiários.

Assim, caberia ao proletariado estar, lado a lado com a burguesia (nacional...), realizando a revolução burguesa brasileira, ou seja, se engajando politicamente na construção do... capitalismo. É por isso que se pode afirmar que a principal tarefa da revolução preconizada pela estratégia nacional e democrática era "eliminar os 'restos feudais' e criar as condições para o desenvolvimento do capitalismo, considerado como

pré-condição para a formação de uma sociedade moderna na qual a contradição transitaria para o eixo capital-trabalho" (IASI, 2013c, p. 08), localizando-se a tarefa de lutar diretamente pela construção do socialismo apenas para *depois* que tal deslocamento se efetivasse.

É necessário reter, quanto ao assunto, o seguinte: *o problema central na compreensão da estratégia nacional e democrática do PCB, assim como da interpretação do Brasil a ela relacionada, não está na afirmação ou não de etapas* tout court*, mas no conteúdo concreto que essa afirmação carregou para se interpretar o Brasil, teorizar sua revolução e, consequentemente, fazer política no âmbito dessa formação econômico-social*. Nesse sentido, a interpretação do Brasil ora em análise era ideológica, não exatamente porque afirmava ter havido "feudalismo" no Brasil, mas porque via o modo de produção anterior, fosse ele feudal, escravista ou mesmo variante colonial do capitalismo, continuando a coexistir através de sobras ou restos no interior do capitalismo industrial, atravancando seu desenvolvimento completo – considerado necessário para transitar ao socialismo.

Caiu-se, assim, em uma interpretação do desenvolvimento brasileiro em que a sobrevivência do atraso era vista como um entrave para a completude do capitalismo, a concretização plena do progresso, que poderia ao socialismo. Tal interpretação apresentava como consequência política lógica a necessidade de se eliminar o atraso para se completar o desenvolvimento capitalista, alcançando o progresso que permitiria, no futuro, a transição socialista. As forças populares, classe operária à frente, deveriam se engajar na luta pelo desenvolvimento capitalista brasileiro, ainda que se afirmasse o socialismo como objetivo final.

Note-se: essa posição era comum a todo o PCB, independente das divergências que havia quanto à interpretação do modo de produção vigente no passado distante brasileiro. E essa posição foi comum, apenas para ficar em três grandes intelectuais vinculados a esse partido, a Nelson Werneck Sodré (com sua postulação da existência de relações feudais), a Caio Prado Jr. (com sua ênfase na circulação a sugerir um capitalismo colonial) e a Carlos Nelson Coutinho (com sua hipótese do escravismo com dominância mercantil). E mais: Coutinho, coerentemente, *nunca abandonou tal posição, nem mesmo após sua saída do PCB*, como vimos fartamente ao estudar o lugar, em seu pensamento, da necessidade de superar os entraves herdados do escravismo (como a "debilidade da sociedade civil", a "cultura autoritária", o "caráter pelo alto da modernização", a "ausência de integração do mercado interno", dentre diversas outras características sustentadas por ele como peculiares ao Brasil supostamente em

decorrência de seu passado escravista) para, numa transição processual democrática (capitalista...), se criarem os pressupostos necessários à transição socialista.

Sabemos que toda afirmação contém em si uma negação: nesse caso, o que se negou foi que as formas aparentemente "arcaicas" ou "sobreviventes", no contexto do desenvolvimento capitalista planetário e da internalização de relações sociais capitalistas em dada formação econômico-social, *tornam-se, elas mesmas, formas particulares de relação capitalista singularmente articuladas ao modo de produção vigente.* Apesar de preservarem a aparência que carregam desde que vigeram em um modo de produção anterior, tais formas não carregam consigo aquele modo de produção (já que ele, enquanto totalidade, desapareceu, e de uma totalidade não se carregam partes sem transformar completamente a essência dessas próprias partes, como o coração arrancado de um corpo deixa e não deixa de ser um coração) nem preservam o conteúdo que tinham nele (e que só podiam ter nele, a partir das relações vigentes naquela totalidade). No capitalismo, assumem novo conteúdo enquanto mediações entre esse mesmo modo de produção capitalista e suas expressões particulares.

Cabem aqui, bastante bem – apesar da distância da teoria de fundo que informava a posição anteriormente criticada e aquela a ser exposta a seguir –, certos aspectos da crítica de Francisco de Oliveira ao conceito de "subdesenvolvimento", também ele perpassado pelos mesmos problemas fundamentais que vêm de ser assinalados. Concedo, pois, a palavra ao sociólogo pernambucano, o primeiro a ganhar passagem perante essa esfinge do pensamento social brasileiro (e não só brasileiro, como estou buscando demonstrar ao longo desta seção ao trazer a importância da "contribuição" da IC para a posição do PCB sobre o assunto):

> [...] a ruptura com o que se poderia chamar o conceito de "modo de produção subdesenvolvido" ou é completa ou apenas se lhe acrescentarão detalhes. No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como um formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor "atrasado" e de um setor "moderno", não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado", se se quer manter a terminologia.

> O "subdesenvolvimento" pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em "trânsito", portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação esquece que o "subdesenvolvimento" é precisamente uma "produção" da expansão do capitalismo. [...] em resumo, o "subdesenvolvimento" é uma formação capitalista e não simplesmente histórica. (OLIVEIRA, [1972] 2003, p. 33).

Temos aí, portanto, um importante ponto de contato entre a estratégia nacional e democrática do PCB, vigente nesse partido por décadas a fio a partir de 1935, e as diversas teorias do subdesenvolvimento (e a correlata ideologia do desenvolvimento estudada anteriormente), a saber: o de encarar certas características assumidas pelo desenvolvimento histórico-concreto do modo de produção capitalista em formações econômico-sociais periféricas – como o Brasil – como se fossem "entraves" a um suposto "pleno desenvolvimento" do capitalismo nessas formações, não percebendo que elas na verdade constituem o *modo específico do pleno desenvolvimento capitalista* nesses países. Daí advêm, no caso do PCB, duas consequências problemáticas: primeira, não se percebe que o desenvolvimento capitalista tende a reproduzir tais formas, e não a suprimi-las, encarando o desenvolvimento do capitalismo de modo possivelmente positivo e progressista (consequência essa que o PCB compartilhou com a ideologia do desenvolvimento); segunda, estima-se que o desenvolvimento do capitalismo é pré-requisito para a criação das condições objetivas que permitam à classe operária acumular forças para a construção do socialismo.

Essa posição – que inscreveu "na lógica das coisas que o PC chegasse à soleira da revolução confiando no dispositivo militar da Presidência da República" (SCHWARZ, [1970] 2008, p. 76) a partir de "um engano bem fundado nas aparências" – foi retratada do seguinte modo no calor do momento, em texto escrito em 1969 e publicado em 1970:

> Sumariamente, era o seguinte: o aliado principal do imperialismo, e portanto o inimigo principal da esquerda, seriam os aspectos *arcaicos* da sociedade brasileira, basicamente o latifúndio, contra o qual deveria erguer-se o povo, composto por todos aqueles interessados no *progresso* do país. Resultou, no plano econômico-político, uma problemática explosiva mas burguesa de *modernização* e *democratização*; mais precisamente, *tratava-se da ampliação do mercado interno através da reforma agrária, nos*

> *quadros de uma política externa independente* [grifo meu]. No plano ideológico, resultava uma noção de "povo" apologética e sentimentalizável, que abraçava indistintamente as massas trabalhadoras, o lumpenzinato, a *intelligentsia*, os magnatas nacionais e o exército. O símbolo desta salada está nas grandes festas de então, registradas por Glauber Rocha em *Terra em Transe*, onde fraternizavam as mulheres do grande capital, o samba, o grande capital ele mesmo, a diplomacia dos países socialistas, os militares progressistas, católicos e padres de esquerda, intelectuais do Partido, poetas torrenciais, patriotas em geral, uns em traje de rigor, outros em *blue jeans*. Noutras palavras, posta de lado a luta de classes e a expropriação do capital, restava do marxismo uma tintura rósea que aproveitava ao interesse de setores [...] das classes dominantes. (SCHWARZ, [1970] 2008, p. 76 – grifo meu onde assinalado).

Tal configuração, tendo produzido "um marxismo especializado na inviabilidade do capitalismo, e não nos caminhos da revolução" (SCHWARZ, [1970] 2008, p. 78), esteve na base de importantes erros políticos da parte do PCB, dentre os quais o mais conhecido é a letargia perante o Golpe de 1964 devido à confiança em supostos "esquemas militares" e setores da "burguesia nacional" tidos como anti-imperialistas, e, portanto, parceiros no desenvolvimento de um capitalismo brasileiro popularmente orientado. Esqueceu-se aí de uma lição do velho Marx: o *desenvolvimento* capitalista não se dá, em condições normais, sem o *acirramento* e o *aprofundamento* – em suma, sem o *desenvolvimento* – das contradições próprias a esse modo de produção, especialmente da contradição fundamental em sua base, aquela entre capital e trabalho.

Acontece que a configuração estratégica nacional-democrática, com sua aposta na necessidade do desenvolvimento democrático capitalista para que se pudesse transitar ao socialismo, também marcou profundamente o debate político e o clima intelectual no período em que o PCB conseguiu estabelecer, a custo de muita e brava luta, sua hegemonia (e, até certo ponto, a hegemonia de sua estratégia e de sua interpretação do Brasil) no plano da cultura brasileira entre meados dos anos 1940 e 1964... Até que a resposta burguesa à evolução das contradições em pleno desenvolvimento no Brasil de então determinou o desfecho trágico do momento anterior, fértil em lutas e em sonhos, com o arrasador *golpe de 1964 – cuja ideologia, aliás, não deixou de ser desenvolvimentista*, como se pode observar pela composição das equipes econômicas e de planejamento sob o regime empresarial-militar.

Vale, aqui – para estabelecer mais claramente a aproximação

aludida entre estratégia nacional-democrática e ideologia do desenvolvimento – lembrar o que deveria ser óbvio: o projeto de todos os governos brasileiros desde Vargas foi o de desenvolver o capitalismo brasileiro, jamais o tendo posto em questão – muito pelo contrário. O fato de esse presidente ter sido, no fatídico agosto de 1954, levado ao suicídio por forças comprometidas com esse mesmo desenvolvimento não deve se prestar à confusão: havia ali divergências no campo da linha a ser seguida para proporcionar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, mas não quanto a que se desse esse desenvolvimento.

Vimos anteriormente que a divergência se dava, no seio dos grupos dirigentes do Estado brasileiro, entre dois modelos de *desenvolvimento* capitalista: um fundado sobre o nacionalismo econômico, ao qual aderira Getúlio Vargas – e até certo ponto, devido a sua estratégia, o PCB (com a diferença de proclamar o socialismo como objetivo final) – e outro sobre a perspectiva de um desenvolvimento dependente (ou "associado"), sustentado por Juscelino Kubitschek. Vimos também que foi como uma espécie de síntese histórica entre os dois, ou melhor, recuperando o núcleo comum que animava a ambos os projetos e em franca interlocução com os protagonistas do debate político daquele momento, que surgiu, em 1954, o ISEB, polo aglutinador de desenvolvimentistas de matizes variados e no qual não poderia, é claro, faltar o PCB, ali representado através da figura de Nelson Werneck Sodré.

Vale lembrar que o nacionalismo econômico já pautava a intervenção política de Vargas desde meados da década de 1930, tendo estado desde então fortemente presente no cenário político nacional e exercido, assim como o nacional-desenvolvimentismo posteriormente, enorme poder agregador sobre forças situadas em espectros diversos do campo político – apenas para dar um exemplo da amplitude, lembro que estiveram engajadas na defesa de um programa nacionalista para a economia forças tão díspares como comunismo e integralismo.

Só levando-se em conta os diversos aspectos do problema dentro e fora do PCB – que busquei expor, ainda que sumariamente, nesta seção e nas anteriores – é que se compreende plenamente, por exemplo, o seguinte comentário de Roberto Schwarz, feito no âmbito de sua dura crítica à política do PCB no período pré-1964:

> Muito mais anti-imperialista que anticapitalista, o PC distinguia no interior das classes dominantes um setor agrário, retrógrado e pró-americano, e um setor industrial, nacional e progressista, ao qual se aliava contra o primeiro. Ora, esta oposição existia, mas sem a profundidade que lhe atribuíam, e nunca pesaria mais do que a oposição entre as classes proprietárias, em bloco, e o perigo

> do comunismo. O PC entretanto transformou em vasto movimento ideológico e teórico as suas alianças, e acreditou nelas, enquanto a burguesia não acreditava nele. Em consequência, chegou despreparado à beira da guerra civil [em 1964, V.N.]. *Este engano esteve no centro da vida cultural brasileira de 1950 para cá, e tinha a tenacidade de seu sucesso prático. Esta a dificuldade* [grifo meu]. A crítica de esquerda não conseguia desfazê-lo, *pois todos os dias anteriores ao último davam-lhe razão*. (SCHWARZ, [1970] 2008, p. 75 – grifo meu onde assinalado).

É importante ressaltar, portanto, que o poder de atração da ideologia nacionalista (e de sua variante nacional-desenvolvimentista) capturou até mesmo – devido a sua estratégia, a sua interpretação do Brasil, a sua teoria da revolução brasileira – o PCB, partido que tinha um projeto cujo desfecho previsto era evidentemente contrário ao desejado pelos outros adeptos dessas posições, qual seja, o projeto da revolução socialista, da eversão das relações sociais de capital.

É por isso, aliás, que não se pode concordar com as duras críticas, e mesmo autocríticas, dirigidas ao PCB posteriormente ao Golpe de 1964, que consideraram que o erro do partido teria sido o de haver radicalizado em demasia a luta, e que, se tivesse permanecido mais fiel à aposta no desenvolvimento, radicalizado menos – em suma, se tivesse assustado menos a burguesia – o Golpe poderia não ter acontecido (autocrítica, aliás, similar à que acometeu PCs em outros países latino-americanos que sofreram golpes militar-burgueses, como o Chile). Lembro ao leitor que trata-se da posição, dentre outros, de Carlos Nelson Coutinho, como vimos ao examinarmos: primeiro, a postulação coutiniana da inadequação do chamado "golpismo da esquerda" às sociedades ocidentais; e segundo, a posição do autor quanto a um suposto "golpismo" da esquerda *brasileira*, entendido como fruto do caráter autocrático ou autoritário do desenvolvimento dessa formação econômico-social.

Os setores da esquerda partidários dessa avaliação se autocriticaram sinceramente por um suposto "golpismo" que teria facilitado o trabalho dos setores mais à direita... A posição parece marcada, antes de tudo, pela *subestimação da profundidade histórica do movimento do adversário*, cujo golpe se insere, como vimos, num processo literalmente *mundial* de contrarrevolução preventiva no contexto da Guerra Fria, tendo sido, no caso brasileiro, longa e minuciosamente preparado, inclusive no âmbito da sociedade civil (cf. DREIFUSS, 1981).

Mas ela aponta também para o *desconhecimento do limite do*

bloco desenvolvimentista: tal bloco pode ir longe, mas nunca mais longe do que a afirmação do desenvolvimento capitalista, com ou sem reformas, e os setores não comunistas componentes de tal campo costumam compartilhar com setores externos ao bloco sua aversão ao comunismo (não a que se *defendam* ideias comunistas, *mas a que se as ponha em prática*: aí, elas são consideradas "autoritárias" e, portanto, inaceitáveis). *Essa é uma das razões para que não seja possível colocar tais setores sob hegemonia de um projeto comunista – sendo, antes, esses setores que costumam colocar os comunistas sob hegemonia*, impedindo-os de levar até as últimas consequências a defesa de suas ideias sob ameaça de, nesse caso, romperem o bloco, e mesmo, em caso de necessidade, romperem a institucionalidade democrática.

Responsabilizar um suposto "golpismo" do PCB pelo Golpe de 1964 *também superestima o papel do partido naquele momento histórico*, subestimando, na mesma medida, o grau até certo ponto *espontâneo* (na falta de palavra melhor) de radicalização das classes trabalhadoras naquela conjuntura. O papel fundamental do partido não era, ali, radicalizá-las, já que o próprio acirramento das contradições do capitalismo brasileiro vinha realizando bastante bem essa tarefa: era trabalhar junto a essas massas no sentido do desenvolvimento da capacidade de universalização de suas demandas no sentido da superação da sociedade capitalista – o que, naquele momento, o partido não se propunha a fazer devido à estratégia que havia abraçado.

Quanto a isso, é Edgard Carone, historiador completamente insuspeito de anticomunismo, quem ilumina um bom caminho. Na continuação de um texto em que já comentara o caráter de conciliação de classe e exaltação das virtudes da "burguesia nacional" postas em prática pela política dos comunistas entre o início dos anos 1940 e o Golpe, afirma ele que, naquelas circunstâncias,

> é ingenuidade criticá-los, acusando-os de serem responsáveis pelos trágicos acontecimentos de 1964. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a influência do PCB diminuíra bastante após 1948 – quando volta à ilegalidade – e que, numa avaliação justa, o seu papel nos acontecimentos pós-1958 – quando Juscelino Kubitschek suspende o processo contra Luís Carlos Prestes e outros membros do PCB – é menos marcante. O que fazem é agir em aliança com forças operárias e nacionalistas, apoiar atos governamentais, como nos tempos de Juscelino e João Goulart, defender a abertura política. Mesmo que a sua atividade seja relativamente ponderável, a influência comunista é engrandecida pela sua capacidade tática e pela sua experiência, mas a imagem apresentada é supervalorizada pela

> propaganda dos próprios comunistas e até pelos seus adversários (CARONE, 1982, vol. 3, p. 02).

Quanto aos interesses dos adversários do PCB em superestimar a força do partido, a razão é clara: trata-se de bom argumento prático, aglutinador em torno de si do anticomunismo vigente em diversos setores sociais, para impulsionar a campanha golpista. Quanto às razões que levaram setores importantes do próprio PCB a supervalorizar sua imagem no episódio, podem ter origem em algum patriotismo de partido, mas também na miopia política de olhos acostumados demais à política de conciliação e tendentes a ver em qualquer radicalização um motivo para o desatamento da sanha coercitiva burguesa – interpretação, essa, dura para com os comunistas (considerados esquerdistas) e branda para com a burguesia (considerada democrática até ser atiçada). Vale notar que a própria burguesia, por sua vez, nunca deixou de enxergar as possibilidades de radicalização contidas no ser das classes trabalhadoras (por vezes evitadas ou mal-interpretadas pelos comunistas) e se preveniu adequadamente contra elas e contra a possibilidade de seu direcionamento, por setores do proletariado, no sentido da instauração de um ordenamento socialista – daí o Golpe, que deve ser entendido como parte da ofensiva contrarrevolucionária burguesa em escala mundial.

Mas a política de conciliação que estudamos, produto da estratégia nacional e democrática para a revolução brasileira, não foi praticada apenas pelo PCB. Como sugere a passagem a seguir – válida, em linhas gerais, para o PCB, desde que se combine nesse caso, como já vimos, a importância da CEPAL àquela do ISEB –, esse partido, quanto a isso, não fugiu à regra de outros PCs latino-americanos que

> tomavam emprestadas da CEPAL suas formulações gerais em função de que não haviam ainda desenvolvido uma alternativa teórica para sua proposta de reformas ao capitalismo, particularmente no plano econômico, com o que a abordagem da CEPAL lhes servia perfeitamente.
> Por outro lado, tal processo era possível porque a caracterização da América Latina proposta pelos PCs – derivada das formulações da Internacional Comunista (sexto pleno da IC [...]) – os levaria a constituir frentes políticas com as burguesias industriais em ascensão nesse momento na América Latina, permitindo a adoção da linha cepalina no plano político. (OURIQUES, 1995, p. 29).

É agora chegado o momento de avançar para além do PCB, em direção ao presente das classes trabalhadoras brasileiras. O que há de essencial nos pontos que vêm de ser criticados não vitima apenas a estratégia nacional-democrática do PCB: atinge também, de maneira particular (mas em cheio), aquela que a sucedeu enquanto principal configuração estratégica para a revolução brasileira, a estratégia democrático-popular do PT. Examinemos agora esse problema, em algumas páginas, para encerrar o presente capítulo.

A estratégia nacional-democrática e a interpretação do Brasil a ela relacionada foram alvo, notadamente a partir da instauração do processo de "contrarrevolução preventiva" (IANNI, 1981) inaugurado pelo golpe empresarial-militar de 1964 e da dura derrota que ele representou para a esquerda brasileira – que, em parte devido a ilusões quanto a setores burgueses e militares "progressistas" (amparadas, é claro, pela teoria da revolução e pela interpretação do Brasil a ela subjacente que vimos de estudar), em parte por seu compromisso com a manutenção das "regras do jogo" da institucionalidade burguesa vigentes no período democrático, se encontrava inerme e incapaz de reagir, ainda que defensivamente, quando veio o golpe (MORAES, [1989] 2011; PRADO JR., [1966] 1987; PRESTES, 2012, pp. 100-118) –, de muitas críticas por parte de organizações revolucionárias e de intelectuais comunistas, ligados ou não ao PCB, que passa então por marcante processo de cisões, expulsões e defecções (PRESTES, 2012, pp. 130-139; RIDENTI, 2010, pp. 27-69; REIS FILHO, 1985).

Da interação entre essas organizações e alguns daqueles intelectuais decorreram, parcialmente associados a desdobramentos daquilo que ficou conhecido como o surgimento de uma "Nova Esquerda" (REIS FILHO, 1985, pp. 16-20), um germe de crítica da estratégia nacional-democrática do PCB e a proposta de sua superação. Ela tomaria parte na formulação, anos depois (quando tanto aquela "Nova Esquerda" quanto outras organizações revolucionárias, como, por exemplo, correntes trotskistas que já vinham acumulando críticas à concepção estratégica do PCB, e, sobretudo, à sua materialização na ação política desse partido, havia décadas, já haviam confluído em grande parte para o processo de fundação do PT) da *estratégia democrática e popular*. Vale lembrar que diversos setores revolucionários participaram do PT desde antes mesmo de sua fundação oficial, tendo apostado nele como o partido capaz de superar o impasse histórico atingido pelo PCB, quer o avaliassem como tendo ocorrido antes do Golpe de 1964, quer quando do Golpe, quer quando da conjuntura de redemocratização.

A referida confluência se oficializou no contexto específico do surgimento do Partido dos Trabalhadores, fundado no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo. Sua criação deve ser situada no contexto da "nova e ampla repolitização do povo" brasileiro (IANNI, 1981, p. 219), compondo parte do fenômeno de emersão das lutas sociais que encontrou "na retomada da luta sindical e operária um ponto de fusão de classe" (IASI, 2006, p. 375). Tal processo social mais amplo tem, do ponto de vista político, sua gênese no processo da chamada "distensão" iniciada no governo Geisel (1974-1979), que implicou no "revigoramento da arena eleitoral-partidária, na liberalização gradual da imprensa e na contenção dos órgãos de repressão"[210] (MENEGUELLO, 1989, p. 23).

Como lembra Mauro Iasi, a necessidade de que o PT, surgindo entre 1979 e 1980, se diferenciasse da tradição comunista, não decorria apenas da constatação do fracasso revolucionário do PCB, mas sim, mais imediatamente, da "intensa luta dentro do sindicalismo que obrigava a uma demarcação com a linha do PCB e do PCdoB que apoiavam e participavam de máquinas sindicais" (2013c, p. 09) em disputa pela nova força petista através, por exemplo, das oposições sindicais.

De todo modo, o encontro entre essas duas demandas – de superação da estratégia revolucionária do PCB, de um lado, e de diferenciação político-prática em relação a ele, de outro – se manifestou em críticas às formulações teóricas do PCB desde as primeiras formulações do PT (IASI, 2013c, p. 09), tendo ganhado forma mais acabada no V Encontro Nacional do partido em 1987.

Ali, lê-se[211]:

---

[210] Cabe lembrar aqui que esta "contenção dos órgãos de repressão" foi bastante seletiva e não se deu senão após a prisão e o assassinato de militantes e dirigentes históricos do PCdoB (lembro apenas o monstruoso episódio que ficou conhecido como o Massacre da Lapa em 1976 – cf. POMAR, [1987] 2006) e do PCB que ainda se encontravam a salvo do regime – como foi o caso, nos anos de 1974 e 1975, de 11 (onze!) integrantes do Comitê Central, bem como, nos anos de 1975 e 1976, dos assassinatos ("suicidamentos") de Vladimir Herzog e de Manuel Fiel Filho, respectivamente (cf. ROEDEL, 2002, pp. 60-67).

[211] Note-se, comparando a citação nesta nota (a seguir) com a citação da resolução do V Encontro do PT no corpo do texto, como certas características que Daniel Aarão Reis Filho enumera como fazendo parte da crítica da "Nova Esquerda", surgida entre 1961 e 1971, à estratégia pecebista, são visivelmente retomadas nos momentos fundacionais do PT para a crítica à antiga posição de uma esquerda considerada conciliadora e incapaz de conduzir a classe trabalhadora ao poder: "Em lugar da conciliação e do entendimento com frações das classes dominantes, a desconfiança, em relação às elites sociais e políticas, estabelecida como método, a denúncia da indissolúvel cumplicidade entre os 'de cima', a declaração de guerra à

> [...] o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo (V Encontro Nacional do PT, *apud* IASI, 2013c, p. 09).

Iasi localiza nessa oposição o seguinte limite, que se explicitou mais claramente com o correr do desenvolvimento histórico e o teste na prática da estratégia democrático-popular dela decorrente: trata-se de crítica que conduziu a uma *superação meramente formal da estratégia nacional e democrática*, devido ao fato de que não pôde ou não soube detectar *o cerne do problema*, tendo se atido a dois aspectos tópicos – importantes, mas tópicos – em sua crítica: a refutação da aliança com uma suposta "burguesia nacional" e a refutação da existência de "etapas" entre o presente e a possibilidade de propaganda aberta do socialismo. O PT, inicialmente, buscou se diferenciar da estratégia nacional-democrática afirmando: primeiro, que a burguesia nacional "não tem nada a oferecer a nosso povo" e que, portanto, não faria alianças com ela; segundo, "pela afirmação da meta socialista" (IASI, 2013c, p. 09) já desde seus primeiros anos de existência partidária.

Essas diferenciações, aparentemente importantes, não tocam no fundamental. Quanto a isso lembremos, em primeiro lugar, que a "afirmação da meta socialista" pode ter amplíssima gama de significados, e tal meta também foi sempre afirmada pelo PCB, assim como pelos PCs ao redor do mundo, bem como pela socialdemocracia pelo menos até 1959, quando tal força já se havia amoldado francamente à ordem burguesa.

Leiamos atentamente a seguinte passagem:

> A parte essencial do 4º Encontro (1986), na perspectiva de delinear a visão do PT sobre a meta socialista, [...] inicia por uma afirmação de suma importância que, paradoxalmente, foi

---

burguesia, suas instituições, partidos e políticos. Os setores mais moderados da Nova Esquerda reivindicariam, no mínimo, plena e completa independência orgânica e política frente à burguesia em composições que fossem eventualmente constituídas. A maioria dos grupos, organizações e partidos, porém, concluíram pela total falta de vocação revolucionária da burguesia brasileira, considerada por muitos como um mito inventado pelos partidários das reformas de base" (REIS FILHO, 1985, p. 16). É essa postura, aliás, que está na base da consideração de Coutinho, durante a década de 1980, do PT como "sectário", como se pode ver em COUTINHO, [2002] 2006a[8], p. 137.

> desde sempre adiada em sua efetiva execução. Afirma-se que a definição das perspectivas e de um projeto socialista deveria ser construída a partir de três vertentes: um estudo sistemático da formação social brasileira [...]; uma reflexão teórica sobre a realidade concreta do país e dos movimentos sociais [...]; e, por último, um estudo das experiências socialistas e lutas sociais no mundo, cotejando suas perspectivas e experiências com a prática concreta de construção de uma alternativa brasileira. Essa tarefa inadiável foi protelada ao infinito. (IASI, 2006, p. 402).

Entretanto, no mesmo Encontro em que foi formulada essa tarefa jamais enfrentada, afirmou-se também que "a classe trabalhadora tem ainda pela frente um longo e dificultoso processo de acumulação de forças" (IV Encontro do PT, *apud* IASI, 2006, p. 402) entendida enquanto resultado de uma tática que visasse a "atrair, ou não assustar, os chamados setores médios de pequenos proprietários ou profissionais com remuneração que os diferencia das condições imediatas de vida do conjunto dos assalariados" (IASI, 2006, p. 404). O objetivo aqui, com esse acúmulo de forças, seria ampliar a capacidade de intervenção social do proletariado, que, sozinho, não teria condições de realizar seu projeto de emancipação: "conquistar os setores médios, a pequena burguesia urbana e rural" (p. 402) assegurando, para isso, que "uma 'radical transformação da sociedade rumo ao socialismo' não seria uma ameaça a seus 'limitados meios de produção'" .

Mas haveria também outra base para que não se pusessem em questão os "limitados meios de produção" dos pequenos proprietários: é que, segundo as resoluções aprovadas nesse mesmo encontro, "as leis econômicas em ação numa determinada sociedade não podem ser extintas ou modificadas por decretos, mesmo quando esses decretos tenham um considerável respaldo político de massas" (IV Encontro do PT, *apud* IASI, 2006, p. 405), já que, "como demonstrou a experiência dos países socialistas" , a "total centralização da economia conduziria à 'burocratização' e, em médio prazo, poderia conduzir a economia à 'estagnação, criando desequilíbrios entre a produção e o consumo e entre os diversos ramos produtivos'" .

Note-se que na formulação anterior identifica-se socialismo a "total centralização da economia" e não a expropriação dos meios fundamentais de produção, levando ao falso dilema entre burocratização e livre mercado – possível na medida em que não se coloca como pauta a imediata eliminação da propriedade privada.

Chega-se, assim, à seguinte resposta ou saída:

> [...] num primeiro momento, deveriam coexistir formas diferenciadas de propriedade (estatais, coletivas e individuais) que deveriam "cooperar" para o sucesso de algumas operações produtivas ou de circulação. No lugar da "plena planificação" ainda sobreviveria uma "adequada combinação entre a planificação e a economia de mercado". (IASI, 2006, p. 405).

Notem-se os pontos de contato entre essa formulação da "adequada combinação entre planificação e economia de mercado" e a eurocomunista "programação da economia" através da intervenção estatal como forma de orientar a economia de mercado no sentido do socialismo num contexto de "democracia avançada".

Mas note-se algo mais: é que na formulação que vamos acompanhando, que data de tão cedo na história petista como o ano de 1986, "existem algumas permanências a mais e algumas rupturas a menos" com a velha estratégia do PCB (IASI, 2006, p. 410). Na estratégia democrático-popular, então ainda em estágio juvenil, ainda incompleta (sua primeira formulação mais bem acabada data do V Encontro, de 1987), já se nota algo que se aprofundará e ganhará cada vez mais peso nos anos seguintes, até chegar a, em seu pleno desenvolvimento, inviabilizar a própria postulação da transição socialista a não ser como um vago e distante horizonte moral no qual se referenciar.

Esse "algo" é o seguinte:

> Certas formas de propriedade sobrevivem, mercadorias sobrevivem, e, como não poderia deixar de ser, o mercado sobrevive! Podemos supor uma transição histórica em que isso possa de fato ocorrer, mas não seria aconselhável explica-la pela dinâmica de superação da primeira etapa do comunismo para sua etapa avançada, pois, de fato, se trata de uma transição *anterior* à primeira etapa, ou momento socialista, *o que poderíamos chamar de "transição para a transição".* (IASI, 2006, p. 410 – grifo meu).

A passagem citada remete ao elemento de "transição para a transição" já estudado no pensamento político coutiniano, assim como à mesma "transição para a transição" apontada por Claudín na estratégia do MCI stalinizado. Pois é: trata-se de *ponto comum* entre a primeira organização em que Coutinho militou e se formou, parte do movimento comunista internacional, e aquela para a qual se dirigiu no fim da década de 1980, que se queria tão profundamente crítica a esse movimento. Estamos, assim, diante do "primeiro elemento que formará

um dos exemplos mais nítidos de algo que o novo partido queria superar, mas que acabou por reproduzir: a teoria da etapa nacional e democrática no rumo de uma revolução socialista" (IASI, 2006, p. 411), independentemente de que tal etapa seja chamada com esse nome ou seja apresentada como um "processo de acúmulo de forças".

O que importa, aqui, é que *o pressuposto é o mesmo*, e inscreve-se num marco fundamental que, uma vez atravessado – tão cedo como 1986 – permitiu que o PT viesse a reproduzir, ao longo de todo o desenvolvimento posterior de sua estratégia para a revolução brasileira, o mesmo elemento fundamental a informar o limite da estratégia do PCB e, com ele, sua dificuldade de servir de fato como base teórica para uma armação política coerente com a transição socialista: esse pressuposto é *a necessidade de se desenvolver o capitalismo para que se pudesse transitar ao socialismo.*

Tal elemento iria, nos anos seguintes, ter impacto considerável no desenvolvimento da estratégia democrático-popular (que já aparece em sua expressão mais acabada a partir do V Encontro, em 1987), marcando-a de modo perene, como se pode ver na seguinte exposição de seus elementos centrais:

> a) uma caracterização do Brasil como tendo um desenvolvimento capitalista no qual se reproduzem desigualdades regionais e sociais e que é marcado pela marginalização dos setores populares do espaço político; b) um Estado burguês que historicamente assumiu uma feição predominantemente coercitiva e que com a abertura democrática abre a possibilidade de uma real ampliação da política para os "de baixo"; c) a impossibilidade de uma passagem imediata ao socialismo, o que implica em uma política de acúmulo de forças; d) esse acúmulo de forças se fundamenta na organização das demandas populares a serem apresentadas tendo por eixo um programa antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário que, ao se chocar contra o caráter autocrático do Estado burguês, levaria a uma ruptura (em uma aproximação do problema [mais diretamente legatária da contribuição teórica de Florestan Fernandes – V.N.]), ou que devido ao fortalecimento da sociedade civil poderia levar gradualmente a um conjunto de reformas que superariam o capitalismo (em outra [mais diretamente legatária da contribuição teórica de Carlos Nelson Coutinho – V.N.]); e) o terreno desta luta seria o da democracia e os principais instrumentos seriam as lutas sociais e a participação nas

> eleições que, combinadas, levariam, numa determinada alteração na correlação de forças, a chegar a pontos institucionais em que se poderiam desencadear as reformas radicais [que apontassem no sentido da superação da ordem burguesa – V.N.]. (IASI, 2013c, pp. 30-31).

Notemos os elementos que aparecem como permanências: primeiro, a constatação de uma peculiaridade no desenvolvimento capitalista brasileiro que teria de ser resolvida para que se pudesse pautar a transição socialista, qual seja, a existência de profundas desigualdades regionais e da marginalização dos setores populares dos espaços políticos expressa na particularidade da formação econômico-social brasileira, a exigir um programa imediato antilatifundiário, anti-imperialista, antimonopolista; segundo, a impossibilidade, a não ser através da mediação daquele programa antilatifundiário, anti-imperialista e antimonopolista, de se pautar a transição socialista como objetivo da esquerda e organizar / pautar a ação no movimento a partir de tal objetivo final (organizada, portanto, em torno de uma estratégia geral diretamente subordinada a tal objetivo), condicionando-o aos objetivos imediatos entendidos como transição necessária àquele outro, seja através do acúmulo progressivo, seja através do tensionamento progressivo em direção à ruptura (o que conduz à estrategização da tática de luta democrática que vimos que também ocorre no pensamento coutiniano); terceiro, a necessidade de mediação de uma transição política de ampliação da democracia que se apresentasse *antes* das transformações propriamente socialistas ("seja no PCB como etapa democrático-burguesa, seja no PT como acúmulo de forças para um governo democrático e popular" – IASI, 2013c, p. 31).

O mesmo comentador que vem sendo citado nos parágrafos anteriores mostra (em IASI, 2006, parte II e IASI, 2013c) que as resoluções do PT foram, ao longo dos anos, ampliando o leque de alianças até chegar a setores da burguesia. Quanto a isso, vale lembrar que a afirmação da necessidade de uma política "antimonopolista" pode estar na base da hipostasia (como vimos detalhadamente no caso do eurocomunismo e do pensamento político coutiniano) de certas contradições tópicas realmente existentes no seio da própria classe proprietária, a partir das quais deduz-se que os interesses dos setores monopolistas se contrapõem aos do "conjunto da sociedade", inclusive da burguesia não-monopolista. Ainda que isso não apareça explicitamente nos primeiros momentos da formulação da estratégia democrático-popular, viria a aparecer mais tarde, e historicamente a afirmação de programas "antimonopolistas" tendeu a conduzir a

esquerda a esse tipo de acomodação.

A coisa costuma se passar assim: em uma conjuntura em que a classe está mobilizada e avançando, aparece a possibilidade de ganhar espaços no Executivo do Estado burguês, inclusive em seu nível central. Essa possibilidade não necessariamente coincide com a avaliação, por parte da direção do aparelho partidário, de que a correlação de forças no conjunto da sociedade permite iniciar as transformações socialistas. Nesse caso, por mais que se possa defender sua necessidade, avalia-se que as condições não estão maduras e que será necessário, para amadurecê-las, fortalecer-se na guerra de forças ou de posições, instalando-se no próprio governo e avançando através da ocupação dessa trincheira. Mas não basta ganhar o governo: é necessário governar. E isso exige alianças, e governabilidade. E isso exige contar com a confiança se amplos setores para os quais tudo pode até mudar, desde que seja para que tudo permaneça como está.

Vê-se, assim, como essa estratégia pode chegar a uma situação de franca acomodação à ordem burguesa *sem que isso decorra do abandono de seu programa, mas sim da própria implementação dele sob certas condições histórico-concretas* – que, por sinal, ocorrem mais facilmente do que outras que permitiriam que tal programa *não* conduzisse àquela adaptação.

Isso posto, e para que se finalize a compreensão dessa fabulosa reapresentação – que, com Deutscher, poderíamos chamar de uma "ironia da história" – do fundamento da estratégia nacional-democrática do PCB no partido que pretendeu, desde seu nascimento, negá-la, é necessário, agora, considerar brevemente a evolução do PT a partir da aceitação por esse partido do pressuposto anteriormente apresentado, aquele da suposta imaturidade das condições para a luta diretamente socialista.

A volta do Brasil à democracia burguesa operada a partir da virada aos anos 1980 assinala o ocaso do regime marcado pelo exercício aberto do padrão de dominação autocrático burguês, derrocada que parece ter marcado o fim de um ciclo mais largo e profundo: o encerramento da revolução burguesa em sentido amplo no Brasil, ou seja, do processo sociopolítico de internalização e generalização das relações sociais de capital no Brasil que tem como marco político inicial a Revolução de 1930. De acordo com Ianni, o golpe e a ditadura provavelmente marcaram "o que pode ser uma manifestação derradeira do tipo de predomínio que a burguesia nacional e imperialista tem conseguido manter sobre o povo, (...) e, principalmente, operários e camponeses" (1981, p. 203). Nesse sentido, a ditadura marcaria o ápice e, com ele, o ponto de virada, a conclusão da "história da

contrarrevolução burguesa no Brasil, no sentido da revolução de cima para baixo, revolução conservadora, 'modernizante' e reacionária, sem compromissos com o povo, os trabalhadores (...), um paradoxo – revolução sem revolução (...)" (p. 204).

Isso porque a ditadura empresarial-militar inaugurada pelo golpe de 1964 marcou o fim da revolução burguesa no Brasil com a completude da transição brasileira ao capitalismo monopolista (em seu estágio tardio) e seu *aggiornamento*, marcados pela recuperação e pela consolidação em nível superior de características que já se afirmavam havia algumas décadas no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro: florescimento/consolidação dos monopólios (estrangeiros e nacionais), cujo papel se torna decisivo na vida econômica, social, política e cultural brasileira; intervenção sistemática do Estado sobre a economia – organizada a partir de planejamento econômico estatal – e sobre as refrações da "questão social"; consolidação e generalização de relações sociais de capital, com sua expansão a todos os setores da vida social, potenciada ainda pela criação e consolidação de um verdadeiro e pujante mercado de capitais internacionalmente integrado; universalização da relação mercantil e da dependência do mercado para garantia da produção e reprodução da vida, inclusive no campo[212].

Nesse sentido poderíamos esperar, mesmo seguindo a linha de raciocínio informativa da teoria nacional-democrática da revolução brasileira (ou seja, mesmo sem criticá-la), que, com a conclusão da transição ao capitalismo no plano interno, instaurado no país um regime democrático-burguês estável e generalizadas as relações de capital ao conjunto da vida social e à integralidade do espaço geo-econômico, estariam maduras as condições objetivas para a revolução socialista no Brasil, e que, portanto, a estratégia da esquerda brasileira tenderia a migrar da antiga estratégia democrático-nacional – superada, quando não a partir de seus próprios limites teórico-políticos, pelo movimento da história – para uma estratégia que pusesse na ordem do dia a revolução socialista, que, a não ser que joguemos com o significado das palavras como no exemplo da resolução do IV Encontro do PT supracitada, *começa* pela *expropriação* dos meios de produção fundamental no campo da economia, e não *termina* com ela. Vale lembrar, aqui, daqueles quatro tipos de país capitalista na análise da IC de 1928, e que o primeiro deles era o de capitalismo consolidado ou avançado em que a tarefa imediata era o estabelecimento de uma ditadura do proletariado através de uma

[212] Todas as características fundamentais do capitalismo monopolista, tais como estudadas em seção anterior a partir da interpretação lenineana, se fazem presentes no Brasil desde o regime inaugurado no Brasil em 1964.

revolução socialista[213].

Entretanto, como se sabe, não foi isso o que ocorreu. E por que não? Porque a nova força política emergente do processo de redemocratização, o PT, *continuou apostando no fundamento da estratégia nacional e democrática*, a imaturidade das condições para a transição socialista e a consequente necessidade de se desenvolver o capitalismo, para que se pudesse dar o próximo passo.

Acompanhemos a materialização prática desse problema no partido em questão:

> O que de fato determinaria a possibilidade de execução do programa democrático-popular original (contra os monopólios, o latifúndio e o imperialismo), que só se completaria com a ruptura, seria uma correlação de forças que permitisse chegar ao governo e dispor de apoio popular para executar as reformas radicais. Ora, na equação real, a maneira de consolidar o apoio popular pelas reformas e a possibilidade de chegar ao governo para executá-las se mostram, pelo menos ao juízo da maioria que se formou no PT e o controla, como antagônicas, isto é, a radicalidade que consolida um apoio a transformações democráticas que só se completariam numa ruptura socialista estreitaria a base eleitoral que permitiria a chegada ao governo.
> Sabemos como essa contradição se resolveu. Dada a centralidade da vitória eleitoral presidencial na estratégia

[213] Algo parecido com esse movimento parece ter realmente ocorrido, mas no próprio campo da estratégia nacional-democrática. Anita Prestes sustenta, largamente amparada em material documental, que o então secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, caminhou nessa direção a partir do início dos anos 1970. A partir de seu exílio em Moscou no início de 1971 e de estudos sistemáticos da obra de clássicos do marxismo, bem como de importantes estudiosos da realidade brasileira como Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, Prestes teria chegado à conclusão de que o capitalismo brasileiro estava maduro e já atingira a fase monopolista, passando individualmente à crítica da estratégia da revolução nacional e democrática e a advogar a atualidade da revolução socialista no Brasil e a necessidade de uma estratégia socialista para o PCB sem criticar a validade da interpretação anterior do Brasil pelo partido, mas sim afirmando sua caducidade, e propondo a conjugação entre a luta pela redemocratização do Brasil e a luta direta e abertamente socialista – posição que não teria tornado pública por ser o secretário-geral de um partido centralizado em cujo Comitê Central essa linha interpretativa da realidade brasileira (com suas consequências políticas) era amplamente minoritária. Sua posição teria sido o pivô de divergências crescentes entre ele e a maioria desse organismo, que culminaram em sua saída do PCB na virada aos anos 1980. Cf. PRESTES, 2012, pp. 188-234 e 2012a. Ainda assim, não deixa de ser interessante notar que também para ele a transição socialista teria de ser preparada por algum tipo de democracia avançada.

> assumida, abriu-se mão da radicalidade inicial, moderou-se o programa, buscou-se uma ampliação das alianças rumo ao "centro". Esse cenário abria uma questão importante: seria possível seguir no acúmulo de forças participando de um espaço estratégico do Estado (o Governo Federal)? [...] a) devemos disputar a presidência? b) é possível uma vitória eleitoral? c) caso seja possível, é desejável governar, ainda que a correlação de forças não permita a plena execução de um programa democrático e popular tal como originalmente se apresentava?
>
> O PT responde positivamente a essas indagações, ou seja, é possível e desejável chegar à presidência e continuar o acúmulo de forças a partir de um ponto mais elevado e estratégico. [...]
>
> A situação real de governo apenas aprofunda a contradição. As alianças necessárias para ganhar não são suficientes para governar e se ampliam para além do centro, para a direita do espectro político. Segue-se nova moderação programática e finalmente a rendição ao pragmatismo.
>
> As alianças e programa se mostram, dessa forma, secundários em relação ao acúmulo de forças. A mediação democrática é mais essencial que seu caráter popular. Não por acaso, nas formulações o termo forte passa a ser "uma revolução democrática", caindo para segundo plano o qualificativo popular. (IASI, 2013c, p. 33).

Assim, à ditadura sobreveio um verdadeiro e potente ascenso de massas, mas não sua conversão em luta pelo socialismo. Pelo contrário: à longa noite que durara 21 anos sucedeu-se uma ainda mais longa manhã cinzenta, clara-escura, onde quase todos os partidos são pardos, ou melhor, onde agremiações se transformaram em seus contrários e parece ter-se instaurado um novo padrão de dominação burguesa no Brasil, com o apoio ativo de setores das classes trabalhadoras e, no mínimo, o consentimento passivo de outros.

Isso que tem sido chamado por alguns analistas de "lulismo" (SINGER, 2012), e por outros considerado um caso até então inédito na história brasileira de "transformismo" em contexto de contrarreformas, determinado pelo *abandono* do "programa socialista que [o PT] defendera por tantos anos"[214] (COUTINHO, [2003-2005] 2006a$_{10}$, p. 151), pode ser

---

214 Esta ideia do "abandono" de um suposto programa *socialista* e democrático do PT como origem da derrocada deste partido como alternativa para a construção do socialismo é defendida hoje por muitos analistas – talvez a maioria dos que se ocupam do assunto –, e foi defendida também, em diversas ocasiões, por Carlos Nelson Coutinho. No livro citado acima (COUTINHO, 2006a) – o último em que escreveu sobre o assunto –, ela é

considerado, como vimos, *a realização de possibilidades já contidas* em determinada configuração estratégica que foi se delineando ao longo da história do PT, e que, partindo de definição dada pelo próprio partido, chamamos aqui de *estratégia democrático-popular.*

Assim,

> [o] que presenciamos aqui é, paradoxalmente, o fato de que a experiência do PT, se não levou à meta socialista suposta inicialmente, cumpriu factualmente uma outra tarefa: encerrou o ciclo de consolidação da revolução burguesa no Brasil.
> [...] o problema da burguesia e da ordem burguesa, dado o caráter dependente e associado do capitalismo em nossa formação social, era o estreito limite em que a classe dominante poderia operar sua hegemonia. Nos termos apresentados por Florestan, a burguesia precisava legitimar sua ordem para além dos limites estreitos do pacto burguês-oligárquico, construindo as condições de uma "hegemonia externa" em relação a este círculo, o que implicava a incorporação dos de baixo. A superexploração, as desigualdades e a dependência impunham um caráter limitado de uma democracia restrita, e uma ampliação só poderia se dar na forma de uma democracia de cooptação.
> No entanto, esta esbarrava na intransigência dos setores burgueses e na compreensível resistência dos trabalhadores, que não aceitariam a cooptação com o pouco que seria possível oferecer-lhes. O PT ofereceu a saída para esse impasse. Organizou o consenso em torno de uma alternativa que garante os patamares de acumulação de capitais e o apassivamento dos trabalhadores nos limites da ordem burguesa em troca de dois aspectos essenciais: emprego e capacidade de consumo para os empregados e programas sociais compensatórios, focalizados e neo-assistenciais para os miseráveis.
> No lado da acumulação de capitais, os 10% mais ricos, que em 1989 acumulavam 53,2% da riqueza nacional, passam em 2008 a acumular 75,4% dessa riqueza, enquanto aqueles submetidos à miséria absoluta, que viviam com menos de US$ 2,00 ao dia, hoje, graças aos programas compensatórios, passaram a viver com US$ 3,00 ao dia, ou seja, saíram da miséria absoluta para

---

enunciada cristalinamente em pelo menos mais duas passagens para além da citada, nas pp. 54 e 160. Já vimos no presente capítulo que *se trata de interpretação enviesada da evolução do PT*, que, enquanto partido, subordinou a meta socialista à consecução do objetivo imediato do desenvolvimento da *democracia* sob o modo de produção *capitalista* no Brasil como meio para acumular forças.

> viver na miséria. Nada mais ilustrador dos termos de uma "democracia de cooptação". (IASI, 2013c, pp. 34-35).

Essas palavras terminam de esclarecer, respeitados o âmbito e os propósitos deste trabalho, como o Partido dos Trabalhadores transformou-se, de um partido que se chocava contra a ordem burguesa, em um partido que se tornou parte integrante de sua consolidação e de seu desenvolvimento no Brasil – uma "esquerda para o capital" (COELHO, 2005).

09.

NO MEIO DA TEORIA TINHA UMA ESTRATÉGIA: UM SOCIALISMO DEMOCRÁTICO, ENTRE LÓGICA E HISTÓRIA

> *[...] um aspecto interessante da minha formação intelectual, da minha opção por ser intelectual, ou seja, uma pessoa que trabalha com ideias, é o fato de que esta opção sempre esteve estreitamente ligada à minha decisão de fazer política. Nunca consegui distinguir entre ser comunista e ser intelectual.*
>
> **Carlos Nelson Coutinho**
>
> [Conversa com um "marxista convicto e confesso"]

09A. SOCIEDADE CIVIL ENTRE ESTÉTICA E POLÍTICA: SOBRE LITERATURA, CLASSICIDADE E USOS DA HISTÓRIA NO PENSAMENTO POLÍTICO COUTINIANO

Sabemos, a partir do exposto até este ponto do presente trabalho, que concorreram, para a constituição do pensamento político coutiniano maduro, contribuições no campo da história, da economia, da filosofia (especialmente, mas não apenas, da filosofia política), da sociologia... Entretanto, quando se a observa em termos cronológicos, nota-se que a delimitação coutiniana da particularidade da formação econômico-social brasileira – componente fundamental em seu pensamento político maduro – se constituiu inicialmente no bojo de sua reflexão sobre a cultura, especialmente sobre a literatura romanesca, tendo por objeto, mais especificamente, o romance realista brasileiro e como marcos fundamentais os ensaios sobre Graciliano Ramos (1965) e Lima Barreto (1972). Como vimos, foi no âmbito dessa reflexão, inclusive, que desabrochou o conceito de via prussiana no pensamento coutiniano, decorrente da constatação da coexistência entre elementos tidos como atrasados e modernos (ou entre "atraso" e "progresso") e do caráter pelo alto do processo de modernização brasileira, interpretado como fruto da necessidade de conciliação entre setores dirigentes representantes de cada uma dessas componentes da realidade nacional.

Isso só foi possível devido a um aspecto até certo ponto original da perspectiva interpretativa coutiniana do Brasil, a saber: o autor tratou a literatura romanesca brasileira como substrato para a apreensão de determinações-chave na constituição de sua leitura do desenvolvimento desta formação econômico-social.

A posição coutiniana quanto ao assunto é, aliás, sugerida pelo nome que o autor escolheu para se referir a outras interpretações

totalizantes do Brasil, que lhe serviram de referência tanto através do aprendizado quanto da crítica e da polêmica. Ele as chamou de *imagens do Brasil*, tendo-as definido deste modo:

> Entendo por "imagem do Brasil" não a descrição de elementos parciais de nossa realidade social, ou mesmo de nossa realidade global, mas a tentativa de compreender a gênese histórica desta realidade e de identificar as tendências contraditórias que ela comporta no presente e que apontam para o futuro. Há grandes pensadores que contribuíram, em maior ou menor medida, para a elaboração de uma imagem do Brasil. Uma imagem de direita, por exemplo, pode ser encontrada na obra de Gilberto Freyre ou de Oliveira Vianna; uma imagem de esquerda, ao contrário, aparece, sobretudo, nas obras de Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Florestan Fernandes. (COUTINHO, [2006] 2011b[9], p. 244).

Ou ainda:

> Não são muitos os pensadores sociais que formularam, em suas obras, o que poderíamos chamar de uma "imagem do Brasil". Imagens desse tipo articulam sempre juízos de fato com juízos de valor, na medida em que não se limitam a fornecer indicações para a apreensão de problemas específicos da vida social de nosso país (como, por exemplo, o sistema colonial, a industrialização, a consciência do empresariado, o movimento sindical etc. etc.), mas se propõem – para além e/ou a partir disso – a nos dar uma visão de conjunto, que implica não só a compreensão de nosso passado histórico, mas também o uso dessa compreensão para entender o presente e, mais do que isso, para indicar perspectivas para o futuro. (COUTINHO, [1998] 2011b[8], p. 221).

Essas imagens do Brasil, para Coutinho, não ficam restritas ao pensamento social, e na lista acima poderiam, sem dúvida, figurar – embora com pesos diferentes no julgamento do marxista baiano – o Lima Barreto do *Triste fim de Policarpo Quaresma*, o Graciliano Ramos de *São Bernardo*, o Érico Veríssimo de *Incidente em Antares*, o Antônio Callado do *Quarup*, o João Ubaldo de *Viva o povo brasileiro*, dentre outros escritores e obras que poderíamos, com ele, alinhar no campo da grande literatura realista brasileira. Constata-se essa possibilidade a partir da leitura de diversos textos coutinianos publicados em seus livros (como veremos a seguir), e a certeza quanto a essa inclusão se reforça através da leitura atenta das resenhas escritas pelo autor para jornais e revistas

entre os anos 1960 e 1970 (como, por exemplo, COUTINHO, 1969, o primeiro texto coutiniano publicado após o AI-5, em que o *Quarup* é considerado, com a poesia de Capinam e sob inspiração de Drummond e Graciliano, uma das "sementes do nosso futuro", ou COUTINHO, 1971a, em que *Incidente em Antares* é avaliado pelo autor como "um dos mais significativos representantes da cultura humanista no Brasil", sendo o recurso ao fantástico, naquele livro, "*um modo simbólico e altamente plástico de penetrar e expressar a essência da realidade*" – , grifo meu).

É nesse mesmo sentido que Coutinho afirma, no *Prefácio* à 4ª edição de sua coletânea de ensaios *Cultura e sociedade no Brasil*, o seguinte:

> Enquanto marxistas, Lukács e Gramsci nos ensinam a ver nas formas e nas ideias algo mais do que as leis da escrita ou a coerência do discurso: formas e ideias são também expressão condensada de constelações sociais, meios privilegiados de reproduzir espiritualmente as contradições reais e, ao mesmo tempo, de propor um modo novo de enfrenta-las e superá-las. Os ensaios desta coletânea, ainda que busquem respeitar a especificidade e a autonomia relativa das produções culturais que abordam, *estão todos dirigidos para um objetivo principal: o de desvendar a problemática social que tais produções contribuem para elevar à consciência ou à autoconsciência.* (COUTINHO, 2011b, p. 09 – grifo meu).

Vale notar que na coletânea em questão constam ensaios sobre Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Caio Prado Jr., mas também sobre Jorge Amado, Graciliano Ramos e Lima Barreto. Para não deixar no leitor alguma dúvida quanto ao que se vem de afirmar nos parágrafos anteriores, passo mais uma vez a palavra ao próprio Coutinho, que, no mesmo *Prefácio*, é claríssimo quanto à sua posição sobre o assunto:

> Embora utilizem diferentes meios cognoscitivos (formas simbólicas ou conceitos científicos), as imagens do Brasil construídas por Lima Barreto, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Octávio Ianni convergem num ponto essencial: elaboram uma dura crítica da modernização "prussiana" ou "passiva" de que fomos vítimas e, ao mesmo tempo, propõem o esboço de uma alternativa nacional-popular e democrática para o nosso país. (COUTINHO, 2011b, p. 11).

A questão central a ser examinada agora é, portanto, suscitada

pelo fato de que o desenvolvimento inicial da imagem coutiniana do Brasil se deu em ensaios dirigidos expressamente à crítica literária.

Isso pode ser explicado, a princípio, pela própria *localização temporal* de tais ensaios no âmbito da produção coutiniana: como vimos, aquele sobre Graciliano data de 1965, e o sobre Lima de 1972. Ambos pertencem, portanto, ao período que chamei (na Parte I, capítulo 03, item "c") de *hiato no pensamento político coutiniano*, que vimos que foi motivado pelo constrangimento político-militar externamente imposto à reflexão explicitamente política – especialmente no caso de se tratar de reflexão *comunista* – no Brasil pós-1964. Já acompanhamos, através de declarações do próprio autor e da passada em revista de suas mais importantes publicações do período (os dois livros e alguns dos ensaios enfeixados no primeiro deles), que, naquele lapso temporal, extremamente rico e criativo do ponto de vista de seu amadurecimento teórico individual, o marxista evitou, inconscientemente segundo sua própria avaliação retrospectiva, abordar os temas proibidos, tendo-se refugiado nos campos da crítica da cultura e da filosofia. Vale lembrar ainda, quanto a isso, que Coutinho se situa tardiamente no debate sobre a revolução burguesa no Brasil, que, como vimos, estendeu-se sob forte influência do PCB entre os anos 1930 e a metade dos 1960, tendo sofrido grave abalo com o Golpe de 1964, abrupta interrupção com o AI-5, e, a partir daí, progressivamente minguado como campo de exploração aberto a novas interpretações de abrangência global.

Mas essa explicação é apenas *o princípio* do exame. Acontece que Carlos Nelson Coutinho considerou, até o fim de sua vida, que também na grande arte realista – assim como na teoria social, guardadas as respectivas legalidades próprias – se podia atingir a síntese necessária à reprodução no plano do pensamento da totalidade intensiva de uma formação econômico-social. Assim, se não era possível escrever explicitamente sobre política naquele momento da história do Brasil, esse era, para o marxista baiano, um problema plenamente contornável: que se escrevesse sobre a grande literatura realista brasileira, e, através dela, se narrasse o desenvolvimento dessa formação econômico-social e se interpretasse seu sentido. Que se construísse, assim procedendo, uma imagem do Brasil.

Nesse sentido vai esta apreciação da obra de Graciliano Ramos e de seu lugar na compreensão da *totalidade* da sociedade brasileira:

> A obra romanesca de Graciliano Ramos abarca o inteiro processo de formação da sociedade brasileira contemporânea, em suas íntimas e essenciais determinações. [...] O destino de seus personagens, seu modo de agir e reagir em face das

> situações concretas em que se encontram inseridos, são manifestações típicas de toda a realidade brasileira. No "regional", a Graciliano interessa apenas o que é comum a toda a sociedade brasileira, o que é "universal". Mas não um universal abstrato e absoluto, pretensamente válido em qualquer circunstância; a universalidade de Graciliano é uma universalidade concreta, que se alimenta e vive da singularidade, da temporalidade social e histórica. (COUTINHO, [1965] 2011b[5], p. 141).

Tal posição coutiniana está em flagrante contraste em relação à de outros conhecidos intérpretes da formação social brasileira – que ou não trataram da esfera mais propriamente cultural, ou a trataram de modo subordinado, resvalando de um modo ou de outro, quando trataram desse assunto, em certa *sociologização* do problema. Para ficar apenas no campo dos marxistas, pensemos em Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Octavio Ianni, e mesmo Nelson Werneck Sodré ou Astrojildo Pereira. Apesar de os dois últimos terem tido papel importante e de certo modo pioneiro em uma vertente do pensamento sobre a cultura brasileira que buscou explicá-la remetendo-a a sua base material, parametrada pelo método marxista (pensando-a, portanto, em sua relação com a particularidade do Brasil enquanto formação econômico-social), neles a afirmação da particularidade da formação econômico-social brasileira não brota organicamente do exame da literatura e da cultura brasileiras, mas o antecede e o condiciona[215].

Não é o que ocorre em Coutinho, que, em sua maneira de tratar a literatura como substrato para a apreensão de determinações-chave na constituição de uma imagem do Brasil, tem como possíveis companheiros brasileiros de viagem, aproximadamente no mesmo momento histórico em que ele o fez, apenas Roberto Schwarz e Antonio Candido.

As afirmações anteriores exigem, para sua adequada fundamentação, que realizemos uma digressão pelo tema da *arte* enquanto modalidade específica de *conhecimento* do real – ou, como afirma Coutinho a partir de LUKÁCS ([1957] 1978), "autoconsciência da humanidade". Sem esse excurso não ficará claro como é que é do estudo de Graciliano Ramos e Lima Barreto, tanto quanto de Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré e György Lukács, que Coutinho depreende a ideia da via prussiana para compreender o desenvolvimento brasileiro, assim como as determinações que encontra nessa categoria.

---

[215] Cf., por exemplo, SODRÉ, [1945] 1969, especialmente a Introdução, pp. 01-31 e PEREIRA, 1963.

Acontece que o comunista baiano, seguindo o ensinamento do velho Lukács – de cujo pensamento propriamente estético tomou conhecimento já em 1961, de acordo com citação sua da publicação francesa do *Realismo Crítico Hoje* em artigo datado de novembro daquele ano (COUTINHO, 1961d) –, efetivamente tratou a obra romanesca como fonte de conhecimento da realidade. Sua crítica das principais tendências do movimento da sociedade brasileira partiu do reconhecimento, incorporando-o, do estatuto de *conhecimento* da grande arte realista, e, ainda mais, a ela recorreu como um dos principais suportes para reconstituir a totalidade intensiva de seu objeto de estudo.

A fundamentação para tal posição é exposta cristalina e sinteticamente em um item de algumas páginas em *O realismo como categoria central da crítica marxista* (COUTINHO, [1966] 1967a$_4$), cujo desenrolar acompanharemos a partir do raciocínio na passagem a seguir:

> Uma obra de arte é realista quando manifesta em sua conformação singular a totalidade das determinações do reflexo estético da realidade objetiva. [...] deve-se acentuar o fato de que *a arte e a ciência refletem a mesma realidade objetiva* e que, portanto, *são também as mesmas as categorias de cada um destes reflexos*. Uma obra de arte, tal como uma obra científica, são autênticas quando nos fornecem *um conhecimento verdadeiro das relações humanas essenciais* e significativas. (COUTINHO, [1966] 1967a$_4$, p. 107 – grifo meu).

Esse raciocínio, por sua vez, se ampara sobre o pressuposto lukacsiano de que as categorias não têm existência meramente no pensamento: elas, *antes* de existirem reflexivamente, *existem ontologicamente*, postas no real. Como o assunto já foi discutido, é desnecessário aqui repetir o percurso feito antes. Deve-se, apenas, expor a determinação da especificidade do reflexo estético em relação ao reflexo científico (ambos refletindo o real, mas guardando cada um sua legalidade própria), e para isso podemos seguir com Coutinho:

> [...] enquanto a ciência é desantropomorfizadora, buscando transcrever conceitualmente o *em si* da realidade objetiva tal como ele existe independentemente da consciência, a arte é basicamente antropomórfica, isto é, reflete certamente este *em si* objetivo, mas tão somente na medida em que ele se refere ao homem, ao seu destino concreto, tão-somente na medida em que ele aparece como "mundo próprio" dos homens. Esta divergência tendencial básica na natureza do reflexo determina

> o fato de que na ciência todas as relações reais aparecem sob uma forma conceitual, abstratamente racional, ao passo que na arte elas aparecem através de uma representação sensível, imediatamente evocadora. (COUTINHO, [1966] 1967a[4], p. 107).

Arte e ciência *refletem*, portanto, *a mesma realidade* objetiva. Constituem ambas, portanto, *conhecimento* sobre ela. A divergência que vem de ser exposta entre essas duas modalidades de conhecimento do real se manifesta na "alteração do peso das categorias unitárias no interior do sistema de leis" (COUTINHO, [1966] 1967a[4], p. 107) que rege cada uma das modalidades de reflexo. Essa alteração se dá no diferente peso que as categorias de singularidade, particularidade e universalidade assumem em cada uma das formas de reflexo do real.

Coutinho expõe o problema deste modo:

> As categorias básicas da realidade são as de singularidade, particularidade e universalidade; por isso, elas aparecem em qualquer das formas do reflexo desta realidade. Mas, por causa da diversidade das tendências antropomorfizadoras ou desantropomorfizadoras, elas ganham um peso inteiramente diverso no reflexo estético e no reflexo científico da realidade: a ciência se orienta sempre no sentido de fixar a universalidade ou de, mediante esta universalidade, determinar a singularidade, aparecendo a particularidade como um simples campo [...] de mediações; na arte, ao contrário, a singularidade e a universalidade aparecem sempre superadas na particularidade, que é a categoria central da esfera estética.
>
> Deste modo, enquanto a ciência – de acordo com sua orientação desantropomorfizadora – despreza o fenômeno ou o reduz conceitualmente à essência, a arte nos fornece, de uma maneira imediata e sensível, a unidade entre fenômeno e essência, ou seja, um fenômeno (singularidade) inteiramente penetrado pela essência (universalidade) e apto a expressá-la evocadoramente, *sem necessidade de mediações conceituais. Esta síntese particular encarna-se na criação de tipos*. Como diz Engels, "o realismo implica, além da verdade do detalhe, a verdade de personagens típicos em circunstâncias típicas". (COUTINHO, [1966] 1967a[4], pp. 107-108 – grifos meus).

Assim, a arte dá a conhecer o real figurando-o ou mimetizando-o, o que tem de ser feito através do *reflexo estético da totalidade* intensiva do real mediado pela *criação de tipos* particulares. Essa exigência decorre de que "o momento da verdade, da reprodução correta da realidade objetiva [...] só tem caráter artístico quando decorre da vivência

[na obra de arte] de indivíduos singulares, de destinos humanos concretos e de ações ou situações ligadas organicamente aos homens" (COUTINHO, [1966] 1967a$_4$, p. 108). Logo, o indivíduo singular numa obra literária realista é a encarnação de uma particularidade socialmente existente, figurada enquanto singularidade na obra. Para Coutinho, é aí que se manifesta "o caráter antropomorfizador, a necessária referencialidade ao homem, que é própria da arte" e que faz com que ela "não possa competir com as ciências e com a filosofia na representação *conceitual* da realidade humana" .

Todo esse raciocínio é evidentemente legatário de Lukács, e é claro que para Coutinho, assim como para seu velho mestre húngaro, o conhecimento do real oriundo da arte não advém da descrição de detalhes do real na obra artística – o que recairia em mero naturalismo ou formalismo, e não permitiria que a arte desempenhasse seu papel adequadamente –, mas sim da capacidade do escritor de *selecionar o que é essencial, separando-o do meramente acidental* e mostrando ao leitor uma imagem verdadeira do movimento do real a partir da figuração de suas principais linhas de força tais como incidem sobre as vidas particulares das personagens.

Quanto à posição lukacsiana sobre o assunto, é exposta de modo sintético no ensaio *Narrar ou descrever* (LUKÁCS, [1936] 1965a). Se, por um lado, é útil recuperar algo daquele ensaio para iluminar a posição coutiniana sobre a grande obra de arte realista como meio de conhecimento do real – fundamental para entender o desenvolvimento no pensamento coutiniano da primeira das categorias que ele aplicou para interpretar a particularidade do Brasil (a via prussiana) –, por outro lado não será possível incorporar esse esforço organicamente no presente texto, já que nos desviaria demasiado do assunto ora em tratamento.

Sendo assim, limitar-me-ei a duas indicações: primeira, citar em nota de rodapé algumas passagens do famoso ensaio lukacsiano que são capazes de jogar um pouco mais de luz sobre a posição de Coutinho. O leitor deve notar, nestas passagens, que Lukács defende a *narração* como método compositivo adequado à obra literária realista, invectivando contra a *descrição* por seu caráter nivelador, ou seja, incapaz de separar o essencial do contingente e hierarquiza-los. É através da narração que o grande romance realista, selecionando no jorrar incessante da vida aquilo que é essencial, possibilita ao leitor conhecer o mundo[216].

[216] Vamos às referidas passagens. a) "O que é que se pode chamar de acidental na representação artística? Sem elementos acidentais, tudo é abstrato e morto. Nenhum escritor pode representar algo vivo se evita completamente os

A segunda indicação está no autor que Coutinho considerava o maior representante do romance realista brasileiro, Graciliano Ramos. Em sua obra clássica, *São Bernardo*, o método narrativo defendido por Lukács e, a partir dele, por Coutinho, é executado canonicamente, o que fica claro não apenas no modo como o narrador se atém ao estritamente essencial – o que só pode fazer por se situar, ele mesmo, já em outro momento de sua vida (no futuro em relação aos acontecimentos narrados), sendo capaz de lançar um olhar avaliativo para trás e explicitar na narrativa apenas aquilo que tem importância para os desdobramentos centrais a serem expostos ao leitor –, mas também em certas passagens do texto em que o narrador Paulo Honório, homem direto, prático e algo bruto, afirma, por exemplo:

> Concluiu-se a construção da casa nova. Julgo que não preciso descrevê-la. As partes principais apareceram ou aparecerão; o resto é dispensável e interessa apenas aos arquitetos, homens

---

elementos acidentais; mas, por outro lado, precisa superar na representação a casualidade nua e crua, elevando-a ao plano da necessidade" (pp. 45-46). b) "O verdadeiro conhecimento das forças motrizes do processo social e o reflexo exato, profundo e sem preconceitos da ação deste processo sobre a vida humana, assumem a forma de um movimento: um movimento que representa e esclarece a unidade orgânica que liga a normalidade à exceção. A verdade do processo social é também a verdade dos destinos individuais. [...] As palavras dos homens, seus pensamentos e sentimentos puramente subjetivos, revelam-se verdadeiros ou não verdadeiros, sinceros ou insinceros, grandes ou limitados, quando se traduzem na prática, isto é, quando os atos e as forças dos homens confirmam-nos ou desmentem-nos na prova da realidade. Só a *práxis* humana pode exprimir concretamente a essência do homem" (pp. 57-58). c) "A narração distingue e ordena. A descrição nivela todas as coisas" (p. 62). d) "A localização da ação épica no passado [...] comporta a seleção do que é essencial neste copioso oceano que é a vida e a representação do essencial de maneira a suscitar a ilusão de que a vida toda esteja representada na sua extensão integral. [...] aquilo que não concerne à substância é um estorvo, um obstáculo [...]. Somente no final é que a tortuosidade dos caminhos da vida se simplifica. Só a *práxis* humana pode indicar quais tenham sido, no conjunto das disposições de um caráter humano, as qualidades importantes e decisivas. Só o contato com a *práxis*, só a complexa concatenação das paixões e das variadas ações dos homens pode mostrar quais tenham sido as coisas, as instituições etc., que influíram de modo determinante sobre os destinos humanos, mostrando quando e como se exerceu tal influência. De tudo isso só se pode ter uma visão de conjunto quando se chega ao final. É a própria vida que tem realizado a seleção dos momentos essenciais do homem no mundo, quer subjetiva, quer objetivamente. O escritor épico que narra uma experiência humana em um acontecimento, ou desenvolve a narração de uma série de acontecimentos dotados de significação humana, e o faz retrospectivamente, adotando a perspectiva alcançada no final deles, torna clara e compreensível para o leitor a seleção do essencial que já foi operada pela vida mesma" (pp. 62-63).

> que provavelmente não lerão isto. (RAMOS, [1934] 1997, cap. 8, parágrafo 4).

Ou ainda:

> Essa conversa, é claro, não saiu de cabo a rabo como está no papel. Houve suspensões, repetições, mal-entendidos, incongruências, naturais quando a gente fala sem pensar que aquilo vai ser lido. Reproduzo o que julgo interessante. Suprimi diversas passagens, modifiquei outras. [...] É o processo que adoto; extraio dos acontecimentos algumas parcelas; o resto é bagaço. (RAMOS, [1934] 1997, cap. 13, antepenúltimo parágrafo).

Devido aos procedimentos compositivos sugeridos nas duas citações acima, Graciliano foi capaz, segundo o marxista baiano, de representar o essencial de uma realidade social fragmentada – a "sociedade semicolonial, penetrada por elementos capitalistas" (COUTINHO, [1965] 2011b[5], p. 147) – na qual "a lenta evolução do capitalismo, em alguns casos, entrava em contradição com o nosso *ancien régime*; em outros, contribuía para solidifica-lo, e, finalmente, já começava a apresentar o seu caráter limitador e a demonstrar uma abertura para o sistema social que o superará" . Ainda: os personagens do escritor comunista alagoano são, para Coutinho, sempre tipos autênticos "na medida em que expressam em suas ações o máximo de possibilidades contidas nas classes sociais a que pertencem" , residindo na fusão entre indivíduo e classe "um dos pontos mais altos do realismo de Graciliano" .

Do exposto até aqui deriva a definição de Coutinho sobre a função de *conhecimento do real* assumida pela grande arte realista:

> Sua função é a de nos colocar em contato com experiências humanas vivas, potencialmente nossas, nas quais se manifestam imediatamente as determinações essenciais da ação e do comportamento dos homens de um dado período da história, determinações que, sem perderem a sua historicidade, são suficientemente significativas para representarem um momento essencial da evolução do gênero humano. Lukács resume do seguinte modo suas considerações a respeito: "A arte não é simplesmente a *consciência* dos homens acerca de alguma coisa que existisse em si independentemente da própria arte. Sem dúvida, este momento está também contido no reflexo estético. Mas não é senão um momento, e o especificamente

> estético de um tal reflexo consiste em ser *autoconsciência da humanidade*" (COUTINHO, [1966] 1967a[4], pp. 108-109 – grifos meus).

Isso é verdade *para o reflexo estético* tomado enquanto tal. Entretanto, saber dessa validade não nos desobriga de enfrentar o seguinte problema: Coutinho se amparou amplamente sobre a literatura para construir uma teoria do desenvolvimento brasileiro, ou seja, para buscar explicar e compreender a instalação e a evolução do capitalismo no Brasil de um ponto de vista teórico, e não estético. Esse procedimento é, de um ponto de vista teórico ou científico, válido? E, em caso afirmativo: será que ele pode, a depender de como for conduzido, introduzir ou reforçar algum tipo de problema ou idiossincrasia no pensamento construído dessa forma?

Vimos de que maneira, para Coutinho, na esteira de Lukács, a grande literatura realista é uma modalidade de conhecimento do real. Nesse sentido, seu procedimento é válido na medida em que permite acessar formas específicas de conhecimento do real.

Mas vimos também que, se, por um lado, arte e teoria refletem a mesma realidade, por outro lado *não a refletem do mesmo modo*, tal como marcado pelo próprio Marx ao alertar para que, no método teórico, "[o] todo, tal como aparece no cérebro, como um todo mental, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer, *maneira que difere do modo artístico*, religioso e prático de se apropriar dele" (MARX, [1859/1903] 2008a, pp. 259-260 – grifo meu).

Lukács ([1957] 1978) também sublinha a diferença entre essas modalidades de conhecimento do real. Enquanto na arte realista a categoria central é a de particularidade, construindo-se tipos que reproduzem intensivamente o real, figurando ou sugerindo seu movimento através da narração, na ciência busca-se a formulação de leis gerais, tendencialmente universais, amparando-se sobre o estudo minucioso de fenômenos que se apresentam, imediatamente, como singularidades.

No campo da teoria social, essa diferença remete à oposição entre dois diferentes métodos de buscar apreender o real no pensamento. O neokantismo weberiano se funda, sem prejuízo de que para isso esteja amparado sobre sólido e documentado conhecimento histórico, sobre a hipostasia da particularidade. Cria tipos ideais, particularidades que deveriam corresponder a expressões depuradas, na medida do possível, da expressão fenomênica histórico-singular.

Já a crítica marxiana da economia política reconhece a história

como a ciência por excelência, buscando a expressão do universal no particular sempre a partir da mediação do singular. O conhecimento do fenômeno depende de sua manifestação histórico-concreta, e é dela que se parte para encontrar as categorias, saturando progressivamente o objeto de determinações. Isso, no campo da teoria social, leva o pesquisador a buscar as leis no movimento em que elas se manifestam efetivamente, do qual a lei é a expressão em repouso. Nesses marcos, as categorias não comparecem como parte de uma comparação com outras realidades particulares tomadas enquanto *tipos* contra os quais se explicitariam, como numa chapa contra a luz, supostas insuficiências, carências, atrasos ou incompletudes. O futuro é entendido como incerto, móvel, transformável, cujas tendências são deslocáveis a partir do desenrolar da história e da práxis humana.

É necessário, neste ponto, aprofundar o exame desse complexo de problemas, jogando um pouco de luz sobre a relação entre *universalidade*, *particularidade* e *singularidade* na teoria social – assim como sobre o conceitos de *classicidade* e de *tipo*.

É conhecida a afirmação weberiana de que mesmo o marxismo trabalharia com tipos ideais[217]. Sua falsidade reside em que no marxismo as categorias só são particulares na medida em que se apresentam como mediação entre movimento singular e movimento universal – e, por isso, mediação da mediação, já que o singular medeia entre universal e particular, e este último, uma vez determinado (suspenso, ou seja, temporariamente determinado), medeia entre singular e universal, em um processo que não finda na medida em que não finda o movimento do real e nossa possibilidade de conhece-lo.

Resulta daí a peculiaridade do método marxiano, que trabalha com o incessante enriquecimento, ou saturação, das categorias com determinações, na medida em que avança o estudo e em que progride o próprio movimento do real. Não à toa, na obra máxima de Marx, *O Capital*, é impossível encontrar uma só frase definindo o que é o capital: a definição é, a princípio, o próprio livro (advém daí, aliás, a conhecida constatação de que não é possível compreender essa obra lendo-se

---

217 Weber deixou indicações de que não se considerava o inventor do método dos tipos ideais, mas sim aquele que o estava explicitando conceitualmente na medida em que o considerava necessário e inescapável no tocante às ciências humanas. Essa posição comparece, por exemplo, em sua curiosa afirmação de que *teria sido Marx* o "exemplo de longe o mais importante na construção de tipos ideais", assim como na seguinte: "*todas* as 'leis' e construções do desenvolvimento histórico especificamente marxistas naturalmente possuem um caráter de tipo ideal, na medida em que sejam *teoricamente* corretas". (cf. WEBER, [1904] 2003, p. 118 – grifos do autor). Não estou de acordo com essa sua interpretação do pensamento marxista, cuja aceitação é repleta de consequências teóricas.

apenas seu Livro I, ou amparando-se apenas sobre um dos três livros, sem considera-la como um todo – o que torna, também, compreensível o cuidado especial que Marx teve ao organizar sua exposição no Livro I, aquele que chegou a publicar em vida). Nele, se explicita progressivamente determinada relação social, ela mesma em movimento e transformação, cuja determinação só se apresenta em marcha e exige, por isso, a continuidade do estudo, o aprofundamento por outros autores, a progressividade do conhecimento buscando acumular a partir de onde se chegou e acompanhar o desenvolvimento do real. Daí, aliás, o caráter eminentemente antidogmático do pensamento marxiano.

O problema ora em discussão comparece na definição coutiniana – mas também, de certo modo, naquelas outras ligadas às ideologias do desenvolvimento – da *não-classicidade* brasileira (ou, naquelas ideologias, do *subdesenvolvimento*), na medida em que ela é formulada *contra certos tipos considerados clássicos* (ou, numa visão menos comprometida com a diacronicidade, *desenvolvidos*), e, enquanto tais, modelos a serem atingidos a partir de uma supostamente possível e necessária substituição das determinações particulares da formação econômico-social brasileira, ou "não clássica", ou "subdesenvolvida", por outras, as particularidades tidas como características do país clássico ou desenvolvido. Note-se que tal empreendimento, se fosse possível, *equivaleria a cancelar a história* através da qual aquelas particularidades se plasmaram, o que costuma conduzir, no plano da política prática, à hipoteca da possibilidade de transformação socialista do Brasil, assim como dos outros países ditos subdesenvolvidos, à suposta necessidade de que ele, primeiro, se "desenvolva", supere seu suposto atraso ou as marcas de sua "não-classicidade" rumo ao futuro que se quer construir.

Isso é válido não apenas para Coutinho. Na verdade, ele faz parte de uma longa corrente de pensadores que raciocinaram em tais termos. É o caso do PCB da estratégia nacional e democrática, partido no qual Coutinho se formou. Também aqui, trata-se, na verdade, de fenômeno ainda mais abrangente, já que o PCB formulou sua interpretação, como vimos, na esteira do MCI do VI Congresso da IC com seus "estágios de desenvolvimento" capitalista –, em que os países em estágio superior, ou mais desenvolvidos, aparecem como *modelo* ao qual os outros devem aceder, o que implica na hipostasia de suas particularidades em uma *particularidade que se quer universal* (ao invés de "Estados Unidos", "Inglaterra" e "França", tem-se "país capitalista de desenvolvimento superior" ou "formação econômico-social clássica"; ao invés de Brasil, China, Índia, tem-se "país semicolonial ou dependente" ou "formação econômico-social não-clássica"), criada pelo próprio método de estudo. Esse método despoja a história de sua forma específica de manifestação,

que é o jorrar incessante de fatos singulares e irrepetíveis através do tempo. Tende-se, assim, a logicizar a história. Note-se: *um qualquer* país clássico ou desenvolvido não pode ter *história*, a não ser na medida em que se apresente concretamente como *a* Inglaterra, *a* França etc. O mesmo vale para os assim chamados não clássicos ou subdesenvolvidos.

Os parágrafos anteriores nos conduzem a uma necessária (ainda que só possa ser feita superficialmente no presente trabalho) consideração do problema da *classicidade* no pensamento marxista.

Lukács afirma, sobre o conceito de "desenvolvimento clássico" em Marx, o seguinte:

> Se quisermos entender corretamente esse conceito de desenvolvimento clássico, tal como se apresenta em Marx, temos de conservar firmemente presente, também nesse caso, a sua objetividade inteiramente independente de qualquer valor. Marx define como "clássico", simplesmente, o desenvolvimento no qual as forças econômicas, determinantes em última instância, se expressam de modo mais claro, evidente, sem interferências, sem desvios etc. que nos demais casos. [...] Formas sociais nascidas de modo não-clássico podem ser tão vivas, etc., como as nascidas de modo clássico; aliás, podem mesmo superá-las em determinados aspectos. Como medida de valor, portanto, a antítese entre clássico e não-clássico não tem muita serventia. (LUKÁCS, [1972] 1979, p. 121).

Temos então, como primeira característica, que um "desenvolvimento clássico" é simplesmente aquele em que as forças econômicas se manifestam de forma mais clara. A ideia metodológica é, aqui, a de que como não é possível, no caso da teoria social, *isolar* os fenômenos – tal como o fazem, por exemplo, nas ciências exatas, físicos e químicos –, que simplesmente não existem numa forma pura (que, para o ser, exigiria ser despojada de sua historicidade), então é necessário *encontrar no próprio desenvolvimento histórico as formas* onde aquelas forças apareçam de forma mais evidente (LUKÁCS, [1972] 1979, p. 118), buscando, a partir do estudo minucioso das formações sociais singulares, encontrar tendências particulares que possam eventualmente determinar o movimento da totalidade.

Mas há outra determinação pertinente a tal classicidade em termos de desenvolvimento histórico, tão importante quanto essa, que deve ser explicitada. É esta:

> [...] tendo em vista que nessa inter-relação entre complexos heterogêneos, o peso deles, o dinamismo, as proporções etc.

> sofrem contínuas modificações, as interações causais resultantes podem, em determinadas circunstâncias, afastar da classicidade, do mesmo modo que haviam levado até ela. O caráter histórico dessas constelações, por isso, *faz com que a classicidade, em primeiro lugar, não possa ser representada por um tipo "eterno"*; [...]. A determinação marxiana do desenvolvimento inglês, do seu passado e do seu presente, como um desenvolvimento clássico, portanto, não exclui absolutamente que nós hoje reconheçamos legitimamente como clássica, por exemplo, a forma norte-americana. (LUKÁCS, [1972] 1979, p. 119 – grifo meu).

Como segunda característica do "desenvolvimento clássico" marxiano, segundo Lukács, temos sua *historicidade* que implica em sua *irredutibilidade ao particular*, sua *irrepetibilidade* e sua *transitoriedade*.

Portanto, não é adequado definir a "não-classicidade" brasileira como um *modo específico de ser*. Vejamos: a Inglaterra foi clássica na medida em que ali se desenvolveu de forma mais clara a relação social de capital em suas primeiras fases, digamos, até a virada ao século XX (estou simplificando, já que *naquele mesmo momento* já estavam em desenvolvimento, nos EUA, as tendências que o alçariam à posição de classicidade a partir de certo ponto do desenvolvimento capitalista); todas as demais formações econômico-sociais não foram clássicas, na medida em que não foram a Inglaterra (e a própria Inglaterra deixou de ser clássica na medida em que o desenvolvimento planetário do modo de produção capitalista conduziu ao deslocamento da particularidade em que se expressava a classicidade para os EUA); mas todas elas continham, em processo de internalização, tendências universais (ou melhor, em processo de universalização) que, primeiramente, se expressaram naquela formação econômico-social clássica, e que viriam a interagir de formas singularmente determinadas em cada uma delas a partir da combinação entre tais tendências e aquelas singularmente presentes em cada formação econômico-social particular, determinadas por sua história, ou, se quisermos, pela singularidade histórica que viria a mediar a relação entre a internalização daquele universal e a particularidade daí resultante.

Essa reflexão remete à seguinte ponderação trotskiana:

> "O país mais desenvolvido industrialmente exibe ao menos desenvolvido somente a imagem de seu próprio futuro". Essa afirmação de Marx, tomando como ponto de partida metodológico, não o mundo econômico como um todo, mas um determinado país capitalista como padrão, tornou-se menos

> válida à medida em que a evolução do capitalismo abarcou todos os países desatentos a seu prévio destino e ao progresso industrial. A Inglaterra, em certa época, revelou o futuro da França, de certa forma, e da Alemanha, mas de modo nenhum o da Rússia e da Índia. (TROTSKY, [1930] 1977, vol. 03, p. 1009).

O exposto a partir de Lukács permite recolher o núcleo correto na afirmação de Trotsky: houve, por um lado, um deslocamento da classicidade – entendida como a exibição de forma mais clara das forças econômicas fundamentais do modo de produção capitalista – em direção aos EUA; e, por outro lado, a Inglaterra nunca revelou *totalmente* o futuro da França, assim como jamais deixou de revelar *de algum modo* o futuro da Índia. Numa situação como essa, é um erro reduzir formações econômico-sociais como a francesa, a norte-americana, e, de modo ainda mais evidente, a alemã, a italiana ou a japonesa, ao mesmo *tipo* inglês ou euro-ocidental, assim como também o seria a transformação dos EUA, agora, em um *tipo* a partir do qual compreender os outros países – o de país desenvolvido, ou de tipo clássico, ou o que quer que aponte nessa mesma direção. Esse engano pode levar a, das duas, uma: seja ao desconhecimento da evolução histórico-concreta dos países em exame; seja ao tratamento da singularidade histórica através da qual se processa tal desenvolvimento como algo menor que merece consideração secundária.

O mesmo vale para o tipo não-clássico (assim como para o "subdesenvolvido", ou o "semicolonial"): a particularidade, nesses casos, pertence à formação econômico-social (Brasil, Índia, China etc.) e não a um supostamente típico "caminho não-clássico" (que é percorrido, enquanto singularidade histórica, de modo único e irrepetível por cada formação econômico-social particular em seu processo de constituição), e subsumir aquela a este pode levar, e historicamente levou, a generalizações indevidas – indevidas no sentido, por exemplo, de se ter perdido a oportunidade de pensar política para tais países sempre partindo da análise concreta da situação concreta, ou seja, da história.

Isso nos reconduz a um dos núcleos duros do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho: a *consideração coutiniana da não classicidade do Brasil*, expressa primeiro em sua condição de país "semicolonial"[218]; depois, no caráter "prussiano" de sua transição ao

[218] Vale lembrar que a caracterização do Brasil como "semicolonial" andou lado a lado, durante anos no pensamento coutiniano, com a caracterização como "semifeudal". Não é necessário insistir no assunto, já que o próprio Coutinho reviu essa posição e eliminou, nas reedições dos textos antigos, o conceito, como se pode facilmente perceber a partir da comparação entre, por exemplo, a versão do ensaio sobre Graciliano Ramos publicada em 1965 e 1967 e,

capitalismo; e, depois ainda, em sua condição contemporânea de "Ocidental periférico". Trata-se de três definições que buscaram dar conta do mesmo problema (a assim chamada não-classicidade brasileira) e que coexistiram no pensamento coutiniano a partir dos anos 1980.

Já vimos, em capítulos anteriores, como a noção de país semicolonial apareceu, em Coutinho, contraposta a um modelo euro-ocidental que deveria ser atingido através da superação de ausências, insuficiências, atrasos ou exclusões (ausência de integração nacional, insuficiência do mercado interno, atraso nas relações sociais no campo interpretadas, inicialmente, como pré-capitalistas, exclusão da maioria da população na participação política). Isso conduziu Coutinho a uma apreciação positiva do desenvolvimento do capitalismo brasileiro como introdutor do progresso, desde que fosse superado o padrão "pelo alto" de nossa revolução burguesa, com a inclusão das massas na vida política nacional em direção a um "grande mundo democrático".

Também já estudamos como a categoria de via prussiana foi esvaziada de parte do conteúdo histórico-concreto que possuía no Lukács de *A destruição da razão* (e mesmo em Lênin) para poder ser aplicada ao Brasil, tendo tido seu conteúdo reduzido àquele da categoria de "modernização conservadora" do sociólogo norte-americano Barrington Moore Jr., tornando-se, inclusive, intercambiável com ela (o mesmo valendo para a aplicação da revolução passiva gramsciana ao Brasil), o que também conduziu Coutinho *a afirmar, contra a modernização conservadora, a necessidade de uma modernização capitalista*, que poderia pavimentar o caminho para o socialismo.

Tal tratamento remete a problema já tratado em outro contexto por Sedi Hirano, que, ao fundamentar a "irredutibilidade axiológica e epistemológica dos pensamentos de Marx e Weber" (HIRANO, 1975, p. 17) e a decorrente impossibilidade de assimilação do marxismo pela sociologia compreensiva – e vice-versa[219] –, explica que uma das características distintivas fundamentais entre as duas reside na *poli-historicidade* dos conceitos construídos a partir do método daquela última, que "advém de seu relativismo e dos pressupostos metodológicos assumidos [por Weber]".

Essa *poli-historicidade* consiste no fato de que tais conceitos são

posteriormente, aquela publicada em 2011.

[219] Não se quer dizer aqui que resultados da aplicação de uma destas teorias sociais não possam ser e não tenham sido aproveitados ou utilizados de forma enriquecedora por pensadores vinculados à outra. O mesmo vale para o tratamento fecundo, por intelectuais marxistas ao redor do mundo, dado a algumas das questões postas por Weber. A advertência de Hirano se refere à impossibilidade de assimilação dos pressupostos e do método de uma vertente pela outra.

aplicáveis ao estudo de fenômenos localizados em diferentes contextos históricos justamente porque são conceitos "relativamente vazios diante da realidade histórica" (FERNANDES, *apud* HIRANO, 1975, p. 19 – grifos meus).

Gorender ilustra muito bem esse problema com o seguinte exemplo:

> [...] uma vez que o tipo ideal é uma forma *a-histórica*, [...] o mesmo tipo ideal ou forma social abrange fenômenos históricos inteiramente diversos. Daí a possibilidade de identificação conceitual entre realidades sociais diferentes em sua substância. Enquanto a categoria marxista de *modo de produção capitalista* é rigorosamente unívoca e historicamente determinada, o tipo weberiano *orientação capitalista de lucro* permite descobrir seis "formas de capitalismo", desde a Antiguidade até a época contemporânea. (GORENDER, [1978] 1980, p. 46).

Pelo fato de terem sido construídos com o compromisso de permitir o estabelecimento de conexões logicamente válidas que representem possibilidades no real – ao invés de buscarem refletir as determinações à luz da totalidade histórico-concreta –, estes conceitos resultam "puros, generalizadores, invariantes" (HIRANO, 1975, p. 20), forjados enquanto *representação* intelectual do real. Trata-se assim, antes do que de categorias, de *"esquemas interpretativos"* (FERNANDES, *apud* HIRANO, 1975, p. 20 – grifos do autor) ou "formas lógicas subjetivas de entendimento" cuja flexibilidade histórica permite, por exemplo, que se fale em "tipos [...] de capitalismo conhecidos durante quatro mil anos" (WEBER, [1918] 1997, p. 41).

Para Marx, por sua vez, as categorias "expressam formas de ser, determinações da existência" ([1857-58] 2011, p. 85). Para refletir seu movimento adequadamente no pensamento é necessário, já que todo ser só existe e devém (se torna) em relação a outros, estuda-las a partir de suas relações reais, descobrir suas determinações efetivas, remetendo-as continuamente àquela "iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade" (p. 86) – que consiste na determinação fundamental da totalidade. Mas deve-se completar a diretiva anterior: é igualmente necessário estuda-las em seu desenvolvimento, já que assim como todo ser só *existe* em relação a outros, ele só *se torna* em relação à própria história.

Sendo assim, o conceito capaz de refletir no pensamento fenômenos históricos tão diferentes como o *Risorgimento* italiano, o processo de substituição das relações agrárias feudais por relações capitalistas no campo do que viria a ser a Alemanha e o processo de

transição de relações sociais escravistas a relações sociais capitalistas no Brasil pode apenas corresponder a um momento bastante *abstrato* da pesquisa histórica. Ater-se a esse momento pode impedir o prosseguimento adequado da pesquisa, tendo inevitáveis implicações ideológicas: o particular pode aparecer como universal (generalização da "via prussiana" ou da "modernização conservadora" a todo processo "não-clássico" de transição ao capitalismo), e, mais interessante para o atual estágio de nossas considerações, *o universal pode aparecer como particular.*

É assim que *a particularidade* da formação econômico-social brasileira vem a aparecer como a culpada pelos problemas causados pelo desenvolvimento *do capitalismo* no Brasil, sendo postulado que esse mesmo desenvolvimento que os criava, observadas certas condições, os resolveria. Essa posição se afasta do cuidado metodológico de pensar as dimensões mais perversas e truculentas da tradição política brasileira à luz das tendências expressas no sistema capitalista tomado enquanto totalidade ontem e hoje – o que pode nos ajudar, aliás, a lembrar que é público e notório que a polícia e o exército brasileiros aprenderam diversas das técnicas de tortura por eles utilizadas correntemente com agentes como Paul Aussaresses, formado a serviço do governo da "clássica" França e especializado no assunto a partir de *know how* adquirido *in loco* na guerra da Argélia, ou ainda em escolas militares dos "clássicos" EUA, e não com feitores e capatazes saídos diretamente de uma fazenda colonial do século XVIII.

Um problema da interpretação coutiniana do Brasil (que é, neste caso, também o daquela dos ideólogos do desenvolvimento tomados em grupo) é, portanto, apreciar sua história, que é a de uma formação econômico-social particular, *contra* a história de outras, tomadas enquanto modelo de "classicidade", encontrando assim supostas *insuficiências, carências, ausências* ou *incompletudes*, o que leva a uma interpretação invertida do real, que, no tocante à definição da política a ser seguida, tem ponderáveis consequências.

O que vem de ser afirmado é exemplificado na seguinte formulação:

> Um projeto estratégico pressupõe um diagnóstico da situação. O grande problema do Brasil é a questão da exclusão social. *Nós temos uma estrutura social capitalista, mas com vícios muito especificamente brasileiros.*
> No Brasil, sempre vivemos processos de modernização excludentes, que consistem essencialmente em arranjos entre frações das classes dirigentes, com a permanente tendência a excluir a grande massa da população de uma participação tanto

> nas decisões políticas quanto nos benefícios da modernização e do progresso econômico. *Este tipo específico de capitalismo brasileiro gerou um fenômeno extremamente perverso: a exclusão* das maiorias da vida nacional.
> *O núcleo de um projeto estratégico alternativo [...] deveria levar em conta o modo pelo qual se deve constituir uma verdadeira nação, permitindo que esses excluídos tenham acesso aos benefícios do progresso. Todas as medidas econômicas deveriam levar em conta a construção de um verdadeiro mercado nacional.* O desenvolvimento econômico, para ser eficiente no Brasil, deve visar principalmente à resolução dos problemas dessa massa de excluídos.
> *Não se trata de propor uma imediata implantação do socialismo*, até porque o socialismo não pode ser implantado imediatamente, mas é sempre resultado de um processo. (COUTINHO, [1999] 2008b[6], pp. 147-148 – grifos meus).

Seria, então, necessário integrar os "excluídos" aos "benefícios do progresso" através da consolidação de um "verdadeiro mercado nacional" que completasse a constituição de uma "verdadeira nação"... Tudo isso reafirmado pelo autor em edição *revista e atualizada* de seu livro, em 2008. Trata-se ali de criar as condições (democráticas) para que o capitalismo possa cumprir um papel progressista, de trampolim em direção à *superação da não-classicidade na classicidade*, apresentada como projeto ou meta (ou, se quisermos, superação do subdesenvolvimento no desenvolvimento, apresentado enquanto projeto ou meta), preparando a possibilidade de transição ao socialismo.

Apesar de, em seu pensamento, a relação entre aprofundamento da democracia e transição socialista aparecer como um processo progressivo de reformas que vão sendo aprofundadas, diluindo o caráter de *anterioridade* da transição democrática (e, portanto, diluindo sua definição como uma *etapa* no processo de transição ao socialismo), deve-se reter o seguinte: sob pena de ser fragorosamente derrotadas, as forças engajadas na luta socialista não podem propor medidas claramente socialistas (ex: socialização da propriedade) antes de terem a hegemonia, que já vimos que na leitura coutiniana de Gramsci significa o consenso da maioria da sociedade. Nesse sentido, a conquista do apoio ativo (ou pelo menos passivo) da maioria da sociedade, a partir da defesa de medidas que se julga que podem ser de seu interesse, se torna momento obrigatório e inescapável que precede a própria enunciação da estratégia socialista propriamente dita, a ser feita a partir do estabelecimento dos *pressupostos* que a viabilizem. Daí o caráter *anterior* da estratégia democrática em relação à estratégia socialista, e daí o caráter

democrático da estratégia coutiniana, ainda que o objetivo final sempre apontado seja o socialismo. Afinal, o problema aqui *não é dos nomes* que se afirmam, mas sim do *conteúdo* afirmado – que, no caso do Brasil, passa pela necessidade de superação da "via prussiana", ou dos "restos coloniais", através da realização das "tarefas abertas" ou em atraso para completar sua ocidentalização.

Quanto à consideração do Brasil como Ocidente periférico, deve ser dito, em primeiro lugar, que essa noção é um desdobramento das noções gramscianas de Oriente e Ocidente tais como interpretadas por Coutinho. Vimos, em diferentes pontos do presente trabalho, que para o marxista baiano o Oriente englobava aquele tipo de formação social em que a sociedade civil era primitiva e gelatinosa, ou o Estado era tudo e a sociedade civil nada, ou ainda em que havia uma relação francamente desequilibrada entre Estado e sociedade civil com a preponderância do primeiro. O Ocidente, por sua vez, englobava as formações sociais em que, a partir de desenvolvimentos políticos decorrentes da entrada do capitalismo em sua fase monopolista (ou, para nosso autor, monopolista de Estado), havia uma relação equilibrada entre Estado e sociedade civil, em que aquele Estado se havia ampliado, justamente, a partir do desenvolvimento dessa sociedade civil, que havia se tornado uma de suas dimensões. Tal sociedade civil ter-se-ia desenvolvido a partir da organização dos trabalhadores, posteriormente replicada pelas camadas médias e pela própria burguesia, num processo em que à progressiva socialização da produção, acentuada e elevada exponencialmente a partir da entrada do capitalismo em sua fase monopolista, corresponderia a progressiva socialização da política (o desenvolvimento do capitalismo cria um proletariado, que, concentrado espacialmente, se põe em luta, e, a partir do momento em que tem sua jornada de trabalho parcialmente limitada como decorrências dessa luta e do deslocamento da extração de mais-valia em direção a sua forma relativa – que deixa de exigir o prolongamento indefinido da jornada –, forma suas próprias organizações ou aparelhos privados de hegemonia, que desencadeiam a reação burguesa criando também as suas etc.). Ter-se-ia constituído, a partir de então, uma separação entre sociedade civil e sociedade política, em que a primeira representaria a esfera do consenso (e da disputa política em marcos consensuais, ou seja, sem uso da violência) e a segunda a esfera da coerção (e da disputa política em marcos coercitivos, ou seja, com uso da violência), cada uma das duas possuindo, inclusive, bases materiais próprias – a primeira, os aparelhos privados de hegemonia; a segunda, o aparato administrativo-coercitivo estatal.

Essa interpretação do pensamento político gramsciano, aplicada ao Brasil, levou Carlos Nelson Coutinho à seguinte interpretação, que

também já estudamos: a sociedade civil brasileira não existia na escravidão, devido ao fato de que os escravos estavam divididos em diversos estamentos e os senhores dominavam pelo uso aberto da força, sem necessidade de intelectuais engajados na construção de hegemonia; assim, sempre que se quis modernizar o Brasil, já a partir de 1822, lançou-se mão de acordos "pelo alto" que buscavam conciliar os interesses das diversas frações do grupo dominante, e, com isso, o atraso brasileiro anterior com o progresso que se buscava induzir; isso reproduziu (quando não aprofundou) a exclusão das massas da vida política nacional e das grandes decisões pertinentes a essa esfera. Mas quando começou a se desenvolver o capitalismo no Brasil, precocemente monopolizado devido ao grau em que já se encontrava seu desenvolvimento no plano internacional, começou a se desenvolver a socialização da produção e uma classe operária, e, com elas, a socialização da política e os primeiros germes de sociedade civil através da criação de associações operárias, sindicatos, imprensa proletária etc.

Entretanto, devido à combinação entre as características enumeradas no parágrafo anterior, formara-se no Brasil uma burguesia autocrática, impermeável à participação dos subalternos na vida política, e esses germes de sociedade civil foram sempre sufocados por golpes palacianos, revoluções pelo alto, revoluções-restauração, produzindo-se uma cultura autoritária, avessa à participação democrática e à incorporação das massas ao processo político de decisão dos rumos da vida nacional. Por outro lado, o próprio desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ao estimular a socialização da política fruto da socialização da produção, empurrava a sociedade civil a se organizar, e os golpes e contrarrevoluções preventivas burguesas (1930, 1964...) tiveram sucesso apenas temporariamente: chega o ocaso da ditadura militar nos anos 1970, e aquele é, finalmente, o momento de o bloco social e político popular, aglutinado em torno da classe operária na sociedade civil organizada, fazer valer sua força, potencializada pelo desenvolvimento do capitalismo ocorrido sob tal regime, e conquistar posições tanto no âmbito da sociedade política quanto da sociedade civil, garantindo assim a instalação das condições, através do estabelecimento de uma democracia de massas, para a transição socialista através de um processo de reformas revolucionárias que, começando dentro da ordem, se choquem contra ela e tendam a superá-la.

Essa é uma síntese, um resumo muito condensado, do raciocínio coutiniano, tanto no tocante à relação entre desenvolvimento capitalista e democratização quanto no tocante à materialização de tal relação no Brasil, dada sua particularidade não clássica. Tal interpretação encontra aparente confirmação na grande literatura realista brasileira mobilizada

por Coutinho, quando essa mostra a fragmentação de nossa sociedade, a dificuldade de formação de uma comunidade humana, o confronto entre progresso e estagnação social, a inquietação, o inconformismo e o demonismo das personagens que encarnam, em sua particularidade, o sentido para o qual aponta a dinâmica da sociedade em transição, chocando-se contra o atraso que remete ao passado, contra as soluções burocráticas ou coercitivas encontradas pelos estratos superiores da sociedade para lidar com tal inconformismo – que sinalizaria, ele sim, o futuro, a superação dos entraves ao progresso nacional que deveria estabelecer as condições para a transição a uma forma superior de sociedade (COUTINHO, [1965] 2011b[5], pp. 141-147). Podemos entender, portanto, porque Coutinho afirmou que *São Bernardo* marcava, na medida em que representava o primeiro grande romance realista de Graciliano Ramos, "a passagem *da crônica à história concreta*" (p. 142).

Entretanto, não é possível concordar com essa última afirmação coutiniana, e não apenas no caso de Graciliano, mas de toda grande literatura. Concordar com ela só seria possível se a interpretássemos *metaforicamente*, e seguramente não se trata aqui de uma metáfora – não apenas pelo enfático grifo coutiniano, mas também pela grande importância conferida à arte realista como substrato para o conhecimento, *inclusive teórico*, do real, que acompanhamos ao longo não apenas deste capítulo, mas de toda a parte voltada para o estudo da imagem coutiniana do Brasil. Acontece que, como vimos, na grande literatura realista, por maior que ela seja (e *justamente por ser grande*, superando o *naturalismo* caracterizado pela descrição em oposição à narração), *não se faz, nunca, história concreta.* A história, enquanto ciência, *tem de se amparar sobre o estudo minucioso e rigoroso e sobre a explicitação detalhada e documentada da singularidade histórica através da qual se manifesta a particularidade fenomênica*, relacionando-a com leis universais, mas não podendo, jamais, congelar tais singularidades em particularidades imutáveis ou *típicas*. O procedimento da literatura, como vimos anteriormente nesta seção, é outro.

Assim, se a grande literatura romanesca brasileira *aparentemente* confirma a interpretação coutiniana do Brasil, ela também concorda, plenamente, com interpretações *historiográficas*, rigorosas e autorizadas academicamente, *que infirmam aquela mesma interpretação* em certos pontos fundamentais. E isso por uma razão simples, que não se deve jamais esquecer: *mesmo constituindo conhecimento sobre o real, a arte é uma modalidade específica de conhecimento, irredutível à ciência ou teoria e incapaz de abrange-la.*

É o caso do debate historiográfico recente sobre um dos pilares da interpretação coutiniana da particularidade brasileira, a saber, o

desenvolvimento da sociedade civil no Brasil. Quanto ao tema, a destacada historiadora marxista Virgínia Fontes – amparada, aliás, sobre acervo categorial eminentemente gramsciano –, a partir de décadas de estudos de sua colega Sônia Regina de Mendonça (outra séria e rigorosa historiadora, parte dos quadros de uma das mais prestigiadas escolas de História brasileiras, que rastreou minuciosamente o processo em questão por um período de mais de cem anos), afirma que desde fins do século XIX e inícios do XX se disseminaram, *no interior da classe dominante agrária brasileira*, "diversas redes de organização com perfis distintos" (FONTES, 2010, p. 220) que implementaram pautas de reivindicações diversificadas e diversificadoras na medida em que "introduziram demandas de organização do Estado com um teor distinto do proposto pelo setor agroexportador (cafeicultor, sobretudo)" .

A existência dessas redes, segundo Fontes, indica, tão cedo quanto na virada ao século XX, *uma precoce organização de aparelhos privados de hegemonia de diferentes setores da classe dominante agrária*, materializada especialmente em duas redes nacionais, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB). A primeira teria reunido em seu interior "grandes proprietários de todo o país voltados para a produção de gêneros destinados prioritariamente ao mercado interno", organizados em contraposição à segunda que "agremiava grandes proprietários paulistas, fundamentalmente cafeicultores voltados para a exportação" (p. 221).

Veja-se, na passagem abaixo, como a dinâmica descrita pela historiadora é característica da sociedade civil, abrangendo: formação de intelectuais; produção e divulgação de ideias próprias ao grupo; busca pela construção de capacidade dirigente – primeiro, sobre a própria base do aparelho (homogeneização da posição da base em torno de um núcleo dirigente) e, depois, sobre setores sociais mais amplos (propaganda) – donde construção de hegemonia; conquista de posições na sociedade – e até mesmo, no caso em exame, no Estado.

> A SNA se implantou a partir de extensa rede nacional, com intensa atuação técnica, política e ideológica. Contava com publicações próprias que consolidavam e difundiam uma pauta política, culminando com intensa atividade para a implantação de um aparelho estatal que permaneceu durante muitos anos sob sua direção, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC); os grandes proprietários nela reunidos formularam e implementaram centros para a formação de técnicos e de dirigentes agrícolas, inclusive no ensino superior, e atuaram intensamente no adestramento de mão de obra rural, de maneira

> adequada a seus propósitos. A intensidade da contraposição entre as duas agremiações, a SNA e a SRB, mostra como não foi homogênea a disputa travada entre elas, e como suas posições conflitivas, em última instância, conduziram o processo a expandir as fronteiras da acumulação de capitais e a coligar diferentes formatos de industrialização sem uma ruptura entre o setor agrário e o setor urbano-industrial. (FONTES, 2010, p. 221).

Fontes sugere, ainda, que a SRB, que reunia o setor "predominante agrário-exportador cafeicultor, moderno, cientificista, agroexportador e industrializante", precisava de sua oponente SNA na medida em que "integrava mais diretamente o Estado (por exemplo, através do Convênio de Taubaté, em inícios do século XX)", e, por isso, necessitava de que esse mesmo Estado tivesse uma estrutura "com perfil mais complexo que era elaborada através da atividade rival da SNA" (FONTES, 2010, p. 221).

A origem da sociedade civil no Brasil carrega, portanto, a marca da oligarquia agrária, e não do campesinato ou do proletariado. Note-se o contraste entre essa constatação e o esquema interpretativo sustentado por Coutinho.

Há mais: ressalvando que não há, ainda, estudos tão detalhados e de tão longo alcance no tocante à organização na sociedade civil de outros setores da burguesia brasileira (lembrando que, como é sobejamente conhecido hoje, parte importante dessa burguesia tem sua origem entre os grandes proprietários fundiários – especialmente, no caso de São Paulo, no seio da oligarquia cafeeira –, o que, até certo ponto, põe em questão o esquema de que a burguesia teria precisado conciliar com setores supostamente atrasados externos a ela para impor seu projeto modernizante), a autora chama a atenção, entretanto, para o fato de que "já há uma série de pesquisas que incorporam o porte da organização burguesa no Brasil em diversos setores, em períodos diferenciados" (p. 222), mencionando estudos sobre "o papel da atividade burguesa no adestramento da força de trabalho, através do sistema S (inicialmente, Sesi, Sesc e Senai) e a seletividade do Estado, permitindo a dupla representatividade empresarial (a corporativa e a autônoma) ao longo de todo o período 1946-1964" , assim como sobre a "enorme expansão, a partir dos anos 1950, da implantação de organizações empresariais especializadas, de abrangência territorial nacional" e sobre os "novos formatos associativos burgueses, como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE" , isso para não falar da "centralidade ocupada pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e de seu par complementar, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp)"

e “de suas lutas internas” .

Fontes, pesquisadora marxista, faz questão de lembrar que tamanha *organicidade* burguesa defrontou-se, ao longo de todo o século XX, com duras lutas populares, mas o ponto fundamental permanece: a interpretação que vem de ser exposta, amparada em amplas e acreditadas pesquisas acadêmicas na área da História, *infirma* a interpretação coutiniana de que a sociedade civil teria surgido, no Brasil, pelas mãos das classes trabalhadoras em luta, no contexto do desenvolvimento de um capitalismo monopolista de Estado, espraiando-se *depois* pelo restante da sociedade, como parte de uma *reação* ao supostamente vigoroso avanço popular, no sentido de contê-lo e de a ele se sobrepor.

Saber disso ajuda a desfazer um velho nó cego (usualmente “resolvido” com a simples afirmação – que, ademais, não passa de mobilizar uma obviedade em apoio a um esquema interpretativo que abrange muito mais elementos do que os contidos nesta simples afirmação – de que a sociedade civil estaria “em disputa”, e que, portanto, apesar de seu DNA legitimamente trabalhador, poderia ser temporariamente dirigida por outras classes etc.) para quem se agarre à interpretação coutiniana do desenvolvimento da sociedade civil como obra e graça das classes trabalhadoras: o papel desta mesmíssima sociedade civil na *manutenção do domínio burguês*, e não em sua eversão, exemplificado diversas vezes no evolver da formação econômico-social brasileira ao longo do século XX.

Ater-me-ei aqui a apenas um exemplo, devido à sua eloquência.

René Armand Dreifuss foi quem mostrou, em alentada e fartamente documentada obra (em que o autor teve, aliás, o cuidado de reproduzir centenas de páginas de documentos nos apêndices), a importância dos *aparelhos privados de hegemonia burgueses* (ou seja: *da sociedade civil*) no recrutamento, na formação e na organização para a ação do que chamou de um *bloco burguês militante* sob a liderança político-militar de uma *elite orgânica*, cuja intervenção foi decisiva – na medida em que possibilitou a essa elite esvaziar o apoio ao Executivo instalado, mobilizar setores médios contra o governo, conter setores do proletariado e consolidar a capacidade dirigente (a *hegemonia*, pois se trata, também aqui, de um autor gramsciano) de tal grupo no seio da classe dominante, harmonizando em torno de si suas frações mais poderosas e afastando, sob controle, as outras – para a instauração do regime empresarial-militar imposto a partir de 01 de abril de 1964. Um desses aparelhos privados de hegemonia, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), chegou a constituir-se como um “anti-ISEB, uma tentativa de se colocar uma alternativa para o Instituto Superior de

Estudos Brasileiros, o centro nacional-reformista de pesquisas e de formulação de opções políticas, que atraía acadêmicos, militares, jornalistas e estudantes" (DREIFUSS, 1981, p. 258). O IPES desenvolvia, inclusive, "cursos de doutrinação entre as classes trabalhadoras e para o desenvolvimento de ativismo sindical" , bem como para "estudantes e ativistas feministas" e ativismo "de camponeses", formados na ideologia do golpe.

Caio Navarro de Toledo fornece ainda mais um elemento para a crítica do conceito coutiniano de sociedade civil, quando, após prestar a devida homenagem a Dreifuss, lembrando que seu "rigoroso e metódico trabalho sobre o IPES foi decisivo para demonstrar o envolvimento de intelectuais, técnicos, empresários, partidos políticos, imprensa, entidades culturais – *ou seja, de amplos setores da sociedade civil* – na preparação e no desencadeamento do golpe" (TOLEDO, 2005a, p. 139), mostra o seguinte "paradoxo" (que só é um paradoxo se consideramos o desenvolvimento da sociedade civil de acordo com a interpretação coutiniana):

> De início, deve ser afirmado que, *enquanto o ISEB se constituiu num aparelho ideológico do Estado brasileiro, o IPES foi uma típica formação ideológica no terreno da sociedade civil.* [...] Se os militares participaram ativamente do IPES – inclusive em decisivos cargos de sua direção (como foi o caso do general Golbery do Couto e Silva) –, não se pode ignorar que foram os civis que tomaram a iniciativa de *criar* e *comandar* a instituição durante toda a sua existência. (TOLEDO, 2005a, p. 142 – grifos meus).
>
> Assim, *o golpe civil-militar de 1964 teve, como um de seus mais eficientes protagonistas, um aparelho* ideológico *da sociedade civil* brasileira. Em contrapartida, um aparelho ideológico do Estado – que defendia a manutenção e a ampliação da democracia política – viu derrotadas suas propostas nacional-reformistas. (TOLEDO, 2005a, p. 150 – grifos meus).

O autor arremata:

> Como ficou amplamente demonstrado no pré-64, proeminentes setores *da sociedade civil* – empresários industriais, associações de classe, partidos políticos, alta hierarquia católica, entidades culturais, conjunto da mídia etc. – optaram pela extinção da democracia política existente e rejeitaram a realização de reformas sociais reivindicadas pelos setores populares. (TOLEDO, 2005a, p. 150).

Lembremo-nos: para Coutinho, o objetivo maior do golpe militar teria sido o de estrangular uma florescente sociedade civil ou, pelo menos, mantê-la sob controle, devido ao suposto perigo posto para as classes dominantes por seu desenvolvimento – já que tal desenvolvimento é identificado, pelo marxista baiano, ao fortalecimento da organização e da mobilização das classes trabalhadoras. Essa posição, entretanto, não parece corresponder à factualidade, o que põe para as forças sociais ligadas ao proletariado e ao projeto de eversão da sociedade burguesa o seguinte problema: se é verdade que a sociedade civil é um campo em disputa – e nada parece apontar para que não seja –, essa disputa parece se dar em sentido diverso daquele afirmado por Coutinho, ou seja, são o proletariado e seus aliados que estão disputando uma forma de objetivação social que originalmente não é sua (e mais: que é criação de setores que, na disputa política, *não têm necessidade de se apresentar como classe*, ao contrário dos trabalhadores), com todos os perigos de fragmentação e perda da identidade de classe que daí podem derivar.

Peço agora licença ao leitor para, à guisa de sugestão para estudos posteriores, encerrar a presente seção levantando a possibilidade de ampliar um pouco a conclusão de Fontes, demonstrada para o Brasil, em duas direções, com duas perguntas. Primeira: será que, no plano histórico-universal, a historiografia autoriza a interpretação coutiniana de que a sociedade civil surge apenas na passagem das formações econômico-sociais *à fase monopolista* do capitalismo? Segunda: será que a historiografia autoriza, em nível internacional, a interpretação coutiniana de que a sociedade civil foi fruto, inicialmente, da mobilização operária, e, posteriormente, da reação de outras camadas sociais?

Não será possível responder categoricamente a tais questões no presente trabalho, mas sim deixar alguns elementos para reflexão. Primeiro: como vimos em capítulo anterior, Coutinho, no primeiro artigo em que buscou expor um pouco mais profundamente o pensamento político de Gramsci, afirmou que o maior exemplo histórico da estratégia gramsciana da guerra de posições seria "o da burguesia francesa, que ao longo do século XVIII – antes mesmo de se apoderar em 1789 dos mecanismos da 'sociedade política' – já era classe dirigente e hegemônica no seio da 'sociedade civil'" (COUTINHO, 1976b). Ao apresentar essa posição coutiniana, adverti ao leitor que ela era *incoerente* com o pensamento político maduro do autor (*mas não com o pensamento de Gramsci*), de modo que ele a corrigiu posteriormente, já em seu livro sobre Gramsci publicado poucos anos depois, atribuindo o movimento ocorrido em seu próprio pensamento a uma suposta "ambiguidade" no

tratamento da categoria em Gramsci. Fica a pergunta: qual a posição correta, a do Coutinho de 1976 – que enxergava na França do século XVIII, em transição ao capitalismo, a existência de uma sociedade civil, sob hegemonia burguesa constituída através de uma guerra de posição – ou a do Coutinho pós-1981?

Interessantemente, é outro gramsciano brasileiro, mais jovem do que Coutinho e seu interlocutor em suas últimas décadas de vida – reconhecidamente um dos principais conhecedores de Gramsci em atividade no Brasil – que pode nos fornecer alguns importantes elementos para responder a essa pergunta. Álvaro Bianchi mostrou, no seu *Laboratório de Gramsci*, que, embora o marxista itabunense recuse a dicotomia radical que alguns intérpretes do filósofo sardo sustentam quando afirmam que em seu pensamento a sociedade civil seria uma esfera autônoma do Estado, ele partilha até certo ponto tal concepção quando "atribui à sociedade civil uma 'autonomia material (e não só funcional) em relação ao Estado em sentido estrito'" (BIANCHI, 2008, p. 185) – autonomia essa que já estudamos no presente trabalho, e que aparece cristalinamente naquela tabela em que na coluna referente à "sociedade civil" se localizam os "aparelhos privados de hegemonia", além de em diversos trechos já citados ao longo deste trabalho, como aqueles em que se afirma que tais aparelhos são os portadores materiais do consenso, enquanto os aparelhos administrativo-coercitivos da sociedade política são os portadores materiais da coerção.

Bianchi mostra que essa concepção coutiniana (que não é idêntica à de Gramsci, apesar de reivindica-la como fundamento) se encontra "assentada em um pressuposto histórico questionável – o caráter exclusivamente contemporâneo da sociedade civil – e em uma concepção teórica de difícil sustentação – o estabelecimento de uma relação algébrica entre dominação e direção" (p. 185). O primeiro ponto interessa diretamente na medida em que fornece elementos para a resposta à pergunta que nos moveu em direção a estas considerações: afinal, a sociedade civil é, como afirma o Coutinho pós-1979, um fenômeno contemporâneo, típico das sociedades em que vige o capitalismo monopolista "de Estado", ou ela, como afirma o mesmo Coutinho em 1976, vem de antes, fazendo sentido pensar em sua existência já na França pré-revolucionária?

Vejamos como Bianchi contribui para que pensemos o problema:

> Historicamente, Coutinho afirma, a autonomia material da sociedade civil seria um "traço específico de sua manifestação nas sociedades capitalistas mais complexas". O intérprete não deixa, entretanto, de reconhecer a ambiguidade presente nos

> *Quaderni*, nos quais Gramsci pareceria oscilar entre uma posição que afirma a presença da sociedade civil em sociedades pré-capitalistas e outra, na qual esta seria característica distintiva das sociedades nas quais haveria níveis elevados "de socialização da política e de auto-organização de grupos sociais". [...] a tese [coutiniana – V.N.] é historicamente questionável e se ampara em uma concepção historiograficamente ultrapassada sobre as sociedades pré-capitalistas e, particularmente, sobre o medievo. (BIANCHI, 2008, p. 185).

O autor, apesar de não explorar mais detalhadamente a concepção historiográfica que subjaz a seu comentário – que é a presente no influente livro do historiador da Escola dos *Annales*, Jacques Le Goff ([1957] 1996) –, mostra, ainda assim, que a concepção coutiniana citada é "inconsistente com o texto dos *Quaderni*, no qual as relações Estado-Igreja na Idade Média fornecem importante recurso analógico para a discussão do Estado contemporâneo e de suas relações com a sociedade civil" (BIANCHI, 2008, p. 185).

Bianchi vai além ao afirmar, ainda, que

> não se trata apenas de uma analogia histórica, como revela a pesquisa gramsciana sobre a *"formação dos grupos intelectuais italianos"* e seu lugar na sociedade civil, presente já no índice do *Primo Quaderno*, datado de 1929. Pesquisa essa que extrapola em muito o reduzido âmbito das "sociedades complexas" (BIANCHI, 2008, pp. 185-186).

Parece, assim, que o que Coutinho havia visto em 1976, e depois cancelado no evolver posterior de seu pensamento – e atribuído a uma ambiguidade presente em Gramsci –, é que, assim como no caso brasileiro que estudamos nesta seção, é equivocado, por excessivamente restritivo, e por negligenciar a pesquisa historiográfica que aponta em outra direção, reduzir a existência da sociedade civil à vigência do capitalismo monopolista (ou do suposto "capitalismo monopolista de Estado"). Tal esfera do ser social parece encontrar suas raízes no medievo, o que aponta para o acerto da intuição de Coutinho em seu primeiro artigo publicado sobre Gramsci, que ele posteriormente descartou.

Sendo assim, por que Coutinho teria deixado de lado a posição que aparece no artigo de 1976, passando a negá-la e a sustentar outra, atribuindo, ainda, o movimento de sua própria posição a uma ambiguidade no pensamento gramsciano?

Há um elemento no pensamento coutiniano que fornece interessante sugestão para compreender a origem de tal deslocamento: a visão que o próprio Coutinho tinha de sua atividade intelectual como, sobretudo, *política*. Bianchi, soubesse ou não dos comentários do marxista baiano nesse sentido, notou corretamente o problema ao afirmar o seguinte:

> *A questão principal para Coutinho não é de ordem historiográfica, e sim política.* Seu argumento *é construído de modo rigoroso* com o propósito de estabelecer uma identidade entre "sociedades *complexas* do capitalismo *recente*" e a afirmação de uma concepção algébrica da relação entre consenso e coerção, na qual uma variável apresentaria comportamento inversamente proporcional à outra. (BIANCHI, 2008, p. 186 – grifos meus).

O comentário sugere que, para que a concepção coutiniana da relação Estado-sociedade civil se sustentasse, o marxista baiano adaptou sua interpretação da história, condicionando-a a partir de necessidades oriundas do campo da política. Mas não se trata apenas de sua interpretação da história: vemos que o mesmo ocorre com sua interpretação do pensamento gramsciano, em que um elemento interessante que havia sido percebido em um momento é negado, posto de lado, considerado incoerente... Mas não por ser incoerente com o próprio pensamento gramsciano, de onde tal elemento, aliás, tinha vindo, mas sim com o pensamento político coutiniano maduro, que, para preservar sua unidade e coerência, afastou, "de modo rigoroso" como sugerido por Bianchi, elementos que introduzissem fissuras na interpretação da história que subjazia e amparava certa interpretação *da política* por Coutinho.

O procedimento não é exclusivo de Coutinho, e se insere nos marcos de uma característica fortemente presente nos estudos gramscianos. Fabio Frosini e Guido Liguori, dois dos mais importantes intérpretes de Gramsci em atividade (e, no caso do último, amigo pessoal de Coutinho, com quem esse último, em seus últimos anos de vida, se correspondia quase diariamente por meios eletrônicos[220]), chamaram a atenção para o problema num livro em que se propõem, com um conjunto de outros estudiosos, a estabelecer um *léxico gramsciano* justamente porque, devido à combinação entre o caráter de apontamentos da reflexão carcerária gramsciana e as necessidades

[220] Informação fornecida no já citado conjunto de entrevistas concedidas a mim por Andréa Teixeira em 2013, e confirmada por entrevista realizada por mim com Guido Liguori, em sua casa em Roma, em 19 de outubro do mesmo ano.

políticas às quais ela frequentemente serve, haveria nas interpretações do pensamento do marxista sardo muita unilateralidade e parcialidade[221].

Os pesquisadores afirmam:

> A tendência a "solicitar os textos", contra a qual o próprio Gramsci não deixou de advertir, marca boa parte da história das interpretações [do pensamento gramsciano] e talvez seja ainda mais forte no curso da última década. Tal tendência tem suas causas principais em dois fatores: de uma parte, o caráter "aberto" dos *Cadernos do Cárcere*, o fato de que não tenham sido publicados por seu autor, permanecendo sob a forma de apontamentos, bem como o espírito de pesquisa e dialogicidade que os atravessa; de outra, a mistura entre teoria e política que inevitavelmente – e, enfim, ricamente – acompanhou, e ainda, por vezes, acompanha, sua leitura e interpretação, que conduz

[221] Note-se que a solução para o problema não deve passar *apenas* pelo estudo filológico acurado do pensamento de Gramsci, como, aliás, vem estando em voga em tempos de derrota histórica da classe trabalhadora e baixa do marxismo militante combinada ao encastelamento de tal teoria na Universidade. Nesse contexto, surgem os filólogos propondo apresentar "leituras politicamente isentas" do texto marxiano ou de marxistas importantes, e pode-se mesmo chegar ao ponto de sustentar que todo o marxismo até aqui não havia compreendido corretamente Marx, Gramsci etc. ... Tal posição não deixa de contaminar, por exemplo, o debate acerca do lançamento da famosa *MEGA²*, a nova versão "filologicamente autorizada" das *Obras* de Marx e Engels, como demonstrado por Maurício Martins em ótimo artigo sobre o assunto, em que problematiza as diversas declarações de Gerald Hubmann, diretor-geral da empreitada, em que o "isento" pesquisador subsume Marx ao idealismo alemão e ao Iluminismo, chegando à conclusão de que o pensamento marxiano, além de fragmentário, pouco tem a oferecer em termos programático-políticos (MARTINS, 2014). Parece-me (e nisso compartilho a posição de Coutinho) que a afirmação de uma ou outra interpretação, no caso de uma *filosofia da práxis* como o marxismo, *tem também de passar pelo teste da prática*, como aliás muito bem sugerido pelo próprio Martins ao afirmar o seguinte sobre o assunto da *MEGA²*: "Entre a politização excessiva da primeira edição *MEGA*, de um lado, e a crença ingênua de que um procedimento filológico forneça o aval último de uma cientificidade, de outro, há de existir uma alternativa para os comentários à obra que saiba que estamos, desde sempre, mergulhados numa visão de mundo que nos acompanha mesmo em nossa atividade científica. Resta dizer que Hubmann registrou com muito acerto que as tentativas anteriores de edição da obra de Marx e Engels foram fortemente marcadas por um momento histórico determinado. Só faltou acrescentar que a própria edição que ele coordena é também marcada por certa configuração histórica que incentiva comentários interpretativos que, por tudo que foi exposto, cauterizam os aspectos mais incômodos e revolucionários do pensamento de Marx". (MARTINS, 2014, p. 56). Essa advertência deve ser levada plenamente em conta para os estudos gramscianos, e tem caráter geral.

> por vezes à distorção, à parcialidade, à unilateralidade. (FROSINI e LIGUORI, 2004, p. 09).

Em Coutinho, sustentar que a sociedade civil passa a viger no CME está ligado a sustentar que ela é produto do proletariado em luta e das vitórias parciais e cumulativas das classes trabalhadoras, que ela não é burguesa nem antipopular na origem, que ela pode e deve ser disputada e recuperada em nome de um projeto socialista pelo setor social que a criou, mas também que seu fortalecimento corresponde ao avanço dos subalternos, que sua consolidação, combinada à capacidade dirigente obtida nela pelos setores populares, subordina a segundo plano – e, com o tempo e o desenvolvimento histórico, elimina – a necessidade do recurso à coerção na luta política pelo socialismo. Nesse sentido, Bianchi cita trecho de Coutinho em que o marxista baiano afirma que o fato de que um Estado – entendido enquanto síntese de sociedade civil / consenso + sociedade política / coerção – "seja mais hegemônico-consensual e menos 'ditatorial', ou vice-versa, depende da autonomia relativa das esferas superestruturais, da predominância de uma ou de outra" (COUTINHO, *apud* BIANCHI, 2008, p. 186), que, por sua vez, depende "da correlação de forças entre as classes sociais que disputam entre si a *supremacia*" .

Bianchi mostra, finalmente, que por mais que Coutinho sustente sempre a unidade entre coerção e consenso, "o verdadeiro sentido dessa unidade se perde em sua fórmula algébrica" (BIANCHI, 2008, p. 186). Isso quer dizer que, para Coutinho, *mais coerção significa necessariamente menos consenso, e vice-versa*: quando um dos dois membros do par avança, o outro tem de regredir na mesma proporção (donde o qualificativo de "algébrica" a tal concepção, em que a imensa complexidade – e dificuldade, como as últimas décadas vêm deixando transparente – da disputa política nas sociedades capitalistas contemporâneas acabaria se resolvendo no fortalecimento dos mecanismos consensuais, que levaria, algebricamente, ao enfraquecimento daqueles coercitivos).

Em tal interpretação,

> se uma ampliação da sociedade civil implica um esvaziamento das funções coercitivas do Estado, isso só pode ocorrer porque uma anula a outra. Nessa concepção algébrica, extravia-se a dialética da unidade-distinção que caracteriza a formulação gramsciana. O próprio exercício da hegemonia era entendido por Gramsci como uma combinação entre coerção e consenso, mesmo nos regimes políticos nos quais imperavam as formas democrático-liberais. (BIANCHI, 2008, p. 186).

É importante lembrar, neste ponto, que Coutinho afirmava categoricamente (como já vimos em capítulo anterior) que estava errada a interpretação do pensamento gramsciano – que ele *atribuiu* a Perry Anderson, mas que se baseia sobre uma afirmação do próprio Gramsci nos *Cadernos* (recuperada pelo historiador britânico em ANDERSON, 1976) – em que a hegemonia era entendida como uma síntese entre coerção e consenso.

Coutinho descartou tal posição *apesar* da afirmação gramsciana sobre a qual ela expressamente se apoia, a saber:

> O exercício "normal" da hegemonia no terreno tornado clássico do regime parlamentar é caracterizado pela combinação da força e do consenso que se equilibram variavelmente, sem que a força suplante em muito o consenso, procurando-se antes o resultado de que a força pareça apoiada sobre o consenso da maioria, expresso nos assim chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso mesmo, em certas situações, são artificiosamente multiplicados. (GRAMSCI, [1932-1934] 1977, Q. 13, §37, p. 1638).

A leitura coutiniana de Gramsci, que deixa de lado uma afirmação dessa importância, presente no pensamento do próprio marxista sardo, é o que permite a Coutinho inferir, no bojo do raciocínio em exame*, que a hegemonia é exclusivamente consensual* – e a partir daí, como veremos na próxima seção, que o contrato é o instrumento-chave das relações de disputa política no âmbito da sociedade civil, estabelecendo assim uma ponte para recuperar, em seu marxismo, importantes elementos do liberalismo político. Tal inferência descarta o fato de que, como evidenciado na citação acima, "no terreno tornado clássico do regime parlamentar" a própria força apresenta-se combinada ao consenso em um equilíbrio variável em que se manifesta o exercício "normal" ou efetivo da hegemonia que, por um lado, parece apoiada sobre o consenso da maioria, e, por outro lado, esconde atrás de si a força necessária para manter tal consenso.

Bianchi (2008, pp. 187 e ss.), ao discutir o mesmo problema da relação entre coerção e consenso no pensamento gramsciano, mostra que para o marxista sardo não é possível que a coerção exista sem consenso, assim como não o é que o consenso exista sem coerção, lembrando que na concepção gramsciana, assim como na maquiaveliana, não é possível separar completamente as duas naturezas do poder político colocando-as em relação de sucessão ou de externalidade completa. Ele mostra que, para Gramsci – e isso vai ficando especialmente claro à medida que a reflexão carcerária avança –,

coerção e consenso não apenas são coetâneos como também coextensivos, atingindo com intensidades diversas os mesmos espaços da vida política, de modo que "na sociedade civil o consenso é 'hegemônico', enquanto na sociedade política, é a coerção" (BIANCHI, 2008, p. 198).

Pode-se afirmar, a partir disso, isto: tanto a *sociedade civil* quanto a *sociedade política* são *espaços de coerção e consenso que se interpenetram*, se equilibram variavelmente e não podem ser autonomizados um em relação ao outro a não ser com fins didático-analíticos, sob pena de se perder a consideração da realidade efetiva de tais categorias – e, em última análise, de tipifica-las, depurando-as de sua própria historicidade concreta em que consenso e coerção sempre caminharam, na luta de classes, não apenas lado a lado mas também sucessivamente*, amparando-se um sobre o outro e se interpenetrando*, inexistindo autonomamente na vida pública em sociedades divididas em classes. O que se altera, em cada uma das referidas esferas da vida social, é *o peso* de cada uma das duas fontes do poder político.

Saber disso ajuda a explicar e compreender a notável antinomia no emprego da noção de *hegemonia* por Coutinho. Como já vimos (e aprofundaremos na seção a seguir), para nosso autor a hegemonia é exclusivamente consensual, referindo-se unicamente à direção e excluindo de seu exercício qualquer mecanismo coercitivo, relegado ao plano da dominação-ditadura. Tal definição de hegemonia só é possível, evidentemente, caso ela se dê exclusivamente sobre as classes aliadas daquela que é hegemônica, e jamais sobre classes antagônicas: contra essas, como a história demonstra fartamente, é necessário recorrer à coerção inclusive para garantir seu consenso e sua subordinação – ou seja, a manutenção da capacidade de direção, que, neste caso, é componente da dominação. A hegemonia só pode, portanto, ser considerada exclusivamente consensual enquanto é exercida sobre os aliados[222], restando subjugar os adversários através de uma combinação de consenso e coerção, que Coutinho chama de *supremacia*, diferenciando-a da hegemonia na medida mesma em que mobiliza, em seu exercício, elementos coercitivos juntamente àqueles consensuais.

Pois bem: essa postulação se atrita contra a afirmação coutiniana da possibilidade de conquista da hegemonia sobre o conjunto

[222] Mesmo em tal caso, na verdade, é temerário falar em exercício exclusivamente consensual da hegemonia, já que com isso se desconsideram os processos coercitivos, mais ou menos abertos, que frequentemente ocorrem na urdidura e no desenrolar das alianças. Pense-se, por exemplo, na tensa relação entre jacobinos e girondinos na Revolução Francesa ou entre campesinato e proletariado na Revolução Russa.

da sociedade civil, abarcando forças aliadas e antagonistas. Há aí uma fresta através da qual tende a se esvair o conteúdo coercitivo da própria noção de supremacia, na medida em que a conquista da hegemonia sobre aliados e adversários pressupõe que a direção-consenso prevaleça sem que haja necessidade do recurso à ditadura-coerção, inclusive sobre as classes antagônicas.

O problema é que, no juízo coutiniano, consenso e coerção estariam plenamente *desidentificados*, ainda que em relação de *unidade* –aparecerem sempre juntos e se combinando, mas são completamente exteriores um ao outro. Essa apreciação parece não considerar uma lição de Maquiavel: na realidade efetiva, a *unidade* entre consenso e coerção enseja certo grau de *identidade* entre eles, que não é total a ponto de borrar as distinções, mas que existe até certo ponto, na medida em que tais dimensões do exercício do poder político se interpenetram diacrônica e sincronicamente[223].

Isso é sugerido, também, pelo próprio Gramsci ao afirmar o seguinte:

> [...] *como sociedade civil e Estado se identificam na realidade efetiva*, deve-se reter que também o liberismo [liberalismo econômico – V.N.] é uma "regulamentação" de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: *é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico.* (GRAMSCI, [1932-1934] 1977, Q. 13, § 18, p. 1590 – grifos meus).

Vê-se, nessa passagem, que inclusive o desenvolvimento econômico na sociedade de classes tem, para Gramsci, uma ineliminável dimensão política, e, como tal, implica na *combinação unitária e parcialmente identitária entre coerção e consenso*. Ela se expressa, de diferentes formas, tanto na sociedade política quanto na sociedade civil.

Compreender isso ajuda, por sua vez, a problematizar o conceito de "Estado ampliado" (que não é de Gramsci – dele é a noção de "Estado em sentido integral" –, mas de uma intérprete sua, a filósofa francesa e

---

223 "[...] um príncipe deve ter dois temores: um de dentro, referente aos súditos; outro de fora, referente a potentados externos. Desse, se defende com boas armas e bons amigos; *e sempre, se tiver boas armas, terá bons amigos*" (MACHIAVELLI, [1513-32] 1961, p. 67 – grifo meu). Ou ainda: "Os principais fundamentos de todo Estado, seja novo, velho ou misto, são as boas leis e as boas armas. *E uma vez que não podem ser boas as leis onde não são boas as armas*, e que onde são boas as armas convém serem boas as leis, deixarei de lado a consideração sobre as leis e falarei das armas" (p. 43 – grifo meu).

outrora militante do PCF, Christine Buci-Glucksmann[224]), fórmula que "pode gerar, e tem gerado, simplificações excessivas e algumas confusões" (BIANCHI, 2008, p. 177).

Bianchi lembra, quanto a isso, o seguinte:

> [...] são prudentes as observações de Liguori a respeito: por um lado, o conceito de Estado ampliado acolhe a distinção entre Estado e sociedade civil sem cancelar ou suprimir qualquer dos dois termos e, por outro, indica "que esta unidade advém, se a expressão me é permitida, sob hegemonia do Estado". No mesmo sentido, Prestipino afirma que o esquema rudimentar Estado = coerção e sociedade civil = hegemonia é contrário à complexa análise gramsciana, na qual não existe uma rígida divisão de tarefas entre as duas esferas e, pelo contrário, tem-se em vista dar conta das novas tarefas hegemônicas próprias do Estado. (BIANCHI, 2008, p. 177).

O mesmo Giuseppe Prestipino citado na passagem acima afirma, por sua vez, que se podemos, por um lado, afirmar que há "uma certa imprecisão do conceito de sociedade civil em Gramsci" (PRESTIPINO, 2007, p. 53), devemos, por outro lado, lembrar que tal imprecisão se acentua "sobretudo nos seus intérpretes, ou, ainda mais, no uso atual da expressão" . Vale lembrar, quanto a isso, que uma das ideias centrais com as quais trabalha Coutinho, a de que a coerção (identificada a ditadura) reside na sociedade política ao mesmo tempo em que o consenso (identificado a hegemonia) reside na sociedade civil, vem exatamente da autora da fórmula do "Estado ampliado" (ideia, aliás, que Coutinho também recolhe, como já vimos ao estudar seu pensamento político rente aos textos), Christine Buci-Glucksmann, cujo esquema de interpretação de Gramsci, estabelecido em 1975 com a publicação de seu livro *Gramsci et l'État* (BUCI-GLUCKSMANN, [1975] 1980) foi, didaticamente, resumido pela autora em artigo acadêmico, publicado em 1978, desta forma:

[224] Buci-Glucksmann propõe, mais exatamente, o conceito de *État élargi*, que pode ser traduzido por "Estado ampliado" ou "Estado alargado". De todo modo, a ideia é a mesma: um Estado que deixa progressivamente de ser coercitivo na medida em que assume funções consensuais.

Estado integral = hegemonia couraçada de coerção*		
Estado ou sociedade política	/	Sociedade civil
Ditadura	/	Hegemonia
Aparelho de coerção	/	Aparelhos de hegemonia
Governo (Estado em sentido restrito)	/	Estado em sentido integral
Estado como aparelho de poder	/	Estado como organizador do consenso
Dominação	/	Direção

* Tabela reproduzida de BUCI-GLUCKSMANN, 1978, p. 81.

O leitor não terá deixado de notar que o esquema interpretativo materializado nessa tabela é bastante semelhante àquele expresso, por Coutinho, em tabela reproduzida em outro ponto do presente trabalho (a abertura da Parte III), na qual o autor mostrava, também didaticamente, seu esquema interpretativo do pensamento do marxista sardo. Ele se fundamenta justamente na *separação material entre sociedade política e sociedade civil* (e, com elas, entre coerção e consenso), que está ligada, nos pensamentos de Buci-Glucksmann e de Coutinho, à ideia de que o alargamento ou a ampliação do Estado, na medida em que corresponda ao fortalecimento da sociedade civil e em que se reforce, nela, a capacidade de direção do proletariado, tende a esvaziar os mecanismos coercitivos do Estado presentes na sociedade política ao mesmo tempo em que o "Estado ampliado" assuma funções, sobretudo, consensuais.

Vimos que foi exatamente por isso que Bianchi qualificou essa concepção da relação entre sociedade política e sociedade civil – e, por extensão, entre aspectos coercitivos e consensuais da atividade política – de "algébrica", e já estudamos que ela conduziu Coutinho, a partir de certo ponto da evolução de seu pensamento político, à postulação de que o próprio conteúdo do Estado estaria em disputa, podendo passar de capitalista a socialista sem a necessidade de uma ruptura violenta (ou, se ela tivesse de ocorrer, seria retardada ao máximo para que os setores adeptos do socialismo tivessem já acumulado as condições para impor a manutenção da – nova – ordem, ou seja, já tivessem conquistado o consenso necessário a seu aprofundamento e desenvolvimento).

Vale portanto, para Coutinho, a mesma crítica que Bianchi fez – de modo muito respeitoso, mas certeiro – à intelectual francesa:

> Não se justifica [...] a pouca importância que alguns autores inspirados no pensamento gramsciano deram à dimensão coercitiva do Estado. Justificando a escassa atenção que havia dedicado ao tema em sua obra *Gramsci et l'État*, Christine Buci-Glucksmann afirmou que o pensamento marxista havia

> enfatizado tanto a coerção, que julgava apropriado enfatizar o consenso para contrabalançar os resultados. O resultado, entretanto, é uma análise unidimensional, na qual a "dupla perspectiva" gramsciana perde-se, restando apenas a articulação do consenso como forma de afirmação política. Gramsci como proto-habermasiano... (BIANCHI, 2008, p. 187).

Na medida em que a necessidade de teorizar a sociedade capitalista sua contemporânea, ela mesma em permanente movimento e explicitando certas tendências históricas hoje bastante desenvolvidas, era constrangida por aquela visão algébrica da relação consenso-coerção, Coutinho foi caminhando mais e mais em direção à incorporação, em seu pensamento político, de importantes elementos oriundos das tradições contratualista e liberal. Tal procedimento, o marxista baiano sempre buscou realiza-lo nos marcos da "ortodoxia aberta" já estudada anteriormente, procurando manter-se fiel ao marxismo ortodoxo em matéria de método ao mesmo tempo em que se abria ao diálogo com outras tradições de pensamento consideradas como pertencendo ao campo do humanismo.

Exporei, nas próximas duas seções, como se deram os referidos diálogo e incorporação. Isso nos dará os elementos que faltam para submetermos à apreciação crítica os seguintes temas: primeiro, a peculiar interpretação coutiniana da história do movimento operário (e, com ela, do marxismo); e, finalmente, sua interpretação do capitalismo pós-queda do socialismo no Leste, quadra histórica na qual se encerraram sua vida e sua obra e se explicitaram certos limites da concepção de mundo de nosso autor – expressão do limite atingido pelo movimento do próprio proletariado na quadra histórica anterior.

09B. De Gramsci a Rousseau, passando por Togliatti: hegemonia e contrato rumo à democratização socialista

Aos dezoito dias de abril de 1986, Coutinho anunciava publicamente o seguinte projeto em andamento:

> [...] estou escrevendo – meio tardiamente – uma tese de doutorado, cujo título provisório é *A hegemonia como contrato*. Trata-se de uma tentativa de fazer uma leitura de Gramsci a partir de sua relação com Rousseau, mostrando como o conceito de hegemonia em Gramsci tem muito em comum com o conceito de contrato no sentido de Rousseau, ou seja, do contrato que tem como pressuposto e como resultado a "vontade geral". Minha proposta está muito ligada à

> necessidade, que me parece existir, de uma discussão entre liberalismo e democracia. [...] A democracia, decerto, é mais do que o liberalismo; é mais, porém, precisamente porque incorpora o liberalismo. (COUTINHO, *in* GARCIA [org.], 1986, p. 97).

Note-se que na passagem se menciona aquele doutorado no IUPERJ (abandonado por Coutinho em 1986 por ocasião de sua entrada na UFRJ), outra vez relacionado a um tema de importância fundamental na evolução do pensamento coutiniano. A referida tese de doutorado não saiu, mas saíram artigos e ensaios que, certamente, expressavam as ideias em urdidura no processo de pesquisa que teria levado àquela redação, caso o doutorado tivesse sido concluído. Se antes se tratou de formular a contraposição entre via explosiva e via processual à revolução (lembro que o ensaio *A dualidade de poderes* foi originalmente um trabalho de conclusão de disciplina nesse mesmo doutorado), agora trata-se da adesão à problemática contratualista[225] por um pensador em que tal problemática, sem dúvida, *não se havia explicitado antes do ingresso no Instituto.* É de supor, portanto, que o espaço de estudos, a convivência com os colegas e os professores – dentre os quais se contavam figuras da estatura de Wanderley Guilherme dos Santos, Juarez Brandão Lopes, José Murilo de Carvalho (cf. COUTINHO *et al.*, 1986) – tenha tido alguma importância na evolução intelectual do autor.

O pensador comunista se refere à sua adesão à problemática contratualista atribuindo-a a Gramsci. Assim, afirma que a "dimensão contratual da política tem sua expressão conceitual mais explícita, em Gramsci, precisamente no conceito de hegemonia", sendo que o "momento da hegemonia é claramente, para ele, o momento do *consenso*" (COUTINHO, [1991] 2008a[4], p. 139).

Esse raciocínio prossegue do seguinte modo:

> [...] na medida em que, para o pensador italiano, a sociedade civil, nas formações "ocidentais", tem um papel decisivo na determinação das ações do Estado [...], pode-se dizer que Gramsci introduziu a problemática do contrato no núcleo de sua teoria marxista do Estado e da política. A hegemonia implica, em primeiro lugar, um contrato que é feito no próprio nível da sociedade civil, gerando em consequência sujeitos coletivos [...] que têm uma clara dimensão pública, "estatal"; mas [a hegemonia] implica também, por outro lado, um

[225] O assunto também é abordado, em chave bastante diversa da presente, no interessante texto de MENESES, 2013.

> contrato entre governantes e governados, fundado no fato de que, nessas sociedades "ocidentais", a obrigação política se funda na aceitação consensual, por governantes e governados, de um mínimo de regras e de valores coletivamente partilhados. (COUTINHO, [1991] 2008a4, pp.139-140).

Examinemos mais detidamente o significado dessa passagem.

Em primeiro lugar, é mencionada a existência de um contrato, acordado no âmbito da sociedade civil, entre indivíduos no sentido de gerar sujeitos coletivos, de atuar irmanados, de lutar juntos por seus interesses comuns. A afirmação da existência desse contrato coaduna-se à concepção coutiniana da sociedade civil, entendida enquanto portadora material do consenso, na medida em que a adesão aos aparelhos privados de hegemonia que a compõem é voluntária e consensual. Mas há mais: em Coutinho, a partir da incorporação da contribuição rousseauniana, tal adesão passa a ser considerada não apenas como *consensual*, mas também *contratual*, na medida em que o marxista baiano procede à *equiparação entre consenso e contrato.*

Essa equiparação ocorre desta forma[226]:

> Gostaria de reter da reflexão de Rousseau a ideia de que a democracia está organicamente articulada com a ideia do contrato; ora, *quem diz contrato diz também consenso*, diz que os indivíduos se organizam em sujeitos coletivos com base no consenso, na vontade livre. E já aqui podemos indicar uma primeira aproximação de Rousseau com Gramsci e com sua noção de *hegemonia* [grifo do autor]: como se sabe, essa última é concebida pelo pensador italiano como *algo que se constrói com base no consenso e não na coerção*. (COUTINHO, [1991] 2008a4, pp.126-7 – grifos meus, salvo onde indicado).

Para retirar dessa passagem todas as implicações necessárias, recordemos que Coutinho *já havia equiparado, anteriormente, hegemonia e consenso*, identificando-os – ou seja, tratando-os como idênticos. Essa identificação, que já examinamos e que já comecei a criticar no presente trabalho, aparece em inúmeras passagens coutinianas, dentre as quais cito algumas, de modo a explicitar o mais possível a questão: "O problema da *hegemonia*, da conquista do *consenso*, torna-se já aqui o problema central da estratégia gramsciana de transição para o

[226] Note-se que na passagem citada Coutinho insiste na afirmação de que a hegemonia é algo que se constrói com base no consenso *e não na coerção* – e afirma tal posição como a única legitimamente dedutível da reflexão carcerária gramsciana.

socialismo" (COUTINHO, 1981, pp.55-56; idêntica em COUTINHO, [1999] 2007a, p.68 – grifos meus); "[...] no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a *direção política* e o *consenso*; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma *ditadura*" (COUTINHO, 1981, p. 92; idêntica em COUTINHO, [1999] 2007a, p.128 – grifos meus); "[...] a necessidade de conquistar o *consenso* [...] criou e/ou renovou determinadas objetivações ou instituições sociais, que passaram a funcionar como portadores materiais específicos [...] das relações sociais de *hegemonia*" (COUTINHO, [1999] 2007a, p. 129; praticamente idêntica em COUTINHO, 1981, pp.92-3 – grifos meus); "a chave da 'guerra de posição', da estratégia adequada aos países 'ocidentais' ou que se 'ocidentalizam', reside precisamente na luta pela conquista da *hegemonia*, da *direção* política ou do *consenso*" (COUTINHO, 1981, p.105; idêntica em COUTINHO, [1999] 2007a, p.150 – grifos meus).

Desse modo, o fato de a sociedade civil ser considerada o campo da hegemonia – ou seja, na interpretação coutiniana do conceito de hegemonia, do consenso sem coerção (a qual, como já vimos, é remetida unicamente à sociedade política) – produz, como desdobramento lógico da identificação entre consenso e contrato, o alçamento desse último a expediente por excelência no âmbito da sociedade civil, inclusive na resolução das disputas ocorridas nesse âmbito. O raciocínio aqui é bem simples: "quem diz contrato diz também consenso", e, na medida em que consenso e hegemonia são idênticos, diz também hegemonia (assim: consenso = hegemonia = contrato) – e quem diz hegemonia, e, portanto, contrato, diz também sociedade civil.

Note-se que tal caracterização coutiniana jamais exclui que a sociedade civil seja, como quer Duriguetto (2007), um campo de luta social – e até, para o marxista baiano, o mais importante campo de luta social. A questão é que, como examinaremos mais detidamente a seguir, trata-se de uma luta que parte de e se restringe a certos marcos consensuais-contratuais e que, como já vimos, exclui a coerção (remetida, essa última, à sociedade política).

A importância desse ponto não é nada desprezível, especialmente por duas razões. Primeira, a identidade hegemonia-consenso-contrato reforça a base teórica daquela exclusividade que Coutinho sustenta que existe entre as táticas pertinentes a uma concepção explosiva da revolução e aquelas pertinentes a uma concepção processual, já examinada neste trabalho: afinal, se a hegemonia corresponde a um contrato, então o próprio avanço em direção ao socialismo nas sociedades onde vige o capitalismo monopolista de Estado, e, com ele,

uma sociedade civil desenvolvida, deve passar pela mediação, ele próprio, de um contrato que supere as relações sociais atualmente vigentes. Assim, a transformação socialista deve ser não apenas operada por consenso (ou consenso majoritário, como repete Coutinho), mas ser mediada por um contrato, e um contrato não se assina violentamente nem de armas em punho (ou pelo menos é isso o que afirma a ideologia contratualista), donde a necessidade de descartar as táticas explosivas de luta social.

A segunda razão, intimamente relacionada à primeira, é que essa necessidade de um contrato rumo ao socialismo fundamenta-se sobre a peculiar interpretação coutiniana, através da recuperação da proposta marxiana da necessidade de uma formação econômico-social transitória entre capitalismo e comunismo – o socialismo, com economia, política (Estado) e cultura transicionais –, do pensamento de Rousseau, incorporando-o, transformado, a seu marxismo. Examinemos agora essa incorporação.

Coutinho, analisando conjuntamente as duas principais obras políticas do pensador que tamanha influência exerceu sobre o jacobinismo, *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (de 1755) e *Do Contrato Social* (de 1762), sustenta que a unidade de seu pensamento se expressa, no plano de sua filosofia política, na afirmação da existência de *dois tipos diferentes de contrato* (COUTINHO, [1996] 2011a[1], pp. 15-16). Enquanto no *Discurso* teríamos a apresentação de um *contrato iníquo*, "expressão da desigualdade e origem de um Estado posto a serviço dos ricos" (p. 16), no *Contrato Social* apareceria a figura de um *pacto legítimo*, "gerador de uma sociedade igualitária e base de uma ordem política fundada na predominância do interesse comum" .

O raciocínio é reapresentado, com um pouco mais de detalhe, nesta passagem:

> Enquanto o contrato descrito no *Discurso* garante *ilimitadamente* a propriedade privada e tem mesmo nessa garantia a sua razão de ser (o que consolida a desigualdade e gera a opressão), o segundo tipo de contrato – que *põe a propriedade privada sob o controle do interesse comum* – aparece a Rousseau como *condição para atenuar as desigualdades naturais e construir uma efetiva igualdade social.* (COUTINHO, [1996] 2011a[1], p. 34 – grifos meus).

Assim, a "totalidade orgânica e unitária da reflexão política rousseauniana" (COUTINHO, [1996] 2011a[1], p. 16) se expressaria através da articulação entre estas duas partes, uma *pars destruens* e

uma *pars construens*, em que o *Discurso* precederia, não apenas cronológica mas também logicamente, o *Contrato*. Nessa interpretação de seu pensamento, o *Discurso* representaria uma análise *crítica* da sociedade contemporânea de Rousseau onde vigeria o contrato iníquo que garantiria *ilimitadamente* a propriedade privada – análise situada, portanto, no nível do *ser* – e o *Contrato*, "uma proposta – no nível normativo do *dever ser* – de uma formação social e política alternativa àquela que aparece no *Discurso*" , em que o *controle* sobre a propriedade *privada* por parte do "interesse comum" garantiria a atenuação das desigualdades e serviria de ponte para a construção da "efetiva igualdade social".

É nesse sentido que Coutinho arremata:

> É porque discorda profundamente do *ser* da desigualdade e da opressão, por ele identificado com a *société civile* de seu tempo, que Rousseau propõe o *dever ser* de uma formação social na qual liberdade e igualdade se articulem indissociavelmente: a crítica do presente se completa assim com a proposição de uma utopia alternativa. (COUTINHO, [1996] 2011a[1], p. 16).

Contra uma sociedade onde um contrato garante ilimitadamente a propriedade privada, propõe-se uma formação social na qual liberdade e igualdade se articulem indissociavelmente, uma utopia alternativa... Note-se que a escolha das palavras por parte de Coutinho, como sempre, não é aleatória: o pensador baiano opera, aqui, *um resgate do filósofo genebrino para o campo do humanismo*, do qual considera, como já vimos, o marxismo como o grande herdeiro contemporâneo. Essa operação intelectual põe Rousseau no mesmo campo do marxismo, afastado dessa corrente *apenas pela época em que viveu*.

É nesse sentido que Coutinho distingue as seguintes dimensões do pensamento rousseauniano: primeira, que Rousseau, "ainda sob a inspiração de Montesquieu" (COUTINHO, [1996] 2011a[1], p. 20), teria sido "o primeiro a introduzir a dimensão da historicidade no cerne da problemática contratualista" , historicidade essa que "não envolve apenas as formações sociais e os regimes políticos, que se transformam ao longo do processo de socialização, mas se refere também ao próprio homem, que modifica seus atributos no curso da evolução histórica" (pp. 20-21); segunda, decorrente da primeira, as reflexões filosóficas de Rousseau, em oposição àquelas dos demais contratualistas como Hobbes e Locke, atribuiriam ao homem "um dinamismo histórico e uma potencialidade de transformação que estão inteiramente ausentes neles" (p. 21), antecipando "em muitos pontos a ontologia do ser social de Hegel e, sobretudo, de Marx" na medida em que afirmaria que "o homem

enquanto tal (enquanto ser que raciocina, dispõe de linguagem e age moralmente) é produto de seu próprio trabalho, de sua história, de sua práxis social" ; terceira, a liberdade, para o pensador genebrino, "ainda que tenha uma gênese natural, atualiza-se através da práxis social, manifestando-se mais como um *processo* do que como um *estado*" (p. 22); quarta, Rousseau teria sido "um dos primeiros a indicar – antecipando uma corrente conceitual que depois se desenvolverá com Marx e Engels e chegará a Lukács, Benjamin, Horkheimer e Adorno, entre outros – o caráter *contraditório* do progresso tal como até hoje o conhecemos" (pp. 22-23).

Essas dimensões manifestar-se-iam na posição política de Rousseau, considerado por Coutinho "*um implacável crítico da própria sociedade burguesa*, talvez o primeiro grande crítico dessa sociedade a apoiar sua oposição não numa tentativa de retorno (ou conservação) da ordem feudal historicamente ultrapassada, mas na utopia de uma sociedade democrática e igualitária" (COUTINHO, [1996] 2011a[1], p. 27), identificada no *Contrato Social* como uma "república autogovernada fundada na vontade geral" . Tal antagonismo implacável teria conduzido o pensador helvético à posição política mais avançada possível no tempo histórico em que lhe foi dado viver, e a crítica a Rousseau por ter se mantido aferrado a posições democráticas, e não socialistas, constituiria, para Coutinho, anacronismo e incompreensão do processo de desenvolvimento histórico e do lugar subordinado, nele, do indivíduo.

O marxista baiano expõe tal problema desta forma:

> Decerto, em sua crítica ao capitalismo, Rousseau não se apoia – nem poderia, dado o contexto histórico – no ponto de vista da classe trabalhadora moderna, do proletariado; *ele adota o ângulo de visão do pequeno camponês e do artesão* [grifo meu], que tinham na época suas condições de vida rapidamente destroçadas pelo avanço do capitalismo. Por isso, as bases econômicas da sociedade democrática que defende não se fundam na *socialização da propriedade*, mas sim em sua *distribuição igualitária*: é como se Rousseau pretendesse conservar o modo de produção mercantil simples, mas impedindo-o de se converter em modo de produção capitalista. Esse anacronismo, como veremos, é uma das principais razões do caráter utópico de sua proposta; mas isso não justifica, de nenhum modo, que Rousseau seja qualificado como um "democrata burguês". Aliás, foi precisamente o caráter profundamente antiburguês e anticapitalista de sua reflexão que o tornou um dos principais alvos da crítica de quase todos os liberais, desde os iluministas de seu tempo [...] até os

> neoliberais do século XX [...], passando pelos liberais antidemocratas do século XIX. (COUTINHO, [1996] 2011a[1], p. 27 – grifo meu onde assinalado).

Assim, Rousseau, como democrata em um tempo em que o socialismo ainda não se colocara na ordem do dia devido à ausência das condições objetivas-materiais (nível suficiente de desenvolvimento do capitalismo) e subjetivas (ausência de uma classe trabalhadora numerosa, concentrada e organizada), estava na posição mais avançada em que poderia estar, *tendo formulado o pensamento humanista mais avançado em seu momento histórico* e localizando-se, portanto, na mesma linha sucessória que o ligaria, com o tempo, a Hegel, Marx, Engels, Lukács, Gramsci... De acordo com esse raciocínio, estaria plenamente confirmada "a observação de Engels segundo a qual Rousseau foi, em pontos essenciais de sua reflexão, um precursor de Marx" (COUTINHO, [1996] 2011a[1], p. 25), valendo para ele o poema juvenil de Hegel em que se leem os seguintes versos: "Não te tornarás melhor que tua época, mas serás essa época o melhor que puderes" (HEGEL, *apud* COUTINHO, [1996] 2011a[1], p. 39).

É isso que explica o título do último livro que Coutinho publicou (no qual, aliás, os autores analisados são exatamente os citados no parágrafo anterior): *De Rousseau a Gramsci*. E a demonstração cabal desse caráter de precursor humanista de Marx e do marxismo residiria, para o pensador baiano, justamente na posição, que o marxismo contemporâneo e democrático teria a tarefa de resgatar e recolocar na ordem do dia, de que o contrato social legítimo seria uma mediação necessária para a superação da ordem burguesa na medida em que representasse, como advogado por Rousseau no momento propositivo de sua reflexão política, a *vontade geral* – que Coutinho viria a aproximar do conceito gramsciano de *vontade coletiva nacional-popular* (COUTINHO, [1991] 2008a[4], p. 123).

A menção a tal aproximação deve nos reconduzir, uma vez esboçado o caminho que levou de Gramsci a Rousseau, de volta de Rousseau a Gramsci.

Para realizar esse caminho de volta é necessário, em primeiro lugar, recordar um ponto muito importante do pensamento político coutiniano, demoradamente estudado em momento anterior do presente trabalho. Vimos então que as táticas relacionadas ao que Coutinho chamou de concepção explosiva da revolução são violentas, baseiam-se no enfrentamento aberto e, com isso, rompem com a legalidade da sociedade civil regida pelo consenso atual – que agora sabemos ser expresso no contrato, inicialmente iníquo, que os comunistas devem

lutar para superar rumo a um pacto ou contrato legítimo. Aprendemos também que essas táticas desprezam, no entender de Coutinho, a legalidade própria dos aparelhos de hegemonia vigentes nas sociedades ocidentais – nas quais vigora uma relação equilibrada entre Estado restrito (base material da coerção) e sociedade civil (base material do consenso) –, na medida em que tais aparelhos, e a própria sociedade civil constituída por eles, *se apoiam sobre o consenso*. Sabemos agora, a partir da recuperação coutiniana de Rousseau, que um novo consenso deve derivar de um novo contrato, e, parafraseando Coutinho, quem diz contrato diz acordo (um contrato, aliás, nada mais é que uma figura jurídica que visa a documentar o resultado de um acordo consensual): *a transição socialista deve ser fruto de um acordo* estabelecido respeitando-se a legalidade própria à esfera da sociedade civil.

Mas em que consiste a referida legalidade? A resposta a essa pergunta passa pela constatação de que para Coutinho estão em jogo, já na sociedade atual, *dois tipos de contratos*, dentre os quais um é aquele inicialmente iníquo e o outro é legítimo. Esse último é o contrato firmado internamente à sociedade civil: ele se manifesta na adesão voluntária e consensual aos aparelhos privados de hegemonia e gera sujeitos coletivos que se organizam, de baixo para cima, em defesa de seus interesses. Trata-se de um contrato *legítimo*, livremente firmado e que serve, para Coutinho, de *modelo* para o *novo contrato* que se quer estender a toda a sociedade.

Há, por outro lado, o *contrato entre governantes e governados.* Tal contrato foi inicialmente, durante o período de transição ao capitalismo e ao longo do período inicial deste modo de produção (quando ainda não existia, na interpretação coutiniana do desenvolvimento capitalista, a sociedade civil, quando o Estado era "tudo" e a sociedade civil era "primitiva e gelatinosa"), fundado sobre a coerção pura e simples. Nesse ponto, era *ele* o contrato iníquo, e por isso o resgate de Rousseau – pensador que se situa exatamente no limiar da ruptura histórico-política com o modo de produção feudal e de nascimento do capitalismo – faz todo o sentido no pensamento coutiniano.

Entretanto, a partir de certo ponto do desenvolvimento da sociedade capitalista – a partir de sua passagem para a fase monopolista, com a exponenciação da socialização da produção e a correlata socialização da política –, com o surgimento da sociedade civil, tal contrato entre governantes e governados passa, para Coutinho, a se fundar sobre a *aceitação consensual de regras e de valores* mínimos que devem ser respeitados pelas forças em luta como momento fundante da legitimidade da disputa política. Tais regras e valores mínimos se

tornaram consensuais, na interpretação do marxista baiano, devido às vitórias das classes trabalhadoras que levaram a seu reposicionamento nas sociedades capitalistas através do "processo dinâmico e contraditório, mas de certo modo constante, de aprofundamento e universalização da cidadania" (COUTINHO, [1994] 2008b$_2$, p.69).

Note-se que essa interpretação do desenvolvimento do capitalismo é dominantemente positiva: o processo é dinâmico e contraditório, mas a resultante que se desenvolve, "de certo modo constante", é o aprofundamento e a universalização da cidadania, ou, retomando categorias já estudadas, o aprofundamento e a universalização da socialização da política expressos no desenvolvimento dos aparelhos privados de hegemonia do proletariado e das demais classes trabalhadoras na base do fortalecimento e consolidação da sociedade civil, em cujo campo se processa a disputa por reformas e a conquista de direitos – em resumo, a ampliação da cidadania, entendida por nosso pensador como "a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social" (COUTINHO, [1994] 2008b$_2$, p.50).

As classes trabalhadoras, tornadas cidadãs a partir das vitórias obtidas nas lutas sociais, tornam-se interessadas na manutenção e no avanço de tal condição e desenvolvem suas lutas futuras a partir dos espaços já conquistados, rumo à "democracia efetiva" ou à "cidadania plena" que possibilite o aprofundamento e a extensão, para todos, dessa condição. É esse processo de luta pelo aprofundamento da cidadania, identificado a um processo de luta por *democratização*, que, levado às últimas consequências, conduzirá à superação do capitalismo, já que esse último pode comportá-lo apenas até certo ponto, mas, a partir do momento em que tais aprofundamento e extensão se chocarem contra os fundamentos do sistema ou contra os interesses da burguesia (ou melhor, de sua fração monopolista, como já vimos em outro ponto), gerará poderosas reações e exigirá do bloco social formado em torno do proletariado, tornado classe nacional, a firmeza e a capacidade de conduzir a luta rumo à superação da sociabilidade burguesa. A cidadania plena seria, assim, incompatível com o capitalismo, e, portanto, a luta pela ampliação da cidadania, levada às últimas consequências, chocar-se-ia contra a ordem e tornar-se-ia luta anticapitalista (COUTINHO, [1994] 2008b$_2$, pp.57-59).

Por outro lado, o respeito da classe ao expediente contratual manifestar-se-ia também através da dinâmica – ela mesma contratual – de suas próprias organizações, na medida em que a adesão a elas se dá

de modo voluntário e consensual.

Vejamos como o autor afirma, sob outro ângulo, a geração histórica dessa modalidade de contrato-consenso:

> Recordemos brevemente o que Gramsci pretendia denotar com o termo "hegemonia". O autor dos *Cadernos* deu-se conta de que, no capitalismo mais recente, surgiu uma esfera nova do ser social, que ele chamou de "sociedade civil" [...]. Ela é formada pelo conjunto do que chamou de "aparelhos 'privados' de hegemonia e tem sua gênese nos processos de socialização da política [...]. Esses aparelhos são *privados* porque pressupõem de seus membros uma adesão voluntária, contratual, não formando assim parte do que Gramsci chamou de Estado-coerção ou Estado em sentido estrito; mas são "privados" (entre aspas) porque, com sua ação, têm um inegável papel nas relações de poder [...]. (COUTINHO, [1991] 2008a[4], pp.137-138).

É importantíssimo notar, neste ponto, que para Coutinho o contrato entre governantes e governados, ainda que continue a ser iníquo na medida em que perpetua a sociedade capitalista – na qual é impossível superar completamente a desigualdade social e implementar completa e extensivamente a cidadania –, ganhou, a partir daquelas vitórias das classes trabalhadoras em suas lutas e da obtenção do estatuto da cidadania (ainda que, por enquanto, parcial e restrito), também ele uma dose de *legitimidade*, entendida aqui no sentido rousseauniano – com o qual Coutinho manifesta seu acordo – de que "só é legítima uma sociedade fundada na soberania popular, na construção de um sujeito coletivo que, com base na vontade geral, atua segundo o interesse comum" (COUTINHO, [1991] 2008a[4], p. 126). Afinal, foi através das lutas das classes trabalhadoras, conduzidas a partir de organizações legitimadas pela adesão voluntária de seus membros, que se alcançou tal estatuto, que, por mais que tenha sido arrancado mediante organização e enfrentamento, obteve primeiramente a aquiescência, e, finalmente, o *consenso* (constrangido, interessado, temporário ou o que seja, mas consenso) do conjunto da sociedade, burguesia incluída.

A extensão desse consenso inclusive à burguesia, contra a qual se obtiveram tais vitórias, é sustentada por Coutinho, por exemplo, nesta passagem em que o consenso dos governados é fundamental e funcional *também para os governantes*:

> Com a socialização da participação política, com a "ocidentalização" das sociedades, *não é mais possível que os*

> *governantes governem estavelmente sem o consenso dos governados* [grifo meu]. O próprio Engels, em 1895, já havia se dado conta de que o Estado moderno é fruto de um *contrato* entre governantes e governados. Desse modo, já com o velho Engels, mas sobretudo com Gramsci, *a problemática contratualista reaparece no seio da reflexão política marxista*. (COUTINHO, [1991] 2008a[4], p.139 – grifo meu onde indicado).

Assim, a problemática contratualista "reaparece no seio da reflexão política marxista" através da materialização de um contrato entre, de um lado, governantes e governados, e, de outro, dos governados entre si, ambos apontando no sentido de garantir o consenso necessário à observância da manutenção de determinado estatuto social e político – expresso na noção de cidadania – conquistado nas sociedades ocidentais.

A partir de certo ponto do amadurecimento das sociedades ocidentais, o contrato entre governantes e governados passou, portanto, a expressar um *interesse comum*, que, ao impregnar o contrato anteriormente vigente, transformou-o em um novo contrato, já não completamente iníquo na medida em que foi dotado de algum grau de legitimidade ao corporificar o acordo entre todos em torno da cidadania, noção essa que, vale lembrar, carrega consigo importante dimensão *política* no sentido da obrigatoriedade de se respeitarem os direitos de todos aqueles considerados cidadãos.

Veremos, em breve, que direitos são esses que devem ser respeitados. Antes de chegar até aí (e como parte do caminho) é importante, entretanto, mencionar a coerência profunda de algo que, se não conhecêssemos o que foi estudado até aqui, poderia aparecer como um paradoxo no pensamento coutiniano: que a sociedade civil seja *ao mesmo tempo* o espaço do *consenso* e da *disputa*.

A razão de não haver aí paradoxo, mas sim mais uma demonstração de unidade e coerência do pensamento político coutiniano, é que na base de tal simultaneidade está a articulação, pelo marxista de Itabuna, dos seguinte elementos: em primeiro lugar, nas sociedades ocidentais, onde a conquista do estatuto de classe dirigente na sociedade civil é momento ineliminável na conquista da supremacia, a própria disputa política tem que ser legitimada nos marcos de um consenso que é anterior a ela e que nenhuma das classes em contenda tem o direito de quebrar, materializado no *contrato* já existente, dotado de *legitimidade* na medida em que impregnou-se de elementos democráticos a partir das conquistas parciais obtidas pelas classes trabalhadoras como fruto do processo de *socialização da política* relacionada ao surgimento da sociedade civil na fase monopolista de

Estado do capitalismo; em segundo lugar, tal contrato garante também a legitimidade, a partir de então, de certas *regras do jogo* democrático (a expressão é empregada pelo próprio Coutinho, como veremos a seguir), que passam a ser aceitas pelo conjunto dos lutadores na arena da sociedade civil; em terceiro lugar, a disputa realizada nos marcos desse consenso-contrato já estabelecido é justamente a *disputa por um novo consenso, ou um novo contrato*, que se funde sobre o antigo mas o supere, que *parta dele, respeitando-o e sem quebra-lo*, mas apontando para além, recolhendo nele os elementos de legitimidade e superando-o, *elevando-o a nível superior*, *agregando progressivamente* a ele elementos que borrem cada vez mais seus componentes iníquos e fortaleçam sua componente legítima, contribuindo para o acúmulo de forças dos setores democráticos, proletariado (constituído em classe nacional) à frente, em direção à superação das relações sociais de capital.

Note-se que esse tipo de formulação caminha no mesmo sentido das formulações eurocomunistas, assim como, já antes, daquelas dos PCs em processo de acomodação à ordem burguesa. *Trata-se aqui da reprodução no plano teórico, e em linguagem contratualista, do compromisso fordista* expresso nas sociedades capitalistas onde vigeu o "capitalismo de Bem-Estar". Trata-se, portanto, de contrato cuja manifestação em ato Coutinho julga enxergar ao observar a Europa Ocidental no fim dos anos 1970 e na primeira metade dos 1980, quando dá forma final ao pensamento em estudo neste trabalho. É por isso que Coutinho pode, e realmente o faz, sustentar que se deve passar sem violência do contrato atual, apenas parcialmente legítimo, ao pacto plenamente legítimo: é que na verdade, para ele, tal passagem já havia, em certos países do Ocidente, começado, consistindo a tarefa dos comunistas em lutar para aprofundá-la rumo à completa superação do modo de produção capitalista. É por isso que o marxista baiano pôde, em passagens que estudamos mais detidamente na Parte II do presente trabalho, afirmar que em certos países "ocidentais" já se avançava rumo à democracia de massas através da conquista de posições na sociedade civil e no Estado e da ampliação da cidadania através da obtenção e consolidação de direitos civis, políticos e sociais.

Por isso, na sociedade civil coutiniana – assim como naquela do pensamento liberal – a própria disputa política se dá em marcos consensuais[227]. Se quisermos adotar uma formulação bastante sintética

[227] Esse ponto, fundamental para assegurar a unidade e coerência internas ao pensamento coutiniano, não autoriza a subsunção desse pensamento nos meros marcos do liberalismo, assim como também não naqueles do contratualismo – a não ser que se pense em uma modalidade especial de marxismo: um marxismo contratualista. Trata-se de um marxista refletindo

e que pode agora, a partir da exposição anterior, ser bem compreendida, podemos dizer que para Coutinho a sociedade civil é o campo da luta política legítima nas sociedades ocidentais, que se caracteriza pela disputa pelo consenso a partir de marcos consensualmente estabelecidos[228].

Quanto a esses marcos, trata-se de um conjunto de regras, um conjunto de normas pré-acordadas (ou pré-impostas, na medida em que o contrato burguês inicial, iníquo, foi imposto, mas tanto faz: a questão é que agora que tais normas já vigem e que tal contrato ganhou, ele próprio, legitimidade social, elas não podem ser quebradas, a não ser consensualmente) para a disputa política, que nenhum dos contendores tem a prerrogativa de romper – a não ser que conte para isso com o consenso dos demais. É um conjunto daquilo que o liberalismo político contemporâneo conhece, define e defende como as *regras do jogo* (cf. BOBBIO, [1984] 2000 e BOBBIO *in* BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, [1983] 1998, pp. 326-327), *expressão que Coutinho conhece, utiliza e reivindica* a partir do momento em que passa a empreender a assimilação mais consistente de elementos do liberalismo político em seu marxismo.

Desse ponto de vista, a disputa pode e deve ocorrer dentro das regras do jogo, já que elas decorrem daquele processo de legitimação do contrato entre governantes e governados e, a partir daí, servem para resguardar a legitimidade da própria continuidade da disputa política. Fora delas, estaríamos em uma situação de "supressão do pluralismo [que] conduz ao despotismo totalitário" (COUTINHO, [1992] 2008b$_1$, p.

---

sobre tensões presentes no próprio real sobre o qual quer, politicamente, incidir, e incorporando a seu pensamento, nesse processo, elementos de outras tradições teóricas, exteriores ao marxismo, no sentido da ortodoxia aberta estudada em outro ponto do presente trabalho. Esse procedimento impregna profundamente o pensamento político coutiniano, marcando inclusive sua interpretação dos autores que tinha como referência. Se o conduziu a erros políticos ou não, é outra história – que também cabe avaliar. Mas para que se possa proceder a tal avaliação satisfatoriamente é indispensável *explicar* e *compreender* seu pensamento.

228 Note-se que nesse raciocínio não há realmente nenhum espaço para flexibilidade tática, já que não se pode ultrapassar o limite do consenso pré-estabelecido e materializado na forma do contrato vigente – que deve, nas sociedades ocidentais, ser superado consensualmente. O que se apresenta aqui *não é* uma consideração sobre a viabilidade ou não, ou mesmo a correção ou não, da utilização concreta de expedientes violentos por parte da classe trabalhadora em sua luta: é um *descarte definitivo de qualquer possibilidade de utilização desse tipo de expediente* baseado em uma interpretação unitária e coerente da sociabilidade burguesa e do papel, especialmente a partir de certo ponto de seu desenvolvimento (de sua entrada na fase monopolista, com o surgimento da sociedade civil), do expediente contratual.

31), indo rumo a um regime inimigo da liberdade humana que deveria ser criticado pelos socialistas e pelos democratas.

Nesse sentido, o autor esclarece – em texto publicado originalmente em 1992 e reproduzido, praticamente sem alterações, até 2008:

> Devem ser consensualmente estabelecidos não apenas os conteúdos concretos em torno dos quais agregar um bloco hegemônico, mas também os procedimentos formais (as famosas "regras do jogo") que irão regulamentar as disputas políticas entre os diferentes blocos e as diferentes propostas hegemônicas. E, se estamos diante de uma situação de pluralismo, é evidente que, entre essas regras, deve estar a da alternância do poder, a ser praticada se e quando um bloco governante perder o consenso majoritário. (COUTINHO, [1992] 2008b[1], p.38 – praticamente idêntico em COUTINHO, 1992, p.35).

Recorde-se que as posições que vim expondo nas últimas páginas fazem parte do caminho de volta de Rousseau a Gramsci – ou seja, devem nos permitir compreender, ao fim do caminho, *que Gramsci* é este Gramsci de Coutinho. Nesse sentido, deve-se ter em conta que a adesão coutiniana às posições que vêm de ser expostas, evidentemente fundadas no pensamento liberal, punha certos problemas para o filósofo itabunense: em primeiro lugar, não apenas a categoria de "vontade geral", mas também o compromisso com um "interesse comum" ou um "bem comum" que seja anterior à superação da divisão da sociedade em classes são elementos especialmente estranhos ao pensamento marxiano e a boa parte da tradição marxista (cf. a crítica a Coutinho em ANDRADE, *in* GARCIA [org.], 1986, pp. 77-78), já que apontam na direção contrária da independência do proletariado na luta não apenas por seus interesses particulares, mas também pela realização universal da emancipação humana; em segundo lugar, Gramsci – principal fonte de inspiração coutiniana no campo do pensamento político – não trabalha com tais categorias.

Coutinho buscou, para tais problemas, não apenas as propostas de solução que já estudamos, mas também outras que passaram pela *aproximação* ou mesmo *equiparação* de diferentes categorias presentes em pensadores internos e externos à tradição marxista, como aparece claramente nas duas passagens a seguir:

> Embora o nome de Rousseau pouco apareça nos Cadernos do Cárcere, não me parece arbitrário propor esta relação entre ele e

> Gramsci: na obra desse último, pode-se registrar a presença, além de muitos outros temas comuns, *de um conceito análogo ao de "vontade geral", precisamente o conceito de "vontade coletiva nacional-popular"*. (COUTINHO, [1991] 2008a[4], p. 123 – grifo meu).
>
> [Tal] como em Rousseau, *também em Gramsci a democracia é expressão de um contrato* que, ao mesmo tempo, funda e *se baseia numa vontade geral* [...]. (COUTINHO, [1991] 2008a[4], p.141 – grifos meus).

O marxista baiano busca, portanto, aproximar os pensamentos de Rousseau e de Gramsci, atribuindo tal aproximação, que é obra sua, ao próprio Gramsci. Certamente, um ponto a destacar quanto a isso é que, na medida em que Gramsci teria aderido, através de seu conceito de hegemonia, à ideia de um contrato como momento necessário à fundação legítima de uma nova ordem social, então ele poderia ser aproximado ao Rousseau do *Contrato Social* tal como esse último é interpretado por Coutinho – ou seja, como a *pars construens* ou parte propositiva da teoria política *democrática* iniciada pelo pensador genebrino.

Mas Coutinho não foi o primeiro – e nem, sem dúvida, terá sido o último – a "solicitar" (na expressão de Frosini e Liguori que vimos na seção anterior) a textualidade gramsciana de modo a transformá-la em substrato para um pensamento, sobretudo, *democrático* (cujos desenvolvimentos mais radicais acompanharemos na próxima seção). O expediente esteve em voga no PCI nos anos 1970 e 1980, sob o comando do Enrico Berlinguer da "democracia como valor universal". Acontece que, mais uma vez, também não foi com ele que se iniciou essa prática teórico-política.

O primeiro a fazê-lo foi ninguém menos que um dos mais importantes dirigentes da IC, de meados dos anos 1930 até sua dissolução em 1943 (eleito para seu secretariado em 1935 e solicitado, por exemplo, como dirigente da entidade na Guerra Civil Espanhola – LASO, 1978, p. 05; AGOSTI, [1996] 2008, cap. 06). Trata-se do já citado secretário-geral do PCI dos anos 1930 aos anos 1960, sucessor de Gramsci e antecessor do Luigi Longo do "reformismo revolucionário". Trata-se do homem da "viragem de Salerno", o primeiro dirigente a conduzir o PCI à linha do avanço operário dentro das regras do jogo da democracia burguesa, às quais o partido aderiu, de fato, de malas e bagagem. Se foi Coutinho, portanto, quem a trabalhou de modo mais consistente e aprofundado no Brasil, a interpretação *democrática* do marxismo passa, em primeiro lugar e sobretudo, por seu formulador original: Palmiro Togliatti.

Não é aqui o lugar para o exame pormenorizado do pensamento togliattiano – que já foi objeto, ele próprio, de numerosos estudos, teses, ensaios etc. (como se pode ver em AGOSTI, [1996] 2008, pp. 298-330). Deve-se apenas chamar a atenção para esse elemento de continuidade sublinhando certos aspectos, em grandes traços, da posição política e da obra teórica do dirigente genovês.

Iniciemos tal resgate lembrando a pergunta com que José María Laso, comunista espanhol escrevendo sobre Togliatti nos anos 1970, abre seu artigo:

> Durante a década de setenta estamos assistindo, nos países de nosso âmbito cultural, à expressão de um interesse crescente pela obra de Palmiro Togliatti. Sucedem-se as edições de seus textos, e estamos em vésperas de que a Editorial Ayuso realize a publicação de suas *Obras Selecionadas*. Mas por que ler na Espanha, três lustros após seu falecimento, uma seleção de textos do Secretário-Geral do Partido Comunista Italiano? (LASO, 1978, p. 53).

A pergunta é retórica. O comunista põe em questão a necessidade da leitura de Togliatti apenas para apresentar a conclusão de que sim, naquele momento, naquele partido – trata-se dos anos 1970 e do PCE, um dos três partidos europeus, com PCF e PCI, que ficaram conhecidos no MCI como os "eurocomunistas" –, valia a pena a leitura do marxista italiano:

> A princípio, não é usual que os escritos de um dirigente político transcendam o âmbito nacional que constitui o marco espacial onde se engendra e desenvolve sua problemática. [...] Ainda assim, no caso dos trabalhos de Togliatti que se estão oferecendo ao leitor espanhol, temos a absoluta convicção de que esses fatores não vão atuar negativamente. Pelo contrário: pode-se assegurar que esses textos serão de grande utilidade para aqueles que se interessam pela problemática teórica marxista *e, em não menor grau, para aqueles que atuam na práxis política.* (LASO, 1978, p. 53 – grifo meu).

Essa atualidade de Togliatti nos anos 1970, na Espanha, é defendida porque foi a partir de sua contribuição que "foram elaborados posteriormente os programas dos partidos eurocomunistas" (LASO, 1978, p. 62). O pensamento do dirigente do PCI teria lançado as bases para aquilo que todos esses programas tinham em comum, a saber,

> [...] a aspiração a *assumir as denominadas liberdades formais, de origem burguesa, como conquistas próprias e irrenunciáveis da classe operária* e o compromisso de aprofundar a democracia para chegar ao socialismo. Socialismo que, superando os condicionamentos negativos de sua etapa pré-histórica, suporá a mais perfeita simbiose com as tradições democráticas que as massas tornaram suas. (LASO, 1978, p. 60 – grifo meu).

Laso não tergiversa: trata-se de *assumir* as liberdades formais *como se fossem conquistas* próprias da classe operária, *disputando sua origem burguesa*, e a partir de então jamais renunciar a elas, batalhando por seu aprofundamento. Essas bases se expressaram, no pensamento togliattiano – como ensina Coutinho ao discorrer sobre o legado do mestre genovês –, "em três conceitos básicos: o de 'democracia progressiva, o de 'partido novo', o de 'policentrismo'" (1980c, p. 11). De acordo com o marxista baiano, tais conceitos se desenvolveram em Togliatti a partir da combinação entre, de um lado, sua própria experiência política como dirigente do PCI e da IC, e, de outro lado, o estudo minucioso dos *Cadernos do Cárcere*, que chegaram a suas mãos em 1938 – pouco depois da morte de Gramsci, portanto – quando ainda se encontrava na Espanha (p. 13).

Quanto ao primeiro ponto da citada combinação, Coutinho aponta como decisiva para a formulação de uma "nova concepção comunista do valor da democracia" a vivência da guerra civil espanhola e da derrota do proletariado que ali teve lugar, a partir da qual "já se anuncia a ideia de que a transição para o socialismo demanda a construção de uma democracia de novo tipo, que transcenda os limites do liberalismo e se apoie na participação ativa das massas" (1980c, p. 13). Quanto ao segundo ponto, os *Cadernos* "devem ter ampliado os horizontes conceituais de Togliatti, capacitando-o a dar expressão teórica sistemática à linha política que vinha seguindo" , já que lhe teriam mostrado a "formulação de uma teoria marxista 'ampliada' do Estado" , a "descoberta da 'sociedade civil' como campo específico da luta de classes" , a "diferença essencial entre as formações sociais do 'Oriente' e do 'Ocidente', na formulação de uma nova estratégia (a questão da hegemonia e da 'guerra de posição') para a atuação da classe operária nos países 'ocidentais'" .

Seria essa combinação que estaria na origem, segundo Coutinho, da proposta togliattiana – já em 1944, quando regressa à Itália do exílio a que fora submetido – de virada na linha do PCI rumo à "necessidade de construir e consolidar em seu país um regime de democracia política que extirpe pela raiz as tradições autoritárias que marcam a história italiana, as quais haviam encontrado no fascismo sua expressão

extrema" (p. 14).

Note-se, na proposição anterior e na definição seguinte, a forte semelhança (inclusive em termos analíticos, de ênfase em uma "tradição autoritária" a superar como parte do caminho necessário rumo ao socialismo) com a postulação coutiniana para o Brasil:

> Essa democracia, que ele [Togliatti] vê como *um regime em constante progresso*, em permanente construção, aparece-lhe como condição básica para empreender o avanço no sentido de transformações sociais e econômicas profundas, *que abram caminho para o socialismo*. Já em 1944, [...] Togliatti insiste na necessidade de – uma vez alcançada a libertação nacional – convocar imediatamente uma Assembleia Constituinte que ponha solidamente as bases dessa "democracia progressiva", a qual deve ter como centro dinâmico a *integração entre os organismos de massa das classes populares e os institutos representativos* de nível nacional. (COUTINHO, 1980c, p. 14 – grifos meus).

Essa democracia progressiva (e note-se aqui, mais uma vez, a semelhança entre a definição a seguir e a de "democracia avançada" com a qual trabalha Coutinho, recolhida de outro comunista italiano, também dirigente do PCI e herdeiro – até certo ponto crítico, mas herdeiro no fundamental, que é a noção da progressividade da democracia rumo ao socialismo – da tradição togliattiana, Pietro Ingrao), entendida enquanto "eixo do caminho italiano para o socialismo" (COUTINHO, 1980c, p. 14), consistiria em uma "república organizada sobre a base de um sistema parlamentar representativo [...] que se conserve no âmbito da democracia e na qual todas as reformas de conteúdo social sejam realizadas no respeito ao método democrático" , assegurando à nação os "três bens fundamentais" da "liberdade e [do] respeito à soberania popular; [...] [da] unidade política e moral da nação; [...] do progresso social, ligado ao advento de uma nova classe dirigente" (TOGLIATTI, *apud* COUTINHO, 1980c, p. 14).

Em tal regime republicano de democracia progressiva, em que os comunistas deveriam lutar pelo "desmantelamento das mais atrasadas e gravosas estruturas da sociedade italiana" assim como pelo "encaminhamento de sua transformação em sentido democrático e socialista" (TOGLIATTI, *apud* COUTINHO, 1980c, p. 15), o papel do parlamento estaria em disputa pelas forças populares, podendo contribuir decisivamente na "transformação democrática e socialista do país":

> O regime parlamentar, o respeito pelo princípio da maioria livremente expressa, o método definido pela Constituição para assegurar que as maiorias se formem de modo livre e democrático, são não apenas compatíveis com a realização de profundas reformas sociais e com a construção de uma sociedade socialista, mas facilitam e asseguram [...] a conquista da maioria pelos partidos da classe operária, o contato e a colaboração com outras forças sociais e políticas, o advento de uma nova classe dirigente, em cujo seio a classe operária seja a força determinante. O Parlamento pode e deve exercer uma função ativa tanto na transformação democrática e socialista do país, quanto na nova sociedade socialista; condição para isso é que, ao lado dele, possam e devam se desenvolver formas de democracia direta que assegurem o posterior desenvolvimento e a superioridade da democracia socialista. (TOGLIATTI [1945] *apud* COUTINHO, 1980c, p. 15).

Note-se a convergência entre essa concepção e aquela expressa por Coutinho na *Democracia Como Valor Universal* mais de três décadas depois (texto no qual Togliatti é citado em pontos-chave), em que se afirma a "articulação entre os organismos populares de democracia de base e os mecanismos 'tradicionais' de representação indireta (como os parlamentos)" (COUTINHO, 1980a$_1$, p. 28), levando a que "esses últimos adquiram uma nova função [...] na medida em que vierem a se tornar o local de uma *síntese política* dos vários sujeitos coletivos" , passando a expressar "efetivamente o dinamismo da sociedade, o seu pluralismo real, deixando assim de ser a mera representação de eleitores atomizados e manipulados" (p. 39). Poder-se-ia, portanto, a partir da mobilização popular auto-organizada em espaços de democracia direta, "alterar a função de institutos herdados da tradição liberal" .

Essa posição de origem togliattiana foi, em parte devido ao esforço teórico e à intervenção política e editorial de Coutinho, assimilada, no Brasil, em nome de Gramsci. Entretanto, é o próprio Coutinho, em momento de seu livro dedicado ao marxista sardo, em que se propõe a apresentar o que considera alguns dos *limites* do pensamento gramsciano, assim como a importância de *desenvolvê-lo* para que se possa aproveitá-lo no mundo contemporâneo, quem adverte contra tal identificação.

Vejamos:

> Mas não se deve atribuir a Gramsci o que é de seus sucessores, em particular de Togliatti. É certo que Gramsci, em seu período carcerário, não tinha dessa fase intermediária – desse "período

> de transição" democrático – a visão ampla e articulada que, sobretudo a partir de 1944, depois das experiências das "frentes populares" e da coalizão dos países democráticos contra o nazi-fascismo, irá aparecer nas formulações que Palmiro Togliatti e Eugenio Curiel, entre outros, deram do conceito de "democracia progressiva": ou seja, de um regime democrático republicano que, graças à articulação dialética entre os organismos tradicionais de representação democrática (parlamentos etc.) e os novos institutos de democracia direta (conselhos de fábrica, de bairro etc.), permite o *progressivo* avanço no sentido de transformações sociais e econômicas profundas, da permanente conquista de posições no rumo do socialismo. [...] Na formulação de Togliatti, portanto, a democracia política perde o seu caráter de etapa a ser cumprida e abandonada [...] para ganhar a característica de um conjunto de conquistas a serem conservadas e elevadas a nível superior – ou seja, dialeticamente superadas – na democracia socialista. (COUTINHO, 1981, p. 113).

Note-se que Coutinho teve a honestidade intelectual e o cuidado teórico de ser bem claro na passagem: a "compreensão de uma transição para o socialismo através da consolidação e do aprofundamento da democracia política" (COUTINHO, 1981, p. 113) *não é de Gramsci, mas de seus assim chamados "sucessores", e não se deve atribui-la a quem não a formulou.* Apesar dessa advertência – que o autor, aliás, reproduziu integralmente nas sucessivas reedições ampliadas do livro sobre Gramsci (cf., por exemplo, COUTINHO, [1999] 2007a, pp. 161-162) –, parte da esquerda brasileira assimilou tais concepções *como se fossem de Gramsci*, e não de Togliatti e dos eurocomunistas, donde o transbordamento, para o Brasil, daquela curiosa figura a que Paolo Spriano se referiu, pensando na Itália, como o "Gramsci de Togliatti" (1987, especialmente pp. 262-273).

Deve-se ter, portanto, o cuidado de não exagerar a influência coutiniana na formação da interpretação dominante de Gramsci no Brasil. Tal exagero, corrente em tempos em que se buscam culpados pela deriva reformista do PT, leva a críticas a Coutinho que, ainda que tenham uma base real, são incorretas. Inscrevem-se aí a censura ao marxista baiano como o responsável por um revisionismo gramsciano brasileiro, ou mesmo pela transformação do PT em partido de governo e fiador da ordem burguesa no Brasil.

O núcleo correto sobre o qual se funda o referido exagero reside em que o baiano foi, de fato, o principal representante teórico da posição eurocomunista no Brasil, tendo se destacado e assumido lugar de relevo

dentre numerosos estudiosos e partidários de interpretações do pensamento gramsciano bem próximas à sua. Isso alimentou a impressão de que o Gramsci majoritariamente em uso no Brasil ao longo das últimas quase quatro décadas, de alma togliattiana-eurocomunista, teria sido uma criação de Coutinho, o que não é exato – assim como não é indisputável que essa interpretação da reflexão carcerária gramsciana seja a mais fiel, como o indicam estudos gramscianos mais recentes.

Para compreender o fenômeno, deve-se ter em conta a similitude entre os Gramscis de Coutinho e de Togliatti, que não se restringe à teoria política. Se ali ela já é realmente impressionante[229], é notável também a semelhança do *modo* como ambos os intelectuais resgataram o pensamento do marxista sardo, que *objetivos* tinham e *como* tal regate impactou em seus respectivos países.

Nesse sentido, Spriano fala na "plena utilização do pensamento de Gramsci feita por Togliatti, desde a morte de seu mestre e camarada até 1964" (que é quando morre o próprio Togliatti – SPRIANO, 1987, p. 262), como parte de uma "*'operação'* cultural que é também vontade política, elemento constitutivo de uma estratégia" (p. 265 – grifo meu: guarde-se a palavra "operação", à qual retornaremos) em que "a obra do mestre se torna, no entendimento político do seu discípulo, o instrumento essencial de uma hegemonia sobre a cultura italiana e, através dela, sobre a 'sociedade civil'" (p. 262). A estratégia que o resgate togliattiano de Gramsci queria reforçar e cuja hegemonia ele queria estabelecer sobre a sociedade civil era, ainda segundo Spriano, a do "caminho nacional, italiano, para o socialismo" , e nesse sentido Togliatti, inaugurando o hábito que se generalizou posteriormente de *solicitar* a textualidade gramsciana em defesa de tal ou qual posição política considerada útil para a intervenção imediata, afirma que "no modo pelo qual Gramsci interpreta e renova a doutrina do marxismo revolucionário está *implícita* a afirmação do avanço para o socialismo por um caminho nacional, determinado pelas condições históricas de nosso país" (TOGLIATTI, *apud* SPRIANO, 1987, pp. 262-263 – grifo meu).

Já estudamos, em seção anterior, *de onde vem* a ideia de "caminhos nacionais ao socialismo". Sugeri que certamente não é de Gramsci – tendo-se consolidado, inclusive, *posteriormente a seu período*

---

[229] Não poderei desenvolver mais esse assunto porque isso nos desviaria demasiado do estudo do pensamento *coutiniano*. Noto apenas que as duas outras principais ideias togliattianas, as do *partido novo* (o partido radicalmente democrático, convertido em *partido nacional* a partir do qual a classe operária ganha a direção da sociedade enquanto *classe nacional*) e do *policentrismo* (que, no caso italiano, ensejava a *via italiana* ao socialismo, advogada no PCI desde Togliatti, sendo transformado em Coutinho na defesa da *via brasileira* ao socialismo), também são de Togliatti, e não de Gramsci.

de vida –, mas sim da internalização de um nacionalismo comunista de origem russa por parte dos demais PCs envolvidos com seus problemas nacionais, ao não encontrarem no centro internacional uma abertura real à discussão de suas posições. Esse nacionalismo, concretizado na ideia do "caminho nacional ao socialismo", foi a base da posterior hipótese do "caminho ocidental ao socialismo", desenvolvida inicialmente no âmbito do próprio PCI por importantes intelectuais, seguindo a trilha aberta por Togliatti. Essas posições não pertencem, originalmente, a Gramsci, sendo *desdobramentos*, estranhos a esse autor, de seus apontamentos sobre as diferenças entre "Oriente" e "Ocidente".

É claro que Togliatti só podia afirmar algo assim como *implícito* no pensamento gramsciano (mobilizando a crença do leitor *no intérprete* capaz de enxergar algo "implícito" no original, algo que *não* está lá mas que o intérprete *afirma* estar) porque se amparava sobre um enorme prestígio fundado sobre seus importantes méritos históricos (relacionados a sua posição de secretário-geral do PCI), como o de haver buscado resgatar para a cultura italiana, através dos aparelhos editoriais do partido, o pensamento de importantes clássicos do marxismo, além da *autoridade* de ser o organizador italiano da primeira edição das obras de Gramsci, tendo sido o responsável, inclusive, pela forma como elas foram editadas (por temas) em sua famosa primeira edição temática – que só viria a ser superada por uma edição crítica cerca de três décadas após o lançamento daquela outra –, que serviu de modelo para a imensa maior parte das traduções de Gramsci espalhadas ao redor do mundo na segunda metade do século XX (inclusive a brasileira[230]), como mostra o próprio Carlos Nelson Coutinho ([1999]

[230] Coutinho, quando teve a oportunidade de reeditar as obras carcerárias de Gramsci no Brasil, optou por não aderir à edição crítica de Valentino Gerratana, considerada por muitos estudiosos de Gramsci como a edição até aqui definitiva, que careceria apenas de precisões quanto à datação, mas não quanto à disposição do material e nem quanto aos fundamentos do aparato crítico utilizado (cuidadosamente exposto em seu vol. 04). A justificativa de Coutinho para essa decisão, assim como os critérios utilizados para compor sua edição dos *Cadernos*, podem ser encontrados em COUTINHO ([1999] 2011a$_4$, pp. 102-105). Sua decisão pode ou não ter algo de uma motivação teórico-política, na medida em que o estudo da edição crítica permite pôr em questão mais facilmente alguns dos desdobramentos políticos que Coutinho extrai de sua interpretação da obra do marxista sardo. Independente disso, o fato é que no Brasil ainda carecemos da publicação da edição mais avançada de que se dispõe hoje para os estudos gramscianos, como notou o já citado pesquisador Álvaro Bianchi que, em comentário, no mais, muito favorável e simpático ao lançamento da nova edição de Gramsci organizada por Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, depois de descrever diversos dos importantes méritos que via naquela edição, anotou: "Mas a opção dos responsáveis pela nova edição não soluciona alguns

2011a[4], especialmente pp. 87-97).

Sobre essa edição, vale marcar que Togliatti, malgrado seus méritos de editor – já enaltecidos por Coutinho ([1999] 2011a[4], p. 93) –, se recusou, *por razões relacionadas à instrumentalização política da obra gramsciana*, a fornecer à família de Gramsci cópias dos originais de suas obras, insistindo em que eles *ficassem apenas e exclusivamente sob controle do PCI*, porque considerava que a reflexão gramsciana continha diversas passagens que poderiam ser prejudiciais ao partido por divergirem da linha política que então se queria implementar.

Isso é resgatado por Giuseppe Vacca na seguinte passagem de carta de Togliatti a Dimitrov, citada por Coutinho:

> Meus argumentos são os seguintes: a) não é correto que sejam assim constituídos dois arquivos de materiais referentes a Gramsci; b) os cadernos de Gramsci, que já estudei cuidadosamente em sua quase totalidade, contêm materiais que só podem ser utilizados depois de uma cuidadosa elaboração. Sem esse tratamento, o material não pode ser utilizado; aliás, *algumas partes, se forem utilizadas na forma em que se encontram atualmente, poderiam ser não úteis ao partido.* Por isso, penso que esse material deve permanecer em nosso arquivo, para ser aqui elaborado. [É uma questão de] segurança organizativa – para hoje e para o futuro – *que tudo seja utilizado conforme a finalidade e do modo como é necessário*. (TOGLIATTI, *apud* COUTINHO, [1999] 2011a[4], pp. 89-90).

Saber disso conduz à apreciação da seguinte questão relacionada ao tema ora em exame: como é sobejamente sabido no âmbito do

---

problemas constatados ao longo dos anos [na antiga edição temática – V.N.]. Em vez de adotarem a edição crítica de Gerratana, optaram por uma versão mista, como já foi dito. O resultado final dificulta enormemente a reconstrução do *lessico gramsciano*. O trabalho filológico necessário para tal reconstrução é muitas vezes inviabilizado pela forma de organização do texto e pela supressão dos textos A. A não ser que o pesquisador recorra à tabela de correspondências e se ampare na edição Gerratana, esse trabalho pode se tornar impossível. [...] é de se notar que exatamente no momento em que a editora Era, do México, completava sua publicação em seis volumes dos *Cadernos do Cárcere*, baseada na edição Gerratana, veio à luz no Brasil uma versão que sintetiza um magnífico esforço editorial, mas que fica longe de ser definitiva. A nova edição brasileira está longe, também, de poder ser considerada uma edição 'temático-crítica', como a ela se referem Carlos Nelson Coutinho e Andréa de Paula Teixeira. E não é a organização temática que impede tal tratamento, mas a supressão dos parágrafos A, o que torna a publicação dos textos originais incompleta, bem como os limites de seu aparelho crítico, muito aquém daquele elaborado por Gerratana" (BIANCHI, 2008, pp. 45-46).

movimento comunista internacional – e mesmo antes, pois tal problema começa já na socialdemocracia alemã, referente ao legado de Marx e Engels e à enorme autoridade angariada por Kautsky pelo fato de controlar o acesso aos originais dos fundadores do marxismo –, quem controla a edição dos textos de um autor, quando ela não é feita pelo próprio, detém grande *autoridade* sobre as interpretações de seu pensamento. E isso nos reconduz à consideração do lugar, no Brasil, da interpretação especificamente coutiniana de Gramsci.

Malgrado a seriedade e a honestidade intelectuais de Coutinho nas passagens que citei acima, afirmando e reafirmando, como vimos, a necessidade de se distinguir entre as ideias de Gramsci e aquelas de Togliatti, de Ingrao, de Poulantzas ou dele próprio, o fato evidente é que a interpretação de Gramsci amplamente dominante no Brasil – de matriz togliattiana-eurocomunista – tem importantes pontos de contato com a coutiniana. Aliás, certas posições do marxista baiano encontraram no pensamento social brasileiro grande repercussão, não apenas atribuídas diretamente a ele, mas muitas vezes identificadas *como se fossem as de Gramsci*.

Essa questão, para ser compreendida, deve ser abordada de pelo menos mais dois ângulos (para além daquele, já identificado, da *similaridade* entre a posição coutiniana e a togliattiana-eurocomunista, que pode alimentar algum superdimensionamento da influência coutiniana na leitura gramsciana majoritária no país): primeiro, *a capacidade material de difusão das ideias e a autoridade* a ela relacionada; segundo, *a instrumentalidade da teoria para a política na luta de classes*, considerando a necessidade historicamente posta de que os partidários de uma posição política encontrem uma teoria que não apenas a legitime, mas que os ajude a formular uma interpretação do real que lhe forneça unidade e coerência no plano do pensamento, tornando-se representativa dela.

Para a compreensão do primeiro desses aspectos, ajuda apropriar-se da crítica feita por Edmundo Fernandes Dias[231] a Carlos Nelson Coutinho em seu artigo *Gramsci no Brasil: o rabo do diabo*. Polemizando com o marxista baiano a partir de artigo em que ele apresentava sua interpretação da recepção de Gramsci no Brasil, Dias

[231] Contemporâneo de Coutinho, tratou-se de um dos mais profundos conhecedores da obra gramsciana no Brasil – e *não* apenas do *jovem* Gramsci, como por vezes se afirma, mas da *integralidade* da obra gramsciana, como se constata sem que sobre margem a dúvidas através da leitura dos ensaios reunidos em DIAS, 2006 e 2012, para não falar no clássico *Hegemonia: racionalidade que se faz história* (DIAS, [1991] 1996a), que fez escola e encontra nítidos ecos no pensamento de toda uma geração de gramscianos mais jovens, como, por exemplo, o já citado Álvaro Bianchi.

considerava que Coutinho contava a história "na primeira pessoa do singular", de modo "simples, fácil e parcial" ([1991] 1996, p. 183), como se tal recepção tivesse sido obra quase exclusiva "dos 'gramscianos' egressos do PCB" , que, através de sua diáspora nos anos 1980, teriam espalhado Gramsci pelos outros partidos em que ingressaram, especialmente o PT. Dias discorda dessa tese, naquele momento (1991), "como petista e como gramsciano" .

O primeiro elemento a notar é que Dias chama a atenção para que Coutinho, ao contar a história da recepção de Gramsci "na primeira pessoa do singular", alimenta, *ele próprio* – sendo desimportante se intencionalmente ou não – o superdimensionamento de seu papel na formação da interpretação majoritária de Gramsci no país.

O segundo elemento a notar é que Dias, no prosseguimento da polêmica, destaca algo muito interessante: Coutinho, ao se referir à introdução de Gramsci no Brasil por parte dos jovens intelectuais do PCB, fala em uma *operação Gramsci* (a expressão *é de Coutinho*, e Dias sublinha que as palavras não são inocentes – especialmente no caso de um intelectual rigoroso como Coutinho. Permito-me lembrar, ainda, que Spriano usou *a mesma palavra* para se referir ao resgate de Gramsci realizado por Togliatti), entendida como um *resgate seletivo* do pensamento do marxista sardo destinado a, respeitando-se aquela tácita divisão de tarefas entre intelectuais e dirigentes já examinada no presente trabalho, influir sobre a batalha das ideias, no PCB e na sociedade brasileira, no sentido de fortalecer uma posição antidogmática "nos terrenos da filosofia, da estética e da sociologia da cultura" (COUTINHO, *apud* DIAS, [1991] 1996, p. 134).

Note-se, portanto, que Gramsci, assim como na Itália, teve no Brasil seu pensamento editado, desde o princípio, *com vistas a fortalecer uma posição política*, ou seja: marcado pela instrumentalidade do uso político da teoria. Isso é plenamente compreensível se recordamos que Coutinho afirmava, sobre si próprio, que jamais distinguiu entre ser comunista e ser intelectual (e que se tornou intelectual para poder fazer política pela esquerda), e a princípio não há nesse caráter instrumental do resgate de Gramsci nada demais, já que é essa a motivação – de modo por vezes mais, por vezes menos, direto – da edição de boa parte dos autores no campo da teoria social, especialmente quando tal edição se dá impulsionada por aparelhos que têm ligação estreita com as classes em presença e em luta.

Assim, não há nada demais: mas apenas *a princípio*. É importante reter, a partir da observação de Dias, dois aspectos que nos ajudam a localizar e dimensionar adequadamente a relação entre a intervenção de Coutinho e a incidência majoritária – ou, para localizar

mais adequadamente o fenômeno: *hegemônica* – da interpretação togliattiana-eurocomunista de Gramsci sobre o pensamento social brasileiro.

Primeiro, quanto à relação entre capacidade material de difundir a literatura e autoridade a ela relacionada, continuemos com Dias:

> Essa "abertura" [do PCB e dos aparelhos a ele direta ou indiretamente vinculados – V.N.], mais editorial que política, publicou autores marxistas como Lukács, Goldmann, Schaff. Além de Benjamin e Marcuse. Ver nisto a iniciativa de "jovens intelectuais comunistas e em virtude do apoio da Editora Civilização Brasileira" é correto, mas é apenas uma parte da história. Importante na resistência contra a ditadura, essa editora era dirigida por eles mesmos. A maioria dos intelectuais de esquerda não vinculados ao PCB sequer tinha onde publicar. Não se trata de diminuir, mas de localizar. (DIAS, [1991] 1996, p. 184).

Ou seja: se é verdade que Coutinho, desde tenra idade, tornou-se um dos mais *autorizados* intérpretes de Gramsci no Brasil – o que se relacionou, inicialmente, ao fato de ter sido seu tradutor e prefaciador –, isso esteve ligado, por sua vez, à posição enquanto militante comunista, à vinculação ao PCB, ao contato, através da rede do partido, com Ênio Silveira e a Editora Civilização Brasileira no Rio de Janeiro. A ordem parece ser a seguinte: Leandro Konder, através dele Astrojildo Pereira, através deles Ênio Silveira, proprietário da Editora Civilização Brasileira, que editou pela primeira vez a obra gramsciana no Brasil.

Vê-se assim que a autoridade individual de Coutinho enquanto reputado intérprete brasileiro de Gramsci não deixou de ser, inicialmente, um subproduto da incidência do PCB sobre a cultura brasileira, que foi brevemente trazida a lume em outro ponto do presente trabalho. Saber disso não diminui em nada seu mérito, nem a qualidade do trabalho que realizou, mas ajuda o estudioso de seu pensamento em dois pontos importantes. Primeiro ponto: ajuda a explicar o prestígio granjeado por Coutinho sem ceder à afirmação fácil de sua "genialidade". Esse ponto é importantíssimo, já que a noção de "genialidade" é inválida enquanto explicação do êxito ou do fracasso profissional de um indivíduo, na medida em que o considera descolado do contexto que o produz e no qual ele pode ou não se destacar de modo até certo ponto independente de seus atributos estritamente individuais e profissionais. Segundo ponto: ajuda a ponderar que, se, por um lado, sua autoridade no assunto certamente foi muito grande, ela não teve, por outro lado, o peso daquela angariada por Togliatti (que se elevava sobre a poderosa e

altamente influente estrutura do PCI), tendo, inclusive, se desenvolvido ela própria sob a influência do dirigente italiano.

Sobre esse segundo ponto cabe ainda marcar: Coutinho *não* era secretário-geral do PCB; *não* detinha o controle sobre os originais gramscianos; a incidência do partido passava por um processo importante de *diminuição* após o Golpe de 1964; sua tradução *não era a única* conhecida pelos intelectuais gramscianos que começavam a se formar no Brasil desde os anos 1970, alguns dos quais buscavam conhecer o pensamento do dirigente comunista no original ou em espanhol. Assim, Dias parece ter razão quando advoga que não se exagere o papel dos jovens comunistas do PCB na recepção de Gramsci no Brasil – especialmente quando se considera essa recepção no quadro mais geral da recepção de Gramsci *na América Latina* (que, interessantemente, teve importantes pontos de contato com a brasileira em termos da interpretação do pensamento do autor).

Parafraseando Dias, a questão da autoridade individual é apenas *uma parte* da história, especialmente se consideramos que esse primeiro momento da recepção de Gramsci no Brasil, mais diretamente vinculado à incidência cultural do PCB, não resultou em grande impacto de suas ideias no campo da esquerda. É Ivete Simionatto quem alerta para esse ponto, mobilizando, justamente, os exames do problema por parte de Coutinho e Dias:

> As ideias de Gramsci no Brasil não adquiriram uma significação maior nesse primeiro momento, uma vez que a sua difusão não estava vinculada diretamente a um projeto político consequente. Um dos tradutores [trata-se de Coutinho – V.N.] explica que, nesse momento inicial, Gramsci não é tomado, ainda, como o teórico do Estado "ampliado" ou da revolução socialista no Ocidente, mas apenas como o "filósofo da práxis", que propunha uma leitura humanista e historicista do marxismo, radicalmente diversa da "vulgata soviética", que até então dominava nas discussões da esquerda brasileira.
>
> Esse começo difícil da recepção da obra de Gramsci no Brasil é analisado por Carlos Nelson Coutinho a partir de dois pontos fundamentais: a decretação do AI-5 em dezembro de 1968 e a cultura dominante nos ambientes culturais brasileiros de esquerda, influenciados largamente, nesse período, pela proposta do "marxismo da Terceira Internacional", ou seja, pelo chamado "marxismo-leninismo", que marca um período de codificação e empobrecimento do marxismo. Edmundo Fernandes Dias também registra a forte influência terceiro-internacionalista junto à esquerda brasileira. "As obras aqui

> traduzidas contêm, claramente, a reflexão crítica que Gramsci estava fazendo à Terceira internacional. Certamente, o PCB não poderia estar discutindo isso, uma vez que a linha geral do partido estava em consonância com as diretrizes da URSS". (SIMIONATTO, 2004, p. 98).

A *outra parte* da história – que me parece a mais importante – é que, a partir de meados dos anos 1970, o vigoroso movimento operário e popular que desaguaria, dentro em pouco, na fundação e na retomada de importantes organizações das classes trabalhadoras brasileiras, assim como a plêiade de intelectuais a ele vinculados, *necessitavam de uma teoria* que os possibilitasse formular uma interpretação unitária e coerente do real no momento de luta pela redemocratização do Brasil. *Impunha-se urgente e imediatamente, para a esquerda socialista e comunista, a necessidade tática de vincular a luta pela democracia à luta pelo socialismo.*

Assim,

> [será] somente na passagem da década de 1970 para a de 1980, quando a crise do regime autoritário e do modelo econômico-social por ele imposto começa a se explicitar abertamente, que o pensamento gramsciano receberá um tratamento mais coerente e mais sistemático. Embora no âmbito acadêmico as discussões sobre Gramsci se fizessem presentes em meados da década de 1970, a reinserção de seu pensamento no debate das ideias só ganhará força com a revogação do AI-5, em 1979 [...]. A esquerda reavalia as suas propostas e passa a ter uma nova compreensão sobre a realidade brasileira [...].
> [...] É nesse cenário que *o pensamento de Gramsci vai ganhando força e passa a ter um sentido "utilitário", servindo aos mais variados gostos e tendências.* (SIMIONATTO, 2004, p.102 – grifo meu).

Foi justamente *nesse momento*, e não nos anos 1960 (quando foram feitas aquelas traduções de Gramsci lançadas pela Civilização Brasileira), que houve o verdadeiro estouro de Gramsci como uma das principais referências da esquerda brasileira, penetrando o pensamento social através de intelectuais vinculados a: aparelhos partidários como o PCB, as organizações oriundas da Nova Esquerda e o próprio PT então em formação; movimentos sociais ligados ao partido emergente; universidade (onde já vinha em debate, mas aprofunda seu impacto nos cursos de Educação, Serviço Social e Ciências Sociais); setores da Igreja (teologia da libertação, por exemplo), como lembram Dias ([1991] 1996) e

Simionatto (2004, cap. 02).

É o que atesta Marco Aurélio Nogueira, muito próximo de Coutinho e um dos protagonistas da difusão do pensamento de Gramsci no Brasil de então:

> A partir de 1975-1976 [...] as ideias de Gramsci serão então progressivamente "socializadas", transbordarão as fronteiras universitárias e passarão a integrar o corpo conceitual com que se interpretaria a realidade do país. Naquele momento, o "gramscismo" veio à luz do dia com a força de um vulcão. Todos, de uma ou outra forma, tornaram-se "gramscianos". Daqueles anos em diante, esse quadro se manteve, ainda que com altos e baixos. (NOGUEIRA, 2014, p. 24).

Esse foi, não por acaso, o mesmo momento da publicação de *A democracia como valor universal* – que, como vimos, é de 1979. E foi também o momento em que, nos anos anteriores a essa publicação, Coutinho vinha escrevendo os artigos para o *Voz Operária*, ao mesmo tempo em que assimilava *uma leitura eurocomunista de Gramsci* (demonstrada, para além de tudo o que já estudamos detalhadamente, também pelo fato de ser exatamente nesse período que o autor começa a sustentar a existência de uma sociedade civil apenas sob o capitalismo monopolista de Estado, como fruto da socialização da política decorrente da socialização da produção etc., mudando de posição em relação a seu artigo publicado no JB em 1976 em que havia "hegemonia" e "sociedade civil" já na revolução francesa em 1789) e construía, a partir de tal leitura, uma interpretação unitária e coerente do capitalismo monopolista de Estado, de sua superestrutura Ocidental, da necessidade de se caminhar democraticamente ao socialismo em tal cenário – e, consequentemente, no que viria a definir como o Ocidente periférico brasileiro. Tratou-se ainda, e não deve ser necessário insistir que não por acaso, do momento em que muitos outros intelectuais e organizações de esquerda faziam o mesmo movimento que Coutinho, ainda que não necessariamente chegando às mesmas conclusões e ao mesmo nível de coerência teórico-política.

Vale a pena dar um exemplo que transmite uma boa ideia do peso que as ideias gramscianas, assim como aquelas tidas como tais (mas, mais exatamente, togliattianas-eurocomunistas), ganharam no debate político brasileiro nesse período – a ponto de Nogueira, é certo que um pouco euforicamente, ter feito a afirmação que vim de citar de que "todos" haviam, de um modo ou de outro, se tornado "gramscianos". No caso dos intelectuais vinculados ao PCB – dentre os quais figurava, com destaque, Coutinho –, "o grupo que defendia as ideias gramscianas

como eixo de uma nova teoria para o socialismo é considerado como de 'direita' e afastado dos postos de direção" (SIMIONATTO, 2004, p. 103), acarretando em sua saída do partido e na conhecida diáspora dos intelectuais ex-pecebistas rumo a outros partidos, inicialmente PMDB e PT. Ainda assim, mesmo expulsos aqueles intelectuais, ideias supostamente gramscianas "como Estado ampliado, hegemonia, revolução processual" (p. 104), apareceram na "'Declaração Política do IX Congresso do Partido Comunista Brasileiro', sendo retomadas no X Congresso, no qual ocorreu a mudança de nome para Partido Popular Socialista - PPS"[232] . Os gramscianos haviam saído do PCB, mas não suas ideias!

Acontece que nesse cenário, em que a "reavaliação radical dos setores de esquerda e a nova leitura sobre a realidade brasileira abriam [...] espaços para rever os posicionamentos anteriores e encaminhar novas propostas de luta para a construção do projeto socialista" (SIMIONATTO, 2004, p. 102), Gramsci foi assimilado e interpretado "não apenas como o filósofo e o teórico da cultura, como havia sido na fase anterior, mas como o maior teórico marxista no âmbito da política" (pp. 102-103), e isso se processou em grande parte "na esteira da renovação teórico-política do PCI" (p. 104).

Quanto a isso, Simionatto lembra que termos como "democracia progressiva", "valor universal da democracia", "eurocomunismo", "democracia de massa", que estavam na pauta de discussão do PCI, começaram a aportar também no Brasil, num contexto em que

> [...] paralelamente à reedição da tradução brasileira das obras de Gramsci, chegavam também às livrarias os últimos escritos de autores marxistas italianos, tais como: *Lições sobre o fascismo* (1978) e a coletânea de ensaios *Socialismo e democracia* (1980), de Palmiro Togliatti; *O Partido Comunista Italiano* e *O socialismo e a democracia* (1979) de Giorgio Napolitano; *Massas e Poder* (1980) e *Crise e Terceira Via* (1981) de Pietro Ingrao; *O conceito de hegemonia em Gramsci* (1978) e *O pensamento de Lênin* (1979) de Luciano Gruppi; *A polêmica de Gramsci e Bordiga sobre os Conselhos de Fábrica* (1981) e

[232] Tal mudança de nome, que refletia na verdade uma tentativa de *liquidação* do PCB, não foi aceita por um setor importante da militância partidária que conseguiu, inclusive na justiça, manter o velho partido em atividade. Iniciou-se a partir de então um processo de *reconstrução revolucionária*, que segue em curso: o PCB continua em atividade e realizou seu XV Congresso em 2013, reafirmando a atualidade do caráter socialista da revolução brasileira, posição que vem defendendo desde os anos 2000 e que busca resgatar o caráter classista e revolucionário do movimento comunista.

> *Teoria do partido político*, de Umberto Cerroni; *Um socialismo a inventar* (1982) de Lucio Lombardo Radice. Essa produção teórica no âmbito do eurocomunismo, que tinha por base o pensamento gramsciano, foi importante para ajudar a pensar a situação do Brasil, do partido, do comunismo e da política. (SIMIONATTO, 2004, p. 104).

Assim, o debate ocorrido no PCI ao longo da década de 1970 "repercutiu intensamente no Brasil no final dessa década e início da de 1980, colocando-se na pauta de discussões nos meios políticos, intelectuais e acadêmicos" (SIMIONATTO, 2004, p. 105). Também aí a intervenção individual de Coutinho se fez sentir: dos livros citados na passagem acima, por exemplo, *foi obra sua a tradução* do "Socialismo e democracia" de Togliatti, do "Crise e Terceira Via" de Ingrao, de "O conceito de hegemonia em Gramsci" e "O pensamento de Lênin" de Gruppi. No mais, *trabalhou também na divulgação* de tais ideias, não apenas através de seus livros, ensaios e textos de apresentação, mas também através de resenhas em revistas e jornais, como, por exemplo, aquela que escreveu para o livro "Um socialismo a inventar", de Radice, significativamente intitulada *Uma introdução ao eurocomunismo* (COUTINHO, 1982).

Quero mostrar, resgatando tais pontos, duas coisas. Primeira, que a apropriação do pensamento de Gramsci nesse momento de intensa efervescência política se deu marcada por forte necessidade de *instrumentalizar* seu pensamento para a ação política imediata, o que sem dúvida alguma reforçou a tendência a solicitar os textos gramscianos, mas também aquela, intimamente relacionada à anterior, de enxergar sua reflexão carcerária como se fosse muito mais acabada do que ela realmente é, desprezando o caráter provisório e incompleto *reconhecido pelo próprio Gramsci.*

Quanto a isso, Álvaro Bianchi chama a atenção para que o marxista sardo foi, ele próprio, cuidadoso a respeito de suas notas carcerárias, tendo feito, em três ocasiões (nos Cadernos 04, 08 e 11, respectivamente no início de 1930, no fim desse ano e em 1932), referência a sua provisoriedade e incompletude. Nesse sentido, Bianchi traz ao conhecimento do leitor três passagens de Gramsci que compõem os cadernos:

> Recordar em geral que todas estas notas são provisórias e escritas ao correr da pluma: elas devem ser revistas e controladas minuciosamente porque certamente contêm inexatidões, anacronismos, falsas aproximações etc., que não implicam danos, porque as notas têm apenas a missão de

> rápido pró-memória. (GRAMSCI, *apud* BIANCHI, 2008, p. 33).
> 1º Caráter provisório – de pró-memória – de tais notas e apontamentos; 2º Delas poderão resultar ensaios independentes, não um trabalho orgânico de conjunto; 3º Ainda não pode haver uma distinção entre a parte principal e aquela secundária da exposição, entre aquela que seria o "texto" e aquilo que deveriam ser as "notas"; 4º Trata-se frequentemente de afirmações não controladas, que poderiam ser denominadas de "primeira aproximação": algumas delas poderão ser abandonadas nas pesquisas ulteriores e talvez a afirmação oposta pudesse demonstrar-se a exata; [...] (GRAMSCI, *apud* BIANCHI, 2008, p. 33).
> As notas contidas neste caderno, como nos demais, foram escritas ao correr da pluma, para um rápido pró-memória. Elas devem ser completamente revistas e controladas minuciosamente porque contêm certamente inexatidões, falsas aproximações, anacronismos. Escritas sem ter presentes os livros a que se referem, é possível que após o controle devam ser radicalmente corrigidas porque exatamente o contrário do que se afirma resulte ser o verdadeiro. (GRAMSCI, *apud* BIANCHI, 2008, p. 34).

Certamente esse caráter provisório e incompleto é o que está na base da fragmentariedade da reflexão carcerária gramsciana, o que exige cuidado especial na hora de interpretar seu pensamento buscando reconstituir sua concepção de mundo unitária e coerente. Isso ajuda a explicar a existência de, por assim dizer, "muitos Gramscis" – dentre os quais o Gramsci de Coutinho –, e o fato, assinalado por Marco Aurélio Nogueira, de que "quase todos os tipos de malabarismo teórico foram com ele justificados, especialmente nos ambientes de esquerda, nos setores da oposição democrática e da Universidade" (NOGUEIRA, *apud* SIMIONATTO, 2004, p. 102).

A segunda coisa que queria mostrar ao resgatar aquela efervescência cultural em torno do pensamento de Gramsci é esta: não foi a publicação de *A democracia como valor universal* ou de qualquer outro texto coutiniano que provocou que a esquerda passasse a defender muitas das ideias expressas naquele texto. Tratou-se, antes, do contrário: a necessidade posta pelo próprio movimento do real de se ter uma política de esquerda que diferenciasse socialistas e comunistas de liberais e conservadores no processo intrincado, socialmente abrangente e que envolveu vastas e várias alianças políticas, de *luta pelo socialismo em contexto de luta por democratização política* no Brasil e na América Latina em fins de ditadura, ao mesmo tempo em que se tornava cada vez

mais patente *a crise em que se haviam metido os regimes do Leste* – que se manifestava através do clamor por reformas, mas que revelaria em breve seu caráter terminal –, *colocou ao conjunto da militância socialista e comunista* (estivesse ela na universidade, em partidos, na Igreja, em movimento camponês: estivesse ela onde estivesse), e, dentro dela, aos intelectuais em especial (por sua capacidade superior de combinar no plano do pensamento as demandas historicamente postas pelo real às exigências logicamente postas pela teoria produzindo uma síntese superior, unitária e coerente, capaz de expressar uma concepção de mundo que não apenas ajude a explicar e compreender o real, mas possa ser instrumentalizada para a intervenção política sobre ele), *a tarefa histórica de formular novas respostas políticas baseadas sobre uma nova interpretação do real.*

E acontece que, no campo do marxismo, dentre esses intelectuais Coutinho atingiu alto nível de efetividade, garantida pela unidade e coerência obtidas através da elevação daquilo que aparecia, no momento em questão, como uma tática muito acertada – a defesa da democratização como caminho para o socialismo em um contexto em que, inclusive (e talvez principalmente) para os socialistas, a luta pela democracia política se punha na ordem do dia – a muito mais que isso: alçou a democracia, em um momento em que a necessidade tática de lutar por ela aparecia com força de evidência inquestionável, a estratégia e princípio permanente (chegando a afirmar, com Berlinguer, seu valor universal) para os lutadores socialistas e comunistas verdadeiramente comprometidos com a emancipação humana, donde decorre a estrategização da tática das lutas democráticas, já estudada no presente trabalho. Tais unidade e coerência – garantidas pela trajetória de um homem que já havia escrito dois livros em que buscava aproximar marxismo e humanismo, considerando o primeiro o legítimo herdeiro do segundo, e, portanto, dos valores da igualdade, da democracia, da Razão – combinaram-se à autoridade que Coutinho já possuía enquanto principal tradutor da obra gramsciana no Brasil e enquanto autor dos artigos de Guilherme Marques e Josimar Teixeira publicados no *Voz Operária* e na revista teórica *Études Brésiliennes* (já examinados no presente trabalho e que eram, segundo Ricardo ANTUNES, 2013, p. 28, "bastante disputados" pelos jovens socialistas "cada vez que chegavam do exterior").

Foi essa forte combinação entre grande autoridade intelectual, acerto político-tático e unidade e coerência teóricas que se expressou na "imensa repercussão política" (NETTO, 2012, p. 71) do artigo *A*

democracia como valor universal[233], garantindo seu efeito explosivo e duradouro, *inclusive sobre o autor* – atado, pelo resto da vida, às concepções ali expressas. Se isso, por um lado, pode ter contribuído para protege-lo da deriva transformista na qual mergulhou o partido em que escolheu militar no fim dos anos 1980 (Coutinho se manteve sempre no campo do marxismo, reivindicando o socialismo e a defesa dos direitos das classes trabalhadoras, e rompeu com o PT justamente quando aquele partido, no governo, começou a *retirar* direitos que anteriormente ajudara a conquistar, tendo participado, com Milton Temer e Leandro Konder, da fundação do PSoL entre 2003 e 2004), por outro lado cobrou dele, por sua notável coerência teórica e pela invulgar força do texto que escreveu – a força singular de um texto certo no momento certo –, o tributo da adesão, com o tempo e o desenvolvimento de seus estudos, mas, principalmente, com o movimento do real pondo a metamorfose dos aparelhos e o refluxo da consciência do proletariado, a um conjunto de posições contratualistas e liberais que já começamos a examinar.

Essa constatação conduz ao estudo dos desenvolvimentos da referida adesão, que avançou ao longo dos anos 1980 e, especialmente, dos 1990.

[233] João Machado Borges Neto, um dos principais dirigentes petistas nos anos 1980, membro da Executiva Nacional do partido, matizou o impacto de *A democracia como valor universal* em entrevista concedida a mim em 21 de agosto de 2013. O revolucionário mineiro afirmou que o texto não impactou tão fortemente os petistas nos anos 1980 porque eles tinham o (mau) hábito de serem muito autocentrados, de se lerem muito uns aos outros, discutindo principalmente entre si e não dando muita atenção ao que vinha de outros partidos da esquerda, como (talvez especialmente) o PCB. Lembro ao leitor que quando da escrita e publicação daquele texto, Coutinho era militante do chamado partidão. Essa matização reforça o cuidado que devemos ter em *não superestimar o papel individual de Coutinho* na difusão do debate democrático sobre a esquerda brasileira no período.

09c. A democracia como regime que avança: positividade do Estado e dos direitos entre marxismo e liberalismo político [234]

Iniciemos recapitulando a recuperação coutiniana de Rousseau:

> O grande mérito de Rousseau, no que se refere à construção de uma teoria democrática, é precisamente o de ter colocado com justeza essa problemática decisiva: a democracia implica a gestação de uma vontade geral, o que pressupõe um consenso – expresso em um contrato – tanto sobre conteúdos como sobre procedimentos. (COUTINHO, [1996] 2011a1, p.36).

Vimos anteriormente que, para o que chamei de *o Gramsci de Coutinho* (ou seja, para a interpretação do pensamento gramsciano que o marxista baiano passou a sustentar a partir da virada aos anos 1980, que se complexificou com a introdução de elementos do pensamento rousseauniano a partir de estudos realizados no âmbito do doutoramento não concluído no IUPERJ na primeira metade daquela década), a disputa política legítima, nas sociedades ocidentais, parte de um consenso prévio plasmado num contrato, e, portanto, se joga conforme regras do jogo pré-definidas e que não podem ser quebradas por nenhum dos contendores. A existência dessas regras, que são fruto de consenso anterior decorrente de lutas e vitórias das classes trabalhadoras, é um pré-requisito para a formação de uma nova "vontade geral" – considerada, como vimos, a equivalente rousseauniana à "vontade coletiva nacional-popular" gramsciana – que se expressaria atualmente na democracia vigente nos países ou sociedades ocidentais, e que deveria ser estendida, aprofundada e tensionada rumo à confecção do novo contrato socialista.

O desenvolvimento dessas concepções no pensamento coutiniano colocou, naturalmente, a seguinte pergunta: que regras consensuais são essas, afinal? E, diretamente relacionadas a essa, estas: qual o conteúdo do contrato atualmente em vigor? Que direitos são estes que, para que se mantenha vigendo o consenso em torno da cidadania, devem ser respeitados e não podem ser violados por nenhuma das classes em luta?

Expor a resposta que Coutinho encontrou para tais perguntas exige abordar a relação entre o pensamento coutiniano e o pensamento

---

[234] Tomei a liberdade de reproduzir, no título desta seção, aquele de um artigo escrito por Coutinho como parte de sua polêmica contra o importante intelectual liberal – e seu amigo – José Guilherme Merquior. O referido artigo, *A democracia como regime que avança*, pode ser encontrado em COUTINHO, 1981a.

político liberal, na medida em que o próprio uso dos termos "regras do jogo", "pluralismo" e "alternância de poder", arrolados em passagem citada na seção anterior, indica a apropriação, por parte do autor, de certas categorias provenientes do liberalismo político. Se é certo que algumas dessas categorias usualmente transbordam para o pensamento de autores marxistas, isso, por si só, não apaga sua origem e nem resolve o espinhoso problema da integração entre categorias provenientes de sistemas conceituais que expressam duas distintas visões de mundo unitárias e coerentes vinculadas às duas classes sociais fundamentais antagônicas no modo de produção capitalista, burguesia e proletariado.

A referida abordagem será feita respeitando-se o tratamento imanente do pensamento coutiniano que vem sendo adotado no presente trabalho, já que tal tratamento expressa a posição, que considero correta, quanto à relação de não-identidade entre um autor e os que o influenciaram, assim como a exigência de que uma boa interpretação encontre e exponha a unidade e a coerência *próprias ao pensamento do autor estudado*, bem como seu movimento. No caso de Coutinho, a unidade e a coerência próprias a seu pensamento são garantidas justamente pelo fato de que, ao se defrontar com os problemas de ordem teórica decorrentes da incompatibilidade entre, de um lado, sua adesão a um caminho democrático, definido de antemão, ao socialismo, e, de outro lado, a teoria social fundada sobre a crítica da economia política (e, vale lembrar, crítica também do pensamento social burguês como um todo, aí compreendidos liberalismo e contratualismo) marxiana, o *marxista* baiano não recuou: buscou compatibilizar ao marxismo as posições de autores exteriores a essa concepção de mundo – e que tinham, eles próprios, outras concepções de mundo unitárias e coerentes –, produzindo um pensamento original pautado pelo sentido aberto da ortodoxia coutiniana que já estudamos anteriormente, em que se buscou a manutenção do método, o materialismo histórico, aliada à incorporação de contribuições advindas de outras correntes de pensamento.

Assim, o que devemos agora examinar é quais eram, *para Coutinho*, as regras do jogo que fundariam a legitimidade da disputa política nas sociedades ocidentais – e, assim, a legitimidade de uma sociedade socialista que viesse a ser construída a partir da vitória, em tal disputa, do bloco social e político organizado em torno do proletariado –, quais os direitos que, enquanto viger o contrato atualmente em curso, devem ser garantidos a *todos* (e que, a partir da definição daquelas regras, nenhuma das classes em luta deve ter o direito de violar), e qual a base material que se reproduziu nesse tipo de

posição, reforçando-a do ponto de vista da aparente correspondência entre o real e as propostas políticas que se faziam visando a incidir sobre ele.

Coutinho parte de um diálogo com a definição das regras do jogo tal como ocorre no pensamento liberal, e que pode ser bem exemplificada por um dos mais importantes filósofos políticos da segunda metade do século XX, o liberal-democrata italiano Norberto Bobbio. Esse pensador, que considera tais regras como "procedimentos universais" (BOBBIO *et al.*, [1983] 1997, p. 327), as relaciona a uma

> definição mínima de democracia, segundo a qual por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados. (BOBBIO, [1984] 1997, p. 12).

O marxista baiano, apesar de aceitar tal definição como um *patamar formal mínimo* do qual se pode partir, recusa enfaticamente a restrição da democracia a tal dimensão. Ele rejeita a ideia de que a democracia seja encarada de modo meramente formal, contrapondo a tal ideia a seguinte definição:

> [...] democracia é sinônimo de soberania popular. Ou seja: podemos defini-la como a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social. [...] A democracia pode ser sumariamente definida como a mais exitosa tentativa até hoje inventada de superar a alienação na esfera política. (COUTINHO, [1994] 2008b$_2$, p. 50).

Ou ainda:

> Não basta estatuir regras do jogo. Temos aqui, certamente, uma condição necessária, mas que está longe de ser suficiente para que exista efetivamente uma democracia. Para isso, é preciso, por um lado, que tais regras sejam efetivamente democráticas, ou seja, que contemplem a presença não só de formas de representação, mas também de institutos de democracia direta, participativa; e, por outro, que existam também as condições jurídicas e econômico-sociais para que tais regras sejam efetivamente cumpridas. Temos então que a definição minimalista de democracia é uma mera ideologia, cujo objetivo

> principal é esvaziar a democracia do caráter subversivo e anticapitalista que, tanto teórica quanto praticamente, caracterizou-a desde sua origem. (COUTINHO, [2001-2002] 2006a[1], p. 27).

Assim, para Coutinho, a vigência das regras do jogo democrático exige o cumprimento não apenas das condições *institucionais*, mas também das *sociais*, e a recusa enfática da restrição da democracia a sua dimensão procedimental relaciona-se à definição de *direitos* que devem estar assegurados juntamente com os procedimentos políticos consensuais. Entretanto, isso não significa a recusa da dimensão institucional: sua recusa se refere à *restrição* da democracia ao campo procedimental, mas não à *existência* de tal dimensão e ao *respeito* aos procedimentos estabelecidos. Coutinho avaliava que o respeito às regras do jogo democrático *também passava pelo respeito aos procedimentos democrático-formais*, que faziam parte dos mecanismos necessários para assegurar os direitos fundamentais que deveriam ser resguardados em qualquer situação, inclusive na luta pela superação da sociabilidade capitalista (COUTINHO, [1992] 2008b[1], pp. 20-38).

Essa avaliação não é exclusividade do marxista baiano, sendo compartilhada, ao longo das últimas décadas, por parte importante dos pensadores vinculados à tradição marxista, e merece consideração cuidadosa. Se, por um lado, já vimos que a visão de democracia de Coutinho não se identifica à interpretação meramente procedimental a que se aferra o pensamento liberal, ele, por outro lado, a assimila como um momento da sua – considerando-a *necessária, ainda que não suficiente.*

Tal assimilação se combina à sua defesa da necessidade de garantias sociais aos cidadãos (ou seja, de uma democracia que, para além de meramente política, deve também ser uma democracia social), o que se manifesta em seu compromisso explícito com a defesa dos direitos entendidos como base dos procedimentos típicos da democracia formal vigente nas sociedades ocidentais. Essa defesa passa, em Coutinho, pela assimilação da tipologia classicamente estabelecida por Marshall expressa na divisão das componentes da cidadania entre direitos civis, políticos e sociais (que pode ser encontrada em MARSHALL, [1949-50] 1967, cap. 3 – pp.57-114).

A referida assimilação é anunciada por Coutinho, por exemplo, nesta passagem:

> [...] penso que o sociólogo britânico T. H. Marshall deu uma importante contribuição para a compreensão da dimensão histórica da cidadania quando – no seu famoso ensaio sobre

> "Cidadania e Classe Social" – definiu três níveis de direitos de cidadania e, baseando-se na história da Grã-Bretanha, traçou uma ordem cronológica para o surgimento de tais direitos no mundo moderno, descrevendo um processo que se inicia com a obtenção dos direitos civis, passa pelos direitos políticos e chega finalmente aos direitos sociais. É indiscutível que essa ordem cronológica, do modo "clássico" como Marshall a descreve, não se reproduziu do mesmo modo em um grande número de países, entre os quais o Brasil. Mas também me parece indiscutível que Marshall [...] tem o mérito de não só ter indicado essas três determinações "modernas" da cidadania (civil, política e social), mas também de ter insistido na dimensão histórico-processual tanto do conceito quanto da prática da cidadania no mundo moderno. (COUTINHO, [1994] 2008b[2], pp. 55-6).

Cabe aqui uma observação antes de prosseguirmos. Marshall estabeleceu sua tipologia a partir do estudo da história da Inglaterra entre os séculos XVIII e XX, e considerava que a discriminação das três sortes de direito de que falava se deu ditada "mais pela história do que pela lógica" (MARSHALL, [1949-50] 1967, p. 63). Para Coutinho, entretanto, a *ordem* enunciada pelo sociólogo britânico, na qual tais direitos teriam se sucedido historicamente na Inglaterra, é considerada elemento de menor importância: ele está interessado na discriminação das facetas modernas da cidadania (civil, política, social) e em sua progressividade lógica, ambos aspectos presentes no pensamento do autor britânico e que Coutinho considera separáveis da história concreta através da qual o fenômeno se manifestou no Reino Unido, interpretada, portanto, como uma contingência.

É a partir da assimilação do conteúdo marshalliano da cidadania moderna que Coutinho delimita *quais são os direitos* que devem ser respeitados por todas as forças na luta social – aqueles direitos que devem ser garantidos a todos.

Nesse sentido, vejamos como Coutinho reivindica a defesa dos *direitos civis*:

> A afirmação dos direitos civis [...] implicava uma *limitação* do poder do Estado. São direitos do indivíduo *contra* o Estado, isto é, são direitos de que os homens desfrutam em sua vida privada, a qual deve ser protegida contra a intervenção abusiva do governo.
> [...] a cidadania plena – que, como mostrarei adiante, parece-me incompatível com o capitalismo – *certamente incorpora os direitos civis* [...] mas não se limita a eles [grifo meu].
> Foi neste sentido que Marx criticou os chamados "direitos do

> homem" [...]: os direitos civis – os direitos do indivíduo privado – não são *suficientes* para realizar a *cidadania plena, que ele chamava de "emancipação humana"* [grifo meu], mas são certamente *necessários*. (COUTINHO, [1994] 2008b$_2$, pp. 57-59 – grifos meus onde assinalado).

Quanto aos *direitos políticos*, Coutinho os define nesta passagem:

> [...] não há cidadania plena (ou, o que é o mesmo, não há democracia) sem o que Marshall chamou de "direitos políticos", isto é, sem a retomada daquela dimensão da democracia que era própria dos gregos. [...] E quais são esses direitos? Além do direito de votar e ser votado [direito universal ao sufrágio – V.N.], que é um dos principais meios de assegurar a participação na tomada de decisões que envolvem o conjunto da sociedade, temos ainda – precisamente como condição para que essa participação se torne efetiva – o direito de associação e de organização. (COUTINHO, [1994] 2008b$_2$, p. 59).

Note-se que, nas passagens anteriores, aparecem como *equivalentes* as noções de "cidadania plena", "emancipação humana" e "democracia". Tal posição é evidentemente incompatível com uma definição meramente procedimental de democracia – por isso a afirmação da necessidade da "retomada daquela dimensão da democracia que era própria dos gregos" –, e isso se deve ao fato de que Coutinho não se restringia à afirmação dos direitos civis e políticos como parte constituinte do patrimônio legal a ser respeitado no âmbito do contrato estabelecido entre as classes em luta.

Ele incluía, como componente ineliminável da cidadania moderna, e, com ela, do contrato atualmente vigente nas sociedades ocidentais, os *direitos sociais*:

> Finalmente, mas não em último lugar, há um terceiro e decisivo nível dos direitos de cidadania, precisamente o que Marshall chamou de "direitos sociais" [...]. Esse nível da cidadania [...] só foi assumido como momento do direito positivo [...] no século XX. Os direitos sociais são os que permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade. (Esse mínimo, seguindo o que Marx já havia estabelecido em relação ao salário, não deve ser concebido apenas com base em parâmetros naturais, biológicos, mas deve ser definido sobretudo historicamente, como resultado das lutas sociais). (COUTINHO, [1994] 2008b$_2$, p.63).

Apresentada dessa forma a *cidadania moderna*, Coutinho sustenta a importância de que ela não se restrinja à dimensão legal-positiva, mas que tenha permanentemente reatualizada sua dimensão de *fruto da luta das classes trabalhadoras*. Uma vez que tais direitos já estejam reconhecidos legalmente, tratar-se-á, então, da luta por sua efetivação, sua extensão e seu aprofundamento, como fica claro nesta passagem:

> [tal] como no caso dos direitos civis e políticos, mas de modo ainda mais intenso, o que se coloca como tarefa fundamental no que se refere aos direitos sociais não é o simples reconhecimento legal-positivo dos mesmos, *mas a luta para torna-los efetivos.* [...] Mas, embora a conversão desses direitos sociais em direitos positivos não garanta *sua plena materialização*, é muito importante assegurar seu reconhecimento legal, já que isso facilita a luta para torna-los efetivamente um dever do Estado. (COUTINHO, [1994] 2008b[2], pp.64-5 – grifo meu).

Vê-se que Coutinho propõe o compromisso do campo organizado em torno da classe operária (as forças populares ou classes subalternas organizadas em torno da classe nacional) com a *manutenção dessas três modalidades de direitos, assim como o engajamento na luta por sua efetivação*, entendida como a combinação entre sua extensão e seu aprofundamento rumo à sua plena materialização. Ou seja: o "campo popular", em sua luta pelo socialismo, não pode romper com os direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos e deve, pelo contrário, lutar por sua plena efetivação, que, portanto, é considerada como *ainda não atingida*, mesmo nas sociedades ocidentais onde tais direitos já vigem.

Lembremo-nos aqui da posição do eurocomunista José María Laso, apresentada na seção anterior: a classe operária *deve assumir como se fossem conquistas suas* as liberdades *de origem burguesa*, lutando para aprofundar a democracia para que se chegue ao socialismo (LASO, 1978, p. 60). Compreender esse raciocínio – togliattiano na origem, retomado pelos eurocomunistas e por Coutinho – é simplesmente indispensável para se compreender a posição coutiniana de que a transição ao socialismo tem que ser resultado da vitória na luta que ocorre nos marcos de um *acordo*, de um *consenso*, de um *contrato* cidadão cujo conteúdo deve ser *aprofundado e estendido* levando a um *novo acordo*, a um *novo consenso*, a um *novo contrato* socialista.

Como temos visto, o conteúdo da cidadania moderna constitui, para Coutinho (na medida em que ele não o restringe às regras procedimentais afirmadas pelo pensamento liberal, ainda que as

reconheça como válidas), um ponto de partida necessário e em relação ao qual não se pode retroceder. Mas há, aqui, mais: ele constitui, também, *uma ponte rumo ao socialismo* na medida em que, *se for aprofundado mais que certo limite, chocar-se-á contra o capitalismo.* Nesse sentido, para Coutinho, a própria luta pelo aprofundamento dos direitos componentes da cidadania moderna deve, a partir de certo ponto, conduzir ao socialismo.

Não se trata, como já vimos em outro ponto, apenas da *possibilidade* de que a luta pela ampliação dos direitos e rumo a uma efetivação da cidadania plena contribua no processo de acumulação de forças rumo à superação do capitalismo. Trata-se também da *necessidade* de que isso aconteça, e é essa necessidade que é expressa na afirmação coutiniana de que "a universalização da cidadania é, em última instância, incompatível com a existência de uma sociedade de classes" (COUTINHO, [1994] 2008b$_2$, p.69). Tal combinação entre possibilidade e necessidade produz o resultado de que "a ampliação da cidadania – esse processo progressivo e permanente de construção dos direitos democráticos que atravessa a modernidade – termina por se chocar com a lógica do capital" (COUTINHO, [1994] 2008b$_2$, p.69).

A ideia tem, de um ponto de vista lógico, uma base simples e coerente. Ela pode ser expressa no seguinte silogismo: se os direitos sociais, conquistados ainda sob o capitalismo, significam um deslocamento na distribuição da riqueza socialmente produzida em direção às classes subalternas, e, portanto, tendem a diminuir a desigualdade social (e, logo, a acentuar a igualdade social) na medida em que se aprofundem e universalizem; ora, se a tendência à igualdade social é contrária a um modo de produção fundado sobre a desigualdade, em que uns devem vender sua força de trabalho no mercado, enquanto outros reúnem as condições para compra-la e dela extrair mais-valia; então, o aprofundamento da cidadania (leia-se: dos direitos – especialmente, mas não unicamente, os sociais – componentes da cidadania moderna, aquela vigente nas sociedades ocidentais), na medida em que reforça a igualdade e mitiga a desigualdade, deve levar, a partir de certo ponto-limite, à implosão do modo de produção capitalista, ou pelo menos deve se chocar frontalmente contra ele!

É claro que se trata, uma vez mais, de uma *concepção algébrica* (já assinalada e definida, no tocante à relação entre coerção/sociedade política e consenso/sociedade civil, em seção anterior) de uma relação social, como essa entre igualdade e desigualdade, que deixa de lado os elementos fundamentais da crítica da economia política marxiana – que mostrou que o modo de produção capitalista produz *ao mesmo tempo* desigualdade e igualdade, sendo necessária a análise histórico-concreta

amparada sobre o instrumental heurístico daquela teoria social para desvelar seu movimento profundo e não permanecer refém das aparências.

A mesma concepção algébrica estava na base da afirmação coutiniana, que expus longamente em outro momento, de que o deslocamento da forma absoluta de extração de mais-valia (MVA) pela predominância de sua forma relativa (MVR) produziria, nas sociedades ocidentais ou do chamado CME, a possibilidade de que o proletariado lutasse pelo socialismo de modo pacífico, sem "guerra civil". A ideia, que naquele momento mostrei que constituía uma das *principais* bases econômicas do pensamento coutiniano, era de que: por um lado, a predominância da MVR permitiria a redução da jornada de trabalho sem ferir os interesses capitalistas, o que garantiria o tempo livre necessário à materialização objetiva daquela "socialização da política" cuja existência e tendencial ampliação, que Coutinho jamais deixou de propalar no tocante às sociedades tidas como "ocidentais", levava ao fortalecimento da sociedade civil, e, portanto, dos instrumentos de luta dos subalternos; por outro lado, tal fortalecimento abriria a possibilidade de que o proletariado conquistasse, para si mesmo e para o conjunto dos setores sociais cujos interesses se antagonizavam aos do setor monopolista da burguesia, todo um conjunto de direitos sociais – que significariam, na prática, um deslocamento da renda nacional em direção aos setores subalternos obtido através da luta empreendida ainda no interior dos limites da legalidade burguesa – que galvanizaria mais e mais tal bloco social em torno do proletariado, dotando-o de uma legitimidade crescente para se apresentar como portador não apenas dos próprios interesses, mas dos interesses *de todos* (ou pelo menos da amplíssima maioria), o que permitiria progredir, através da implementação de um programa revolucionário de reformas sociais, rumo ao socialismo sem que o setor monopolista da burguesia reagisse (ou então, quando fosse reagir, já seria tarde, pois estaria completamente isolado pelo sucesso da política de reformas das classes trabalhadoras e pela autoridade granjeada pelo proletariado junto à ampla maioria da população).

Essas concepções algébricas, detectadas tanto no pensamento *político* quanto no pensamento *econômico* de Coutinho, dizem respeito, neste último, à relação entre igualdade e desigualdade (igualdade crescendo corresponderia a desigualdade diminuindo, e, no limite, tendencialmente, *progressivamente*, desaparecendo), e também à relação entre MVA e MVR (MVR crescendo corresponderia a MVA diminuindo e, no limite, tendencialmente, *progressivamente*, desaparecendo). Acontece que tais prognósticos não apenas não correspondem exatamente ao

acúmulo teórico a que se chegou com a crítica marxiana da economia política como, também, não resistem à apreciação *crítica* do movimento histórico tal como realmente se processou desde que o capitalismo se instalou planetariamente. Será necessário discutir, ainda que brevemente, cada um desses dois aspectos nas próximas páginas, para depois prosseguir no exame – e na crítica – da incorporação ao marxismo coutiniano de elementos liberais.

Iniciemos pela seguinte constatação: a origem dessas concepções algébricas nos pensamentos político e econômico coutinianos *reside, antes de mais, nas inversões e ocultamentos próprios à relação social de capital* – que seu pensamento apenas *reproduz* ao tomar tal relação de modo pouco crítico.

Essa relação social se expressa, no campo da distribuição da renda entre proletariado e burguesia, assim como naquele da disputa em torno de tal distribuição, fundamentalmente na relação *salarial*, apresentada por Marx como segue:

> A forma salário extingue [...] todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não-pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago. Na corveia distinguem-se especial e temporalmente, de modo perceptível para os sentidos, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra. No trabalho escravo, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas recebe o valor de seus próprios meios de subsistência, em que, portanto, realmente só trabalha para si mesmo, aparece como trabalho para seu dono. Todo seu trabalho aparece como trabalho não-pago. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não-pago aparece como trabalho pago. Ali a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; aqui a relação de dinheiro oculta o trabalho gratuito do assalariado.
>
> Compreende-se, assim, a importância decisiva da transformação do valor e do preço da força de trabalho na forma salário ou em valor e preço do próprio trabalho. Sob essa forma de manifestação, que *torna invisível a verdadeira relação e mostra justamente o contrário dela*, repousam todas as concepções jurídicas tanto do trabalhador como do capitalista, *todas as mistificações* próprias do modo de produção capitalista, *todas as suas ilusões* de liberdade, todas as pequenas mentiras apologéticas da Economia vulgar. (MARX, [1867] 1996, Livro I, seção VI, cap. XVII, p. 169 – grifos meus).

É justamente porque tal relação mostra, *quando tomada do ponto*

de vista individual e isolado, justamente *o contrário* do que se passa se a tomamos do ponto de vista da totalidade social, que Carcanholo e Sabadini já sustentaram com muita propriedade que a consideração daquele ponto de vista isolado (seja na óptica do empresário, seja na óptica do trabalhador) não é suficiente para se examinar a relação capital-trabalho, na medida em que permanece preso a aspectos mais aparentes do fenômeno e "no máximo, só mostra a essência parcialmente, não podendo mostra-la de maneira cabal" (2011, p. 135).

Acompanhemos por alto sua argumentação no tocante à exploração embutida na relação salarial, invisível (ou, no máximo, *parcialmente* visível) caso considerada do ponto de vista individual e isolado. Tal relação salarial se estabelece, tomada desse ponto de vista, a partir do momento em que o empresário "compra matérias-primas, matérias auxiliares, equipamentos, ferramentas" (CARCANHOLO e SABADINI, 2011, p. 133) e "contrata também o trabalhador e, vamos supor, paga ainda exatamente o valor da força de trabalho" . É possível distinguir, nessa consideração da relação enquanto fenômeno individual e isolado, dois ângulos de interpretação: o do empresário e o do trabalhador.

Do ângulo do empresário, "ele pagou todos os materiais pelo seu valor, vendeu a nova mercadoria pelo valor e, além disso, comprou a força de trabalho pagando exatamente o valor de sua reprodução" (CARCANHOLO e SABADINI, 2011, p. 134). Não há aí nada de errado: afinal, "se ele comprou a força de trabalho e pagou seu valor, tem direito de consumir seu valor de uso" , e

> se, durante esse consumo, produziu-se mais valor do que ele gastou, isso não significa exploração. Além disso, nessa relação de compra da força de trabalho, não houve nenhuma coação; o trabalhador foi livre para aceitar ou não a proposta do empresário; foi livre para assinar ou não o contrato de compra e venda da força de trabalho. (CARCANHOLO e SABADINI, 2011, p. 134).

Do ângulo do trabalhador, "também parece não ter havido exploração" (CARCANHOLO e SABADINI, 2011, p. 134), ou então, no máximo, ele "pode ter a noção de que ganha menos do que entrega para o patrão e, nesse caso, terá ideia da existência da exploração" , mas apenas uma *vaga* ideia, na medida em que

> ao receber o salario, ele tem a ideia de que a quantia de dinheiro recebida representa o pagamento pelas 8 horas de trabalho, que todo o seu trabalho foi pago. Aliás, o próprio

> empresário pensa da mesma maneira: o salário paga todo o trabalho do indivíduo contratado. Crê que seu lucro provém de sua competência ou sagacidade como empresário. (CARCANHOLO e SABADINI, 2011, p. 134).

Entretanto, quando não consideramos mais a relação entre *um* empresário e *um* trabalhador, mas sim *entre as classes burguesa e proletária como um todo* – modo de considerar o problema que Carcanholo e Sabadini (2011, pp. 135-137) chamam de *o ponto de vista da totalidade* –, a coisa se apresenta de outro modo. Em primeiro lugar, o dinheiro que o trabalhador recebe como salário "é simplesmente um título (um papel ou papéis) que lhe dá direito para comprar, para se apropriar de um conjunto limitado de bens" (p. 135). Em segundo lugar, quem produziu esse conjunto de bens que cada trabalhador comprará com seu salário foram os próprios trabalhadores . Em terceiro lugar, nesse momento de se apropriar do que foi produzido por eles mesmos, os trabalhadores, com o dinheiro que receberam, só podem se apropriar de *parte* do produto de *seu* trabalho . Em quarto lugar, quando os trabalhadores gastam *todo* o salário que receberam para comprar para si apenas *parte* do que eles mesmos produziram, eles compram essa parte dos... empresários!

> O dinheiro que saiu do bolso deles [dos empresários, para pagar aos trabalhadores – V.N.] volta para eles. Isso, no final das contas, significa que os empresários se apropriam da mais-valia *sem dar nada em troca*; só permitem que os trabalhadores se apropriem de parte de algo que já produziram.
> O fato de que os empresários pagam os salários com o dinheiro do próprio bolso é puramente aparencial. Não pagam nada! E, assim, a exploração é um fato indiscutível, não depende de quem observe a questão. (CARCANHOLO e SABADINI, 2011, p. 136).

Os autores chamam a atenção, assim, para a importância de que "*só o ponto de vista da totalidade e da reprodução* permite alcançar plenamente a essência da sociedade capitalista" (CARCANHOLO e SABADINI, 2011, pp. 136), já que ao observar-se a posição *particular* dos *indivíduos* no processo em questão enxerga-se apenas uma *parte* do fenômeno (sua *aparência*, que, apesar de real, é parcial) que *oculta* e *inverte* aqueles elementos que nos tornamos capazes de enxergar quando o estudamos como uma relação *entre classes*. Só assim torna-se possível mostrar que "a relação salarial (que produz mais-valia) é e não é *ao mesmo tempo* uma relação de exploração" .

Defino agora rapidamente, aproveitando quando possível o trabalho muito sintético, correto e claro dos autores que venho citando, as duas formas de mais-valia algebricamente tratadas por Coutinho (sem esquecer que, para Marx, não são as duas únicas formas de mais-valia[235]). Quanto à mais-valia absoluta, pode ser definida como a parte do excedente econômico, produzido e apropriado nos marcos da relação social de capital, obtida através da intensificação do processo de trabalho ou da extensão da jornada (MARX, [1867] 1996, seção III). Essa modalidade de extração do excedente encontra limites "de tipo físico ou fisiológico e mesmo social e até político" (CARCANHOLO e SABADINI, 2011, pp. 138) já que "as necessidades vitais, espirituais, sociais e inclusive reprodutivas dos trabalhadores" impõem barreiras à extensão indiscriminada da jornada ou à intensificação ilimitada do processo de trabalho, sendo que "a luta de classes e a correlação de forças em cada momento é um dos seus freios" .

Quanto à mais-valia relativa, pode ser definida como a parte do excedente econômico, produzido e apropriado nos marcos da relação social de capital, obtida através da elevação da capacidade produtiva do trabalho social nos setores que produzem direta ou indiretamente os bens que compõem a cesta de consumo do proletariado, *baixando assim o valor da força de trabalho* e, com ele, o tempo de trabalho necessário em relação ao tempo de trabalho excedente, o que aumenta, caso não se

---

[235] MARX fala, n*'O Capital* ([1867] 1996), também em *mais-valia extra*, apresentada por ele no Livro I, seção IV, cap. X (aquele dedicado ao *Conceito de mais-valia relativa* – especialmente vol. 01, pp. 433-435). CARCANHOLO e SABADINI resumem a exposição de Marx sobre o assunto, de cerca de três páginas e recheada de exemplos, em poucas linhas que vale a pena citar: "A ideia central [da mais-valia extra] reside no fato de que uma determinada empresa, após inovar tecnologicamente e reduzir a quantidade de trabalho para produzir cada unidade de mercadoria, consegue, na hora de vender, se apropriar de uma quantidade de mais-valia superior à das demais concorrentes. Assim, a empresa inovadora tem a possibilidade de obter uma taxa de lucro superior à média. A mais-valia extra, ao contrário da mais-valia relativa, deve ser compreendida, então, a partir da perspectiva individual da empresa e não do conjunto das mudanças tecnológicas feitas por todos os capitalistas. Nessas condições, a empresa que inova tecnologicamente possui, durante um período normalmente limitado de tempo, uma mais-valia maior, a mais-valia extra" (2011, p. 143). A temporalidade limitada da vigência da mais-valia extra é demonstrada pelo próprio MARX: "[...] aquela mais-valia extra desaparece tão logo se generaliza a nova maneira de produzir, pois com isso a diferença entre o valor individual das mercadorias produzidas mais baratas e seu valor social se desvanece. A mesma lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho, que se fez sentir ao capitalista com o novo método na forma de ter que vender sua mercadoria abaixo de seu valor social, impele seus competidores, como lei coercitiva da concorrência, a aplicar o novo modo de produção" (MARX, [1867] 1996, vol. 01, p. 435).

alterem as demais condições (como a duração e a intensidade do trabalho), a taxa de mais-valia (ou grau de exploração) e, com ela, a massa de mais-valia produzida por cada trabalhador e pela classe como um todo (MARX, [1867] 1996, seção IV). Nesse sentido, "uma redução no valor dos alimentos ou da vestimenta popular tem como resultado a mais-valia relativa" (CARCANHOLO e SABADINI, 2011, pp. 140), assim como o tem "a elevação da força produtiva do trabalho no setor que produz, por exemplo, chapas de aço ou combustíveis, pois esses produtos são componentes indispensáveis para a produção de bens que participam da cesta de consumo dos trabalhadores (por exemplo, ônibus para transporte)" . (Por outro lado, aumentos de produtividade na fabricação de iates ou de carros esportivos não resultam em MVR, já que tais produtos não entram na composição do valor da FT).

Já a partir dessa definição, cabem algumas críticas à álgebra do raciocínio econômico-político coutiniano. Primeira crítica: *nada exige* que o aumento da capacidade de extração de MVR, com o aumento generalizado da produtividade do trabalho social (atingindo os setores que levam ao rebaixamento do valor da FT), desemboque no suposto deslocamento da MVA pela MVR: isso só aconteceria se fosse possível decompor *algebricamente* a mais-valia em suas duas formas de manifestação. Acontece que tais formas constituem uma *unidade indissociável*, pois são apenas *duas formas de manifestação da mesma categoria*, a mais-valia. Um exemplo pode esclarecer: se, devido a aumentos de produtividade em setores destinados à produção de bens que farão parte da cesta de consumo dos trabalhadores, o valor da FT diminuísse o equivalente a 120 minutos de tempo de trabalho social, então para que fosse imaginável falar no "deslocamento da MVA pela MVR", a jornada de trabalho teria que, a princípio, diminuir o mesmo tempo, ou seja, duas horas. E teria que diminuir sucessivamente *a toda e cada vez que se verificassem tais aumentos de produtividade*, mantendo-se a taxa de mais-valia sempre constante, mas sendo "substituída" a MVA pela MVR.

O erro em tal raciocínio é o seguinte: *ele considera, implicitamente, que cada aumento de produtividade redundará automaticamente em diminuição da jornada trabalhada*, o que supõe um permanentemente elevado nível de consciência de classe traduzido em capacidade de luta e mobilização inabaláveis – ou então a amabilidade burguesa de fazer os cálculos e transformar automaticamente os aumentos de produtividade em reduções da jornada – que não se verificaram historicamente. Na verdade, a partir do momento em que se chegou àquela importante vitória, *em certas partes do mundo e para certos setores da classe*, da fixação da jornada de trabalho em 8h

diárias, fixou-se também uma disputa, que tem lugar até hoje, em que os capitalistas fazem de tudo para aumentar essa duração, tendo nas últimas décadas, *no mundo todo*, levado vantagem através de diversas medidas de desregulamentação, estratégias de recomposição da classe e introdução, inclusive nos países centrais, de setores desprotegidos ou desprovidos dos direitos trabalhistas mais elementares etc. – isso para não falar do *massivo* contingente da classe, espalhado ao redor do globo, para o qual *nunca* foi possível falar, até hoje, em fixação da jornada e coisas que tais.

O furo no raciocínio algébrico coutiniano é que, por mais bem intencionado que seja, ele *oculta* que se, por um lado, o aumento da MVR *possibilita* que se extraia a mesma quantidade de mais-valia numa jornada menor, ele também possibilita, por outro lado, *que se extraia uma quantidade maior de mais-valia mantendo-se a mesma jornada*. Assim, a não ser que os trabalhadores tenham a capacidade de *forçar, através da luta*, os capitalistas a baixarem constante e reiteradamente suas jornadas de trabalho, esse fenômeno não se dará – e isso por uma razão simples, a saber, de que aos capitalistas interessa, sempre (como decorrência da dinâmica de acumulação do capital, marcada pela *concorrência* entre capitalistas), extrair *o máximo possível de excedente*, independente de sob que modalidade ele seja produzido.

É por isso que Carcanholo e Sabadini chamam a atenção, a partir de Marx, para o fato de que se não se quiser incorrer em erros não se deve, jamais, perder de vista que, *malgrado as diferenças na forma de manifestação da mais-valia* – que se relacionam, inclusive, com o caráter mais ou menos mediado como ela se dá a conhecer em cada uma de suas formas, decorrente, por exemplo, do fato de que enquanto o aumento de mais-valia absoluta pode resultar "da ação de um empresário na sua própria empresa" (CARCANHOLO e SABADINI, 2011, p. 140), a mais-valia relativa é, por sua vez, "criada pelo conjunto dos capitalistas, sem ser percebida diretamente por cada um deles; e por isso ela se refere à essência" (p. 144) –, *trata-se de uma só categoria*. Ela deve ser, portanto, compreendida "como um todo" (p. 145), enquanto uma *unidade indissociável*, através da consideração de cada uma de suas formas de manifestação em articulação com as outras.

Os autores dão um bom exemplo desse tratamento nesta passagem:

> [...] o fato de a tecnologia [materializada no aumento da produtividade do trabalho que, como vimos, pode, através da diminuição do valor da força de trabalho, e não da criação de valor suplementar, gerar mais-valia relativa – V.N.] não gerar

> riqueza capitalista (valor) não significa dizer que ela não traz consequências negativas para o trabalhador. Ao contrário. Normalmente, ela vem acompanhada da *intensificação do trabalho,* [...] o que, como vimos, constitui mais-valia absoluta. E temos cada vez mais presenciado esse processo no capitalismo contemporâneo. (CARCANHOLO e SABADINI, 2011, p. 145).

Segunda crítica: tomando agora uma dimensão mais político-cultural do problema, *mesmo quando se reduz a jornada, não há nada que garanta que o tempo livre ganho pelo proletariado materializar-se-á em organização para a luta política, e menos ainda que tal organização, quando se der, esteja comprometida com a eversão das relações sociais de capital*, o que infirma o mito coutiniano de que uma crescente socialização da política no capitalismo seja o caminho para a socialização do poder político no socialismo.

Ironicamente, *é o próprio Coutinho*, quando mais jovem e menos otimista quanto ao caráter progressivo do desenvolvimento capitalista, quem fornece importante chave analítica para uma das dimensões fundamentais desse problema. Passo, portanto, a palavra a ele – para que o jovem Coutinho aponte ao Coutinho maduro um limite nada desprezível no tocante à politização das classes trabalhadoras, supostamente decorrente do desenvolvimento capitalista:

> [...] o aumento do consumo privado, por meio da criação de necessidades artificiais [...] só pode ser [levado] à prática quando satisfeitas duas condições: primeiro, o desenvolvimento tecnológico que [...] garante, ao mesmo tempo, um aumento do lucro *e um aumento da possibilidade de consumir*; e, segundo, o desenvolvimento de um aparato que *manipule os desejos* do consumidor, tornando efetiva aquela possibilidade de consumir mesmo diante de produtos que o indivíduo não necessita de um ponto de vista racional. [...]
>
> [...] *Com a ampliação da produtividade tecnológica, tornou-se uma possibilidade concreta a diminuição da jornada de trabalho, a liberação do homem para uma atividade criadora e autônoma. Mas essa possibilidade, bloqueada pelos mecanismos do capitalismo [...], não pode converter-se em realidade*, pois o objetivo real da manipulação consiste em transformar esse "tempo livre", esse lazer ampliado, em "tempo de consumo". Com isso, o "tempo livre" (que, apesar de sua exiguidade, pertencia outrora ao indivíduo) transforma-se em "tempo manipulado". O capitalismo da livre concorrência transformou o homem produtivo num autômato passivo; *o capitalismo*

> *monopolista [...] generaliza essa passividade também à esfera do lazer [do "tempo livre"]*. (COUTINHO, [1972] 2010a, pp. 69-70 – grifos meus).

A importante influência sobre Coutinho, no livro que vem de ser citado, do pensamento frankfurtiano – e, filtrada por ele, da crítica weberiana ao processo de crescente racionalização das diversas esferas da vida moderna –, tendo-o conduzido a uma dura crítica do que ele chama de "capitalismo de consumo" ou "capitalismo manipulado", o ajudou a compreender muito bem algo que posteriormente deixou de lado: que o chamado "tempo livre" das classes trabalhadoras não é necessariamente aplicado em organizar-se politicamente, tendendo a, no mais das vezes – e isso se relaciona, até certo ponto, aos mecanismos de manipulação generalizada que a sociedade burguesa foi capaz de constituir ao longo do século XX, mas também ao próprio processo de individuação que tem como uma de suas expressões a relação contratual moderna –, esvaecer-se em atividades que nada têm de "socialização da política". Muito pelo contrário: tais processos vêm elevando a níveis nunca antes experimentados pela humanidade uma brutal *privatização da esfera da cultura*, que tem sérios rebatimentos no campo político na medida em que *dificulta a organização do proletariado e das demais classes trabalhadoras enquanto sujeitos coletivos*, pré-condição para o movimento da consciência proletária de formas menos avançadas para o momento ético-político marcado pelo compromisso com a única socialização da política digna desse nome: a socialização do poder político, parte do processo de eversão da divisão da sociedade em classes sociais no movimento rumo à constituição da emancipação humana do jugo do capital.

Há ainda uma terceira crítica que põe em xeque a avaliação positiva coutiniana da socialização da política entendida como decorrência da socialização da produção ou das forças produtivas. É que os termos "socialização das forças produtivas" e "socialização da produção" designam, no pensamento coutiniano – como vimos na Parte II, capítulo 04, item "b" –, o mesmo fenômeno: a socialização do processo produtivo característica do capitalismo. Tal confusão terminológica cria problemas nada negligenciáveis do ponto de vista de uma interpretação marxista da realidade, já que a socialização das forças produtivas é fenômeno essencialmente distinto – e mesmo antagônico – à socialização do processo produtivo pelo capital.

A socialização das forças produtivas decorre da eversão das relações sociais de propriedade características da sociedade burguesa (em uma palavra: da *expropriação* dos capitalistas), constituindo

elemento fundante, no plano econômico, do socialismo. A socialização da produção ou do processo produtivo é característica típica do capitalismo e está associada aos movimentos de concentração e centralização da propriedade do capital.

Chamar pelo mesmo nome, como faz Coutinho, a base econômica *sobre a qual fundar o socialismo* e uma das principais determinações da base econômica *já existente no capitalismo* põe limites quanto à possibilidade de leitura crítica da sociabilidade burguesa, constituindo, por outro lado, um fundamento para a ideia da possibilidade de transição progressiva e consensual de um modo de produção ao outro. Acontece que ao se confundirem os dois processos sublima-se, por um passe de mágica lógico, a necessidade de ruptura no processo de transição socialista: afinal, se a "socialização da produção", que queremos no socialismo, já está ocorrendo sob o capitalismo, então é possível adiar longamente o problema da evicção das relações sociais fundamentais.

Essa ideia, defendida outras vezes ao longo da história do movimento operário, combina-se em Coutinho à afirmação de uma progressiva socialização da política (produto do próprio desenvolvimento capitalista), contribuindo para uma avaliação tendencialmente positiva do processo de desenvolvimento capitalista, que viria a estabelecer os pressupostos para a transição socialista.

Para que a gradual transformação do contrato cidadão no contrato socialista ocorra, já vimos que as classes trabalhadoras não podem quebrar as regras do jogo. Elas não podem, tampouco, fornecer pretextos para que a burguesia as quebre, devendo ser cautelosas e pesar cuidadosamente cada um de seus movimentos, evitando ceder a tentações golpistas e a manifestações eventuais de culturas autoritárias. Assim, "a democracia política não é um simples princípio tático: é um valor estratégico permanente" (COUTINHO, 1979c).

Não se deveria ter da *implosão* do capitalismo e da transição ao socialismo uma visão catastrófica, "não se deve conceber esse choque, essa contradição entre cidadania (ou democracia) e capitalismo" como algo "concentrado num único ponto ou momento" (COUTINHO, [1994] 2008b$_2$, p.68).

Também aqui, trata-se

> de uma contradição que se manifesta como um processo: processo no qual o capitalismo primeiro resiste, *depois é forçado a recuar e fazer concessões*, sem nunca deixar de tentar instrumentalizar a seu favor (ou mesmo suprimir, como atualmente ocorre) os direitos conquistados. Estamos diante de uma linha sinuosa, marcada por avanços e recuos, mas que

> tem tido até agora [...] *uma tendência predominante*: a da [...] *introdução cada vez maior de novas lógicas não-mercantis* na regulação da vida social (COUTINHO, [1994] 2008b$_2$, p.68 – grifos meus).

A afirmação dessa suposta tendência predominante de introdução cada vez maior de novas lógicas não-mercantis na regulação da vida social combinou-se à perfeição com a interpretação coutiniana do desenvolvimento capitalista, entendido como um "processo dinâmico e contraditório, *mas de certo modo constante*, de aprofundamento e universalização da cidadania" (COUTINHO, [1994] 2008b$_2$, p.69 – grifo meu), ou uma evolução que, apesar de contraditória e eivada de luta, produz constante e progressivamente a socialização da política relacionada, como já vimos, à crescente (e imparável) socialização da produção, resultando no desenvolvimento da sociedade civil etc. Esse raciocínio levou Coutinho a afirmar, como já vimos, que mesmo a ditadura empresarial-militar havia tido, contra a vontade de seus dirigentes, uma espécie de efeito colateral positivo na medida em que contribuiu para a socialização da política ao desenvolver o capitalismo.

Para o marxista baiano, malgrado a afirmação do caráter contraditório e da sinuosidade do movimento do capitalismo, *tem-se um sentido claro em seu desenvolvimento*: a "linha sinuosa", apesar dos "avanços e recuos", apresenta a "tendência predominante" de "introdução cada vez maior de novas lógicas não-mercantis na regulação da vida social" – raciocínio esse, aliás, muito coerente com tudo o que estudamos até aqui quanto a seu pensamento. Trata-se de uma interpretação tendencialmente positiva do desenvolvimento capitalista e do papel das lutas parciais: nela, onde se lê "recuo" leia-se, na verdade, percalço, e onde se lê "contradição" leia-se contratempo.

A constatação de tal progressividade reconduz à consideração do conteúdo dos direitos civis, políticos e sociais que deveriam ser, além de preservados, *progressivamente aprofundados e estendidos* para que avançássemos, como queria Coutinho, em direção ao socialismo. Tal conteúdo é também o daquela cidadania moderna cujo aprofundamento se choca contra o capitalismo, e por isso é hora de retornar ao já citado T.H. Marshall para, a seguir, examinarmos como o marxista baiano se apropria das ideias marshallianas e as desenvolve de modo peculiar.

O sociólogo britânico define os direitos civis, os políticos e os sociais, sucintamente, como segue:

> O elemento *civil* é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e a concluir contratos

> válidos e o direito à justiça. [...] Por elemento *político* se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. [...] O elemento *social* se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. (MARSHALL, [1949-50] 1967, cap. 03, pp.63-64 – grifos meus).

Vejamos como isso se refrata em Coutinho. Em primeiro lugar, o comunista itabunense assimila a defesa de todos esses direitos em seu projeto de transição gradual ao socialismo – afinal, eles são os direitos constitutivos da cidadania moderna, cujo aprofundamento chocar-se-á com o capitalismo e que não admite recuos. Em segundo lugar, deve-se precisar que, nele, essa defesa se dá combinada a certas precisões que a caracterizam e a diferenciam do pensamento puramente liberal.

Dentre tais precisões, talvez a mais importante seja a que ele afirma com relação à defesa marxista do direito civil (que ele sustenta que também deve ser concebido como um direito social) de *propriedade*.

Dado o nível bastante controverso de uma defesa como essa por parte de um pensador marxista, passo a palavra ao próprio Coutinho, certamente o indivíduo mais capacitado para defender a própria posição.

> O próprio direito de propriedade não é negado por Marx e pelos marxistas, mas sim requalificado: para que esse direito se torne efetivamente universal, *assegurando a todos a apropriação dos frutos do próprio trabalho*, a propriedade não pode ser privilégio de uns poucos, devendo ao contrário ser socializada e, desse modo, universalizada. (COUTINHO, [1994] 2008b[2], pp.58-59 – grifo meu).

Ou ainda:

> Vocês poderiam me perguntar: mas o comunismo será o fim do mercado, a estatização de todos os meios de produção? Não necessariamente. [...] Penso, ao contrário, numa ordem social pós-capitalista, socialista, mas *onde persistam algumas relações mercantis*. E onde também possa haver um *pluralismo de formas de propriedade*. Podem coexistir a propriedade estatal – em vários casos, ela é absolutamente necessária – com formas de propriedade cooperativada, autogeridas, e até mesmo com formas de propriedade privada, em alguns setores. O boteco da

> esquina não deve ser estatizado; até mesmo uma pequena empresa pode continuar sendo propriedade privada. (COUTINHO, [2000] 2006a[11], p.187 – grifo meu).

E também:

> Sempre digo, um pouco para chocar meus alunos, que *sou a favor do direito de propriedade*, um direito afirmado pelo liberalismo. Mas *este direito tem de ser universal*. [...] Para ser um direito universal, de todos, a propriedade tem de ser socializada. O socialismo pode, até nesse sentido, reivindicar um velho valor liberal. (COUTINHO, [2002] 2006a[8], p.135 – grifo meu).

Cabem aqui algumas observações.

Em primeiro lugar, a posição que Coutinho atribuiu a Marx na primeira das três passagens citadas é, na verdade, a posição do próprio Coutinho. Marx, em momento *maduro* de seu desenvolvimento intelectual – em sua última década de vida e com o livro I d'*O Capital* já publicado –, escreveu o seguinte sobre a ideia de *assegurar a todos o fruto de seu próprio trabalho*, atribuída por Coutinho a ele:

> "Fruto do trabalho" é uma noção vazia, posta por Lassalle no lugar de conceitos econômicos determinados. [...] Se tomarmos, em primeiro lugar, o termo "fruto do trabalho" no sentido do produto do trabalho, então o fruto do trabalho coletivo é o *produto social total*. (MARX, [1875-91] 2003, p. 30).

E, após uma longa exposição em que se dedica a demonstrar a impossibilidade de que todos se apropriem dos frutos do próprio trabalho no socialismo, assim como a simples nulidade de tal ideia no comunismo, conclui: "A expressão 'fruto do trabalho', que hoje já é condenável por sua ambiguidade, perde assim todo sentido". (MARX, [1875-91] 2003, pp.30 e ss.). O renano arremata a passagem considerando essa noção um dos "disparates ideológicos, jurídicos e outros gêneros, tão em voga entre os democratas e os socialistas franceses" (MARX, [1875-91] 2003, p. 33).

O problema, nesse caso, reside em algo que, de certo modo, já assinalei anteriormente: Coutinho buscou, por vezes, validar o processo de incorporação em seu pensamento de elementos estranhos ao marxismo através da atribuição a clássicos dessa vertente, como Marx, Engels, Lênin e Gramsci, de passos, movimentos, conceitos ou posições

que eram mais exatamente *suas*, fruto de *seu* processo de buscar enriquecer o marxismo através da assimilação de elementos de outras correntes de pensamento, nos moldes da abertura ortodoxa que estudamos em outro ponto. Isso já foi visto no presente trabalho, por exemplo, no tocante à atribuição a Gramsci e a Engels de uma suposta adesão ao contratualismo, assim como na equiparação entre as noções de "vontade geral" e "vontade coletiva nacional-popular", dentre outros exemplos possíveis, e será estudado novamente, em seção a seguir, no tocante à suposta vinculação dos "últimos Marx e Engels" à tradição do socialismo democrático.

Em segundo lugar, há um equívoco na terceira passagem citada: o *direito* universal à propriedade não tem *nada* a ver com a socialização da propriedade, já que não significa nada mais – como é característico do direito – do que a *possibilidade legal* de ser proprietário, e não a garantia da posse *efetiva* da propriedade. É por isso, aliás, que *o velho direito universal à propriedade é uma das bases legais de qualquer ordenamento jurídico capitalista*, já que, afinal de contas, todos nesse sistema têm assegurada a possibilidade legal de, observadas certas normas e condições (ou seja, certas regras do jogo), serem proprietários.

É o liberal T. H. Marshall quem esclarece:

> Um direito de propriedade não é um direito de *possuir* propriedade, mas um direito de *adquiri-la, caso possível*, e de protegê-la, se se puder obtê-la. Mas, caso se lance mão desses argumentos para explicar a um pobre que seus direitos de propriedade são os mesmos daqueles de um milionário, provavelmente o indigente nos acusará de estar sofismando (MARSHALL, [1949-50]1967, p.80 – grifos meus).

De todo modo, note-se que a defesa por parte de Coutinho do direito à propriedade é coerente com sua posição de que a luta pelo aprofundamento e pela extensão dos direitos componentes da cidadania chocar-se-á contra o capitalismo: para ele, se o direito de todos a *possuir* propriedade for *efetivamente* garantido, acaba a propriedade privada dos meios de produção fundamental. Ou seja: se for garantido *a todos* o acesso a *alguma* propriedade, ninguém será proprietário de tão volumosos meios que lhe permitam explorar a outrem... Aqui, nota-se claramente que não foi apenas a noção de *contrato* que Coutinho tomou de Rousseau: essa defesa do direito universal à propriedade, ao se articular com a defesa de um "pluralismo econômico", remete claramente ao pensador genebrino.

Para compreendermos essa remissão devemos examinar a assimilação coutiniana da defesa do *pluralismo*.

O pluralismo se localiza inicialmente, para Coutinho, no campo dos direitos políticos, sendo definido como "a autonomia e a diversidade dos múltiplos sujeitos coletivos" (COUTINHO, [1994] 2008b$_2$, p.59). Ele seria uma consequência normal do surgimento dos "novos institutos democráticos, expressões da auto-organização popular" como os "partidos de massa, os sindicatos, as associações profissionais" (COUTINHO, [1992] 2008b$_1$, p.25) etc., que organizam, exprimem e representam as diferentes posições políticas dos diferentes sujeitos políticos que neles se encontram. Ou seja: com a socialização da política e o surgimento da sociedade civil, o reconhecimento do pluralismo nada mais é que um desdobramento ou uma decorrência do próprio reconhecimento dos direitos políticos, especialmente do direito – que Coutinho localiza no mesmo patamar de importância que o direito ao sufrágio universal – de organização e associação[236].

Há algo muito importante a notar no tocante a essa defesa coutiniana do pluralismo: é que ela se afirma no pensamento do marxista baiano contra "a repressão das diversidades em nome de uma pretensa unidade monolítica" que vigeria "nos fascismos e no chamado 'socialismo real'" (COUTINHO, [1992] 2008b$_1$, p.31). Essas características repressivas, consideradas vigentes *no fascismo e no socialismo real*, teriam provocado "uma situação na qual uma autodeclarada 'vontade geral' se impunha coercitivamente à 'vontade de todos'" ([1992] 2008b$_1$, p.31), constituindo-se em obstáculo à plena realização da cidadania / democracia / emancipação humana / soberania popular[237].

A afirmação do pluralismo contra o totalitarismo remete ao raciocínio de Barrington Moore Jr. (MOORE JR., [1966] 1974), que também enxerga o totalitarismo como presente no fascismo e no assim chamado socialismo real. Ela pode estar na base da mudança da posição

---

236 Note-se que enquanto Marshall considera o direito à associação sindical um direito civil exercido coletivamente (MARSHALL, [1949-50] 1967, p.103 e ss.), Coutinho, como já vimos, considera os direitos de associação e organização como direitos políticos. Essa diferença de interpretação radica no pertencimento de cada um dos dois autores a campos políticos diversos – e divergentes. Enquanto o primeiro, liberal democrata, enxerga os sindicatos fundamentalmente como instrumentos da classe trabalhadora para a barganha salarial e, portanto, destinados a assegurar melhores condições contratuais – o que o situa na esfera civil –, o segundo, democrata socialista, os interpreta como objetivação institucional de um momento no processo de constituição da classe enquanto sujeito político autoconsciente, relacionando-os com o surgimento da sociedade civil e a socialização da política – localizando o direito à associação sindical, portanto, na esfera dos direitos políticos.

237 Na versão muito similar do texto em COUTINHO, 1992, pp.28-29 não há a menção aos "fascismos", somente aquela ao "socialismo real".

de Coutinho quanto ao emprego da categoria de "autoritarismo", que ele havia criticado em meados dos anos 1970 a partir de seu uso por Fernando Henrique Cardoso, tendo-a assimilado, posteriormente, a seu próprio repertório analítico[238].

Assim como no caso da defesa da existência de propriedade privada no socialismo, a assimilação coutiniana de uma categoria tradicionalmente associada ao pensamento liberal exigiu certos ajustes. Coutinho fez questão de se diferenciar de um pluralismo, que chamou de "pluralismo liberal" ou "pluralismo selvagem" (COUTINHO, [1999] 2008b$_6$, p.171), que negaria o interesse público, manifestando-se nas ideias de "cada um por si, quem tem força triunfa, vamos todos ao mercado e quem for competente que se estabeleça" .

Esse pluralismo liberal seria, então, "um pluralismo selvagem, que impede a criação de uma vontade coletiva, universalista" , levando ao seguinte problema:

> [...] a multiplicação nas formações capitalistas liberal-democráticas de associações particulares, coagulando interesses setoriais limitados, levou e leva frequentemente a fenômenos de corporativismo selvagem, com o consequente eclipse da "vontade geral"; a mediação entre os interesses corporativos passa a ser feita pelo mercado, o que consolida a perpetuação da ordem privatista do capitalismo. Temos assim que, se a supressão do pluralismo conduz ao despotismo totalitário, a sua afirmação incontrolada leva ao liberal-corporativismo, o qual, em articulação com a burocratização do Estado, é o modo pelo qual a burguesia tenta pôr a seu serviço, ou pelo menos neutralizar, os resultados do processo de socialização da política. Nessa medida, permanece válida a essência da reflexão de Rousseau, ou seja: sem o predomínio da vontade geral e do interesse público, o pluralismo pode ser um óbice à plena afirmação da democracia (COUTINHO, [1992] 2008b$_1$, p.31 – praticamente idêntico em COUTINHO, 1992, p.29).

Vê-se que esse pluralismo liberal se relaciona, para Coutinho, a um capitalismo selvagem expresso no modelo liberal-corporativo, ao qual, conforme já examinamos, o marxista baiano contrapõe a democracia de massas. Por isso, a afirmação do pluralismo andava sempre de mãos dadas, em seu pensamento político, com a da

238 Vale notar que a crítica do marxista baiano a Cardoso insistia justamente em que o uso da categoria de "autoritarismo" mascarava o aspecto de classe dos fenômenos sociais aos quais se referia.

importância da *direção* por parte da maioria, que garantiria o respeito ao contrato democrático-cidadão atingido através da luta social e o movimento em direção a sua superação no novo contrato democrático-socialista.

Tal posição levou Coutinho a certa formulação que ficou conhecida como uma de suas marcas: a defesa intransigente de um *pluralismo com hegemonia.* É nesse sentido que o autor afirma a necessidade de construção de uma nova hegemonia efetivamente democrática, que "combine os interesses corporativos dos vários segmentos sociais com a afirmação do valor da solidariedade, numa visão verdadeiramente republicana, capaz de combinar a unidade com a diversidade, a hegemonia com o pluralismo" (COUTINHO, [1999] 2008b$_6$, p. 171).

Mas será que as duas características são mesmo plenamente compatíveis?

Vale, para refletir sobre o problema, escutar outro destacado e honesto intelectual marxista que, visando a pôr em questão os rumos da socialdemocracia (possivelmente no sentido de corrigi-los e aprimorá-los), mostrou o seguinte efeito interessante de neutralização de eventuais "hegemonias" constituídas a partir da formação de maiorias numéricas em torno do proletariado no chamado "jogo democrático":

> O primeiro efeito da "estrutura do Estado burguês" [sobre as formas de participação política do proletariado] é que nele os assalariados se constituem enquanto classe em diversas organizações independentes umas das outras e usualmente em concorrência, como, frequentemente, sindicatos e partidos políticos, mas também como cooperativas, associações de moradores, clubes etc. Uma característica distintiva da democracia capitalista é a individualização das relações de classe no nível da política e da ideologia. As pessoas, sendo capitalistas ou assalariados no sistema de produção, aparecem todas na política como "indivíduos" ou "cidadãos" indiferenciados. Assim, mesmo se um partido político é bem-sucedido em organizar uma classe no terreno das instituições políticas, as organizações econômicas e políticas jamais coincidem. Múltiplos sindicatos e partidos normalmente representam interesses divergentes e competem entre si. Ainda mais: enquanto a base classista dos sindicatos confina-se a certos grupos de pessoas mais ou menos permanentemente empregadas, partidos políticos que organizam assalariados precisam mobilizar também pessoas que não são membros dos sindicatos. Assim, há uma tensão permanente entre os interesses mais estreitos dos sindicatos e os interesses mais amplos

> representados pelos partidos. A classe organizada como participante [do jogo democrático] não aparece como um ator singular nos conflitos históricos concretos. (PRZEWORSKI, [1985] 2002, p. 13).
>
> As regras do jogo democrático, ainda que universais e por vezes justas, não têm compaixão. Se um partido quer governar sozinho, sem ser importunado pela influência moderadora das alianças e pela dívida do compromisso, deve obter uma proporção específica dos votos, não muito diferente de 50%. As instituições eleitorais precederam o nascimento de partidos que buscam utilizá-las como veículo rumo ao socialismo, e essas instituições carregam consigo a regra fundamental que torna a vitória de uma minoria isolada impossível. Um partido representando uma classe que tenha menos membros que as outras classes combinadas não pode vencer as batalhas eleitorais. (PRZEWORSKI, [1985] 2002, p. 24).
>
> Para ganhar votos de pessoas que não sejam trabalhadores, particularmente da pequena-burguesia, para formar alianças e coalizões, para administrar o governo no interesse dos trabalhadores, um partido não pode parecer "irresponsável", não pode dar qualquer indicação de não estar completa e sinceramente comprometido com as regras e limites do jogo parlamentar. Às vezes o partido precisa, inclusive, segurar seus próprios membros, impedindo-os de levarem a cabo ações que possam prejudicar o progresso eleitoral. Ainda mais, um partido orientado para melhorias parciais, um partido no qual líderes-representantes levam um estilo de vida pequeno burguês, um partido que durante anos tem se esquivado das ruas não pode "fluir através do buraco das trincheiras", como afirma Gramsci, mesmo quando essa abertura é forjada por uma crise. "O problema com a esquerda revolucionária nas sociedades industriais estáveis", observou Eric Hobsbawm, "não é que suas oportunidades nunca tenham chegado, mas que as condições normais nas quais deve operar impedem-na de desenvolver os movimentos compatíveis com os raros momentos em que é convocada a comportar-se como revolucionária". (PRZEWORSKI, [1985] 2002, p. 15).

Parece-me que observações dessa natureza devem ser levadas francamente em consideração ao se pensarem as dificuldades de organização e luta do proletariado e das demais classes trabalhadoras, especialmente *hoje* em que tais dificuldades saltam aos olhos e coincidem, em aspectos importantes, com o tipo de diagnóstico (que, pensando no caso brasileiro, foi também um *prognóstico*) que vem de ser traçado. Tais problemas não podem ser resolvidos no plano da afirmação da necessidade da hegemonia sem levar-se em conta a dificuldade real

de obtê-la: por mais logicamente coerente que pareça combinar hegemonia e pluralismo na mesma frase, essa combinação, até aqui, simplesmente não se viabilizou historicamente de modo a fornecer uma solução estável e eficazmente revolucionária para o movimento operário.

Mas o pluralismo para Coutinho não é apenas *político*. O pluralismo com o qual o comunista baiano sustenta que o proletariado deve se comprometer em sua luta democrática pela emancipação humana tem também uma *dimensão econômica*.

Ela já foi tangenciada em citação anterior (em que o autor se referia ao *pluralismo de formas de propriedade* no comunismo), mas é apresentada mais claramente pelo autor nesta passagem:

> [...] não se trata [no socialismo] de eliminar *o caráter misto da propriedade (expressão do pluralismo no mundo econômico)*, mas sim de fazer com que o setor público – com controle público – se torne o setor hegemônico, o que implica conceber também a propriedade como um direito social. (COUTINHO, [1992] 2008b[1], p.47 – grifo meu. Praticamente idêntica em COUTINHO, 1992, p. 44, porém ainda sem a menção à propriedade como direito social).

Assim, à defesa do *pluralismo político* soma-se aquela do *pluralismo econômico*, que constitui sua base material – que, por isso, não pode ser suprimida, já que sua supressão redundaria no fim do pluralismo político defendido pelo autor.

Note-se a semelhança entre a posição coutiniana sobre este tema da economia do socialismo (com seu pluralismo de formas de propriedade, ou seja, com a *manutenção da propriedade privada* sob diferentes formas, ainda que limitada e *sob controle político* do coletivo) e certa posição que o marxista baiano defendera das críticas, em outro lugar, afirmando que no momento histórico em que ela foi defendida não haveria outra possibilidade, já que ela teria sido a mais avançada *antes* do surgimento do proletariado:

> Decerto, em sua crítica ao capitalismo, Rousseau não se apoia – nem poderia, dado o contexto histórico – no ponto de vista da classe trabalhadora moderna, do proletariado; *ele adota o ângulo de visão do pequeno camponês e do artesão* [grifo meu], que tinham na época suas condições de vida rapidamente destroçadas pelo avanço do capitalismo. Por isso, as bases econômicas da sociedade democrática que defende não se fundam na *socialização da propriedade*, mas sim em sua *distribuição igualitária*: *é como se Rousseau pretendesse*

> *conservar o modo de produção mercantil simples, mas impedindo-o de se converter em modo de produção capitalista* [grifo meu]. Esse anacronismo [...] é uma das principais razões do caráter utópico de sua proposta [...] (COUTINHO, [1996] 2011a[1], p. 27 – grifos meus onde assinalado).

O leitor me perdoe por repetir parcialmente a citação, mas neste caso avaliei que seria esclarecedor: Coutinho incorre, em sua incorporação dos princípios liberais da defesa do direito à propriedade privada amparada sobre um suposto pluralismo econômico, na mesma posição utópica em que Rousseau havia incorrido ao querer "conservar o modo de produção mercantil simples, mas impedindo-o de se converter em modo de produção capitalista". Se em Rousseau, como sustenta Coutinho, tal posição era justificável do ponto de vista do desenvolvimento histórico em que as condições para outra posição, mais avançada, não estariam ainda postas, fica a pergunta: o que justifica a reapresentação de tal posição por Coutinho mais de duzentos anos depois do genebrino, em uma sociedade tão diferente?

A resposta a essa pergunta passa, certamente, pela consideração de que tanto Coutinho quanto os demais intelectuais comprometidos com a defesa de posições similares naquele momento histórico *reproduziam em seu pensamento, de modo pouco crítico, elementos colocados pela própria realidade* econômico-social e pelos rumos tomados então pela luta política.

Note-se, por exemplo, a grande similitude prática das proposições coutinianas que vimos de acompanhar, somadas à defesa já estudada da permanência da propriedade privada – sob controle público e limitada, mas privada – no socialismo, com aquelas, boccariana e berlingueriana, de mobilizar os Estados francês e italiano para que o setor público pautasse os rumos da economia, diversificando as formas de propriedade através de uma "verdadeira democracia econômica e política em que se nacionalizem os setores-chave da atividade econômica, planificando [...] em função das necessidades dos trabalhadores e do país" (BOCCARA et al., 1971, tomo I, p. 95) e, através de tal planificação, abrindo passagem ao socialismo e ao comunismo. Ou, ainda, à defesa da intervenção do setor público para "impedir, através da programação, que haja no mercado poucos monopólios – industriais, comerciais e financeiros – a ditar as leis" (BERLINGUER, [1974] 2009, p. 95) que, entretanto, "não implica absolutamente a estatização de toda a economia nem o desaparecimento dos mecanismos de mercado que constituem critérios necessários para medir o caráter econômico e verificar a validade das escolhas produtivas das empresas públicas e privadas" (pp. 94-95).

Mas a resposta àquela pergunta exige, também ela, a consideração da *interpretação do desenvolvimento histórico do capitalismo* por Coutinho. Vimos que, para o marxista baiano, o processo de "crescente democratização das relações sociais" (COUTINHO, [1994] 2008b$_2$, p.69) é característico da modernidade, tendo, entretanto, sua plena realização impedida pelo capitalismo. Esse sistema deveria ser, portanto, superado para que se desimpedisse a realização completa da democratização, que incorporaria e elevaria a nível superior as assim chamadas conquistas liberais na medida em que democracia é apresentada como sinônimo de cidadania: "*soberania popular, democracia e cidadania* [são] três expressões para, em última instância, dizer a mesma coisa" (COUTINHO, [1994] 2008b$_2$, p.51 – grifo meu). Desse postulado, em que afirma que "só uma sociedade sem classes – uma sociedade socialista ou comunista – pode realizar *o ideal da plena cidadania, ou, o que é o mesmo, o ideal da soberania popular* e, como tal, da democracia" (COUTINHO, [1994] 2008b$_2$, p.69 – grifo meu), o autor conclui que lutar pela *plena* realização da *cidadania*, da *democracia* ou da *soberania popular*, ou seja, lutar pela ampliação de direitos na direção da emancipação humana, já é lutar *contra o capitalismo* – desde que não se perca de vista o objetivo final socialista, como vimos em capítulos anteriores.

Esse raciocínio, assim como aquele sobre o surgimento e o desenvolvimento da sociedade civil no CME, apoia-se em um pressuposto historiográfico equivocado na medida em que considera, unilateralmente, a soberania popular – e, a partir dela, aspectos do liberalismo político – como conquista das classes trabalhadoras em luta. Coutinho, aliás, soube do equívoco contido nessa tese, e o demonstrou corretamente em seu texto, datado dos anos 2000, *Democracia: um conceito em disputa* (COUTINHO, [2001-2002] 2006a$_1$).

Essa defesa, apesar de *historicamente* equivocada, foi considerada *politicamente* válida no contexto do eurocomunismo: vimos que era comum a outros comunistas escrevendo nos anos 1970 a afirmação da *necessidade de que o proletariado tratasse as vitórias da burguesia como suas*, reivindicando-as e, assim, se apropriando delas em nome de um projeto socialista. Isso conduziu a um *processo de reinterpretação da história e das lutas populares*, apresentando conquistas burguesas como se fossem operárias.

Sabe-se, entretanto, mais uma vez devido ao trabalho de historiadores (para o qual contribui, nesse caso, o próprio Coutinho no texto citado acima), que o surgimento e a consolidação do liberalismo enquanto teoria historicamente específica da classe burguesa radica na emersão da soberania popular como fenômeno histórico, passando por

um longo processo de transição, de profundas transformações nas relações sociais de produção em nível primeiramente inglês, depois europeu, e, finalmente, a partir da experiência democrática norte-americana, mundial. Localizado sempre entre dois extremos, as primeiras sementes que frutificaram neste corpo teórico constituíram-se, a princípio – tendo como marco inicial a Magna Carta[239] –, como conjunto de ideias baseado, de um lado, na contraposição das elites proprietárias feudais inglesas à centralização de poderes nas mãos do monarca absoluto, e, de outro lado, na contraposição daquelas mesma elites às aspirações do conjunto dos produtores diretos – os servos.

Num segundo momento – que tem como marco o processo de revoluções burguesas nos séculos XVIII-XIX, e como ponto de inflexão decisivo o processo revolucionário derrotado de 1848, que marca a separação política definitiva do Terceiro Estado em burguesia e proletariado –, entretanto, a vertente teórica liberal desenvolveu-se plenamente ligada à burguesia europeia ascendente, contra os privilégios da nobreza fundiária em seu conjunto, por um lado, e contra as aspirações democratizantes que passaram a estar ligadas ao proletariado, por outro.

Assim ensina a historiadora marxista Ellen Meiksins Wood:

> [...] A Magna Carta [...] não foi um documento de um *demos* livre, mas dos próprios senhores que afirmaram privilégios feudais e a liberdade da aristocracia tanto contra a Coroa quanto [contra] a multidão popular, assim como a liberdade [da Revolução Gloriosa] de 1688 representou o privilégio dos senhores proprietários de dispor como quisessem de sua propriedade e de seus servos.
>
> Naturalmente, a afirmação do privilégio aristocrático contra a invasão das monarquias produziu a tradição da "soberania popular" de que deriva a concepção moderna de democracia; ainda assim, o "povo" em questão não era o demos, mas um estrato privilegiado [a nobreza fundiária inglesa] que constituiu uma nação política exclusiva situada no espaço público entre a monarquia e a multidão. [...] a divisão entre proprietários governantes e súditos camponeses foi condição constitutiva da "soberania popular" que surgiu no início da Europa moderna. De um lado, a fragmentação do poder do soberano e o poder da aristocracia que constituíram o feudalismo europeu, o controle da monarquia e da centralização do Estado exercido por esses

[239] Documento de 1215 que impôs limites ao poder absoluto do rei da Inglaterra, forçando sua obediência a leis escritas. Está na base do que veio a se desenvolver posteriormente como o constitucionalismo moderno.

> princípios feudais, seriam a base de uma nova espécie de poder "limitado" de Estado, a fonte do que viriam a ser chamados de princípios democráticos, tais como o constitucionalismo, a representação e as liberdades civis. De outro, o reverso da aristocracia feudal era um campesinato dependente [...].
> [...] É importante observar que [...] não [se] questionava o fato de uma minoria de proprietários ter o direito de representar toda a população (WOOD, 2003, pp. 177-178).

O trecho aponta a origem da soberania popular na afirmação de privilégios contra o Estado, *mas também contra a multidão*, por uma aristocracia *proprietária*. Essa é também a origem do liberalismo, conjunto de ideias baseado justamente na defesa das liberdades individuais contra o Estado e contra o poder da coletividade de tomar decisões que firam direitos – e privilégios – individuais.

Se não, vejamos:

> [...] ainda que o "liberalismo" fosse uma criação moderna que pressupõe o Estado "moderno" (pelo menos o absolutismo moderno inicial), suas concepções centrais de liberdade e de limites constitucionais têm origem anterior. As concepções liberais de governo constitucional ou limitado e de liberdades individuais afirmadas contra o Estado têm origem no final do período medieval, e início do período moderno, na afirmação dos poderes independentes do senhorio por parte das aristocracias europeias contra o avanço das monarquias centralizadoras [...], representando reivindicações saudosistas a um pedaço da antiga soberania parcelizada do feudalismo, não uma reivindicação progressista a uma ordem política democrática mais moderna. E a associação dessas ideias com o senhorio persistiu por longo tempo, até bem depois da morte do feudalismo. [...]
> A ideia aristocrática original, de controles sobre o poder monárquico, não teve relação com a ideia de democracia. Sua identificação com "democracia" foi um desenvolvimento muito posterior, que teve mais a ver com a afirmação do poder das classes dominantes contra o povo. Os benefícios indiscutíveis dessa ideia "liberal" não devem ocultar que o fato de ter substituído a democracia foi [...] no mínimo um meio de conter revoluções já em andamento, não permitindo que ultrapassassem limites aceitáveis. (WOOD, 2003, pp. 197-198).

Coutinho ensinava, na virada aos anos 1980, que "não existe identidade mecânica entre gênese e validade" (COUTINHO, [1979]

1980a[1], p. 22). Portanto, não se deveriam brandir contra o liberalismo suas raízes aristocráticas, assim como não se o deveria condenar apenas por ter se desenvolvido atrelado à burguesia e servido de instrumento ideológico para a contenção de revoluções em andamento, nem mesmo vaticinar sua permanência eternamente na condição de instrumento burguês. Os avanços presentes em tal ideologia deveriam poder ser recuperados pela classe operária, e aqui se trata, novamente, daquela proposta de que o proletariado defenda como suas as conquistas da burguesia, aprofundando-as e voltando-as contra o capitalismo. O problema é que uma interpretação historiográfica enviesada, adotada por Coutinho a partir de injunções pertencentes ao plano da política – vale confrontar o trecho que vem de ser citado com a afirmação coutiniana de que "democracia é sinônimo de soberania popular" (COUTINHO, [1994] 2008b[2], p. 50) entendida como "a mais exitosa tentativa até hoje inventada de superar a alienação na esfera política" –, conduziu o intelectual baiano a impasses não-negligenciáveis quanto a seu próprio presente.

Assim, não deixa de ser interessante notar como a postulação da incompatibilidade do aprofundamento da luta por direitos com a manutenção do capitalismo (e, daí, a possibilidade de que a própria luta por direitos pudesse ser transformada em luta anticapitalista), sustentada pelo marxista Coutinho, se situa nas antípodas do que lemos no já citado liberal Marshall, de uma maneira que pode surpreender aos desavisados. O pensador britânico explica que o contrato moderno, que é "essencialmente um acordo entre homens que são iguais e livres em *status*, embora não necessariamente em poder" , inaugurou o "*status* uniforme de cidadania *que ofereceu o fundamento da igualdade sobre a qual a estrutura da desigualdade foi edificada*" (MARSHALL, [1949-50] 1967, pp. 79-80 – grifo meu).

Esse *status* de cidadania, oriundo do contrato moderno,

> [...] era, sem dúvida, *um auxílio*, e não uma ameaça, ao capitalismo e à economia de livre mercado, porque [...] era dominado pelos direitos civis que conferem *a capacidade legal de lutar pelos objetos que o indivíduo gostaria de possuir, mas não garante a posse de nenhum deles* (MARSHALL, [1949-50] 1967, p. 80 – grifos meus).

Nessa polêmica, muitos marxistas estariam alinhados ao liberal-democrata contra o democrata socialista. E não sem razão... Note-se: o marxista baiano defendia, em nome de um projeto de *superação* do capitalismo, o aprofundamento e a extensão de um instituto político que um pensador insuspeito de simpatias pelo marxismo mostra que

constitui um *reforço*, e não uma ameaça, a tal sistema. *Fica a pergunta: há algum problema em defender, para superar o capitalismo, o engajamento do proletariado na luta por algo que reforça essa forma de sociabilidade?*

Para encerrar a presente seção, é ainda necessário tocar em dois pontos: a *interpretação positiva do Estado* no pensamento político coutiniano maduro, e o desdobramento dela na afirmação de *uma concepção de comunismo que o reduz a socialismo*, na qual o fim se reduz aos meios para alcança-lo.

Demonstrei, anteriormente, a *progressividade*, no pensamento político do marxista baiano, do avanço da democracia em direção ao socialismo. Pois bem: ela se manifestou, inclusive, em uma revisão, por parte de Coutinho, de sua posição em relação à possibilidade real de extinção do Estado no comunismo, em direção a uma incerteza quanto a sua factibilidade combinada à assunção de tal objetivo como uma *ideia reguladora* a ser descartada no horizonte temporal imaginável.

Veja-se a posição de Coutinho sobre o assunto na virada aos anos 1980:

> [...] não se deve esquecer – se quisermos pensar a longo prazo – que a apropriação social da política é, em última instância, sinônimo de extinção do Estado, ou seja, de extinção dos aparelhos de dominação enquanto aparelhos apropriados individualmente e postos aparentemente "acima" da sociedade. É nesse sentido que cabe entender a lúcida observação de Gramsci, segundo a qual a "sociedade regulada" (sem classes) é aquela na qual o Estado será absorvido pelos organismos autogeridos da "sociedade civil". (COUTINHO, [1979] 1980a[1], p. 31).

Veja-se, agora, a posição do autor vinte anos depois:

> [...] acho que a ideia do desaparecimento do Estado deve ser entendida apenas como uma ideia reguladora, no sentido kantiano, ou seja, como o empenho para que haja cada vez menos Estado, mas sem se supor que ele irá desaparecer completamente, pelo menos no horizonte temporal que podemos imaginar.
>
> Hoje, quando dizemos que somos comunistas, que lutamos pelo comunismo, devemos definir claramente o seguinte: qual vai ser a forma política do comunismo? Para mim, a forma política

> é um Estado de direito, com alta participação popular, com institutos de democracia de base corrigindo as deformações da representação. Deverá ser um Estado de Direito que tem instituições garantidas por uma Constituição, naturalmente reformável. (COUTINHO, [2000] 2006a[11], pp. 186-187).

Deve-se ter claro que as duas posições que vêm de ser citadas coexistiram no pensamento político do autor: ele nunca deixou de reafirmar a primeira, ainda que já estivesse convencido da segunda. Há duas chaves para tal coexistência: a primeira é a expressão *longo prazo*, que na segunda posição se torna longuíssimo, tão longo que está até fora do "horizonte temporal que podemos imaginar"; a segunda é que em Coutinho a "sociedade regulada" gramsciana passa a ser regulada... pelo Estado.

Isso esteve na base de uma redução de comunismo a socialismo, ou de fim a meio, em que o meio – o socialismo – se tornou o próprio fim, que se iria implementando progressivamente, como um longo processo, de vitória em vitória, possivelmente com maiores ou menores contratempos ou percalços no caminho, mas nada que o proletariado organizado e constituído em classe nacional, aglutinando em torno de si o poderoso bloco democrático e popular, não pudesse superar, *desde que não cedesse ao aventureirismo, à pressa, ao golpismo* que poderia afastar dele os demais setores sociais progressistas.

Note-se a semelhança entre a concepção de socialismo que vimos de estudar em Coutinho e aquela sustentada nas resoluções do I Congresso do PT, em 1991[240]. Nelas, após "afirmar peremptoriamente que o PT é 'contra qualquer ditadura, inclusive a do proletariado'" (*apud* IASI, 2006, p. 471), e como forma de explicitar que "a democracia era ao mesmo tempo o meio e o fim proposto", também se rechaçou a ideia de que o pluralismo seria apenas um recurso tático válido enquanto não vigesse a "homogeneidade de pensamentos" supostamente decorrente da abolição das classes sociais, já que "a diversidade de desejos e ideias é

[240] Vale lembrar que, nessa mesma época (1990), Coutinho foi "ministro paralelo das Relações Exteriores" no "governo paralelo" ou "governo sombra" montado pelo PT na sequência da derrota de Luís Inácio Lula da Silva a Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989, como pode ser constatado seguindo-se a referência às reportagens da Folha, JB e IstoÉ sobre o assunto, enumeradas no Apêndice, itens 01.95, 01.96, 01.97, em NEVES, 2016. Note-se que, quando o PT ganhou pra valer o governo federal, Coutinho, cuja posição já tinha se afastado bastante daquela do núcleo dirigente do partido, não foi convidado a nenhum ministério – mas quem veio a ocupar aquele mesmo ministério que ele ocupara como "sombra" uma década antes foi Marco Aurélio Garcia, intelectual influente nas determinações posteriores dos rumos do partido.

inerente à condição humana" e deve ser resguardada em uma "democracia política, econômica e social" , considerada "base constitutiva da nova sociedade" .

Essa posição conduziu o PT, naquelas resoluções, a afirmar o seguinte sobre o papel do Estado no socialismo:

> É por isso que encaramos a democracia política, econômica e social como base constitutiva da nova sociedade. O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de direito, no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical etc.; onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. A democracia socialista que queremos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância do poder. (PT, *apud* IASI, 2006, p. 473).

Essas posições se combinaram bastante bem, é claro, com a proposta da *democracia como transição ao socialismo*, em que *a transição passa a ser interpretada como o próprio fim em processo*, como transparece na seguinte passagem coutiniana:

> Penso que o socialismo é o movimento real que encaminha soluções para as contradições do capitalismo. Como o socialismo será e que formas terá, eis uma especulação que me parece ainda abstrata. Talvez possamos dizer apenas que será fruto de um movimento progressivo, que começará por se introduzir nos poros da ordem social capitalista, superando gradativamente a lógica que rege essa ordem social e criando uma nova lógica. Representará uma profunda democratização de todas as relações humanas. Provavelmente, conviverá com formas de mercado, mas certamente não será uma ordem social onde haja predomínio do mercado: o que restar de mercado terá que se ajustar à lógica do bem-estar social. Imagino também que o socialismo deverá conter formas mistas de propriedade. Haverá um pluralismo econômico, no qual certas formas de propriedade privada conviverão com a propriedade cooperativa, autogestionária, e, em muitos casos, com a propriedade estatal. Isto evidentemente provocará contradições. Mas eu diria: ainda bem, já que seria muito monótona uma ordem social onde não houvesse contradições. (COUTINHO, [1999] 2008b[6], p.172).

Tal proposição se relaciona intimamente à noção de que as esferas fruto de contrato podem se estender, progressivamente, ao conjunto da sociedade (um "movimento progressivo" a se introduzir "nos poros" da ordem social capitalista, como vimos). E de que, quanto mais se estenderem, mais se terá avançado em direção ao novo contrato, ao novo consenso, ao novo acordo socialista, tal como sumariado na passagem a seguir:

> [...] embora nem tudo na sociedade seja fruto de um contrato, existem amplas esferas sociais – e, em particular, a esfera da política e da formação das relações de poder – que podem cada vez mais resultar de um contrato, ou seja, da ação intersubjetiva de homens conscientes. É precisamente essa possibilidade que está na raiz da proposta gramsciana de uma "sociedade regulada" [...]. [...] [T]al como em Rousseau, também em Gramsci a democracia é expressão de um contrato que, ao mesmo tempo, funda e se baseia numa vontade geral [...]. (COUTINHO, [1991] 2008a[4], p.141).

Em seção anterior, mobilizei uma citação em que se afirmava que as posições em exame conduziam a um Gramsci proto-habermasiano... Apesar de não ser possível aprofundar aqui o problema – sugerindo-se apenas ao leitor que note, no trecho acima, a ênfase na "ação intersubjetiva de homens conscientes" –, vale a pena, pelo menos, convidar *o próprio Gramsci* a defender alguns dos limites fundamentais de seu pensamento, submetido a um tratamento francamente elástico nas passagens coutinianas que vêm sendo citadas.

Vejamos, então, o que Gramsci pensa sobre a confusão entre sociedade regulada – para ele, sinônimo de comunismo – e Estado:

> *Enquanto existir o Estado-classe não pode existir a sociedade regulada*, a não ser por metáfora, isto é, apenas no sentido de que mesmo o Estado-classe é uma sociedade regulada. Os utopistas, ao exprimirem uma crítica da sociedade existente em seu tempo, compreendiam muito bem que o Estado-classe não podia ser a sociedade regulada, tanto é verdade que nos tipos de sociedade representados nas diversas utopias se introduz a igualdade econômica como base necessária da reforma projetada: ora, nisso os utopistas não eram utopistas, mas cientistas concretos da política e críticos coerentes. [...]
>
> A confusão entre Estado-classe e sociedade regulada é própria das classes médias e dos pequenos intelectuais, que estariam contentes com uma regulação qualquer que impedisse as lutas

> agudas e as catástrofes: é uma concepção tipicamente reacionária e regressiva. (GRAMSCI, [1930-1932] 1977, Q. 06 §12, p. 693 – grifo meu).

Note-se que, para Gramsci, a posição política que confunde Estado e comunismo (ou "Estado-classe" e "sociedade regulada") é tipicamente reacionária e regressiva...

Quanto a tal concepção, quem primeiro assinalou sua origem histórica de classe foi mesmo Marx ([1852] 2011, pp. 62-68). Descrevendo *os representantes políticos da pequena burguesia*, sustentou que "por sua formação social e situação individual" (p. 63) poderia haver mundos de distância entre eles e os "lojistas", sendo sua situação de representantes políticos e literários de tal camada decorrente do fato de "não conseguirem transpor em suas cabeças os limites que [o pequeno-burguês] não consegue ultrapassar na vida real" (p. 64), sendo "impelidos teoricamente para as mesmas tarefas e soluções para as quais ele é impelido na prática pelo interesse material e pela condição social" .

E que "tarefas e soluções" eram essas que os representantes políticos da pequena burguesia não conseguiam ultrapassar? Partamos da constatação seguinte: em uma "*classe de transição*, na qual os interesses de duas classes se embotam de uma só vez" (p. 67) tende a surgir a crença em que "as condições *específicas* de sua libertação constituem as condições gerais" através das quais "a sociedade moderna pode ser salva e a luta de classes evitada" (p. 63). Essa classe tende, por isso, a, nos momentos históricos de *acirramento* da luta de classes, se apresentar como amortecedor, como se constituísse ela mesma o "povo" ou a nação em seu conjunto, colocando-se pretensamente "acima de toda e qualquer contradição de classe" (p. 67) e se posicionando no sentido de conciliar politicamente os interesses de burguesia e proletariado.

Isso significa se movimentar no sentido de "quebrar a ponta revolucionária das exigências sociais do proletariado, [dando-lhes um] viés democrático" (p. 67), ao mesmo tempo em que apresenta suas próprias reivindicações democráticas como socialistas. Reivindicam-se, nesse processo, as instituições "republicanas democráticas, não como meio de suprimir dois extremos, o capital e o trabalho assalariado, mas como meio de atenuar sua contradição e transformá-la em harmonia" (p. 63 – grifo meu), modificando a sociedade "pela via democrática, desde que seja uma modificação dentro dos limites da pequena-burguesia" .

Marx se referiu aos partidários dessa posição política como *os democratas* (pp. 63-68). Gramsci, na passagem que viemos de ler, não

teve dificuldade em localizar o pertencimento de classe desses democratas ao afirmar que a confusão entre Estado-classe e sociedade regulada era própria das classes médias e de seus intelectuais. O próprio Coutinho já o havia feito, quando identificava o ponto de vista de classe de Rousseau ao "ângulo de visão do pequeno camponês e do artesão" (COUTINHO, [1996] 2011a[1], p. 27).

Mas o que Coutinho não apontou (coerentemente com sua apreciação de Rousseau como um crítico radical do capitalismo) é que aquele "ângulo" que marcava o pensamento rousseauniano era, em pontos importantes, compartilhado nos marcos da concepção de mundo togliattiana-eurocomunista, e, através dela, da própria concepção coutiniana. Ele trazia inscrita a concepção de mundo cujos limites Marx apontou na posição que chamou de "democrata", e que Gramsci criticou duramente, apontando seu caráter regressivo.

Essa localização ajuda a compreender um ponto que parece, à primeira vista, fora da curva ao se considerar a trajetória de um intelectual comunista, como era Coutinho. O marxista baiano, em entrevista à revista IstoÉ em 1982, para matéria cujo objeto era "o legado de Leila Diniz" para a vida cultural brasileira 10 anos após sua morte, em meio a comentários sobre a importância das mudanças comportamentais então ocorridas, afirma: "O socialismo brasileiro precisa ter a cara de Leila Diniz e de Ipanema, nunca a de Leonid Brejnev" (*apud* ISTOÉ, 1982, p. 27). Na mesma entrevista, Coutinho pergunta: "Onde fica o centro do eurocomunismo brasileiro, senão em Ipanema?" .

Por mais que esse tipo de declaração possa ser feito um pouco de brincadeira, para provocar – como dizia, por vezes, Coutinho, ao defender o direito à propriedade privada no socialismo –, é duvidoso que não refletisse sentimentos profundos do autor, possivelmente combinando uma dose de euforia, com a redemocratização no Brasil e a recente experiência de vida na democrática Europa Ocidental de então, a uma dose de desapontamento com o PCB (que Coutinho vinha de deixar) e com as "autoritárias" ou "totalitárias" experiências do Leste, levando-o a afirmar uma alternativa que torna difícil o posicionamento a favor de uma revolução proletária, a não ser que ela conte com o consenso... de Ipanema. Por outro lado, é indubitável, acompanhando-se sua produção intelectual anterior e posterior a essas declarações, que Coutinho continuava sinceramente socialista.

Seu caminho ao socialismo, entretanto, balizado pela defesa do pluralismo, do direito universal à propriedade, do Estado e das regras do jogo da democracia burguesa (adjetivo que ele, sintomaticamente, suprimiu, passando a trata-la em termos de "democracia formal" à qual

se deveria contrapor uma "democracia substantiva", outro modo de apresentar sua conhecida contraposição entre "modelo americano" e "modelo europeu" – ambos burgueses...), passou a ter poucas diferenças com certas possibilidades de desenvolvimento que estiveram inscritas nos marcos do próprio capitalismo. Mostrou-se, assim, vincado por uma *concepção de mundo unitária e coerente democrata*, expressiva de uma *classe de transição* que, nos momentos de acirramento da luta de classes, pode vir a se apresentar como amortecedor, posicionando-se politicamente no sentido de conciliar interesses antagônicos, buscando transformar a contradição em harmonia e cumprindo, por isso, um papel regressivo.

É difícil enquadrar Marx ou Gramsci como partidários de tal concepção.

09D. AINDA SOBRE USOS DA HISTÓRIA: DEMOCRACIA E REVOLUÇÃO NOS "ÚLTIMOS MARX E ENGELS"

Ao apresentar a concepção restrita do Estado tal como é definida no pensamento político coutiniano – atribuída pelo autor a Marx, Engels e Lênin pela maior parte de suas vidas –, chamei à atenção do leitor o fato de que a redação do texto que vínhamos acompanhando aparecia, em sua republicação em novo livro, significativamente alterada relativamente a sua publicação original.

Permito-me citar outra vez a passagem a partir da qual essa advertência foi feita, de modo a podermos avançar na discussão de importante problema no pensamento coutiniano – sua interpretação peculiar da história do pensamento marxista:

> Ao definir essa concepção como "restrita", tentei ressaltar o seu caráter unilateral, ou, mais precisamente, o fato de que ela se concentra em algumas determinações abstratas (parciais) do Estado. Também mostrei que essa abstratividade ou "unilateralidade", no caso de Marx e Engels, não é de natureza gnosiológica, mas sim histórico-ontológica: a percepção do aspecto repressivo (ou "ditatorial") como aspecto principal do fenômeno estatal corresponde, em grande parte, à natureza real dos Estados capitalistas com que se defrontaram tanto Marx e Engels no período do *Manifesto* quanto (se nos limitarmos ao caso russo) Lênin e os bolcheviques. (COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 51).

A passagem faz parte de uma republicação, no livro *Marxismo e política*, de texto tratando de problema com o qual Coutinho esteve

recorrentemente às voltas – o da relação entre os clássicos do marxismo e a democracia. Nessa passagem, o comunista de Itabuna introduziu algumas alterações significativas em relação à versão original, datada de 1985, como se pode perceber ao confrontar aquela citação e esta:

> Ao definir essa concepção como "restrita", tentei ressaltar o seu caráter unilateral, ou, mais precisamente, o fato de que ela se concentra em algumas determinações abstratas (parciais) do Estado. Também mostrei que essa abstratividade ou "unilateralidade" não é de natureza gnosiológica, mas sim histórico-ontológica: a percepção do aspecto repressivo (ou "ditatorial") como aspecto principal do fenômeno estatal corresponde, em grande parte, à natureza real dos Estados com que se defrontaram Marx, Engels e Lênin. (COUTINHO, 1985, p. 58).

A primeira frase é rigorosamente a mesma. Já quanto à segunda sentença, Marx e Engels aparecem, na citação mais recente, distintos de Lênin, dele separados, e só no caso deles a "abstratividade" da concepção restrita do Estado seria de natureza histórico-ontológica. Além disso, nessa versão do texto o aspecto repressivo do fenômeno estatal seria o principal, para Lênin e os bolcheviques, somente "se nos limitarmos ao caso russo".

O problema que levou a essa mudança não é, para aproveitar a expressão, de ordem gnosiológica, mas sim histórica – ou melhor, historiográfica: está relacionado à vinculação do autor a certa linha interpretativa da história do movimento operário.

Explico: na época em que Lênin atuou a socialdemocracia já existia, se reivindicava herdeira legítima de Marx e Engels e apresentava, na Alemanha onde constituía o mais importante partido político existente, sua proposta de um caminho democrático ao socialismo. Nessa época, Lênin (e não apenas ele, mas também outros marxistas a quem Coutinho cita – por vezes com admiração, por vezes qualificando suas posições de esquerdistas e refutando-as sem mais –, como Rosa Luxemburgo ou Trotsky) polemizou explícita e duramente contra as posições socialdemocratas, insistindo na necessidade de flexibilidade tática no âmbito da estratégia socialista, bem como de se qualificar o pertencimento de classe de todo regime político contra o qual e pelo qual se lutava. Para ele, a democracia, por exemplo, deveria ser entendida como "burguesa" ou "proletária", a depender tanto de qual classe estivesse no poder quanto das relações sociais de produção na base do regime político em questão.

As polêmicas de Lênin com a socialdemocracia europeia – não

apenas a alemã – atingiram o ponto da ruptura quando esse setor do movimento operário decidiu aderir a suas burguesias nacionais e votou os créditos de guerra, apoiando seus "Estados nacionais" no processo de promover uma guerra interimperialista sustentada sobre a carnificina do proletariado europeu, posto no *front* para se autodestruir em nome do aumento do poder de "suas" burguesias nacionais. Ou seja, quando a direção socialdemocrata de boa parte do proletariado europeu decidiu elevar sua fidelidade às "nações" a um posto mais alto que sua independência de classe, submetendo a classe operária a derramar seu sangue em nome do pretenso bem comum nacional, Lênin se opôs frontalmente, tendo, inclusive, trabalhado ativamente pela ruptura do movimento operário tal como tinha se apresentado até ali, o que levou à cisão entre comunistas e socialdemocratas.

Já vimos – nesta mesma Parte III, cap. 07, item "b" – que Lênin qualificou a posição socialdemocrata de *nacionalismo pequeno-burguês*. Considerou-a a culminação de todo um longo processo de revisionismo que já vinha paulatinamente corroendo a firmeza política da maioria dos estratos dirigentes da socialdemocracia, e que passava por sua defesa de um caminho democrático ao socialismo. Vê-se, assim, que a ruptura entre comunistas e socialdemocratas não se deu em torno de uma questão menor, mas, simplesmente, de se o proletariado reivindicaria ou não como "sua" a I Guerra Mundial, reivindicação essa que passava necessariamente pela consideração como "seu" de cada Estado nacional europeu, elevado à condição de referência posta na frente do pertencimento de classe, que é, como já vimos, necessariamente internacional.

Coutinho tinha outra interpretação, bastante afastada daquela do revolucionário russo, sobre o papel da socialdemocracia na história do movimento operário, assim como sobre o problema da relação entre comunistas e socialdemocracia. Quanto ao papel da socialdemocracia, o autor – embora sempre fazendo questão de diferenciar sua posição política da posição socialdemocrata, que teria sido "pouco reformista", tendo preferido "gerir o capitalismo a aprofundar o processo de reforma" sempre que esse ameaçou se chocar contra aquele (COUTINHO, [2002] 2006a[8], p. 127) – afirmou reiteradas vezes a seguinte posição:

> A socialdemocracia do início do século XX foi lúcida ao se dar conta de que era possível empreender reformas, e empenhou-se nesse sentido. O conjunto dessas reformas configurou o *Welfare State*, que foi a maior vitória da classe operária no quadro da ordem capitalista. (COUTINHO, [2002] 2006a[8], p. 126).

Já quanto à relação entre comunistas e socialdemocratas, afirmava o autor:

> Penso ser chegado o momento de superar definitivamente os anátemas resultantes da divisão do movimento operário em 1917 (divisão pela qual, decerto, a socialdemocracia é em grande parte responsável) *e reconhecer claramente que essa opção dos socialdemocratas pelo reformismo possibilitou às classes trabalhadoras do "Ocidente" significativas e duradouras conquistas sociais e democráticas, certamente mais amplas – sobretudo no que se refere à democracia – do que aquelas obtidas nos países "orientais" que seguiram um caminho não capitalista (nos países do chamado socialismo real).* (COUTINHO, [1992] 2008b$_1$, p. 44 – grifo meu).

Note-se que a defesa da superação da divisão entre comunistas e socialdemocratas tem no pensamento coutiniano *uma dimensão programática, normativa*: trata-se de um objetivo político a ser atingido, para nosso autor, no sentido de superar a debilidade do movimento operário e fortalecer a possibilidade de construção do socialismo. É nesse sentido que ele afirma, no trecho imediatamente seguinte à passagem citada acima, que o reconhecimento por parte dos comunistas do caráter acertado da "opção dos socialdemocratas pelo reformismo" se constituiria na "condição para superar o antagonismo entre 'comunismo histórico' e socialdemocracia, que se tornou um poderoso obstáculo ao fortalecimento do movimento dos trabalhadores em sua luta mundial pelo socialismo e pela democracia" (COUTINHO, [1992] 2008b$_1$, p. 44).

É claro que essa posição é fortemente legatária do *compromesso storico* berlingueriano, mas reduzi-la àquele seria ignorar a profundidade teórica da posição coutiniana e a especificidade de sua fundamentação: podemos dizer que o acúmulo eurocomunista constitui, nela, mais um dos componentes, ainda que tenha o peso importante de ser operação de política prática, incidindo na realidade no exato momento em que nosso autor concretizava o giro para a consolidação da concepção de mundo unitária e coerente expressa em seu pensamento político maduro – muito maior, portanto, do que o peso de colocações meramente teóricas que não tivessem incidência alguma sobre o real, e pedindo a urgência que a prática demanda.

Para que a defesa desse programa de unidade fosse possível, Coutinho minimizou as razões da ruptura entre os dois grupos, aderindo a uma reinterpretação peculiar da história do movimento operário, divergente da interpretação lenineana de que a decisão socialdemocrata de aderir à I Guerra Mundial em 1914 (e não em 1917, como aparece no

texto coutiniano citado acima) fosse a culminação de todo o seu caminho revisionista anterior, aí incluída a consideração da democracia parlamentar como um regime em disputa ao qual poderia ser atribuído outro conteúdo de classe caso viesse a ser controlado pelo proletariado, donde a adesão da classe operária à defesa do Estado, e, portanto, à reivindicação dos interesses do Estado nacional como seus.

A *ruptura entre comunistas e socialdemocratas* foi (e teve de ser) transformada, no pensamento coutiniano, de necessidade em casualidade, em um *episódio infeliz* que poderia ser superado desde que ambas as frações do movimento operário se dessem conta da superioridade, para o Ocidente, da estratégia reformista num quadro de acúmulo de forças rumo ao objetivo final socialista / comunista. Ou seja: pelo menos de um ponto de vista teórico, bastaria *unir a estratégia socialdemocrata ao objetivo final comunista* para superar os assim chamados anátemas resultantes da divisão do movimento operário em 1917.

Para Coutinho, a estratégia socialdemocrata não podia ter relação direta, nem ser a causa última, da capitulação socialdemocrata perante a burguesia imperialista beligerante em 1914. Afinal, ele próprio defendia posições próximas àquelas, ainda que as reivindicasse a partir de outro lugar – a princípio de dentro de um Partido Comunista vinculado ao movimento comunista internacional (e, antes de sua autodissolução em 1943, à III Internacional), no âmbito do qual se deu sua formação intelectual e política, referência que mesmo depois ele nunca se dispôs a abandonar, tendo sempre permanecido fiel à reivindicação do comunismo, da tradição marxista, do pensamento de Marx e Engels.

Tal localização política levou Coutinho a apresentar e a enfatizar, em diversos textos, o que considerava serem elementos para a superação da concepção restrita ou abstrata do Estado supostamente presentes já em Marx, Engels e até mesmo em Lênin, conduzindo-o a interpretações problemáticas do sentido do pensamento político desses autores, marcadas pela busca da adaptação desse pensamento à defesa da democracia como caminho do socialismo.

O ponto de partida para tais interpretações reside na necessidade de dar resposta à seguinte demanda política:

> A reavaliação da questão democrática num plano teórico-geral me foi imposta, antes de mais nada, pela necessidade de repensar a experiência dos países do chamado socialismo real. Era evidente que aqueles países não tinham solucionado a questão democrática tal como me parecia que ela devesse ser resolvida. Isso me levou também a reler melhor a própria

> tradição do pensamento marxista a respeito dessa questão. (COUTINHO, 1986, p. 61).

Examinemos com um pouco mais de cuidado a argumentação que Coutinho mobiliza para sustentar essa releitura, que passa pela afirmação de que nos três casos de Marx, Engels e Lênin teriam aparecido, em seus escritos de fim de vida, elementos indicativos de uma reavaliação do papel da democracia na transição ao socialismo[241].

No caso dos dois primeiros, o movimento de crítica à concepção explosiva anterior teria se expressado ao se darem conta das primeiras consequências do processo de socialização da política e de surgimento da sociedade civil então em curso nos Estados de capitalismo avançado no momento de sua transição à fase monopolista do capitalismo (recorde-se que Marx falece em 1883 e Engels em 1895, e que a fase monopolista do capitalismo começa, de acordo com Lênin, exatamente no último quarto do século XIX, especialmente a partir da década de 1890).

No caso do último, o passo teria se dado ao se voltar para o cenário internacional no processo de consolidação do controle do proletariado sobre o Estado na Rússia soviética e a partir da consolidação da III Internacional, relacionada à necessidade de expandir a revolução ao Ocidente – que teria apresentado a ele novas exigências que demandaram novas respostas no campo da política.

Quanto ao "último Engels", o velho comunista teria, no fim de sua vida (especialmente numa famosa *Introdução* publicada em 1895, à qual retornarei adiante), revisto suas posições explosivas e baseadas na concepção restrita do Estado, tendo passado a sustentar uma estratégia de transição ao socialismo baseada na luta institucional. Quanto ao velho Marx, teria defendido a possibilidade de um caminho pacífico essencialmente parlamentar para o socialismo em um discurso proferido em 1873 em Amsterdã. Tais mudanças de posição dos velhos Marx e Engels teriam sua raiz na complexificação histórica do Estado cujo início teriam presenciado em seus últimos anos de vida (especialmente Engels, cuja vida se estendeu 12 anos mais que a do amigo).

Quanto a Lênin, Coutinho afirma a importância dos matizes (que ele chama de "correções") que teria introduzido progressivamente em sua

---

[241] Os elementos referidos aqui sobre as supostas mudanças de posição de Marx, Engels e Lênin podem ser encontrados em diversos textos coutinianos de fácil acesso e distribuídos ao longo de toda a extensão de seu pensamento maduro, tais como: COUTINHO, 1980a$_2$, pp. 50-51; COUTINHO, [1982-83] 2008a$_2$, pp.81-87; COUTINHO, 1985, pp.26-29 e 37 e 39; COUTINHO, [1985] 2008a$_1$, pp. 25-29, e 33-37; COUTINHO, [1991] 2008b$_7$, p.178; COUTINHO, [1997] 2011a$_3$, p. 75.

concepção do Estado e da revolução a partir de 1919, "relativizando explicitamente o valor da experiência da revolução soviética e advertindo para os equívocos de sua generalização para os países ocidentais" (COUTINHO, [1985] 2008a$_1$, pp. 36-37).

É claro que tudo isso introduz uma questão que terá importantíssimos desdobramentos no pensamento coutiniano: se Marx e Engels já apontavam para a possibilidade de um caminho democrático, institucional, parlamentar ao socialismo, e Lênin, ao se voltar para o Ocidente, já começara a rever sua concepção restrita do Estado (o que para Coutinho se manifesta na sua propositura da tática da Frente Única a partir de 1921 – COUTINHO, 1980a$_2$, p. 51), então as raízes ou os germes para a superação da divisão entre socialdemocracia e comunistas já estariam nos próprios Marx, Engels e até mesmo em Lênin, e residiriam na aceitação por parte dos comunistas da estratégia socialdemocrata[242].

Essa posição coutiniana tem um importante precedente histórico, anterior ao eurocomunismo: trata-se da "Internacional 2 ½", especialmente do grupo que ficou conhecido como austro-marxista. As aproximações entre o pensamento coutiniano e o austro-marxismo não param por aí e são reivindicadas por ele próprio em diferentes textos, já que os austro-marxistas (cujo pensamento é representado no trabalho coutiniano especialmente por Max Adler e Otto Bauer) teriam sido os pioneiros do engajamento comunista no caminho estratégico que Coutinho considerava o correto, buscando constituir um meio termo entre comunistas e socialdemocratas.

Passemos a ele a palavra sobre o assunto:

> Otto Bauer e Max Adler foram certamente responsáveis por uma das mais brilhantes e originais reflexões marxistas no período situado entre as duas guerras mundiais. [...] essa originalidade se expressa no esforço pioneiro – que seria retomado em outro nível, nos anos 70, pelo chamado "eurocomunismo" – de encontrar uma "terceira via" entre o reformismo socialdemocrata [...] e o bolchevismo [...]. Mas, apesar disso, o austro-marxismo não foi capaz de se tornar um efetivo ponto de inflexão na história da teoria política marxista [...]. No que se refere ao conceito de revolução, eles não lograram uma efetiva superação *dialética* de reformismo e bolchevismo, mas chegaram apenas a uma combinação eclética ou a uma

[242] Coutinho sem dúvida força a mão: Lênin foi ator central na referida divisão, e as razões são fartissimamente documentadas em seus textos do período compreendido entre 1914 e 1917.

> oscilação pendular entre essas duas correntes em que então se dividia o movimento operário e socialista. E isso vale inclusive para a proposta de "socialismo integral" (uma síntese entre a experiência soviética de planejamento e a tradição democrática do socialismo ocidental) [...]. (COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 49).

Para Coutinho, a síntese necessária rumo à realização do objetivo da superação dialética de reformismo e bolchevismo teria sido atingida, a partir da elaboração assentada sobre a contribuição fundamental da reflexão carcerária de Gramsci, pela escola gramsciana eurocomunista, especialmente – mas não exclusivamente – por Pietro Ingrao e Nicos Poulantzas, passando por Palmiro Togliatti. Note-se, de modo meramente ilustrativo, a sucessão dos títulos dos itens do capítulo de seu *A dualidade de poderes* dedicado à discussão da *Ampliação da teoria do Estado e a concepção da revolução como processo*: item 3.1, *Grandezas e limites do austromarxismo*; item 3.2, *O ponto de inflexão: o Gramsci da maturidade*; item 3.3, *A dualidade de poderes na "escola gramsciana": de Togliatti a Poulantzas*.

Esse item 3.3 – que é ele mesmo a culminação do ensaio, onde se encontra a explicitação coutiniana de seus referenciais teóricos centrais para a formulação da resposta que se está a buscar – tem seu ponto culminante na afirmação da importância de uma síntese entre a "tradição comunista italiana" e a "obra tardia de Nicos Poulantzas", que, "a partir de Gramsci e com resultados substancialmente convergentes", explicitariam ambas "uma nova teoria do Estado e uma nova teoria da revolução, substancialmente adequadas ao nosso tempo" (COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 68).

É essa a leitura mais especificamente coutiniana do eurocomunismo como referência estratégico-teórica, e é isso que justifica a seguinte observação de um comentador já nosso conhecido:

> Notável no pensamento de Coutinho é o fato de que no capítulo que dedica à estratégia socialista em Gramsci em um livro dedicado ao pensamento deste, comece com o marxista sardo, mas rapidamente passe a Palmiro Togliatti, Giorgio Amendola, Pietro Ingrao e outros dirigentes do PCI (BIANCHI, 2006, p. 35, nota 5).

Trata-se, para o marxista baiano, de encontrar, seguindo o fio da tradição marxista, a linha que remonte à defesa da importância da democracia pelos clássicos, e, aproveitando crítica e criadoramente sua contribuição, apresentar soluções políticas substancialmente adequadas ao nosso tempo. Se o autor foi bem-sucedido ou não é outra história,

mas tudo indica que era essa a sua intenção ao formular as posições que vimos estudando.

Quanto a Marx e Engels, é importante citar apenas um dentre muitos exemplos onde se expressa tal interpretação coutiniana:

> O importante é ressaltar que o próprio Marx e, sobretudo, Engels abandonaram mais tarde essa teoria [da revolução explosiva baseada em uma concepção restrita do Estado – V.N.]: reconhecendo as novas determinações tanto do Estado quanto da luta de classes surgidas após 1850, Marx chegou a falar da possibilidade de uma revolução pacífica e parlamentar nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Holanda, enquanto Engels propôs em 1895, no ano de sua morte, uma estratégia completamente nova de transição ao socialismo, que tinha como ponto de partida a auto-organização das maiorias e a luta institucional. (COUTINHO, [1991] 2008b[7], p. 178).

Quanto a Lênin, a posição de Coutinho dá indicações claras de ter mudado com o tempo: se no início dos anos 1980 ele o considerava no mesmo nível de importância de Marx e Engels enquanto referência teórica para o tratamento da questão da democracia, inclusive para se pensar a política presente, a partir da segunda metade da década essa referência já se torna bem mais distante.

Isso pode ser observado na passagem a seguir:

> E aqui faço uma primeira autocrítica: o fato de o ensaio [*A democracia como valor universal* – V.N.] estar inserido num processo de luta interna me levou, de modo inconsciente, a avaliar de modo pouco crítico o legado de Lênin à compreensão da democracia. O ensaio começa com a ideia de que Lênin é o ponto de partida dessa tentativa de reavaliação positiva da democracia: hoje, estou convencido de que não é bem assim. Acho que, embora Lênin não seja Stalin [...], há na obra dele vários elementos extremamente problemáticos a respeito do conceito de democracia. O primeiro deles, eu diria, é a excessiva preocupação em adjetivar a democracia, terminando por subestimar o substantivo: a preocupação, por exemplo, de distinguir radicalmente entre democracia burguesa e democracia proletária. [...] *A revolução proletária e o renegado Kautsky* [...] me parece um livro teoricamente insustentável. Há nele não só o abandono de qualquer elemento da tradição liberal, mas até mesmo de alguns princípios básicos do que seja democracia em qualquer sentido da palavra. (COUTINHO, 1986, pp. 61-62).

A partir desse momento, a ênfase coutiniana desloca-se mais e mais em direção a um aspecto que já estava presente em sua interpretação anterior de Lênin, que vai se tornando o predominante com o passar dos anos: o líder bolchevique passa paulatinamente a ser encarado como um grande revolucionário, sim, mas cuja contribuição essencial se encontra presa à situação "oriental" em que atuou, tendo de ser refutada em diversos pontos importantes para ser aproveitada como fonte de inspiração para o formulador comunista "ocidental".

Quanto a isso, vale dar dois exemplos. O primeiro é a ressalva contida no *Prefácio* do livro *Democracia e socialismo: questões de princípio*, publicado em 1992. Nesse texto, Coutinho, após afirmar que continua sustentando as posições defendidas em 1979 em seu famoso ensaio *A democracia como valor universal* ("no essencial, eu estava no caminho certo" – COUTINHO, 1992, p. 08), faz a ressalva de que, por outro lado, no primeiro dos textos publicados no livro mais recente ele buscaria "superar algumas limitações do antigo ensaio no que se refere às 'questões de princípio' (com o abandono definitivo de uma residual ortodoxia 'leninista')" (COUTINHO, 1992, p. 09).

O segundo exemplo consiste na condenação do fato de que Lênin e os bolcheviques tenham ignorado a suposta revisão empreendida por Marx, Engels e, em sua sequência, pela socialdemocracia, e na sustentação contra eles da posição de Karl Kautsky, expoente teórico daquele grupamento político:

> Se Lênin e os bolcheviques ignoraram essa decisiva revisão, o mesmo não pode ser dito de outros importantes pensadores marxistas da época. Kautsky, por exemplo, deu-se conta – na primeira década do século [isto é, ainda antes do racha entre comunistas e socialdemocratas – V.N.] – de que haviam amadurecido as condições para que a luta de classes passasse da "estratégia da derrubada", organizada em torno da inevitabilidade de um choque frontal com o Estado, para a "estratégia do desgaste", que pressupunha (para usar a expressão de Engels em 1895) um "trabalho longo e perseverante" através das instituições. (COUTINHO, [1991] 2008b[7], p. 178-9).

A questão apresentada aqui e seu lugar não são menores no exame do sentido do pensamento político coutiniano, e devem ser submetidas ao teste da crítica. Procedo agora à discussão dessas afirmações coutinianas no que diz respeito a Marx e Engels, confrontando-as com a obra dos próprios autores citados.

Partamos da afirmação coutiniana sobre a revisão de Marx

quanto a suas posições. Todas as vezes em que se refere a essa pretendida revisão, Coutinho recorre à mesma citação que comprovaria a mudança da posição marxiana.

Vejamos a partir de duas citações do próprio autor:

> Marx admitia, por exemplo, que certos países – nos quais o peso da burocracia estatal não fosse excessivo e, por conseguinte, fosse grande o papel do parlamento e de outros mecanismos de controle social do Estado – podiam conhecer uma transição pacífica, até mesmo parlamentar, para o socialismo; e ele dava como exemplos os casos da Inglaterra, dos Estados unidos e, presumivelmente, da Holanda. (COUTINHO, [1982-3] 2008a$_2$, p. 81).

E ainda:

> [...] [Marx] já estava atento, em 1871, para o fato de que o Estado capitalista pode se "ampliar" (ou já se ampliou): em países como a Inglaterra, os Estados Unidos e a Holanda, por exemplo, o Estado não se reduziria a uma "máquina burocrático-militar", mas teria estendido sua faixa de atuação mediante o desenvolvimento de aparelhos consensuais (parlamento etc.) que implicam e/ou resultam de um "pacto". (COUTINHO, [1985] 2008a$_1$, pp. 34-35 – a redação original, ligeiramente diferente, encontra-se em COUTINHO, 1985, pp. 36-37).

As citações coutinianas são indiretas, e ele remete o leitor a uma única fonte para conferi-las. No caso da primeira citação:

> Cf. o discurso pronunciado por Marx em Amsterdã, em 1873, por ocasião de um congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, citado por Maximilien Rubel, *Crónica de Marx*, Barcelona, Anagrama, 1963, p. 134. (COUTINHO, [1982-3] 2008a$_2$, p. 81, nota 15).

E no caso da segunda:

> O escasso peso da máquina burocrática nesses três países, segundo Marx, justificaria a possibilidade nos mesmos de um caminho pacífico (essencialmente parlamentar) para o socialismo. Foi o que ele admitiu explicitamente num discurso pronunciado em Amsterdã, em 8 de setembro de 1873, por ocasião de um congresso da Associação Internacional dos

> Trabalhadores (citado em Maximilien Rubel, *Crónica de Marx*, Barcelona, Anagrama, 1963, p. 134). (COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 35).

Será útil, para o propósito de verificar se tais afirmações estão ou não corretas, consultar diretamente as *Obras* de Marx e Engels (*MEGA*, ou *MECW* na versão em inglês), especificamente seu volume de número XXIII (que abrange o período compreendido entre 1871 e 1873) onde consta o referido discurso entre as páginas 254 e 256.

Cabe aqui uma correção: o referido discurso parece ter sido proferido não em 8 de setembro de 1873, mas sim na mesma data no ano anterior, 1872, imediatamente após o V Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores[243]. Na sequência imediata daquele Congresso, realizado na Haia entre os dias 2 e 7 de setembro do mesmo ano, Marx discursou em francês e em alemão para a maioria dos delegados, trasladados a Amsterdã para tomar contato com a seção local da Internacional. Houve outros tribunos.

O discurso de Marx foi publicado nas imprensas de Holanda, Bélgica, França, Espanha, Alemanha e Inglaterra, de acordo com o registro de J. G. Eccarius[244]. Nas *Obras* de Marx e Engels o discurso aparece em duas versões: no corpo do texto, a que foi publicada originalmente em francês no jornal *La liberté* de 15 de setembro de 1872; em extensa nota, a versão em alemão publicada no jornal *Der Volskstaat* de 2 de outubro de 1872.

Traduzo a seguir a passagem em que Marx pretensamente sustenta a possibilidade de uma estratégia democrática ou parlamentar ao socialismo, primeiro na versão publicada originalmente em francês:

> Um dia o trabalhador terá de apoderar-se da supremacia política para estabelecer a nova organização do trabalho; terá de subjugar a velha política sobre a qual repousam as velhas instituições se quiser escapar ao destino dos velhos cristãos que, negligenciando e desprezando a política, nunca viram seu reino na terra.

---

[243] As informações sobre esse discurso arroladas no presente trabalho constam em MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 23, nas seguintes seções: *Preface* (especialmente p. XIX), *On the Hague Congress* (pp. 254-256), *Notes* (especialmente a nota nº 194, pp. 687-688).

[244] Johann Georg Eccarius, alfaiate, foi figura de destaque no movimento operário alemão e internacional na segunda metade do século XIX. Membro do Conselho Geral da Internacional de 1864 a 1872, foi seu secretário-geral de 1867 a maio de 1871, além de secretário-correspondente para os Estados Unidos entre 1870 e 1872. Cf. MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 23, p. 735.

> Mas nós de modo algum reclamamos que os meios para se atingir esse objetivo sejam idênticos em todo lugar.
> Sabemos que as instituições, costumes e tradições nos diferentes países devem ser levados em conta; e não negamos a existência de países como a América, a Inglaterra, e, se eu conhecesse melhor suas instituições, sugeriria que também a Holanda, onde os trabalhadores podem atingir seus objetivos através de meios pacíficos. Se isso é verdade, devemos também admitir que na maioria dos países do Continente é a força que deve ser a alavanca de nossa revolução; é à força que se deve recorrer por um tempo de modo a estabelecer a lei dos trabalhadores. (MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 23, p. 255).

E agora na versão publicada originalmente em alemão (atente-se para que, nesta segunda versão, a própria forma já aponta para um problema, a ser discutido logo a seguir):

> O tribuno defendeu o uso da força quando outros meios não produzissem resultados. Barricadas não seriam necessárias na América do Norte porque o proletariado poderia, se quisesse, atingir a vitória através das eleições. O mesmo se aplicaria à Inglaterra e a alguns outros países onde a classe trabalhadora goza de liberdade de expressão. Mas na maioria esmagadora dos Estados a revolução deve substituir a legalidade porque de outro modo [...] não seria possível atingir o objetivo necessário. (MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 23, p. 688 – nota 194).

Note-se que, no conteúdo dessas passagens, o que aparece não é a defesa de um caminho parlamentar ao socialismo: trata-se, antes de tudo, da exortação a que o proletariado se assenhore do poder político aliada ao reconhecimento das especificidades táticas para isso nos diferentes países. Em ambas as versões está explícita a colocação de que, naquele momento, na maioria dos países a força deveria ser a alavanca da revolução ou substituir a legalidade para que se atingisse o objetivo necessário.

Mas há, ainda, outro problema digno de consideração nesse debate sobre *o que Marx teria querido dizer* exatamente na primeira ou na segunda versão citadas. É que ambas as versões desse discurso publicadas nas *Obras* de Marx e Engels não parecem ter sido editadas a partir dos manuscritos originais de Marx, mas dos relatos dos correspondentes dos citados jornais. Isso vale não apenas para a

segunda versão, em que a própria forma da escrita já explicita esse fato, mas também para a primeira, que por sinal tem o seguinte subtítulo na publicação em questão: *Um relato de correspondente de um discurso proferido em encontro em Amsterdã em 8 de setembro de 1872* (cf. MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 23, p. 254). Ali, a *forma* escolhida para o relato foi a utilização da primeira pessoa do plural, dando a impressão de que se tratava da reprodução do discurso autógrafo de Marx – mas o subtítulo indica que não, e que se trata, isto sim, de *relato* de seu discurso.

Ou seja: ao que parece, a única vez em que Marx teria falado da possibilidade de uma "transição pacífica, até mesmo parlamentar" (como afirmou Coutinho) ao socialismo, sequer foi ele quem falou, ou pelo menos não se dispunha, até o momento em que Coutinho sustentou as afirmações que examinamos, de material autógrafo que sustentasse tal perspectiva.

Não se trata aqui de trabalho de exploração de filigrana: se Marx houvesse escrito, ao longo de sua produtivíssima vida intelectual – ou pelo menos ao longo dos 11 anos de vida que ainda lhe restaram após esse famoso e tão citado discurso –, um conjunto de textos que corroborassem e enchessem de conteúdo o frágil material citado, sustentando e dando solidez à interpretação que enxerga nesse pronunciamento uma virada em suas perspectivas políticas, vá lá. Acontece que o caso é precisamente o contrário: nos anos de atividade intelectual que lhe restaram, Marx não formulou uma teoria política consistente que permita afirmar com segurança sua adesão a esse caminho.

É *inevitável* ao pesquisador colocar a seguinte pergunta: se as *Obras* de Marx e Engels têm mais de 30.000 páginas, grande parte das quais é de autoria de Marx, o que foi que levou um autor rigoroso e dedicado como Coutinho à empresa no mínimo arriscada de sustentar um pequeno texto, atribuído a Marx, contra muitas páginas de material autógrafo, em diferentes obras escritas em momentos diversos da vida de Marx, que apontam em outra direção?

Passemos agora a Engels.

O tema da revisão da teoria restrita do Estado e da consequente concepção explosiva da revolução por parte do "último Engels" (COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 25) é tratado de modo mais desenvolvido por Coutinho no item *Digressão sobre o último Engels* de seu ensaio sobre *A dualidade de poderes*, no interior do capítulo que apresenta e discute os temas *Teoria restrita do Estado e concepção explosiva da revolução*. No item anterior (*O ponto de partida: Marx e Engels em 1843-1850*) o autor havia sustentado a vinculação do pensamento de Marx e

Engels, especialmente entre os anos de 1843 e 1850 (tendo como textos centrais para a ratificação de sua hipótese *O manifesto do partido comunista* de 1848 e a *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* de 1850), à teoria restrita do Estado e à concepção explosiva da revolução já examinadas no presente trabalho.

O item *Digressão sobre o último Engels* (COUTINHO, [1985] 2008a$_1$, pp. 25-29) é, na sequência, o momento onde Coutinho busca mostrar como o velho Engels, "que viveu doze anos mais do que seu amigo [Marx]" (p. 26), tendo presenciado o desenvolvimento até um nível mais adiantado das formações estatais características do capitalismo monopolista (ou seja, tendo visto os fenômenos objetivos do surgimento da sociedade civil, da ampliação do Estado, das transformações no âmbito militar etc.), "empreende explicitamente uma autocrítica das posições que, juntamente com Marx, adotara no período que antes analisamos, ou seja, entre 1848 e 1850" .

O texto engelsiano sobre o qual se fundamenta Coutinho para a sustentação dessa ideia é "a famosa 'Introdução' que Engels escreveu em 1895, pouco antes de sua morte, para a reedição de *As lutas de classe na França*, texto publicado originalmente por Marx em 1850" (COUTINHO, [1985] 2008a$_1$, p. 26). Nela, supostamente como consequência de profunda autocrítica, Coutinho afirma que Engels defenderia "algumas novas propostas estratégicas para o movimento operário, as quais se encaminham no sentido do que chamei de 'concepção processual' da transição ao socialismo" (COUTINHO, [1985] 2008a$_1$, p. 26).

Para ratificar essa afirmação, o autor recorre especialmente à seguinte citação do referido texto:

> Se as condições mudaram na guerra entre os povos, não mudaram menos para a luta de classes. Passou o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias [grifo meu] conscientes à frente de massas inconscientes. Onde quer que se trate de transformar completamente a organização da sociedade, cumpre que as próprias massas nisso cooperem, que já tenham elas próprias compreendido do que se trata. [grifo meu] [...] Mas, para que as massas compreendam o que é necessário fazer, é mister um trabalho longo e perseverante. (ENGELS, *apud* COUTINHO, [1985] 2008a$_1$, p. 26).

Note-se que a Revolução de Outubro, assim como todas as revoluções socialistas do século XX, aconteceram depois da passagem citada, e, no mais, que ela não é em nada incompatível com o que de fato

se passou em revoluções como a russa, a cubana, a iugoslava, a chinesa ou a vietnamita, todas fruto de trabalho longo, paciente e perseverante da parte de comunistas à frente de massas bastante conscientes e que deram inúmeras demonstrações de compreender bastante bem o que faziam.

Pode-se ainda buscar onde é que Engels afirma, na citação acima, a exclusividade da tática democrática, elevada à condição de via e subordinando a partir daí a estratégia que passa a excluir de sua realização qualquer outra tática que envolva o combate aberto, defendida na concepção cara a Coutinho. Não se vai encontrar isso no texto.

Entretanto, lendo-se na íntegra o texto engelsiano, vamos encontrar muitas outras passagens que contradizem explícita e expressamente a exclusividade da luta democrática advogada por Coutinho. Tais passagens não foram mobilizadas na citação coutiniana acima, o que é mais um episódio em uma longa história muito anterior ao próprio marxista baiano: esses trechos foram excluídos em diversas edições do texto engelsiano, inclusive em vida deste, e isso provocou protestos da parte do próprio Engels.

Avaliemos a fundamentação coutiniana de que o Engels tardio teria sido "o primeiro marxista a empreender o processo de 'ampliação' da teoria do Estado" (COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 28) que se teria dado "como resposta à ampliação efetiva que se processou na esfera política no último terço do século XIX" e que teria levado o velho comunista a modificar "de modo mais ou menos substancial a ideia de que a transição para o socialismo – a revolução – implica a criação de um contra-poder armado dos proletários e a 'destruição violenta' de toda a velha máquina estatal" .

Esse processo de "ampliação" da teoria do Estado por Engels também teria significado, na avaliação de Coutinho, uma adesão do experiente revolucionário a uma "determinação 'consensual' ou 'contratualista'" do Estado (COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 28), ou seja, à concepção do Estado burguês como oriundo de um contrato (adesão essa à qual procedeu Coutinho e que, como já vimos, ele atribuiu a Engels e a Gramsci).

Coutinho desenvolve tal ideia nesta passagem:

> É interessante notar que essa nova concepção do processo revolucionário – que implica um 'trabalho longo e perseverante' e que só justifica a violência como resposta à violência (à quebra da legalidade) desencadeada pela própria classe dominante – apoia-se numa *nova formulação do conceito de Estado*: esse não é mais visto por Engels como simples "comitê das classes dominantes", mas aparece agora como *fruto de um contrato*: "O

> Império Alemão, como todos os pequenos Estados e, em geral, *todos os Estados modernos, é produto de um pacto*; primeiramente, de um pacto dos príncipes entre si e, depois, *dos príncipes com o povo*. Se uma dessas partes quebra o pacto, todo ele é nulo e a outra parte está desobrigada" (COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 27).

Tais afirmações não me parecem resistir à leitura detalhada do texto engelsiano. Entretanto, certamente exprimem a posição de Coutinho sobre o assunto. A sofisticação desse texto e a forte polêmica que historicamente se estabeleceu em torno dele exigirá uma exposição um pouco mais longa. Ater-me-ei aos pontos fundamentais.

No texto em questão, Engels *certamente procede a uma autocrítica* em relação ao modo como ele e Marx encararam num primeiro momento os eventos de 1848-1850. Mas ela não vai no sentido que sugere Coutinho. No lugar da refutação do suposto par concepção explosiva da revolução / teoria restrita do Estado, seguida por uma adesão a uma suposta concepção processual da transição socialista e à teoria contratualista combinada a uma ampliação do conceito do Estado burguês, o que se vê é uma autocrítica em três eixos – os dois primeiros voltados para a correção de erros passados, e o terceiro propondo uma orientação para o futuro.

O primeiro ponto é *uma autocrítica à concepção imediatista e muito diretamente ligada à dinâmica das crises cíclicas do capital* que Marx e Engels tinham da revolução na virada para os anos 1850:

> Quando a Revolução de Fevereiro estourou, todos nós, até onde estavam implicadas nossas concepções das condições e do curso dos movimentos revolucionários, nos encontrávamos sob a influência da experiência histórica anterior, particularmente daquela da França. Era ela, de fato, que dominava toda a história europeia desde 1789, e foi dela que veio mais uma vez o sinal para uma mudança revolucionária. Era, portanto, natural e inevitável que nossas concepções da natureza e do curso da revolução "social" proclamada em Paris em Fevereiro de 1848, da revolução do proletariado, fossem fortemente coloridas por memórias dos modelos de 1789 e 1830. [...] quando mesmo a vitória de sua classe abalou tanto a burguesia de todos os países que ela correu de volta aos braços da reação monarquista-feudal que apenas vinha de ser derrubada – *não podia haver dúvida para nós [...] de que a grande batalha decisiva havia começado, de que ela teria de ser lutada em um único, longo e turbulento período revolucionário, mas de que*

> *terminaria inevitavelmente na vitória do proletariado.*
> Depois das derrotas de 1849 [...] nós declaramos, ainda no outono de 1850, que pelo menos o *primeiro* capítulo do período revolucionário estava encerrado e que *não se deveriam alimentar expectativas até o advento de uma nova crise econômica mundial*. Por essa razão fomos excomungados, como traidores da revolução, pelas mesmas pessoas que posteriormente, quase sem exceção, se meteram em acordo com Bismarck [...].
> Mas a história mostrou que nós também estávamos errados, e que nosso ponto de vista naquele tempo era uma ilusão. (ENGELS [1895], in MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 27, pp. 509-510 – grifos meus).

O segundo ponto, intimamente ligado ao primeiro, é *uma autocrítica em relação à avaliação marx-engelsiana anterior de que as condições econômicas para a revolução proletária já estavam maduras* para a revolução socialista na Europa continental em 1850, e mesmo em 1870:

> A história mostrou que estávamos errados, assim como todos os que pensavam como nós. Ela deixou claro que o estágio de desenvolvimento econômico no Continente naquele tempo não estava, nem de longe, maduro para a eliminação da produção capitalista; ela provou isso através da revolução econômica que, desde 1848, tomou o conjunto do Continente, e levou a grande indústria a criar profundas raízes na França, Áustria, Hungria, Polônia e, recentemente, na Rússia, ao mesmo tempo em que tornou a Alemanha um país industrial de primeiro plano – tudo isso em bases capitalistas, que portanto em 1848 ainda tinham grande capacidade expansiva. [...] Mas foi precisamente essa revolução industrial que produziu por todo lado a clareza nas relações de classe, tendo removido todo um conjunto de formas intermediárias [...], tendo criado uma burguesia genuína e um genuíno proletariado industrial massivo e os tendo alçado ao primeiro plano do desenvolvimento social. [...] graças a isso, a luta entre essas duas grandes classes, uma luta que, fora da Inglaterra, existia em 1848 apenas em Paris [...], se espalhou por toda a Europa e alcançou uma intensidade inconcebível em 1848. (ENGELS [1895], in MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 27, p. 512).

E ainda:

> [Com a derrota da Comuna de Paris em 1871], mais uma vez foi provado quão impossível era, mesmo então, vinte anos depois do momento descrito em nosso trabalho, o governo da classe trabalhadora. (ENGELS [1895], in MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 27, p. 514).

O terceiro ponto, consequência das autocríticas anteriores e destinado a servir de orientação para o futuro do movimento, era *a aposta na necessidade de um trabalho longo e perseverante junto às massas no sentido de conquista-las politicamente para a construção da revolução*, como condição para que essa se produzisse quando as condições econômicas estiverem maduras. Engels afirma tal programa contrastando as condições da luta entre 1848-50, momento abordado pelo texto marxiano prefaciado, e 1895, momento em que escrevia:

> Naquele tempo [o que havia eram] as diversas revelações obscuras das seitas, com suas panaceias; hoje a *única* geralmente reconhecida, cristalinamente clara teoria de Marx, incisivamente formulando os objetivos últimos da luta. Naquele tempo as massas, fragmentadas e diferindo de acordo com a localidade e a nacionalidade, ligadas apenas pelo sentimento de um sofrimento comum, não desenvolvidas, jogadas sem defesa do entusiasmo ao desespero; hoje o *único* grandioso exército internacional dos socialistas, marchando irresistivelmente em frente e crescendo diariamente em número, organização, disciplina, compreensão e certeza da vitória. Se mesmo esse poderoso exército do proletariado ainda não atingiu seu objetivo, se, longe de obter a vitória através de *um* poderoso golpe, ele deve lentamente avançar de posição em posição em uma luta dura e tenaz, isso prova apenas, de uma vez por todas, como era impossível em 1848 conquistar a transformação social meramente através de um ataque de surpresa. (ENGELS [1895], in MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 27, p. 512).

Ou ainda:

> Onde se trata da transformação completa da organização social, as massas devem elas mesmas estar envolvidas, devem elas mesmas já haver compreendido o que está em jogo, aquilo pelo que estão lutando de corpo e alma. A história dos últimos cinquenta anos nos ensinou isso. Mas para que as massas entendam o que deve ser feito é requerido um trabalho longo, persistente, e é nesse trabalho que estamos agora mergulhados, e com um sucesso que leva o inimigo ao desespero. (ENGELS

[1895], in MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 27, p. 520).

E finalmente:

> Manter esse crescimento prosseguindo sem interrupção até que ele escape para além do controle do seu próprio sistema governamental prevalecente, não desperdiçar as energias dessa força de choque que cresce a cada dia em escaramuças de vanguarda, mas mantê-la intacta até o dia decisivo, essa é nossa principal tarefa. (ENGELS [1895], in MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 27, p. 522).

Note-se que esse terceiro ponto não exclui a necessidade de assalto ao poder burguês. Na verdade, parece antever tal possibilidade, excluindo que se faça isso sem a devida preparação, que para Engels passa, inclusive, pelo fortalecimento institucional e a ocupação de espaços no âmbito da legalidade burguesa.

É esse o sentido da expressão "mantê-la intacta até o dia decisivo" no trecho anterior, como pode ser confirmado pelas seguintes passagens extraídas do mesmo texto:

> Também nos países latinos se está percebendo a cada dia mais que as velhas táticas devem ser revistas. Em todo lugar o exemplo alemão de utilização do sufrágio para ganhar todos os postos acessíveis a nós vem sendo imitado; *em todo lugar o lançamento despreparado de um ataque foi relegado a segundo plano*. (ENGELS [1895], in MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 27, p. 520 – grifo meu).
>
> Só há um meio através do qual o sólido avanço das forças da luta socialista na Alemanha poderiam ser temporariamente paralisadas, e mesmo forçadas a recuar por algum tempo: um choque em grande escala com os militares, um derramamento de sangue como aquele de 1871 em Paris. Mas no longo prazo até isso não será possível. Alvejar um partido de milhões é demais mesmo para todas as lojas de armas de Europa e América. Mas [nessa situação] o desenvolvimento normal poderia ser impedido, *a força de choque poderia, talvez, não estar disponível no momento crítico*, o combate decisivo poderia ser adiado, protraído [...]. (ENGELS [1895], in MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 27, p. 522 – grifo meu).
>
> Mesmo no tempo clássico da luta de rua, as barricadas produziam um efeito mais moral que material. Eram um meio de sacudir a convicção dos militares. Se elas aguentassem até que esse efeito se produzisse, a vitória estava assegurada; se não, o

> resultado era a derrota. *Esse é o ponto principal que deve ser observado ao se examinarem as perspectivas da possível luta de rua futura.* (ENGELS [1895], in MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 27, p. 518 – grifo meu).
>
> Os revolucionários teriam que ser loucos se escolhessem de sua própria vontade os novos distritos operários no norte ou leste de Berlim para uma luta de barricadas. *Mas isso significa que no futuro a luta de rua não terá nenhum papel? É claro que não. Isso significa apenas que as condições desde 1848 se tornaram largamente mais desfavoráveis aos combatentes civis e largamente mais favoráveis aos militares. No futuro, a luta de rua pode, portanto, ser vitoriosa apenas se essa situação desfavorável for compensada por outros fatores. Nesse sentido, ela ocorrerá mais raramente no início de uma grande revolução do que em seus estágios finais, e terá de ser executada por forças superiores. Essas, no entanto, podem bem preferir, como na grandiosa Revolução Francesa ou no 4 de setembro e no 31 de outubro de 1870 em Paris, o ataque aberto no lugar da tática passiva das barricadas.* (ENGELS [1895], in MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 27, p. 519 – grifo meu).

O equívoco da interpretação coutiniana do sentido desse texto engelsiano se inscreve em uma longa história de exclusões e deturpações. Deve ser, é claro, diferenciado em relação às distorções intencionais que examinaremos a seguir. Entretanto, não podemos deixar de examiná-las, pois tiveram ampla influência na formação de gerações de militantes do MCI, e podem ter influído nos processos de acomodação à ordem burguesa anteriormente estudados.

Quando da primeira publicação do referido texto por Wilhelm Liebknecht na revista *Neue Zeit* do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD), todas as partes em itálico, assinaladas com *grifo meu* nas citações engelsianas acima, *foram intencionalmente excluídas da publicação original do texto engelsiano sem o conhecimento do autor, que protestou energicamente contra tal exclusão.* Segundo o próprio Engels, ela teria falseado completamente o sentido do texto, conferindo a ele, velho revolucionário experimentado nas *lutas* do proletariado, a "aparência *vergonhosa* [*disgraceful impression*]" de um "amante da paz, proponente da legalidade a todo custo"[245] (ENGELS [1895], in MARX e ENGELS,

[245] As cartas em que Engels expressou seu desacordo, que datam já dos últimos meses de sua vida, foram citadas por João Quartim de Moraes em texto escrito com o propósito explícito e declarado de polemizar contra as posições coutinianas acerca da democracia (MORAES, 2001, p. 37). Foi através das datas mencionadas nesse texto que localizei as duas cartas no vol. 50 das

[1893-1895] 2010, p. 486).

Permito-me reproduzir parte das referidas cartas para que o leitor acompanhe a irritação engelsiana, de modo a deixar claro que uma interpretação desse texto como a coutiniana não parece ser autorizada pelo próprio Engels. Elas se encontram em MARX e ENGELS, [1893-1895] 2010, pp. 486-490 (vol. 50). Os *grifos* a seguir são todos do autor.

> Londres, 1 de abril de 1895
>
> Querido Barão[246],
>
> Cartão-postal recebido. Fiquei admirado ao ver hoje no *Vorwärts* um excerto de minha "Introdução" que foi *impresso sem meu conhecimento prévio* e rearranjado de tal maneira a me apresentar como um amante da paz, proponente da legalidade *quand même* [em francês no original – a todo custo ou apesar de tudo, V.N.]. É portanto ainda maior minha razão ao querer que ela seja publicada em sua inteireza na *Neue Zeit* de modo a que seja apagada essa vergonhosa impressão. Cuidarei para que a Liebknecht não reste nenhuma dúvida sobre o que eu penso quanto a isso, e o mesmo se aplica àqueles que, independentemente de quem sejam, lhe deram a oportunidade de perverter meus pontos de vista e, o que é ainda pior, sem me dizer nem mesmo uma palavra sobre isso.
>
> [...]
>
> As mais gentis saudações de um lar a outro,
>
> Seu,
> F.E.
>
> =========

Obras Escolhidas de Marx e Engels, e por isso faço questão de registrar publicamente o agradecimento ao professor Quartim e a importância que seu texto teve em meu processo de pesquisa. Entretanto, também não posso deixar de anotar que a controvérsia, no referido texto, nem sempre é conduzida de maneira ponderada, padecendo de desnecessária aspereza e por vezes chegando mesmo a insinuações infundadas contra o marxista baiano – o autor chega, por exemplo, a pôr em dúvida a honestidade intelectual de Coutinho, sem apresentar qualquer fundamentação consistente que o justifique. Ainda assim, certos pontos de sua contribuição têm de ser – e serão – levados em conta nas observações a seguir, devido à sua correção. É claro que assumo total responsabilidade pelo conteúdo e pela forma da abordagem do assunto no presente trabalho.

246 Karl Kautsky, dirigente e principal teórico da socialdemocracia alemã.

> Londres, 3 de abril de 1895
> 41, Regent's Park Road, N. W.
>
> Querido Lafargue[247],
> [...]
> Liebknecht acaba de me pregar uma bela peça. Ele tomou de minha introdução aos artigos de Marx sobre a França de 1848-1850 tudo o que podia servir a seu propósito de defender táticas pacíficas e não-violentas a qualquer preço, que ele decidiu pregar já há algum tempo, especialmente nessa conjuntura de suspensão das leis coercitivas em Berlim. Mas eu defendo essas táticas apenas para a *Alemanha de hoje* e mesmo assim com muitas *reservas*. Para a França, Bélgica, Itália, Áustria, essas táticas não podem ser seguidas como um todo e, para a Alemanha, elas podem se tornar inaplicáveis amanhã. Portanto, por favor espere pelo artigo completo antes de julgá-lo – ele vai provavelmente aparecer na *Neue Zeit*, e já espero as cópias da brochura a qualquer momento. É uma pena que Liebknecht só saiba enxergar em preto e branco. Os matizes não existem para ele.
> [...]
> Saudações dos Freybergers (cuja menininha progride esplendidamente) e de seu,
>
> F. Engels

As cartas deixam clara a repulsa de Engels ao "propósito de defender táticas pacíficas e não-violentas a qualquer preço", assim como sua defesa da necessidade de flexibilidade tática da parte dos comunistas, expressa nas afirmações de que essas táticas seriam válidas "apenas para a *Alemanha de hoje* e mesmo assim com muitas *reservas*" e de que para "a França, Bélgica, Itália, Áustria, essas táticas não podem ser seguidas como um todo e, para a Alemanha, *elas podem se tornar inaplicáveis amanhã*".

Ainda assim, deve-se ter em conta que Coutinho se refere também a outro texto de Engels para sustentar sua interpretação do deslocamento da posição do velho tedesco. A citação é da *Crítica ao Programa de Erfurt*:

> Uma coisa absolutamente certa é que nosso Partido e a classe operária só podem chegar à dominação *sob a forma da república democrática*. Essa última é, inclusive, a forma específica da

[247] Paul Lafargue, dirigente socialista e genro de Marx, casado com sua filha Laura.

> ditadura do proletariado. (ENGELS, *apud* COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 28).

Dela, Coutinho infere o seguinte:

> Portanto, se a luta da classe operária pelo poder, bem como o exercício do seu próprio poder, devem ocorrer nos quadros de uma república democrática, modifica-se de modo mais ou menos substancial a ideia de que a transição para o socialismo – a revolução – implica a criação de um contra-poder armado dos proletários e a "destruição violenta" de toda a máquina estatal. (COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 28).

Note-se que tal interpretação daquelas afirmações engelsianas só se sustentaria se Engels trabalhasse com uma concepção de "república democrática" como um regime consensual, pactuado. Nesse caso, a transição se operaria por consenso, nos marcos do pacto, do acordo, do contrato. Por isso, a interpretação coutiniana dessas últimas afirmações engelsianas se fundamenta diretamente em sua afirmação de Engels como aderente a uma concepção contratualista do Estado burguês – posição que Coutinho imputa a Engels, como já vimos.

Mas essa interpretação não é correta. Engels jamais aderiu a corrente contratualista alguma, nem à "determinação [...] 'contratualista' na determinação do Estado" (COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 28), e a citação engelsiana que Coutinho mobiliza para afirmar essa adesão, que aliás também está na *Introdução* que vimos discutindo até aqui, aparece em seu texto descontextualizada e dando a entender o contrário do que pensava seu autor.

Ali, quando Engels afirma que os Estados modernos são produto de um pacto, trata-se de figura retórica empregada apenas para arrematar, em mal-disfarçada ameaça à burguesia alemã:

> Se um lado quebra o contrato, o contrato inteiro cai por terra; o outro lado então se encontra desobrigado, *como Bismarck nos mostrou tão belamente em 1866. Se, portanto, vocês quebrarem a constituição do Reich, a socialdemocracia é livre, e pode fazer o que bem lhe aprouver a respeito de vocês. Mas dificilmente ela vai matraquear a vocês hoje o que é que ela vai fazer nesse momento.* (ENGELS [1895], in MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 27, p. 523 – grifo meu).

Talvez seja desnecessário dizer que o trecho em itálico acima

também não aparecia na versão originalmente publicada do texto de Engels. Coutinho não dá mostras de ter conhecimento dele.

No mais, a posição engelsiana sobre a república democrática estava a oceanos de distância de sua consideração como um regime consensual e pactuado... Vejamos, para finalizar o presente debate, se a posição do "último Engels" corresponde mesmo à recusa "de modo mais ou menos substancial [da] ideia de que a transição para o socialismo – a revolução – implica a criação de um contra-poder armado dos proletários e a 'destruição violenta' de toda a velha máquina estatal" (COUTINHO, [1985] 2008a[1], p. 28), e também o significado de sua afirmação de que a república democrática seria a forma da ditadura do proletariado.

Com a palavra, o "último Engels":

> [...] na Alemanha em particular, *a crença supersticiosa no Estado foi estendida da filosofia ao senso comum burguês e mesmo à consciência de muitos trabalhadores.* De acordo com essa concepção filosófica, o Estado é a "realização da Ideia", ou o Reino de Deus na Terra, [...] a esfera onde a verdade e a justiça eternas são ou deveriam ser realizadas. Disso deriva uma reverência supersticiosa pelo Estado e tudo que é conectado a ele, que se enraíza ainda mais profundamente a partir do momento em que as pessoas são acostumadas desde a infância a imaginar que os negócios e interesses do conjunto da sociedade não podem ser resguardados de outra maneira diferente daquela do passado, ou seja, através do Estado e de seus oficiais lucrativamente posicionados. *E as pessoas acreditam que deram um passo extremamente corajoso à frente quando se libertaram da crença na monarquia hereditária e juraram lealdade à república democrática. Na realidade, entretanto, o Estado nada mais é que uma máquina para a opressão de uma classe pela outra, e assim é na república democrática tanto quanto na monarquia; e no melhor dos casos, um mal herdado pelo proletariado após sua luta vitoriosa pela supremacia de classe, cujos piores lados o proletariado vitorioso, assim como na Comuna, não pode evitar de ter que podar continuamente e tanto quanto possível até o tempo em que uma geração crescida em condições sociais novas e livres seja capaz de jogar o entulho inteiro do Estado na lixeira.*
>
> *Recentemente, o socialdemocrata ignorante*[248] *se encheu novamente de um saudável terror diante das palavras: Ditadura*

[248] Na publicação na *Neue Zeit*, revista da socialdemocracia alemã, os editores substituíram a expressão "o socialdemocrata ignorante" por "o alemão ignorante". Cf. MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 27, p. 590, nota 165.

> *do Proletariado. Bom e bem, senhores, querem saber a aparência dessa ditadura? Olhem para a Comuna de Paris. Aquilo foi a Ditadura do Proletariado.* (ENGELS [1891], in MARX e ENGELS, [1835-1895] 1978, vol. 27, pp. 190-191).

O texto é de 1891, quatro anos antes da morte do "último Engels", que então contava 71 anos de idade. Dessa vez os trechos em itálico se destinaram apenas a enfatizar a posição engelsiana, não representando, que eu saiba, passagem suprimida de nenhuma edição das obras do comunista alemão. Mais uma vez, entretanto, todo esse trecho, que deixa bem clara a posição engelsiana sobre o assunto, não foi mobilizado por Coutinho para interpretar o pensamento de Engels – induzindo seu leitor a uma compreensão do pensamento engelsiano desautorizada pelo próprio revolucionário alemão.

09e. De Ocidente a Oriente, um puro capitalismo: reformismo revolucionário e progressividade em tempos de contrarreformas

Confrontemos agora, aproximando-nos do encerramento deste estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho, sua caracterização do tempo presente e o que de fato vem ocorrendo nesse tempo, de modo a explicitar certos limites da concepção de mundo que informa aquele pensamento político e apontar alguns problemas em seu emprego para interpretar o real de hoje e pensar política para ele.

Ao caracterizar o tempo presente, Coutinho o definiu como a "época neoliberal" (COUTINHO, [2007] 2008b[4]), marcada por uma situação de *defensiva* do proletariado na luta de classes. Essa situação, o marxista baiano resumiu-a do seguinte modo:

> Na conjuntura em que estamos imersos, as classes trabalhadoras – por muitas razões, entre as quais a chamada "reestruturação produtiva", que pôs fim ao fordismo e, portanto, às formas correspondentes de organização dos operários – têm sido obrigadas a se pôr na defensiva: suas expressões sindicais e político-partidárias sofreram assim um evidente recuo na correlação de forças com o capital. Além disso, com o colapso do "socialismo real", diminuiu em muito a força de atração das ideias socialistas, que uma habilidosa propaganda ideológica identificou como o modelo "estatolátrico" vigente nos países da Europa do Leste. A luta de classes, se continua a existir, não se trava mais em nome da conquista de novos direitos, mas da defesa daqueles já conquistados no passado. (COUTINHO, [2007] 2008b[4], p. 102).

Coutinho não tentou *explicar* tal situação: julgava-se "incompetente para tanto" (p. 91), avaliando que poderia contribuir com mais qualidade para sua *compreensão* através do exame de algumas de suas características à luz de conceitos gramscianos que ele controlava sobejamente. Foi esse o caso no esquadrinhamento, a que procedeu em seus últimos anos, da possibilidade de "compreender muitos fenômenos da época neoliberal através do conceito de *contrarreforma*, que [...] faz parte, ainda que só marginalmente, do aparato categorial de Gramsci" (p. 91 – grifo meu).

Quanto a isso, vale notar, em primeiro lugar, que Coutinho trabalha com esse conceito gramsciano de contrarreforma *em oposição* àquele outro de revolução passiva, como fica claro na seguinte passagem:

> Não temos assim, na época que estamos vivendo, o acolhimento de "uma parte das exigências que vêm de baixo", que Gramsci considerava [...] uma característica essencial das revoluções passivas. Na época neoliberal, não há espaço para aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem-sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no *Welfare*. (COUTINHO, [2007] 2008b[4], p. 102).

Essa oposição se fundamenta na seguinte caracterização coutiniana: a revolução passiva teria de ser um processo em que sempre estivessem conjugados, de um lado, transformações pelo alto, e, de outro lado, *concessões* às classes subalternas no sentido de garantir seu consentimento. Essa interpretação da categoria de revolução passiva se enquadra no esquema estratégico geral coutiniano em que mesmo a modernização pelo alto, enquanto *modernização*, tem de ter como um de seus efeitos colaterais, imprevistos e/ou indesejados pela burguesia ou pelas classes dominantes, a tendência de *avanço* dos subalternos através da transformação das vitórias ou conquistas parciais, obtidas em troca do processo de modernização, em fortalecimento do bloco social galvanizado em torno do proletariado, convertendo-se este último em classe nacional.

Decerto, a época histórica em que ora nos encontramos não corresponde a esse esquema. Há décadas, transformações revolucionárias são operadas, por parte da burguesia e seus aliados,

pelo alto (e parece que cada vez mais alto...), sem que isso redunde em nenhum tipo de concessão mais substantiva (e note-se que interessante: mesmo assim, há consenso), aos subalternos ou aos assim chamados setores populares, que possa ser avaliada como contribuindo realmente para um avanço em direção ao socialismo, ou mesmo para o simples fortalecimento da identidade do próprio proletariado enquanto classe – e, portanto, enquanto grupo que se organiza e se põe em movimento em defesa de seus interesses, galvanizando em torno de si outros setores e desencadeando o processo que vimos que em Coutinho produziria o fortalecimento da sociedade civil em direção a uma democracia de massas.

É por isso, aliás, que Coutinho não concordava em que se caracterizasse o tempo presente como de "revolução passiva", mas sim de "contrarreforma", cuja *descrição* prosseguia deste modo:

> As chamadas "reformas" da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – "reformas" que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos [...] – têm por objetivo a pura e simples *restauração* das condições próprias de um capitalismo "selvagem", no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado.
>
> Estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que, como vimos, Marx chamou de "vitórias da economia política do trabalho" e, por conseguinte, de restauração plena da economia política do capital. É por isso que me parece mais adequado, para uma descrição dos traços essenciais da época contemporânea, utilizar não o conceito de *revolução passiva*, mas sim o de contrarreforma. [...] (COUTINHO, [2007] 2008b[4], pp. 102-103).

A descrição é fiel, e corresponde ao que se tem passado. Por outro lado, não se articula a uma explicação de por que isso esteja acontecendo...

É compreensível o porquê de Coutinho – que, como vimos, outrora se aplicou em buscar não apenas *compreender* o mundo seu contemporâneo, como também em *explica-lo*, tendo construído sólida, unitária e coerente concepção do mundo articulada a intepretação peculiar do desenvolvimento histórico do capitalismo – não buscar explicar a "época neoliberal", apenas adiantando elementos que julgava úteis para compreendê-la... Acontece que o que tem ocorrido nessa época, com suas características que vêm de ser apontadas pelo próprio marxista baiano, é, de certo modo, incongruente com as previsões

coutinianas sobre o futuro do mundo a partir do quadro interpretativo construído por ele na virada aos anos 1980.

Ou melhor: a concepção de mundo unitária e coerente, assim como a correlata interpretação histórica do desenvolvimento do capitalismo, avançadas por Coutinho naquele momento, ensejaram *certas previsões que, ao se realizarem, produziram os efeitos contrários aos que Coutinho esperava.* Se não, vejamos.

O marxista baiano apostava no fortalecimento da sociedade civil: ele ocorreu. Apostava que de tal fortalecimento adviria a possibilidade de que o proletariado, organizado, galvanizasse em torno de si importantes setores populares e, com eles, conquistasse importantes posições nos âmbitos das sociedades civil e política: isso ocorreu. Apostava que, se isso fosse feito em nome do aprofundamento de uma democracia substantiva, o campo social e político organizado em torno do proletariado acumularia forças para ir ainda mais longe, tomando o controle de cada vez mais espaços naqueles âmbitos e podendo, se tudo desse certo, conquistar até mesmo o controle do Executivo do Estado: isso, no Brasil, ocorreu – e note-se que, como já vimos em seção anterior e retomaremos mais detalhadamente nas considerações finais ao presente trabalho, o PT nunca "abandonou" seu compromisso com a democracia, que, aliás, parece que mesmo hoje continua a defender. Coutinho apostava, finalmente, que tal processo consistiria no caminho democrático para o... socialismo. E o que se produziu não tem simplesmente nada a ver com esse projeto.

Seria, talvez, esperar demais que Coutinho reconstruísse *todo* o seu edifício teórico, rearranjando os conceitos, realizando uma profunda autocrítica do pensamento anterior, para daí poder se lançar outra vez, já passado o meio século de vida, à construção de outra concepção de mundo unitária e coerente, retomando os estudos de Marx e do marxismo, dos expoentes contemporâneos da crítica da economia política etc. para buscar explicar o que foi que aconteceu para que, por assim dizer, o gesto fosse tão distante da intenção.

Também não será possível, é claro, realizar um movimento dessa profundidade no presente trabalho – isso é obra para muitos pesquisadores. Permito-me, entretanto, convidar o leitor a acompanhar por algumas páginas uma confrontação entre certas características do movimento do real nas últimas décadas e certas previsões coutinianas, de modo a podermos encontrar alguns dos limites em sua interpretação do real, *ganhando peças para avançar na necessária empreitada de nossa autocrítica enquanto classe*, a partir da qual prosseguir e buscar enfrentar praticamente, amparados pelas armas afiadas da teoria, alguns dos desafios do mundo contemporâneo.

Partamos, em primeiro lugar, da chamada "época neoliberal" – e comecemos por uma definição sintética do que se pode, no nível da imediaticidade, perceber como a ideologia vigente nesse tempo, o chamado neoliberalismo.

Ele aparece, aí, como "uma teoria das práticas político-econômicas" (HARVEY, [2005] 2008, p. 12) que afirmam que o bem-estar humano depende essencialmente das "liberdades e capacidades empreendedoras individuais" , estimuladas "no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada" garantindo livres mercados e livre comércio . Para isso, o papel do Estado é "criar e preservar uma estrutura institucional adequada a estas práticas", bem como "estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar [...] o funcionamento apropriado dos mercados" . No mais, deve estimular – ou forçar – o surgimento de mercados onde estes não existem.

Mas essa definição se refere somente à *ideologia* neoliberal, não evidenciando as bases materiais que tal ideologia exprime. Vale lembrar que, enquanto ideologia, o neoliberalismo é *anterior* ao advento do chamado Estado de bem-estar nos países centrais[249], tendo sido sustentado inicialmente por poucos teóricos agrupados em torno de um "ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como ameaça letal à liberdade" econômica e política (ANDERSON, [1995] 2000, p. 9), tendo inicialmente por alvo o Partido Trabalhista inglês às vésperas das eleições de 1945 – que esse partido venceu.

Saber disso conduz a esta questão: como é que esse conjunto de crenças pôde, contra ventos e marés, tornar-se hegemônico no pensamento burguês trinta anos após sua formulação inicial? A pergunta se torna ainda mais interessante se considerarmos que a ideologia que propugnava a intervenção do Estado na economia de maneira a, através de medidas anticíclicas, garantir o processo de acumulação capitalista, foi amplamente hegemônica no pensamento burguês durante esses cerca de trinta anos em que o neoliberalismo permaneceu à sombra – e ainda mais interessante se lembramos que, como vimos, foi defendida também por parte expressiva do movimento comunista internacional como meio para pavimentar um eventual caminho democrático ao socialismo (ou seja, como meio para se fazer justamente o contrário do que a burguesia afirmava que se faria: para barrar ou limitar o processo de acumulação capitalista).

---

[249] O marco inicial pode ser considerado o livro *O caminho da servidão,* de Friedrich von Hayek, de 1944.

Acontece que as pressões em direção à refuncionalização neoliberal do Estado capitalista estão articuladas a uma reação burguesa à crise do padrão anterior de acumulação de capital que se iniciou na virada aos anos 1970. O pensamento neoliberal ganhou força *quando ele se tornou necessário*, em vista da crise do capital instalada quando da passagem de sua fase de onda longa expansiva para a fase de onda longa depressiva (da qual, aliás, o capital não se recuperou, havendo dúvidas se recuperar-se-á e de quais serão os enormes custos sociais requeridos para isso) e da consequente queda das taxas de lucro do capital tomado globalmente (MANDEL, [1972] 1985 e 1990), não para explicar tal crise ou fornecer elementos para sua superação no interesse de todos, mas para fornecer *uma base programática sólida à saída capitalista para a crise*. Precisamos, portanto, responder à seguinte pergunta: se o pensamento neoliberal ganhou força a partir do momento em que se tornou a programática para uma saída capitalista para a crise, em que consistiria tal saída?

Já vimos que o chamado "capitalismo de bem-estar" não expressou um desenvolvimento normal ou necessário do capitalismo, tendo constituído uma excepcionalidade, restrita a um espaço bem reduzido do globo, no desenvolvimento desse modo de produção, e tendo gerado, como também estudamos, certa euforia e a retomada de confiança nas possibilidades progressistas do capitalismo após a barbárie da II Grande Guerra. Entretanto, a partir da virada aos anos 1970 o castelo de cartas sobre o qual se apoiava a euforia e o "bem-estar" começou a desabar: as recessões generalizadas de 1974/75 e de 1980/82 marcaram o fim, no terreno da economia capitalista, da onda longa expansiva e o início de uma onda longa recessiva. Ela é resultado, até certo ponto, da combinação dos próprios elementos que haviam levado àquele aparente ciclo virtuoso – e excepcional – de crescimento econômico combinado a diminuição da pobreza absoluta e das desigualdades naquela parcela do planeta onde vigeu.

O processo tem suas raízes na superacumulação ocorrida no período anterior, combinada à queda das taxas de lucro dos investimentos industriais registrada entre os anos 70 e meados dos 80. Harvey, por exemplo, caracteriza o período 1969-1973 como um em que "o mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos" ([1989] 2007, pp. 136-137) e mostra que, simultaneamente, a taxa de lucro nos países capitalistas centrais caiu de aproximadamente 20% em 1950 para em torno de 10% em 1974[250].

[250] Esse processo é, ainda, exaustivamente analisado por MANDEL ([1972] 1985 e 1990), sendo também discutido por HARVEY ([1989] 2007, caps. 9-11) e BEHRING ([2003] 2008, cap. 1).

Em poucas palavras, com a recessão de 74/75, que atingiu simultaneamente a todos os principais países capitalistas, caíram o ritmo do crescimento econômico *e, o mais importante para o capital, caíram as taxas de lucro*. Sabemos que ao capitalista interessa apenas o lucro – ele não se importa, diretamente, com o crescimento econômico e nem mesmo com a produção em si, desde que suas taxas de lucro sejam preservadas[251] –, e ele é determinado, em última instância, pelo quanto de mais-valia a classe capitalista consegue extrair do proletariado no processo de produção[252].

Aqui, sim, pode-se falar de uma relação algébrica: na repartição da riqueza social entre as classes, ao limite máximo de lucros corresponde o limite mínimo de salários (MARX, [1865] 1996a).

Sabe-se, entretanto, que os salários não são determinados apenas por seu mínimo físico: ele representa apenas seu *limite* mínimo. Na determinação de quanto do excedente cabe aos trabalhadores, é necessário considerar o padrão de vida tradicional em cada país, não se tratando apenas da vida imediatamente material ou biológica, mas também das necessidades derivadas das condições sociais em que vivem e se criam os homens. Ou seja: o salário sobe para mais perto de seu limite máximo (em que todo o excedente, descontada a parcela dirigida ao atendimento das necessidades gerais de reprodução social, caberia aos trabalhadores) ou desce ao seu mínimo (em que os trabalhadores conseguem apenas permanecer vivos), a depender da correlação de forças na luta entre capital e trabalho, e das vitórias que este consegue arrancar àquele[253].

Pois bem: a partir da virada que se inaugura em 67/68 e se expressa na recessão de 74/75, a saída capitalista para a crise foi, de diversas maneiras, deslocar para a classe capitalista o fiel da balança da

---

251 "A tarefa da administração é fazer dinheiro, e não aço", segundo anunciou James Roderick, presidente da *US Steel*, em 1979 (*apud* HARVEY, [1989] 2007, p. 150).

252 É claro que nem todo capitalista tem envolvimento direto com a produção. Entretanto, os capitalistas *enquanto classe* extraem seus lucros da repartição da mais-valia extraída dos trabalhadores *enquanto classe* no processo de produção, redistribuída posteriormente, através de variados mecanismos, no assim chamado mercado. Quanto a isso, cf. MARX, [1894] 1986, seções IV (cap. XVII) e V (caps. XXI e XXII).

253 Debate-se no âmbito do marxismo, a partir da análise do próprio real, a possibilidade de se considerar como *superexploração* a descida abaixo até do mínimo físico, em que a capacidade de mera sobrevivência do trabalhador degrada-se rapidamente e não se conseguem atingir sequer os requisitos à manutenção normal da vida biológica. CARCANHOLO e SABADINI (2011, pp. 141-143) abordam o assunto sinteticamente, remetendo para aprofundamento ao estudo da obra do criador da categoria, Ruy Mauro Marini.

riqueza socialmente produzida. Para isso, a burguesia teve que expropriar das classes trabalhadoras parte da riqueza social por elas apropriada, o que foi feito através de processos simultâneos e imbricados que resultaram na mudança radical, a partir principalmente dos anos 80, das condições de vida e das relações sociais em todo o mundo. Estes processos foram: o *ajuste estrutural*, ou seja, a reconfiguração das políticas sociais rumo a modalidades cada vez mais residuais, precárias, focalizadas (e, no caso euro-ocidental, o desmonte paulatino e progressivo do chamado Estado de bem-estar), acompanhado por um novo perfil de políticas econômicas e industriais desenvolvidas pelos Estados nacionais; a revolução tecnológica e organizacional na produção, conhecida como *reestruturação produtiva*; a reformulação das estratégias das empresas e dos países no âmbito do mercado mundial, implicando num aprofundamento da divisão internacional do trabalho e numa relação centro/periferia diferenciada do período anterior, ligadas ao processo de *financeirização do capital* (BEHRING, [2003] 2008, pp. 33-34).

Esse último termo vem sendo utilizado por diversos analistas para fazer referência ao seguinte processo, em curso no capitalismo tardio: o controle crescente[254] da forma do capital portador de juros (também chamada de *capital financeiro*[255]) sobre o processo de acumulação do capital global[256]. Esse controle se tornou possível a partir

[254] Há quem o considere absoluto, como SAMPAIO JR (2010, p. 41).

[255] Já estudamos o conceito de capital financeiro tal como aparece no *Imperialismo* de Lênin. O conceito é usado hoje, mais comumente, sem a referência direta ao dirigente comunista russo, referindo-se, geralmente, "à fração do capital que se reproduz principalmente na esfera financeira, no âmbito da acumulação fictícia, podendo assumir várias formas institucionais". Uma definição mais restrita é dada por Hilferding, cujo trabalho serviu de base ao de Lênin. Para ele, o capital financeiro "resulta da fusão ou integração (aliança orgânica) entre o capital bancário e o capital industrial, com a dominação do primeiro", sendo "a expressão maior da fase monopolista e imperialista do capitalismo, que se iniciou no último quarto do século XIX". Hobson, cujo trabalho também subsidiou o de Lênin, o define como a articulação "entre o capital industrial e o capital bancário, sem haver, necessariamente, uma fusão ou integração orgânica". As definições apresentadas aqui encontram-se em GONÇALVES e FILGUEIRAS, 2007, anexo IV, p. 249.

[256] Há polêmica quanto a esta hipótese. Cf. CIPOLLA e PINTO, 2010. Os autores põem em questão esse controle, recolocando a ênfase da análise sobre o processo de produção e enxergando a chamada "financeirização" como resultado previsível dos ciclos de valorização do próprio capital. Parece-me que essa crítica, apesar de ter pontos de interesse (por exemplo, o fato de remeter o tempo todo ao processo real de valorização), tem duas limitações importantes: primeiro, não consegue apreender a *especificidade do descolamento entre capital fictício e riqueza real em curso no capitalismo tardio*, e como ele determina as próprias decisões capitalistas em termos de

do grande crescimento da massa de capital-dinheiro não investida produtivamente, obtendo seus ganhos (juros) através de disputas em torno da repartição da mais-valia global.

Assim, a acumulação de capital vem se deslocando, a partir de meados dos anos 60 (e esse deslocamento se acelerou a partir dos anos 80), do setor da produção para a concentração de títulos financeiros, bônus do tesouro, títulos da dívida pública, notas promissórias, crédito bancário, que têm em comum o caráter de direitos a receber uma fração dos lucros referentes à apropriação de valores ou mais-valia presentes ou futuros. Essa marcha teve alguns curtos momentos de desaceleração, como a crise financeira asiática de 97-98, que, entretanto, serviram apenas para confirmar a tendência geral de aceleração da migração do capital em direção a sua modalidade financeira ou fictícia (CHESNAIS, 2010b).

Aquele mesmo fato de que ao capitalista interessa apenas o lucro tem, aqui, duas implicações imediatas: por um lado, ele, se não obtiver lucro, prefere simplesmente *não produzir*, mas também, por outro lado, ele está sempre em busca das maiores taxas de lucro, *independente de em que setor elas se localizem*.

Essa última implicação tem importância especial para compreendermos o processo em exame: como aponta François Chesnais, "os mercados financeiros parecem dotados da capacidade não somente de sugar valor e mais-valia da economia 'real', como aparentam 'criar valor' por si mesmos" (CHESNAIS, 2010b). Neles não há, *imediatamente*, a restrição imposta ao processo de valorização real em que dinheiro deve ser investido na aquisição de um conjunto de mercadorias que será transformado no processo produtivo em outro conjunto de mercadorias com valor acrescido em relação ao primeiro, e que deve ser vendido pelo novo valor, só então encerrando-se o ciclo e realizando-se a valorização (D-M-P-M'-D').

Na situação anterior de superacumulação (que tem um de seus componentes na superprodução, ou seja, na produção excessiva relativamente a sua capacidade de ser absorvida lucrativamente, como lembra HUSSON, 2008, pp. 184-185), a saída encontrada pela classe capitalista foi buscar romper os limites reais ou físicos e temporais impostos pelo ciclo completo de valorização de seu capital inserindo-o, cada vez mais, num circuito em que, aparentemente, dinheiro se torna mais dinheiro sem mediações (D-D'). Isso levou à hipertrofia do mercado bursátil, criando vultosos montantes de capital fictício, ou seja, capital

investimentos e garantias à acumulação; segundo, *não apresenta nenhuma explicação extrínseca à mera dinâmica dos ciclos, sendo que o processo em curso conforma claramente tendências transcíclicas.*

que não tem lastro real a não ser a expectativa de recebimento de certa taxa de juros sobre uma renda futura[257].

Mas é claro que esses limites físicos e temporais do processo de acumulação continuam a se manifestar, mediatamente, de diversas formas, e com toda força nas *crises* – que, aliás, afetam desastrosamente o setor real da economia, restringindo postos de trabalho, acentuando a inadimplência, incidindo sobre os preços etc. Assim, as medidas adotadas pela classe capitalista (através, por exemplo, dos Bancos Centrais de seus Estados nacionais) para evitar a eclosão de crises – ou para, uma vez que já tenham eclodido, preservar suas taxas de lucro custe o que custar – têm driblado a desvalorização do capital fictício (a "correção" de seu valor *nominal* para mais próximo dos valores *reais* que ele representa, já que o processo especulativo o infla em relação à riqueza real representada) transferindo parte dele aos Estados e aos Bancos Centrais, produzindo como efeito a aceleração e o crescimento do *endividamento* dos principais Estados capitalistas[258].

Esse processo tem acentuado um descolamento crescente entre quanto se produz em termos reais e o valor fictício (baseado em expectativas futuras) das empresas responsáveis por essa produção. Na sugestiva imagem formulada por David Harvey, *introduz-se o tempo futuro no tempo presente de maneiras estarrecedoras.*

Os dois movimentos aludidos (a hipertrofia da forma particular do capital enquanto capital portador de juros e a dessimetria entre valores reais de produção e valor fictício das empresas) são ilustrados por: de um lado, o gigantesco, e nitidamente crescente – especialmente desde a virada aos anos 1990 – descolamento entre o valor nominal das ações cotadas mundialmente e o valor da produção mundial,

---

[257] Há um grupo de economistas que têm trabalhado com o conceito de *capital fictício* como chave para compreender o processo de financeirização do capital, em caminho aberto, salvo engano, pelos economistas da assim chamada "Escola de Vitória". Não será possível, nos marcos do presente trabalho, expor o interessante e rico debate em torno da categoria, que afirma-se ter maior fidelidade ao pensamento marxiano que aquela de capital financeiro a partir de uma interpretação do problema do movimento das *formas de manifestação* da categoria capital. Cf. GOMES (org.), 2015.

[258] NAKATANI e HERRERA ([2010] 2011) lembram que, mesmo de acordo com estimativas conservadoras, os países centrais não atendem mais aos critérios de convergência adotados por eles mesmos através do Tratado de Maastricht, ultrapassando o limite de endividamento em 60% de seus PIBs. E enumeram: "Segundo o FMI, a dívida bruta do governo norte-americano é de 84,8% do PIB, a do [...] japonês é de 218,6%, a do [...] italiano é de 115,8%, a do [...] alemão é de 78,7%, a do [...] francês é de 76,7%, [...], a do Reino Unido é de 68,7%. O crescimento [da dívida], entre 2007 e 2009, foi de 22,9 pontos [...] para os Estados Unidos, 31,0 [...] para o Japão, 12,3 [...] Itália, 15,3 [...] Alemanha, 12,9 [...] França, [...] e 24,6 [...] Reino Unido".

descolamento esse que chegou à razão de 4:1 em 2007, o que significa, *grosso modo*, que de cada U$ 4,00 em ações apenas U$ 1,00 correspondia, naquele ano, a algo realmente produzido (CHESNAIS, 2010b); de outro lado, a preponderância cada vez mais acentuada do elemento financeiro no lucro das empresas, demonstrada por CHESNAIS (2010b) para o caso dos Estados Unidos e aparentemente correspondendo, segundo o mesmo autor, a tendência operante no nível do sistema capitalista tomado enquanto totalidade.

Essa alteração no arranjo do capital, expressão da reconfiguração da relação entre suas diferentes formas de manifestação, acentua as consequências adversas do modo de produção capitalista sobre as classes trabalhadoras, e especialmente sobre o proletariado, uma vez que as taxas de crescimento da economia se descolam, ainda mais que no período anterior, da capacidade da produção capitalista de absorção da superpopulação relativa (excedente em relação às necessidades de utilização por parte do capital), contribuindo assim para o aumento do exército industrial de reserva. Esse fator, combinado às tecnologias capital-intensivas que aumentam a produtividade por trabalhador empregado, acentua aquilo que Ricardo Antunes designou como *desemprego estrutural* (ANTUNES, 1995).

Esse desemprego, por sua vez, conjuga-se à expansão aparentemente sem limites das diversas modalidades de crédito – e aqui entram com toda força o crédito consignado, garantido junto à própria fonte de renda do devedor, mas também os créditos de alto risco, o que resulta no progressivo *endividamento de parcelas cada vez maiores das classes trabalhadoras*, que, apenas mediante esse expediente, conseguem garantir o acesso a certos bens de consumo. O *endividamento crescente dos Estados nacionais*, por sua vez, é utilizado pelos capitalistas para *sugar recursos públicos* através do pagamento de juros, operando forte *redistribuição da renda em favor da classe capitalista*, e, assim, ampliando a desigualdade social: no contexto da onda longa depressiva, a disputa pelo fundo público se torna extremamente importante para garantir as condições gerais da produção e da reprodução capitalistas.

Em suma, e dito de um modo talvez um pouco brutal, mas bem direto: trata-se da recuperação das taxas de lucro do capital através de um "roubo, [de um] assalto ao fundo público, financiado pela dívida interna e pelo uso dos instrumentos mais poderosos da centralização de capitais" (OLIVEIRA, 2010 – no caso brasileiro um bom exemplo desse tipo de instrumento é o BNDES). Isso vem se desdobrando em uma espécie de *pilhagem do fundo público e transferência de renda das*

classes trabalhadoras aos grandes capitalistas através do Estado[259].

O uso da expressão *transferência de renda* é intencional. Essa expressão tem sido utilizada, de modo completamente ideológico, com sentido oposto ao que carrega no parágrafo anterior: afirma-se que, através da implementação de programas assistenciais, cuja implementação é recomendada por agências multilaterais ao redor do planeta (e cujo exemplo paradigmático no Brasil é o programa Bolsa Família), poder-se-ia operar (e já estar-se-ia operando, nos últimos anos, no Brasil) uma revolucionária transferência de renda em favor dos estratos mais empobrecidos da população. Recordo apenas, quanto a isso, que o Brasil tem permanecido, ao longo da presente década (assim como da anterior) na faixa das dez piores distribuições de renda do mundo de acordo com os *Relatórios de Desenvolvimento Humano* anualmente confeccionados pela ONU. Vale lembrar: a essência é diferente (e pode ser oposta) do que se expressa dela através da aparência...

O processo que vem de ser descrito relaciona-se, ainda, àquele de *mundialização* ou *planetarização do capital*, impulsionado pelo desenvolvimento dos meios de comunicação a partir da II Guerra, acelerado a partir da "terceira revolução tecnológica" dos anos 50-60, que possibilitaram a completa reorganização do sistema financeiro global e a ampliação da capacidade de coordenação financeira, o que tem consequências não apenas no tocante ao capital portador de juros, mas sobre o movimento do capital tomado em sua totalidade – impactando, portanto, suas diferentes formas particulares. Numa economia mundial fortemente hierarquizada, coordenada via telecomunicações instantâneas, articulada de maneira desigual e combinada dos pontos de vista econômico e político, liberalização e desregulamentação tornaram-se vitais para o movimento dos oligopólios, alçando a grau planetário sua liberdade de ação, organização da produção e discriminação entre as chamadas vantagens comparativas.

Assim, "em um contexto de extrema liberdade de movimento dos capitais, a necessidade de transformar o espaço nacional em uma área

---

[259] Exemplo cabal desta pilhagem foi o processo de privatizações ocorrido no Brasil na década de 90, conforme BEHRING, [2003] 2008, pp. 228-247. Note-se algo interessante: todo um corpo de intelectuais rigorosos, com respeitável carreira acadêmica, não consegue se referir ao processo em exame a não ser com palavras duríssimas como *roubo*, *pilhagem*, *assalto* etc. Isso se deve, sem dúvida, à gravidade de tal processo em termos de suas consequências para o nível de vida de importantes contingentes da classe trabalhadora, mas também parece deixar entrever o elemento político-coercitivo, para além do meramente econômico, que participa da determinação da repartição da riqueza socialmente produzida.

'diferenciada' estabelece uma lógica predatória de concorrência entre as economias" (SAMPAIO JR., 2010, p. 44). Nessa batalha competitiva, "o fortalecimento relativo de alguns espaços econômicos como campo estratégico de valorização [de certos setores – V.N.] do capital tem como contrapartida necessária a degradação relativa de outros" .

Quanto a isso, Harvey nos lembra que na medida em que a informação e a capacidade de tomar decisões rápidas num ambiente incerto, efêmero e competitivo se tornaram cruciais para a sobrevivência das empresas e a garantia de seus lucros, uma grande corporação bem organizada em bases supranacionais leva vantagem evidente sobre pequenos negócios locais. Ela pode acessar informações precisas e atualizadas – bem como dados dispersos úteis às decisões empresariais, coletados e analisados instantaneamente por equipes de consultoria em diversos pontos do planeta – sobre as tendências do mercado, essenciais à tomada de decisões bem-sucedida (HARVEY ([1989] 2007).

Este curso implica em um *reforço da heterogeneidade estrutural* entre os espaços econômicos componentes do sistema capitalista planetarizado, em que setores do capital afluem a certas regiões atraídos por suas vantagens comparativas *para o capital* – benefícios esses que costumam exprimir enormes, por assim dizer, *desvantagens comparativas* para as classes trabalhadoras.

E isso nos conduz a mais uma crítica ao caráter algébrico do raciocínio econômico-político coutiniano, apreciado anteriormente de um ponto de vista mais, por assim dizer, lógico: é necessário proceder, agora, a uma crítica mais propriamente *histórica* daquela álgebra.

Isso exige lembrar que chamei a atenção, em diversos pontos do presente trabalho, de que só o ponto de vista da totalidade permite alcançar uma compreensão plena da sociedade capitalista, penetrando para além de sua aparência que, fazendo parte dela, apresenta, entretanto, os fenômenos invertidos e ocultando seus traços essenciais – prestando-se, portanto, à mistificação ideológica. Exige, ainda, lembrar que a história é a dimensão vertical da totalidade, e que estudamos que os fenômenos que apareciam invertidos de um ponto de vista individual e isolado eram "desinvertidos" quando estudados tomando-se o proletariado enquanto unidade de análise.

Pois bem: a unidade de análise *classe social* não é uma unidade nacional desde que o modo de produção capitalista não é, ele próprio, um modo de produção nacional. Ela pode, é certo, ser tomada, com finalidade de análise, nacionalmente, mas sempre tendo-se o devido cuidado de localizá-la no marco mais geral do movimento do modo de produção capitalista – do qual a formação econômico-social nacional constitui um momento ou dimensão particular. Acontece que o

raciocínio coutiniano que associava a diminuição da jornada de trabalho e o suposto deslocamento da MVA pela MVR, que já mostrei ser equivocado do ponto de vista de sua inadequação lógica à crítica marxiana da economia política, é também um absurdo histórico se saímos apenas um pouquinho das restritas fronteiras históricas do compromisso fordista euro-ocidental e caminhamos, naquela mesmíssima região geográfica que Coutinho tomava como exemplo para se pensar em "democracias de massas" e coisas assim, alguns anos em frente no tempo.

Cabe aqui uma observação. Minha intenção inicial era mostrar os limites daquele raciocínio algébrico coutiniano também para o Brasil do tempo histórico em que Coutinho o formulou (a virada aos anos 1980). Entretanto, no processo de estudos dei-me conta de que o pensamento coutiniano é previamente armado contra isso: ao considerar a periferia do sistema como *"Oriente", que é uma categoria que em Coutinho tem caráter ao mesmo tempo espacial e temporal*, torna-se impossível criticá-lo, do ponto de vista da totalidade, em seus próprios termos. Isso porque na totalidade coutiniana a dimensão vertical se encontra comprometida pela confusão entre diacronicidade e sincronicidade, que alimenta uma tendência à logicização da história relacionada ao sufocamento de seu aspecto cronológico-destrutivo por uma interpretação dominantemente progressiva do desenvolvimento do capitalismo – que se refrata no modo peculiar através do qual nosso autor se apropria da metáfora gramsciana "Oriente-Ocidente".

Esclareço: ao invés de se poder considerar, por exemplo, que Holanda e África do Sul existem, ao longo de seu desenvolvimento histórico enquanto formações econômico-sociais, simultaneamente como totalidades particulares imersas em uma mesma totalidade universal (e poder-se, então, metê-las em relação, considerando a situação das *frações nacionais* das classes trabalhadoras nesses dois países como *aspectos* da situação *das classes trabalhadoras* tomadas mundialmente – o mesmo valendo para a burguesia etc.), considera-se que a Holanda representa, no presente, um possível futuro "ocidental" da África do Sul caso essa última se democratize num processo de desenvolvimento do CME e com uma classe operária ativa e numerosa que promova o fortalecimento da sociedade civil através do processo de socialização da política que conduzirá progressivamente à socialização da economia etc.

Nesse sentido,

> [...] a "ocidentalidade" de uma formação social não é [...] um fato puramente geográfico, mas sobretudo um fato *histórico*. Ou seja: Gramsci não se limita a registrar a presença sincrônica de

> formações de tipo “oriental” e de tipo “ocidental”, mas indica também os processos histórico-sociais, diacrônicos, que levam uma formação social a se “ocidentalizar” (COUTINHO, 1981, p. 104; [1999] 2007a, p. 148).

É necessário, para criticar esse ponto do raciocínio coutiniano, romper com tal tratamento dos conceitos e resgatar o que eles deixam de fora do campo de visão. Não se trata apenas da primária constatação de que a riqueza da Bélgica é impensável sem a pobreza do Congo – apesar de que ressaltar o óbvio também pode ter sua dose de importância –, mas sim de que a própria existência desses dois países enquanto formações econômico-sociais particulares só pode ser plenamente compreendida tomando-se-os como duas partes constitutivas, e em relação, da mesma totalidade universal – e que por isso, por exemplo, a própria pobreza da Bélgica só pode ser plenamente compreendida examinando-se sua relação com a riqueza do Congo, o que nos remete ao modo de produção em processo de universalização ao longo de sua história, de seu processo de constituição.

A consideração contra-ideológica desse ponto permite constatar: primeiro, que a simples constituição do “Ocidente” enquanto tal dependeu e depende fortemente da existência e da subordinação do “Oriente”, o que aponta para uma assimetria nas relações internacionais que não parece em vias de ser superada e que fica na sombra sob o postulado coutiniano da “Ocidentalização tendencial”; segundo, que está em curso no mundo, há várias décadas, um processo dificilmente compreensível a partir do arsenal categorial que funda o raciocínio econômico-político coutiniano, a saber, que uma das mais importantes características da planetarização do capital corresponde justamente à contradição entre o aumento da mobilidade do capital e a manutenção dos mecanismos de controle sobre a mobilidade dos trabalhadores, em que a chamada “deslocalização” de unidades produtivas vem funcionando como ameaça permanente de desemprego aos trabalhadores em todo o mundo, deixando o terreno livre para a retirada de direitos e garantias trabalhistas em nome da manutenção da empresa em determinado local. Isso conta, por vezes, com o consenso dos trabalhadores, mas não através de nenhum “contrato cidadão” em que em troca de tal consenso sejam feitas concessões sob a forma de direitos, e sim através da força coercitiva que exerce, sobre esses trabalhadores, o medo de perderem o ganha-pão.

É o que explica, em parte, a ofensiva generalizada contra os direitos das classes trabalhadoras – especialmente os direitos sociais, mas, com sua diminuição e a reação sob a forma da luta política,

também os direitos políticos e até mesmo alguns dos civis – por parte do capital, em nome da assim chamada "competitividade internacional", no mundo todo, até mesmo em países em que esses direitos nunca foram assim tão generosos.

Vejamos como tal processo é descrito pelo economista marxista Michel Husson:

> A mundialização capitalista visa essencialmente à constituição de um mercado mundial e à colocação em concorrência direta dos trabalhadores do mundo. Ela tende a estabelecer normas universais que regulam ao mesmo tempo os salários e a rentabilidade [do capital – V.N.]. A colocação em concorrência [mundial] dos trabalhadores exerce, em tal situação, uma pressão rumo ao alinhamento por baixo de suas condições de existência. Os projetos de investimento só são realizados se a rentabilidade a eles associada se alinha, ela também, ao padrão estabelecido em nível mundial. Esse alinhamento para baixo dos salários e para o alto da taxa de lucro conduz aos fenômenos da expulsão dos trabalhadores demasiado caros e dos capitais insuficientemente rentáveis. É a circulação do capital que conduz a esse duplo movimento de equalização: os capitais são atraídos para zonas de forte rentabilidade e fogem daquelas onde o custo do trabalho é muito elevado. Essas tendências se desenvolvem de modo muito poderoso hoje, como testemunhado, por exemplo, pela chantagem das deslocalizações. [...] (HUSSON, 2008, p. 43).

A combinação entre essa "chantagem das deslocalizações" e o "alinhamento para baixo dos salários e das condições de existência" do proletariado em nível mundial (assim como a tendencial "expulsão dos trabalhadores demasiado caros" do mercado de trabalho em processo de mundialização) tem alimentado, já há algumas décadas naquela mesma Europa Ocidental que Coutinho considerava uma espécie de laboratório da democracia progressiva ou de massas – que, não é demasiado lembrar, vigeu em reduzida porção do mundo, por poucas décadas, escorada sobre a proliferação de regimes autocráticos mundo afora –, um processo que diferentes autores chamam por diferentes nomes: retirada de direitos, contrarreformas, barbarização da vida social, purificação do capitalismo, regressão social generalizada... Pode-se dizer, em suma, retomando os termos que Coutinho tomou emprestados de Gramsci, que *é como se o "Ocidente" viesse se "orientalizando"*.

Dito de modo mais preciso: o próprio desenvolvimento capitalista de parte do centro do sistema (*de parte*, já que não convém esquecer os

Estados Unidos, onde algumas das características em discussão nesta seção apresentam seu mais alto grau de desenvolvimento) tem-no levado a internalizar aspectos importantes que pareciam, sob o manto ideológico vigente ao longo dos anos dourados, exclusivos da periferia e de seu supostamente baixo nível de desenvolvimento. E isso o caráter algébrico da interpretação coutiniana do desenvolvimento político e econômico do capitalismo dificilmente dá conta de acompanhar.

Coutinho – que, como vimos em capítulo anterior, não esteve alheio ao debate que esse processo alimentou – referiu-se a ele, tomando sua dimensão política e desconsiderando olimpicamente sua base econômica, como a "americanização" da Europa, ou melhor, da política europeia, em que a virtuosa sociedade civil do modelo da "democracia de massas" estaria sendo capturada por um modelo "liberal-corporativo", perdendo, assim, seu caráter eminentemente positivo de meio para se chegar à ampliação da socialização da política, aprofundamento da democracia efetiva e, portanto, caminho para o socialismo. Mas note-se que, ao contrário do que propunha o marxista itabunense, tal processo nem de longe se restringe a uma suposta aproximação da política europeia a um pretendido modelo político norte-americano, como continua a explicar o mesmo economista que vem de ser citado:

> A formação de um mercado mundial poderia conduzir a uma relativa homogeneização se as diferenças iniciais [de produtividade do trabalho entre diferentes zonas da economia mundial – V.N.] não fossem tão profundas. Como é esse o caso, a mundialização funciona como um processo excludente que seleciona permanentemente os setores julgados "dignos" de se inserir no mercado mundial. Nunca a lei do desenvolvimento desigual e combinado se aplicou com tanta força: o capitalismo contemporâneo *polariza todas as sociedades* separando a parte que pode se inscrever na mundialização e aquela que dela está excluída. Com raras exceções, *o capitalismo engendra por todo lado um aprofundamento das desigualdades* [...].
>
> [...] A busca por baixos salários tende a reduzir o volume total de mercados e desloca, para o nível mundial, uma contradição clássica do capitalismo, conferindo-lhe uma dimensão geográfica inédita. [...] *No seio de cada país, o consumo salarial é bloqueado e são as rendas dirigidas a camadas sociais estreitas que devem servir de mercado de substituição: o capitalismo contemporâneo é, também por isso, caracterizado por um aprofundamento das desigualdades, sofrendo de um déficit permanente de legitimidade. No nível da economia mundial, as multinacionais buscam produzir nos países de baixos salários e*

> *vender nos outros. A história do capitalismo não é, portanto, nada linear: a fase atual de mundialização corresponde a um retorno a um tipo de estado selvagem. Nessa situação, não é surpreendente constatar que todas as contradições mais clássicas do capitalismo estejam sendo reativadas e deslocadas à escala mundial.* (HUSSON, 2008, pp. 43-44 – grifos meus).

Essa descrição, na medida em que as próprias bases econômicas da suposta "democracia de massas" estão naufragando na Europa e no mundo, *se choca frontalmente com a possibilidade de que se progrida gradualmente*, em termos coutinianos, do "capitalismo monopolista de Estado", passando pela "democracia progressiva", ao socialismo – ou, em outros termos, do contrato cidadão ao contrato socialista. Enquanto Coutinho esperava que todos respeitassem ordeira e consensualmente as regras do jogo estabelecidas, a burguesia mundial, assim que pôde – e esse "assim que pôde", sem dúvida, não tem uma relação menos importante com a derrocada do socialismo no Leste – *virou o jogo, inclusive no centro* (lembrando: na periferia ela já havia virado há muito tempo, e as ditaduras espalhadas pelo mudo periférico entre os anos 1950 e 1980 não deixam muita dúvida quanto a isso).

Aprofundemos a discussão desse processo examinando brevemente, a título de exemplo, a relação entre as chamadas vantagens comparativas chinesa e indiana e a pressão para baixo no nível de vida do proletariado tomado enquanto categoria planetária.

A competitividade dessas duas economias é fortemente determinada pela possibilidade de altíssimo nível de exploração da força de trabalho, que representa um benefício grandemente atrativo ao capital. Ali, as condições de trabalho e a remuneração dos trabalhadores são imensamente piores do que, por exemplo, nos países europeus: enquanto, em meados da década de 2000, o custo médio da hora do trabalhador industrial era de US$ 0,60 na China, ele era de US$ 24 na Alemanha e US$ 17 na França (MARQUES, 2009).

China e Índia, por outro lado, ostentam alguns dos menores índices de desemprego do mundo. Isso poderia levar a crer que, trocando menor renda por mais postos de trabalho, no fundo os trabalhadores chineses e indianos poderiam, com o desenvolvimento de seu "capitalismo monopolista de Estado" (caracterização que talvez seja, ironicamente, particularmente apropriada para a China de hoje...), progredir rumo a uma socialização da política e um florescimento da sociedade civil nos marcos em que já estudamos tais processos no raciocínio político-econômico coutiniano, e, daí, rumo ao verdadeiro socialismo democrático, ponte para a emancipação humana. Entretanto, a história real é muito diferente dessa...

Marques demonstrou, a partir de minucioso estudo de dados divulgados pela Organização Mundial do Trabalho, que os trabalhadores *empregados* vivendo abaixo das linhas de "indigência" (US$ 1 por dia por pessoa) e de "pobreza" (US$ 2 por dia por pessoa) na Ásia Meridional, onde está localizada a Índia, não vivem exatamente um progresso rumo à "socialização da política", *malgrado o desenvolvimento capitalista pujante do país*: em 2005 nada menos que 87% dos trabalhadores *empregados* nessa região estava em "situação de pobreza", enquanto ao menos 35% se encontravam em "situação de indigência" – e, embora eu não disponha de dados relativos à duração de suas jornadas de trabalho, é de se supor que em tais condições todo o "tempo livre" que eventualmente suas ocupações principais lhes deixem será gasto em ocupações secundárias à procura de complementação de renda, situação em que mesmo a "socialização da política" supostamente fruto do desenvolvimento capitalista *tout court* não tem condições de se manifestar.

Nesse ano, aproximadamente 48% das pessoas empregadas no mundo viviam recebendo menos de US$ 2 por dia por pessoa da família (MARQUES, 2006, pp. 182-188). Ao mesmo tempo, como se sabe, a transição ordenada para o capitalismo na China e o aumento da abertura da Índia ao capital estrangeiro alocaram cerca de 1,5 bilhão de trabalhadores no mercado mundializado de força de trabalho.

Note-se: é impensável o agravamento das condições de trabalho (precarização, flexibilização, intensificação etc.) e a baixa relativa dos salários, nos níveis em que têm ocorrido nos últimos 30 anos ao redor do mundo, sem a entrada dessa massa, da ordem de bilhões de trabalhadores reais e potenciais no mercado de trabalho planetarizado, forçando o conjunto dos salários e das condições de trabalho *de todos* para baixo – o que não se dá sem a mundialização simultânea do próprio exército industrial de reserva, e, portanto, "das regras de funcionamento de um capitalismo que visa a aumentar a taxa de exploração exercendo, através do desemprego, uma pressão constante sobre os salários e desconectando sua progressão daquela da produtividade" (HUSSON, 2008, p. 182).

Assim, as chamadas vantagens comparativas chinesa e indiana significaram *desvantagens* para os trabalhadores do mundo todo – incluindo muitos dentre os próprios indianos e chineses, que, mesmo empregados, passavam fome na virada da segunda década do século XXI (CHESNAIS, [2009] 2010a, p. XII). Entretanto, *para o capital* foi muito bom: o crescimento do PIB da Ásia Meridional na década de 2000 foi de mais de 72%, mais de 42% por empregado – a quantidade de "pobres",

enquanto isso, diminuiu apenas 4%[260].

Não é possível ladear a pergunta: o que pode significar, em tal situação, falar em um processo de *ocidentalização tendencial* do mundo capitalista?

Recordemos, quanto a isso, as afirmações de Coutinho sobre as tendências de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo ao interpretar Gramsci como uma espécie de precursor do caminho democrático ao socialismo:

> [...] para Gramsci, "Oriente" e "Ocidente" não são conceitos geográficos, mas indicam diferentes tipos de formação econômico-social, em função sobretudo do peso que neles possui a sociedade civil em relação ao Estado; [...] para ele, *as formações "orientais" tendem historicamente a se converter em "ocidentais", já que o fortalecimento da sociedade civil resulta do próprio desenvolvimento histórico*, então se torna ainda mais evidente esse caráter universal de suas reflexões. Uma universalidade, aliás, que só tenderá a crescer, à medida que se acentuar *o processo necessário de "ocidentalização" das sociedades mundiais.* (COUTINHO, 1981, p. 65, reproduzido quase identicamente em COUTINHO, [1999] 2007a, p. 82 – grifos meus).

Essa interpretação, para que não se preste a usos ideológicos comprometidos com uma apologia progressista do modo de produção capitalista cujo desenvolvimento inexoravelmente conduziria ao socialismo (como parte de um "processo necessário"), tem de levar em conta a mudança do padrão de acumulação do capital no capitalismo recente, notando como ela também, ao confirmar certos aspectos da interpretação coutiniana do mundo contemporâneo, infirma pontos centrais da concepção de mundo unitária e coerente sintetizada em seu projeto político.

Difundiu-se, a partir dos anos 70/80, um novo modelo de acumulação capitalista, a *acumulação flexível,* baseada no que poderíamos chamar de um *padrão flexível de produção* (o toyotismo ou ohnismo) que envolve transformações dos processos e do mercado de trabalho, bem como dos produtos e do padrão de consumo. O padrão flexível de produção em que se baseia a acumulação flexível não substitui o padrão rígido anterior (o fordismo), articulando-se com ele e

---

[260] Cf. MARQUES, 2006. Mesmo este número de 4% é *superestimado*, já que com tal crescimento do PIB a "linha de pobreza" também deveria ter sido corrigida, passando de US$ 2 a US$ 3,44.

estabelecendo relações de contraditoriedade e de complementaridade – já que as empresas fordistas não desaparecem, sendo obrigadas a integrar-se a toda uma rede de subcontratação e de deslocamento para obter maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos subjacentes ao novo padrão de acumulação (HARVEY, [1989] 2007, pp. 135-162).

É nesse sentido que Harvey afirma:

> A atual conjuntura se caracteriza por uma combinação de produção fordista altamente eficiente (com frequência nuançada pela tecnologia e pelo produto flexível) em alguns setores e regiões (como os carros nos EUA, no Japão ou na Coreia do Sul) e de sistemas de produção mais tradicionais (como os de Singapura, Taiwan ou Hong Kong) que se apoiam em relações de trabalho 'artesanais', paternalistas ou patriarcais (familiares) que implicam mecanismos bem distintos de controle da força de trabalho. (HARVEY, [1989] 2007, p. 179).

Behring, a partir de Tauile, nos mostra que o padrão flexível de produção se engendra a partir da introdução, naquela esfera, de uma nova base técnica, caracterizada pela microeletrônica, em que se acoplou o computador à máquina ferramenta universal e introduziu-se o controle numérico. A máquina-ferramenta de controle numérico aumenta a precisão na produção, ao mesmo tempo em que dispensa força de trabalho humana – é, do ponto de vista do capitalista, "poupadora de mão-de-obra" (TAUILE, *apud* BEHRING ([2003] 2008, pp. 34-35).

A partir daí, pode-se observar no mundo do trabalho do capitalismo tardio uma múltipla e contraditória processualidade: há uma diminuição do contingente propriamente operário em certos países e certos setores da produção[261], o que reforça aquele desemprego estrutural apontado anteriormente; umbilicalmente articulados a isso, estão a expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da ampliação do assalariamento no setor de serviços[262], e o fenômeno que

---

[261] Há polêmica sobre se isto já é válido, enquanto realidade factual (e não apenas enquanto tendência sistêmica, em relação à qual parece haver certo consenso), *em nível planetário* ou se é ainda decorrente da *relocalização de unidades e forças produtivas*, situação em que a demanda por força de trabalho que deixa de existir em um país ou setor em que a produção é capital-intensiva e "poupadora de mão-de-obra" poderia ser "compensada", em valores *absolutos*, em outro país ou setor mais "atrasado" e demandador de grande contingente de trabalhadores. Antunes fala, em outros termos, no deslocamento de demanda de força de trabalho a setores onde predomina a *subproletarização*.

[262] O peso crescente dos serviços na economia do capitalismo tardio fez com que

José Ricardo Tauile nomeia subproletarização, caracterizado pela expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado. A força de trabalho passa por um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação (ANTUNES, 1995, pp. 39-55).

Harvey, desenvolvendo ideia similar, fala sobre a "radical reestruturação" por que passou o mercado de trabalho (HARVEY, [1989] 2007, pp.135-162). Ele detecta a tendência à redução do emprego regular, sendo substituído largamente pelo trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. A partir daí, apresenta uma tipologia em que *os trabalhadores dentro de cada país e de cada ramo estão divididos em centro e periferia.*

No *grupo central* estão os empregados em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização que os emprega. Esses trabalhadores gozam de certa segurança no emprego, perspectivas de promoção e investimento da empresa em qualificação, assim como outras vantagens, como seguro etc. Eles devem ser adaptáveis, flexíveis, e, em caso de necessidade, geograficamente móveis, sendo que os custos em caso de dispensa são tão altos para a empresa que a tendência é que se subcontrate até para funções de alto nível, mantendo o grupo central o menor possível.

Na *periferia* há dois grupos distintos: o *primeiro grupo periférico* consiste em empregados em tempo integral, mas dotados de habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho (como pessoal do setor financeiro, secretárias etc.). Esse grupo tende a se caracterizar por alta taxa de rotatividade. O *segundo grupo periférico* oferece uma flexibilidade numérica ainda maior que o primeiro, e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação etc. Harvey nos mostra que essa última categoria tem apresentado crescimento significativo desde os anos 80.

---

alguns analistas declarassem que estaríamos ingressando em uma sociedade "pós-industrial", com a economia organizada em torno das atividades do "setor terciário". NETTO e BRAZ (2006, p. 222) argumentam, quanto a isso, que trata-se de um equívoco, sendo que a essência do fenômeno em questão aponta justamente em sentido contrário: "*controlados pelo grande capital, os serviços passam a obedecer a uma lógica industrial* – primeiro, porque 'não há crescimento de atividades de serviço [...] sem crescimento de atividades industriais' (LOJKINE, *apud* NETTO e BRAZ, 2006); segundo, porque os serviços agora se desenvolvem sob uma *industrialização generalizada*: 'a mecanização, a padronização, a superespecialização e a fragmentação do trabalho, que no passado determinaram apenas o reino da produção de mercadorias na indústria propriamente dita, penetram agora todos os setores da vida social'" (MANDEL, *apud* NETTO e BRAZ, 2006).

É interessante notar como a divisão entre um centro privilegiado e uma periferia subalterna é uma tendência estrutural do sistema capitalista, comparecendo nas relações entre os países, entre as regiões em um mesmo país, dentro destas entre as capitais e as demais cidades, dentro das cidades entre as zonas privilegiadas e as periferias, dentro de cada uma destas zonas entre certos locais mais valorizados e outros menos, e ainda entre os próprios membros do proletariado a partir de sua posição no mercado de trabalho. O desenvolvimento do capitalismo, ao contrário do que apregoaram as diferentes ideologias do desenvolvimento, ou mesmo aquelas variantes do marxismo impregnadas de uma visão dominantemente positiva do progresso capitalista, tende a acentuar essa tendência, e não a mitigá-la ou corrigi-la.

É nesse contexto que se pode explicar a crescente antinomia entre seguridade e insegurança a partir da reestruturação produtiva, acompanhada por novo regime de regulamentação das relações de trabalho. A *insegurança* manifesta-se das seguintes formas: *insegurança no mercado de trabalho*, com o abandono da ideia de pleno emprego como objetivo de governo, a eliminação de postos de trabalho mesmo em momentos de expansão da economia (sobretudo no setor industrial), redução dos benefícios sociais aos desempregados; *insegurança no emprego*, com a redução da estabilidade e o processo de *flexibilização* das contratações; *insegurança na renda*, com crescimento da pobreza e da desigualdade social; *insegurança na contratação do trabalho*; *insegurança na representação do trabalho*, com a redução nos níveis de sindicalização e o transformismo das direções sindicais (MATTOSO, *apud* BEHRING, [2003] 2008).

Essa múltipla processualidade, que afeta no nervo a forma de ser do proletariado – e, com ela, a do conjunto das classes trabalhadoras – é central para explicar a *crise sindical*, marcada por intensa diminuição das taxas de sindicalização em muitos países e pela perda generalizada de força dos sindicatos, ocorrida a partir dos anos 80 – isso sem falar no *transformismo* das direções sindicais.

Antunes explica que um elemento decisivo na consolidação e no aprofundamento dessa crise é justamente "o fosso existente entre os trabalhadores 'estáveis', de um lado, e aqueles que resultam do trabalho precarizado etc., de outro" (ANTUNES, 1995, pp.61-62). O poder dos sindicatos esteve historicamente vinculado aos trabalhadores estáveis, e essas organizações (ligadas ao que ele chama de um "sindicalismo vertical") não vêm sendo capazes de organizar os trabalhadores *em seu conjunto*, desde os estáveis até os precários, vinculados à economia chamada informal, dentre outros.

É importante notar que o fenômeno não é novo, sendo possível lembrar que Rosa Luxemburgo já alertava para problema da mesma ordem:

> [...] o exército industrial de reserva dos desempregados impõe o que pode ser denominado uma restrição espacial no efeito dos sindicatos: somente a camada superior dos trabalhadores mais bem colocados, para os quais o desemprego é apenas periódico [...], tem acesso à organização sindical e a seu efeito. As camadas inferiores do proletariado, integradas por trabalhadores não qualificados [...], já se mostram bem menos aptos à organização sindical [...]. Finalmente, as camadas mais baixas do exército industrial de reserva, os desempregados que encontram algum trabalho ocasional, os empregados domésticos e, além disso, os pobres que vez por outra arranjam empregos temporários encontram-se completamente fora do alcance da organização. Em termos gerais, quanto maior a miséria e as dificuldades em determinada camada do proletariado, menores serão as possibilidades de um sindicalismo efetivo. (LUXEMBURGO, *apud* MANDEL, [1972] 1985, p. 107).

Na verdade, o novo reside na extensão do fenômeno no pós-guerra – mas essa diferença imprime a ele caráter diverso. *Estamos, de certo modo, retomando, em nível bastante superior de barbárie, de capacidade de manipulação das vontades, de possibilidades destrutivas, questões que o capitalismo dos "anos dourados" parecia, para alguns, haver superado. Isso, é claro, é mais um elemento para soterrar eventuais interpretações progressistas de seu desenvolvimento: ele vem mostrando sua renovada e ampliada capacidade de gerar, sobretudo, regressão no sentido civilizacional do termo.*

Isso não se deve a nenhuma suposta "crise final": deve-se tão somente ao desenvolvimento contraditório do próprio ser do capital, especialmente depois de liberado das amarras a ele impostas durante décadas pela existência real e palpável – e, para a burguesia, ameaçadora – das experiências socialistas. *Nesse sentido, pode-se sim falar em "ocidentalização" do mundo inteiro. Entretanto, tal processo nada tem a ver com um acúmulo de forças em direção ao socialismo, sendo, pelo contrário, fruto de sua derrocada e da avassaladora derrota histórica do proletariado em nível planetário.*

As referidas "transformações no mundo do trabalho", combinadas à crise sindical, minam uma das bases mais importantes sobre as quais se assentaram as conquistas das classes trabalhadoras ao longo dos chamados "trinta anos gloriosos", qual seja: sua capacidade

de luta por direitos – sem falar nas lutas anti-sistêmicas – e de resistência à retirada deles. Esse, aliás, é um elemento fundamental a possibilitar a saída capitalista para a crise.

Note-se como o que vem de ser exposto, na mesma medida em que confirma certos aspectos da interpretação coutiniana do desenvolvimento capitalista, se choca frontalmente contra o núcleo de seu projeto político, fundado no pressuposto de que sobre a base da socialização do processo produtivo adviria a socialização da política que levaria à criação e à multiplicação dos aparelhos privados de hegemonia das classes trabalhadoras, e, a partir daí, à consolidação da sociedade civil através da qual o proletariado poderia avançar, organizando em torno de si amplos setores sociais no rumo do socialismo, através da extensão e do aprofundamento, ao setor social o mais amplo possível, dos direitos plasmados na cidadania moderna, isolando ao mesmo tempo a fração monopolista da burguesia.

Acontece que a interpretação coutiniana da "ocidentalização" combina-se a uma aposta no desenvolvimento capitalista como caminho para o socialismo, e tem, por isso, de ser compreendida à luz do *caráter dominantemente progressivo e positivo* que ele atribui ao desenvolvimento capitalista – que, cabe lembrar, não foi característica exclusiva de seu pensamento. *Essa aposta frequentou as teorias da socialdemocracia clássica e, depois, dos PCs* (não apenas em seu momento eurocomunista), além daquela ideologia do desenvolvimento em suas diversas variantes.

Essas teorias guardam um núcleo comum com a interpretação do desenvolvimento capitalista por Coutinho, expresso na apreciação de tal desenvolvimento como um permanente e progressivo, ainda que lento e desigual, processo de transição das sociedades atrasadas ou de "desenvolvimento insuficiente" rumo àquelas que reuniriam as condições para a construção do socialismo em bases nacionais – ou, dito em outros termos, do "Oriente" rumo ao "Ocidente" e, daí, ao socialismo. Para esses intérpretes, o fortalecimento da capacidade de luta das classes trabalhadoras em defesa de "seus interesses" decorreria inexoravelmente do próprio desenvolvimento histórico, caminhando tendencialmente *pari passu* com o desenvolvimento do capitalismo – bastando, portanto, mantê-la organizada, ativa e proclamando o socialismo como objetivo final para garantir que, malgrado todos os percalços, se cumprisse o destino almejado.

Tal interpretação do desenvolvimento capitalista, compartilhada por grande parte do movimento operário ao longo do século XX, assim como por parte considerável do pensamento marxista produzido no período, certamente se afasta do pensamento de Marx. Remete,

entretanto, a *esta* avaliação do desenvolvimento da história:

> Independente de que conceito se tenha da *liberdade da vontade* [...], suas *aparições*, as ações humanas, são determinadas, tanto quanto qualquer outra ocorrência natural, de acordo com leis universais [...]. A História, que se ocupa da narração dessas aparições, independente de quão ocultas sejam suas causas, nos permite desejar que, se consideramos o jogo da liberdade da vontade humana *amplamente*, podemos descobrir dentro dele *um sentido regular* [grifo meu]; e que, deste modo, o que encontra o olho como confuso e irregular em matérias individuais pode, no tocante à espécie como um todo, ser reconhecido como *um permanente e progressivo, ainda que lento, desenvolvimento de suas predisposições iniciais* [grifo meu]. (KANT, [1784] 2009, p. 10 – grifos meus onde assinalado).

A hipótese explicativa para essa, por assim dizer, kantianização tão frequente do marxismo ao longo do século XX – que chega a Coutinho filtrada pelo eurocomunismo, carregando consigo a marca da socialdemocracia alemã e o selo do austro-marxismo – me parece residir no processo de assimilação pouco crítica de elementos do liberalismo e do contratualismo à teoria social marxista: em algum momento de suas tentativas de ultrapassar limites supostos ou efetivos de uma ou outra concepção de mundo referenciada no marxismo, enriquecendo-o com elementos e conceitos de tradições do pensamento político anterior e exterior a ele, esses pensadores parecem ter trazido muito mais do que os componentes que buscavam. *Parecem ter trazido junto partes de concepções de mundo unitárias e coerentes no interior das quais aquelas noções haviam sido forjadas, expressas no liberalismo e no contratualismo.*

No caso específico de nosso autor, pode-se afirmar que, *na tentativa de aperfeiçoar o instrumental heurístico através do qual interpretava o mundo e trabalhava pelo socialismo, Coutinho acabou tendo seu pensamento político fortemente tensionado pela concepção de mundo unitária e coerente democrata* examinada em momento anterior do presente trabalho – uma concepção de mundo, vale lembrar, que se quer universal, partidária do bem comum ou do interesse geral ao qual supostamente poder-se-iam subordinar, sob certas condições, os antagonismos de classe constitutivos da relação social de capital.

Note-se, por exemplo, que as interpretações do desenvolvimento capitalista mais diretamente relacionadas a Kant e a Rousseau, justamente o liberalismo político e o contratualismo, sustentam, ambas, uma interpretação também dominantemente positiva do

desenvolvimento capitalista (independente do caráter crítico – e solitário – do pensamento do próprio Rousseau), que, aliás, Marx refutou com muito brilho e energia no cap. XXIV do livro I d'*O Capital* justamente quando *historicizou* tal desenvolvimento e *trouxe à tona* os aspectos nada secundários que aquelas narrativas haviam deixado de fora.

Saber disso remete ao juízo sartriano sobre as tentativas de, ainda no âmbito do capitalismo, superarem-se as ideias fundamentais contidas na teoria social marxiana, que o filósofo parisiense considera constituírem "a filosofia inultrapassável de nosso tempo" (SARTRE, 1960, p. 09):

> Se a filosofia deve ser ao mesmo tempo totalização do saber, método, Ideia reguladora, arma ofensiva e comunidade de linguagem; se essa "visão do mundo" é também um instrumento que trabalha as sociedades carcomidas, se essa concepção singular de um homem ou de um grupo de homens se torna a cultura e, por vezes, a natureza de toda uma classe, então é bem claro que as épocas de criação filosófica são raras. Entre os séculos XVII e XX, vejo três, que designarei por nomes célebres: há o "momento" de Descartes e de Locke, aquele de Kant e Hegel e, finalmente, o de Marx. Essas três filosofias se tornam, cada uma em sua vez, o húmus de todo pensamento particular e o horizonte de toda cultura, elas são inultrapassáveis enquanto o momento histórico do qual elas são expressão não tiver sido ultrapassado. Já constatei isto amiúde: um argumento "antimarxista" não é mais que o rejuvenescimento aparente de uma ideia pré-marxista. Uma pretensa "ultrapassagem" do marxismo será, no pior dos casos, um retorno ao pré-marxismo, ou, no melhor, a redescoberta de uma ideia já contida na filosofia que se acreditava ultrapassar. (SARTRE, 1960, p. 17).

Sartre ajuda, nessa passagem, a entender por que Coutinho (mas não apenas ele: a socialdemocracia clássica; o austro-marxismo; parte do MCI stalinizado nos anos 1950 e 1960; os eurocomunistas), ao buscar ir além de Marx incorporando a seu pensamento elementos democráticos e liberais, pode ter ficado, na verdade, aquém de Marx.

Mas não é só. Se é correto que o problema em tela afetou o próprio *método* coutiniano – justamente o núcleo que ele afirmava reiteradamente que tinha de ser preservado no "marxismo ortodoxo" que queria praticar –, estando na base, por exemplo, da interpretação dominantemente positiva do progresso capitalista criticada em outros momentos do presente trabalho, isso também afetou o uso por parte de

Coutinho de certas *categorias* dialéticas fundamentais, privadas de sua negatividade e, portanto, positivizadas e perdendo parte do conteúdo crítico-corrosivo que tinham em Marx e mesmo em Hegel. É este o caso, por exemplo, do emprego peculiar da categoria hegeliana de *superação* que ocorre *em alguns dos textos políticos* coutinianos da maturidade (o mal em questão não vitima seus textos estéticos), em que tal categoria deixa de ter o significado, que tem no filósofo alemão, de síntese entre eliminação, conservação e elevação a nível superior, passando a mobilizar apenas as duas últimas dimensões e deixando de fazer menção à eliminação (justamente seu aspecto destrutivo) como momento constitutivo do conceito[263].

Tal emprego aparece, por exemplo, nestas passagens (dentre outras):

> [...] a nova democracia visada pelas forças populares [não implica] – para sua completa realização – transformações profundas tão-somente nos planos econômico e social. Também no plano político-institucional ela deverá *superar* – na medida em que *conserva,* mas também *eleva a nível superior* – a democracia liberal vigente até hoje em alguns países capitalistas. (COUTINHO, 1979c).

---

[263] A categoria hegeliana "superação" vem sendo objeto de debates em torno do problema que consiste em traduzir os termos alemães *aufhebung*, *aufheben* e *aufgehoben*, que foram alçados por Hegel à condição de "determinação fundamental [...] cujo significado deve ser compreendido de maneira determinada" (HEGEL, [1812-16] 1968, p. 97 – "Nota" ou "Observação" ao fim do Capítulo I da Parte I). O verbo *aufheben* tinha, no alemão corrente de sua época, "um duplo sentido: significa tanto a ideia de conservar, *manter*, como, ao mesmo tempo, a de fazer cessar, *pôr fim*. [...] Deste modo o que se eliminou é por sua vez conservado, tendo apenas perdido sua imediaticidade, mas não tendo sido por isso anulado" (HEGEL, [1812-16] 1968, pp. 97-98). Hegel alça o verbo e os correspondentes substantivo e adjetivo à condição de determinação fundamental ("meta-categoria" segundo PERTILLE, 2011) exatamente por notar que essas palavras têm "em si mesmas um sentido especulativo", sendo "surpreendente [...] que um idioma tenha chegado ao ponto de utilizar uma só e a mesma palavra para duas determinações opostas" (HEGEL, [1812-16] 1968, p. 98). O problema é justamente que a boa solução de Hegel é um tormento para o tradutor: não há palavras que possuam características idênticas a essas fora do alemão. Assim, PERTILLE (2011, p. 59), partindo da constatação do problema, mapeia nada menos que 10 traduções diferentes em quatro idiomas. Em português, a depender do tradutor temos "suprassumir", "suspender", "superar", em espanhol "eliminar" e "superar", em francês "supprimer", "sursumer", "abolir" e "abroger", em inglês "to sublate". Optei por "superar", "superação" e "superado" por serem os mais difundidos na tradição marxista no Brasil, apesar de compreender que estes termos podem induzir ao erro de se eliminar a contraditoriedade que deve estar presente na categoria "compreendida de maneira determinada".

> Muitas décadas de experiência do chamado "socialismo real" demonstraram suficientemente que, quando não existem os aspectos "formais" ou "procedimentais" da democracia, perdem-se também seus elementos "substantivos". Portanto, a relação da democracia de massas (ou socialista) com a democracia liberal não é uma relação de negação, mas de superação dialética: a primeira *conserva e eleva a nível superior* as conquistas da segunda. (COUTINHO, 1992, pp. 35-36).
> Na formulação de Togliatti, portanto, a democracia política perde seu caráter de etapa a ser cumprida e abandonada no momento do "assalto ao poder", no pretenso "grande dia", para ganhar a característica de um conjunto de conquistas a serem conservadas e elevadas a nível superior – ou seja, *dialeticamente* superadas – na democracia socialista. (COUTINHO, [1999] 2007a, pp. 161-162).

Nosso autor deixa de lado, nesses trechos, a necessidade de *eliminar* elementos da democracia liberal para que se possa transitar ao comunismo – o que se coaduna bastante bem com o conceito togliattiano de *democracia progressiva*, assim como com a postulação da passagem ao socialismo sem a consideração do problema da *ruptura*.

Mas esse é apenas um aspecto do problema, e há outro igualmente importante que deve ser considerado – a saber: o fato de que o referido uso aparece em *alguns* dos textos políticos coutinianos, mas não em todos.

Assim, a segunda passagem citada na sequência acima, ao ser reeditada alguns anos depois, recebeu por parte do autor a seguinte redação:

> Muitas décadas de experiência do chamado "socialismo real" demonstraram suficientemente que, quando não existem os aspectos "formais" ou "procedimentais" da democracia, perdem-se também seus elementos "substantivos". Portanto, a relação da democracia de massas (ou socialista) com a democracia liberal não é uma relação de negação, mas de *superação dialética*: a primeira cancela, conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda. (COUTINHO, [1992] 2008b[1], p. 38).

Em *A democracia como valor universal*, por sua vez, podem-se ler estas passagens que apontam, no interior de um mesmo texto, em direções distintas:

> a) "[...] a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação (*Aufhebung*): a primeira

> *elimina, conserva e eleva a nível superior* as conquistas da segunda" (COUTINHO, [1979] 1980a[1], p. 31);
> b) "O que antes afirmamos em nível teórico vale também para o caso brasileiro: a democracia de massas que os socialistas brasileiros se propõem construir *conserva e eleva a nível superior* as conquistas puramente liberais" (p. 34);
> c) "[...] trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular. [...] A dialética desse duplo movimento de alianças corresponde, precisamente, à articulação da democracia de massas por que lutamos: uma democracia que, ao mesmo tempo, *conserva e eleva a nível superior* as conquistas da democracia puramente liberal ou formal" (p. 41).

Vemos assim que a apropriação peculiar, unilateralmente positiva, da categoria hegeliana tal como exemplificada anteriormente entra em contradição com passagens em outros textos coutinianos – e até no interior de um mesmo texto –, chamando a atenção para que tal uso não deve ser tratado como casualidade e nem ser atribuído a mero descuido (ou seja: não deve ser tratado como uma contingência irracional ou inexplicável). Pelo contrário: justamente o fato de haver, *no mesmo autor*, *no mesmo intervalo temporal*, e até, por vezes, *no mesmo texto*, dois sentidos contraditórios para o mesmo conceito deve ser considerado, antes de mais, como *expressando uma contradição em movimento no próprio pensamento* coutiniano, vinculado organicamente ao proletariado, mas buscando assimilar a seu marxismo elementos extraídos de concepções de mundo fundamentalmente burguesas – uma contradição que pode, pensando bem, ser típica da constituição de uma concepção de mundo unitária e coerente democrata, na medida em que expresse no plano do pensamento uma situação de classe de transição, espremida entre burguesia e proletariado e mediando tensamente esses extremos.

Finalmente, gostaria de encerrar o presente capítulo chamando à atenção do leitor o contraste entre a interpretação coutiniana do desenvolvimento capitalista e a do já citado Michel Husson. Coutinho, como vimos, busca criticar o processo em curso nas últimas décadas sobretudo a partir da consideração de que foi abandonado o caminho rumo a uma democracia de massas, que teria chegado a viger ou se esboçar em diversos países da Europa Ocidental e apontaria na direção do socialismo. Essa posição acaba deslocando o acento da crítica *do capitalismo para o neoliberalismo*, tido como uma modalidade de "capitalismo selvagem" (assim como, no tocante ao pluralismo, o

problema seriam os excessos materializados em um "pluralismo selvagem"). Note-se que essa posição coutiniana arma a classe para, contra as contrarreformas, lutar por... reformas. Ou seja: para a posição, sempre defensiva, de insistência na tática-estratégia anterior – a das conquistas parciais como caminho para o socialismo em marcos democráticos –, característica do tempo do *Welfare* e do programa reformista então desposado por amplo espectro político, que se estendeu de marxistas a partidários de um capitalismo regulado e aproximou organizações operárias das postulações econômicas keynesianas[264].

Husson, por sua vez, afirma que os tempos que vivemos são aqueles de uma "crescente adequação do capitalismo a seu conceito" (2008, p. 09), e, nesse sentido, de um "capitalismo sem adjetivo" . Daí é que vem, aliás, o título do livro em que busca explicar e compreender o capitalismo contemporâneo: *Um puro capitalismo*. Nele, o economista francês mostra que o cerne da crítica ao *neoliberalismo* tem de estar na crítica ao próprio *capitalismo*, que, livre das exigências historicamente postas pelo socialismo a Leste e na situação de onda longa recessiva a partir dos anos 1970, vem se desenvolvendo em maior grau de *pureza* do que, talvez, jamais em todo o breve século XX.

Em tal contexto "purificado", o desenvolvimento global do capitalismo só tem a trazer para as classes trabalhadoras a miséria, a brutalidade e a barbárie.

[264] PRZEWORSKI ([1985] 2002) mostra como a assimilação do pensamento de Keynes representou um importante trunfo para a socialdemocracia europeia em seu processo de adaptação ao reformismo, possibilitando-a brandir um programa econômico que a diferenciasse dos liberais e transmitisse a ideia de que se estava progredindo rumo ao socialismo através do fortalecimento da presença do Estado na economia. Esse processo é análogo ao que ocorreu com certos PCs décadas depois, e isso se refrata claramente no programa econômico eurocomunista que estudamos em capítulo anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS
DEMOCRACIA E A DIFÍCIL DIALÉTICA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

> *Todas as críticas que nós viemos de formular a setores do pensamento marxista de nosso tempo não são, e nunca serão, suficientes frente aos altos objetivos humanistas a que se dirige a aplicação da dialética. Elas se fazem mais precisamente autocríticas, pois estando todos nós, marxistas, identificados por um alento humanístico único, devemos ser responsáveis frente à história, em comum, pelas nossas falhas e omissões.*
>
> **Carlos Nelson Coutinho**
> [Problemática atual da dialética]

> *Mais do que um* socialismo democrático*, o que se espera da Rússia, neste último quartel do século XX, é uma demonstração da viabilidade do próprio comunismo.*
>
> **Florestan Fernandes**
> [Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"/1979]

Busquei conduzir o leitor, ao longo do presente trabalho, pelo caminho que leva da existência de uma conjuntura histórico-social a sua expressão no pensamento de um indivíduo. Fazer isso exigiu o esforço de partir do exame daquele pensamento individual em seu momento maduro – ou seja, naquele em que atingiu seu maior nível de coesão interna, de unidade e coerência –, que nos forneceu as pistas por onde seguir.

Vimos nesse exame que Carlos Nelson Coutinho, ao contrário de boa parte de seus companheiros de viagem dentre os renovadores do PCB, jamais renegou sua vinculação à teoria social marxista, nem o reconhecimento da necessidade de uma revolução social – entendida por ele enquanto progressiva transformação que superasse os impasses e as contradições da sociabilidade fundada sobre o modo de produção capitalista numa sociedade sem classes. Sua adesão a essas posições nada teve de superficial: reafirmou seu pertencimento ao campo marxista não só através do recurso a exposições marxianas quanto ao método, mas principalmente a arsenal categorial haurido em variadas fontes da tradição teórica inaugurada pela crítica da economia política marxiana, buscando sempre fundamentar sua análise da vida social e cultural nos desdobramentos ou prosseguimentos desta vertente teórico-política considerados por ele os mais autorizados e atualizados.

Mapeamos também que essa mesma adesão exigiu, por sua vez, a formulação, que o autor quis que fosse realizada sempre nos marcos da fidelidade ao marxismo ortodoxo – em termos de método, no sentido daquela ortodoxia aberta coutiniana –, de uma verdadeira concepção de mundo unitária e coerente fundamentada sobre uma análise do movimento seu contemporâneo das esferas socioeconômica, política e cultural do modo de produção capitalista. Vimos que seu objetivo ao formular essa interpretação era sua aplicação à formulação da estratégia mais adequada à luta pelo socialismo no mundo, mas, especialmente, no Brasil, e que o pensador, uma vez tendo encontrado as linhas de força mais gerais do assim chamado capitalismo monopolista de Estado, dirigiu-as à ampliação e concretização de sua posição acerca das especificidades brasileiras.

Mas o mapa ainda não era o caminho: era a expectativa dele e o guia para ele.

De posse dessa carta de orientação, nos dirigimos ao mundo: acompanhamos caminhos e descaminhos do proletariado, estudamos algumas das ideologias que iam surgindo a cada esquina da história recente, viajamos por um tempo em que a classe fez-se movimento pressionada, de um lado, pelo fracasso que ia de mais a mais se explicitando no campo do socialismo a oriente, e, de outro lado, pela ofensiva ocidental em nível mundial, aquela contrarrevolução burguesa preventiva e prolongada que combinava a violência escancarada à cooptação possível – ou, para recorrer a um binômio caro a Coutinho, consenso e coerção – em escala planetária.

Banhados de mundo, voltamos ao pensamento coutiniano. Sobretudo no último capítulo da Parte III, procurei oferecer ao leitor algumas indicações de seus limites, de pontos de inadequação entre sua leitura do real e a crítica deste real. A leitura coutiniana, capaz de refletir adequadamente diversos elementos particulares, os amalgamando e os reconstituindo no plano do pensamento de modo logicamente unitário e coerente, capaz de contribuir para a coesão de setores das classes trabalhadoras, e, à primeira vista, inexpugnável como toda fortaleza cuidadosamente construída, já era então bastante conhecida: de posse do mapa e tendo percorrido o caminho, nos era possível comparar os dois e apontar para problemas na própria carta, e, quem sabe, propor atalhos, ou, até mesmo, ter a ousadia de tentar correções de rumo.

É, portanto, a partir do que foi acumulado até aqui que vou tecer algumas considerações à guisa de fechamento – e abertura, espero, para novos trabalhos e pesquisas.

Vale sublinhar, em primeiro lugar, a característica do pensador enquanto produto de sua época, cuja filosofia "se acha nutrida,

informada, plasmada e dirigida precisamente por esse solo (e por seu destino histórico)", como lembrado na epígrafe de Lukács a este livro. Quanto a isso, vale retomar um exemplo. Vimos que a posição coutiniana sobre o modo de produção vigente no Brasil colonial, o "escravismo com dominância mercantil", divergia, a princípio, daquela que o PCB defendera ao longo do tempo em que Coutinho aí havia militado, de que o passado colonial brasileiro havia sido feudal (e que o próprio Coutinho, ao longo dos anos 1960, chegou a sustentar essa posição em importantes textos publicados por ele). Essa polêmica absorveu muita energia, e sobre ela correu tinta entre intelectuais vinculados a um mesmo partido, o PCB: Caio Prado enfatizou o sentido mercantil da colonização; Nelson Werneck, a reversão feudal na economia colonial; Coutinho, as consequências socioeconômicas do escravismo; Jacob Gorender o escravismo colonial, dentre outros autores e posições.

A controvérsia sobre o feudalismo ou o escravismo anteriores ao modo de produção capitalista brasileiro se mostrou, do ponto de vista dos desdobramentos para se pensar a ação política presente, menos importante do que pareceu aos envolvidos, e do que pode parecer ainda hoje à primeira vista. Vale aqui, de certo modo, aquela aguda observação de Antonio Candido quanto a todos os que, pertencendo a uma mesma geração, "julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais da sua época" (CANDIDO, [1967] 1995, p. 09). Aliás, a própria categoria à qual Coutinho se apegou para definir a não classicidade da transição brasileira ao capitalismo é bastante sugestiva de algumas das ambiguidades presentes não apenas em sua posição, mas neste debate sobre a peculiaridade brasileira em seu tempo: a "via prussiana", que Coutinho opõe aos partidários de que teria havido feudalismo no Brasil, foi a transição conciliada e pelo alto de *um conjunto de feudos* e principados a uma formação econômico-social capitalista, a alemã.

Note-se algo interessante: uma polêmica como aquela, que remete à interpretação do passado distante, pôde abranger interpretações do passado mais recente, e do presente, que se aproximavam, em pontos centrais, de outras que, por vezes, se apresentavam como adversárias, comungando dos mesmos fundamentos em sua postulação de uma estratégia democrática para a revolução socialista brasileira – ou, dito de outro modo, em sua postulação da necessidade de uma transição democrática para a transição socialista brasileira.

Vale lembrar ainda, por outro lado, que não apenas é possível encontrar importantes pontos de contato entre as formulações de Werneck Sodré, Prado Jr., Gorender e Coutinho, como também que os quatro foram capazes de formular conhecimento teórico válido e profundo sobre a realidade brasileira. É que esse autores, ao interpretarem as supostas "permanências" do passado no tempo presente, iluminaram a mesma história – ainda que cada um com as lanternas forjadas por suas próprias questões, dentre as vigentes no tempo em que viveu. Vemos, por um lado, que suas posições políticas *em seu presente* não eram redutíveis a suas análises do passado, mas também que, por outro lado, tais análises devem ser estudadas, conhecidas e criticadas à luz do tempo presente em que foram concebidas, confrontadas ao autor, à classe à qual se vinculou e a sua época, assim como à factualidade histórica que buscaram reproduzir no plano da teoria. Esse processo é parte integrante da apropriação pelo pesquisador do conhecimento acumulado sobre o real em que vive, desdobramento daquele em que outros viveram.

Devem-se estudar, portanto, as obras no campo do pensamento social, ao mesmo tempo, como fonte de informação e como produto de seu tempo. O mesmo vale para seus autores. Nesse sentido, vimos como Coutinho, filho de um oligarca rural nordestino – que era UDN fora de casa, mas arejado e aberto ao liberalismo dentro dela –, iniciou sua formação como autodidata, numa Cidade da Bahia em um momento muito especial de sua história e num Brasil impregnado pela euforia desenvolvimentista, que teve em sua variante nacionalista uma importante ideologia a agrupar ampla gama de posições políticas progressistas, amalgamando em seu seio comunistas, socialistas, nacionalistas anticomunistas. Munido do instrumental ali adquirido, sob as precisas condições em que o vento revolucionário descompartimentava a inteligência nacional e a enchia de esperanças no desenvolvimento capitalista enquanto ponte para a construção do socialismo, Coutinho enfrentou o Golpe de 1964, mudou-se para o Rio de Janeiro, exilou-se na Itália, passou pela França, retornou. Nesse processo, aquele seu instrumental inicial foi se contagiando de novos conhecimentos e de novos debates: Coutinho deslocou sua predileção do Lukács de *História e Consciência de Classe* ao velho Lukács; conheceu o pensamento eurocomunista; construiu sua peculiar – e bastante marcada por aquele pensamento – interpretação de Gramsci, de cuja obra se assenhoreou; assimilou a contribuição teórica de Barrington Moore Jr.; estudou Rousseau e buscou incorporar importantes elementos de seu pensamento político ao marxismo...

Tudo isso trouxe ao pensamento coutiniano uma amplitude, uma variedade e uma complexidade invulgares, que foram, por sua vez, atingidas enquanto o intelectual buscava sempre manter-se nos limites das quatro características fundamentais que nele encontramos desde seus primeiros trabalhos, mesmo na mais tenra juventude: o compromisso com a Razão; a defesa de certos valores do humanismo e a postulação de que o marxismo seria seu herdeiro no mundo capitalista; o nacionalismo; a ortodoxia aberta. Interessantemente, essas características vigoravam e tinham importância, ao longo dos anos de formação de Carlos Nelson Coutinho, em boa parte da esquerda internacional, aglutinando amplo corpo de intelectuais preocupados em encontrar uma solução para a luta socialista que pusesse em questão e superasse os limites da experiência soviética e daquela do assim chamado "Leste" (que é outro modo de dizer "Oriente"...), onde vigia um socialismo muito diferente daquele que muitos intelectuais marxistas haviam desejado.

Esse amplo corpo de intelectuais, e Coutinho entre eles, buscou, por vezes, tal superação através da assimilação (nem sempre suficientemente crítica), ao marxismo, de determinados elementos oriundos de outras vertentes do pensamento social. Aproximaram-se, nesse movimento, de uma concepção de mundo que Marx chamou, em seu tempo, de *democrata* (tida por ele como a concepção de mundo dos representantes intelectuais da pequena burguesia), e Gramsci afirmou, em sua época, ser regressiva na medida em que cortava no proletariado a disposição para as lutas agudas e as catástrofes (o que seria típico das camadas médias). Coutinho, comunista sincero e estudioso, não deixou de se abrir ao liberalismo e ao contratualismo que marcaram profundamente seu marxismo democrático-socialista, e essa interação esteve na base de muito de sua força e capacidade de reverberação social – especialmente na medida em que ele correspondia, no plano do pensamento, ao movimento de amoldamento à ordem burguesa experimentado pelo próprio proletariado brasileiro e internacional, refletindo-o de modo unitário e coerente, soldando-o ideologicamente, e, até certo ponto, justificando-o, na medida em que o afirmava como o melhor e mais seguro caminho ao socialismo. Essa interação entre marxismo, liberalismo e contratualismo também esteve na base, por essas mesmíssimas razões, de importantes limites do pensamento político coutiniano.

Isso posto, prossigamos rumo a nosso tempo presente, partindo de uma *proposição* e de uma *pergunta*. A proposição: o pensamento político de Carlos Nelson Coutinho se formou ao longo da constituição, que nos anos 1950 apenas começava a dar seus primeiros sinais de

existência – mas que, nas décadas posteriores, se afirmou e consolidou em nível planetário, tendo atingido, hoje, a aspereza, a dureza e a opacidade de um *fato* –, de uma retumbante *derrota histórica* do projeto societário global do proletariado, o socialismo (COELHO, 2005). A pergunta: em que medida esse pensamento, apesar dos limites que nele encontramos, reúne elementos para pensar o nosso tempo, especialmente para aqueles interessados em everter a sociedade capitalista?

A referida derrota histórica não se refere apenas ao Brasil: tal derrota deu-se (e vige) em nível mundial, e corresponde à vitória daquela ofensiva burguesa preventiva e prolongada que atingiu e atinge, independente das intenções de quem a promoveu, *todos* os terrenos conhecidos da vida no planeta. Ela se manifestou, no campo da política, numa transformação em velocidade e grau inéditos na história global: de um dia para o outro (mas como produto de um labor consciente e concertado, encetado durante décadas, como vimos), quantidade transformou-se em qualidade. O muro não mais existia. Ex-dirigentes do Leste socialista eram agora magnatas de regimes liberais mafiosos. O Ocidente capitalista reinava soberanamente em todo o globo. Os intelectuais mergulhavam de cabeça, em nível planetário, no irracionalismo apologético. O Estado, que em uma pequena parte do mundo havia aparecido durante algumas décadas como garantidor de direitos, minimizador de desigualdades e supervisor da cidadania (regulada ou o que fosse, mas cidadania), mesmo nessa parte do mundo passava a operar diuturnamente na supressão de direitos, na acentuação da desigualdade social e na restrição daquela mesma cidadania a marcos, não apenas formais, mas seletivos. O proletariado se via às voltas com suas próprias objetivações – construídas com muita luta, sacrifício e generosidade – que, de suas, passaram a instrumentos da manutenção da ordem burguesa, a mesma ordem que haviam nascido para desafiar (COELHO, 2005, cap. 07).

Essa transformação reforçou um processo, abrangente e profundo (e que já vinha de décadas anteriores, como vimos, tendo sido inclusive um dos garantes do braço supostamente civilizado da contrarrevolução burguesa em escala mundial), de *transformismo*, que Coutinho definiu , a partir de Gramsci, como a assimilação, pelo bloco no poder, de seus adversários – sejam eles das classes subalternas ou de outras frações dominantes, seja ainda molecularmente, seja enquanto grupos –, tendo como resultado a neutralização de sua posição (COUTINHO, [1985-1989] 2007a[9]). Esse transformismo atingiu setores importantes das classes trabalhadoras, nos níveis nacional e internacional (COELHO, 2005, cap. 08).

No Brasil, foi esse o caso do PT – assim como de tantos movimentos sociais a ele associados. Em parte importante da Europa Ocidental, vimos assistindo à derrocada dos PSs, arrastando consigo certos PCs que, quando não os acompanharam na adaptação mais aberta e cínica à ordem do capital, passaram a amargar o isolamento como velharias com as quais não se sabia mais muito bem o que fazer – transformados, junto com parte importante do movimento sindical, em aparelhos onde mais se contribui para legitimar a dominação burguesa do que para pô-la em risco. Do mundo anglo-saxão, onde a derrota dos setores revolucionários das classes trabalhadoras já se havia instalado de há muito, veio a diretiva para a chamada "época neoliberal": retirada de direitos, contrarredistribuição de renda em direção ao capital, orientação no sentido de uma reconfiguração política geral que aponta para a precarização e o rebaixamento do nível de vida de importantes setores das classes trabalhadoras – endividados, nos EUA, até o último fio de cabelo, quando a própria cabeça já não tenha sido hipotecada. Na América Latina, o momentâneo respiro à esquerda, proporcionado por governos mais comprometidos com interesses das classes trabalhadoras, mostra importantes limites quando tais governos demonstram dificuldades em caminhar decididamente para uma situação de enfrentamento aberto que resolva o impasse entre, de um lado, garantir mínimos sociais aceitáveis nos marcos do capitalismo, ou, de outro lado, avançar para a evicção das relações capitalistas. Em grande parte da África e da Ásia, malgrado as intenções dos ativistas do pensamento positivo, as frações nacionais do proletariado vivem níveis profundos de barbárie, e nada aponta para a reversão desse quadro.

Coutinho interpretou tal conjuntura, como vimos, como marcada por um processo de contrarreforma em que se desmontava a revolução passiva que, segundo ele, havia sido materializada no *Welfare State*. A interessante caracterização do chamado Estado de bem-estar como revolução passiva combinou-se, entretanto, com uma leitura unilateralmente positiva de certa modalidade do desenvolvimento capitalista: o "bem-estar" teria sido fruto de uma revolução passiva na medida em que se tratou de transformações pelo alto que, para o autor, tinham de implicar em *concessões* às classes trabalhadoras – e, portanto, podiam estar na base de um avanço gradual ao socialismo, desde que as lutas por reformas fossem encaminhadas no sentido do reformismo revolucionário –, donde sua diferença fundamental com a *contrarreforma* neoliberal onde se operam pelo alto transformações profundas que não redundam em concessões, mas sim em *retirada de direitos*.

O autor constatou, ainda, que tais contrarreformas vinham sendo, muitas vezes, encaminhadas por organizações historicamente vinculadas ao proletariado, ou ao menos contavam com sua colaboração ativa, e atribuiu tal fato a um movimento de apassivamento das direções da classe que ele chamou de transformismo e que, para ele, foi marcado pelo *abandono*, da parte dos setores dirigentes do proletariado e das demais classes trabalhadoras, das posições anteriormente defendidas – ou seja, pela *traição* ao acúmulo político anteriormente conquistado pelos movimentos e partidos.

É esta a avaliação de nosso autor, por exemplo, sobre a derrocada do PCI:

> A mais brilhante tentativa de [...] criação de uma nova proposta que combinava explicitamente reforma e revolução, foi a tendência conhecida como "eurocomunismo", que floresceu em meados dos anos 70 e não casualmente teve seu principal expoente no Partido Comunista Italiano, um partido fundado por Antonio Gramsci e dirigido posteriormente por Palmiro Togliatti e Enrico Berlinguer. [...] Por motivos que aqui não posso analisar, *o eurocomunismo terminou por ser abandonado* pelos poucos partidos comunistas que em algum momento o adotaram. *Com esse abandono* e o colapso do "socialismo real", não são muitos os PCs que continuam hoje a ter efetiva influência nos países capitalistas. (COUTINHO, [1998] 2008b[3], p. 83 – grifos meus).

No caso brasileiro, tal compreensão aparece, por exemplo, nestas passagens:

> [...] em janeiro de 2000, ainda considerava que a chegada do PT ao governo, apoiada pelos movimentos sociais das classes subalternas (CUT, MST etc.) poderia constituir uma real alternativa ao modelo neoliberal, bem como o início do processo de construção e afirmação de uma nova hegemonia entre nós. Infelizmente, fui depois obrigado a constatar que o governo Lula, iniciado em 2003, longe de representar uma tal alternativa, tornou-se uma nova e radicalizada expressão do neoliberalismo; e o PT, em vez de se afirmar como principal instrumento desta nova hegemonia, *abandonou inteiramente o seu velho programa* e deixou-se envolver pelos piores vícios da política brasileira. (COUTINHO, [2000] 2006a[2], p. 54 – grifo meu).
>
> [...] anuncio e justifico minha saída do PT, decidida conjuntamente com os amigos Leandro Konder e Milton Temer.

> [...] busco deixar claro que esta decisão não se [deu] apenas em função de eventos tópicos, ainda que muito graves, como a expulsão dos parlamentares petistas que votaram segundo o programa do partido; ela [decorreu], mais profundamente, *da nossa convicção de que o PT havia definitivamente abandonado o programa socialista que defendera por tantos anos* e estava agora dominado por um crescente burocratismo. (COUTINHO, 2006a, p. 151 – grifo meu).
>
> [...] se examinarmos a evolução ideológica do PT, veremos que a velha proposta socialista e democrática, defendida (ainda que nem sempre de modo muito claro) desde a origem do partido, *foi sendo progressivamente abandonada*, substituída pela prioridade dada pela conquista do governo a qualquer custo. É verdade que esta prática eleitoralista e o consequente *abandono do socialismo* demoraram a aparecer explicitamente no nível do discurso. (COUTINHO, [2005] 2006a[10], p. 160 – grifos meus).

Vimos que não foi exatamente o *abandono* de um mítico "antigo programa socialista e democrático" do PT (nem, anteriormente, do PCB, nem de parte importante do MCI e de outros setores do movimento operário), que o conduziu à acomodação à ordem burguesa. No caso do Partido dos Trabalhadores, vimos que não foi o abandono de suas posições históricas que o conduziu àquelas que assumiu no governo, mas sim o desenvolvimento de tendências e potencialidades contidas em germe nas próprias ambiguidades do programa petista e das definições partidárias ao longo de sua evolução política[265].

Dentre essas ambiguidades, algumas se manifestaram também no pensamento político coutiniano. Vimos, por exemplo, que a tentativa de afirmar um *caminho democrático pré-definido ao socialismo* levou nosso autor à assimilação de elementos do liberalismo político (e, com ele, do econômico – donde a defesa da propriedade privada através da defesa do pluralismo econômico por Coutinho), entendidos como garantes da democracia, conduzindo também ao apagamento do

[265] O acompanhamento em maiores detalhes desse movimento de *metamorfose* do PT foi feito por IASI (2006) e, no que toca a seu núcleo dirigente, por COELHO (2008). No plano internacional, já foram apresentadas neste trabalho sugestões para a fundamentação de que *não foi o abandono* do programa eurocomunista, mas sim seu desenvolvimento tal como se processou histórico-concretamente, que levou aos resultados obtidos historicamente pelo PCI – inclusive, de certo modo, à sua renegação explícita do comunismo resultando na transformação em Partido *Democrático*. Afirmar isso, entretanto, não significa afirmar que não poderia ter sido diferente. Significa, antes, constatar que forças políticas e sociais que poderiam ter conduzido tal desenvolvimento em outra direção, ainda quando estiveram presentes, não se impuseram.

problema da preparação para a ruptura e para o enfrentamento aberto, da tomada firme e decidida do poder político, que conduziu o marxista baiano a uma reinterpretação da própria história do marxismo, criando uma espécie de mito de que seu marxismo democrático-socialista começaria já nos "velhos Marx e Engels", passaria pelo Lênin dos anos 1920 e pelo Gramsci do cárcere, e iria dar nos eurocomunistas, em Ingrao, em Poulantzas... e, no Brasil, na posição à qual se vinculava o próprio Coutinho.

Mas o que foi que levou o marxista baiano a diagnosticar a metamorfose petista como *abandono*, reiterando a mesma surpresa, aliás, que teve quando o PCI supostamente "abandonou" suas posições comunistas e se liquidou, tornando-se Partido Democrático de Esquerda, e, depois, Partido Democrático, e tristemente compondo hoje a pequena política italiana enquanto partido de governo? O que foi que o levou a afirmar que o problema consistiu em ter-se deixado de lado um programa democrático-socialista, e não em ter-se afirmado aquele programa nos termos reais em que foi afirmado, em que se hipotecou o socialismo à democracia burguesa?

Responder a essas perguntas é especialmente importante na medida em que tal posição não foi sustentada apenas por Coutinho.

No campo da filosofia política, certamente ajuda a responder a essas questões a lembrança de que nosso autor fundamentou sua crítica a Lênin afirmando que o comunista russo havia tido excessiva preocupação em adjetivar a democracia, terminando por desdenhar o substantivo, limite que se teria explicitado, por exemplo, na preocupação lenineana de sempre, ao falar de democracia, distinguir radicalmente entre democracia *burguesa* e democracia *proletária*. Ou seja: certamente, do ponto de vista teórico, *a indistinção do caráter de classe* do regime que se quer construir – com a matização da consideração das respectivas relações sociais sobre as quais tal regime tem de se fundar, a começar pelo problema da propriedade privada – contribui para borrar as determinações mais diretamente referentes ao conteúdo do Estado já no próprio capitalismo, apresentando-o como "disputável" a depender dos setores que estejam em sua direção e não do conteúdo das relações sociais fundamentais que tal Estado expressa (o caráter proletário ou burguês de um Estado dependeria sobretudo da classe que esteja em seu comando, o que empresta à avaliação do fenômeno estatal uma conotação eminentemente política bastante autonomizada da consideração do peso, na determinação dessa objetivação do ser social, da esfera econômica e das relações econômico-sociais).

Coutinho, ao recusar a adjetivação do conteúdo de classe da democracia como burguesa ou proletária, incorre ainda em uma

identificação parcial entre democracia e liberalismo político, na medida em que os procedimentos liberais são apresentados como parte integrante e ineliminável da democracia – apresentada em seu pensamento como sinônimo de "cidadania plena", "emancipação humana" ou "soberania popular". Tal aproximação certamente constitui antes uma profissão de fé do que uma constatação histórica, e induz a uma avaliação dominantemente positiva do desenvolvimento de certas modalidades de capitalismo que, desde que democraticamente orientado, poderia pavimentar o caminho ao socialismo sem necessidade de rupturas violentas ou de explosões concentradas no tempo e carregando componentes insurrecionais.

Um desenvolvimento possível de tal posição foi aquele realizado por Armênio Guedes, que pude constatar na entrevista com ele realizada por ocasião da pesquisa que deu origem ao presente trabalho. Guedes levou sua afirmação da democracia, desacompanhada do qualificativo de classe, até um ponto com o qual o próprio Coutinho não concordaria: o velho dirigente ex-comunista afirmava, com convicção, que a democracia continuava sendo o caminho a ser seguido, mas para a... democracia. Coutinho nunca aceitou tal postulado, defendendo, a partir da afirmação de que o conceito de democracia estava *em disputa* entre os democratas socialistas e os neoliberais, a adjetivação da democracia como *substantiva* para reforçar seu caráter de garantia não apenas das condições institucionais do exercício da cidadania, mas também das sociais. Para ele, essa *democracia substantiva* é que seria a forma política da transição socialista (COUTINHO, [2001-2002] 2006a[1]).

Mas mesmo a análise coutiniana é marcada por um problema: o Estado atual não é tomado como burguês porque expresse o conteúdo social fundamental das relações de capital, mas supostamente porque é a burguesia que está em sua direção, e porque tem prevalecido o modelo liberal-corporativo de sociedade civil. Assim, se for possível colocar na direção do Estado, tomado em sentido ampliado, o campo das assim chamadas forças populares, sob hegemonia do proletariado, ele poderá deixar gradualmente de ser burguês e ir se tornando um Estado de transição, elidindo a necessidade do enfrentamento aberto e violento entre (partidários do) proletariado e (partidários do) capital... Nesse raciocínio, movimentos mais decididos das classes trabalhadoras rumo à ruptura institucional tendem a ser interpretados como "aventura"[266], e

[266] Note-se: esses movimentos *podem* sim ter esse caráter, mas nem sempre o têm – como mostram as revoluções vitoriosas ao longo do século XX. Aqui é, mais uma vez, importante não trabalhar com esquemas rígidos pré-concebidos, mas sim partir da análise concreta da situação concreta e considerar as múltiplas possibilidades contidas na combinação entre firmeza

quando o que acontece é o contrário do que se esperava (por exemplo: o Partido *dos Trabalhadores* chega ao poder, mas é ele que implementa uma variante "social" e "inclusiva" do projeto da burguesia, e não esta última que é constrangida a aceitar o socialismo), é forte a tendência a recorrer a fórmulas como "abandono" ou "traição", cujo poder heurístico-explicativo é reconhecidamente fraco.

O que vem de ser exposto não é tudo. Acontece que não se devem procurar as causas dos problemas ideológicos que acometem as interpretações do real *apenas* nos campos disciplinares da filosofia política ou da historiografia. Encontrá-las passa, e isso também é verdadeiro no caso do pensamento coutiniano, por *explicar e compreender* as determinações ou linhas de força reais que informam sua interpretação do real presente. Isso significa que o pensamento de Carlos Nelson Coutinho – e isso vale não apenas para ele, mas para autores representativos de cada tempo histórico – deve ser interpretado como o produto histórico de um momento do desenvolvimento do ser social, e, mais especificamente no caso de Coutinho, da forma de ser das classes trabalhadoras, que produziram, em seus próprios aparelhos e com seus próprios intelectuais, concepções de mundo unitárias e coerentes que soldaram ideologicamente o pensamento adequado a um período de acomodação à ordem democrático-burguesa.

É aí que reside, talvez, o principal interesse no estudo do pensamento político coutiniano para pensadores que estejam, hoje, interessados em conhecer profundamente (e combater) o ordenamento social capitalista: examiná-lo como reflexo, pensado unitária e coerentemente, de aspectos do ser da classe no desenvolvimento que redundou em sua derrota histórica é uma das vias para explicar e compreender o que importantes setores da esquerda fizeram ao longo do último meio século (e fazem ainda hoje). É um passo, também, para a crítica à crença em que a eversão das relações sociais de capital far-se-á através de um suposto caminho democrático ao socialismo, fundado sobre o acúmulo progressivo de forças decorrente da obtenção de vitórias parciais na luta econômico-corporativa, sem a necessidade de expedientes táticos diversificados – e mesmo, quando isso se faça necessário, violentos. Submeter à crítica os fundamentos teóricos e práticos dessa posição parece importante em nossa quadra histórica, já que, em uma situação geral de defensiva, de derrota, de relocalização dos centros de poder nos marcos de uma democracia cada vez mais adaptada às necessidades propriamente econômicas do grande capital (e cada vez menos preocupada com a criação de mecanismos consensuais

---

estratégica e flexibilidade tática.

que estejam para além da mera manipulação ou cooptação restrita, amparando-se fortemente sobre a coerção, na mesma medida em que a capacidade repressiva materializada nas forças armadas e policiais encontra níveis de efetividade e destrutividade sem precedentes na história humana), pois bem, nessa situação de derrota e de defensiva, *a tendência ao fortalecimento das posições que visam a chegar ao socialismo através de um caminho democrático preso ao respeito às "regras do jogo" burguesas, dada a obliteração de outros caminhos e a aparente impossibilidade de outras táticas de luta, tende a ganhar um reforço considerável, mesmo que tenha feito parte integrante do conjunto de posições através do qual as classes trabalhadoras contribuíram para pavimentar o caminho que redundou na atual situação.*

É muito importante, neste ponto, notar algo: um caminho democrático não necessariamente passa pelo respeito às "regras do jogo" burguesas. O principal limite da posição coutiniana, aliás, pode estar na confusão entre os dois, entre *democracia* e *consenso* entendido enquanto *respeito às "regras do jogo"*. Pode ser possível, democraticamente, romper as tais "regras do jogo" – mas isso redundará, inevitavelmente, em acusações de "autoritarismo", "tirania da maioria" e "quebra das regras", mesmo que tal quebra seja realizada democraticamente, e até através de mecanismos mais avançados do que a democracia representativa em sentido estrito, como referendos, assembleias constituintes etc. Nesse caso, inclusive, é provável que as acusações não partam apenas da burguesia e de seus partidários, mas também de setores da esquerda (e mesmo da esquerda radical ou anticapitalista) que estejam enredados nessa subsunção de *democracia* a *consenso*, materializada na aceitação de que o acúmulo de forças ao socialismo tem de se processar no quadro das instituições já constituídas, sem romper "autoritariamente" com elas, mas apenas aprofundando seu caráter "democrático".

Quanto a isso, lembremos que a necessidade histórica do surgimento do socialismo, que brotou das contradições do próprio capitalismo, não representa garantia alguma de sua vitória final: lutar por ele hoje requer encarar de frente a derrota presente, a *necessidade* de revertê-la e a *possibilidade* de se conseguir *ou não*. É necessário, em tal cenário, reforjar a teoria e a prática adequadas às exigências postas pelo real, o que passa pela *assimilação crítica* do legado das gerações anteriores, buscando estar à altura delas no sentido de avançar para além do ponto onde nos deixaram.

Nesse sentido, não é de menor importância ter em conta que o movimento do capital guarda uma dependência imanente do Estado, já que é esse último que garante as condições gerais para a reprodução

ampliada daquele primeiro – inclusive militarmente, sempre que necessário e/ou oportuno[267]. Além disso, na fase monopolista do capitalismo, esse mesmo Estado vem executando a transferência de riqueza dos trabalhadores ao capital, através de mecanismos estatais que se combinam à exploração direta através do processo de trabalho.

Assim, o Estado supostamente mínimo, que o grande capital defende para os trabalhadores, equivale a um Estado máximo para o capital (NETTO, 2007). Essa determinação do Estado exacerbou-se no contexto de onda longa depressiva instaurado planetariamente a partir da virada aos anos 1970, levando às chamadas políticas de "ajuste" que apresentam resultados muito diferenciados se consideramos a classe capitalista ou a trabalhadora, como se pode depreender desta passagem:

> Na ofensiva desatada pelo capital a partir dos anos 70, não se trata de "diminuir" o Estado, mas de *amputar as funções democrático-reguladoras* que a pressão das organizações de operários e de trabalhadores conseguiu inscrever no Estado burguês até a sexta década do século passado (NETTO, 2007, p. 146 – grifo meu).

Ou ainda:

> Quanto ao Estado, é verdade que o período neoliberal envolveu profundas modificações. Porém, contrariamente ao apregoado, não para reduzi-lo [...]. *Tratou-se [...] de fortalecer o Estado para sustentar o capital, reduzindo todas as adiposidades que representavam as conquistas populares. O uso da violência – destruição de greves e de sindicatos combativos, estruturas policiais reforçadas, blindagem de setores estratégicos da*

[267] Isso acontece através de processos historicamente diversificados, e, até certo ponto, complementares. Por exemplo: WOOD (2003) lembra que é o Estado o responsável por resguardar o espaço do mercado, mantendo-o impermeável à intervenção de massas democraticamente organizadas; NETTO ([1992] 1996) atenta para o papel das políticas sociais no capitalismo monopolista, não apenas como mantenedoras de algum grau de consenso (e, com ele, de estabilidade social), mas também como financiadoras do capital privado e garantidoras do escoamento da produção de certos setores capital-intensivos (como, por exemplo, o médico-hospitalar) através de compras estatais; PANITCH e GINDIN (2012) demonstram que a intervenção ativa (e, literalmente, criativa) de certos Estados, liderados pelos EUA, foi decisiva para configurar o processo de planetarização do capital tal qual o conhecemos hoje – zelando pelos direitos de propriedade, supervisionando contratos, estabilizando moedas, reproduzindo relações de classe, contendo crises, criando instituições que possibilitassem e promovessem a reconfiguração da economia política em nível internacional.

> *economia, criminalização de movimentos populares – se fez ao lado de formas intensificadas de convencimento, reconfigurando e limitando o alcance das democracias recém-conquistadas* (FONTES, 2010, p. 17 – grifo meu).

Alguns resultados disso são que, para o capital, diminuíram os encargos envolvidos na contratação de um trabalhador, os salários diretos e os indiretos, reduzindo-se então o custo de um dos fatores de produção. Para o trabalho, isso significou aprofundamento da desproteção e da insegurança. Para o capital, as demissões e o aumento da produtividade significaram garantia de lucros. Para o trabalho, aumento do desemprego e da exploração. Para o capital, a elevação da taxa de juros significou maiores somas recebidas em pagamento a juros das dívidas privadas e pública, bem como a criação de paraísos de investimento especulativo (envolvendo inclusive o dito "capital produtivo", na verdade uma das formas de expressão particular do capital global – enquanto capital funcionante, nos termos de Marx, [1894] 1996). Para o trabalho, aumento do endividamento privado e daquele do Estado, o que implica na transferência ao capital de parcela da renda anteriormente destinada às classes trabalhadoras, seja mediante pagamento privado de juros, seja através de redirecionamento de impostos ao pagamento de juros pelo Estado (o que leva à deterioração da qualidade dos serviços públicos devida ao subfinanciamento).

No sentido de soldar algum grau de consenso, necessário para contrabalançar minimamente as consequências sociais deletérias dos processos em exame, dirigiu-se o foco de afirmação da legitimidade social do Estado para o enfrentamento da pobreza absoluta, e reforçou-se a luta seletiva contra problemas particulares no interior das classes trabalhadoras, através de um redesenho das políticas sociais (ROSANVALLON, 1998), marcado pelas seguintes características: primeira, desfinanciamento / enxugamento dos gastos sociais, o que obviamente vem resultando na deterioração da qualidade de serviços públicos essenciais e no sucateamento do equipamento social existente (hospitais, escolas etc.), incidindo diretamente na diminuição da parcela da renda nacional destinada às classes trabalhadoras através das políticas sociais – o que possibilitou o aumento da parcela destinada ao capital através de juros etc.; segunda, constituição de sistemas duais de seguridade social, com o deslocamento de serviços públicos essenciais para a esfera privada/mercantil, para todo aquele que possa pagar por eles (uma privatização que não requer privatização, sendo, portanto, politicamente menos onerosa); terceira, focalização da política social, que

tem seu caráter necessariamente particularista (já mostrado por NETTO, [1992] 1996, cap. 01) progressivamente acentuado, sendo dirigida apenas ao atendimento de necessidades emergenciais, tendendo a fortalecer a formação de clientelas e a não implicar em desdobramentos que reforcem o enfrentamento articulado das refrações da "questão social"; quarta, transferência da responsabilidade propriamente assistencial a organizações da sociedade civil, notadamente ONGs, OSCIPs, OSs.

É interessante, neste ponto, confrontar o que vem de ser exposto com a aposta sempre reiterada de Carlos Nelson Coutinho em que o desenvolvimento do modo de produção capitalista tinha de fazer florescer a sociedade civil. Isso porque parece que *o fortalecimento da sociedade civil está de fato ocorrendo no capitalismo tardio, mas não tem apontado para o avanço em direção ao socialismo*, ou mesmo a uma supostamente possível "transição ao socialismo". Parece, pelo contrário, vir reforçando a ordem burguesa, ainda que não necessariamente a democracia liberal-burguesa. Consequentemente, vem se conjugando ao aprofundamento da derrota histórica do proletariado num processo que poderia ser definido, a partir dos termos de Coutinho, como acentuação do caráter liberal-corporativo daquela esfera.

Como vimos, a avaliação da sociedade civil como espaço da disputa política tendencialmente favorável ao proletariado e às demais classes trabalhadoras sob sua direção, formulada por Coutinho ao longo da segunda metade dos anos 1970, expressa de modo lapidar já em 1980 e sustentada no essencial pelo resto de sua vida, sofreu um baque com as derrotas que se abateram sistematicamente sobre os trabalhadores a partir dos anos 1980 em nível planetário, e, no caso brasileiro, a partir especialmente da virada aos anos 1990, com a ofensiva internacional do grande capital expressa ideologicamente no que se convencionou chamar de neoliberalismo.

Os fundamentos desse baque foram os seguintes: primeiro, ao contrário da aposta do autor de que à mobilização da sociedade civil deveria corresponder um ascenso da auto-organização e das lutas das classes trabalhadoras sob direção do proletariado, o que ocorreu foi, de certo modo, o contrário: à *mobilização* crescente da "sociedade civil" vem correspondendo um *esvaziamento* cada vez mais evidente dos espaços de auto-organização e de luta do proletariado fundados sobre uma identidade propriamente classista – ou, dito de modo mais preciso, sobre o avanço da consciência proletária, de suas formas mais imediatamente cotidianas e serializadas para formas mais críticas. A consciência de classe se foi pulverizando, especialmente ao longo dos anos 1990 e 2000, em movimentos setoriais ou corporativos no âmbito da sociedade civil,

cujas expressões institucionais são indiferentes ou mesmo hostis à superação dessas especificidades identitárias em uma manifestação de caráter classista, ou então enxergam tal manifestação como mais uma corporação dentre as diversas presentes na sociedade civil.

Segundo, parte dos adeptos da ideologia neoliberal tomaram para si, abertamente, a defesa do fortalecimento da sociedade civil como contrapeso a um Estado considerado ineficiente e corrupto, louvando a pluralidade de sujeitos em interação naquele domínio (que se combina bem ao esvaziamento do enfrentamento direto à exploração, tida como mais uma lamentável opressão dentre outras). Os adeptos de tal posição sustentam uma interpretação da sociedade civil que atribui a ela um significado diferente daquele que o termo carrega, por exemplo, em Gramsci, mas que não era nem é completamente estranho ao sentido dado ao termo no âmbito dos movimentos sociais.

Coutinho acompanhou de perto esse processo, com interesse tanto maior quanto maior era sua sensibilidade para seus rebatimentos políticos. Afinal, tal movimento esteve relacionado a um deslocamento da correlação de forças no sentido do fortalecimento das posições burguesas, relação essa que o autor buscou explicar deste modo:

> [...] a expressão "sociedade civil" [...] foi [introduzida] no debate contemporâneo graças sobretudo à formulação que lhe foi dada pelo marxista Antonio Gramsci. Neste notável pensador, sociedade civil é a esfera da vida social na qual os diferentes grupos e classes sociais se organizam para disputar hegemonia, ou seja, para interferir diretamente na correlação de forças que determina o conteúdo do poder numa formação social concreta. Em poucas palavras, sociedade civil – enquanto momento constitutivo do Estado contemporâneo – é para Gramsci e os gramscianos um terreno privilegiado da luta de classes.
>
> Progressivamente, contudo, à medida que ganhavam força as ideias neoliberais, foi-se adotando um conceito cada vez mais asséptico de sociedade civil, que aparece agora como um suposto "terceiro setor" situado para além do Estado e do mercado. Em vez de campo de luta e de conflito, a sociedade civil tornou-se o reino do bem, do voluntariado e da filantropia, contraposto ao Estado considerado como o reino do mal, da ineficiência e da coerção. É fácil ver como essa nova formulação serve à proposta neoliberal e privatista de desmonte do Estado, não sendo casual o seu emprego e valorização nas recentes propostas de combate à desigualdade formuladas pelo Banco Mundial. (COUTINHO, [2006] 2007b, p. 12).

Como estudado anteriormente, tais acontecimentos exigiram uma *matização* no juízo anterior do autor no que tange a essa categoria. A partir dela, Coutinho tornou-se mais cauteloso, preocupando-se em condicionar sua valoração positiva do conceito – aquela em que ele representa um espaço de disputa cujo desenlace tenderia a ser favorável ao proletariado em processo de tornar-se classe nacional – à *realização* de uma *democracia de massas* entendida como projeto *em disputa*, momento necessário de transição ao socialismo. Contraposto a ela, e em competição contra ela, estaria o modelo de sociedade civil *liberal-corporativo*, e sua vigência tenderia a esvaziar essa esfera de suas potencialidades transformadoras. A partir dessa diferenciação, seria apenas na vigência de uma democracia de massas que a maioria numérica das classes subalternas poderia se expressar democraticamente, estabelecendo o consenso majoritário necessário à transformação social de seu interesse.

Coutinho eludiu, assim, o problema da relação entre fortalecimento da sociedade civil e enfraquecimento e derrotas do proletariado, através da afirmação de que se teria tratado, na verdade, do fortalecimento de um tipo de sociedade civil, corporativa e atomista, decorrente das derrotas das classes trabalhadoras. A vitória das classes trabalhadoras sob hegemonia do proletariado, se tivesse ocorrido, teria podido, portanto, garantir a continuidade do florescimento e do aprofundamento *do outro tipo de sociedade civil*, da *verdadeira* sociedade civil no *verdadeiro* sentido coutiniano, aquela que seria decorrente da socialização da política, do aumento do tempo livre e do agrupamento das massas em defesa de seus interesses, cujo fortalecimento se relaciona ao acúmulo de forças do proletariado na direção do socialismo.

Note-se, quanto a isso, este ponto: as duas variantes de sociedade civil imaginadas por Coutinho representam, em dois polos exclusivos (ou melhor, dois *tipos ideais*: a sociedade civil liberal-corporativa e a sociedade civil democrática-massiva), a contraditoriedade realmente presente na própria categoria de sociedade civil.

Sobre o problema da relação entre fortalecimento da sociedade civil e aprofundamento da derrota histórica do socialismo, duas razões nada desimportantes para o reforço de um desenvolvimento despolitizado e corporativizado da parcela da sociedade civil ocupada pelas forças subalternas (note-se: a sociedade civil continua se desenvolvendo muito bem e politizadamente pelo lado da burguesia, com fortes aparelhos privados de hegemonia como FIESP, UDR, Instituto Millenium, fundações de responsabilidade social diversas etc.) podem ser encontradas no redesenho das políticas públicas referido anteriormente. Primeira: a ênfase do Estado em políticas públicas direcionadas à

redução da pobreza absoluta e ao tratamento seletivo de questões particulares, desarticuladas de outras políticas sociais e de um tratamento universalizador das refrações da questão social, favorece a fragmentação das lutas das classes trabalhadoras em movimentos cada vez mais estreitamente particulares e com reivindicações cada vez menos universais, direcionadas ao Estado como garantidor de ações paliativas. Segunda: a transferência de responsabilidades do Estado, no tocante a políticas sociais, para aparelhos da sociedade civil, submete o acesso a direitos ao controle de entes privados, assim como redireciona parte da energia militante de componentes politicamente ativos das classes trabalhadoras, ou de seus aliados potenciais, no sentido de administrar diretamente pequenas trincheiras de luta contra a barbárie mais aberta, nos marcos da ordem burguesa, gerindo micropolíticas "públicas" (ou "público-privadas", ou "quase-públicas"...), que, apesar de reduzidas, não deixam de ser importantes para os usuários que a elas têm acesso. Isso fortalece no operador político a impressão de que está fazendo alguma coisa útil, obtendo mais resultados do que obter-se-iam na luta contra a ordem estabelecida, ou seja, de que se está "avançando" – o que se combina ao elemento, nada desprezível em situação de desemprego estrutural, de que esse campo emprega força de trabalho de diversos graus de qualificação, podendo, inclusive, significar sua entrada no mercado de trabalho.

É necessário considerar, ainda, o problema do desenvolvimento contraditório das formas de luta das classes trabalhadoras, materializado em uma sociedade civil em que alguns de seus próprios aparelhos privados de hegemonia se podem transformar em um conjunto de trincheiras, fortalezas e casamatas *contra* a possibilidade de eversão da ordem. Isso se expressou recentemente no Brasil, por exemplo, em processos sociais em que se combinaram governos democraticamente eleitos e cooptação de importantes movimentos para o interior do aparelho estatal, conduzindo a uma *estatização das lutas* que contribuiu para um *apassivamento* de importantes setores populares (VIANNA, [2007] 2016).

Nesse sentido, Virgínia Fontes mostrou, em artigo escrito em homenagem a Carlos Nelson Coutinho, importantes limites de seu reformismo revolucionário, confrontando algumas das expectativas que aquela estratégia cria e o que de fato se vem passando no mundo contemporâneo. Ela explica, nesse texto, que a defesa da posição de nosso autor repousa sobre a consideração, correta, do caráter pedagógico das vitórias da economia política do trabalho contra a do capital, sendo que a convicção coutiniana de que a luta de classes e as diversas lutas sociais empreendidas pelos setores subalternos não são

inócuas é considerada pela historiadora marxista como "crucial, assim como sua ênfase na existência de múltiplas reivindicações, não apenas corporativas" (FONTES, 2012, p. 192). Ela lembra ainda, no mesmo sentido para o qual aponta Coutinho, que, para Marx, as lutas por conquistas pontuais são fundamentais na medida em que vitórias parciais podem contribuir na consolidação das organizações da classe, ao demonstrarem, na prática, "a possibilidade de outra 'Economia Política' – a do trabalho ou, melhor dizendo, a da emancipação de todos os trabalhadores do jugo do capital" (p. 193), e, assim, a possibilidade de que a experiência concreta da contradição social se converta em luta, não permitindo que o argumento burguês da "impossibilidade" ou "inutilidade" da luta social "desarme a própria classe e deseduque os subalternos" .

Entretanto, há um limite a esse argumento, que a pesquisadora expõe assim:

> Marx não encerrou sua reflexão com a conquista do aumento salarial pelos trabalhadores e, portanto, com a vitória de uma economia política do trabalho. Após defender duramente a luta pelo aumento de salários, contra os argumentos do sindicalista que a considerava inútil, Marx sublinhou não apenas seu caráter parcial, mas demonstrou que a essa vitória corresponde a tendência à *constituição de novas formas de subordinação do trabalho ao capital*, pelo aprofundamento do mais-valor relativo, através de uma "*mudança progressiva na composição do capital*", cujo intuito é desvalorizar a força de trabalho. (FONTES, 2012, p. 193).

A historiadora, ao retomar esse movimento do pensamento marxiano, está trazendo à baila um importante problema que por vezes escapa a Coutinho ao pensar na socialização da política e no progressivo fortalecimento do proletariado. Trata-se da consideração de que transformações acontecem, do lado capitalista, em reação aos avanços das classes trabalhadoras em luta, e, principalmente, de que tais transformações podem vir a dificultar enormemente a luta destas mesmas classes, e não contribuir para fortalece-la como dá a entender a interpretação historiográfica coutiniana.

Fontes, após resgatar aquele movimento do raciocínio marxiano citado na passagem anterior, lança a seguinte pergunta:

> As conquistas da luta econômica impõem modificações na composição orgânica do capital e repõem em patamares mais agudos [...] a contradição entre trabalho e capital. Seria possível

> supor, de forma similar, que as conquistas democráticas sob o capital envolvam uma tendência à mudança na composição da política? (FONTES, 2012, p. 194).

A autora, mobilizando diversos elementos de sua interpretação do capitalismo contemporâneo, vai demonstrando que os trabalhadores, ao arrancarem conquistas efetivas ao capital, o impelem tendencialmente a reforçar os meios de adequação e apassivamento das classes trabalhadoras, "resultando em enorme concentração de recursos voltados para produzir novos consensos dos subalternos com vistas à neutralização de suas vitórias parciais" (FONTES, 2012, p. 195). Esse contramovimento da burguesia modifica, no interior dos próprios marcos formalmente democráticos e parlamentares,

> as condições de ingresso para o reencetamento do enfrentamento de classes não apenas através da cooptação, mas do custo efetivo da manutenção de organizações aptas a construir a unidade dos subalternos, como partidos e campanhas políticas. A contra-hegemonia se torna, portanto, mais difícil e árida nas condições da ordem dominante. (FONTES, 2012, p. 195).

Esse desenvolvimento político expressa, por um lado, a enorme desigualdade de condições econômicas para o exercício da política na sociedade capitalista, em que uma classe detém enorme parcela da pletora de meios socialmente produzidos à disposição para a vida – e, portanto, também para o exercício da política –, e outras têm de se haver com os parcos recursos de que dispõem. Por outro lado, ao articular-se com os desenvolvimentos mais propriamente econômicos do capital, força o proletariado a atuar em condições políticas e culturais extremamente, e cada vez mais, heterogêneas, dificultando, de uma parte, sua identificação enquanto classe, e favorecendo, de outra, a identificação de certos de seus setores particulares, assim como das demais classes trabalhadoras, como particularidades incapazes de se articularem em torno daquela outra particularidade, tendencialmente universal, que é o proletariado engajado na construção do socialismo. Proliferam os (pequenos e numerosos) movimentos identitários, territoriais etc., que o Estado busca cooptar internalizando, contrapostos à enorme e multifacetada máquina geradora de consenso nas mãos da classe capitalista.

Como vemos, *o próprio avanço das classes trabalhadoras em sua luta pode contribuir, a partir da reação burguesa a ele, para o cenário de "americanização da política" e "liberal-corporativização da sociedade*

civil", repudiado por Coutinho como desvirtuador do sentido das lutas das forças populares.

Sigamos, então, com Fontes:

> Ao contrário do que muitos afirmaram, os Estados nacionais não apenas conservaram, mas tiveram sua importância acrescida. Precisam condensar em seu interior volume crescente de interpelações cruzadas, interesses díspares e tensões intraclasses dominantes, atuando no sentido de assegurar a reprodução do capital em seu conjunto, capital de origem nacional e internacional extremamente desigual. Sobretudo, precisam conter um crescente conjunto de expectativas e de reivindicações dos subalternos em contexto de expropriação de direitos, ao mesmo tempo em que asseguram sua neutralização futura [...].
>
> As conquistas dentro da ordem política democrática – sem ampliar seu escopo para a superação da ordem social burguesa – exasperam formas cada vez mais abstratas e abrangentes de integração subalterna à ordem, obstaculizando sua superação. [...] O avanço do capitalismo sob sua roupagem democrática pode constituir-se, em vez de num efetivo avanço gradual da socialização, numa reafirmação crescente e expansiva (inclusive através de práticas repressivas e/ou militares, recobertas pela legalidade formal) da redução dos espaços da política, da imposição da pequena política, mascarada embora por uma participação emasculada de sua capacidade de transformação. (FONTES, 2012, pp. 197-198).

O aumento da participação popular na política pode reforçar a ordem do capital. Caminha-se, no âmbito dessa participação emasculada de sua capacidade de transformação, do socialismo à democracia como projeto, e a constatação do abandono de posições socialistas ou traição das direções, ainda quando é esse o caso, é francamente insuficiente para *explicar* o fenômeno, que encontra suas causas no próprio movimento da luta de classes no capitalismo e está, como temos visto, inscrito como possibilidade nas formas de ser e se relacionar das próprias classes trabalhadoras. Em tal contexto, a socialização da política, geralmente louvada por Coutinho (que a interpretava de modo unilateralmente positivo), *pode impedir e obstaculizar a socialização do poder político.*

Fontes também mostra como tal processo se deu historicamente em um caso específico, já examinado no âmbito do presente trabalho: o assim chamado *Welfare State*, em que as vitórias principais dos

subalternos em termos de direitos sociais, ao se limitarem a conquistas dentro da ordem, por um lapso temporal prolongado, acarretaram na hipertrofia de certa interpretação do sentido da luta, materializada na defesa da ordem no interior da qual tais vitórias foram obtidas. Enfatizou-se, assim, a importância do critério da eleição e da igualdade cidadã (ou seja, do reforço das "regras do jogo") como meio para a obtenção de conquistas e espaço adequado para a luta social, ao mesmo tempo em que foi-se atrofiando a dimensão das lutas no sentido da socialização dos meios de produção.

Dessa forma,

> as lutas principais dos subalternos – com exceções, é claro – passaram a defender *aquela* ordem como um todo homogêneo (com seus pressupostos da garantia da acumulação capitalista). Ora, em paralelo ocorria uma efetiva recomposição da política, na qual apenas os interesses mais ou menos imediatos eram reconhecidos como legítimos. A socialização das lutas precedentes perdia terreno frente aos ganhos imediatos. Sindicatos e entidades associativas se expandiam, inclusive nos principais países europeus, porém cada vez mais limitados à defesa de interesses específicos. A luta de classes, ao ater-se, sobretudo, às conquistas dentro da ordem – mantendo-as ou ampliando-as –, gerava conquistas, mas resultava também numa recomposição da política, que poderíamos chamar de *orgânica* (similar às da concentração e centralização de capital), com recursos crescentes de manipulação em todos os sentidos – propaganda, mídia etc. (Lukács) – através da orquestração de entidades de origem empresarial, encasteladas "democraticamente" no Estado como defensoras ativas da ordem burguesa. (FONTES, 2012, p. 199).

A historiadora marxista permite vislumbrar, com essa exposição, alguns limites da concepção de mundo coutiniana, assim como de sua estratégia do reformismo revolucionário, na mesma medida em que desvela o sentido do atual movimento da sociedade capitalista, e um dos sentidos possíveis da apropriação do pensamento coutiniano pelas classes trabalhadoras em tais condições, na medida em que "*a pedagogia das reformas não atua apenas em sentido socializante, mas pode ser revertida e crispar-se na defesa da ordem burguesa*" (FONTES, 2012, p. 200).

Afinal, as reformas podem ser pedagógicas, mas quem define o sentido do que elas ensinam é a própria classe que delas aprende através de seus aparelhos. No caso do "capitalismo de bem-estar", o

caráter coetâneo da ampliação da participação popular e das vitórias parciais alimentou a aparência de que teria sido unicamente da participação política institucionalizada das massas que teriam derivado os direitos sociais e o "Estado de bem-estar". É certo que podem ser encontradas, entre elas, relações de causalidade. Entretanto, isso não deve esconder que ambas, conquista de direitos e participação política ampliada, foram produto da combinação irrepetível de certas condições histórico-concretas muito precisas, articulando-se no contexto de uma contrarrevolução burguesa preventiva e prolongada, ocorrida em escala mundial, e da necessidade de resposta capitalista ao "perigo vermelho" vindo do oriente, a ameaçar, com sua radicalidade, todo o modo de vida ocidental.

Caso se estabeleça, para efeito de análise, o "Estado de bem-estar" – ou mesmo as políticas sociais que o compõem – como decorrência automática da ampliação da referida participação democrática, tende-se a incorrer numa interpretação que não é autorizada pelo próprio desenvolvimento histórico real, ou seja: tende-se a advogar que quanto mais as classes trabalhadoras participarem da vida política do Estado burguês, mais aproximar-se-ão de obter direitos devido a sua condição de maioria social, e que o acúmulo destes direitos poderá pavimentar o caminho para um projeto societário alternativo ao capitalismo.

Quanto ao erro contido em tal raciocínio (que *parece*, do ponto de vista de sua lógica interna, impecável), talvez baste considerar isto: a retirada paulatina de direitos e a contrarredistribuição de renda que vêm ocorrendo nos países centrais, prejudicando diretamente amplos segmentos das classes trabalhadoras em benefício da burguesia, *têm ocorrido sob regimes democráticos*, nos marcos dos quais não vêm sendo combinadas à *restrição* dos mecanismos de participação política, mas, ao contrário, à sua *ampliação dirigida*, articulada ao deslocamento dos verdadeiros centros de poder, cada vez mais, para o espaço privado. Isso tem, é certo, conduzido à alternância de elites políticas nos governos sem que haja qualquer mudança social progressiva (pelo contrário, as medidas são regressivas) no contexto de um regime de "monopartidarismo competitivo" (LOSURDO, 1993, especialmente cap. 08), mas não implica necessariamente na restrição da participação popular.

Ao questionarmos esse processo, afirmando que não se trata de ampliação democrática verdadeira (ou "substantiva"), posto que não permite que se ponham em discussão os verdadeiros fundamentos da sociabilidade burguesa, é importante lembrarmos que as "regras do jogo" vigentes não se comprometem a permitir tais liberalidades. As

suposições e ilusões nesse sentido foram, muitas vezes, formuladas por intelectuais orgânicos no interior de aparelhos privados do próprio proletariado, quando afirmaram a "democracia sem classe" como um valor em si, que conduziria progressivamente ao socialismo.

Voltando-se, agora, para o caso brasileiro, Fontes mostra que ocorreu no país, do processo de redemocratização para cá, um "intenso processo de enquadramento das lutas socializantes num âmbito mais estreito, abstratamente democratizante" (FONTES, 2012, p. 200), fundado não apenas nem sobretudo sobre o convencimento, mas principalmente sobre a combinação entre forte repressão aos movimentos sociais, demissões na década de 1990 (ao longo do processo de ajuste estrutural brasileiro) e, vale agregar aqui, reorientação do próprio Estado no sentido do reconhecimento de *certas* lutas encaminhadas de *certas* formas. Houve mesmo situações em que lutas sociais foram internalizadas pelo Estado, dando ensejo à formação ou reconfiguração de ministérios, secretarias, políticas geridas por dirigentes de movimentos populares etc. Nesse contexto, "formulações como de uma 'terceira via', de radicalização da democracia, ou democratizar a democracia, foram expressões evidentes para eliminar a socialização e para aprofundar a conformação às condições mais amplas da ordem burguesa" (FONTES, 2012, p. 200).

Argumentando na mesma direção, Mauro Iasi mostra que, no momento de transição da crise da ditadura empresarial-militar para o processo de democratização, a esquerda brasileira "aceitou a premissa de que a predominância das formas repressivas se dava pela particular forma da inserção do Brasil no desenvolvimento geral do modo de produção capitalista" (IASI, 2014a, p. 81), a partir da qual "o Estado estaria obrigado a agir sobre a sociedade sem as mediações de uma sociedade civil-burguesa, o que levaria à predominância dos recursos repressivos sobre os meios de formação de consenso" (p. 82). Criou-se, assim, um entendimento comum acerca da possibilidade de que a situação conjuntural aberta com a crise da ditadura do grande capital levasse à superação de tal característica, e, incorporando organizadamente grandes massas à vida política nacional, deslocasse para baixo o eixo das grandes decisões políticas nacionais, neutralizando seu caráter historicamente conduzido pelo alto, e fortalecendo as condições políticas no rumo da formação de uma vontade política das classes trabalhadoras sob hegemonia do proletariado.

O referido entendimento comum expressava-se na defesa consensual da importância do fortalecimento da sociedade civil – ainda que o conteúdo de tal esfera da vida social fosse interpretado diferentemente por cada um dos principais intelectuais envolvidos mais

diretamente na formulação da política da esquerda no período (os exemplos que Iasi traz, a partir de estudo de Maria Lúcia Duriguetto já citado no presente trabalho, são Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort e Marilena Chauí). Esse fortalecimento deveria levar à conquista de posições na luta de classes, ao aumento da participação política, ao crescimento das lutas cotidianas e à criação de uma nova cultura expressa em uma posição política que, ao voltar-se contra o bloco dominante, apontasse na direção de um "horizonte estratégico socialista". (IASI, 2014a, pp. 81-84).

Iasi comenta deste modo os acertos e os erros contidos em tal previsão:

> [...] devemos iniciar pela afirmação de que houve de fato o fortalecimento da sociedade civil, e que foi acompanhado da consolidação de um ordenamento político-democrático, no entanto, a previsão [...] não se efetivou, ou seja, não temos no cenário democrático nem uma resolução qualitativamente diversa da forma política no interior da qual os segmentos da ordem burguesa interferem nas decisões do Estado e na elaboração das políticas públicas, nem um patamar de luta de classes no qual os trabalhadores equilibram a correlação de forças a ponto de apresentar suas demandas (imediatas e históricas) disputando em condição mais favorável contra a hegemonia burguesa. (IASI, 2014a, pp. 85-86).

O autor lembra que o próprio Carlos Nelson Coutinho foi um dos que avaliou que o desenvolvimento da sociedade civil já havia ocorrido no Brasil (relacionando-o predominantemente com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro sob a ditadura, como já vimos) e que, apesar disso, não se havia avançado exatamente para onde se desejava – "as premissas de sua postura se confirmaram, mas o resultado esperado não" (IASI, 2014a, p. 89). A constatação coutiniana de que a sociedade civil se "liberal-corporativizou", apesar de interessante em termos descritivos, não explica o movimento profundo que conduziu a que suas expectativas de deslocamento do eixo das decisões para baixo e avanço ao socialismo não se tenham realizado, e, portanto, a pergunta continua de pé: por que o desenvolvimento da sociedade civil no Brasil não foi capaz de levar o país no rumo do socialismo, ou, pelo menos, do fortalecimento permanente e progressivo da luta popular, como desejado pela esquerda que nele apostou como caminho?

Responder a essa pergunta passa, certamente, por considerar a seguinte pista: se é correto, como vimos em capítulo anterior, que a sociedade civil brasileira vem se desenvolvendo de modo importante

desde a entrada em cena dos aparelhos privados de hegemonia da oligarquia agrária brasileira na virada ao século XX, então ela já existia e não era necessariamente débil ou gelatinosa mesmo nos períodos anteriores da história capitalista brasileira, durante os quais não se avançou em direção ao socialismo.

No mesmo sentido dessa pista vai a interessante solução proposta para o problema por Iasi, que recolhe a lição gramsciana da unidade e da identidade parcial entre coerção e consenso no exercício efetivo da política e mostra, a partir daí, que a variação de regime político ao longo da história do capitalismo brasileiro vem se prestando a resguardar o mesmo conteúdo de classe fundamental, a saber, a expansão e o aprofundamento das relações sociais de capital.

Quanto a isso, afirma Iasi:

> Os ciclos de autoritarismo e democracias restritas no Brasil têm sido estudados como se fossem espasmos de progresso ou recaídas, mas, se analisarmos com cuidado, veremos que expressam uma síntese sempre presente entre aspectos coercitivos e de formação de consenso, ciclos nos quais prevaleceu a ênfase coercitiva [...] até a ditadura inaugurada em 1964. Entre 1889 e 1989, da proclamação da República até a retomada das eleições diretas, temos uma macabra contabilidade de 20 anos de regimes marcados por uma "democracia" precária em 100 anos de república, e o restante submetido a formas abertamente autoritárias e ditatoriais.
>
> Ainda que verdadeira, essa análise leva ao risco de uma contraposição mecânica entre coerção e consenso. Compreender esses aspectos como uma unidade e identidade de contrários nos leva a afirmar que *a predominância de um sobre o outro não implica uma mera substituição – da coerção pelo consenso ou vice-versa – mas uma alteração de ênfase no interior de uma relação na qual a coerção prepara o consenso e esse não prescinde da coerção.* Nos termos marxianos, a forma deve ser entendida não como mera aparência que esconde as determinações mais profundas, mas como forma socialmente necessária que expressa as contradições da unidade que a constitui, nesse caso, a unidade dialética entre coerção e consentimento. (IASI, 2014a, pp. 87-88 – grifo meu).

É essa compreensão que permite ao autor prosseguir, afirmando estar convencido de que o cenário atual "corresponde ao projeto estratégico da grande burguesia monopolista que implementava sua transição lenta, gradual e, fundamentalmente, sob controle" (IASI,

2014a, p. 90). Esse controle se manifestou, já desde o próprio processo de transição democrática, nos diferentes mecanismos que "identificávamos como 'tutela', ou ainda, 'salvaguardas', isto é, uma série de instrumentos, políticos e jurídicos, através dos quais a classe dominante geria os limites da abertura política delimitando o campo que servia de base à formação do consenso" , e esteve sempre combinado, é claro, à coerção, como apontado pelo pesquisador nesta passagem:

> Podemos identificar esses mecanismos de controle na formação de uma sistemática política fundada em certa estrutura partidária, que inclui desde medidas particulares, como a desproporcionalidade eleitoral em estados e regiões que artificialmente formam uma maioria parlamentar, até a forma mais geral do que foi chamado de presidencialismo de coalizão. Mas também pela ação prévia e decidida da destruição de qualquer alternativa à esquerda, seja pela eliminação física de militantes de organizações revolucionárias do período precedente, seja pelo fechamento do espaço político para alternativas radicais e pelo combate ao movimento sindical autêntico e às lutas populares que emergiam no início dos anos 1980.
> *A estratégia burguesa de abertura sob controle obedece a um princípio político clássico, muitas vezes desconsiderado pela esquerda: preparar a guerra em tempos de paz.* (IASI, 2014a, p. 91 – grifo meu).

Mas se é correto afirmar que o cenário atual corresponde ao projeto estratégico da grande burguesia monopolista, ainda assim fica a questão: que projeto estratégico é esse? Respondê-la passa por saber diferenciá-lo do conteúdo fundamental que a burguesia – tanto considerada em sua fração nacional quanto internacionalmente – quer preservar (e aprofundar), que, como já vimos, é a manutenção e a reprodução ampliada da acumulação de capital. Acontece que preservar essa relação econômica fundamental exige a preservação da dominação *política* que conta, por sua vez, com mediações de ordem própria: com mediações, mais exatamente, das ordens da *tática* e da *estratégia.*

Assim, durante certo tempo frações da burguesia monopolista, no Brasil parecem ter confluído para o equacionamento de seus históricos problemas de hegemonia, tendo que "fazê-lo sob as condições estruturais de um capitalismo dependente e subordinado" (IASI, 2014a, p. 86), ou seja, sob condições de nível extremado de desigualdade social e concentração de riquezas.

Iasi, recuperando a distinção que Florestan Fernandes

estabeleceu em *A revolução burguesa no Brasil*, traça os dois cenários possíveis à burguesia brasileira no momento do esgotamento do ciclo ditatorial inaugurado em 1964: ou "um recrudescimento dos mecanismos autocráticos, dado o caráter estrutural da exclusão" (IASI, 2014a, p. 87); ou "um tipo de democracia que, em troca da adesão parcial dos trabalhadores, ofereceria muito pouco, levando a uma forma ainda mais marcante de democracia restrita, uma democracia de cooptação" . Essas formas encontraram uma síntese (também ela prevista por Fernandes) no quadro conjuntural imediatamente posterior à crise da ditadura, nos marcos do período de transição democrática, em que as classes trabalhadoras se moveram em luta sob a direção do proletariado, e a burguesia ofereceu, na tentativa de cooptação, muito pouco para que fosse possível, naquele então, apassivá-las – um pouco que, aos olhos da burguesia, habituada a exercer seu poder autocraticamente, já parecia mesmo muito.

Foi nesse cenário que se fortaleceu aquela aposta de amplos setores das classes trabalhadoras, dentre os quais a direção hegemônica no seio do proletariado, do fortalecimento da sociedade civil como meio ou caminho para o socialismo, nos seguintes termos:

> A burguesia não equacionaria seus problemas de hegemonia, oferecendo pouco aos trabalhadores, e o limite da oferta se constrange pelas determinações do capitalismo dependente. Essa constatação está na base da chamada alternativa democrática e popular e, em seu interior, a questão da democracia. A "impossibilidade" das classes dominantes de responder substantivamente às demandas vindas das camadas populares, muitas delas próprias do horizonte mesmo da ordem burguesa, levaria a uma intensificação da luta de classes e à formação de uma vontade geral de classe que apoiaria mudanças profundas. A impermeabilidade da burguesia a essas reformas levaria ao conflito e à transformação da revolução democrática em revolução socialista. Esse desdobramento implicaria um claro posicionamento das classes formando um bloco conservador, avesso às reformas democráticas, e um bloco popular que se aglutinaria em torno das demandas democráticas não realizadas pela ordem burguesa.
>
> O terreno ideal dessa disputa é a forma democrática que a burguesia teria sido levada a aceitar por conta da crise da autocracia. A guerra de posições se materializaria na ocupação de espaços na sociedade civil e na própria máquina governamental, mas teria, pelo menos na sua versão original, como base de sustentação um vigoroso movimento socialista

> vindo das lutas e organizações da classe trabalhadora e dos setores explorados [...]. (IASI, 2014a, pp. 89-90).

A luta entre burguesia e proletariado levaria, naquelas condições, a um impasse: democracia de cooptação ou democracia socialista? Tal impasse se resolveu no tempo de alguns anos. Essa duração, para uma geração, pode parecer estendida e perturbar fortemente a capacidade de enxergar o sentido do processo – especialmente quando se trata de analistas que estiveram diretamente envolvidos na luta política no período e apostaram na posição que, tendo sido vitoriosa no campo da pequena política (para falar com Gramsci e Coutinho), vem acarretando em derrota no campo da grande. Entretanto, em termos históricos, é ínfima: apenas três décadas, o lapso temporal necessário a que o principal operador político do proletariado, marcado pelo fogo da luta social e pelo ferro das conquistas parciais, construído pela própria classe e autorizado como seu representante legítimo, reunisse as condições necessárias para apresentar-se como potencial fiador de uma democracia de cooptação que aquela classe, nos anos 1980, não estava disposta a aceitar[268].

Assim sendo, e em se tratando de processo ainda em aberto, deve-se caminhar para o encerramento do presente trabalho explorando a seguinte hipótese: considerando o cenário que aqui examinamos – tanto no plano nacional quanto no internacional –, a adesão, não apenas de Coutinho, mas de grande parte dos pensadores marxistas ativos na segunda metade do século XX, à causa democrática e ao respeito às regras do jogo burguesas, parece ter sido, antes de tudo, a *transformação de uma necessidade em virtude*.

Em um momento de acachapante derrota histórica das forças socialistas – no qual muitos marxistas, inclusive, abandonaram o barco, migrando de malas e bagagem para o liberalismo ou outras formas de ideologia burguesa sobre a sociabilidade contemporânea, como largamente discutido em COELHO (2005) –, em que, por um lado, se tornou público, a partir do XX Congresso do PCUS, que o primeiro Estado proletário do mundo estava mais distante da realização do projeto socialista do que se imaginava (a não ser que se considere tranquilamente o projeto socialista assimilável a expedientes ditatoriais

---

[268] O processo através do qual isso se deu vem sendo examinado, há anos, por Iasi. Em âmbito mais restrito ao grupo dirigente do PT (e, por isso mesmo, especialmente interessante na medida em que esmiúça mais detalhadamente os movimentos propriamente teórico-políticos através dos quais se expressou), o mesmo processo histórico foi estudado por Eurelino COELHO (2005) em seu livro: *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT*, cuja leitura recomendo.

burocráticos e assassinos, voltados inclusive contra os próprios comunistas), e, por outro lado, em que tal classe, nas sociedades burguesas em processo de contrarrevolução mundial preventiva e prolongada, dificilmente conseguia encontrar frestas na sociabilidade capitalista para derrubá-la, ao mesmo tempo em que parecia ter conquistado avanços dentro do campo democrático em determinados países que passaram a servir de exemplo para o resto do mundo por décadas, pois bem, em tal cenário de encurralamento, o "caminho democrático ao socialismo" apareceu, para os pensadores marxistas em busca de saída, como uma equação muito coerente – ao menos do ponto de vista lógico. Passou-se hegemonicamente a acreditar e advogar, a partir de então, que seria através do aprofundamento da democracia (sem adjetivos de classe, podendo receber no máximo o epíteto de "substantiva" – mas não o de proletária ou operária, considerados anacronismo) que se construiria o socialismo.

O único caminho que se apresentava aberto para a luta parcial (democrática) passou, a partir de então, a aparecer como o melhor caminho para a vitória final, o socialismo. Esse raciocínio reforçou, nos pensadores marxistas que a ele aderiram, uma reinterpretação (estranha a Marx), esvaziada de negatividade, do conteúdo e da evolução histórica do Estado burguês e da sociedade civil-burguesa, associada a uma releitura unilateralmente positiva-progressiva do conteúdo das vitórias parciais. Perdeu-se assim o momento negativo da consideração dialética do fenômeno, que, do ponto de vista da luta pelo socialismo, manifesta-se no fato de que tais vitórias parciais não constituem apenas nem necessariamente avanços, mas também elementos indispensáveis à manutenção do consenso responsável pela continuidade da ordem burguesa, e não por sua superação.

Por sua vez, as ilusões geradas pelo chamado "capitalismo de bem-estar", estudadas em outro ponto do presente trabalho, demonstraram resiliência: resistiram, em setores importantes da intelectualidade comunista, mesmo aos importantes abalos provocados pela realidade, dificilmente negligenciável, de que ao "bem-estar" europeu ocidental combinava-se a disseminação de ditaduras de diferentes feitios por diversos países periféricos (donde o paradigmático caso latino-americano), além das tentativas de manutenção de regimes coloniais por parte das potências europeias que só foram vencidas por meio de, para usar a expressão um pouco provocativamente, "guerras de movimento". Ou seja: tais ilusões de acúmulo de forças e avanço progressivo em direção ao socialismo perduraram, mesmo quando confrontadas com *a evidência da existência de uma articulação em nível internacional da burguesia, no sentido de uma contrarrevolução*

consensual-coercitiva, prolongada e de alcance planetário, na qual – como é característico da política, que não se faz sem bons acordos nem boas armas – se combinaram, de modos diversificados territorial, espacial e cronologicamente, consenso e coerção.

Por isso, vale lembrar estas advertências de velhos e novos comunistas:

> As questões fundamentais na vida das nações são resolvidas apenas pela força. As classes reacionárias são elas próprias geralmente as primeiras a apelar à violência, à guerra civil; elas são as primeiras a "pôr as baionetas na ordem do dia" [...] (LENIN, [1905] 1977u, p. 132).
> Certamente o tema da democracia foi e continua sendo decisivo: [...] nas principais oportunidades, como na Espanha em 36, ou no Chile em 70, em que através do sufrágio universal partidos operários chegaram ao poder através de métodos democráticos, a reação burguesa, em nome da democracia, utilizou impiedosamente métodos de guerra civil para defender os seus interesses. O que certamente não esgota o tema, mas o recoloca na perspectiva da História. (ARCARY, 2000, p. 263).

Não se devem esquecer tais lições, e isso remete a um ponto muito caro a Coutinho: é que assimilá-las corretamente pode, e deve, passar pela consideração do legado gramsciano. Isso fica claro, por exemplo, através da leitura da seguinte passagem:

> Nas lutas atuais, este fenômeno se verifica frequentemente: uma organização estatal debilitada é como um exército enfraquecido; entram em campo os *arditi*, isto é, as organizações armadas privadas, que têm duas tarefas: usar a ilegalidade, enquanto o Estado parece permanecer na legalidade, como meio de reorganizar o próprio Estado. Crer que à atividade privada ilegal se possa contrapor uma outra atividade similar, isto é, combater o *arditismo* com o *arditismo*, é uma bobagem; significa crer que o Estado permaneça eternamente inerte, o que jamais ocorre, à parte as outras condições diversas. O caráter de classe leva a uma diferença fundamental: uma classe que deve trabalhar todo dia com horário fixo não pode ter organizações de assalto permanentes e especializadas como uma classe que tem amplas disponibilidades financeiras e não é ligada, em todos os seus membros, a um trabalho fixo. [...] fixar-se no modelo militar é bobagem: a política deve, também aqui, ser superior à parte militar, e só a política cria a possibilidade da manobra e do movimento (GRAMSCI, [1929-1930] 1977, Q 01, §133, p. 121).

Gramsci aponta para o tamanho da dificuldade dos comunistas: têm de ser capazes de tornar a política superior à parte militar visando à construção das condições para a manobra e o movimento, mas, por outro lado, têm de ter claro que a burguesia, ao menor sinal de problema mais grave, pode, ela sim, mobilizar organizações privadas de assalto e forças armadas para manter a ordem econômico-social e restabelecer sua democracia (ou sua autocracia) em condições aparentemente legais. Não se pode confiar nada, nem por um segundo, na estabilidade da assim chamada democracia liberal como solo seguro para o caminho que leva às aspirações socialistas, devendo-se, entretanto, lutar em seus marcos e manter a combinação entre firmeza estratégica e flexibilidade tática que permita criar "a possibilidade da manobra e do movimento", obtendo as vitórias no campo da grande política necessárias à eversão das relações sociais de capital, nos marcos de uma transição socialista.

Os corpos dirigentes das revoluções vitoriosas no século XX – inclusive no limiar de sua *segunda* metade, e em formações econômico-sociais com razoável grau de desenvolvimento da sociedade civil, como a iugoslava e a cubana, como convém não esquecer – parecem ter considerado ponderadamente tais advertências. Isso não ocorreu apenas porque tenham-nas lido nos clássicos, como Gramsci ou, mais certamente, Lênin, mas porque, até certo ponto, o próprio fazer político fornece importantes indicações quanto ao tema. Os que esqueceram essas lições, cedendo a caminhos aparentemente mais diretos para a superação da ordem burguesa – seja o da defesa da democracia como valor universal, seja o da insurreição de pequenos grupos sem o devido suporte político de massas organizadas –, amargaram desilusão (ou, nos casos heroicos, pagaram com a vida), que muitas vezes resultou em defecções, confusão, depressões individuais, caminhadas à direita, autodissolução de partidos, ou mesmo na simples resignação...

Isso acontece, em termos gerais, devido: à incapacidade estrutural que a forma de sociabilidade fundada sobre o modo de produção capitalista *sempre trouxe dentro de si* para realizar suas promessas emancipatórias; ao fato de que na sociedade de classes todo progresso civilizacional é também sempre regressão e barbárie (pense-se, a título de exemplo, nos desdobramentos do Renascimento europeu frutificando junto ao estabelecimento genocida das relações coloniais); à redundância deste modo de produção e reprodução da vida em frustrar as esperanças que engendra.

Coutinho, em certos momentos de sua reflexão teórica, invocou essas características contra a linearidade e o progressismo dos intérpretes apologéticos do modo de produção capitalista. Mas a *chave* para explicar o surgimento e a repercussão, assim como para

compreender o sentido de seu pensamento político não reside nisso, e sim *nisto*: ele não deixou de ser refém, assim como grande parte das classes trabalhadoras em seu tempo, da euforia do "capitalismo de bem-estar". É essa a base e o corpo da democracia de massas coutiniana; é essa a estrutura sobre a qual se ergue a pretendida socialização da política; é nele que fortes sindicatos movimentam à esquerda a sociedade civil; é ele o chamado Capitalismo Monopolista de Estado; e é a democracia vigente nele que aparece a Coutinho, assim como a tantas e tantos outros comunistas valentes, fieis e coerentes de seu tempo, como o caminho progressivo e pacífico ao socialismo.

A ironia da história é apenas aparente: no capitalismo tardio, as próprias conquistas populares, uma vez integradas à ordem, teimam em, camaleonicamente, transformar-se em seu contrário. De pontes no sentido de tensionar o ordenamento social burguês rumo ao socialismo, convertem-se em seus esteios ou se tornam pretexto para ataques autocrático-burgueses. *Nesse cenário, a superação da ordem terá de passar pela recuperação, rearticulação e reinvenção das diversificadas formas de luta das classes trabalhadoras.*

Se isso exige o estudo rigoroso e crítico dos maiores representantes teóricos dessas classes nos tempos que nos precedem, espero que este livro possa contribuir, adicionando um pequeno ponto de referência a mais na tortuosa estrada que quer levar, como diria Coutinho, aos "altos objetivos humanistas a que se dirige a aplicação da dialética".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENDROTH, Wolfgang et al. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1967] 1969.

ABREU, Alzira Alves. *A ação política dos intelectuais do ISEB*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Pp. 97-118. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialectic of Enlightenment.* California: Stanford University Press, [1947] 2002.

AGOSTI, Aldo. *Palmiro Togliatti: a biography.* London / New York: I.B. Tauris & Co., [1996] 2008.

ALBA (Assembleia Legislativa do Estado da Bahia). *Deputado Nathan Coutinho*. Disponível em http://www.al.ba.gov.br/deputados/Deputados-Interna.php?id=477. Consultado pela última vez em 03 de dezembro de 2015.

ALBIN, Ricardo Cravo *et al. Tom Jobim; Júlio Medaglia.* Verbetes. **In:** *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira.* Disponível em <http://www.dicionariompb.com.br/>. Consultado em dezembro de 2015.

ALTHUSSER, Louis (org.). *Lire le capital*. Paris: Maspero, [1965] 1973.

ALTHUSSER, Louis. *The humanist controversy and other writings (1966-67)*. London / New York: Verso, [1966-67] 2003.

AMORIM, Rose Mary Guerra. *O governo JK e a revista Manchete: a criação do mito dos anos dourados.* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FGV / CPDOC, 2008.

ANDERSON, Perry. *The antinomies of Antonio Gramsci*. **In:** *New Left Review I*, nº 100, pp. 05-78. London: New Left Review, nov-dec. 1976.

_____. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Coleção Crítica e Sociedade, nº 10. Porto: Afrontamento, [1976] s.d.

_____. *Las antinomias de Antonio Gramsci:* Estado y revolución en Occidente. Barcelona: Fontamara, [1976] 1981.

_____. *Balanço do neoliberalismo*. **In:** Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1995] 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho.* 11ª edição. São Paulo / Campinas: Cortez / Editora UNICAMP, [1995] 2006.

_____. *Notas de memória: as primeiras influências de Carlos Nelson Coutinho no marxismo brasileiro*. **In:** *Revista Praia Vermelha*, vol. 22, nº 02, pp. 27-31. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGESS, jan.-jun. 2013.

ARANTES, Paulo. *Zero à esquerda.* São Paulo: Conrad, 2004.

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história*: um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2000.
BARIANI Jr., Edison. *Recenseamento bibliográfico em torno do ISEB*. **In:** TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Pp. 233-252. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington*: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Consulta Popular, 1994.
BÉHAGUE, Gerard. *Koellreuter, Hans Joachim.* Verbete. **In:** *GROVE Dictionary of Music and Musicians*. 3rd edition. New York: Grove, 2001.
BENEVIDES, Maria Victoria. *Presidente Juscelino, os "anos dourados" (Notas sobre imagem política: JK e FHC).* **In:** *Revista USP*, nº 53, pp. 32-41. São Paulo: USP, 2002.
BENJAMIN, Walter. *Teses sobre o conceito de história*. **In:** *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, vol. 01, pp. 222-232. São Paulo: Brasiliense, [1940] 1987.
BENSAÏD, Daniel. *Lênin, ou a política do tempo partido.* **In:** BENSAÏD, Daniel e LÖWY, Michael. *Marxismo, modernidade e utopia.* Pp. 177-191. São Paulo: Xamã, 2000.
BEHRING, Elaine R. *Brasil em contra-reforma:* desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, [2003] 2008.
BERLINCK, Manoel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE.* Coleção Krisis. Campinas: Papirus, 1984.
BERLINGUER, Enrico. *Democracia, valor universal*. Seleção, tradução, introdução e notas de Marco Mondaini. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira / Contraponto, [1969-1984] 2009.
BIANCHI, Álvaro. *Revolução passiva: o pretérito do futuro.* **In:** *Crítica Marxista*. Vol. 1, nº 23, pp. 34-57. São Paulo: Revan, 2006.
_____. *O laboratório de Gramsci*: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.
BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, [1988] 1995.
BIHR, Alain. *Du « grand soir » à « l 'alternative » : le mouvement ouvrier européen en crise.* Collection Portes Ouvertes. Paris : Les Éditions Ouvrières, 1991.
BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1984] 2000.
BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política.* 2 vols, 11ª edição. Brasília: EdUNB, [1983] 1998.

BOCCARA, Paul et al. *Traité marxiste d'économie politique : Le Capitalisme Monopoliste d'État.* 2 tomes. Paris : Éditions Sociales, 1971.
BORJA, Bruno. *Para a crítica da economia do desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional*. **In:** MALTA, Maria Mello de (coord.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro.* Pp. 79-124. Rio de Janeiro: IPEA / Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.
_____. *A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ (IE-UFRJ), 2013.
BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista.* Edição digital. Rio de Janeiro: Zahar, [1983] 2013.
BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. *La reproducción: elementos para una teoría del sistema de enseñanza*. México, DF: Fontamara, [1970] 1996.
BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: LTR, 1987.
BRAZ, Marcelo. *A democracia como valor universal: um clássico da esquerda no Brasil*. **In:** BRAZ, Marcelo (org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. Pp. 237-285. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência.* **In:** TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Pp. 201-232. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1975] 1980.
_____. *Du consentement comme hégémonie : la stratégie gramscienne*. **In :** *Pouvoirs*, n. 05, pp. 75-86. Paris : PUF, avril 1978.
CAMPOS, Augusto de. *Balanço da bossa e outras bossas.* 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Perspectiva, [1968] 1974.
CANDIDO, Antonio. *Prefácio*. **In:** HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Pp. 09-21. São Paulo: Companhia das Letras, [1967] 1995.
CARCANHOLO, Reinaldo e SABADINI, Maurício. *Sobre o capital e a mais-valia*. **In:** CARCANHOLO, Reinaldo (org.). *Capital: essência e aparência*, pp. 123-145. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História econômica da América Latina*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, [1979] 1984.
CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento: Brasil, JK-JQ*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1972] 1978.

CARONE, Edgard. *A República Velha I: Instituições e Classes Sociais (1889-1930).* Rio de Janeiro / São Paulo: DIFEL, [1970] 1978.
_____. *A República Velha II: Evolução Política (1889-1930).* Rio de Janeiro / São Paulo: DIFEL, [1971] 1977.
_____. *Movimento operário no Brasil.* 3 vols. – [1979], [1981], [1984]. São Paulo: DIFEL, 1979-1984.
_____. *O PCB.* 3 vols. São Paulo: DIFEL, 1982.
CARR, Edward Hawlett. *A history of soviet Russia: the Bolshevik revolution 1917-1923.* 3 vols. London: Macmillan & Co, 1950-1953.
_____. *The Russian revolution: from Lenin to Stalin.* New York: The Free Press (Macmillan Publishing Co.), 1979.
CARVALHO, Maria do Socorro Silva. *Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961).* Salvador: EdUFBA, 1999.
CHESNAIS, François. *Prefácio.* In: MARQUES, Rosa M. e FERREIRA, Mariana R. J. O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula, pp. IX-XV. São Paulo: Saraiva, [2009] 2010a.
_____. *Crisis de sobreacumulación mundial, crisis de civilización.* In: Revista Herramienta Web, nº 5, maio de 2010. Buenos Aires: Herramienta, 2010b.
CIPOLLA, Francisco Paulo e PINTO, Geane Carolina. *Crítica das teorias da financeirização.* **In:** *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política.* Nº 27, pp. 6-28. São Paulo, 2010.
CLAUDÍN, Fernando. *The communist movement from Comintern to Cominform.* Part One: The Crisis of the Communist International. New York / London: Monthly Review Press, [1970] 1975.
_____. *A crise do movimento comunista.* Vol. 2 – O apogeu do stalinismo. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, [1970] 1986.
CLAUSEWITZ, Carl von. *On war.* 3 vols. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co.; New York: Dutton & Co, [1832] 1918.
COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998).* Tese de doutorado. Niterói: PPGH-UFF, 2005.
COSTA, Mônica Hallak da. *A exteriorização da vida nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844.* **In:** *Verinotio: Revista On-Line de Educação e Ciências Humanas*, nº 4, ano II. s.l.: CTUFMG, abril de 2006.
COUTINHO, Carlos Nelson. *O erro fundamental da candidatura nortista.* **In:** *A palavra.* s.l.: s.ed., outubro de 1959 (1959a).
_____. *História econômica da revolução de 1798.* **In:** *Jornal da Bahia.* Salvador: 27 e 28 de dezembro de 1959 (1959b).

_____. *O processo das contradições e a revolução brasileira*. **In:** *Ângulos*, ano X, nº 16, pp. 29-39. Salvador: 1960.
_____. *Marxismo contra existencialismo*. **In:** *Diário de notícias*. 2º Caderno, p. 02. Salvador: 23 e 24 de outubro de 1960a.
_____. *A cultura baiana: esboço de sua problemática*. **In:** *Diário de Notícias*. 2º Caderno, pp. 01-02. Salvador: 26 e 27 de março de 1961 (1961a).
_____. *Resenha bibliográfica*. **In:** *Renovação*. s.l. [mas Salvador]: maio de 1961 (1961b).
_____. *Irracionalismo: metafísica em pânico*. **In:** *Afirmação*, nº 10, pp. 39-42. Salvador, maio de 1961c.
_____. *Problemática atual da dialética*. **In:** *Ângulos*, ano IX, nº 17, pp. 25-47. Salvador, novembro-dezembro de 1961d.
_____. *Novos rumos para a política estudantil*. **In:** *A Tarde*, suplemento "Unidade", p. 02. Salvador: 21 de agosto de 1961e.
_____. *Inflação e contra-inflação*. **In:** *Movimento*. Revista da União Nacional dos Estudantes, nº 5, pp. 23-25. s.l. [mas Rio de Janeiro]: setembro de 1962.
_____. *A dialética marxista e o futuro da arte*. **In:** *Jornal da Bahia*. 3º Caderno, p. 01. Salvador: 20 de abril de 1962a.
_____. *Comentário Internacional: a questão do desarmamento*. **In:** *A palavra*. Jornal do Centro Acadêmico Ruy Barbosa, da Faculdade de Direito da UFBA. Salvador, setembro de 1962b.
_____. *Humanismo e irracionalismo na cultura contemporânea*. Publicado em duas partes. **In:** *Jornal da Bahia*. Salvador: 25 de abril e 05 de maio de 1963.
_____. *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967a.
_____. *A trajetória de Sartre*. **In:** *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*. Pp. 39-84. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1963/1966] $1967a_2$.
_____. *A herança estética de Platão e Aristóteles*. **In:** *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*. Pp. 85-94. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1964] $1967a_3$.
_____. *O realismo como categoria central da crítica marxista*. **In:** *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*. Pp. 95-136. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1966] $1967a_4$.
_____. *Em Drummond e Graciliano, as sementes do nosso futuro*. **In:** *Realidade*, pp. 07-08. São Paulo: dezembro de 1969.
_____. *A psicanálise do idiota*. **In:** *Revista Visão*, pp. 84-88. São Paulo: 13 de setembro de 1971.

_____. *Um fantástico Veríssimo*. **In:** *Revista Visão*, pp. 89-90. São Paulo: 31 de dezembro de 1971a.
_____. *Entrevista com Carlos Nelson Coutinho*. **In:** *Jornal da Faculdade de Letras da UFRJ.* Rio de Janeiro: FL-UFRJ, 1972a.
_____. *Alguma abstração*. **In:** Revista Visão, p. 160. São Paulo, 28 de agosto de 1972b.
_____. *O significado de Lima Barreto na literatura brasileira.* **In:** COUTINHO, Carlos Nelson *et alii. Realismo e anti-realismo na literatura brasileira.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1972] 1974.
_____. *No caminho de uma dramaturgia nacional-popular*. **In:** *Movimento*, p. 16. São Paulo, 13 de dezembro de 1976.
_____. *Interesses a que serve determinam regime brasileiro: ditadura fascista*. **In:** *Voz Operária*. Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro, nº 129, dezembro de 1976. Assinado sob o pseudônimo G. Marques. s.l.: PCB, 1976a.
_____. *Um certo sr. Gramsci*. **In:** Jornal do Brasil, p. 4. Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1976b.
_____. *Oposição popular deve impor sua participação legal no debate político nacional*. **In:** *Voz Operária*. Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro, nº 132, março de 1977. Assinado sob o pseudônimo Josimar Teixeira. s.l.: PCB, 1977.
_____. *Democracia e anti-imperialismo são bases do autêntico nacionalismo*. **In:** *Voz Operária*. Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro, nº 133, abril de 1977. Assinado sob o pseudônimo Josimar Teixeira. s.l.: PCB, 1977a.
_____. *Unidade para a democracia: a chave da leitura dos documentos do PCB*. **In:** *Voz Operária*. Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro, nº 134, maio de 1977. Assinado sob o pseudônimo Josimar Teixeira. s.l.: PCB, 1977b.
_____. *Économie et politique au Brésil aujourd'hui: à propos de* Autoritarismo e democratização*, de F. H. Cardoso*. **In:** *Études Brésiliennes,* ano 03 nº 04. Louvain: s. ed., 1977c.
_____. *A questão democrática*. **In:** *Voz Operária*. Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro, nº 141, dezembro de 1977. Assinado sob o pseudônimo Josimar Teixeira. s.l.: PCB, 1977d.
_____. *O Brasil não conhece esse senhor*. Entrevista. **In:** *IstoÉ*. Pp. 44-45. São Paulo: 05 de julho de 1978.
_____. *O equilíbrio, o bom-senso e nossa visão democrática*. **In:** *Voz Operária*. Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro, nº 150, setembro de 1978. Assinado sob o pseudônimo Josimar Teixeira. s.l.: PCB, 1978a.

_____. *A democracia como valor universal.* **In:** *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 9, pp. 33-47. Rio de Janeiro, março de 1979 (1979a).

_____. *Cultura e democracia no Brasil.* **In:** *Revista Encontros com a Civilização Brasileira,* nº 17, pp. 19-48. Rio de Janeiro, novembro de 1979 (1979b).

_____. *A democracia e as forças populares*. **In:** *O Constituinte*, nº 03, p. 03. Março de 1979 (1979c).

_____. *A Democracia como Valor Universal:* notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Ciências Humanas (LECH), 1980a.

_____. *A Democracia como Valor Universal.* **In:** *A Democracia como Valor Universal:* notas sobre a questão democrática no Brasil, pp. 17-41. São Paulo: Ciências Humanas (LECH), [1979] 1980a$_1$.

_____. *Gramsci e Nós*. **In:** *A Democracia como Valor Universal:* notas sobre a questão democrática no Brasil, pp. 43-60. São Paulo: Ciências Humanas (LECH), 1980a$_2$.

_____. *Cultura e Democracia no Brasil.* **In:** *A Democracia como Valor Universal:* notas sobre a questão democrática no Brasil, pp. 61-92. São Paulo: Ciências Humanas (LECH), [1977-1979] 1980a$_3$.

_____. *O Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil:* algumas implicações políticas. **In:** *A Democracia como Valor Universal:* notas sobre a questão democrática no Brasil, pp. 93-118. São Paulo: Ciências Humanas (LECH), 1980a$_4$.

_____. *Carlos Nelson Coutinho*. Entrevista concedida em 16 de agosto de 1979. **In:** Pereira, Carlos Alberto e Hollanda, Heloísa Buarque de. *Patrulhas Ideológicas: arte e engajamento em debate*, pp. 45-56. São Paulo: Brasiliense, [1979] 1980b.

_____. *Apresentação*. **In:** TOGLIATTI, Palmiro. *Socialismo e democracia.* Pp. 11-18. Rio de Janeiro: Muro, 1980c.

_____. *Gramsci*. **In:** Coleção Fontes do Pensamento Político, vol. 02. Porto Alegre: L&PM, 1981.

_____. *A democracia como regime que avança.* **In:** Revista *IstoÉ*, p. 45. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1981a.

_____. *Uma introdução ao eurocomunismo*. **In:** *Leia Livros*, pp. 10-11. Resenha de *Um socialismo a inventar*, de Lucio Lombardo Radice. São Paulo: setembro de 1982.

_____. *A dualidade de poderes:* introdução à teoria marxista de Estado e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Questões teóricas e políticas.* Exposição Carlos Nelson Coutinho. **In:** GARCIA, Marco Aurélio. *As esquerdas e a democracia*, pp. 59-66. Rio de Janeiro: Paz e Terra / CEDEC, 1986.

_____. *Uma via "não clássica" para o capitalismo.* **In:** D'INCAO, Maria Angela (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior.* São Paulo: EdUNESP; Brasiliense, 1989.

_____. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.

_____. *Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

_____. *Crise e redefinição do Estado brasileiro.* **In:** PEPPE, Atílio e LESBAUPIN, Ivo. *Revisão Constitucional e Estado Democrático*. Pp. 77-99. Rio de Janeiro – São Paulo: Centro João XXIII – Edições Loyola, 1993.

_____. *O desafio dos que pensaram bem o Brasil*. **In:** *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*. Nº 54, Especial Pensar o Brasil, pp. 103-113 e 123-126. São Paulo: CEDEC, 2001.

_____. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005a.

_____. *Lukács, Proust e Kafka: literatura e sociedade no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

_____. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. *Democracia: um conceito em disputa.* **In:** *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. Pp. 13-27. São Paulo: Cortez, [2001-2002] 2006a$_1$.

_____. *O conceito de sociedade civil em Gramsci e a luta ideológica no Brasil de hoje*. **In:** *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. Pp. 29-55. São Paulo: Cortez, [2000] 2006a$_2$.

_____. *Gramsci e o Sul do mundo: entre "Oriente" e Ocidente*. **In:** *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. Pp. 57-66. São Paulo: Cortez, [2003] 2006a$_3$.

_____. *Marxismo e estruturalismo nos "longos anos 60"*. **In:** *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. Pp. 67-82. São Paulo: Cortez, [2002-2004] 2006a$_4$.

_____. *O marxismo no mundo de hoje*. **In:** *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. Pp. 123-138. São Paulo: Cortez, [2002] 2006a$_8$.

_____. *As metamorfoses do PT e o governo Lula*. **In:** *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. Pp. 151-164. São Paulo: Cortez, [2003-2005] 2006a$_{10}$.

_____. *Conversa com um "marxista convicto e confesso"*. **In:** *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. Pp. 165-191. São Paulo: Cortez, [2000] 2006a$_{11}$.

_____. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1999] 2007a.

_____. *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*. **In:** *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. 3ª edição, Capítulo IX, pp. 191-219. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1985-1989] 2007a$_9$.
_____. *A recepção de Gramsci no Brasil*. **In:** *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. 3ª edição, Apêndice III, pp. 279-305. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1989-1995] 2007a$_{ap.3}$.
_____. *Prefácio*. **In:** DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade civil e democracia: um debate necessário*. Pp. 11-14. São Paulo: Cortez, [2006] 2007b.
_____. *Marxismo e política*: A dualidade de poderes e outros ensaios. 3ª edição. São Paulo: Cortez, [1994] 2008a.
_____. *A dualidade de poderes*: Estado e revolução no pensamento marxista. **In:** *Marxismo e política*: A dualidade de poderes e outros ensaios. 3ª edição, pp. 13-69. São Paulo: Cortez, [1985] 2008a$_1$.
_____. *Os marxistas e a "questão democrática"*. **In:** *Marxismo e política*: A dualidade de poderes e outros ensaios. 3ª edição, pp. 71-90. São Paulo: Cortez, [1982-83] 2008a$_2$.
_____. *Contra a corrente:* ensaios sobre democracia e socialismo. 2ª edição. São Paulo: Cortez, [2000] 2008b.
_____. *Democracia e socialismo: questões de princípio*. **In:** *Contra a corrente:* ensaios sobre democracia e socialismo. 2ª edição, pp. 19-48. São Paulo: Cortez, [1992] 2008b$_1$.
_____. *O socialismo hoje: entre crise e reconstrução*. **In:** *Contra a corrente:* ensaios sobre democracia e socialismo. 2ª edição, pp. 71-89. São Paulo: Cortez, [1998] 2008b$_3$.
_____. *A época neoliberal: revolução passiva ou contrarreforma?* **In:** *Contra a corrente:* ensaios sobre democracia e socialismo. 2ª edição, pp. 90-105. São Paulo: Cortez, [2007] 2008b$_4$.
_____. *O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas*. **In:** *Contra a corrente:* ensaios sobre democracia e socialismo. 2ª edição, pp. 106-146. São Paulo: Cortez, [1998] 2008b$_5$.
_____. *A democratização como valor universal*. **In:** *Contra a corrente:* ensaios sobre democracia e socialismo. 2ª edição, pp.147-173. São Paulo: Cortez, [1999] 2008b$_6$.
_____. *Marxismo, democracia e revolução*. **In:** *Contra a corrente*: ensaios sobre democracia e socialismo. 2ª edição, pp. 174-181. São Paulo: Cortez, [1991] 2008b$_7$.
_____. *Grandezas e limites do Manifesto Comunista*. **In:** *Contra a corrente:* ensaios sobre democracia e socialismo. 2ª edição, pp. 182-192. São Paulo: Cortez, [1997] 2008b$_8$.

_____. *Por que Gramsci*. **In:** *Contra a corrente:* ensaios sobre democracia e socialismo. 2ª edição, pp.193-200. São Paulo: Cortez, [1999-2000] 2008b$_9$.
_____. *Entrevista*: Sem democracia não há socialismo, e sem socialismo não há democracia. **In:** *Revista Caros Amigos*. Nº 153, dezembro de 2009, pp. 32-35. São Paulo: Caros Amigos, 2009.
_____. *O estruturalismo e a miséria da razão.* São Paulo: Expressão Popular, [1972] 2010a.
_____. *A hegemonia da pequena política* . **In:** OLIVEIRA, Francisco de *et alii* (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. Pp. 29-43. São Paulo: Boitempo, 2010b.
_____. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política.* São Paulo: Boitempo, 2011a.
_____. *Crítica e utopia em Rousseau*. **In:** *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política.* Pp. 15-39. São Paulo: Boitempo, [1996] 2011a$_1$.
_____. *Hegel e a dimensão objetiva da vontade geral*. **In:** *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política.* Pp. 41-56. São Paulo: Boitempo, [1998] 2011a$_2$.
_____. *Sobre os Cadernos do Cárcere e suas edições*. **In:** *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política.* Pp. 79-105. São Paulo: Boitempo, [1999] 2011a$_4$.
_____. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.
_____. *Os intelectuais e a organização da cultura.* **In:** *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4ª edição, pp. 13-33. São Paulo: Expressão Popular, [1980-1981] 2011b$_1$.
_____. *Cultura e sociedade no Brasil*. **In:** *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4ª edição, pp. 35-72. São Paulo: Expressão Popular, [1977-1979] 2011b$_2$.
_____. *O significado de Lima Barreto em nossa literatura.* **In:** *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4ª edição, pp.89-139. São Paulo: Expressão Popular, [1972] 2011b$_4$.
_____. *Graciliano Ramos*. **In:** *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4ª edição, pp.141-194. São Paulo: Expressão Popular, [1965] 2011b$_5$.
_____. *A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior*. **In:** *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4ª edição, pp. 201-219. São Paulo: Expressão Popular, [1989] 2011b$_7$.
_____. *Marxismo e "imagem do Brasil" em Florestan Fernandes*. **In:** *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4ª edição, pp. 221-239. São Paulo: Expressão Popular, [1998] 2011b$_8$.

_____. *O legado de Octavio Ianni*. **In:** *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4ª edição, pp. 241-253. São Paulo: Expressão Popular, [2006] 2011b[9].
COUTINHO, Carlos Nelson *et al. A constituinte e a nova ordem liberal no Brasil: a nova constituição e a organização do Estado*. **In:** Cadernos de Conjuntura, nº 8. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1986.
COUTINHO, Carlos Nelson e NETTO, José Paulo. *Entrevista com Carlos Nelson Coutinho (por José Paulo Netto)*. **In:** *Diário Mercantil*. Jornal. Segundo Caderno, p. 02. Juiz de Fora, 19 e 20 de abril de 1970.
DAY, Richard B. *Cold war capitalism: the view from Moscow, 1945-1975*. New York: M.E. Sharpe, 1995.
DE TRACY, Destutt. *Mémoires sur la faculté de penser.* Paris : Baudouin (Imprimeur de l'Institut National) : 1796.
_____. *(Projet d')Éléments d'Idéologie.* Paris : Didot, 1801.
DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
_____. *O PCB e a estratégia da revolução brasileira*. **In:** *Novos Temas*: Revista de debate e cultura marxista, nº 7, pp. 217-235. São Paulo: ICP, 2012.
_____. *A questão democrática: Carlos Nelson na Voz Operária.* **In:** BRAZ, Marcelo e RODRIGUES, Mavi (orgs.). *Batalha das ideias: polêmicas em torno de Carlos Nelson Coutinho*. Anais do Seminário Internacional *Carlos Nelson Coutinho e a Renovação do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula, 2013.
DEUTSCHER, Isaac. *Russia in transition* and other essays. New York: Coward-McCan, 1957.
_____. *Stalin, a political biography.* New York: Vintage Books, [1949] 1960.
DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci no Brasil: o rabo do diabo*. **In:** *O outro Gramsci*. Pp. 183-191. São Paulo: Xamã, [1991] 1996.
_____. *Hegemonia: racionalidade que se faz história.* **In:** *O outro Gramsci*. Pp. 09-80. São Paulo: Xamã, [1991] 1996a.
_____. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundemann, 2006.
_____. *Revolução passiva e modos de vida: ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia.* São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012a.
_____. *Intelectuais: para que e para quem?* **In:** LOMBARDI, J. C. *et al* (org.). *Gramsci no limiar do século XXI*, pp. 118-140. Campinas, SP: Librum, 2013.

DIAS, Marcelo Francisco. *Do estruturalismo da CEPAL à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2012b.
DOBB, Maurice. *Studies in the development of capitalism*. London: Routledge & Kegan Paul, [1946] 1950.
DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado* – Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
DURANTE, Lea. *Nazionale-popolare.* **In:** *Le parole di Gramsci: per un lessico dei Quaderni del Carcere.* 1ª edizione, pp. 150-169. Roma: Carocci, 2004.
DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade civil e democracia: um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007.
DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, [1991] 1995.
ENGELS, Friedrich. *Carta a W. Borgius, de 25 de janeiro de 1894.* In: Obras Escolhidas, vol. 3, pp. 565-567. Lisboa / Moscou: Avante / Progresso, [1895] 1982.
ESPING-ANDERSEN, Gøstha. *The three worlds of welfare capitalism*. Cambridge / Oxford: Polity Press / Blackwell Publishers, 1990.
_____. *Welfare states without work: the Impasse of Labour Shedding and Familialism in Continental European Social Policy*. **In:** ESPING-ANDERSEN, Gøstha (ed.). *Welfare states in transition*. Pp. 66-87. London / Thousand Oaks / New Delhi: SAGE Publications / UNRISD, 1996.
FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1972] 1975.
_____. *A revolução burguesa no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, [1975] 1976.
_____. *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
_____. *O que é revolução?*. **In:** PRADO JR., Caio e FERNANDES, Florestan. Clássicos sobre a revolução brasileira. São Paulo: Expressão Popular, [1981] 2005.
_____. *O que é revolução?* Versão digital. S. l.: s. ed., 1981.
_____. *Brasil: em compasso de espera*: pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1980] 2011.
FERNANDES, Luís. *Leituras do Leste: o debate sobre a natureza das sociedades e Estados de tipo soviético (Primeira Parte – as principais interpretações ocidentais)*. **In:** *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, nº 38, pp. 15-49. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Leituras do Leste: o debate sobre a natureza das sociedades e Estados de tipo soviético (Segunda Parte – as principais interpretações marxistas)*. **In:** *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, nº 39, pp. 41-83. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. *Leituras do Leste: o debate sobre a natureza das sociedades e Estados de tipo soviético (Parte Final – as leituras centradas na prevalência do capitalismo de Estado e/ou burocrático e a convergência problemática no conceito de stalinismo)*. **In:** *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, nº 43, pp. 27-65. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

FERREIRA, Mariana R. J. *Financeirização: impacto nas prioridades de gasto do Estado – 1990 a 2007*. **In:** MARQUES, Rosa M. e FERREIRA, Mariana R. J. *O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea*. Pp. 51-74. São Paulo: Saraiva, 2010.

FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. *A Economia Política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2ª edição. Rio de Janeiro: EPSJV / Editora UFRJ, 2010.

_____. *Carlos Nelson Coutinho: intérprete do Brasil*. **In:** BRAZ, Marcelo (org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. Pp. 175-203. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREDERICO, Celso. *Presença de Lukács na política cultural do PCB e na Universidade*. **In:** *História do marxismo no Brasil*, vol. 02. Pp. 187-228. Campinas: Editora UNICAMP, [1995] 2007a.

_____. *A política cultural dos comunistas*. **In:** *História do marxismo no Brasil*, vol. 03. Pp. 337-372. Campinas: Editora UNICAMP, [1998] 2007b.

FROSINI, Fabio e LIGUORI, Guido. *Premessa*. **In:** *Le parole di Gramsci: per un lessico dei Quaderni del Carcere*. 1ª edizione, pp. 9-12. Roma: Carocci, 2004.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Edição comemorativa (50 anos). Organização de Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2009.

GALPER, Jeffry H. *Social work practice: a radical perspective*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1980.

GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; CEDEC, 1986.

GENRO FILHO, Adelmo. *A democracia como valor operário e popular*. **In:** *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 17, pp. 195-202. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GETZLER, Israel. *Outubro de 1917: o debate marxista sobre a revolução na Rússia*. **In:** HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 5, pp. 25-74. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GODOI, Rafael. *Tortura difusa e continuada.* **In:** *Le Monde Diplomatique*, ano 09, nº 103, pp. 07-08. São Paulo: fevereiro de 2016.
GOLDMANN, Lucien. *Para una sociología de la novela*. Madrid: Ayuso, [1964] 1975.
_____. *Ciências humanas e filosofia: que é a sociologia?* São Paulo: DIFEL, 1967.
_____. *Dialética e cultura.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
_____. *The hidden god: a study of tragic vision in the Pensées of Pascal and the Tragedies of Racine.* London / New York: Routledge, [1964] 2013.
GOLDMANN, Lucien e ADORNO, Theodor. *Goldmann and Adorno: to describe, understand and explain.* **In:** GOLDMANN, Lucien. *Cultural creation in modern society.* Pp. 129-145. Oxford: Basil Blackwell, [1971] 1977.
GOMES, Helder (org.). *Especulação e lucros fictícios*: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Expressão Popular / Outras Expressões, 2015.
GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, [1978] 1980.
_____. *Apresentação*. **In:** MARX, KARL. *O Capital: crítica da Economia Política.* Pp. 5-66. São Paulo: Nova Cultural, [1983] 1996.
GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere.* Edizione Critica a cura di Valentino Gerratana. 4 vols., Seconda Edizione. Torino: Einaudi, 1977.
_____. *Cadernos do cárcere.* Vols. 1 a 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1929-35] 2002.
GRANEMANN, Sara. *Para uma crítica marxista das políticas sociais*. **In:** *Anais do Seminário Internacional Marx e o Marxismo 2011.* Niterói: UFF, 2011.
GRESPAN, Jorge. *A teoria da história em Caio Prado Jr.: dialética e sentido.* **In:** *Revista IEB*, nº 47. São Paulo: IEB, setembro de 2008.
GUIMARÃES, Juarez. *A estratégia da pinça*. **In:** Revista Teoria e Debate, nº 12. São Paulo: 30 de novembro de 1990.
GUIMARÃES, Maria Claudia Alves. *Vestígios da dança expressionista no Brasil: Yanka Rudzka e Aurel von Milloss*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP / Instituto de Artes, 1998.
HARDACH, Gerd; KARRAS, Dieter; FINE, Ben. *A short history of socialist economic thought*. New York: St. Martin's Press, [1974] 1978.
HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, [1989] 2007.
_____. *O neoliberalismo*: história e implicações. São Paulo: Loyola, [2005] 2008.

HAYEK, Friedrich Auguste. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura / Instituto Liberal, [1944] 1987.
HEGEDÜS, András. *A questão agrária*. **In:** HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 4, pp. 149-171. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Ciencia de la lógica*. Buenos Aires: Solar / Hachette, [1812-16] 1968.
_____. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, [1807] 1992.
_____. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, [1820] 1997.
_____. *Lectures on the philosophy of world history*. Introduction. Translated by H. B. Nisbet from Johannes Hoffmeister edition. Cambridge: Cambridge University Press, [1822-30/1955] 1975.
HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1970] 1989.
HIRANO, Sedi. *Nótulas metodológicas (Introdução)*. **In:** *Castas, estamentos e classes sociais*. Pp. 17-24. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a.
_____. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002b.
_____. *A era dos extremos: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, [1994] 2003.
HOBSBAWM, Eric (org.). *História do marxismo*. 12 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979-1989.
HOLLANDA, Heloísa Buarque de e GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, [1982] 1986.
HUSSON, Michel. *Un pur capitalisme*. Collection « Cahiers libres ». Lausanne : Éditions Page Deux, 2008.
IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1971] 2009.
_____. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
IASI, Mauro Luis. *Processo de consciência*. São Paulo: CPV, 1999.
_____. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
_____. *Ensaios sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
_____. *Caio Prado Júnior: sentido, trilhas e caminhos da revolução brasileira*. **In:** PINHEIRO, Milton (org.). *Caio Prado Júnior: história e sociedade*. Pp. 31-55. Salvador: Quarteto, 2011.

_____. *Educação e consciência de classe: desafios estratégicos.* **In:** *Perspectiva*, vol. 31, nº 01, pp. 67-83, jan./abr. 2013. Florianópolis: EdUFSC, 2013a.
_____. *Lukács: a ponte entre o passado e o futuro*. **In:** DEL ROIO, Marcos (org.). *György Lukács e a emancipação humana*. Pp. 89-106. São Paulo: Boitempo; Marília (SP): Oficina Universitária / UNESP, 2013b.
_____. *O PT e a Revolução Burguesa no Brasil*. No Prelo. Marília: Editora UNESP, 2013c.
_____. *Estado, ditadura e permanências: sobre a forma política.* **In:** IASI, Mauro Luis e COUTINHO, Eduardo Granja. *Ecos do Golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois.* Pp. 81-105. Rio de Janeiro: Mórula, 2014a.
_____. *Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais*. **In:** DEL ROIO, Marcos (org.). *Marx e a dialética da sociedade civil*. Pp. 95-124. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014b.
IC (Internacional Comunista). *The programme of the Communist International together with the Statutes of the Communist International*. **In:** Marxists.org. Disponível no site Marxists.org, no endereço <https://www.marxists.org/history/international/comintern/6th-congress/index.htm> Consultado em fevereiro de 2016. [1929] 2016.
IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel; NEVES, Victor. *A estratégia democrático-popular:* um inventário crítico. Marília/SP: Lutas Anticapital, 2019.
INGRAO, Pietro. *Crise e terceira via.* São Paulo: Ciências Humanas (LECH), [1978] 1981.
ISTOÉ. *A mulher de Ipanema: o legado de Leila Diniz, dez anos depois de sua morte*. São Paulo: IstoÉ, 28 de julho de 1982.
JAGUARIBE, Hélio. *O ISEB e o desenvolvimento nacional*. **In:** TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Pp. 31-42. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
_____. *O nacionalismo na atualidade brasileira.* Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, [1958] 2013.
JOHNSTONE, Monty. *Internacionais.* **In:** BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista.* Edição digital, pp. 311-316. Rio de Janeiro: Zahar, [1983] 2013.
JOSÉ, Emiliano. *O assassinato de Anísio Teixeira.* **In:** *Carta Capital*. Sociedade. São Paulo: 13 de janeiro de 2014. Disponível em http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-assassinato-de-anisio-teixeira-2603.html. Consultado em 12 de março de 2016.

KANT, Immanuel. *Idea for a Universal History with a Cosmopolitan Aim.* **In:** RORTY, Amélie Oksenberg and SCHMIDT, James. *Kant's Idea for a Universal History with a Cosmopolitan Aim: A Critical Guide.* Pp. 09-23. Cambridge / New York: Cambridge University Press, [1784] 2009.

KOLLONTAI, Alexandra. *A oposição operária.* 2ª edição. Lisboa: Afrontamento, [1920-1921] 1977.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1963] 1976.

LASO, José María. *Palmiro Togliatti y los antecedentes teóricos del eurocomunismo*. **In:** *El Basilisco: Revista de filosofía, ciencias humanas, teoría de la ciencia y de la cultura*, n. 04, pp. 53-63. Oviedo: Pentalfa, 1978.

LAURELL, Asa Cristina. *Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo*. **In:** LAURELL, A.C. (org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo.* São Paulo: Cortez, 1995.

LAZZARINI, Sérgio. *Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LAZZARINI, Sérgio & MUSACCHIO, Aldo. *Reinventing State Capitalism: Leviathan in business, Brazil and beyond.* Cambridge / London: Harvard University Press, 2014.

LE GOFF, Jacques. *Los intelectuales en la Edad Media*. Barcelona: Gedisa, [1957] 1996.

LEBRUN, Gérard. *A "realidade nacional" e seus equívocos.* **In:** TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Pp. 165-200. Rio de Janeiro: Revan, [1963] 2005.

LEFÈBVRE, Henri e GUTERMAN, Norbert. *Introdução*. **In:** LÊNIN, Vladimir Ilyitch. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Pp. 07-92. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1935] 2011.

LEFÈBVRE, Henri. *Marxismo contra Existencialismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. **In:** *Diário de Notícias*. Edição de 23 e 24 de outubro de 1960. Salvador: 1960.

LENIN, Vladimir Ilyitch. *Collected Works*. 46 vols., 4th edition. Moscow: Progress Publishers, 1977a.

_____. *Imperialism, the highest stage of capitalism: a popular outline.* **In:** *Collected Works*, vol. 22. 4th edition, pp. 185-304. Moscow: Progress Publishers, [1916] 1977b.

_____. *Theses for an appeal to the international socialist committee and all socialist parties: rough draft.* **In:** *Collected Works*, vol. 23. 4th edition, pp. 205-216. Moscow: Progress Publishers, [1916-17 / 1931] 1977c.

_____. *The seventh (April) all-Russia conference of the RSDLP(b).* **In:** *Collected Works*, vol. 24. 4th edition, pp. 225-313. April 24-29 (May 7-12), 1917. Moscow: Progress Publishers, [1917] 1977d.

_____. *The impending catastrophe and how to combat it.* **In:** *Collected Works*, vol. 25. 4th edition, pp. 323-369. September 10-14, 1917. Moscow: Progress Publishers, [1917] 1977e.

_____. *The state and revolution: the marxist theory of the state and the tasks of the proletariat in the revolution.* **In:** *Collected Works*, vol. 25. 4th edition, pp. 385-497. August-September, 1917. Moscow: Progress Publishers, [1917] 1977f.

_____. *What is to be done? Burning questions of our movement.* **In:** *Collected Works*, vol. 5. 4th edition, pp. 347-529. 1902 . Moscow: Progress Publishers, [1902] 1977g.

_____. *The agrarian programme of social-democracy in the first Russian revolution, 1905-1907.* **In:** *Collected Works*, vol. 13. 4th edition, pp. 217-431. 1907-1908. Moscow: Progress Publishers, [1907-1908] 1977h.

_____. *The proletarian revolution and the renegade Kautsky*. **In:** *Collected Works*, vol. 28. 4th edition, pp. 227-325. 1918. Moscow: Progress Publishers, [1918] 1977i.

_____. *Letter to American workers*. **In:** *Collected Works*, vol. 28. 4th edition, pp. 62-75. 1918. Moscow: Progress Publishers, [1918] 1977j.

_____. *Speech in polytechnical museum.* **In:** *Collected Works*, vol. 28. 4th edition, pp. 79-84. August 23, 1918. Moscow: Progress Publishers, [1918] 1977k.

_____. *Report at a joint session of the all-Russia central executive committee, the Moscow soviet, factory committees and trade-unions.* **In:** *Collected Works*, vol. 28. 4th edition, pp. 114-127. October 22, 1918. Moscow: Progress Publishers, [1918] 1977l.

_____. *Fourth Congress of the Communist International.* **In:** *Collected Works*, vol. 33. 4th edition, pp. 415-432. November 5 – December 5, 1922. Moscow: Progress Publishers, [1922] 1977m.

_____. *The New Economic Policy and the tasks of the political education departments.* Report to the Second All-Russia Congress of Political Education Departments. **In:** *Collected Works*, vol. 33. 4th edition, pp. 60-80. October 17, 1921. Moscow: Progress Publishers, [1921] 1977n.

_____. *Purging the party*. **In:** *Collected Works*, vol. 33. 4th edition, pp. 39-41. 1921. Moscow: Progress Publishers, [1921] 1977o.

_____. *Ninth all-Russian congress of soviets*. **In:** *Collected Works*, vol. 33. 4th edition, pp. 141-181. December 23-28, 1921. Moscow: Progress Publishers, [1921] 1977p.

_____. *The role and functions of the trade unions under the New Economic Policy*. **In:** *Collected Works*, vol. 33. 4th edition, pp. 184-196. 1921. Moscow: Progress Publishers, [1921] 1977q.
_____. *Tenth all-Russia conference of RCP(b)*. **In:** *Collected Works*, vol. 32. 4th edition, pp. 399-437. 1921. Moscow: Progress Publishers, [1921] 1977r.
_____. *The tax in kind*. **In:** *Collected Works*, vol. 32. 4th edition, pp. 329-365. 1921. Moscow: Progress Publishers, [1921] 1977s.
_____. *The collapse of the Second International*. **In:** *Collected Works*, vol. 21. 4th edition, pp. 205-259. May-June 1915. Moscow: Progress Publishers, [1915] 1977t.
_____. *Two tactics of social-democracy in the demacratic revolution.* **In:** *Collected Works*, vol. 09. 4th edition, pp. 15-140. June 1905. Moscow: Progress Publishers, [1905] 1977u.
_____. *Últimos escritos (Testamento Político) e Diário das Secretárias*. Belo Horizonte: Aldeia Global, [1921-1923] 1979.
_____. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1914/1936] 2011.
LOBEL, Fabrício. *Sonia Walkiria de Souza Coutinho (1939-2013) – Escritora, fez da arte seu caminho.* **In:** *Folha de São Paulo*. Jornal. Cotidiano / Coluna Obituário de 01 de setembro de 2013.
LOSURDO, Domenico. *Democrazia o bonapartismo: trionfo e decadenza del suffragio universale.* Torino: Bollati Boringhieri, 1993.
_____. *Para uma crítica da categoria de totalitarismo.* **In:** *Crítica Marxista*, nº 17. Campinas: CEMARX, 2003.
_____. *Stalin: historia y crítica de una leyenda negra.* Barcelona: El Viejo Topo, [2008] 2011.
_____. *Entrevista.* **In:** *Novos Temas*: Revista de debate e cultura marxista, nº 11. Entrevista realizada, traduzida e transcrita por Victor Neves, pp. 15-41. São Paulo: ICP, 2014.
LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Vozes, [1970] 2002.
_____. *A evolução política de Lukács (1909-1929)*. São Paulo: Cortez, [1976] 1998.
_____. *Ideologias e ciência social:* elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, [1985] 1995.
_____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:* marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987.
_____. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano.* São Paulo: Boitempo, 2014.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, [1923] 2003.

_____. *Narrar ou descrever?* **In:** *Ensaios sobre literatura*. Pp. 43-94. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1936] 1965a.

_____. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, [1936-1937] 2011.

_____. *Marx e o problema da decadência ideológica*. **In:** *Marxismo e teoria da literatura*, pp. 51-103. São Paulo: Expressão Popular, [1938] 2010.

_____. *O humanismo clássico alemão: Goethe e Schiller.* **In:** *Ensaios sobre literatura*. Pp. 163-177. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1945] 1965b.

_____. *Thomas Mann.* Barcelona / México, DF: Grijalbo, [1948-1964] 1969a.

_____. *El asalto a la razón*. México, DF / Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, [1953] 1959.

_____. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1957] 1978.

_____. *Estética: la peculiaridad de lo estético*. Vol. 1. Barcelona / México, DF: [1963] 1966.

_____. *Conversando com Lukács*. Entrevista realizada por Hans Heinz Holz, Leo Kofler e Wolfgang Abendroth. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1967] 1969b.

_____. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.* Tradução de Carlos Nelson Coutinho. [s.l.]: [s. ed.], [1968] s.d.

_____. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, [1972] 1979.

_____. *Para uma ontologia do ser social*. Edição digital. Vols. 1 e 2. São Paulo: Boitempo, [1976] 2012/2013.

_____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. Edição digital. São Paulo: Boitempo, [1984] 2010.

LUPATINI, Márcio Paschoino. *O capital em sua plenitude: alguns dos traços principais do período contemporâneo.* Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGESS-UFRJ, 2015.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Il principe.* Torino: Einaudi, [1513-32] 1961.

MAGDOFF, Harry. *The age of imperialism: the economics of U.S. foreign policy.* New York / London: Monthly Review Press, 1969.

MALAN, Pedro Sampaio. *Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)*. **In:** História Geral da Civilização Brasileira. 4ª edição. Vol. 11, pp. 67-134. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007).

MALTA, Maria Mello de (coord.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro.* Rio de Janeiro: IPEA / Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.
MANDEL, Ernst. *Tratado de economía marxista.* 2 vols. México, D.F.: Era, [1962] 1971.
_____. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.
_____. *O capitalismo tardio*. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, [1972] 1985.
_____. *A crise do capital: os fatos e a sua interpretação marxista.* São Paulo: Ensaio / Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
_____. *Long waves of capitalist development: a marxist interpretation.* 2nd edition. London / New York: Verso, [1980] 1995.
MANNHEIM, Karl. *Ideology and Utopia*. London / Henley: Routledge & Kegan Paul, [1936] 1979.
MARCUSE, Herbert. *Reason and revolution: Hegel and the rise of social theory*. 2nd edition. London: Routledge & Kegan Paul, 1941.
_____. *Soviet Marxism*. 4th printing. New York: Columbia University Press, [1958] 1969.
MÁREK, Franz. *Teorias da revolução e fases da transição*. **In:** HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 11, pp. 67-100. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1982] 1989.
MARQUES, Elídio. *Imperialismo e Direitos Humanos no século XXI: restrições legais e violações diretas às liberdades individuais na atual fase de acumulação capitalista.* Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGESS-UFRJ, 2006.
MARQUES, Rosa Maria. *O Regime de Acumulação sob a Dominância Financeira e a Nova Ordem no Brasil*. **In:** MARQUES, Rosa Maria e FERREIRA, Mariana. *O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea.* Pp. 1-20. São Paulo: Saraiva, 2010.
MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status.* Rio de Janeiro: Zahar, [1949-50] 1967.
_____. *Citizenship and social class (and other essays)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.
MARTINS, Caio; PRADO, Fernando; FIGUEIREDO, Isabel; MOTTA, Stefano. NEVES, Victor. *A "estratégia democrática e popular" e um inventário da esquerda revolucionária.* **In:** *Marx e o Marxismo*, vol. 02, nº 03. Niterói: NIEP-MARX / UFF, 2014.
MARTINS, Maurício Vieira. *Sobre a nova edição da obra de Marx e Engels: só a filologia salva?* **In:** DEL ROIO, Marcos (org.). *Marx e a dialética da sociedade civil*. Pp. 47-60. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel: Introdução.* **In:** *Crítica à filosofia do direito de Hegel, 1843.* Pp. 145-157. São Paulo: Boitempo, [1843-44] 2010.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, [1844] 2004.

_____. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, [1847] 1985.

_____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, [1852] 2011.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-58: esboços da crítica da economia política*. São Paulo / Rio de Janeiro: Boitempo / EdUFRJ, [1857-58] 2011.

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858.* 2ª edición, 11ª reimpresión. México, DF: Siglo Veintiuno, [1857-58] 2011.

_____. *Prefácio*. **In:** *Contribuição à crítica da economia política*. Pp. 45-50. São Paulo: Expressão Popular, [1859] 2008.

_____. *Introdução à Contribuição à crítica da economia política.* **In:** *Contribuição à crítica da economia política*. Pp. 237-272. São Paulo: Expressão Popular, [1859/1903] 2008a.

_____. *Capítulo Inédito d'O Capital: resultados do processo de produção imediato.* Porto: Escorpião, [1863-66] 1975.

_____. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro I, vols. 01 e 02. São Paulo: Nova Cultural, [1867] 1996.

_____. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro III, vols. 01 e 02. São Paulo: Nova Cultural, [1894] 1986.

_____. *Salário, preço e lucro*. **In:** *O Capital: crítica da Economia Política*. Vol. 01, pp. 71-119. São Paulo: Nova Cultural, [1865] 1996a.

_____. *Crítica do programa de Gotha*. Edição digital. São Paulo: Boitempo, [1875-91] 2012.

_____. *Resposta de Marx a Cafiero*. Carta. **In:** CAFIERO, Carlo. *O Capital: uma leitura popular*. São Paulo: Polis, [1879?] 1980.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-46)*. São Paulo: Boitempo, [1845-46] 2012.

_____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, [1848] 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Frederick. *Collected Works*. 49 vols. New York: International Publishers, [1835-1895] 1978.

_____. *Collected Works*. Vol. 50. London: Lawrence & Wishart, [1893-1895] 2010.

MASSUIA, Rafael da Rocha. *Marxismo e literatura: a recepção do pensamento de György Lukács em Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
MATTOS, Florisvaldo. *Poesia reunida e inéditos*. São Paulo: Escrituras Editora, 2011.
_____. *La "Geração Mapa" di Salvador, Bahia: poesia in tempi di boemia letteraria*. **In:** *Sarapegbe, Rivista di Cultura e Società del Brasile e altri mosaici.* Anno I, n. 04, ottobre-dicembre 2012. Disponível em: < http://www.sarapegbe.net/articolo.php?quale=77&tabella=articoli>. Consultado em dezembro de 2015. [2012] 2015a.
_____. *Speciale Carlos Nelson Coutinho: un pensatore cosmopolita.* **In:** *Sarapegbe, Rivista di Cultura e Società del Brasile e altri mosaici.* Anno II, n. 05, gennaio-marzo 2013. Disponível em: < http://www.sarapegbe.net/articolo.php?quale=84&tabella=articoli>. Consultado em dezembro de 2015. [2013] 2015b.
MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília / São Paulo: UNESP Marília / Boitempo, 1999.
MEHRAV, Perez. *Socialdemocracia e austromarxismo*. **In:** HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 5, pp. 251-276. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
MENESES, Jaldes Reis de. *Carlos Nelson Coutinho: a hegemonia como contrato*. **In:** *Serviço Social e Sociedade*, nº 116, pp. 675-699. São Paulo: Cortez, outubro-dezembro de 2013.
MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 1ª edição, 9ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense [1975-1982] 1995.
MERQUIOR, José Guilherme. *Marxologia Tupiniquim (1)*. **In:** Jornal do Brasil, Caderno B, p. 10. Rio de Janeiro, 26 de março de 1983.
MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, [2002] 2011.
MIGLIOLI, Jorge. *O ISEB e a encruzilhada nacional*. **In:** TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Pp. 59-76. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
MONDAINI, Marco. *Introdução*. **In:** BERLINGUER, Enrico. *Democracia, valor universal.* Seleção, tradução, introdução e notas de Marco Mondaini. Pp. 41-46. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira / Contraponto, 2009.
MOORE JR., Barrington. *Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world.* London: Penguin Books, [1966] 1974.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, [1989] 2011.
MORAES, João Quartim de. *Contra a canonização da democracia.* **In:** *Crítica Marxista*, vol. 1, nº 12, pp. 9-40. São Paulo: Boitempo, 2001.
MUSTO, Marcello. *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London / New York: Routledge, 2008.
NAKATANI, Paulo e HERRERA, Rémy. *Crise financeira ou... de superprodução?* Comunicação apresentada ao VI Colóquio da Sociedade Americana de Economia Política e Pensamento Crítico (SEPLA). Publicado em ODiario.info em 18 de março de [2010] 2011.
NAVARRO, Cristiano e BRASILINO, Luís. *A violência de Estado em guerra contra a população civil: entrevista com Vera da Silva Telles*. **In:** *Le Monde Diplomatique*, ano 09, nº 103, pp. 04-06. São Paulo: fevereiro de 2016.
NETTO, José Paulo. *O que é Stalinismo*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, [1981] 1986.
_____. *Capitalismo monopolista e serviço social.* 2ª edição. São Paulo: Cortez, [1992] 1996.
_____. *Desigualdade, pobreza e Serviço Social*. Revista Em Pauta, nº 19. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social-UERJ, 2007.
_____. *Breves notas sobre um marxista convicto e confesso*. **In:** BRAZ, Marcelo (org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. 1ª edição, pp. 51-83. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
_____. *Curriculum Vitae de Carlos Nelson Coutinho*. **In:** *Revista Praia Vermelha*, vol. 22, nº 02, pp. 113-134. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGESS, jan.-jun. 2013.
NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica.* São Paulo: Cortez, 2006.
NEVES, Victor. *Democracia e revolução: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho*. Tese de doutorado, 737 f. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, ESS-UFRJ, 2016.
NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Gramsci e América Latina (quase) trinta anos depois*. **In:** REBUÁ, Eduardo (org.). *Gramsci nos trópicos: estudos gramscianos a partir de olhares latino-americanos*. Pp. 23-33. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.
O ESTADO DE SÃO PAULO. *Falecimentos – Nathan Coutinho*. Jornal. Edição Nacional, p. 29. São Paulo: 31 de agosto de 1991.
OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. **In:** *Crítica à razão dualista / O Ornitorrinco*. Pp. 25-119. São Paulo: Boitempo, [1972] 2003.
_____. *O Brasil depois de Lula.* **In**: *Revista Versus*, nº 4, pp. 41-46. Rio de Janeiro: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ, 2010.

OLIVEIRA, Franklin de. *Literatura 1967*. **In:** *Correio da Manhã*. Jornal. 4º caderno, p. 2. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1967.
OLIVEIRA, Jaime e TEIXEIRA, Sônia Fleury. *(Im)previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil*. Petrópolis / Rio de Janeiro: Vozes / ABRASCO, 1985.
OLIVEIRA, Ranieri Carli de. *As raízes históricas da sociologia de Max Weber.* Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: PPG-ESS/UFRJ, 2008.
OPAT, Jaroslav. *Do antifascismo aos "socialismos reais": as democracias populares*. **In**: HOBSBAMWN, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 10, pp. 213-250. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural.* 5ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, [1988] 1995.
OURIQUES, Nildo. *La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica.* Tese de doutorado. México, DF: UNAM / Facultad de economía, 1995.
PANITCH, Leo e GINDIN, Sam. *The making of global capitalism*: the political economy of American empire. London / New York: Verso, 2012.
PEREIRA, Alexsandro Eugenio. *Organização, estrutura e trajetória do ISEB*. **In:** TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Pp. 253-260. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
PEREIRA, Astrojildo. *Crítica impura: autores e problemas.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
PERES, Francisco da Rocha. *Moviola do tempo.* **In:** CARVALHO, Maria do Socorro Silva. *Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961).* Pp. 11-14. Salvador: EdUFBA, 1999.
PERTILLE, José Pinheiro. *Aufhebung, meta-categoria da lógica hegeliana.* In: Revista Estudos Hegelianos, Ano 8, nº 15, pp. 58-66. S. l.: 2011.
PICON, Gaëtan. *Panorama de la nouvelle littérature française : introduction, illustrations, documents.* Nouvelle édition, refondue. Paris : Gallimard, 1960.
PINHEIRO, Milton. *Que luta é essa, que partido é este, que desperta tanto ódio de classe da burguesia?* Texto disponível no sítio do Partido Comunista Brasileiro, no endereço < http://www.pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4980:que-luta-e-essa-que-partido-e-este-que-desperta-tanto-odio-de-classe-da-burguesia&catid=56:memoria> , publicado em 06 de novembro de 2012. Consultado em janeiro de [2012] 2016.
POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB, São Paulo 1976.* 3ª edição. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

PORTANTIERO, Juan Carlos. *Los usos de Gramsci*. Buenos Aires: Folios, 1983.
PRADO, Fernando Correa. *História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil*. Texto apresentado ao seminário *Teoria marxista da dependência no Brasil: de Ruy Mauro Marini aos dias de hoje*. São Paulo / Guararema: Brasil de Fato / Escola Nacional Florestan Fernandes, 2010.
_____. *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IE-PEPI, 2015.
PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil*. 4ª reimpressão da 21ª edição. São Paulo: Brasiliense, [1933] 2007.
_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 10ª reimpressão da 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, [1942] 2007.
_____. *História econômica do Brasil*. Edição digital – 26ª edição. São Paulo: Brasiliense, [1945] 1981.
_____. *Dialética do conhecimento.* 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, [1952] 1969.
_____. *Notas introdutórias à Lógica Dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1959.
_____. *A revolução brasileira*. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, [1966] 1987.
_____. *A revolução brasileira*. **In:** *A revolução brasileira / A questão agrária no Brasil*. Coleção Caio Prado Jr., edição digital, pp. 5-142. São Paulo: Companhia das letras, [1966] 2014.
PRESTES, Anita Leocádia. *A que herança devem os comunistas renunciar?* **In:** *Oitenta*, nº 4, pp. 197-223. Porto Alegre: LP&M, 1980.
_____. *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
_____. *Entrevista com Anita Leocádia Prestes*. **In:** *Novos Temas*: revista de debate e cultura marxista, nº 7, pp. 15-70. São Paulo: ICP, 2012a.
PRESTIPINO, Giuseppe. *Egemonia e democrazia tra Stato e società civile*. **In:** *Critica marxista*, n. 3-4, pp. 53-62. 2007.
PRZEWORSKI, Adam. *Capitalism and social-democracy.* Digital printing (identic to the printed edition). Cambridge / Paris: Cambridge university Press / Editions de la Maison de Sciences de l'Homme, [1985] 2002.
RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 67ª edição. Rio de Janeiro: Record, [1934] 1997.
RANGEL, Ignácio. *A dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Introdução*. **In:** REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Pp. 07-22. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.
RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
RISÉRIO, Antonio. *Avant-garde na Bahia*. Série Pontos sobre o Brasil. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995.
ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Alhambra / Embrafilme, 1981.
ROEDEL, Hiran. *PCB: 80 anos de luta*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2002.
ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social*: repensando o Estado-providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.
ROSÁRIO, Nathan Coutinho do. *Inquietude*. Bahia [Salvador]: Oficinas Gráficas d'A Luva, 1935.
_____. *Pequeno ensaio sobre a poesia brasileira*. Itabuna: Typ D'a Época Casa Editora, 1937.
_____. *50 Poesias de Nathan Coutinho*. Seleção e prefácio de Antonio Loureiro de Souza. Bahia [Salvador]: s. ed. [mas EGBA], 1980.
ROSS, George. *Eurocomunismo*. **In:** BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Edição digital, pp. 232-234. Rio de Janeiro: Zahar, [1983] 2013.
SAMPAIO JR., Plínio de A. *Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina*. **In:** CASTELO, Rodrigo (org.): *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Pp. 35-56. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.
SALVADORI, Massimo. *A socialdemocracia alemã e a Revolução Russa de 1905. O debate sobre a greve de massas e sobre as "diferenças" entre Oriente e Ocidente*. **In:** HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 3, pp. 243-290. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1979] 1984.
SANTANA, Jussilene. *Martim Gonçalves: uma escola de teatro contra a província*. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA (Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas), 2011.
SANTOS, Joel Rufino dos. *História Nova: conteúdo histórico do último ISEB*. **In:** TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Pp. 43-58. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Quem dará o golpe no Brasil?* Cadernos do Povo Brasileiro nº 05. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. *Entrevista*. Concedida a pesquisadores da FGV em 2011. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/cientista-social/wanderleyguilhermedossantos. Consultada em dezembro de 2015.

SARTRE, Jean-Paul. *L'existentialisme est un humanisme*. Paris : Nagel, [1946] 1970.

_____. *Questão de método*. **In:** O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de método. São Paulo: Nova Cultural, [1957] 1987.

_____. *Préface et Questions de méthode.* **In :** *Critique de la raison dialectique*. Tome I : Théorie des ensembles pratiques. Pp. 09-111. Paris : Gallimard, 1960.

_____. *O idiota da família: Gustave Flaubert de 1821 a 1857*. Vol. 1. Porto Alegre: L&PM, [1972] 2013.

_____. *O que é a subjetividade?*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1961] 2015.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política, 1964-1969*. **In:** *O pai de família e outros estudos.* Pp. 70-111. São Paulo: Companhia das Letras, [1970] 2008.

SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. 2ª edição. São Paulo: Nossa Terra / Oficina de Livros, [1981] 1989.

_____. *A revolução brasileira*. **In:** CUNHA, Paulo Ribeiro da e CABRAL, Fátima. *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena.* Pp. 271-275. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SENA JR., Carlos Zacarias. *Gramsci: mais um anti-trotskista?* **In:** *Revista Outubro*, nº. 10, pp. 49-68. São Paulo: Xamã, 2004.

SERENI, Emilio. *De Marx a Lênin: a categoria de "formação econômico-social"*. **In:** *Meridiano*. Revista de Geografia, número 02 / 2013, pp. 297-346. Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, [1970] 2013.

SILVA, Adriano Nascimento. *A "via democrática para o socialismo" na obra de Carlos Nelson Coutinho.* Dissertação de mestrado. Recife / Maceió: UFPE / UFAL, 2003.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, [1976] 1986.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social.* 3ª edição. Florianópolis / São Paulo: EdUFSC / Cortez, 2004.

SIMONSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. Seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Cia. Editora Nacional / EdUSP, [1939] 1973.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
SINGER, Paul. *Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento.* **In:** História Geral da Civilização Brasileira. 4ª edição. Vol. 11, pp. 262-306. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
SOARES, Laura Tavares. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.
_____. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. Coleção Questões da Nossa Época, vol. 78. São Paulo: Cortez, 2009.
SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira.* 5ªa edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1945] 1969.
SOFRI, Gianni. *O problema da revolução socialista nos países atrasados*. **In:** HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 8, pp. 329-373. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1979] 1984.
SOUZA, Victor Neves de. *"Novo desenvolvimentismo" brasileiro e democratização da cultura: o caso do Programa Cultura Viva*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGESS-UFRJ, 2010.
SPRIANO, Paolo. *Marxismo e historicismo em Togliatti.* **In:** HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 10, pp. 251-306. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
STALIN, Joseph. *Works.* 14 vols. Moscow: Progress Publishers, [1948] 1954.
_____. *A letter to comrade D-OV.* **In:** STALIN, Joseph. *Works.* Vol. 07, pp. 16-18. Moscow: Progress Publishers, [1948] 1954a.
_____. *The results of the work of the fourteenth conference of the RCP(B).* **In:** STALIN, Joseph. *Works.* Vol. 07, pp. 90-134. Moscow: Progress Publishers, [1948] 1954b.
_____. *Questions and answers.* **In:** STALIN, Joseph. *Works.* Vol. 07, pp. 158-214. Moscow: Progress Publishers, [1948] 1954c.
_____. *The tasks of the Young Communist League.* **In:** STALIN, Joseph. *Works.* Vol. 07, pp. 247-255. Moscow: Progress Publishers, [1948] 1954d.
_____. *Concerning Questions of Leninism.* **In:** STALIN, Joseph. *Works.* Vol. 08, pp. 13-96. Moscow: Progress Publishers, [1948] 1954e.
_____. *The possibility of building socialism in our country.* **In:** STALIN, Joseph. *Works.* Vol. 08, pp. 101-105. Moscow: Progress Publishers, [1948] 1954f.
STRADA, Vittorio. *A polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre a revolução de 1905.* **In:** HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 3, pp. 135-188. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1979] 1984.
SWEEZY, Paul *et al. A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1976] 1977.

TAVARES, Maria da Conceição. *O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina.* **In:** *Desenvolvimento e igualdade.* Pp. 61-149. Rio de Janeiro: IPEA, [1977] 2011.

TCHEPRAKOV, Victor. *Le capitalisme monopoliste d'État.* Moscou : Éditions du Progrès, 1969.

TEIXEIRA, Aloísio. *Capitalismo monopolista de Estado: um ponto de vista crítico.* **In:** *Revista de Economia Política*, vol. 03, nº 4, pp. 85-105. Outubro-dezembro de 1983.

TEIXEIRA, Francisco e FREDERICO, Celso. *Marx, Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Cortez, 2010.

TOGLIATTI, Palmiro. *Socialismo e democracia.* Obras Escolhidas. Apresentação, seleção e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Muro, [1944-1964] 1980.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias.* São Paulo: Ática, [1974] 1978.

_____. *Apresentação*. **In:** TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Pp. 07-10. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. *ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964*. **In:** TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Pp. 137-164. Rio de Janeiro: Revan, 2005a.

TRAGTENBERG, Maurício. *Evolução histórica da Rússia à Revolução Soviética.* **In:** MAKHNO, Nestor Ivanovitch. *A "Revolução" contra a revolução: a Revolução Russa na Ucrânia, março 1917-abril 1918.* Pp. 13-63. São Paulo: Cortez, [1967] 1988.

_____. *Apresentação*. **In:** *Max Weber: textos selecionados*. Coleção Os Economistas, pp. 5-15. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

TROTSKY, Lev. *História da revolução russa.* 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1930] 1977.

_____. *A revolução traída.* São Paulo: Global, [1936] 1980.

UN-DESA-PD (United Nations – Department of Economic and Social Affairs – Population Division). *World population prospects: the 2015 revision, Key Findings and Advance Tables.* Working paper nº ESA/P/WP 241. [s.l.]: UN, 2015a.

_____. *World population prospects: the 2015 revision, DVD Edition.* Table File Pop 1-1. [s.l.]: UN, 2015b.

VAISMAN, Ester. *A ideologia e sua determinação ontológica*. **In:** *Verinotio: Revista On-Line de educação e ciências humanas*, nº 12, ano VI, pp. 40-64. S.l.: CTUFMG, outubro de 2010.

VEIGA, Benedito. *Dona Flor da Cidade da Bahia*: ensaios sobre a memória da vida cultural baiana. Rio de Janeiro: 7 letras; Salvador: Casa de Palavras; FCJA – FAPESB, 2006.
VELOSO, Caetano. *Apresentação*. **In:** RISÉRIO, Antonio. *Avant-garde na Bahia*. Série Pontos sobre o Brasil. Pp. 09-10. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995.
_____. *Verdade tropical*. Edição Digital. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
VIANNA, Jorge Luís Werneck. *O Estado Novo do PT*. **In:** *Gramsci e o Brasil.* Disponível em <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755>. Julho de 2007. Acessado em fevereiro de [2007] 2016.
WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, [1904-05 / 1920] 1999.
_____. *A questão da "objetividade" nas ciências sociais*. **In:** COHN, Gabriel (org.). *Max Weber*. Coleção Grandes Cientistas Sociais / Sociologia, pp. 79-127. São Paulo: Ática, [1904] 2003.
_____. *Rejeições religiosas do mundo e suas direções.* **In:** *Max Weber: textos selecionados*. Coleção Os Economistas, pp. 155-189. São Paulo: Nova Cultural, [1915] 1997.
_____. *Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída: uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária*. **In:** *Max Weber: textos selecionados*. Coleção Os Economistas, pp. 21-118. São Paulo: Nova Cultural, [1918] 1997.
_____. *Economy and society: an outline of interpretive sociology*. Berkeley / Los Angeles / London: University of California, [1920] 1978.
WEEKS, John. *Imperialismo e mercado mundial.* **In:** BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista.* Edição digital, pp. 298-303. Rio de Janeiro: Zahar, [1983] 2013.
WEFFORT, Francisco. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens.* São Paulo: Ática, 2011. Versão ePUB 2.0.1. São Paulo: Ática, 2011.
WILLIAMSON, John. *Depois do Consenso de Washington*: uma Agenda para Reforma Econômica na América Latina. Palestra apresentada à FAAP. São Paulo: [s.n.], 2003.
WOOD, Ellen Meiksins. *O que é a agenda pós-moderna?* **In:** WOOD, Ellen e FOSTER, John Bellamy. *Em defesa da história.* Pp. 07-22. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
_____. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.
ZEFERINO, Mateus. *Aspectos da metodologia de Michael Löwy*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: [s. n.], 2010.

ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1994] 1996.

ENTREVISTAS REALIZADAS[269]

01. Jorge Milton Temer (Rio de Janeiro, 30 de maio de 2013).

02. Leandro Konder, Jorge Milton Temer e Cristina Konder (Rio de Janeiro, 06 de junho de 2013).

03. Andréa de Paula Teixeira (Rio de Janeiro, 10 de junho; 17 de junho; 01 de julho de 2013).

04. Amélia Rosa Maia (Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2013; 03 de dezembro de 2015).

05. Anita Leocádia Prestes (Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2013).

06. Armênio Guedes (São Paulo, 20 de agosto de 2013).

07. João Machado Borges Neto (São Paulo, 21 de agosto de 2013).

08. Michael Löwy (Paris, 12 de setembro de 2013).

09. Guido Liguori (Roma, 19 de outubro de 2013).

10. Domenico Losurdo (Urbino, 25 de julho de 2014).

11. Antonino Infranca (Tívoli, 26 de julho de 2014).

[269] Em ordem de data de realização. Em caso de mais de uma entrevista com a mesma pessoa, a data para entrada do nome é a da primeira.

SOBRE O AUTOR

Victor Neves é professor da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisador no grupo Dinheiro Mundial e Financeirização (UFES) e no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Música e Educação (UFES). Doutor em serviço social pela UFRJ. Graduado em música/composição pela UFRJ. Educador popular do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, membro do Conselho da coleção A revolução brasileira em debate, coautor e co-organizador do livro "A estratégia democrático-popular: um inventário crítico", que abre a coleção.

FOTO DA CAPA



"Era uma vez um monumento" - por Victor Neves.
Parque das Lembranças, Budapest.